



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXX Nº 3, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2025



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)**  
Presidente

**Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)**  
1º Vice-Presidente

**Senador Humberto Costa (PT-PE)**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Carlos Veras (PT-PE)**  
1º Secretário

**Senador Confúcio Moura (MDB-RO)**  
2º Secretário

**Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)**  
3ª Secretária

**Senador Laércio Oliveira (PP-SE)**  
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)**  
Presidente

**Senador Eduardo Gomes (PL-TO)**  
1º Vice-Presidente

**Senador Humberto Costa (PT-PE)**  
2º Vice-Presidente

**Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB)**  
1ª Secretária

**Senador Confúcio Moura (MDB-RO)**  
2º Secretário

**Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)**  
3ª Secretária

**Senador Laércio Oliveira (PP-SE)**  
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
- 2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
- 3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
- 4º - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)**  
Presidente

**Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Carlos Veras (PT-PE)**  
1º Secretário

**Deputado Lula da Fonte (PP-PE)**  
2º Secretário

**Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)**  
3ª Secretária

**Deputado Sergio Souza (MDB-PR)**  
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)
- 2º - Deputado Paulo Folletto (PSB-ES)
- 3º - Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)
- 4º - Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Gustavo Afonso Sabóia Vieira**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**  
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Paulo Max Cavalcante da Silva**  
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**  
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**  
Diretora-Geral do Senado Federal

**Quésia de Farias Cunha**  
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Gleison Carneiro Gomes**  
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen





# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

*Não houve sessão.*

### PARTE II

#### 1 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

##### 1.1 – EXPEDIENTE

##### 1.1.1 – Emendas

N <sup>os</sup> 1 a 21, apresentadas à Medida Provisória n <sup>o</sup> 1280/2024. ....	6
N <sup>os</sup> 1 e 2, apresentadas à Medida Provisória n <sup>o</sup> 1284/2024. ....	71
N <sup>os</sup> 1 a 517, apresentadas à Medida Provisória n <sup>o</sup> 1286/2024. ....	77
N <sup>os</sup> 1 a 61, apresentadas à Medida Provisória n <sup>o</sup> 1287/2025. ....	3159
N <sup>os</sup> 1 a 40, apresentadas à Medida Provisória n <sup>o</sup> 1288/2025. ....	3296

##### 1.1.2 – Término de Prazo

Término do prazo, em 9 de fevereiro, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória n <sup>o</sup> 1238/2024. ....	3393
---	------

### PARTE III

#### 2 – ATAS DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 12 <sup>a</sup> Reunião, realizada em 2 de dezembro de 2024 .....	3395
Ata da 13 <sup>a</sup> Reunião, realizada em 2 de dezembro de 2024 .....	3420

3 – COMISSÕES MISTAS .....	3453
----------------------------	------



<b>4 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS .....</b>	<b>3466</b>
<b>5 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS .....</b>	<b>3513</b>
<b>6 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO .....</b>	<b>3514</b>
<b>7 – COMPOSIÇÃO DA MESA .....</b>	<b>3515</b>
<b>8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>3516</b>
<b>9 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS .....</b>	<b>3526</b>



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## EXPEDIENTE

## Emendas





# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1280, de 2024**, que *"Prorroga o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - Recine, constante da Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018, e os benefícios fiscais previstos no art. 44 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e nos art. 1º e art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Márcio Marinho (REPUBLICANOS/BA)	001; 002; 003
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	004; 005; 007; 008; 009
Deputado Federal Amaro Neto (REPUBLICANOS/ES)	006
Deputado Federal David Soares (UNIÃO/SP)	010; 011; 012; 013; 014; 015; 016; 017; 018; 019
Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	020
Senador Weverton (PDT/MA)	021

TOTAL DE EMENDAS: 21



[Página da matéria](#)



MPV 1280  
00001

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Acrescente-se art. 3º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 3º-1.** A Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 3º-B.** Até o ano calendário de 2029, inclusive, os contribuintes do imposto de renda incidente nas remessas ao exterior de remunerações oriundas de exploração de jogos eletrônicos ou de licenciamentos decorrentes de jogos eletrônicos no País poderão beneficiar-se de abatimento de 70% (setenta por cento) do imposto devido, desde que invistam no desenvolvimento de projetos de produção ou de coprodução de jogos eletrônicos brasileiros independentes.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A indústria de jogos eletrônicos tem se consolidado como um dos segmentos mais dinâmicos e importantes da economia criativa global. Em diversos países, a produção de jogos já ultrapassa a do cinema em termos de receita e relevância cultural. No Brasil, avanços significativos foram conquistados com a aprovação da Lei nº 14.852/2024, que estabeleceu o Marco Legal dos Jogos Eletrônicos. Esse marco conferiu aos jogos o reconhecimento legal como obras audiovisuais interativas, um passo essencial para o desenvolvimento do setor.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254280039000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho



O Marco Legal dos Games representou uma conquista histórica para a indústria brasileira ao garantir segurança jurídica e estabelecer diretrizes para o desenvolvimento, fomento e comercialização de jogos eletrônicos. Esse reconhecimento alinha a indústria de games às demais produções audiovisuais, reforçando sua relevância cultural e econômica. Contudo, a regulamentação do marco é fundamental para garantir a efetividade dessas diretrizes e permitir que o setor se consolide plenamente.

A Lei nº 8.685/93 (Lei do Audiovisual) estabelece a estrutura normativa para a produção de conteúdo audiovisual no Brasil. Com a evolução das tecnologias e das formas de produção de conteúdo, é essencial que essa legislação seja atualizada para reconhecer os jogos eletrônicos dentro do escopo do audiovisual. Nesse sentido, a emenda proposta busca formalizar a definição de jogos eletrônicos como obras audiovisuais interativas, conceito já adotado pela ANCINE, conforme manifesto da Deliberação da Diretoria Colegiada da ANCINE nº 745-E de 2018, de que:

“[...] Nesse diapasão, exsurge a distinção entre obra audiovisual *stricto sensu* e obra audiovisual *lato sensu*, porquanto, “ao longo dos tempos o termo “audiovisual” foi utilizado pela indústria, pelo poder público para se referir à obra videofonográfica e cinematográfica, além dos projetos transmidiáticos. Logicamente não se havia pensado nos jogos eletrônicos como obra audiovisual naquele momento de criação das leis que regem o audiovisual. Nesse sentido, entende-se aqui interpretar essas obras audiovisuais originalmente pensadas pelo legislador como obra audiovisual *stricto sensu*. Já o conceito de obra audiovisual que engloba os jogos eletrônicos poderá ser caracterizado como obra audiovisual *lato sensu*.”

Portanto, com base nesse entendimento, o GT conclui pela inclusão do referido conceito dentro do espectro de abrangência da definição de obra audiovisual, o que está em plena consonância com o entendimento deste diretor.”

Neste sentido, o Marco Legal dos Games vem ao encontro deste entendimento, expandindo-o para que jogos fossem, não somente “audiovisual *stricto sensu*”, mas “audiovisual interativo”, configurando-o como verdadeira



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254280039000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho



modalidade audiovisual, não se limitando a um sistema lateral. A interseção de mídias ao longo dos anos aprofundou-se, de forma que o sistema de audiovisual e de jogos acaba por se tornar um ecossistema interconectado, no qual as fronteiras entre cinema e jogos eletrônicos se tornam cada vez mais fluidas. Esse reconhecimento do jogo como audiovisual interativo permite que políticas públicas e regulações desenvolvidas para o setor audiovisual sejam aplicadas de maneira mais adequada à indústria de jogos, garantindo seu crescimento sustentável. Além disso, fortalece a compreensão de que os jogos não são apenas produtos de entretenimento, mas também expressões culturais complexas, com potencial econômico, educacional e artístico.

O enquadramento promove maior segurança jurídica para desenvolvedores e gestores públicos, estabelecendo diretrizes mais claras para a formulação de políticas de fomento e desenvolvimento do setor. Com o reconhecimento dos jogos como uma verdadeira modalidade audiovisual, abre-se espaço para a valorização do Brasil como um pólo criativo e inovador no cenário global de games.

Embora a Lei do Audiovisual possa ser aplicada aos jogos eletrônicos, sua regulamentação original foi concebida para obras audiovisuais *stricto sensu*, como filmes e séries. A renovação da Lei do Audiovisual torna-se um momento oportuno e necessário para consolidar os avanços trazidos pelo Marco Legal dos Games, ancorando suas conquistas e atualizando diretrizes para melhor atender às especificidades do setor. Os jogos eletrônicos possuem características próprias, como interatividade, atualizações constantes e modelos de desenvolvimento dinâmicos, que exigem ajustes normativos. O reconhecimento dos jogos como audiovisual interativo permite a criação de um ambiente regulatório mais adequado às suas particularidades.

Ao integrar o Marco Legal dos Games às diretrizes consolidadas da Lei do Audiovisual, fortalece-se a segurança jurídica para desenvolvedores e gestores públicos, garantindo um suporte institucional robusto para o crescimento sustentável da indústria. Esse alinhamento possibilita uma regulamentação mais flexível e adaptada às particularidades do mercado de games, assegurando que os benefícios conquistados sejam efetivos e duradouros.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254280039000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho





Em suma, os jogos eletrônicos representam um setor estratégico, com alto potencial de geração de empregos, inovação tecnológica e projeção internacional da cultura brasileira. A valorização do setor fortalece sua capacidade de competir no cenário global e impulsiona o crescimento de estúdios nacionais. A modernização da legislação brasileira para reconhecer os jogos eletrônicos como parte do setor audiovisual é um passo essencial para consolidar o crescimento da indústria no Brasil. A Lei nº 14.852/2024 já reconheceu os jogos como obras audiovisuais interativas, mas é necessário garantir a efetividade desse reconhecimento por meio da regulamentação e do fortalecimento de diretrizes específicas. Com isso, o Brasil pode se tornar um protagonista na produção global de jogos eletrônicos, impulsionando a economia criativa e gerando novas oportunidades para desenvolvedores e empreendedores do setor.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Márcio Marinho**  
**(REPUBLICANOS - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254280039000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho



\* CD 254280039000 \* LexEdit



MPV 1280  
00002

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Acrescentem-se arts. 1º-1 e 1º-2 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 1º-1.** A Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** Até o exercício fiscal de 2029, os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias investidas na produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, incluindo jogos eletrônicos, mediante a aquisição de quotas representativas dos direitos de comercialização das referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capital em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE) ou pelo órgão competente definido em regulamento.

§ 5º Os projetos específicos da área audiovisual, cinematográfica e de jogos eletrônicos, incluindo exibição, distribuição, infraestrutura técnica e desenvolvimento, apresentados por empresas brasileiras de capital nacional, poderão ser credenciados pelos Ministérios da Fazenda e da Cultura para fruição dos incentivos fiscais de que trata o caput deste artigo.’ (NR)”

“**Art. 1º-2.** A Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250022969600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho



**‘Art. 1º-A.** As quantias referentes ao patrocínio à produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, incluindo jogos eletrônicos, cujos projetos tenham sido previamente aprovados pela ANCINE ou pelo órgão competente definido em regulamento, poderão ser deduzidas do imposto de renda devido apurado.

.....  
**§ 4º** Os projetos específicos da área audiovisual, cinematográfica e de jogos eletrônicos, incluindo difusão, preservação, exibição, distribuição, infraestrutura técnica e desenvolvimento, apresentados por empresa brasileira, poderão ser credenciados pela ANCINE ou pelo órgão competente definido em regulamento para fruição dos incentivos fiscais de que trata o caput deste artigo, na forma do regulamento.

**§ 5º** Fica a ANCINE ou o órgão competente autorizado a instituir programas especiais de fomento ao desenvolvimento da atividade audiovisual brasileira, incluindo jogos eletrônicos, para fruição dos incentivos fiscais de que trata o caput deste artigo.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A indústria de jogos eletrônicos tem se consolidado como um dos segmentos mais dinâmicos e importantes da economia criativa global. Em diversos países, a produção de jogos já ultrapassa a do cinema em termos de receita e relevância cultural. No Brasil, avanços significativos foram conquistados com a aprovação da Lei nº 14.852/2024, que estabeleceu o Marco Legal dos Jogos Eletrônicos. Esse marco conferiu aos jogos o reconhecimento legal como obras audiovisuais interativas, um passo essencial para o desenvolvimento do setor.

\*CD250022969600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250022969600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho



O Marco Legal dos Games representou uma conquista histórica para a indústria brasileira ao garantir segurança jurídica e estabelecer diretrizes para o desenvolvimento, fomento e comercialização de jogos eletrônicos. Esse reconhecimento alinha a indústria de games às demais produções audiovisuais, reforçando sua relevância cultural e econômica. Contudo, a regulamentação do marco é fundamental para garantir a efetividade dessas diretrizes e permitir que o setor se consolide plenamente.

A Lei nº 8.685/93 (Lei do Audiovisual) estabelece a estrutura normativa para a produção de conteúdo audiovisual no Brasil. Com a evolução das tecnologias e das formas de produção de conteúdo, é essencial que essa legislação seja atualizada para reconhecer os jogos eletrônicos dentro do escopo do audiovisual. Nesse sentido, a emenda proposta busca formalizar a definição de jogos eletrônicos como obras audiovisuais interativas, conceito já adotado pela ANCINE, conforme manifesto da Deliberação da Diretoria Colegiada da ANCINE nº 745-E de 2018, de que:

“[...] Nesse diapasão, exsurge a distinção entre obra audiovisual *stricto sensu* e obra audiovisual *lato sensu*, porquanto, “ao longo dos tempos o termo “audiovisual” foi utilizado pela indústria, pelo poder público para se referir à obra videofonográfica e cinematográfica, além dos projetos transmidiáticos. Logicamente não se havia pensado nos jogos eletrônicos como obra audiovisual naquele momento de criação das leis que regem o audiovisual. Nesse sentido, entende-se aqui interpretar essas obras audiovisuais originalmente pensadas pelo legislador como obra audiovisual *stricto sensu*. Já o conceito de obra audiovisual que engloba os jogos eletrônicos poderá ser caracterizado como obra audiovisual *lato sensu*.”

Portanto, com base nesse entendimento, o GT conclui pela inclusão do referido conceito dentro do espectro de abrangência da definição de obra audiovisual, o que está em plena consonância com o entendimento deste diretor.”

Neste sentido, o Marco Legal dos Games vem ao encontro deste entendimento, expandindo-o para que jogos fossem, não somente “audiovisual *stricto sensu*”, mas “audiovisual interativo”, configurando-o como verdadeira



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250022969600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho



\*CD250022969600\*  
ExEdit



modalidade audiovisual, não se limitando a um sistema lateral. A interseção de mídias ao longo dos anos aprofundou-se, de forma que o sistema de audiovisual e de jogos acaba por se tornar um ecossistema interconectado, no qual as fronteiras entre cinema e jogos eletrônicos se tornam cada vez mais fluidas. Esse reconhecimento do jogo como audiovisual interativo permite que políticas públicas e regulações desenvolvidas para o setor audiovisual sejam aplicadas de maneira mais adequada à indústria de jogos, garantindo seu crescimento sustentável. Além disso, fortalece a compreensão de que os jogos não são apenas produtos de entretenimento, mas também expressões culturais complexas, com potencial econômico, educacional e artístico.

O enquadramento promove maior segurança jurídica para desenvolvedores e gestores públicos, estabelecendo diretrizes mais claras para a formulação de políticas de fomento e desenvolvimento do setor. Com o reconhecimento dos jogos como uma verdadeira modalidade audiovisual, abre-se espaço para a valorização do Brasil como um pólo criativo e inovador no cenário global de games.

Embora a Lei do Audiovisual possa ser aplicada aos jogos eletrônicos, sua regulamentação original foi concebida para obras audiovisuais *stricto sensu*, como filmes e séries. A renovação da Lei do Audiovisual torna-se um momento oportuno e necessário para consolidar os avanços trazidos pelo Marco Legal dos Games, ancorando suas conquistas e atualizando diretrizes para melhor atender às especificidades do setor. Os jogos eletrônicos possuem características próprias, como interatividade, atualizações constantes e modelos de desenvolvimento dinâmicos, que exigem ajustes normativos. O reconhecimento dos jogos como audiovisual interativo permite a criação de um ambiente regulatório mais adequado às suas particularidades.

Ao integrar o Marco Legal dos Games às diretrizes consolidadas da Lei do Audiovisual, fortalece-se a segurança jurídica para desenvolvedores e gestores públicos, garantindo um suporte institucional robusto para o crescimento sustentável da indústria. Esse alinhamento possibilita uma regulamentação mais flexível e adaptada às particularidades do mercado de games, assegurando que os benefícios conquistados sejam efetivos e duradouros.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250022969600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho



\*CD250022969600\*  
LexEdit



Em suma, os jogos eletrônicos representam um setor estratégico, com alto potencial de geração de empregos, inovação tecnológica e projeção internacional da cultura brasileira. A valorização do setor fortalece sua capacidade de competir no cenário global e impulsiona o crescimento de estúdios nacionais. A modernização da legislação brasileira para reconhecer os jogos eletrônicos como parte do setor audiovisual é um passo essencial para consolidar o crescimento da indústria no Brasil. A Lei nº 14.852/2024 já reconheceu os jogos como obras audiovisuais interativas, mas é necessário garantir a efetividade desse reconhecimento por meio da regulamentação e do fortalecimento de diretrizes específicas. Com isso, o Brasil pode se tornar um protagonista na produção global de jogos eletrônicos, impulsionando a economia criativa e gerando novas oportunidades para desenvolvedores e empreendedores do setor.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Márcio Marinho**  
**(REPUBLICANOS - BA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250022969600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho



\*CD250022969600\* LexEdit



MPV 1280  
00003

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Acrescente-se art. 3º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 3º-1.** A Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 3º-A.** Os contribuintes do imposto de renda incidente nos termos do art. 72 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, beneficiários de crédito, emprego, remessa, entrega ou pagamento pela aquisição ou remuneração, a qualquer título, de direitos, relativos à transmissão, por meio de radiodifusão de sons e imagens e serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, de quaisquer obras audiovisuais, de exploração de jogos eletrônicos ou de licenciamento decorrente de jogos eletrônicos no País, ou eventos, mesmo os de competições desportivas das quais faça parte representação brasileira, poderão beneficiar-se de abatimento de 70% (setenta por cento) do imposto devido, desde que invistam no desenvolvimento de projetos de produção ou de coprodução de jogos eletrônicos brasileiros independentes, de produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente de curta, média e longas-metragens, documentários, telefilmes e minisséries. (Incluído pela Lei nº 11.437, de 2006)’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251113799000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho





## JUSTIFICAÇÃO

A indústria de jogos eletrônicos tem se consolidado como um dos segmentos mais dinâmicos e importantes da economia criativa global. Em diversos países, a produção de jogos já ultrapassa a do cinema em termos de receita e relevância cultural. No Brasil, avanços significativos foram conquistados com a aprovação da Lei nº 14.852/2024, que estabeleceu o Marco Legal dos Jogos Eletrônicos. Esse marco conferiu aos jogos o reconhecimento legal como obras audiovisuais interativas, um passo essencial para o desenvolvimento do setor.

O Marco Legal dos Games representou uma conquista histórica para a indústria brasileira ao garantir segurança jurídica e estabelecer diretrizes para o desenvolvimento, fomento e comercialização de jogos eletrônicos. Esse reconhecimento alinha a indústria de games às demais produções audiovisuais, reforçando sua relevância cultural e econômica. Contudo, a regulamentação do marco é fundamental para garantir a efetividade dessas diretrizes e permitir que o setor se consolide plenamente.

A Lei nº 8.685/93 (Lei do Audiovisual) estabelece a estrutura normativa para a produção de conteúdo audiovisual no Brasil. Com a evolução das tecnologias e das formas de produção de conteúdo, é essencial que essa legislação seja atualizada para reconhecer os jogos eletrônicos dentro do escopo do audiovisual. Nesse sentido, a emenda proposta busca formalizar a definição de jogos eletrônicos como obras audiovisuais interativas, conceito já adotado pela ANCINE, conforme manifesto da Deliberação da Diretoria Colegiada da ANCINE nº 745-E de 2018, de que:

“[...] Nesse diapasão, exsurge a distinção entre obra audiovisual *stricto sensu* e obra audiovisual *lato sensu*, porquanto, “ao longo dos tempos o termo “audiovisual” foi utilizado pela indústria, pelo poder público para se referir à obra videofonográfica e cinematográfica, além dos projetos transmidiáticos. Logicamente não se havia pensado nos jogos eletrônicos como obra audiovisual naquele momento de criação das leis que regem o audiovisual. Nesse sentido, entende-se aqui interpretar essas obras audiovisuais originalmente pensadas pelo legislador como obra audiovisual *stricto sensu*. Já o conceito de obra audiovisual

LexEdit  
\*CD251113799000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251113799000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho



que engloba os jogos eletrônicos poderá ser caracterizado como obra audiovisual lato sensu.

Portanto, com base nesse entendimento, o GT conclui pela inclusão do referido conceito dentro do espectro de abrangência da definição de obra audiovisual, o que está em plena consonância com o entendimento deste diretor.”

Neste sentido, o Marco Legal dos Games vem ao encontro deste entendimento, expandindo-o para que jogos fossem, não somente “audiovisual lato sensu”, mas “audiovisual interativo”, configurando-o como verdadeira modalidade audiovisual, não se limitando a um sistema lateral. A interseção de mídias ao longo dos anos aprofundou-se, de forma que o sistema de audiovisual e de jogos acaba por se tornar um ecossistema interconectado, no qual as fronteiras entre cinema e jogos eletrônicos se tornam cada vez mais fluidas. Esse reconhecimento do jogo como audiovisual interativo permite que políticas públicas e regulações desenvolvidas para o setor audiovisual sejam aplicadas de maneira mais adequada à indústria de jogos, garantindo seu crescimento sustentável. Além disso, fortalece a compreensão de que os jogos não são apenas produtos de entretenimento, mas também expressões culturais complexas, com potencial econômico, educacional e artístico.

O enquadramento promove maior segurança jurídica para desenvolvedores e gestores públicos, estabelecendo diretrizes mais claras para a formulação de políticas de fomento e desenvolvimento do setor. Com o reconhecimento dos jogos como uma verdadeira modalidade audiovisual, abre-se espaço para a valorização do Brasil como um pólo criativo e inovador no cenário global de games.

Embora a Lei do Audiovisual possa ser aplicada aos jogos eletrônicos, sua regulamentação original foi concebida para obras audiovisuais stricto sensu, como filmes e séries. A renovação da Lei do Audiovisual torna-se um momento oportuno e necessário para consolidar os avanços trazidos pelo Marco Legal dos Games, ancorando suas conquistas e atualizando diretrizes para melhor atender às especificidades do setor. Os jogos eletrônicos possuem características próprias, como interatividade, atualizações constantes e modelos de desenvolvimento



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251113799000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho



dinâmicos, que exigem ajustes normativos. O reconhecimento dos jogos como audiovisual interativo permite a criação de um ambiente regulatório mais adequado às suas particularidades.

Ao integrar o Marco Legal dos Games às diretrizes consolidadas da Lei do Audiovisual, fortalece-se a segurança jurídica para desenvolvedores e gestores públicos, garantindo um suporte institucional robusto para o crescimento sustentável da indústria. Esse alinhamento possibilita uma regulamentação mais flexível e adaptada às particularidades do mercado de games, assegurando que os benefícios conquistados sejam efetivos e duradouros.

Em suma, os jogos eletrônicos representam um setor estratégico, com alto potencial de geração de empregos, inovação tecnológica e projeção internacional da cultura brasileira. A valorização do setor fortalece sua capacidade de competir no cenário global e impulsiona o crescimento de estúdios nacionais. A modernização da legislação brasileira para reconhecer os jogos eletrônicos como parte do setor audiovisual é um passo essencial para consolidar o crescimento da indústria no Brasil. A Lei nº 14.852/2024 já reconheceu os jogos como obras audiovisuais interativas, mas é necessário garantir a efetividade desse reconhecimento por meio da regulamentação e do fortalecimento de diretrizes específicas. Com isso, o Brasil pode se tornar um protagonista na produção global de jogos eletrônicos, impulsionando a economia criativa e gerando novas oportunidades para desenvolvedores e empreendedores do setor.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Márcio Marinho**  
**(REPUBLICANOS - BA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251113799000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Marinho



\*CD251113799000\* LexEdit



**MPV 1280**  
**00004**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
**(à MPV 1280/2024)**

O art. 2º da Medida Provisória nº 1.280, de 23 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

“Art. 44. Até o período de apuração relativo ao ano-calendário de 2029, inclusive, as pessoas físicas e jurídicas tributadas pelo lucro real **ou presumido** poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias aplicadas na aquisição de cotas dos Funcines.

.....” (NR)

“Art. 45. ....

.....

II - no ano-calendário, para as pessoas jurídicas **que sejam tributadas pelo lucro presumido e** que, tendo optado pelo recolhimento do imposto por estimativa, apuram o lucro real anual.

.....” (NR)

.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.280, de 2024, prorroga o prazo de vigência de mecanismos de fomento ao setor audiovisual, entre eles o FUNCINES, que



são fundos de investimento dedicados ao financiamento da indústria audiovisual brasileira, cuja aquisição das cotas por parte de pessoas físicas ou jurídicas se dá por meio do abatimento de uma parcela do Imposto de Renda devido.

Os FUNCINES podem aplicar seus recursos em projetos de produção, distribuição e comercialização de obras audiovisuais brasileiras independentes; projetos de construção, reforma e recuperação de salas de exibição; projetos de infraestrutura; e projetos de aquisição de ações de empresas brasileiras da cadeia produtiva do audiovisual. Trata-se de uma modalidade inovadora de estímulo à atividade audiovisual, e que pode, no futuro, voltar a despertar a atenção dos investidores.

O art. 44 que está sendo alterado permite deduzir do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual, pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real, as quantias aplicadas na aquisição de cotas dos Funcines.

Não há uma justificativa plausível para que somente grandes empresas possam se utilizar da dedução, no imposto de renda pessoa jurídica, dos investimentos citados. Isto acaba por restringir o estímulo à aquisição de cotas dos citados fundos para essa importante causa, que é de fundamental importância para as obras audiovisuais brasileiras independentes e toda a cadeia produtiva do audiovisual.

As pequenas e médias empresas, que apuram o imposto de renda pelo sistema de tributação do lucro presumido, também devem ser inseridas nesse contexto.

Não há que se confundir sistemática de apuração de tributo com o próprio tributo; por certo que o lucro presumido se utiliza da técnica de presunção de despesas, mas, uma vez calculado o tributo, o seu valor corresponde ao que o ordenamento jurídico entende como legítimo. O desconto das aquisições ocorre no imposto calculado, e não em sua base de cálculo.

A presunção de despesas não pode ser utilizada como argumento para que as pequenas e médias empresas sejam impedidas de poderem descontar do imposto apurado os investimentos efetuados.



Ademais, há semelhante incentivo fiscal que permite a participação das pequenas e médias empresas, qual seja as doações, com dedução do imposto de renda pessoa jurídica, feitas aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.213/2010.

Assim, proponho emenda para que a pequena e a média empresa, tributada com base no lucro presumido, que adquirir cotas dos FUNCINES, possa deduzi-las do imposto de renda, obedecidos o mesmo limite do imposto sobre a renda devido para as demais empresas.

Ante o exposto, na certeza de contribuir para a ampliação desta política pública de captação de recursos para auxílio às obras audiovisuais brasileiras independentes e à cadeia produtiva do audiovisual, espero contar com o apoio dos Pares para acatamento desta emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1280**  
**00005**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
**(à MPV 1280/2024)**

O art. 3º da Medida Provisória nº 1.280, de 23 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....

“Art. 1º Até o exercício fiscal de 2029, inclusive, os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias investidas na produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas dos direitos de comercialização das referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pela Agência Nacional do Cinema – Ancine.

.....

§ 3º .....

.....

**c) deduzidos do imposto devido na declaração trimestral para pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido.**

.....” (NR)

“Art. 1º-A Até o ano-calendário de 2029, inclusive, as quantias referentes ao patrocínio à produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente, cujos projetos tenham sido previamente aprovados pela Ancine, poderão ser deduzidas do imposto de renda devido apurado:





.....

II - em cada período de apuração, trimestral ou anual, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real **ou no lucro presumido.**

.....” (NR)

“Art. 4º.....

.....

§ 2º.....

.....II -

limite do aporte de recursos objeto dos incentivos previstos nos art. 1º e art. 1º-A, somados, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e, para os incentivos previstos nos art. 3º e art. 3º-A, somados, é de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), podendo esses limites ser utilizados concomitantemente;

.....” (NR)

.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.280, de 2024, prorroga o prazo de vigência de mecanismos de fomento ao setor audiovisual, entre eles, os mecanismos de incentivo previstos nos arts. 1º e 1º-A da Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685, de 1993).

O art. 1º da Lei do Audiovisual possibilita a pessoas físicas ou jurídicas optarem pelo abatimento de uma parcela do Imposto de Renda devido para aquisição de Certificados de Investimento Audiovisual. Esses Certificados conferem, ao agente que realiza o abatimento, direito à participação na Receita Líquida devida pelo Produtor da obra audiovisual financiada com esses recursos.

O art. 1º-A da Lei do Audiovisual é voltado a pessoas físicas ou jurídicas, que podem optar pelo abatimento de uma parcela do Imposto de Renda devido para fins de Patrocínio. Esta modalidade permite a exibição de marca da empresa



que realiza o abatimento fiscal nos créditos e no material de divulgação da obra financiada.

Não há uma justificativa plausível para que somente grandes empresas possam se utilizar da dedução, no imposto de renda pessoa jurídica, dos investimentos citados. Isto acaba por restringir o estímulo à aquisição dos certificados e aos patrocínios para essa importante causa, que é de fundamental importância para as obras audiovisuais brasileiras independentes e toda a cadeia produtiva do audiovisual.

As pequenas e médias empresas, que apuram o imposto de renda pelo sistema de tributação do lucro presumido, também devem ser inseridas nesse contexto.

Não há que se confundir sistemática de apuração de tributo com o próprio tributo; por certo que o lucro presumido se utiliza da técnica de presunção de despesas, mas, uma vez calculado o tributo, o seu valor corresponde ao que o ordenamento jurídico entende como legítimo. O desconto desses gastos ocorre no imposto calculado, e não em sua base de cálculo.

A presunção de despesas não pode ser utilizada como argumento para que as pequenas e médias empresas sejam impedidas de poderem descontar do imposto apurado os investimentos efetuados.

Ademais, há semelhante incentivo fiscal que permite a participação das pequenas e médias empresas, qual seja as doações, com dedução do imposto de renda pessoa jurídica, feitas aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.213/2010.

Assim, proponho emenda para que a pequena e a média empresa, tributada com base no lucro presumido, que adquirir Certificados de Investimento Audiovisual e fazer patrocínios, possa deduzi-los do imposto de renda, obedecidos o mesmo limite do imposto sobre a renda devido para as demais empresas.

Ante o exposto, na certeza de contribuir para a ampliação desta política pública de captação de recursos para auxílio às obras audiovisuais



brasileiras independentes e à cadeia produtiva do audiovisual, espero contar com o apoio dos Pares para acatamento desta emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



MPV 1280  
00006

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 4º** Os benefícios fiscais de que trata esta Medida Provisória terão o seu custo fiscal de gasto tributário fixado no orçamento anual.” (NR).”

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente artigo 4º da Medida Provisória atualmente fixa um limite objetivo de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para os benefícios fiscais de que trata a Medida. No entanto, um único limite para todos os incentivos representaria um risco de restrição excessiva dos montantes destinados a cada um deles, impactando assim a previsibilidade e a alocação eficiente de recursos na indústria audiovisual.

Isto denota uma enorme insegurança jurídica, que, por razões naturais, deve ser evitada. Finalmente, note-se que tais mecanismos são fundamentais para o crescimento da indústria audiovisual brasileira, que atualmente ocupa uma parcela considerável do PIB brasileiro.

Nesse sentido, dados da ANCINE (<https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/concessoes-de-recursos-financeiros-ou-renuncias-de-receitas/renuncia-de-receitas-1>) mostram que, entre 2018 e 2023, o montante captado apenas nos mecanismos da Lei do Audiovisual (arts. 1º, 1º-A, 3º, 3º-A e 39-X), variou entre R\$ 250 milhões e R\$ 425 milhões. Assim, com a inclusão dos incentivos do Recine e dos Funcines (que não estão previstos na Lei do Audiovisual, mas na Lei nº 12.599/2012 e na MP nº 2228-1/2001, respectivamente) no limite de R\$ 300 milhões, há o risco de que ocorra uma redução dos limites



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258743009900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amaro Neto

\*CD258743009900\*  
ExEdit

captados e investidos, no âmbito de cada incentivo *per se*. Também haveria desafios operacionais na gestão de um limite único, pois os mecanismos de incentivo possuem fontes tributárias distintas.

Portanto, considerando ainda que, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000, art. 14, I), tais incentivos, como renúncias fiscais, já estão submetidos aos limites impostos na Lei Orçamentária Anual, entende-se que seria esta a apropriada legislação para estabelecimento de limites específicos para cada mecanismo. Destaca-se ainda que, em anos anteriores, os valores previstos na LOA apenas para os arts. 3º e 3º-A chegou próximo dos R\$ 300 milhões (R\$ 297 milhões em 2021 e R\$ 261 milhões em 2022, por exemplo), o que demonstra como um único limite de R\$ 300 milhões para os diferentes mecanismos de que trata a Medida Provisória limitaria muito o potencial de cada um deles, e, subsequentemente, seu positivo impacto à economia brasileira.

Convém ressaltar que a Lei Orçamentária para 2025 ainda não foi definitivamente aprovada, o que reforça a oportunidade e conveniência de que os limites relativos aos mecanismos de incentivo sejam discutidos em seu escopo. Nesse contexto, embora o PLOA 2025, elaborado antes da Medida Provisória, previsse um limite específico apenas para os arts. 3º e 3º-A, de R\$ 180 milhões, pois eram os únicos vigentes naquele momento da discussão, o Relatório da Receita aprovado pela Comissão Mista previa um gasto potencial de R\$ 759 milhões para os incentivos.

Destarte, como forma de dirimir as inseguranças resultantes de limites diferentes, previstos em normas distintas, bem como aquelas decorrentes da ausência de clareza sobre a gestão de um único limite - assim garantindo que cada mecanismo tenha um limite individualizado -, propõe-se alterar a redação do art. 4º para fazer remissão ao orçamento anual. Dessa forma, busca-se obter maior segurança jurídica, previsibilidade e equidade na distribuição dos recursos dos incentivos ao setor audiovisual.

Portanto, solicito apoio de meus pares para a aprovação desta emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258743009900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amaro Neto



Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Amaro Neto**  
**(REPUBLICANOS - ES)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258743009900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amaro Neto



**MPV 1280  
00007**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
**(à MPV 1280/2024)**

A Medida Provisória nº 1.280, de 23 de dezembro de 2024, fica acrescida do seguinte art. 5º-A com a seguinte redação:

“Art. 5º-A. Os projetos aprovados, nos termos da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, deverão ser publicados, de forma resumida, no sítio oficial da *internet* utilizado pelo órgão competente para aprovação

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.280, de 2024, prorroga e amplia os mecanismos de fomento ao setor audiovisual, destinados ao financiamento de obras cinematográficas e outras iniciativas da indústria audiovisual brasileira. No entanto, a efetividade desses benefícios depende de um acompanhamento e de uma gestão transparente para garantir a destinação eficiente dos recursos.

Nesse sentido, proponho emenda para que os projetos aprovados, nos termos da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, sejam publicados, de forma resumida, no sítio oficial da *internet* utilizado pelo órgão competente para aprovação.

A publicação das informações em meio digital promove o acesso público a dados sobre os projetos contemplados, permitindo que a sociedade, órgãos de controle e até mesmo outros investidores possam verificar se os projetos realmente atendem aos critérios estabelecidos pela legislação, bem como acompanhar se os recursos estão sendo aplicados corretamente e de maneira justa, evitando favorecimentos indevidos.





Ademais, essa publicação garante maior previsibilidade ao mercado, uma vez que potenciais investidores e produtores poderão analisar quais tipos de projetos estão sendo priorizados, além de fortalecer a política de incentivo ao audiovisual, assegurando que os recursos destinados ao setor cheguem de fato aos projetos que mais contribuem para o desenvolvimento da cultura nacional.

O incentivo ao setor audiovisual por meio da renúncia fiscal representa um investimento indireto do Estado na economia criativa. Assim, a publicação dos projetos aprovados cumpre dois princípios essenciais da administração pública:

**Princípio da Publicidade:** Os atos administrativos devem ser acessíveis ao conhecimento da sociedade, permitindo amplo acesso à informação.

**Princípio da Eficiência:** A transparência na destinação dos recursos ajuda a otimizar o uso das verbas públicas, garantindo que sejam aplicadas de forma mais produtiva e com impacto real no setor audiovisual.

A experiência internacional e nacional demonstra que mecanismos de fomento cultural e audiovisual bem geridos, com transparência e participação social, resultam em ganhos concretos para a economia e para a diversidade cultural do país.

A disponibilização das informações sobre os projetos aprovados permitirá a redução de irregularidades, pois os incentivos fiscais não poderão ser usados de forma indevida ou para fins alheios à cultura, a facilitação de pesquisas de jornalistas e pesquisadores e maior engajamento da sociedade e da própria classe artística, promovendo um ambiente de investimentos mais justo e distribuído.

A exigência de publicação dos projetos aprovados nos sítios oficiais do governo não cria qualquer ônus adicional para o Estado, pois utiliza plataformas já existentes. Em contrapartida, traz grandes benefícios ao aprimorar a transparência, a governança e a confiança no uso dos incentivos fiscais voltados ao audiovisual.



Com essa emenda, fortalecemos o setor de forma sustentável e garantimos que os recursos públicos cumpram seu objetivo de fomentar a produção cultural e cinematográfica brasileira de maneira equitativa e eficiente.

Ante o exposto, na certeza de contribuir para a ampliação desta política pública de auxílio às obras audiovisuais brasileiras independentes e à cadeia produtiva do audiovisual, espero contar com o apoio dos Pares para acatamento desta emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1280  
00008**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº        - CMMPV 1280/2024**  
**(à MPV 1280/2024)**

A Medida Provisória nº 1.280, de 23 de dezembro de 2024, fica acrescida do seguinte art. 5º-A com a seguinte redação:

“Art. 5º-A. A Agência Nacional do Cinema (Ancine) encaminhará a lista dos projetos aprovados, nos termos da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, ao Senado Federal, que poderá solicitar maiores informações sobre os projetos.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.280, de 2024, prorroga e amplia os mecanismos de fomento ao setor audiovisual, destinados ao financiamento de obras cinematográficas e outras iniciativas da indústria audiovisual brasileira.

A ANCINE administra mecanismos de fomento ao audiovisual com base em leis e regulamentos específicos, mas a ausência de um acompanhamento externo pode gerar dúvidas sobre os critérios adotados. A transparência nas decisões é fundamental para assegurar que os recursos sejam aplicados de forma equitativa e eficiente, sem favorecer determinados grupos em detrimento de outros.

O setor audiovisual é um campo onde diversas narrativas e perspectivas coexistem. Contudo, a seleção de projetos pode, eventualmente, refletir critérios subjetivos ou enviesados, prejudicando a pluralidade cultural e a liberdade artística. O envio da lista ao Senado Federal cria um mecanismo de controle e equilíbrio institucional, permitindo que o Parlamento tenha



conhecimento das decisões e possa influenciar caso identifique distorções na concessão dos incentivos.

Nesse sentido, proponho emenda para que a Agência Nacional do Cinema (Ancine) encaminhe a lista dos projetos aprovados, nos termos da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, ao Senado Federal, que poderá solicitar maiores informações sobre os projetos.

O Congresso Nacional, em especial o Senado Federal, possui a prerrogativa de acompanhar políticas públicas e a alocação de recursos federais, em especial as relativas aos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Uma obra cinematográfica, especialmente caso se popularize, tem um alcance bem mais amplo do que uma transmissão local.

Ao receber a lista dos projetos aprovados, os parlamentares poderão exercer melhor sua função fiscalizadora, garantindo que os investimentos no setor audiovisual sejam feitos de maneira democrática, transparente e alinhada ao interesse público.

A exigência do envio da lista de projetos aprovados ao Senado está em consonância com os princípios da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e com a própria natureza pública dos recursos empregados. Além disso, a medida fortalece os princípios da publicidade e moralidade administrativa, previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

A verificação dos projetos pelo Senado pode contribuir para que os recursos sejam melhor distribuídos, evitando a concentração em determinados nichos ou regiões, promovendo uma maior diversidade de temáticas e de produtores beneficiados.

Ademais, a emenda não interfere na autonomia da ANCINE, apenas cria um mecanismo de transparência e fiscalização, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma equilibrada e sem distorções. Assim, o envio da lista ao Senado fortalece o controle democrático sobre os investimentos no setor audiovisual, garantindo eficiência, imparcialidade e pluralidade cultural.



Essa proposta não restringe a liberdade artística, mas assegura que o financiamento de obras cinematográficas seja realizado de maneira justa e transparente, evitando favorecimentos indevidos e promovendo a diversidade na produção audiovisual brasileira.

Ante o exposto, na certeza de contribuir para a qualidade desta política pública de auxílio às obras audiovisuais brasileiras independentes e à cadeia produtiva do audiovisual, espero contar com o apoio dos Pares para acatamento desta emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1280  
00009**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
**(à MPV 1280/2024)**

O art. 4º da Medida Provisória nº 1.280, de 23 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Os benefícios fiscais de que trata esta Medida Provisória terão o seu custo fiscal de gasto tributário fixado no orçamento anual.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 4º da Medida Provisória em questão atualmente fixa um limite objetivo de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para os benefícios fiscais de que trata a Medida. No entanto, um único limite para todos os incentivos representaria um risco de restrição excessiva dos montantes destinados a cada um deles, impactando assim a previsibilidade e a alocação eficiente de recursos na indústria audiovisual.

Isto denota uma enorme insegurança jurídica, que, por razões naturais, deve ser evitada. Finalmente, nota-se que tais mecanismos são fundamentais para o crescimento da indústria audiovisual brasileira, que atualmente ocupa uma parcela considerável do PIB brasileiro.

Nesse sentido, dados da ANCINE <sup>[1]</sup> mostram que, entre 2018 e 2023, o montante captado apenas nos mecanismos da Lei do Audiovisual (arts. 1º, 1º-A, 3º, 3º-A e 39-X), variou entre R\$ 250 milhões e R\$ 425 milhões. Assim, com a inclusão dos incentivos do Recine e dos Funcines (que não estão previstos na Lei do Audiovisual, mas na Lei nº 12.599/2012 e na MP nº 2228-1/2001, respectivamente) no limite de R\$ 300 milhões, há o risco de que ocorra uma redução dos limites captados e investidos, no âmbito de cada incentivo *per si*. Também haveria desafios



operacionais na gestão de um único limite, pois os mecanismos de incentivo possuem fontes tributárias distintas.

Portanto, considerando ainda que, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000, art. 14, I), tais incentivos, como renúncias fiscais, já estão submetidos aos limites impostos na Lei Orçamentária Anual, entende-se que seria esta a apropriada legislação para estabelecimento de limites específicos para cada mecanismo.

Destaca-se ainda que, em anos anteriores, os valores previstos na LOA apenas para os arts. 3º e 3º-A chegou próximo dos R\$ 300 milhões (R\$ 297 milhões em 2021 e R\$ 261 milhões em 2022, por exemplo), o que demonstra como um único limite de R\$ 300 milhões para os diferentes mecanismos de que trata a Medida Provisória limitaria muito o potencial de cada um deles, e, subsequentemente, seu positivo impacto à economia brasileira.

Convém ressaltar que a Lei Orçamentária para 2025 ainda não foi definitivamente aprovada, o que reforça a oportunidade e conveniência de que os limites relativos aos mecanismos de incentivo sejam discutidos em seu escopo. Nesse contexto, embora o PLOA 2025, elaborado antes da Medida Provisória, previsse um limite específico apenas para os arts. 3º e 3º-A, de R\$ 180 milhões, pois eram os únicos vigentes naquele momento da discussão, o Relatório da Receita aprovado pela Comissão Mista previa um gasto potencial de R\$ 759 milhões para os incentivos.

Destarte, como forma de dirimir as inseguranças resultantes de limites diferentes, previstos em normas distintas, bem como aquelas decorrentes da ausência de clareza sobre a gestão de um único limite - assim garantindo que cada mecanismo tenha um limite individualizado -, propõe-se alterar a redação do art. 4º para fazer remissão ao orçamento anual. Dessa forma, busca-se obter maior segurança jurídica, previsibilidade e equidade na distribuição dos recursos dos incentivos ao setor audiovisual.

Portanto, solicito apoio de meus pares para a aprovação desta emenda.



<sup>[1]</sup> (<https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/concessoes-de-recursos-financeiros-ou-renuncias-de-receitas/renuncia-de-receitas-1>)

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**





MPV 1280  
00010

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Acrescentem-se arts. 6º-1 e 6º-2 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 6º-1.** Revogam-se da Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001 o § 4º do art. 1º e os incisos XVIII, XIX, XX e XXI art. 7º.”

“**Art. 6º-2.** Revogam-se da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 art. 2º incisos II, III, VIII, XIX e XXII, art. 3º, parágrafo único, art. 5º, art. 6º, os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 10, art. 12, art. 13, art. 14, art. 15, art. 16, art. 17, art. 18, art. 19, art. 20, art. 21, art. 22, art. 23, art. 24, art. 31.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A concepção da Lei do SeAC veio embalada por forte viés intervencionista no setor de Televisão por assinatura que então vivia melhores momentos, registrando sucessivo aumento de receitas e ampliação da base de assinantes.

Vale lembrar que quando da aprovação da Lei nº. 12459 de 2011 a ameaça de serviços on demand e plataformas de distribuição como a NETFLIX, AMAZON e APPLE TV – embora previsível – não representava grandes perdas para a TV por assinatura. O que era apenas uma conjectura negativa agora representa efetiva concorrência e já se apresenta como fator determinante para perda de receitas e arrecadação fiscal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251799155600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



Cabe ao Poder Legislativo dar resposta à concorrência assimétrica, ao mesmo tempo em que não se deve deixar seduzir pela combatida fórmula de mais regulamentação e mais burocracia, comprovadamente ineficaz. Em outras palavras e diante do sucesso dos novos serviços, propiciada justamente pela ausência de regulamentações e restrições normativas, deve-se reduzir a carga regulatória asfixiante do SeAC, para que serviços como o DTH e a TV a cabo, livres de algumas amarras, possam competir com os serviços on demand.

O primeiro ponto a merecer destaque está no art. 5º da Lei nº. 12.485 de 2011 que, sob o rótulo de vedação à propriedade cruzada de meios, acabou por restringir radicalmente o poder de concorrência dos grupos de mídia brasileiros em relação ao conteúdo estrangeiro.

Embora possa parecer interessante no discurso, a vedação à propriedade cruzada, isto é, a não confluência em mesmo grupo econômico das atividades de distribuição e produção de conteúdo, acabou por descapitalizar a produção nacional de áudio visual, tornando-a refém de subsídios e medidas protecionistas, cujo único efeito concreto é a oneração do contribuinte e a redução de sua liberdade de escolha.

Enquanto o mundo assiste a fusões e aquisições cada vez mais frequentes, no sentido da convergência entre a produção de conteúdo e as plataformas de distribuição, a opção Legislativa impõe ao mercado nacional justamente o oposto, expondo descompasso entre norma e realidade econômica.

No tocante às cotas de programação e de canais, não se pode ignorar que os resultados foram muito aquém do esperado, tanto na quantidade, como na qualidade da produção e oferta de conteúdo audiovisual nacional.

E quem acabou pagando a conta do intervencionismo foi novamente o consumidor de televisão por assinatura, que passou a conviver com canais que não desejava e mesmo em seus canais preferidos, com conteúdo nacional repetitivo e – salvo raras exceções – de baixa qualidade.

Não se pode perder de vista que sob o aspecto moral é de todo reprovável a ideia de que uma elite intelectual – burocrática e/ou artística – possa de qualquer forma impor aos consumidores conteúdo pago e de origem privada,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251799155600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



retirando-lhes aquilo que é mais essencial neste tipo de serviço, que é a liberdade de escolha.

Demais disso, a inutilidade das cotas de programação e de canal fica evidente quando se percebe a qualidade e os ótimos resultados de audiência e crítica em obras nacionais produzidas pela plataforma NETFLIX, prova cabal de o mercado e os consumidores têm maturidade tanto na oferta como na demanda de conteúdo de alta qualidade.

Note-se que os sistemas de distribuição on demand ou VOD não foram afetados pelas políticas de cotas, atendendo somente e tão somente ao padrão de mercado e, não por acaso, aprestaram os melhores resultados quanto à produção de conteúdo nacional inédito.

Na outra ponta, verifica-se que o pagamento de mais canais e a estrutura necessária para sua distribuição impôs ônus excessivo sobre as distribuidoras, pressionando o preço das assinaturas em desfavor do consumidor.

Além do custo direto e mais visível decorrente da imposição de mais canais não necessariamente rentáveis às distribuidoras e tampouco atrativos aos assinantes, não se pode ignorar a estrutura exigida para tratar com a Ancine, atividade que exige novos cadastros, certidões, processos administrativos, intervenções jurídicas e toda uma gama de mão de obra que impacta no preço final da assinatura.

A desburocratização que aqui se propõem, entretanto, preserva à obrigatoriedade de carregamento de canais que efetivamente têm interesse público, inovando, também, em relação às Redes Nacionais de Televisão. Admite-se neste ponto algum intervencionismo por força do conceito de conteúdo mínimo, assim considerados os canais a que o consumidor teria acesso gratuitamente e aqueles de reconhecido interesse e origem pública.

Assim sendo a presente proposta remove os entraves inseridos pela Lei do SeAC e cujos resultados práticos não se mostraram satisfatórios, visando dar maior liberdade quanto ao conteúdo e programação oferecido pelas distribuidoras brasileiras, sem a necessária (e neste caso inútil) tutela estatal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251799155600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



\*CD251799155600\*  
ExEdit



Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251799155600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



MPV 1280  
00011

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº        - CMMPV 1280/2024**  
**(à MPV 1280/2024)**

Dê-se nova redação ao inciso II do § 2º do art. 4º; e acrescente-se § 6º ao art. 4º, ambos da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na forma proposta pelo art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 4º** .....

**§ 2º** .....

**II** – limite do aporte de recursos objeto dos incentivos previstos no art. 1º e no art. 1º-A, ambos desta Lei, somados, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e, para o incentivo previsto no art. 3º e no art. 3º-A, ambos desta Lei é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), para cada mecanismo, podendo esses limites serem utilizados concomitantemente de forma complementar;

**§ 6º** Os valores fixados no inciso II serão anualmente atualizados monetariamente, com data base no mês de janeiro de cada ano, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurada nos doze meses anteriores à data base

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória 1.280 de 2024 prevê a alteração do inciso II, § 2º do Art. 4º da Lei 8.685/93, aumentando os atuais limites de incentivo fiscal de 4 milhões de reais para 12 milhões de reais, e aos Art. 3 e 3-A de 3 milhões de reais para 09 milhões de reais. Nesse sentido, apresenta-se a seguinte emenda



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258112402700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares

LexEdit  
\*CD258112402700\*

modificativa com objetivo de aumentar o montante do limite de aporte dos Artigos 3 e 3-A para 15 milhões de reais, mudança crucial para adaptar a legislação às realidades econômicas e tecnológicas atuais, promovendo um ambiente mais fértil para o desenvolvimento cultural e econômico através do audiovisual.

Ainda que louvável a proposta apresentada, a presente emenda vem para propor uma correção no que diz respeito a atualização e uma sugestão de acréscimo de texto para que a lei alterada não se torne defasada novamente, tal como a vigente.

Nos termos da Medida Provisória apresentada a base de cálculo toma como base o termo inicial de incidência da correção monetária o ano de 2006, considerando a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006 que alterou a redação do mesmo art. 4º inciso II do §4º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993. Ocorre que a Lei nº 11.437/2006 não alterou o valor dos limites que já constavam a partir de 13 de maio de 2002 com a redação que foi dada pela Lei 10.454/2002. Dessa forma, a escolha de 2006 como referência para a correção dos valores parece ter ocorrido devido à suposição equivocada de que a Lei de 2006 havia estabelecido o limite, o que não corresponde à realidade. Neste caso, para manter a consistência no critério, a atualização dos R\$ 3 milhões deveria, no mínimo, ter como base o mês de maio de 2002. Nesse contexto, o cálculo corrigido pelo IPCA, considerando o período de maio de 2002 a dezembro de 2024, resultaria no montante de R\$ 11.476.382,26, uma vez que entre 2002 e 2006 apenas o limite do art. 1º. (e o do 1º-A) foram elevados de três para quatro milhões. Todavia o benefício do art. 3º (e do 3º-A) foram mantidos em três milhões sem nenhuma atualização naqueles quatro anos calendário.

Portanto, a aplicação proposta pela Medida Provisória não resultaria em um limite de R\$ 9.000.000,00 para os artigos 3º e 3º-A, mas sim em R\$ 11.476.382,26, valor que, ao ser acrescido de 15% de aumento real, conforme previsto na justificativa apresentada pelo Executivo, alcançaria R\$ 13.197.839,60. Este cálculo, no entanto, considera a Lei de 2002 como referência, o que não apenas difere da base adotada pela Medida Provisória, como também não considera o histórico da legislação e os valores inicialmente adotados, os quais remontam a promulgação da Lei do Audiovisual em 1993.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258112402700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



\*CD258112402700\*  
ExEdit



A Lei do Audiovisual (Lei nº 9.685/1993), promulgada em 20 de julho de 1993, não previa inicialmente os limites de investimento diretamente em seu texto, mas em seu regulamento. O Decreto nº 974, de 8 de novembro de 1993, estipulou o limite de 1.700.000 Ufir por linha de incentivo (artigos 1º e 3º). À época, a Ufir correspondia a 108,93 Cruzeiros Reais (CR\$), resultando em um valor de CR\$ 185.181.000,00. Essa quantia representava o montante utilizado entre 1993 e 1996. Posteriormente, com a edição de medidas provisórias – culminando na Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996 – o limite de aportes foi ajustado para R\$ 3.000.000,00, vigente desde 16 de agosto de 1996.

Com base nessa trajetória histórica, é evidente que a atualização monetária proposta pela MP de 2024 deveria considerar 1996 como o marco inicial, e não 2006. Uma correção pelo IPCA desde 1996, com o acréscimo real de 15%, resultaria em um limite ajustado de R\$ 18.210.657,50. Tal valor é mais coerente com a evolução dos custos no setor audiovisual e reflete de forma mais precisa a perda de poder aquisitivo acumulada ao longo das décadas.

Essa escolha na definição da data-base compromete a abrangência da atualização e perpetua a corrosão dos limites de investimento em termos reais. Antigamente, o limite estabelecido cobria praticamente o custo de um filme de longa-metragem; hoje, com produções independentes brasileiras custando em média acima de R\$ 15 milhões, o valor de R\$ 3 milhões representa menos de 20% do que originalmente significava. Assim, embora a Medida Provisória nº 1.280/2024 parta de uma premissa correta – a necessidade de atualização dos valores –, ela comete um equívoco material ao adotar 2006 como referência, revisando apenas parcialmente os valores necessários para manter a competitividade do setor.

Além disso, destaca-se que o ajuste proposto é fiscalmente neutro. O aumento do limite dos valores aportados não altera o montante global da renúncia fiscal, trata-se de uma flexibilização regulatória, mantendo intacta a estimativa de impacto orçamentário-financeiro previsto inicialmente. Dessa forma, a medida em questão não representa um aumento da renúncia fiscal, pois não altera a porcentagem de abatimento permitida, mas apenas permite que o beneficiário do incentivo tenha mais capacidade de investimento e otimização dos recursos públicos. Como consequência teremos projetos de mais qualidade e um menor

ExEdit  
\*CD258112402700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258112402700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



custo regulatório para o país. Portanto, não há um aumento do incentivo fiscal proposto e sim uma otimização da liberalidade administrativa dos recursos.

Solicitamos aos nobres membros deste Congresso a aprovação desta emenda, que se mostra não apenas necessária, mas também urgente para o alinhamento da Lei do Audiovisual às práticas contemporâneas de produção e distribuição de conteúdo. A revisão dos limites propostos é uma resposta adequada às transformações do mercado e uma ação essencial para sustentar o crescimento e a internacionalização do setor audiovisual brasileiro.

Nesse sentido, solicito apoio de meus pares para a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258112402700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



\*CD258112402700\* LexEdit





MPV 1280  
00012

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Acrescente-se art. 6º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 6º-1.** Revogam-se os incisos II, III, VIII, XIX, XXII do arts. 2º e os arts. 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 31 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda proposta à Medida Provisória 1280 de 2024, que acrescenta os artigos 5º-1 e 5º-2 e revoga os incisos II, III, VIII, XIX e XXII do art. 2º da Lei nº 12.485, de 2011, visa modernizar a regulamentação da TV por assinatura, a Lei da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado, removendo dispositivos obsoletos que já não atendem às necessidades atuais do setor. A revogação desses incisos busca simplificar a legislação e promover um ambiente mais ágil e flexível para a adaptação às transformações tecnológicas, como a expansão da conectividade e a convergência de plataformas.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
(UNIÃO - SP)  
Deputado Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257397274300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



MPV 1280  
00013

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Acrescente-se art. 6º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 6º-1.** Revogam-se os Arts. 12, 13 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, o § 4º do art. 1º e os incisos XVIII, XIX, XX e XXI do § 7º da Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda à Medida Provisória 1280 de 2024, que revoga os artigos 12, 13, da Lei nº 12.485 de 2011, visa atualizar o visa atualizar a regulamentação da TV por assinatura, a Lei da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado, eliminando normas obsoletas que não atendem mais às necessidades do setor. Esses artigos, com o passar do tempo, se mostraram desatualizados e incompatíveis com as novas realidades do mercado e das tecnologias.

A revogação desses dispositivos permitirá simplificar a legislação, reduzir a burocracia e criar um ambiente mais eficiente e flexível para o desenvolvimento do setor. Ao remover exigências desnecessárias, a medida contribuirá para a inovação, promovendo maior competitividade entre os prestadores de serviços.

\*CD256832607700\*  
LexEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256832607700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256832607700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



\*CD256832607700\* LexEdit



MPV 1280  
00014

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Acrescente-se art. 6º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 6º-1.** Revoga-se o parágrafo único do art. 3º Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda proposta à Medida Provisória 1280, de 2024, que revoga o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 12.485, de 2011, visa atualizar a regulamentação da TV por assinatura, a Lei da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado. O objetivo do parágrafo revogado estabelece uma reserva de canais para produtores independentes, uma medida que se tornou obsoleta diante das transformações tecnológicas e da crescente popularidade de serviços de streaming.

A revogação tem como finalidade simplificar a regulação, eliminando uma exigência que não se alinha mais com a realidade do mercado atual. Isso permitirá maior flexibilidade para o setor e promoverá um ambiente mais competitivo e inovador, refletindo as mudanças no consumo de conteúdo audiovisual e a convergência das tecnologias de comunicação

\*CD255262441000\*  
LexEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255262441000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares

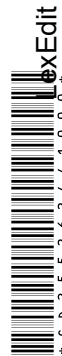


Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255262441000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



MPV 1280  
00015

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Acrescente-se art. 6º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 6º-1.** Revogam-se os Arts. 5º, 6º e os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 10 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda que acrescenta o artigo 6º-1 à Medida Provisória 1280 de 2024, revogando os artigos 5º, 6º da Lei nº 12.485, de 2011, tem o objetivo de atualizar a regulamentação da TV por assinatura, a Lei da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado, removendo dispositivos que se tornaram obsoletos e desnecessários ao longo do tempo. Essa revogação visa simplificar a legislação, reduzir burocracias e criar um ambiente mais flexível e eficiente para o desenvolvimento do setor.

Com a evolução tecnológica e as mudanças nas necessidades do mercado, é essencial que a regulação acompanhe essas transformações. A medida busca facilitar a adaptação dos prestadores de serviços às novas demandas, estimulando a inovação e a competitividade.. Dessa forma, a emenda contribui para a modernização do setor, promovendo serviços mais rápidos, acessíveis e de melhor qualidade para a população

\* CD 253269579900 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253269579900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253269579900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



\*CD253269579900\* LexEdit



MPV 1280  
00016

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Dê-se nova redação ao § 2º do art. 32 da Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001, na forma proposta pelo art. 2º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 32. ....**

**§ 2º** Não incidirá fato gerador sobre os prestadores de pequeno porte e/ou prestadores com menos de 200.000 (duzentos mil) assinantes”

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda propõe a inclusão do § 2º ao Art. 32 da Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001, visando promover um tratamento mais justo e equilibrado para os prestadores de pequeno porte e aqueles com menos de 200.000 (duzentos mil) assinantes. A medida busca excluir esses prestadores da incidência de fatos geradores que, em determinadas situações, podem ser onerosos e desproporcionais para empresas de menor escala.

A inclusão do § 2º se justifica pela necessidade de desonerar as pequenas empresas, que desempenham um papel crucial na diversidade e na competitividade do mercado, promovendo inovação e aumentando a oferta de serviços de telecomunicações de forma acessível. Essas empresas, devido ao seu porte reduzido, enfrentam desafios financeiros significativos, sendo, portanto, mais vulneráveis a encargos adicionais, o que poderia comprometer a sustentabilidade de suas atividades.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250045085200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares





Portanto, a emenda visa garantir que as micro e pequenas empresas, em especial aquelas com um número reduzido de assinantes, possam se desenvolver sem que sobre elas recaia uma carga tributária excessiva, favorecendo um ambiente de negócios mais inclusivo e estimulante para a inovação no setor de telecomunicações.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250045085200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



MPV 1280  
00017

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Acrescente-se § 2º ao art. 56 da Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001, na forma proposta pelo art. 2º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 56. ....

§ 2º Ficam ressalvadas de cumprir as obrigações do caput as prestadoras de pequeno porte e/ou prestadoras com menos de 200.000 (duzentos mil) assinantes”

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda proposta visa flexibilizar as obrigações para prestadoras de telecomunicações de pequeno porte, com menos de 200.000 assinantes, em relação ao cumprimento do art. 56 da Medida Provisória nº 2.228-1/2001. Atualmente, as obrigações estabelecidas pela MPV são desproporcionais para essas empresas, que não possuem a mesma estrutura das grandes operadoras, o que pode comprometer sua competitividade e sustentabilidade financeira. Com a alteração, pretende-se criar condições mais equilibradas no mercado, permitindo que pequenos prestadores operem de forma mais eficiente e incentivem a competição, especialmente em regiões mais remotas. A medida busca desburocratizar o setor e garantir que as obrigações sejam compatíveis com a capacidade das empresas, promovendo justiça regulatória e a inclusão digital. Assim, a emenda contribui

\* CD 251225198400 \*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251225198400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares e outros



para a harmonização das regras do setor e a preservação da qualidade dos serviços prestados.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado Federal**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251225198400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. David Soares)**

Acrescente-se § 2º ao art. 56 da  
Medida Provisória nº 2.228, de 6 de  
setembro de 2001, na forma proposta pelo  
art. 2º da Medida Provisória, nos termos  
a seguir:

Assinaram eletronicamente o documento CD251225198400, nesta ordem:

- 1 Dep. David Soares (UNIÃO/SP)
- 2 Dep. Benes Leocádio (UNIÃO/RN)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251225198400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares e outros



MPV 1280  
00018

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

**Item 1** – Dê-se nova redação ao § 2º do art. 32 e ao § 2º do art. 56, ambos da Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001, na forma proposta pelo art. 2º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 32.** .....

.....

§ 2º Não incidirá fato gerador sobre os prestadores de pequeno porte e/ou prestadores com menos de 200.000 (duzentos mil) assinantes”

“**Art. 56.** .....

.....

§ 2º Ficam ressalvadas de cumprir as obrigações do caput as prestadoras de pequeno porte e/ou prestadoras com menos de 200.000 (duzentos mil) assinantes” (NR)

**Item 2** – Acrescente-se art. 5º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 5º-1.** A Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 41-A.** Ficam ressalvadas de cumprir as obrigações do Capítulo V (cinco) as prestadoras de pequeno porte e/ou prestadoras com menos de 200.000 (duzentos mil) assinantes”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255686346500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares e outros



## JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe a inclusão do § 2º aos Arts. 32 e 56 da Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001, e também acresce o art. 41-A à Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a TV por assinatura, visando promover um tratamento mais justo e equilibrado para os prestadores de pequeno porte e aqueles com menos de 200.000 (duzentos mil) assinantes. A medida busca excluir esses prestadores da incidência de fatos geradores que, em determinadas situações, podem ser onerosos e desproporcionais para empresas de menor escala.

A inclusão do § 2º se justifica pela necessidade de desonerar as pequenas empresas, que desempenham um papel crucial na diversidade e na competitividade do mercado, promovendo inovação e aumentando a oferta de serviços de telecomunicações de forma acessível. Essas empresas, devido ao seu porte reduzido, enfrentam desafios financeiros significativos, sendo, portanto, mais vulneráveis a encargos adicionais, o que poderia comprometer a sustentabilidade de suas atividades.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado Federal**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255686346500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares e outros



\*CD255686346500\* LexEdit





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. David Soares)**

Dê-se nova redação à Medida  
Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a  
seguir.

Assinaram eletronicamente o documento CD255686346500, nesta ordem:

- 1 Dep. David Soares (UNIÃO/SP)
- 2 Dep. Benes Leocádio (UNIÃO/RN)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255686346500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares e outros



MPV 1280  
00019

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
(à MPV 1280/2024)

Acrescente-se art. 6º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 6º-1.** A Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 41-A.** Ficam ressalvadas de cumprir as obrigações do Capítulo V (cinco) as prestadoras de pequeno porte e/ou prestadoras com menos de 200.000 (duzentos mil) assinantes”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda proposta à Medida Provisória nº 1280, de 2024, sugere alterar a Lei nº 12.485/2011 para isentar prestadoras de pequeno porte, com menos de 200.000 assinantes, de cumprir algumas obrigações do Capítulo V dessa lei que trata sobre a obrigatoriedade de determinada quantidade de horas de Conteúdo Brasileiro, chamada cota de tela.

Atualmente, essas obrigações da lei são pesadas demais para pequenas empresas, dificultando sua competitividade e até colocando em risco sua viabilidade financeira. A emenda busca equilibrar as regras, tornando-as mais adequadas ao tamanho dessas empresas, permitindo que elas operem de forma mais eficiente e sustentável.

\* CD 255941228100 \*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255941228100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares e outros





Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado Federal**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255941228100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. David Soares)**

Acrescente-se art. 6º-1 à Medida  
Provisória, com a seguinte redação:

Assinaram eletronicamente o documento CD255941228100, nesta ordem:

- 1 Dep. David Soares (UNIÃO/SP)
- 2 Dep. Benes Leocádio (UNIÃO/RN)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255941228100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares e outros



**MPV 1280  
00020**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
**(à MPV 1280/2024)**

Acrescente-se art. 3º-B à Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na forma proposta pelo art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 3º-B.** Até o ano-calendário de 2029, inclusive, os contribuintes do imposto de renda incidente nas remessas ao exterior de remunerações oriundas da exploração de jogos eletrônicos ou de licenciamentos decorrentes de jogos eletrônicos no País poderão beneficiar-se de abatimento de 70% (setenta por cento) do imposto devido, desde que invistam no desenvolvimento de projetos de produção ou de coprodução de jogos eletrônicos brasileiros independentes.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A indústria de jogos eletrônicos representa atualmente um dos setores mais vibrantes e da economia criativa mundial. Em muitos países, sua receita e impacto cultural já superam os da indústria cinematográfica. No contexto brasileiro, um marco significativo foi alcançado com a promulgação da Lei nº 14.852/2024, conhecida como “Marco Legal dos Jogos Eletrônicos”, que reconheceu formalmente os jogos como obras audiovisuais interativas, representando um avanço fundamental para o desenvolvimento do setor.

Essa legislação constituiu uma conquista sem precedentes para a indústria brasileira de games, proporcionando não apenas segurança jurídica, mas também estabelecendo parâmetros claros para o desenvolvimento, incentivo e comercialização de jogos eletrônicos. Ao equiparar os games às demais produções audiovisuais, a lei reafirma sua importância tanto cultural quanto econômica, embora sua plena efetividade ainda dependa de regulamentação específica.



A Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993) constitui o arcabouço normativo fundamental para a produção audiovisual brasileira. Com o avanço tecnológico e a diversificação das formas de produção de conteúdo, torna-se imperativa sua atualização para incorporar os jogos eletrônicos em seu escopo. A proposta de emenda em questão visa formalizar a classificação dos games como obras audiovisuais interativas, alinhando-se ao entendimento já manifestado pela ANCINE através da Deliberação da Diretoria Colegiada nº 745-E de 2018.

Essa deliberação estabeleceu uma distinção crucial entre obras audiovisuais *stricto sensu* e *lato sensu*, reconhecendo que a concepção tradicional do termo “audiovisual” evoluiu além das obras videofonográficas e cinematográficas convencionais. Com efeito, o Marco Legal dos Games avançou ainda mais neste entendimento, estabelecendo os jogos não apenas como “audiovisual *lato sensu*”, mas como uma categoria própria de “audiovisual interativo”.

A crescente convergência entre diferentes mídias tem resultado em um ecossistema onde as fronteiras entre as demais mídias e jogos eletrônicos se tornam cada vez mais tênues. O reconhecimento dos games como audiovisual interativo permite a aplicação mais adequada de políticas públicas e regulamentações desenvolvidas para o setor audiovisual, assegurando seu desenvolvimento sustentável. Além disso, consolida o entendimento de que os jogos transcendem o mero entretenimento, constituindo expressões culturais complexas com significativo potencial econômico, educacional e artístico.

Esta classificação proporciona maior segurança jurídica tanto para desenvolvedores quanto para gestores públicos, estabelecendo diretrizes mais precisas para a elaboração de políticas de fomento. O reconhecimento dos jogos como modalidade audiovisual legítima fortalece o posicionamento do Brasil como polo criativo e inovador no cenário global de games.

Embora a Lei do Audiovisual seja aplicável aos jogos eletrônicos, sua regulamentação original foi concebida para obras audiovisuais tradicionais. A atualização desta lei representa uma oportunidade ímpar para consolidar os avanços introduzidos pelo Marco Legal dos Games, considerando as



especificidades do setor, como interatividade, necessidade de atualizações constantes e modelos de desenvolvimento dinâmicos.

A integração entre o Marco Legal dos Games e a Lei do Audiovisual fortalece o suporte institucional necessário para o crescimento sustentável da indústria, possibilitando uma regulamentação mais flexível e adaptada às particularidades do mercado de games.

O setor de jogos eletrônicos constitui uma área estratégica para o Brasil, com expressivo potencial para geração de empregos qualificados, desenvolvimento tecnológico e projeção internacional da cultura brasileira. A modernização do marco regulatório, reconhecendo os jogos como parte integrante do setor audiovisual, representa um passo fundamental para consolidar o crescimento da indústria nacional. Embora a Lei nº 14.852/2024 já tenha estabelecido este reconhecimento, sua efetividade depende da implementação de regulamentação específica e do fortalecimento de diretrizes setoriais. Com essas medidas, o Brasil poderá assumir posição de destaque na produção global de jogos eletrônicos, impulsionando a economia criativa e ampliando as oportunidades para desenvolvedores e empreendedores do setor.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Senador Rogério Carvalho**  
(PT - SE)



**MPV 1280  
00021**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
**(à MPV 1280/2024)**

Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 4º** Os benefícios fiscais de que trata esta Medida Provisória terão o seu custo fiscal de gasto tributário fixado no orçamento anual.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente artigo 4º da Medida Provisória atualmente fixa um limite objetivo de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para os benefícios fiscais de que trata a Medida. No entanto, um único limite para todos os incentivos representaria um risco de restrição excessiva dos montantes destinados a cada um deles, impactando assim a previsibilidade e a alocação eficiente de recursos na indústria audiovisual.

Isto denota uma enorme insegurança jurídica, que, por razões naturais, deve ser evitada. Finalmente, note-se que tais mecanismos são fundamentais para o crescimento da indústria audiovisual brasileira, que atualmente ocupa uma parcela considerável do PIB brasileiro.

Nesse sentido, dados da ANCINE (<https://www.gov.br/ancine/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/concessoes-de-recursos-financeiros-ou-renuncias-de-receitas/renuncia-de-receitas-1>) mostram que, entre 2018 e 2023, o montante captado apenas nos mecanismos da Lei do Audiovisual (arts. 1º, 1º-A, 3º, 3º-A e 39-X), variou entre R\$ 250 milhões e R\$ 425 milhões. Assim, com a inclusão dos incentivos do Recine e dos Funcines (que não estão previstos na Lei do Audiovisual, mas na Lei nº 12.599/2012 e na MP nº 2228-1/2001, respectivamente) no limite de R\$ 300 milhões, há o risco de que ocorra uma redução dos limites



captados e investidos, no âmbito de cada incentivo *per se*. Também haveria desafios operacionais na gestão de um limite único, pois os mecanismos de incentivo possuem fontes tributárias distintas.

Portanto, considerando ainda que, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000, art. 14, I), tais incentivos, como renúncias fiscais, já estão submetidos aos limites impostos na Lei Orçamentária Anual, entende-se que seria esta a apropriada legislação para estabelecimento de limites específicos para cada mecanismo. Destaca-se ainda que, em anos anteriores, os valores previstos na LOA apenas para os arts. 3º e 3º-A chegou próximo dos R\$ 300 milhões (R\$ 297 milhões em 2021 e R\$ 261 milhões em 2022, por exemplo), o que demonstra como um único limite de R\$ 300 milhões para os diferentes mecanismos de que trata a Medida Provisória limitaria muito o potencial de cada um deles, e, subsequentemente, seu positivo impacto à economia brasileira.

Convém ressaltar que a Lei Orçamentária para 2025 ainda não foi definitivamente aprovada, o que reforça a oportunidade e conveniência de que os limites relativos aos mecanismos de incentivo sejam discutidos em seu escopo. Nesse contexto, embora o PLOA 2025, elaborado antes da Medida Provisória, previsse um limite específico apenas para os arts. 3º e 3º-A, de R\$ 180 milhões, pois eram os únicos vigentes naquele momento da discussão, o Relatório da Receita aprovado pela Comissão Mista previa um gasto potencial de R\$ 759 milhões para os incentivos.

Destarte, como forma de dirimir as inseguranças resultantes de limites diferentes, previstos em normas distintas, bem como aquelas decorrentes da ausência de clareza sobre a gestão de um único limite - assim garantindo que cada mecanismo tenha um limite individualizado -, propõe-se alterar a redação do art. 4º para fazer remissão ao orçamento anual. Dessa forma, busca-se obter maior segurança jurídica, previsibilidade e equidade na distribuição dos recursos dos incentivos ao setor audiovisual.



Portanto, solicito apoio de meus pares para a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Weverton**  
**(PDT - MA)**







# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1284, de 2024**, que *"Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e das Cidades; e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 357.443.320,00, para os fins que especifica."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Sanderson (PL/RS)	001; 002

TOTAL DE EMENDAS: 2



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL

Emenda à Medida Provisória de Crédito Extraordinário

**EMENDA Nº - CMO**  
**(à MPV 1284/2024)**

Suplemente-se as seguintes programações do Anexo da MP 1284/2024:

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

PROGRAMÁTICA: 2318.00WD.6500 Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas devido aos eventos climáticos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul

ESF: F | GND: 3 | RP: 2 | MOD: 90 | IU: 0 | FTE: 3000

VALOR: R\$ 57.980.713

Cancele-se a dotação das seguintes programações do Anexo da MP 1284/2024:

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

PROGRAMÁTICA: 5136.211A.6500 Desenvolvimento e Gestão Ambiental para o Público da Reforma Agrária - No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário - Calamidade Pública)

ESF: F | GND: 4 | RP: 2 | MOD: 90 | IU: 0 | FTE: 3052

VALOR: R\$ 57.980.713

\*CD254301312000\*  
LexEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254301312000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



## JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de Emenda à Medida 1284, de 2024, que tem como objetivo corrigir distorção na destinação de recursos para a reconstrução de moradias afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

A destinação de recursos mais elevados para os assentados afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, embora possa parecer uma medida válida em termos de apoio a um grupo vulnerável, levanta questões importantes sobre a equidade e a eficácia do uso dos recursos públicos. Isso porque a Medida Provisória apresenta significativa distorções em relação ao número de assentados no Rio Grande do Sul e o número da população em geral afetada pelas enchentes, que notadamente é superior, e muito, ao número de assentados.

Nesse sentido, importante assinalar que, embora os assentados sejam, de fato, uma população em situação de vulnerabilidade, a destinação de recursos de forma desproporcional a esse grupo resulta em uma exclusão direta de outros segmentos da sociedade gaúcha igualmente afetados pelas enchentes. Áreas urbanas e regiões periféricas, que também enfrentam os danos das inundações, estão sendo negligenciadas pelo Governo Federal com a edição desta Medida Provisória, que destina mais recursos para os assentados do que para a população em geral.

Enquanto são destinados pela MP 1284/2024 cerca de R\$ 5.153,00 por família atingida pelas enchentes, a mesma MP prevê a destinação de cerca de R\$ 16.620,00 por família assentada, valores que são desproporcionais quando analisados o número de famílias atingidas pelas enchentes.

Ora, as enchentes afetaram uma ampla gama de pessoas em diferentes contextos sociais, como trabalhadores urbanos, moradores de áreas periféricas e famílias que perderam seus lares, todos igualmente vulneráveis. A desigualdade no tratamento pelo Governo Federal representa notadamente um claro interesse político que viola o princípio da impessoalidade e desconsidera a realidade social do Rio Grande do Sul.

Isso porque uma resposta pública eficaz às enchentes deve ser holística e englobar a recuperação das infraestruturas essenciais (como saneamento, transporte, saúde e educação), além de oferecer suporte imediato às vítimas. Concentrar recursos significativos apenas nos assentados prolonga o sofrimento de milhares de cidadãos gaúchos, que, embora não estejam em assentamentos, também enfrentam a perda de bens e a destruição de suas moradias.

A medida, portanto, se não for ajustada para abranger a população de forma mais equitativa, pode gerar divisões sociais, criar desigualdades no

ExEdit  
\*CD254301312000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254301312000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



atendimento das vítimas e falhar em fornecer uma recuperação efetiva para todos os cidadãos gaúchos.

É nesse contexto, portanto, que atento às reais demandas da população gaúcha afetada pelas enchentes, proponho a presente emenda à Medida Provisória, de forma a corrigir essa distorção.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sanderson**  
**(PL - RS)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254301312000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson





CONGRESSO NACIONAL

Emenda à Medida Provisória de Crédito Extraordinário

**EMENDA Nº        - CMO**  
**(à MPV 1284/2024)**

Suprima-se totalmente a seguinte dotação orçamentária do Anexo da MP 1284/2024:

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

PROGRAMÁTICA: 5136.211A.6500 Desenvolvimento e Gestão Ambiental para o Público da Reforma Agrária - No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário - Calamidade Pública)

ESF: F | GND: 4 | RP: 2 | MOD: 90 | IU: 0 | FTE: 3052

VALOR: R\$ 57.980.713

**JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se de Emenda à Medida 1284, de 2024, que tem como objetivo corrigir distorção na destinação de recursos para a reconstrução de moradias afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

A destinação de recursos destacados especificamente para atender as famílias dos assentados afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, embora possa parecer uma medida válida em termos de apoio a um grupo vulnerável, levanta questões importantes sobre a equidade e a eficácia do uso dos recursos públicos. Isso porque a Medida Provisória apresenta significativa distorções em relação ao número de assentados no Rio Grande do Sul e o número da população em geral afetada pelas enchentes, que notadamente é superior, e muito, ao número de assentados. Além disso, não há necessidade de tratar os assentados de forma diferente do restante da população à medida que o acometimento pelas enchentes foi igualmente trágico para todas as famílias.

\*CD254890864200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254890864200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



Nesse sentido, importante assinalar que, embora os assentados sejam, de fato, uma população em situação de vulnerabilidade, a destinação de recursos de forma desproporcional a esse grupo resulta em uma exclusão direta de outros segmentos da sociedade gaúcha igualmente afetados pelas enchentes. Áreas urbanas e regiões periféricas, que também enfrentam os danos das inundações, estão sendo negligenciadas pelo Governo Federal com a edição desta Medida Provisória, que destina mais recursos para os assentados do que para a população em geral.

Enquanto são destinados pela MP 1284/2024 cerca de R\$ 5.153,00 por família atingida pelas enchentes, a mesma MP prevê a destinação de cerca de R\$ 16.620,00 por família assentada, valores que são desproporcionais quando analisados o número de famílias atingidas pelas enchentes.

Ora, as enchentes afetaram uma ampla gama de pessoas em diferentes contextos sociais, como trabalhadores urbanos, moradores de áreas periféricas e famílias que perderam seus lares, todos igualmente vulneráveis. A desigualdade no tratamento pelo Governo Federal representa notadamente um claro interesse político que viola o princípio da impessoalidade e desconsidera a realidade social do Rio Grande do Sul.

Isso porque uma resposta pública eficaz às enchentes deve ser holística e englobar a recuperação das infraestruturas essenciais (como saneamento, transporte, saúde e educação), além de oferecer suporte imediato às vítimas. Concentrar recursos significativos apenas nos assentados prolonga o sofrimento de milhares de cidadãos gaúchos, que, embora não estejam em assentamentos, também enfrentam a perda de bens e a destruição de suas moradias.

A medida, portanto, se não for ajustada para abranger a população de forma mais equitativa, pode gerar divisões sociais, criar desigualdades no atendimento das vítimas e falhar em fornecer uma recuperação efetiva para todos os cidadãos gaúchos.

É nesse contexto, portanto, que atento às reais demandas da população gaúcha afetada pelas enchentes, proponho a presente emenda à Medida Provisória, de forma a corrigir essa distorção, dando tratamento igual a todas as famílias atingidas pelas enchentes.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sanderson**  
**(PL - RS)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254890864200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson





## CONGRESSO NACIONAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1286, de 2024**, que *"Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências."*

PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	001; 027*
Senador Dr. Hiran (PP/RR)	002; 003; 021; 064; 065; 220; 221; 222; 223; 224; 225; 226; 339
Deputado Federal Toninho Wandscheer (/PR)	004; 020; 110; 473; 497
Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	005
Deputado Federal Gilson Daniel (PODEMOS/ES)	006
Deputado Federal Alberto Fraga (PL/DF)	007; 028; 037; 094; 095; 178; 179; 180; 181; 182; 227; 230; 335; 464
Deputado Federal Rafael Prudente (MDB/DF)	008; 009*; 012; 069; 072; 074; 075; 076; 077; 078; 088; 139
Deputada Federal Laura Carneiro (PSD/RJ)	010; 013; 054; 055; 067; 084; 128; 173; 359
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	011; 108
Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PODEMOS/PR)	014; 015; 431
Deputado Federal Dr. Frederico (PRD/MG)	016*; 087
Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF)	017; 018; 019; 022; 026; 034;



PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
	035; 036; 040*; 070; 073; 083; 093; 124; 138; 140; 151; 152; 168; 169; 170; 214; 254; 273; 353; 396; 397; 398; 399; 437; 460; 478; 479; 480; 481; 482; 483; 484; 485; 486; 487; 488; 489; 490; 492; 495
Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	023; 099; 100
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)	024; 025
Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)	029; 030; 044; 282
Deputado Federal João Daniel (PT/SE)	031*; 032*
Deputado Federal Mauricio Marcon (PODEMOS/RS)	033; 049
Deputado Federal Mauro Benevides Filho (PDT/CE)	038
Deputado Federal Aluisio Mendes (REPUBLICANOS/MA)	039; 229
Deputado Federal Jorge Solla (PT/BA)	041; 043*; 053; 071; 193; 322; 323; 324; 325; 326; 327; 328; 329; 330; 331; 332; 333; 334
Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)	042; 238; 263; 283; 360
Deputado Federal Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)	045
Deputado Federal Ruy Carneiro (PODEMOS/PB)	046; 183
Deputado Federal Dr. Ismael Alexandrino (PSD/GO)	047
Deputado Federal Luiz Carlos Busato (UNIÃO/RS)	048
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	050
Deputado Federal Josenildo (PDT/AP)	051
Deputado Federal Dr. Zacharias Calil (UNIÃO/GO)	052
Deputado Federal Evair Vieira de Melo (PP/ES)	056
Deputado Federal Mendonça Filho (UNIÃO/PE)	057; 272
Deputado Federal Nilto Tatto (PT/SP)	058; 059
Deputado Federal Domingos Sávio (PL/MG)	060; 125; 281
Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	061
Deputado Federal Otoni de Paula (MDB/RJ)	062
Deputada Federal Bia Kicis (PL/DF)	063
Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	066
Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	068
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)	079; 080
Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	081; 082
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	085; 307
Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	086
Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	089; 120; 121; 122; 194; 271; 346; 347; 348; 349; 350
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	090; 091
Deputada Federal Gisela Simona (UNIÃO/MT)	092
Deputado Federal Sóstenes Cavalcante (PL/RJ)	096; 097; 098; 233; 277
Deputado Federal Márcio Jerry (PCdoB/MA)	101
Deputado Federal Luiz Carlos Motta (PL/SP)	102
Deputado Federal Guilherme Uchoa (PSB/PE)	103; 104
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	105; 106; 107; 240; 242; 243;





PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
	244; 245; 246; 247; 248; 249; 250; 251; 252; 253
Senador Esperidião Amin (PP/SC)	109
Deputado Federal Cleber Verde (MDB/MA)	111*; 112; 176; 269; 289; 305
Deputado Federal Helio Lopes (PL/RJ)	113
Deputado Federal Prof. Reginaldo Veras (PV/DF)	114; 143; 144; 145; 146; 147; 149; 172; 275; 276; 278; 372; 408; 410; 412; 419; 420; 421; 423; 434; 438; 439; 440; 441
Deputado Federal Romero Rodrigues (PODEMOS/PB)	115*; 116; 175
Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	117
Deputado Federal Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	118
Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	119
Deputada Federal Marussa Boldrin (MDB/GO)	123
Deputado Federal Clodoaldo Magalhães (PV/PE)	126
Deputado Federal Odair Cunha (PT/MG)	127*; 177
Deputado Federal Lincoln Portela (PL/MG)	129*; 208
Senador Wellington Fagundes (PL/MT)	130; 131; 132; 133; 134; 216; 270
Deputado Federal Lucio Mosquini (MDB/RO)	135; 136; 137
Deputada Federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP)	141; 142; 239; 413; 414; 415; 416; 417; 418
Deputado Federal Rodrigo de Castro (UNIÃO/MG)	148
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)	150
Senador Izalci Lucas (PL/DF)	153; 154; 155; 156; 157; 158; 159; 160; 161; 162; 163; 164; 165; 166; 167; 337; 338; 475; 476; 477
Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	171; 267; 336
Deputado Federal José Airton Félix Cirilo (PT/CE)	174; 209; 210; 268
Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)	184; 185; 186; 187; 188; 203
Deputado Federal Allan Garcês (PP/MA)	189; 190; 191
Deputado Federal General Pazuello (PL/RJ)	192
Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC)	195; 258; 259; 297; 298; 299; 300; 308; 309; 317; 318; 319; 320; 363; 364; 365; 424
Senador Weverton (PDT/MA)	196; 204
Deputado Federal Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA)	197
Deputado Federal Átila Lira (PP/PI)	198; 199; 200
Deputado Federal Daniel Barbosa (PP/AL)	201*; 205
Deputado Federal Capitão Alden (PL/BA)	202; 448
Deputado Federal Marcelo Queiroz (PP/RJ)	206; 211; 292; 293; 366; 367
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	207
Deputado Federal Vander Loubet (PT/MS)	212; 213
Deputado Federal Gustavo Gayer (PL/GO)	215; 228; 232
Deputado Federal Mersinho Lucena (PP/PB)	217; 274
Deputado Federal Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)	218
Deputada Federal Lídice da Mata (PSB/BA)	219



PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	231
Deputado Federal Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)	234; 284; 285
Deputado Federal Chico Alencar (PSOL/RJ)	235; 236; 237
Deputado Federal Ricardo Maia (MDB/BA)	241; 321
Deputada Federal Socorro Neri (PP/AC)	255; 256
Deputado Federal Rubens Otoni (PT/GO)	257
Deputado Federal Dr. Luiz Ovando (PP/MS)	260
Deputado Federal Lucas Ramos (PSB/PE)	261
Deputada Federal Luizianne Lins (PT/CE)	262; 264; 301
Deputado Federal Carlos Zarattini (PT/SP)	265
Deputado Federal Paulo Guedes (PT/MG)	266; 302; 435
Deputado Federal Valmir Assunção (PT/BA)	279; 369; 406; 442; 443; 446; 450; 452; 455; 457; 458; 459; 461; 462; 470; 471
Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC)	280
Deputada Federal Natália Bonavides (PT/RN)	286
Deputado Federal Reimont (PT/RJ)	287; 314; 315; 409
Deputado Federal Renildo Calheiros (PCdoB/PE)	288
Deputada Federal Carol Dartora (PT/PR)	290; 454
Deputado Federal Tadeu Veneri (PT/PR)	291; 429; 466
Deputado Federal Glauber Braga (PSOL/RJ)	294; 295
Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	296; 463
Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	303; 304
Deputado Federal Paulo Pimenta (PT/RS)	306
Deputado Federal Padre João (PT/MG)	310; 362; 474
Deputado Federal Gutemberg Reis (MDB/RJ)	311; 316
Deputada Federal Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE)	312; 313
Deputada Federal Ana Pimentel (PT/MG)	340; 504; 505; 506; 507; 508; 509; 510; 511; 512; 513; 514; 515; 516; 517
Deputada Federal Silvia Cristina (PP/RO)	341
Deputada Federal Silvia Waiãpi (PL/AP)	342; 343; 344; 370; 371; 374
Senadora Leila Barros (PDT/DF)	345; 378; 379
Deputado Federal Misael Varella (PSD/MG)	351; 352; 375; 427
Deputado Federal Leônidas Cristino (PDT/CE)	354
Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES)	355; 356; 357; 358; 377; 391; 400; 405; 407; 425; 426
Deputado Federal Carlos Chiodini (MDB/SC)	361
Deputado Federal Eduardo da Fonte (PP/PE)	368
Deputado Federal Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)	373
Deputado Federal Amom Mandel (CIDADANIA/AM)	376
Senador Lucas Barreto (PSD/AP)	380; 381; 382; 383; 384; 385; 386; 387; 388; 389; 390; 496
Deputado Federal Reginaldo Lopes (PT/MG)	392; 393; 394; 395; 428; 430; 432; 436
Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP)	401; 403; 404; 422
Deputado Federal Orlando Silva (PCdoB/SP)	402



PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Deputado Federal Sanderson (PL/RS)	411; 444; 445; 453; 465; 499; 500
Deputado Federal Airton Faleiro (PT/PA)	433
Deputado Federal Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS/RR)	447
Deputado Federal Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)	449
Deputado Federal Felipe Francischini (UNIÃO/PR)	451
Deputado Federal Kiko Celeguim (PT/SP)	456
Deputado Federal Castro Neto (PSD/PI)	467
Senador Marcelo Castro (MDB/PI)	468
Senador Jorge Seif (PL/SC)	469
Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE)	472; 498
Deputado Federal João Carlos Bacelar (PL/BA)	491
Deputado Federal Carlos Veras (PT/PE)	493; 494
Deputado Federal Luiz Couto (PT/PB)	501; 502
Deputado Federal Baleia Rossi (MDB/SP)	503

\* Emenda retirada pelo autor

**TOTAL DE EMENDAS: 517**



[Página da matéria](#)



**MPV 1286**  
**00001**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação aos §§ 7º e 9º do art. 41-F; e suprimam-se os incisos I e II do § 7º do art. 41-F e o § 8º do art. 41-F, todos da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, como propostos pelo art. 143 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 41-F. ....**

**§ 7º** Regulamento disporá sobre a concessão do RRA, o qual deverá conter critérios objetivos e mensuráveis, baseados em informações e dados de acesso público.

**I – (Suprimir)**

**II – (Suprimir)**

**§ 8º (Suprimir)**

**§ 9º** Os efeitos financeiros do RRA ocorrerão a partir da data do requerimento instruído sem pendências de documentação.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1286/2024 logrou a viabilização dos acordos firmados nas mesas de negociação específicas e temporárias realizadas entre o governo e as entidades sindicais em 2024, honrando o compromisso do atual governo com a valorização dos servidores e a melhoria do serviço público.

Para a Fiocruz, além dos aspectos relacionados à reposição das perdas remuneratórias dos servidores, o Termo de Acordo nº 33/2024 trouxe, após quase 15 anos desde a sua primeira formulação e apresentação ao governo, o Reconhecimento de Resultado de Aprendizagem (RRA) como inovação importante



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256995611800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jandira Feghali



para o desenvolvimento da instituição e suas políticas de incentivo à qualificação e ao desempenho.

No entanto, o art. 143 da Medida Provisória trouxe elementos que não foram objeto de diálogo durante a negociação e tampouco objeto de acordo, tais como as seguintes alterações na Lei nº 11.355/2006:

i) Art. 41-F, parágrafo 7º, inciso II – Estabelece recorte temporal para as aquisições de aprendizagem e resultados alcançados pelo servidor que não ultrapasse os últimos cinco anos anteriores à data de requerimento do RRA.

ii) Art. 41-F, parágrafo 9º – Define que os efeitos financeiros do RRA ocorrerão a partir da data de sua concessão e não retroagirão à data do seu requerimento.

Tais condicionalidades, em nosso entendimento, não são coerentes com os princípios e premissas que fundamentam a proposta da RRA.

O RRA responde à necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de desenvolvimento e reconhecimento das diferentes trajetórias profissionais das carreiras da Fiocruz. A valorização das entregas diferenciadas apresentadas pelos servidores ao longo de sua trajetória profissional, como amplamente discutido com o Governo Federal, constitui-se em elemento fulcral da proposta.

O RRA possui perfeita aderência com as diretrizes constantes na Portaria MGI nº 5.127/2024, pois estabelece critérios que valorizam tanto perfis técnicos quanto gerenciais, reconhece e valoriza desempenhos superiores aos parâmetros estabelecidos e contempla o desenvolvimento profissional do servidor na carreira como um processo contínuo ao longo de sua permanência no cargo.

Assim, ao estabelecer o **recorte temporal para as aquisições de aprendizagem e resultados alcançados pelo servidor que não ultrapasse os últimos cinco anos anteriores à data de requerimento do RRA**, fragiliza-se um aspecto crucial da proposta e confronta as próprias diretrizes adotadas pelo Governo Federal, tanto na Portaria MGI nº 5.127/2024 quanto no processo negocial que redundou na ampliação para 20 níveis nas carreiras da Fiocruz. Não se vislumbra coerência ao se desconsiderar aprendizagens e resultados anteriores

\*CD256995611800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256995611800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jandira Feghali



a 5 anos, uma vez que o RRA deve resultar do acúmulo de capacidades e entregas ao longo da trajetória na instituição.

Da mesma forma, a decisão constante no art. 143 da MP 1286/2024 de **vincular os efeitos financeiros do RRA à data de sua concessão** frustra expectativas dos servidores e contraria procedimentos de concessão análogos, como a Retribuição por Titulação (RT) ou Gratificação por Qualificação (GQ), **cujos efeitos financeiros retroagem**, nesses casos, à data de conclusão do curso de pós-graduação ou à data de entrada em efetivo exercício. Mantida essa exigência, gera-se uma desigualdade nas diferentes práticas de concessão de adicionais relacionados à capacitação/ aprendizagens.

Desta forma e pela relevância do tema, esperamos contar com o apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputada Jandira Feghali**  
**(PCdoB - RJ)**  
**deputada federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256995611800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jandira Feghali



\*CD256995611800\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00002****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Alterem-se, no Anexo CCLXXXII da MPV nº 1.286, de 2024, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025” para que eles correspondam a um aumento de 9% (nove por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023”, e, em seguida, alterem-se, na mesma tabela, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2026” para que eles correspondam a um aumento de 5% (cinco por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025”.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Emenda corrige o tratamento injusto dispensado pela MPV aos Médicos e Médicos Veterinários que integram o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). De acordo com o Anexo CCLXXXII da Medida Provisória, os médicos e veterinários receberam, em 1º de janeiro de 2025, reajuste de apenas 4,5% em seus vencimentos básicos, ao passo que o reajuste salarial concedido aos demais cargos desse plano de carreira atingiu 9%, nos termos do Anexo CCXXIV da MPV. O reajuste previsto na MPV para os médicos e veterinários a partir de 1º de abril de 2026, de 4,5%, também ficou aquém daquele concedido aos demais cargos, no montante de 5%.

É importante registrar que os reajustes de 9% em 2025 e 5% em 2026, como nos informou o Sindicato dos Médicos do Estado da Paraíba, são o resultado de uma negociação promovida entre o governo e os servidores integrantes do PCCTAE, nos termos do Acordo de Greve nº 11, de 2024. O acordo firmado não



previa nenhuma distinção entre os reajustes conferidos às diversas categorias que integram o plano de carreira, o que revela a profunda injustiça cometida contra os médicos e veterinários.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
**(PP - RR)**  
**Presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina**





**MPV 1286  
00003**



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Altera os Anexos CXLVIII; CXLIX; CL, item a); CLI, CLV, item e), f), e g) desta Medida Provisória, para que o reajuste seja calculado em 9% em 2025 e 5% em 2026, da seguinte forma:

**ANEXO CXLVIII**

(Anexo XV à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

“TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO

d) Vencimento básico dos cargos de Perito Médico Federal da carreira de Perito Médico Federal e de Supervisor Médico-Pericial da carreira de Supervisor Médico-Pericial - 40 horas semanais, a partir de 1º de janeiro de 2025:

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTOS BÁSICOS EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	16.394,49	17.214,22
ESPECIAL	IV	15.299,77	16.064,76
ESPECIAL	III	14.571,21	15.299,77
ESPECIAL	II	13.246,55	13.908,88
ESPECIAL	I	12.860,72	13.503,76
C	V	12.486,16	13.110,47
C	IV	11.669,30	12.252,76
C	III	11.329,41	11.895,88
C	II	10.999,43	11.549,40



C	I	10.279,83	10.793,82
B	V	9.980,43	10.479,45
B	IV	9.689,73	10.174,22
B	III	9.055,82	9.508,61
B	II	8.792,05	9.231,65
B	I	8.535,98	8.962,78
A	V	7.977,55	8.376,43
A	IV	7.745,20	8.132,46
A	III	7.519,61	7.895,59
A	II	7.300,59	7.665,62
A	I	7.087,95	7.442,34

e) Vencimento básico dos cargos de Perito Médico Federal da carreira de Perito Médico Federal e de

Supervisor Médico-Pericial da carreira de Supervisor Médico-Pericial - 30 horas semanais, a partir de 1º de janeiro de 2025:

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTOS BÁSICOS EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	R\$ 12270.98	R\$ 12884.53
ESPECIAL	IV	R\$ 11451.60	R\$ 12024.17
C	III	R\$ 10906.28	R\$ 11451.60
C	II	R\$ 9914.80	R\$ 10410.54
C	I	R\$ 9626.02	R\$ 10107.32
C	V	R\$ 9345.66	R\$ 9812.94
C	IV	R\$ 8734.26	R\$ 9170.97
B	III	R\$ 6778.11	R\$ 7117.02
B	II	R\$ 6580.69	R\$ 6909.72



B	I	R\$ 6389.03	R\$ 6708.48
B	V	R\$ 5971.06	R\$ 6269.61
B	IV	R\$ 5797.14	R\$ 6087.00
A	III	R\$ 5628.29	R\$ 5909.71
A	II	R\$ 5464.35	R\$ 5737.57
A	I	R\$ 5305.20	R\$ 5570.46

f) Vencimento básico dos cargos de Perito Médico Federal da carreira de Perito Médico Federal e de Supervisor Médico-Pericial da carreira de Supervisor Médico-Pericial - 20 horas semanais, a partir de 1º de janeiro de 2025:

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTOS BÁSICOS EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	R\$ 8180.65	R\$ 8589.68
ESPECIAL	IV	R\$ 7634.40	R\$ 8016.12
ESPECIAL	III	R\$ 7270.86	R\$ 7634.40
ESPECIAL	II	R\$ 6609.87	R\$ 6940.36
ESPECIAL	I	R\$ 6417.34	R\$ 6738.21
C	V	R\$ 6230.44	R\$ 6541.96
C	IV	R\$ 5822.83	R\$ 6113.98
C	III	R\$ 5653.24	R\$ 5935.91
C	II	R\$ 5488.59	R\$ 5763.02
C	I	R\$ 5129.51	R\$ 5385.99
B	V	R\$ 4980.11	R\$ 5229.12
B	IV	R\$ 4835.06	R\$ 5076.81
B	III	R\$ 4518.74	R\$ 4744.68
B	II	R\$ 4387.13	R\$ 4606.48
B	I	R\$ 4259.35	R\$ 4472.32
A	V	R\$ 3980.71	R\$ 4179.74
A	IV	R\$ 3864.77	R\$ 4058.00
A	III	R\$ 3752.20	R\$ 3939.81



A	II	R\$ 3642.91	R\$ 3825.05
A	I	R\$ 3536.80	R\$ 3713.64

**ANEXO CXLIX**

(Anexo XVI à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

**“TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO  
DE ATIVIDADE DE PERÍCIA MÉDICA PREVIDENCIÁRIA – GDAPMP**

JORNADA DE TRABALHO	VALOR DO PONTO DA GDAPMP EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
	1º DE MAIO DE 2023	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
40 HORAS	85,45	99.29	104.26
30 HORAS	64,08	74.46	78.19
20 HORAS	42,73	49.65	52.13

**ANEXO CL**

(Anexo II à Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004)

**“TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO**

a) Vencimento Básico - jornada de 40 horas semanais:

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTOS BÁSICOS EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	R\$ 4066.04	R\$ 4431.98	R\$ 4631.42
ESPECIAL	IV	R\$ 3978.66	R\$ 4336.74	R\$ 4531.89
ESPECIAL	III	R\$ 3891.29	R\$ 4241.51	R\$ 4432.37
ESPECIAL	II	R\$ 3803.91	R\$ 4146.26	R\$ 4332.84



ESPECIAL	I	R\$ 3716.54	R\$ 4051.03	R\$ 4233.32
C	V	R\$ 3629.17	R\$ 3955.80	R\$ 4133.81
C	IV	R\$ 3541.79	R\$ 3860.55	R\$ 4034.28
C	III	R\$ 3454.42	R\$ 3765.32	R\$ 3934.76
C	II	R\$ 3367.04	R\$ 3670.07	R\$ 3835.23
C	I	R\$ 3279.68	R\$ 3574.85	R\$ 3735.72
B	V	R\$ 3192.30	R\$ 3479.61	R\$ 3636.19
B	IV	R\$ 3104.93	R\$ 3384.37	R\$ 3536.67
B	III	R\$ 3017.56	R\$ 3289.14	R\$ 3437.15
B	II	R\$ 2930.18	R\$ 3193.90	R\$ 3337.62
B	I	R\$ 2842.81	R\$ 3098.66	R\$ 3238.10
A	V	R\$ 2755.43	R\$ 3003.42	R\$ 3138.57
A	IV	R\$ 2668.06	R\$ 2908.19	R\$ 3039.05
A	III	R\$ 2580.68	R\$ 2812.94	R\$ 2939.52
A	II	R\$ 2493.31	R\$ 2717.71	R\$ 2840.00
A	I	R\$ 2405.94	R\$ 2622.47	R\$ 2740.49

**ANEXO CLV**

(Anexo V à Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004)

**“TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE  
DESEMPENHO DE ATIVIDADE MÉDICO-PERICIAL – GDAMP**

e) Vencimento básico dos cargos de nível superior, exceto o de Médico, do Plano Especial de Cargos da Anvisa a partir de 1º de janeiro de 2025

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTOS BÁSICOS EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	14.693.87	15.428,56
ESPECIAL	IV	14.462.41	15.185.53
ESPECIAL	III	14.234.73	14.946.47



ESPECIAL	II	13.901.32	14.596.39
ESPECIAL	I	13.684.30	14.368.52
C	V	13.469.89	13.469.89
C	IV	13.260.013	13.923.01
C	III	13.052.66	13.705.29
C	II	12.847.78	13.490.17
C	I	12.549.73	13.177.22
B	V	12.241.34	12.853.41
B	IV	11.941.03	12.538.08
B	III	11.648.76	12.231.20
B	II	11.361.59	11.929.67
B	I	11.084.29	11.638.51
A	V	10.826.32	11.367.64
A	IV	10.561.01	11.089.06
A	III	10.303.48	10.818.66
A	II	10.051.79	10.554.38
A	I	9.805,92.	10.296,22

f) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Anvisa a partir de 1º de janeiro de 2025:

Tabela I - Jornada de trabalho de 40 horas semanais

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTOS BÁSICOS EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	14.693.87	15.428,56
ESPECIAL	IV	14.462.41	15.185.53
ESPECIAL	III	14.234.73	14.946.47
ESPECIAL	II	13.901.32	14.596.39
ESPECIAL	I	13.684.30	14.368.52
C	V	13.469.89	13.469.89
C	IV	13.260.013	13.923.01
C	III	13.052.66	13.705.29



C	II	12.847.78	13.490.17
C	I	12.549.73	13.177.22
B	V	12.241.34	12.853.41
B	IV	11.941.03	12.538.08
B	III	11.648.76	12.231.20
B	II	11.361.59	11.929.67
B	I	11.084.29	11.638.51
A	V	10.826.32	11.367.64
A	IV	10.561.01	11.089.06
A	III	10.303.48	10.818.66
A	II	10.051.79	10.554.38
A	I	9.805,92.	10.296,22

Tabela II - Jornada de trabalho de 20 horas semanais

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTOS BÁSICOS EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	7.346.93	7.714.28
ESPECIAL	IV	7.231.21	7.592.77
ESPECIAL	III	7.117.37	7.473.24
ESPECIAL	II	6.950.66	7.298.20
ESPECIAL	I	6.842.15	7.184.26
C	V	6.734.94	7.071.69
C	IV	6.630.01	6.961.51
C	III	6.526.33	6.852.64
C	II	6.423.89	6.745.08
C	I	6.274.86	6.588.61
B	V	6.120.67	6.426.71
B	IV	5.970.51	6.269.04
B	III	5.824.38	6.115.60



B	II	5.680,79	5.964,83
B	I	5.542,14	5.819,25
A	V	5.413,16	5.683,82
A	IV	5.280,50	5.544,53
A	III	5.151,74	5.409,33
A	II	5.022,85	5.273,99
A	I	4.902,96.	5.148,11.

g) Vencimento básico dos cargos de nível intermediário a partir de 1º de janeiro de 2025:

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTOS BÁSICOS EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	8.442,05	8.864,15
ESPECIAL	IV	8.232,94	8.644,59
ESPECIAL	III	8.027,91	8.429,31
ESPECIAL	II	7.663,85	8.047,04
ESPECIAL	I	7.473,77	7.847,45
C	V	7.287,48	7.651,86
C	IV	7.107,79	7.463,18
C	III	6.930,77	7.277,31
C	II	6.759,22	7.097,18
C	I	6.452,53	6.775,16
B	V	6.271,47	6.585,05
B	IV	6.094,70	6.399,43
B	III	5.922,08	6.218,19
B	II	5.754,58	6.042,31
B	I	5.592,12	5.871,73
A	V	5.340,20	5.607,21
A	IV	5.189,17	5.448,63
A	III	5.042,01	5.294,11
A	II	4.899,60	5.144,58





A	I	4.761.92	5.000.02
---	---	----------	----------

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir a discrepância gerada pela Medida Provisória nº 1.286/2024, que estabeleceu reajustes salariais diferenciados dentro da mesma carreira, infringindo o princípio da isonomia previsto no artigo 5º e art. 37, X da Constituição Federal. A diferenciação do percentual de reajuste entre médicos e médicos veterinários e os demais servidores do PCCTAE cria um tratamento desigual injustificável, ferindo o princípio da legalidade administrativa e comprometendo a segurança jurídica dos servidores.

A MP contradiz o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, celebrado entre o Governo Federal e as entidades representativas da categoria, que previu reajustes uniformes de 9% em 2025 e 5% em 2026 para todos os cargos da carreira. O desrespeito a esse compromisso mina a confiabilidade das negociações coletivas no setor público e pode gerar impactos negativos na adesão dos profissionais ao serviço público federal.

Além disso, a diferenciação imposta pode acarretar evasão de profissionais médicos e médicos veterinários do setor público, enfraquecendo a prestação de serviços essenciais à população e comprometendo a qualidade da assistência à saúde nos estabelecimentos educacionais federais. Tal situação se torna ainda mais crítica diante da crescente demanda por profissionais de saúde qualificados, tornando imperativo que a Administração Pública adote políticas de valorização desses servidores.

Por fim, a retificação da MP por meio desta emenda reforça o compromisso do Governo Federal com a transparência, previsibilidade e respeito aos acordos firmados com as categorias profissionais, promovendo um ambiente de estabilidade para os servidores e garantindo a eficiência da gestão pública. Portanto, a aprovação desta emenda é essencial para a manutenção da equidade dentro da carreira do PCCTAE e para evitar precedentes prejudiciais a futuras negociações salariais no serviço público.



Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
**(PP - RR)**  
**Presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina**



**MPV 1286  
00004**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se art. 17-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 17-1.** O “caput” do art. 2º da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 2º** A indenização de que trata o art. 1º será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, no valor de R\$ 173,42 (cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos).’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, instituiu a Indenização de Fronteira, devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, aos servidores da Carreira Policial Federal, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, da Carreira Tributária e Aduaneira, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, do Plano Especial



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254879521700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, da Carreira de Auditor-Fiscal Federal Agropecuário, e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Contudo, desde então o valor dessa Indenização se acha congelado em R\$ 91,00 por dia de trabalho nessas situações, e não foi reajustado em nenhum momento.

A presente emenda visa, assim, corrigir o valor devido, com base no IPCA acumulado desde então e até dezembro de 2024, no percentual de 90,57%, de forma a compensar, de forma mais próxima do adequado, as condições de trabalho nas localidades estratégicas de fronteira, definidas em regulamento. O valor proposto (R\$ 173,42) resulta, apenas, da correção inflacionária, portanto.

O PLOA 2025, em fase de apreciação pelo Congresso, estima os seguintes valores para o pagamento da Indenização de Fronteira, em cada órgão do Governo Federal:

ÓRGÃO	R\$
RECEITA FEDERAL	25.548.950
PF	43.501.622
PRF	44.924.430
MTE	1.701.768
MAPA	5.520.017
MGI	136.320
MPO	45.000.000
TOTAL	166.333.107

Caso aplicado o percentual sobre a dotação total prevista no PLOA para essa Indenização, o impacto financeiro seria de R\$ 150.646.298,00, se aplicado a partir de janeiro de 2025. Contudo, o impacto mensal seria de apenas R\$ 12.553.858. Como a LDO 2025 veda reajustes com efeitos retroativos, considerando que a lei resultante da MPV 1.286 seja promulgada no início de junho de 2025, o impacto nos 7 meses seguintes seria de R\$ 87.877.007,29.

ExEdit  
\*CD254879521700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254879521700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



Trata-se de despesa indenizatória, e não de despesa com pessoal, e, portanto, não sujeita ao art. 169 da CF e ao disposto no art. 116 do PLDO, quanto à necessidade de previsão no Anexo V da LOA.

Aprovada a emenda, caberá ao Poder Executivo promover a suplementação orçamentária necessária, com recursos já previstos em reserva de contingência.

Não haverá, assim, qualquer aumento efetivo nas despesas autorizadas, ou alteração no teto de despesas do Poder Executivo, nem descumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, ou qualquer impacto nas metas de resultado primário.

Por ser questão que não pode mais ficar à espera de solução, visto que se arrasta há mais de dez anos esse congelamento, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares, valorizando a atuação dos servidores nas localidades de fronteira.

Sala da comissão, 29 de janeiro de 2025.

**Deputado Toninho Wandscheer**  
**(PP - PR)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254879521700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



**MPV 1286  
00005**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se todo o Capítulo LXXI da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com cerca de 120 carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o intuito de aprimorar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) publicou, em 14/08/2024, a Portaria nº 5.127/2024, que estabelece diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e cargos efetivos na administração pública federal. Como parte do processo de transformação do Estado e do aprimoramento de sua força de trabalho, o MGI reinstalou, em 2023, a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), com o objetivo de ser um espaço de participação democrática para fortalecer o diálogo entre o governo e as entidades representativas de servidores, empregados públicos civis e demais categorias do Poder Executivo federal.

Dentro desse contexto, o Poder Executivo já dispõe de cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010. Criados em 2010, esses cargos tinham como objetivo atrair e reter esses profissionais no setor público, em um momento em que o Brasil implementava grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre outros.

Esses cargos estão presentes em mais de 40 órgãos e integram mais de 14 carreiras no Poder Executivo, sendo fundamentais em todos os grandes



projetos de desenvolvimento socioeconômico do país. Há mais de 50 anos, esses profissionais são pilares nas análises e estudos socioeconômicos, no planejamento e execução de políticas públicas de desenvolvimento, entre outras funções. Vale ressaltar que a atuação dos ocupantes desses cargos não é isolada, sendo suas atribuições compartilhadas com diversas outras carreiras e cargos igualmente essenciais para garantir que o setor público atenda de forma eficaz à população e utilize os recursos públicos da melhor maneira possível.

Além de violar as diretrizes estabelecidas pelo MGI para a criação e reestruturação de cargos e carreiras, é importante destacar que o Poder Executivo já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, conforme o artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, que desempenham as mesmas funções que seriam atribuídas à proposta Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Por fim, em virtude dos argumentos expostos, conclui-se que os artigos 173 a 182 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, contrariam claramente as diretrizes para a criação e reestruturação de cargos e carreiras estabelecidas pela Portaria MGI nº 5.127/2024, motivo pelo qual devem ser revogados.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Senador Nelsinho Trad**  
(PSD - MS)



**MPV 1286  
00006**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à ementa e ao inciso I do *caput* do art. 1º; e acrescente-se Capítulo LXXXI-1 antes do Capítulo LXXXII da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários e a **Carreira da Proteção e Defesa Civil**, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.”

“Art. 1º .....



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250993749500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Daniel





I – cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça, a Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários e a **Carreira da Proteção e Defesa Civil**;

.....”

#### “CAPÍTULO LXXXI-1

##### Da Carreira da Proteção e Defesa Civil

**Art. 209-1.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira da Proteção e Defesa Civil, composta pelo cargo de Agente Federal de Proteção e Defesa Civil – AFDC, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**§ 1º** Os ocupantes do cargo de ATDC terão lotação no **Órgão Central do Sistema Nacional de Proteção Defesa Civil**, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas de defesa civil.

**§ 2º** Compete ao Poder Executivo regulamentar as atribuições, os critérios de ingresso, salários e as condições para o exercício das funções da Carreira de Proteção e Defesa Civil.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo instituir a Carreira da Proteção e Defesa Civil no âmbito da administração pública federal, como forma de consolidar um corpo técnico especializado para atuar nas diversas fases da gestão de riscos e desastres no território nacional.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608/2012, reconhece a necessidade de estruturar e fortalecer os órgãos responsáveis pela gestão de riscos e pela resposta a desastres. Contudo, observa-se que a ausência de uma carreira própria na área de Defesa Civil dificulta a implementação de ações de caráter técnico e estratégico, prejudicando principalmente a capacidade do Estado de gerir todas as etapas que envolvem



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250993749500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Daniel



\*CD250993749500\*  
ExEdit



a Defesa Civil, quais sejam, prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução.

A criação da Carreira da Proteção e Defesa Civil alinha-se aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público, previstos no art. 37 da Constituição Federal, além de promover a valorização de servidores públicos especializados em gestão de riscos e emergências.

Por fim, a criação desta Carreira será uma medida estratégica para fortalecer a capacidade do Estado em gerenciar emergências e desastres, que têm se tornado cada vez mais frequentes e intensos devido às mudanças climáticas. A nova carreira permitirá a formação de um corpo técnico especializado, dedicado exclusivamente ao desenvolvimento e implementação de políticas eficazes de defesa civil.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputado Gilson Daniel**  
**(PODEMOS - ES)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250993749500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Daniel



\*CD250993749500\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00007**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescentem-se arts. 24-1 e 24-2 ao Capítulo X da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 24-1.** A Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 15.** Fica instituída a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), devida aos titulares de cargos de provimento efetivo e aos empregados públicos da Lei nº 8878, de 11 de maio de 1994, em efetivo exercício no órgão central e nos órgãos setoriais, seccionais e correlatos dos seguintes sistemas estruturadores, enquanto permaneceram nessa condição:’ (NR)”

“**Art. 24-2.** A Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** .....’

**Parágrafo único.** Integrarão o PGPE, nos termos desta lei, os empregados públicos regidos pela Lei nº 8878, de 11 de maio de 1994, e os seguintes cargos de provimento efetivo:’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255060643500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga

\*CD255060643500\*  
eXEdit

## JUSTIFICAÇÃO

O efeito da Anistia, que deveria ser imediato, se postergou pelo transcurso de vários anos (mais de 15 anos), em face da injustificada demora do Poder Executivo em cumprir tempestivamente o disposto na Lei nº 8.878/94.

Essa mora administrativa jamais poderá ser imputada ao servidor anistiado, e muito menos lhe trazer prejuízo em sua esfera jurídica.

Apesar das demissões ou exonerações terem sido efetivadas entre 1990 e 1992, o retorno dos anistiados só se efetivou a partir do ano de 2000, entre 2008 e 2009, ou seja, serodiamente, injustificado, após o transcurso de vários anos.

Por conta de interpretação equivocada das disposições do art. 2º da Lei nº 8.878/1994, a administração pública federal retornou e manteve os anistiados de entidades extintas no mesmo regime jurídico a que estavam submetidos à época da demissão ou dispensa, (CLT). Ora, se a entidade foi extinta ou dissolvida e o anistiado retornou em Órgão, Autarquia ou Fundação pública da administração direta deveria ser em cargo transformado, na forma do art. 243º, § 1º, da Lei nº 8.112/1990 e submetido ao Regime Jurídico Único - RJU.

Essa ilegal situação jurídica, contrária ao que vem estabelecido no artigo 243, da Lei nº 8.112, foi implementada pela Instrução Normativa nº 3, de 8 de março de 1995, do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado, assim redigido, *litteris*:

1 - Os servidores que à época da demissão ou exoneração eram ocupantes de cargo efetivo pertencente aos planos de classificação de cargos da Administração Direta, autárquica e fundacional, retornarão ao cargo correspondente, no mesmo nível, padrão ou referência em que se encontravam.

2 - Os empregados que à época da dispensa ou demissão eram titulares de empregos permanentes regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, não podem ser enquadrados em cargos públicos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, tendo em vista a vedação de provimento derivado, conforme o disposto no artigo 37, II, da Constituição e as decisões do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 89, 213, 243, 248 e 391."



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255060643500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



Tudo isso ocorreu não por culpa dos anistiados das entidades extintas ou dissolvidas, que ao serem beneficiários da lei de Anistia tiveram seus direitos de retorno restabelecidos pelo Poder Público, que mesmo em mora, retroagiu a situação funcional dos mesmos à época das suas demissões, sem que fossem observados outros direitos não mitigados pela Lei nº 8.878/1994, inobservado as transformações que as carreiras tiveram no curso dos anos e congelando-os financeira e funcionalmente.

A interpretação da lei de anistia não pode ser restritiva, sob pena de não dar-lhe o correto cumprimento e lesar direitos legítimos dos anistiados. Reiteradas vezes, decisões administrativas tomadas nas instâncias intermediárias da administração pública, sem o devido respaldo jurídico do Órgão, tem suprimido ou reduzido direitos dos anistiados.

Orientações ou interpretações administrativas equivocadas, ilegais, expedidas através de Notas Técnicas (NT nº 130/2009 MPOG), Ofícios (415/2009 – MAPA). etc. tem se tornado no decorrer do tempo, o grande empecilho para o reconhecimento dos reais direitos dos anistiados. Entre tantos, excluem parcelas remuneratórias, reduzem valores, descumprem normativos (Decreto nº 6.657/2008) afrontando a própria Constituição Federal.

Ou seja, ressalvadas as disposições impeditivas da lei, em vez de implementar anistia plena, com o devido reconhecimento dos direitos, na prática, o Poder Público continua violando os direitos e garantias dos anistiados das entidades extintas ou dissolvidas, pois a readmissão dos mesmos no regime CLT, no respectivo cargo congelado, viola à lei de Anistia

Nas situações em que houve a extinção ou dissolução das entidades, o antigo cargo já não existe mais, elas foram sucedidas pela União Federal (art. 23, da Lei nº 8.029/1990), dificultando ainda mais a correta aplicação dos direitos dos anistiados readmitidos em Órgãos Públicos sucessores.

A Administração Pública Federal deu causa ao atraso no retorno dos anistiados, como é o caso do descumprimento propositado da Medida Provisória nº 747/1994, que disciplinou todas as condições necessárias para efetivar o retorno

\*CD255060643500\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255060643500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



dos anistiados habilitados. Somente não conclui devida a inércia dos Órgãos responsáveis.

Somente em 2008, o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Orientação Normativa nº 4, de 09/06/2008, estabeleceu procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, relativamente ao retorno ao serviço dos servidores indevidamente demitidos ou exonerados, beneficiados pela Lei nº 8.878/94.

A Orientação Normativa nº4/2008, art. 4º, assim dispõe:

"Art. 4º - O retorno do servidor ou empregado dar-se-á exclusivamente no cargo efetivo ou emprego permanente anteriormente ocupado, ou naquele resultante da respectiva transformação independentemente de vaga para o cargo ou emprego, mantido o regime jurídico a que estava submetido antes de sua dispensa ou exoneração observados os seguintes critérios. (...) "

III - se empregado de empresas públicas ou de sociedades de economia mista sob o controle da União, permanecerá regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1943), vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de que tratam as Leis nºs 8.212 e 8.231, ambas de 24 de julho de 1991; e."

Tal ato contém ilegalidade, pois a readmissão dos anistiados, após todo o transcurso de suas demissões, não pode se efetivar sob o regime da CLT, porquanto o § 1º do artigo 243 da Lei nº 8.112/90 transformou os empregos em cargos públicos, *verbis*:

"Art. 243 - Ficam submetidos ao regime jurídico único instituído por esta Lei, na qualidade de servidores público, os servidores dos Poderes da União, dos ex-territórios, das autarquias, inclusive em regime especial, e das fundações públicas, regidos pela Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ou pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de março de 1943, exceto os contratados por prazo determinado, cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento do prazo de prorrogação.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255060643500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



§ 1º - Os empregos ocupados pelos servidores incluídos no regime instituído por esta Lei ficam transformados em cargos, na data de sua publicação."

Com a extinção ou dissolução de entidades absorvidas pela União na administração direta, os empregos deveriam ser transformados em cargos públicos, pois os anistiados se continuassem trabalhando passariam para os quadros da União Federal com a da edição da Lei nº 8.112/90, e, via de consequência, teriam seus empregos transformados em cargos públicos, na forma do § 1º, do art. 243, do RJU

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
**(PL - DF)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255060643500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



MPV 1286  
00008



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo, renumerando os demais dispositivos:

“CAPÍTULO LXI

DA CARREIRA POLICIAL CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Art. 154. O Anexo I e o Anexo II à [Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006](#), passam a vigorar respectivamente, na forma do Anexo CCLXXVII e do Anexo CCLXXVIII a esta Medida Provisória.”

ANEXO CCLXXVII

(Anexo I à Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006)

“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE  
DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

Em R\$

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252385397600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente





Delegado de Polícia	Especial	30.542,92	36.469,51	41.350,00
	Primeira	25.815,00	32.826,72	35.377,35
	Segunda	22.085,08	28.643,83	30.869,46
	Terceira	21.449,24	26.800,00	27.831,70

“(NR)

ANEXO CCLXXVIII

(Anexo II à Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006)

“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA  
DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

a) QUADRO I: VALOR DO SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DE PERITO CRIMINAL E  
PERITO MÉDICO-LEGISTA DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Em  
R\$

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Perito Criminal Perito Médico- Legista	Especial	30.542,92	36.469,51	41.350,00
	Primeira	25.815,00	32.826,72	35.377,35
	Segunda	22.085,08	28.643,83	30.869,46
	Terceira	21.449,24	26.800,00	27.831,70

\*CD252385397600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252385397600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



b) QUADRO II: VALOR DO SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DE AGENTE DE POLÍCIA, ESCRIVÃO DE POLÍCIA, PAPILOSCOPISTA POLICIAL E AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Em  
R\$

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Agente de Polícia Escrivão de Polícia Papiloscopista Policial Agente Policial de Custódia	Especial	18.417,51	21.987,38	25.250,00
	Primeira	13.969,28	17.997,59	19.617,37
	Segunda	11.634,01	15.377,21	16.761,16
	Terceira	11.085,72	14.164,81	14.710,10

“(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Polícia Civil do Distrito Federal e a Polícia Federal compartilham uma origem comum, remontando à criação da Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, em 1808, por D. João VI. Essa estrutura foi o marco inicial das polícias judiciárias no Brasil, com atribuições de investigação criminal e manutenção da ordem pública.

Somente após o Decreto-Lei nº 2.266/1985, houve o desmembramento formal das instituições, reorganizando a carreira policial da Polícia Civil do Distrito Federal, porém com estrutura idêntica à da Polícia Federal. Ambas as instituições permaneceram vinculadas à União devido às suas funções estratégicas na segurança pública nacional e distrital. Essa relação foi reforçada pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu que a União organiza e custeia a PCDF, dado o caráter singular do Distrito Federal como sede dos Poderes da República – Art. 21, XIV – CF 88.

\*CD252385397600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252385397600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



As atribuições desempenhadas pela PF e pela PCDF são, em sua essência, similares, diferenciando-se apenas pelo âmbito territorial de atuação. Ambas exercem funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, conforme previsto no artigo 144 da Constituição Federal. No caso dos ex-Territórios, a legislação consolidou a equiparação funcional e remuneratória com os servidores federais, reconhecendo a natureza análoga das atividades desempenhadas.

O princípio constitucional da isonomia (artigo 5º, caput) exige tratamento igualitário para situações equivalentes. Dado que as atividades desempenhadas pelas carreiras em questão possuem igual relevância para a segurança pública e são regidas por normas federais semelhantes, é juridicamente defensável que seus servidores recebam remuneração equivalente.

Ademais, o Decreto-Lei nº 2.251/1985 estabeleceu remuneração condizente com as funções desempenhadas pelos policiais federais. De forma análoga, o Decreto-Lei nº 2.266/1985 aplicou os mesmos critérios à PCDF, reconhecendo sua vinculação à União e a similaridade de atribuições. Adicionalmente, a Lei nº 7.548/1986 garantiu aos policiais civis dos ex-Territórios equiparação salarial com os servidores federais, criando um precedente jurídico para o pleito atual.

Há de se destacar os dispostos na Portaria nº 5.127, de 13 de agosto de 2024 MGI, que estabelece diretrizes e critérios na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos, em âmbito federal quanto aos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC; determinando no artigo 9º que a composição remuneratória deve obedecer à uniformização para cargos de mesma natureza e similar complexidade de atribuições e responsabilidades

**“PORTARIA MGI Nº 5.127, DE 13 DE AGOSTO DE 2024**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252385397600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



Art. 9º Na elaboração de propostas de criação e de reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos, a composição remuneratória do cargo deve orientar-se pelas seguintes diretrizes:

I - simplificação e redução da quantidade de parcelas;

II - uniformização de estruturas remuneratórias para cargos de mesma natureza e com similar complexidade de atribuições e responsabilidades;”

Importante ressaltar que a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) já figura como área de competência do Ministério da Justiça, assim como a Polícia Federal (PF), conforme Art. 35 da [Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#) sendo a PF prevista no Inciso XIII e a PCDF no inciso XV. O que reforça a necessidade de tratamento uniforme entre as duas instituições.

### “Seção XVIII

#### Do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Art. 35. Constituem áreas de competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

(...)

XIII - execução das atividades previstas no [§ 1º do art. 144 da Constituição Federal](#), por meio da polícia federal;

(...)

XV - política de organização e manutenção da **polícia civil**, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, nos termos do [inciso XIV do caput do art. 21 da Constituição Federal](#);

*\*Trecho da Lei Federal nº 14.600/2023 - organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios*

Historicamente, ambas as instituições são tratadas conjuntamente no campo legislativo. Exemplo disso é a Lei nº 15.047, de 17 de dezembro de 2024, que estabeleceu regime disciplinar único para PF e PCDF. Tal prática legislativa

\*CD252385397600\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252385397600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



demonstra que não há impedimento jurídico para tratar ambas as polícias de forma conjunta em outros aspectos, como a remuneração.

A disparidade salarial entre PF e PCDF gera insatisfação nos quadros da PCDF e dificulta a retenção de talentos na instituição. Isso compromete a eficiência administrativa e operacional de uma corporação essencial para a segurança pública na capital federal. A equiparação salarial não apenas corrigiria uma injustiça histórica como também fortaleceria o desempenho institucional.

Além disso, as regras de correção do Fundo Constitucional resistiram à tramitação da Reforma Tributária, mantendo a atualização anual pela variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União. Isso torna factível a implementação do acordo remuneratório proposto pelo Governo Federal à PF também para a PCDF.

Diante do exposto, é juridicamente consistente defender que os servidores da Polícia Federal, da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Civil dos ex-Territórios sejam remunerados de forma equivalente. Essa medida respeita os princípios constitucionais da isonomia e eficiência administrativa, além de reconhecer a relevância das funções desempenhadas por essas instituições para o Estado brasileiro. Solicito então, apoio de meus pares, para que esta correção seja garantia em norma jurídica oriunda desta Medida Provisória em tramitação.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rafael Prudente**  
**(MDB - DF)**  
**Deputado Federal**

\* CD 252385397600 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252385397600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



**MPV 1286  
00009**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo, renumerando os demais dispositivos:

**“CAPÍTULO LXI****DA CARREIRA POLICIAL CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**

**Art. 154.** O Anexo II à [Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006](#), passa a vigorar na forma do Anexo CCLXXVII a esta Medida Provisória.

**Art. 155.** O art. 5º da [Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º** Observado o disposto na legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado, são peritos de natureza criminal os peritos criminais, peritos médico-legistas, peritos odontologistas e papiloscopistas com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade de cada órgão e por área de atuação profissional.” (NR)

**ANEXO CCLXXVII**

(Anexo II à Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255860686300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA  
DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

a) QUADRO I: VALOR DO SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DE PERITO  
CRIMINAL, PERITO MÉDICO-LEGISTA E PAPILOSCOPISTA  
POLICIAL DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Em  
R\$

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Perito Criminal Perito Médico- Legista Papiloscopista Policial	Especial	30.542,92	36.469,51	41.350,00
	Primeira	25.815,00	32.826,72	35.377,35
	Segunda	22.085,08	28.643,83	30.869,46
	Terceira	21.449,24	26.800,00	27.831,70

b) QUADRO II: VALOR DO SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DE AGENTE DE  
POLÍCIA, ESCRIVÃO DE POLÍCIA E AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA DA POLÍCIA  
CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Em  
R\$

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Agente de Polícia Escrivão de Polícia Agente Policial de Custódia	Especial	18.417,51	21.987,38	25.250,00
	Primeira	13.969,28	17.997,59	19.617,37
	Segunda	11.634,01	15.377,21	16.761,16

\*CD255860686300\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255860686300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



	Terceira	11.085,72	14.164,81	14.710,10
--	----------	-----------	-----------	-----------

“(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A papiloscopia evoluiu significativamente nas últimas décadas, tornando-se uma ciência forense complexa e fundamental para as investigações criminais. Os papiloscopistas da PCDF são profissionais altamente qualificados, com formação superior e especialização em técnicas avançadas de identificação humana.

As funções dos papiloscopistas, peritos criminais e médico-legistas apresentam diversas sobreposições e complementaridades. Ambos realizam exames e análises técnico-científicas em locais de crime e laboratório; coletam e analisam vestígios para produção de provas materiais; e elaboram laudos periciais que auxiliam nas investigações e processos judiciais.

A unificação dos cargos permitirá:

- Melhor alocação de recursos humanos e materiais.
- Redução de custos administrativos.
- Maior flexibilidade na distribuição de tarefas periciais.
- Fortalecimento da Perícia Oficial
- A integração dos papiloscopistas ao quadro de peritos criminais e médico-legistas:

Ampliará o efetivo de profissionais dedicados à perícia criminal em sentido amplo.

- Fortalecerá a autonomia e independência da perícia oficial.
- Valorizará os conhecimentos especializados dos papiloscopistas.
- Alinhamento com Tendências Modernas

\*CD255860686300\*  
eEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255860686300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente





- A unificação de carreiras periciais é uma tendência observada em instituições policiais modernas, visando maior eficiência e integração.

- Reconhecimento Técnico-Científico

A unificação dos cargos potencializará:

- A troca de conhecimentos entre profissionais.
- O desenvolvimento de novas técnicas periciais.
- A celeridade na produção de provas materiais.
- Valorização Profissional

A medida reconhecerá a importância dos papiloscopistas, equiparando-os aos demais peritos criminais em termos de status funcional e remuneração. Cabendo ressaltar também, que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu a natureza pericial do trabalho dos papiloscopistas em julgamento da ADI 5182, evidenciando a equivalência técnico-científica entre as funções.

A unificação dos cargos de papiloscopista, perito criminal e médico-legista na PCDF representa um avanço significativo para o aprimoramento da perícia oficial. Esta medida fortalecerá a produção de provas técnico-científicas, contribuindo para investigações mais eficientes e para o combate à criminalidade.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta importante emenda, que trará benefícios concretos para a segurança pública e o sistema de justiça criminal do Distrito Federal.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rafael Prudente**  
(MDB - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255860686300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



\*CD255860686300\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00010**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altere-se a redação do título do CAPÍTULO LVIII e do art. 151 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024; e inclua-se, na mesma norma, o Anexo CCLXXII-A, nos seguintes termos:

“ CAPÍTULO LVIII

DOS CARGOS DE JUIZ-PRESIDENTE E JUIZ DO TRIBUNAL MARÍTIMO E  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Art.

151.....

§1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de Servidores Civis do Tribunal Marítimo e os respectivos cargos de provimento efetivo de Analista Técnico-Administrativo do Tribunal Marítimo, de nível superior, e Técnico do Tribunal Marítimo, de nível intermediário.

§2º A partir de 1º de janeiro de 2025, os ocupantes dos cargos das carreiras de que trata o §1º passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo CCLXXII-A a esta Medida Provisória”. (NR)

Anexo CCLXXII-A

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS CARGOS DO PLANO DE  
CARREIRA DOS SERVIDORES CIVIS DO TRIBUNAL MARÍTIMO



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255673323800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro

\* CD 255673323800 \*  
ExEdit



a) Nível Superior:

Em R\$

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIOS - EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
			A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Analista Técnico- Administrativo do Tribunal Marítimo	Especial	V	25.075,89	27.081,95
		IV	24.416,64	26.369,97
		III	23.774,72	25.676,70
		II	23.130,34	24.980,77
		I	22.501,18	24.301,27
	C	V	21.615,74	23.345,01
		IV	21.065,57	22.750,81
		III	20.533,00	22.175,65
		II	20.006,77	21.607,31
		I	19.497,44	21.057,24
	B	V	18.714,51	20.211,66
		IV	18.234,36	19.693,10
		III	17.764,96	19.186,15
		II	17.305,01	18.689,42
		I	16.856,28	18.204,78
	A	V	16.290,88	17.594,15
		IV	15.971,45	17.249,16
		III	15.658,28	19.910,95
		II	15.351,26	16.579,36
		I	15.050,25	16.254,27

b) Nível Intermediário:

Em R\$

\*CD255673323800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255673323800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



CARGOS	CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIOS - EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
			A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Técnico do Tribunal Marítimo	Especial	V	13.005,64	14.046,10
		IV	12.663,72	13.676,82
		III	12.330,79	13.317,26
		II	11.980,09	12.938,50
		I	11.644,67	12.576,24
	C	V	10.880,07	11.750,48
		IV	10.609,85	11.458,63
		III	10.355,75	11.184,21
		II	10.112,66	10.921,67
		I	9.883,96	10.674,68
	B	V	9.266,41	10.007,72
		IV	9.074,48	9.800,44
		III	8.892,98	9.604,41
		II	8.722,69	9.420,50
		I	8.565,95	9.251,23
	A	V	8.278,63	8.940,92
		IV	8.116,30	8.765,60
		III	7.957,16	8.593,73
		II	7.801,13	8.425,23
		I	7.648,17	8.260,02

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo de sua história, a competência do Tribunal Marítimo acompanhou a mudança do cenário mundial e, também, de compromissos

\*CD255673323800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255673323800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



internacionais firmados pelo Brasil, na qualidade de Estado signatário de muitas convenções e regulamentos na área marítima.

Uma consequência dessa evolução foi a alteração na sua estrutura organizacional, passando o Colegiado a ser composto por sete juízes, com as seguintes qualificações, previstas em lei:

- um Presidente, Oficial-General do Corpo da Armada da ativa ou na inatividade;

- dois Juízes Militares, Capitão de Mar e Guerra ou Capitão de Fragata; ou integrante do Corpo da Armada e outro do Corpo de Engenheiros e técnicos Navais, subespecializado em máquinas ou casco; e

- quatro Juízes Cíveis, sendo dois bacharéis em Direito, um especializado em Direito Marítimo e o outro em Direito Internacional Público; um especialista em armação de navios e navegação comercial; e um Capitão de Longo Curso da Marinha Mercante.

Nota-se que, ante as qualificações mencionadas, o Colegiado foi composto de forma a abranger todas as áreas do conhecimento imprescindíveis à análise das circunstâncias que envolvem os fatos e acidentes da navegação.

Disso deflui que as decisões do Tribunal têm valor probatório e se presumem certas, no que diz respeito à matéria técnica, atribuindo uma importância aos acórdãos prolatados, haja vista a especificidade da matéria tratada e a *expertise* do Colegiado. Com isto, o Tribunal produz uma doutrina de prevenção de acidentes de navegação baseada nos casos julgados que subsidia a legislação, contribuindo, de forma contundente, para a segurança da navegação em águas territoriais e interiores brasileiras<sup>[1]</sup>.

Ocorre que, a despeito dessas relevantes atribuições, a Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954 (Lei Orgânica do Tribunal Marítimo), foi silente a respeito do quadro de servidores lotados no órgão, indispensáveis ao cumprimento das atribuições da Corte Marítima. O mesmo se pode dizer da legislação mais recente, como, por exemplo, a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, que se limita a tratar da remuneração dos ocupantes dos cargos de Juiz-Presidente e Juiz do Tribunal Marítimo, e do Decreto nº 7.760, de 19 de junho de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255673323800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



\* CD 255673323800 \*  
ExEdit



2012, que regulamenta a Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo.

Os servidores civis atuam principalmente em funções administrativas e de suporte, como assessoria jurídica, análise de processos e outras atividades técnicas fundamentais para a consecução da missão institucional da Corte. Apesar disso, vivem numa espécie de “limbo jurídico”.

Nesse sentido, o propósito de nossa Emenda, acima minutada, é valorizar e dar segurança jurídica e financeira para o pessoal civil que exerce e que virá a exercer funções no Tribunal Marítimo.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares, no sentido da aprovação de nossa proposição.

[1] [https://www.marinha.mil.br/tm/?q=video\\_institucional\\_TM](https://www.marinha.mil.br/tm/?q=video_institucional_TM).

Acesso em 29/1/2025.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputada Laura Carneiro**  
(PSD - RJ)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255673323800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



**MPV 1286  
00011****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Zequinha Marinho

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte capítulo e anexo, conforme documento sugerido.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em meados de 2024, ao se deparar com uma crescente mobilização do conjunto geral de seus servidores, o Poder Executivo achou por bem propor a negociação da recomposição das perdas inflacionárias nos vencimentos dos servidores carreira a carreira.

O Termo de Acordo MGI 01/2024, assinado pelas entidades representativas dos servidores, assegurava o reajuste nos valores do Auxílio Alimentação, do Per Capita da Saúde Suplementar e da Assistência Pré-Escolar. A contrapartida que constou no Termo, em sua cláusula segunda era o seguinte compromisso:

*“as negociações relativas à reestruturação de carreiras e reajustes de remuneração ocorrerão no âmbito das Mesas Específicas e Temporárias, devendo ser instaladas até o mês de julho de 2024”*

Como muitas carreiras aguardavam já há vários anos por uma real reestruturação nas quais se poderiam negociar desde mudanças nas estruturas remuneratórias até simples trocas de nomenclatura, o Termo de Acordo foi aprovado.

No curso das mesas de negociação com as carreiras do Poder Executivo, o que o MGI propôs foi basicamente o aumento na quantidade de classes



e padrões e alguma reposição das perdas inflacionárias, tendo aceitado também algumas trocas de nomenclatura de cargos e carreiras.

Contudo, duas carreiras foram abandonadas nas negociações conduzidas pelo MGI, a Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e a Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho, a primeira composta pelos cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil e de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Para essas duas carreiras o Poder Executivo apenas regulamentou, na forma de decretos regulamentadores, a variação, conforme os índices de eficiência dos respectivos órgãos, do Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024. Essa regulamentação apenas colocou um termo final a uma negociação feita com as categorias em 2016, e que estava sem cumprimento integral por parte do Governo Federal desde então.

As perdas inflacionárias na remuneração dessas carreiras, calculadas pelo IPCA desde a última recomposição (em 2016) superam os 39%, já descontado os 9% dados a título de recomposição geral, para todos os servidores do Executivo, em maio de 2024.

Um cargo que sempre esteve em patamar remuneratório similar ao das Carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e Auditoria Fiscal do Trabalho foi a dos Procuradores da Fazenda Nacional (agora integrantes das Carreiras da Advocacia Pública). Os vencimentos dos Procuradores Fazendários também são compostos por uma parcela variável, os honorários sucumbenciais (semelhante ao Bônus de Eficiência); mesmo assim o MGI, com justiça, concedeu um reajuste de 19% nos vencimentos básicos do Procuradores da Fazenda Nacional, a ser implementado em duas parcelas (junho de 2025 e abril de 2026).

A injustiça reside na não concessão de recomposição de perdas inflacionárias aos Analistas-Tributários e Auditores Fiscais da RFB, e aos Auditores-Fiscais do trabalho.

A presente emenda tem como escopo afastar essa injustiça, concedendo aos três cargos um tratamento isonômico com seus pares do Poder





Executivo. O reajuste proposto é de 19% em duas parcelas a produzirem efeitos a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Em cumprimento ao artigo 113 do Ato das Disposições constitucionais transitórias, estima-se na tabela a seguir o impacto orçamentário e financeiro do reajuste aqui proposto.

O estudo consolidado na referida tabela considera os quantitativos da servidores ativos e inativos em cada cargo e ainda o regime previdenciário em relação aos inativos.

Impacto Orçamentário e Financeiro do Reajuste Proposto

Órgão/Cargo		Receita Federal			Ministério do Trabalho		Total
		Auditor-Fiscal	Analista-Tributário	Subtotal	Auditor-Fiscal	Subtotal	
Despesa							
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723	138.831.716	138.831.716	838.483.439
	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902	11.157.946	11.157.946	62.307.848
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625	149.989.661	149.989.661	900.791.286
2026	Primaria	1.097.825.182	305.119.286	1.402.944.468	381.192.575	381.192.575	1.784.137.043
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276	36.258.661	36.258.661	136.456.936
	Total	1.164.583.185	338.559.559	1.503.142.744	417.451.236	417.451.236	1.920.593.979
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687	57.043.575	57.043.575	345.313.262
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168	4.385.834	4.385.834	23.585.002
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855	61.429.408	61.429.408	368.898.263

Considerando os dados da tabela acima, constata-se que os valores propostos são plenamente compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizado no Anexo V da LOA 2025, R\$16,8 bilhões na despesa primária e R\$1,918 bilhões na despesa financeira, sendo facilmente cobertos com os recursos destinados para Reserva de Contingência na LOA.

Sendo assim, cabe ao Poder Legislativo corrigir flagrante tratamento injusto e até mesmo discriminatório em relação a três dos cargos de maior relevância para a sociedade brasileira. Dois deles compõem a autoridade fiscal e tributária da União, além de atuar na segurança publica, protegendo as fronteiras



contra o tráfico de armas e drogas, e o fluxo de mercadorias irregulares. O outro cargo atua na vigilância e coordenação das relações de trabalho, atuando na guarda dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Senador Zequinha Marinho**  
**(PODEMOS - PA)**



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.286, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

EMENDA ADITIVA

Inclua-se a seguinte seção e o seguinte artigo:

“CAPÍTULO ...

DAS CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E  
AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO

Art. ... As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

Sala da Comissão...

ANEXO CCCXXII

(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E DE  
AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DEMAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.466,22	35.417,40
	II	28.934,13	31.564,24	34.433,43
	I	28.422,52	31.006,13	33.824,58
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.826,42	31.948,56
	II	26.319,73	28.712,19	31.322,13
	I	25.297,70	27.597,26	30.105,85
SEGUNDA	III	24.324,71	26.535,86	28.947,93
	II	23.847,76	26.015,32	28.380,33
	I	22.921,71	25.005,29	27.278,27



b) Vencimento básico para os cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.353,54	21.112,77
	II	17.108,03	18.633,15	20.359,63
	I	16.772,58	18.297,21	19.960,42
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.248,50	18.816,39
	II	15.203,13	16.585,09	18.092,68
	I	14.056,15	15.333,85	16.727,70
SEGUNDA	III	13.515,52	14.744,08	16.084,32
	II	13.250,52	14.454,99	15.768,95
	I	12.735,99	13.893,69	15.156,63

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.466,22	35.417,40
	II	28.934,13	31.564,24	34.433,43
	I	28.422,52	31.006,13	33.824,58
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.826,42	31.948,56
	II	26.319,73	28.712,19	31.322,13
	I	25.297,70	27.597,26	30.105,85
SEGUNDA	III	24.324,71	26.535,86	28.947,93
	II	23.847,76	26.015,32	28.380,33
	I	22.921,71	25.005,29	27.278,27

.....”



**MPV 1286  
00012**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescentem-se arts. 24-1 e 24-2 ao Capítulo X da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 24-1.** A Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 15.** Fica instituída a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, aos Empregados públicos da Lei 8878/1984, em efetivo exercício no órgão central e nos órgãos setoriais, seccionais e correlatos dos seguintes sistemas estruturadores, enquanto permanecerem nessa condição:’ (NR)”

“**Art. 24-2.** A Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** .....’

**Parágrafo único.** Integrarão o PGPE, nos termos desta Lei, os empregados públicos regidos pela Lei 8878 de 10 de maio de 1984, e os seguintes cargos de provimento efetivo:’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250704603700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



## JUSTIFICAÇÃO

O efeito da Anistia postergou-se por mais de 15 anos, em face da injustificada demora do Poder Executivo em cumprir tempestivamente o disposto na Lei nº 8.878/94.

Nesse sentido, apesar das demissões ou exonerações terem sido efetivadas entre 1990 e 1992, o retorno dos anistiados só se efetivou entre 2008 e 2009, ou seja, após o transcurso de vários anos.

Por conta de interpretação equivocada das disposições do art. 2º da Lei nº 8.878/1994, a Administração Pública Federal retornou e manteve os anistiados de entidades e órgãos extintos no mesmo regime jurídico a que estavam submetidos à época da demissão ou dispensa, isto é, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Ora, se a entidade foi extinta ou dissolvida e o anistiado retornou em Órgão, Autarquia ou Fundação pública da Administração Direta, deveria ser reintegrado em cargo transformado, na forma do art. 243º, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, isto é, submetido ao Regime Jurídico Único - RJU.

Essa ilegal situação jurídica, contrária ao que vem estabelecido no artigo 243, da Lei nº 8.112, foi implementada pela Instrução Normativa nº 3, de 8 de março de 1995, sem que fossem observados outros direitos não mitigados pela Lei nº 8.878/1994 e as transformações que as carreiras tiveram no curso dos anos.

Ou seja, ressalvadas as disposições impeditivas da lei, em vez de implementar anistia plena, com o devido reconhecimento dos direitos, na prática, o Poder Público continua violando os direitos e garantias dos anistiados das entidades extintas ou dissolvidas, pois a readmissão dos mesmos no regime CLT, no respectivo cargo congelado, viola à lei de a própria Lei da Anistia.

Não menos importante, nas situações em que houve a extinção ou dissolução das entidades, o antigo cargo já não existe mais, elas foram sucedidas pela União Federal (art. 23, da Lei nº 8.029/1990), dificultando ainda mais a correta aplicação dos direitos dos anistiados readmitidos em Órgãos Públicos sucessores.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250704603700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



\*CD250704603700\*  
xEdit



A Administração Pública Federal deu causa ao atraso no retorno dos anistiados, como é o caso do descumprimento propositado da Medida Provisória nº 747/1994, que disciplinou todas as condições necessárias para efetivar o retorno dos anistiados habilitados, e, após, ainda prejudicou os envolvidos com um reenquadramento que congela a carreira desses servidores financeira e funcionalmente.

Desta feita, a presente emenda não só corrige uma distorção evidente, como é medida da mais lúdima justiça.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rafael Prudente**  
(MDB - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250704603700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



**MPV 1286  
00013**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se ao art. 162 da Medida Provisória nº 1.286/2024 a seguinte redação:

“Art. 162.....

‘Art. 1º-C A partir de 1º de janeiro de 2025, passam a integrar o quadro de pessoal da Advocacia-Geral da União os cargos de provimento efetivo, de nível superior, intermediário e auxiliar, ocupados por servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda – PECFAZ, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério da Fazenda que estejam em exercício na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral da União, Procuradoria-Geral Federal e Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, no período de 31 de agosto a 31 de dezembro de 2024.’

.....’ (NR)

‘Art. 1º-D A partir de 1º de janeiro de 2025, a Advocacia-Geral da União será responsável por prover a força de trabalho de pessoal técnico-administrativo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.’ (NR)

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Advocacia-Geral da União - AGU é integrada pelas carreiras de Advogado da União, Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251660693800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro





Procurador do Banco Central do Brasil, as quais estão vinculadas aos seguintes órgãos de direção superior, respectivamente: Procuradoria-Geral da União, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.

Há décadas, servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, de nível superior, intermediário e auxiliar, abrangidos pelo Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda – PECFAZ, previstos na Lei nº 11.907/2009, exercem suas atribuições em todos os órgãos de direção superior da AGU acima mencionados e não somente na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Ocorre que o texto original da Medida Provisória nº 1.286/2024 prevê a opção de integrar os quadros de pessoal da AGU apenas para os servidores do PECFAZ atuantes na PGFN, excluindo aqueles que se encontram em situação idêntica, mas atuando nos demais órgãos de direção superior da AGU já mencionados.

Tal situação não se revela isonômica, eis que servidores ocupantes do mesmo cargo efetivo e plano de carreira (PECFAZ) estariam recebendo tratamento diferenciado, embora em situação jurídica idêntica (atuando em funções administrativas de apoio à AGU no mesmo lapso temporal – 31 de agosto a 31 de dezembro de 2024), apenas cedidos a órgãos distintos da AGU.

Além de injusta, tal previsão pode vir a fomentar uma judicialização por parte dos servidores excluídos, eis que injustificável, de fato, o não aproveitamento de servidores em igualdade de condições de enquadramento a serviço do mesmo órgão (AGU).

Todos os servidores do Ministério da Fazenda em exercício na Advocacia-Geral da União, em sua grande maioria com mais de uma década de atividade laboral, detêm expertise e experiência nas funções de apoio às carreiras e órgãos da AGU.

A AGU, por sua vez, possui funções administrativas peculiares, que lidam com informações sensíveis ao Poder Público, que devem ser executadas por servidores ocupantes de cargo efetivo.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251660693800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



É conveniente registrar que a inserção dos referidos servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda – PECFAZ no quadro de pessoal da AGU amenizará o impacto causado pelo elevado número de aposentadorias de servidores nos últimos meses.

Além disso, a presente emenda não causará impacto na folha de pagamento.

Diante do exposto, consideramos que a presente emenda aperfeiçoará o processo legislativo e o ordenamento jurídico, bem como contribuirá para trazer isonomia e equidade, prestigiar o serviço público e prevenir desnecessária judicialização, razões pelas quais rogamos aos pares seu apoio.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputada Laura Carneiro**  
(PSD - RJ)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251660693800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



**MPV 1286  
00014****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo:

**“CAPÍTULO****DA CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

**Art.** As Tabelas “a” e “b” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII anexo a esta Medida Provisória.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Ao editar a MPV 1.286, em 31.12.2024, o Poder Executivo concretizou os reajustes resultantes de acordos firmados em as entidades sindicais ao longo de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e novo reajuste em 2026, variando os reajustes e suas datas conforme consignado nos Termos de Acordo firmados.

Ocorre que, no conjunto de carreiras e categorias contempladas com reajustes que, embora concedidos a título de “reestruturação de carreiras”, nada mais são do que uma revisão geral disfarçada, posto que apenas orientada a recuperar parte de perdas inflacionárias passadas, notadamente a partir de 2017 e 2019, não estão os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira, da Receita Federal do Brasil.

Para esse segmento, que envolve os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil, o Governo concedeu,

ExEdit  
\* C D 2 5 9 7 4 3 7 8 4 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259743784500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy



apenas, na forma de decretos regulamentadores, aumento no Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024.

Contudo, o “Termo de Acordo” firmado com as entidades, relativo ao Bônus, foi, apenas, para que fosse cumprido acordo firmado em 2016, e que apenas em 2024 foi honrado, com a regulamentação da sistemática de aferição do índice de eficiência institucional e a base de cálculo do valor global do Bônus, sem, porém, alterar-se a tabela de vencimentos das carreiras do Fisco Federal.

As perdas inflacionárias acumuladas no valor dos vencimentos em janeiro de 2025, já são de quase 28%, visto que o último reajuste aplicado aos vencimentos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil de 9% a partir de maio de 2024, não foi suficiente para a recuperação do seu poder aquisitivo. Sem a concessão de reajustes em 2025 e 2026, essas perdas superarão, até o final do atual mandato presidencial, 39%.

No entanto, as Carreiras da Advocacia Pública, inclusive os Procuradores da Fazenda Nacional, que atuam também no âmbito da Administração Tributária, promovendo a execução da dívida ativa, foram contemplados com reajustes de 9% a partir de junho de 2025, e de 9,2% a partir de abril de 2026. Esse reajuste independe do comportamento dos honorários sucumbenciais por eles percebidos, cujo valor se acha em torno de R\$ 14 mil mensais para ativos.

Dessa forma, a presente emenda visa afastar essa discriminação em relação às carreiras da Receita Federal do Brasil, e assegurar, ao menos, os mesmos reajustes de 9% e 9,2% concedido à Advocacia Pública, a partir de junho de 2025 e abril de 2026.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259743784500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy



Para os fins do cumprimento do art. 113 do ADCT, segundo o qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, estima-se que esse reajuste, considerados os totais de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e sua filiação ao RPPS ou RPPS e Regime de Previdência Complementar, por classe e padrão nas respectivas tabelas, acarretaria os seguintes acréscimos na despesa primária e na despesa financeira, em 2025, 2026 e 2027:

ACRÉSCIMO NA DESPESA		Auditor-Fiscal	Analista Tributário	TOTAL
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723
	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625
2026	Primaria	1.097.825.182	305.119.286	1.402.944.468
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276
	Total	1.164.583.185	338.559.559	1.503.142.744
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855

Assim, o impacto total na despesa primária, em 2025, sobre a despesa atualmente prevista com os referidos cargos, seria de R\$ 699,65 milhões, e na despesa financeira, R\$ 51,15 milhões. Em 2026, relativamente à despesa de 2025 já reajustada, o impacto seria de R\$ 1,403 bilhões na despesa primária e R\$ 100,2 milhões na despesa

ExEdit  
\* C D 2 5 9 7 4 3 7 8 4 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259743784500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy



financeira. Finalmente, em 2027, seria de R\$ 288,27 milhões na despesa primária e R\$ 19,2 milhões na despesa financeira, em relação a 2026.

Esses valores são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, de R\$ 16,8 bilhões na despesa primária e R\$ 1,918 bilhões na despesa financeira, e poderão ser facilmente cobertos com recursos de reservas de contingência consignados na LOA.

Sendo, assim, questão de justiça e que não pode deixar de ser considerada no bojo da política de reajustes adotada pelo atual governo em substituição à revisão-geral que deveria ser concedida na data-base anual dos servidores, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Luiz Carlos Hauly**  
**(PODEMOS - PR)**  
**DEPUTADO**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259743784500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauly



ANEXO CCCXXII

(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E DE  
AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

b) Vencimento básico para os cargos de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.337,57	21.116,63
	II	17.108,03	18.647,75	20.363,35
	I	16.772,58	18.282,11	19.964,07
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.234,27	18.819,83
	II	15.203,13	16.571,41	18.095,98
	I	14.056,15	15.321,20	16.730,75
SEGUNDA	III	13.515,52	14.731,92	16.087,25
	II	13.250,52	14.443,07	15.771,83
	I	12.735,99	13.882,23	15.159,39

.....”

ExEdit  
\*CD259743784500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259743784500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauly



**MPV 1286  
00015**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Art... O “caput” do art. 2º da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A indenização de que trata o art. 1º será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, no valor de R\$ 173,42 (cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos).

.....”(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, instituiu a Indenização de Fronteira, devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, aos servidores da Carreira Policial Federal, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, da Carreira Tributária e Aduaneira, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, da Carreira de Auditor-Fiscal Federal Agropecuário, e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

\*CD256475693600\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256475693600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy





Contudo, desde então o valor dessa Indenização se acha congelado em R\$ 91,00 por dia de trabalho nessas situações, e não foi reajustado em nenhum momento.

A presente emenda visa, assim, corrigir o valor devido, com base no IPCA acumulado desde então e até dezembro de 2024, no percentual de 90,57%, de forma a compensar, de forma mais próxima do adequado, as condições de trabalho nas localidades estratégicas de fronteira, definidas em regulamento. O valor proposto (R\$ 173,42) resulta, apenas, da correção inflacionária, portanto.

O PLOA 2025, em fase de apreciação pelo Congresso, estima os seguintes valores para o pagamento da Indenização de Fronteira, em cada órgão do Governo Federal:

ÓRGÃO	R\$
RECEITA FEDERAL	25.548.950
PF	43.501.622
PRF	44.924.430
MTE	1.701.768
MAPA	5.520.017
MGI	136.320
MPO	45.000.000
TOTAL	166.333.107

Caso aplicado o percentual sobre a dotação total prevista no PLOA para essa Indenização, o impacto financeiro seria de R\$ 150.646.298,00, se aplicado a partir de janeiro de 2025. Contudo, o impacto mensal seria de apenas R\$ 12.553.858. Como a LDO 2025 veda reajustes com efeitos retroativos, considerando que a lei resultante da MPV 1.286 seja promulgada no início de junho de 2025, o impacto nos 7 meses seguintes seria de R\$ 87.877.007,29.

Trata-se de despesa indenizatória, e não de despesa com pessoal, e, portanto, não sujeita ao art. 169 da CF e ao disposto no art. 116 do PLDO, quanto à necessidade de previsão no Anexo V da LOA.

\*CD256475693600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256475693600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy



Aprovada a emenda, caberá ao Poder Executivo promover a suplementação orçamentária necessária, com recursos já previstos em reserva de contingência.

Não haverá, assim, qualquer aumento efetivo nas despesas autorizadas, ou alteração no teto de despesas do Poder Executivo, nem descumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, ou qualquer impacto nas metas de resultado primário.

Por ser questão que não pode mais ficar à espera de solução, visto que se arrasta há mais de dez anos esse congelamento, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares, valorizando a atuação dos servidores nas localidades de fronteira.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Luiz Carlos Hauly**  
**(PODEMOS - PR)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256475693600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauly



**MPV 1286  
00016**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se ao Anexo CCLXXXII da Medida Provisória nº 1.286, de 2024 a redação constante do documento anexo a esta emenda.

**JUSTIFICAÇÃO**

À luz dos princípios constitucionais da igualdade e da moralidade, a alteração da Medida Provisória nº 1.286/2024 se mostra como demanda essencial para garantir a correta aplicação dos percentuais de reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários, notadamente diante do que ficou acordado no Termo de Acordo de Greve nº 11/2024.

O acordo firmado prevê um reajuste de 9% para o ano de 2025 e 5% para o ano de 2026. Além disso, restou estabelecido um percentual de 4,1% de "step" entre os níveis salariais, uma medida crucial para assegurar a progressão na carreira e a valorização desses profissionais. No entanto, a atual redação da Medida Provisória apresenta divergências que podem comprometer a efetividade do acordo e o reconhecimento dos direitos dos profissionais envolvidos.

A inclusão do percentual de 4,1% entre os níveis é uma questão fundamental para corrigir distorções salariais e assegurar uma estrutura de crescimento justa e coerente com as responsabilidades inerentes às carreiras de médico e médico veterinário. Esse "step" permite uma progressão mais justa e equitativa, impulsionando o desenvolvimento profissional e a permanência de servidores qualificados no serviço público, de modo a refletir atendimento de eficiência e qualidade à população brasileira.

\*CD258509131000\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258509131000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Frederico



É imperativo que a referida Medida Provisória seja revisada para refletir fielmente os termos acordados, de forma a preservar a segurança jurídica e a confiança nas negociações realizadas. A adequação dos percentuais garantirá não apenas a justa remuneração dos profissionais, mas também o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo, fortalecendo o diálogo e a transparência nas relações institucionais.

Diante do exposto, consideramos que a presente emenda aperfeiçoará o processo legislativo e o ordenamento jurídico, bem como contribuirá para trazer isonomia e equidade, prestigiar o serviço público e bem como prevenir desnecessária judicialização, razões pelas quais rogamos aos pares seu apoio.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Dr. Frederico**  
**(PRD - MG)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258509131000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Frederico



\*CD258509131000\*  
ExEdit



ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM  
EDUCAÇÃO VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico  Médico Veterinário	P31	9.113,85	1				1	9.952,42	10.449,54
	P32	9.469,29	2	1			2	10.341,40	10.858,47
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.749,88	11.287,37
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.178,63	11.737,56
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.628,49	12.209,91
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.099,72	12.704,71
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.593,61	13.223,29
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.111,44	13.767,01
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.654,52	14.337,25
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.224,25	14.935,46
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.822,92	15.564,07
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.451,94	16.224,54
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	16.113,01	16.918,66
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.807,74	17.648,13
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.537,71	18.414,60
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	18.304,64	19.219,87
	P47	16.809,34		16	15	14	17	19.110,28	20.065,80
	P48	17.464,91			16	15	18	19.956,52	20.954,35
	P49	18.146,04				16	19	20.845,23	21.887,49

Em R\$

\*CD258509131000\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258509131000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Frederico



b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E				NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E			
	EFETOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO			PADRÃO	EFETOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFETOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026	
	P31	4.556,92	1			1	4.976,88	5.225,72
	P32	4.734,64	2	1		2	5.170,32	5.428,84
	P33	4.919,30	3	2	1	3	5.372,59	5.641,22
	P34	5.111,15	4	3	2	4	5.583,92	5.863,12
	P35	5.310,48	5	4	3	5	5.804,67	6.094,90
Médico	P36	5.517,59	6	5	4	6	6.035,24	6.337,00
	P37	5.732,78	7	6	5	7	6.276,11	6.589,92
Médico	P38	5.956,36	8	7	6	8	6.528,67	6.855,10
Veterinário	P39	6.188,65	9	8	7	9	6.793,44	7.133,11
	P40	6.430,01	10	9	8	10	7.071,15	7.424,71
	P41	6.680,78	11	10	9	11	7.362,48	7.730,60
	P42	6.941,34	12	11	10	12	7.668,12	8.051,53
	P43	7.212,05	13	12	11	13	7.988,71	8.388,15
	P44	7.493,31	14	13	12	14	8.325,91	8.742,21
	P45	7.785,55	15	14	13	15	8.681,44	9.115,51
	P46	8.089,20	16	15	14	16	9.056,05	9.508,85
	P47	8.404,67		16	15	17	9.451,64	9.924,22
	P48	8.732,45			16	18	9.869,19	10.362,65
	P49	9.073,02				19	10.309,79	10.825,28

”(NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://fslong.autenticidade-assinatura.camara.br/vr/CD258509131000> Assinado eletronicamente pelo(s) Dep. Dr. Frederico



ExEdit

**MPV 1286  
00017**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se a seguinte seção e o seguinte artigo:

“CAPÍTULO...

**DA CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

Art.... As Tabelas “a” e “b” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

**ANEXO CCCXXII**

**(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)**

**CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO**

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO –
--------	--------	---------------------



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254423476100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DEMAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

b) Vencimento básico para os cargos de  
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.337,57	21.116,63
	II	17.108,03	18.647,75	20.363,35
	I	16.772,58	18.282,11	19.964,07
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.234,27	18.819,83
	II	15.203,13	16.571,41	18.095,98
	I	14.056,15	15.321,20	16.730,75
SEGUNDA	III	13.515,52	14.731,92	16.087,25
	II	13.250,52	14.443,07	15.771,83
	I	12.735,99	13.882,23	15.159,39

\* CD 254423476100 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254423476100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





## JUSTIFICAÇÃO

Ao editar a MPV 1.286, em 31.12.2024, o Poder Executivo concretizou os reajustes resultantes de acordos firmados em as entidades sindicais ao longo de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e novo reajuste em 2026, variando os reajustes e suas datas conforme consignado nos Termos de Acordo firmados.

Ocorre que, no conjunto de carreiras e categorias contempladas com reajustes que, embora concedidos a título de “reestruturação de carreiras”, nada mais são do que uma revisão geral disfarçada, posto que apenas orientada a recuperar parte de perdas inflacionárias passadas, notadamente a partir de 2017 e 2019, não estão os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira, da Receita Federal do Brasil.

Para esse segmento, que envolve os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil, o Governo concedeu, apenas, na forma de decretos regulamentadores, aumento no Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024.

Contudo, o “Termo de Acordo” firmado com as entidades, relativo ao Bônus, foi, apenas, para que fosse cumprido acordo firmado em 2016, e que apenas em 2024 foi honrado, com a regulamentação da sistemática de aferição do índice de eficiência institucional e a base de cálculo do valor global do Bônus, sem, porém, alterar-se a tabela de vencimentos das carreiras do Fisco Federal.

As perdas inflacionárias acumuladas no valor dos vencimentos em janeiro de 2025, já são de quase 28%, visto que o último reajuste aplicado aos vencimentos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil de 9% a partir de maio de 2024, não foi suficiente para a recuperação do seu poder aquisitivo. Sem a concessão de reajustes em 2025 e 2026, essas perdas superarão, até o final do atual mandato presidencial, 39%.

\*CD254423476100\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254423476100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



No entanto, as Carreiras da Advocacia Pública, inclusive os Procuradores da Fazenda Nacional, que atuam também no âmbito da Administração Tributária, promovendo a execução da dívida ativa, foram contemplados com reajustes de 9% a partir de junho de 2025, e de 9,2% a partir de abril de 2026. Esse reajuste independe do comportamento dos honorários sucumbenciais por eles percebidos, cujo valor se acha em torno de R\$ 14 mil mensais para ativos.

Dessa forma, a presente emenda visa afastar essa discriminação em relação às carreiras da Receita Federal do Brasil, e assegurar, ao menos, os mesmos reajustes de 9% e 9,2% concedido à Advocacia Pública, a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Para os fins do cumprimento do art. 113 do ADCT, segundo o qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, estima-se que esse reajuste, considerados os totais de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e sua filiação ao RPPS ou RPPS e Regime de Previdência Complementar, por classe e padrão nas respectivas tabelas, acarretaria os seguintes acréscimos na despesa primária e na despesa financeira, em 2025, 2026 e 2027:

ACRÉSCIMO NA DESPESA		Auditor-Fiscal	Analista Tributário	TOTAL
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723
	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625
2026	Primaria	1.097.825.182	305.119.286	1.402.944.468
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276
	Total	1.164.583.185	338.559.559	1.503.142.744
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855

ExEdit  
\* C D 2 5 4 4 2 3 4 7 6 1 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254423476100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Assim, o impacto total na despesa primária, em 2025, sobre a despesa atualmente prevista com os referidos cargos, seria de R\$ 699,65 milhões, e na despesa financeira, R\$ 51,15 milhões. Em 2026, relativamente à despesa de 2025 já reajustada, o impacto seria de R\$ 1,403 bilhões na despesa primária e R\$ 100,2 milhões na despesa financeira. Finalmente, em 2027, seria de R\$ 288,27 milhões na despesa primária e R\$ 19,2 milhões na despesa financeira, em relação a 2026.

Esses valores são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, de R\$ 16,8 bilhões na despesa primária e R\$ 1,918 bilhões na despesa financeira, e poderão ser facilmente cobertos com recursos de reservas de contingência consignados na LOA.

Sendo, assim, questão de justiça e que não pode deixar de ser considerada no bojo da política de reajustes adotada pelo atual governo em substituição à revisão-geral que deveria ser concedida na data-base anual dos servidores, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254423476100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286  
00018**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se o seguinte artigo:

Art... O “caput” do art. 2º da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A indenização de que trata o art. 1º será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, no valor de R\$ 173,42 (cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos).

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, instituiu a Indenização de Fronteira, devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, aos servidores da Carreira Policial Federal, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, da Carreira Tributária e Aduaneira, do



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254726457500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, da Carreira de Auditor-Fiscal Federal Agropecuário, e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Contudo, desde então o valor dessa Indenização se acha congelado em R\$ 91,00 por dia de trabalho nessas situações, e não foi reajustado em nenhum momento.

A presente emenda visa, assim, corrigir o valor devido, com base no IPCA acumulado desde então e até dezembro de 2024, no percentual de 90,57%, de forma a compensar, de forma mais próxima do adequado, as condições de trabalho nas localidades estratégicas de fronteira, definidas em regulamento. O valor proposto (R\$ 173,42) resulta, apenas, da correção inflacionária, portanto.

O PLOA 2025, em fase de apreciação pelo Congresso, estima os seguintes valores para o pagamento da Indenização de Fronteira, em cada órgão do Governo Federal:

ÓRGÃO	R\$
RECEITA FEDERAL	25.548.950
PF	43.501.622
PRF	44.924.430
MTE	1.701.768
MAPA	5.520.017
MGI	136.320
MPO	45.000.000
TOTAL	166.333.107

Caso aplicado o percentual sobre a dotação total prevista no PLOA para essa Indenização, o impacto financeiro seria de R\$ 150.646.298,00, se aplicado a partir de janeiro de 2025. Contudo, o impacto mensal seria de apenas R\$ 12.553.858. Como a LDO 2025 veda reajustes com efeitos retroativos, considerando que a lei resultante da MPV 1.286 seja promulgada no início de junho de 2025, o impacto nos 7 meses seguintes seria de R\$ 87.877.007,29.

ExEdit  
\* 0 2 5 4 7 2 6 4 5 7 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254726457500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Trata-se de despesa indenizatória, e não de despesa com pessoal, e, portanto, não sujeita ao art. 169 da CF e ao disposto no art. 116 do PLDO, quanto à necessidade de previsão no Anexo V da LOA.

Aprovada a emenda, caberá ao Poder Executivo promover a suplementação orçamentária necessária, com recursos já previstos em reserva de contingência.

Não haverá, assim, qualquer aumento efetivo nas despesas autorizadas, ou alteração no teto de despesas do Poder Executivo, nem descumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, ou qualquer impacto nas metas de resultado primário.

Por ser questão que não pode mais ficar à espera de solução, visto que se arrasta há mais de dez anos esse congelamento, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares, valorizando a atuação dos servidores nas localidades de fronteira.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254726457500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286  
00019**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 208-A ao Capítulo LXXX da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 208-A.** A Lei nº 9.625, de 07 de abril de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 11-A.** A investidura nos cargos de Auditor Federal de Finanças e Controle e de Técnico Federal de Finanças e Controle, integrantes da carreira de Finanças e Controle, depende da aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, e dar-se-á na Classe A, Padrão I.

**§ 1º O ingresso nos cargos da Carreira Finanças e Controle exige diploma de graduação em nível superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, podendo o concurso público ser realizado por áreas de conhecimento ou de especialização e requerer habilitação específica”**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda **propõe a exigência** de diploma de graduação em nível superior para o ingresso nos cargos de Técnicos Federais de Finanças, pertencente à Carreira de Finanças e Controle, composta pelos cargos de Auditor Federal e de Técnico Federal de Finanças e Controle.

A carreira em apreço desempenha, no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU), atribuições fundamentais como a defesa do patrimônio público, controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256829281600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



ouvidoria e incremento da transparência na gestão pública, conforme disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, na legislação correlata e na Portaria CGU nº 814/2020. Esta Portaria consolida as atribuições específicas dos cargos de Auditor Federal de Finanças e Controle e Técnico Federal de Finanças e Controle em exercício na CGU, ressaltando o papel estratégico da carreira para a governança pública.

Na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF), a Carreira de Finanças e Controle, instituída pela Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, é responsável pela administração financeira e contábil da União, pela gestão da dívida pública (interna e externa) e pela execução da política fiscal. Atribuições que apresentam elevada complexidade técnica, exigindo, portanto, servidores com alta qualificação profissional.

A necessidade de modernização da Carreira de Finanças e Controle, com a redefinição de atribuições e a exigência de formação em nível superior para o cargo de Técnico Federal de Finanças

e Controle, foi amplamente discutida e documentada em Grupos de Trabalho instituídos nos dois órgãos. Esses grupos concluíram pela imprescindibilidade de revitalização da carreira, reconhecendo a necessidade de redefinir suas atribuições e de estabelecer o nível superior como requisito para ingresso no cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle, o que foi substanciado no Termo de Acordo nº 25, de 22 de dezembro de 2015, firmado entre o UNACON Sindical e a então Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGRT/MP), que dispõe em sua Cláusula Quarta:

**“Cláusula quarta [...]**

**Parágrafo único. O cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC) será classificado como de Nível Superior.”**

Em cumprimento ao pactuado, o Projeto de Lei nº 4.254/2015 foi aprovado pelo Congresso Nacional e, posteriormente, pelo Senado Federal, onde tramitou como PL nº 36/2016. O referido projeto, em seu artigo 7º, propunha a alteração da Lei nº 9.625/1998, estabelecendo no parágrafo 1º do artigo 11-A:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256829281600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





“Artigo 11-A [...]

**§ 1º O ingresso nos cargos da Carreira Finanças e Controle exige diploma de graduação em nível superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, podendo o concurso público ser realizado por áreas de conhecimento ou de especialização e requerer habilitação específica.”**

Contudo, o dispositivo foi vetado pelo ex-presidente Michel Temer ao sancionar a Lei nº 13.327/2016, conforme o **Veto nº 34 de 2016**, sob a justificativa de que **“não seriam realizados novos provimentos dos cargos no curto prazo”** e de que seria necessário realizar uma análise global dos cargos e carreiras do Poder Executivo antes de implementar a alteração.

Este veto, no entanto, contrapõe-se aos **princípios da boa administração pública**, como a eficiência, a razoabilidade e a economicidade. A justificativa apresentada para embasá-lo sustentou-se em premissas que, na prática, não se confirmaram, considerando que CGU realizou concursos públicos para o referido cargo nos anos subsequentes. Destaca-se, o concurso público de 2022, regulamentado pelo Edital nº 1/2021 da CGU, que ofertou 75 vagas para o cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle.

Além disso, os pleitos de novos concursos seguem em andamento para atender às demandas crescentes da Carreira de Finanças e Controle, abrangendo tanto os cargos de Técnico quanto de Auditor Federal de Finanças e Controle. Isso evidencia a indispensabilidade por esses profissionais para o cumprimento das atribuições legais para os órgãos supervisores.

Ademais, a alegação de que seria necessária uma análise global das carreiras e cargos do Poder Executivo também não resultou em ações concretas ou efetivas que atendam às necessidades de modernização da carreira.

O princípio da eficiência exige que a administração pública utilize os recursos humanos de forma otimizada, alinhando-os às

demandas de complexidade técnica que permeiam as atribuições da carreira de Finanças e Controle. Exigir diploma de nível superior para o ingresso no cargo de Técnico Federal é uma medida coerente com essa diretriz, uma vez

ExEdit  
\* C D 2 5 6 8 2 9 2 8 1 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256829281600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



que reflete a qualificação necessária para desempenhar atividades de elevada relevância e complexidade, como auditorias financeiras e gestão fiscal da União.

Do mesmo modo, a razoabilidade da medida é evidente, considerando que o fortalecimento e a valorização dos servidores, especialmente em cargos estratégicos, são essenciais para assegurar a integridade e a transparência da gestão pública, pilares do combate à corrupção e da fomentação de uma administração pública responsável, promovendo o desenvolvimento sustentável e a confiança cidadã.

Além disso, a proposta também respeita o princípio da economicidade, já que a valorização e profissionalização dos servidores refletem-se em maior eficiência na gestão dos recursos públicos, contribuindo para a mitigação de erros administrativos e desperdícios.

Por fim, esta emenda não traz implicações financeiras, uma vez que não aumenta despesas ou prevê novas contratações, mas sim promove o aperfeiçoamento de uma carreira de importância estratégica para o país e a sustentabilidade fiscal do Estado.

Diante do exposto, a presente proposta evidencia a imperiosa necessidade de modernização e fortalecimento da Carreira de Finanças e Controle, visando garantir maior eficiência administrativa e alinhando-a às melhores práticas de gestão pública.

Assim, conclamamos os nobres parlamentares a apoiarem a aprovação desta emenda, que representa não apenas um avanço normativo, mas também uma medida essencial para a excelência do serviço público e para a consolidação de uma administração pública mais moderna, responsável e alinhada às melhores práticas de gestão.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256829281600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



MPV 1286  
00020



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se art. 18-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 18-1 O Anexo CXXVII à Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023, passa a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

ANEXO CCCXXII

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

ExEdit  
\*CD257611504200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257611504200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



b) Vencimento básico para os cargos de  
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.337,57	21.116,63
	II	17.108,03	18.647,75	20.363,35
	I	16.772,58	18.282,11	19.964,07
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.234,27	18.819,83
	II	15.203,13	16.571,41	18.095,98
	I	14.056,15	15.321,20	16.730,75
SEGUNDA	III	13.515,52	14.731,92	16.087,25
	II	13.250,52	14.443,07	15.771,83
	I	12.735,99	13.882,23	15.159,39

“

JUSTIFICAÇÃO

Ao editar a MPV 1.286, em 31.12.2024, o Poder Executivo concretizou os reajustes resultantes de acordos firmados em as entidades sindicais ao longo de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e novo reajuste em 2026, variando os reajustes e suas datas conforme consignado nos Termos de Acordo firmados.

Ocorre que, no conjunto de carreiras e categorias contempladas com reajustes que, embora concedidos a título de “reestruturação de carreiras”, nada mais são do que uma revisão geral disfarçada, posto que apenas orientada a recuperar parte de perdas inflacionárias passadas, notadamente a partir de 2017 e 2019, não estão os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira, da Receita Federal do Brasil.

ExEdit  
\*CD257611504200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257611504200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



Para esse segmento, que envolve os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil, o Governo concedeu, apenas, na forma de decretos regulamentadores, aumento no Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024.

Contudo, o “Termo de Acordo” firmado com as entidades, relativo ao Bônus, foi, apenas, para que fosse cumprido acordo firmado em 2016, e que apenas em 2024 foi honrado, com a regulamentação da sistemática de aferição do índice de eficiência institucional e a base de cálculo do valor global do Bônus, sem, porém, alterar-se a tabela de vencimentos das carreiras do Fisco Federal.

As perdas inflacionárias acumuladas no valor dos vencimentos em janeiro de 2025, já são de quase 28%, visto que o último reajuste aplicado aos vencimentos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil de 9% a partir de maio de 2024, não foi suficiente para a recuperação do seu poder aquisitivo. Sem a concessão de reajustes em 2025 e 2026, essas perdas superarão, até o final do atual mandato presidencial, 39%.

No entanto, as Carreiras da Advocacia Pública, inclusive os Procuradores da Fazenda Nacional, que atuam também no âmbito da Administração Tributária, promovendo a execução da dívida ativa, foram contemplados com reajustes de 9% a partir de junho de 2025, e de 9,2% a partir de abril de 2026. Esse reajuste independe do comportamento dos honorários sucumbenciais por eles percebidos, cujo valor se acha em torno de R\$ 14 mil mensais para ativos.

Dessa forma, a presente emenda visa afastar essa discriminação em relação às carreiras da Receita Federal do Brasil, e assegurar, ao menos, os mesmos reajustes de 9% e 9,2% concedido à Advocacia Pública, a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Para os fins do cumprimento do art. 113 do ADCT, segundo o qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, estima-se que esse reajuste, considerados os totais de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e sua filiação ao RPPS ou RPPS e Regime de Previdência Complementar, por classe e padrão nas respectivas tabelas,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257611504200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



\*CD257611504200\*  
ExEdit



acarretaria os seguintes acréscimos na despesa primária e na despesa financeira, em 2025, 2026 e 2027:

ACRÉSCIMO NA DESPESA		Auditor-Fiscal	Analista Tributário	TOTAL
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723
	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625
2026	Primaria	1.097.825.182	305.119.286	1.402.944.468
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276
	Total	1.164.583.185	338.559.559	1.503.142.744
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855

Assim, o impacto total na despesa primária, em 2025, sobre a despesa atualmente prevista com os referidos cargos, seria de R\$ 699,65 milhões, e na despesa financeira, R\$ 51,15 milhões. Em 2026, relativamente à despesa de 2025 já reajustada, o impacto seria de R\$ 1,403 bilhões na despesa primária e R\$ 100,2 milhões na despesa financeira. Finalmente, em 2027, seria de R\$ 288,27 milhões na despesa primária e R\$ 19,2 milhões na despesa financeira, em relação a 2026.

Esses valores são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, de R\$ 16,8 bilhões na despesa primária e R\$ 1,918 bilhões na despesa financeira, e poderão ser facilmente cobertos com recursos de reservas de contingência consignados na LOA.

Sendo, assim, questão de justiça e que não pode deixar de ser considerada no bojo da política de reajustes adotada pelo atual governo em substituição à revisão-geral que deveria ser concedida na data-base anual dos servidores, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares.

\*CD257611504200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257611504200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



Sala da comissão, 30 de janeiro de 2025.

**Deputado Toninho Wandscheer**  
**(PP - PR)**

\*CD257611504200\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257611504200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



**MPV 1286**  
**00021**



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Alterem-se, no Anexo CCLXXXII, do art. 157 da MPV nº 1.286, de 2024, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025” para que eles correspondam a um aumento de 9% (nove por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023”, e, em seguida, alterem-se, na mesma tabela, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2026” para que eles correspondam a um aumento de 5% (cinco por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025”, da seguinte forma:

ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:		
Em R\$		
CARGO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E





	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico Médico Veterinário	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$		
CARGO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E



	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico Médico Veterinário	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos



Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. **Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, firmado com a Secretaria de Relações de Trabalho, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em 27 de julho de 2024, o reajuste deveria ser de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026.** No entanto, no dia 31/12/2024 o Governo Federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento) de aumento, a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Isto **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE.**

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
**(PP - RR)**  
**Presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina**



**MPV 1286  
00022**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

Art. 215 A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º-A Fica autorizada a realização de concurso público para o provimento dos cargos efetivos das carreiras de que trata a Lei nº 9.264/96, quando a vacância atingir 30% (trinta por cento) do respectivo cargo.

§1º Ato do Governador do Distrito Federal poderá autorizar a realização de concurso público antes do atingimento do percentual de que trata o *caput*.

§2º Os concursos públicos de que trata o *caput* são regidos exclusivamente por normas federais, ressalvados os certames já em andamento na data da publicação desta lei.”

**JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com o art. 21, XIV, da CF/88, compete a União organizar e manter a polícia civil Distrito Federal, por meio de fundo próprio.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250494596200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

\*CD250494596200\*  
ExEdit

Nesse sentido, conforme a sistemática estabelecida pela Lei nº 10.633/2002, que regulamentou o Fundo Constitucional do DF, os recursos nele consignados são entregues ao GDF até o dia 5 de cada mês, à razão de duodécimo.

Ora, considerando que o art. 21, inc. XIV, encerra verdadeiro pacto entre os entes União e Distrito Federal para a promoção da segurança pública em território que abriga as sedes dos Poderes da República, parece-nos acertado e natural que a primeira estabeleça parâmetros legais para a manutenção do efetivo da PCDF em quantitativo adequado para o fiel cumprimento de suas atribuições.

Nesse sentido, e ainda com o propósito de conferir maior segurança jurídica aos certames à cargo da PCDF, com a definição das regras federais para o seu regramento, haja vista tratar-se de instituição cujos servidores estão submetidos ao regime jurídico da União, propomos a presente emenda.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250494596200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286  
00023**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Substitui a tabela do Anexo CIII pela tabela do Anexo CCCXIX da Medida Provisória nº 1286, de 2024, e nomenclatura dos respectivos cargos.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1286, de 31 de dezembro de 2024, nos termos do seu artigo 63, alterou o art. 10-A da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, que trata sobre a estrutura dos cargos de Analista de Comércio Exterior, de Analista de Planejamento e Orçamento e de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, passando ser a constante do Anexo IV-A, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV-B, disposta no Anexo CIII da proposição legislativa.

Como é possível evidenciar pelas informações acima, as carreiras de Analista de Comércio Exterior, de Analista de Planejamento e Orçamento e de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, que nos termos da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, compreendem as carreiras de Gestão Governamental, tiveram reajustes remuneratórios equivalentes, considerando o elevado nível de especialização de suas competências, o alto grau de responsabilidade e a amplitude dos impactos decorrentes das atividades desempenhadas pelas carreiras e a própria natureza da atividade de gestão governamental, que compõe o núcleo estratégico do Estado brasileiro.

Todavia, a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, originariamente inclui no grupo de carreiras de Gestão Governamental a carreira de Finanças e Controle, que teve tratamento diferenciado pela Medida Provisória nº 1286/2024.



A estrutura dos cargos de Auditor Federal de Finanças e Controle, que passou a ser a constante do Anexo IV-C à Lei 11.890/2008, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo IV-D, conforme os anexos CCCXVIII, CCCXIX e CCCXX da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024.

Diante do exposto, verifica-se que a carreira de Finanças e Controle obteve o reenquadramento na tabela de correlação dos cargos mais benéfica que as demais carreiras de gestão governamental (carreiras de Analista de Comércio Exterior, de Analista de Planejamento e Orçamento e de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental), especialmente a Classe A1, padrões I, II e III, notadamente os níveis iniciais da carreira.

Não obstante a Medida Provisória altere a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, para incluir a carreira de finanças e controle em uma nova seção (III-A), apartada do restante do ciclo de gestão governamental, verifica-se que as atribuições e competências dos Auditores Federais de Finanças e Controle não foram alteradas pela MP, permanecendo equivalentes em nível de complexidade e responsabilidade com aquelas das demais carreiras do ciclo de gestão.

Nesse sentido, não se mostra cabível a aplicação de uma tabela de correlação de cargos para a carreira de finanças e controle distinta daquela proposta para as carreiras de Analista de Comércio Exterior, de Analista de Planejamento e Orçamento e de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

A equiparação dos benefícios de enquadramento aprovados para a carreira de Finanças e Controle Federal às demais carreiras do ciclo de gestão governamental é uma medida fundamental para fortalecer a eficiência administrativa e garantir isonomia entre funções estratégicas do governo. As carreiras que compõem o ciclo de gestão desempenham papéis complementares na formulação, execução e monitoramento das políticas públicas – como Planejamento, Gestão, Orçamento e Finanças –, sendo essenciais para a eficiência do gasto público. Diferenciar os benefícios entre essas áreas compromete a equidade e pode desestimular profissionais em setores igualmente estratégicos.

Fortalecer as demais carreiras do ciclo de gestão é também uma questão de valorização do serviço público como um todo. A gestão pública federal



exige altos níveis de qualificação técnica e conhecimento especializado, e ao estender os benefícios de enquadramento, cria-se uma condição mais justa e equilibrada para atrair, reter e motivar profissionais altamente capacitados. Isso se reflete diretamente na governança e na qualidade dos serviços públicos, além de promover uma maior integração entre as áreas, que precisam atuar de forma coordenada para garantir o sucesso das políticas públicas e o bom uso dos recursos públicos.

O precedente estabelecido na concessão de benefícios à carreira de Finanças e Controle Federal demonstra que a valorização de funções estratégicas é possível e necessária. O mesmo raciocínio deve ser aplicado às demais carreiras do ciclo de gestão, uma vez que todas desempenham atividades críticas para o cumprimento do interesse público, como a elaboração de políticas públicas, a coordenação de programas governamentais e o planejamento orçamentário. A desigualdade de benefícios, além de gerar desmotivação, pode levar à evasão de talentos para carreiras mais vantajosas, prejudicando o desempenho institucional.

Salienta-se que o impacto orçamentário com essa medida é ínfimo. A título de exemplificação, o último Edital de concurso público que efetivou servidores para cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental foi o de número 46, da antiga Escola de Administração Fazendária, de 19 de junho de 2009, ou seja, há mais de 15 anos. Dessa forma, praticamente a totalidade da carreira já se encontra no último nível não acarretando impactos orçamentários, uma vez que esta Emenda visa corrigir a ausência de equiparação dos níveis inferiores e intermediários.

Diante de todo o exposto, propõe-se esta Emenda à Medida Provisória nº 1286, de 31 de dezembro de 2024, de forma a equiparar a tabela constante do Anexo IV-B da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, disposta no Anexo CIII da MP 1286/2024 à correlação estabelecida na forma do Anexo IV-D da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, disposta no Anexo CCCXIX da mesma Medida Provisória.

Por fim, a equiparação dos benefícios reforça o compromisso com a justiça administrativa e os princípios constitucionais de eficiência, moralidade e impessoalidade no serviço público. Eliminar privilégios pontuais e garantir que todos os servidores das carreiras de gestão governamental





sejam valorizados de forma equitativa promove um ambiente de trabalho mais equilibrado e meritocrático. Assim, essa medida não apenas fortalece a harmonia institucional, mas também contribui para o aprimoramento do serviço público como instrumento para o desenvolvimento do país.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Senador Jorge Kajuru**  
**(PSB - GO)**



**MPV 1286**  
**00024**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 83-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 83-1.** A Lei nº 12.855, de 02 de setembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** É instituída indenização a ser concedida ao servidor público federal regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício de atividade nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e do Serviço Florestal Brasileiro, situadas em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

**Parágrafo único.** .....

.....

**IX –** Carreira Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002.’ (NR)

‘**Art. 2º** A indenização de que trata o art. 1º será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Trabalho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do Instituto Chico Mendes de



Conservação da Biodiversidade e do Serviço Florestal Brasileiro situadas em localidades estratégicas, no valor de R\$ 91,00 (noventa e um reais).’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A proposição objetiva estender aos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) o direito à indenização instituída pela Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, já paga aos servidores do Departamento de Polícia Federal, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego que esteja em exercício em unidade situada em localidade estratégica, vinculada à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

Assim, pretendemos reduzir as dificuldades para a fixação do servidor do Ibama, do ICMBio e do SFB em unidades estratégicas e de difícil provimento, garantindo a manutenção de servidores ambientais em locais nos quais o governo brasileiro necessita ter atuação mais efetiva na prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos que são frequentemente praticados nessas localidades.

Além disso, busca-se estabelecer mecanismo de incentivo pecuniário, de natureza indenizatória, que possa resultar em redução da evasão de servidores do Ibama, do ICMBio e do SFB nessas regiões do território nacional, localidades inóspitas e isoladas onde é difícil a fixação de servidores, os quais tendem a recorrer a meios administrativos ou judiciais para obter a sua remoção para lugares ambientalmente menos hostis para ele e sua família.

Haveremos, assim, de estender aos servidores dos órgãos ambientais um benefício já concedido aos servidores das Carreiras contempladas na referida



Lei, que em muitos casos atuam em conjunto com o Ibama, o ICMBio e o SFB em ações de combate aos ilícitos ambientais em tais localidades, porém em evidente desigualdade de condições.

Ademais, tal iniciativa irá fortalecer a política estatal de enfrentamento aos graves delitos que ocorrem nas nossas longínquas unidades de fronteiras, de modo a contribuir com o Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Senador Sérgio Petecão**  
(PSD - AC)



**MPV 1286**  
**00025**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se alínea “d” ao inciso I do *caput* do art. 13-A da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, na forma proposta pelo art. 83 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 13-A.** .....

**I** – .....

.....

**d)** Gratificação de Atividade de Risco - GAR, calculada no percentual de 20% do Vencimento Básico, destinada exclusivamente aos servidores designados para atividades de exposição a risco direto a vida dos servidores na fiscalização, pesquisa, atividades de campo e situações especiais em áreas conflagradas.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Os servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente enfrentam riscos significativos que justificam o reconhecimento formal e a compensação de suas atividades, pois atuam em condições ambientais extremas e imprevisíveis em áreas remotas. Durante a manipulação e manejo de animais silvestres, enfrentam riscos de contágio de zoonoses, enquanto a manipulação de agrotóxicos expõe esses profissionais ao risco de intoxicações agudas ou crônicas. Além disso, a fiscalização ambiental, obrigatoriamente realizada com arma de fogo, está submetida a riscos permanentes de confronto e violência em área socialmente conflagradas e muitas vezes dominadas pelo crime organizado. Há também os servidores que desempenham atividades de prevenção e combate a incêndios



florestais, os quais se submetem a condições extremas de calor, fumaça tóxica e exaustão física.

A criação da Gratificação de Atividade de Risco (GAR) é, portanto, medida essencial para valorizar e incentivar os especialistas em meio ambiente, reconhecendo de forma justa a complexidade e os perigos inerentes ao importante trabalho que desempenham para a sociedade. Essa compensação representa o reconhecimento destes desafios enfrentados no cumprimento de suas funções, mas, para além disso, atua como instrumento estratégico de gestão para atrair e reter profissionais qualificados, assegurando a continuidade de um serviço público comprometido com a proteção ambiental e a segurança dos servidores.

Importa salientar que a adoção de gratificações para compensar a exposição a riscos possui sólida fundamentação jurídica, conforme evidenciado pelos casos históricos das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Penal, que, até terem seus vencimentos transformados em subsídios, faziam jus à Gratificação de Atividade de Risco. Estes precedentes demonstram que a compensação financeira adicional para profissionais que atuam sob condições de risco elevado é prática consolidada e compatível com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, reforçando a validade da medida proposta para a Carreira de Especialista em Meio Ambiente.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Senador Sérgio Petecão**  
(PSD - AC)



**MPV 1286  
00026**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

Art. 215 O artigo 5º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.5º.....

.....

§ 2º Será exigido para o ingresso no Cargo de Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal o diploma de Análise de Sistemas, Biomedicina, Bioquímica, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Engenharia Agrônoma, Engenharia Cartográfica, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Minas, Engenharia de Redes de Comunicação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Química, Farmácia, Farmácia-Bioquímica, Física, Fonoaudiologia, Geologia, Informática, Medicina Veterinária, Odontologia, Química ou Química Industrial” (NR)

\*CD255749369700\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255749369700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



§ 3º Será exigido para o ingresso na Carreira de Perito Médico-Legista da Polícia Civil do Distrito Federal o diploma de Medicina, facultada a seleção por especialidades médicas, mediante previsão no edital do concurso público. (NR)

.....”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva conferir maior eficiência ao desempenho das atividades à cargo da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, mormente no que tange à atividade pericial.

Nesse sentido, propomos a modificação de dispositivos da Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1.996, para a inclusão de novas formações acadêmicas para o cargo de perito criminal, visando atender à crescente demanda por uma carta diversificada de exames periciais realizados, assim como a possibilidade de seleção por especialidade médica para o cargo de perito médico-legista.

Portanto, tem-se que a presente medida se assenta no princípio da eficiência, maximizando recursos e assegurando resultados que melhor atendam ao interesse público.

No contexto da Polícia Civil do Distrito Federal, a perícia criminal é uma área sensível e determinante para a elucidação de crimes, sendo necessário garantir que seus quadros sejam compostos por profissionais altamente capacitados e especializados.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255749369700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





**MPV 1286  
00027**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)**Ementa:**

Altera o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MP 1286/2024 para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. xxx** A tabela b do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela e do Anexo CCXXIV;

**Art. xxx** A tabela a do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.

**JUSTIFICAÇÃO**

Conforme o texto em vigor da Medida Provisória nº 1.286/2024, o reajuste salarial previsto para médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação é de apenas 4,5%. No entanto, o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, firmado entre o Governo Lula e as entidades representativas, garante 9% de reajuste a partir de 1º de janeiro de 2025, com mais 5% previstos para abril de 2026, conforme a cláusula primeira



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255904520700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jandira Feghali

\*CD255904520700\*  
ExEdit

do acordo. Essa redução no reajuste contraria os termos negociados e assinados, gerando grande insatisfação entre os profissionais e prejudicando trabalhadores fundamentais para o funcionamento das universidades e hospitais universitários.

Torna-se necessária, portanto, a aprovação da presente emenda corrigindo a Medida Provisória nº 1.286/2024 de forma a permitir às duas categorias reajustes iguais aos concedidos às demais categorias conforme o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024.

Ante o exposto, espero contar com o apoio para a aprovação da presente emenda que faz justiça aos médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputada Jandira Feghali**  
**(PCdoB - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255904520700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jandira Feghali



\*CD255904520700\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00028**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 82-1 ao Capítulo XXXIII da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 82-1.** A Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 3º-B.** Os titulares dos cargos de nível superior e de nível intermediário do Grupo Informações e do Grupo Apoio, não abrangidos no artigo anterior, ficam enquadrados, na forma e no prazo do regulamento, conforme o caso, em um dos cargos constantes dos incisos I e II do caput do art. 2º desta lei.

§ 1º Aqueles que não atenderem os requisitos e as condições previstas nesta lei e no regulamento permanecerão nos atuais cargos.

§ 2º O enquadramento dos titulares dos cargos de que trata o caput deste artigo fica condicionado à comprovação de que:

I – preenchem os requisitos para ingresso no cargo;

II – possuem ou recebam formação em inteligência pela extinta EsNI - Escola Nacional de Inteligência, pelo CEFARH - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos ou pela ESINT - Escola de Inteligência ou Curso de Inteligência ou de Formação em Inteligência pela ESINT;

III – suas atribuições guardam similaridade em diferentes graus de complexidade e responsabilidade com o exercício de atividades de natureza técnico-administrativas relacionadas à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos e ao

ExEdit  
\* C D 2 5 5 9 5 7 9 2 7 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255957927200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência; e

IV – sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

Trata esta emenda de se fazer justiça à atual situação de servidores da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN não contemplados pelo enquadramento trazido pela Lei nº 11.776, de 2008, e suas alterações. Com efeito, esses servidores ingressaram por concurso público e cumpriram as formações exigidas, condição reconhecida no sistema Sou Gov. A injustiça e a insegurança jurídica advindas persistem desde 2008 para parte desses servidores, pois deixaram de ser enquadrados na nova lei, mesmo exercendo funções idênticas ou análogas aos demais integrantes da Agência.

Destaque-se que são pouco mais de 200 agentes ativos nessa condição, cuja eventual mudança acarretará impacto orçamentário insignificante, sendo que o tema encontra-se em debate no Grupo de Trabalho do MGI (Acordo 22/24), previsto para se encerrar em abril deste ano. Há, igualmente, processo em trâmite no Poder Executivo. Contudo, essa situação poderá ser rapidamente resolvida, caso se acate o teor desta proposta.

Assim, cumpre salientar que não se trata de benefícios a esses servidores, mas de justiça, cujo longo sofrimento poderia ser abreviado, como se afirmou, por meio de emenda a esta Medida Provisória que, ademais do que será tratado em regulamento, exigir-se-á a comprovação de:

I – requisitos para ingresso nos cargos atuais;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255957927200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



II – formação em inteligência pela extinta EsNI - Escola Nacional de Inteligência, pelo CEFARH - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos ou pela ESINT - Escola de Inteligência ou Curso de Inteligência ou de Formação em Inteligência pela ESINT;

III – exercício de atribuições que guardem similaridade em diferentes graus de complexidade e responsabilidade com o exercício de atividades de natureza técnico-administrativas relacionadas à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos e ao desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência; e

IV – que a investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

Enfim, por ser medida de preservação da segurança jurídica e de correção de injustiça hitórica é que solicito aos nobres colegas, notadamente ao relator, que analise, aperfeiçoe e acate a presente emenda.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
(PL - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255957927200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**MPV 1286  
00029**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se onde couber o seguinte dispositivo na Medida Provisória 1286, de 2024, que passa a vigorar acrescida da seguinte redação:

Art.... O prazo para o exercício do direito de opção de que trata a Emenda Constitucional nº 98, de 6 de novembro de 2017, fica reaberto pelo período de trinta dias, contado da data de entrada em vigor desta lei.

§ 1º O direito de opção de que trata o *caput* será exercido pelo próprio interessado.

§ 2º A opção de que trata o *caput* poderá ser, ainda, efetuada por procurador constituído por procuração pública específica com poderes próprios para a realização do ato.

**JUSTIFICAÇÃO**

O direito à opção, a que se refere o art. 31 da EC 19 de 1998, com a alteração promovida pela EC 98 de 2017, foi aberto por um período de 30 dias, e teve início em 2 de abril de 2018 e vigorou até 3 de maio de 2018.

É fato que os estados nascidos de ex-Territórios, todos eles localizados em regiões de fronteira da selva amazônica, enfrenta grandes dificuldades de acesso na maior parte de seus municípios, muitos dos quais só é realizado por meio de embarcações e aeronaves. Dificuldades semelhantes também é enfrentada pelos meios de comunicação, o que levou muitas pessoas a perderem o prazo para entregar o requerimento de opção e os documentos comprobatórios para integrar o quadro da administração federal, na forma estabelecida pela EC 98 de 2017.

O que se pretende com a presente emenda é reabrir o prazo de opção para fazer justiça com aquelas pessoas que por motivos alheios a sua



vontade perderam o prazo para entrar com seus requerimentos de opção pleiteando o enquadramento no quadro da administração federal.

Sala da comissão, 1 de fevereiro de 2025.

**Senador Randolfe Rodrigues**  
(PT - AP)



**MPV 1286  
00030**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, na MP nº 1286, de 2024, o seguinte artigo:

Art... Fica o Poder Executivo autorizado a reabrir por 180 (cento e oitenta dias), contados a partir da publicação desta Lei, o prazo para a opção pelo enquadramento na forma prevista no art. 29 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018.

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposição oferece aos servidores prazo razoável para o conhecimento da reabertura de prazo e para a adoção de providências necessárias e obrigatórias quanto ao cumprimento das condições exigidas para o respectivo enquadramento nas carreiras de destino.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala da comissão, 1 de fevereiro de 2025.

**Senador Randolfe Rodrigues**  
**(PT - AP)**





**MPV 1286  
00031**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 1º-B da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, como proposto pelo art. 116 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º-B.** Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Territorial, composta dos cargos efetivos de Perito Federal Territorial, de nível superior, com atribuições voltadas para o planejamento, a coordenação, a orientação, a implementação, o acompanhamento e a fiscalização de atividades inerentes à ocupação.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O texto que se pretende modificar promove alterações não acordadas na Mesa Específica e Temporária INCRA, e no Termo de Acordo nº 27, celebrado entre o MGI e a Condsef - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, para os servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei 11090/2005.

As alterações promovidas pelo artigo Art. 1º-B do Art. 116 desta MP 1.286/2024, incorporam à Carreira de Perito Federal Agrário e/ou Territorial, atribuições que já se encontram atribuídas à Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, criada pela Lei 11.090/2005, tal como descritas em seu Art.1º, parágrafo 1º, e reproduzidos abaixo:

*Art. 1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256482480900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Daniel



Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Técnico Administrativo, integrantes do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo terão as seguintes atribuições:

I - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário: planejamento, coordenação, acompanhamento e execução de atividades relativas ao **ordenamento territorial e reforma agrária** e, mais especificamente:

a) o gerenciamento das **ações de ordenamento territorial** e reforma agrária;

b) a articulação interinstitucional e integração das políticas de **ordenamento territorial** e da reforma agrária às demais políticas públicas;

c) a administração e a fiscalização do **cadastro de imóveis rurais** ;

d) a sistematização de informações relativas à **ocupação, utilização, zoneamento agrário e socioeconômico do meio rural** ;

e) a implementação de projetos relativos à **discriminação, arrecadação, regularização e destinação de terras públicas**;

f) o georreferenciamento, a medição e a demarcação de imóveis rurais; e

g) a implantação, desenvolvimento, recuperação e consolidação de projetos de reforma agrária, colonização e demais modalidades de assentamento;

II - Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário: execução de suporte técnico às atividades relativas ao ordenamento da estrutura fundiária e da reforma agrária e, mais especificamente:

a) manutenção e atualização dos sistemas finalísticos;

\*CD256482480900\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256482480900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Daniel



b) coleta, sistematização e manutenção de dados e informações necessárias ao planejamento, acompanhamento e execução das **ações de ordenamento territorial e da reforma agrária** ;

c) apoio técnico às ações de fiscalização, vistoria, avaliação, georreferenciamento, medição e demarcação de imóveis rurais;

d) geoprocessamento de informações e elaboração de mapas temáticos;

e) identificação e classificação de beneficiários da reforma agrária;

f) apoio técnico às ações de implantação de infraestrutura básica, concessão de assistência técnica e articulação dos beneficiários da reforma agrária com instituições públicas e privadas; e

g) concessão e acompanhamento da aplicação dos créditos da reforma agrária;

Essas alterações, **flagrantemente inconstitucionais**, se confirmadas no Plenário da Câmara dos Deputados, **provocarão** as seguintes consequências:

1- **Duplicidade de atribuições** em duas carreiras distintas, em um mesmo órgão da administração pública federal (INCRA);

Equivalência da Atribuições entre as duas carreiras	
Perito Federal Territorial	Reforma e Desenvolvimento Agrário
Governança Territorial	Ordenamento Territorial
Governança Fundiária	Cadastro de Imóveis Rurais
Governança Patrimonial	Regularização Fundiária de Terras Federais
Ocupação/Uso do Solo	Ocupação/ Utilização / Zoneamento Agrário

2- Criação de uma **nova carreira** – Perito Federal Territorial - **e não a transformação** de uma carreira existente – Perito Federal Agrário - na medida em que **acrescenta novas atribuições** àquelas já existentes;

3- **Ingresso** dos Engenheiros Agrônomos nesta nova carreira – Perito Federal Territorial – **sem concurso público**, uma vez que as novas atribuições não

ExEdit  
\* C D 2 5 6 4 8 2 4 8 0 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256482480900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Daniel



faziam parte do Edital que disciplinou o ingresso dos Peritos Federais Agrários nos concursos de admissão anteriores.

Diante dos vícios que promovem subversão da lógica constitucional de admissão no serviço público e sobreposição de atribuições entre carreiras, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado João Daniel**  
**(PT - SE)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256482480900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Daniel



\* CD 256482480900 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00032**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se o art. 10 da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, como proposto pelo art. 114 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

As alterações efetuadas no artigo 10 e 11 da **Lei 11.090/2005** trazem maior rigor nos critérios de promoção e dificultam a ascensão para a Classe Especial dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Importante considerar que tais alterações não foram pactuadas entre a categoria, a CONDSEF - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e o MGI, quando da assinatura do Acordo Salarial no ano de 2024. Ressalte-se que a supressão não acarretará qualquer prejuízo ou aumento de despesas, uma vez que suprimido este texto da MP 1.286/2024 continuarão valendo as regras atuais de progressão da carreira, conforme previstas na Lei 11.090/2005.

Ademais, o novo texto cria disparidade entre o desenvolvimento funcional de carreiras do mesmo órgão. Pois, enquanto o texto a ser suprimido traz maior rigor aos critérios de promoção dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, as alterações do artigo 3º e parágrafos 1º e 2º, todos da **Lei 10.550/2002**, disciplinadas no artigo 116 da MP, que regula a promoção para os servidores da Carreira de Perito Federal Territorial, foram arremetidos para uma regulamentação posterior. Não há qualquer justificativa técnica/administrativa para que se adote um entendimento **distinto e discriminatório** no tratamento

\*CD257780899400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257780899400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Daniel



deste tema – desenvolvimento funcional – nas duas carreiras da mesma instituição pública federal.

Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado João Daniel**  
**(PT - SE)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257780899400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Daniel



\*CD257780899400\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00033**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo:

**“CAPÍTULO****DAS CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE  
CARGOS DOS EMPREGADOS DA INFRA/RFFSA**

**Art.** A partir de 1º de janeiro de 2025, a tabela salarial dos empregados ferroviários ativos e inativos oriundos da RFFSA, abrangidos pelas Leis 8.186 de 21 de maio de 1991 e 10.478 de 28 de junho de 2002, associada ao seu Plano de Cargos e Salários (PCS), atualmente sob gestão da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias S/A e/ou INFRA S.A., em cumprimento ao Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal e ao Art. 5º da Lei 4950-A, de 1966, passa a vigorar conforme as Tabelas I, II e III apresentadas a seguir:

I – Tabela I – Grupos Administrativos, Operacionais e Serviços, oriundos da RFFSA



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164768900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
ADMINISTRATIVO	201	2.275,75
	202	2.324,08
	203	2.356,09
	204	2.404,62
	205	2.453,18
	206	2.501,48
	207	2.566,14
	208	2.630,46
	209	2.697,97
	210	2.778,67
	211	2.781,74
	212	2.888,40
	213	2.938,45
	214	3.033,00
	215	3.128,23
	216	3.248,46
	217	3.346,73
	218	3.389,88
	219	3.468,64
	220	3.557,37
	221	3.691,93
	222	3.829,41
	223	4.003,40
	224	4.129,68
	225	4.352,88
	226	4.601,24
	227	4.814,70
	228	5.115,76
	229	5.434,52
	230	5.833,63
	231	6.261,22
	232	6.711,95
	233	7.034,85
	234	7.376,95
	235	7.739,35

II – Tabela II – Grupos Universitários, oriundos da RFFSA

Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
UNIVERSITÁRIO	301	8.307,03
	302	8.605,85
	303	8.877,04
	304	9.295,72
	305	9.795,71
	306	10.302,00
	307	10.648,21
	308	11.007,34
	309	11.378,57
	310	11.762,32
	311	12.159,02
	312	12.569,09
	313	12.993,00
	314	13.432,75
	315	13.885,78
	316	14.354,09
	317	14.838,20
	318	15.338,63
	319	15.855,94
	320	16.390,70
	321	16.943,49
	322	17.514,92
	323	18.105,63
	324	18.716,26
	325	19.347,48
	326	20.000,00
PCS	501	23.700,00
	502	23.200,00
	503	22.800,00
	504	22.400,00
	505	22.000,00
	506	15.726,78
	507	13.427,18
	508	11.939,75
	509	5.087,39
	510	4.666,27
	511	4.278,98
	521	9.368,60
	522	6.570,88
	523	3.338,70
	524	2.438,71
GT	591	8.502,44
	592	7.573,73
	593	6.893,24

\* CD 250164768900 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164768900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon





III – Tabela III – Grupo Originário da FEPASA, oriundos da RFFSA

Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
OPERAÇÃO	603	1.812,78
	604	2.037,98
	605	2.326,99
	606	2.665,51
	607	3.061,34
	608	3.519,18
	609	4.042,25
SUPERVISÃO	702	1.809,61
	703	1.982,92
	704	2.193,01
	705	2.474,07
	706	2.791,77
	707	3.157,75
	708	3.564,46
	709	4.042,25
	710	4.493,39
	711	5.138,83
	712	5.885,05
	713	6.741,18
	714	10.302,00
	715	11.379,56
TÉCNICO	801	4.493,39
	802	5.138,83
	803	5.885,05
	804	6.741,18
UNIVERSITÁRIO	805	10.302,00
	806	11.379,56
	807	12.457,11
	808	13.534,67
	809	14.612,22
	810	15.689,78
	811	16.767,33
	812	17.844,89
	813	18.922,44
	814	20.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda pretende **buscar a legalidade da TABELA SALARIAL DOS FERROVIÁRIOS BRASILEIROS, de acordo com a Constituição Federal Brasileira e a Lei 4.950 A/66.**

(i) estabelecer nova tabela salarial, aplicável aos ferroviários oriundos da extinta RFFSA, suas estradas de ferro, unidades operacionais e subsidiárias, associada ao Plano de Cargos e Salários (PCS) da extinta RFFSA, referência legal, atualmente sob gestão da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias S/A e/ou INFRA S.A. (lei 11.483/2007 – art.17)

Importa contextualizar, inicialmente, que a problemática da tabela salarial da RFFSA teve início em 2007, ano no qual ocorreu a extinção da RFFSA e a transferência de seus empregados para a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Já naquele ano o salário inicial da Tabela (Nível 201), correspondia

\*CD250164768900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164768900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



a R\$ 338,85 (trezentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos), frise-se, quantia inferior ao salário-mínimo nacional vigente à época, que equivalia a R\$ \$380,00 (trezentos e oitenta reais).

Dois a três anos depois houve uma pequena recuperação salarial, contudo, lamentavelmente, a ilegalidade se repetiu. Como se percebe a história dos ferroviários, desde sempre, envolveu desrespeito aos seus direitos.

O passar dos anos sem que houvesse a concessão de nenhum reajuste fez com que a situação se agravasse de tal forma que, hoje, quando o Salário Mínimo Nacional é R\$ 1.518,00, o Salário Inicial da Tabela da RFFSA, nível 201 é R\$ 878,16.

A situação é tão grave que **os vinte primeiros níveis da Tabela Salarial se encontram abaixo do salário mínimo nacional, conforme pode ser visto a seguir, no Quadro Evolução Salarial Nível 201 x SMN.**

Mas não é só. A classe ferroviária também tem sido flagrantemente desrespeitada pelo descumprimento da Lei 4.950 A, de 1966, uma vez que o piso salarial, garantido a algumas categorias profissionais, em seu Art. 5º, não tem sido considerado para o cálculo dos proventos de ferroviários oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal.

**TABELA SALARIAL DA RFFSA**  
Comparativo Salário do Nível 201 (Inicial RFFSA) x Salário Mínimo Nacional (SMN)

Ano	Nível 201 (R\$) (Salário + Passivo)	% em Relação ao SMN	Salário Mínimo Nacional (R\$)
1998 - 1999	243,60	187,38	130,00
1999 - 2000	243,60	179,12	136,00
2000 - 2001	243,60	161,32	151,00
2001 - 2002	243,60	135,33	180,00
2002 - 2003	243,60	121,80	200,00
2003 - 2004	277,20	115,71	240,00
2004 - 2005	296,52	114,82	260,00
2005 - 2006	319,41	106,47	300,00
2006 - 2007	328,99	94,00	350,00
2007 - 2008	338,85	89,17	380,00
2008 - 2009	415,86	100,21	415,00
2009 - 2010	438,85	94,38	465,00
2010 - 2011	463,93	90,57	510,00
2011 - 2012	565,87	103,83	545,00
2012 - 2013	594,71	95,61	622,00
2013 - 2014	633,30	94,70	668,75
2014 - 2015	673,07	92,97	724,00
2015 - 2016	706,72	89,69	788,00
2016 - 2017	751,95	85,45	880,00
2017 - 2018	781,88	83,45	937,00
2018 - 2019	792,44	83,06	954,00
2019 - 2020	808,45	81,01	998,00
2020 - 2021	808,45	77,36	1.045,00
2021 - 2022	808,45	73,50	1.100,00
2022 - 2023	808,45	66,70	1.212,00
2023 - 2024	848,97	65,20	1.302,00
2024 - 2025	878,12	62,19	1.412,00
2025 - 2026	878,12	57,85	1.518,00

**VALEC**

A não aplicação da referida legislação federal, e a conseqüente não atualização da tabela dos ferroviários empregados da antiga RFFSA, com os



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164768900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



\*CD250164768900\*

interstícios nela previstos, vem acarretando defasagem da ordem de 81,27%, entre maio/1997 até abril/2024.

ÍNDICES APLICADOS AOS ACORDOS COLETIVOS DA RFFSA									
EVOLUÇÃO E INFLAÇÃO NOS PERÍODOS									
PERÍODO		ÍNDICES %					ACORDOS COLETIVOS %		
Início	Fim	IPCA (BGE)	IGPM (FGV)	Dólar (Reato)	INSL	ACT %	ACT %	RFFSA	
ma1997	abr1998	3,85	5,03		4,81	9899		3,00	
ma1998	abr1999	3,25	8,54	4,62	4,81	9900		-	
ma1999	abr2000	6,77	13,20	11,03	5,81	0001		-	
ma2000	abr2001	6,61	10,44	19,21	7,68	0102		-	
ma2001	abr2002	7,86	6,91	11,11	3,20	0203		-	
ma2002	abr2003	16,77	32,85	20,00	19,71	0304		14,00	
ma2003	abr2004	7,50	5,37	9,23	4,53	0405		7,50	
ma2004	abr2005	8,07	10,75	15,38	6,36	0506		7,00	
ma2005	abr2006	4,63	(0,32)	16,67	5,91	0607		3,00	
ma2006	abr2007	3,00	4,76	8,27	3,17	0708		3,00	
ma2007	abr2008	5,04	9,80	9,21	4,73	0809		5,12	
ma2008	abr2009	5,53	5,38	12,05	4,71	0910		5,53	
ma2009	abr2010	5,26	2,89	9,68	6,58	1011		5,26	
ma2010	abr2011	6,51	10,60	6,86	3,31	1112		6,51	
ma2011	abr2012	5,10	3,65	14,13	3,10	1213		5,10	
ma2012	abr2013	6,49	7,30	9,00	4,39	1314		6,49	
ma2013	abr2014	6,28	7,98	6,78	4,60	1415		6,28	
ma2014	abr2015	8,17	3,54	8,64	6,23	1516		5,00	
ma2015	abr2016	9,28	10,64	11,68	11,28	1617		6,40	
ma2016	abr2017	4,08	3,37	6,48	6,58	1718		3,36	
ma2017	abr2018	2,76	1,80	1,81	2,87	1819		1,35	
ma2018	abr2019	4,54	8,64	4,81	3,43	1920		2,02	
ma2019	abr2020	2,40	6,68	4,11	4,10	2021		-	
ma2020	abr2021	6,76	32,02	5,87	5,45	2021		-	
ma2021	abr2022	12,13	14,66	10,18	10,18	2122		5,00	
ma2022	abr2023	4,18				2223		5,00	
ma2023	abr2024	3,13				2324		4,48	
% Acumulado		430,86	629,76	746,16	290,30			116,36	
% Perdas		81,27	164,12	206,25	41,26				

Consequência de tantos descumprimentos legais resultou que a atual Tabela Salarial dos Empregados oriundos da RFFSA apresentasse valores defasados. São eles:

Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
A D M I N I S T R A T I V O	201	878,16
	202	896,81
	203	909,16
	204	927,88
	205	946,62
	206	965,26
	207	990,21
	208	1.015,03
	209	1.041,08
	210	1.072,23
	211	1.073,41
	212	1.114,56
	213	1.133,87
	214	1.170,36
	215	1.207,11
	216	1.253,50
	217	1.291,43
	218	1.308,07
	219	1.328,69
	220	1.372,71
	221	1.424,63
	222	1.477,68
	223	1.544,82
	224	1.593,54
	225	1.679,68
	226	1.775,51
	227	1.857,88
	228	1.974,05
	229	2.097,06
	230	2.251,06
	231	2.416,05
	232	2.589,98
	233	2.714,59
	234	2.846,59
	235	2.986,44

ExEdit  
\* C D 2 5 0 1 6 4 7 6 8 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164768900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
U N I V E R S I T Á R I O	301	1.491,46
	302	1.545,11
	303	1.593,80
	304	1.668,97
	305	1.758,74
	306	1.849,64
	307	1.911,80
	308	2.016,11
	309	2.123,87
	310	2.229,20
	311	2.313,39
	312	2.430,57
	313	2.522,26
	314	2.654,55
	315	2.765,79
	316	2.891,43
	317	3.006,21
	318	3.133,25
	319	3.303,74
	320	3.499,99
P C S	321	3.780,37
	322	4.149,45
	323	4.562,43
	324	4.851,23
	325	5.108,24
	326	5.380,66
	501	12.596,30
	502	11.240,78
	503	10.219,02
	504	9.365,90
	505	8.852,73
	506	7.105,84
	507	6.066,80
	508	5.394,74
	509	2.298,64
	510	2.108,36
	511	1.933,33
	521	4.372,62
	522	3.066,84
	523	1.558,28
	524	1.138,22
G T	591	9082,75
	592	2753,96
	593	2506,52

Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
O P E R A C Ã O	603	1.088,81
	604	1.224,08
	605	1.379,63
	606	1.557,96
	607	1.760,58
	608	1.988,54
	609	2.228,74
	702	1.078,91
S U P E R V I S Ã O	703	1.162,26
	704	1.316,55
	705	1.466,37
	706	1.636,44
	707	1.823,17
	708	2.038,65
	709	2.243,14
	710	2.524,89
	711	2.844,95
	712	3.206,46
	713	3.652,89
	714	4.074,25
	715	4.629,86
T E C N I C A	801	2.524,89
	802	2.844,95
	803	3.206,46
	804	3.652,89
U N I V E R S I T Á R I O	805	4.074,25
	806	4.629,86
	807	5.257,52
	808	5.830,28
	809	6.668,56
	810	7.709,38
	811	8.660,91
	812	9.781,92
	813	10.976,46
	814	12.321,28

Há nítido descumprimento das normas trabalhistas em relação aos ferroviários, provenientes da antiga RFFSA, uma vez que os seus salários são inferiores:

exEdit  
\* C D 2 5 0 1 6 4 7 6 8 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164768900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



(i) ao salário-mínimo nacional, nos primeiros 20 (vinte) níveis da tabela salarial, 201 a 220; e

(ii) ao patamar legal estabelecido como piso salarial da classe. Nível inicial na tabela 306.

O cenário é claro: a INFRA S.A. – empresa pública que sucedeu a extinta RFFSA – vem praticando postura salarial diferenciada e anti-isonômica em relação aos empregados que advieram da antiga RFFSA e suas subsidiárias, deixando não só de efetuar a devida atualização da tabela salarial, como também, de corrigi-la para que observe o salário mínimo nacional e o piso salarial previsto na Lei Federal nº 4.950-A/66, o qual foi, inclusive julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2022, no âmbito das ADPF's 53, 149 e 171.

O Plano de Cargos e Salário – PCS, em vigor, é claro ao prever que a remuneração dos empregados deve ser fixada pela Diretoria Executiva da empresa “ **observada a legislação pertinente** ”. O previsto na Lei nº 4.950 A, de 1966 – já vigente à época – e o entendimento consolidado pelo STF nas ADPFs 53, 149 e 171 não deixa dúvidas, portanto, que o nível 306, inicial da carreira de arquiteto e que também se aplica a outras carreiras universitárias, deve equivaler, no mínimo a R\$10.302,00 (dez mil trezentos e dois reais) e não R\$1.849,64 (mil oitocentos e quarenta e nove reais) (tabela em vigor maio 2023). O acerto desses valores deve ser feito com os mesmos interstícios para cima e para baixo, legalizando, de modo definitivo e integral, a Tabela Salarial. Note-se que, ao julgar as mencionadas ADPFs, em fevereiro de 2022, **o STF reafirmou a constitucionalidade da Lei nº 4.950-A/66, conferindo-lhe interpretação conforme a Constituição para que o cálculo do piso salarial, também atribuído à categoria profissional de engenheiros e arquitetos, considere o valor do salário-mínimo vigente na data de publicação da ata de julgamento das ADPFs (3 de março de 2022)** Veja-se:

*ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DIPLOMADOS EM CURSO SUPERIOR DE ENGENHARIA, QUÍMICA, ARQUITETURA, AGRONOMIA E VETERINÁRIA (LEI Nº 9.450-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966). SALÁRIO PROFISSIONAL FIXADO EM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO-MÍNIMO*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164768900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



NACIONAL. ALEGADA TRANSGRESSÃO À NORMA QUE VEDA A VINCULAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO “PARA QUALQUER FINALIDADE” (CF, ART. 7º, IV, FINE). INOCORRÊNCIA DE TAL VIOLAÇÃO. CLÁUSULA CONSTITUCIONAL QUE TEM O SENTIDO DE PROIBIR O USO INDEVIDO DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO INDEXADOR ECONÔMICO. PRECEDENTES. [...]

4. O texto constitucional (CF, art. 7º, IV, fine) não proíbe a utilização de múltiplos do salário-mínimo como mera referência paradigmática para definição do valor justo e proporcional do piso salarial destinado à remuneração de categorias profissionais especializadas (CF, art. 7º, V), impedindo, no entanto, reajustamentos automáticos futuros, destinados à adequação do salário inicialmente contratado aos novos valores vigentes para o salário-mínimo nacional.

5. **Fixada interpretação conforme a Constituição, com adoção da técnica do congelamento da base de cálculo dos pisos salariais, a fim de que sejam calculados de acordo com o valor do salário-mínimo vigente na data da publicação da ata da sessão de julgamento.** Vencida, no ponto, e apenas quanto ao marco referencial do congelamento, a Ministra Relatora, que o fixava na data do trânsito em julgado da decisão. (STF, ADPF 53, 149 e 171, Rel. Min. Rosa Weber, j. 21/02/2022).

Assim sendo, não restam dúvidas de que o piso preconizado no art. 5º da Lei nº 4.950-A, de 1966, deverá ser observado para todos os profissionais nela abarcados, independentemente da data de ingresso no respectivo cargo, sendo o valor nominal do salário-mínimo a ser considerado aquele vigente em 2022, conforme se sugere na forma da nova tabela salarial aplicável a todos os ferroviários ativos, inativos e pensionistas abrangidos pelas Leis Especiais nºs 8.186/1991 e 10.478/2002.

Relevante acentuar que a VALEC informou em documento oficial (Ofício 2811/2015 VALEC que, **em relação ao seu quadro próprio**, cumpre os pisos e que no caso do grupo dos universitários denominam genericamente como Analistas, sem distinção da formação universitária. Ou seja, o valor do piso foi considerado para todo seu pessoal independente de sua titulação universitária.

Lembrando ainda que os ferroviários possuem um Plano de Cargos e Salários - PCS em vigor pois, desde maio 2007, quando a RFFSA foi extinta, o seu quadro de pessoal foi transferido vivo para a VALEC (art. 17 da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164768900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



lei 11.483/2007), sendo assim, ao novo empregador incumbiria corrigir as supracitadas inconstitucionalidades e ilegalidades que maculam a Tabela Salarial da extinta RFFSA.

Do mesmo modo, o Ministério dos Transportes deveria, há tempos, ter adotado as providências cabíveis para sanar grave o problema e fazer cumprir a Constituição.

Em 2014 a própria VALEC, sensível à extrema defasagem salarial dos empregados da RFFSA, propôs a criação de uma Comissão para “avaliar e sugerir adequações nas tabelas salariais dos empregados do quadro especial da VALEC, oriundos da extinta RFFSA”. (Portaria 283/2014 VALEC). Naquela ocasião, o Grupo de Trabalho criado, majoritariamente composto por integrantes da própria VALEC, apontou uma diferença entre o IPCA e os índices concedidos nos ACT’s de 34,62%. A pura e simples aplicação desse percentual na Tabela, não permitiria o pleno atendimento à legislação. A outra solução apontada por aquele Grupo seria a adoção da Tabela Salarial proposta naquele momento, que implicaria em uma elevação da folha de pagamento daquele Quadro Especial RFFSA, da ordem de 113,34%.

A adoção dessa Tabela então sugerida sanaria naquele momento, todas ilegalidades, quer fossem relativas ao cumprimento do salário-mínimo nacional, quer fossem relativas ao cumprimento do salário mínimo profissional. Acontece que, burocracias e maus encaminhamentos resultaram no arquivamento do relatório daquele Grupo de Trabalho na SE do Ministério dos Transportes.

A remuneração é tão baixa que do total de 41.546 ferroviários ativos e inativos existentes em janeiro de 2023, apenas 22.133 (53%) recebem complementação da União, sendo os demais remunerados exclusivamente pelo INSS.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164768900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



\*CD250164768900\*  
ExEdit





Execução Orçamentária – INSS e União

Execução Orçamentária - Folha Aposentados e Pensionistas

Extrato Resumo - Redução

Competência	Órgão	Valor Total (R\$)	Quant.	Complemen- tados %	Redução			Remuneração média (R\$)
					Valor (R\$)	%	Quant.	
2014-01	INSS	187.586.575,46	69.425	76				2.702,00
	União	101.491.840,90	52.476					1.934,06
2023-01	INSS	119.044.991,27	41.546	53	68.541.584,19	36,5	27.879	2.865,38
	União	32.846.644,68	22.133		68.645.196,22	67,6	30.343	1.484,06

Apresenta os Valores e Quantitativos referentes à Folha de Pagamento dos aposentados e pensionistas oriundos da RFFSA, suas subsidiárias e ferrovias incorporadas; o Valor referente à Parcela da União – Complementação. Os dados são referentes aos anos de 2014, quando a VALEC criou a Comissão 283/VALEC/2014 e 2023.

Observações importantes referentes aos dados sob encargos da União

Redução do Dispendio com Complementação (2014 – 2023):

- R\$ 68.645.196,22 (de R\$ 101.491.840,90 para R\$ 32.846.644,68) – 67,6%

Percentual de Pessoas que Recebe a Complementação (em 2023):

- 53% (dos 41.546 apenas 22.133 recebem). Os demais são integralmente remunerados pelo INSS)

Redução do Quantitativo de Pessoas que Recebe Complementação (2014 – 2023):

- 30.343 (de 52.476 para 22.133) – 57,8%

Redução do Percentual de Pessoas que Recebe a Complementação (2014 – 2023):

- Em 2014, 76%. Em 2023, 53%

De imediato, sem absolutamente nenhuma necessidade de reforço orçamento, R\$ 68.645.196,22 poderiam estar sendo realocados para recompor a Tabela Salarial. Apenas esse valor, representaria uma atualização de 67,6% (R\$ 68.645.196,22 / R\$ 101.491.840,90) nos seus valores.

Também pode ser observada a baixa remuneração individual, R\$ 2.865,38, paga pelo INSS e o pequeno valor complementado pela União, R\$ 1.484,06.

Em 07 de agosto de 2023, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, convocou uma Audiência Pública para expor os problemas dos ferroviários. Recebeu por parte do MGI um pedido de 120 (cento e vinte) dias para avaliação e até hoje quase 1 ano nada foi feito a respeito da ilegalidade.

Acontece que, a despeito do êxito nas negociações a INFRA S.A. **não** legalizou a tabela salarial. Pelo contrário, a empresa ignorou as flagrantes ilegalidades que já haviam sido levadas ao seu conhecimento em 2009 e em 2014 por um trabalho elaborado por uma Comissão 283/VALEC-2014.

Atingidos por esses problemas, encontram-se não apenas os empregados ativos oriundos da extinta RFFSA, mas também os aposentados e pensionistas abrangidos pelas Leis Especiais 8.186, de 21 de maio de 1991 e 10.478, de 28 de junho de 2002. Considere-se ainda, que a compensação apresentada no Quadro preenche o requisito Constitucional previsto no caso em questão.



ExEdit  
\* C D 2 5 0 1 6 4 7 6 8 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164768900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon





Mês	Quantitativo				
	Total	Redução			
		Mês		Acumulada	
		Quant.	%	Quant.	%
jan/97	100.624				
jan/98	99.014	1.610	1,60	1.610	1,60
jan/99	96.902	2.112	2,13	3.722	3,70
jan/00	98.427	-1.525	(1,57)	2.197	2,18
jan/01	96.264	2.163	2,20	4.360	4,33
jan/02	94.916	1.348	1,40	5.708	5,67
jan/03	95.703	-787	(0,83)	4.921	4,89
jan/04	96.077	-374	(0,39)	4.547	4,52
jan/05	94.613	1.464	1,52	6.011	5,97
jan/06	92.438	2.175	2,30	8.186	8,14
jan/07	89.538	2.900	3,14	11.086	11,02
jan/08	86.716	2.822	3,15	13.908	13,82
jan/09	84.387	2.329	2,69	16.237	16,14
jan/10	81.430	2.957	3,50	19.194	19,07
jan/11	78.408	3.022	3,71	22.216	22,08
jan/12	75.486	2.922	3,73	25.138	24,98
jan/13	72.509	2.977	3,94	28.115	27,94
jan/14	69.631	2.878	3,97	30.993	30,80
jan/15	66.912	2.719	3,90	33.712	33,50
jan/16	63.867	3.045	4,55	36.757	36,53
jan/17	60.821	3.046	4,77	39.803	39,56
jan/18	57.734	3.087	5,08	42.890	42,62
jan/19	54.743	2.991	5,18	45.881	45,60
jan/20	51.600	3.143	5,74	49.024	48,72
jan/21	48.514	3.086	5,98	52.110	51,79
jan/22	44.870	3.644	7,51	55.754	55,41
jan/23	41.032	3.838	8,55	59.592	59,22
jan/24	39.065	1.967	4,79	61.559	61,18
jan/25	36.312	2.753	7,05	64.312	63,91
jan/26	33.694	2.618	7,21	66.930	66,51
jan/27	31.229	2.465	7,32	69.395	68,96
jan/28	28.935	2.294	7,35	71.689	71,24
jan/29	26.830	2.105	7,27	73.794	73,34
jan/30	24.931	1.899	7,08	75.693	75,22
jan/31	23.258	1.673	6,71	77.366	76,89
jan/32	21.828	1.430	6,15	78.796	78,31
jan/33	20.659	1.169	5,36	79.965	79,47

No advento da Lei 10.478/2002, em sua EM 280/2002 caracterizou-se os valores para suprir o cumprimento legal, éramos em torno de 98.000 ferroviários, aposentados e pensionistas e hoje somos em torno de 41.000. A compensação supre nossa necessidade, independente do descumprimento constitucional não precisar de fonte de recursos.

Considerado, portanto, que as referidas violações à Constituição Federal e à legislação específica aplicável aos ferroviários ainda permanecem, mesmo depois de anos; e ainda, que hoje os ferroviários ainda vivos se encontram em situação de vulnerabilidade, por serem todos idosos, a adoção de nova tabela salarial proposta mostra-se medida inafastável a fim de sanar as ilegalidades e inconstitucionalidades aqui denunciadas se faz necessário a LEGALIZAÇÃO DA TABELA SALARIAL VIGENTE DOS FERROVIÁRIOS INTEGRANTES DO QUADRO DA INFRA/VALEC (LEI 11.483/2007 – ART. 17).

\*CD250164768900\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164768900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Mauricio Marcon**  
**(PODEMOS - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164768900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



\*CD250164768900\*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00034**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

Art. 215. A Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12-B.....

.....

IX - Poder Legislativo da União e do Distrito Federal, para o exercício de cargo em comissão cuja remuneração seja igual ou superior à de cargo DAS-101.4 ou equivalente.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva corrigir grave omissão involuntária relacionada à alteração à Lei nº 9.264/96, promovida pela Lei nº 13.690/2018, que culminou em ferimento ao princípio da isonomia, ao deixar de prever a possibilidade de cessão de servidor da PCDF para o Poder Legislativo da União e do Distrito Federal.

Por essa razão, e visando restabelecer a isonomia no trato dessa matéria, apresentamos a presente emenda.

\* CD 256501567600 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256501567600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256501567600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD256501567600\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00035**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

Art. 215 A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12-E O servidor da Polícia Civil morto em objeto de serviço, reconhecida essa circunstância pelo Conselho Superior de Polícia, será promovido "post mortem", para a classe imediatamente superior.

Parágrafo único. No hipótese deste artigo, se por ocasião da morte o servidor já estivesse na última classe do cargo, a pensão respectiva terá por base a remuneração correspondente, acrescida da diferença entre a mesma e a da classe imediatamente anterior.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva estabelecer política de reconhecimento público, homenagem, e, acima de tudo, de proteção à família do policial morto em atividade.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256160653100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Cabe destacar que tal medida não se revela inédita, encontrando guarita em estatutos castrenses e policiais da maior parte das unidades da federação, razão pela qual se revela justa e isonômica para com os policiais civis do Distrito Federal.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256160653100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286**  
**00036**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**

*(à MPV 1286/2024)*

Acrescente-se a alínea "d" ao inciso I do caput do art. 13-A da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, conforme proposta pelo art. 83 da Medida Provisória, nos seguintes termos:

**Art. 13-A.....**

**I -.....**

**d) Gratificação de Atividade de Risco - GAR**, calculada no percentual de 20% do Vencimento Básico, destinada exclusivamente aos servidores designados para atividades que exponham diretamente a vida dos servidores a risco, tais como fiscalização, pesquisa, atividades de campo e situações especiais em áreas conflagradas." (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente enfrentam riscos significativos que justificam o reconhecimento formal e a compensação de suas atividades. Atuando em condições ambientais extremas e imprevisíveis em áreas remotas, esses profissionais estão sujeitos a diversos perigos. Durante a manipulação e manejo de animais silvestres, enfrentam riscos de contágio de zoonoses, enquanto o manuseio de agrotóxicos os expõe ao risco de intoxicações agudas ou crônicas.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258775595300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Além disso, a fiscalização ambiental, obrigatoriamente realizada com arma de fogo, está sujeita a riscos permanentes de confronto e violência em áreas socialmente conflagradas, muitas vezes dominadas pelo crime organizado. Também há os servidores que desempenham atividades de prevenção e combate a incêndios florestais, submetidos a condições extremas de calor, fumaça tóxica e exaustão física.

A criação da Gratificação de Atividade de Risco (GAR) é, portanto, uma medida essencial para valorizar e incentivar os especialistas em meio ambiente. Essa iniciativa reconhece de forma justa a complexidade e os perigos inerentes ao importante trabalho que desempenham para a sociedade. Além disso, a GAR atua como um instrumento estratégico de gestão para atrair e reter profissionais qualificados, assegurando a continuidade de um serviço público comprometido com a proteção ambiental e a segurança dos servidores.

Ressalte-se que a adoção de gratificações para compensar a exposição a riscos possui sólida fundamentação jurídica. Casos históricos, como os das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Penal, demonstram que esses profissionais, até a transformação de seus vencimentos em subsídios, faziam jus à Gratificação de Atividade de Risco. Esses precedentes reforçam a validade da medida proposta para a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, pois evidenciam que a compensação financeira adicional para profissionais que atuam sob condições de risco elevado é uma prática consolidada e compatível com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258775595300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





**MPV 1286  
00037**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 82-1 ao Capítulo XXXIII da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 82-1.** A Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**‘Art. 3º-B.** Os titulares dos cargos de nível superior e de nível intermediário do Grupo Informações e do Grupo Apoio, não abrangidos no artigo anterior, e aqueles de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, e que pertençam ao Quadro de Pessoal da ABIN, ficam enquadrados, na forma e no prazo do regulamento, conforme o caso, em um dos cargos constantes dos incisos I e II do caput do art. 2º desta lei.

**§ 1º** Aqueles que não atenderem os requisitos e as condições previstas nesta lei e no regulamento permanecerão nos atuais cargos.

**§ 2º** O enquadramento dos titulares dos cargos de que trata o caput deste artigo fica condicionado à comprovação de que:

**I** – preenchem os requisitos para ingresso no cargo;

**II** – possuem ou recebem formação em inteligência pela extinta EsNI - Escola Nacional de Inteligência, pelo CEFARH - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos ou pela ESINT - Escola de Inteligência ou Curso de Inteligência ou de Formação em Inteligência pela ESINT;

**III** – suas atribuições guardam similaridade em diferentes graus de complexidade e responsabilidade com o exercício de atividades de natureza técnico-administrativas relacionadas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253967070900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos e ao desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência; e

**IV** – sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

Trata esta emenda de se fazer justiça à atual situação de servidores da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN não contemplados pelo enquadramento trazido pela Lei nº 11.776, de 2008, e suas alterações. Com efeito, esses servidores ingressaram por concurso público e cumpriram as formações exigidas, condição reconhecida no sistema Sou Gov. A injustiça e a insegurança jurídica advindas persistem desde 2008 para parte desses servidores, pois deixaram de ser enquadrados na nova lei, mesmo exercendo funções idênticas ou análogas aos demais integrantes da Agência.

Destaque-se que são pouco mais de 200 agentes ativos nessa condição, cuja eventual mudança acarretará impacto orçamentário insignificante, sendo que o tema encontra-se em debate no Grupo de Trabalho do MGI (Acordo 22/24), previsto para se encerrar em abril deste ano. Há, igualmente, processo em trâmite no Poder Executivo. Conutdo, essa situação poderá ser rapidamente resolvida, caso se acate o teor desta proposta.

Com relação àqueles agentes de que trata Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, e que pertençam ao Quadro de Pessoal da ABIN, esses se vinculam ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (Cepesc), subordinado à Agência por força do Decreto nº 10.445, de 2020. Como os demais, encontram-se em situação de insegurança jurídica, sendo que exercem funções de inteligência idênticas ou análogas aos demais servidores, notadamente



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253967070900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



na segurança das informações, sendo essenciais para o desenvolvimento de códigos criptográficos e prevenção ou identificação de ataques cibernéticos, por exemplo.

Assim, cumpre salientar que não se trata de benefícios a esses servidores, mas de justiça, cujo longo sofrimento poderia ser abreviado, como se afirmou, por meio de emenda a esta Medida Provisória que, ademais do que será tratado em regulamento, exigir-se-á a comprovação de:

I – requisitos para ingresso nos cargos atuais;

II – formação em inteligência pela extinta EsNI - Escola Nacional de Inteligência, pelo CEFARH - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos ou pela ESINT - Escola de Inteligência ou Curso de Inteligência ou de Formação em Inteligência pela ESINT;

III – exercício de atribuições que guardem similaridade em diferentes graus de complexidade e responsabilidade com o exercício de atividades de natureza técnico-administrativas relacionadas à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos e ao desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência; e

IV – que a investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

Enfim, por ser medida de preservação da segurança jurídica e de correção de injustiça hitórica é que solicito aos nobres colegas, notadamente ao relator, que analise, aperfeiçoe e acate a presente emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
(PL - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253967070900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**MPV 1286  
00038**

EMENDA ADITIVA MP 1.286 DE 2024

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à ementa; e acrescente-se art. 213-1 à Medida Provisória, nos termos a seguir:

“”

“**Art. 213-1.** A Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 12.....  
Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos servidores em exercício nos órgãos com competência sobre Previdência e Previdência Complementar nos termos do parágrafo único do art. 19 da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, aos servidores nas situações mencionadas **nos incisos I e II** e nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do inciso V do caput do art. 4º da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e aos servidores em exercício nos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Fazenda.””

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017, instituiu o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneiro devido aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e aos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil.

**O Bônus de Eficiência e Produtividade é uma espécie gratificação concedida aos servidores da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil pelo cumprimento de índice de eficiência institucional , mensurado por**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257443120700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauro Benevides Filho



meio de indicadores de desempenho e metas estabelecidos nos objetivos ou no planejamento estratégico da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**Nos termos do art. 7º da Lei nº 13.464, 2017, o Bônus de Eficiência e Produtividade é devido a todos os Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários ativos, aposentados e pensionistas**, de acordo com os percentuais de bonificação estipulados.

Não obstante essa regra de alcance amplo, **o art. 12 da Lei vedou que o Bônus de Eficiência e Produtividade seja devido aos servidores cedidos, inclusive aqueles cedidos ao Poder Legislativo da União**. Todavia, esse mesmo artigo manteve o pagamento do Bônus aos servidores em exercício: i) nos órgãos com competência sobre Previdência e Previdência Complementar, e ii) nos seguintes órgãos do Ministério da Fazenda: a) Gabinete do Ministro de Estado; b) Secretaria-Executiva; c) Escola de Administração Fazendária; d) Conselho Administrativo de Recursos Fiscais; e) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e f) órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro. Além disso, os servidores requisitados para órgãos da Presidência da República também continuam recebendo o Bônus.

Isso evidentemente cria uma **distorção e desprestígio entre os Poderes**, pois algumas cessões ou requisições no âmbito do Poder Executivo permitem a manutenção do pagamento do Bônus, além de prejudicar os próprios servidores cedidos, que se veem desestimulados a se manterem em seus cargos comissionados no âmbito do Poder Legislativo.

Diante disso, **estamos propondo uma nova redação legal para permitir que os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários cedidos para cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, possam receber o Bônus de Eficiência e Produtividade**.

**Vale destacar que a proposta se alinha com o que vem sendo praticado nas remunerações variáveis de outras carreiras de Estado**, a exemplo da Advocacia-Geral da União, que trouxe a possibilidade de recebimento dos honorários a todos aqueles cedidos ou requisitados para entidade ou órgão da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257443120700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauro Benevides Filho



administração pública federal direta, autárquica ou fundacional (art. 31, § 3º, inciso VI, Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016).

**Ademais, a emenda promove isonomia dentro da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, ao tratar todos os servidores cedidos da mesma forma, estejam eles em exercício no Poder Legislativo, Judiciário ou Executivo da União.**

**Vale destacar, por fim, que esta emenda não cria despesa pública,** pois os valores pagos à título de Bônus de Eficiência e Produtividade são oriundos do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – Fundaf, nos termos do Decreto nº 11.545, de 5 de junho de 2023.

**Com relação à pertinência temática, a presente emenda está em consonância com o espírito da Medida Provisória, qual seja, aprimorar as carreiras do Poder Executivo Federal, como se pode verificar pela leitura da sua Exposição de Motivos :**

2. O conjunto de medidas proposto visa ao aprimoramento da gestão das carreiras e cargos dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, inclusive das estruturas remuneratórias, para torná-los mais atrativos e capazes de reter profissionais de alto nível de qualificação, bem como ao aprimoramento da gestão de órgãos e entidades.

Estamos certos que esta emenda traz apenas pontos positivos para a Administração Pública Federal, razão pela qual nós estamos certos que ela será acolhida pelos nobres colegas.

Sala das Sessões, em \_\_\_de\_\_\_\_\_de 2025.

**Deputado MAURO BENEVIDES FILHO**

**PDT/CE**

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257443120700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauro Benevides Filho



**MPV 1286**  
**00039**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos [Anexos CCLXXX](#), [CCLXXXI](#), [CCLXXXII](#) e [CCLXXXIII](#) a esta [Medida Provisória](#).

**JUSTIFICAÇÃO**

**JUSTIFICAÇÃO**

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, nos termos da Lei 11.091/2005;

2 - A Lei 12.702/2012, por seu turno, regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43, assim dispondo:

*Art. 43. A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), é de 20 (vinte) horas semanais.*

*§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.*

*§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254175632400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



\*CD254175632400\*  
Edit



*de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.*

*§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);*

3 - O Termo de Acordo de Greve nº 11/2024 assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua cláusula primeira que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE será de 9% em 2025 e 5% em 2026.

### **TERMO DE ACORDO Nº 11/2024**

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254175632400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes





**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo a primeira, **de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 - O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arrepio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 - Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5 em 2026** sem no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte o a Lei 8.112 que em seu art. 41, § 4º assim dispõe:

*§ 4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.*

6 - A Constituição Federal de 1988 assevera em seu art. 39 que:

*§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254175632400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



*I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;*

*II – os requisitos para a investidura;*

*III – as peculiaridades dos cargos.*

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional trata-los de forma diferenciada.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Aluisio Mendes**  
**(REPUBLICANOS - MA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254175632400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes





## CONGRESSO NACIONAL

MPV: 1286/2024

EMENDA Nº

## TEXTO DA EMENDA

Altera o anexo **CCLXXXII** do Art. 157 que passa a adotar a seguinte redação:

Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos [Anexos CCLXXX](#), [CCLXXXI](#), [CCLXXXII](#) e [CCLXXXIII a esta Medida Provisória](#).

## JUSTIFICATIVA

- 1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, nos termos da Lei 11.091/2005;  
2 – A Lei 12.702/2012, por seu turno, regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43, assim dispondo:

Art. 43. A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), é de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

- 3 – O Termo de Acordo de Greve nº11/2024 assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua cláusula primeira que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE será de 9% em 2025 e 5% em 2026.

## TERMO DE ACORDO Nº 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

ExEdit  
\* C D 2 5 4 1 7 5 6 3 2 4 0 0 \*



ração: Preencher todos os campos, inclusive número da proposição. **Só serão aceitos formulários autenticados e dos pelo autor.**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254175632400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes





## CONGRESSO NACIONAL

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo a primeira, **de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arpejo do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5 em 2026** sem no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte o a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

- I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
- II – os requisitos para a investidura;
- III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria portanto, inconstitucional trata-los de forma diferenciada.

### ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO



ração: Preencher todos os campos, inclusive número da proposição. **Só serão aceitos formulários autenticados e dos pelo autor.**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254175632400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



\*CD254175632400\*



CONGRESSO NACIONAL

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,7	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,5	11.767,1
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,6
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
Médico	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,3	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
Veterinário	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,8	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,6

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55



ração: Preencher todos os campos, inclusive número da proposição. **Só serão aceitos formulários autenticados e dos pelo autor.**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254175632400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes





CONGRESSO NACIONAL

Médico	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
Veterinário	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nome Parlamentar - Partido / UF:

Assinatura



ração: Preencher todos os campos, inclusive número da proposição. **Só serão aceitos formulários autenticados e dos pelo autor.**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254175632400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



**MPV 1286  
00040**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altera a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil e dá outras providências", para exigir nível superior para ingresso no cargo de Técnico do Banco Central do Brasil.

Acrescenta-se ao Art. 1º-A do Art. 2º da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, a seguinte redação:

“Art. 1º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, o cargo de Analista do Banco Central do Brasil, da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, passa a denominar-se Auditor do Banco Central do Brasil e o requisito de ingresso no cargo de Técnico do Banco Central do Brasil, da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, passa a ser de nível superior.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe incluir na Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, dispositivo que altera o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, Lei Federal nº 9.650, de 27 de maio de 1998, especificamente no que diz respeito ao **reconhecimento do nível superior do**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258209136000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





**cargo de Técnico do Banco Central do Brasil**, que é fruto de debate no âmbito do Banco Central e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG desde 2005. Destaca-se que a emenda em questão, de acordo com a jurisprudência do STF, está em conformidade com o tema abordado nesta Medida Provisória e não resulta em aumento de despesas para o Banco Central.

Salienta-se que a alteração de escolaridade proposta já foi objeto de negociação no então Governo da Presidenta Dilma Rousseff, celebrado no âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do MPOG, resultando no **Termo de Acordo nº 31/2015**.

As principais justificativas para a alteração do ingresso no cargo de Técnico, estão demonstradas em documentos do Banco Central e dos grupos de trabalho conduzidos pela Secretaria de Recursos Humanos do então MPOG, datados do período de 2005 a 2023. O desafio imposto por uma realidade econômica cada vez mais complexa e em constante transformação, tanto no cenário nacional quanto no internacional, exige que a Autarquia se adapte e inove para cumprir as novas atribuições que vem recebendo nas duas últimas décadas. Projetos disruptivos como o Pix, *Open Finance* e o Drex, a nova moeda digital brasileira, têm sido desenvolvidos no âmbito da Autarquia para acompanhar essas mudanças.

Assim, desde 2005, tem-se debatido dentro do Banco Central a necessidade de "modernizar" o cargo de Técnico, pois os ocupantes desse cargo passaram a desempenhar atividades cada vez mais complexas e com maiores responsabilidades, de forma a assessorar adequadamente Auditores e Procuradores do Banco Central. Trata-se, portanto, de incorporar ao texto da lei o que já acontece na prática, refletindo o aprimoramento que vem ocorrendo das funções do Técnico do Banco Central, que contribui para um melhor aproveitamento do capital intelectual disponível, atendendo às necessidades da Instituição.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258209136000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD258209136000\*  
ExEdit





Cabe ressaltar que: a) a relação entre Auditores, Procuradores e Técnicos do Banco Central será mais eficiente quando os ocupantes desses cargos possuírem formação acadêmica de mesmo nível; b) para os Técnicos, essa exigência se limitaria ao requisito de nível superior em concurso público, enquanto para os demais cargos do Banco Central são necessários ainda títulos, certificações adicionais – conforme exigência da área em que irão atuar, ou etapas específicas; c) as atribuições de cada cargo do Banco Central são distintas e atualmente definidas em lei, não havendo possibilidade de sobreposição entre os três cargos de nível superior; d) o patamar atual de remuneração dos Técnicos corresponde a uma remuneração de nível superior, justificando assim a alteração da exigência de escolaridade.

Sobre a constitucionalidade da medida, não há impedimento para a mudança do requisito de ingresso no cargo de Técnico do Banco Central. Esse entendimento é possível quando se considera que se trata apenas de um rearranjo administrativo-institucional proposto pela autarquia, sem que isso implique em qualquer forma de provimento derivado, violação às regras de concurso público ou aos requisitos de escolaridade.

Como forma de exemplificar, destaca-se ainda que diversas carreiras públicas se modernizaram por meio da referida medida, tanto no âmbito federal, quanto no estadual e no municipal. Cite-se: Receita Federal (Lei Federal nº 10.593/2002), Polícia Rodoviária Federal (Lei Federal nº 11.784/2008), Câmara dos Deputados (Lei Federal nº 12.256/2010), Poder Judiciário da União (Lei Federal nº 14.456/2022) e Ministério Público da União (Lei Federal nº 14.591/2023).

Por fim, sejam pelas questões fáticas, normativas ou jurisprudenciais, inexistente inconstitucionalidade formal, tampouco material, em alterar o requisito de ingresso para o cargo de Técnico do Banco Central, tratando-se, na verdade, de medida acertada em relação à evolução das carreiras, acompanhamento das



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258209136000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



mudanças aceleradas de cenário e adequação ao pleno cumprimento da missão institucional do Banco Central.

Diante das pontuações apresentadas, solicitamos a alteração desta Medida Provisória, e trazemos à luz tal alternativa de reconhecer na lei que o cargo de Técnico do Banco Central do Brasil detém perfil de atribuições compatíveis com escolaridade de nível superior.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258209136000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD258209136000\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00041**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se à ementa e ao inciso I do *caput* do art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários e a Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SNA/SUS), altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.”

“Art. 1º .....



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250997828700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



I – cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários e a Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SNA/SUS) (NR);

.....”

## JUSTIFICAÇÃO

### JUSTIFICAÇÃO

A criação da Carreira de Auditoria do Componente Federal do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SNA/SUS) é fundamental para assegurar a correta aplicação dos recursos da União, dos Estados e dos Municípios, destinados à saúde, garantindo eficiência, eficácia e efetividade na execução das políticas públicas. Grande parte do orçamento federal da saúde é descentralizado para Estados, Distrito Federal e Municípios, juntando-se aos recursos próprios destes entes, sem que haja mecanismos adequados para o acompanhamento e avaliação desses recursos pelos órgãos federais do Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e pelos órgãos de controle externo, apesar de serem constantemente cobrados pela sociedade sobre a boa gestão desses recursos.

A auditoria é instância interna de apoio à governança do SUS, e, nessa qualidade, produz informações qualificadas sobre a execução das políticas e programas de saúde, as quais subsidiam a tomada de decisão da Alta Gestão do Ministério da Saúde e dos gestores dos entes municipal e estadual/DF. Portanto, é parte integrante da gestão estratégica do SUS, uma vez que contribui, diretamente, para o fortalecimento da gestão e da governança do SUS e, indiretamente, para o alcance dos objetivos das políticas nacionais de saúde.

Há de se ressaltar, ainda, que os benefícios das atividades de auditoria especializadas para o SUS não se restringem a um mero aspecto financeiro, do ponto de vista da esfera federal. As atividades desenvolvidas pelo DenaSUS, como citado acima, vão além, compreendendo diversas recomendações e orientações específicas aos gestores federais, estaduais/DF e municipais, para melhoria na



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250997828700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



\*CD250997828700\*  
Edit

execução dos recursos e das ações e serviços de saúde pública, que impactam, toda a população brasileira, usuária dos serviços do SUS, de forma a evitar desperdícios e devoluções de recursos por falta de orientação adequada.

De fato, considerando o arranjo federativo e institucional do SUS (26 Estados, um Distrito Federal e 5.570 municípios), compreendendo financiamento tripartite, gestão pactuada/compartilhada e planejamento ascendente, previstos em lei específica, as atividades do DenaSUS possuem um alcance nacional (não limitado à esfera federal) e impacto/potencial benéfico em nível de sustentabilidade do próprio sistema de saúde pública, as quais não podem ser supridas pelas relevantes ações da CGU, TCU e MPF, quando consideradas a respectiva jurisdição de atuação, a complementariedade das respectivas atuações dos órgãos de controle e auditoria e as especialidades da saúde, compreendendo diversos procedimentos de assistência primária, de média e alta complexidade, farmacêuticos, sanitários, de vigilância, de gestão e entre outros.

Considerando o princípio legal da especialidade e as peculiaridades das atividades desenvolvidas pelo componente federal do SNA, a auditoria do SUS é um importante mecanismo para a análise dos resultados dos serviços de saúde, a transparência na gestão dos recursos públicos e a credibilidade das instituições responsáveis pela execução das políticas e programas de saúde.

Ainda, ressalta-se a agenda política do Plano Plurianual Participativo, Plano Plurianual (PPA), Plano Nacional de Saúde de 2024-2027 e 17ª Conferência Nacional de Saúde, no qual houve a proposição de “Criação da Carreira do Componente Federal da Auditoria do SUS” para fortalecer o controle, a avaliação, o monitoramento das recomendações e da fiscalização das ações e serviços em saúde e seus recursos.

Dessa forma, a criação da carreira específica para a auditoria do Componente Federal do SUS representa um avanço estratégico para o fortalecimento da gestão, transparência, evitar desperdícios e da governança no setor, garantindo a melhor aplicação dos recursos e a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à população brasileira.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250997828700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250997828700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



\*CD250997828700\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00042**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se onde couber, na Medida Provisória nº 1.286, de 2024, o art. 40-A à Lei nº 12.154, de 23 de dezembro 2009, com a seguinte redação:

“Art. 40-A Aos servidores incluídos no Plano de Carreiras e Cargos da Previc – PCCPREVIC, pelo art. 18, *caput*, inciso IV, da Lei nº 12.154, de 2009, aplica-se os mesmos percentuais dos padrões de vencimento básico disposto no art. 38-A, assim como a remuneração observando a correlação estabelecida na forma do Anexo III à Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, constantes dos Anexos CLXXVI e CLXXVII da referida Medida Provisória.

§ 1º O disposto no *caput* incide, igualmente, sobre os vencimentos da aposentadoria e sobre as pensões decorrentes do falecimento de servidor, do Plano de Carreiras e Cargos da Previc – PCCPREVIC”. (NR)

**ANEXO CLXXVI**

(Anexo II à Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009)

TABELAS DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO  
DE ATIVIDADE NA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR – GDAPREVIC E DA GRATIFICAÇÃO DE  
DESEMPENHO DOS CARGOS DO PCCPREVIC – GDCPREVIC

f) Valor do ponto da GDCPREVIC para os demais cargos de nível auxiliar do PCCPREVIC:

Em R\$



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254839470600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDCPREVIC	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
		Atual	17,66%	10,91%
ESPECIAL	III	R\$ 16,25	R\$ 19,12	R\$ 21,20
	II	R\$ 15,95	R\$ 18,77	R\$ 20,81
	I	R\$ 15,62	R\$ 18,38	R\$ 20,38

g) Valor do ponto da GDCPREVIC para os demais cargos de nível superior do PCCPREVIC a partir de 1º de janeiro de 2025:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDCPREVIC	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
		Atual	17,66%	10,91%
ESPECIAL	III	R\$ 84,78	R\$ 99,75	R\$ 110,63
	II	R\$ 83,79	R\$ 98,59	R\$ 109,34
	I	R\$ 82,80	R\$ 97,42	R\$ 108,05
C	VI	R\$ 81,31	R\$ 95,67	R\$ 106,10
	V	R\$ 80,37	R\$ 94,56	R\$ 104,88
	IV	R\$ 79,42	R\$ 93,45	R\$ 103,64
	III	R\$ 78,47	R\$ 92,33	R\$ 102,40
	II	R\$ 77,54	R\$ 91,23	R\$ 101,18
	I	R\$ 76,62	R\$ 90,15	R\$ 99,98
B	VI	R\$ 75,26	R\$ 88,55	R\$ 98,21
	V	R\$ 73,06	R\$ 85,96	R\$ 95,34
	IV	R\$ 70,94	R\$ 83,47	R\$ 92,57
	III	R\$ 68,88	R\$ 81,04	R\$ 89,88
	II	R\$ 66,86	R\$ 78,67	R\$ 87,25
	I	R\$ 64,92	R\$ 76,38	R\$ 84,71
A	V	R\$ 63,77	R\$ 75,03	R\$ 83,21
	IV	R\$ 61,90	R\$ 72,83	R\$ 80,77
	III	R\$ 60,11	R\$ 70,73	R\$ 78,44

\*CD254839470600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254839470600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo





	II	R\$ 58,36	R\$ 68,67	R\$ 76,15
	I	R\$ 56,66	R\$ 66,67	R\$ 73,94

h) Valor do ponto da GDCPREVIC para os demais cargos de nível intermediário do PCCPREVIC a partir de 1º de janeiro de 2025:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDCPREVIC	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
		Atual	17,66%	10,91%
ESPECIAL	III	R\$ 48,72	R\$ 57,32	R\$ 63,58
	II	R\$ 47,62	R\$ 56,03	R\$ 62,14
	I	R\$ 46,54	R\$ 54,76	R\$ 60,73
C	VI	R\$ 44,56	R\$ 52,43	R\$ 58,15
	V	R\$ 43,53	R\$ 51,22	R\$ 56,80
	IV	R\$ 42,56	R\$ 50,08	R\$ 55,54
	III	R\$ 41,62	R\$ 48,97	R\$ 54,31
	II	R\$ 40,68	R\$ 47,86	R\$ 53,08
	I	R\$ 39,77	R\$ 46,79	R\$ 51,90
B	VI	R\$ 38,04	R\$ 44,76	R\$ 49,64
	V	R\$ 36,94	R\$ 43,46	R\$ 48,20
	IV	R\$ 35,87	R\$ 42,20	R\$ 46,81
	III	R\$ 34,83	R\$ 40,98	R\$ 45,45
	II	R\$ 33,80	R\$ 39,77	R\$ 44,11
	I	R\$ 32,81	R\$ 38,60	R\$ 42,81
A	V	R\$ 31,40	R\$ 36,95	R\$ 40,97
	IV	R\$ 30,50	R\$ 35,89	R\$ 39,80
	III	R\$ 29,60	R\$ 34,83	R\$ 38,63
	II	R\$ 28,74	R\$ 33,82	R\$ 37,50
	I	R\$ 27,90	R\$ 32,83	R\$ 36,41



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254839470600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



ANEXO CLXXVII

(Anexo III à Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009)

“TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE  
CARREIRAS E CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL  
DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – PCCPREVIC

f) Vencimento básico para os cargos de nível auxiliar do art. 18, *caput*, inciso IV desta Lei:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	Vencimento base	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
		Atual	17,66%	10,91%
ESPECIAL	III	1.874,53	R\$ 2.205,56	R\$ 2.446,09
	II	1.828,80	R\$ 2.151,76	R\$ 2.386,41
	I	1.784,20	R\$ 2.099,28	R\$ 2.328,22

g) Vencimento básico para os cargos de nível superior do art. 18, *caput*, inciso IV desta Lei a partir de 1º de janeiro de 2025:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	Vencimento base	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
		Atual	17,66%	10,91%
ESPECIAL	III	R\$ 8.478,59	R\$ 9.975,87	R\$ 11.063,77
	II	R\$ 8.312,34	R\$ 9.780,26	R\$ 10.846,83
	I	R\$ 8.149,35	R\$ 9.588,49	R\$ 10.634,15
C	VI	R\$ 7.912,00	R\$ 9.309,22	R\$ 10.324,43
	V	R\$ 7.756,87	R\$ 9.126,70	R\$ 10.122,00
	IV	R\$ 7.604,77	R\$ 8.947,74	R\$ 9.923,52
	III	R\$ 7.455,67	R\$ 8.772,31	R\$ 9.728,96
	II	R\$ 7.309,47	R\$ 8.600,29	R\$ 9.538,18

\*CD254839470600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254839470600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



B	I	R\$ 7.166,15	R\$ 8.431,66	R\$ 9.351,16
	VI	R\$ 6.957,43	R\$ 8.186,08	R\$ 9.078,80
	V	R\$ 6.821,01	R\$ 8.025,57	R\$ 8.900,79
	IV	R\$ 6.687,27	R\$ 7.868,21	R\$ 8.726,27
	III	R\$ 6.556,15	R\$ 7.713,93	R\$ 8.555,17
	II	R\$ 6.427,61	R\$ 7.562,69	R\$ 8.387,44
	I	R\$ 6.301,57	R\$ 7.414,40	R\$ 8.222,96
A	V	R\$ 6.118,04	R\$ 7.198,46	R\$ 7.983,48
	IV	R\$ 5.998,08	R\$ 7.057,31	R\$ 7.826,94
	III	R\$ 5.880,46	R\$ 6.918,92	R\$ 7.673,46
	II	R\$ 5.765,16	R\$ 6.783,26	R\$ 7.523,00
	I	R\$ 5.652,12	R\$ 6.650,26	R\$ 7.375,49

h) Vencimento básico para os cargos de nível intermediário do art. 18, *caput*, inciso IV desta Lei a partir de 1º de janeiro de 2025:

Em

CLASSE	PADRÃO	Vencimento base	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
		Atual	17,66%	10,91%
ESPECIAL	III	R\$ 4.871,83	R\$ 5.732,17	R\$ 6.357,29
	II	R\$ 4.739,13	R\$ 5.576,04	R\$ 6.184,13
	I	R\$ 4.610,06	R\$ 5.424,17	R\$ 6.015,70
C	VI	R\$ 4.390,52	R\$ 5.165,86	R\$ 5.729,22
	V	R\$ 4.270,94	R\$ 5.025,17	R\$ 5.573,18
	IV	R\$ 4.154,61	R\$ 4.888,29	R\$ 5.421,38
	III	R\$ 4.041,46	R\$ 4.755,16	R\$ 5.273,73
	II	R\$ 3.931,38	R\$ 4.625,64	R\$ 5.130,09
	I	R\$ 3.824,30	R\$ 4.499,65	R\$ 4.990,36
B	VI	R\$ 3.642,19	R\$ 4.285,38	R\$ 4.752,72
	V	R\$ 3.542,99	R\$ 4.168,66	R\$ 4.623,27
	IV	R\$ 3.446,48	R\$ 4.055,11	R\$ 4.497,34
	III	R\$ 3.352,60	R\$ 3.944,65	R\$ 4.374,83

\*CD254839470600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254839470600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



A	II	R\$ 3.261,28	R\$ 3.837,21	R\$ 4.255,67
	I	R\$ 3.172,45	R\$ 3.732,69	R\$ 4.139,75
	V	R\$ 3.021,38	R\$ 3.554,94	R\$ 3.942,62
	IV	R\$ 2.939,10	R\$ 3.458,13	R\$ 3.835,25
	III	R\$ 2.859,04	R\$ 3.363,93	R\$ 3.730,78
	II	R\$ 2.781,17	R\$ 3.272,31	R\$ 3.629,17
	I	R\$ 2.705,41	R\$ 3.183,17	R\$ 3.530,31

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem a finalidade equalizar e corrigir a distorção remuneratória que ora afeta os servidores egressos da extinta Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência Social, os quais foram fundamentais para a criação, estruturação e atual desenvolvimento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. Destaco que esta é a primeira vez, desde a sua criação, que se observa um tratamento desigual em relação ao percentual de reajuste na remuneração mensal dos servidores da Autarquia.

Tal medida contempla 34 (trinta e quatro) servidores, entre ativos aposentados e falecidos, que atuam contribuindo diretamente para o modelo eficiente e sólido de supervisão do segmento fechado de previdência complementar que temos hoje. Esses servidores desempenham funções de igual complexidade e relevância dos demais cargos da Autarquia, e encontram-se em desvantagem remuneratória, em clara violação ao princípio constitucional da isonomia.

Ademais, é crucial salientar que não há distinção de competências entre os servidores egressos da ex-SPC e os servidores da carreira PCCPREVIC, conforme expresso no Regimento Interno da Previc. As atividades desempenhadas por ambos são de alta complexidade, e a experiência dos servidores "ex-SPC" é fundamental, visto que 8 (oito) dos 14 (quatorze) ativos ocupam cargos de chefia.

\*CD254839470600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254839470600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



Os servidores egressos da extinta Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social foram oficialmente redistribuídos a Autarquia (art. 54, da Lei nº 12.154, de 2009) e passaram a integrar o Plano de Carreiras e Cargos da Previc – PCCPREVIC, por se encontrarem dentro do mesmo arcabouço de criação e força de trabalho da Autarquia Federal, entende-se assim que deve aplicar a mesma regra de aumento e de estrutura remuneratória disposta no art. 38, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009.

Sobre tais servidores não há incidência dos Planos de Classificação de Cargos (Lei nº 5.645/1970) e Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE (Lei nº 11.357/2006), porque eles foram redistribuídos (art. 37 da Lei nº 8.112/1990) do MPS/Ministério da Previdência Social para a Previc, acarretando mudança do regime jurídico a eles aplicável, na esteira de entendimento manifestado pelo então MPOG (sucedido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) e da interpretação sistemática de vários dispositivos da Lei nº 12.154/2009.

O princípio constitucional da isonomia, previsto no art. 5º da Constituição Federal, exige que servidores que desempenham funções de igual complexidade e relevância sejam tratados de forma equitativa no que diz respeito à remuneração. Tal princípio tem sido reiteradamente reconhecido em decisões pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça e Pareceres Jurídicos da Procuradoria Federal Especializada junto à Previc, que reafirmam a inconstitucionalidade de discriminações remuneratórias entre servidores que exercem as mesmas atribuições.

Ressaltamos que o impacto financeiro dessa medida é extremamente baixo, representando um acréscimo de apenas R\$ 205.485,60 em 2025 e R\$ 227.894,40 em 2026, considerando o cenário mais conservador de que todos os servidores se encontram no último nível da carreira. Os recursos necessários para esta finalidade serão absorvidos pela Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic) cobrada das Entidades Fechadas e Previdência Complementar (EFPC), não acarretando qualquer impacto orçamentário adicional aos cofres da União.

\*CD254839470600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254839470600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



Esses valores, quando comparados com a ordem de grandeza dos gastos anuais do Executivo Federal com pessoal, que somam R\$ 145.159.473.045,55, representam uma parcela irrisória, de meros 0,00014% em 2025 e 0,00016% em 2026.

Apesar dos esforços empreendidos pelos representantes dos servidores da Autarquia na mesa de negociação com a SRT/Secretária de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), bem como o pedido feito pela diretoria colegiada da Previc para que fosse realizada uma reanálise do MGI ao pleito dos servidores. Diante da negativa no atendimento às justas reivindicações da categoria, coube ao Parlamento promover essa correção, garantindo não apenas a valorização dos servidores, mas também o fortalecimento da unidade institucional, a justiça social, a eficiência administrativa e o respeito à equidade no serviço público. Essa medida está alinhada com os objetivos do Governo Federal de uniformizar as carreiras no âmbito da Administração Pública, contribuindo para um ambiente de trabalho mais justo, motivador e produtivo.

Dessa forma, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para aprovar esta emenda, que não apenas resgata a dignidade dos servidores em questão, mas também reforça o compromisso desta Casa com os princípios constitucionais e com a eficiência da administração pública.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado André Figueiredo**  
(PDT - CE)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254839470600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



**MPV 1286**  
**00043**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 32; e dê-se nova redação aos arts. 40-A e 40-B, todos da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, na forma proposta pelo art. 52 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 32.** A GDASUS será paga observando-se os seguintes limites:

**I – (...);**

**II – (...).**

**§ 1º** .....

**§ 2º** .....

**§ 3º** .....

**§ 4º** As avaliações referentes ao desempenhos institucional e individual serão apurados anualmente baseados em indicadores previamente estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Saúde e monitorados durante cada período avaliativo e produzirão efeitos financeiros mensais” (NR)

**“Art. 40-A.** Fica criada a Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, composta pelo Cargo de Auditor Federal do SUS, de nível superior e Técnico Federal de Auditoria do SUS, de nível intermediário.” (NR)

**“Art. 40-B.** Os cargos de nível superior e intermediário ocupados pelos servidores em efetivo exercício no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS, do Ministério da Saúde, serão enquadrados na Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, na data da publicação desta Lei, sem prejuízo do previsto no § 3º, do Art. 6º, da Lei 8689, de 27 de julho de 1993.” (NR)

ExEdit  
\*CD250037946100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250037946100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



## JUSTIFICAÇÃO

A presente alteração na redação do § 4º do Art. 32 da Lei nº 11.344 tem como objetivo adequar a periodicidade da avaliação de desempenho dos servidores, passando de semestral para anual. Essa mudança alinha-se ao padrão adotado pelas demais carreiras do Poder Executivo Federal, bem como do Ministério da Saúde, nas quais as avaliações de desempenho institucional e individual são realizadas anualmente.

A padronização dessa periodicidade traz mais efetividade ao modelo de avaliação, e alinha as formas de monitoramento e aperfeiçoamento da gestão de desempenho. Além disso, a avaliação anual permitirá um planejamento mais eficiente das atividades de auditoria, possibilitando um acompanhamento estratégico dos resultados e a definição de ações corretivas mais precisas, sem comprometer a efetividade do processo.

Ato contínuo, a criação da Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, do Sistema Único de Saúde e o enquadramento dos servidores em efetivo exercício no Componente Federal de Auditoria do SUS são medidas essenciais para assegurar a continuidade e o aprimoramento das atividades de auditoria no âmbito do SUS.

O enquadramento dos servidores que já exercem atividades de auditoria é fundamental para evitar a descontinuidade dos trabalhos, preservar o conhecimento técnico adquirido ao longo dos anos e garantir a eficiência no uso dos recursos humanos disponíveis. Esses profissionais possuem expertise na análise e fiscalização da execução dos recursos do SUS, sendo indispensáveis para o fortalecimento da auditoria do SUS e para a promoção da transparência e da efetividade na gestão pública da saúde.

Além disso, o aproveitamento da força de trabalho existente possibilita uma transição mais eficiente para a nova estrutura, sem prejuízo à continuidade das auditorias e sem a necessidade de processos extensivos de capacitação para novos servidores, bem como observa as atribuições e atividades já exercidas pelos servidores, conforme normas vigentes tal qual a própria Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250037946100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Sollá



\*CD250037946100\*  
eXEdit





Desta forma, em virtude do disposto no § 4º do art. 33 e do inciso XIX do art. 16 da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, nos § 2º e § 3º do art. 6º e no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, nos artigos 38 e 42 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e no art. 4º do Decreto n. 1.651, de 28 de setembro de 1995, e considerando as recomendações do Ministério Público Federal, no âmbito do inquérito Civil nº.1.26.000.002744/2023-00, do Tribunal de Contas da União (TCU) em Acórdão nº 1246/2017 - TCU-Plenário e anteriores, e também, considerando o benefício de um quadro próprio e qualificado de servidores da auditoria do SUS para a execução qualificada das ações e serviços públicos de saúde, tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal, cria-se a carreira da auditoria federal do SUS, para fortalecer o controle, a avaliação e a fiscalização das ações e serviços em saúde e seus recursos, de forma a garantir a atuação do componente federal do SNA como unidade de auditoria do SUS.

A auditoria no SUS desempenha papel estratégico na otimização do uso dos recursos públicos, na identificação de fragilidades e na formulação de recomendações para o aprimoramento da gestão da saúde. Assim, a estruturação da Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, com a incorporação dos servidores em exercício, representa um avanço necessário para garantir a continuidade e o aperfeiçoamento dessa atividade essencial ao interesse público.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250037946100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



\*CD250037946100\*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00044**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se o seguinte dispositivo na MP, 1286 de 2024, que passa a vigorar acrescida da seguinte redação:

Art.... Altere-se a Lei 13.681 de 2018 para acrescentar o art. 15-A e §§ 1º, 2º e 3º.

Art. 15-A. A vantagem pessoal denominada “V.P. Parecer FC 03/89”, percebida pelos servidores do Quadro em Extinção dos ex-Territórios Federais, não é objeto de incidência do disposto no art. 103, do Decreto-Lei 200 de 1967, e se sujeita aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação dos vencimentos dos servidores públicos federais.

§ 1º São convalidadas as revisões, as antecipações e os reajustes concedidos à vantagem pessoal denominada “V.P. Parecer FC 03/89”, percebida pelos servidores do Quadro em Extinção dos ex-Territórios Federais, inclusive os ainda não implementados, mantidos seus efeitos financeiros para todos os fins.

§ 2º. O disposto no caput aplica-se aos servidores ativos, aposentados e pensionistas, vedado o desconto, a qualquer título de valores referentes a períodos anteriores à publicação desta lei.

§ 3º Os efeitos financeiros dos atos administrativos praticados com fundamento no disposto no *caput* são preservados para todos os efeitos e são insuscetíveis de redução, compensação ou absorção.



## JUSTIFICAÇÃO

Com fundamento na Constituição Federal de 1988, na legislação infraconstitucional vigentes à época da opção, e sob a observância dos princípios da segurança jurídica, da boa-fé objetiva e da confiança legítima, os servidores amparados pelo Parecer da Consultoria-Geral da República nº FC-3/89, passaram formalmente a compor o Quadro em Extinção dos ex-Territórios Federais.

O enquadramento ocorreu consoante hierarquia de vencimentos, decorrendo em algumas situações, a aplicação de uma vantagem individual, nominalmente identificada, que passou a compor a remuneração dos referidos servidores.

A referida VINI teve origem na diferença entre o valor do **salário** (Parte fixa, art.457 da CLT), irredutível, conforme a CF/88, percebido na antiga empresa, que era superior ao valor do **vencimento básico** previsto nas tabelas de cargos e empregos do Poder Executivo da União, Por conseguinte, uma parcela da **Remuneração** foi denominada “**Vencimento Básico**” e a outra passou a se denominar “**Vantagem Individual Nominalmente Identificada**”, e atualmente de “**V.P. Parecer FC 03/89**”.

O princípio da isonomia, significa, em resumo, tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida da sua desigualdade (Precedente do STF). Em razão disso, é forçoso reconhecer que a parcela remuneratória conquistada por mérito e esforço do desempenho individual "V.P. Parecer FC 03/89" é insuscetível de redução, compensação ou absorção, por qualquer outra parcela remuneratória de natureza coletiva.



O pagamento de servidores pela questão de mérito constitui cumprimento dos princípios constitucionais da isonomia, da impessoalidade, da eficiência.

A legislação vigente na época da opção estabeleceu que” havendo diferença de vencimento, (...), este valor será pago a título de diferença de vencimentos, nominalmente identificada, sendo considerada também para cálculo de vantagens pessoais e se sujeitando aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação dos vencimentos.”

Apta a legitimar a boa-fé e confiança absoluta na administração e a manutenção integral do pagamento da Vantagem Pessoal – Parecer FC 3/89, verifica-se que durante mais de 32 anos ( desde a opção até os dias atuais) os servidores recebem a referida parcela, sujeita aos mesmos índices de revisão e antecipações dos servidores públicos federais, insuscetível de redução, compensação ou absorção, inclusive contribuindo com o percentual de 11% sobre o valor integral dessa "V.P. Parecer FC 03/89", por mais de 394 meses.

Nessa linha, a Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, convalidou todos os direitos já exercidos até 5 de janeiro de 2018, aplicando-se aos optantes de integrar o quadro da administração federal, para todos os fins, inclusive o de enquadramento, a legislação vigente à época em que houver sido feita a opção.

A “V.P. Parecer FC 03/89” alcança um pequeno grupo de servidores, todos de idades avançada, entre 65 e 90 anos, que mesmo recebendo as mais baixas remunerações do serviço público federal, se encontram ameaçados de terem sua subsistência reduzida drasticamente, inclusive com ressarcimento de parcelas pretéritas.



A "V.P. Parecer FC 03/89", de caráter alimentar, é recebida há longo período (maior que 32 anos ininterruptos) por indivíduos que, tendo confiado na legislação e na administração, já não mais têm condições de suprirem, em razão das avançadas idades, suas necessidades no mercado de trabalho.

Vê-se a obrigatoriedade da observância do princípio da segurança jurídica enquanto subprincípio do Estado de Direito. Impõe-se a necessidade de estabilidade das situações criadas administrativamente. Os atos inerentes a **"V.P. Parecer FC 03/89"** merecem proteção especial à luz da confiança legítima dos servidores em atos estatais presumivelmente legítimos.

Com efeito, um pequeno grupo os servidores já contam com idade avançada, entre 65 e 90 anos, e percebem a VP Parecer FC3/89 há mais de 32 anos. Isso é fruto da presunção de legitimidade do ato administrativo. Não há cruzada moral que justifique, à luz das garantias constitucionais, a redução ou supressão dessa retribuição remuneratória de caráter alimentar recebido de boa-fé durante décadas por pessoa idosa, sem condições de reinserção no mercado de trabalho.

Em face do exposto, vê-se, no caso, a impossibilidade de se reduzir ou suprimir VP Parecer FC3/89 recebida de boa-fé por longo período de tempo em razão da incidência do princípio da confiança legítima.

Por fim, verifica-se que os termos dessa proposta de Emenda guardam semelhança com a Lei nº 14.982, recentemente sancionada, notadamente, no mês de setembro do ano de 2024, e que "Dispõe sobre regras aplicáveis às vantagens pessoais nominalmente identificáveis dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas do Quadro de Pessoal do Senado Federal".

Importa ressaltar que a presente emenda não resultará em qualquer impacto orçamentário adicional, servindo tão somente para a manutenção



da “Vantagem Individual Nominalmente Identificada”, atualmente denominada de "V.P. Parecer FC 03/89", percebida pelos servidores do Quadro em Extinção dos ex-Territórios Federais, consoante à legislação vigente à época em que foi feita a opção de passagem para o quadro da administração federal, e, afastar quaisquer controvérsias existentes quanto à legitimidade dos servidores e empregados optantes pelo quadro em extinção da Administração federal serem tratados em igualdade de condições com os seus pares que tiveram assegurado o direito de integrar o quadro da administração federal.

Diante do exposto, para concretizar a justiça, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.



**MPV 1286**  
**00045**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 11 da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, na forma proposta pelo art. 83 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 11. ....**

**§ 2º .....**

**III – diploma de nível Superior para o cargo de Técnico Ambiental;**

**IV – diploma de nível Superior para o cargo de Técnico Administrativo.” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

O serviço público federal demanda, cada vez mais, a qualificação técnica e acadêmica de seus servidores para acompanhar a complexidade das atribuições institucionais, impulsionada pelo avanço tecnológico e pela necessidade de maior eficiência administrativa. Essa exigência torna-se ainda mais evidente no âmbito das Autarquias Ambientais, cujas funções envolvem a gestão e a proteção de um bem jurídico difuso de natureza essencial: o meio ambiente. O art. 225 da Constituição Federal estabelece o dever do Estado e da coletividade de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, conferindo ao poder público a responsabilidade de estruturar seus órgãos com profissionais altamente capacitados para a formulação, execução e fiscalização de políticas ambientais. Nesse contexto, a exigência de nível superior para o exercício de atividades técnicas no setor ambiental não apenas reflete

ExEdit  
\* C D 2 5 6 1 4 5 6 6 8 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256145668800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jadyel Alencar



a evolução das demandas institucionais, mas também reforça o compromisso constitucional com a gestão qualificada dos recursos naturais e a sustentabilidade.

Os servidores efetivos ocupantes dos cargos de Técnico Administrativo e Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Lei nº 10.410/2002) desempenham suas funções conforme as atribuições estabelecidas em lei. No entanto, ao longo dos anos, esses profissionais passaram a assumir novas responsabilidades e competências, adaptando-se às demandas institucionais cada vez mais complexas. Esse processo resultou em uma mutação funcional de fato, sem que houvesse uma alteração formal na estrutura dos cargos, mas impulsionado pela necessidade de atingir metas estratégicas, garantir maior eficiência administrativa e viabilizar o recebimento integral de gratificações vinculadas ao desempenho institucional.

Diante desse cenário, os servidores foram naturalmente impelidos a incorporar novas técnicas de trabalho, aprofundar seus conhecimentos e buscar qualificação acadêmica avançada. Atualmente, uma parcela significativa desses profissionais possui formação de nível superior, pós-graduação, mestrado, doutorado e até PhD, evidenciando que a realidade do cargo já exige um elevado grau de capacitação técnica e científica.

Portanto, a presente proposta de alteração legislativa, ao estabelecer a exigência de nível superior para o ingresso nos cargos em futuros certames públicos, não apenas reconhece a evolução das atribuições já desempenhadas, mas também assegura a qualificação necessária para a continuidade do aprimoramento institucional, alinhando-se aos princípios da eficiência administrativa (art. 37, caput, CF) e da proteção ambiental como dever do Estado (art. 225, CF).

Nesse contexto, a modernização das carreiras públicas não apenas reflete a evolução das demandas institucionais, mas também se alinha à necessidade de qualificação profissional contínua para garantir a eficiência da Administração Pública. A exigência de nível superior para cargos técnicos tem sido adotada por diversos órgãos do Estado sem que haja alteração nas atribuições originárias, mas sim como um mecanismo de fortalecimento da capacidade técnica e de aprimoramento da gestão pública.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256145668800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jadyel Alencar





A adoção dessa medida no âmbito da Carreira de Especialista em Meio Ambiente segue a mesma lógica das alterações implementadas no Poder Judiciário e no Poder Legislativo Federal, reconhecendo a crescente complexidade das atividades desempenhadas pelos servidores públicos. A atuação do Poder Executivo na execução de políticas ambientais exige uma formação mais robusta, dado que envolve a aplicação de conhecimentos multidisciplinares, o uso de tecnologias avançadas e a interpretação de normas ambientais e administrativas de alta relevância.

Além disso, a mudança **não compromete a estrutura remuneratória, nem gera impacto financeiro imediato**, pois mantém as atribuições e a organização funcional dos cargos. Trata-se de uma adequação gradual e necessária, fundamentada no princípio da eficiência administrativa (art. 37, CF) e na responsabilidade do Estado em assegurar a proteção ambiental como um direito fundamental da sociedade (art. 225, CF).

Dessa forma, a presente proposta de alteração legislativa visa harmonizar a Carreira de Especialista em Meio Ambiente com as práticas já consolidadas em outras carreiras públicas, garantindo que os futuros ingressantes possuam a qualificação necessária para atender às demandas crescentes da gestão ambiental e da formulação de políticas públicas sustentáveis no Brasil.

Há que se destacar que o Poder Executivo Federal já alterou por diversas vezes o grau de instrução de diversos cargos públicos, a exemplo da Polícia Federal (Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996), da Polícia Rodoviária Federal (Lei nº 11.784, de 2008), do cargo de Professor de Ensino Fundamental (Lei nº 12.796, de 2013). Com efeito, o Supremo Tribunal tem entendido que é constitucional alterar o grau de instrução como requisito de investidura de cargos públicos desde que se mantenha inalterada as atribuições e a nomenclatura desses cargos, conforme se depreende da ADI 4303/RN, a seguir:

**EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ART. 1º, CAPUT E § 1º DA LEI COMPLEMENTAR N. 372/2008 DO RIO GRANDE DO NORTE.**

1. A reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o art. 37, inc. II, da Constituição da República. **Logo, a Lei Complementar**

\*CD256145668800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256145668800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jadyel Alencar



**potiguar n. 372/2008, ao manter exatamente a mesma estrutura de cargos e atribuições, é constitucional.**

2. A norma questionada autoriza a possibilidade de serem equiparadas as remunerações dos servidores auxiliares técnicos e assistentes em administração judiciária, aprovados em concurso público para o qual se exigiu diploma de nível médio, ao sistema remuneratório dos servidores aprovados em concurso para cargo de nível superior.

3. A alegação de que existiriam diferenças entre as atribuições não pode ser objeto de ação de controle concentrado, porque exigiria a avaliação, de fato, de quais assistentes ou auxiliares técnicos foram redistribuídos para funções diferenciadas. Precedentes.

**4. Servidores que ocupam os mesmos cargos, com a mesma denominação e na mesma estrutura de carreira, devem ganhar igualmente (princípio da isonomia).** Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 5914904. Supremo Tribunal Federal Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 30 Ementa e Acórdão ADI 4303 / RN 5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente.

Os Técnicos da Carreira Ambiental são essenciais para a implementação das políticas ambientais do país, porém ainda não recebem a valorização adequada pelo governo federal devido a barreiras formais, como a atual exigência de nível intermediário para ingresso. Essa limitação impacta a progressão acadêmica e profissional, dificultando o acesso a mestrados, doutorados e PhDs custeados pelo governo, mesmo com a Política Nacional de Capacitação dos Servidores Públicos.

Portanto, a presente alteração legislativa busca corrigir essa distorção, alinhando a qualificação dos futuros servidores à complexidade das atribuições já desempenhadas. Repisa-se, a exigência de nível superior não altera nomenclatura, atribuições ou remuneração e não gera despesas adicionais, mantendo a distinção entre os cargos de Técnico e Analista Ambiental. Além disso,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256145668800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jadyel Alencar



a proposta se fundamenta na Nota Técnica nº 471/2018-MMA, que já recomendava a modernização da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) e do PECMA, sem comprometer o equilíbrio da estrutura de cargos.

Dessa forma, entendemos que a presente medida promove a qualificação, a retenção de talentos e a eficiência administrativa, garantindo um serviço público ambiental mais preparado e estratégico.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jadyel Alencar**  
**(REPUBLICANOS - PI)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256145668800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jadyel Alencar



**MPV 1286  
00046**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Dê-se a seguinte redação ao Anexo CCLXXXII (Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012) da Medida Provisória n. 1.286/2024:

ANEXO CCLXXXII



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250141446000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ruy Carneiro



(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,10	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
Veterinário	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22

\*CD250141446000\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250141446000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ruy Carneiro



P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE
			I	II	III	IV			
		DE 2023						2025	2026
	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77

\*CD250141446000\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250141446000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ruy Carneiro



Médico	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
Médico	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
Veterinário	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir um injustificado tratamento diferenciado dado aos cargos de Médico e de Médico Veterinário integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

Tais cargos pertencem ao “Nível E” do PCCTAE, mas obtiveram, na Medida Provisória (MPV) nº 1286, de 31 de dezembro de 2024, reajuste inferior aos demais cargos do mesmo nível e da mesma carreira. Esse reajuste inferior, inclusive, viola o que fora ajustado com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) quando da assinatura do Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, no qual se pactuaram reajustes remuneratórios de 9% (nove por cento) e de 5% (cinco por cento) para os anos de 2025 e 2026, respectivamente.

Portanto, apresentamos esta emenda para que o quadro de reajuste remuneratório aplicado pela MPV nº 1286 aos cargos de “Nível E” do PCCTAE, constante do item e) do Anexo CCXXIV, seja integralmente replicado para os

ExEdit  
\*CD250141446000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250141446000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ruy Carneiro



cargos de Médico e de Médico Veterinário<sup>[1]</sup>, alterando-se o Anexo CCLXXXII da MPV e uniformizando-se, assim, a remuneração de todos os cargos similares.

Tem-se como objetivo, portanto, cumprir o acordo de greve número 11/2024, que serviu, inclusive, para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do presente ano, garantindo a disponibilidade orçamentária também para médicos e médicos veterinários do PCCTAE. Dessa forma fica preservada a credibilidade da União em termos acordados entre o Estado e a categoria de trabalhadores.

Em face do exposto, e norteados pelo dever de valorizar servidores públicos essenciais para a promoção da saúde pública e para o incremento da qualidade de vida da população brasileira, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido da aprovação desta emenda.

1

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Ruy Carneiro**  
**(PODEMOS - PB)**

<sup>[1]</sup> Replicado para a jornada de 20h; para os casos de jornada de 40h, promoveu-se a duplicação dos valores.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250141446000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ruy Carneiro





**MPV 1286  
00047**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescentem-se §§ 1º e 2º ao art. 157 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 157. ....**

**§ 1º** A tabela b do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela e do Anexo CCXXIV.

**§ 2º** A tabela a do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser *de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026*. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Isto **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE**. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi

ExEdit  
\* C D 2 5 8 8 0 3 3 7 9 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258803379200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Ismael Alexandrino



acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005;**

2 - A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 - O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua **cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

**TERMO DE ACORDO# 11/2024**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258803379200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Ismael Alexandrino



*Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:*

*Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:*

**Cláusula primeira** — *A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026 , conforme Anexo.*

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arripio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

**§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258803379200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Ismael Alexandrino



6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que

exEdit  
\*CD258803379200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258803379200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Ismael Alexandrino



diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

#### ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

#### “PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

#### VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258803379200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Ismael Alexandrino



CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE  1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE  1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
Médico	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
Veterinário	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

\*CD258803379200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258803379200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Ismael Alexandrino



b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO I	II	III	IV	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
Médico Veterinário	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42

\*CD258803379200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258803379200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Ismael Alexandrino



	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80
--	-----	----------	--	--	--	----	----	-----------	-----------

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Dr. Ismael Alexandrino**  
**(PSD - GO)**  
**Vice-líder do bloco PSD-MDB-Republicanos-Podemos**

\*CD258803379200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258803379200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Ismael Alexandrino





**MPV 1286  
00048**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.286, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se a seguinte seção e o seguinte artigo:

“CAPÍTULO...

DAS CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO

Art.... As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15  
de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida  
Provisória.

Sala da Comissão...

**ANEXO CCCXXII**

**(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)**

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita  
Federal do Brasil:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258904195700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Busato



\*CD258904195700\*  
ExEdit



Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DEMAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.466.22	35.417,40
	II	28.934,13	31.564,24	34.433.43
	I	28.422,52	31.006,13	33.824,58
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.826,42	31.948,56
	II	26.319,73	28.712,19	31.322,13
	I	25.297,70	27.597,26	30.105,85
SEGUNDA	III	24.324,71	26.535,86	28.947,93
	II	23.847,76	26.015,32	28.380,33
	I	22.921,71	25.005,29	27.278,27

b) Vencimento básico para os cargos de Analista-  
Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.353,54	21.112,77
	II	17.108,03	18.633,15	20.359,63
	I	16.772,58	18.297,21	19.960,42
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.248,50	18.816,39
	II	15.203,13	16.585,09	18.092,68
	I	14.056,15	15.333,85	16.727,70
SEGUNDA	III	13.515,52	14.744,08	16.084,32

\*CD258904195700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258904195700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Busato



	II	13.250,52	14.454,99	15.768,95
	I	12.735,99	13.893,69	15.156,63

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.466,22	35.417,40
	II	28.934,13	31.564,24	34.433,43
	I	28.422,52	31.006,13	33.824,58
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.826,42	31.948,56
	II	26.319,73	28.712,19	31.322,13
	I	25.297,70	27.597,26	30.105,85
SEGUNDA	III	24.324,71	26.535,86	28.947,93
	II	23.847,76	26.015,32	28.380,33
	I	22.921,71	25.005,29	27.278,27

.....”

Luiz Carlos Busato

União/RS

JUSTIFICAÇÃO

Justificação



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258904195700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Busato



Em meados de 2024, ao se deparar com uma crescente mobilização do conjunto geral de seus servidores, o Poder Executivo achou por bem propor a negociação da recomposição das perdas inflacionárias nos vencimentos dos servidores carreira a carreira.

O Termo de Acordo MGI 01/2024, assinado pelas entidades representativas dos servidores, assegurava o reajuste nos valores do Auxílio Alimentação, do Per Capita da Saúde Suplementar e da Assistência Pré-Escolar. A contrapartida que constou no Termo, em sua cláusula segunda era o seguinte compromisso:

*“as negociações relativas à reestruturação de carreiras e reajustes de remuneração ocorrerão no âmbito das Mesas Específicas e Temporárias, devendo ser instaladas até o mês de julho de 2024”*

Como muitas carreiras aguardavam já há vários anos por uma real reestruturação nas quais se poderiam negociar estas mudanças nas estruturas remuneratórias até simples trocas de nomenclatura, o Termo de Acordo foi aprovado.

No curso das mesas de negociação com as carreiras do Poder Executivo o que o MGI propôs foi basicamente o aumento na quantidade de classes e padrões e alguma reposição das perdas inflacionárias, tendo aceitado também algumas trocas de nomenclatura de cargos e carreiras.

Contudo, duas carreiras foram abandonadas nas negociações conduzidas pelo MGI, a Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e a Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho, a primeira composta pelos cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil e de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Para essas duas carreiras o Poder Executivo apenas regulamentou, na forma de decretos regulamentadores, a variação, conforme os índices de eficiência dos respectivos órgãos, do Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024. Essa regulamentação apenas colocou um termo final a uma negociação feita com as categorias em 2016 e que estava sem cumprimento integral por parte do Governo Federal desde então.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258904195700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Busato



As perdas inflacionárias na remuneração dessas carreiras, calculadas pelo IPCA desde a última recomposição (em 2016) superam os 39%, já descontado os 9% dados a título de recomposição geral, para todos os servidores do Executivo, em maio de 2024.

Um cargo que sempre esteve em patamar remuneratório similar ao das Carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e Auditoria Fiscal do Trabalho foi a dos Procuradores da Fazenda Nacional (agora integrantes das Carreiras da Advocacia Pública). Os vencimentos dos Procuradores Fazendários também são compostos por uma parcela variável, os honorários sucumbenciais (semelhante ao Bônus de Eficiência), mesmo assim o MGI, com justiça, concedeu um reajuste de 19% nos vencimentos básicos do Procuradores da Fazenda Nacional, a ser implementado em duas parcelas (junho de 2025 e abril de 2026).

A injustiça reside na não concessão de recomposição de perdas inflacionárias aos Analistas-Tributários e Auditores Fiscais da RFB, e aos Auditores-Fiscais do trabalho.

A presente emenda tem como escopo afastar essa injustiça, concedendo aos três cargos um tratamento isonômico com seus pares do Poder Executivo. O reajuste proposto é de 19% em duas parcelas a produzirem efeitos a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Em cumprimento ao artigo 113 do Ato das Disposições constitucionais transitórias, estima-se na tabela a seguir o impacto orçamentário e financeiro do reajuste aqui proposto.

O estudo consolidado na referida tabela considera os quantitativos da servidores ativos e inativos em cada cargo e ainda o regime previdenciário em relação aos inativos.

### Impacto Orçamentário e Financeiro do Reajuste Proposto



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258904195700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Busato



\*CD258904195700\*  
ExEdit



Órgão/Cargo		Receita Federal			Ministério do Trabalho		Total	
Despesa		Auditor-Fiscal	Analista-Tributário	Subtotal	Auditor-Fiscal	Subtotal		
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723	138.831.716	138.831.716	838.483.439	
	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902	11.157.946	11.157.946	62.307.848	
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625	149.989.661	149.989.661	900.791.286	
2026	Primaria	1.097.825.180	511.119.286	1.402.944.468	381.192.575	381.192.575	1.784.137.043	
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276	36.258.661	36.258.661	136.456.936	
	Total	1.164.583.183	548.559.559	1.503.142.744	417.451.236	417.451.236	1.920.593.979	
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687	57.043.575	57.043.575	345.313.262	
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168	4.385.834	4.385.834	23.585.002	
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855	61.429.408	61.429.408	368.898.263	

Considerando os dados da tabela acima, constata-se que os valores propostos são plenamente compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizado no Anexo V da LOA 2025, R\$16,8 bilhões na despesa primária e R\$1,918 bilhões na despesa financeira, sendo facilmente cobertos com os recursos destinados para Reserva de Contingência na LOA.

Sendo assim, cabe ao Poder Legislativo corrigir flagrante tratamento injusto e até mesmo discriminatório em relação a três dos cargos de maior relevância para a sociedade brasileira. Dois deles compõem a autoridade fiscal e tributária da União, além de atuar na segurança publica, protegendo as fronteiras contra o tráfico de armas e drogas, e o fluxo de mercadorias irregulares. O outro cargo atua na vigilância e coordenação das relações de trabalho, atuando na guarda dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Deputado Luiz Carlos Busato

União/RS

ExEdit  
\*CD258904195700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258904195700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Busato



Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Luiz Carlos Busato**  
**(UNIÃO - RS)**

\*CD258904195700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258904195700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Busato



**MPV 1286  
00049**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo:

**“CAPÍTULO****DAS CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE  
CARGOS DOS EMPREGADOS DA INFRA/RFFSA**

**Art.** A partir de 1º de janeiro de 2025, a tabela salarial dos empregados ferroviários ativos e inativos oriundos da RFFSA, abrangidos pelas Leis 8.186 de 21 de maio de 1991 e 10.478 de 28 de junho de 2002, associada ao seu Plano de Cargos e Salários (PCS), atualmente sob gestão da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias S/A e/ou INFRA S.A., em cumprimento ao Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal e ao Art. 5º da Lei 4950-A, de 1966, passa a vigorar conforme as Tabelas I, II e III apresentadas a seguir:

I – Tabela I – Grupos Administrativos, Operacionais e Serviços, oriundos da RFFSA



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252261572800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon





Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
ADMINISTRATIVO	201	2.275,75
	202	2.324,08
	203	2.356,09
	204	2.404,62
	205	2.453,18
	206	2.501,48
	207	2.566,14
	208	2.630,46
	209	2.697,97
	210	2.778,67
	211	2.781,74
	212	2.888,40
	213	2.938,45
	214	3.033,00
	215	3.128,23
	216	3.248,46
	217	3.346,73
	218	3.389,88
	219	3.468,64
	220	3.557,37
	221	3.691,93
	222	3.829,41
	223	4.003,40
	224	4.129,68
	225	4.352,88
	226	4.601,24
	227	4.814,70
	228	5.115,76
	229	5.434,52
	230	5.833,63
	231	6.261,22
	232	6.711,95
	233	7.034,85
	234	7.376,95
	235	7.739,35

II – Tabela II – Grupos Universitários, oriundos da RFFSA

Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
UNIVERSITÁRIO	301	8.307,03
	302	8.605,85
	303	8.877,04
	304	9.295,72
	305	9.795,71
	306	10.302,00
	307	10.648,21
	308	11.007,34
	309	11.378,57
	310	11.762,32
	311	12.159,02
	312	12.569,09
	313	12.993,00
	314	13.432,75
	315	13.885,78
	316	14.354,09
	317	14.838,20
	318	15.338,63
	319	15.855,94
	320	16.390,70
	321	16.943,49
	322	17.514,92
	323	18.105,63
	324	18.716,26
	325	19.347,48
	326	20.000,00
PCS	501	23.700,00
	502	23.200,00
	503	22.800,00
	504	22.400,00
	505	22.000,00
	506	15.726,78
	507	13.427,18
	508	11.939,75
	509	5.087,39
	510	4.666,27
	511	4.278,98
	521	9.368,60
	522	6.570,88
	523	3.338,70
	524	2.438,71
GT	591	8.502,44
	592	7.573,73
	593	6.893,24

\* C D 2 5 2 2 6 1 5 7 2 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252261572800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



III – Tabela III – Grupo Originário da FEPASA, oriundos da RFFSA

Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
OPERAÇÃO	603	1.812,78
	604	2.037,98
	605	2.326,99
	606	2.665,51
	607	3.061,34
	608	3.519,18
	609	4.042,25
SUPERVISÃO	702	1.809,61
	703	1.982,92
	704	2.193,01
	705	2.474,07
	706	2.791,77
	707	3.157,75
	708	3.564,46
	709	4.042,25
	710	4.493,39
	711	5.138,83
	712	5.885,05
	713	6.741,18
	714	10.302,00
	715	11.379,56
TÉCNICO	801	4.493,39
	802	5.138,83
	803	5.885,05
	804	6.741,18
UNIVERSITÁRIO	805	10.302,00
	806	11.379,56
	807	12.457,11
	808	13.534,67
	809	14.612,22
	810	15.689,78
	811	16.767,33
	812	17.844,89
	813	18.922,44
	814	20.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda pretende **buscar a legalidade da TABELA SALARIAL DOS FERROVIÁRIOS BRASILEIROS, de acordo com a Constituição Federal Brasileira e a Lei 4.950 A/66.**

(i) estabelecer nova tabela salarial, aplicável aos ferroviários oriundos da extinta RFFSA, suas estradas de ferro, unidades operacionais e subsidiárias, associada ao Plano de Cargos e Salários (PCS) da extinta RFFSA, referência legal, atualmente sob gestão da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias S/A e/ou INFRA S.A. (lei 11.483/2007 – art.17)

Importa contextualizar, inicialmente, que a problemática da tabela salarial da RFFSA teve início em 2007, ano no qual ocorreu a extinção da RFFSA e a transferência de seus empregados para a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Já naquele ano o salário inicial da Tabela (Nível 201), correspondia

\*C D 2 5 2 2 6 1 5 7 2 8 0 0 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252261572800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



a R\$ 338,85 (trezentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos), frise-se, quantia inferior ao salário-mínimo nacional vigente à época, que equivalia a R\$ \$380,00 (trezentos e oitenta reais).

Dois a três anos depois houve uma pequena recuperação salarial, contudo, lamentavelmente, a ilegalidade se repetiu. Como se percebe a história dos ferroviários, desde sempre, envolveu desrespeito aos seus direitos.

O passar dos anos sem que houvesse a concessão de nenhum reajuste fez com que a situação se agravasse de tal forma que, hoje, quando o Salário Mínimo Nacional é R\$ 1.518,00, o Salário Inicial da Tabela da RFFSA, nível 201 é R\$ 878,16.

A situação é tão grave que **os vinte primeiros níveis da Tabela Salarial se encontram abaixo do salário mínimo nacional, conforme pode ser visto a seguir, no Quadro Evolução Salarial Nível 201 x SMN.**

Mas não é só. A classe ferroviária também tem sido flagrantemente desrespeitada pelo descumprimento da Lei 4.950 A, de 1966, uma vez que o piso salarial, garantido a algumas categorias profissionais, em seu Art. 5º, não tem sido considerado para o cálculo dos proventos de ferroviários oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal.

**TABELA SALARIAL DA RFFSA**  
Comparativo Salário do Nível 201 (Inicial RFFSA) x Salário Mínimo Nacional (SMN)

Ano	Nível 201 (R\$) (Salário + Passivo)	% em Relação ao SMN	Salário Mínimo Nacional (R\$)
1998 - 1999	243,60	187,38	130,00
1999 - 2000	243,60	179,12	136,00
2000 - 2001	243,60	161,32	151,00
2001 - 2002	243,60	135,33	180,00
2002 - 2003	243,60	121,80	200,00
2003 - 2004	277,20	115,71	240,00
2004 - 2005	296,52	114,82	260,00
2005 - 2006	319,41	106,47	300,00
2006 - 2007	328,99	94,00	350,00
2007 - 2008	338,85	89,17	380,00
2008 - 2009	415,86	100,21	415,00
2009 - 2010	438,85	94,38	465,00
2010 - 2011	463,93	90,57	510,00
2011 - 2012	565,87	103,83	545,00
2012 - 2013	594,71	95,61	622,00
2013 - 2014	633,30	94,70	668,75
2014 - 2015	673,07	92,97	724,00
2015 - 2016	706,72	89,69	788,00
2016 - 2017	751,95	85,45	880,00
2017 - 2018	781,88	83,45	937,00
2018 - 2019	792,44	83,06	954,00
2019 - 2020	808,45	81,01	998,00
2020 - 2021	808,45	77,36	1.045,00
2021 - 2022	808,45	73,50	1.100,00
2022 - 2023	808,45	66,70	1.212,00
2023 - 2024	848,97	65,20	1.302,00
2024 - 2025	878,12	62,19	1.412,00
2025 - 2026	878,12	57,85	1.518,00

**VALEC**

A não aplicação da referida legislação federal, e a conseqüente não atualização da tabela dos ferroviários empregados da antiga RFFSA, com os

exEdit  
\* C D 2 5 2 2 6 1 5 7 2 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252261572800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



interstícios nela previstos, vem acarretando defasagem da ordem de 81,27%, entre maio/1997 até abril/2024.

ÍNDICES APLICADOS AOS ACORDOS COLETIVOS DA RFFSA									
EVOLUÇÃO E INFLAÇÃO NOS PERÍODOS									
PERÍODO		ÍNDICES %					ACORDOS COLETIVOS %		
Início	Fim	IPCA (BGE)	IGPM (FGV)	Dólar (Reale)	INSP	ACT S	ACT S	RFFSA	
ma1997	abr1998	3,85	5,03		4,81	9899		3,00	
ma1998	abr1999	3,25	8,54	4,62	4,81	9900		-	
ma1999	abr2000	6,77	13,20	11,03	5,81	0001		-	
ma2000	abr2001	6,61	10,44	19,21	7,68	0102		-	
ma2001	abr2002	7,86	6,91	11,11	3,20	0203		-	
ma2002	abr2003	16,77	32,85	20,00	19,71	0304		14,00	
ma2003	abr2004	7,50	5,37	9,23	4,53	0405		7,50	
ma2004	abr2005	8,07	10,75	15,38	6,36	0506		7,00	
ma2005	abr2006	4,63	(0,32)	16,67	5,91	0607		3,00	
ma2006	abr2007	3,00	4,78	8,27	3,17	0708		3,00	
ma2007	abr2008	5,04	9,80	9,21	4,73	0809		5,12	
ma2008	abr2009	5,53	5,38	12,05	4,71	0910		5,53	
ma2009	abr2010	5,26	2,89	9,68	6,58	1011		5,26	
ma2010	abr2011	6,31	10,60	6,86	3,31	1112		6,31	
ma2011	abr2012	5,10	3,65	14,13	3,10	1213		5,10	
ma2012	abr2013	6,49	7,30	9,00	4,39	1314		6,49	
ma2013	abr2014	6,28	7,98	6,78	4,60	1415		6,28	
ma2014	abr2015	8,17	3,54	8,64	6,23	1516		5,00	
ma2015	abr2016	9,28	10,64	11,68	11,28	1617		6,40	
ma2016	abr2017	4,08	3,37	6,48	6,58	1718		3,36	
ma2017	abr2018	2,76	1,80	1,81	2,87	1819		1,35	
ma2018	abr2019	4,54	8,64	4,81	3,43	1920		2,02	
ma2019	abr2020	2,40	6,68	4,11	4,10	2021		-	
ma2020	abr2021	6,76	32,02	5,87	5,45	2021		-	
ma2021	abr2022	12,13	14,66	10,18	10,18	2122		5,00	
ma2022	abr2023	4,18				2223		5,00	
ma2023	abr2024	3,19				2324		4,48	
% Acumulado		430,86	629,76	746,16	290,30			116,36	
% Perdas		81,27	164,12	206,25	41,26				

Consequência de tantos descumprimentos legais resultou que a atual Tabela Salarial dos Empregados oriundos da RFFSA apresentasse valores defasados. São eles:

Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
A D M I N I S T R A T I V O	201	878,16
	202	896,81
	203	909,16
	204	927,88
	205	946,62
	206	965,26
	207	990,21
	208	1.015,03
	209	1.041,08
	210	1.072,23
	211	1.073,41
	212	1.114,56
	213	1.133,87
	214	1.170,36
	215	1.207,11
	216	1.253,50
	217	1.291,43
	218	1.308,07
	219	1.328,69
	220	1.372,71
	221	1.424,63
	222	1.477,68
	223	1.544,82
	224	1.593,54
	225	1.679,68
	226	1.775,51
	227	1.857,88
	228	1.974,05
	229	2.097,06
	230	2.251,06
	231	2.416,05
	232	2.589,98
	233	2.714,59
	234	2.846,59
	235	2.986,44



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252261572800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
U N I V E R S I T Á R I O	301	1.491,46
	302	1.545,11
	303	1.593,80
	304	1.668,97
	305	1.758,74
	306	1.849,64
	307	1.911,80
	308	2.016,11
	309	2.123,87
	310	2.229,20
	311	2.313,39
	312	2.430,57
	313	2.522,26
	314	2.654,55
	315	2.765,79
	316	2.891,43
	317	3.006,21
	318	3.133,25
	319	3.303,74
	320	3.499,99
	321	3.780,37
	322	4.149,45
	323	4.562,43
	324	4.851,23
	325	5.108,24
	326	5.380,66
P C S	501	12.596,30
	502	11.240,78
	503	10.219,02
	504	9.365,90
	505	8.852,73
	506	7.105,84
	507	6.066,80
	508	5.394,74
	509	2.298,64
	510	2.108,36
	511	1.933,33
	521	4.372,62
	522	3.066,84
	523	1.558,28
	524	1.138,22
G T	591	3082,75
	592	2753,96
	593	2506,52

Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
O P E R A C Ã O	603	1.088,81
	604	1.224,08
	605	1.379,63
	606	1.557,96
	607	1.760,58
	608	1.988,54
	609	2.228,74
S U P E R V I S Ã O	702	1.078,91
	703	1.162,26
	704	1.316,55
	705	1.466,37
	706	1.636,44
	707	1.823,17
	708	2.038,65
	709	2.243,14
	710	2.524,89
	711	2.844,95
	712	3.206,46
	713	3.652,89
	714	4.074,25
	715	4.629,86
T E C N .	801	2.524,89
	802	2.844,95
	803	3.206,46
	804	3.652,89
U N I V E R S I T Á R I O	805	4.074,25
	806	4.629,86
	807	5.257,52
	808	5.830,28
	809	6.668,56
	810	7.709,38
	811	8.660,91
	812	9.781,92
	813	10.976,46
	814	12.321,28

Há nítido descumprimento das normas trabalhistas em relação aos ferroviários, provenientes da antiga RFFSA, uma vez que os seus salários são inferiores:

exEdit  
\* C D 2 5 2 2 6 1 5 7 2 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252261572800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



(i) ao salário-mínimo nacional, nos primeiros 20 (vinte) níveis da tabela salarial, 201 a 220; e

(ii) ao patamar legal estabelecido como piso salarial da classe. Nível inicial na tabela 306.

O cenário é claro: a INFRA S.A. – empresa pública que sucedeu a extinta RFFSA – vem praticando postura salarial diferenciada e anti-isonômica em relação aos empregados que advieram da antiga RFFSA e suas subsidiárias, deixando não só de efetuar a devida atualização da tabela salarial, como também, de corrigi-la para que observe o salário mínimo nacional e o piso salarial previsto na Lei Federal nº 4.950-A/66, o qual foi, inclusive julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2022, no âmbito das ADPF's 53, 149 e 171.

O Plano de Cargos e Salário – PCS, em vigor, é claro ao prever que a remuneração dos empregados deve ser fixada pela Diretoria Executiva da empresa “ **observada a legislação pertinente** ”. O previsto na Lei nº 4.950 A, de 1966 – já vigente à época – e o entendimento consolidado pelo STF nas ADPFs 53, 149 e 171 não deixa dúvidas, portanto, que o nível 306, inicial da carreira de arquiteto e que também se aplica a outras carreiras universitárias, deve equivaler, no mínimo a R\$10.302,00 (dez mil trezentos e dois reais) e não R\$1.849,64 (mil oitocentos e quarenta e nove reais) (tabela em vigor maio 2023). O acerto desses valores deve ser feito com os mesmos interstícios para cima e para baixo, legalizando, de modo definitivo e integral, a Tabela Salarial. Note-se que, ao julgar as mencionadas ADPFs, em fevereiro de 2022, **o STF reafirmou a constitucionalidade da Lei nº 4.950-A/66, conferindo-lhe interpretação conforme a Constituição para que o cálculo do piso salarial, também atribuído à categoria profissional de engenheiros e arquitetos, considere o valor do salário-mínimo vigente na data de publicação da ata de julgamento das ADPFs (3 de março de 2022)** Veja-se:

*ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DIPLOMADOS EM CURSO SUPERIOR DE ENGENHARIA, QUÍMICA, ARQUITETURA, AGRONOMIA E VETERINÁRIA (LEI Nº 9.450-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966). SALÁRIO PROFISSIONAL FIXADO EM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO-MÍNIMO*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252261572800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



\*CD252261572800\*  
ExEdit



NACIONAL. ALEGADA TRANSGRESSÃO À NORMA QUE VEDA A VINCULAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO “PARA QUALQUER FINALIDADE” (CF, ART. 7º, IV, FINE). INOCORRÊNCIA DE TAL VIOLAÇÃO. CLÁUSULA CONSTITUCIONAL QUE TEM O SENTIDO DE PROIBIR O USO INDEVIDO DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO INDEXADOR ECONÔMICO. PRECEDENTES. [...]

4. O texto constitucional (CF, art. 7º, IV, fine) não proíbe a utilização de múltiplos do salário-mínimo como mera referência paradigmática para definição do valor justo e proporcional do piso salarial destinado à remuneração de categorias profissionais especializadas (CF, art. 7º, V), impedindo, no entanto, reajustamentos automáticos futuros, destinados à adequação do salário inicialmente contratado aos novos valores vigentes para o salário-mínimo nacional.

5. **Fixada interpretação conforme a Constituição, com adoção da técnica do congelamento da base de cálculo dos pisos salariais, a fim de que sejam calculados de acordo com o valor do salário-mínimo vigente na data da publicação da ata da sessão de julgamento.** Vencida, no ponto, e apenas quanto ao marco referencial do congelamento, a Ministra Relatora, que o fixava na data do trânsito em julgado da decisão. (STF, ADPF 53, 149 e 171, Rel. Min. Rosa Weber, j. 21/02/2022).

Assim sendo, não restam dúvidas de que o piso preconizado no art. 5º da Lei nº 4.950-A, de 1966, deverá ser observado para todos os profissionais nela abarcados, independentemente da data de ingresso no respectivo cargo, sendo o valor nominal do salário-mínimo a ser considerado aquele vigente em 2022, conforme se sugere na forma da nova tabela salarial aplicável a todos os ferroviários ativos, inativos e pensionistas abrangidos pelas Leis Especiais nºs 8.186/1991 e 10.478/2002.

Relevante acentuar que a VALEC informou em documento oficial (Ofício 2811/2015 VALEC que, **em relação ao seu quadro próprio**, cumpre os pisos e que no caso do grupo dos universitários denominam genericamente como Analistas, sem distinção da formação universitária. Ou seja, o valor do piso foi considerado para todo seu pessoal independente de sua titulação universitária.

Lembrando ainda que os ferroviários possuem um Plano de Cargos e Salários - PCS em vigor pois, desde maio 2007, quando a RFFSA foi extinta, o seu quadro de pessoal foi transferido vivo para a VALEC (art. 17 da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252261572800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



lei 11.483/2007), sendo assim, ao novo empregador incumbiria corrigir as supracitadas inconstitucionalidades e ilegalidades que maculam a Tabela Salarial da extinta RFFSA.

Do mesmo modo, o Ministério dos Transportes deveria, há tempos, ter adotado as providências cabíveis para sanar grave o problema e fazer cumprir a Constituição.

Em 2014 a própria VALEC, sensível à extrema defasagem salarial dos empregados da RFFSA, propôs a criação de uma Comissão para “avaliar e sugerir adequações nas tabelas salariais dos empregados do quadro especial da VALEC, oriundos da extinta RFFSA”. (Portaria 283/2014 VALEC). Naquela ocasião, o Grupo de Trabalho criado, majoritariamente composto por integrantes da própria VALEC, apontou uma diferença entre o IPCA e os índices concedidos nos ACT’s de 34,62%. A pura e simples aplicação desse percentual na Tabela, não permitiria o pleno atendimento à legislação. A outra solução apontada por aquele Grupo seria a adoção da Tabela Salarial proposta naquele momento, que implicaria em uma elevação da folha de pagamento daquele Quadro Especial RFFSA, da ordem de 113,34%.

A adoção dessa Tabela então sugerida sanaria naquele momento, todas ilegalidades, quer fossem relativas ao cumprimento do salário-mínimo nacional, quer fossem relativas ao cumprimento do salário mínimo profissional. Acontece que, burocracias e maus encaminhamentos resultaram no arquivamento do relatório daquele Grupo de Trabalho na SE do Ministério dos Transportes.

A remuneração é tão baixa que do total de 41.546 ferroviários ativos e inativos existentes em janeiro de 2023, apenas 22.133 (53%) recebem complementação da União, sendo os demais remunerados exclusivamente pelo INSS.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252261572800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



\*CD252261572800\*  
ExEdit





· Execução Orçamentária – INSS e União

Execução Orçamentária - Folha Aposentados e Pensionistas  
Extrato Resumo - Redução

Competência	Órgão	Valor Total (R\$)	Quant.	Complementos %	Redução				Remuneração média (R\$)
					Valor (R\$)	%	Quant.	%	
2014-01	INSS	187.586.575,46	69.425	76					2.702,00
		101.491.840,90	52.476						1.934,00
2023-01	INSS	119.004.991,27	41.546	53	68.541.584,19	36,5	27.879	40,2	2.865,38
	União	32.846.644,68	22.133		68.645.196,72	67,6	30.243	57,9	1.484,00

Apresenta os Valores e Quantitativos referentes à Folha de Pagamento dos aposentados e pensionistas oriundos da RFFSA, suas subsidiárias e ferrovias incorporadas; o Valor referente à Parcela da União – Complementação. Os dados são referentes aos anos de 2014, quando a VALEC criou a Comissão 283/VALEC/2014, e 2023.

**Observações importantes referentes aos dados sob encargos da União**

Redução do Dispêndio com Complementação (2014 – 2023):

- R\$ 68.645.196,22 (de R\$ 101.491.840,90 para R\$ 32.846.644,68) – 67,6%

Percentual de Pessoas que Recebe a Complementação (em 2023):

- 53% (dos 41.546 apenas 22.133 recebem. Os demais são integralmente remunerados pelo INSS)

**Redução do Quantitativo de Pessoas que Recebe Complementação (2014 – 2023):**

- 30.343 (de 52.476 para 22.133) – 57,8%

**Redução do Percentual de Pessoas que Recebe a Complementação (2014 – 2023):**

- Em 2014, 76%. Em 2023, 53%

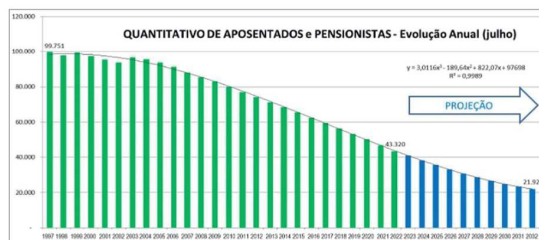
De imediato, sem absolutamente nenhuma necessidade de reforço orçamento, R\$ 68.645.196,22 poderiam estar sendo realocados para recompor a Tabela Salarial. Apenas esse valor, representaria uma atualização de 67,6% (R\$ 68.645.196,22 / R\$ 101.491.840,90) nos seus valores.

Também pode ser observada a baixa remuneração individual, R\$ 2.865,38, paga pelo INSS e o pequeno valor complementado pela União, R\$ 1.484,06.

Em 07 de agosto de 2023, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, convocou uma Audiência Pública para expor os problemas dos ferroviários. Recebeu por parte do MGI um pedido de 120 (cento e vinte) dias para avaliação e até hoje quase 1 ano nada foi feito a respeito da ilegalidade.

Acontece que, a despeito do êxito nas negociações a INFRA S.A. **não** legalizou a tabela salarial. Pelo contrário, a empresa ignorou as flagrantes ilegalidades que já haviam sido levadas ao seu conhecimento em 2009 e em 2014 por um trabalho elaborado por uma Comissão 283/VALEC-2014.

Atingidos por esses problemas, encontram-se não apenas os empregados ativos oriundos da extinta RFFSA, mas também os aposentados e pensionistas abrangidos pelas Leis Especiais 8.186, de 21 de maio de 1991 e 10.478, de 28 de junho de 2002. Considere-se ainda, que a compensação apresentada no Quadro preenche o requisito Constitucional previsto no caso em questão.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252261572800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



Mês	Total	Quantitativo			
		Redução			
		Mês		Acumulada	
		Quant.	%	Quant.	%
jan/97	100.624				
jan/98	99.014	1.610	1,60	1.610	1,60
jan/99	96.902	2.112	2,13	3.722	3,70
jan/00	98.427	-1.525	(1,57)	2.197	2,18
jan/01	96.264	2.163	2,20	4.360	4,33
jan/02	94.916	1.348	1,40	5.708	5,67
jan/03	95.703	-787	(0,83)	4.921	4,89
jan/04	96.077	-374	(0,39)	4.547	4,52
jan/05	94.613	1.464	1,52	6.011	5,97
jan/06	92.438	2.175	2,30	8.186	8,14
jan/07	89.538	2.900	3,14	11.086	11,02
jan/08	86.716	2.822	3,15	13.908	13,82
jan/09	84.387	2.329	2,69	16.237	16,14
jan/10	81.430	2.957	3,50	19.194	19,07
jan/11	78.408	3.022	3,71	22.216	22,08
jan/12	75.486	2.922	3,73	25.138	24,98
jan/13	72.509	2.977	3,94	28.115	27,94
jan/14	69.631	2.878	3,97	30.993	30,80
jan/15	66.912	2.719	3,90	33.712	33,50
jan/16	63.867	3.045	4,55	36.757	36,53
jan/17	60.821	3.046	4,77	39.803	39,56
jan/18	57.734	3.087	5,08	42.890	42,62
jan/19	54.743	2.991	5,18	45.881	45,60
jan/20	51.600	3.143	5,74	49.024	48,72
jan/21	48.514	3.086	5,98	52.110	51,79
jan/22	44.870	3.644	7,51	55.754	55,41
jan/23	41.032	3.838	8,55	59.592	59,22
jan/24	39.065	1.967	4,79	61.559	61,18
jan/25	36.312	2.753	7,05	64.312	63,91
jan/26	33.694	2.618	7,21	66.930	66,51
jan/27	31.229	2.465	7,32	69.395	68,96
jan/28	28.935	2.294	7,35	71.689	71,24
jan/29	26.830	2.105	7,27	73.794	73,34
jan/30	24.931	1.899	7,08	75.693	75,22
jan/31	23.258	1.673	6,71	77.366	76,89
jan/32	21.828	1.430	6,15	78.796	78,31
jan/33	20.659	1.169	5,36	79.965	79,47

No advento da Lei 10.478/2002, em sua EM 280/2002 caracterizou-se os valores para suprir o cumprimento legal, éramos em torno de 98.000 ferroviários, aposentados e pensionistas e hoje somos em torno de 41.000. A compensação supre nossa necessidade, independente do descumprimento constitucional não precisar de fonte de recursos.

Considerado, portanto, que as referidas violações à Constituição Federal e à legislação específica aplicável aos ferroviários ainda permanecem, mesmo depois de anos; e ainda, que hoje os ferroviários ainda vivos se encontram em situação de vulnerabilidade, por serem todos idosos, a adoção de nova tabela salarial proposta mostra-se medida inafastável a fim de sanar as ilegalidades e inconstitucionalidades aqui denunciadas se faz necessário a LEGALIZAÇÃO DA TABELA SALARIAL VIGENTE DOS FERROVIÁRIOS INTEGRANTES DO QUADRO DA INFRA/VALEC (LEI 11.483/2007 – ART. 17).

ExEdit  
\* C D 2 5 2 2 6 1 5 7 2 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252261572800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Mauricio Marcon**  
**(PODEMOS - RS)**

\* CD 252261572800 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252261572800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mauricio Marcon



**MPV 1286  
00050**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 83-A à Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, na forma proposta pelo art. 61 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 83-A.** O cargo de Analista Ambiental integrante da carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a denominar-se Auditor-Fiscal Ambiental Federal.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Proposta de Alteração de Nomenclatura da Carreira de Especialista em Meio Ambiente de 'Analista Ambiental' para “Auditor-Fiscal Ambiental Federal”.

A presente Emenda tem por objetivo promover a alteração da denominação do cargo de Analista Ambiental para Auditor Fiscal Ambiental Federal, no âmbito da carreira de Especialista em Meio Ambiente disciplinada pela Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002.

A proposta de modificação do nome do cargo decorre da necessidade de conferir maior alinhamento às funções efetivamente desempenhadas pelos profissionais que atuam na regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental. Os ocupantes desse cargo são responsáveis por efetivar o cumprimento da legislação ambiental, por meio do exercício do poder de polícia conferido na Lei nº 7.735/1989 e nº 9.605/98, verificando a regularidade de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras, conduzindo ações de fiscalização e auditoria, exigindo a adoção de medidas corretivas quando identificadas inconformidades e, se necessário, aplicando sanções administrativas, com vistas a garantir a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade das atividades produtivas.

Cumpre salientar que a própria Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, em sua redação vigente, já prevê expressamente as atividades de regulação,



controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental dentre as atribuições do Analista Ambiental. Com efeito, o art. 2º da referida lei dispõe, in verbis:

“Art. 4º São atribuições dos ocupantes do cargo de Analista Ambiental o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas nacionais de meio ambiente formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionem com as seguintes atividades:

I – regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental;

II – monitoramento ambiental;

III – gestão, proteção e controle da qualidade ambiental;

IV – ordenamento dos recursos florestais e pesqueiros;

V – conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e

VI – estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambientais.”

A mudança para Auditor Fiscal Ambiental Federal visa, portanto, adequar a denominação da atividade à realidade dos trabalhos efetivamente realizados pelos ora denominados analistas, evidenciando a competência fiscalizatória e de auditoria necessária para o efetivo cumprimento das normas ambientais e o monitoramento de atividades potencialmente poluidoras, uma vez que denominação atual, “Analista Ambiental”, não traduz o caráter fiscal e de controle embutido no rol de responsabilidades do cargo.

Essa iniciativa se harmoniza com outras mudanças realizadas no âmbito federal que objetivaram aproximar a nomenclatura dos cargos de suas funções concretas de auditoria e fiscalização. A exemplo disso, cita-se a reformulação dos cargos da Ministério da Agricultura e Pecuária (AuditorFiscal Federal Agropecuário), Ministério do Trabalho (Auditor-Fiscal do Trabalho), Receita Federal do Brasil (Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e Controladoria Geral da União (Auditor Federal de Finanças e Controle). Ademais, no próprio texto da Medida Provisória nº 1286, de 2024, o art. 2º contempla a



alteração do nome do cargo de Analista do Banco Central para Auditor do Banco Central, com fundamento na mesma lógica de aprimorar a nomenclatura para evidenciar as funções de fiscalização e regulação dos servidores e explicitar a essência de controle e auditoria típica das atividades desempenhadas.

Importa esclarecer ainda que a mudança de nomenclatura proposta não acarreta impactos orçamentários nem implica mudanças estruturais na carreira de Especialista em Meio Ambiente. Não se criam novas atribuições, nem se estabelecem novas despesas, mantendo-se inalterados todos os aspectos funcionais e remuneratórios vigentes. Trata-se, exclusivamente, de adequar a nomenclatura do cargo ao efetivo conteúdo ocupacional, de modo semelhante ao que se pretende com o cargo de Analista do Banco Central, conforme o art. 2º da MP nº 1286/2024. Dessa forma, não há necessidade de realocação de recursos adicionais ou de mudança de atribuições.

A nova denominação, nesse sentido, aproxima-se das melhores práticas de gestão pública, em que a nomenclatura deve expressar com precisão a natureza das tarefas exercidas, bem como o nível de responsabilidade assumido.

Em resumo, a adoção da nomenclatura Auditor Fiscal Ambiental Federal alinha o cargo de Analista Ambiental às suas funções essenciais de auditoria, controle e fiscalização. Essa alteração irá conferir maior visibilidade e precisão funcional, além de consolidar a percepção institucional da importância e legitimidade de tais profissionais no exercício da defesa e preservação do meio ambiente. Em paralelo, respeita os precedentes recentes de atualização das nomenclaturas de cargos em atividades típicas de Estado, reforçando o papel estratégico dos servidores que atuam em áreas críticas para a governança pública.

Por esses motivos, submete-se à apreciação dos Nobres Pares a presente Emenda.

SENADOR HAMILTON MOURÃO

REPUBLICANOS / RS

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.



MPV 1286  
00051



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo

CAPÍTULO

DO CARGO DE AUDITOR DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

Art. XXX. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura de classificação e os valores do vencimento básico do cargo de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), serão fixados no Anexo a esta Medida Provisória, para os respectivos níveis, classes e padrões.

ANEXO

Anexo à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de Dezembro de 2024)

VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUDITOR

a) Estrutura de Classificação e Vencimento básico dos cargo de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#):

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E

ExEdit  
\*CD25886237500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25886237500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Josenildo



	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Auditor	P31	4.556,92	1				1	9.523,96	9.952,54
	P32	4.734,64	2	1			2	9.895,40	10.340,70
	P33	4.919,30	3	2	1		3	10.281,34	10.744,00
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	10.682,30	11.163,00
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	11.098,90	11.598,36
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	11.531,76	12.050,68
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	11.981,52	12.520,68
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	12.448,80	13.009,00
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	12.934,28	13.516,32
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	13.438,72	14.043,46
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	13.962,84	14.591,16
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	14.507,40	15.160,24
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	15.073,18	15.751,48
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	15.661,02	16.365,76
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	16.271,80	17.004,04
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	16.906,42	17.667,20
	P47	8.404,67		16	15	14	17	17.565,76	18.356,22
	P48	8.732,45			16	15	18	18.250,82	19.072,10
	P49	9.073,02				16	19	18.962,62	19.815,94

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, a Educação como alternativa às desigualdades sociais foi estabelecida na CF/88 como “um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa ideia integra o leque de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25886237500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Josenildo





estratégias governamentais que consideram a Educação uma forma de combate às desigualdades sociais e a pobreza no Brasil.

Com o avanço dessas políticas públicas e com o aumento do orçamento destinado a elas, houve, conseqüentemente, maior necessidade em adequar a atuação do Controle Interno e das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Auditorias Internas, para que os resultados alcançados por essas instituições fossem condizentes com o investimento realizado. Busca-se, dessa forma, atender não só aos interesses dos gestores públicos, mas também dos usuários dos serviços e da sociedade.

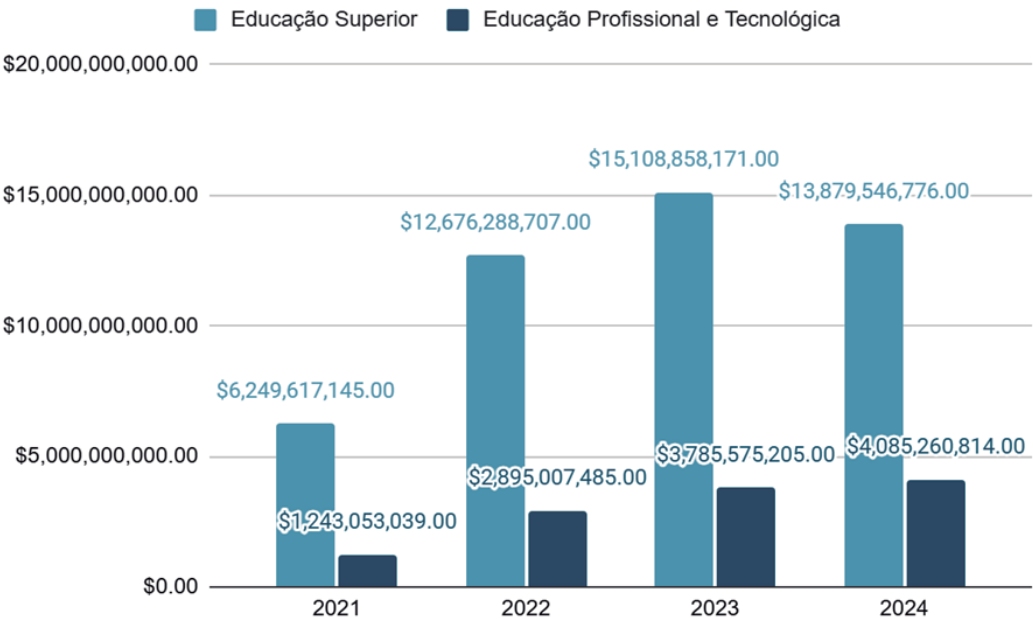


Figura 1. Orçamento Anual da Educação Superior e da Educação Profissional e Tecnológica

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

Essa adequação da atuação do Controle Interno envolve a valorização das funções desempenhadas, seja pela criação de carreiras próprias, seja pelo ajuste remuneratório condizente com as responsabilidades assumidas.

A necessidade de assegurar a integridade das funções de auditoria interna dentro das Instituições Federais de Ensino (IFE's) foi recentemente

ExEdit  
\* C D 2 5 8 8 6 2 3 7 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25886237500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Josenildo



reconhecida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em parecer exarado nos autos da Denúncia n. 25.007/2024-6, a Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos apontou a premência de se buscar o fortalecimento das unidades de auditoria dentro das Universidades Federais e da atuação específica do Auditor, cujas funções não podem ser alocadas como uma mera especialidade dentro de um cargo geral:

a) no que tange às políticas públicas, a ausência de auditores especializados nas IFE pode dificultar a implementação de políticas e processos que assegurem o uso eficiente e responsável dos recursos, prejudicando a confiança da sociedade na gestão dos valores destinados à educação;

b) no âmbito institucional, a aprovação das alterações na Lei 11.091/2005, particularmente a transformação do cargo de Auditor em Analista em Educação, representa um risco considerável ao controle interno na Administração pública, especialmente nas IFE. A mudança fragiliza a segregação de funções, enfraquece a estrutura de controle interno e compromete a accountability nas entidades; e

c) a função de Auditor possui especificidades e competências essenciais para assegurar a fiscalização efetiva e independente dos processos administrativos, contábeis e financeiros. Ao substituir essa posição especializada por um cargo de natureza mais ampla e menos focada em auditoria, abre-se uma lacuna de expertise na identificação de irregularidades e na promoção da transparência (fundamentais para a boa governança e para o cumprimento dos princípios constitucionais). Devido à sua formação generalista, os Analistas em Educação poderiam carecer das habilidades técnicas específicas para detectar e corrigir desvios e fraudes.

O Congresso Nacional, inclusive, foi cientificado desse posicionamento pelo TCU por meio do Aviso n. 956 - GP/TCU, de 20 de dezembro de 2024, para que adote as medidas cabíveis. O documento está sob análise da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

As especificidades do cargo buscam garantir o cumprimento do art. 74 da Constituição Federal quando da atuação da Unidade de Auditoria Interna na forma integrada por meio de Sistema de Controle Interno, bem como por



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258886237500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Josenildo



meio da atuação do cargo de Auditor na prática da atividade de Auditoria Interna Governamental para o alcance das finalidades de avaliação e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração indireta, especificamente Instituições Federais de Ensino, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, nos termos do art. 70 da Carta Magna.

Apesar disso, o enquadramento remuneratório do cargo de Auditor não se encontra citado de forma específica nas tabelas do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#).

Quadro 1. Remuneração dos cargos de Auditor do Executivo Federal considerando os ajustes dispostos na Medida Provisória 1.286 de 31 de dezembro de 2024.

Cargo	Inicial 1º DE JANEIRO DE 2025	Final 1º DE JANEIRO DE 2025
Auditor-Fiscal da Receita Federal Do Brasil - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor-Fiscal do Trabalho - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor Federal de Finanças e Controle - Ns	R\$ 18.033,52	R\$ 33.086,10
Auditor do Banco Central do Brasil - NS	R\$ 18.033,52	R\$ 33.086,10
Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Ns	R\$ 14.000,00	R\$ 24.632,19
Auditor das Instituições Federais de Ensino - Ns	R\$ 4.967,04	R\$ 10.062,32

Fonte: Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023 e Medida Provisória 1.286 de 31 de dezembro de 2024.

Do exposto, com o propósito de minimizar a discrepância remuneratória entre os Cargos de Auditor do Poder Executivo Federal, propõe-se a equidade remuneratória do cargo de Auditor perante a tabela específica a), do Anexo XLVII, da [Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012](#), atualizada pelo Anexo CLXXXI da Medida Provisória que se deseja emendar. Ou seja, essa emenda não

ExEdit  
\* C D 2 5 8 8 6 2 3 7 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25886237500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Josenildo



propõe a criação de situação nova ou mudança de carreira, mas, tão somente, de correção de discrepância apresentada no quadro acima.

Com a inclusão da citação, estima-se um impacto anual, em 2025, de R\$ 23.264.266 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais), na hipótese de implantação a partir de janeiro de 2025. Bem como um impacto anual, em 2026, de R\$ R\$ 27.333.288 (vinte e sete milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta e oito reais), na hipótese de implantação a partir de abril de 2026. Para os exercícios seguintes, inclusos já nas Leis Orçamentárias Anuais respectivas, ter se-iam os impactos anualizados estimados de R\$ 23.264.266 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais) em 2025, e de R\$ 66.642.372 (sessenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e trezentos e setenta e dois reais) em 2026, considerando o universo de todos os 450 auditores do PCCTAE de todo o país. Desta forma, constata-se que os valores propostos são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizado no Anexo V da LOA 2025, R\$16,8 bilhões na despesa primária e R\$1,918 bilhões na despesa financeira, sendo possível utilizar os recursos destinados para Reserva de Contingência na LOA.

Assim, é apresentada proposta que busca o fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI) na sua atuação integrada e no alcance das suas finalidades na forma da Constituição Federal. Isso se dará com a reorientação dos modelos de alcance de resultados pelas organizações a partir do fortalecimento da estrutura já existente e da correção de discrepâncias salariais de cargos específicos com atribuições e carga horária equivalentes, qualificando as entregas de serviço público à sociedade e corrigindo a desvalorização do cargo de Auditor do PCCTAE.

São essas as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258886237500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Josenildo



Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Josenildo**  
**(PDT - AP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258886237500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Josenildo



MPV 1286  
00052



EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Altera o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MP 1286/2024 para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024:

ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
			I	II	III	IV			

\*CD254568851800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254568851800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



		1º DE MAIO DE 2023							1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
Médico Veterinário	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR	EFEITOS FINANCEIROS A
			I	II	III	IV			

ExEdit  
\*CD254568851800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254568851800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



		PARTIR DE  1º DE MAIO DE 2023						DE 1º DE JANEIRO DE 2025	PARTIR DE  1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
Médico Veterinário	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254568851800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil





Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos.

O Poder Executivo, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) tem fundamentado sua posição na Súmula 339 do STF, que limita a intervenção do Poder Judiciário no aumento de vencimentos de servidores públicos, com base no princípio da isonomia. No entanto, o caso em questão não envolve a intervenção judicial, mas sim a necessidade de assegurar o cumprimento do Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, assinado entre o Governo Federal, representado pelo MGI, e as centrais sindicais FASUBRA e SINASEFE.

Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser *de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026*. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Isto **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE**. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005;**

2 – A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

\*CD254568851800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254568851800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua **cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

#### TERMO DE ACORDO nº 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254568851800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arripio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

**§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder**, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254568851800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A equiparação salarial desempenha papel fundamental nesse contexto, pois reflete a necessidade de garantir que servidores com funções semelhantes, mas com possíveis especificidades, recebam ajustes salariais proporcionais e compatíveis com suas funções. Nesse sentido, a equiparação deve ser vista como um instrumento de justiça e proporcionalidade, assegurando que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254568851800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



as categorias envolvidas, como médicos e médicos veterinários, recebam reajustes compatíveis com suas responsabilidades, evitando discriminação ou tratamento desigual.

Dessa forma, tanto a isonomia quanto a equiparação salarial são princípios complementares que visam assegurar um tratamento justo e proporcional aos servidores, considerando suas funções e as especificidades de suas categorias. No presente caso, a equiparação salarial entre os médicos e médicos veterinários é essencial para garantir que ambos os grupos recebam os reajustes acordados, em consonância com o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, e sem qualquer forma de discriminação. A diferenciação nos reajustes entre essas categorias não encontra fundamento jurídico legítimo, pois contradiz as disposições do referido acordo, que deve ser cumprido de forma integral. Portanto, é imperativo que se corrija tal distinção, assegurando o cumprimento do pacto firmado e a devida equiparação salarial entre as partes, em observância aos princípios da boa-fé objetiva e da negociação coletiva.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Dr. Zacharias Calil**  
**(UNIÃO - GO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254568851800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



**MPV 1286  
00053**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Alterem-se, no Anexo CCLXXXII da MPV 1.286, de 2024, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025” para que eles correspondam a um aumento de 9% (nove por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023”, e na sequência alterem-se, na mesma tabela, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2026” para que eles correspondam a um aumento de 5% (cinco por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025”.

Os valores do vencimento básico serão multiplicados por 2 (dois) no caso dos servidores médicos e médicos veterinários que optarem por 40 horas semanais.

**JUSTIFICAÇÃO**

A MPV 1.286/2024 no texto encaminhado ao Parlamento estabeleceu um reajuste de apenas 4,5% nos valores dos vencimentos básicos aplicado a partir de 1º de janeiro de 2025, com mais 4,5% a partir de 1º de abril de 2026 para médicos e médicos veterinários que integram o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258135022500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



A negociação promovida entre os representantes dos servidores integrantes do PCCTAE, representados pela Federação de Sindicato de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e os do governo, formalizada através do Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, não aprovou qualquer diferenciação entre os reajustes a serem aplicados a cada uma das categorias que integram esse plano de carreira e estabeleceu que os reajustes serão de 9% a partir de 1º de janeiro de 2025 e 5% a partir de 1º de abril de 2026.

Portanto, precisamos aprovar essa emenda corrigindo a Medida Provisória nº 1.286/2024 estabelecendo aquilo que foi negociado entre o governo e a FASUBRA, com percentuais idênticos de reajuste para todos as categorias integrantes do PCCTAE.

Relevante destacar que esse processo de negociação entre governo e servidores, que estabeleceu os referidos reajustes, não ocorria desde o golpe de Estado de 2016 que retirou a Presidente Dilma em cujo governo foram aprovados os últimos reajustes salariais dessas categorias de servidores federais, que estão desde então com seus salários sendo defasados pelos governos Temer e Bolsonaro, quando imperou o congelamento dos salários destes servidores.

Ante o exposto, contamos com o apoio para a aprovação da presente emenda que corrige esse erro na referida MP.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258135022500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla





**MPV 1286  
00054**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 1º-B da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, como proposto pelo art. 116 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º-B.** Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Territorial, composta dos cargos efetivos de Perito Federal Territorial, de nível superior, com atribuições voltadas para o planejamento, a coordenação, a orientação, a implementação, o acompanhamento e a fiscalização de atividades inerentes à ocupação e ao uso do solo.

**JUSTIFICAÇÃO**

O texto que se pretende modificar promove alterações não acordadas na Mesa Específica e Temporária INCRA, e no Termo de Acordo nº 27, celebrado entre o MGI e a Condsef - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, para os servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei 11090/2005.

**As alterações promovidas pelo artigo Art. 1º-B do Art. 116 desta MP 1.286/2024, incorporam à Carreira de Perito Federal Agrário e/ou Territorial, atribuições que já se encontram atribuídas à Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, criada pela Lei 11.090/2005, tal como descritas em seu Art.1º, parágrafo 1º, e reproduzidos abaixo:**

ExEdit  
\*CD256264429800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256264429800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro





Art. 1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Técnico Administrativo, integrantes do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo terão as seguintes atribuições:

I - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário: planejamento, coordenação, acompanhamento e execução de atividades relativas ao **ordenamento territorial e reforma agrária** e, mais especificamente:

a) o gerenciamento das **ações de ordenamento territorial** e reforma agrária;

b) a articulação interinstitucional e integração das políticas de **ordenamento territorial** e da reforma agrária às demais políticas públicas;

c) a administração e a fiscalização do **cadastro de imóveis rurais** ;

d) a sistematização de informações relativas à **ocupação, utilização, zoneamento agrário e socioeconômico do meio rural** ;

e) a implementação de projetos relativos à **discriminação, arrecadação, regularização e destinação de terras públicas**;

f) o georreferenciamento, a medição e a demarcação de imóveis rurais; e

g) a implantação, desenvolvimento, recuperação e consolidação de projetos de reforma agrária, colonização e demais modalidades de assentamento;

II - Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário: execução de suporte técnico às atividades relativas ao ordenamento da estrutura fundiária e da reforma agrária e, mais especificamente:

a) manutenção e atualização dos sistemas finalísticos;

\*CD256264429800\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256264429800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



b) coleta, sistematização e manutenção de dados e informações necessárias ao planejamento, acompanhamento e execução das **ações de ordenamento territorial e da reforma agrária** ;

c) apoio técnico às ações de fiscalização, vistoria, avaliação, georreferenciamento, medição e demarcação de imóveis rurais;

d) geoprocessamento de informações e elaboração de mapas temáticos;

e) identificação e classificação de beneficiários da reforma agrária;

f) apoio técnico às ações de implantação de infraestrutura básica, concessão de assistência técnica e articulação dos beneficiários da reforma agrária com instituições públicas e privadas; e

g) concessão e acompanhamento da aplicação dos créditos da reforma agrária;

Essas alterações, flagrantemente inconstitucionais, se confirmadas no Plenário da Câmara dos Deputados, provocarão as seguintes consequências:

1- **Duplicidade de atribuições** em duas carreiras distintas, em um mesmo órgão da administração pública federal (INCRA);

Equivalência da Atribuições entre as duas carreiras	
Perito Federal Territorial	Reforma e Desenvolvimento Agrário
Governança Territorial	Ordenamento Territorial
Governança Fundiária	Cadastro de Imóveis Rurais
Governança Patrimonial	Regularização Fundiária de Terras Federais
Ocupação/Uso do Solo	Ocupação/ Utilização / Zoneamento Agrário

2- Criação de uma **nova carreira** – Perito Federal Territorial - **e não a transformação** de uma carreira existente – Perito Federal Agrário - na medida em que **acrescenta novas atribuições** àquelas já existentes;

3- **Ingresso** dos Engenheiros Agrônomos nesta nova carreira – Perito Federal Territorial – **sem concurso público**, uma vez que as novas atribuições não

\*CD256264429800\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256264429800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



faziam parte do Edital que disciplinou o ingresso dos Peritos Federais Agrários nos concursos de admissão anteriores.

Diante dos vícios que promovem subversão da lógica constitucional de admissão no serviço público e sobreposição de atribuições entre carreiras, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputada Laura Carneiro**  
(PSD - RJ)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256264429800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



**MPV 1286  
00055**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se o art. 10 da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, como proposto pelo art. 114 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

As alterações efetuadas no artigo 10 e 11 da **Lei 11.090/2005** trazem maior rigor nos critérios de promoção e dificultam a ascensão para a Classe Especial dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Importante considerar que tais alterações não foram pactuadas entre a categoria, a CONDSEF - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e o MGI, quando da assinatura do Acordo Salarial no ano de 2024. Ressalte-se que a supressão não acarretará qualquer prejuízo ou aumento de despesas, uma vez que suprimido este texto da MP 1.286/2024 continuarão valendo as regras atuais de progressão da carreira, conforme previstas na Lei 11.090/2005.

Ademais, o novo texto cria disparidade entre o desenvolvimento funcional de carreiras do mesmo órgão. Pois, enquanto o texto a ser suprimido traz maior rigor aos critérios de promoção dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, as alterações do artigo 3º e parágrafos 1º e 2º, todos da **Lei 10.550/2002**, disciplinadas no artigo 116 da MP, que regula a promoção para os servidores da Carreira de Perito Federal Territorial, foram arremetidos para uma regulamentação posterior. Não há qualquer justificativa técnica/administrativa para que se adote um entendimento **distinto** e **discriminatório** no tratamento

ExEdit  
\* C D 2 5 3 6 9 4 2 3 7 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253694237300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



deste tema – desenvolvimento funcional – nas duas carreiras da mesma instituição pública federal.

Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputada Laura Carneiro**  
**(PSD - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253694237300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



\* CD 253694237300 \*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00056**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação às alíneas “a” e “b” do inciso II do *caput* do art. 25 e às alíneas “a” a “c” do inciso III do *caput* do art. 25, todas da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, como propostas pelo art. 100 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 25. ....**

**.....**

**II – .....**

**a)** possuir certificação em eventos de capacitação que totalizem no mínimo trezentas e sessenta horas, no campo específico de atuação de cada carreira;

**b)** possuir certificação em eventos de capacitação que totalizem no mínimo duzentas e quarenta horas, no campo específico de atuação de cada carreira; e

**III – .....**

**a)** ser detentor de título de doutor, no campo específico de atuação de cada carreira;

**b)** ser detentor de título de mestre, no campo específico de atuação de cada carreira; ou

**c)** ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização com duração de no mínimo trezentas e sessenta horas, no campo específico de atuação de cada carreira, e permanência mínima de um ano no último padrão da Classe imediatamente anterior.

**.....” (NR)**

\*CD258914752000\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258914752000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como finalidade assegurar o tratamento isonômico e equitativo aos servidores das Agências Reguladoras, promovendo ajustes necessários no texto da Medida Provisória nº 1286/2024, no que concerne às alterações de dispositivos da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.

A Lei nº 10.871/2004 dispõe sobre a criação de carreiras específicas nas Agências Reguladoras, estabelecendo regras de ingresso, progressão e promoção. O modelo atual da Lei prevê que o servidor, ao cumprir os requisitos estipulados (como capacitação e tempo de permanência em padrão específico), progrida de forma linear entre as classes da carreira. Essa sistemática tende a assegurar previsibilidade e eficiência ao serviço público e ao servidor.

A proposta da MPV 1286/2024, ao introduzir novas exigências e tempos mínimos de permanência para promoções nas classes superiores, estabelece uma sobreposição de requisitos de permanência e capacitação para os servidores no meio da carreira. Essa reestruturação normativa pode ampliar desproporcionalmente o tempo necessário para alcançar a Classe Especial. Tal cenário contraria os princípios da razoabilidade e da eficiência administrativa.

A emenda apresentada estabelece o acordado entre Governo e servidores para que o tempo para alcançar o topo da carreira seja de 20 (vinte) anos..

A proposta reforça o princípio constitucional da segurança jurídica (art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal), garantindo que as alterações normativas não resultem em prejuízos aos servidores que planejaram suas carreiras com base nas regras anteriores. Ainda, promove a isonomia ao evitar tratamentos diferenciados entre servidores.

Ademais, ao estabelecer pedágios na progressão e promoção a proposta a aplicação das regras anteriores como opção mais favorável, a emenda contribui para a continuidade administrativa e para a preservação da qualidade dos serviços prestados pelas Agências Reguladoras



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258914752000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo



Dessa forma, a emenda proposta representa um aprimoramento técnico e jurídico da MPV 1286/2024, garantindo equilíbrio, justiça e eficiência na gestão de pessoal das Agências Reguladoras.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Evair Vieira de Melo**  
**(PP - ES)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258914752000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo





**MPV 1286  
00057**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se inciso XXXIX ao *caput* do art. 214 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 214. ....**

**.....  
XXXIX – o art. 12 da Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

Propomos a revogação do art. 12 da Lei nº 13.464, de 2017, visando estender o Bônus de Eficiência e Produtividade concedida aos servidores da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil a todos os Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, independentemente do local de exercício de suas funções.

Atualmente, a lei impede que servidores cedidos para alguns Órgãos ou Poderes, inclusive para o Poder Legislativo da União, recebam esse bônus, o que gera desigualdade e desprestígio para com esses demais Órgãos e/ou Poderes, inclusive, a Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Nossa proposta visa corrigir essa distorção, garantindo que todos os servidores da carreira sejam tratados de forma justa e equitativa, tendo em vista que, nos termos do art. 7º da Lei nº 13.464, de 2017, o Bônus de Eficiência e Produtividade é devido a todos os Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários ativos, aposentados e pensionistas.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259283163800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho



Essa medida não implica em aumento de gastos públicos, uma vez que os recursos para o pagamento do bônus já estão previstos em lei. Além disso, está alinhada com o objetivo geral da Medida Provisória de valorizar e fortalecer as carreiras do serviço público federal.

Pelo exposto, e tendo em vista a importância de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Mendonça Filho**  
**(UNIÃO - PE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259283163800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho



\*CD259283163800\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00058**

CONGRESSO NACIONAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DEPUTADO FEDERAL NILTO TATTO

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 83-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 83-1.** A Lei nº 12.855, de 02 de setembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** É instituída indenização a ser concedida ao servidor público federal regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício de atividade nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e do Serviço Florestal Brasileiro, situadas em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

**Parágrafo único.** .....

**IX** – carreira Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002.’ (NR)

‘**Art. 2º** A indenização de que trata o art. 1º será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Trabalho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do Instituto Chico Mendes



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259882176300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto



de SF/25379.08938-00 (LexEdit) 00024 MPV 1286 Conservação da Biodiversidade e do Serviço Florestal Brasileiro situadas em localidades estratégicas, no valor de R\$ 91,00 (noventa e um reais).’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A proposição objetiva estender aos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) o direito à indenização instituída pela Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, já paga aos servidores do Departamento de Polícia Federal, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego que esteja em exercício em unidade situada em localidade estratégica, vinculada à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

Assim, pretendemos reduzir as dificuldades para a fixação do servidor do Ibama, do ICMBio e do SFB em unidades estratégicas e de difícil provimento, garantindo a manutenção de servidores ambientais em locais nos quais o governo brasileiro necessita ter atuação mais efetiva na prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos que são frequentemente praticados nessas localidades.

Além disso, busca-se estabelecer mecanismo de incentivo pecuniário, de natureza indenizatória, que possa resultar em redução da evasão de servidores do Ibama, do ICMBio e do SFB nessas regiões do território nacional, localidades inóspitas e isoladas onde é difícil a fixação de servidores, os quais tendem a recorrer a meios administrativos ou judiciais para obter a sua remoção para lugares ambientalmente menos hostis para ele e sua família.

LexEdit  
\*CD259882176300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259882176300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto



Haveremos, assim, de estender aos servidores dos órgãos ambientais um benefício já concedido aos servidores das Carreiras contempladas na referida Lei, que em muitos casos atuam em conjunto com o Ibama, o ICMBio e o SFB em ações de combate aos ilícitos ambientais em tais localidades, porém em evidente desigualdade de condições.

Ademais, tal iniciativa irá fortalecer a política estatal de enfrentamento aos graves delitos que ocorrem nas nossas longínquas unidades de fronteiras, de modo a contribuir com o Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Nilto Tatto**  
**(PT - SP)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259882176300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto



**MPV 1286  
00059**

CONGRESSO NACIONAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DEPUTADO FEDERAL NILTO TATTO

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao inciso I do *caput* do art. 13-A da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, na forma proposta pelo art. 83 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 13-A. ....**

**I – ....**

.....

**d)** gratificação de Atividade de Risco - GAR, calculada no percentual de 20% do Vencimento Básico, destinada exclusivamente aos servidores designados para atividades de exposição a risco direto a vida dos servidores na fiscalização, pesquisa, atividades de campo e situações especiais em áreas conflagradas.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente enfrentam riscos significativos que justificam o reconhecimento formal e a compensação de suas atividades, pois atuam em condições ambientais extremas e imprevisíveis em áreas remotas. Durante a manipulação e manejo de animais silvestres, enfrentam riscos de contágio de zoonoses, enquanto a manipulação de agrotóxicos expõe esses profissionais ao risco de intoxicações agudas ou crônicas. Além disso, a fiscalização ambiental, obrigatoriamente realizada com arma de fogo, está submetida a riscos permanentes de confronto e violência em área socialmente conflagradas e muitas vezes dominadas pelo crime organizado. Há também os servidores que desempenham atividades de prevenção e combate a incêndios

\* CD 2534883556300 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253488356300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto



florestais, os quais se submetem a condições extremas de calor, fumaça tóxica e exaustão física.

A criação da Gratificação de Atividade de Risco (GAR) é, portanto, medida essencial para valorizar e incentivar os especialistas em meio ambiente, reconhecendo de forma justa a complexidade e os perigos inerentes ao importante trabalho que desempenham para a sociedade. Essa compensação representa o reconhecimento destes desafios enfrentados no cumprimento de suas funções, mas, para além disso, atua como instrumento estratégico de gestão para atrair e reter profissionais qualificados, assegurando a continuidade de um serviço público comprometido com a proteção ambiental e a segurança dos servidores.

Importa salientar que a adoção de gratificações para compensar a exposição a riscos possui sólida fundamentação jurídica, conforme evidenciado pelos casos históricos das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Penal, que, até terem seus vencimentos transformados em subsídios, faziam jus à Gratificação de Atividade de Risco. Estes precedentes demonstram que a compensação financeira adicional para profissionais que atuam sob condições de risco elevado é prática consolidada e compatível com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, reforçando a validade da medida proposta para a Carreira de Especialista em Meio Ambiente.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Nilto Tatto**  
(PT - SP)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253488356300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto



\* CD 253488356300 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00060**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se §§ 1º, 2º e 3º ao art. 157 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 157.....

§ 1º A tabela b do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela e do Anexo CCXXIV.

§ 2º A tabela a do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.”

§ 3º A emenda entra em vigor na data da sua aprovação e será retroativa a 1º de janeiro de 2025 para fins financeiros.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252597681700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio





publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Isto **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE**. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005**;

2 – A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252597681700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



\*CD252597681700\*  
ExEdit



**cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

#### TERMO DE ACORDO# 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arrempio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252597681700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



\*CD252597681700\*  
xEdit



§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252597681700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio

exEdit  
\*CD252597681700\*



de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

#### ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

#### “PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

#### VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252597681700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



\*CD252597681700\*  
ExEdit



a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico Veterinário	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42

\*CD252597681700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252597681700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
Médico Veterinário	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252597681700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



\*CD252597681700\*  
ExEdit

P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

\*CD252597681700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252597681700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



**MPV 1286  
00061****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Carlos Portinho

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Suprimam-se os arts. 173 a 182 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024<sup>1</sup> estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal.

Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)<sup>2</sup>, tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010<sup>3</sup> que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e

1 <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/532194/1/Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20DOU%20-%20Imprensa%20Nacional.pdf>

2 <https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/guias/guia-mnnp.pdf>

3 [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm)





desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 2.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias<sup>4</sup>, com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação<sup>5</sup>, com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação<sup>6</sup>, com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços

4 [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf)

5 [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf)

6 [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf)



Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento e nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

**“Objeto e âmbito de aplicação**

(...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;

II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;

III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;

IV - gestão dinâmica da força de trabalho;

V - priorização das atividades estratégicas e complexas;

VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;

e

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

(...)

**Requisitos para estruturação de cargos**



Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024 (atual Lei nº 14.875/2024) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;



5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;
8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;
9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Diante do exposto, consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, razão pela qual devem ser suprimidos.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Senador Carlos Portinho**  
**(PL - RJ)**  
**Líder do Partido Liberal**



**MPV 1286**  
**00062**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação às alíneas “a” e “b” do inciso II do *caput* do art. 25 e às alíneas “a” a “c” do inciso III do *caput* do art. 25, todas da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, como propostas pelo art. 100 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 25. ....**

**.....**

**II – .....**

**a)** possuir certificação em eventos de capacitação que totalizem no mínimo trezentas e sessenta horas, no campo específico de atuação de cada carreira.

**b)** possuir certificação em eventos de capacitação que totalizem no mínimo duzentas e quarenta horas, no campo específico de atuação de cada carreira, e

**III – .....**

**a)** ser detentor de título de doutor, no campo específico de atuação de cada carreira;

**b)** ser detentor de título de mestre, no campo específico de atuação de cada carreira; ou

**c)** ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização com duração de no mínimo trezentas e sessenta horas, no campo específico de atuação de cada carreira, e permanência mínima de um ano no último padrão da Classe imediatamente anterior.

**.....” (NR)**

ExEdit  
\*CD255962850100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255962850100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otoni de Paula



## JUSTIFICAÇÃO

O propósito desta emenda objetiva assegurar o tratamento isonômico e equitativo aos servidores das Agências Reguladoras, promovendo ajustes necessários no texto da Medida Provisória nº 1286/2024, no que concerne às alterações de dispositivos da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.

A Lei nº 10.871/2004 dispõe sobre a criação de carreiras específicas nas Agências Reguladoras, estabelecendo regras de ingresso, progressão e promoção. O modelo atual da Lei prevê que o servidor, ao cumprir os requisitos estipulados (como capacitação e tempo de permanência em padrão específico), progrida de forma linear entre as classes da carreira. Essa sistemática tende a assegurar previsibilidade e eficiência ao serviço público e ao servidor.

A proposta da MPV 1286/2024, ao introduzir novas exigências e tempos mínimos de permanência para promoções nas classes superiores, estabelece uma sobreposição de requisitos de permanência e capacitação para os servidores no meio da carreira. Essa reestruturação normativa pode ampliar desproporcionalmente o tempo necessário para alcançar a Classe Especial. Tal cenário contraria os princípios da razoabilidade e da eficiência administrativa.

A emenda apresentada estabelece o acordado entre Governo e servidores para que o tempo para alcançar o topo da carreira seja de 20 (vinte) anos..

A proposta reforça o princípio constitucional da segurança jurídica (art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal), garantindo que as alterações normativas não resultem em prejuízos aos servidores



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255962850100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otoni de Paula



que planejaram suas carreiras com base nas regras anteriores. Ainda, promove a isonomia ao evitar tratamentos diferenciados entre servidores.

Ademais, ao estabelecer pedágios na progressão e promoção a proposta a aplicação das regras anteriores como opção mais favorável, a emenda contribui para a continuidade administrativa e para a preservação da qualidade dos serviços prestados pelas Agências Reguladoras

Dessa forma, a emenda proposta representa um aprimoramento técnico e jurídico da MPV 1286/2024, garantindo equilíbrio, justiça e eficiência na gestão de pessoal das Agências Reguladoras.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Otoni de Paula**  
**(MDB - RJ)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255962850100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otoni de Paula



\*CD255962850100\*  
ExEdit





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Otoni de Paula – MDB/RJ**

**EMENDA Nº \_\_\_\_ - CMMPV 1286/2024**

**À MPV 1286/2024**

Dê-se ao art. 100 da Medida Provisória a seguinte redação:

Art. 100. A Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos a que se refere o art. 1º observarão a correlação estabelecida na forma do Anexo III-A.” (NR)

“Art. 25. ....

.....

II - para a Classe C:

a) possuir certificação em eventos de capacitação que totalizem no mínimo trezentas e sessenta horas, no campo específico de atuação de cada carreira;

b) possuir certificação em eventos de capacitação que totalizem no mínimo duzentas e quarenta horas, no campo específico de atuação de cada carreira; e

III - para a Classe Especial:

a) ser detentor de título de doutor, no campo específico de atuação de cada carreira;

b) ser detentor de título de mestre, no campo específico de atuação de cada carreira; ou

c) ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização com duração de no mínimo trezentas e sessenta horas, no campo específico de atuação de cada carreira, e permanência mínima de um ano no último padrão da Classe imediatamente anterior.” (NR).

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como finalidade assegurar o tratamento isonômico e equitativo aos servidores das Agências Reguladoras, promovendo ajustes necessários no texto da Medida Provisória nº 1286/2024, no que concerne às alterações de dispositivos da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255962850100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otoni de Paula







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Otoni de Paula – MDB/RJ**

A Lei nº 10.871/2004 dispõe sobre a criação de carreiras específicas nas Agências Reguladoras, estabelecendo regras de ingresso, progressão e promoção. O modelo atual da Lei prevê que o servidor, ao cumprir os requisitos estipulados (como capacitação e tempo de permanência em padrão específico), progrida de forma linear entre as classes da carreira. Essa sistemática tende a assegurar previsibilidade e eficiência ao serviço público e ao servidor.

A proposta da MPV 1286/2024, ao introduzir novas exigências e tempos mínimos de permanência para promoções nas classes superiores, estabelece uma sobreposição de requisitos de permanência e capacitação para os servidores no meio da carreira. Essa reestruturação normativa pode ampliar desproporcionalmente o tempo necessário para alcançar a Classe Especial. Tal cenário contraria os princípios da razoabilidade e da eficiência administrativa.

A emenda apresentada estabelece o acordado entre Governo e servidores para que o tempo para alcançar o topo da carreira seja de 20 (vinte) anos..

A proposta reforça o princípio constitucional da segurança jurídica (art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal), garantindo que as alterações normativas não resultem em prejuízos aos servidores que planejaram suas carreiras com base nas regras anteriores. Ainda, promove a isonomia ao evitar tratamentos diferenciados entre servidores.

Ademais, ao estabelecer pedágios na progressão e promoção a proposta a aplicação das regras anteriores como opção mais favorável, a emenda contribui para a continuidade administrativa e para a preservação da qualidade dos serviços prestados pelas Agências Reguladoras

Dessa forma, a emenda proposta representa um aprimoramento técnico e jurídico da MPV 1286/2024, garantindo equilíbrio, justiça e eficiência na gestão de pessoal das Agências Reguladoras.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255962850100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otoni de Paula





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Otoni de Paula – MDB/RJ**

  
OTONI DE PAULA  
Deputado Federal – MDB /RJ



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255962850100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otoni de Paula



MPV 1286  
00063



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se parágrafo único ao art. 157 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 157. ....

Parágrafo único. A tabela a e b do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa.”

JUSTIFICAÇÃO

ANEXO CCLXXXII

Em R\$

PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS  
EM EDUCAÇÃO VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A	CLASSSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS	
			I	II	III	IV			

ExEdit  
\*CD251598255900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251598255900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis



		PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023						EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico  Médico Veterinário	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

ExEdit  
\*CD251598255900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251598255900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis



CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico Veterinário	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

Justificativa:

Trata-se de medida necessária para garantir a isonomia no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos

\*CD251598255900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251598255900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis



Administrativos em Educação (PCCTAE), conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024 assinado pelos sindicatos representativos dessas carreiras. Por equívoco de edição a MP original veio com uma tabela que contempla apenas a metade do aumento acordado entre governo e categoria.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputada Bia Kicis**  
**(PL - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251598255900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis



\*CD251598255900\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00064****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se à ementa e ao inciso I do *caput* do art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários e a Carreira de Auditoria do Componente Federal do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SNA/SUS), altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.”

“Art. 1º .....



I – cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários e a Carreira de Auditoria do Componente Federal do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SNA/SUS);

.....”

## JUSTIFICAÇÃO

A criação da Carreira de Auditoria do Componente Federal do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SNA/SUS) é fundamental para assegurar a correta aplicação dos recursos da União, dos Estados e dos Municípios, destinados à saúde, garantindo eficiência, eficácia e efetividade na execução das políticas públicas. Grande parte do orçamento federal da saúde é descentralizado para Estados/DF e Municípios, juntando-se aos recursos próprios destes entes, sem que haja mecanismos adequados para o acompanhamento e avaliação desses recursos pelos órgãos federais do Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e pelos órgãos de controle externo, apesar de serem constantemente cobrados pela sociedade sobre a boa gestão desses recursos.

A auditoria é instância interna de apoio à governança do SUS, e, nessa qualidade, produz informações qualificadas sobre a execução das políticas e programas de saúde, as quais subsidiam a tomada de decisão da Alta Gestão do Ministério da Saúde e dos gestores dos entes municipal e estadual/DF. Portanto, é parte integrante da gestão estratégica do SUS, uma vez que contribui, diretamente, para o fortalecimento da gestão e da governança do SUS e, indiretamente, para o alcance dos objetivos das políticas nacionais de saúde.

Há de se ressaltar, ainda, que os benefícios das atividades de auditoria especializadas para o SUS não se restringem a um mero aspecto financeiro, do ponto de vista da esfera federal. As atividades desenvolvidas pelo DenaSUS, como citado acima, vão além, compreendendo diversas recomendações e orientações específicas aos gestores federais, estaduais/DF e municipais, para melhoria na execução dos recursos e das ações e serviços de saúde pública, que impactam, toda





a população brasileira, usuária dos serviços do SUS, de forma a evitar desperdícios e devoluções de recursos por falta de orientação adequada.

De fato, considerando o arranjo federativo e institucional do SUS (26 Estados, um Distrito Federal e 5.570 municípios), compreendendo financiamento tripartite, gestão pactuada/compartilhada e planejamento ascendente, previstos em lei específica, as atividades do DenaSUS possuem um alcance nacional (não limitado à esfera federal) e impacto/potencial benéfico em nível de sustentabilidade do próprio sistema de saúde pública, as quais não podem ser supridas pelas relevantes ações da CGU, TCU e MPF, quando consideradas a respectiva jurisdição de atuação, a complementariedade das respectivas atuações dos órgãos de controle e auditoria e as especialidades da saúde, compreendendo diversos procedimentos de assistência de primária, de média e alta complexidade, farmacêuticos, sanitários, de vigilância, de gestão e entre outros.

Considerando o princípio legal da especialidade e as peculiaridades das atividades desenvolvidas pelo componente federal do SNA, a auditoria do SUS é um importante mecanismo para a análise dos resultados dos serviços de saúde, a transparência na gestão dos recursos públicos e a credibilidade das instituições responsáveis pela execução das políticas e programas de saúde.

Ainda, ressalta-se a agenda política do Plano Plurianual Participativo, Plano Plurianual (PPA), Plano Nacional de Saúde de 2024-2027 e 17ª Conferência Nacional de Saúde, no qual houve a proposição de “Criação da Carreira do Componente Federal da Auditoria do SUS” para fortalecer o controle, a avaliação, o monitoramento das recomendações e da fiscalização das ações e serviços em saúde e seus recursos.

Dessa forma, a criação da carreira específica para a auditoria do Componente Federal do SUS representa um avanço estratégico para o fortalecimento da gestão, transparência, evitar desperdícios e da governança



no setor, garantindo a melhor aplicação dos recursos e a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à população brasileira.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
**(PP - RR)**  
**Presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina**



**MPV 1286  
00065**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 32; e acrescentem-se arts. 40-A e 40-B à Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, todos na forma proposta pelo art. 52 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 32.** A GDASUS será paga observando-se os seguintes limites:

**I – .....**

**.....**

**§ 4º** As avaliações referentes aos desempenhos institucional e individual serão apurados anualmente baseados em indicadores previamente estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Saúde e monitorados durante cada período avaliativo e produzirão efeitos financeiros mensais.” (NR)

**“Art. 40-A.** Fica criada a Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, do Sistema Único de Saúde, composta pelo Cargo de Auditor Federal do SUS, de nível superior, e de Técnico Federal de Auditoria do SUS, de nível intermediário.” (NR)

**“Art. 40-B.** Os cargos de nível superior e intermediário ocupados pelos servidores em efetivo exercício no Componente Federal de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Departamento Nacional de Auditoria do SUS, DenaSUS, do Ministério da Saúde, serão enquadrados e reorganizados na carreira de Auditoria Federal do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, na data da publicação desta Lei, observados o nível de escolaridade, a classe e o padrão proporcional que os servidores ocuparem nos planos de carreira de origem, sem prejuízo do previsto no § 3º, do Art. 6º, da Lei 8689, de 27 de julho de 1993.” (NR)



## JUSTIFICAÇÃO

A presente alteração na redação do § 4º do Art. 32 da Lei nº 11.344 tem como objetivo adequar a periodicidade da avaliação de desempenho dos servidores, passando de semestral para anual. Essa mudança alinha-se ao padrão adotado pelas demais carreiras do Poder Executivo Federal, bem como do Ministério da Saúde, nas quais as avaliações de desempenho institucional e individual são realizadas anualmente.

A padronização dessa periodicidade traz mais efetividade ao modelo de avaliação, e alinha as formas de monitoramento e aperfeiçoamento da gestão de desempenho. Além disso, a avaliação anual permitirá um planejamento mais eficiente das atividades de auditoria, possibilitando um acompanhamento estratégico dos resultados e a definição de ações corretivas mais precisas, sem comprometer a efetividade do processo.

Ato contínuo, a criação da Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, do Sistema Único de Saúde e o enquadramento dos servidores em efetivo exercício no Componente Federal de Auditoria do SUS são medidas essenciais para assegurar a continuidade e o aprimoramento das atividades de auditoria no âmbito do SUS.

O enquadramento dos servidores que já exercem atividades de auditoria é fundamental para evitar a descontinuidade dos trabalhos, preservar o conhecimento técnico adquirido ao longo dos anos e garantir a eficiência no uso dos recursos humanos disponíveis. Esses profissionais possuem expertise na análise e fiscalização da execução dos recursos do SUS, sendo indispensáveis para o fortalecimento da auditoria do SUS e para a promoção da transparência e da efetividade na gestão pública da saúde.

Além disso, o aproveitamento da força de trabalho existente possibilita uma transição mais eficiente para a nova estrutura, sem prejuízo à continuidade das auditorias e sem a necessidade de processos extensivos de capacitação para novos servidores, bem como observa as atribuições e atividades já exercidas pelos servidores, conforme normas vigentes tal qual a própria Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006.



Desta forma, em virtude do disposto no § 4º do art. 33 e do inciso XIX do art. 16 da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, nos § 2º e § 3º do art. 6º e no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, nos artigos 38 e 42 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e no art. 4º do Decreto n. 1.651, de 28 de setembro de 1995, e considerando as recomendações do Ministério Público Federal, no âmbito do inquérito Civil nº.1.26.000.002744/2023-00, do Tribunal de Contas da União (TCU) em Acórdão nº 1246/2017 - TCU-Plenário e anteriores, e também, considerando o benefício de um quadro próprio e qualificado de servidores da auditoria do SUS para a execução qualificada das ações e serviços públicos de saúde, tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal, cria-se a carreira da auditoria federal do SUS, para fortalecer o controle, a avaliação e a fiscalização das ações e serviços em saúde e seus recursos, de forma a garantir a atuação do componente federal do SNA como unidade de auditoria do SUS.

A auditoria no SUS desempenha papel estratégico na otimização do uso dos recursos públicos, na identificação de fragilidades e na formulação de recomendações para o aprimoramento da gestão da saúde. Assim, a estruturação da Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, com a incorporação dos servidores em exercício, representa um avanço necessário para garantir a continuidade e o aperfeiçoamento dessa atividade essencial ao interesse público.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
**(PP - RR)**

**Presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina**



**MPV 1286**  
**00066**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

O anexo CCLXXXII da MPV 1286, de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO CCLXXXII**

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

**“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”**

**VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO**

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255332734500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PIS O	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.489,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.240,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
Médico	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
Veterinário	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255332734500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



\*CD255332734500\*





CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
Médico	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
Veterinário	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.483,01	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a MP 1286/24, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Isto FERE o Acordo de greve nº 11/2024, que em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes

ExEdit  
\*CD255332734500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255332734500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro





PCCTAE. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, nos termos da Lei 11.091/2005;

2 – A Lei 12.702/2012, por seu turno, regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43, assim dispondo:

Art. 43. A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

ExEdit  
\* C D 2 5 3 3 2 7 3 4 5 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255332734500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



3 – O Termo de Acordo de Greve nº11/2024 assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua cláusula primeira que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de 9% em 2025 e 5% em 2026.

#### TERMO DE ACORDO# 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

Cláusula primeira — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo CCXXIV(Art. 133), alínea e. Ao arrepio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255332734500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



\*CD255332734500\*  
xEdit



CCLXXXII. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026 sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255332734500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um papel crucial e insubstituível, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a formação de milhares de profissionais de saúde que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam desvalorizados e tratados de forma desigual, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições

\*C D 2 5 3 3 2 7 3 4 5 0 0 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255332734500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um precedente perigoso de desvalorização da categoria, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura isonomia, justiça e reconhecimento ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Aureo Ribeiro**  
**(SOLIDARIEDADE - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255332734500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



**MPV 1286  
00067**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se os seguintes artigos 80-A e 214, XXI, “n”, à Medida Provisória nº 1.286, de 2024:

“Art. 80-A. A Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 127. Os servidores ocupantes dos cargos efetivos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, lotados nas Organizações Militares relacionadas no Anexo XXIV serão enquadrados no Plano de Carreiras dos Cargos que trata o art. 1º da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, com a redação dada por esta Lei, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação constante do Anexo XXV desta Lei, mantidas as denominações e nível dos respectivos cargos.” (NR)

“Art. 129. Os cargos de nível superior e intermediário, que integram o Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares relacionadas no Anexo XXIV desta Lei, vagos na data da publicação da Medida Provisória nº 301, de 29 de junho de 2006, e os que vierem a vagar serão transformados, respectivamente, em cargos de Analista de Tecnologia Militar da Carreira de Tecnologia Militar e de Técnico de Tecnologia Militar da Carreira de Suporte Técnico à Tecnologia Militar.” (NR)

“Art. 214.....

.....

XXI.....

n) do Anexo XXIII (dos arts. 127 e 129);

\*CD251332733900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251332733900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A Carreira de Tecnologia Militar foi criada em 1998, pela Lei nº 9.657/98, por solicitação do então Ministério da Marinha, inicialmente chamada de Carreira de Tecnologia Naval. Em 1999, o Ministério da Defesa foi criado, tendo a carreira passado a se chamar de Carreira de Tecnologia Militar (CTM).

Em 2006, a Carreira de Tecnologia Militar foi reestruturada e o Governo Federal, por intermédio do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, comprometeu-se a equiparar a Carreira de Tecnologia Militar com a Carreira de Ciência e Tecnologia, onde as tabelas seriam equiparadas e os servidores da área técnico-administrativa seriam incluídos na CTM.

A Lei nº 11.355/2006 findou por não corrigir essas distorções, pois os técnicos administrativos foram impedidos de serem incluídos na carreira, em decorrência do Anexo XXIII da Lei nº 11.355/2006. O Anexo XXIII lista os cargos funcionais, no entanto os técnicos administrativos não foram incluídos neste anexo.

Até o presente momento, não houve a equiparação com a carreira de Ciência e Tecnologia (C&T).

Por conseguinte, fica evidente a importância dessa revisão na Lei nº 11.355/2006, com nova redação dos arts. 127 e 129, para revogação do Anexo XXIII, o qual limita a participação dos servidores técnico-administrativos no PCCTM.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputada Laura Carneiro**  
(PSD - RJ)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251332733900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



**MPV 1286  
00068**



**CONGRESSO NACIONAL**  
Gabinete do Senador Laércio Oliveira

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se o seguinte capítulo onde couber:

**CAPÍTULO XX**

**DA CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

Art. XX As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

**ANEXO CCCXXII**

**(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)**

**CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO**

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DEMAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39





SEGUNDA	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

b) Vencimento básico para os cargos de  
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.337,57	21.116,63
	II	17.108,03	18.647,75	20.363,35
	I	16.772,58	18.282,11	19.964,07
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.234,27	18.819,83
	II	15.203,13	16.571,41	18.095,98
	I	14.056,15	15.321,20	16.730,75
SEGUNDA	III	13.515,52	14.731,92	16.087,25
	II	13.250,52	14.443,07	15.771,83
	I	12.735,99	13.882,23	15.159,39

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86



	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

.....

JUSTIFICAÇÃO

Ao editar a MPV 1.286, em 31.12.2024, o Poder Executivo concretizou os reajustes resultantes de acordos firmados em as entidades sindicais ao longo de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e novo reajuste em 2026, variando os reajustes e suas datas conforme consignado nos Termos de Acordo firmados.

Ocorre que, no conjunto de carreiras e categorias contempladas com reajustes que, embora concedidos a título de “reestruturação de carreiras”, nada mais são do que uma revisão geral disfarçada, posto que apenas orientada a recuperar parte de perdas inflacionárias passadas, notadamente a partir de 2017 e 2019, não estão os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira, da Receita Federal do Brasil, e da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Para esse segmento, que envolve os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e os Auditores-Fiscais do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, o Governo concedeu, apenas, na forma de decretos regulamentadores, aumento no Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024.

Contudo, o “Termo de Acordo” firmado com as entidades, relativo ao Bônus, foi, apenas, para que fosse cumprido acordo firmado em 2016, e que apenas em 2024 foi honrado, com a regulamentação da sistemática de aferição do índice de eficiência institucional e a base de cálculo do valor global do Bônus, sem, porém,



alterar-se a tabela de vencimentos das carreiras do Fisco Federal e da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

As perdas inflacionárias acumuladas no valor dos vencimentos em janeiro de 2025, já são de quase 28%, visto que o último reajuste aplicado aos vencimentos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e Auditores-Fiscais do Trabalho, de 9% a partir de maio de 2024, não foi suficiente para a recuperação do seu poder aquisitivo. Sem a concessão de reajustes em 2025 e 2026, essas perdas superarão, até o final do atual mandato presidencial, 39%.

No entanto, as Carreiras da Advocacia Pública, inclusive os Procuradores da Fazenda Nacional, que atuam também no âmbito da Administração Tributária, promovendo a execução da dívida ativa, foram contemplados com reajustes de 9% a partir de junho de 2025, e de 9,2% a partir de abril de 2026. Esse reajuste independe do comportamento dos honorários sucumbenciais por eles percebidos, cujo valor se acha em torno de R\$ 14 mil mensais para ativos.

Dessa forma, a presente emenda visa afastar essa discriminação em relação às carreiras da Receita Federal do Brasil e da Auditoria-Fiscal do Trabalho, e assegurar, ao menos, os mesmos reajustes de 9% e 9,2% concedido à Advocacia Pública, a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Para os fins do cumprimento do art. 113 do ADCT, segundo o qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, estima-se que esse reajuste, considerados os totais de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e sua filiação ao RPPS ou RPPS e Regime de Previdência Complementar, por classe e padrão nas respectivas tabelas, acarretaria os seguintes acréscimos na despesa primária e na despesa financeira, em 2025, 2026 e 2027:

CARGO		Auditor-Fiscal RFB	Analista Tributário	TOTAL RFB	Auditor-Fiscal do Trabalho	TOTAL GERAL
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723	138.831.716	838.483.439



	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902	11.157.946	62.307.848
	<b>Total</b>	<b>581.427.525</b>	<b>169.374.100</b>	<b>750.801.625</b>	<b>149.989.661</b>	<b>900.791.286</b>
2026	Primaria	1.097.825.182	305.119.286	1.402.944.468	381.192.575	1.784.137.043
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276	36.258.661	136.456.936
	<b>Total</b>	<b>1.164.583.185</b>	<b>338.559.559</b>	<b>1.503.142.744</b>	<b>417.451.236</b>	<b>1.920.593.979</b>
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687	57.043.575	345.313.262
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168	4.385.834	23.585.002
	<b>Total</b>	<b>237.985.149</b>	<b>69.483.706</b>	<b>307.468.855</b>	<b>61.429.408</b>	<b>368.898.263</b>

Assim, o impacto total na despesa primária, em 2025, sobre a despesa atualmente prevista com os referidos cargos, seria de R\$ 838,48 milhões, e na despesa financeira, R\$ 62,3 milhões. Em 2026, relativamente à despesa de 2025 já reajustada, o impacto seria de R\$ 1,78 bilhões na despesa primária e R\$ 136,46 milhões na despesa financeira. Finalmente, em 2027, seria de R\$ 345,3 milhões na despesa primária e R\$ 23,58 milhões na despesa financeira, em relação a 2026.

Esses valores são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, de R\$ 16,8 bilhões na despesa primária e R\$ 1,918 bilhões na despesa financeira, e poderão ser facilmente cobertos com recursos de reservas de contingência consignados na LOA.

Sendo, assim, questão de justiça e que não pode deixar de ser considerada no bojo da política de reajustes adotada pelo atual governo, em substituição à revisão-geral que deveria ser concedida na data-base anual dos servidores.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Laércio Oliveira**  
(PP - SE)



**MPV 1286  
00069**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“Art. XX A Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 12-B.....

IX - Poder Legislativo da União e do Distrito Federal, para o exercício de cargo em comissão cuja remuneração seja igual ou superior à de cargo DAS-101.4 ou equivalente.””

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva corrigir grave omissão involuntária relacionada à alteração à Lei nº 9.264/96, promovida pela Lei nº 13.690/2018, que culminou em ferimento ao princípio da isonomia, ao deixar de prever a possibilidade de cessão de servidor da PCDF para o Poder Legislativo da União e do Distrito Federal.

Por essa razão, e visando restabelecer a isonomia no trato dessa matéria, apresentamos a presente emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rafael Prudente  
(MDB - DF)**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250236663700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente

\*CD250236663700\*  
ExEdit

**MPV 1286  
00070**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se onde couber, na Medida Provisória nº 1.286, de 2024, o art. 40-A à Lei nº 12.154, de 23 de dezembro 2009, com a seguinte redação:

“Art. 40-A Aos servidores incluídos no Plano de Carreiras e Cargos da Previc – PCCPREVIC, pelo art. 18, *caput*, inciso IV, da Lei nº 12.154, de 2009, aplica-se o mesmo percentual dos padrões de vencimento básico disposto no art. 38-A, assim como a remuneração observando a correlação estabelecida na forma do Anexo III à Lei 12.154, de 23 de dezembro de 2009, constantes dos Anexos CLXXVI e CLXXVII da referida Medida Provisória.

§ 1º O disposto no *caput* incide, igualmente, sobre os vencimentos da aposentadoria e sobre as pensões decorrentes do falecimento de servidor, do Plano de Carreiras e Cargos da Previc – PCCPREVIC”. NR

**ANEXO CLXXVI**

(Anexo II à Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009)

TABELAS DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO  
DE ATIVIDADE NA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA

ExEdit  
\*CD255460319600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255460319600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



COMPLEMENTAR – GDAPREVIC E DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DOS CARGOS DO PCCPREVIC – GDCPREVIC

f) Valor do ponto da GDCPREVIC para os demais cargos de nível auxiliar do PCCPREVIC:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDCPREVIC	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
		Atual	17,66%	10,91%
ESPECIAL	III	R\$ 16,25	R\$ 19,12	R\$ 21,20
	II	R\$ 15,95	R\$ 18,77	R\$ 20,81
	I	R\$ 15,62	R\$ 18,38	R\$ 20,38

g) Valor do ponto da GDCPREVIC para os demais cargos de nível superior do PCCPREVIC a partir de 1º de janeiro de 2025:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDCPREVIC	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
		Atual	17,66%	10,91%
ESPECIAL	III	R\$ 84,78	R\$ 99,75	R\$ 110,63
	II	R\$ 83,79	R\$ 98,59	R\$ 109,34
	I	R\$ 82,80	R\$ 97,42	R\$ 108,05
C	VI	R\$ 81,31	R\$ 95,67	R\$ 106,10
	V	R\$ 80,37	R\$ 94,56	R\$ 104,88
	IV	R\$ 79,42	R\$ 93,45	R\$ 103,64
	III	R\$ 78,47	R\$ 92,33	R\$ 102,40

\*CD255460319600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255460319600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



B	II	R\$ 77,54	R\$ 91,23	R\$ 101,18
	I	R\$ 76,62	R\$ 90,15	R\$ 99,98
	VI	R\$ 75,26	R\$ 88,55	R\$ 98,21
	V	R\$ 73,06	R\$ 85,96	R\$ 95,34
	IV	R\$ 70,94	R\$ 83,47	R\$ 92,57
	III	R\$ 68,88	R\$ 81,04	R\$ 89,88
	II	R\$ 66,86	R\$ 78,67	R\$ 87,25
A	I	R\$ 64,92	R\$ 76,38	R\$ 84,71
	V	R\$ 63,77	R\$ 75,03	R\$ 83,21
	IV	R\$ 61,90	R\$ 72,83	R\$ 80,77
	III	R\$ 60,11	R\$ 70,73	R\$ 78,44
	II	R\$ 58,36	R\$ 68,67	R\$ 76,15
	I	R\$ 56,66	R\$ 66,67	R\$ 73,94

h) Valor do ponto da GDCPREVIC para os demais cargos de nível intermediário do PCCPREVIC a partir de 1º de janeiro de 2025:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDCPREVIC	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
		Atual	17,66%	10,91%
ESPECIAL	III	R\$ 48,72	R\$ 57,32	R\$ 63,58
	II	R\$ 47,62	R\$ 56,03	R\$ 62,14
	I	R\$ 46,54	R\$ 54,76	R\$ 60,73
C	VI	R\$ 44,56	R\$ 52,43	R\$ 58,15
	V	R\$ 43,53	R\$ 51,22	R\$ 56,80
	IV	R\$ 42,56	R\$ 50,08	R\$ 55,54
	III	R\$ 41,62	R\$ 48,97	R\$ 54,31

\*CD255460319600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255460319600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





	II	R\$ 40,68	R\$ 47,86	R\$ 53,08
	I	R\$ 39,77	R\$ 46,79	R\$ 51,90
B	VI	R\$ 38,04	R\$ 44,76	R\$ 49,64
	V	R\$ 36,94	R\$ 43,46	R\$ 48,20
	IV	R\$ 35,87	R\$ 42,20	R\$ 46,81
	III	R\$ 34,83	R\$ 40,98	R\$ 45,45
	II	R\$ 33,80	R\$ 39,77	R\$ 44,11
	I	R\$ 32,81	R\$ 38,60	R\$ 42,81
A	V	R\$ 31,40	R\$ 36,95	R\$ 40,97
	IV	R\$ 30,50	R\$ 35,89	R\$ 39,80
	III	R\$ 29,60	R\$ 34,83	R\$ 38,63
	II	R\$ 28,74	R\$ 33,82	R\$ 37,50
	I	R\$ 27,90	R\$ 32,83	R\$ 36,41

ANEXO CLXXVII

(Anexo III à Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009)

“TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE  
CARREIRAS E CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL  
DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – PCCPREVIC

f) Vencimento básico para os cargos de nível auxiliar do art.  
18, *caput*, inciso IV desta Lei:

Em R\$

\*CD255460319600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255460319600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



CLASSE	PADRÃO	Vencimento base	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
		Atual	17,66%	10,91%
ESPECIAL	III	1.874,53	R\$ 2.205,56	R\$ 2.446,09
	II	1.828,80	R\$ 2.151,76	R\$ 2.386,41
	I	1.784,20	R\$ 2.099,28	R\$ 2.328,22

g) Vencimento básico para os cargos de nível superior do art. 18, *caput*, inciso IV desta Lei a partir de 1º de janeiro de 2025:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	Vencimento base	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
		Atual	17,66%	10,91%
ESPECIAL	III	R\$ 8.478,59	R\$ 9.975,87	R\$ 11.063,77
	II	R\$ 8.312,34	R\$ 9.780,26	R\$ 10.846,83
	I	R\$ 8.149,35	R\$ 9.588,49	R\$ 10.634,15
C	VI	R\$ 7.912,00	R\$ 9.309,22	R\$ 10.324,43
	V	R\$ 7.756,87	R\$ 9.126,70	R\$ 10.122,00
	IV	R\$ 7.604,77	R\$ 8.947,74	R\$ 9.923,52
	III	R\$ 7.455,67	R\$ 8.772,31	R\$ 9.728,96
	II	R\$ 7.309,47	R\$ 8.600,29	R\$ 9.538,18
	I	R\$ 7.166,15	R\$ 8.431,66	R\$ 9.351,16
B	VI	R\$ 6.957,43	R\$ 8.186,08	R\$ 9.078,80
	V	R\$ 6.821,01	R\$ 8.025,57	R\$ 8.900,79
	IV	R\$ 6.687,27	R\$ 7.868,21	R\$ 8.726,27
	III	R\$ 6.556,15	R\$ 7.713,93	R\$ 8.555,17
	II	R\$ 6.427,61	R\$ 7.562,69	R\$ 8.387,44
	I	R\$ 6.301,57	R\$ 7.414,40	R\$ 8.222,96

\*CD255460319600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255460319600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



A	V	R\$ 6.118,04	R\$ 7.198,46	R\$ 7.983,48
	IV	R\$ 5.998,08	R\$ 7.057,31	R\$ 7.826,94
	III	R\$ 5.880,46	R\$ 6.918,92	R\$ 7.673,46
	II	R\$ 5.765,16	R\$ 6.783,26	R\$ 7.523,00
	I	R\$ 5.652,12	R\$ 6.650,26	R\$ 7.375,49

h) Vencimento básico para os cargos de nível intermediário do art. 18, *caput*, inciso IV desta Lei a partir de 1º de janeiro de 2025:

Em

CLASSE	PADRÃO	Vencimento base	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
		Atual	17,66%	10,91%
ESPECIAL	III	R\$ 4.871,83	R\$ 5.732,17	R\$ 6.357,29
	II	R\$ 4.739,13	R\$ 5.576,04	R\$ 6.184,13
	I	R\$ 4.610,06	R\$ 5.424,17	R\$ 6.015,70
C	VI	R\$ 4.390,52	R\$ 5.165,86	R\$ 5.729,22
	V	R\$ 4.270,94	R\$ 5.025,17	R\$ 5.573,18
	IV	R\$ 4.154,61	R\$ 4.888,29	R\$ 5.421,38
	III	R\$ 4.041,46	R\$ 4.755,16	R\$ 5.273,73
	II	R\$ 3.931,38	R\$ 4.625,64	R\$ 5.130,09
	I	R\$ 3.824,30	R\$ 4.499,65	R\$ 4.990,36
B	VI	R\$ 3.642,19	R\$ 4.285,38	R\$ 4.752,72
	V	R\$ 3.542,99	R\$ 4.168,66	R\$ 4.623,27
	IV	R\$ 3.446,48	R\$ 4.055,11	R\$ 4.497,34
	III	R\$ 3.352,60	R\$ 3.944,65	R\$ 4.374,83
	II	R\$ 3.261,28	R\$ 3.837,21	R\$ 4.255,67
	I	R\$ 3.172,45	R\$ 3.732,69	R\$ 4.139,75
A	V	R\$ 3.021,38	R\$ 3.554,94	R\$ 3.942,62

\*CD255460319600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255460319600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



IV	R\$ 2.939,10	R\$ 3.458,13	R\$ 3.835,25
III	R\$ 2.859,04	R\$ 3.363,93	R\$ 3.730,78
II	R\$ 2.781,17	R\$ 3.272,31	R\$ 3.629,17
I	R\$ 2.705,41	R\$ 3.183,17	R\$ 3.530,31

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem a finalidade equalizar e corrigir a distorção remuneratória que ora afeta os servidores egressos da extinta Secretaria de Previdência Complementar (SPC), os quais foram fundamentais para a criação e estruturação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. Destaco que esta é a primeira vez, desde a sua criação, que se observa um tratamento desigual em relação ao percentual de reajuste.

Tal medida contempla 34 (trinta e quatro) servidores, entre ativos aposentados e falecidos, que atuam contribuindo diretamente para o modelo eficiente e sólido de supervisão do segmento fechado de previdência complementar que temos hoje. Esses servidores desempenham funções de igual complexidade e relevância dos demais cargos da Autarquia, e encontram-se em desvantagem remuneratória, em clara violação ao princípio constitucional da isonomia.

Ademais, é crucial salientar que não há distinção de competências entre os servidores egressos da ex-SPC e os servidores da carreira PCCPREVIC, conforme expresso no Regimento Interno da Previc. As atividades desempenhadas por ambos são de alta complexidade, e a experiência dos servidores "ex-SPC" é fundamental, visto que 8 (oito) dos 14 (quatorze) ativos ocupam cargos de chefia.

\*CD255460319600\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255460319600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Os servidores egressos da extinta Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social foram oficialmente redistribuídos a Autarquia (art. 54, da Lei nº 12.154/09) e passaram a integrar o Plano de Carreiras e Cargos da Previc – PCCPREVIC, por se encontrarem dentro do mesmo arcabouço de criação e força de trabalho da Autarquia Federal, entende-se que deve aplicar a mesma regra de aumento e de estrutura remuneratória disposta no art. 38, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009.

Sobre tais servidores não há incidência dos Planos de Classificação de Cargos (Lei nº 5.645/1970) e Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE (Lei nº 11.357/2006), porque eles foram redistribuídos (art. 37 da Lei nº 8.112/1990) do MPS para a Previc, acarretando mudança do regime jurídico a eles aplicável, na esteira de entendimento manifestado pelo então MPOG (sucedido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) e da interpretação sistemática de vários dispositivos da Lei nº 12.154/2009.

O princípio constitucional da isonomia, previsto no art. 5º da Constituição Federal, exige que servidores que desempenham funções de igual complexidade e relevância sejam tratados de forma equitativa no que diz respeito à remuneração. Tal princípio tem sido reiteradamente reconhecido em decisões pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça e Pareceres Jurídicos da Procuradoria Federal Especializada junto à Previc, que reafirmam a inconstitucionalidade de discriminações remuneratórias entre servidores que exercem as mesmas atribuições.

Ressaltamos que o impacto financeiro dessa medida é extremamente baixo, representando um acréscimo de apenas R\$ 205.485,60 em 2025 e R\$ 227.894,40 em 2026, considerando o cenário

\*CD255460319600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255460319600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



mais conservador de que todos os servidores se encontram no último nível da carreira. Os recursos necessários para esta finalidade serão absorvidos pela Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic) cobrada das Entidades Fechadas e Previdência Complementar (EFPC), não acarretando qualquer impacto orçamentário adicional aos cofres da União.

Esses valores, quando comparados com a ordem de grandeza dos gastos anuais do Executivo Federal com pessoal, que somam R\$ 145.159.473.045,55, representam uma parcela irrisória, de meros 0,00014% em 2025 e 0,00016% em 2026.

Apesar dos esforços empreendidos pelos representantes dos servidores da Autarquia na mesa de negociação com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), bem como o pedido feito pela diretoria da Previc para que fosse realizada uma reanálise do MGI ao pleito dos servidores. Diante da negativa no atendimento às justas reivindicações da categoria, coube ao Parlamento promover essa correção, garantindo não apenas a valorização dos servidores, mas também o fortalecimento da unidade institucional, a justiça social, a eficiência administrativa e o respeito à equidade no serviço público. Essa medida está alinhada com os objetivos do Governo Federal de uniformizar as carreiras no âmbito da Administração Pública, contribuindo para um ambiente de trabalho mais justo, motivador e produtivo.

Dessa forma, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para aprovar esta emenda, que não apenas resgata a dignidade dos servidores em questão, mas também reforça o compromisso desta Casa com os princípios constitucionais e com a eficiência da administração pública.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255460319600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255460319600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD255460319600\*  
LexEdit



**MPV 1286  
00071**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao § 4º do Art. 32 e acrescentem-se o Art. 40-A e o Art. 40-B na Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, propostos no Art. 52 da presente Medida Provisória, nos termos a seguir:

## CAPÍTULO XXII

## DA ÁREA DE AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Art. 52. A Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 32. A GDASUS será paga observando-se os seguintes limites:

I - (...)

II - (...)

(...)

§ 4º As avaliações referentes aos desempenhos institucional e individual serão apurados **anualmente** baseados em indicadores previamente estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Saúde e monitorados durante cada período avaliativo e produzirão efeitos financeiros mensais. “ (NR)

(...)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256668130600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla

\*CD256668130600\*  
ExEdit



“Art. 40-A. Fica criada a Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, composta pelo Cargo de Auditor Federal do SUS, de nível superior e Técnico Federal de Auditoria do SUS, de nível intermediário.” (NR)

“Art. 40-B. Os cargos de nível superior e intermediário ocupados pelos servidores em efetivo exercício no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS, do Ministério da Saúde, serão enquadrados na Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, na data da publicação desta Lei, sem prejuízo do previsto no § 3º, do Art. 6º, da Lei 8689, de 27 de julho de 1993.” (NR).

## JUSTIFICAÇÃO

A presente alteração na redação do § 4º do Art. 32 da Lei nº 11.344 tem como objetivo adequar a periodicidade da avaliação de desempenho dos servidores, passando de semestral para anual. Essa mudança alinha-se ao padrão adotado pelas demais carreiras do Poder Executivo Federal, bem como do Ministério da Saúde, nas quais as avaliações de desempenho institucional e individual são realizadas anualmente.

A padronização dessa periodicidade traz mais efetividade ao modelo de avaliação, e alinha as formas de monitoramento e aperfeiçoamento da gestão de desempenho. Além disso, a avaliação anual permitirá um planejamento mais eficiente das atividades de auditoria, possibilitando um acompanhamento estratégico dos resultados e a definição de ações corretivas mais precisas, sem comprometer a efetividade do processo.

Ato contínuo, a criação da Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, do Sistema Único de Saúde e o enquadramento dos servidores em efetivo exercício no Componente Federal de Auditoria do SUS são medidas essenciais para assegurar a continuidade e o aprimoramento das atividades de auditoria no âmbito do SUS.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256668130600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Sollá



O enquadramento dos servidores que já exercem atividades de auditoria é fundamental para evitar a descontinuidade dos trabalhos, preservar o conhecimento técnico adquirido ao longo dos anos e garantir a eficiência no uso dos recursos humanos disponíveis. Esses profissionais possuem expertise na análise e fiscalização da execução dos recursos do SUS, sendo indispensáveis para o fortalecimento da auditoria do SUS e para a promoção da transparência e da efetividade na gestão pública da saúde.

Além disso, o aproveitamento da força de trabalho existente possibilita uma transição mais eficiente para a nova estrutura, sem prejuízo à continuidade das auditorias e sem a necessidade de processos extensivos de capacitação para novos servidores, bem como observa as atribuições e atividades já exercidas pelos servidores, conforme normas vigentes tal qual a própria Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006.

Desta forma, em virtude do disposto no § 4º do art. 33 e do inciso XIX do art. 16 da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, nos § 2º e § 3º do art. 6º e no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, nos artigos 38 e 42 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e no art. 4º do Decreto n. 1.651, de 28 de setembro de 1995, e considerando as recomendações do Ministério Público Federal, no âmbito do inquérito Civil nº.1.26.000.002744/2023-00, do Tribunal de Contas da União (TCU) em Acórdão nº 1246/2017 - TCU-Plenário e anteriores, e também, considerando o benefício de um quadro próprio e qualificado de servidores da auditoria do SUS para a execução qualificada das ações e serviços públicos de saúde, tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal, cria-se a carreira da auditoria federal do SUS, para fortalecer o controle, a avaliação e a fiscalização das ações e serviços em saúde e seus recursos, de forma a garantir a atuação do componente federal do SNA como unidade de auditoria do SUS.

A auditoria no SUS desempenha papel estratégico na otimização do uso dos recursos públicos, na identificação de fragilidades e na formulação de recomendações para o aprimoramento da gestão da saúde. Assim, a estruturação da Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, com a incorporação dos servidores em



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256668130600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Sollá



exercício, representa um avanço necessário para garantir a continuidade e o aperfeiçoamento dessa atividade essencial ao interesse público.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256668130600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



**MPV 1286  
00072**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

Art. XX A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12-E Fica assegurado aos policiais civis das carreiras de que trata esta Lei licença especial de três meses a cada quinquênio de exercício, não conversível em pecúnia.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva estabelecer política de proteção à saúde física e mental dos policiais civis do Distrito Federal, cujas funções, além do componente permanente de risco, os submetem a elevado nível de estresse e desgaste orgânico.

Pesquisas e dados relacionados à saúde dos servidores da PCDF apontam para um quadro grave de adoecimento laboral, de sofrimento psicológico e, lamentavelmente, para casos de suicídio comparativamente maiores que os da população em geral.

Ademais, a presente medida ainda tem por escopo conferir tratamento isonômico entre os policiais civis e os militares do DF, tendo em vista

\*CD25888709200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25888709200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



que os últimos, por força de lei, gozam de licença especial de seis meses a cada decênio de exercício.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rafael Prudente**  
**(MDB - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258888709200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



**MPV 1286  
00073**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação à ementa da Medida Provisória e ao inciso I do Art. 1º, nos termos a seguir:

“Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários e a Carreira de Auditoria do Componente Federal do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SNA/SUS), altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.”

Art. 1º Esta Medida Provisória:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252987164200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



I - cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários e a Carreira de Auditoria do Componente Federal do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SNA/SUS); (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A criação da Carreira de Auditoria do Componente Federal do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SNA/SUS) é fundamental para assegurar a correta aplicação dos recursos da União, dos Estados e dos Municípios, destinados à saúde, garantindo eficiência, eficácia e efetividade na execução das políticas públicas. Grande parte do orçamento federal da saúde é descentralizado para Estados/DF e Municípios, juntando-se aos recursos próprios destes entes, sem que haja mecanismos adequados para o acompanhamento e avaliação desses recursos pelos órgãos federais do Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e pelos órgãos de controle externo, apesar de serem constantemente cobrados pela sociedade sobre a boa gestão desses recursos.

A auditoria é instância interna de apoio à governança do SUS, e, nessa qualidade, produz informações qualificadas sobre a execução das políticas e programas de saúde, as quais subsidiam a tomada de decisão da Alta Gestão do Ministério da Saúde e dos gestores dos entes municipal e estadual/DF. Portanto, é parte integrante da gestão estratégica do SUS, uma vez que contribui, diretamente, para o fortalecimento da gestão e da governança do SUS e, indiretamente, para o alcance dos objetivos das políticas nacionais de saúde.

\* CD 252987164200 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252987164200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Há de se ressaltar, ainda, que os benefícios das atividades de auditoria especializadas para o SUS não se restringem a um mero aspecto financeiro, do ponto de vista da esfera federal. As atividades desenvolvidas pelo DenaSUS, como citado acima, vão além, compreendendo diversas recomendações e orientações específicas aos gestores federais, estaduais/DF e municipais, para melhoria na execução dos recursos e das ações e serviços de saúde pública, que impactam, toda a população brasileira, usuária dos serviços do SUS, de forma a evitar desperdícios e devoluções de recursos por falta de orientação adequada.

De fato, considerando o arranjo federativo e institucional do SUS (26 Estados, um Distrito Federal e 5.570 municípios), compreendendo financiamento tripartite, gestão pactuada/compartilhada e planejamento ascendente, previstos em lei específica, as atividades do DenaSUS possuem um alcance nacional (não limitado à esfera federal) e impacto/potencial benéfico em nível de sustentabilidade do próprio sistema de saúde pública, as quais não podem ser supridas pelas relevantes ações da CGU, TCU e MPF, quando consideradas a respectiva jurisdição de atuação, a complementariedade das respectivas atuações dos órgãos de controle e auditoria e as especialidades da saúde, compreendendo diversos procedimentos de assistência de primária, de média e alta complexidade, farmacêuticos, sanitários, de vigilância, de gestão e entre outros.

Considerando o princípio legal da especialidade e as peculiaridades das atividades desenvolvidas pelo componente federal do SNA, a auditoria do SUS é um importante mecanismo para a análise dos resultados dos serviços de saúde, a transparência na gestão dos recursos públicos e a credibilidade das instituições responsáveis pela execução das políticas e programas de saúde.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252987164200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





Ainda, ressalta-se a agenda política do Plano Plurianual Participativo, Plano Plurianual (PPA), Plano Nacional de Saúde de 2024-2027 e 17ª Conferência Nacional de Saúde, no qual houve a proposição de “Criação da Carreira do Componente Federal da Auditoria do SUS” para fortalecer o controle, a avaliação, o monitoramento das recomendações e da fiscalização das ações e serviços em saúde e seus recursos.

Dessa forma, a criação da carreira específica para a auditoria do Componente Federal do SUS representa um avanço estratégico para o fortalecimento da gestão, transparência, evitar desperdícios e da governança no setor, garantindo a melhor aplicação dos recursos e a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à população brasileira.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252987164200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD252987164200\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00074**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, o seguinte artigo:

Art. XX A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º-A Fica autorizada a realização de concurso público para o provimento dos cargos efetivos das carreiras de que trata a Lei nº 9.264/96, quando a vacância atingir 30% (trinta por cento) do respectivo cargo.

§1º Ato do Governador do Distrito Federal poderá autorizar a realização de concurso público antes do atingimento do percentual de que trata o *caput*.

§2º Os concursos públicos de que trata o *caput* são regidos exclusivamente por normas federais, ressalvados os certames já em andamento na data da publicação desta lei.”

**JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com o art. 21, XIV, da CF/88, compete a União organizar e manter a polícia civil Distrito Federal, por meio de fundo próprio.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256015375100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente

\*CD256015375100\*  
ExEdit

Nesse sentido, conforme a sistemática estabelecida pela Lei nº 10.633/2002, que regulamentou o Fundo Constitucional do DF, os recursos nele consignados são entregues ao GDF até o dia 5 de cada mês, à razão de duodécimo.

Ora, considerando que o art. 21, inc. XIV, encerra verdadeiro pacto entre os entes União e Distrito Federal para a promoção da segurança pública em território que abriga as sedes dos Poderes da República, parece-nos acertado e natural que a primeira estabeleça parâmetros legais para a manutenção do efetivo da PCDF em quantitativo adequado para o fiel cumprimento de suas atribuições.

Nesse sentido, e ainda com o propósito de conferir maior segurança jurídica aos certames à cargo da PCDF, com a definição das regras federais para o seu regramento, haja vista tratar-se de instituição cujos servidores estão submetidos ao regime jurídico da União, propomos a presente emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rafael Prudente**  
(MDB - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256015375100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



\*CD256015375100\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00075**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, o seguinte texto:

Art. XX A Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 49-A:

“Art. 49-A As normas gerais relativas à organização básica institucional e aos cargos da Polícia Civil do Distrito Federal, nos termos do inciso XIV do caput do art. 21 da Constituição Federal, são estabelecidas nas Leis nºs 14.162, de 2 de junho de 2021, 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Parágrafo único. Aplicam-se à instituição de que trata o *caput* deste artigo as normas desta Lei que versam sobre direitos, garantias e prerrogativas da polícia civil, sem prejuízo de outras previstas em leis e regulamentos.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva conferir segurança jurídica à União, Distrito Federal e Polícia Civil do Distrito Federal em razão na natureza híbrida deste, de sorte que o presente texto não colida com estruturação normativa estabelecida recentemente pela União, em decorrência de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na forma abaixo explanada.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257197769600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente

\*CD257197769600\*  
xEdit

Diferentemente das polícias civis dos demais Estados da federação, por força do artigo 21, inciso XIV, da Constituição Federal, a Polícia Civil do Distrito Federal é organizada e mantida pela União, o que lhe confere natureza híbrida, eis que subordinada ao Governador do Distrito Federal.

Em razão disso, já entendeu o Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3666/DF, que “a União possui competência exclusiva para organizar e manter a Polícia Civil do Distrito Federal” <sup>[1]</sup>, tendo julgado inconstitucionais as normas distritais que dispunham acerca da “estrutura administrativa da Polícia Civil/DF e o regime jurídico dos respectivos servidores” <sup>[2]</sup>. No julgado, a Corte deixou clara a prevalência, no caso da Polícia Civil do DF, do artigo 21, inciso XIV, em detrimento do artigo 24, inciso XVI, que estabelece a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal, para legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

Nesse contexto, e obedecendo prazo fixado pelo próprio Supremo Tribunal Federal por ocasião da supramencionada decisão, foi editada a Medida Provisória nº 1.014, de 04 de dezembro de 2020, convertida na Lei nº 14.162, de 2 de junho de 2021, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Civil do Distrito Federal.

O artigo 3º, inciso I, da referida norma, incumbiu ao Poder Executivo federal “a organização, o funcionamento, a transformação, a extinção e a definição de competências de órgãos da Polícia Civil do Distrito Federal”, em razão do que foi editado o Decreto nº 10.573, de 14 de dezembro de 2020. Por outro lado, adjudicou à própria Polícia Civil do Distrito Federal “o detalhamento não incluído no inciso I”, razão pela qual está em vias de ser aprovado o novel Regimento Interno da instituição.

Nesse sentido, entende-se imperioso que a presente proposição contemple dispositivo expresso no sentido de que as normas relativas à organização e definição de competências não se aplicam à Polícia Civil do Distrito Federal, regulada por legislação própria, sempre visando, repita-se, evitar qualquer conflito entre as normas eventualmente aplicáveis, que possa interferir na gestão eficiente e bem sucedida que vem sendo feita da instituição.

\*CD257197769600\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257197769600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



Certos de contar com a colaboração dos nobres pares desta Casa, pugnamos pela aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

[1] Acórdão proferido pelo Plenário do STF, em 06/12/2018, na ADI 3666/DF, Relator Ministro Roberto Barroso, publicado no DJE de 18/12/2018.

[2] Idem.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rafael Prudente**  
**(MDB - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257197769600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



**MPV 1286  
00076**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

Art. XX O art. 4º-A da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º-A Sem prejuízo dos direitos, das vantagens e dos benefícios previstos em lei, o governo do Distrito Federal poderá conceder, com dotação orçamentária própria, não vinculada ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, aos integrantes das carreiras que são regidos por esta Lei, ativos, inativos e pensionistas, indenização para a compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados e decorrentes do desempenho das atividades de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, de acordo com regulamentação a ser editada pelo governador do Distrito Federal.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva corrigir falha redacional ocorrida por ocasião da tramitação da MPV 1181/2023, convertida na Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023, mais especialmente por ocasião da consolidação das emendas pela relatoria na Câmara dos Deputados.

Por acordo entre a bancada federal do Distrito Federal e o governo, a relatoria na Câmara acolheu emendas que tinham por objetivo permitir que o



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256958116700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



Distrito Federal pudesse conceder indenização por desgaste orgânico a policiais civis, militares e bombeiros militares do Distrito Federal, desde que não importasse em despesa para o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Nesse sentido, os arts. 23 e 24 em vigor da citada lei traduzem esse acordo entre a bancada do DF e o governo federal. Ocorre que, por falha verificada durante a complementação de voto em plenário, a relatoria acabou por conferir redações diferentes para dispositivos que deveriam ser espelhados para as forças de segurança pública civis e militares.

Desta feita, apresentamos a presente emenda, que em resgate ao espírito da norma confere redação idêntica aos arts. 23 e 24, tornando factível a regulamentação do primeiro pelo Distrito Federal.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rafael Prudente**  
**(MDB - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256958116700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente





**MPV 1286  
00077**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

Art. XX O artigo 5º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.5º.....

.....

§ 2º Será exigido para o ingresso no Cargo de Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal o diploma de Análise de Sistemas, Biomedicina, Bioquímica, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Engenharia Agrônoma, Engenharia Cartográfica, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Minas, Engenharia de Redes de Comunicação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Química, Farmácia, Farmácia-Bioquímica, Física, Fonoaudiologia, Geologia, Informática, Medicina Veterinária, Odontologia, Química ou Química Industrial” (NR)

§ 3º Será exigido para o ingresso na Carreira de Perito Médico-Legista da Polícia Civil do Distrito Federal o diploma de Medicina, facultada a seleção por especialidades médicas, mediante previsão no edital do concurso público. (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251615640200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente

\*CD251615640200\*  
xEdit

.....”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva conferir maior eficiência ao desempenho das atividades à cargo da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, mormente no que tange à atividade pericial.

Nesse sentido, propomos a modificação de dispositivos da Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1.996, para a inclusão de novas formações acadêmicas para o cargo de perito criminal, visando atender à crescente demanda por uma carta diversificada de exames periciais realizados, assim como a possibilidade de seleção por especialidade médica para o cargo de perito médico-legista.

Portanto, tem-se que a presente medida se assenta no princípio da eficiência, maximizando recursos e assegurando resultados que melhor atendam ao interesse público.

No contexto da Polícia Civil do Distrito Federal, a perícia criminal é uma área sensível e determinante para a elucidação de crimes, sendo necessário garantir que seus quadros sejam compostos por profissionais altamente capacitados e especializados.

Sala da Comissão,

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251615640200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



\*CD251615640200\*  
eXEdit



**MPV 1286  
00078**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

Art. XX A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12-E O servidor da Polícia Civil morto em objeto de serviço, reconhecida essa circunstância pelo Conselho Superior de Polícia, será promovido "post mortem", para a classe imediatamente superior.

Parágrafo único. No hipótese deste artigo, se por ocasião da morte o servidor já estivesse na última classe do cargo, a pensão respectiva terá por base a remuneração correspondente, acrescida da diferença entre a mesma e a da classe imediatamente anterior.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva estabelecer política de reconhecimento público, homenagem, e, acima de tudo, de proteção à família do policial morto em atividade.

Cabe destacar que tal medida não se revela inédita, encontrando guarita em estatutos castrenses e policiais da maior parte das unidades da federação, razão pela qual se revela justa e isonômica para com os policiais civis do Distrito Federal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251476404300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rafael Prudente**  
**(MDB - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251476404300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente

\* CD 251476404300 \*  
eXEdit



**MPV 1286  
00079**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação à denominação do Capítulo LXXI, aos arts. 173 e 174, ao *caput* do art. 175, ao inciso VI do *caput* do art. 175, ao art. 176, ao *caput* do art. 177, aos §§ 1º e 3º do art. 177, aos arts. 178 a 180, ao art. 181 e ao *caput* do art. 182; e acrescentem-se incisos VII a XIII ao *caput* do art. 175 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“CAPÍTULO LXXI****DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO”**

“**Art. 173.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico ATIDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Os ocupantes do cargo de ATIDS terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

§ 2º O cargo efetivo de ATIDS é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo CCCVI-A.

§ 3º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da



Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, ficam reorganizados no cargo de ATIDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.

4º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo de ATIDS.

§ 5º O exercício descentralizado dos servidores do § 3º será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.

§ 6º No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes do cargo de ATIDS em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 175.”

“**Art. 174.** Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de ATIDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por transformação de cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193, I.”

“**Art. 175.** São atribuições do cargo de ATIDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

.....

VI – subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico;

VII – realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar, coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, desenvolver e realizar projetos de infraestrutura de transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de infraestrutura sustentável;



VIII – desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

IX – avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;

X – executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção de qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

XI – desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;

XII – difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e



XIII – promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.”

“**Art. 176.** A jornada de trabalho do cargo de ATIDS da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais.”

“**Art. 177.** O ingresso nos cargos de ATIDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

.....

§ 1º O ingresso nos cargos de ATIDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

.....

§ 3º O concurso público a que se refere o *caput* será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico.”

“**Art. 178.** Os ocupantes do cargo de ATIDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

.....”

“**Art. 179.** Os ocupantes do cargo de ATIDS não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

.....”

“**Art. 180.** O subsídio dos ocupantes do cargo de ATIDS não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:





.....”

“**Art. 181.** O desenvolvimento do servidor na Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira - Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.”

“**Art. 182.** Os ocupantes do cargo de ATIDS somente poderão:

.....

ANEXO CCCVI - A

TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE  
ANALISTA TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA E  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos (Anexo XII da Lei nº 12.277/2010)	ESPECIAL C	III	V	ESPECIAL	Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico
		II	IV		
		I	III		
		VI	II		
		V	I		
		IV	V	C	
		III	V		
		II	III		
		I	II		
	B	VI	I	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		



	A	I	I	A
		V	V	
		IV	IV	
		III	III	
		II	II	
		I	I	

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MPV) nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, entre diversas outras modificações, objetiva criar a carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (ATDS), por meio da fusão de carreiras de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo do Poder Executivo. Dessa forma, o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do art. 19 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.

Naquela época, o Governo buscava atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Esses cargos estão presentes em mais de quarenta órgãos e pertencem a mais de quatorze carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançada pelo artigo 19 da Lei nº 12.277, de 2010, conta com um total de 1.109



servidores na ativa, já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de ATDS.

Aliás, essa proposta é, inclusive, incoerente, pois contradiz com a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) nº 5.127, de 2024.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras, é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançados pelo art. 19 da Lei nº 12.277, de 2010, executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de ATDS.

Em função disso, propomos, a reformulação dos arts. 173 a 182 da MPV nº 1.286, de 2024, de forma que seja criada a carreira de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Social (ATIDS), não apenas modificando a remissão à nomenclatura, mas também aperfeiçoando as atribuições dos cargos das carreiras e estabelecendo, por meio de um Anexo CCCVI-A, a correspondência entre cargos das carreiras antigas e a nova carreira de ATIDS.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.



**MPV 1286  
00080**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprimam-se os arts. 173 a 182 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória (MPV) nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, entre diversas outras modificações, objetiva criar a carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (ATDS), por meio da fusão de carreiras de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo do Poder Executivo.

Dessa forma, o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do art. 19 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010. Naquela época, o Governo buscava atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Esses cargos estão presentes em mais de quarenta órgãos e pertencem a mais de quatorze carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando, há mais de 50 anos, como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançada pelo artigo 19 da Lei nº 12.277, de 2010, conta com um total de 1.109



servidores na ativa, já desempenhando as atribuições que o Governo pretende sobrepôr, de forma incoerente, com a criação da Carreira de ATDS. Aliás, essa proposta é, inclusive, incoerente, pois contradiz com a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) nº 5.127, de 2024.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras, é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançados pelo art. 19 da Lei nº 12.277, de 2010, executando as mesmas atribuições propostas com a pretensa Carreira de ATDS.

Tudo isso confirma a desnecessidade de se criar uma nova carreira no Poder Executivo, o que justifica e exige a supressão dos arts. 173 a 182 da MPV nº 1.286, de 2024.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senadora Damares Alves**



**MPV 1286  
00081**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à denominação do Capítulo LXXI, aos arts. 173 e 174, ao *caput* do art. 175, aos incisos V e VI do *caput* do art. 175, ao art. 176, ao *caput* do art. 177, aos §§ 1º e 3º do art. 177, aos arts. 178 a 180, ao art. 181 e ao *caput* do art. 182; e acrescentem-se incisos VII a XIII ao *caput* do art. 175 e § 4º ao art. 177 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“CAPÍTULO LXXI****DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO”**

“**Art. 173.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico - ATIDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**§ 1º** Os ocupantes do cargo de ATIDS terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

**§ 2º** O cargo efetivo de ATIDS é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo CCCVI.

**§ 2º-1.** A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, ficam reorganizados no cargo efetivo de ATIDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.



§ 3º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo de ATIDS.

§ 3º-1. O exercício descentralizado dos servidores do § 3º do artigo 173º será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.

§ 4º No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes do cargo de ATIDS em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 175.”

“Art. 174. Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de ATIDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por transformação de cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193 *caput*, inciso I.”

“Art. 175. São atribuições do cargo de ATIDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

.....

V – subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais;

VI – subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico;

VII – realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar, coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, desenvolver e realizar projetos de infraestrutura de transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de infraestrutura sustentável;

VIII – desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

IX – avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e



organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;

**X** – executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção de qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

**XI** – desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;

**XII** – difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e

**XIII** – promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.”

“**Art. 176.** A jornada de trabalho do cargo de ATIDS da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais.”

“**Art. 177.** O ingresso nos cargos de ATIDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

.....  
**§ 1º** O ingresso nos cargos de ATIDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.





.....

**§ 3º** O concurso público a que se refere o *caput* será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico.

**§ 4º** Os concursos públicos para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, com autorizações vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão válidos para ingresso no cargo de Analista em Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de que trata o art. 173.”

**“Art. 178.** Os ocupantes do cargo de ATIDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

.....”

**“Art. 179.** Os ocupantes do cargo de ATIDS não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

.....”

**“Art. 180.** O subsídio dos ocupantes do cargo de ATIDS não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:

.....”

**“Art. 181.** O desenvolvimento do servidor na Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira - Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.”

**“Art. 182.** Os ocupantes do cargo de ATIDS somente poderão:

.....”



Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024<sup>1</sup> estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)<sup>2</sup>, tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010<sup>3</sup> que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de

1 <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/532194/1/Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20DOU%20-%20Imprensa%20Nacional.pdf>

2 <https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/guias/guamnnp.pdf/>

3 [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm)



desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias<sup>4</sup>, com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação<sup>5</sup>, com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação<sup>6</sup>, com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

4 [https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital\\_bloco1\\_versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital_bloco1_versaoretificada-21nov2024.pdf)

5 [https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital\\_bloco2\\_versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital_bloco2_versaoretificada-21nov2024.pdf)

6 [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco6\\_versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco6_versaoretificada-21nov2024.pdf)



Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, da forma proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação  
(...)”

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;
  - II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
  - III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
  - IV - gestão dinâmica da força de trabalho;
  - V - priorização das atividades estratégicas e complexas;
  - VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
  - VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
  - VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
  - IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
- e
- X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.
- (...)
- Requisitos para estruturação de cargos



Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024<sup>7</sup> (atual Lei nº 14.875/2024<sup>8</sup>) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

7 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=242588> 3

8 <https://www2.camara.leg.br/login/fed/lei/2024/lei-14875-31-maio-2024-795709-publicacaooriginal-171939-pl.html>



1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;
8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;
9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Diante do exposto, consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os artigos 173 a 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, como estão sendo propostas, razão pela qual devem ser substituídos.

## ANEXO CCCVI

### ESTRUTURA DO CARGO INTEGRANTE DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIO



CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico	ESPECIAL	V
		V
		III
		II
		I
	CLASSE	V
		V
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

ANEXO CCCVI - A

TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE ANALISTA TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO



SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO	
Cargos: Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos (Anexo XII da Lei nº 12.277/2010)	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico	
		II	V			
		I	III			
	C	VI	II			C
		V	I			
		IV	V			
		III	V			
		II	III			
		I	II			
		B	VI	I		B
	V		V			
	IV		IV			
	III		III			
	II		II			
	I		I			
	A	V	V	A		
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
		I	I			

ANEXO CCCVII

CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

TABELA DE SUBSÍDIO





CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO
ESPECIAL	V	21.070,00
	V	20.341,06
	III	19.637,34
	II	18.957,97
	I	18.302,09
CLASSE	V	17.057,64
	V	16.467,51
	III	15.897,80
	II	15.347,80
	I	14.816,83
B	V	13.809,35
	IV	13.331,60
	III	12.870,38
	II	12.425,12
	I	11.995,26
A	V	11.179,64
	IV	10.792,87
	III	10.419,47
	II	10.059,00
	I	9.711,00

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Senador Flávio Bolsonaro**  
(PL - RJ)



**MPV 1286  
00082**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se todo o Capítulo LXXI da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024<sup>1</sup> estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)<sup>2</sup>, tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto, o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010<sup>3</sup> que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que

1 <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/532194/1/Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20DOU%20-%20Imprensa%20Nacional.pdf>

2 <https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/guias/guia-mnnp.pdf>

3 [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm)



o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que esses cargos estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias<sup>4</sup>, com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação<sup>5</sup>, com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU; e,

4 [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf)

5 [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf)



Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação<sup>6</sup>, com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE) destes cinco cargos supra mencionados conta com um total de 1.109 (mil cento e nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretende sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS. A criação da Carreira de ATDS, proposta pela Medida Provisória 1.286/2024, atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação

(...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

(...)

II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;

III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;

IV - gestão dinâmica da força de trabalho;

(...)

VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;

(...)

Requisitos para estruturação de cargos

<sup>6</sup> [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf)



Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

(...)

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

(...)”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe, e tal propósito foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024<sup>7</sup> (atual Lei nº 14.875/2024<sup>8</sup>) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

7 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2425883>

8 <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14875-31-maio-2024-795709-publicacaooriginal-171939-pl.html>



5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;
8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;
9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico.

Diante do exposto, consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que o Capítulo LXXI da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, que cria a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, é manifestadamente afrontoso às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, razão pela qual deve ser suprimido.

Sala da comissão, 29 de janeiro de 2025.

**Senador Flávio Bolsonaro**  
(PL - RJ)



**MPV 1286  
00083**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

Art. 215 A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12-E Fica assegurado aos policiais civis das carreiras de que trata esta Lei licença especial de três meses a cada quinquênio de exercício, não conversível em pecúnia.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva estabelecer política de proteção à saúde física e mental dos policiais civis do Distrito Federal, cujas funções, além do componente permanente de risco, os submetem a elevado nível de estresse e desgaste orgânico.

Pesquisas e dados relacionados à saúde dos servidores da PCDF apontam para um quadro grave de adoecimento laboral, de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259990352100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

\*CD259990352100\*  
ExEdit

sofrimento psicológico e, lamentavelmente, para casos de suicídio comparativamente maiores que os da população em geral.

Ademais, a presente medida ainda tem por escopo conferir tratamento isonômico entre os policiais civis e os militares do DF, tendo em vista que os últimos, por força de lei, gozam de licença especial de seis meses a cada decênio de exercício.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259990352100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





**MPV 1286  
00084**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

**Inclua –se onde couber os seguintes artigos na Lei 14.600, de 19 de junho de 2023:**

**Art....**fica criado, na estrutura básica do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal, com as seguintes competências:

.....executar as atividades previstas no § 3º do Art.144 da Constituição Federal,

**Art.....** O Decreto que dispuser sobre a estrutura básica do Departamento de Polícia Ferroviária Federal no Ministério da Justiça e Segurança Pública disporá sobre as medidas necessárias ao cumprimento do disposto no caput, inclusive a estrutura organizacional e competências para o funcionamento do DPFF, com seu patrimônio, instalações físicas e dotações orçamentárias.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo estruturar no Ministério da Justiça o órgão policial em cumprimento ao comando constitucional disposto no § 3º do Art.144/CF, além de colaborar com a política nacional de revitalização das ferrovias já existentes e as em construção, tudo em conformidade com o programa de aceleração do crescimento proposto pelo Governo do Presidente Lula.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252480578000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputada Laura Carneiro**  
**(PSD - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252480578000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



\* CD 252480578000 \*  
LexEdit



**MPV 1286  
00085**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao Anexo CCLXXXII da Medida Provisória nº 1.286, de 2024, conforme documento anexo a esta emenda.

**JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se de medida necessária para garantir a isonomia no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE), conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024 assinado pelos sindicatos representativos dessas carreiras.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Astronauta Marcos Pontes**  
(PL - SP)



## ANEXO CCLXXXII

Em R\$

PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025				
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E					NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E				
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026	
			I	II	III	IV				
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78	
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46	
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64	
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10	
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54	
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78	
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60	
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86	
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44	
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24	
Médico	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22	
Veterinário	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38	
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74	
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38	
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44	
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04	
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42	
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84	
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60	

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025				
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E					NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E				
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026	
			I	II	III	IV				
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39	
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23	
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82	
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55	
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77	
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89	
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30	
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43	
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72	
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62	
Médico	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61	
Veterinário	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19	
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87	
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19	
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72	
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02	
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71	
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42	
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80	



**MPV 1286  
00086****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete Senadora Tereza Cristina

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Suprimam-se os arts. 173 a 182 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024 estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.



Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias, com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação, com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação, com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços



– MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento e nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 **atenta** frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

**“Objeto e âmbito de aplicação**

(...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;

**efetivos** ;

II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos

III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes ;

IV - gestão dinâmica da força de trabalho ;

V - priorização das atividades estratégicas e complexas;



VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam

atuar de modo transversal ;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho ;

efetivo ; e

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo ;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação

dentro das equipes.

(...)

#### **Requisitos para estruturação de cargos**

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade ; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal .

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:





**I - idênticas ou similares às de cargos existentes;**

**II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou**

**III - de menor complexidade.**

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente

fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024 (atual Lei nº 14.875/2024 que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. **Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos ;**
2. **Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes ;**
3. **Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal ;**
4. **Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho ;**
5. **Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo ;**
6. **desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo**



efetivo;

7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com

as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade

8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;

9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Diante do exposto, consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, razão pela qual devem ser suprimidos.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senadora Tereza Cristina**  
(PP - MS)



**MPV 1286  
00087**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se ao Anexo CCLXXXII da Medida Provisória nº 1.286, de 2024 a redação constante do anexo à esta emenda.

**JUSTIFICAÇÃO**

À luz dos princípios constitucionais da igualdade e da moralidade, a alteração da Medida Provisória nº 1.286/2024 se mostra como demanda essencial para garantir a correta aplicação dos percentuais de reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários, notadamente diante do que ficou acordado no Termo de Acordo de Greve nº 11/2024.

O acordo firmado prevê um reajuste de 9% para o ano de 2025 e 5% para o ano de 2026. Além disso, restou estabelecido um percentual de 4,0% de "step", entre os níveis salariais para o ano de 2025, e de 4,1% para 2026, entre referidos níveis, o que caracteriza medida crucial para assegurar a progressão na carreira e a valorização desses profissionais. No entanto, a atual redação da Medida Provisória apresenta divergências que podem comprometer a efetividade do acordo e o reconhecimento dos direitos dos profissionais envolvidos.

A inclusão dos citados percentuais de 4,0%, em 2025, e de 4,1%, em 2026, entre os níveis é uma questão fundamental para corrigir distorções salariais e assegurar uma estrutura de crescimento justa e coerente com as responsabilidades inerentes às carreiras de médico e médico veterinário. Esse "step" permite uma progressão mais justa e equitativa, impulsionando o desenvolvimento profissional e a permanência de servidores qualificados



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254405996700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Frederico



no serviço público, de modo a refletir atendimento de eficiência e qualidade à população brasileira.

É imperativo que a referida Medida Provisória seja revisada para refletir fielmente os termos acordados, de forma a preservar a segurança jurídica e a confiança nas negociações realizadas. A adequação dos percentuais garantirá não apenas a justa remuneração dos profissionais, mas também o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo, fortalecendo o diálogo e a transparência nas relações institucionais.

Diante do exposto, consideramos que a presente emenda aperfeiçoará o processo legislativo e o ordenamento jurídico, bem como contribuirá para trazer isonomia e equidade, prestigiar o serviço público e bem como prevenir desnecessária judicialização, razões pelas quais rogamos aos pares seu apoio.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Dr. Frederico**  
**(PRD - MG)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254405996700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Frederico



\*CD254405996700\*  
ExEdit



ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM  
EDUCAÇÃO VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico  Médico Veterinário	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

\* CD 254405996700 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254405996700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Frederico



b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE
			I	II	III	IV			
		DE 2023						2025	2026
Médico  Médico Veterinário	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

” (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254405996700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Frederico



MPV 1286  
00088



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1286, de 2024, o seguinte capítulo, renumerando os demais dispositivos:

“CAPÍTULO...

DA CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Art.... As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

ANEXO CCCXXII

(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DEMAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76

\*CD259911439900\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259911439900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

b) Vencimento básico para os cargos de  
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.337,57	21.116,63
	II	17.108,03	18.647,75	20.363,35
	I	16.772,58	18.282,11	19.964,07
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.234,27	18.819,83
	II	15.203,13	16.571,41	18.095,98
	I	14.056,15	15.321,20	16.730,75
SEGUNDA	III	13.515,52	14.731,92	16.087,25
	II	13.250,52	14.443,07	15.771,83
	I	12.735,99	13.882,23	15.159,39

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026

ExEdit  
\*CD259911439900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259911439900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente





ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Ao editar a MPV 1.286, em 31.12.2024, o Poder Executivo concretizou os reajustes resultantes de acordos firmados em as entidades sindicais ao longo de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e novo reajuste em 2026, variando os reajustes e suas datas conforme consignado nos Termos de Acordo firmados.

Ocorre que, no conjunto de carreiras e categorias contempladas com reajustes que, embora concedidos a título de “reestruturação de carreiras”, nada mais são do que uma revisão geral disfarçada, posto que apenas orientada a recuperar parte de perdas inflacionárias passadas, notadamente a partir de 2017 e 2019, não estão os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira, da Receita Federal do Brasil, e da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Para esse segmento, que envolve os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e os Auditores-Fiscais do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, o Governo concedeu, apenas, na forma de decretos regulamentadores, aumento no Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024.

Contudo, o “Termo de Acordo” firmado com as entidades, relativo ao Bônus, foi, apenas, para que fosse cumprido acordo firmado em 2016, e que apenas em 2024 foi honrado, com a regulamentação da sistemática de aferição do índice de eficiência institucional e a base de cálculo do valor global do Bônus, sem, porém,

ExEdit  
\*CD259911439900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259911439900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



alterar-se a tabela de vencimentos das carreiras do Fisco Federal e da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

As perdas inflacionárias acumuladas no valor dos vencimentos em janeiro de 2025, já são de quase 28%, visto que o último reajuste aplicado aos vencimentos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e Auditores-Fiscais do Trabalho, de 9% a partir de maio de 2024, não foi suficiente para a recuperação do seu poder aquisitivo. Sem a concessão de reajustes em 2025 e 2026, essas perdas superarão, até o final do atual mandato presidencial, 39%.

No entanto, as Carreiras da Advocacia Pública, inclusive os Procuradores da Fazenda Nacional, que atuam também no âmbito da Administração Tributária, promovendo a execução da dívida ativa, foram contemplados com reajustes de 9% a partir de junho de 2025, e de 9,2% a partir de abril de 2026. Esse reajuste independe do comportamento dos honorários sucumbenciais por eles percebidos, cujo valor se acha em torno de R\$ 14 mil mensais para ativos.

Dessa forma, a presente emenda visa afastar essa discriminação em relação às carreiras da Receita Federal do Brasil e da Auditoria-Fiscal do Trabalho, e assegurar, ao menos, os mesmos reajustes de 9% e 9,2% concedido à Advocacia Pública, a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Para os fins do cumprimento do art. 113 do ADCT, segundo o qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, estima-se que esse reajuste, considerados os totais de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e sua filiação ao RPPS ou RPPS e Regime de Previdência Complementar, por classe e padrão nas respectivas tabelas, acarretaria os seguintes acréscimos na despesa primária e na despesa financeira, em 2025, 2026 e 2027:

CARGO		Auditor-Fiscal RFB	Analista Tributário	TOTAL RFB	Auditor-Fiscal do Trabalho	TOTAL GERAL
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723	138.831.716	838.483.439

ExEdit  
\*CD259911439900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259911439900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902	11.157.946	62.307.848
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625	149.989.661	900.791.286
2026	Primaria	1.097.825.182	305.119.286	1.402.944.468	381.192.575	1.784.137.043
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276	36.258.661	136.456.936
	Total	1.164.583.185	338.559.559	1.503.142.744	417.451.236	1.920.593.979
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687	57.043.575	345.313.262
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168	4.385.834	23.585.002
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855	61.429.408	368.898.263

Assim, o impacto total na despesa primária, em 2025, sobre a despesa atualmente prevista com os referidos cargos, seria de R\$ 838,48 milhões, e na despesa financeira, R\$ 62,3 milhões. Em 2026, relativamente à despesa de 2025 já reajustada, o impacto seria de R\$ 1,78 bilhões na despesa primária e R\$ 136,46 milhões na despesa financeira. Finalmente, em 2027, seria de R\$ 345,3 milhões na despesa primária e R\$ 23,58 milhões na despesa financeira, em relação a 2026.

Esses valores são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, de R\$ 16,8 bilhões na despesa primária e R\$ 1,918 bilhões na despesa financeira, e poderão ser facilmente cobertos com recursos de reservas de contingência consignados na LOA.

Sendo, assim, questão de justiça e que não pode deixar de ser considerada no bojo da política de reajustes adotada pelo atual governo em substituição à revisão-geral que deveria ser concedida na data-base anual dos servidores, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares.

Sala da Comissão,

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rafael Prudente**  
**(MDB - DF)**

ExEdit  
\*CD259911439900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259911439900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



**MPV 1286  
00089****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)****EMENDA Nº DE 2025**

**Art. 1º** Altera o anexo CCLXXXII do Art. 157 que passa a adotar a seguinte redação:

**Art. 157** Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI, CCLXXXII e CCLXXXIII a esta Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, nos termos da Lei 11.091/2005.

A Lei 12.702/2012, por seu turno, regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43, assim dispondo:

“Art. 43. A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256685066300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012).”

O Termo de Acordo de Greve nº11/2024 assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua cláusula primeira que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE será de 9% em 2025 e 5% em 2026.

### **TERMO DE ACORDO # 11/2024**

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional

ExEdit  
\* C D 2 5 6 6 8 5 0 6 6 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256685066300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026, conforme Anexo.

O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo CCXXIV(Art. 133), alínea e. Ao arrepio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo CCLXXXII. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de 4,5% em 2025 e 4,5 em 2026 sem no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte o a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

“§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores

\*CD256685066300\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256685066300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.”

A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

“§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.”

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria portanto, inconstitucional trata-los de forma diferenciada.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputada Fernanda Melchionna**  
**(PSOL - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256685066300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna







CÂMARA DOS DEPUTADOS  
FERNANDA MELCHIONNA PSOL-RS

ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO”

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E					NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,7
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,5
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48
Médico	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,3
Veterinário	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,8
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256685066300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna







CÂMARA DOS DEPUTADOS

FERNANDA MELCHIONNA PSOL-RS

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
Veterinário	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256685066300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



MPV 1286  
00090



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete da Senadora Professora Dorinha Seabra

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, renumerando-se os demais, o seguinte capítulo XXII-1 antes do Capítulo XXIII da Medida Provisória, nos termos a seguir:

CAPÍTULO XXII-1

DO CARGO DE AUDITOR DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

Art. Xxxx. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura de classificação e os valores do vencimento básico do cargo de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), serão fixados no Anexo LXXVI-1 a esta Medida Provisória, para os respectivos níveis, classes e padrões.

(Anexo LXXX-1 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de Dezembro de 2024)

VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUDITOR

a) Estrutura de Classificação e Vencimento básico dos cargo de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#):

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E



	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Auditor	P31	4.556,92	1				1	9.523,96	9.952,54
	P32	4.734,64	2	1			2	9.895,40	10.340,70
	P33	4.919,30	3	2	1		3	10.281,34	10.744,00
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	10.682,30	11.163,00
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	11.098,90	11.598,36
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	11.531,76	12.050,68
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	11.981,52	12.520,68
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	12.448,80	13.009,00
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	12.934,28	13.516,32
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	13.438,72	14.043,46
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	13.962,84	14.591,16
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	14.507,40	15.160,24
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	15.073,18	15.751,48
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	15.661,02	16.365,76
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	16.271,80	17.004,04
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	16.906,42	17.667,20
	P47	8.404,67		16	15	14	17	17.565,76	18.356,22
	P48	8.732,45			16	15	18	18.250,82	19.072,10
	P49	9.073,02				16	19	18.962,62	19.815,94

JUSTIFICAÇÃO

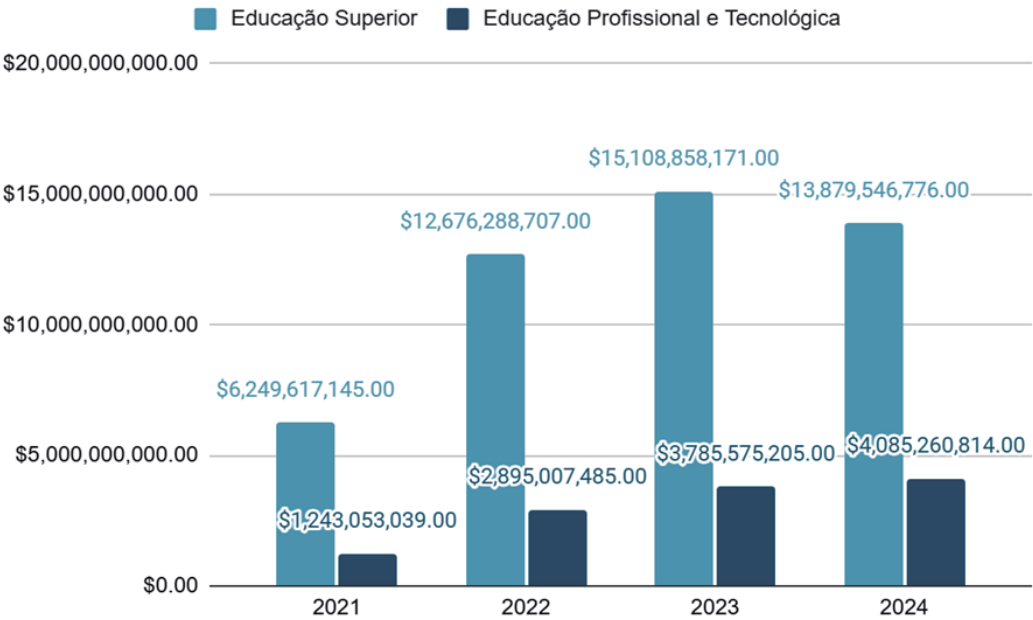
No Brasil, a Educação como alternativa às desigualdades sociais foi estabelecida na CF/88 como “um direito de todos e um dever do Estado



e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa ideia integra o leque de estratégias governamentais que consideram a Educação uma forma de combate às desigualdades sociais e a pobreza no Brasil.

Com o avanço dessas políticas públicas e com o aumento do orçamento destinado a elas, houve, conseqüentemente, maior necessidade em adequar a atuação do Controle Interno e das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Auditorias Internas, para que os resultados alcançados por essas instituições fossem condizentes com o investimento realizado. Busca-se, dessa forma, atender não só aos interesses dos gestores públicos, mas também dos usuários dos serviços e da sociedade.

Figura 1. Orçamento Anual da Educação Superior e da Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

Essa adequação da atuação do Controle Interno envolve a valorização das funções desempenhadas, seja pela criação de carreiras próprias, seja pelo ajuste remuneratório condizente com as responsabilidades assumidas.

A necessidade de assegurar a integridade das funções de auditoria interna dentro das Instituições Federais de Ensino (IFE's) foi recentemente reconhecida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em parecer exarado nos autos da Denúncia n. 25.007/2024-6, a Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos apontou a premência de se buscar o fortalecimento das unidades de auditoria dentro das Universidades Federais e da atuação específica do Auditor, cujas funções não podem ser alocadas como uma mera especialidade dentro de um cargo geral:

a) no que tange às políticas públicas, a ausência de auditores especializados nas IFE pode dificultar a implementação de políticas e processos que assegurem o uso eficiente e responsável dos recursos, prejudicando a confiança da sociedade na gestão dos valores destinados à educação;

b) no âmbito institucional, a aprovação das alterações na Lei 11.091/2005, particularmente a transformação do cargo de Auditor em Analista em Educação, representa um risco considerável ao controle interno na Administração pública, especialmente nas IFE. A mudança fragiliza a segregação de funções, enfraquece a estrutura de controle interno e compromete a accountability nas entidades; e



c) a função de Auditor possui especificidades e competências essenciais para assegurar a fiscalização efetiva e independente dos processos administrativos, contábeis e financeiros. Ao substituir essa posição especializada por um cargo de natureza mais ampla e menos focada em auditoria, abre-se uma lacuna de expertise na identificação de irregularidades e na promoção da transparência (fundamentais para a boa governança e para o cumprimento dos princípios constitucionais). Devido à sua formação generalista, os Analistas em Educação poderiam carecer das habilidades técnicas específicas para detectar e corrigir desvios e fraudes.

O Congresso Nacional, inclusive, foi cientificado desse posicionamento pelo TCU por meio do Aviso n. 956 - GP/TCU, de 20 de dezembro de 2024, para que adote as medidas cabíveis. O documento está sob análise da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

As especificidades do cargo buscam garantir o cumprimento do art. 74 da Constituição Federal quando da atuação da Unidade de Auditoria Interna de forma integrada por meio de Sistema de Controle Interno, bem como por meio da atuação do cargo de Auditor na prática da atividade de Auditoria Interna Governamental para o alcance das finalidades de avaliação e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração indireta, especificamente Instituições Federais de Ensino, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, nos termos do art. 70 da Carta Magna.

Apesar disso, o enquadramento remuneratório do cargo de Auditor não se encontra citado de forma específica nas tabelas do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#).

Tal situação levou a um descompasso entre a crescente complexidade das atribuições e a estrutura remuneratória do cargo de Auditor da Educação com



a estrutura de outros cargos e carreiras que desempenham funções equivalentes no Poder Executivo Federal, com similitude de atribuições, nível de escolaridade e jornada de 40 horas semanais, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Remuneração dos cargos de Auditor do Executivo Federal considerando os ajustes dispostos na Medida Provisória 1.286 de 31 de dezembro de 2024.

Cargo	Inicial 1º DE JANEIRO DE 2025	Final 1º DE JANEIRO DE 2025
Auditor-Fiscal da Receita Federal Do Brasil - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor-Fiscal do Trabalho - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor Federal de Finanças e Controle - Ns	R\$ 18.033,52	R\$ 33.086,10
Auditor do Banco Central do Brasil - NS	R\$ 18.033,52	R\$ 33.086,10
Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Ns	R\$ 14.000,00	R\$ 24.632,19
Auditor das Instituições Federais de Ensino - Ns	R\$ 4.967,04	R\$ 10.062,32

Fonte: Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023 e Medida Provisória 1.286 de 31 de dezembro de 2024.

Do exposto, com o propósito de minimizar a discrepância remuneratória entre os Cargos de Auditor do Poder Executivo Federal, propõe-se a equidade remuneratória do cargo de Auditor perante a tabela específica a), do Anexo XLVII, da [Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012](#), atualizada pelo Anexo CCLXXXI da Medida Provisória que se deseja emendar. Ou seja, essa emenda não propõe a criação de situação nova ou mudança de carreira, mas, tão somente, de correção de discrepância apresentada no quadro acima.



Com a inclusão da citação, estima-se um impacto anual, em 2025, de R\$ 23.264.266 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais), na hipótese de implantação a partir de janeiro de 2025. Bem como um impacto anual, em 2026, de R\$ R\$ 27.333.288 (vinte e sete milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta e oito reais), na hipótese de implantação a partir de abril de 2026. Para os exercícios seguintes, inclusos já nas Leis Orçamentárias Anuais respectivas, ter se-iam os impactos anualizados estimados de R\$ 23.264.266 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais) em 2025, e de R\$ 66.642.372 (sessenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e trezentos e setenta e dois reais) em 2026, considerando o universo de todos os 450 auditores do PCCTAE de todo o país. Desta forma, constata-se que os valores propostos são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizado no Anexo V da LOA 2025, R\$16,8 bilhões na despesa primária e R\$1,918 bilhões na despesa financeira, sendo possível utilizar os recursos destinados para Reserva de Contingência na LOA.

Assim, é apresentada proposta que busca o fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI) na sua atuação integrada e no alcance das suas finalidades na forma da Constituição Federal. Isso se dará com a reorientação dos modelos de alcance de resultados pelas organizações a partir do fortalecimento da estrutura já existente e da correção de discrepâncias salariais de cargos específicos com atribuições e carga horária equivalentes, qualificando as entregas de serviço público à sociedade e corrigindo a desvalorização do cargo de Auditor do PCCTAE.

São essas as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.





Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senadora Professora Dorinha Seabra**  
**(UNIÃO - TO)**



**MPV 1286  
00091**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete da Senadora Professora Dorinha Seabra

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Altera o anexo CCLXXXII, que passa a adotar a seguinte redação:

**ANEXO CCLXXXII**

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

**“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”**

**VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO**

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46



Médico Veterinário	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39



Médico	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
Médico	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
Veterinário	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Isto **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024,



que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE**. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005**;

2 - A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 - O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua **cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.



**TERMO DE ACORDO# 11/2024**

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arripio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

**§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores**



dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo



firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Senadora Professora Dorinha Seabra  
(UNIÃO - TO)**





**MPV 1286  
00092**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Alterem-se, no Anexo CCLXXXII da MPV nº 1.286, de 2024, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025” para que eles correspondam a um aumento de 9% (nove por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023”, e, em seguida, alterem-se, na mesma tabela, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2026” para que eles correspondam a um aumento de 5% (cinco por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025”.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Emenda corrige a desigualdade imposta pela MPV aos Médicos e Médicos Veterinários do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). Conforme o Anexo CCLXXXII da Medida Provisória, esses profissionais receberam, em 1º de janeiro de 2025, um reajuste de apenas 4,5% em seus vencimentos básicos, enquanto os demais cargos do plano tiveram um aumento de 9%, conforme o Anexo CCXXIV da MPV. Além disso, o reajuste previsto para médicos e veterinários em 1º de abril de 2026, de 4,5%, também é inferior ao concedido às demais categorias, que alcançarão 5%.

É fundamental destacar que os reajustes de 9% em 2025 e 5% em 2026 resultam de uma negociação entre o governo e os servidores do PCCTAE, estabelecida no Acordo de Greve nº 11, de 2024. O acordo não previa distinções



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256909221600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gisela Simona

\*CD256909221600\*  
Edit

entre as categorias do plano de carreira, evidenciando a injustiça cometida contra os médicos e veterinários.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputada Gisela Simona**  
**(UNIÃO - MT)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256909221600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gisela Simona



**MPV 1286  
00093**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se o art. 83-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 83-1.** A Lei nº 12.855, de 02 de setembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**‘Art. 1º** É instituída indenização a ser concedida ao servidor público federal regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício de atividade nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e do Serviço Florestal Brasileiro, situadas em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços’.

Parágrafo único.....

.....

**IX – Carreira Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002. (NR)**

**‘Art. 2º** A indenização de que trata o art. 1º será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Trabalho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, do Instituto Chico Mendes de Conservação da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254965136600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD254965136600\*  
ExEdit

Biodiversidade e do Serviço Florestal Brasileiro situadas em localidades estratégicas, no valor de R\$ 91,00 (noventa e um reais).’ (NR)”

### JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem como objetivo estender aos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) o direito à indenização instituída pela Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013. Essa indenização já é concedida aos servidores do Departamento de Polícia Federal, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego que estejam em exercício em unidades situadas em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

Dessa forma, busca-se reduzir as dificuldades para a fixação dos servidores do Ibama, do ICMBio e do SFB em unidades estratégicas e de difícil provimento, garantindo a manutenção de servidores ambientais em locais onde o governo brasileiro necessita atuar de forma mais efetiva na prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos frequentemente praticados nessas regiões.

Além disso, pretende-se estabelecer um mecanismo de incentivo pecuniário, de natureza indenizatória, que contribua para a redução da evasão de servidores do Ibama, do ICMBio e do SFB nessas áreas do território nacional. Essas localidades, muitas vezes inóspitas e isoladas, apresentam dificuldades para a fixação de servidores, que frequentemente recorrem a meios administrativos ou judiciais para obter remoção para locais ambientalmente menos hostis para si e suas famílias.

Com essa iniciativa, pretende-se estender aos servidores dos órgãos ambientais um benefício já concedido aos servidores das carreiras contempladas na referida lei, os quais, em muitos casos, atuam conjuntamente com o Ibama, o ICMBio e o SFB no combate aos ilícitos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254965136600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



ambientais nessas localidades, porém em evidente desigualdade de condições.

Ademais, essa medida fortalecerá a política estatal de enfrentamento aos graves delitos que ocorrem nas unidades de fronteira mais remotas, contribuindo para o Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016. Esse decreto criou o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, organizando a atuação das unidades da administração pública federal para sua execução.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254965136600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286**  
**00094**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

**“Art.** Suprimam-se os arts. 173 a 182 desta Medida Provisória.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024[1] estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)[2], tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010[3] que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258611726900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga

\*CD258611726900\*  
ExEdit

socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias[4], com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[5], com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258611726900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[6], com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento e nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação

(...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;
- II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
- III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
- IV - gestão dinâmica da força de trabalho;
- V - priorização das atividades estratégicas e complexas;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258611726900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga





VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo; e

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

(...)

Requisitos para estruturação de cargos

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.

\*CD258611726900\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258611726900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024[7] (atual Lei nº 14.875/2024[8]) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;

\*CD258611726900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258611726900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;

9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Diante do exposto, consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, razão pela qual devem ser suprimidos.

[1] <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/532194/1/Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20DOU%20-%20Imprensa%20Nacional.pdf>

[2] <https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/guias/guia-mnnp.pdf/>

[3] [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm)

[4] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco1\\_versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco1_versaoretificada-21nov2024.pdf)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258611726900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



[5] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco2\\_versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco2_versaoretificada-21nov2024.pdf)

[6] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco6\\_versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco6_versaoretificada-21nov2024.pdf)

[7] <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2425883>

[8] <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14875-31-maio-2024-795709-publicacaooriginal-171939-pl.html>

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
(PL - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258611726900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**MPV 1286  
00095**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à denominação do Capítulo LXXI, aos arts. 173 e 174, ao *caput* do art. 175, ao inciso VI do *caput* do art. 175, ao art. 176, ao *caput* do art. 177, aos §§ 1º e 3º do art. 177, aos arts. 178 a 180, ao art. 181 e ao *caput* do art. 182; e acrescentem-se incisos VII a XIII ao *caput* do art. 175 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“CAPÍTULO LXXI****DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO”**

“**Art. 173.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico ATIDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Os ocupantes do cargo de ATIDS terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

§ 2º O cargo efetivo de ATIDS é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo CCCVI-A.

§ 3º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da

ExEdit  
\*CD25372264400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, ficam reorganizados no cargo de ATIDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.

4º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo de ATIDS.

§ 5º O exercício descentralizado dos servidores do § 3º será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.

§ 6º No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes do cargo de ATIDS em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 175.”

“**Art. 174.** Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de ATIDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por transformação de cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193, I.”

“**Art. 175.** São atribuições do cargo de ATIDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

I - executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de desenvolvimento socioeconômico;

II - executar atividades de assistência técnica no planejamento, na implementação, na análise e na avaliação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento regional e territorial sustentável, seja agrário ou urbano;

III - analisar a viabilidade econômica de projetos de investimento e de desenvolvimento sustentável;

IV - analisar e avaliar dados socioeconômicos que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das políticas de indústria, micro e pequenas empresas, comércio, serviços, comércio exterior, agricultura, infraestrutura, inovação e demais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do País;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



V - subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais;

VI – subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico;

VII – realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar, coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, desenvolver e realizar projetos de infraestrutura de transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de infraestrutura sustentável;

VIII – desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

IX – avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;

X – executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção e qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

XI – desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;

XII – difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e

XIII – promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.”

“**Art. 176.** A jornada de trabalho do cargo de ATIDS da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais.”

“**Art. 177.** O ingresso nos cargos de ATIDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

I - provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório; e

II - curso de formação, de caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º O ingresso nos cargos de ATIDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

§ 2º O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se referem os incisos I e II do caput, a habilitação legal específica a que se refere o § 1º e os critérios eliminatórios e classificatórios.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



\* CD 253722644400 \*  
ExEdit





§ 3º O concurso público a que se refere o caput será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico.

§ 4º Os concursos públicos para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, com autorizações vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão válidos para ingresso no cargo de Analista em Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de que trata o art. 173º.”

“**Art. 178.** Os ocupantes do cargo de ATIDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. Os valores do subsídio são os constantes do Anexo CCCVII.”

“**Art. 179.** Os ocupantes do cargo de ATIDS não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas – VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

\*CD25372264400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



VI - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por força do disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno; XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 180.”

“**Art. 180.** O subsídio dos ocupantes do cargo de ATIDS não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, da Constituição, e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.”

“**Art. 181.** O desenvolvimento do servidor na Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira - Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.”

“**Art. 182.** Os ocupantes do cargo de ATIDS somente poderão:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



- I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;
- II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de nível mínimo 13 ou equivalente;
- III - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo 15 ou equivalente; ou
- IV - ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 15 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de quinhentos mil habitantes.”

ANEXO CCCVI - A

TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE

ANALISTA TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA E

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos (Anexo XII da Lei nº 12.277/2010)	ESPECIAL C	III	V	ESPECIAL	Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico
		II	IV		
		I	III		
		VI	II		
		V	I		
		IV	V	C	
		III	V		
		II	III		
		I	II		
	B	VI	I		

\*CD25372264400\*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



		V	V	B
		IV	IV	
		III	III	
		II	II	
		I	I	
	A	V	V	A
		IV	IV	
		III	III	
		II	II	
		I	I	

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024[1] estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)[2], tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010[3] que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento

ExEdit  
\* C D 2 5 3 7 2 2 6 4 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias[4], com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[5], com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[6], com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

\* C D 2 5 3 7 2 2 6 4 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



– MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, da forma proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação (...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;

II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;

III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;

IV - gestão dinâmica da força de trabalho;

V - priorização das atividades estratégicas e complexas;

VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo; e

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

### **Requisitos para estruturação de cargos**

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024[7] (atual Lei nº 14.875/2024[8]) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



\*CD253722644400\*  
ExEdit



Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;
8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;
9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Por esses motivos, submete-se à apreciação dos Nobres Pares a presente Emenda consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga





artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, como estão sendo propostas, razão pela qual devem ser substituídos.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
**(PL - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253722644400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**MPV 1286**  
**00096****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, na forma proposta pelo art. 137 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º .....

§ 1º .....

XL – Ministério da Saúde” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 1º da referida lei, qualifica os órgãos específicos singulares que podem receber quadros da carreira de C&T, restringindo a atuação (lotação e exercício), dos mesmos servidores, nas demais secretarias e unidades administrativas do Ministério da Saúde.

Tal restrição causa transtornos à execução plena das competências dos Servidores, uma vez que a carreira conta com técnicos altamente especializados, com Doutorado, Mestrado, Especializações diversas, de grande valor agregado para o desenvolvimento da ciência, da Gestão e da Inovação e das pesquisas no país. Atributos deste porte são fundamentais para o desempenho do trabalho da saúde, área com atuação transversal e tripartite.

Desde o ano de 2013 (com as diversas reformas da estrutura regimental do Ministério da Saúde), a desatualização dos órgãos específicos singulares do Ministério da Saúde presentes na lei, ocasiona graves prejuízos e insegurança jurídica para os servidores ocupantes da carreira de Ciência e Tecnologia lotados e em exercício no Ministério da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254551294200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante

ExEdit  
\* C D 2 5 4 5 5 1 2 9 4 2 0 0 \*



Saúde, pois a limitação das unidades de lotação estabelecidas na Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, impede-os de do devido enquadramento na carreira para fins de promoção e progressão.

Desta maneira, o texto proposto da emenda ora apresentada objetiva inserir o Ministério da Saúde no art. 1º da Lei nº 8.691/1993, para abarcar estes servidores da carreira dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, integrantes da área de Ciência e Tecnologia.

No mesmo sentido, trata-se de ampliar a capacidade institucional e técnica do órgão, explorando a potencialidade dos servidores em todos os setores do órgão, assim concedendo tratamento equânime aos servidores da carreira de Ciência e Tecnologia lotados ou em exercício no Ministério da Saúde, ao mesmo tempo objetiva fortalecer a instituição com a possibilidade de ampliar a lotação dos servidores em áreas estratégicas do órgão.

A iniciativa de alteração na legislação não gera custos orçamentários e financeiros para a União, tendo em vista que os cargos já são ocupados no Ministério da Saúde pelos atuais servidores públicos.

Por essas razões, solicito aos Nobres Pares o necessário apoio para a aprovação desta Emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sóstenes Cavalcante**  
(PL - RJ)

\* CD 254551294200 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254551294200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



**MPV 1286**  
**00097**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 19-A à Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, na forma proposta pelo art. 137 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 19-A.** Fica instituído o Reconhecimento de Resultados e Aprendizagem – RRA como equivalência da titulação exigida para os cargos de nível superior das Carreiras de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, para fins de percepção da RT.

**§ 1º** O RRA será devido, mediante requerimento, como retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infraestrutura dos cargos de que trata o *caput*.

**§ 2º** O RRA será concedido ao servidor que esteja em efetivo exercício nos respectivos órgãos ou entidades em atividades inerentes às atribuições dos cargos de que trata o *caput*.

**§ 3º** O RRA poderá ser concedido em três níveis, exclusivamente para fins de percepção da RT, de acordo com as seguintes equivalências, conforme o constante do *Anexo I-C*:

**I** – RRA 1, que equivalerá à RT - Especialização;

**II** – RRA 2, que equivalerá à RT - Mestrado; e

**III** – RRA 3, que equivalerá à RT - Doutorado.

**§ 4º** A concessão do RRA 3 fica condicionada, além de outros requisitos estabelecidos em regulamento, a, no mínimo, titulação de mestrado ou entrega excepcional que traga contribuição relevante para

ExEdit  
\*CD250609558000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250609558000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



área de ciência e tecnologia do País, atestada pela autoridade máxima dos respectivos órgãos ou entidades.

§ 5º Em nenhuma hipótese o RRA poderá ser utilizado para fins de equiparação de titulação para cumprimento de requisitos para progressão e promoção na Carreira.

§ 6º Para fazer jus ao RRA, os titulares dos cargos de que trata o caput deverão comprovar, na forma estabelecida em regulamento, pontuação para um ou mais dos seguintes requisitos:

I – inovação em produtos, técnicas e processos;

II – produção científica ou técnica;

III – participação na gestão institucional;

IV – capacitação profissional; e

V – participação em atividades de caráter pedagógico.

§ 7º Regulamento disporá sobre a concessão do RRA, o qual deverá conter:

I – critérios objetivos e mensuráveis, baseados em informações e dados de acesso público; e

II – definição de recorte temporal para as aquisições de aprendizagem e resultados alcançados pelo servidor que não ultrapasse os últimos cinco anos anteriores à data de requerimento do RRA.

§ 8º O disposto no inciso II do § 7º não se aplica à titulação de mestrado ou à entrega excepcional que traga contribuição relevante para área de ciência e tecnologia do País.

§ 9º Os efeitos financeiros do RRA ocorrerão a partir da data de sua concessão e não retroagirão à data do seu requerimento.” (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250609558000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



\*CD250609558000\*  
Edit



## JUSTIFICAÇÃO

A inclusão deste dispositivo (Reconhecimento de Resultado de Aprendizagem – RRA) na lei NÃO gera impacto orçamentário e financeiro, uma vez que NÃO modifica a remuneração dos servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia e NÃO cria novos cargos.

Apenas reconhece os servidores que exercem suas funções com alto desempenho e dispõe de relevante formação acadêmica para exercício dos cargos e serem reconhecidos pelo trabalho científico, técnico, tecnológico e de inovação em produtos e processos nos órgãos e entidades.

Tais requisitos, técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais, são necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infraestrutura dos órgãos e entidades, que estão alinhados com o objetivo principal do Plano de Carreiras da área de C&TI do país.

Importa destacar que a RT já é prevista na lei da carreira de Ciência e Tecnologia, no entanto, não prevê a regulamentação dos critérios para as equivalências e o Reconhecimento de Resultado de Aprendizagem – RRA para os servidores da Carreira e Cargos de Ciência e Tecnologia e a inclusão do dispositivo RRA faz o devido ajuste nos planos e aos servidores que se dedicam diuturnamente nas entregas de C&TI ao país.

Contar com o RRA implementado em janeiro de 2025 é justa medida que não apenas resgata uma dívida histórica para com o reconhecimento de nossos servidores, mas acena, hoje, ao sacrifício feito pela comunidade da Carreira e Cargos de Ciência e Tecnologia do país.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250609558000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sóstenes Cavalcante**  
**(PL - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250609558000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



**MPV 1286  
00098****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Inclua-se onde couber:

“A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 56.....

.....

§ 4º .....

.....

IV - para fazer jus ao nível IV da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 720 (setecentas e vinte) horas, ou comprovar o grau de Mestre.

V - para fazer jus ao nível V da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 1080 (mil e oitenta) horas, ou comprovar o título de Doutor.

.....

Art. 59 A Lei no 11.344, de 8 de setembro de 2006, passa a vigorar acrescida dos Anexos VIII-A e VIII-B, nos termos, respectivamente, dos Anexos CCXXXVII e CCXXXVIII a esta Medida Provisória. (NR)”

**ANEXO CCXXXVIII**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251751222300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



\*CD251751222300\*  
ExEdit





(Anexo XX à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

“VALOR DA GRATIFICAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO – GQ

.....

c) Valor da GQ para os cargos de Técnico e Assistente em  
Ciência e Tecnologia, a partir de 1º de janeiro de 2025:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GQ				
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025				
		I	II	III	IV	V
ESPECIAL	III	1.403,19	2.202,01	4.389,03	5.230,36	9.312,62
	II	1.354,53	2.126,02	3.998,76	5.022,36	8.942,29
	I	1.307,75	2.052,40	3.643,51	4.822,64	8.586,69
	VI	1.252,21	1.965,06	3.260,99	4.630,86	8.245,23
	V	1.222,78	1.919,26	3.163,76	4.446,71	7.917,34
C	IV	1.194,24	1.874,43	3.069,39	4.235,37	7.541,05
	III	1.166,59	1.830,71	2.978,19	4.133,49	7.359,66
	II	1.139,45	1.788,09	2.889,34	4.034,07	7.182,64
	I	1.112,60	1.746,24	2.803,02	3.937,04	7.009,88
B	VI	1.065,27	1.671,64	2.647,96	3.842,34	6.841,27
	V	1.040,46	1.632,53	2.568,88	3.659,72	6.516,12
	IV	1.015,69	1.594,28	2.491,94	3.571,70	6.359,39
	III	992,16	1.556,87	2.417,60	3.485,78	6.206,42
	II	968,85	1.520,45	2.345,15	3.401,94	6.057,13
	I	945,74	1.484,51	2.274,67	3.320,11	5.911,44
	V	917,2	1.439,58	2.225,52	3.224,52	5.741,23

ExEdit  
\*CD251751222300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251751222300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



	IV	903,11	1.417,54	2.201,34	3.177,75	5.657,97
A	III	889,4	1.395,95	2.177,34	3.131,67	5.575,92
	II	875,86	1.374,64	2.153,65	3.086,25	5.495,05
	I	862,51	1.353,60	2.130,27	3.041,50	5.415,37

d) Valor da GQ para os cargos de Técnico e Assistente em  
Ciência e Tecnologia, a partir de 1º de abril de 2026:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GQ				
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026				
		I	II	III	IV	V
ESPECIAL	III	1.470,00	2.252,60	4.488,00	5.467,17	9.734,27
	II	1.419,22	2.174,79	4.062,99	5.232,39	9.316,24
	I	1.370,20	2.099,67	3.678,23	5.007,69	8.916,17
	VI	1.310,56	2.008,28	3.264,31	4.792,64	8.533,28
	V	1.281,72	1.964,08	3.168,99	4.586,83	8.166,82
C	IV	1.253,52	1.920,87	3.076,45	4.351,48	7.747,79
	III	1.225,93	1.878,60	2.986,62	4.238,38	7.546,41
	II	1.198,96	1.837,26	2.899,41	4.128,22	7.350,26
	I	1.172,57	1.796,83	2.814,74	4.020,92	7.159,22
	VI	1.121,54	1.718,62	2.652,76	3.916,40	6.973,13
	V	1.096,86	1.680,80	2.575,29	3.715,46	6.615,35
B	IV	1.072,72	1.643,82	2.500,09	3.618,89	6.443,41
	III	1.049,12	1.607,65	2.427,09	3.524,82	6.275,92

ExEdit  
\*CD251751222300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251751222300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



	II	1.026,03	1.572,27	2.356,22	3.433,20	6.112,80
	I	1.003,45	1.537,67	2.287,41	3.343,97	5.953,91
	V	974,01	1.492,56	2.242,34	3.239,94	5.768,70
	IV	959,62	1.470,50	2.220,14	3.189,15	5.678,26
A	III	945,44	1.448,77	2.198,16	3.139,15	5.589,24
	II	931,47	1.427,36	2.176,40	3.089,94	5.501,61
	I	917,7	1.406,27	2.154,85	3.041,50	5.415,37

” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão dos níveis de GQ na lei passa a reconhecer os servidores que exercem suas funções com alto desempenho e dispõe de relevante formação acadêmica para exercício dos cargos e serem reconhecidos pelo trabalho científico, técnico, tecnológico e de inovação em produtos e processos nos respectivos órgãos e entidades.

Tais requisitos, técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais, são necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infraestrutura dos órgãos e entidades, que estão alinhados com o objetivo principal do Plano de Carreiras da área de C&TI do país.

Importa destacar que a GQ já é prevista na lei da carreira de Ciência e Tecnologia, no entanto, não prevê a regulamentação dos critérios para as equivalências ao nível de mestrado e doutorado para os servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia e a inclusão dos níveis IV

ExEdit  
\* C D 2 5 1 7 5 1 2 2 2 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251751222300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



e V de GQ faz o devido ajuste nos planos e aos servidores que se dedicam diuturnamente nas entregas de C&TI ao país.

Contar com a GQ implementada em janeiro de 2025 é justa medida que não apenas resgata uma dívida histórica para com o reconhecimento de nossos servidores e servidoras, mas acena, hoje, ao sacrifício feito pela comunidade da Carreira e Cargos de Ciência e Tecnologia no país.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sóstenes Cavalcante**  
**(PL - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251751222300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



\*CD251751222300\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00099**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, no Art. 202, da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro 2024, as seguintes disposições:

“Art. 1º. Fica reaberto, **até 30 de novembro de 2026**, o prazo para opção pelo regime de previdência complementar de que trata o § 7º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

Parágrafo único. O exercício da opção de que trata o caput deste artigo é irrevogável e irretratável, e não será devida pela União nem por suas autarquias e fundações públicas nenhuma contrapartida referente ao valor dos descontos já efetuados sobre a base de contribuição acima do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.”

“Art. 2º. A Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º.....

§2º.....

I - para os termos de opção **firmados até 30 de novembro de 2026**, inclusive na vigência da Medida Provisória nº 1.119, de 25 de maio de 2022: a diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações referidas neste parágrafo correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, e o limite máximo a que se refere o caput deste artigo, multiplicada pelo fator de conversão; ou II - para os termos de opção firmados a partir de 1º de dezembro de 2026, em novas aberturas de prazo de migração, se houver: a diferença entre a média aritmética simples das



remunerações referidas neste parágrafo correspondentes a 100% (cem por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, e o limite máximo a que se refere o caput, multiplicada pelo fator de conversão.

§ 3º.....

I -.....

II -.....

III -.....

a) para os termos de opção firmados até **30 de novembro de 2026**, inclusive na vigência da Medida Provisória nº 1.119, de 25 de maio de 2022:

1.....2.....

b) para os termos de opção firmados a partir de **1º de dezembro de 2026**, em novas aberturas de prazo de migração, se houver: igual a 520 (quinhentos e vinte).

§ 4º Para os termos de opção firmados até **30 de novembro de 2026**, inclusive na vigência da Medida Provisória nº 1.119, de 25 de maio de 2022, o fator de conversão será ajustado pelo órgão competente para a concessão do benefício quando, na forma prevista nas respectivas leis complementares, o tempo de contribuição exigido para concessão da aposentadoria de servidor com deficiência, ou que exerça atividade de risco, ou cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, for inferior ao Tt de que trata a alínea "a" do inciso III do § 3º deste artigo.”

## JUSTIFICAÇÃO

O Regime de Previdência Complementar - RPC dos servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União, previsto nos §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal, inovação incluída no corpo constitucional pela Emenda Constitucional nº 20/1998,



com alterações posteriores, foi instituído definitivamente pela Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que permitiu por 24 meses que os servidores federais pudessem optar pelo novel Regime de Previdência Complementar, a contar do início da vigência do regime complementar instituído por ela. Tal lei ainda autorizou a criação das Funpresp-Exe, FunprespJud e Funpresp-Leg.

Posteriormente, pelo art. 92 da Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, o Regime de Previdência Complementar foi reaberto por novo prazo de 24 meses, sendo na sequência novamente reaberto até 29 de março de 2019 pela Medida Provisória nº 853, de 25 de setembro de 2018, convertida na Lei nº 13.809, de 21 de fevereiro de 2019. Por fim, veio a lume a Medida Provisória nº 1.119, de 25 de maio de 2022, convertida na Lei nº 14.463/2022, que reabriu as opções até 30 de novembro de 2022.

Como se vê acima, em todos os governos desde a instituição do RPC, do quadriênio 2011-2014 em diante, o legislador, com sanção presidencial, autorizou a reabertura do prazo de opção ao Regime de Previdência Complementar para os agentes públicos titulares de cargo efetivo da União, sendo claramente uma política do Estado brasileiro, que perpassa todos os governos, independentemente de sua matriz ideológica.

Ocorre que a opção ao RPC sempre tem sido uma matéria de decisão tormentosa, de dúvidas e angústias por parte do seu público-alvo, até porque muitas controvérsias existiam e passaram a ser resolvidas posteriormente, quer por pareceres vinculantes da Advocacia Geral da União - AGU, quer por posicionamentos do Tribunal de Contas da União - TCU, quer pelas inovações das legislações acima citadas, tudo ainda agravado pelo enorme prestígio que sempre gozou as aposentações pelo binômio paridade/integralidade no seio dos agentes públicos titulares de cargo efetivo da União.

Por outro lado, dúvidas não há que, em todas as quatro “janelas” referidas acima, um expressivo número de agentes públicos titulares de cargo efetivo da União, integrantes e membros de todos os poderes da União, fez a migração para o RPC, superando ou relevando suas angústias. Porém, igualmente estreme de dúvidas, muitos ficaram pelo caminho e, vendo a consolidação do RPC, gostariam agora de fazer tal opção.



Dessa forma, considerando que a adesão ao RPC é inegavelmente uma política do estado brasileiro, proponho que seja novamente reaberta a janela de opção, alcançando aqueles que não migraram nas janelas anteriores, o que inclusive terá um impacto positivo sobre o Regime de Previdência Complementar a partir da adesão de novos participantes ao sistema, uma vez que o aumento de recursos sob a gestão das Funpresps (Funpres-Exe, Funpres-Leg ou Funpres-Jud) poderá propiciar maior ganho de escala e gerar externalidades positivas, pois esses recursos podem vir a ser investidos em títulos públicos, contribuindo para o aumento dos investimentos em infraestrutura e, conseqüentemente, auxiliando indiretamente com o aumento do nível de emprego e renda para a população brasileira.

Relevante registrar que a medida em comento não constitui renúncia de receita para fins da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), visto que o parágrafo 1º de seu art. 14 restringe o escopo de suas exigências às renúncias que proporcionem tratamento diferenciado entre contribuintes, como inclusive reconhecido quando da reabertura da quarta “janela” de migração, como se vê no item 12 da exposição de motivo da Medida Provisória (MPV) nº 1.119, de 25 de maio de 2022 (EM nº 00131/2022 ME, de 17 de maio de 2022), assinada pelo então Sr. Ministro da Economia.

8. Deve-se ainda ressaltar que, por uma questão de isonomia entre aqueles que já aderiram e aqueles que irão aderir, as condições previstas na Lei nº 14.463/2022 para as adesões até 30/11/2022 devem ser mantidas inalteradas para a nova janela de migração que ora se propõe, porque não faz sentido considerar o tempo de contribuição padrão de jubilação da Emenda Constitucional nº 103/2019 (40 anos de contribuição), para cálculo do benefício especial (o conhecido Tt de 520, que representa os 40 anos de contribuição, com acréscimo das remunerações da gratificação natalina, atualmente previsto para esta quinta “janela” de migração), já que o benefício especial possui natureza estritamente compensatória, voltando-se para unicamente reparar as contribuições previdenciárias efetivamente realizadas para o 1º Tempo de contribuição necessário para fazer jus a 100% da média aritmética das remunerações desde julho de 1994 quando do cálculo dos proventos de aposentadoria. RPPS da União pelos servidores públicos titulares de





cargo efetivo da União, inclusive os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, e que fizeram a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição, não tendo qualquer conexão direta com os tempos contributivos para a aposentadoria, como os previstos na Emenda Constitucional nº 103/2019.

Na ordem de ideias acima, imagine-se um servidor público federal com 20 anos de contribuição para o RPPS em novembro de 2022 e que tenha feito a adesão, obtendo então direito a determinado benefício especial. Já outro servidor público, com o mesmo cargo e os mesmos 20 anos de contribuição para o RPPS em novembro de 2026, com a reabertura da opção pela emenda que ora se propõe, deveria ter direito a benefício especial calculado com os mesmos parâmetros, porque ambos aportaram essencialmente o mesmo valor para o RPPS da União, lembrando que o último, certamente, ainda será obrigado a se aposentar com mais idade e tempo de contribuição, porque as regras de jubilação da Emenda Constitucional nº 103/2019 são mais gravosas para os servidores mais modernos. Seria desproporcional que o servidor público mais novo, que terá que laborar mais anos em decorrência da Emenda Constitucional nº 103/2019, porém que aportou essencialmente os mesmos recursos para o RPPS da União em face daquele que migrou em condições idênticas anos antes, ainda viesse a ter um benefício especial menor, implicando em proventos de aposentadorias minorados, além de um maior tempo de trabalho e idade, como já exigido pela Emenda Constitucional nº 103/2019.

Com as considerações acima, submetemos à relatoria da MP nº 1.286/2024, que reestrutura e cria cargos e funções na Administração Federal, altera suas remunerações e dá outras providências, a presente emenda para reabertura da janela de migração para o RPC no atual ciclo governamental (2023-2026), como tem ocorrido desde 2013, permitindo as migrações para o RPC até 30 de novembro de 2026, nas condições e moldes vigentes até 30 de novembro de 2022, como ocorreu sob auspícios da Lei nº 14.463, de 26 de outubro de 2022, no ciclo governamental 2019-2022, e nos ciclos anteriores, havendo clara pertinência temática entre a emenda e a MP citada, ambas tratando de regimes remuneratórios da Administração Federal, de ativos, inativos e pensionistas.



Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Jorge Kajuru**  
**(PSB - GO)**



**MPV 1286  
00100**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Incluam-se o seguinte capítulo e o seguinte anexo na Medida Provisória nº 1286, de 2024:

“CAPÍTULO...

DAS CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO

Art... As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.”

“ANEXO CCCXXII

**(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)**

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.466,22	35.417,40
	II	28.934,13	31.564,24	34.433,43



	I	28.422,52	31.006,13	33.824,58
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.826,42	31.948,56
	II	26.319,73	28.712,19	31.322,13
	I	25.297,70	27.597,26	30.105,85
SEGUNDA	III	24.324,71	26.535,86	28.947,93
	II	23.847,76	26.015,32	28.380,33
	I	22.921,71	25.005,29	27.278,27

b) Vencimento básico para os cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.353,54	21.112,77
	II	17.108,03	18.633,15	20.359,63
	I	16.772,58	18.297,21	19.960,42
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.248,50	18.816,39
	II	15.203,13	16.585,09	18.092,68
	I	14.056,15	15.333,85	16.727,70
SEGUNDA	III	13.515,52	14.744,08	16.084,32
	II	13.250,52	14.454,99	15.768,95
	I	12.735,99	13.893,69	15.156,63

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO –
--------	--------	---------------------



		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.466,22	35.417,40
	II	28.934,13	31.564,24	34.433,43
	I	28.422,52	31.006,13	33.824,58
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.826,42	31.948,56
	II	26.319,73	28.712,19	31.322,13
	I	25.297,70	27.597,26	30.105,85
SEGUNDA	III	24.324,71	26.535,86	28.947,93
	II	23.847,76	26.015,32	28.380,33
	I	22.921,71	25.005,29	27.278,27

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Em meados de 2024, ao se deparar com uma crescente mobilização do conjunto geral de seus servidores, o Poder Executivo achou por bem propor a negociação da recomposição das perdas inflacionárias nos vencimentos dos servidores carreira a carreira.

O Termo de Acordo MGI 01/2024, assinado pelas entidades representativas dos servidores, assegurava o reajuste nos valores do Auxílio Alimentação, do Per Capita da Saúde Suplementar e da Assistência Pré-Escolar. A contrapartida que constou no Termo, em sua cláusula segunda era o seguinte compromisso:

*“as negociações relativas à reestruturação de carreiras e reajustes de remuneração ocorrerão no âmbito das Mesas Específicas e Temporárias, devendo ser instaladas até o mês de julho de 2024”*

Como muitas carreiras aguardavam já há vários anos por uma real reestruturação nas quais se poderiam negociar estas mudanças nas estruturas



remuneratórias até simples trocas de nomenclatura, o Termo de Acordo foi aprovado.

No curso das mesas de negociação com as carreiras do Poder Executivo o que o MGI propôs foi basicamente o aumento na quantidade de classes e padrões e alguma reposição das perdas inflacionárias, tendo aceitado também algumas trocas de nomenclatura de cargos e carreiras.

Contudo, duas carreiras foram abandonadas nas negociações conduzidas pelo MGI, a Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e a Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho, a primeira composta pelos cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil e de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Para essas duas carreiras o Poder Executivo apenas regulamentou, na forma de decretos regulamentadores, a variação, conforme os índices de eficiência dos respectivos órgãos, do Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024. Essa regulamentação apenas colocou um termo final a uma negociação feita com as categorias em 2016 e que estava sem cumprimento integral por parte do Governo Federal desde então.

As perdas inflacionárias na remuneração dessas carreiras, calculadas pelo IPCA desde a última recomposição (em 2016) superaram os 39%, já descontado os 9% dados a título de recomposição geral, para todos os servidores do Executivo, em maio de 2024.

Um cargo que sempre esteve em patamar remuneratório similar ao das Carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e Auditoria Fiscal do Trabalho foi a dos Procuradores da Fazenda Nacional (agora integrantes das Carreiras da Advocacia Pública). Os vencimentos dos Procuradores Fazendários também são compostos por uma parcela variável, os honorários sucumbenciais (semelhante ao Bônus de Eficiência), mesmo assim o MGI, com justiça, concedeu um reajuste de 19% nos vencimentos básicos do Procuradores da Fazenda Nacional, a ser implementado em duas parcelas (junho de 2025 e abril de 2026).



A injustiça reside na não concessão de recomposição de perdas inflacionárias aos Analistas-Tributários e Auditores Fiscais da RFB, e aos Auditores-Fiscais do trabalho.

A presente emenda tem como escopo afastar essa injustiça, concedendo aos três cargos um tratamento isonômico com seus pares do Poder Executivo. O reajuste proposto é de 19% em duas parcelas a produzirem efeitos a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Em cumprimento ao artigo 113 do Ato das Disposições constitucionais transitórias, estima-se na tabela a seguir o impacto orçamentário e financeiro do reajuste aqui proposto.

O estudo consolidado na referida tabela considera os quantitativos da servidores ativos e inativos em cada cargo e ainda o regime previdenciário em relação aos inativos.

Impacto Orçamentário e Financeiro do Reajuste Proposto

Órgão/Cargo				Ministério do Trabalho		Total
Despesa		Analista-Tributário	Subtotal	Auditor-Fiscal	Subtotal	
2025	Primaria	152.656.194	699.651.723	138.831.716	138.831.716	838.483.439
	Financeira	16.717.906	51.149.902	11.157.946	11.157.946	62.307.848
	Total	169.374.100	750.801.625	149.989.661	149.989.661	900.791.286
2026	Primaria	305.119.286	1.402.944.468	381.192.575	381.192.575	1.784.137.043
	Financeira	33.440.273	100.198.276	36.258.661	36.258.661	136.456.936
	Total	338.559.559	1.503.142.744	417.451.236	417.451.236	1.920.593.979
2027	Primaria	62.440.560	288.269.687	57.043.575	57.043.575	345.313.262
	Financeira	7.043.146	19.199.168	4.385.834	4.385.834	23.585.002
	Total	69.483.706	307.468.855	61.429.408	61.429.408	368.898.263

Considerando os dados da tabela acima, constata-se que os valores propostos são plenamente compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizado no Anexo V da LOA 2025, R\$16,8 bilhões na despesa



primária e R\$1,918 bilhões na despesa financeira, sendo facilmente cobertos com os recursos destinados para Reserva de Contingência na LOA.

Sendo assim, cabe ao Poder Legislativo corrigir flagrante tratamento injusto e até mesmo discriminatório em relação a três dos cargos de maior relevância para a sociedade brasileira. Dois deles compõem a autoridade fiscal e tributária da União, além de atuar na segurança pública, protegendo as fronteiras contra o tráfico de armas e drogas, e o fluxo de mercadorias irregulares. O outro cargo atua na vigilância e coordenação das relações de trabalho, atuando na guarda dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação desta Emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Jorge Kajuru**  
**(PSB - GO)**





**MPV 1286  
00101**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)****Ementa:**

Altera o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MP 1286/2024 para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024.

O Congresso Nacional decreta:

Art. xxx A tabela b do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida

Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela e do Anexo CCXXIV;

Art. xxx A tabela a do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.

**JUSTIFICAÇÃO**

Conforme o texto em vigor da Medida Provisória nº 1.286/2024, o reajuste salarial previsto para médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação é de apenas 4,5%. No entanto, o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, firmado entre o Governo Lula e as entidades representativas, garante 9% de reajuste a partir de 1º de janeiro de 2025, com mais 5% previstos para abril de 2026, conforme a cláusula primeira do acordo. Essa redução no reajuste contraria os termos negociados e assinados,



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258250522800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Jerry e outros



gerando grande insatisfação entre os profissionais e prejudicando trabalhadores fundamentais para o funcionamento das universidades e hospitais universitários.

Torna-se necessária, portanto, a aprovação da presente emenda corrigindo a Medida Provisória nº 1.286/2024 de forma a permitir às duas categorias reajustes iguais aos concedidos às demais categorias conforme o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024.

Ante o exposto, espero contar com o apoio para a aprovação da presente emenda que faz justiça aos médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Márcio Jerry**  
(PCdoB - MA)

**Deputada Alice Portugal**  
(PCdoB - BA)

**Deputada Jandira Feghali**  
(PCdoB - RJ)

**Deputada Enfermeira Rejane**  
(PCdoB - RJ)

**Deputada Daiana Santos**  
(PCdoB - RS)

**Deputado Daniel Almeida**  
(PCdoB - BA)

**Deputado Orlando Silva**  
(PCdoB - SP)

**Deputado Renildo Calheiros**  
(PCdoB - PE)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258250522800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Jerry e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Márcio Jerry)**

Ementa:

Altera o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MP 1286/2024 para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024.

O Congresso Nacional decreta:

Art. xxx A tabela b do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida

Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela e do Anexo CCXXIV;

Art. xxx A tabela a do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.

Assinaram eletronicamente o documento CD258250522800, nesta ordem:



1 Dep. Márcio Jerry (PCdoB/MA) - Fdr PT-PCdoB-PV

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258250522800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Jerry e outros



- 2 Dep. Daniel Almeida (PCdoB/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
- 4 Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 5 Dep. Daiana Santos (PCdoB/RS)
- 6 Dep. Renildo Calheiros (PCdoB/PE)
- 7 Dep. Enfermeira Rejane (PCdoB/RJ)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258250522800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Jerry e outros



**MPV 1286  
00102**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Substitua-se os arts. 173 a 182 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**CAPÍTULO LXXI****DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

Art. 173. Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Os ocupantes do cargo de ATIDS terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

§ 2º O cargo efetivo de ATIDS é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo CCCVI.

§ 3º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, ficam reorganizados no cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.

\*CD256805958200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta



§ 4º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo de ATIDS.

§ 5º O exercício descentralizado dos servidores do § 3º do artigo 173º será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.

§ 6º No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes do cargo de ATIDS em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

Art. 174. Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de ATIDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por transformação de cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193 caput, inciso I.

Art. 175. São atribuições do cargo de ATIDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

I - executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de desenvolvimento socioeconômico;

II - executar atividades de assistência técnica no planejamento, na implementação, na análise e na avaliação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento regional e territorial sustentável, seja agrário ou urbano;

III - analisar a viabilidade econômica de projetos de investimento e de desenvolvimento sustentável;

IV - analisar e avaliar dados socioeconômicos que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das políticas de indústria, micro e pequenas empresas, comércio, serviços, comércio exterior, agricultura, infraestrutura, inovação e demais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do País;

V - subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais;

\*CD256805958200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta



VI - subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico;

VIII - realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar, coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, desenvolver e realizar projetos de infraestrutura de transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de infraestrutura sustentável;

IX - desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

X - avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;

XI - executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção de qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área

\*CD256805958200\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta



da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

XII - desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;

XIII - difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e

XIV - promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.

Art. 176. A jornada de trabalho do cargo de ATIDS da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais.

Art. 177. O ingresso nos cargos de ATIDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

I - provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório; e

II - curso de formação, de caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º O ingresso nos cargos de ATIDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

§ 2º O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se referem os incisos I e II do caput, a habilitação legal específica a que se refere o § 1º e os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 3º O concurso público a que se refere o caput será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico.

§ 4º Os concursos públicos para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, com autorizações vigentes na data



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta





de publicação desta Medida Provisória serão válidos para ingresso no cargo de Analista em Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de que trata o art. 173º.

Art. 178. Os ocupantes do cargo de ATIDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. Os valores do subsídio são os constantes do Anexo CCCVII.

Art. 179. Os ocupantes do cargo de ATIDS não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas – VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por força do disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta



IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno; XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 180.

Art. 180. O subsídio dos ocupantes do cargo de ATIDS não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, da Constituição, e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 181. O desenvolvimento do servidor na Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

Art. 182. Os ocupantes do cargo de ATIDS somente poderão:

I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;

II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de nível mínimo 13 ou equivalente;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta



III - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo 15 ou equivalente; ou

IV - ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 15 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de quinhentos mil habitantes.

ANEXO CCCVI  
ESTRUTURA DO CARGO INTEGRANTE DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico	ESPECIAL	V
		V
		III
		II
		I
	CLASSE	V
		V
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

ExEdit  
\* C D 2 5 6 8 0 5 9 5 8 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta



ANEXO CCCVI - A  
TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE ANALISTA TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO	
Cargos: Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos (Anexo XII da Lei nº 12.277/2010)	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico	
		II	V			
		I	III			
		VI	II			
		V	I			
		IV	V			C
		III	V			
		II	III			
		I	II			
	B	VI	I	B		
		V	V			
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
	A	I	I	A		
		V	V			
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
	I	I				

LexEdit  
\*CD256805958200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta



ANEXO CCCVII  
CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

TABELA DE SUBSÍDIO

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO
ESPECIAL	V	21.070,00
	V	20.341,06
	III	19.637,34
	II	18.957,97
	I	18.302,09
CLASSE	V	17.057,64
	V	16.467,51
	III	15.897,80
	II	15.347,80
	I	14.816,83
B	V	13.809,35
	IV	13.331,60
	III	12.870,38
	II	12.425,12
	I	11.995,26
A	V	11.179,64
	IV	10.792,87
	III	10.419,47
	II	10.059,00
	I	9.711,00

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024[1] estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)[2], tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do

ExEdit  
\*CD256805958200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta



diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010[3] que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias[4], com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta



Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[5], com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[6], com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, da forma proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação (...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;
- II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
- III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
- IV - gestão dinâmica da força de trabalho;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta



V - priorização das atividades estratégicas e complexas;

VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo; e

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

### **Requisitos para estruturação de cargos**

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta





Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024[7] (atual Lei nº 14.875/2024[8]) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;
8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;
9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta



Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Por esses motivos, submete-se à apreciação dos Nobres Pares a presente Emenda consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, como estão sendo propostas, razão pela qual devem ser substituídos.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Luiz Carlos Motta**  
**(PL - SP)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256805958200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Motta



**MPV 1286  
00103**

CONGRESSO NACIONAL

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME UCHOA PSB/PE

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI, CCLXXXII e CCLXXXIII a esta Medida Provisória.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo corrigir uma distorção na reestruturação da remuneração dos cargos de Médico e Médico Veterinário no âmbito do **Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE)**, conforme estabelecido pela **Lei nº 11.091/2005**. Para tanto, destacam-se os seguintes pontos:

**1. Manutenção da Coerência da Estrutura do PCCTAE**

- Os cargos de **Médico e Médico Veterinário** pertencem ao **nível E** da carreira técnico-administrativa em educação e, portanto, devem seguir a mesma lógica remuneratória dos demais cargos desse nível.
- A **Lei nº 12.702/2012** regulamentou a jornada de trabalho desses profissionais em **20 horas semanais**, permitindo a ampliação para **40 horas**, desde que haja interesse da administração e disponibilidade orçamentária.

**1. Desigualdade no Reajuste Salarial**

- O **Termo de Acordo de Greve nº 11/2024**, assinado pelo **Governo Federal**, representado pelo **Ministério da Gestão e da Inovação**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257848262800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa



em **Serviços Públicos**, e por entidades sindicais (FASUBRA e SINASEFE), estabelece reajustes para os integrantes do PCCTAE em **9% para 2025 e 5% para 2026**.

- No entanto, a **MPV 1286/2024 diferenciou negativamente** os cargos de **Médico e Médico Veterinário**, concedendo-lhes **reajuste inferior (4,5% em 2025 e 4,5% em 2026)**, sem justificativa plausível.

#### 1. **Violação ao Princípio da Isonomia**

- A **Lei nº 8.112/1990**, em seu **artigo 41, §4º**, assegura a **isonomia salarial** para cargos com atribuições equivalentes dentro do mesmo Poder.
- A Constituição Federal de 1988, no **art. 39, §1º**, determina que a remuneração deve observar **a natureza, a responsabilidade e a complexidade do cargo**, além dos requisitos de investidura.
- Sendo assim, qualquer diferenciação injustificada entre os cargos de **nível E do PCCTAE constitui afronta à legislação vigente** e à Constituição.

#### 1. **Correção da Injustiça e Preservação da Segurança Jurídica**

- A presente emenda visa **corrigir a distorção criada pela MPV 1286/2024**, garantindo **equidade no reajuste salarial** para os Médicos e Médicos Veterinários, **conforme acordado na negociação coletiva**.
- Além de evitar precedentes prejudiciais, **assegura segurança jurídica** para todos os servidores do PCCTAE, garantindo que **regras uniformes sejam aplicadas sem discriminação** entre categorias de mesmo nível.

Diante do exposto, **solicita-se o acolhimento da presente emenda**, a fim de garantir a aplicação **correta, justa e isonômica da reestruturação salarial** no âmbito da Medida Provisória nº 1286/2024.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257848262800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa



Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Guilherme Uchoa**  
(PSB - PE)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257848262800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa



**MPV 1286  
00104**

CONGRESSO NACIONAL

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME UCHOA PSB/PE

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, renumerando-se os demais, o seguinte capítulo XXII-1 antes do Capítulo XXIII da Medida Provisória, nos termos a seguir:

## CAPÍTULO XXII-1

## DO CARGO DE AUDITOR DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

Art. . A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura de classificação e os valores do vencimento básico do cargo de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), serão fixados no Anexo LXXVI-1 a esta Medida Provisória, para os respectivos níveis, classes e padrões.

(Anexo LXXX-1 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de Dezembro de 2024)

## VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUDITOR

a) Estrutura de Classificação e Vencimento básico dos cargo de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#) conforme planilha em anexo:

**JUSTIFICAÇÃO**

## JUSTIFICAÇÃO



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254882564200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa



No Brasil, a Educação como alternativa às desigualdades sociais foi estabelecida na CF/88 como “um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa ideia integra o leque de estratégias governamentais que consideram a Educação uma forma de combate às desigualdades sociais e a pobreza no Brasil.

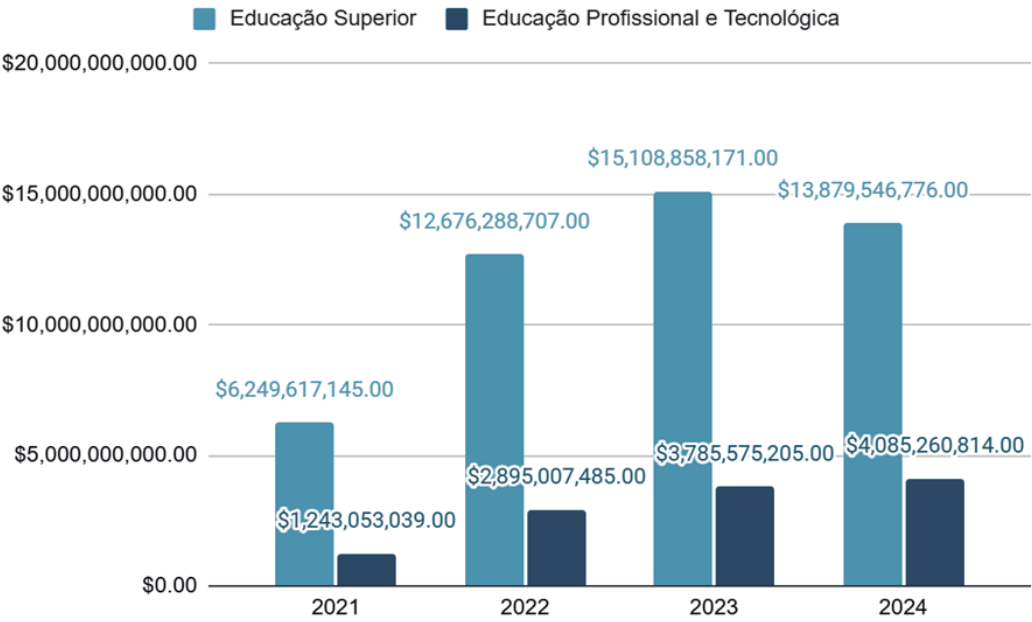
Com o avanço dessas políticas públicas e com o aumento do orçamento destinado a elas, houve, conseqüentemente, maior necessidade em adequar a atuação do Controle Interno e das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Auditorias Internas, para que os resultados alcançados por essas instituições fossem condizentes com o investimento realizado. Busca-se, dessa forma, atender não só aos interesses dos gestores públicos, mas também dos usuários dos serviços e da sociedade.

Figura 1. Orçamento Anual da Educação Superior e da Educação Profissional e Tecnológica



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254882564200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa





Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

Essa adequação da atuação do Controle Interno envolve a valorização das funções desempenhadas, seja pela criação de carreiras próprias, seja pelo ajuste remuneratório condizente com as responsabilidades assumidas.

A necessidade de assegurar a integridade das funções de auditoria interna dentro das Instituições Federais de Ensino (IFE's) foi recentemente reconhecida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em parecer exarado nos autos da Denúncia n. 25.007/2024-6, a Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos apontou a premência de se buscar o fortalecimento das unidades de auditoria dentro das Universidades Federais e

\* CD 254882564200 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254882564200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa





da atuação específica do Auditor, cujas funções não podem ser alocadas como uma mera especialidade dentro de um cargo geral:

a) no que tange às políticas públicas, a ausência de auditores especializados nas IFE pode dificultar a implementação de políticas e processos que assegurem o uso eficiente e responsável dos recursos, prejudicando a confiança da sociedade na gestão dos valores destinados à educação;

b) no âmbito institucional, a aprovação das alterações na Lei 11.091/2005, particularmente a transformação do cargo de Auditor em Analista em Educação, representa um risco considerável ao controle interno na Administração pública, especialmente nas IFE. A mudança fragiliza a segregação de funções, enfraquece a estrutura de controle interno e compromete a accountability nas entidades; e

c) a função de Auditor possui especificidades e competências essenciais para assegurar a fiscalização efetiva e independente dos processos administrativos, contábeis e financeiros. Ao substituir essa posição especializada por um cargo de natureza mais ampla e menos focada em auditoria, abre-se uma lacuna de expertise na identificação de irregularidades e na promoção da transparência (fundamentais para a boa governança e para o cumprimento dos princípios constitucionais). Devido à sua formação generalista, os Analistas em Educação poderiam carecer das habilidades técnicas específicas para detectar e corrigir desvios e fraudes.

O Congresso Nacional, inclusive, foi cientificado desse posicionamento pelo TCU por meio do Aviso n. 956 - GP/TCU, de 20 de dezembro de 2024, para que adote as medidas cabíveis. O documento está sob análise da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254882564200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa



As especificidades do cargo buscam garantir o cumprimento do art. 74 da Constituição Federal quando da atuação da Unidade de Auditoria Interna de forma integrada por meio de Sistema de Controle Interno, bem como por meio da atuação do cargo de Auditor na prática da atividade de Auditoria Interna Governamental para o alcance das finalidades de avaliação e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração indireta, especificamente Instituições Federais de Ensino, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, nos termos do art. 70 da Carta Magna.

Apesar disso, o enquadramento remuneratório do cargo de Auditor não se encontra citado de forma específica nas tabelas do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#).

Tal situação levou a um descompasso entre a crescente complexidade das atribuições e a estrutura remuneratória do cargo de Auditor da Educação com a estrutura de outros cargos e carreiras que desempenham funções equivalentes no Poder Executivo Federal, com similitude de atribuições, nível de escolaridade e jornada de 40 horas semanais, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Remuneração dos cargos de Auditor do Executivo Federal considerando os ajustes dispostos na Medida Provisória 1.286 de 31 de dezembro de 2024.

Cargo	Inicial 1º DE JANEIRO DE 2025	Final 1º DE JANEIRO DE 2025
Auditor-Fiscal da Receita Federal Do Brasil - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor-Fiscal do Trabalho - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor Federal de Finanças e Controle - Ns	R\$ 18.033,52	R\$ 33.086,10
Auditor do Banco Central do Brasil - NS	R\$ 18.033,52	R\$ 33.086,10

\* CD 254882564200 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254882564200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa



Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Ns	R\$ 14.000,00	R\$ 24.632,19
Auditor das Instituições Federais de Ensino - Ns	R\$ 4.967,04	R\$ 10.062,32

Fonte: Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023 e Medida Provisória 1.286 de 31 de dezembro de 2024.

Do exposto, com o propósito de minimizar a discrepância remuneratória entre os Cargos de Auditor do Poder Executivo Federal, propõe-se a equidade remuneratória do cargo de Auditor perante a tabela específica a), do Anexo XLVII, da [Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012](#), atualizada pelo Anexo CCLXXXI da Medida Provisória que se deseja emendar. Ou seja, essa emenda não propõe a criação de situação nova ou mudança de carreira, mas, tão somente, de correção de discrepância apresentada no quadro acima.

Com a inclusão da citação, estima-se um impacto anual, em 2025, de R\$ 23.264.266 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais), na hipótese de implantação a partir de janeiro de 2025. Bem como um impacto anual, em 2026, de R\$ R\$ 27.333.288 (vinte e sete milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta e oito reais), na hipótese de implantação a partir de abril de 2026. Para os exercícios seguintes, inclusos já nas Leis Orçamentárias Anuais respectivas, ter se-iam os impactos anualizados estimados de R\$ 23.264.266 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais) em 2025, e de R\$ 66.642.372 (sessenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e trezentos e setenta e dois reais) em 2026, considerando o universo de todos os 450 auditores do PCCTAE de todo o país. Desta forma, constata-se que os valores propostos são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizado no Anexo V da LOA 2025, R\$16,8 bilhões na despesa primária e R\$1,918 bilhões na despesa financeira, sendo possível utilizar os recursos destinados para Reserva de Contingência na LOA.

\*CD254882564200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254882564200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa



Assim, é apresentada proposta que busca o fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI) na sua atuação integrada e no alcance das suas finalidades na forma da Constituição Federal. Isso se dará com a reorientação dos modelos de alcance de resultados pelas organizações a partir do fortalecimento da estrutura já existente e da correção de discrepâncias salariais de cargos específicos com atribuições e carga horária equivalentes, qualificando as entregas de serviço público à sociedade e corrigindo a desvalorização do cargo de Auditor do PCCTAE.

São essas as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Guilherme Uchoa**  
(PSB - PE)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254882564200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa



\* CD 254882564200 \*  
ExEdit



CARGO	SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E					NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E			
	PISO	EFEITOS FINANCEI ROS A PARTIR DE  1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE  1º DE ABRIL DE 2026
I			II	III	IV				
Auditor	P31	4.556,92	1				1	9.523,96	9.952,54
	P32	4.734,64	2	1			2	9.895,40	10.340,70
	P33	4.919,30	3	2	1		3	10.281,34	10.744,00
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	10.682,30	11.163,00
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	11.098,90	11.598,36
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	11.531,76	12.050,68
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	11.981,52	12.520,68
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	12.448,80	13.009,00
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	12.934,28	13.516,32
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	13.438,72	14.043,46

\*CD254882564200\*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254882564200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa



P41	6.680,78	11	10	9	8	11	13.962,84	14.591,16
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	14.507,40	15.160,24
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	15.073,18	15.751,48
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	15.661,02	16.365,76
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	16.271,80	17.004,04
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	16.906,42	17.667,20
P47	8.404,67		16	15	14	17	17.565,76	18.356,22
P48	8.732,45			16	15	18	18.250,82	19.072,10
P49	9.073,02				16	19	18.962,62	19.815,94

ExEdit  
\*CD254882564200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254882564200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Guilherme Uchoa



**MPV 1286  
00105****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória 1286 de 2024, o seguinte artigo:

Art. Fica o Poder Executivo autorizado a reabrir por 60 (sessenta dias), contados a partir da publicação desta Lei, o prazo para a opção pelo enquadramento na forma prevista no art. 29 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018.

Parágrafo único. No mesmo período, os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que possuíam, nos termos do art. 29, § 2º, da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, a formação de nível superior em engenharia, arquitetura, geologia ou geografia, com atuação voltada às políticas públicas de infraestrutura de grande porte, poderão ser enquadrados na carreira de Analista de Infraestrutura, estabelecida pelo art. 1º, I, da Lei nº 11.539, de 8 de novembro 2007.

Art. Fica autorizada a reabertura por 60 (sessenta dias), contados a partir da publicação desta Lei, do prazo para a opção pelo enquadramento nas formas previstas no caput e no § 15 do art. 34 da Lei nº 13.681, de 2018.

Parágrafo único. Aplica-se aos servidores que fizeram a opção de que trata o caput o disposto nos §§ 4º a 10 do art. 34 da Lei nº 13.681, de 2018.

Art. Fica autorizada a reabertura por 60 (sessenta dias), contados a partir da publicação desta Lei, o prazo para apresentação de termo de opção pelo enquadramento de que tratam o art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 27



de maio de 2014, e o art. 6º da Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017.

Art. Os requerimentos para o enquadramento de que tratam o caput do art. 1º, o caput do art. 2º e o art. 3º dos servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da União inadmitidos por intempestividade serão, ex officio, reanalisados pela União, independentemente da apresentação de novo requerimento pelos interessados.

Art. A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º (...)

IX – os servidores abrangidos pela Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, que, até a data da publicação do deferimento da opção no Diário Oficial da União, tenham mudado de regime jurídico administrativamente ou em razão de aprovação em concurso público para o mesmo cargo ou cargo equivalente, ou ainda para a mesma carreira, desde que não interrompido o vínculo com o Estado de Rondônia;

(...)

XIV – os professores contratados com base no art. 77 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, considerados de contratação precária ou professores leigos que mantiveram ou mantêm vínculo de trabalho com os ex-Territórios e os atuais Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, bem como pelos seus municípios, desde que devidamente habilitados a qualquer tempo;

(...)

XV – os servidores que se encontravam no desempenho de atividades de natureza policial rodoviária na data em que os ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia foram transformados em Estado ou entre essa data e outubro de 1998, para o Amapá e Roraima, ou entre essa data e março de 1991, para Rondônia;

(...)





XVI – a pessoa que ocupava apenas funções de confiança ou cargos em comissão, admitida pelos Estados do Amapá e de Roraima, entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1998, e exercia funções policiais nesse

período, as quais serão enquadradas na carreira Policial Civil, na forma do art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, e do art. 6º da Emenda Constitucional nº 98, de 2017;

XVII – os servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amapá que tiveram o provimento dos cargos autorizado pelo Decreto nº 1.266, de 22 de julho de 1993, do Estado do Amapá e o Edital nº 016/1993, publicado no Diário Oficial do Estado de 18 de agosto de 1993; e

XVIII – aqueles que se encontravam no exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde ou de Agente de Combate às Endemias, na forma da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, independentemente da forma de retribuição efetuada pela Administração Pública à época do vínculo empregatício.

..... ” (NR)

“Art. 8º (.)

(...)

§ 7º Os servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos dos ex-Territórios Federais (PCC-Ext) pela Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e a Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, enquadrados em cargos de mesma denominação ou semelhante ou de atribuições equivalentes às previstas para as categorias funcionais de agente administrativo, datilógrafo, assistente administrativo, agente de vigilância, telefonista, motorista oficial, auxiliar operacional de serviços diversos, artífice, agente de saúde, auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem e agente de portaria serão posicionados no nível intermediário, consoante o disposto no art. 5º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1991, e o disposto na Lei nº 8.743, de 9 de dezembro de 1993, vedada, em qualquer hipótese, efeitos financeiros retroativos.



§ 8º O disposto no § 7º se aplica aos servidores ativos, aposentados e pensionistas, independentemente de possuírem escolaridade correspondente ao ensino médio ou habilitação legal equivalente, sendo os cargos e empregos extintos quando vagarem.

§ 9º Aplica-se também o disposto no § 7º aos ocupantes de empregos a que se refere o art. 12 cujas atividades ou atribuições sejam iguais ou equivalentes às previstas para os cargos referidos no § 7º, independentemente de possuírem escolaridade correspondente ao ensino médio ou habilitação legal equivalente, sendo os empregos extintos quando vagarem.” (NR)

“Art. 28-A. Para a comprovação do desempenho das atribuições referidas no inciso XV do art. 2º, poderão ser apresentados, no mínimo, três dos seguintes documentos:

- I – carteira de policial rodoviário;
- II – escalas de serviço;
- III – ordens de missão;
- IV – registros em livro de ocorrência; ou

V – outros meios que atestem o exercício da atividade policial rodoviária. § 1º O valor do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput são os fixados no Anexo III da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, com a redação dada pela Lei nº 13.371, de 14 de dezembro de 2016. § 2º Ao disposto no caput aplicar-se-á o disposto no § 6º do art. 4º.”

“Art. 29. Os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que se encontravam, nos termos do § 2º deste artigo, no desempenho de atribuições de planejamento ou de orçamento ou no desempenho de atribuições de controle interno e finanças públicas nos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, municipal, autárquica, fundacional e nos órgãos setoriais de planejamento das empresas públicas e sociedades de economia mista dos ex-Territórios Federais e dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, serão enquadrados, respectivamente, nos cargos que compõem a carreira de Planejamento e



Orçamento, de que trata a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, ou a carreira de Finanças e Controle, de que trata a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016.

(...)

§ 2º Para fins de comprovação do desempenho das atribuições referidas no caput, será observado o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e deverá ser apresentado pelo menos um dos seguintes documentos:

I – ato de nomeação ou designação do ocupante do cargo efetivo para cargo em comissão ou função de confiança da estrutura organizacional das unidades de planejamento e orçamento ou de controladoria, desde que para executar atividades ou atribuições de planejamento e orçamento ou de controle interno, respectivamente;

II – históricos, fichas e registros funcionais que destaquem a evolução na carreira, as intercorrências e a situação do cargo; I

II – ato administrativo, decisão administrativa ou atos materiais constantes em processo administrativo, assinados pelo servidor, cujo teor evidencie a atividade desempenhada;

IV – relatórios, pareceres, notas técnicas ou expedientes semelhantes, assinados pelo servidor e constantes em processos administrativos ou documentos oficiais, cujo teor demonstre o exercício da atividade desempenhada;

V – ofícios, memorandos ou expedientes semelhantes, subscritos pelo servidor, cujo teor demonstre o exercício da atividade; ou

VI – certidão assinada por servidor, mesmo que de interesse de terceiro, cujo teor demonstre o exercício da atividade (...) ” (NR)

“Art. 33-A. Passam a integrar a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos ex-Territórios, de que trata o inciso II do caput do art. 122 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, os professores e regentes de ensino dos ex-Territórios Federais e dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia e de seus



Municípios, enquadrados nos termos dos artigos 12 e 13 e incluídos em quadro em extinção da administração pública federal.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput aos empregos de professores e regentes de ensino que, comprovadamente, desempenharam atribuições de magistério, desde que atendam aos requisitos de formação profissional exigidos em lei”.

§ 2º Os profissionais enquadrados na forma deste artigo poderão optar pelo enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.”

“Art. 33-B. Os professores a que se refere o inciso XIV do art. 2º serão enquadrados na carreira do Magistério do Ensino Básico dos exTerritórios, de que trata o inciso II do caput do art. 122 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, independentemente de possuírem a habilitação profissional à época de suas admissões, aplicando-se a eles o inciso III do caput, o inciso III do § 1º e os §§ 2º e 5º, todos do art. 3º, os §§ 5º e 6º do art. 4º, o art. 10, o art. 27, o caput e os §§ 1º e 3º do art. 33 e o art. 35.

Parágrafo único. Os professores a que se refere o inciso XIV do art. 2º que atenderem aos requisitos de escolaridade e titulação até a data da entrega do requerimento de opção, ou até a data do deferimento do pedido de inclusão no quadro da administração federal, se posterior, poderão optar pelo Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, na forma do art. 34.”

“Art. 33-C. Aos professores do Magistério do Ensino Básico Federal dos ex-Territórios e aos professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico fica assegurado o reposicionamento equivalente, em classe e nível, nas respectivas tabelas do magistério federal, nos termos do inciso III do art. 3º.

§ 1º Para fins do reposicionamento a que se refere o caput será contado o tempo de serviço prestado na carreira do magistério, na razão de um nível para cada 18 (dezoito) meses, observado, para a Classe de Professor Titular, o requisito do título de doutor.



§ 2º Aplica-se o disposto no caput aos professores que se encontrem na condição de afastados, cedidos ou redistribuídos, desde que oriundos do quadro em extinção dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

§ 3º Aplica-se o disposto no caput e no § 1º às aposentadorias e pensões, considerado o tempo de magistério prestado até a data da aposentadoria ou do óbito.”

Art. A inclusão dos empregados públicos da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista que foram constituídas pelos ex-Territórios, pela União, pelos Estados ou por seus Municípios, optantes pelo ingresso no quadro em extinção da União, ocorrerá no último emprego ocupado ou equivalente, observado o vínculo empregatício constante do contrato de trabalho com a União, com os Estados de Rondônia, Amapá e Roraima ou com os seus Municípios, observadas as tabelas remuneratórias constantes do Anexo VI da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, e atualizações constantes desta medida provisória.

Art. A Lei 11.539, de 08 de novembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações.

Art. 1º (...)

I – Carreira de Analista de Infraestrutura, estruturada em classes, composta do cargo de Analista de Infraestrutura, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades de gestão governamental, nos aspectos relativos à formulação, implementação, controle e avaliação de políticas públicas de infraestrutura, incluindo as atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte; e (...)

§ 3º Os ocupantes dos cargos de que trata o inciso I deste artigo terão lotação no Ministério dos Transportes, na qualidade de Órgão Supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas públicas de infraestrutura.



§ 4º Compete ao Ministro de Estado dos Transportes, respeitado o disposto no § 3º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes dos cargos de que trata este artigo.

§ 5º No interesse da administração, o Ministério dos Transportes poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes dos cargos efetivos de que trata o caput, em empresas públicas, autarquias e fundações.

§ 6º A carreira de que trata o inciso I do caput deste artigo passa a integrar as carreiras de Gestão Governamental do art. 10 da Lei 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

(...)

§ 8º Os titulares de cargos de provimento efetivo da carreira de Analista de Infraestrutura serão reenquadrados, a contar de 1º de janeiro de 2027.”. (NR)

(...)

“Art. 4º-F. A partir de 1º de janeiro de 2027, a estrutura remuneratória dos titulares da Carreira de Analista de Infraestrutura de que trata o inciso I do art. 1º será constituída da mesma forma que a dos cargos de nível superior das carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.”

(...)

Art. A Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º (...)

(...)

IV – da carreira de Analista de Infraestrutura, o Ministério dos Transportes”. (NR)

“Art. 4º (...)



(...)

§ 3º As normas referidas no § 1º serão definidas exclusivamente pelo órgão supervisor para a carreira referida no inciso IV do art. 3º.” (NR)

Art. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações.

“Art. 10 (...)

(...)

V – Analista de Infraestrutura, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007.

(...)”. (NR)

Art. Para fins de correlação da estrutura de classe e padrão do cargo da Carreira de Analista de Infraestrutura de que trata o inciso I do art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, à tabela de carreiras de Gestão Governamental de que trata a Tabela I do Anexo VI da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2007, na forma da tabela do Anexo I da referida Lei, observará o interstício de 12 (doze) meses, a ser contado da data de posse no cargo, descontadas eventuais licenças não remuneradas.

Art. Aos servidores pertencentes à categoria funcional de médico enquadrados no inciso I do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, desde que admitidos regularmente no Quadro dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima ou de Rondônia, inclusive no Plano de Classificação de Cargos dos ex-Territórios Federais (PCC-Ext), de que trata o art. 8º da Lei 13.681, de 18 de junho de 2018, serão assegurados o mesmo padrão remuneratório dos integrantes do cargo de médico do plano especial de cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.



Art. Ficam revogados os artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 13- A, 13-B, 14, 14-A e 15 da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A infeliz perda de eficácia da Medida Provisória (MPV) nº 1.122, de 8 de junho de 2022, cujo prazo de vigência encerrou-se em 19/10/2022, deixou uma grave lacuna no regramento aplicável aos servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

Importantes medidas eram tratadas no normativo expirado, inclusive no projeto de lei de conversão (PLV) que havia sido apresentado pelo relator, como reabertura de prazos de opções para inclusão nos quadros em extinção da União, reconhecimento do direito de opção a diversas carreiras não anteriormente contempladas, como professores leigos, policiais rodoviários e outros, formas de comprovação do direito de opção, além de importantes reformulação na Carreira de Analista de Infraestrutura.

A questão da transposição dos servidores dos ex-Territórios federais se arrasta desde 1988, quando, pela Constituição Federal, Amapá e Roraima se tornaram Estados. O Território de Rondônia já havia se tornado Estado em 1981. Parte dos servidores civis e militares dos ex-Territórios foi incorporada aos respectivos Estados e Municípios, mas diversos ex-servidores e prestadores de determinadas categorias profissionais reivindicam, desde então, o enquadramento no corpo de servidores da União. Relembrou o relator daquela MPV que, não obstante a edição da Lei nº 13.681, de 2018, regulamentando as três emendas constitucionais sobre o tema (EC nº 60, de 2009, EC nº 79, de 2014, e EC nº 98, de 2017), ainda persistem diversos questionamentos junto ao Poder Judiciário quanto à aplicabilidade de diversos dispositivos em relação a certas categorias.

As regras previstas neste projeto fazem justiça, por exemplo, aos professores leigos, aos que exerceram funções policiais, inclusive de





polícia rodoviária, aos empregados públicos e aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dando a eles o direito de também serem incorporados aos quadros da União, nos termos de diversas emendas constitucionais e leis ordinárias que tratam da matéria.

Aproveitamos para dar efetividade ao disposto no art. 5º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, que dispõe que diversas categorias funcionais passaram a integrar o anexo X da Lei nº 7.995/1990, isto é, o rol de cargos de nível intermediário.

Além disso, o projeto corrige uma distorção histórica, verificada na carreira de Analista de Infraestrutura.

Do mesmo modo, busca-se atender a uma reivindicação histórica dos professores e regentes de ensino enquadrados em empregos públicos federais, conforme as disposições da Emenda Constitucional 98, de 2017, e a Lei nº 13.681, de 2018. Esses professores e regentes de ensino tinham a nítida convicção de que seriam enquadrados na Carreira do Magistério do Ensino Básico dos exTerritórios e, posteriormente, aqueles com a escolaridade superior fariam opção pelo enquadramento no plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Ocorre que a interpretação adotada pela União foi de que eles teriam direito ao enquadramento em empregos públicos federais, sem os benefícios do plano de carreira do magistério nem reconhecimento da formação dos professores e regentes de ensino.

Sugerimos também a previsão de aplicação de critérios equânimes de posicionamento nas tabelas remuneratórias do magistério federal para os docentes oriundos do ex-Territórios.

Além disso, apresentamos diversos aperfeiçoamentos ao direito de opção de enquadramento na carreira de Planejamento e Orçamento e na carreira de Finanças e Controle dos servidores que tenham tido relação ou vínculo funcional ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho, inclusive em empresas públicas ou sociedades de economia mista do Amapá, de Roraima e de Rondônia.



A emenda também corrige uma importante distorção em relação aos servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amapá que tiveram o provimento dos cargos autorizado por Decreto do Estado, editado por força de Edital que fora elaborado, autorizado e publicado pela União. Trata-se de caso específico em que, embora o provimento tenha sido feito após a constituição do Estado, o ato só ocorreu por imposição da União, uma vez que, publicado o edital, este passou a exigir a edição de atos subsequentes independentemente da vontade do Estado, representando, na prática, clara situação de servidores em que a União impôs a contratação.

Em resumo, a proposição oferece soluções jurídicas adequadas para as diversas situações e carreiras que procuram segurança jurídica quanto à transposição para a União e o respectivo enquadramento nas carreiras de destino, com normas a serem observadas pela Comissão Especial dos exTerritórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima (CEEXT), para a análise, o processamento e o julgamento dos milhares de requerimentos de opção e enquadramento ainda pendentes de conclusão pela Administração Pública Federal. Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1286  
00106**



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, a seguinte seção e o seguinte artigo a Medida Provisória 1286 de 2024;

**“Servidores dos ex-territórios enquadrados em quadro em extinção da Administração Pública Federal, em funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta e indireta, inclusive municipal.”**

**“Art.** A remuneração dos servidores dos ex-territórios enquadrados em quadro em extinção da Administração Pública Federal, em funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta e indireta, inclusive municipal, fica majorada em nove por cento de acordo com aumento linear de que trata esta Lei e passa a vigorar com a seguinte tabela de correlação de remuneração, inclusive para fins de novos enquadramentos:

**TABELA DE CORRELAÇÃO DE REMUNERAÇÃO – CARGO COMISSIONADO:**

Nível Correspondente de Cargo Comissionado Executivo – CCE do Poder Executivo Federal	Valor Unitário do CCE (em R\$)	Cargos de Assessoramento do Quadro em Extinção de Caráter Não Efetivo – CAEx AP/RR
CCE 18	17.327,65	CAEx-AP – 5
CCE 17	16.944,90	CAEx-AP – 4
CCE 15	13.623,39	CAEx-AP – 3
CCE 13	10.373,30	CAEx-AP – 2
CCE 10	5.734,58	CAEx-AP – 1

§ 1º As remunerações de que trata o *caput* serão, ex officio, revisadas pela Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima (CEEXT).



§ 2º Conforme disposto nesta Lei, as remunerações para fins de enquadramento no âmbito municipal terão regulamentações específicas.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo garantir que os dos servidores dos exterritórios enquadrados em quadro em extinção da Administração Pública Federal, em funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta e indireta, inclusive municipal, tenha assegurado o aumento linear de nove por cento e que seja atualizada por lei a respectiva tabela de correlação de remuneração do cargo comissionado.

Desta forma, almejamos alcançar o *desideratum* constitucional de dinamizar a segurança jurídica através de garantias legais e constitucionais que se traduzam, na prática, em iguais condições com os direitos, vantagens e benefícios concedidos aos demais servidores públicos da União. No entanto, há desigualdades evidenciadas ao longo de todos esses anos em relação ao enquadramento dos servidores dos exTerritórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima.

Assim, na medida dessas desigualdades, verificadas por anos de sofrimento, expectativa, morosidade e instabilidade jurídica, que consideramos nesta emenda à MP 1286, de 2024, que a tabela remuneratória dos servidores supramencionados precisa de atualização.

Ato contínuo, estabelecemos que as remunerações sejam, ex officio, revisadas pela Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima (CEEXT), em razão de economia processual e em prol dos servidores.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.



Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1286  
00107**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.286, de 2024, o seguinte artigo:

“**Art.** Fica instituída a Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação e será devida aos servidores do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, regidos pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e aos servidores dos cargos de Técnico-Administrativos em Educação, regidos pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, em exercício nas Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, localizadas em zonas de fronteira ou em localidade de difícil fixação.

§ 1º A indenização também será devida ao servidor público federal, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, movimentado para compor força de trabalho na Instituição Federal de Ensino, nas mesmas condições de localidade previstas no caput.

§ 2º Para efeito do disposto no caput, ato conjunto do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Ministério da Educação elencará, em rol taxativo, as localidades de exercício dos servidores que farão jus à indenização, considerados os seguintes critérios: I - Municípios localizados em região de fronteira; II - Municípios localizados na Amazônia Legal; III - Municípios com dificuldade de fixação de efetivo.

§ 3º O objetivo da concessão da Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação é o de criar condições humanas para a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de ensino em cumprimento da lei de diretrizes e bases da educação nacional.



§ 4º A indenização será devida por dia de efetivo trabalho nas Instituições Federais de Ensino, vinculadas ao Ministério da Educação, no valor de R\$ 91,00 (noventa e um reais).

§ 5º A indenização de que trata esta Lei não se sujeita à incidência de imposto sobre a renda de pessoa física.

§ 6º O pagamento da Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação ficará condicionado à regulamentação prevista no §2º do caput.

§ 7º Será designada uma comissão composta por representantes do Ministério da Educação, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e de entidades representativas das categorias docente e técnico-administrativo para a definição do rol taxativo das localidades que farão jus à indenização.’.”

## JUSTIFICAÇÃO

A concessão da Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação aos servidores técnico-administrativos e docentes das instituições federais de ensino é justificada pelos benefícios sociais, econômicos e educacionais que essa medida pode proporcionar, contribuindo para a construção de uma educação superior mais inclusiva e distribuída de maneira estratégica em todo o território nacional.

A título de comparação, a Lei 12.855/2013, estabelece a Indenização para o Combate de Delitos de Fronteira, que beneficiou carreiras do executivo federal envolvidas na segurança pública em regiões de fronteira. Tal direito pode ser considerado como parâmetro para outras categorias de servidores, como

é o caso das Carreiras de Docentes e Técnico-Administrativos da Instituições Federais de Ensino que, por igual razão, desempenham trabalhos complexos, incluindo pesquisas de campo e atuação em locais remotos, como aldeias indígenas, povoados ribeirinhos, e demais localidades desses municípios.



A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do país, sendo responsável por formar profissionais em diversas áreas. Reconhecer a importância estratégica da educação é vital para o progresso e a prosperidade do país, justificando a implementação de medidas que incentivem o trabalho em regiões desafiadoras.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, destaca a necessidade de valorização dos profissionais da educação. Adotar a respectiva reparação indenizatória para servidores da rede federal de ensino em áreas de fronteira e difícil provimento alinha-se com o princípio de valorização desses profissionais, reconhecendo as dificuldades específicas que enfrentam em suas atividades.

Em última análise, a concessão da indenização, objeto desta emenda, garantirá a permanência de profissionais da educação nos municípios onde estão lotados, a importância da permanência de mestres e doutores será crucial para a formação técnica e acadêmica, trazendo consigo uma série de benefícios e impactos positivos.

Diante do exposto, a Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação para servidores da rede federal de ensino em regiões específicas é uma medida que promove a justiça, reconhece a importância estratégica da educação e está alinhada com princípios legais que buscam valorizar e incentivar o trabalho desses profissionais em condições adversas.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**





**MPV 1286  
00108**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** O artigo 2.º da Lei 12.855/2013 passa a vigorar com a seguinte redação.”

“**Art.** A indenização de que trata o artigo 1.º será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, no valor de R\$ 172,25.

**Parágrafo único.** O valor da indenização, de que trata o caput, poderá ser corrigido periodicamente por ato do Poder Executivo’.”

“**Art.** A indenização de que trata o art. 1º poderá ser paga cumulativamente com diárias, indenização de campo ou qualquer outra parcela indenizatória decorrente do trabalho na localidade, realizado por servidores em caráter eventual ou transitório.

§ 1º O pagamento da indenização permanecerá quando o servidor lotado em uma localidade estratégica se deslocar para participar de operações em outras localidades, consideradas estratégicas ou não.

§ 2º O pagamento da indenização será devido ao servidor, lotado em outras unidades, participando de operação realizada em localidades consideradas estratégicas, enquanto durar sua permanência.’.”



## JUSTIFICAÇÃO

Em 2013, ao criar a Indenização de Localidades Estratégicas (ILE) o legislador fixou seu valor nominal no texto da própria lei. Essa estratégia com o decorrer dos anos provou dificultar a correção monetária da Indenização e com isso ir aos pouco fazendo o instrumento criado perder sua própria essência.

Outro problema criado na gênese da ILE foi a vedação de seu pagamento concomitante com o de diárias. Como se verá adiante, os dois instrumentos indenizatórios possuem finalidades completamente distintas. A proibição do pagamento concomitante de ILE e diárias constitui, portanto, mais uma injustiça consignada no texto legal e que, com a presente emenda, se pretende corrigir.

A ILE foi instituída em setembro de 2013 pela Lei nº 12.855, que, em seu artigo 2.º, determinava o valor de R\$ 91,00 a ser pago por dia efetivo de trabalho para os servidores públicos federais em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

Somente em dezembro de 2017, 4 anos após sua criação, ocorreu a regulamentação do pagamento da ILE, por meio do Decreto n.º 9.226, que estabelecia, no seu artigo 2.º, que ato do Ministro de Estado e Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) definiria a lista de municípios considerados localidades estratégicas.

No dia 19 de dezembro de 2017 o MP publicou um conjunto de portarias (nº 455, 457, 458 e 459 e outras), definindo os municípios

considerados localidades estratégicas no âmbito dos órgãos federais que atuam nas regiões de fronteira.

O Projeto de Lei nº 4.264/2012, transformado na Lei Ordinária nº 12.855/2013, justificava a necessidade da ILE por essa indenização ser “...imprescindível para promover o fortalecimento institucional do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao reduzir os óbices para a fixação



e ampliação do quantitativo de servidores em localidades estratégicas para a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.”

Sobre o valor da ILE o projeto deixava claro que: “... a presente medida busca estabelecer mecanismo de compensação pecuniária de caráter indenizatório, capaz de minimizar a evasão de servidores de regiões vitais para as políticas de segurança nacional...”

Considerando-se o dia 3 de setembro de 2013 como marco da criação da ILE, data da publicação da Lei nº 12.855 no DOU e que o valor da Indenização se mantém inalterado desde então, fica patente a necessidade de correção da defasagem inflacionária. Partindo desse princípio, em fevereiro de 2025 o valor atualizado da ILE, atualizado pelo IPCA é de R\$ 172,25.

Diante do exposto é urgente e necessário reavaliar e atualizar o valor diário da Indenização de Fronteira, com o claro objetivo de manter a sua finalidade, e estabelecer um critério, em lei, que permita essa atualização anualmente.

O PLOA 2025, em fase de apreciação pelo Congresso, estima os seguintes valores para o pagamento da Indenização de Fronteira, em cada órgão do Governo Federal:

ÓRGÃO	R\$
Receita Federal	25.548.950
PF	43.501.622
PRF	44.924.430
MTE	1.701.768
MAPA	5.520.017
MGI	136.320
MPO	45.000.000
TOTAL	166.333.107



Caso aplicado o percentual sobre a dotação total prevista no PLOA para essa Indenização, o impacto financeiro seria de R\$ 150.646.298,00, se aplicado a partir de janeiro de 2025. Contudo, o impacto mensal seria de apenas R\$ 12.553.858. Como a LDO 2025 veda reajustes com efeitos retroativos, considerando que a lei resultante da MPV 1.286 seja promulgada no início de junho de 2025, o impacto nos 7 meses seguintes seria de R\$ 87.877.007,29.

Trata-se de despesa indenizatória e não de despesa com pessoal, portanto, não sujeita ao art. 169 da CF e ao disposto no art. 116 do PLDO, quanto à necessidade de previsão no Anexo V da LOA.

#### Recebimento cumulativo de ILE e diárias

O artigo 3.º da Lei 12.855/2013 determina que a Indenização de Fronteira não poderá ser paga cumulativamente com diárias,

indenização de campo ou qualquer outra parcela indenizatória decorrente do trabalho na localidade:

Ao se analisar o Projeto de Lei (PL) 4.264/2012 verifica-se que a ILE foi criada para promover a fixação e ampliação do quantitativo de servidores em localidades estratégicas para a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

O PL também justifica a criação da ILE como forma de fortalecer uma política estatal de enfrentamento ao crime, ao contrabando e ao descaminho, corroborando com o Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496/2011.

Diante dos normativos legais do recebimento de diárias e da ILE, pode-se concluir que as duas indenizações são distintas e não se confundem em



seus objetivos. Além disso é injusto não se diferenciar a atuação de servidores em deslocamento quando o trabalho ocorre em localidades que não são estratégicas e nas que são estratégicas.

Outro problema é a questão do não recebimento da IF por aquele servidor que está lotado em uma unidade estratégica quando se desloca para outra localidade, sendo ela estratégica ou não. O servidor deveria continuar recebendo a ILE quando estivesse atuando em outra localidade, pois existem situações que os crimes transfronteiriços se perpetuam para além da faixa de fronteira.

A adoção dessa possibilidade de recebimento cumulativamente das duas indenizações estimularia a participação de servidores em operações, de combate e prevenção ao contrabando e descaminho e também estimularia que servidores, com experiência na faixa de fronteira, atuassem em operações em outras unidades.

As possibilidades do recebimento cumulativo da IF com as diárias pagas aos servidores seriam para servidores:

- Lotados em qualquer unidade do órgão participando de operação em unidade de localidade estratégica, definida pela portaria do MP nº 459;

- Lotados em unidades do órgão em localidade estratégica, participando de operação em localidade considerada estratégica ou não.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Zequinha Marinho**  
**(PODEMOS - PA)**



**MPV 1286  
00109****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Esperidião Amin

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Alterem-se, no Anexo CCLXXXII da MPV nº 1.286, de 2024, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025” para que eles correspondam a um acréscimo de 9% (nove por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023”, e, em seguida, alterem-se, na mesma tabela, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2026” para que eles correspondam a um acréscimo de 5% (cinco por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025”.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Emenda visa corrigir a discrepância no tratamento concedido pela Medida Provisória (MPV) aos médicos e médicos veterinários que fazem parte do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). Conforme estabelecido no Anexo CCLXXXII da MPV, os médicos e veterinários receberam, a partir de 1º de janeiro de 2025, um reajuste de apenas 4,5% em seus vencimentos básicos, enquanto os demais cargos do mesmo plano de carreira obtiveram uma recomposição de 9%, conforme previsto no Anexo CCXXIV da MPV. Além disso, o reajuste previsto para médicos e veterinários a partir de 1º de abril de 2026, também de 4,5%, ficou abaixo do percentual de 5% concedido aos demais cargos.

Vale destacar que os reajustes de 9% em 2025 e 5% em 2026 foram resultado de uma negociação entre o governo e os servidores do PCCTAE, conforme estabelecido no Acordo de Greve nº 11, de 2024. O acordo não previa qualquer



distinção entre os reajustes aplicados às diferentes categorias do plano de carreira, o que evidencia a injustiça cometida contra médicos e veterinários, que foram excluídos desses benefícios.

Sala da comissão,                      de                      de                      .

**Senador Esperidião Amin**  
(PP - SC)



MPV 1286  
00110



EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Inclua-se a seguinte seção e o seguinte artigo:

“CAPÍTULO...

DA CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Art.... As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

ANEXO CCCXXII

(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85

ExEdit  
\*CD256031223100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256031223100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer





	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

b) Vencimento básico para os cargos de  
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.337,57	21.116,63
	II	17.108,03	18.647,75	20.363,35
	I	16.772,58	18.282,11	19.964,07
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.234,27	18.819,83
	II	15.203,13	16.571,41	18.095,98
	I	14.056,15	15.321,20	16.730,75
SEGUNDA	III	13.515,52	14.731,92	16.087,25
	II	13.250,52	14.443,07	15.771,83
	I	12.735,99	13.882,23	15.159,39

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72

ExEdit  
\*CD256031223100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256031223100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Ao editar a MPV 1.286, em 31.12.2024, o Poder Executivo concretizou os reajustes resultantes de acordos firmados em as entidades sindicais ao longo de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e novo reajuste em 2026, variando os reajustes e suas datas conforme consignado nos Termos de Acordo firmados.

Ocorre que, no conjunto de carreiras e categorias contempladas com reajustes que, embora concedidos a título de “reestruturação de carreiras”, nada mais são do que uma revisão geral disfarçada, posto que apenas orientada a recuperar parte de perdas inflacionárias passadas, notadamente a partir de 2017 e 2019, não estão os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira, da Receita Federal do Brasil, e da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Para esse segmento, que envolve os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e os Auditores-Fiscais do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, o Governo concedeu, apenas, na forma de decretos regulamentadores, aumento no Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024.

Contudo, o “Termo de Acordo” firmado com as entidades, relativo ao Bônus, foi, apenas, para que fosse cumprido acordo firmado em 2016, e que apenas em 2024 foi honrado, com a regulamentação da sistemática de aferição do índice de eficiência institucional e a base de cálculo do valor global do Bônus, sem, porém,

ExEdit  
\*CD256031223100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256031223100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



alterar-se a tabela de vencimentos das carreiras do Fisco Federal e da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

As perdas inflacionárias acumuladas no valor dos vencimentos em janeiro de 2025, já são de quase 28%, visto que o último reajuste aplicado aos vencimentos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e Auditores-Fiscais do Trabalho, de 9% a partir de maio de 2024, não foi suficiente para a recuperação do seu poder aquisitivo. Sem a concessão de reajustes em 2025 e 2026, essas perdas superarão, até o final do atual mandato presidencial, 39%.

No entanto, as Carreiras da Advocacia Pública, inclusive os Procuradores da Fazenda Nacional, que atuam também no âmbito da Administração Tributária, promovendo a execução da dívida ativa, foram contemplados com reajustes de 9% a partir de junho de 2025, e de 9,2% a partir de abril de 2026. Esse reajuste independe do comportamento dos honorários sucumbenciais por eles percebidos, cujo valor se acha em torno de R\$ 14 mil mensais para ativos.

Dessa forma, a presente emenda visa afastar essa discriminação em relação às carreiras da Receita Federal do Brasil e da Auditoria-Fiscal do Trabalho, e assegurar, ao menos, os mesmos reajustes de 9% e 9,2% concedido à Advocacia Pública, a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Para os fins do cumprimento do art. 113 do ADCT, segundo o qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, estima-se que esse reajuste, considerados os totais de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e sua filiação ao RPPS ou RPPS e Regime de Previdência Complementar, por classe e padrão nas respectivas tabelas, acarretaria os seguintes acréscimos na despesa primária e na despesa financeira, em 2025, 2026 e 2027:

CARGO		Auditor-Fiscal RFB	Analista Tributário	TOTAL RFB	Auditor-Fiscal do Trabalho	TOTAL GERAL
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723	138.831.716	838.483.439

ExEdit  
\*CD256031223100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256031223100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902	11.157.946	62.307.848
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625	149.989.661	900.791.286
2026	Primaria	1.097.825.182	305.119.286	1.402.944.468	381.192.575	1.784.137.043
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276	36.258.661	136.456.936
	Total	1.164.583.185	338.559.559	1.503.142.744	417.451.236	1.920.593.979
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687	57.043.575	345.313.262
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168	4.385.834	23.585.002
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855	61.429.408	368.898.263

Assim, o impacto total na despesa primária, em 2025, sobre a despesa atualmente prevista com os referidos cargos, seria de R\$ 838,48 milhões, e na despesa financeira, R\$ 62,3 milhões. Em 2026, relativamente à despesa de 2025 já reajustada, o impacto seria de R\$ 1,78 bilhões na despesa primária e R\$ 136,46 milhões na despesa financeira. Finalmente, em 2027, seria de R\$ 345,3 milhões na despesa primária e R\$ 23,58 milhões na despesa financeira, em relação a 2026.

Esses valores são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, de R\$ 16,8 bilhões na despesa primária e R\$ 1,918 bilhões na despesa financeira, e poderão ser facilmente cobertos com recursos de reservas de contingência consignados na LOA.

Sendo, assim, questão de justiça e que não pode deixar de ser considerada no bojo da política de reajustes adotada pelo atual governo em substituição à revisão-geral que deveria ser concedida na data-base anual dos servidores, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares.

Sala da Comissão,

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

Deputado Toninho Wandscheer  
(PP - PR)

ExEdit  
\*CD256031223100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256031223100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



**MPV 1286**  
**00111**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se inciso IV ao ~~caput~~ do art. 5º-B e parágrafo único ao art. 5º-B, ambos da Lei nº 10.855, de 1 de abril de 2004, na forma proposta pelo art. 122 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 5º-B. ....

I - ....

IV - outras atribuições previstas em regulamento.

**Parágrafo único.** As atribuições da Carreira do Serviço Social são consideradas atividades exclusivas de Estado.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo da emenda é atribuir de forma exclusiva à Carreira do Seguro Social as atividades de concessão, gestão e controle dos benefícios previdenciários e sociais, atualmente geridos pelo INSS, e estabelecer tais atividades como exclusivas do Estado.

A medida justifica-se pela relevância dessas políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, bem como pela magnitude dos recursos que esses benefícios representam no orçamento público.

O INSS realiza o pagamento mensal de mais de 40 milhões de benefícios previdenciários e sociais. Em termos orçamentários, em 2024, os benefícios previdenciários representaram quase R\$ 1 trilhão, enquanto o

\*CD257019362700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257019362700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde

Benefício de Prestação Continuada (BPC) representou mais de R\$ 111 bilhões, correspondendo a quase um terço do orçamento efetivo da União.

Os valores pagos em benefícios previdenciários e sociais representam aproximadamente 10% do PIB estimado para 2024. Tais pagamentos são essenciais para a subsistência das famílias, para a movimentação da economia e para o desenvolvimento regional, como demonstrado por estudo do Ministério das Cidades de 2010, que evidenciou que os valores dos benefícios previdenciários e sociais superavam, em mais de 70% dos municípios, os repasses do Fundo de Participação.

A arrecadação é uma atividade exclusiva do Estado, representando apenas uma das vertentes das políticas redistributivas. Considerando a importância e a abrangência das atividades de concessão, gestão e controle dos benefícios previdenciários e sociais, que constituem a outra extremidade dessas políticas, é fundamental reconhecer a sua relevância.

Essa medida visa garantir maior controle e eficiência na implementação dessas políticas, assegurando que os benefícios cumpram sua função social, alcançando de maneira eficaz aqueles que realmente necessitam e têm direito.

Por essas razões, solicito aos nobres pares a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Cleber Verde**  
**(MDB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257019362700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde



\*CD257019362700\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00112**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 21-B; e acrescente-se parágrafo único ao art. 21-B, ambos da Lei nº 10.855, de 1 de abril de 2004, na forma proposta pelo art. 203 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 21-B.** Fica criado o Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social, com a participação da direção do Instituto Nacional do Seguro Social, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e das representações sindicais dos servidores da carreira.

.....  
**Parágrafo único.** O Comitê Gestor de que trata este dispositivo deverá ser regulamentado e instalado no prazo de até 30 dias após a vigência desta Lei.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social foi criado pela Lei 10.324, de 29 de julho de 2016, com a finalidade de implementar a reestruturação e promover o contínuo aprimoramento da carreira dos servidores do INSS, com vistas a modernizar a gestão e controle das atribuições relativas aos benefícios previdenciários e sociais.

Neste íterim, a composição do referido Comitê deveria ser paritária entre representantes do Governo e dos Servidores, e contar com representantes do INSS, do Ministério da Previdência e do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que à época tinha atribuição de decidir sobre as carreiras do Executivo Federal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251275727600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde



Contudo, passados quase 10 anos, ainda que previsto em Lei, o Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social ainda não foi instalado, deixando a almejada reestruturação de carreira dos servidores do INSS em suspenso, como efeitos nocivos para o Instituto, para as políticas públicas operacionalizadas por esses trabalhadores e para a sociedade como um todo.

Agora, a Medida Provisória 1.286/2024, altera o art. 21-B, da Lei 10.855/2009, para excluir o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da composição do Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social, o que, na prática, retira qualquer efetividade desse organismo, já que nem o INSS e nem o Ministério da Previdência têm competência para decidir sobre reestruturação de carreira.

Assim, objetivando manter as finalidades originais do Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social previstos na Lei 10.324/2016, a presente emenda destina-se a incluir o Ministério da Gestão e da Inovação nos Serviços Públicos, que hoje possui as atribuições para deliberar sobre reestruturação de carreira no Executivo Federal, como parte deste organismo, bem como estabelecer prazo para regulamentação e instalação do referido comitê.

Por estas razões peço aos pares a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Cleber Verde**  
(MDB - MA)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251275727600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde





**MPV 1286  
00113**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)****EMENDA MODIFICATIVA À MPV 1.286/2024**

Art. 1º Altera-se o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MPV 1.286/2024, o qual passa a vigorar com a seguinte tabela:

Sala das Comissões, em 06 de fevereiro de 2025.

Deputado **HELIO LOPES** (PL-RJ)

**JUSTIFICAÇÃO****JUSTIFICAÇÃO:**

Trata-se de medida necessária para garantir a isonomia no reajuste salarial do médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE), conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024 assinado pelos sindicatos representativos dessas carreiras. Por equívoco de edição a MP original veio com uma tabela que contempla apenas a metade do aumento acordado entre governo e categoria.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Helio Lopes**  
**(PL - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257539459500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helio Lopes



Emenda Modificativa à MPV 1.286/2024

Art. 1º Altera-se o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MPV 1.286/2024, o qual passa a vigorar com a seguinte tabela:

ANEXO CCLXXXII

Em R\$

PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), com jornada de 40 horas semanais:

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025				
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E					NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E				
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026	
			I	II	III	IV				
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78	
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46	
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64	
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10	
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54	
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78	
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60	
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86	
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44	
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24	
Médico	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22	
Veterinário	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38	
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74	
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38	
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44	
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04	
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42	
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84	
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60	

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025				
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E					NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E				
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026	
			I	II	III	IV				
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39	
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23	
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82	
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55	
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77	
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89	
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30	
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43	
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72	
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62	
Médico	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61	
Veterinário	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19	
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87	
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19	
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72	
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02	
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71	
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42	
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80	

Justificativa:

Trata-se de medida necessária para garantir a isonomia no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE), conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024 assinado pelos sindicatos representativos dessas carreiras. Por equívoco de edição a MPV 1.286/2024, com uma tabela que contempla apenas a metade do aumento acordado entre governo e categoria.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257539459500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helio Lopes



**MPV 1286  
00114**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se a seguinte seção e o seguinte artigo:

“CAPÍTULO...

DA CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Art.... As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

**ANEXO CCCXXII**

**(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)**

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da  
Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
--------	--------	--



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257312104000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

b) Vencimento básico para os cargos de  
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.337,57	21.116,63
	II	17.108,03	18.647,75	20.363,35
	I	16.772,58	18.282,11	19.964,07
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.234,27	18.819,83
	II	15.203,13	16.571,41	18.095,98
	I	14.056,15	15.321,20	16.730,75
SEGUNDA	III	13.515,52	14.731,92	16.087,25
	II	13.250,52	14.443,07	15.771,83

\*CD257312104000\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257312104000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	I	12.735,99	13.882,23	15.159,39
--	---	-----------	-----------	-----------

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Ao editar a MPV 1.286, em 31.12.2024, o Poder Executivo concretizou os reajustes resultantes de acordos firmados em as entidades sindicais ao longo de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e novo reajuste em 2026, variando os reajustes e suas datas conforme consignado nos Termos de Acordo firmados.

ExEdit  
\*CD257312104000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257312104000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Ocorre que, no conjunto de carreiras e categorias contempladas com reajustes que, embora concedidos a título de “reestruturação de carreiras”, nada mais são do que uma revisão geral disfarçada, posto que apenas orientada a recuperar parte de perdas inflacionárias passadas, notadamente a partir de 2017 e 2019, não estão os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira, da Receita Federal do Brasil, e da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Para esse segmento, que envolve os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e os Auditores-Fiscais do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, o Governo concedeu, apenas, na forma de decretos regulamentadores, aumento no Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024.

Contudo, o “Termo de Acordo” firmado com as entidades, relativo ao Bônus, foi, apenas, para que fosse cumprido acordo firmado em 2016, e que apenas em 2024 foi honrado, com a regulamentação da sistemática de aferição do índice de eficiência institucional e a base de cálculo do valor global do Bônus, sem, porém, alterar-se a tabela de vencimentos das carreiras do Fisco Federal e da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

As perdas inflacionárias acumuladas no valor dos vencimentos em janeiro de 2025, já são de quase 28%, visto que o último reajuste aplicado aos vencimentos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e Auditores-Fiscais do Trabalho, de 9% a partir de maio de 2024, não foi suficiente para a recuperação do seu poder aquisitivo. Sem a concessão de reajustes em 2025 e 2026, essas perdas superarão, até o final do atual mandato presidencial, 39%.

No entanto, as Carreiras da Advocacia Pública, inclusive os Procuradores da Fazenda Nacional, que atuam também no âmbito da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257312104000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Administração Tributária, promovendo a execução da dívida ativa, foram contemplados com reajustes de 9% a partir de junho de 2025, e de 9,2% a partir de abril de 2026. Esse reajuste independe do comportamento dos honorários sucumbenciais por eles percebidos, cujo valor se acha em torno de R\$ 14 mil mensais para ativos.

Dessa forma, a presente emenda visa afastar essa discriminação em relação às carreiras da Receita Federal do Brasil e da Auditoria-Fiscal do Trabalho, e assegurar, ao menos, os mesmos reajustes de 9% e 9,2% concedido à Advocacia Pública, a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Para os fins do cumprimento do art. 113 do ADCT, segundo o qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, estima-se que esse reajuste, considerados os totais de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e sua filiação ao RPPS ou RPPS e Regime de Previdência Complementar, por classe e padrão nas respectivas tabelas, acarretaria os seguintes acréscimos na despesa primária e na despesa financeira, em 2025, 2026 e 2027:

CARGO		Auditor-Fiscal RFB	Analista Tributário	TOTAL RFB	Auditor-Fiscal do Trabalho	TOTAL GERAL
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723	138.831.716	838.483.439
	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902	11.157.946	62.307.848
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625	149.989.661	900.791.286
2026	Primaria	1.097.825.183	305.119.286	1.402.944.469	381.192.575	1.784.137.043
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276	36.258.661	136.456.936
	Total	1.164.583.186	338.559.559	1.503.142.744	417.451.236	1.920.593.979

\*CD257312104000\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257312104000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687	57.043.575	345.313.262
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168	4.385.834	23.585.002
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855	61.429.408	368.898.263

Assim, o impacto total na despesa primária, em 2025, sobre a despesa atualmente prevista com os referidos cargos, seria de R\$ 838,48 milhões, e na despesa financeira, R\$ 62,3 milhões. Em 2026, relativamente à despesa de 2025 já reajustada, o impacto seria de R\$ 1,78 bilhões na despesa primária e R\$ 136,46 milhões na despesa financeira. Finalmente, em 2027, seria de R\$ 345,3 milhões na despesa primária e R\$ 23,58 milhões na despesa financeira, em relação a 2026.

Esses valores são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, de R\$ 16,8 bilhões na despesa primária e R\$ 1,918 bilhões na despesa financeira, e poderão ser facilmente cobertos com recursos de reservas de contingência consignados na LOA.

Sendo, assim, questão de justiça e que não pode deixar de ser considerada no bojo da política de reajustes adotada pelo atual governo em substituição à revisão-geral que deveria ser concedida na data-base anual dos servidores, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**Deputado Federal**

ExEdit  
\*CD257312104000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257312104000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD257312104000\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257312104000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00115**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 1º-B da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, como proposto pelo art. 116 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º-B.** Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Territorial, composta dos cargos efetivos de Perito Federal Territorial, de nível superior, com atribuições voltadas para o planejamento, a coordenação, a orientação, a implementação, o acompanhamento e a fiscalização de atividades inerentes à ocupação e ao uso do solo. (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

O texto que se pretende modificar promove alterações não acordadas na Mesa Específica e Temporária INCRA, e no Termo de Acordo nº 27, celebrado entre o MGI e a Condsef - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, para os servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei 11090/2005.

As alterações promovidas pelo artigo Art. 1º-B do Art. 116 desta MP 1.286/2024, incorporam à Carreira de Perito Federal Agrário e/ou Territorial, atribuições que já se encontram



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973277400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



**atribuídas à Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário**, criada pela Lei 11.090/2005, tal como descritas em seu Art.1º, parágrafo 1º, e reproduzidos abaixo:

*Art. 1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Técnico Administrativo, integrantes do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.*

*§ 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo terão as seguintes atribuições:*

*I - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário: planejamento, coordenação, acompanhamento e execução de atividades relativas ao **ordenamento territorial e reforma agrária** e, mais especificamente:*

*a) o gerenciamento das **ações de ordenamento territorial** e reforma agrária;*

*b) a **articulação** interinstitucional e integração das políticas de **ordenamento territorial** e da reforma agrária às demais políticas públicas;*

*c) a administração e a fiscalização do **cadastro de imóveis rurais** ;*

*d) a sistematização de informações relativas à **ocupação, utilização, zoneamento agrário** e **socioeconômico do meio rural** ;*

*e) a implementação de projetos relativos à **discriminação, arrecadação, regularização e destinação de terras públicas;***



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973277400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



\*CD251973277400\*  
ExEdit



f) o georreferenciamento, a medição e a demarcação de imóveis rurais; e

g) a implantação, desenvolvimento, recuperação e consolidação de projetos de reforma agrária, colonização e demais modalidades de assentamento;

II - Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário: execução de suporte técnico às atividades relativas ao ordenamento da estrutura fundiária e da reforma agrária e, mais especificamente:

a) manutenção e atualização dos sistemas finalísticos;

b) coleta, sistematização e manutenção de dados e informações necessárias ao planejamento, acompanhamento e execução das **ações de ordenamento territorial e da reforma agrária** ;

c) apoio técnico às ações de fiscalização, vistoria, avaliação, georreferenciamento, medição e demarcação de imóveis rurais;

d) geoprocessamento de informações e elaboração de mapas temáticos;

e) identificação e classificação de beneficiários da reforma agrária;

f) apoio técnico às ações de implantação de infraestrutura básica, concessão de assistência técnica e articulação dos beneficiários da reforma agrária com instituições públicas e privadas; e

g) concessão e acompanhamento da aplicação dos créditos da reforma agrária;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973277400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



\*CD251973277400\*  
xEdit



Essas alterações, flagrantemente inconstitucionais, se confirmadas no Plenário da Câmara dos Deputados, provocarão as seguintes consequências:

1- **Duplicidade de atribuições** em duas carreiras distintas, em um mesmo órgão da administração pública federal (INCRA);

Equivalência da Atribuições entre as duas carreiras	
Perito Federal Territorial	Reforma e Desenvolvimento Agrário
Governança Territorial	Ordenamento Territorial
Governança Fundiária	Cadastro de Imóveis Rurais
Governança Patrimonial	Regularização Fundiária de Terras Federais
Ocupação/Uso do Solo	Ocupação/ Utilização / Zoneamento Agrário

2- Criação de uma **nova carreira** – Perito Federal Territorial - **e não a transformação** de uma carreira existente – Perito Federal Agrário - na medida em que **acrescenta novas atribuições** àquelas já existentes;

3- **Ingresso** dos Engenheiros Agrônomos nesta nova carreira – Perito Federal Territorial – **sem concurso público**, uma vez que as novas atribuições não faziam parte do Edital que disciplinou o ingresso dos Peritos Federais Agrários nos concursos de admissão anteriores.

Diante dos vícios que promovem subversão da lógica constitucional de admissão no serviço público e sobreposição de atribuições entre carreiras, pedimos apoio ao texto da emenda.

\*CD251973277400\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973277400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Romero Rodrigues  
(PODEMOS - PB)**

RETIRADA



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973277400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



\*CD251973277400\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00116**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se o art. 10 da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, como proposto pelo art. 114 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

As alterações efetuadas no artigo 10 e 11 da **Lei 11.090/2005** trazem maior rigor nos critérios de promoção e dificultam a ascensão para a Classe Especial dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Importante considerar que tais alterações não foram pactuadas entre a categoria, a CONDSEF - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e o MGI, quando da assinatura do Acordo Salarial no ano de 2024. Ressalte-se que a supressão não acarretará qualquer prejuízo ou aumento de despesas, uma vez que suprimido este texto da MP 1.286/2024 continuarão valendo as regras atuais de progressão da carreira, conforme previstas na Lei 11.090/2005.

Ademais, o novo texto cria disparidade entre o desenvolvimento funcional de carreiras do mesmo órgão. Pois, enquanto o texto a ser suprimido traz maior rigor aos critérios de promoção dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, as alterações do artigo 3º e parágrafos 1º e 2º, todos da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257197688500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues

\*CD257197688500\*  
ExEdit

**Lei 10.550/2002**, disciplinadas no artigo 116 da MP, que regula a promoção para os servidores da Careira de Perito Federal Territorial, foram arremetidos para uma regulamentação posterior. Não há qualquer justificativa técnica/administrativa para que se adote um entendimento **distinto e discriminatório** no tratamento deste tema – desenvolvimento funcional – nas duas carreiras da mesma instituição pública federal.

Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Romero Rodrigues**  
**(PODEMOS - PB)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257197688500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues





**MPV 1286  
00117****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Ciro Nogueira

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao caput do art. 173 da Medida Provisória e anexos correspondentes; acrescente-se parágrafos 5º e 6º ao caput do art. 173; acrescente-se incisos XIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV ao caput do art. 175; acrescente-se parágrafo 4º ao caput do art. 177; nos termos a seguir:

“Art. 173. Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.” (NR)

Todos dispositivos seguintes, onde se lê “Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS” deverão ser corrigidos para “Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS” no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

“Art. 173.....

.....

§ 5º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, ficam reorganizados no cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.



§ 6º O exercício descentralizado dos servidores do § 5º do artigo 173º será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.”

“Art. 175.....

.....

VIII - realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar, coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, desenvolver e realizar projetos de infraestrutura de transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de infraestrutura sustentável;

IX - desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

X - avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;

XI - executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção de qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações



estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

XII - desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;

XIII - difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e

XIV - promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.”

“Art. 177.....

.....

§ 4º Os concursos públicos para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, com autorizações vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão válidos para ingresso no cargo de Analista em Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de que trata o art. 173º.”



**ANEXO CCCVI**  
**ESTRUTURA DO CARGO INTEGRANTE DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E**  
**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico	ESPECIAL	V
		V
		III
		II
		I
	CLASSE	V
		V
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I



**ANEXO CCCVI - A**  
**TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE ANALISTA TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA				
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO		
Cargos: Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos (Anexo XII da Lei nº 12.277/2010)	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico		
		II	V				
		C	I			III	C
			VI			II	
			V			I	
			IV			V	
			III			V	
			II			III	
			I			II	
	B		VI	I		B	
			V	V			
		IV	IV				
		III	III				
		II	II				
		I	I				
	A	V	V	A			
		IV	IV				
		III	III				
		II	II				
		I	I				



**ANEXO CCCVII**  
**CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

**TABELA DE SUBSÍDIO**

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO
ESPECIAL	V	21.070,00
	V	20.341,06
	III	19.637,34
	II	18.957,97
	I	18.302,09
CLASSE	V	17.057,64
	V	16.467,51
	III	15.897,80
	II	15.347,80
	I	14.816,83
B	V	13.809,35
	IV	13.331,60
	III	12.870,38
	II	12.425,12
	I	11.995,26
A	V	11.179,64
	IV	10.792,87
	III	10.419,47
	II	10.059,00
	I	9.711,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024 estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.



Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias, com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação, com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da



Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação, com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, da forma proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação (...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;

II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;

III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;

IV - gestão dinâmica da força de trabalho;

V - priorização das atividades estratégicas e complexas;





VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo; e

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

### **Requisitos para estruturação de cargos**

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”



Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024 (atual Lei nº 14.875/2024) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;
8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;
9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder



Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Por esses motivos, submete-se à apreciação dos Nobres Pares a presente Emenda consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, como estão sendo propostas, razão pela qual devem ser substituídos.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Ciro Nogueira**  
(PP - PI)



**MPV 1286  
00118**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo:

**CAPÍTULO****DAS CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DOS  
EMPREGADOS DA INFRA/RFFSA**

Art. A partir de 1º de janeiro de 2025, a tabela salarial dos empregados ferroviários ativos e inativos oriundos da RFFSA, abrangidos pelas Leis 8.186 de 21 de maio de 1991 e 10.478 de 28 de junho de 2002, associada ao seu Plano de Cargos e Salários (PCS), atualmente sob gestão da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias S/A e/ou INFRA S.A., em cumprimento ao Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal e ao Art. 5º da Lei 4950-A, de 1966, passa a vigorar Tabela anexo.

Tabela I – Grupos Administrativos, Operacionais e Serviços, oriundos da RFFSA



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel



Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
ADMINISTRATIVO	201	2.275,75
	202	2.324,08
	203	2.356,09
	204	2.404,62
	205	2.453,18
	206	2.501,48
	207	2.566,14
	208	2.630,46
	209	2.697,97
	210	2.778,67
	211	2.781,74
	212	2.888,40
	213	2.938,45
	214	3.033,00
	215	3.128,23
	216	3.248,46
	217	3.346,73
	218	3.389,88
	219	3.468,64
	220	3.557,37
	221	3.691,93
	222	3.829,41
	223	4.003,40
	224	4.129,68
	225	4.352,88
	226	4.601,24
	227	4.814,70
	228	5.115,76
	229	5.434,52
	230	5.833,63
	231	6.261,22
	232	6.711,95
	233	7.034,85
	234	7.376,95
	235	7.739,35

Tabela II – Grupos Universitários, oriundos da RFFSA



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel

exEdit  
\*CD252676364500\*



Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
UNIVERSITÁRIO	301	8.307,03
	302	8.605,85
	303	8.877,04
	304	9.295,72
	305	9.795,71
	306	10.302,00
	307	10.648,21
	308	11.007,34
	309	11.378,57
	310	11.762,32
	311	12.159,02
	312	12.569,09
	313	12.993,00
	314	13.432,75
	315	13.885,78
	316	14.354,09
	317	14.838,20
	318	15.338,63
	319	15.855,94
	320	16.390,70
PCS	501	23.700,00
	502	23.200,00
	503	22.800,00
	504	22.400,00
	505	22.000,00
	506	15.726,78
	507	13.427,18
	508	11.939,75
	509	5.087,39
	510	4.666,27
	511	4.278,98
	521	9.368,60
	522	6.570,88
	523	3.338,70
GT	591	8.502,44
	592	7.573,73
	593	6.893,24

Tabela III – Grupo Originário da FEPASA, oriundos da RFFSA

ExEdit  
\* C D 2 5 2 6 7 6 3 6 4 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel



Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
OPERAÇÃO	603	1.812,78
	604	2.037,98
	605	2.326,99
	606	2.665,51
	607	3.061,34
	608	3.519,18
	609	4.042,25
SUPERVISÃO	702	1.809,61
	703	1.982,92
	704	2.193,01
	705	2.474,07
	706	2.791,77
	707	3.157,75
	708	3.564,46
	709	4.042,25
	710	4.493,39
	711	5.138,83
	712	5.885,05
	713	6.741,18
	714	10.302,00
	715	11.379,56
TÉCNICO	801	4.493,39
	802	5.138,83
	803	5.885,05
	804	6.741,18
UNIVERSITÁRIO	805	10.302,00
	806	11.379,56
	807	12.457,11
	808	13.534,67
	809	14.612,22
	810	15.689,78
	811	16.767,33
	812	17.844,89
	813	18.922,44
	814	20.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda pretende Buscar a Legalidade da TABELA SALARIAL DOS FERROVIÁRIOS BRASILEIROS, de acordo com a Constituição Federal Brasileira e a Lei 4.950 A/66.

(i) estabelecer nova tabela salarial, aplicável aos ferroviários oriundos da extinta RFFSA, suas estradas de ferro, unidades operacionais e subsidiárias,

ExEdit  
\* C D 2 5 2 6 7 6 3 6 4 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel



associada ao Plano de Cargos e Salários (PCS) da extinta RFFSA, referência legal, atualmente sob gestão da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias S/A e/ou INFRA S. A. (lei 11.483/2007 – art.17)

Importa contextualizar, inicialmente, que a problemática da tabela salarial da RFFSA teve início em 2007, ano no qual ocorreu a extinção da RFFSA e a transferência de seus empregados para a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.<sup>1</sup>. Já naquele ano o salário inicial da Tabela (Nível 201), correspondia a R\$ 338,85 (trezentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos), frise-se, quantia inferior ao salário-mínimo nacional vigente à época, que equivalia a R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

Dois a três anos depois houve uma pequena recuperação salarial, contudo, lamentavelmente, a ilegalidade se repetiu. Como se percebe a história dos ferroviários, desde sempre, envolveu desrespeito aos seus direitos.

O passar dos anos sem que houvesse a concessão de nenhum reajuste fez com que a situação se agravasse de tal forma que, hoje, quando o Salário Mínimo Nacional é R\$ 1.518,00, o Salário Inicial da Tabela da RFFSA, nível 201 é R\$ 878,16.

A situação é tão grave que os vinte primeiros níveis da Tabela Salarial se encontram abaixo do salário mínimo nacional, conforme pode ser visto a seguir, no Quadro Evolução Salarial Nível 201 x SMN.

Mas não é só. A classe ferroviária também tem sido flagrantemente desrespeitada pelo descumprimento da Lei 4.950 A, de 1966, uma vez que o piso salarial, garantido a algumas categorias profissionais, em seu Art. 5º, não tem sido considerado para o cálculo dos proventos de ferroviários oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal.

1 Em maio de 2007, com a extinção da RFFSA, o Quadro de Pessoal foi absorvido por sucessão trabalhista pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, empresa pública federal vinculada ao atual Ministério dos Transportes. (art. da Lei 11.483/2007)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel





TABELA SALARIAL DA RFFSA			
Comparativo Salário do Nível 201 (Inicial RFFSA) x Salário Mínimo Nacional (SMN)			
Ano	Nível 201 (R\$) (Salário + Passivo)	% em Relação ao SMN	Salário Mínimo Nacional (R\$)
1998 - 1999	243,60	187,38	130,00
1999 - 2000	243,60	179,12	136,00
2000 - 2001	243,60	161,32	151,00
2001 - 2002	243,60	135,33	180,00
2002 - 2003	243,60	121,80	200,00
2003 - 2004	277,70	115,71	240,00
2004 - 2005	298,52	114,82	260,00
2005 - 2006	319,41	106,47	300,00
2006 - 2007	328,99	94,00	350,00
2007 - 2008	338,85	89,17	380,00
2008 - 2009	415,86	100,21	415,00
2009 - 2010	438,85	94,38	465,00
2010 - 2011	461,93	90,57	510,00
2011 - 2012	565,87	103,83	545,00
2012 - 2013	594,71	95,61	622,00
2013 - 2014	633,30	94,70	668,75
2014 - 2015	673,07	92,97	724,00
2015 - 2016	706,72	89,69	788,00
2016 - 2017	751,95	85,45	880,00
2017 - 2018	781,88	83,45	937,00
2018 - 2019	792,44	83,06	954,00
2019 - 2020	808,45	81,01	998,00
2020 - 2021	808,45	77,36	1.045,00
2021 - 2022	808,45	73,50	1.100,00
2022 - 2023	808,45	66,70	1.212,00
2023 - 2024	848,87	65,20	1.302,00
2024 - 2025	878,12	62,19	1.412,00
2025 - 2026	878,12	57,85	1.518,00



A não-aplicação da referida legislação federal, e a consequente não atualização da tabela dos ferroviários empregados da antiga RFFSA, com os interstícios nela previstos, vem acarretando defasagem da ordem de 81,27%, entre maio/1997 até abril/2024.

\* CD 252676364500 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel



ÍNDICES APLICADOS AOS ACORDOS COLETIVOS DA RFFSA							
EVOLUÇÃO E INFLAÇÃO NOS PERÍODOS							
PERÍODO		ÍNDICES %				ACORDOS COLETIVOS %	
Início	Fim	IPCA (IBGE)	IGPM (FGV)	Salário Mínimo	INSS	ACT'S	RFFSA
mai1997	abr1998	3,85	5,03		4,81	98/99	3,00
mai1998	abr1999	3,35	8,54	4,62	4,61	99/00	-
mai1999	abr2000	6,77	13,20	11,03	5,81	00/01	-
mai2000	abr2001	6,61	10,44	19,21	7,66	01/02	-
mai2001	abr2002	7,98	8,91	11,11	9,20	02/03	-
mai2002	abr2003	16,77	32,95	20,00	19,71	03/04	14,00
mai2003	abr2004	7,50	5,37	8,33	4,53	04/05	7,50
mai2004	abr2005	8,07	10,75	15,38	6,36	05/06	7,00
mai2005	abr2006	4,63	(0,32)	16,67	5,01	06/07	3,00
mai2006	abr2007	3,00	4,76	8,57	3,17	07/08	3,00
mai2007	abr2008	5,04	9,80	9,21	4,73	08/09	5,02
mai2008	abr2009	5,53	5,38	12,05	4,71	09/10	5,53
mai2009	abr2010	5,26	2,89	9,68	6,58	10/11	5,26
mai2010	abr2011	6,51	10,60	6,86	3,31	11/12	6,51
mai2011	abr2012	5,10	3,65	14,13	3,10	12/13	5,10
mai2012	abr2013	6,49	7,30	9,00	4,39	13/14	6,49
mai2013	abr2014	6,28	7,58	6,78	4,60	14/15	6,28
mai2014	abr2015	8,17	3,54	8,84	6,23	15/16	5,00
mai2015	abr2016	9,28	10,64	11,68	11,28	16/17	6,40
mai2016	abr2017	4,08	3,37	6,48	6,58	17/18	3,98
mai2017	abr2018	2,76	1,90	1,81	2,07	18/19	1,35
mai2018	abr2019	4,94	8,64	4,61	3,43	19/20	2,02
mai2019	abr2020	2,40	6,68	4,11	4,10	20/21	-
mai2020	abr2021	6,76	32,02	5,87	5,45	20/21	-
mai2021	abr2022	12,13	14,66	10,18	10,16	21/22	5,00
mai2022	abr2023	4,18				22/23	-
mai2023	abr2024	3,68				23/24	3,45
% Acumulado		400,86	629,76	746,16	290,30		176,30
% Perdas		81,27	164,12	206,25	41,26		

Consequência de tantos descumprimentos legais, resultou que a Atual Tabela Salarial dos Empregados oriundos da RFFSA apresentasse os seguintes valores:

ExEdit  
\* C D 2 5 2 6 7 6 3 6 4 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel



Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023	Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023	Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
ADMISTIVO	201	878,16	UNIVERSITÁRIO	301	1.491,46	OPERÁRIO	603	1.088,81
	202	896,81		302	1.545,11		604	1.224,08
	203	909,16		303	1.593,80		605	1.379,63
	204	927,88		304	1.668,97		606	1.557,96
	205	946,62		305	1.758,74		607	1.760,58
	206	965,26		306	1.849,64	CÁDRO	608	1.988,54
	207	990,21		307	1.911,80		609	2.228,74
	208	1.015,03		308	2.016,11			
	209	1.041,08		309	2.123,87	SUPERVISÓRIO	702	1.078,91
	210	1.072,23		310	2.229,20		703	1.162,36
	211	1.073,41		311	2.313,39		704	1.316,55
	212	1.114,56		312	2.430,57		705	1.466,37
	213	1.133,87		313	2.522,26		706	1.636,44
	214	1.170,36		314	2.654,55		707	1.823,17
	215	1.207,11		315	2.765,79		708	2.038,65
	216	1.253,50		316	2.891,43		709	2.243,14
	217	1.291,43		317	3.008,21		710	2.524,89
	218	1.308,07		318	3.133,25		711	2.844,95
	219	1.328,69		319	3.303,74		712	3.206,46
	220	1.372,71		320	3.499,99		713	3.652,89
	221	1.424,63		321	3.780,37		714	4.074,25
	222	1.477,68		322	4.149,45		715	4.629,86
	223	1.544,82		323	4.562,43	TÉCNICO	801	2.524,89
	224	1.593,54		324	4.851,23		802	2.844,95
	225	1.679,68		325	5.108,24		803	3.206,46
	226	1.775,51		326	5.380,66		804	3.652,89
	227	1.857,88	PÚBLICOS	501	12.596,30	UNIVERSITÁRIO	805	4.074,25
	228	1.974,05		502	11.240,78		806	4.629,86
	229	2.097,06		503	10.219,02		807	5.257,52
	230	2.251,06		504	9.365,90		808	5.830,28
	231	2.416,05		505	8.852,73		809	6.668,56
	232	2.589,98		506	7.105,84		810	7.709,38
	233	2.714,59		507	6.066,80		811	8.660,91
	234	2.846,59		508	5.394,74		812	9.781,92
	235	2.986,44		509	2.298,64		813	10.976,46
				510	2.108,36		814	12.321,28
				511	1.933,33			
				521	4.372,62			
				522	3.066,84			
				523	1.558,28			
				524	1.138,22			
			G.T.	591	3092,75			
				592	2753,96			
				593	2506,52			

Como se vê, há nítido descumprimento das normas trabalhistas em relação aos ferroviários, provenientes da antiga RFFSA, uma vez que os seus salários são inferiores:

(i) ao salário-mínimo nacional, nos primeiros 20 (vinte) níveis da tabela salarial, 201 a 220; e

(ii) ao patamar legal estabelecido como piso salarial da classe. Nível inicial na tabela 306.

O cenário é claro: a INFRA S.A. – empresa pública que sucedeu a extinta RFFSA – vem praticando postura salarial diferenciada e anti-isonômica em relação aos empregados que advieram da antiga RFFSA e suas subsidiárias, deixando não só de efetuar a devida atualização da tabela salarial, como também, de corrigi-la para que observe o salário mínimo nacional e o piso salarial previsto na Lei Federal nº 4.950-A/66, o qual foi, inclusive julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2022, no âmbito das ADPF's 53, 149 e 171.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel



\*CD252676364500\*

O Plano de Cargos e Salário – PCS, em vigor, é claro ao prever que a remuneração dos empregados deve ser fixada pela Diretoria Executiva da empresa “ **observada a legislação pertinente** ”. O previsto na Lei nº 4.950 A, de 1966 – já vigente à época – e o entendimento consolidado pelo STF nas ADPFs 53, 149 e 171 não deixa dúvidas, portanto, que o nível 306, inicial da carreira de arquiteto e que também se aplica a outras carreiras universitárias, deve equivaler, no mínimo a R\$10.302,00 (dez mil trezentos e dois reais) e não R\$1.849,64 (mil oitocentos e quarenta e nove reais) (tabela em vigor maio 2023). O acerto desses valores deve ser feito com os mesmos interstícios para cima e para baixo, legalizando, de modo definitivo e integral, a Tabela Salarial. Note-se que, ao julgar as mencionadas ADPFs, em fevereiro de 2022, o **STF reafirmou a constitucionalidade da Lei nº 4.950-A/66, conferindo-lhe interpretação conforme a Constituição para que o cálculo do piso salarial, também atribuído à categoria profissional de engenheiros e arquitetos, considere o valor do salário-mínimo vigente na data de publicação da ata de julgamento das ADPFs (3 de março de 2022)** Veja-se:

*ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DIPLOMADOS EM CURSO SUPERIOR DE ENGENHARIA, QUÍMICA, ARQUITETURA, AGRONOMIA E VETERINÁRIA (LEI Nº 9.450-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966). SALÁRIO PROFISSIONAL FIXADO EM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO-MÍNIMO NACIONAL. ALEGADA TRANSGRESSÃO À NORMA QUE VEDA A VINCULAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO “PARA QUALQUER FINALIDADE” (CF, ART. 7º, IV, FINE). INOCORRÊNCIA DE TAL VIOLAÇÃO. CLÁUSULA CONSTITUCIONAL QUE TEM O SENTIDO DE PROIBIR O USO INDEVIDO DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO INDEXADOR ECONÔMICO. PRECEDENTES. [...]*

4. O texto constitucional (CF, art. 7º, IV, fine) não proíbe a utilização de múltiplos do salário-mínimo como mera referência paradigmática para definição do valor justo e proporcional do piso salarial destinado à remuneração de categorias profissionais especializadas (CF, art. 7º, V), impedindo, no entanto, reajustamentos automáticos futuros, destinados à adequação do salário inicialmente contratado aos novos valores vigentes para o salário-mínimo nacional.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel



5. ***Fixada interpretação conforme à Constituição, com adoção da técnica do congelamento da base de cálculo dos pisos salariais, a fim de que sejam calculados de acordo com o valor do salário-mínimo vigente na data da publicação da ata da sessão de julgamento.*** Vencida, no ponto, e apenas quanto ao marco referencial do congelamento, a Ministra Relatora, que o fixava na data do trânsito em julgado da decisão. (STF, ADPF 53, 149 e 171, Rel. Min. Rosa Weber, j. 21/02/2022).

Assim sendo, não restam dúvidas de que o piso preconizado no art. 5º da Lei nº 4.950-A, de 1966, deverá ser observado para todos os profissionais nela abrangidos, independentemente da data de ingresso no respectivo cargo, sendo o valor nominal do salário-mínimo a ser considerado aquele vigente em 2022, conforme se sugere na forma da nova tabela salarial aplicável a todos os ferroviários ativos, inativos e pensionistas abrangidos pelas Leis Especiais nºs 8.186/1991 e 10.478/2002.

Relevante acentuar que a VALEC informou em documento oficial (Ofício 2811/2015 VALEC que, **em relação ao seu quadro próprio**, cumpre os pisos e que no caso do grupo dos universitários denominam genericamente como Analistas, sem distinção da formação universitária. Ou seja, o valor do piso foi considerado para todo seu pessoal independente de sua titulação universitária.

Lembrando ainda que os ferroviários possuem um Plano de Cargos e Salários - PCS em vigor pois, desde maio 2007, quando a RFFSA foi extinta, o seu quadro de pessoal foi transferido vivo para a VALEC (art. 17 da lei 11.483/2007), sendo assim, ao novo empregador incumbiria corrigir as supracitadas inconstitucionalidades e ilegalidades que maculam a Tabela Salarial da extinta RFFSA.

Do mesmo modo, o Ministério dos Transportes deveria, há tempos, ter adotado as providências cabíveis para sanar grave o problema e fazer cumprir a Constituição.

Em 2014 a própria VALEC, sensível à extrema defasagem salarial dos empregados da RFFSA, propôs a criação de uma Comissão para “avaliar e sugerir adequações nas tabelas salariais dos empregados do quadro especial da VALEC, oriundos da extinta RFFSA”. (Portaria 283/2014 VALEC). Naquela ocasião, o



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel



Grupo de Trabalho criado, majoritariamente composto por integrantes da própria VALEC, apontou uma diferença entre o IPCA e os índices concedidos nos ACT's de 34,62%. A pura e simples aplicação desse percentual na Tabela, não permitiria o pleno atendimento à legislação. A outra solução apontada por aquele Grupo seria a adoção da Tabela Salarial proposta naquele momento, que implicaria em uma elevação da folha de pagamento daquele Quadro Especial RFFSA, da ordem de 113,34%.

A adoção dessa Tabela então sugerida sanaria naquele momento, todas ilegalidades, quer fossem relativas ao cumprimento do salário-mínimo nacional, quer fossem relativas ao cumprimento do salário mínimo profissional. Acontece que, burocracias e maus encaminhamentos resultaram no arquivamento do relatório daquele Grupo de Trabalho na SE do Ministério dos Transportes.

A remuneração é tão baixa que do total de 41.546 ferroviários ativos e inativos existentes em janeiro de 2023, apenas 22.133 (53%) recebem complementação da União, sendo os demais remunerados exclusivamente pelo INSS. Essa informação foi a última oficial fornecida.

Execução Orçamentária – INSS e União

Execução Orçamentária - Folha Aposentados e Pensionistas									
Extrato Resumo - Redução									
Competência	Órgao	Valor Total (R\$)	Quant.	Complemen- tados %	Redução				Remuneração média (R\$)
					Valor (R\$)	%	Quant.	%	
2014-01	INSS	187.586.575,46	69.425	76					2.702,00
	União	101.491.840,90	52.476						1.934,06
2023-01	INSS	119.044.991,27	41.546	53	68.541.584,19	36,5	27.879	40,2	2.865,38
	União	32.846.644,68	22.133		68.645.196,22	67,6	30.343	57,8	1.484,06

Apresenta os Valores e Quantitativos referentes à Folha de Pagamento dos aposentados e pensionistas oriundos da RFFSA, suas subsidiárias e ferrovias incorporadas; o Valor referente à Parcela da União – Complementação. Os dados são referentes aos anos de 2014, quando a VALEC criou a Comissão 283/VALEC/2014<sup>1</sup> e 2023.

Observações importantes referentes aos dados sob encargos da União

Redução do Dispêndio com Complementação (2014 – 2023):

- R\$ 68.645.196,22 (de R\$ 101.491.840,90 para R\$ 32.846.644,68) – 67,6%

Percentual de Pessoas que Recebe a Complementação (em 2023):

- 53% (dos 41.546 apenas 22.133 recebem. Os demais são integralmente remunerados pelo INSS)

Redução do Quantitativo de Pessoas que Recebe Complementação (2014 – 2023):

- 30.343 (de 52.476 para 22.133) – 57,8%

Redução do Percentual de Pessoas que Recebe a Complementação (2014 – 2023):

- Em 2014, 76%. Em 2023, 53%

De imediato, sem absolutamente nenhuma necessidade de reforço orçamento, R\$ 68.645.196,22 poderiam estar sendo realocados para recompor a Tabela Salarial. Apenas esse valor, representaria uma atualização de 67,6% (R\$ 68.645.196,22 / R\$ 101.491.840,90) nos seus valores.

Também pode ser observada a baixa remuneração individual, R\$ 2.865,38, paga pelo INSS e o pequeno valor complementado pela União, R\$ 1.484,06.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel

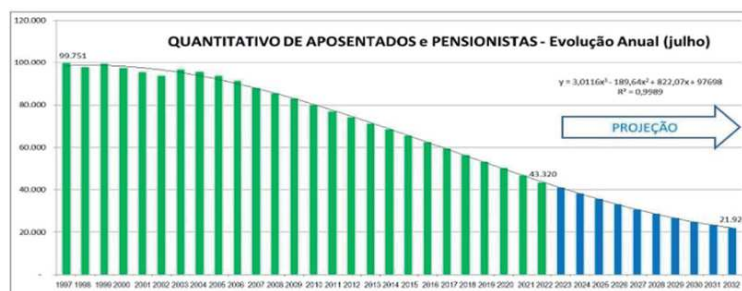




Em 07 de agosto de 2023, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, convocou uma Audiência Pública para expor os problemas dos ferroviários. Recebeu por parte do MGI um pedido de 120 (cento e vinte) dias para avaliação e até hoje quase 1 ano nada foi feito a respeito da ilegalidade.

Acontece que, a despeito do êxito nas negociações a INFRA S.A. **não** legalizou a tabela salarial. Pelo contrário, a empresa ignorou os flagrantes ilegalidades que já haviam sido levadas ao seu conhecimento em 2009 e em 2014 por um trabalho elaborado por uma Comissão 283/VALEC-2014.

Atingidos por esses problemas, encontram-se não apenas os empregados ativos oriundos da extinta RFFSA, mas também os aposentados e pensionistas abrangidos pelas Leis Especiais 8.186, de 21 de maio de 1991 e 10.478, de 28 de junho de 2002. Considere-se ainda, que a compensação apresentada no Quadro preenche o requisito Constitucional previsto no caso em questão.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel



Mês	Quantitativo				
	Total	Redução			
		Mês		Acumulada	
		Quant.	%	Quant.	%
jan/97	100.624				
jan/98	99.014	1.610	1,60	1.610	1,60
jan/99	96.902	2.112	2,13	3.722	3,70
jan/00	98.427	-1.525	(1,57)	2.197	2,18
jan/01	96.264	2.163	2,20	4.360	4,33
jan/02	94.916	1.348	1,40	5.708	5,67
jan/03	95.703	-787	(0,83)	4.921	4,89
jan/04	96.077	-374	(0,39)	4.547	4,52
jan/05	94.613	1.464	1,52	6.011	5,97
jan/06	92.438	2.175	2,30	8.186	8,14
jan/07	89.538	2.900	3,14	11.086	11,02
jan/08	86.716	2.822	3,15	13.908	13,82
jan/09	84.387	2.329	2,69	16.237	16,14
jan/10	81.430	2.957	3,50	19.194	19,07
jan/11	78.408	3.022	3,71	22.216	22,08
jan/12	75.486	2.922	3,73	25.138	24,98
jan/13	72.509	2.977	3,94	28.115	27,94
jan/14	69.631	2.878	3,97	30.993	30,80
jan/15	66.912	2.719	3,90	33.712	33,50
jan/16	63.867	3.045	4,55	36.757	36,53
jan/17	60.821	3.046	4,77	39.803	39,56
jan/18	57.734	3.087	5,08	42.890	42,62
jan/19	54.743	2.991	5,18	45.881	45,60
jan/20	51.600	3.143	5,74	49.024	48,72
jan/21	48.514	3.086	5,98	52.110	51,79
jan/22	44.870	3.644	7,51	55.754	55,41
jan/23	41.032	3.838	8,55	59.592	59,22
jan/24	39.065	1.967	4,79	61.559	61,18
jan/25	36.312	2.753	7,05	64.312	63,91
jan/26	33.694	2.618	7,21	66.930	66,51
jan/27	31.229	2.465	7,32	69.395	68,96
jan/28	28.935	2.294	7,35	71.689	71,24
jan/29	26.830	2.105	7,27	73.794	73,34
jan/30	24.931	1.899	7,08	75.693	75,22
jan/31	23.258	1.673	6,71	77.366	76,89
jan/32	21.828	1.430	6,15	78.796	78,31
jan/33	20.659	1.169	5,36	79.965	79,47

Em amarelo, dados projetados

No advento da Lei 10.478/2002, em sua EM 280/2002 caracterizou-se os valores para suprir o cumprimento legal, éramos em torno de 98.00 ferroviários, aposentados e pensionistas e hoje somos em torno de 41.000. A compensação supre nossa necessidade, independente do descumprimento constitucional não precisar de fonte de recursos.

Considerado, portanto, que as referidas violações à Constituição Federal e à legislação específica aplicável aos ferroviários ainda permanecem, mesmo depois de anos; e ainda, que hoje os ferroviários ainda vivos se encontram

ExEdit  
\* C D 2 5 2 6 7 6 3 6 4 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel





em situação de vulnerabilidade, por serem todos idosos, a adoção de nova tabela salarial proposta mostra-se medida inafastável a fim de sanar as ilegalidades e inconstitucionalidades aqui denunciadas se faz necessário a LEGALIZAÇÃO DA TABELA SALARIAL VIGENTE DOS FERROVIÁRIOS INTEGRANTES DO QUADRO DA INFRA/VALEC (LEI 11.483/2007 – ART. 17).

Documentos Anexos:

- TABELA ATUAL
- TABELA LEGAL PROPOSTA
- PCS RFFSA 1990 em vigor
- Lei 11.483/2007
- Lei 4.950-A/1966
- Parecer Francisco Resek
- Lei 8186/1991
- Lei 10.478/2002
- EM 280/2002
- ADPFs 151 e 51
- Ofício 2811/VALEC 2015
- Relatório Comissão 283/2014 – VALEC

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Paulo Abi-Ackel**  
**(PSDB - MG)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252676364500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Abi-Ackel



**MPV 1286  
00119**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se ao art. 89 da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 89.** Incidem sobre as tabelas do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA os mesmos percentuais reajustes dados para a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, respeitados pareamentos de classes, padrões e níveis de cada cargo (superior, intermediário e auxiliar) para fins de aplicabilidade de reajuste.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Destaca-se o item 10 da exposição de motivos da Medida Provisória nº 304 de 29 de junho de 2006, convertida na lei nº 11.357 de 2006, que traz o seguinte texto: “10. No caso do MMA e do IBAMA, a medida proposta vem resolver pendência funcional decorrente do tratamento desigual dado aos servidores por ocasião da criação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, em que parte dos servidores ativos e todos os aposentados foram excluídos da mencionada carreira, o que gerou um fator de insatisfação e desigualdade interna difícil de ser administrado.”

Servidoras e servidores ativos e aposentados do Pecma realizaram e realizam o mesmo trabalho dos respectivos cargos de mesmo nível da Carreira de Especialista em Meio Ambiente. Atuam no mesmo espaço laboral e tem as mesmas exigências de entregas, realizando as mesmas atividades. Portanto, tratando-se de um locus comum, o reconhecimento diante de um processo de reajuste e reestruturação deve, por consequência, realizar-se de maneira homogênea,



para que a preocupação do governo federal na promulgação da lei n 11.357 seja descontinuada, permitindo discrepância entre atores com as mesmas funções.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senadora Eliziane Gama**  
(PSD - MA)



**MPV 1286  
00120**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se ao art. 122 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, a seguinte redação:

Art. 122.....

.....

“Art. 5º B - São atribuições exclusivas da Carreira do Seguro Social:

.....

IV - Outras atribuições previstas em regulamento.

Parágrafo único: as atribuições da Carreira do Seguro Social são consideradas atividade exclusiva de Estado.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O Objetivo dessa emenda é tornar as atividades de concessão, gestão e controle de benefícios previdenciários e sociais geridos pelo INSS sejam atribuídas como exclusivas da Carreira do Seguro Social bem como definidas como atividade exclusiva de estado.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257480531000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



A medida justifica-se pela importância que essas políticas públicas representam para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, como o tamanho que esses benefícios ocupam no orçamento público.

O INSS paga mensalmente mais de 40 milhões de benefícios previdenciários e sociais. Em termos orçamentários, em 2024 os benefícios previdenciários representaram quase R\$ 1 trilhão, enquanto o BPC representou mais de R\$ 111 bilhões, correspondendo a quase um terço do orçamento efetivo da União.

Os valores pagos em benefícios previdenciários e sociais representam aproximadamente 10% do PIB estimado para 2024. Esses pagamentos contribuem para a subsistência das famílias e a movimentação da economia e o desenvolvimento regional, como demonstra estudo do Ministério das Cidades de 2010, o valor dos benefícios previdenciários e sociais superava o repasse do Fundo de Participação em mais de 70% dos municípios.

A arrecadação é uma atividade exclusiva do Estado, porém representa apenas uma das vertentes das políticas redistributivas. Considerando a importância e a dimensão das atividades de concessão, gestão e controle dos benefícios previdenciários e sociais, que constituem a outra extremidade dessas políticas, é crucial reconhecer a mesma relevância.

Isso visa garantir o melhor controle e a eficiência destas políticas, assegurando que esses benefícios cumpram sua função social, alcançando aqueles que realmente necessitam e tenham direito.

Por estas razões peço aos pares a aprovação desta emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257480531000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Fernanda Melchionna**  
**(PSOL - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257480531000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



**MPV 1286  
00121**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se ao art. 203 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, a seguinte redação:

Art. 203.....

"Art. 21-B. Fica criado o Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social, com a participação da direção do Instituto Nacional de Seguro Social, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e das representações sindicais dos servidores da carreira.

....." (NR).

Parágrafo único. O Comitê Gestor de que trata este dispositivo deverá ser regulamentado e instalado no prazo de até 30 dias após a vigência desta Lei.

....." (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social foi criado pela Lei 10.324, de 29 de julho de 2016, com a finalidade de implementar a reestruturação e promover o contínuo aprimoramento da carreira dos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251438811200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



servidores do INSS, com vistas a modernizar a gestão e controle das atribuições relativas aos benefícios previdenciários e sociais.

Neste ínterim, a composição do referido Comitê deveria ser paritária entre representantes do Governo e dos Servidores, e contar com representantes do INSS, do Ministério da Previdência e do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que à época tinha atribuição de decidir sobre as carreiras do Executivo Federal.

Contudo, passados quase 10 anos, ainda que previsto em Lei, o Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social ainda não foi instalado, deixando a almejada reestruturação de carreira dos servidores do INSS em suspenso, como efeitos nocivos para o Instituto, para as políticas públicas operacionalizadas por esses trabalhadores e para a sociedade como um todo.

Agora, a Medida Provisória 1.286/2024, altera o art. 21-B, da Lei 10.855/2009, para excluir o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da composição do Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social, o que, na prática, retira qualquer efetividade desse organismo, já que nem o INSS e nem o Ministério da Previdência têm competência para decidir sobre reestruturação de carreira.

Assim, objetivando manter as finalidades originais do Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social previstos na Lei 10.324/2016, a presente emenda destina-se a incluir o Ministério da Gestão e da Inovação nos Serviços Públicos, que hoje possui as atribuições para deliberar sobre reestruturação de carreira no Executivo Federal, como parte deste organismo, bem como estabelecer prazo para regulamentação e instalação do referido comitê.

Por estas razões peço aos pares a aprovação desta emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251438811200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna





Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Fernanda Melchionna**  
**(PSOL - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251438811200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



**MPV 1286  
00122**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se ao art. 122 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, a seguinte redação:

“Art. 122.....

“Art. 4º O ingresso nos cargos da Carreira do Seguro Social far-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior completo, em nível de graduação, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

.....” (NR)

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta emenda é estabelecer o nível superior como critério de ingresso para os cargos da Carreira do Seguro Social nos próximos concursos públicos. Ressalta-se que essa exigência será aplicada apenas aos novos ingressos por meio de concurso, visando aprimorar as condições técnicas dos servidores do órgão, sem alteração de cargos e salários, conforme já foi implementado em outras carreiras.

\*CD257010124200\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257010124200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



A alteração justifica-se pelas atribuições complexas atribuídas tanto aos técnicos quanto aos analistas do INSS ao longo do tempo, as quais demandam conhecimentos técnicos e de normas de direito, não sendo, portanto, compatíveis com o nível médio de escolaridade.

Um exemplo dessas atribuições é a análise e reconhecimento de direitos a benefícios previdenciários e assistenciais, que, na prática, consiste no ordenamento de despesas de longo prazo para o orçamento público; além da gestão do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, uma das maiores bases de dados do mundo, contendo informações sensíveis aos cidadãos e ao Estado brasileiro.

Por estas razões peço aos pares a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Fernanda Melchionna**  
**(PSOL - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257010124200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



**MPV 1286  
00123**

CONGRESSO NACIONAL

DEPUTADA FEDERAL MARUSSA BOLDRIN - MDB/GO

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao art. 54; e acrescente-se art. 54-1 à Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 54.** A Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....”

“**Art. 54-1.** Dê-se nova redação à denominação do Capítulo LXII; e acrescente-se art. 157-1 ao Capítulo LXII da Medida Provisória, nos termos a seguir: “**CAPÍTULO LXII DOS CARGOS DE MÉDICO, ENGENHEIROS E ARQUITETOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL**’ **Art. 157-1.** O Capítulo I da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção XXV: “**Seção XXV Dos cargos de Engenheiro/Área, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Engenheiro Agrônomo e Arquiteto** **Art. 54-A.** A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Engenheiro de Segurança do Trabalho, Engenheiro/área, Engenheiro Agrônomo e Arquiteto e Urbanista do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de vinte horas semanais. § 1º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de quarenta horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. § 2º Os servidores que optarem pela jornada de quarenta horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.””

ExEdit  
\*CD259627654000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259627654000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marussa Boldrin



Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir distorções históricas na valorização de engenheiros, arquitetos e urbanistas das Instituições Federais de Ensino (IFES), regidos pela Lei nº 11.091/2005, equiparando sua jornada e remuneração ao tratamento já concedido a médicos veterinários, conforme previsto na Lei nº 12.702/2012.

Esses profissionais desempenham papel estratégico no planejamento, execução e manutenção da infraestrutura universitária, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade da educação no Brasil. Além disso, sua atuação é fundamental para otimizar o uso de recursos públicos, garantindo a eficiência e a sustentabilidade dos projetos educacionais.

Importante ressaltar que esta emenda não altera os valores reservados no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). O impacto financeiro será absorvido pela previsão do Art. 131 da Medida Provisória nº 1.286/2024, que cria 6.060 cargos de Analista em Educação (nível superior). As áreas, especialidades, formação e atribuições desses cargos serão definidas em regulamento, permitindo que os profissionais aqui contemplados sejam integrados de forma planejada e responsável.

Além disso, a proposta não implica diretamente na criação de novos cargos, mas promove isonomia entre categorias profissionais de alta relevância. Essa equiparação incentiva a dedicação exclusiva dos servidores, melhora as condições de trabalho e contribui para a retenção de profissionais altamente qualificados, garantindo a continuidade de projetos essenciais para o desenvolvimento do ensino superior no país.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259627654000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marussa Boldrin



\*CD259627654000\*  
ExEdit



Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Marussa Boldrin**  
**(MDB - GO)**  
**DEPUTADA FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259627654000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marussa Boldrin



**MPV 1286  
00124**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se a seguinte seção e o seguinte artigo:

“CAPÍTULO...

DA CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Art.... As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

**ANEXO CCCXXII**

**(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)**

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254728425700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

b) Vencimento básico para os cargos de  
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.337,57	21.116,63
	II	17.108,03	18.647,75	20.363,35
	I	16.772,58	18.282,11	19.964,07
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.234,27	18.819,83
	II	15.203,13	16.571,41	18.095,98
	I	14.056,15	15.321,20	16.730,75
SEGUNDA	III	13.515,52	14.731,92	16.087,25
	II	13.250,52	14.443,07	15.771,83
	I	12.735,99	13.882,23	15.159,39

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026

ExEdit  
\*CD254728425700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254728425700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Ao editar a MPV 1.286, em 31.12.2024, o Poder Executivo concretizou os reajustes resultantes de acordos firmados em as entidades sindicais ao longo de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e novo reajuste em 2026, variando os reajustes e suas datas conforme consignado nos Termos de Acordo firmados.

Ocorre que, no conjunto de carreiras e categorias contempladas com reajustes que, embora concedidos a título de “reestruturação de carreiras”, nada mais são do que uma revisão geral disfarçada, posto que apenas orientada a recuperar parte de perdas inflacionárias passadas, notadamente a partir de 2017 e 2019, não estão os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira, da Receita Federal do Brasil, e da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Para esse segmento, que envolve os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e os Auditores-Fiscais do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, o Governo concedeu, apenas, na forma de decretos regulamentadores, aumento no Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024.

Contudo, o “Termo de Acordo” firmado com as entidades, relativo ao Bônus, foi, apenas, para que fosse cumprido acordo firmado em 2016, e que apenas em 2024 foi honrado, com a regulamentação da sistemática de aferição do índice de eficiência institucional e a base de cálculo do valor global do Bônus, sem, porém,

ExEdit  
\* C D 2 5 4 7 2 8 4 2 5 7 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254728425700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



alterar-se a tabela de vencimentos das carreiras do Fisco Federal e da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

As perdas inflacionárias acumuladas no valor dos vencimentos em janeiro de 2025, já são de quase 28%, visto que o último reajuste aplicado aos vencimentos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e Auditores-Fiscais do Trabalho, de 9% a partir de maio de 2024, não foi suficiente para a recuperação do seu poder aquisitivo. Sem a concessão de reajustes em 2025 e 2026, essas perdas superarão, até o final do atual mandato presidencial, 39%.

No entanto, as Carreiras da Advocacia Pública, inclusive os Procuradores da Fazenda Nacional, que atuam também no âmbito da Administração Tributária, promovendo a execução da dívida ativa, foram contemplados com reajustes de 9% a partir de junho de 2025, e de 9,2% a partir de abril de 2026. Esse reajuste independe do comportamento dos honorários sucumbenciais por eles percebidos, cujo valor se acha em torno de R\$ 14 mil mensais para ativos.

Dessa forma, a presente emenda visa afastar essa discriminação em relação às carreiras da Receita Federal do Brasil e da Auditoria-Fiscal do Trabalho, e assegurar, ao menos, os mesmos reajustes de 9% e 9,2% concedido à Advocacia Pública, a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Para os fins do cumprimento do art. 113 do ADCT, segundo o qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, estima-se que esse reajuste, considerados os totais de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e sua filiação ao RPPS ou RPPS e Regime de Previdência Complementar, por classe e padrão nas respectivas tabelas, acarretaria os seguintes acréscimos na despesa primária e na despesa financeira, em 2025, 2026 e 2027:

CARGO		Auditor-Fiscal RFB	Analista Tributário	TOTAL RFB	Auditor-Fiscal do Trabalho	TOTAL GERAL
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723	138.831.716	838.483.439

ExEdit  
\* C D 2 5 4 7 2 8 4 2 5 7 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254728425700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902	11.157.946	62.307.848
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625	149.989.661	900.791.286
2026	Primaria	1.097.825.182	305.119.286	1.402.944.468	381.192.575	1.784.137.043
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276	36.258.661	136.456.936
	Total	1.164.583.185	338.559.559	1.503.142.744	417.451.236	1.920.593.979
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687	57.043.575	345.313.262
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168	4.385.834	23.585.002
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855	61.429.408	368.898.263

Assim, o impacto total na despesa primária, em 2025, sobre a despesa atualmente prevista com os referidos cargos, seria de R\$ 838,48 milhões, e na despesa financeira, R\$ 62,3 milhões. Em 2026, relativamente à despesa de 2025 já reajustada, o impacto seria de R\$ 1,78 bilhões na despesa primária e R\$ 136,46 milhões na despesa financeira. Finalmente, em 2027, seria de R\$ 345,3 milhões na despesa primária e R\$ 23,58 milhões na despesa financeira, em relação a 2026.

Esses valores são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, de R\$ 16,8 bilhões na despesa primária e R\$ 1,918 bilhões na despesa financeira, e poderão ser facilmente cobertos com recursos de reservas de contingência consignados na LOA.

Sendo, assim, questão de justiça e que não pode deixar de ser considerada no bojo da política de reajustes adotada pelo atual governo em substituição à revisão-geral que deveria ser concedida na data-base anual dos servidores, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

Deputada Erika Kokay  
(PT - DF)

ExEdit  
\*CD254728425700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254728425700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286  
00125**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescenta dispositivos ao artigo [X] da Medida Provisória 1286/2024, visando alterar a remuneração de agentes públicos médicos veterinários temporários. “Art. [X].....  
Art. [X]. Acrescenta-se ao artigo [X] da Medida Provisória nº 1286/2024, o seguinte parágrafo: “§ [X] O salário base dos médicos veterinários temporários integrantes do quadro de fiscalização agropecuária do Ministério da Agricultura será reajustado a partir de janeiro de 2025, conforme o piso salarial vigente para a categoria, sendo o valor reajustado proporcionalmente ao salário mínimo nacional praticado no país.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Justificação: A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos veterinários temporários integrantes do quadro de fiscalização agropecuária do Ministério da Agricultura, que foram arbitrariamente excluídos dos reajustes concedidos aos demais servidores do Executivo desde 2017. Estes agentes públicos nem sequer tiveram reajuste em 2023 e encontram-se com defasagem salarial desde o momento de seu ingresso, em 2017. Considerando o contexto de inflação e o aumento do custo de vida desde 2017, essa emenda visa equiparar a remuneração desses profissionais aos demais servidores do Ministério da Agricultura, e principalmente, corrigir a situação de desvalorização salarial enfrentada por esses profissionais. A proposta de reajuste a partir de janeiro de 2025 está atrelada ao piso salarial da categoria, conforme já praticado, com a atualização proporcional ao valor do salário mínimo vigente no país, garantindo assim a recomposição salarial e o devido reconhecimento pelo trabalho realizado

  
\*CD257330831400\*  
eXedit

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257330831400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



na fiscalização agropecuária, essencial para a segurança dos alimentos, combate à emergências sanitárias e a qualidade dos produtos agropecuários.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Domingos Sávio**  
**(PL - MG)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257330831400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



\* CD 257330831400 \*  
LexEdit



**MPV 1286  
00126**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** A tabela **b** do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela **e** do Anexo CCXXIV.”

“**Art.** A tabela **a** do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.”

“**Art.** A emenda entra em vigora datada sua aprovação e será retroativa a 1º de janeiro de 2025 para fins financeiros.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser *de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026*. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Isto **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, **que em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257435434100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



**as classes PCCTAE.** O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005;**

2 – A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua **cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

**TERMO DE ACORDO# 11/2024**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257435434100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arrepio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

**§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder**, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257435434100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães





6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que

\*CD257435434100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257435434100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

#### ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

#### “PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

#### VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257435434100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
Médico Veterinário	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84

\* CD 257435434100 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257435434100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60
--	-----	-----------	--	--	--	----	----	-----------	-----------

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
Médico Veterinário	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71

\*CD257435434100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257435434100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Clodoaldo Magalhães**  
**(PV - PE)**

\*CD257435434100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257435434100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



**MPV 1286  
00127**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 2º** “**Art. 12-A** Aos servidores dos cargos constantes no art. 2º desta Lei, inclusive em afastamentos legais, de forma justificada, serão garantidos: I – a preservação do nome, da qualificação, da imagem, da voz, dos vínculos familiares, das informações e dados pessoais sendo vedada a revelação de sua identidade pelos meios de comunicação em geral, sejam públicos ou privados, ou ainda a sua exposição por meio de fotografia ou filmagem, sem sua prévia autorização por escrito; II – ter sua identidade alterada, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 9º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, podendo usufruir, de forma facilitada, de todas as medidas de proteção próprias da categoria, bem como todas as que forem colocadas à disposição de vítimas e de testemunhas participantes de programas especiais de proteção; III – ter identidade fictícia em razão de suas atribuições, incluindo registro geral, cadastro de pessoa física, passaporte e carteira de habilitação, entre outros documentos entendidos como necessários para preservar a identidade de servidor, para fins de preservação de sua vida e integridade física, dada a necessidade de proteção e sigilo da sua vinculação à Atividade de Inteligência de Estado. Parágrafo único. No caso do inciso II do caput deste artigo, os processos de alteração de identidade de que trata esta Lei serão mantidos com adequado



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259967153700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Odair Cunha



grau de sigilo e tramitados, com máxima prioridade, pelas instâncias competentes; sendo os eventuais descumprimentos objeto de apuração e responsabilização cabíveis - devendo as autoridades adotarem todas as providências necessárias para que os subordinados hierárquicos conheçam as normas e observem as medidas e procedimentos de segurança para o tratamento de tais informações. (N.R)’ “Art. 21-A. O desenvolvimento dos servidores públicos federais da ABIN poderá prever regramento de evolução entre padrões e classes de forma abreviada mediante a observância de critérios objetivos para a redução de intertício que atestem desempenho diferenciado, na forma do regulamento. Parágrafo único. A evolução abreviada decorrente desempenho diferenciado, será limitada a três padrões durante toda a vida funcional do servidor, não podendo ocorrer de forma consecutiva e nem na mesma classe.” “Art. 21-B. Enquanto não forem publicados os atos a que se refere o art. 21-A, as progressões e as promoções dos ocupantes dos cargos constantes no art. 2º desta Lei, serão concedidas em observância às normas específicas.” (NR) Aos cargos de provimento efetivo, de níveis superior e intermediário do Grupo Informações e dos níveis superior, intermediário e auxiliar do Grupo Apoio, aplicar-se-ão, no que couber, as prerrogativas de que trata o art. 2º.” (NR)’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

A ABIN tem por missão assessorar o Presidente da República em seu processo decisório estratégico, a partir da produção de conhecimentos sobre ameaças e oportunidades de interesse da sociedade e Estado brasileiros. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), como serviço de inteligência de um país democrático, possui como fundamentos tais objetivos e limites, todavia, ainda carece de marco regulatório expressivo e atualizado.

Em nome da segurança jurídica, o presente texto de emenda visa primeiramente ao aprimoramento da legislação e a sua tão esperada atualização



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259967153700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Odair Cunha



ao estabelecer a unificação das quatro carreiras da ABIN providas por concurso público, de que tratam os incisos I e II do art. 2º da Lei 11.776/2008, em apenas uma “Carreira de Inteligência de Estado”, composta de quatro cargos: Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência, Agente Técnico de Inteligência, cada um com suas respectivas atribuições, prerrogativas e responsabilidades. Isto porque todos esses cargos, mesmo os de suporte técnico especializado e de pesquisa e desenvolvimento, são submetidos às mesmas rigorosas regras de preservação de dados sigilosos e contribuem, cada qual de sua forma particular, para as missões finalísticas da Agência. Tal proposta atende aos princípios de modernização da Administração preconizados nas mais recentes diretrizes de gestão de pessoas defendidas pelo governo federal, com vistas a promover a desburocratização e a eficiência administrativa.

Propõe-se ainda o outro aprimoramento normativo para garantir a proteção de identidade que é vital para o maior aproveitamento do efetivo, pois a alta exposição impossibilita a atuação em temas exclusivos desenvolvidos pela ABIN, como contraterrorismo e contraespionagem. Com atribuições de máxima importância, assim, suas ações geram riscos à integridade física e moral de seus integrantes, o que requer proteção especial à identificação civil dos que exercem a atividade de Inteligência.

O sigilo sobre a identificação dos servidores da ABIN é iniciado já no processo seletivo público, quando o candidato passa por diferentes fases do certame, nas quais, em momento algum, seu nome é publicizado, constando apenas um código alfanumérico que, a cada fase do certame, é alterado a fim de manter e resguardar o sigilo e identidade. Ao ser aprovado, um novo código alfanumérico é emitido e assim publicado no Diário Oficial da União, para que o futuro servidor possa saber de sua aprovação, e para que a sociedade possa acompanhar a lisura do processo, mantendo o mínimo de transparência do processo seletivo.

Apesar da atividade ser velada e de a regra ser a do não conhecimento coletivo da identidade dos servidores da ABIN, o vazamento da informação pode ocorrer. Quando um servidor precisa, por exemplo, registrar-se em um hotel de uma cidade de interior com o seu próprio RG, coloca em

\*CD259967153700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259967153700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Odair Cunha





risco tanto a sua identidade, e até mesmo sua vida, quanto todo o plano de operação que, muitas vezes, leva meses para ser elaborado e aprovado dentro da ABIN. Esta emenda propõe, assim, garantias de preservação da identidade dos servidores da ABIN e proteção especial aos seus dados e qualificação uma vez que é algo fundamental para sua atividade não tratando-se de privilégio, já que o bem jurídico tutelado é a vida dos servidores.

Propõem-se ainda a mudança do critério de seleção dos cargos de Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência de nível intermediário para nível superior, objetivando a sua adequação às atribuições efetivas e responsabilidades avançadas desses profissionais, melhoria do processo seletivo e de projeto institucional, estancando a alarmante evasão desses cargos na ABIN. Propõe-se que, a partir de 1º de janeiro de 2026, o parâmetro escolaridade correspondente no concurso público seja majorado, a fim de melhor atender às necessidades institucionais de maior nível de complexidade e responsabilidade esperados desses profissionais. Esse pleito aponta para a necessária readequação à realidade funcional e à evolução da produção de Inteligência de caráter estratégico para o Estado.

Ressalta-se que essa proposta não caracteriza provimento derivado, ascensão ou acesso, transferência e aproveitamento no tocante aos atuais ocupantes dos referidos cargos, já que apenas se altera o requisito de ingresso nos cargos, sem que haja mudança na nomenclatura ou atribuições legais destes.

Os critérios de progressão são importantes para motivação e prestação de serviços de qualidade pelos servidores públicos. Por paralelismo aos demais cargos, a aceleração de progressão que consta na Medida Provisória nº 1286/2024 para o SIDEC é adicionada à lei de cargos e carreiras da ABIN. A regulamentação de critérios objetivos que atestem o desempenho diferenciado incentivará o satisfatório desempenho dos servidores da ABIN.

Sala da Comissão, de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259967153700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Odair Cunha



Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Odair Cunha**  
**(PT - MG)**  
**Deputado Federal**

RETIRADA



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259967153700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Odair Cunha



\*CD259967153700\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00128**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo:

**“CAPÍTULO****DAS CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS  
DOS EMPREGADOS DA RFFSA ABSORVIDOS NA VALEC**

Art. A partir de 1º de janeiro de 2025, a tabela salarial dos empregados ferroviários ativos e inativos oriundos da RFFSA, abrangidos pelas Leis 8.186 de 21 de maio de 1991 e 10.478 de 28 de junho de 2002, regida pelo seu Plano de Cargos e Salários (PCS), atualmente sob gestão da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias S/A, nome de fantasia INFRA S.A., em cumprimento ao Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal e ao Art. 5º da Lei 4950-A, de 1966, passa a vigorar conforme as Tabelas I, II e III apresentadas a seguir:

**Tabela I – Grupos Administrativos, Operacionais e Serviços,  
oriundos da RFFSA**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254942134700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro

\*CD254942134700\*  
ExEdit

Grupo	Nível	Vencimento a partir de janeiro de 2025
ADMINISTRATIVO	201	2.275,75
	202	2.324,08
	203	2.356,09
	204	2.404,62
	205	2.453,18
	206	2.501,48
	207	2.566,14
	208	2.630,46
	209	2.697,97
	210	2.778,67
	211	2.781,74
	212	2.888,40
	213	2.938,45
	214	3.033,00
	215	3.128,23
	216	3.248,46
	217	3.346,73
	218	3.389,88
	219	3.468,64
	220	3.557,37
	221	3.691,93
	222	3.829,41
	223	4.003,40
	224	4.129,68
	225	4.352,88
	226	4.601,24
	227	4.814,70
	228	5.115,76
	229	5.434,52
	230	5.833,63

\* CD 254942134700 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254942134700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



	231	6.261,22
	232	6.711,95
	233	7.034,85
	234	7.376,95
	235	7.739,35

Tabela II – Grupos Universitários, oriundos da RFFSA

Grupo	Nível	Vencimento a partir de janeiro de 2025
UNIVERSITÁRIO	301	8.307,03
	302	8.605,85
	303	8.877,04
	304	9.295,72
	305	9.795,71
	306	10.302,00
	307	10.648,21
	308	11.007,34
	309	11.378,57
	310	11.762,32
	311	12.159,02
	312	12.569,09
	313	12.993,00
	314	13.432,75
	315	13.885,78
	316	14.354,09
	317	14.838,20
	318	15.338,63
	319	15.855,94
	320	16.390,70
	321	16.943,49

ExEdit  
\*CD254942134700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254942134700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



	322	17.514,92
	323	18.105,63
	324	18.716,26
	325	19.347,48
	326	20.000,00
PCS	501	23.700,00
	502	23.200,00
	503	22.800,00
	504	22.400,00
	505	22.000,00
	506	15.726,78
	507	13.427,18
	508	11.939,75
	509	5.087,39
	510	4.666,27
	511	4.278,98
	521	9.368,60
	522	6.570,88
	523	3.338,70
	524	2.438,71
GT	591	8.502,44
	592	7.573,73
	593	6.893,24

Tabela III – Grupos FEPASA, oriundos da RFFSA

Grupo	Nível	Vencimento a partir de janeiro de 2025
OPERAÇÃO	603	1.812,78
	604	2.037,98
	605	2.326,99
	606	2.665,51
	607	3.061,34

\*CD254942134700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254942134700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



	608	3.519,18
	609	4.042,25
SUPERVISÃO	702	1.809,61
	703	1.982,92
	704	2.193,01
	705	2.474,07
	706	2.791,77
	707	3.157,75
	708	3.564,46
	709	4.042,25
	710	4.493,39
	711	5.138,83
	712	5.885,05
	713	6.741,18
	714	10.302,00
	715	11.379,56
TÉCN.	801	4.493,39
	802	5.138,83
	803	5.885,05
	804	6.741,18
UNIVERSITÁRIO	805	10.302,00
	806	11.379,56
	807	12.457,11
	808	13.534,67
	809	14.612,22
	810	15.689,78
	811	16.767,33
	812	17.844,89
	813	18.922,44
	814	20.000,00

\*CD254942134700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254942134700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



## JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda pretende **enquadrar a TABELA SALARIAL DOS FERROVIÁRIOS BRASILEIROS, nos dispositivos dos art. 7º, IV e V e art. 194, IV da Constituição Federal Brasileira e a Lei 4.950 A/66.**

A presente proposta justifica-se pela necessidade de se legalizar a Tabela Salarial da ex-RFFSA, por um instrumento legal que assegure o cumprimento constitucional.

Como se vê, há nítido descumprimento das normas trabalhistas em relação aos ferroviários, uma vez que os seus salários são inferiores:

(i) ao salário-mínimo nacional, nos primeiros 22 (vinte e dois) níveis da tabela salarial, 201 a 222; e

(ii) ao patamar legal estabelecido como piso salarial da classe. Nível inicial na tabela 306.

O cenário é claro: a INFRA S.A. – empresa pública que sucedeu a extinta RFFSA (art. 17 da lei 11.483/2007) – vem praticando postura salarial diferenciada e anti-isonômica em relação aos empregados que advieram da antiga RFFSA e suas subsidiárias, deixando não só de efetuar a devida atualização da tabela salarial, como também, de corrigi-la para que observe o salário mínimo nacional e o piso salarial previsto na Lei Federal nº 4.950-A/66, o qual foi, inclusive julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2022, no âmbito das ADPF's 53, 149 e 171.

Importa contextualizar, inicialmente, que a problemática da tabela salarial da RFFSA teve início em 2007, ano no qual ocorreu a extinção da RFFSA e a transferência de seus empregados para a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.. Já naquele ano o salário inicial da Tabela (Nível 201), correspondia a R\$ 338,85 (trezentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos), frise-se, quantia inferior ao salário-mínimo nacional vigente à época, que equivalia a R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

A presente proposta justifica-se pela necessidade de se dar tratamento isonômico aos empregados de empresa vinculada ao Ministério dos Transportes



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254942134700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro





(Poder Executivo), por intermédio de instrumento legal que assegure o cumprimento constitucional.

Cabe esclarecer que a Lei 8.186, de 21 de maio de 1991, alterada pela Lei 10.478, de 28 de junho de 2002, ambas previram a complementação de aposentadoria dos ferroviários que ingressaram na RFFSA e subsidiárias, até 21 de maio de 1991, consistente na diferença entre o que paga a previdência social (INSS) e valores previstos no Plano de Cargos e Salários, conforme nova redação do parágrafo 1º do art. 118, da Lei 10.233, de 05 de junho de 2001.

Disso resulta que a aposentadoria dos ferroviários tem a parte regida pelo regime geral da previdência social e a parte complementar, distinta do regime geral.

A distinção entre esses regimes fica mais acentuada tendo em vista a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, como informa o acórdão Ag.Reg na Reclamação nº 11.231, Relator Min. Gilmar Mendes que denomina essas leis, acima citadas, como Estatuto dos Ferroviários.

A Lei 10.478, de 2002, originou-se do Projeto de Lei nº 6.603, de 2002, de iniciativa do Presidente da República, por intermédio da Mensagem 280, de 17 de abril de 2002, e conforme publicado no Diário da Câmara dos Deputados, de 10 de maio de 2002, p. 23208, com pleno atendimento às disposições dos Art. 16 e 17, da LC 101 e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Cabe ressaltar que os beneficiários são o grupo de ferroviários admitido na RFFSA e CBTU a partir de 1º de novembro de 1969 até 21 de maio de 1991. Naquele momento foi projetada a verba orçamentária para atender a existência de 94.916 ferroviários ativos, aposentados e pensionistas. Em jan/2023, daquele quantitativo inicial, restavam apenas 41.546, expondo a expressiva, e permanente, redução da despesa, resultando em saldo positivo na projeção orçamentária, já a partir daquele mesmo ano de 2002, induzindo a compensação, conforme determina o §2º do Art. 17, da LC 101.

Portanto, o orçamento ali definido cuidou-se tão somente da parte complementar da aposentadoria.

Quanto ao disposto nos Arts.16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, pode ser considerado plenamente atendido, uma



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254942134700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



vez que as despesas relativas à medida em pauta, em 2025, da ordem de R\$ 2.847.206.673,26 (nesse valor já considerada a compensação das mortes existente no ano totalizando R\$ 90.959.628,69), sendo desse montante a parcela de R\$ 1.345.423.501,37 já inclusa na LOA 2025, pois faz parte do orçamento do Ministério da Previdência e Assistência Social, sendo absorvidas pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado calculada e demonstrada no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025.

No exercício de 2026, o montante será de R\$ 219.015.897,91 (nesse valor já considerada a projeção da compensação das mortes para o ano totalizando R\$ 84.802.366,16), sendo desse montante a parcela de R\$ 1.254.472.872,25 já estará sendo inclusa na LOA 2026, pois fará parte do orçamento do Ministério da Previdência e Assistência Social, e estará sendo absorvido pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado calculada e demonstrada no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026.

No exercício de 2027, o montante será de R\$ 2.762.404.307,00 (nesse valor já considerada a projeção da compensação das mortes para o ano totalizando R\$ 79.069.726,23), sendo desse montante a parcela de R\$ 1.169.670.506,42 já estará sendo inclusa na LOA 2027, pois fará parte do orçamento do Ministério da Previdência e Assistência Social, e estará sendo absorvido pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado calculada e demonstrada no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027.

Conforme estatística existente no grupo atualmente beneficiado, desde a criação a época da RFFSA, hoje INFRA/MT (empregados ativos) e DECIPEX/MGI (empregados aposentados e pensionistas), desde 1991 até o momento, anualmente ocorre um decréscimo físico de 6,67% e um decréscimo financeiro de 2,71%.

Desta forma, considerando a previsão de cessação de benefícios, na ordem de 2.600 mortes/ano, o que implica em redução permanente de despesas, desde 2002, e, por isto, permite afirmar que a medida não gerará aumento de despesas, em vista da compensação prevista no Art. 17, Parágrafo 2º da LC. 101.

\*CD254942134700\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254942134700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro

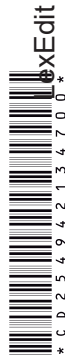


Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Laura Carneiro**  
**(PSD - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254942134700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



\* CD 254942134700 \*  
LexEdit



**MPV 1286  
00129**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 212-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 212-1.** A Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 2º-E.** Ficam transformados em cargos de Oficial de Polícia Federal os cargos efetivos, ocupados e vagos, de Escrivão de Polícia Federal de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.279, de 16 de dezembro de 1985. Ao cargo Oficial de Polícia Federal é reconhecida a atividade jurídica e policial e seu ingresso se dará mediante concurso público de provas e títulos, exigida formação superior de bacharelado ou licenciatura.

§ 1º Aos servidores titulares dos cargos transformados nos termos deste artigo fica assegurado o posicionamento na classe e padrão de vencimento em que estiverem enquadrados, sem prejuízo da remuneração e das demais vantagens a que façam jus na data de início da vigência desta Lei, observando-se, para todos os fins, o tempo no cargo anterior, inclusive o prestado a partir da publicação desta Lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos servidores aposentados, bem como aos pensionistas.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252821662300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lincoln Portela



## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem como objetivo atender a uma necessidade premente de preservação e valorização do cargo de Escrivão de Polícia Federal (EPF), por meio da alteração de sua nomenclatura para "Oficial de Polícia Federal" (OPF), refletindo com maior precisão sua natureza e funções no contexto da Polícia Federal. A proposta baseia-se em fundamentos técnicos, institucionais, jurídicos e previdenciários, abordados a seguir.

### 1. Adequação da Nomenclatura à Natureza do Cargo e às Atribuições do EPF

O cargo de Escrivão de Polícia Federal desempenha funções essenciais e multifacetadas em todas as áreas de competência da Polícia Federal, conforme o artigo 144 da Constituição Federal e normativos correlatos. Trata-se de um cargo típico de estado, de natureza estritamente policial, com atuação em atividades técnico-científicas, operacionais e de polícia judiciária, indo muito além das atribuições meramente administrativas ou cartoriais frequentemente associadas ao termo "escrivão".

A nomenclatura atual do cargo de Escrivão de Polícia Federal (EPF) induz a comparações equivocadas com o cargo de Escrivão de Polícia Civil (EPC), já extinto após a edição da Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis. Observa-se que a designação "escrivão" já não reflete a realidade organizacional das polícias brasileiras, uma vez que, nas Polícias Cíveis, houve a unificação dos cargos de Escrivão e Agente em uma nova estrutura funcional. Essa mudança evidencia uma tendência nacional de modernização das carreiras policiais, reforçando a necessidade de atualização também na Polícia Federal, sem juízo de valor sobre a transição feita nas Polícias Cíveis.

Além disso, essa nomenclatura anacrônica desconsidera as notórias distinções entre as competências da Polícia Federal e das Polícias Cíveis e, por consequência, as diferenças entre os cargos que integram essas instituições. Essa inadequação prejudica a percepção pública e jurídica acerca da verdadeira

\*CD252821662300\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252821662300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lincoln Portela



essência do cargo de EPF, criando interpretações equivocadas que comprometem sua identidade policial.

A mudança para "Oficial de Polícia Federal" representa, portanto, um ajuste necessário para alinhar a nomenclatura do cargo às suas reais atribuições, garantindo que sua representação esteja condizente com seu papel estratégico dentro da Polícia Federal. Trata-se de uma adequação que acompanha as transformações institucionais e operacionais da carreira policial federal, consolidando uma nomenclatura mais coerente com as funções desempenhadas e alinhada às evoluções da estrutura policial no Brasil.

## 2. Prevenção de Riscos Jurídicos e Previdenciários

O aumento de ações judiciais questionando a exigência do Teste de Aptidão Física (TAF) no concurso público para o cargo de EPF tem gerado interpretações que não refletem a realidade funcional do cargo e suas atribuições na Polícia Federal. Muitas dessas ações são fundamentadas na comparação equivocada com a antiga estrutura das Polícias Cíveis, quando ainda havia o cargo de Escrivão de Polícia Cível. Essa situação representa um risco concreto à integridade do cargo e pode comprometer sua correta classificação funcional, especialmente no que se refere à sua natureza estritamente policial.

A mudança de nomenclatura reforça a identidade policial do cargo, afastando interpretações imprecisas e garantindo que sua definição jurídica e previdenciária esteja alinhada à realidade das atribuições desempenhadas no dia a dia da Polícia Federal. Com isso, evita-se a formação de precedentes equivocados que possam comprometer direitos fundamentais dos ocupantes do cargo, especialmente no que diz respeito à aposentadoria policial especial, um direito reconhecido para carreiras policiais de alto risco.

## 3. Modernização Institucional da Polícia Federal

A Polícia Federal tem passado por importantes processos de modernização, incluindo a implementação do sistema de polícia judiciária



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252821662300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lincoln Portela



\*CD252821662300\*  
xEdit

eletrônico (ePol) e a transição do Inquérito Policial (IPL) do formato físico para o digital. Além disso, os órgãos do Poder Judiciário também adotaram há alguns anos sistemas processuais eletrônicos. Destarte, essas mudanças tornaram obsoletas as funções tradicionais aliadas à arquivologia e à gestão cartorária e processual arcaica, que, no passado, justificavam a nomenclatura de "escrivão".

A nova nomenclatura proposta reflete essa evolução, alinhando-se às mudanças tecnológicas e operacionais da instituição e representando um marco na modernização da Polícia Federal.

#### **4. Uniformização e Preservação da Paridade entre Ativos e Inativos**

A proposta contempla todos os detentores do cargo de EPF, sejam eles ativos ou inativos, assegurando a manutenção da paridade e evitando qualquer prejuízo aos direitos já adquiridos dos aposentados. Esta abordagem garante a uniformidade de direitos e deveres, eliminando quaisquer dúvidas sobre a aplicabilidade da alteração e fortalecendo a coesão entre os servidores da carreira policial federal.

#### **5. Apoio Institucional e Legitimidade da Proposta**

A mudança de nomenclatura foi amplamente debatida e aprovada por 96% dos Escrivães de Polícia Federal consultados em pesquisas conduzidas pela Associação Nacional dos Escrivães de Polícia Federal (ANEPF). Esse apoio demonstra a legitimidade da proposta e a sua aceitação entre os servidores da que compõem a categoria.

Portanto, a proposta responde a uma necessidade institucional, jurídica e previdenciária urgente, modernizando a nomenclatura do cargo de Escrivão de Polícia Federal para Oficial de Polícia Federal. A medida preserva a identidade e a natureza policial do cargo, alinha-se às transformações ora em curso tanto no SIPEC de forma geral como na Polícia Federal em especial, e converge com

\*CD252821662300\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252821662300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lincoln Portela



as evoluções modernas recentes havidas em outras polícias no Brasil e em outros países, assegurando os direitos de todos os servidores que compõem a categoria.

A aprovação dessa Emenda será um marco na valorização e proteção da carreira policial federal, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a modernização e a eficiência de suas instituições.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lincoln Portela**  
**(PL - MG)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252821662300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lincoln Portela



\*CD252821662300\*  
ExEdit





**MPV 1286  
00130****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, na forma proposta pelo art. 134 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º .....**

**.....**

**§ 3º** Os ocupantes dos cargos de que trata este artigo terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, na qualidade de Órgão Supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas à infraestrutura.

**.....” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1286, de 2024, reajusta a remuneração de parte dos servidores públicos do Poder Executivo federal, além de reestruturar parcialmente a carreira de analista de infraestrutura.

A carreira de analista de infraestrutura foi criada em 2007 para poder viabilizar os grandes empreendimentos de infraestrutura em todo País, tão necessários para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da nossa nação. A transversalidade da carreira é um marco da boa gestão pública, pois permite alto grau de flexibilidade na lotação de seus membros na Administração Pública Federal.

À época em que foi criada a carreira a intenção do legislador estava limitada às informações de ocasião e por essa razão o termo infraestrutura foi



segmentado em função das demandas que o governo enfrentava no momento, notadamente o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Com o passar dos anos, pressionado pelas demandas crescentes por este tipo de servidor, o próprio órgão supervisor da carreira, atualmente o MGI, alocou servidores da carreira em ministérios setoriais não previstos originalmente, como exemplos: Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo e Secretaria do Patrimônio da União (MGI).

Assim, considerando que demandas por infraestrutura residem em qualquer setor do governo federal, torna-se imprescindível que se amplie a atuação dessa qualificada carreira que tem como formação: engenharia, arquitetura, geologia e geografia.

É então oportuna a alteração por emenda à MPV 1286/2024, pois i) não apresenta impacto orçamentário e ii) trata de matéria conexa, visto a MPV tratar da gestão de pessoal da citada categoria.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Wellington Fagundes**  
(PL - MT)



**MPV 1286  
00131**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação aos incisos I e II do *caput* do art. 1º, ambos da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, na forma proposta pelo art. 134 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º .....**

**I – carreira de Analista de Infraestrutura, estruturada nas Classes A, B e Especial; composta do cargo de Analista de Infraestrutura, de nível superior; com atribuições voltadas às atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, e de gestão governamental relativas à formulação, à implementação, ao controle e à avaliação de políticas públicas de infraestrutura; e**

**II – cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior, de nível superior, estruturado em classe única, com atribuições de alto nível de complexidade voltadas às atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, e de gestão governamental, relativas à formulação, à implementação, ao controle e à avaliação de políticas de infraestrutura;**

**.....” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A Carreira de Analista de Infraestrutura (AIE) e o cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior (EIS) foram criados pela Medida Provisória n. 389, de 31 de agosto de 2007. A proposta tinha por objetivo “possibilitar que a



Administração Pública Federal recrute pessoal com alto nível de qualificação para desempenhar as atribuições governamentais ligadas à área de infraestrutura, que é prioritária para o desenvolvimento do país”.

Ao longo dos últimos dezoito anos, esta categoria atuou decisivamente no planejamento e execução de obras e projetos de infraestrutura de grande porte, como também se mostrou essencial para a gestão governamental das políticas públicas do setor, atuando em todas as etapas do ciclo de política pública: criação de agenda, formulação, implementação e avaliação de impactos, como, por exemplo, na modernização de marcos regulatórios, na modelagem de concessões e parcerias público-privadas.

Portanto, reconhece-se a expansão das atribuições inicialmente definidas, modificando o conceito do art. 1º, incisos I e II da lei de regência.

A alteração por meio de emenda à MPV 1286/2024 mostra-se oportuna, pois (i) não gera impacto orçamentário e (ii) trata de matéria conexa, uma vez que a MPV aborda a gestão de pessoal da referida categoria.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Wellington Fagundes**  
(PL - MT)



**MPV 1286  
00132**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao inciso II do *caput* do art. 4º-E da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, como proposto pelo art. 134 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 4º-E. ....

II – ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de **nível mínimo 10** ou equivalente;

.....” (NR)

### JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1286, de 2024, reajusta a remuneração de parte dos servidores públicos do Poder Executivo federal, além de reestruturar parcialmente a carreira de analista de infraestrutura.

A carreira de analista de infraestrutura foi criada em 2007 para poder viabilizar os grandes empreendimentos de infraestrutura em todo País, tão necessários para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da nossa nação. A transversalidade da carreira é um marco da boa gestão pública, pois permite alto grau de flexibilidade na lotação de seus membros na Administração Pública Federal.

Contudo, ao estabelecer que os analistas de infraestrutura só podem ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o



exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de nível mínimo 13 ou equivalente, referentes à cargos como coordenador-geral, gerente e assessor, a Medida Provisória limita de sobremaneira as cessões desses servidores, comprometendo a transversalidade e dificultando as necessidades de movimentação da carreira nos órgãos que tratam das políticas de infraestrutura. Tal exigência provocará prejuízos significativos à formulação de políticas públicas e à gestão de programas no setor de infraestrutura.

Assim, esta emenda visa corrigir essa distorção ao apresentar uma solução como exigência mínima para cessões os para órgãos e entidades do Poder Executivo federal, no qual o nível 10 dos Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE correspondem aos cargos de coordenador e assessor técnico, que exercem, respectivamente, os papéis de coordenação de equipes e assessoria técnica.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Wellington Fagundes**  
(PL - MT)



**MPV 1286  
00133**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao inciso III do *caput* do art. 4º-E da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, como proposto pelo art. 134 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 4º-E. ....

.....

**III** – ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de **nível mínimo 10** ou equivalente; ou

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1286, de 2024, reajusta a remuneração de parte dos servidores públicos do Poder Executivo federal, além de reestruturar parcialmente a carreira de analista de infraestrutura.

A carreira de analista de infraestrutura foi criada em 2007 para poder viabilizar os grandes empreendimentos de infraestrutura em todo País, tão necessários para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da nossa nação. A transversalidade da carreira é um marco da boa gestão pública, pois permite alto grau de flexibilidade na lotação de seus membros na Administração Pública Federal.

Contudo, ao estabelecer que os analistas de infraestrutura só podem ser cedidos para para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo 15 ou equivalente, a Medida



Provisória limita de sobremaneira as cessões desses servidores para esses Poderes prejudicando a recomendável troca de experiências entre os três Poderes. Nas casas legislativas, por exemplo, existe carência de profissionais com expertise nas etapas de um ciclo completo de políticas públicas: agenda, formulação, implementação e avaliação de impactos. Tais profissionais aperfeiçoam as entregas dos parlamentares em matérias relativas à infraestrutura. Considerando a qualificação dos Analistas de Infraestrutura, que têm formação em engenharia, arquitetura, geologia e geografia e 17 anos de experiência em todas as etapas de políticas públicas de infraestrutura, pode-se depreender que os parlamentares qualificarão suas entregas, notadamente, na formulação de proposições legislativas e na aplicação de recursos financeiros por intermédio das emendas parlamentares.

A alteração por meio de emenda à MPV 1286/2024 mostra-se oportuna, pois (i) não gera impacto orçamentário e (ii) trata de matéria conexa, uma vez que a MPV aborda a gestão de pessoal da referida categoria.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Wellington Fagundes**  
(PL - MT)





**MPV 1286**  
**00134**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao inciso IV do *caput* do art. 4º-E da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, como proposto pelo art. 134 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 4º-E.** .....

**IV** – ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de **nível 10** ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de **cem** mil habitantes.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1286, de 2024, reajusta a remuneração de parte dos servidores públicos do Poder Executivo federal, além de reestruturar parcialmente a carreira de analista de infraestrutura.

A carreira de analista de infraestrutura foi criada em 2007 para poder viabilizar os grandes empreendimentos de infraestrutura em todo País, tão necessários para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da nossa nação. A transversalidade da carreira é um marco da boa gestão pública, pois permite alto grau de flexibilidade na lotação de seus membros na Administração Pública Federal.



Contudo, ao estabelecer que os analistas de infraestrutura só podem ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 15 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de trezentos mil habitantes, a Medida Provisória limita de sobremaneira as cessões desses servidores.

Considerando que os Estados, o Distrito Federal, as prefeituras de capitais e os Municípios com mais de cem mil habitantes possuem uma graduação para cargos comissionados inferior à aplicada no Executivo do Governo Federal, o texto original desta Medida Provisória inviabiliza na prática a cessão dos Analistas de Infraestrutura.

Da forma como está o texto original, dos 5.571 municípios brasileiros, apenas 48 municípios e poucas capitais com menos de 500 mil habitantes poderiam contar com os Analistas de Infraestruturas, formados em engenharia, arquitetura, geologia e geografia, para levar todo seu conhecimento acumulado nos 17 anos de experiência de governo federal. Com a redução para no mínimo de 100 mil habitantes, a quantidade de municípios sobe para 336, ainda, apenas 6% do total de municípios brasileiros.

Reduzir também a graduação do cargo comissionado tornará efetiva uma eventual cessão desses servidores para atuarem desde o nível de coordenadores gerais ou gerentes à autoridades máximas.

Finalmente, como as políticas públicas formuladas e gestadas pelo Governo Federal tem como objetivo final promover o desenvolvimento socioeconômico do cidadão brasileiro e considerando que os governos subnacionais complementam tais políticas nas suas respectivas regiões, quando não são os próprios executores das políticas do Governo Federal, seria danoso ao próprio Governo Federal inviabilizar a cessão dos Analistas de Infraestrutura para esses entes subnacionais.



A alteração por meio de emenda à MPV 1286/2024 mostra-se oportuna, pois (i) não gera impacto orçamentário e (ii) trata de matéria conexa, uma vez que a MPV aborda a gestão de pessoal da referida categoria.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Wellington Fagundes**  
(PL - MT)



**MPV 1286  
00135**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se o art. 10 da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, como proposto pelo art. 114 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

As alterações efetuadas no artigo 10 e 11 da Lei 11.090/2005 trazem maior rigor nos critérios de promoção e dificultam a ascensão para a Classe Especial dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Importante considerar que tais alterações não foram pactuadas entre a categoria, a CONDSEF - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e o MGI, quando da assinatura do Acordo Salarial no ano de 2024. Ressalte-se que a supressão não acarretará qualquer prejuízo ou aumento de despesas, uma vez que suprimido este texto da MP 1.286/2024 continuarão valendo as regras atuais de progressão da carreira, conforme previstas na Lei 11.090/2005.

Ademais, o novo texto cria disparidade entre o desenvolvimento funcional de carreiras do mesmo órgão. Pois, enquanto o texto a ser suprimido traz maior rigor aos critérios de promoção dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, as alterações do artigo 3º e parágrafos 1º e 2º, todos da Lei 10.550/2002, disciplinadas no artigo 116 da MP, que regula a promoção para os servidores da Carreira de Perito Federal Territorial, foram arremetidos para uma regulamentação posterior. Não há qualquer justificativa técnica/administrativa para que se adote um entendimento **distinto** e **discriminatório** no tratamento

ExEdit  
\*CD255907619500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255907619500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini



deste tema – desenvolvimento funcional – nas duas carreiras da mesma instituição pública federal.

Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lucio Mosquini**  
**(MDB - RO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255907619500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini



\*CD255907619500\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00136**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** O salário base dos médicos veterinários temporários integrantes do quadro de fiscalização agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária será reajustado a partir de janeiro de 2025, conforme o piso salarial vigente para a categoria, sendo o valor reajustado proporcionalmente ao salário mínimo nacional praticado no país.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos veterinários temporários integrantes do quadro de fiscalização agropecuária do Ministério da Agricultura, que foram arbitrariamente excluídos dos reajustes concedidos aos demais servidores do Executivo desde 2017. Estes agentes públicos nem sequer tiveram reajuste em 2023 e encontram-se com defasagem salarial desde o momento de seu ingresso, em 2017.

Considerando o contexto de inflação e o aumento do custo de vida desde 2017, essa emenda visa equiparar a remuneração desses profissionais aos demais servidores do Ministério da Agricultura, e principalmente, corrigir a situação de desvalorização salarial enfrentada por esses profissionais. A proposta de reajuste a partir de janeiro de 2025 está atrelada ao piso salarial da categoria, conforme já praticado, com a atualização proporcional ao valor do salário mínimo vigente no país, garantindo assim a recomposição salarial e o devido reconhecimento pelo trabalho realizado na fiscalização agropecuária, essencial

\*CD255967143800\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255967143800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini



para a segurança dos alimentos, combate à emergências sanitárias e a qualidade dos produtos agropecuários.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lucio Mosquini**  
**(MDB - RO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255967143800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini



**MPV 1286  
00137**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 1º-B à Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, na forma proposta pelo art. 116 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º-B.** Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Territorial, composta de cargos efetivos de Perito Federal Territorial, de nível superior, com atribuições voltadas para o planejamento, a coordenação, a orientação, a implementação, o acompanhamento e a fiscalização de atividades inerentes à ocupação e ao uso do solo.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O texto que se pretende modificar promove alterações não acordadas na Mesa Específica e Temporária INCRA, e no Termo de Acordo nº 27, celebrado entre o MGI e a Condsef - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, para os servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei 11090/2005.

**As alterações promovidas pelo artigo Art. 1º-B do Art. 116 desta MP 1.286/2024, incorporam à Carreira de Perito Federal Agrário e/ou Territorial, atribuições que já se encontram atribuídas à Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, criada pela Lei 11.090/2005, tal como descritas em seu Art.1º, parágrafo 1º, e reproduzidos abaixo:**

*Art. 1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Técnico Administrativo, integrantes*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257211994600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini



\* 0 2 5 7 2 1 1 9 9 4 6 0 0 \*



do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo terão as seguintes atribuições:

I - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário: planejamento, coordenação, acompanhamento e execução de atividades relativas ao **ordenamento territorial e reforma agrária** e, mais especificamente:

a) o gerenciamento das **ações de ordenamento territorial** e reforma agrária;

b) a articulação interinstitucional e integração das políticas de **ordenamento territorial** e da reforma agrária às demais políticas públicas;

c) a administração e a fiscalização do **cadastro de imóveis rurais** ;

d) a sistematização de informações relativas à **ocupação, utilização, zoneamento agrário e socioeconômico do meio rural** ;

e) a implementação de projetos relativos à **discriminação, arrecadação, regularização e destinação de terras públicas**;

f) o georreferenciamento, a medição e a demarcação de imóveis rurais; e

g) a implantação, desenvolvimento, recuperação e consolidação de projetos de reforma agrária, colonização e demais modalidades de assentamento;

II - Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário: execução de suporte técnico às atividades relativas ao ordenamento da estrutura fundiária e da reforma agrária e, mais especificamente:

a) manutenção e atualização dos sistemas finalísticos;

b) coleta, sistematização e manutenção de dados e informações necessárias ao planejamento, acompanhamento e execução das **ações de ordenamento territorial e da reforma agrária** ;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257211994600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini



\*CD257211994600\*  
ExEdit



c) apoio técnico às ações de fiscalização, vistoria, avaliação, georreferenciamento, medição e demarcação de imóveis rurais;

d) geoprocessamento de informações e elaboração de mapas temáticos;

e) identificação e classificação de beneficiários da reforma agrária;

f) apoio técnico às ações de implantação de infraestrutura básica, concessão de assistência técnica e articulação dos beneficiários da reforma agrária com instituições públicas e privadas; e

g) concessão e acompanhamento da aplicação dos créditos da reforma agrária;

Essas alterações, flagrantemente inconstitucionais, se confirmadas no Plenário da Câmara dos Deputados, provocarão as seguintes consequências:

1- **Duplicidade de atribuições** em duas carreiras distintas, em um mesmo órgão da administração pública federal (INCRA);

Equivalência da Atribuições entre as duas carreiras	
Perito Federal Territorial	Reforma e Desenvolvimento Agrário
Governança Territorial	Ordenamento Territorial
Governança Fundiária	Cadastro de Imóveis Rurais
Governança Patrimonial	Regularização Fundiária de Terras Federais
Ocupação/Uso do Solo	Ocupação/ Utilização / Zoneamento Agrário

2- Criação de uma **nova carreira** – Perito Federal Territorial - **e não a transformação** de uma carreira existente – Perito Federal Agrário - na medida em que **acrescenta novas atribuições** àquelas já existentes;

3- **Ingresso** dos Engenheiros Agrônomos nesta nova carreira – Perito Federal Territorial – **sem concurso público**, uma vez que as novas atribuições não faziam parte do Edital que disciplinou o ingresso dos Peritos Federais Agrários nos concursos de admissão anteriores.

ExEdit  
\*CD257211994600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257211994600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini



Diante dos vícios que promovem subversão da lógica constitucional de admissão no serviço público e sobreposição de atribuições entre carreiras, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lucio Mosquini**  
**(MDB - RO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257211994600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucio Mosquini



**MPV 1286  
00138**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao § 4º do Art. 32 e acrescentem-se o Art. 40-A, o Art. 40-B e o Art. 40-C na Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, propostos no Art. 52 da presente Medida Provisória, nos termos a seguir:

**CAPÍTULO XXII**

**DA ÁREA DE AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

Art. 52. A Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 32. A GDASUS será paga observando-se os seguintes limites:

I - (...)

II - (...)

(...)

§ 4º As avaliações referentes aos desempenhos institucional e individual serão apurados anualmente baseados em indicadores previamente estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Saúde e monitorados durante cada período avaliativo e produzirão efeitos financeiros mensais. “ (NR)

(...)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255671932700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



“Art. 40-A. Fica criada a Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, do Sistema Único de Saúde, composta pelo Cargo de Auditor Federal do SUS, de nível superior, e de Técnico Federal de Auditoria do SUS, de nível intermediário.” (NR)

“Art. 40-B. Os cargos de nível superior e intermediário ocupados pelos servidores em efetivo exercício no Componente Federal de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Departamento Nacional de Auditoria do SUS, DenaSUS, do Ministério da Saúde, serão enquadrados e reorganizados na carreira de Auditoria Federal do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, na data da publicação desta Lei, observados o nível de escolaridade, a classe e o padrão proporcional que os servidores ocuparem nos planos de carreira de origem, sem prejuízo do previsto no § 3º, do Art. 6º, da Lei 8689, de 27 de julho de 1993.” (NR).

## JUSTIFICAÇÃO

A presente alteração na redação do § 4º do Art. 32 da Lei nº 11.344 tem como objetivo adequar a periodicidade da avaliação de desempenho dos servidores, passando de semestral para anual. Essa mudança alinha-se ao padrão adotado pelas demais carreiras do Poder Executivo Federal, bem como do Ministério da Saúde, nas quais as avaliações de desempenho institucional e individual são realizadas anualmente.

A padronização dessa periodicidade traz mais efetividade ao modelo de avaliação, e alinha as formas de monitoramento e aperfeiçoamento da gestão de desempenho. Além disso, a avaliação anual permitirá um planejamento mais eficiente das atividades de auditoria, possibilitando um acompanhamento estratégico dos resultados e a definição de ações corretivas mais precisas, sem comprometer a efetividade do processo.

Ato contínuo, a criação da Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, do Sistema Único de Saúde e o enquadramento dos servidores em efetivo exercício no Componente Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255671932700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



de Auditoria do SUS são medidas essenciais para assegurar a continuidade e o aprimoramento das atividades de auditoria no âmbito do SUS.

O enquadramento dos servidores que já exercem atividades de auditoria é fundamental para evitar a descontinuidade dos trabalhos, preservar o conhecimento técnico adquirido ao longo dos anos e garantir a eficiência no uso dos recursos humanos disponíveis. Esses profissionais possuem expertise na análise e fiscalização da execução dos recursos do SUS, sendo indispensáveis para o fortalecimento da auditoria do SUS e para a promoção da transparência e da efetividade na gestão pública da saúde.

Além disso, o aproveitamento da força de trabalho existente possibilita uma transição mais eficiente para a nova estrutura, sem prejuízo à continuidade das auditorias e sem a necessidade de processos extensivos de capacitação para novos servidores, bem como observa as atribuições e atividades já exercidas pelos servidores, conforme normas vigentes tal qual a própria Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006.

Desta forma, em virtude do disposto no § 4º do art. 33 e do inciso XIX do art. 16 da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, nos § 2º e § 3º do art. 6º e no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, nos artigos 38 e 42 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e no art. 4º do Decreto n. 1.651, de 28 de setembro de 1995, e considerando as recomendações do Ministério Público Federal, no âmbito do inquérito Civil nº.1.26.000.002744/2023-00, do Tribunal de Contas da União (TCU) em Acórdão nº 1246/2017 - TCU-Plenário e anteriores, e também, considerando o benefício de um quadro próprio e qualificado de servidores da auditoria do SUS para a execução qualificada das ações e serviços públicos de saúde, tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal, cria-se a carreira da auditoria federal do SUS, para fortalecer o controle, a avaliação e a fiscalização das ações e serviços em saúde e seus recursos, de forma a garantir a atuação do componente federal do SNA como unidade de auditoria do SUS.

A auditoria no SUS desempenha papel estratégico na otimização do uso dos recursos públicos, na identificação de fragilidades e na formulação de recomendações para o aprimoramento da gestão da saúde. Assim, a estruturação da Carreira do Componente Federal de Auditoria do Sistema Nacional de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255671932700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Auditoria do Sistema Único de Saúde, com a incorporação dos servidores em exercício, representa um avanço necessário para garantir a continuidade e o aperfeiçoamento dessa atividade essencial ao interesse público.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255671932700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286  
00139**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à ementa e ao o caput do art. 1º, acrescentem-se os parágrafos 5º, 6º e 7º ao artigo 183 e os incisos VII e VIII ao artigo 185, além do Anexo em apenso, à Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, **o Plano de Carreira e de Cargos de Justiça, Segurança e Defesa** e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

“Art.

1º.....

I – Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça, a Defesa, **o Plano de Carreira e de Cargos de Justiça, Segurança e Defesa** e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.” (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente





.....

## CAPÍTULO LXXII

### DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA E DEFESA

Art. 183. Fica criado, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa.

§ 1º Integrarão o Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa:

I - Carreira Analista Técnico de Justiça e Defesa, composta de cargo de Analista Técnico de Justiça e Defesa, de nível superior; e

II - Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, de nível superior;

III - Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, de nível intermediário; e

IV - Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa, de nível auxiliar.

§ 1º Os ocupantes dos cargos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 185.

§ 2º Os cargos efetivos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa são estruturados em classes e padrões, na forma do [Anexo CCCVIII](#).

§ 3º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes dos cargos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa.

§ 4º No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes dos cargos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 185.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



§ 5º O cargo de Analista Técnico Administrativo de Justiça e Defesa poderá ser classificado em áreas e em especialidades, quando for necessária formação especializada ou habilidade específica para o exercício de suas atribuições.

§ 6º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), PECPF e PECPRF, de níveis superior, intermediário e auxiliar, ficam reorganizados nos cargos de Analista Técnico Administrativo de Justiça e Defesa, de Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa e de Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa.

§ 7º Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o § 6º deste artigo, com investidura decorrente de aprovação em concurso público, serão enquadrados nos cargos criados por esta Lei, mantidos os requisitos de formação profissional e a posição relativa na tabela constante do Anexo CCCVIII desta Lei. (NR)

Art. 183-A Os servidores ocupantes de cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar lotados no quadro de pessoal do MJSP, PRF e PF até a data de entrada em vigor desta Lei não enquadrados no Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa e não pertencentes às carreiras de que trata o art. 1º desta Lei comporão o quadro suplementar do respectivo órgão de lotação e permanecerão nos planos de cargos a que pertenciam anteriormente à entrada em vigor desta Lei. (NR)

Art. 183-B Os cargos de Assistente e de Auxiliar do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa e dos quadros suplementares de que trata o art. 183-A desta Lei, vagos e que vierem a vagar ficam transformados, em cargos de Analista Técnico Administrativo de Justiça e Defesa. (NR)

.....

Art. 185-A São atribuições do cargo de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



I - planejamento, supervisão, coordenação, controle, acompanhamento e execução de atividades de atendimento ao cidadão;

II - planejamento, supervisão, coordenação, controle, acompanhamento e execução de atividades técnicas e especializadas, de nível superior, necessárias ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo dos órgãos e entidades da administração pública federal;

III - implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas na sua área de atuação, ressalvadas as atividades privativas de Carreiras específicas;

IV - utilização de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução das atividades previstas nos incisos anteriores.(NR)

Art. 185-B São atribuições do cargo de Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

I - execução de atividades técnicas, administrativas, logísticas e de atendimento, de nível intermediário, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo dos órgãos ou entidades da administração pública federal, ressalvadas as privativas de Carreiras específicas;

II - utilização de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução das atividades previstas no inciso I;

III - execução de outras atividades de mesmo nível de complexidade em sua área de atuação. (NR)

Art. 185-C São atribuições do cargo de Assistente Administrativo de Justiça e Defesa, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal: (NR)

Art. 186. A jornada de trabalho dos cargos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa é de quarenta horas semanais. (NR)

\*CD251538540300\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



Art. 187-A O ingresso nos cargos de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa; Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa; e Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa, ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído pelas etapas de provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório, respeitada a legislação específica.

I- O ingresso nos cargos de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

II- O ingresso nos cargos de Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa exige ensino médio completo.

III- O ingresso nos cargos de Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa exige ensino fundamental completo.

§ 2º O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se refere o *caput*, a habilitação legal específica a que se refere o inciso I e os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 3º O concurso público a que se refere o *caput* será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Assistente Administrativo de Justiça e Defesa.

§ 4º Sem prejuízo dos requisitos estabelecidos neste artigo, o ingresso nos cargos de que trata o *caput* poderá contar com procedimento de investigação social e, se necessário, funcional do candidato, em caráter eliminatório, assegurados a tramitação sigilosa e o direito de defesa, conforme ato do Poder Executivo federal.

Art. 188 - A. Os ocupantes dos cargos de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa; Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e

\*CD251538540300\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



Defesa; e Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa serão remunerados, na forma do Anexo CCCIX.

.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem

\*CD251538540300\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem recém aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

**Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



\*CD251538540300\*  
ExEdit



Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao logo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ver aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rafael Prudente**  
**(MDB - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



ANEXO

PLANO DE CARREIRA E DE CARGOS DE JUSTIÇA, SEGURANÇA E DEFESA,  
PARA O MJSP

a) Cargo de Nível Superior:

Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	11.378,00	96,92	7.753,60	9.692,00	19.131,60	21.070,00
	IV	11.138,48	94,88	7.590,40	9.488,00	18.728,88	20.626,48
	III	10.904,29	92,88	7.430,40	9.288,00	18.334,69	20.192,29
	II	10.172,09	86,64	6.931,20	8.664,00	17.103,29	18.836,09
	I	9.942,60	84,70	6.776,00	8.470,00	16.718,60	18.412,60
C	V	9.718,64	82,80	6.624,00	8.280,00	16.342,64	17.998,64
	IV	9.514,77	81,05	6.484,00	8.105,00	15.998,77	17.619,77
	III	9.313,87	79,35	6.348,00	7.935,00	15.661,87	17.248,87
	II	9.118,79	77,67	6.213,60	7.767,00	15.332,39	16.885,79
	I	8.289,71	70,61	5.648,80	7.061,00	13.938,51	15.350,71
B	V	7.954,97	67,77	5.421,60	6.777,00	13.376,57	14.731,97
	IV	7.634,17	65,04	5.203,20	6.504,00	12.837,37	14.138,17
	III	7.327,30	62,41	4.992,80	6.241,00	12.320,10	13.568,30
	II	7.031,40	59,90	4.792,00	5.990,00	11.823,40	13.021,40
	I	6.747,55	57,49	4.599,20	5.749,00	11.346,75	12.496,55
A	V	6.134,50	52,26	4.180,80	5.226,00	10.315,30	11.360,50
	IV	5.898,55	50,25	4.020,00	5.025,00	9.918,55	10.923,55
	III	5.671,42	48,32	3.865,60	4.832,00	9.537,02	10.503,42
	II	5.454,44	46,45	3.716,00	4.645,00	9.170,44	10.099,44
	I	5.244,00	44,67	3.573,60	4.467,00	8.817,60	9.711,00

ExEdit  
\*CD251538540300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente





b) Cargo de Médico – 20 horas

Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	11.378,00	57,67	4.613,60	5.767,00	15.991,60	17.145,00
	IV	11.138,48	56,45	4.516,00	5.645,00	15.654,48	16.783,48
	III	10.904,29	55,26	4.420,80	5.526,00	15.325,09	16.430,29
	II	10.172,09	51,55	4.124,00	5.155,00	14.296,09	15.327,09
	I	9.942,60	50,40	4.032,00	5.040,00	13.974,60	14.982,60
C	V	9.718,64	49,27	3.941,60	4.927,00	13.660,24	14.645,64
	IV	9.514,77	48,22	3.857,60	4.822,00	13.372,37	14.336,77
	III	9.313,87	47,21	3.776,80	4.721,00	13.090,67	14.034,87
	II	9.118,79	46,21	3.696,80	4.621,00	12.815,59	13.739,79
	I	8.289,71	42,01	3.360,80	4.201,00	11.650,51	12.490,71
B	V	7.954,97	40,32	3.225,60	4.032,00	11.180,57	11.986,97
	IV	7.634,17	38,70	3.096,00	3.870,00	10.730,17	11.504,17
	III	7.327,30	37,13	2.970,40	3.713,00	10.297,70	11.040,30
	II	7.031,40	35,64	2.851,20	3.564,00	9.882,60	10.595,40
	I	6.747,55	34,21	2.736,80	3.421,00	9.484,35	10.168,55
A	V	6.134,50	31,09	2.487,20	3.109,00	8.621,70	9.243,50
	IV	5.898,55	29,90	2.392,00	2.990,00	8.290,55	8.888,55
	III	5.671,42	28,75	2.300,00	2.875,00	7.971,42	8.546,42
	II	5.454,44	27,64	2.211,20	2.764,00	7.665,64	8.218,44
	I	5.244,00	26,58	2.126,40	2.658,00	7.370,40	7.902,00

\*CD251538540300\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



c) Cargo de Médico – 40 horas

Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	22.756,00	67,84	5.427,20	6.784,00	28.183,20	29.540,00
	IV	22.276,96	66,42	5.313,60	6.642,00	27.590,56	28.918,96
	III	21.808,58	65,02	5.201,60	6.502,00	27.010,18	28.310,58
	II	20.344,18	60,65	4.852,00	6.065,00	25.196,18	26.409,18
	I	19.885,20	59,29	4.743,20	5.929,00	24.628,40	25.814,20
C	V	19.437,28	57,96	4.636,80	5.796,00	24.074,08	25.233,28
	IV	19.029,54	56,74	4.539,20	5.674,00	23.568,74	24.703,54
	III	18.627,74	55,55	4.444,00	5.555,00	23.071,74	24.182,74
	II	18.237,58	54,37	4.349,60	5.437,00	22.587,18	23.674,58
	I	16.579,42	49,43	3.954,40	4.943,00	20.533,82	21.522,42
B	V	15.909,94	47,44	3.795,20	4.744,00	19.705,14	20.653,94
	IV	15.268,34	45,53	3.642,40	4.553,00	18.910,74	19.821,34
	III	14.654,60	43,69	3.495,20	4.369,00	18.149,80	19.023,60
	II	14.062,80	41,93	3.354,40	4.193,00	17.417,20	18.255,80
	I	13.495,10	40,24	3.219,20	4.024,00	16.714,30	17.519,10
A	V	12.269,00	36,58	2.926,40	3.658,00	15.195,40	15.927,00
	IV	11.797,10	35,18	2.814,40	3.518,00	14.611,50	15.315,10
	III	11.342,84	33,82	2.705,60	3.382,00	14.048,44	14.724,84
	II	10.908,88	32,52	2.601,60	3.252,00	13.510,48	14.160,88
	I	10.488,00	31,27	2.501,60	3.127,00	12.989,60	13.615,00

d) Cargo de Nível Intermediário

ExEdit  
\*CD251538540300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	5.233,98	44,77	3.581,60	4.477,00	8.815,58	9.710,98
	IV	5.096,79	43,91	3.512,80	4.391,00	8.609,59	9.487,79
	III	4.959,60	43,05	3.444,00	4.305,00	8.403,60	9.264,60
	II	4.822,41	42,19	3.375,20	4.219,00	8.197,61	9.041,41
	I	4.685,22	41,33	3.306,40	4.133,00	7.991,62	8.818,22
C	V	4.548,03	40,47	3.237,60	4.047,00	7.785,63	8.595,03
	IV	4.410,84	39,61	3.168,80	3.961,00	7.579,64	8.371,84
	III	4.273,65	38,75	3.100,00	3.875,00	7.373,65	8.148,65
	II	4.136,46	37,89	3.031,20	3.789,00	7.167,66	7.925,46
	I	3.999,27	37,03	2.962,40	3.703,00	6.961,67	7.702,27
B	V	3.862,07	36,18	2.894,40	3.618,00	6.756,47	7.480,07
	IV	3.724,88	35,32	2.825,60	3.532,00	6.550,48	7.256,88
	III	3.587,69	34,46	2.756,80	3.446,00	6.344,49	7.033,69
	II	3.450,50	33,60	2.688,00	3.360,00	6.138,50	6.810,50
	I	3.313,31	32,74	2.619,20	3.274,00	5.932,51	6.587,31
A	V	3.176,12	31,88	2.550,40	3.188,00	5.726,52	6.364,12
	IV	3.038,93	31,02	2.481,60	3.102,00	5.520,53	6.140,93
	III	2.901,74	30,16	2.412,80	3.016,00	5.314,54	5.917,74
	II	2.764,55	29,30	2.344,00	2.930,00	5.108,55	5.694,55
	I	2.627,36	28,44	2.275,20	2.844,00	4.902,56	5.471,36

e) Cargo de Nível Auxiliar

Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL	
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.
ESP	III	2.569,56	26,32	2.105,60	2.632,00	296,98	4.972,14	5.498,54
	II	2.446,22	25,55	2.044,00	2.555,00	295,02	4.785,24	5.296,24
	I	2.322,93	24,77	1.981,60	2.477,00	272,10	4.576,63	5.072,03

ExEdit  
\*CD251538540300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



PLANO DE CARREIRA E DE CARGOS DE JUSTIÇA, SEGURANÇA E DEFESA,  
PARA A PRF

f) Cargo de Nível Superior

Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	11.378,00	96,92	7.753,60	9.692,00	19.131,60	21.070,00
	IV	11.138,48	94,88	7.590,40	9.488,00	18.728,88	20.626,48
	III	10.904,29	92,88	7.430,40	9.288,00	18.334,69	20.192,29
	II	10.172,09	86,64	6.931,20	8.664,00	17.103,29	18.836,09
	I	9.942,60	84,70	6.776,00	8.470,00	16.718,60	18.412,60
C	V	9.718,64	82,80	6.624,00	8.280,00	16.342,64	17.998,64
	IV	9.514,77	81,05	6.484,00	8.105,00	15.998,77	17.619,77
	III	9.313,87	79,35	6.348,00	7.935,00	15.661,87	17.248,87
	II	9.118,79	77,67	6.213,60	7.767,00	15.332,39	16.885,79
	I	8.289,71	70,61	5.648,80	7.061,00	13.938,51	15.350,71
B	V	7.954,97	67,77	5.421,60	6.777,00	13.376,57	14.731,97
	IV	7.634,17	65,04	5.203,20	6.504,00	12.837,37	14.138,17
	III	7.327,30	62,41	4.992,80	6.241,00	12.320,10	13.568,30
	II	7.031,40	59,90	4.792,00	5.990,00	11.823,40	13.021,40
	I	6.747,55	57,49	4.599,20	5.749,00	11.346,75	12.496,55
A	V	6.134,50	52,26	4.180,80	5.226,00	10.315,30	11.360,50
	IV	5.898,55	50,25	4.020,00	5.025,00	9.918,55	10.923,55
	III	5.671,42	48,32	3.865,60	4.832,00	9.537,02	10.503,42
	II	5.454,44	46,45	3.716,00	4.645,00	9.170,44	10.099,44
	I	5.244,00	44,67	3.573,60	4.467,00	8.817,60	9.711,00

ExEdit  
\*CD251538540300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



g) Cargo de Médico – 20 horas

Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	11.378,00	57,67	4.613,60	5.767,00	15.991,60	17.145,00
	IV	11.138,48	56,45	4.516,00	5.645,00	15.654,48	16.783,48
	III	10.904,29	55,26	4.420,80	5.526,00	15.325,09	16.430,29
	II	10.172,09	51,55	4.124,00	5.155,00	14.296,09	15.327,09
	I	9.942,60	50,40	4.032,00	5.040,00	13.974,60	14.982,60
C	V	9.718,64	49,27	3.941,60	4.927,00	13.660,24	14.645,64
	IV	9.514,77	48,22	3.857,60	4.822,00	13.372,37	14.336,77
	III	9.313,87	47,21	3.776,80	4.721,00	13.090,67	14.034,87
	II	9.118,79	46,21	3.696,80	4.621,00	12.815,59	13.739,79
	I	8.289,71	42,01	3.360,80	4.201,00	11.650,51	12.490,71
B	V	7.954,97	40,32	3.225,60	4.032,00	11.180,57	11.986,97
	IV	7.634,17	38,70	3.096,00	3.870,00	10.730,17	11.504,17
	III	7.327,30	37,13	2.970,40	3.713,00	10.297,70	11.040,30
	II	7.031,40	35,64	2.851,20	3.564,00	9.882,60	10.595,40
	I	6.747,55	34,21	2.736,80	3.421,00	9.484,35	10.168,55
A	V	6.134,50	31,09	2.487,20	3.109,00	8.621,70	9.243,50
	IV	5.898,55	29,90	2.392,00	2.990,00	8.290,55	8.888,55
	III	5.671,42	28,75	2.300,00	2.875,00	7.971,42	8.546,42
	II	5.454,44	27,64	2.211,20	2.764,00	7.665,64	8.218,44
	I	5.244,00	26,58	2.126,40	2.658,00	7.370,40	7.902,00

h) Cargo de Médico – 40 horas

\*CD251538540300\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	22.756,00	67,84	5.427,20	6.784,00	28.183,20	29.540,00
	IV	22.276,96	66,42	5.313,60	6.642,00	27.590,56	28.918,96
	III	21.808,58	65,02	5.201,60	6.502,00	27.010,18	28.310,58
	II	20.344,18	60,65	4.852,00	6.065,00	25.196,18	26.409,18
	I	19.885,20	59,29	4.743,20	5.929,00	24.628,40	25.814,20
C	V	19.437,28	57,96	4.636,80	5.796,00	24.074,08	25.233,28
	IV	19.029,54	56,74	4.539,20	5.674,00	23.568,74	24.703,54
	III	18.627,74	55,55	4.444,00	5.555,00	23.071,74	24.182,74
	II	18.237,58	54,37	4.349,60	5.437,00	22.587,18	23.674,58
	I	16.579,42	49,43	3.954,40	4.943,00	20.533,82	21.522,42
B	V	15.909,94	47,44	3.795,20	4.744,00	19.705,14	20.653,94
	IV	15.268,34	45,53	3.642,40	4.553,00	18.910,74	19.821,34
	III	14.654,60	43,69	3.495,20	4.369,00	18.149,80	19.023,60
	II	14.062,80	41,93	3.354,40	4.193,00	17.417,20	18.255,80
	I	13.495,10	40,24	3.219,20	4.024,00	16.714,30	17.519,10
A	V	12.269,00	36,58	2.926,40	3.658,00	15.195,40	15.927,00
	IV	11.797,10	35,18	2.814,40	3.518,00	14.611,50	15.315,10
	III	11.342,84	33,82	2.705,60	3.382,00	14.048,44	14.724,84
	II	10.908,88	32,52	2.601,60	3.252,00	13.510,48	14.160,88
	I	10.488,00	31,27	2.501,60	3.127,00	12.989,60	13.615,00

i) Cargo de Nível Intermediário

ExEdit  
\*CD251538540300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	5.233,98	44,77	3.581,60	4.477,00	8.815,58	9.710,98
	IV	5.096,79	43,91	3.512,80	4.391,00	8.609,59	9.487,79
	III	4.959,60	43,05	3.444,00	4.305,00	8.403,60	9.264,60
	II	4.822,41	42,19	3.375,20	4.219,00	8.197,61	9.041,41
	I	4.685,22	41,33	3.306,40	4.133,00	7.991,62	8.818,22
C	V	4.548,03	40,47	3.237,60	4.047,00	7.785,63	8.595,03
	IV	4.410,84	39,61	3.168,80	3.961,00	7.579,64	8.371,84
	III	4.273,65	38,75	3.100,00	3.875,00	7.373,65	8.148,65
	II	4.136,46	37,89	3.031,20	3.789,00	7.167,66	7.925,46
	I	3.999,27	37,03	2.962,40	3.703,00	6.961,67	7.702,27
B	V	3.862,07	36,18	2.894,40	3.618,00	6.756,47	7.480,07
	IV	3.724,88	35,32	2.825,60	3.532,00	6.550,48	7.256,88
	III	3.587,69	34,46	2.756,80	3.446,00	6.344,49	7.033,69
	II	3.450,50	33,60	2.688,00	3.360,00	6.138,50	6.810,50
	I	3.313,31	32,74	2.619,20	3.274,00	5.932,51	6.587,31
A	V	3.176,12	31,88	2.550,40	3.188,00	5.726,52	6.364,12
	IV	3.038,93	31,02	2.481,60	3.102,00	5.520,53	6.140,93
	III	2.901,74	30,16	2.412,80	3.016,00	5.314,54	5.917,74
	II	2.764,55	29,30	2.344,00	2.930,00	5.108,55	5.694,55
	I	2.627,36	28,44	2.275,20	2.844,00	4.902,56	5.471,36

j) Cargo de Nível Auxiliar

Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL	
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.
ESP	III	2.569,56	26,32	2.105,60	2.632,00	296,98	4.972,14	5.498,54
	II	2.446,22	25,55	2.044,00	2.555,00	295,02	4.785,24	5.296,24
	I	2.322,93	24,77	1.981,60	2.477,00	272,10	4.576,63	5.072,03

PLANO DE CARREIRA E DE CARGOS DE JUSTIÇA, SEGURANÇA E DEFESA,  
PARA A PF

ExEdit  
\*CD251538540300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



k) Cargo de Nível Superior

Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	11.378,00	96,92	7.753,60	9.692,00	19.131,60	21.070,00
	IV	11.138,48	94,88	7.590,40	9.488,00	18.728,88	20.626,48
	III	10.904,29	92,88	7.430,40	9.288,00	18.334,69	20.192,29
	II	10.172,09	86,64	6.931,20	8.664,00	17.103,29	18.836,09
	I	9.942,60	84,70	6.776,00	8.470,00	16.718,60	18.412,60
C	V	9.718,64	82,80	6.624,00	8.280,00	16.342,64	17.998,64
	IV	9.514,77	81,05	6.484,00	8.105,00	15.998,77	17.619,77
	III	9.313,87	79,35	6.348,00	7.935,00	15.661,87	17.248,87
	II	9.118,79	77,67	6.213,60	7.767,00	15.332,39	16.885,79
	I	8.289,71	70,61	5.648,80	7.061,00	13.938,51	15.350,71
B	V	7.954,97	67,77	5.421,60	6.777,00	13.376,57	14.731,97
	IV	7.634,17	65,04	5.203,20	6.504,00	12.837,37	14.138,17
	III	7.327,30	62,41	4.992,80	6.241,00	12.320,10	13.568,30
	II	7.031,40	59,90	4.792,00	5.990,00	11.823,40	13.021,40
	I	6.747,55	57,49	4.599,20	5.749,00	11.346,75	12.496,55
A	V	6.134,50	52,26	4.180,80	5.226,00	10.315,30	11.360,50
	IV	5.898,55	50,25	4.020,00	5.025,00	9.918,55	10.923,55
	III	5.671,42	48,32	3.865,60	4.832,00	9.537,02	10.503,42
	II	5.454,44	46,45	3.716,00	4.645,00	9.170,44	10.099,44
	I	5.244,00	44,67	3.573,60	4.467,00	8.817,60	9.711,00

l) Cargo de Médico – 20 horas

ExEdit  
\*CD251538540300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente





Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	11.378,00	57,67	4.613,60	5.767,00	15.991,60	17.145,00
	IV	11.138,48	56,45	4.516,00	5.645,00	15.654,48	16.783,48
	III	10.904,29	55,26	4.420,80	5.526,00	15.325,09	16.430,29
	II	10.172,09	51,55	4.124,00	5.155,00	14.296,09	15.327,09
	I	9.942,60	50,40	4.032,00	5.040,00	13.974,60	14.982,60
C	V	9.718,64	49,27	3.941,60	4.927,00	13.660,24	14.645,64
	IV	9.514,77	48,22	3.857,60	4.822,00	13.372,37	14.336,77
	III	9.313,87	47,21	3.776,80	4.721,00	13.090,67	14.034,87
	II	9.118,79	46,21	3.696,80	4.621,00	12.815,59	13.739,79
	I	8.289,71	42,01	3.360,80	4.201,00	11.650,51	12.490,71
B	V	7.954,97	40,32	3.225,60	4.032,00	11.180,57	11.986,97
	IV	7.634,17	38,70	3.096,00	3.870,00	10.730,17	11.504,17
	III	7.327,30	37,13	2.970,40	3.713,00	10.297,70	11.040,30
	II	7.031,40	35,64	2.851,20	3.564,00	9.882,60	10.595,40
	I	6.747,55	34,21	2.736,80	3.421,00	9.484,35	10.168,55
A	V	6.134,50	31,09	2.487,20	3.109,00	8.621,70	9.243,50
	IV	5.898,55	29,90	2.392,00	2.990,00	8.290,55	8.888,55
	III	5.671,42	28,75	2.300,00	2.875,00	7.971,42	8.546,42
	II	5.454,44	27,64	2.211,20	2.764,00	7.665,64	8.218,44
	I	5.244,00	26,58	2.126,40	2.658,00	7.370,40	7.902,00

m) Cargo de Médico – 40 horas

\*CD251538540300\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	22.756,00	67,84	5.427,20	6.784,00	28.183,20	29.540,00
	IV	22.276,96	66,42	5.313,60	6.642,00	27.590,56	28.918,96
	III	21.808,58	65,02	5.201,60	6.502,00	27.010,18	28.310,58
	II	20.344,18	60,65	4.852,00	6.065,00	25.196,18	26.409,18
	I	19.885,20	59,29	4.743,20	5.929,00	24.628,40	25.814,20
C	V	19.437,28	57,96	4.636,80	5.796,00	24.074,08	25.233,28
	IV	19.029,54	56,74	4.539,20	5.674,00	23.568,74	24.703,54
	III	18.627,74	55,55	4.444,00	5.555,00	23.071,74	24.182,74
	II	18.237,58	54,37	4.349,60	5.437,00	22.587,18	23.674,58
	I	16.579,42	49,43	3.954,40	4.943,00	20.533,82	21.522,42
B	V	15.909,94	47,44	3.795,20	4.744,00	19.705,14	20.653,94
	IV	15.268,34	45,53	3.642,40	4.553,00	18.910,74	19.821,34
	III	14.654,60	43,69	3.495,20	4.369,00	18.149,80	19.023,60
	II	14.062,80	41,93	3.354,40	4.193,00	17.417,20	18.255,80
	I	13.495,10	40,24	3.219,20	4.024,00	16.714,30	17.519,10
A	V	12.269,00	36,58	2.926,40	3.658,00	15.195,40	15.927,00
	IV	11.797,10	35,18	2.814,40	3.518,00	14.611,50	15.315,10
	III	11.342,84	33,82	2.705,60	3.382,00	14.048,44	14.724,84
	II	10.908,88	32,52	2.601,60	3.252,00	13.510,48	14.160,88
	I	10.488,00	31,27	2.501,60	3.127,00	12.989,60	13.615,00

n) Cargo de Nível Intermediário

ExEdit  
\*CD251538540300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	5.233,98	44,77	3.581,60	4.477,00	8.815,58	9.710,98
	IV	5.096,79	43,91	3.512,80	4.391,00	8.609,59	9.487,79
	III	4.959,60	43,05	3.444,00	4.305,00	8.403,60	9.264,60
	II	4.822,41	42,19	3.375,20	4.219,00	8.197,61	9.041,41
	I	4.685,22	41,33	3.306,40	4.133,00	7.991,62	8.818,22
C	V	4.548,03	40,47	3.237,60	4.047,00	7.785,63	8.595,03
	IV	4.410,84	39,61	3.168,80	3.961,00	7.579,64	8.371,84
	III	4.273,65	38,75	3.100,00	3.875,00	7.373,65	8.148,65
	II	4.136,46	37,89	3.031,20	3.789,00	7.167,66	7.925,46
	I	3.999,27	37,03	2.962,40	3.703,00	6.961,67	7.702,27
B	V	3.862,07	36,18	2.894,40	3.618,00	6.756,47	7.480,07
	IV	3.724,88	35,32	2.825,60	3.532,00	6.550,48	7.256,88
	III	3.587,69	34,46	2.756,80	3.446,00	6.344,49	7.033,69
	II	3.450,50	33,60	2.688,00	3.360,00	6.138,50	6.810,50
	I	3.313,31	32,74	2.619,20	3.274,00	5.932,51	6.587,31
A	V	3.176,12	31,88	2.550,40	3.188,00	5.726,52	6.364,12
	IV	3.038,93	31,02	2.481,60	3.102,00	5.520,53	6.140,93
	III	2.901,74	30,16	2.412,80	3.016,00	5.314,54	5.917,74
	II	2.764,55	29,30	2.344,00	2.930,00	5.108,55	5.694,55
	I	2.627,36	28,44	2.275,20	2.844,00	4.902,56	5.471,36

o) Cargo de Nível Auxiliar

Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL	
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.
ESP	III	2.569,56	26,32	2.105,60	2.632,00	296,98	4.972,14	5.498,54
	II	2.446,22	25,55	2.044,00	2.555,00	295,02	4.785,24	5.296,24
	I	2.322,93	24,77	1.981,60	2.477,00	272,10	4.576,63	5.072,03

ExEdit  
\*CD251538540300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251538540300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Prudente



**MPV 1286  
00140**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

Art. 215 O art. 4º-A da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º-A Sem prejuízo dos direitos, das vantagens e dos benefícios previstos em lei, o governo do Distrito Federal poderá conceder, com dotação orçamentária própria, não vinculada ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, aos integrantes das carreiras que são regidos por esta Lei, ativos, inativos e pensionistas, indenização para a compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados e decorrentes do desempenho das atividades de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, de acordo com regulamentação a ser editada pelo governador do Distrito Federal.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva corrigir falha redacional ocorrida por ocasião da tramitação da MPV 1181/2023, convertida na Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023, mais especialmente por ocasião da consolidação das emendas pela relatoria na Câmara dos Deputados.

Por acordo entre a bancada federal do Distrito Federal e o governo, a relatoria na Câmara acolheu emendas que tinham por objetivo permitir que o



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252842292200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Distrito Federal pudesse conceder indenização por desgaste orgânico a policiais civis, militares e bombeiros militares do Distrito Federal, desde que não importasse em despesa para o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Nesse sentido, os arts. 23 e 24 em vigor da citada lei traduzem esse acordo entre a bancada do DF e o governo federal. Ocorre que, por falha verificada durante a complementação de voto em plenário, a relatoria acabou por conferir redações diferentes para dispositivos que deveriam ser espelhados para as forças de segurança pública civis e militares.

Desta feita, apresentamos a presente emenda, que em resgate ao espírito da norma confere redação idêntica aos arts. 23 e 24, tornando factível a regulamentação do primeiro pelo Distrito Federal.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252842292200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286**  
**00141**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao inciso II do § 3º do art. 12 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, como proposto pelo art. 54 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 12. ....**

**.....**

**§ 3º ..... ”**

**.....**

**II – para a Classe C, com a denominação de Professor Associado, cumprido o interstício mínimo de vinte e quatro meses no último nível da classe anterior e aprovação em processo de avaliação de desempenho; e**

**..... ” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição visa retirar a exigência de doutorado para promoção da classe B (Adjunto) para a Classe C (Associado), na carreira de Magistério Superior (MS), tendo em vista já existir a previsão de exigência de título de doutor para ascensão ao topo da referida carreira.

ExEdit  
\*CD253223050700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253223050700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



Em realidade, a Lei 12772/12, no art. 8º e seus respectivos parágrafos, aponta para a exigência de título de doutor para ingresso na carreira MS, com a exceção contida no §3º:

*§3º A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pela de título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior.*

Se a Legislação permite o ingresso de mestre, especialista ou graduado, nas universidades federais interiorizadas e com multicampia, especialmente em locais de difícil acesso ou onde não existam oferta de programas de pós-graduação que estimulem a capacitação docente, não há por que bloquear o desenvolvimento na carreira exatamente na metade de seu percurso, impedindo que o(a) docente avance nos 5 últimos níveis do total de 10 níveis que existem na carreira MS.

A título de comparação, o Art. 14-§3º-II da Lei 12772/12, que trata da promoção da Classe B para a Classe C na carreira EBTT, não traz qualquer exigência de titulação. Sugere-se, portanto, tratar o desenvolvimento na carreira MS em isonomia com o desenvolvimento na carreira EBTT.

Caso seja mantido o texto originalmente proposto na MPV 1286/24, um(a) professor(a) que ingresse com mestrado em uma universidade federal terá seu desenvolvimento de carreira limitado a um percurso de apenas 9 anos. Para efeito de comparação, em um instituto federal, o(a) docente com mestrado poderá realizar seu desenvolvimento durante 17 anos de sua carreira.

\*CD253223050700\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253223050700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



A referida limitação, específica da carreira MS, dificulta o provimento e a permanência de docentes do magistério superior em “área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor”, como estabelece a Legislação, prejudicando o processo de interiorização da educação pública ofertada pelas universidades federais.

Para padronizar o processo de desenvolvimento nas carreiras do magistério federal, sugere-se retirar a exigência de titulação de doutorado para a ascensão à Classe C, com denominação de Associado, na carreira do magistério superior (MS), mantendo a exigência da referida titulação exclusivamente para a promoção ao topo de ambas as carreiras, Titular MS e Titular EBTT.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
(PSOL - SP)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253223050700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



\* CD 253223050700 \*  
eXEdit





**MPV 1286  
00142**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se o art. 206 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe a supressão do artigo 206 da Medida Provisória nº 1.286/2024, que altera os critérios de progressão funcional e avaliação de desempenho dos servidores públicos federais. As mudanças introduzidas por esse artigo não foram objeto de discussão ou acordo com as entidades representativas dos servidores, contrariando o propósito da MP, que é formalizar ajustes negociados em 2024.

O artigo 206 impõe critérios meritocráticos e individualizados para progressão e promoção, desconsiderando a experiência profissional e o desempenho coletivo. Além disso, exige a participação em cursos de escolas de governo, o que pode criar barreiras injustas para servidores que buscaram qualificação em outras instituições reconhecidas, como universidades e institutos federais. Essa exigência, além de desestimular o aperfeiçoamento profissional, demandaria investimentos públicos significativos para garantir vagas suficientes, o que não está previsto no orçamento.

\*CD259068532200\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259068532200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



Outro ponto crítico é a duplicidade de avaliações, já que muitas carreiras já possuem gratificações de desempenho com processos avaliativos próprios. A inclusão de servidores em final de carreira nesse sistema também se mostra despropositada, gerando custos desnecessários para a Administração Pública sem benefícios concretos.

Diante disso, a supressão do artigo 206 é essencial para garantir a isonomia, a equidade e a racionalidade no processo de progressão funcional, evitando distorções e despesas injustificadas. A medida assegura que eventuais mudanças nas carreiras sejam discutidas e pactuadas de forma transparente e democrática com as entidades representativas dos servidores.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
**(PSOL - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259068532200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



\*CD259068532200\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00143**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

Art. XX A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12-E O servidor da Polícia Civil morto em objeto de serviço, reconhecida essa circunstância pelo Conselho Superior de Polícia, será promovido "post mortem", para a classe imediatamente superior.

Parágrafo único. No hipótese deste artigo, se por ocasião da morte o servidor já estivesse na última classe do cargo, a pensão respectiva terá por base a remuneração correspondente, acrescida da diferença entre a mesma e a da classe imediatamente anterior.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva estabelecer política de reconhecimento público, homenagem, e, acima de tudo, de proteção à família do policial morto em atividade.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251787835200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Cabe destacar que tal medida não se revela inédita, encontrando guarita em estatutos castrenses e policiais da maior parte das unidades da federação, razão pela qual se revela justa e isonômica para com os policiais civis do Distrito Federal.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251787835200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD251787835200\*  
ExEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD251787835200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251787835200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286**  
**00144**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, o seguinte artigo:

Art. XX A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º-A Fica autorizada a realização de concurso público para o provimento dos cargos efetivos das carreiras de que trata a Lei nº 9.264/96, quando a vacância atingir 30% (trinta por cento) do respectivo cargo.

§1º Ato do Governador do Distrito Federal poderá autorizar a realização de concurso público antes do atingimento do percentual de que trata o *caput*.

§2º Os concursos públicos de que trata o *caput* são regidos exclusivamente por normas federais, ressalvados os certames já em andamento na data da publicação desta lei.”

\* CD 253482425700 \*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253482425700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



## JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o art. 21, XIV, da CF/88, compete a União organizar e manter a polícia civil Distrito Federal, por meio de fundo próprio.

Nesse sentido, conforme a sistemática estabelecida pela Lei nº 10.633/2002, que regulamentou o Fundo Constitucional do DF, os recursos nele consignados são entregues ao GDF até o dia 5 de cada mês, à razão de duodécimo.

Ora, considerando que o art. 21, inc. XIV, encerra verdadeiro pacto entre os entes União e Distrito Federal para a promoção da segurança pública em território que abriga as sedes dos Poderes da República, parece-nos acertado e natural que a primeira estabeleça parâmetros legais para a manutenção do efetivo da PCDF em quantitativo adequado para o fiel cumprimento de suas atribuições.

Nesse sentido, e ainda com o propósito de conferir maior segurança jurídica aos certames à cargo da PCDF, com a definição das regras federais para o seu regramento, haja vista tratar-se de instituição cujos servidores estão submetidos ao regime jurídico da União, propomos a presente emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253482425700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00145**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória 1286 de 2024, o seguinte artigo:

**Art. XX** A Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.12-

B.....

IX - Poder Legislativo da União e do Distrito Federal, para o exercício de cargo em comissão cuja remuneração seja igual ou superior à de cargo DAS-101.4 ou equivalente.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva corrigir grave omissão involuntária relacionada à alteração à Lei nº 9.264/96, promovida pela Lei nº 13.690/2018, que culminou em ferimento ao princípio da isonomia, ao deixar de prever a possibilidade de cessão de servidor da PCDF para o Poder Legislativo da União e do Distrito Federal.

Por essa razão, e visando restabelecer a isonomia no trato dessa matéria, apresentamos a presente emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255709862500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255709862500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255709862500\*  
LexEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD255709862500\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255709862500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00146**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

Art. XX O art. 4º-A da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º-A Sem prejuízo dos direitos, das vantagens e dos benefícios previstos em lei, o governo do Distrito Federal poderá conceder, com dotação orçamentária própria, não vinculada ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, aos integrantes das carreiras que são regidos por esta Lei, ativos, inativos e pensionistas, indenização para a compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados e decorrentes do desempenho das atividades de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, de acordo com regulamentação a ser editada pelo governador do Distrito Federal.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva corrigir falha redacional ocorrida por ocasião da tramitação da MPV 1181/2023, convertida na Lei



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256039479100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



nº 14.724, de 14 de novembro de 2023, mais especialmente por ocasião da consolidação das emendas pela relatoria na Câmara dos Deputados.

Por acordo entre a bancada federal do Distrito Federal e o governo, a relatoria na Câmara acolheu emendas que tinham por objetivo permitir que o Distrito Federal pudesse conceder indenização por desgaste orgânico a policiais civis, militares e bombeiros militares do Distrito Federal, desde que não importasse em despesa para o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Nesse sentido, os arts. 23 e 24 em vigor da citada lei traduzem esse acordo entre a bancada do DF e o governo federal. Ocorre que, por falha verificada durante a complementação de voto em plenário, a relatoria acabou por conferir redações diferentes para dispositivos que deveriam ser espelhados para as forças de segurança pública civis e militares.

Desta feita, apresentamos a presente emenda, que em resgate ao espírito da norma confere redação idêntica aos arts. 23 e 24, tornando factível a regulamentação do primeiro pelo Distrito Federal.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256039479100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD256039479100\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256039479100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00147**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

Art. XX A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12-E Fica assegurado aos policiais civis das carreiras de que trata esta Lei licença especial de três meses a cada quinquênio de exercício, não conversível em pecúnia.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva estabelecer política de proteção à saúde física e mental dos policiais civis do Distrito Federal, cujas funções, além do componente permanente de risco, os submetem a elevado nível de estresse e desgaste orgânico.

Pesquisas e dados relacionados à saúde dos servidores da PCDF apontam para um quadro grave de adoecimento laboral, de sofrimento psicológico e, lamentavelmente, para casos de suicídio comparativamente maiores que os da população em geral.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259617946700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Ademais, a presente medida ainda tem por escopo conferir tratamento isonômico entre os policiais civis e os militares do DF, tendo em vista que os últimos, por força de lei, gozam de licença especial de seis meses a cada decênio de exercício.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259617946700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD259617946700\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259617946700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





**MPV 1286  
00148**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Alterem-se, no Anexo CCLXXXII da MPV nº 1.286 de 2024, os percentuais diferenciados de reajuste salarial para os cargos de médicos e médicos veterinários do PCCTAE, garantindo assim a equiparação do reajuste salarial desses profissionais conforme estabelecido no Termo de Acordo de Greve nº 11/2024.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Emenda corrige a divergência de tratamento dispensado pela MPV aos Médicos e Médicos Veterinários que integram o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

Os reajustes, de 9% em 2025 e 5% em 2026, são o resultado de uma negociação promovida entre o governo federal e os servidores integrantes do PCCTAE, nos termos de Acordo de Greve nº 11/junho de 2024, que estabeleceram ajustes isonômicos para todos os cargos da carreira.

Entretanto, a Medida Provisória nº 1.286/2024, publicada em 31 de dezembro de 2024, no Anexo CCLXXXII, ao dispor sobre os reajustes salariais, prevê um percentual inferior de 4,5% para 2025 para os cargos de médicos e médicos veterinários do PCCTAE,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255765809300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo de Castro

\*CD255765809300\*  
ExEdit

enquanto mantém o percentual pactuado de 9% para os demais cargos da carreira.

Essa divergência evidencia uma contradição entre o que foi acordado no Termo de Acordo de Greve nº 11/2024 e o que foi efetivamente implementado pela Medida Provisória nº 1.286/2024.

Portanto, conto o apoio de Vossas Excelências, para a aprovação da presente emenda, indispensável para corrigir a distorção, garantir a isonomia salarial, preservar os direitos dos servidores públicos.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Rodrigo de Castro**  
**(UNIÃO - MG)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255765809300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo de Castro



**MPV 1286  
00149**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

**Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória n.º 1.286/2024, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:**

**“Art.** Os ocupantes dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, de **Analista Técnico-Administrativo** de que trata o inciso II, do artigo 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de **Administrador, Contador e Técnico de Nível Superior**, da Lei nº 10.355 de 26 de dezembro de 2001, da Lei nº 11.355 de 19 de outubro de 2006, da Lei nº 10.483 de 03 de julho de 2002, do § 5º do artigo 2º da Lei nº 10.682 de 28 de maio de 2003, do artigo 8º da Lei nº 11.356 de 19 de outubro de 2006, do § 6º, artigo 1º da Lei nº 11.233 de 22 de dezembro de 2005, do §5º, artigo 10 da Lei nº 11.095 de 13 de janeiro de 2005, do inciso I, do artigo 1º da Lei nº 11.357 de 19 de outubro de 2006, do artigo 229 da Lei nº 11.907 de 02 de fevereiro de 2009, terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas de gestão administrativa..

  
\*CD252691685000\*  
ExEdit

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252691685000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



§ 1º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes dos cargos de que trata este artigo.

§ 2º No interesse da administração, o órgão supervisor poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes dos cargos efetivos de que trata o caput, em autarquias e fundações”.

(NR)

### JUSTIFICAÇÃO

Preliminarmente, destaca-se que a presente Emenda ora apresentada guarda pertinência temática com o objeto do projeto de lei, qual seja, carreiras, cargos e estruturas remuneratórias de servidores públicos federais.

A presente Emenda objetiva a inclusão das categorias dos **Administradores, Analistas Técnicos Administrativos, Contadores e Técnicos de Nível Superior**, do Serviço Público Federal, na Medida Provisória nº 1.286, de 2024, em cargos com atuação transversais.

A implementação do novo modelo de gestão da administração pública federal, proposto em diversas medidas que compõem a reforma administrativa em curso, pressupõe, entre outros fatores, a instituição de Planos de Carreiras compatíveis com as diretrizes apontadas pelo atual governo, objetivando a valorização do servidor, o aumento da eficiência na prestação de serviços públicos e a transversalidade de atuação.

O referido Projeto de Lei tem como escopo a criação de novas carreiras e alteração da estrutura remuneratória de outras já existentes.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252691685000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Nesse contexto, a proposta prevê a possibilidade de atuação dos atuais ocupantes dos cargos de **Administrador, Analistas Técnico Administrativo, Contador e Técnico de Nível Superior** com mobilidade e melhor alocação na estrutura da administração direta do poder Executivo federal.

Sendo assim, a presente Emenda tem por fulcro o aprimoramento da gestão das carreiras e cargos dos órgãos e entidades envolvidos, sem impacto nas estruturas remuneratórias, para tornar os cargos mais atrativos e reter profissionais de alto nível de qualificação, sempre com o intuito de aperfeiçoar a atividade do Estado, em favor do superior interesse público e do bem-estar da sociedade brasileira

Trata-se, portanto, de reorganizar os cargos já existentes em uma estrutura de gestão de pessoas transversal e sustentável no longo prazo, como incentivo a sua continuidade, de forma que a Administração possa se orientar por um quadro de pessoal permanente e qualificado nos órgãos setoriais dos sistemas de logística pública e pessoal civil.

Nesse ponto, é mister trazer à tona que, por meio do Termo de Acordo n.º 11/2012, firmado entre o Governo Federal, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e a Central Única dos Trabalhadores, referente ao processo de reestruturação e modernização das carreiras e planos de cargos nele relacionados, foi pactuada, vide Cláusula nona, item II, a “Racionalização de cargos, reestruturação e criação de carreiras”.

No mérito, a medida justifica-se pela urgente e oportuna necessidade de quadros qualificados em administração e gestão da coisa pública.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252691685000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252691685000\*  
eXEdit



A simples reorganização dos cargos de Administrador, Analista Técnico Administrativo, Contador e Técnico de Nível Superior em estruturas perenes e transversais gerará: (a) a racionalização dos cargos; (b) o aproveitamento dos servidores concursados, de nível superior, que são qualificados e já atuam nas áreas administrativas comuns aos órgãos públicos federais, (c) a criação de uma política de contratualização de resultados institucionais, que reconheça o desempenho das equipes; e (d) a possibilidade de manutenção do capital intelectual atuante nas áreas e um melhor desenvolvimento das tarefas com uma nova motivação.

Logo, pelas razões expostas, sob os aspectos de coerência e compromisso, julgamos necessária alteração do projeto, no sentido do reorganizar os cargos atuais de Administrador, Analista Técnico-Administrativo, Contador e Técnico de Nível Superior em estruturas transversais para melhor racionalização da gestão de pessoas.

À luz do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares visando à aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252691685000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252691685000\*  
ExEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD252691685000\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252691685000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00150****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Davi Alcolumbre

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Comissão Interna de Estudos sobre Educação de Fronteira na Amazônia, com a finalidade de avaliar, propor e acompanhar políticas públicas voltadas para o fortalecimento da educação em regiões de fronteira na Amazônia Legal.”

“**Art.** A Comissão será composta por representantes indicados pelo Ministério da Educação e pelos servidores regidos pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, eleitos entre seus pares, respeitada a proporção mínima de 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente das categorias docente e técnico-administrativo das Instituições Federais de Ensino situadas na faixa de fronteira, seja como sede ou unidade descentralizada de ensino.”

“**Art.** Os membros representantes das categorias docente e técnico-administrativo serão eleitos de forma nominal, em pleito coordenado pela entidade sindical representativa, reconhecida pelas entidades nacionais.”

“**Art.** A Comissão Interna de Estudos sobre Educação de Fronteira na Amazônia será instalada no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei.”

“**Art.** São atribuições da Comissão Interna de Estudos sobre Educação de Fronteira na Amazônia:

**I** – realizar diagnósticos sobre os desafios da educação nas instituições federais de ensino situadas na faixa de fronteira da Amazônia Legal;

**II** – propor políticas de incentivo à fixação de docentes e técnicos-administrativos em educação nessas localidades;





**III** – avaliar e sugerir mecanismos de valorização dos profissionais da educação lotados em áreas de difícil provimento, incluindo estudos para a criação de uma indenização específica para os servidores federais da educação que atuam nessas regiões;

**IV** – promover a articulação interinstitucional com os órgãos governamentais competentes para a implementação das medidas recomendadas pela Comissão;

**V** – elaborar relatórios periódicos com recomendações ao Ministério da Educação sobre a efetivação de políticas públicas voltadas ao ensino em regiões de fronteira.”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda propõe a criação da Comissão Interna de Estudos sobre Educação de Fronteira na Amazônia, com o objetivo de subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à educação nas regiões de fronteira da Amazônia Legal. A educação desempenha um papel estratégico no desenvolvimento dessas áreas, sendo essencial para a fixação da população, a promoção da cidadania e o fortalecimento da soberania nacional.

Diante das dificuldades enfrentadas pelas Instituições Federais de Ensino nessas regiões, como o alto custo de vida, a escassez de serviços essenciais, as dificuldades de transporte e a infraestrutura precária, torna-se imprescindível o desenvolvimento de políticas que garantam a valorização dos profissionais da educação, bem como o incentivo à sua permanência nessas localidades.

Nesse contexto, a Comissão terá entre suas atribuições a realização de estudos sobre a criação de uma indenização específica para servidores da educação lotados na faixa de fronteira, buscando mecanismos que assegurem melhores condições de trabalho e qualidade de vida para docentes e técnicos-administrativos. Além disso, a Comissão deverá avaliar e propor diretrizes que integrem a educação a um conjunto mais amplo de políticas públicas, considerando aspectos como desenvolvimento regional, segurança, integração transfronteiriça e inclusão social.



A criação dessa Comissão representa um avanço na formulação de estratégias para a educação em áreas de difícil provimento, garantindo que as políticas educacionais estejam alinhadas às necessidades específicas da região de fronteira da Amazônia e contribuam para o seu fortalecimento socioeconômico.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Davi Alcolumbre**  
(UNIÃO - AP)



**MPV 1286  
00151**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

**“Art. XX As carreiras Policiais da Polícia Civil do Distrito Federal se sujeitam ao regime jurídico, remuneratório, previdenciário e funcional aplicável a Carreira Policial Federal, nos termos da Lei 4.878, de 3 de dezembro de 1965, e demais legislações cabíveis.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa eliminar a distinção existente nos subsídios da carreira da Polícia Civil do Distrito Federal em relação à Polícia Federal. Ambas as instituições policiais derivam de um mesmo tronco histórico, tendo compartilhado sua origem na estrutura da Polícia Civil Federal. No entanto, atualmente, observa-se uma disparidade remuneratória que não se coaduna com a essência e a tradição comuns a essas forças de segurança.

Vale considerar que a Polícia Civil do Distrito Federal é instituição mantida e organizada pelo Poder Executivo Federal, nos termos do inciso XIV do art. 21 da Constituição, que prevê:

*“Art. 21. Compete à União:*

*(...)*

*XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;”*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255870161600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

\*CD255870161600\*  
ExEdit

Diante desta obrigação constitucional, não há razões para que esta medida provisória, que serve a organizar as carreiras mantidas pelo Poder Executivo Federal não traga também dispositivos direcionados à Polícia Civil do DF. Nestes termos, a equiparação dos subsídios é uma medida coerente com o arcabouço jurídico vigente, em especial com os princípios da isonomia e da valorização do serviço público previstos na Constituição Federal. Ao promover a igualdade salarial entre as carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal com a Polícia Federal, estaremos reforçando a justiça social e o tratamento equânime aos servidores públicos que desempenham atividades essenciais à segurança da sociedade.

A valorização dos profissionais da segurança pública é essencial para garantir um eficiente e eficaz funcionamento das instituições policiais. A harmonização dos subsídios, portanto, não apenas atende a critérios de equidade, mas também estimula a motivação e o comprometimento desses servidores, refletindo positivamente na qualidade do serviço prestado à população.

Dessa forma, a proposta de emenda busca alinhar-se com os princípios constitucionais, assegurando a justiça salarial entre as carreiras policiais em questão. Acreditamos que a aprovação desta emenda contribuirá para o fortalecimento do sistema de segurança pública e o pleno cumprimento do dever do Estado em prover um ambiente seguro e confiável aos (às) cidadãos (às).

Ante todo o exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255870161600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD255870161600\*  
ExEdit



MPV 1286  
00152



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“CAPÍTULO

DA CARREIRA POLICIAL CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

**Art.** O Anexo I e o Anexo II à Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar respectivamente, na forma do Anexo CCCXXII e do Anexo CCCXXIII a esta Medida Provisória.”

ANEXO CCCXXII

(Anexo I à Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006)

“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE  
DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026

ExEdit  
\*CD251104969900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251104969900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Delegado de Polícia	Especial	30.542,92	36.469,51	41.350,00
	Primeira	25.815,00	32.826,72	35.377,35
	Segunda	22.085,08	28.643,83	30.869,46
	Terceira	21.449,24	26.800,00	0 27.831,70

(NR)”

ANEXO CCCXXIII

(Anexo II à Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006)

“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA  
DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

a) QUADRO I: VALOR DO SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DE PERITO CRIMINAL E  
PERITO MÉDICO-LEGISTA DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Perito Criminal Perito Médico- Legista	Especial	30.542,92	36.469,51	41.350,00
	Primeira	25.815,00	32.826,72	35.377,35
	Segunda	22.085,08	28.643,83	30.869,46
	Terceira	21.449,24	26.800,00	27.831,70

\*CD251104969900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251104969900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



b) QUADRO II: VALOR DO SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DE AGENTE DE  
POLÍCIA, ESCRIVÃO DE POLÍCIA, PAPILOSCOPISTA POLICIAL E AGENTE  
POLICIAL DE CUSTÓDIA DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Agente de Polícia Escrivão de Polícia Papiloscopista Policial Agente Policial de Custódia	Especial	18.417,51	21.987,38	25.250,00
	Primeira	13.969,28	17.997,59	19.617,37
	Segunda	11.634,01	15.377,21	16.761,16
	Terceira	11.085,72	14.164,81	14.710,10

(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa conferir isonomia das carreiras policiais mantidas pelo Poder Executivo Federal. Notadamente, eliminar distinção entre as Carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal e as carreiras da Polícia Federal. Tal medida se fundamenta na necessidade de valorização e tratamento equitativo dessas carreiras com a Polícia Federal, considerando sua importância para a segurança pública nacional e a origem comum dessas instituições, traçando um paralelo histórico desde a Lei 4.878/65 até o antigo Departamento Federal de Segurança Pública.

As Carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal têm suas raízes na Lei 4.878/65, que estabeleceu as bases para a organização da Polícia Federal.

O antigo Departamento Federal de Segurança Pública desempenhou um papel fundamental na história das instituições de segurança, servindo como precursor da atual estrutura de policiamento no Distrito Federal e contribuindo

ExEdit  
\*CD251104969900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251104969900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



para o desenvolvimento das Carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal.

É importante destacar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, cabe à União organizar e manter a Polícia Civil do Distrito Federal. Além disso, o Distrito Federal é a sede dos três poderes da República e abriga as embaixadas com as quais o Brasil mantém relações diplomáticas. Essa conjunção de fatores aumenta a complexidade e a relevância da segurança pública no Distrito Federal.

Diante desse contexto histórico e considerando a relevância das Carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal para a segurança pública, propomos a inclusão no texto a das tabelas da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006 que estipula o quadro de remunerações da PCDF com vistas a conferir valorização dos profissionais da segurança pública do Distrito Federal, melhoria da capacidade de combate ao crime e da qualidade dos serviços prestados à população e estabelecimento de um marco legal que reconhece a origem comum dessas carreiras de polícia no país, promovendo a coesão e cooperação entre essas instituições.

Esta emenda se fundamenta nas leis existentes que estabelecem as carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil, incluindo a Lei 4878/65, a Lei 9.264/1996, bem como a Lei 11.358/2006, que trata da reorganização de carreiras policiais.

Com esta emenda, buscamos promover uma atualização significativa e necessária na legislação, refletindo a importância das Carreiras de Delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal para a segurança e o bem-estar de nossa sociedade.

Ante todo o exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251104969900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





**MPV 1286  
00153****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se arts. 24-1 e 24-2 ao Capítulo X da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 24-1. A Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 15. “Fica instituída a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, aos Empregados públicos da Lei 8878/1984, em efetivo exercício no órgão central e nos órgãos setoriais, seccionais e correlatos dos seguintes sistemas estruturadores, enquanto permanecerem nessa condição:’ (NR)”

“Art. 24-2. A Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 1º.....’

Parágrafo único. “Integrarão o PGPE, nos termos desta Lei, os empregados públicos regidos pela Lei 8878 de 10 de maio de 1984, e os seguintes cargos de provimento efetivo:’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

1. Princípio da Isonomia: Igualdade de tratamento: Argumenta-se que todos os servidores, independentemente do regime jurídico, devem ter acesso a benefícios e vantagens semelhantes, desde que cumpram os mesmos requisitos e exerçam funções equivalentes.



Valorização do trabalho: A negação de gratificações a celetistas pode ser vista como uma desvalorização do trabalho desses servidores, que desempenham funções essenciais para o funcionamento da administração pública.

#### 2. Incentivo à produtividade e à qualificação:

Melhora do desempenho: A concessão de gratificações pode ser utilizada como um incentivo para que os servidores celetistas busquem aprimorar seus conhecimentos e habilidades, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Retenção de talentos: Gratificações podem ajudar a reter talentos e evitar a rotatividade de pessoal, reduzindo os custos com recrutamento e treinamento.

#### 3. Natureza do vínculo empregatício:

Características do trabalho: Os servidores celetistas, apesar de terem um vínculo empregatício regido pela CLT, exercem funções típicas da administração pública, muitas vezes com as mesmas responsabilidades e exigências que os servidores estatutários.

Cumprimento de metas e objetivos: Os celetistas também devem se submeter à avaliação de desempenho e devem cumprir metas e objetivos estabelecidos pela administração, o que justifica a concessão de gratificações por desempenho.

#### 4. Legislação trabalhista:

Jurisprudência: A jurisprudência trabalhista tem reconhecido o direito de servidores celetistas a algumas vantagens concedidas aos servidores estatutários, quando as atividades e responsabilidades são semelhantes.

#### Considerações Importantes:

Equidade: Ao reivindicar gratificações para os servidores celetistas, é importante garantir que a medida tenha o caráter da inclusividade e não gere desigualdades entre os diferentes grupos de servidores.



Sala da comissão, de de .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00154**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se à denominação do Capítulo XLII e ao art. 114 da Medida Provisória a seguinte redação:

**“CAPÍTULO XLII**

**DAS CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DOS EMPREGADOS DA INFRA/RFFSA”**

**“Art. 114.** A partir de 1º de janeiro de 2025, a tabela salarial dos empregados ferroviários ativos e inativos oriundos da RFFSA, abrangidos pelas Leis 8.186 de 21 de maio de 1991 e 10.478 de 28 de junho de 2002, associada ao seu Plano de Cargos e Salários (PCS), atualmente sob gestão da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias S/A e/ou INFRA S.A., em cumprimento ao Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal e ao Art. 5º da Lei 4950-A, de 1966, passa a vigorar conforme as Tabelas I, II e III apresentadas a seguir:

.....”

Tabela I – Grupos Administrativos, Operacionais e Serviços, oriundos da RFFSA



Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
ADMINISTRATIVO	201	2.275,75
	202	2.324,08
	203	2.356,09
	204	2.404,62
	205	2.453,18
	206	2.501,48
	207	2.566,14
	208	2.630,46
	209	2.697,97
	210	2.778,67
	211	2.781,74
	212	2.888,40
	213	2.938,45
	214	3.033,00
	215	3.128,23
	216	3.248,46
	217	3.346,73
	218	3.389,88
	219	3.468,64
	220	3.557,37
	221	3.691,93
	222	3.829,41
	223	4.003,40
	224	4.129,68
	225	4.352,88
	226	4.601,24
	227	4.814,70
	228	5.115,76
	229	5.434,52
	230	5.833,63
	231	6.261,22
	232	6.711,95
	233	7.034,85
	234	7.376,95
	235	7.739,35

Tabela II – Grupos Universitários, oriundos da RFFSA



Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
UNIVERSITÁRIO	301	8.307,03
	302	8.605,85
	303	8.877,04
	304	9.295,72
	305	9.795,71
	306	10.302,00
	307	10.648,21
	308	11.007,34
	309	11.378,57
	310	11.762,32
	311	12.159,02
	312	12.569,09
	313	12.993,00
	314	13.432,75
	315	13.885,78
	316	14.354,09
	317	14.838,20
	318	15.338,63
	319	15.855,94
	320	16.390,70
PCS	501	23.700,00
	502	23.200,00
	503	22.800,00
	504	22.400,00
	505	22.000,00
	506	15.726,78
	507	13.427,18
	508	11.939,75
	509	5.087,39
	510	4.666,27
	511	4.278,98
	521	9.368,60
	522	6.570,88
	523	3.338,70
GT	524	2.438,71
	591	8.502,44
	592	7.573,73
	593	6.893,24

Tabela III – Grupo Originário da FEPASA, oriundos da RFFSA



Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
OPERAÇÃO	603	1.812,78
	604	2.037,98
	605	2.326,99
	606	2.665,51
	607	3.061,34
	608	3.519,18
	609	4.042,25
SUPERVISÃO	702	1.809,61
	703	1.982,92
	704	2.193,01
	705	2.474,07
	706	2.791,77
	707	3.157,75
	708	3.564,46
	709	4.042,25
	710	4.493,39
	711	5.138,83
	712	5.885,05
	713	6.741,18
	714	10.302,00
	715	11.379,56
TÉCNICO	801	4.493,39
	802	5.138,83
	803	5.885,05
	804	6.741,18
UNIVERSITÁRIO	805	10.302,00
	806	11.379,56
	807	12.457,11
	808	13.534,67
	809	14.612,22
	810	15.689,78
	811	16.767,33
	812	17.844,89
	813	18.922,44
	814	20.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda pretende **Buscar a Legalidade da TABELA SALARIAL DOS FERROVIÁRIOS BRASILEIROS**, de acordo com a Constituição Federal Brasileira e a Lei 4.950 A/66.

(i) estabelecer nova tabela salarial, aplicável aos ferroviários oriundos da extinta RFFSA, suas estradas de ferro, unidades operacionais e subsidiárias, associada ao Plano de Cargos e Salários (PCS) da extinta RFFSA, referência legal, atualmente sob gestão da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias S/A e/ou INFRA S.A. (lei 11.483/2007 – art.17)



Importa contextualizar, inicialmente, que a problemática da tabela salarial da RFFSA teve início em 2007, ano no qual ocorreu a extinção da RFFSA e a transferência de seus empregados para a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.<sup>1</sup>. Já naquele ano o salário inicial da Tabela (Nível 201), correspondia a R\$ 338,85 (trezentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos), frise-se, quantia inferior ao salário-mínimo nacional vigente à época, que equivalia a R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

Dois a três anos depois houve uma pequena recuperação salarial, contudo, lamentavelmente, a ilegalidade se repetiu. Como se percebe a história dos ferroviários, desde sempre, envolveu desrespeito aos seus direitos.

O passar dos anos sem que houvesse a concessão de nenhum reajuste fez com que a situação se agravasse de tal forma que, hoje, quando o Salário Mínimo Nacional é R\$ 1.518,00, o Salário Inicial da Tabela da RFFSA, nível 201 é R\$ 878,16.

A situação é tão grave que **os vinte primeiros níveis da Tabela Salarial se encontram abaixo do salário mínimo nacional, conforme pode ser visto a seguir, no Quadro Evolução Salarial Nível 201 x SMN.**

Mas não é só. A classe ferroviária também tem sido flagrantemente desrespeitada pelo descumprimento da Lei 4.950 A, de 1966, uma vez que o piso salarial, garantido a algumas categorias profissionais, em seu Art. 5º, não tem sido considerado para o cálculo dos proventos de ferroviários oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal.

---

<sup>1</sup> Em maio de 2007, com a extinção da RFFSA, o Quadro de Pessoal foi absorvido por sucessão trabalhista pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, empresa pública federal vinculada ao atual Ministério dos Transportes. (art. 17 da Lei 11.483/2007)





**TABELA SALARIAL DA RFFSA****Comparativo Salário do Nível 201 (Inicial RFFSA) x Salário Mínimo Nacional (SMN)**

Ano	Nível 201 (R\$) (Salário + Passivo)	% em Relação ao SMN	Salário Mínimo Nacional (R\$)
1998 - 1999	243,60	187,38	130,00
1999 - 2000	243,60	179,12	136,00
2000 - 2001	243,60	161,32	151,00
2001 - 2002	243,60	135,33	180,00
2002 - 2003	243,60	121,80	200,00
2003 - 2004	277,70	115,71	240,00
2004 - 2005	298,52	114,82	260,00
2005 - 2006	319,41	106,47	300,00
2006 - 2007	328,99	94,00	350,00
2007 - 2008	338,85	89,17	380,00
2008 - 2009	415,86	100,21	415,00
2009 - 2010	438,85	94,38	465,00
2010 - 2011	461,93	90,57	510,00
2011 - 2012	565,87	103,83	545,00
2012 - 2013	594,71	95,61	622,00
2013 - 2014	633,30	94,70	668,75
2014 - 2015	673,07	92,97	724,00
2015 - 2016	706,72	89,69	788,00
2016 - 2017	751,95	85,45	880,00
2017 - 2018	781,88	83,45	937,00
2018 - 2019	792,44	83,06	954,00
2019 - 2020	808,45	81,01	998,00
2020 - 2021	808,45	77,36	1.045,00
2021 - 2022	808,45	73,50	1.100,00
2022 - 2023	808,45	66,70	1.212,00
2023 - 2024	848,87	65,20	1.302,00
2024 - 2025	878,12	62,19	1.412,00
2025 - 2026	878,12	57,85	1.518,00

V  
A  
L  
E  
C

A não-aplicação da referida legislação federal, e a consequente não atualização da tabela dos ferroviários empregados da antiga RFFSA, com os interstícios nela previstos, vem acarretando defasagem da ordem de 81,27%, entre maio/1997 até abril/2024.

ÍNDICES APLICADOS AOS ACORDOS COLETIVOS DA RFFSA							
EVOLUÇÃO E INFLAÇÃO NOS PERÍODOS							
PERÍODO		ÍNDICES %				ACORDOS COLETIVOS %	
Início	Fim	IPCA (IBGE)	IGPM (RGV)	Salário Mínimo	INSS	ACT'S	RFFSA
mai/1997	abr/1998	3,85	5,03		4,81	98/99	3,00
mai/1998	abr/1999	3,35	8,54	4,62	4,61	99/00	-
mai/1999	abr/2000	6,77	13,20	11,03	5,81	00/01	-
mai/2000	abr/2001	6,61	10,44	19,21	7,66	01/02	-
mai/2001	abr/2002	7,98	8,91	11,11	9,20	02/03	-
mai/2002	abr/2003	16,77	32,95	20,00	19,71	03/04	14,00
mai/2003	abr/2004	7,50	5,37	8,33	4,53	04/05	7,50
mai/2004	abr/2005	8,07	10,75	15,38	6,36	05/06	7,00
mai/2005	abr/2006	4,63	(0,92)	16,67	5,01	06/07	3,00
mai/2006	abr/2007	3,00	4,76	8,57	3,17	07/08	3,00
mai/2007	abr/2008	5,04	9,80	9,21	4,73	08/09	5,02
mai/2008	abr/2009	5,53	5,38	12,05	4,71	09/10	5,53
mai/2009	abr/2010	5,26	2,89	9,68	6,58	10/11	5,26
mai/2010	abr/2011	6,51	10,60	6,86	3,31	11/12	6,51
mai/2011	abr/2012	5,10	3,65	14,13	3,10	12/13	5,10
mai/2012	abr/2013	6,49	7,30	9,00	4,39	13/14	6,49
mai/2013	abr/2014	6,28	7,98	6,78	4,60	14/15	6,28
mai/2014	abr/2015	8,17	3,54	8,84	6,23	15/16	5,00
mai/2015	abr/2016	9,28	10,64	11,68	11,28	16/17	6,40
mai/2016	abr/2017	4,08	3,37	6,48	6,58	17/18	3,98
mai/2017	abr/2018	2,76	1,90	1,81	2,07	18/19	1,35
mai/2018	abr/2019	4,94	8,64	4,61	3,43	19/20	2,02
mai/2019	abr/2020	2,40	6,68	4,11	4,10	20/21	-
mai/2020	abr/2021	6,76	32,02	5,87	5,45	20/21	-
mai/2021	abr/2022	12,13	14,66	10,18	10,16	21/22	-
mai/2022	abr/2023	4,18				22/23	5,00
mai/2023	abr/2024	3,69				23/24	3,45
% Acumulado		400,86	629,76	746,16	290,30		176,30
% Perdas		81,27	164,12	206,25	41,26		

Consequência de tantos descumprimentos legais, resultou que a Atual Tabela Salarial dos Empregados oriundos da RFFSA apresentasse os seguintes valores:



Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
A D M I N I S T R A T I V O	201	878,16
	202	896,81
	203	909,16
	204	927,88
	205	946,62
	206	965,26
	207	990,21
	208	1.015,03
	209	1.041,08
	210	1.072,23
	211	1.073,41
	212	1.114,56
	213	1.133,87
	214	1.170,36
	215	1.207,11
	216	1.253,50
	217	1.291,43
	218	1.308,07
	219	1.328,69
	220	1.372,71
	221	1.424,63
	222	1.477,68
	223	1.544,82
	224	1.593,54
	225	1.679,68
	226	1.775,51
	227	1.857,88
	228	1.974,05
	229	2.097,06
	230	2.251,06
	231	2.416,05
	232	2.589,98
	233	2.714,59
	234	2.846,59
	235	2.986,44



Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
U N I V E R S I T Á R I O	301	1.491,46
	302	1.545,11
	303	1.593,80
	304	1.668,97
	305	1.758,74
	306	1.849,64
	307	1.911,80
	308	2.016,11
	309	2.123,87
	310	2.229,20
	311	2.313,39
	312	2.430,57
	313	2.522,26
	314	2.654,55
	315	2.765,79
	316	2.891,43
	317	3.008,21
	318	3.133,25
	319	3.303,74
	320	3.499,99
P C S	501	12.596,30
	502	11.240,78
	503	10.219,02
	504	9.365,90
	505	8.852,73
	506	7.105,84
	507	6.066,80
	508	5.394,74
	509	2.298,64
	510	2.108,36
	511	1.933,33
	521	4.372,62
	522	3.066,84
	523	1.558,28
	524	1.138,22
G T	591	3092,75
	592	2753,96
	593	2506,52



Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
O P E R A Ç Ã O	603	1.088,81
	604	1.224,08
	605	1.379,63
	606	1.557,96
	607	1.760,58
	608	1.988,54
	609	2.228,74
S U P E R V I S Ã O	702	1.078,91
	703	1.162,26
	704	1.316,55
	705	1.466,37
	706	1.636,44
	707	1.823,17
	708	2.038,65
	709	2.243,14
	710	2.524,89
	711	2.844,95
	712	3.206,46
	713	3.652,89
	714	4.074,25
	715	4.629,86
T É C N -	801	2.524,89
	802	2.844,95
	803	3.206,46
	804	3.652,89
U N I V E R S I T Á R I O	805	4.074,25
	806	4.629,86
	807	5.257,52
	808	5.830,28
	809	6.668,56
	810	7.709,38
	811	8.660,91
	812	9.781,92
	813	10.976,46
	814	12.321,28

Como se vê, há nítido descumprimento das normas trabalhistas em relação aos ferroviários, provenientes da antiga RFFSA, uma vez que os seus salários são inferiores:

(i) ao salário-mínimo nacional, nos primeiros 20 (vinte) níveis da tabela salarial, 201 a 220; e

(ii) ao patamar legal estabelecido como piso salarial da classe. Nível inicial na tabela 306.

O cenário é claro: a INFRA S.A. – empresa pública que sucedeu a extinta RFFSA – vem praticando postura salarial diferenciada e anti-isonômica em relação aos empregados que advieram da antiga RFFSA e suas subsidiárias, deixando não só de efetuar a devida atualização da tabela salarial, como também, de corrigi-la para que observe o salário mínimo nacional e o piso salarial previsto na Lei Federal





nº 4.950-A/66, o qual foi, inclusive julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2022, no âmbito das ADPF's 53, 149 e 171.

O Plano de Cargos e Salário – PCS, em vigor, é claro ao prever que a remuneração dos empregados deve ser fixada pela Diretoria Executiva da empresa “ **observada a legislação pertinente** ”. O previsto na Lei nº 4.950 A, de 1966 – já vigente à época – e o entendimento consolidado pelo STF nas ADPFs 53, 149 e 171 não deixa dúvidas, portanto, que o nível 306, inicial da carreira de arquiteto e que também se aplica a outras carreiras universitárias, deve equivaler, no mínimo a R\$10.302,00 (dez mil trezentos e dois reais) e não R\$1.849,64 (mil oitocentos e quarenta e nove reais) (tabela em vigor maio 2023). O acerto desses valores deve ser feito com os mesmos interstícios para cima e para baixo, legalizando, de modo definitivo e integral, a Tabela Salarial. Note-se que, ao julgar as mencionadas ADPFs, em fevereiro de 2022, **o STF reafirmou a constitucionalidade da Lei nº 4.950-A/66, conferindo-lhe interpretação conforme a Constituição para que o cálculo do piso salarial, também atribuído à categoria profissional de engenheiros e arquitetos, considere o valor do salário-mínimo vigente na data de publicação da ata de julgamento das ADPFs (3 de março de 2022)** Veja-se:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DIPLOMADOS EM CURSO SUPERIOR DE ENGENHARIA, QUÍMICA, ARQUITETURA, AGRONOMIA E VETERINÁRIA (LEI Nº 9.450-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966). SALÁRIO PROFISSIONAL FIXADO EM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO-MÍNIMO NACIONAL. ALEGADA TRANSGRESSÃO À NORMA QUE VEDA A VINCULAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO “PARA QUALQUER FINALIDADE” (CF, ART. 7º, IV, FINE). INOCORRÊNCIA DE TAL VIOLAÇÃO. CLÁUSULA CONSTITUCIONAL QUE TEM O SENTIDO DE PROIBIR O USO INDEVIDO DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO INDEXADOR ECONÔMICO. PRECEDENTES. [...]

4. O texto constitucional (CF, art. 7º, IV, fine) não proíbe a utilização de múltiplos do salário-mínimo como mera referência paradigmática para definição do valor justo e proporcional do piso salarial destinado à remuneração de categorias profissionais especializadas (CF, art. 7º, V), impedindo, no entanto, reajustamentos automáticos futuros, destinados à adequação do



salário inicialmente contratado aos novos valores vigentes para o salário-mínimo nacional.

5. Fixada interpretação conforme a Constituição, com adoção da técnica do congelamento da base de cálculo dos pisos salariais, a fim de que sejam calculados de acordo com o valor do salário-mínimo vigente na data da publicação da ata da sessão de julgamento. Vencida, no ponto, e apenas quanto ao marco referencial do congelamento, a Ministra Relatora, que o fixava na data do trânsito em julgado da decisão. (STF, ADPF 53, 149 e 171, Rel. Min. Rosa Weber, j. 21/02/2022).

Assim sendo, não restam dúvidas de que o piso preconizado no art. 5º da Lei nº 4.950-A, de 1966, deverá ser observado para todos os profissionais nela abarcados, independentemente da data de ingresso no respectivo cargo, sendo o valor nominal do salário-mínimo a ser considerado aquele vigente em 2022, conforme se sugere na forma da nova tabela salarial aplicável a todos os ferroviários ativos, inativos e pensionistas abrangidos pelas Leis Especiais nºs 8.186/1991 e 10.478/2002.

Relevante acentuar que a VALEC informou em documento oficial (Ofício 2811/2015 VALEC que, **em relação ao seu quadro próprio**, cumpre os pisos e que no caso do grupo dos universitários denominam genericamente como Analistas, sem distinção da formação universitária. Ou seja, o valor do piso foi considerado para todo seu pessoal independente de sua titulação universitária.

Lembrando ainda que os ferroviários possuem um Plano de Cargos e Salários - PCS em vigor pois, desde maio 2007, quando a RFFSA foi extinta, o seu quadro de pessoal foi transferido vivo para a VALEC (art. 17 da lei 11.483/2007), sendo assim, ao novo empregador incumbiria corrigir as supracitadas inconstitucionalidades e ilegalidades que maculam a Tabela Salarial da extinta RFFSA.

Do mesmo modo, o Ministério dos Transportes deveria, há tempos, ter adotado as providências cabíveis para sanar grave o problema e fazer cumprir a Constituição.



Em 2014 a própria VALEC, sensível à extrema defasagem salarial dos empregados da RFFSA, propôs a criação de uma Comissão para “avaliar e sugerir adequações nas tabelas salariais dos empregados do quadro especial da VALEC, oriundos da extinta RFFSA”. (Portaria 283/2014 VALEC). Naquela ocasião, o Grupo de Trabalho criado, majoritariamente composto por integrantes da própria VALEC, apontou uma diferença entre o IPCA e os índices concedidos nos ACT’s de 34,62%. A pura e simples aplicação desse percentual na Tabela, não permitiria o pleno atendimento à legislação. A outra solução apontada por aquele Grupo seria a adoção da Tabela Salarial proposta naquele momento, que implicaria em uma elevação da folha de pagamento daquele Quadro Especial RFFSA, da ordem de 113,34%.

A adoção dessa Tabela então sugerida sanaria naquele momento, todas ilegalidades, quer fossem relativas ao cumprimento do salário-mínimo nacional, quer fossem relativas ao cumprimento do salário mínimo profissional. Acontece que, burocracias e maus encaminhamentos resultaram no arquivamento do relatório daquele Grupo de Trabalho na SE do Ministério dos Transportes.

A remuneração é tão baixa que do total de 41.546 ferroviários ativos e inativos existentes em janeiro de 2023, apenas 22.133 (53%) recebem complementação da União, sendo os demais remunerados exclusivamente pelo INSS.





### Execução Orçamentária – INSS e União

#### Execução Orçamentária - Folha Aposentados e Pensionistas Extrato Resumo - Redução

Competência	Órgão	Valor Total (R\$)	Quant.	Complemen- tados %	Redução				Remuneração média (R\$)
					Valor (R\$)	%	Quant.	%	
2014-01	INSS	187.586.575,46	69.425	76					2.702,00
	União	101.491.840,90	52.476						1.934,06
2023-01	INSS	119.044.991,27	41.546	53	68.541.584,19	36,5	27.879	40,2	2.865,38
	União	32.846.644,68	22.133		68.645.196,22	67,6	30.343	57,8	1.484,06

Apresenta os Valores e Quantitativos referentes à Folha de Pagamento dos aposentados e pensionistas oriundos da RFFSA, suas subsidiárias e ferrovias incorporadas; o Valor referente à Parcela da União – Complementação. Os dados são referentes aos anos de 2014, quando a VALEC criou a Comissão 283/VALEC/2014<sup>1</sup> e 2023.

#### Observações importantes referentes aos dados sob encargos da União

##### Redução do Dispendio com Complementação (2014 – 2023):

- R\$ 68.645.196,22 (de R\$ 101.491.840,90 para R\$ 32.846.644,68) – 67,6%

##### Percentual de Pessoas que Recebe a Complementação (em 2023):

- 53% (dos 41.546 apenas 22.133 recebem. Os demais são integralmente remunerados pelo INSS)

##### Redução do Quantitativo de Pessoas que Recebe Complementação (2014 – 2023):

- 30.343 (de 52.476 para 22.133) – 57,8%

##### Redução do Percentual de Pessoas que Recebe a Complementação (2014 – 2023):

- Em 2014, 76%. Em 2023, 53%

De imediato, sem absolutamente nenhuma necessidade de reforço orçamento, R\$ 68.645.196,22 poderiam estar sendo realocados para recompor a Tabela Salarial. Apenas esse valor, representaria uma atualização de 67,6% (R\$ 68.645.196,22 / R\$ 101.491.840,90) nos seus valores.

Também pode ser observada a baixa remuneração individual, R\$ 2.865,38, paga pelo INSS e o pequeno valor complementado pela União, R\$ 1.484,06.

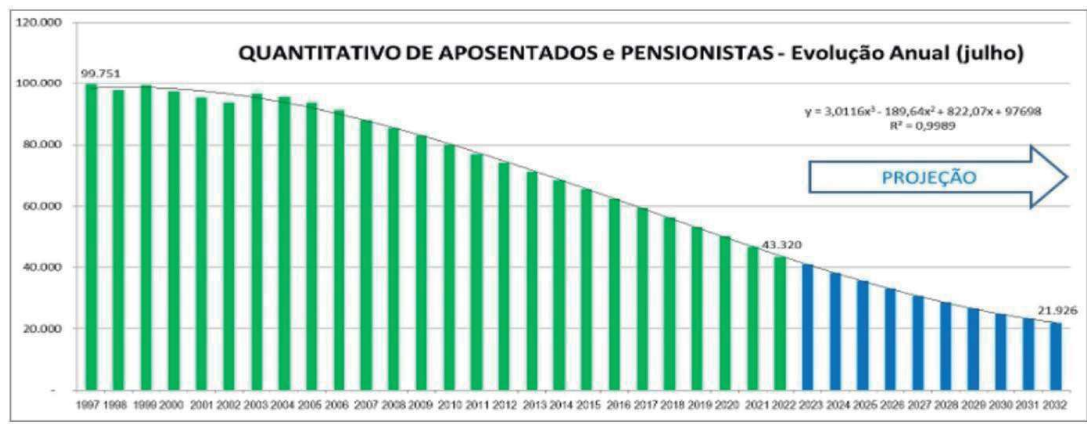
Em 07 de agosto de 2023, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, convocou uma Audiência Pública para expor os problemas dos ferroviários. Recebeu por parte do MGI um pedido de 120 (cento e vinte) dias para avaliação e até hoje quase 1 ano nada foi feito a respeito da ilegalidade.

Acontece que, a despeito do êxito nas negociações a INFRA S.A. **não** legalizou a tabela salarial. Pelo contrário, a empresa ignorou as flagrantes ilegalidades que já haviam sido levadas ao seu conhecimento em 2009 e em 2014 por um trabalho elaborado por uma Comissão 283/VALEC-2014.

Atingidos por esses problemas, encontram-se não apenas os empregados ativos oriundos da extinta RFFSA, mas também os aposentados e



pensionistas abrangidos pelas Leis Especiais 8.186, de 21 de maio de 1991 e 10.478, de 28 de junho de 2002. Considere-se ainda, que a compensação apresentada no Quadro preenche o requisito Constitucional previsto no caso em questão.



Mês	Total	Quantitativo			
		Redução			
		Mês		Acumulada	
		Quant.	%	Quant.	%
jan/97	100.624				
jan/98	99.014	1.610	1,60	1.610	1,60
jan/99	96.902	2.112	2,13	3.722	3,70
jan/00	98.427	-1.525	(1,57)	2.197	2,18
jan/01	96.264	2.163	2,20	4.360	4,33
jan/02	94.916	1.348	1,40	5.708	5,67
jan/03	95.703	-787	(0,83)	4.921	4,89
jan/04	96.077	-374	(0,39)	4.547	4,52
jan/05	94.613	1.464	1,52	6.011	5,97
jan/06	92.438	2.175	2,30	8.186	8,14
jan/07	89.538	2.900	3,14	11.086	11,02
jan/08	86.716	2.822	3,15	13.908	13,82
jan/09	84.387	2.329	2,69	16.237	16,14
jan/10	81.430	2.957	3,50	19.194	19,07
jan/11	78.408	3.022	3,71	22.216	22,08
jan/12	75.486	2.922	3,73	25.138	24,98
jan/13	72.509	2.977	3,94	28.115	27,94
jan/14	69.631	2.878	3,97	30.993	30,80
jan/15	66.912	2.719	3,90	33.712	33,50
jan/16	63.867	3.045	4,55	36.757	36,53
jan/17	60.821	3.046	4,77	39.803	39,56
jan/18	57.734	3.087	5,08	42.890	42,62
jan/19	54.743	2.991	5,18	45.881	45,60
jan/20	51.600	3.143	5,74	49.024	48,72
jan/21	48.514	3.086	5,98	52.110	51,79
jan/22	44.870	3.644	7,51	55.754	55,41
jan/23	41.032	3.838	8,55	59.592	59,22
jan/24	39.065	1.967	4,79	61.559	61,18
jan/25	36.312	2.753	7,05	64.312	63,91
jan/26	33.694	2.618	7,21	66.930	66,51
jan/27	31.229	2.465	7,32	69.395	68,96
jan/28	28.935	2.294	7,35	71.689	71,24
jan/29	26.830	2.105	7,27	73.794	73,34
jan/30	24.931	1.899	7,08	75.693	75,22
jan/31	23.258	1.673	6,71	77.366	76,89
jan/32	21.828	1.430	6,15	78.796	78,31
jan/33	20.659	1.169	5,36	79.965	79,47

Em amarelo, dados projetados



No advento da Lei 10.478/2002, em sua EM 280/2002 caracterizou-se os valores para suprir o cumprimento legal, éramos em torno de 98.000 ferroviários, aposentados e pensionistas e hoje somos em torno de 41.000. A compensação supre nossa necessidade, independente do descumprimento constitucional não precisar de fonte de recursos.

Considerado, portanto, que as referidas violações à Constituição Federal e à legislação específica aplicável aos ferroviários ainda permanecem, mesmo depois de anos; e ainda, que hoje os ferroviários ainda vivos se encontram em situação de vulnerabilidade, por serem todos idosos, a adoção de nova tabela salarial proposta mostra-se medida inafastável a fim de sanar as ilegalidades e inconstitucionalidades aqui denunciadas se faz necessário a LEGALIZAÇÃO DA TABELA SALARIAL VIGENTE DOS FERROVIÁRIOS INTEGRANTES DO QUADRO DA INFRA/VALEC (LEI 11.483/2007 – ART. 17).

Documentos Avulsos:

- TABELA ATUAL
- TABELA LEGAL PROPOSTA
- PCS RFFSA 1990 em vigor
- Lei 11.483/2007
- Lei 4.950-A/1966
- Lei 8186/1991
- Lei 10.478/2002
- EM 280/2002
- ADPFs 151 e 51
- Ofício 2811/VALEC 2015
- Relatório Comissão 283/2014 – VALEC



Sala da comissão, de de .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00155**

CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, os artigos 214 e 215, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

" **Art. 214.** O artigo 38 da [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38.....

.....

§ 6º *Para matrícula nos cursos de que tratam os incisos III, IV, V, VI, VIII e IX do § 1º do caput, será obedecida a ordem de antiguidade em cada Quadro.*" (NR)

**Art. 215.** Acrescenta-se os artigos 25-A e 39-A à [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#), com a seguinte redação:

"Art. 25-A. A promoção ao posto de Segundo-Tenente do QOPMA, QOPME e QOPMM, obedecerá ao critério de promoção e às regras de processamento das promoções previstas nesta lei.

*Parágrafo único. O policial militar deverá pertencer ao QPPMC para a promoção ao QOPMA, e pertencer ao QPPME para a promoção ao QOPME ou para o QOPMM, correspondentes.*" (AC)

"Art. 39-A. Ato do Governador do Distrito Federal definirá os parâmetros de equivalência dos cursos:

*I – de aperfeiçoamento com cursos de especialização, de mestrado ou mestrado profissional para o Quadro de Oficiais de Saúde e para o Quadro de Oficiais Administrativos, Especialistas e Músicos; e*



*II – de altos estudos com cursos de doutorado para os Quadros de Oficiais de Saúde, desde que reconhecidos pelo Ministério da Educação." (AC)*

O art. 214 da MPV nº 1.286, de 2024, após a sua renumeração, passa a vigorar com a seguinte redação:

**" Art. 214. ....**

.....

XXXIX – os incisos IV, V e VI do art. 31, os artigos 32 e 33 da Lei nº 12.086, de 2009."

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), como forma de colaboração legislativa, tem por objetivo alterar o artigo 38, incluir os artigos 25-A e 39-A e revogar dispositivos da Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, para a adequação das regras de promoção dos policiais militares do Distrito Federal.

A proposição trata das normas relativas ao processamento das promoções dos militares da PMDF, buscando aprimorar o sistema de promoção com a revogação de incisos do artigo 31, bem como os artigos 32 e 33 da referida lei, que tratam, entre outros requisitos, sobre as regras para matrícula no Curso de Habilitação de Oficiais de Administração, Especialistas e Músicos (CHOAEM) da PMDF, inserindo os seus conteúdos em capítulo adequado da norma, que não seja o do ingresso na Corporação, mas o da promoção dentro da carreira.

Cumprе ressaltar que esta emenda à Medida Provisória nº 1.286, de 2024, não implica aumento de despesa, uma vez que se limita à adequação de dispositivos da lei de promoção.



Diante do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, solicitando seu acolhimento.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00156**



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, os artigos 214 e 215, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

" **Art. 214.** Os artigos 71 e 86 da [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71. ....

*I - na ordem de classificação obtida ao final dos cursos iniciais referidos nas alíneas "a", "b" e "h" do inciso I do art. 86 desta lei;*

*....." (NR)*

"Art. 86.....

.....

*§ 9º Para matrícula nos cursos de que tratam as alíneas "c", "d", "e", "f" e "g" do inciso I do caput, será obedecida a ordem de antiguidade em cada Quadro ou Qualificação." (NR)*

**Art. 215.** Acrescenta-se o artigo 97-A à [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#), com a seguinte redação:

"Art. 97-A. A promoção ao posto de Segundo-Tenente do QOBM/Intd, QOBM/Cond, QOBM/Mús, QOBM/Mnt e QOBM/EspS, obedecerá ao critério de promoção e às regras de processamento das promoções previstas nesta lei.

*Parágrafo único. O bombeiro militar deverá pertencer a determinada QBMG para a promoção ao respectivo Quadro de Oficial correspondente:*





*I – Qualificação Bombeiro Militar Geral Operacional - QBMG-1 para o QOBM/Intd;*

*II – Qualificação Bombeiro Militar Geral de Condutor e Operador de Viaturas - QBMG-2 para o QOBM/Cond;*

*III – Qualificação Bombeiro Militar Geral de Manutenção - QBMG-3 para o QOBM/Mnt;*

*IV – Qualificação Bombeiro Militar Geral de Músico - QBMG-4 para o QOBM/Mús; ou*

*V – Qualificação Bombeiro Militar Geral Especialista em Saúde - QBMG-5 para o QOBM/EspS." (AC)*

O art. 214 da MPV nº 1.286, de 2024, após a sua renumeração, passa a vigorar com a seguinte redação:

**" Art. 214. ....**

.....

*III - os artigos 79 e 83 da Lei nº 12.086, de 2009."*

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, proposição sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), como forma de colaboração legislativa, tem por objetivo a alteração dos artigos 71 e 86, a inclusão do artigo 97-A e a revogação de dispositivos da Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, para adequar regras de promoção referentes aos bombeiros militares do Distrito Federal.

A proposição cuida de regras relacionadas ao processamento das promoções dos militares do CBMDF; busca-se alcançar aprimoramentos com a revogação dos artigos 79 e 83 da Lei 12.086, de 2009, que tratam do Curso Preparatório de Oficiais (CPO) do CBMDF, inserindo os seus conteúdos em capítulo



adequado da norma, que não seja o do ingresso na Corporação, mas o da promoção dentro da carreira.

Importante destacar que esta emenda à MPV nº 1.286, de 2024, não resulta em aumento de despesa, considerando se tratar apenas de adequação de alguns dispositivos da lei de promoção.

Em razão do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, com a solicitação do seu acatamento.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00157**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, o art. 214, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

**Art. 214.** Os artigos 2º, 3º e 30 da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I – .....

.....

j) indenização de serviço voluntário;

.....

§ 1º Os valores representativos dos direitos previstos neste artigo são os estabelecidos em legislação específica ou constantes nas tabelas do Anexo IV.

§ 2º A indenização de serviço voluntário de que trata a alínea j do inciso I deste artigo:

I – não estará sujeita à incidência de imposto sobre a renda de pessoa física;

II – não será incorporada na remuneração ou provento do militar; e

III – não poderá ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens, sequer para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria ou de pensão por morte.

....." (NR)

"Art. 3º .....



.....

VII – gratificação de função de natureza especial - parcela remuneratória mensal devida aos militares em cargo de função de natureza especial eventual, não podendo ser acumulável com qualquer outra remuneração decorrente do exercício de função comissionada, conforme constante da Tabela II do Anexo III e regulamentado pelo Governo do Distrito Federal;

VIII – indenização de serviço voluntário - direito pecuniário devido ao militar que, voluntariamente, durante seu período de folga, apresentar-se para o serviço de policiamento, prevenção de combate a incêndio e salvamento, atendimento pré-hospitalar ou segurança pública de grandes eventos ou sinistros, com jornada de 8 (oito) horas, com possibilidade da jornada ser inferior ou superior na conveniência e necessidade da Administração, conforme regulamentação a ser baixada pelo Governo do Distrito Federal;

....." (NR)

"Art. 30 .....

Parágrafo único. ....

.....

IV – à indenização de serviço voluntário." (NR)

O art. 214 da MPV nº 1.286, de 2024, após a sua renumeração, passa a vigorar com a seguinte redação:

" **Art. 214.** .....

.....

XXXIX – a alínea "c" do inciso III do art. 1º da Lei nº 10.486, de 2002."

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, proposição sugerida pelo **Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil - FONAP**, como forma de colaboração legislativa, visa alterar dispositivos da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), a fim de adequar o fato gerador concernente à



indenização de serviço voluntário aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal, considerando que a atual nomenclatura trazida pela lei que se busca alterar é equivocada, cujo termo é chamado de Gratificação de Serviço Voluntário na Lei nº 10.486, de 2002.

A alteração proposta tem por finalidade afastar a incidência do imposto sobre renda de pessoas físicas, já que os valores recebidos pelos bombeiros militares e policiais militares do Distrito Federal, de caráter indenizatório, dizem respeito a serviços desempenhados, voluntariamente, durante seu período de folga, quando se apresentam para o serviço de policiamento, prevenção de combate a incêndio e salvamento, atendimento pré-hospitalar ou segurança pública de grandes eventos ou sinistros.

Com efeito, essa indenização não se constitui em renda, mas em indenização, benefício já concedido à Polícia Rodoviária Federal (PRF) por meio da [Medida Provisória nº 837, de 30 de maio de 2018](#), convertida na [Lei nº 13.712, de 24 de agosto de 2018](#), que institui indenização ao integrante da carreira de Policial Rodoviário Federal, sem a incidência do imposto de renda.

No mesmo sentido, foi instituído o serviço voluntário no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), por meio da Lei nº 6.261, de 29 de janeiro de 2019, publicada no [DODF 22, de 31 de janeiro de 2019](#), sem a incidência do imposto sobre a renda, a exemplo do ocorrido com a indenização aplicada aos policiais rodoviários federais, cujos motivos são os mesmos que fundamentam essa proposição.

A presente proposta não gerará aumento de despesas à União, vez que se trata apenas de adequação de terminologia, ao substituir o termo “gratificação” por “indenização”.



Em razão do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, com a solicitação do seu acatamento.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00158**

CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, o art. 214, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

**Art. 214.** O artigos 22 da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#) , passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22 .....

*Parágrafo único. O militar da reserva remunerada do Distrito Federal, que tenha modificada sua situação na inatividade para designação ao serviço ativo, faz jus a adicional igual a 0,3 (três décimos) da remuneração que estiver percebendo." (NR)*

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, proposição sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), como forma de colaboração legislativa, visa alterar o art. 22 da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), para que, à semelhança do ocorrido com os militares designados nos termos do artigo 114 da Lei 12.086, de 6 de novembro de 2009 (para a Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), seja estabelecido, de igual modo, o adicional de 0,3 décimos da remuneração aos militares que sejam designados pela Corporação.

A presente proposta não gerará aumento de despesas à União, vez que o adicional surtirá seus efeitos financeiros apenas quando da nomeação do militar inativo de acordo com a conveniência e a oportunidade do gestor público.



Em razão do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, com a solicitação do seu acatamento.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)





**MPV 1286  
00159**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se os seguintes dispositivos ao art. 2º da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024:

Art. 2º.....

.....

“Art. 1º O quadro de pessoal do Banco Central do Brasil é formado pela Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, composta por cargos de Auditor do Banco Central do Brasil e de Técnico do Banco Central do Brasil, ambos de nível superior, e pela Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, composta por cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, de nível superior.” (NR)

“Art. 2º A As atividades desenvolvidas pelos titulares dos cargos que compõem as Carreiras de Especialista e de Procurador do Banco Central são exclusivas de Estado.” (NR)

“Art. 3º São atribuições privativas dos titulares do cargo de Auditor do Banco Central do Brasil:

I - formulação, planejamento, execução, fiscalização, avaliação e controle, no que couber, de planos, programas, projetos e ações relativos às atividades vinculadas aos objetivos do Banco Central do Brasil, especialmente aquelas relacionadas a:

.....

IV - supervisão do sistema financeiro e do sistema de pagamentos, bem como das instituições que os integram, compreendendo:” (NR)



.....

“Art. 10-B. Ressalvadas as hipóteses de dolo ou de fraude, o Presidente, os Diretores e os titulares dos cargos de Auditor e de Procurador do Banco Central do Brasil não são passíveis de responsabilização por atos praticados no exercício de suas atribuições funcionais, exceto pelos correspondentes órgãos correccionais ou disciplinares.” (NR)

“Art. 16-A. O Banco Central do Brasil fixará, em ato próprio, a jornada normal de trabalho dos cargos efetivos de que trata esta Lei, respeitada a duração máxima do trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e mínima de 30 (trinta) horas semanais.” (NR)

Art. 4º-A. Fica revogado o inciso III do art. 154 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

## JUSTIFICAÇÃO

O Banco Central desempenha funções cruciais para a estabilidade econômica e financeira do país, incluindo a formulação e execução da política monetária, regulação e supervisão do sistema financeiro, administração das reservas internacionais e emissão de moeda.

Esses atributos tornam imprescindível que a instituição conte com um quadro funcional altamente qualificado, estável e motivado, apto a atuar de forma independente e responsável frente aos desafios que lhe são impostos.

A legislação atual que rege a carreira dos servidores do Bacen apresenta lacunas e limitações frente à evolução das dinâmicas econômicas e às práticas modernas de gestão de pessoas que a Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024 não foi capaz de superar. Ressalte-se que o Termo de Acordo nº 04 de 2024 firmado entre MGI, Banco Central do Brasil e entidade representativas dos servidores do Banco Central consigna em sua Cláusula quinta que o “Acordo não compromete o direito das entidades sindicais em apresentar outras pautas não remuneratórias nos foros adequados”. Assim, as propostas constantes desta emenda não ferem nem afrontam acordos pré-estabelecidos entre as partes.



Dito isto, a presente proposta visa corrigir as atuais deficiências e lacunas, considerando os seguintes pontos principais:

1. Complexidade e Especificidades das Atividades dos Auditores As atividades desempenhadas pelos auditores do Banco Central são marcadas por elevada complexidade e especificidades que exigem conhecimentos técnicos especializados e constante atualização profissional. Essas funções requerem maior robustez na proteção legal e ajustes nas atribuições previstas na Lei nº 9.650, de 1998, a fim de assegurar que os auditores possam desempenhar suas responsabilidades com a autonomia e a segurança necessárias.

## 2. Flexibilidade Administrativa e Demandas Excepcionais

O Banco Central exerce atividades que frequentemente extrapolam a jornada normal de trabalho do serviço público, tais como o monitoramento do sistema de pagamentos, a gestão de crises financeiras e o acompanhamento de mercados internacionais. Essas atividades demandam flexibilidade e agilidade incompatíveis com a regra geral aplicável ao serviço público. Nesse contexto, é essencial facultar ao Banco Central maior autonomia na administração de sua força de trabalho, observados os parâmetros estabelecidos para os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

3. Fortalecimento da Eficiência e da Independência Institucional Um quadro funcional fortalecido e devidamente valorizado é imprescindível para que o Banco Central desempenhe suas atribuições de maneira independente, eficaz e responsável. Para tanto, é mister que as carreiras que compõem o quadro de servidores sejam compostas por pessoas com a qualificação adequada à complexidade das tarefas que executam. Assim, se propõe que todos os cargos exijam como pré-requisito de ingresso o nível superior.



Todas as propostas consolidadas acima contribuem indiretamente para a estabilidade econômica do país, por meio do fortalecimento institucional do Banco Central do Brasil.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286**  
**00160**



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, os artigos 214, 215, 216 e 217, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

" **Art. 214.** A Tabela I do Anexo I da [Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005](#), passa a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

" **Art. 215.** A Tabela I do Anexo I da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), passa a vigorar na forma do Anexo CCCXXIII a esta Medida Provisória.

" **Art. 216.** O art. 2º, 3º e a Tabela III do Anexo IV da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), na forma do Anexo CCCXXIV a esta Medida Provisória, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I – .....

.....

f) compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados;

.....” (NR)

"Art. 3º .....

.....

XIV – compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados, parcela indenizatória decorrentes do desempenho das atividades de policiamento ostensivo, de prevenção e combate a incêndio, de salvamento, de atendimento



pré-hospitalar ou de segurança pública, concedida aos militares do Distrito Federal, ativos, inativos e pensionistas, conforme a Tabela III do Anexo IV desta lei.

.....” (NR)

" **Art. 217.** Fica incorporada a Tabela III do Anexo II à Tabela I do Anexo III da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#) , na forma do Anexo CCCXXV a esta Medida Provisória.

O art. 214 da MPV nº 1.286, de 2024, após ser renumerado, passa a vigorar com a seguinte redação:

" **Art. 214.** .....

.....

XXXIX – a alínea c do inciso II do art. 1º, o inciso IV do art. 3º e a Tabela III do Anexo II, da [Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002](#) .

ANEXO CCCXXII

(Anexo I da [Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005](#) )

“ANEXO I

TABELA DE VALOR DA VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL - VPE

POSTO OU GRADUAÇÃO	NA DATA DE ENTRADA EM VIGOR DESTA LEI	A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2025	A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026
OFICIAIS SUPERIORES			
Coronel	13.183,33	14.665,75	18.915,99
Tenente-Coronel	12.689,09	14.092,10	17.283,35
Major	11.410,69	14.033,25	16.370,90
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS			
Capitão	9.643,36	12.435,90	14.810,15
OFICIAIS SUBALTERNOS			
Primeiro-Tenente	8.513,28	11.303,15	14.052,20
Segundo-Tenente	8.141,75	10.620,35	13.647,15



PRAÇAS ESPECIAIS			
Aspirante a Oficial	6.731,52	7.490,25	9.672,10
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	3.714,25	4.130,95	4.550,30
Cadete (demais anos) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	2.826,68	3.220,55	3.546,70
PRAÇAS GRADUADAS			
Subtenente	8.489,56	10.130,65	13.264,50
Primeiro-Sargento	6.050,18	7.558,70	10.763,19
Segundo-Sargento	5.358,12	7.070,85	9.572,70
Terceiro-Sargento	4.862,35	6.825,45	7.574,25
Cabo	4.107,29	5.710,18	6.412,20
DEMAIS PRAÇAS			
Soldado - Primeira Classe	3.886,00	4.855,30	5.476,35
Soldado - Segunda Classe	2.826,68	3.220,55	3.546,70

”(NR)

ANEXO CCCXXIII

(Tabela I do Anexo I da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#) )

“ANEXO I

TABELAS DE SOLDO E ESCALONAMENTO VERTICAL

TABELA I - SOLDO

POSTO OU GRADUAÇÃO	ATÉ 30 DE ABRIL DE 2025	A PARTIR 1º DE MAIO DE 2025	A PARTIR 1º DE MAIO DE 2026
OFICIAIS SUPERIORES			
Coronel	3.195,04	4.313,30	5.175,96
Tenente-Coronel	3.067,23	4.140,76	4.968,91



Major	2.929,85	3.955,30	4.746,36
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS			
Capitão	2.434,62	3.286,74	3.944,08
OFICIAIS SUBALTERNOS			
Primeiro-Tenente	2.249,31	3.036,57	3.643,88
Segundo-Tenente	2.079,97	2.807,96	3.369,55
PRAÇAS ESPECIAIS			
Aspirante-a-Oficial	1.792,42	2.419,77	2.903,72
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	706,1	953,24	1.143,88
Cadete (demais anos) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	501,62	677,19	812,62
PRAÇAS GRADUADOS			
Subtenente	1.613,49	2.178,23	2.613,87
Primeiro-Sargento	1.405,82	1.897,86	2.277,43
Segundo-Sargento	1.201,33	1.621,80	1.946,15
Terceiro-Sargento	1.070,34	1.444,96	1.733,95
Cabo	801,95	1.082,63	1.299,16
DEMAIS PRAÇAS			
Soldado - 1 <sup>a</sup> Classe	706,1	953,24	1.143,88
Soldado - 2 <sup>a</sup> Classe	501,62	677,19	812,62

”(NR)

## ANEXO CCCXXIV

(Tabela III do anexo IV da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#) )

"ANEXO IV

## TABELAS DE OUTROS DIREITOS PECUNIÁRIOS





.....

TABELA III - COMPENSAÇÃO DOS DESGASTES ORGÂNICOS  
E DOS DANOS PSICOSSOMÁTICOS ACUMULADOS

POSTO OU GRADUAÇÃO	VALOR (R\$)	FUNDAMENTO LEGAL
Coronel	3.600,00	Arts. 2º e 3º XIV, desta Lei.
Tenente-Coronel	3.473,61	
Major	3.256,66	
Capitão	2.613,52	
Primeiro-Tenente	2.284,63	
Segundo-Tenente	2.153,71	
Aspirante	1.813,48	
Cadete (3º ano)	1.027,86	
Cadete (demais anos)	850,59	
Subtenente	1.942,54	
Primeiro-Sargento	1.763,50	
Segundo-Sargento	1.516,07	
Terceiro-Sargento	1.398,52	
Cabo	1.157,83	
Soldado	1.095,58	
Soldado 2ª Classe	850,59	

”(NR)

ANEXO CCCXXV

(Tabela I do Anexo III da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#) )

“ANEXO III

TABELAS DE GRATIFICAÇÕES

TABELA I - GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO



SITUAÇÃO	VALOR DE INCIDÊNCIA	FUNDAMENTO	
A	Militares na ativa e na inatividade	13,70% do soldo de Coronel	Arts. 1º e 3º desta Lei.
B	Representação Especial no Exterior	Conforme Legislação Federal	Arts. 1º e 3º desta Lei.

” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, proposição sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), como forma de colaboração legislativa, tem por objetivo alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, com vistas a adequar a redação de dispositivos da Lei nº 10.486, de 2002, e da Lei nº 11.134, de 2005. As alterações referem-se à remuneração e aos proventos dos militares do Distrito Federal, aplicando-se também aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, bem como aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, conforme o disposto no art. 65 da Lei nº 10.486, de 2002.

A proposta visa ajustar os valores do soldo, revogar os valores constantes da Tabela relativa ao Adicional de Operações Militares e incorporá-la na Tabela de Adicional de Representação prevista na Lei nº 10.486, de 2002. Além disso, busca-se com essa emenda, o ajuste dos valores constantes na Tabela de Vantagem Pecuniária Especial (VPE), contida na Lei nº 11.134, de 2005.

Ademais, propõe-se também a substituição da redação referente ao Auxílio-Moradia na Lei nº 10.486, de 2002, pela parcela indenizatória destinada à compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados, parcela indenizatória decorrentes do desempenho das atividades de policiamento ostensivo, de prevenção e combate a incêndio, de salvamento, de atendimento pré-hospitalar ou de segurança pública, concedida aos militares do Distrito Federal. O ajuste na redação é



necessário em virtude dos contornos jurídicos e legislativos no âmbito dos poderes executivo, judiciário e legislativo.

Por consequência, o impacto orçamentário para suportar essa medida é no valor de R\$ 1.119.776.812,21 no exercício de 2025 e R\$ 990.712.804,33 no exercício de 2026, conforme tabelas abaixo:

IMPACTO EM FOLHA DE PAGAMENTO PMDF/CBMDF - A PARTIR DE MAIO 2025		
Polícia Militar do Distrito Federal	2025	R\$749.172.242,57
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	2025	R\$370.604.569,64
Impacto orçamentário total (PMDF/CBMDF) - período de 1º de maio a 31/12/2025		R\$1.119.776.812,21
Repasse da pensão Militar para o Fundo Constitucional		R\$117.576.565,28
Repasse do IRRF para o Governo do Distrito Federal		R\$286.306.274,85
Impacto Financeiro em 2025		R\$715.893.972,07
Impacto orçamentário efetivo com retorno da pensão ao FCDF		R\$1.002.200.246,92

IMPACTO EM FOLHA DE PAGAMENTO PMDF/CBMDF - A PARTIR DE MAIO 2026		
Polícia Militar do Distrito Federal	2026	R\$721.825.310,42
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	2026	R\$268.887.493,91
Impacto orçamentário total (PMDF/CBMDF) - período de 1º de maio a 31/12/2026		R\$990.712.804,33
Repasse da pensão Militar para o Fundo Constitucional		R\$104.024.844,45
Repasse do IRRF para o Governo do Distrito Federal		R\$243.839.188,96
Impacto Financeiro em 2026		R\$642.848.770,91
Impacto orçamentário efetivo com retorno da pensão ao FCDF		R\$886.687.959,87



Diante do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, solicitando seu acatamento.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00161****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

Art. 215 A Lei nº 4.878, de 03 de dezembro de 1965, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 62-A:

“Art. 62-A. Aos servidores integrantes das polícias judiciárias mantidas pela União, regidos por esta lei, é assegurada a simetria dos subsídios, sendo vedado o tratamento discriminatório entre policiais federais, policiais civis do Distrito Federal e policiais civis dos ex-Territórios.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Polícia Civil do Distrito Federal é organizada e mantida pela União, nos termos do art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal, e a competência para dispor sobre vencimentos dos policiais civis do Distrito Federal é da União, por força da Súmula Vinculante nº 39, do Supremo Tribunal Federal.

Os policiais civis do DF, apesar do que figura no imaginário de muitas pessoas, recebem hoje um dos piores salários do país, haja vista a ausência de recomposição salarial ocorrida entre os anos de 2013 e 2022, tornando-os possivelmente a categoria de trabalhadores mais desvalorizada do país nos últimos anos. Observe-se, a propósito, que o Distrito Federal apresenta um dos mais



elevados custos de vida no país, o que torna ainda mais penosa a situação desses servidores.

E nesse ponto devemos destacar o elevado comprometimento desses profissionais com a causa da segurança pública da Capital do País, tendo em vista que mesmo diante desse grave cenário de desvalorização o seu trabalho é referência no país, com índices de resolução de crimes compatíveis com as nações mais evoluídas do mundo. Vale lembrar que todos os dias assistimos no noticiário local e nacional as operações da Polícia Civil do Distrito Federal, cujos policiais tem trabalhado incansavelmente para garantir a segurança da nossa população.

Apesar do expressivo crescimento do Fundo Constitucional do Distrito Federal nos últimos anos, os policiais civis do Distrito Federal amargaram perdas inflacionárias consideráveis, além daquelas decorrentes da implementação das novas alíquotas previdenciárias estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019 (“reforma da previdência”).

Esse estado de coisas, vale dizer, decorre da complexidade do ato para revisão dos vencimentos desses servidores, que restou estabelecido de forma consuetudinária por força da súmula vinculante já mencionada, além das questões referentes a princípios federativos, abrangendo processos de negociação tanto com o governo do Distrito Federal como com o Governo Federal, situação sem paralelo em nosso país.

Dessa forma, com o objetivo de evitar o tratamento desigual de servidores que são mantidos pelo mesmo ente federativo, desempenham funções idênticas em órgãos de segurança pública análogos, submetem-se ao mesmo regime jurídico, inclusive disciplinar, e ostentam a mesma estrutura/plano de carreira, apresentamos a presente emenda.

Prestigia-se, ademais, a segurança jurídica e a própria higidez do sistema de segurança pública do Distrito Federal, uma vez que a política remuneratória clara e positivada em norma federal assegura que os profissionais interessados mantenham elevado nível motivacional e de comprometimento com os seus misteres, além de permitir que a Polícia Civil do Distrito Federal siga atraindo e mantendo bons servidores em seus quadros funcionais.



A realidade no trato da segurança pública do Distrito Federal tem demonstrado que o “pacto” traduzido pelo art. 21, inc. XIV, da Constituição Federal, onde se atribui à União a competência material de manutenção das forças de segurança pública do Distrito Federal, exige que aquela estabeleça uma política remuneratória perene para os servidores, a fim de evitar a manipulação política dos órgão, notadamente o de polícia judiciária, o desvio de finalidade do Fundo Constitucional do Distrito Federal e a desvalorização dos profissionais.

A quebra da paridade de vencimentos entre policiais civis do Distrito Federal com os policiais federais, ocorrida no ano de 2016, além de ofender a primado principiológico de isonomia assegurado pela constituição, representou uma verdadeira quebra de pacto com tais servidores, que optaram por ingressar em carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal levando em conta a política remuneratória que vinha sendo observada desde os anos de 1960.

#### Impacto Orçamentário Estimado

VALOR DA FOLHA DE PAGAMENTO COM OS AUMENTOS EM MAIO/2025 E MAIO/2026				
DISCRIMINAÇÃO	SIT. ANTERIOR	mai/25	mai/26	2027
ATIVO	1.374.942.023,47	1.537.856.039,78	1.777.436.116,55	1.850.4
APOSENTADO	1.130.741.791,14	1.240.593.729,06	1.469.142.381,79	1.549.0
PENSIONISTA	245.187.090,20	270.538.040,45	313.969.209,30	328.2
<b>TOTAL</b>	<b>2.750.870.904,81</b>	<b>3.048.987.809,29</b>	<b>3.560.547.707,64</b>	<b>3.727.738.568,31</b>

IMPACTO 2025	298.116.904,48
IMPACTO 2026	511.559.898,35
IMPACTO 2027	167.190.860,68

VALORES PREVISTOS DA FOLHA CONSIDERANDO AUMENTOS (MAIO/2025, MAIO/2026) E CONTRATAÇÕES (NOV/2024)				
DISCRIMINAÇÃO	SIT. ANTERIOR	mai/25	mai/26	2027
ATIVO	1.077.794.170,63	1.205.499.756,82	1.393.302.591,95	1.450.538.349,82
PATRONAL	297.147.852,84	332.356.282,96	384.133.524,60	399.913.423,04
ATIVO + PATRONAL	1.374.942.023,47	1.537.856.039,78	1.777.436.116,55	1.850.451.772,86
APOSENTADO	1.130.741.791,14	1.240.593.729,06	1.469.142.381,79	1.549.020.412,55
PENSIONISTA	245.187.090,20	270.538.040,45	313.969.209,30	328.264.355,90
<b>TOTAL</b>	<b>2.750.870.904,81</b>	<b>3.048.987.809,29</b>	<b>3.560.547.707,64</b>	<b>3.727.736.541,31</b>

ANO	IMPACTO BRUTO	IMPACTO LIQUIDO
2025	298.116.904,48	193.010.365,77
2026	511.559.898,35	338.868.530,02
2027	167.188.833,68	111.766.235,68



Nesse sentido, com arrimo em fortes razões de interesse público, pugnamos pelo acatamento da presente emenda.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)





**MPV 1286  
00162**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

Art. 215 A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º-A Fica autorizada a realização de concurso público para o provimento dos cargos efetivos das carreiras de que trata a Lei nº 9.264/96, quando a vacância atingir 30% (trinta por cento) do respectivo cargo.

§1º Ato do Governador do Distrito Federal poderá autorizar a realização de concurso público antes do atingimento do percentual de que trata o *caput*.

§2º Os concursos públicos de que trata o *caput* são regidos exclusivamente por normas federais, ressalvados os certames já em andamento na data da publicação desta lei.”

**JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com o art. 21, XIV, da CF/88, compete a União organizar e manter a polícia civil Distrito Federal, por meio de fundo próprio.

Nesse sentido, conforme a sistemática estabelecida pela Lei nº 10.633/2002, que regulamentou o Fundo Constitucional do DF, os recursos nele consignados são entregues ao GDF até o dia 5 de cada mês, à razão de duodécimo.



Ora, considerando que o art. 21, inc. XIV, encerra verdadeiro pacto entre os entes União e Distrito Federal para a promoção da segurança pública em território que abriga as sedes dos Poderes da República, parece-nos acertado e natural que a primeira estabeleça parâmetros legais para a manutenção do efetivo da PCDF em quantitativo adequado para o fiel cumprimento de suas atribuições.

Nesse sentido, e ainda com o propósito de conferir maior segurança jurídica aos certames à cargo da PCDF, com a definição das regras federais para o seu regramento, haja vista tratar-se de instituição cujos servidores estão submetidos ao regime jurídico da União, propomos a presente emenda.

Sala da comissão,                      de    de    .

**Senador Izalci Lucas**  
**(PL - DF)**



**MPV 1286  
00163****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

Art. 215 O art. 4º-A da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º-A Sem prejuízo dos direitos, das vantagens e dos benefícios previstos em lei, o governo do Distrito Federal poderá conceder, com dotação orçamentária própria, não vinculada ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, aos integrantes das carreiras que são regidos por esta Lei, ativos, inativos e pensionistas, indenização para a compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados e decorrentes do desempenho das atividades de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, de acordo com regulamentação a ser editada pelo governador do Distrito Federal.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva corrigir falha redacional ocorrida por ocasião da tramitação da MPV 1181/2023, convertida na Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023, mais especialmente por ocasião da consolidação das emendas pela relatoria na Câmara dos Deputados.

Por acordo entre a bancada federal do Distrito Federal e o governo, a relatoria na Câmara acolheu emendas que tinham por objetivo permitir que o Distrito Federal pudesse conceder indenização por desgaste orgânico a policiais



civis, militares e bombeiros militares do Distrito Federal, desde que não importasse em despesa para o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Nesse sentido, os arts. 23 e 24 em vigor da citada lei traduzem esse acordo entre a bancada do DF e o governo federal. Ocorre que, por falha verificada durante a complementação de voto em plenário, a relatoria acabou por conferir redações diferentes para dispositivos que deveriam ser espelhados para as forças de segurança pública civis e militares.

Desta feita, apresentamos a presente emenda, que em resgate ao espírito da norma confere redação idêntica aos arts. 23 e 24, tornando factível a regulamentação do primeiro pelo Distrito Federal.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00164**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

Art. 215 A Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 49-A:

“Art. 49-A As normas gerais relativas à organização básica institucional e aos cargos da Polícia Civil do Distrito Federal, nos termos do inciso XIV do caput do art. 21 da Constituição Federal, são estabelecidas nas Leis nºs 14.162, de 2 de junho de 2021, 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Parágrafo único. Aplicam-se à instituição de que trata o *caput* deste artigo as normas desta Lei que versam sobre direitos, garantias e prerrogativas da polícia civil, sem prejuízo de outras previstas em leis e regulamentos.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva conferir segurança jurídica à União, Distrito Federal e Polícia Civil do Distrito Federal em razão na natureza híbrida deste, de sorte que o presente texto não colida com estruturação normativa estabelecida recentemente pela União, em decorrência de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na forma abaixo explanada.

Diferentemente das polícias civis dos demais Estados da federação, por força do artigo 21, inciso XIV, da Constituição Federal, a Polícia Civil do Distrito



Federal é organizada e mantida pela União, o que lhe confere natureza híbrida, eis que subordinada ao Governador do Distrito Federal.

Em razão disso, já entendeu o Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3666/DF, que “a União possui competência exclusiva para organizar e manter a Polícia Civil do Distrito Federal”<sup>1</sup>, tendo julgado inconstitucionais as normas distritais que dispunham acerca da “*estrutura administrativa do Polícia Civil/DF e o regime jurídico dos respectivos servidores*”<sup>2</sup>. No julgado, a Corte deixou clara a prevalência, no caso da Polícia Civil do DF, do artigo 21, inciso XIV, em detrimento do artigo 24, inciso XVI, que estabelece a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal, para legislar sobre organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

Nesse contexto, e obedecendo prazo fixado pelo próprio Supremo Tribunal Federal por ocasião da supramencionada decisão, foi editada a Medida Provisória nº 1.014, de 04 de dezembro de 2020, convertida na Lei nº 14.162, de 2 de junho de 2021, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Civil do Distrito Federal.

O artigo 3º, inciso I, da referida norma, incumbiu ao Poder Executivo federal “a organização, o funcionamento, a transformação, a extinção e a definição de competências de órgãos da Polícia Civil do Distrito Federal”, em razão do que foi editado o Decreto nº 10.573, de 14 de dezembro de 2020. Por outro lado, adjudicou à própria Polícia Civil do Distrito Federal “o detalhamento não incluído no inciso I”, razão pela qual está em vias de ser aprovado o novel Regimento Interno da instituição.

Nesse sentido, entende-se imperioso que a presente proposição contemple dispositivo expresso no sentido de que as normas relativas à organização e definição de competências não se aplicam à Polícia Civil do Distrito Federal, regulada por legislação própria, sempre visando, repita-se, evitar qualquer conflito entre as normas eventualmente aplicáveis, que possa interferir na gestão eficiente e bem sucedida que vem sendo feita da instituição.

1 Acórdão proferido pelo Plenário do STF, em 06/12/2018, na ADI 3666/DF, Relator Ministro Roberto Barroso, publicado no DJE de 18/12/2018.

2 Idem.



Certos de contar com a colaboração dos nobres pares desta Casa, pugnamos pela aprovação da presente emenda.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00165**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

Art. 215 A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12-E Fica assegurado aos policiais civis das carreiras de que trata esta Lei licença especial de três meses a cada quinquênio de exercício, não conversível em pecúnia.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva estabelecer política de proteção à saúde física e mental dos policiais civis do Distrito Federal, cujas funções, além do componente permanente de risco, os submetem a elevado nível de estresse e desgaste orgânico.

Pesquisas e dados relacionados à saúde dos servidores da PCDF apontam para um quadro grave de adoecimento laboral, de sofrimento psicológico e, lamentavelmente, para casos de suicídio comparativamente maiores que os da população em geral.

Ademais, a presente medida ainda tem por escopo conferir tratamento isonômico entre os policiais civis e os militares do DF, tendo em vista





que os últimos, por força de lei, gozam de licença especial de seis meses a cada decênio de exercício.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00166**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

Art. 215 O artigo 5º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.5º.....

.....

§ 2º Será exigido para o ingresso no Cargo de Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal o diploma de Análise de Sistemas, Biomedicina, Bioquímica, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Engenharia Agrônoma, Engenharia Cartográfica, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Minas, Engenharia de Redes de Comunicação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Química, Farmácia, Farmácia-Bioquímica, Física, Fonoaudiologia, Geologia, Informática, Medicina Veterinária, Odontologia, Química ou Química Industrial” (NR)

§ 3º Será exigido para o ingresso na Carreira de Perito Médico-Legista da Polícia Civil do Distrito Federal o diploma de Medicina, facultada a seleção por especialidades médicas, mediante previsão no edital do concurso público. (NR)

.....”



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva conferir maior eficiência ao desempenho das atividades à cargo da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, mormente no que tange à atividade pericial.

Nesse sentido, propomos a modificação de dispositivos da Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1.996, para a inclusão de novas formações acadêmicas para o cargo de perito criminal, visando atender à crescente demanda por uma carta diversificada de exames periciais realizados, assim como a possibilidade de seleção por especialidade médica para o cargo de perito médico-legista.

Portanto, tem-se que a presente medida se assenta no princípio da eficiência, maximizando recursos e assegurando resultados que melhor atendam ao interesse público.

No contexto da Polícia Civil do Distrito Federal, a perícia criminal é uma área sensível e determinante para a elucidação de crimes, sendo necessário garantir que seus quadros sejam compostos por profissionais altamente capacitados e especializados.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00167**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, onde couber, a seguinte emenda:

Alteram-se os artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 28. A partir da data de entrada em vigor desta Lei os cargos de **Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação**, no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)*

*“§ 1º Os cargos a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no **Anexo X** desta Lei.” (NR)*

*“§ 2º Os atuais ocupantes **dos cargos a que se refere o caput** serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no **Anexo XI** desta Lei.” (NR)*



**“§ 3º O cargo de Analista Técnico Administrativo da área de TI, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.” (NR)**

.....

**“Art. 30. São atribuições dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação, além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.” (NR)**

**“ Art. 31. A investidura nos cargos de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)**

**“§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30 desta Lei.” (NR)**

**“Art. 32. Os ocupantes dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XII desta Lei.” (NR)**

**“ Art. 33. Não serão devidas aos titulares dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)**

.....

**“Parágrafo único. Ficam os cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)**

.....



**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40 desta LEI, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei. (NR)**

.....

ANEXO X

ESTRUTURA **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I



.....

ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO **DOS CARGOS** DA  
CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		



11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata do art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970						

.....

ANEXO XII





*SUBSÍDIO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO*

.....

**JUSTIFICAÇÃO**

No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

Frisa-se que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais



citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema;*



programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento** ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”

Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

" **atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação** relativos ao funcionamento da administração pública federal, **bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas**; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar** , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”

Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de



11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras,



respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas. Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00168**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Altera-se o art. 50 da Medida Provisória, conforme se segue.

Art. 50. A Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 55. A Gecen e a Gacen serão devidas aos titulares dos empregos e cargos públicos de que tratam os arts. 53 e 54 desta Lei, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas, aos titulares de cargos extintos, e a quaisquer outros empregos ou cargos públicos que realizem atividades de combate e controle de endemias em caráter permanente.

§ 6º A Gecen e a Gacen serão devidas aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, que, em caráter permanente, realizarem atividades descritas no caput deste artigo.

§ 9º A Gecen e a Gacen serão reajustadas no mesmo percentual de revisão dos valores das diárias, de modo que corresponda sempre ao percentual de 46,87% das diárias de nível D.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente Emenda altera o art. 50 da Medida Provisória, com a inserção de mudanças nos artigos 55 caput e § 6º, 56 e 57 da Lei n. 11.784, de 22 de setembro de 2008, que institui a Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GECEN).



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255583361000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



O objetivo é estender aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança a percepção da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias – GACEN e Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias – GECEN, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas.

Pretende-se corrigir distorções na renumeração para trabalhos de igual valor, em atenção ao comando constitucional de igualdade (Constituição Federal de 1988, caput e inciso I do art. 5º, bem como nos incisos XXX, XXXI e XXXII do art. 7º), pela retirada da vedação atual do art. 55, § 6º, da Lei que, em desrespeito à isonomia, exclui os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança da percepção dessas gratificações.

Em homenagem ao princípio da igualdade, altera-se ainda o art. 55º da Lei, para acrescentar que, GACEN e GECEN serão pagas aos ocupantes de cargos extintos, cargos em comissão e aos outros cargos não constantes no §1º do artigo 5º da Portaria 484, de 1º de abril de 2014, do Ministério da Saúde (qualquer cargo que realize atividades de combate e controle de endemias).

Em breve histórico, de 1970 a 1991, os Guardas de endemias e os Agentes de Saúde Pública, época da extinta Sucam recebiam diárias no percentual correspondente a 50% do valor da chamada diária de concessão. De 1991 a 2008, esses profissionais passaram a receber a indenização de campo, criada pela Lei 8.216/1991, que substituiu as diárias, outrora pagas no percentual correspondente a 46,87% do valor das diárias de nível D. Em 2008, foram criadas as gratificações de campo Gacen e Gecen, que diferente das indenizações de campo, têm caráter remuneratório.

O artigo 55 da Lei 11.748/08 prevê que a gratificação será reajustada na mesma época e proporção da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. Contudo, após o reajuste de 9% concedido pelo Governo Federal, GACEN e GECEN são pagas apenas no valor de R\$ 1.015,88 reais, o que corresponde ao percentual de apenas 15,34% do valor atual de uma das diárias de nível D.

Diante dessa situação, a proposição altera o Art. 55, § 7º, da Lei 11.748, de 22 de setembro de 2008, para previsão expressa que as referidas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255583361000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



gratificações serão reajustadas no percentual correspondente a 46,87% do valor das diárias de nível D. Trata-se de um incentivo financeiro relevante aos servidores que laboram em áreas de trabalho, urbanas ou rurais, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas ribeirinhas, que envolvem alto desgaste físico e riscos.

Trata-se de medida de justiça, como forma de incentivo ao trabalho que tem sido desenvolvido por esses profissionais em prol da população, muitas vezes com risco à vida e à saúde.

São essas, portanto, as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255583361000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD255583361000\*  
ExEdit





**MPV 1286  
00169**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação aos §§ 7º e 9º do artigo 143 da Medida Provisória, alterando-os conforme a seguir:

Art. 143. A Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

**§ 7º Regulamento disporá sobre a concessão do RRA, o qual deverá conter critérios objetivos e mensuráveis, baseados em informações e dados de acesso público.**

(...)

**§ 9º Os efeitos financeiros do RRA ocorrerão a partir da data do requerimento instruído sem pendências de documentação.**

Suprima-se os §§ 2º, 4º e 8º e o inciso II do § 7º do artigo 143 da Medida Provisória:

**§ 2º O RRA será concedido ao servidor que esteja em efetivo exercício nas unidades da Fiocruz em atividades inerentes às atribuições dos cargos de que trata o *caput*.**

**§ 4º A concessão do RRA 3 fica condicionada, além de outros requisitos estabelecidos em regulamento, a, no mínimo, titulação de mestrado ou entrega**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255702398200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

\*C0255702398200\*  
ExEdit

excepcional que traga contribuição relevante para a saúde pública no País, atestada pela autoridade máxima da Fiocruz.

(§ 7º) I - critérios objetivos e mensuráveis, baseados em informações e dados de acesso público; e

(§ 7º) II - definição de recorte temporal para as aquisições de aprendizagem e resultados alcançados pelo servidor que não ultrapasse os últimos cinco anos anteriores à data de requerimento do RRA.

§ 8º O disposto no inciso II do § 7º não se aplica à titulação de mestrado ou à entrega excepcional que traga contribuição relevante para a saúde pública no País.

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória n. 1286/2024 logrou a viabilização dos acordos firmados nas mesas de negociação específicas e temporárias realizadas entre o governo e as entidades sindicais em 2024, honrando o compromisso do atual governo com a valorização dos servidores e a melhoria do serviço público.

Para a Fiocruz, além dos aspectos relacionados à reposição das perdas remuneratórias dos servidores, o Termo de Acordo no 33/2024 trouxe, após quase 15 anos desde a sua primeira formulação e apresentação ao governo, o Reconhecimento de Resultado de Aprendizagem (RRA) como inovação importante para o desenvolvimento da instituição e suas políticas de incentivo à qualificação e ao desempenho.

O objetivo da presente emenda é a retirada de travas” ao exercício do direito ao Reconhecimento de Resultados e Aprendizagem – RRA, resumidas a seguir:

a) o condicionamento da concessão do RRA, além de outros requisitos estabelecidos em regulamento, a, no mínimo, titulação de mestrado ou entrega excepcional que traga contribuição relevante para a saúde pública no País,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255702398200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



atestada pela autoridade máxima da Fiocruz. A referida exigência de mestrado é contrária ao propósito da instituição do RRA;

b) o risco de discricionariedade quanto ao que se entende por “entrega excepcional que traga contribuição relevante para a saúde pública no País”, a ser atestada pela autoridade máxima da Fiocruz;

c) o recorte temporal para as aquisições de aprendizagem e resultados alcançados pelo servidor que não ultrapasse os últimos cinco anos anteriores à data do requerimento da RRA;

d) a impossibilidade de os efeitos financeiros que não retroagirem desde a data do requerimento, mas da data da concessão, o que incentiva a mora administrativa e o prejuízo ao servidor solicitante.

Tais condicionalidades não são coerentes com os princípios e premissas que fundamentam a proposta da RRA.

O RRA responde à necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de desenvolvimento e reconhecimento das diferentes trajetórias profissionais das carreiras da Fiocruz. A valorização das entregas diferenciadas apresentadas pelos servidores ao longo de sua trajetória profissional, como amplamente discutido com o Governo Federal, constitui-se em elemento fulcral da proposta.

O RRA possui perfeita aderência com as diretrizes constantes na Portaria MGI nº 5.127/2024, pois estabelece critérios que valorizam tanto perfis técnicos quanto gerenciais, reconhece e valoriza desempenhos superiores aos parâmetros estabelecidos e contempla o desenvolvimento profissional do servidor na carreira como um processo contínuo ao longo de sua permanência no cargo.

A MP institui o Reconhecimento de Resultados e Aprendizagem - RRA como equivalência da titulação exigida para os cargos de nível superior das Carreiras de Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e de Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, para fins de percepção da RT, contudo, a Medida

ExEdit  
\*CD255702398200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255702398200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Provisória insere diversos critérios, que representam obstáculos ao exercício desse direito, os quais a presente emenda pretende suprimir.

No acordo com as trabalhadoras e os trabalhadores, foi pactuado que a implementação ocorrerá por regulamentação dos critérios em Portaria Conjunta da Fiocruz, Ministério da Saúde e MGI, critérios esses que deverão ser objetivos e aferíveis, contudo, a referida regulamentação avançou na competência dos órgãos, que estabeleceriam parâmetros e critérios por Portaria, após o devido diálogo com as trabalhadoras e os trabalhadores.

Ante o exposto, a supressão das referidas “travas”, com alterações de redação, é medida essencial para evitar a restrição dos direitos, bem como para garantir o adequado cumprimento do acordo.

São essas, portanto, as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255702398200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD255702398200\*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00170**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se os seguintes dispositivos ao art. 2º da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024:

Art.

2º .....

.....

“Art. 1º O quadro de pessoal do Banco Central do Brasil é formado pela Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, composta por cargos de Auditor do Banco Central do Brasil e de Técnico do Banco Central do Brasil, ambos de nível superior, e pela Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, composta por cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, de nível superior.” (NR)

“Art. 2º A As atividades desenvolvidas pelos titulares dos cargos que compõem as Carreiras de Especialista e de Procurador do Banco Central são exclusivas de Estado.” (NR)

“Art. 3º São atribuições privativas dos titulares do cargo de Auditor do Banco Central do Brasil:

I - formulação, planejamento, execução, fiscalização, avaliação e controle, no que couber, de planos, programas, projetos e ações relativos às atividades vinculadas aos objetivos do Banco Central do Brasil, especialmente aquelas relacionadas a:

.....

IV - supervisão do sistema financeiro e do sistema de pagamentos, bem como das instituições que os integram, compreendendo:” (NR)

\*CD257109568400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257109568400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



.....

“Art. 10-B. Ressalvadas as hipóteses de dolo ou de fraude, o Presidente, os Diretores e os titulares dos cargos de Auditor e de Procurador do Banco Central do Brasil não são passíveis de responsabilização por atos praticados no exercício de suas atribuições funcionais, exceto pelos correspondentes órgãos correccionais ou disciplinares.” (NR)

“Art. 16-A. O Banco Central do Brasil fixará, em ato próprio, a jornada normal de trabalho dos cargos efetivos de que trata esta Lei, respeitada a duração máxima do trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e mínima de 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º O Banco Central do Brasil estabelecerá as hipóteses e os parâmetros necessários à execução do regime de sobreaviso, de trabalho por plantões, escala ou de turnos alternados por revezamento, fixados em razão das atribuições pertinentes aos correspondentes cargos ou à execução de atividades específicas.

§ 2º A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil definirá as normas relativas à jornada de trabalho de que trata este artigo.” (NR)

Art. 4º-A. Fica revogado o inciso III do art. 154 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

## JUSTIFICAÇÃO

O Banco Central desempenha funções cruciais para a estabilidade econômica e financeira do país, incluindo a formulação e execução da política monetária, regulação e supervisão do sistema financeiro, administração das reservas internacionais e emissão de moeda. Esses atributos tornam imprescindível que a instituição conte com um quadro funcional altamente qualificado, estável e motivado, apto a atuar de forma independente e responsável frente aos desafios que lhe são impostos.

A legislação atual que rege a carreira dos servidores do Bacen apresenta lacunas e limitações frente à evolução das dinâmicas econômicas e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257109568400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



às práticas modernas de gestão de pessoas que a Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024 não foi capaz de superar. Ressalte-se que o Termo de Acordo nº 04 de 2024 firmado entre MGI, Banco Central do Brasil e entidade representativas dos servidores do Banco Central consigna em sua Cláusula quinta que o “Acordo não compromete o direito das entidades sindicais em apresentar outras pautas não remuneratórias nos foros adequados”. Assim, as propostas constantes desta emenda não ferem nem afrontam acordos pré-estabelecidos entre as partes.

Dito isto, a presente proposta visa corrigir as atuais deficiências e lacunas, considerando os seguintes pontos principais:

### **1. Complexidade e Especificidades das Atividades dos Auditores**

As atividades desempenhadas pelos auditores do Banco Central são marcadas por elevada complexidade e especificidades que exigem conhecimentos técnicos especializados e constante atualização profissional. Essas funções requerem maior robustez na proteção legal e ajustes nas atribuições previstas na Lei nº 9.650, de 1998, a fim de assegurar que os auditores possam desempenhar suas responsabilidades com a autonomia e a segurança necessárias.

### **2. Flexibilidade Administrativa e Demandas Excepcionais**

O Banco Central exerce atividades que frequentemente extrapolam a jornada normal de trabalho do serviço público, tais como o monitoramento do sistema de pagamentos, a gestão de crises financeiras e o acompanhamento de mercados internacionais. Essas atividades demandam flexibilidade e agilidade incompatíveis com a regra geral aplicável ao serviço público. Nesse contexto, é essencial facultar ao Banco Central maior autonomia na administração de sua força de trabalho, observados os parâmetros estabelecidos para os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

### **3. Fortalecimento da Eficiência e da Independência Institucional**

Um quadro funcional fortalecido e devidamente valorizado é imprescindível para que o Banco Central desempenhe suas atribuições de maneira independente, eficaz e responsável. Para tanto, é mister que as carreiras que compõe o quadro de servidores sejam compostas por pessoas com a qualificação



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257109568400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



adequada à complexidade das tarefas que executam. Assim, se propõe que todos os cargos exijam como pré-requisito de ingresso o nível superior.

Todas as propostas consolidadas acima contribuem indiretamente para a estabilidade econômica do país, por meio do fortalecimento institucional do Banco Central do Brasil.

Ante todo o exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257109568400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





**MPV 1286  
00171**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação aos arts. 173 e 174, ao *caput* do art. 175, aos incisos V e VI do *caput* do art. 175, ao art. 176, ao *caput* do art. 177, aos §§ 1º e 3º do art. 177, aos arts. 178 a 180, ao art. 181 e ao *caput* do art. 182; e acrescentem-se incisos VII a XIII ao *caput* do art. 175 e § 4º ao art. 177 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 173.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Os ocupantes do cargo de ATIDS terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

§ 2º O cargo efetivo de ATIDS é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo CCCVI.

§ 3º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, ficam reorganizados no cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.

§ 4º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo de ATIDS.



**§ 5º** O exercício descentralizado dos servidores do § 3º do artigo 173º será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.

**§ 6º** No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes do cargo de ATIDS em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 175.”

“**Art. 174.** Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de ATIDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por transformação de cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193 caput, inciso I.”

“**Art. 175.** São atribuições do cargo de ATIDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

.....

**V** – subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais;

**VI** – subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico;

**VII** – realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar, coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, desenvolver e realizar projetos de infraestrutura de transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de infraestrutura sustentável;

**VIII** – desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

**IX** – avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas



patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;

**X** – executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção de qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

**XI** – desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;

**XII** – difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e

**XIII** – promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.”

“**Art. 176.** A jornada de trabalho do cargo de ATIDS da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais.”

“**Art. 177.** O ingresso nos cargos de ATIDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

.....  
**§ 1º** O ingresso nos cargos de ATIDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.  
.....



§ 3º O concurso público a que se refere o *caput* será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico.

§ 4º Os concursos públicos para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, com autorizações vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão válidos para ingresso no cargo de Analista em Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de que trata o art. 173º.”

“Art. 178. Os ocupantes do cargo de ATIDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

.....”

“Art. 179. Os ocupantes do cargo de ATIDS não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

.....”

“Art. 180. O subsídio dos ocupantes do cargo de ATIDS não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:

.....”

“Art. 181. O desenvolvimento do servidor na Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.”

“Art. 182. Os ocupantes do cargo de ATIDS somente poderão:

.....”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



## JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024[1] estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)[2], tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010[3] que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.



Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias[4], com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[5], com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[6], com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, da forma proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação (...)



Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;

II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;

III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;

IV - gestão dinâmica da força de trabalho;

V - priorização das atividades estratégicas e complexas;

VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo; e

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

### **Requisitos para estruturação de cargos**

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e





III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024[7] (atual Lei nº 14.875/2024[8]) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;





6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;
8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;
9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Por esses motivos, submete-se à apreciação dos Nobres Pares a presente Emenda consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, como estão sendo propostas, razão pela qual devem ser substituídos.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Eduardo Gomes**  
(PL - TO)



**MPV 1286  
00172**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação aos artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 28. O cargo de Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior, de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005,, os cargos de ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005 e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação,*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD255277992400\*  
Edit

*pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#) , os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação , no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)*

*“§ 1º Os cargos a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no **Anexo X** .” (NR)*

*“§ 2º Os atuais ocupantes **dos cargos a que se refere o caput** serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo **XI** ” (NR)*

*“§ 3º O cargo de Analista Técnico Administrativo da área de TI, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.” (NR)*

.....

*“Art. 30. São atribuições dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** , além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.” (NR)*

*“ Art. 31. A investidura **nos cargos** de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*  
Edit



do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)

**“§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30º.” (NR)**

**“Art. 32. Os ocupantes dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XII.” (NR)**

**“ Art. 33. Não serão devidas aos titulares dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)**

.....

**“Parágrafo único. Ficam os cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)**

.....

**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei (NR)**

.....

ANEXO X



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
Edit



ESTRUTURA **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

.....

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



11.357,  
de 19 de  
outubro  
de 2006,  
atualizada  
pelo art. 81  
da Lei nº  
11.907, de  
fevereiro  
de 2009, os  
cargos de  
Analista de  
Sistemas,  
Analista  
de Sistema  
B, Analista  
de Sistema  
C e  
Analista  
de Sistema  
D de que  
trata o art.  
1º da Lei  
nº 11.355,  
de 19 de  
outubro  
de 2006,  
cargos de  
ANALISTA  
I - Área de  
Formação  
em  
Análise de  
Sistemas,  
Analista de  
Sistemas,  
Analista de  
Sistemas  
III e

exEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Analista de Sistemas IV, de que trata do art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970						

.....

ANEXO XII

SUBSÍDIO    **DOS CARGOS**    DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

.....

Dê-se nova redação aos artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. O cargo de Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior, de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, **os cargos de    Analista em Tecnologia da Informação**

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





*e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005,, os cargos de ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005 e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#) , os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação , no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)*

*“§ 1º Os cargos a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no **Anexo X** .” (NR)*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



“§ 2º Os atuais ocupantes **dos cargos a que se refere o caput** serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo **XI** ” (NR)

“§ 3º O cargo de Analista Técnico Administrativo da área de TI, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.” (NR)

.....

“Art. 30. São atribuições dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** , além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.” (NR)

“ Art. 31. A investidura **nos cargos** de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)

“§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30º.” (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



“Art. 32. Os ocupantes dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no **Anexo XII**.” (NR)

“ Art. 33. Não serão devidas aos titulares **dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)

.....

“Parágrafo único. Ficam o **s cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação** automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)

.....

**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei (NR)**

.....

ANEXO X

**ESTRUTURA DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

.....

ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista
		II	II		
		I	I		

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de	C	VI	VI	C	de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Sistemas,  
Analista  
de Sistema  
B, Analista  
de Sistema  
C e  
Analista  
de Sistema  
D de que  
trata o art.  
1º da Lei  
nº 11.355,  
de 19 de  
outubro  
de 2006,  
cargos de  
ANALISTA  
I - Área de  
Formação  
em  
Análise de  
Sistemas,  
Analista de  
Sistemas,  
Analista de  
Sistemas  
III e  
Analista de  
Sistemas  
IV, de que  
trata do  
art. 1º  
da Lei n  
º 11.233,  
de 22 de  
dezembro  
de 2005, e  
o cargo de  
Analista de

exEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970						

.....

ANEXO XII

SUBSÍDIO    **DOS CARGOS**    DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

.....

		DE 2024				
	III	18.118,13			19.865,61	21.613,10
ESPECIAL	II	17.797,51			19.491,39	21.185,27
	I	17.483,74			19.124,82	20.765,90
	VI	17.060,93			18.647,02	20.233,12
	V	16.763,43			18.298,02	19.832,60
C	IV	16.471,83			17.955,92	19.440,01
	III	16.187,13			17.621,16	19.055,20
	II	15.723,78			17.016,02	18.308,27
	I	15.276,91			16.433,76	17.590,61
	VI	14.731,88			15.749,17	16.766,46

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	V	14.321,05			15.215,15	16.109,25
B	IV	13.924,84			14.701,32	15.477,79
	III	13.543,24			14.207,17	14.871,09
	II	13.175,20			13.731,69	14.288,17
	I	12.820,77			13.274,44	13.728,10
	V	12.387,25			12.736,08	13.084,91
	IV	12.061,29			12.316,65	12.572,01
A	III	11.746,93			11.913,07	12.079,21
	II	11.443,21			11.524,47	11.605,72
	I	11.150,80			11.150,80	11.150,80

		DE 2024				
	III	18.118,13			19.865,61	21.613,10
ESPECIAL	II	17.797,51			19.491,39	21.185,27
	I	17.483,74			19.124,82	20.765,90
	VI	17.060,93			18.647,02	20.233,12
	V	16.763,43			18.298,02	19.832,60
C	IV	16.471,83			17.955,92	19.440,01
	III	16.187,13			17.621,16	19.055,20
	II	15.723,78			17.016,02	18.308,27
	I	15.276,91			16.433,76	17.590,61
	VI	14.731,88			15.749,17	16.766,46
	V	14.321,05			15.215,15	16.109,25
B	IV	13.924,84			14.701,32	15.477,79
	III	13.543,24			14.207,17	14.871,09
	II	13.175,20			13.731,69	14.288,17

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





	I	12.820,77			13.274,44	13.728,10
	V	12.387,25			12.736,08	13.084,91
	IV	12.061,29			12.316,65	12.572,01
A	III	11.746,93			11.913,07	12.079,21
	II	11.443,21			11.524,47	11.605,72
	I	11.150,80			11.150,80	11.150,80

## JUSTIFICAÇÃO

1.

No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

\*CD255277992400\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4.

Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo

\* CD 255277992400 \*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



(ii) *identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

## 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

## 9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

1. *No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – inclusive a mesma que criou o cargo de ATI -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.*

2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit





*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e*

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987, passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. (Regulamento)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#)

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.** A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

**15.** Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



Art. 1ª Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...

**III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO						
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSOR ONISTAS					
ANALISTA 73 DE SISTEMA - PGPE	151	26						
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE	1	2						
ANALISTA 6 DE SISTEMAS - PCC	16	1						
ANALISTA 32 DE SISTEMAS - PST	130	38						
ANALISTA 1 DE SISTEMA B - PST	2							
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1	1						
ANALISTA DE SISTEMA D - PST		1						
ANALISTA 40 DE SUPORTE - PGPE	0	2						

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA 429 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA 2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA 7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA 2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA 3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA 2 I - Área de Formação em Análise de	0	0					

exEdit

\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0	[MB1]					
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

## 2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*

uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9. Entende-se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”*

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#), far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



13. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

14. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



peçoal de análise; rever a documentação preparada pelo peçoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento** ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e peçoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

" **atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação** relativos ao funcionamento da administração pública federal, **bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação** e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar** , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver,

\* CD 255277992400 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

**16.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

*...*

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit





I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Fonte:<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –  
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE	1	1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE	132	130	38					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMAS - PST							
ANALISTA1 DE SISTEMA B – PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C – PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D – PST		1					
ANALISTA0 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA29 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em	0	0[MB1]					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Análise de Sistemas B- V PECC 2								
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]? 1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na

\*CD255277992400\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



(ii) *identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

## 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

## 9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit





“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que

\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD255277992400\*  
ExEdit





Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM				
--	--	--	--	--

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	RECONVENCIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST		1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					

\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA 40 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA 429 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA 42 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA 7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA 42 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA 43 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA 42 I - Área	0	0					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
<b>TOTAL</b>	<b>559</b>	<b>309</b>	<b>79</b>					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

1. *No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – inclusive a mesma que criou o cargo de ATI –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.*

2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte,*

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao*

\*CD255277992400\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



## 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

## 9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da*

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





*exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos* . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**Decreto n.º 491, de 9 de abril de 1992**

Art. 1.º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2.º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975 ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



**12.**

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

**13.**

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**14.** A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

**15.** Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

*...*

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

*17.*

*Fica*

*claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte:<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO							
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS						
	ATIVOS	APOSENTADOS	PREVIDENTES				
ANALISTA DE	73	151	26				

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





SISTEMA - PGPE							
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE	1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST		1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA	2	4					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



INFORMACAO - PGPE							
ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC	2	0	0					
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC	2	0	0	[MB1]				
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

## 2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

## 3.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições,

\*CD255277992400\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”*

10.

Ademais, complementa-

se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto [nº 491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#), far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

ExEdit  
\* 0 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



13. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

14. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



peçoal de análise; rever a documentação preparada pelo peçoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento** ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e peçoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

" **atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação** relativos ao funcionamento da administração pública federal, **bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação** e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar** , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver,

\* CD 255277992400 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

**16.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

*...*

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –  
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE	132	130	38					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





SISTEMAS - PST							
ANALISTA1 DE SISTEMA B – PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C – PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D – PST		1					
ANALISTA0 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA29 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em	0	0[MB1]					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Análise de Sistemas B-V PECC 2								
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http://painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								
-								

[MB1]? 1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na

\*CD255277992400\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



(ii) *identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

## 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

## 9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*

as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM				
--	--	--	--	--

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSOR					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST		1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					

\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





ANALISTA 10 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA 1429 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA 12 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA 7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA 12 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA 13 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA 12 I - Área	0	0					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0						
<b>TOTAL</b>	<b>559</b>	<b>309</b>	<b>79</b>					
<b>Fonte:</b> <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

1. *No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – inclusive a mesma que criou o cargo de ATI -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.*

2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
Edit



*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

exEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



recém-criados. 4. *Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos*. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. *Ação julgada improcedente*”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987, passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. (Regulamento)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da Lei nº 5.645, de 1970;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
eEdit





...

**Decreto n.º 491, de 9 de abril de 1992**

Art. 1.º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2.º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975 ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



14. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



" *atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação* relativos ao funcionamento da administração pública federal, *bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação* e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de *planejamento* relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e *acompanhar* as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; *organizar* , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, *o planejamento, a coordenação, a organização, a*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*  
ExEdit



*operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

*...*

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

*17.*

*Fica*

*claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
xEdit



Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO							
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS						
	ATIVOS	APOSENTADOS	PREVIDENCIARISTAS				
ANALISTA DE	73	151	26				

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMA - PGPE							
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE	1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST		1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA	2	4					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





INFORMACAO - PGPE							
ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC	2	0	0					
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC	2	0	0	[MB1]				
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

## 2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

## 3.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

\* CD 255277992400 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições,

\*CD255277992400\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”*

10.

Ademais, complementa-

se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto n o 491, de 9 de abril de 1992 , que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#), far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit





I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



13. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

14. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



peçoal de análise; rever a documentação preparada pelo peçoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento** ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e peçoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

" **atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação** relativos ao funcionamento da administração pública federal, **bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação** e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar** , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver,

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

**16.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

*...*

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Fonte:<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE	132	130	38					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMAS - PST							
ANALISTA1 DE SISTEMA B – PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C – PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D – PST		1					
ANALISTA0 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA29 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em	0	0[MB1]					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Análise de Sistemas B-V PECC 2								
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http://painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								
-								

[MB1]? 1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na

\*CD255277992400\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



(ii) *identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

**8.**

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

**9.**

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit





na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0\*  
Edit



as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Art. 1ª Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2ª O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4ª Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM				
--	--	--	--	--

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSOR					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST		1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					

\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA 40 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA 429 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA 42 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA 47 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA 42 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA 43 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA 42 I - Área	0	0					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
<b>TOTAL</b>	<b>559</b>	<b>309</b>	<b>79</b>					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSOR					
ANALISTA DE DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE DE SISTEMAS - PST	132	130	38					
ANALISTA DE	1	2						

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMA B – PST							
ANALISTA DE SISTEMA C – PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D – PST		1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					
ANALISTA DE SISTEMAS III PECC	2						

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA <sup>3</sup> DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA <sup>2</sup> I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0					
ANALISTA <sup>1</sup> I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0					
ANALISTA <sup>1</sup> I - Área de Formação em Análise de Sistemas	0	0 <sup>[MB1]</sup>					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



B- V PECC 2								
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								
-								

[MB1]?

1. No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4.

Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
eXEdit





(ii) *identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

## 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

## 9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*

as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit





*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD255277992400\*  
ExEdit





Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

1.

No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4.

Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
eXEdit



(ii) *identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

**8.**

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

**9.**

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
Edit



15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM				
--	--	--	--	--

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSOR					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST		1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					

\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA 40 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA 429 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA 42 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA 7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA 42 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA 43 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA 42 I - Área	0	0					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





1.

No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2.

De igual forma,

os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*

configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI*

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

**10.** Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto n o 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987, passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. (Regulamento)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da Lei nº 5.645, de 1970;

...

**Decreto n o 491, de 9 de abril de 1992**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

**13.** A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.** A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar**, manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”

**16.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal**

\* CD 255277992400 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***

***VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;***

***VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)***

***VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)***

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

***III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)***

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*  
ExEdit



diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

\* CD 255277992400 \*  
eEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte:<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO							
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS						
	ATIVOS	APOSENTADOS	PREVIDENCIARISTAS				
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26				

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16		1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	130		38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	2							
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1		1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0		2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2		4					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA 2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA 7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA 2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA 3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA 2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA 1 I - Área 'e	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Formação em Análise de Sistemas B-V PECC 2								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B-V PECC 2	0	0	[MB1]					
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http://painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								

[MB1]? 1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

## 2.

De igual forma,

os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

## 3.

Essa sistemática de descaso

e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

#### 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o

\* CD 255277992400 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9. Entende-se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”*

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#)

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#), far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*



b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

\* CD 255277992400 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





13.

A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

14.

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise;*

\*CD25277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





*dirigir o projeto de novos sistemas* ou de melhorias dos sistemas atuais; *avaliar o progresso dos projetos em andamento* ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

" **atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação** relativos ao funcionamento da administração pública federal, **bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação** e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar** , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de

\*CD25277992400\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

**16.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1ª Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2ª O SISP tem por finalidade:*

*...*

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Fonte:<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE	1	1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE	132	130	38					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMAS - PST							
ANALISTA1 DE SISTEMA B – PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C – PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D – PST		1					
ANALISTA0 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA29 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em	0	0[MB1]					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Análise de Sistemas B- V PECC 2								
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -,

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

\* CD 255277992400 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados

\*CD255277992400\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

### 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”*

10.

Ademais, complementa-

se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto n o 491, de 9 de abril de 1992 , que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987 , passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. (Regulamento)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#)

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



...

11. Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12. Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

14.

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para*

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





*apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

***III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)***

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

### III. ANEXO II - [QUANTITATIVO DE CARGOS](#) –



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	REINTEGRACIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B – PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C – PST		1	1					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA DE SISTEMA D – PST		1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					
ANALISTA DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA DE	4	1					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMAS PECC							
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0[MB1]					
TOTAL	559	309	79				
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a>							

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



--	--	--	--	--	--	--	--	--

[MB1]?

1.

No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2.

De igual forma,

os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte,*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao*

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da*

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos* . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**Decreto n.º 491, de 9 de abril de 1992**

Art. 1.º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2.º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975 ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



**12.**

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

**13.**

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





14. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit





*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

*...*

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

*17.*

*Fica*

*claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFISIONISTAS					
ANALISTA DE	73	151	26					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMA - PGPE							
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE	1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST		1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA	2	4					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



INFORMACAO - PGPE							
ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC	2	0	0					
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC	2	0	0	[MB1]				
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]? 1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irreduzível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

\*CD25277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”*

10.

Ademais, complementa-

se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto n o 491, de 9 de abril de 1992 , que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#)

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#), far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
eXEdit



b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



13. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

14. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise;*

\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





*dirigir o projeto de novos sistemas* ou de melhorias dos sistemas atuais; *avaliar o progresso dos projetos em andamento* ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

" **atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação** relativos ao funcionamento da administração pública federal, **bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação** e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar** , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





*configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

**16.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

*...*

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Fonte:<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE	132	130	38					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMAS - PST							
ANALISTA1 DE SISTEMA B – PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C – PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D – PST		1					
ANALISTA0 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA29 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em	0	0[MB1]					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Análise de Sistemas B-V PECC 2								
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http://painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								

[MB1]?

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder

\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

## 2.

De igual forma,

os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

## 3.

Essa sistemática de descaso

e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

#### 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



9. Entende-se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”*

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#) , que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#) , passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#)

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

**13.** A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e*

\*CD25277992400\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





*atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

\* CD 255277992400 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





**16.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSOR					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	132	130	38					
ANALISTA DE	1	2						

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMA B – PST							
ANALISTA DE SISTEMA C – PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D – PST		1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					
ANALISTA DE SISTEMAS III PECC	2						

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA <sup>3</sup> DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA <sup>2</sup> I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0					
ANALISTA <sup>1</sup> I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0					
ANALISTA <sup>1</sup> I - Área de Formação em Análise de Sistemas	0	0 <sup>[MB1]</sup>					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



B- V PECC 2								
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								
-								

[MB1]?

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4.

Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*

ExEdit





*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



(ii) *identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

**8.**

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

**9.**

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0\*  
ExEdit

as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM				
--	--	--	--	--

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	RECONVENCIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	132	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					

\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA 40 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA 429 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA 42 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA 7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA 42 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA 43 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA 42 I - Área	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0	<a href="#">[MB1]</a>					
<b>TOTAL</b>	<b>559</b>	<b>309</b>	<b>79</b>					
<b>Fonte:</b> <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



[MB1]? 1.

No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2.

De igual forma,

os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*

configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI*

\*CD255277992400\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

**13.** A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.** A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar**, manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”

**16.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal**

\* CD 255277992400 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***

***VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;***

***VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)***

***VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)***

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

***III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)***

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*  
ExEdit



diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte:<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO							
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS						
	ATIVOS	APOSENTADOS	PREVIDENTES				
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26				

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	130	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	2	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	2	4					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área 'e	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0	[MB1]					
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http://painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								

[MB1]?

Fonte:<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM				
---	--	--	--	--

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSOR					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST		1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					

\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA 40 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA 429 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA 42 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA 7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA 42 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA 43 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA 42 I - Área	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0	<a href="#">[MB1]</a>					
<b>TOTAL</b>	<b>559</b>	<b>309</b>	<b>79</b>					
<b>Fonte:</b> <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



[MB1]? 1.

No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2.

De igual forma,

os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

ExEdit  
\* C D 2 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*

configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI*

\* CD 255277992400 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

ExEdit  
\*CD255277992400\*





que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

**13.** A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.** A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar**, manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal**

\* CD 255277992400 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***

***VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;***

***VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)***

***VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)***

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

***III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)***

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*  
ExEdit



diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

## 2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia

\*CD255277992400\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”*

\* CD 255277992400 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. (Regulamento)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#), far-se-á nos termos deste Decreto.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit

que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

**13.** A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.** A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar*

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar**, manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

**III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)**

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* 0 2 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	REINTEGRACIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST		1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					
ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em Análise de Sistemas	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



B- V PECC 2								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	1	0	0[MB1]					
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI -**, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos

\* CD 255277992400 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 975B1F280068EFAB.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

#### 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



9. Entende-se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”*

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#)

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
Edit



c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

**13.** A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e*

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

\* CD 255277992400 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**16.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit





*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

\* CD 25277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSORISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	132	130	38					
ANALISTA DE	1	2						

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMA B – PST							
ANALISTA DE SISTEMA C – PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D – PST		1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					
ANALISTA DE SISTEMAS III PECC	2						

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA <sup>3</sup> DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA <sup>2</sup> I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0					
ANALISTA <sup>1</sup> I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0					
ANALISTA <sup>1</sup> I - Área de Formação em Análise de Sistemas	0	0 <sup>[MB1]</sup>					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



B- V PECC 2								
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								
-								

[MB1]? 1.

No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

\* CD 255277992400 \*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4.

Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





(ii) *identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

## 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

## 9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*

as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

\* CD 255277992400 \*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
eXEdit





*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD255277992400\*  
eXEdit





Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM				
--	--	--	--	--

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSORAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	132	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					

\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA 40 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA 429 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA 42 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA 7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA 42 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA 43 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA 42 I - Área	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
<b>TOTAL</b>	<b>559</b>	<b>309</b>	<b>79</b>					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

1.

No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2.

De igual forma,

os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte,*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao*

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos* . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



**Decreto n.º 491, de 9 de abril de 1992**

Art. 1.º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2.º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975 ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

\* CD 255277992400 \*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



14. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
Edit



" *atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação* relativos ao funcionamento da administração pública federal, *bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação* e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de *planejamento* relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e *acompanhar* as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; *organizar* , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, *o planejamento, a coordenação, a organização, a*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

*...*

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

*17.*

*Fica*

*claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO							
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS						
	ATIVOS	APOSENTADOS	PREVIDENCIARISTAS				
ANALISTA DE	73	151	26				

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMA - PGPE							
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE	1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST		1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA	2	4					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



INFORMACAO - PGPE							
ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC	2	0	0					
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC	2	0	0	[MB1]				
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

1.

No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

## 2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

## 3.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

\* CD 255277992400 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições,

\* CD 255277992400 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”*

10.

Ademais, complementa-

se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto n o 491, de 9 de abril de 1992 , que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#), far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



13. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

14. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



peçoal de análise; rever a documentação preparada pelo peçoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento** ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e peçoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

" **atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação** relativos ao funcionamento da administração pública federal, **bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação** e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar** , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver,

\*CD25277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

**16.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

*...*

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit





I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Fonte:<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE	1	1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE	132	130	38					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMAS - PST							
ANALISTA1 DE SISTEMA B – PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C – PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D – PST		1					
ANALISTA0 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA29 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em	0	0[MB1]					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Análise de Sistemas B- V PECC 2								
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]? 1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na

\*CD255277992400\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



(ii) *identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

**8.**

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

**9.**

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit





“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987, passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. (Regulamento)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\* 0 2 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*

ExEdit

as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
eXEdit



*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD255277992400\*  
ExEdit





Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM				
--	--	--	--	--

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	RESERVISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	132	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					

\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA 40 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA 429 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA 42 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA 7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA 42 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA 43 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA 42 I - Área	0	0					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
<b>TOTAL</b>	<b>559</b>	<b>309</b>	<b>79</b>					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

1.

No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2.

De igual forma,

os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e*

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987, passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. (Regulamento)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#)

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que

\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de

\* 0 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.** A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

**15.** Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Art. 1ª Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...

**III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)**

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO						
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSORAS	PROFESSORES				
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST		1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	40	0	2					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	A29	2	4					
ANALISTA PROCES DE DADOS - PGPE	A2	0	2					
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	A7	0	0					
ANALISTA DE SISTEMAS III PECC	A2	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC			1					
ANALISTA DE SISTEMAS PECC	A3	4	1					
ANALISTA I - Área de Formação em Análise	A2	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Sistemas B-V PECC <sup>2</sup>								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B-V PECC <sup>2</sup>	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B-V PECC <sup>2</sup>	0	0						
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http://painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								

[MB1]?

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

## 2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*

uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9. Entende-se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”*

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto n o 491, de 9 de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#), far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

\*CD255277992400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



13. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

14. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



peçoal de análise; rever a documentação preparada pelo peçoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento** ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e peçoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

" **atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação** relativos ao funcionamento da administração pública federal, **bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação** e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar** , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver,

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

**16.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

*...*

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE	132	130	38					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





SISTEMAS - PST							
ANALISTA1 DE SISTEMA B – PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C – PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D – PST		1					
ANALISTA0 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA29 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área de Formação em	0	0[MB1]					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Análise de Sistemas B-V PECC 2								
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http://painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								
-								

[MB1]? 1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na

\*CD255277992400\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



(ii) *identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

## 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

## 9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD255277992400\*  
ExEdit



na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0\*  
ExEdit

as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255277992400 \*  
ExEdit



*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD255277992400\*  
eXEdit



Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM				
--	--	--	--	--

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSOR					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST		1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					

\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





ANALISTA 40 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA 429 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA 42 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA 7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA 42 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA 43 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA 42 I - Área	0	0					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
<b>TOTAL</b>	<b>559</b>	<b>309</b>	<b>79</b>					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSORISTAS					
ANALISTA DE DE SISTEMA - PGPE	173	151	26					
ANALISTA DE DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE DE SISTEMAS - PCC	16	16	1					
ANALISTA DE DE SISTEMAS - PST	132	130	38					
ANALISTA DE	1	2						

ExEdit  
\*CD255277992400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMA B – PST							
ANALISTA DE SISTEMA C – PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D – PST		1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	0	0					
ANALISTA DE SISTEMAS III PECC	2						

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA <sup>3</sup> DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA <sup>2</sup> I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0					
ANALISTA <sup>1</sup> I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0					
ANALISTA <sup>1</sup> I - Área de Formação em Análise de Sistemas	0	0 <sup>[MB1]</sup>					

ExEdit  
\* C D 2 5 5 2 7 7 9 9 2 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



B- V PECC 2								
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								
-								

[MB1]?

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

Deputado Prof. Reginaldo Veras  
(PV - DF)  
DEPUTADO FEDERAL



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD255277992400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255277992400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00173**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Alterem-se, no Anexo CCLXXXII da MPV nº 1.286, de 2024, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025” para que eles correspondam a um aumento de 9% (nove por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023”, e, em seguida, alterem-se, na mesma tabela, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2026” para que eles correspondam a um aumento de 5% (cinco por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025”

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Emenda corrige o tratamento injusto dispensado pela MPV aos Médicos e Médicos Veterinários que integram o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). De acordo com o Anexo CCLXXXII da Medida Provisória, os médicos e veterinários receberam, em 1º de janeiro de 2025, reajuste de apenas 4,5% em seus vencimentos básicos, ao passo que o reajuste salarial concedido aos demais cargos desse plano de carreira atingiu 9%, nos termos do Anexo CCXXIV da MPV. O reajuste previsto na MPV para os médicos e veterinários a partir de 1º de abril de 2026, de 4,5%, também ficou aquém daquele concedido aos demais cargos, no montante de 5%.

É importante registrar que os reajustes de 9% em 2025 e 5% em 2026, como nos informou o Sindicato dos Médicos do Estado da Paraíba, são o resultado de uma negociação promovida entre o governo e os servidores integrantes do PCCTAE, nos termos do Acordo de Greve nº 11, de 2024. O acordo firmado



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258519896700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro





não previa nenhuma distinção entre os reajustes conferidos às diversas categorias que integram o plano de carreira, o que revela a profunda injustiça cometida contra os médicos e veterinários.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Laura Carneiro**  
(PSD - RJ)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258519896700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



**MPV 1286  
00174**

CONGRESSO NACIONAL

PROPOSTA DE EMENDAS À MEDIDA PROVISÓRIA 1286/2024

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

**Item 1** – Dê-se nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 7º-A, aos incisos I e II do *caput* do art. 7º-B, ao § 4º do art. 7º-B, aos §§ 8º e 9º do art. 10, aos §§ 3º, 6º e 7º do art. 10-B, aos §§ 1º e 2º do art. 11, aos arts. 12-B e 14-A, ao § 3º do art. 15, aos incisos I e III do *caput* do art. 18 e ao parágrafo único do art. 18; e suprima-se o § 6º do art. 15, todos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 7º-A. ....**

**§ 1º** A partir de 1º de janeiro de 2025, o vencimento básico das classes integrantes do Plano de Carreira terá como referência o piso do nível de classificação E, nas seguintes correlações:

**I** – 36% do Piso do E, para o nível de classificação A;

**II** – 40% do Piso do E, para o nível de classificação B;

**III** – 50% do Piso do E, para o nível de classificação C; e

**IV** – 61% do Piso do E, para o nível de classificação D.

**§ 2º** A partir de 1º de janeiro de 2025, a diferença (“step”) entre cada padrão de vencimento será de 4,0% e a partir de 1º de abril de 2026 será de 4,1%,.” (NR)

**“Art. 7º-B. ....**

**I** – técnico em Educação, cargo de complexidade média, com atribuições voltadas a assistência técnica especializada às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando o nível de classificação D; e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257606015400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo



II – analista em Educação, cargo de complexidade alta, com atribuições voltadas às atividades especializadas técnico-administrativas relativas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando nível de classificação E.

.....  
§ 4º As áreas, as especialidades, a formação e as atribuições específicas para os cargos a que se refere os incisos I e II do caput serão estabelecidas em regulamento, proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, nos termos do art. 22.” (NR)

“Art. 10. ....

.....  
§ 8º O ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição.

§ 9º Os afastamentos de que tratam o § 8º deste artigo somente serão concedidos a servidores aprovados no estágio probatório do respectivo cargo e se autorizado pelo dirigente máximo da IFE, devendo estar vinculados a projeto ou convênio com prazos e finalidades objetivamente definidos. ”

“Art. 10-B. ....

.....  
§ 3º Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado ou com o ambiente organizacional, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A.

.....  
§ 6º No cumprimento dos critérios estabelecidos no § 3º é permitido o somatório de carga horária de ações de desenvolvimento realizadas pelo servidor, bem como o somatório de carga horária de certificados de ações de

ExEdit  
\*CD257606015400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257606015400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo



desenvolvimento que excedam à exigência de aceleração da progressão por capacitação anteriormente realizada.

§ 7º A conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular ou especial, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo ou ambiente organizacional do servidor, em cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser utilizada como certificação em Programa de Capacitação para fins de aceleração da progressão por capacitação, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

“Art. 11. ....

§ 1º Os ocupantes dos cargos de Médico, Médico/Área, Médico do Trabalho, Engenheiro do Trabalho, Arquiteto do Trabalho, Enfermeiro/Área, Regente e Sanitarista do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal, de pós-graduação lato sensu, ao apresentarem a certificação de uma segunda formação lato sensu.

§ 2º Os ocupantes dos cargos de nível médio profissionalizante ou com curso técnico do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal quando apresente uma segunda certificação de curso técnico.” (NR)

“Art. 12-B. A partir de 1º de abril de 2026, fica instituído, aos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-TAE), com regulamento proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

§ 1º O Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC é o instrumento de reconhecimento dos conhecimentos e habilidades de todos os integrantes do Plano de Carreira, independentemente do nível de escolaridade, resultante da atuação profissional na dinâmica do ensino, pesquisa, extensão, gestão, inovação e assistência especializada, nos termos do inciso IV, art. 3º desta Lei.

.....” (NR)

\*CD257606015400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257606015400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Aírton Félix Cirilo



“**Art. 14-A.** A Os servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino, que ocupem cargos de Médico, Médico-Área e Médico Veterinário, terão vencimentos básicos conforme o Anexo I-D, alínea E, quando em jornada semanal de 20 horas, podendo, no interesse da Administração Pública e a disponibilidade orçamentária e financeira, ser estendida para 40 horas semanais, conforme o Anexo I-D, alínea F.” (NR)

“**Art. 15.** .....

§ 3º A parcela complementar a que se refere o § 2º deste artigo será considerada para todos os efeitos como parte integrante do vencimento básico, e não será absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória. (NR).

§ 6º (Suprimir)” (NR)

“**Art. 18.** .....

I – unificação e transformação de cargos de mesma natureza, complexidade e similaridade.

II – .....

III – posicionamento do servidor ocupante dos cargos unificados ou transformados em nível de classificação, padrão de vencimento básico do cargo de destino, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

**Parágrafo único.** O resultado do processo de racionalização dos cargos definirá o quadro de pessoal das IFE, de acordo com suas especificidades e peculiaridades, ligadas à educação básica, profissional, técnica, tecnológica, superior e gestão e inovação da respectiva Instituição Federal de Ensino (IFE). **Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI e CCLXXXIII a esta Medida Provisória. Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI e CCLXXXIII a esta Medida Provisória.” (NR)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257606015400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Aírton Félix Cirilo



**Item 2** – Dê-se nova redação ao art. 157; suprimam-se o art. 206 e a alínea “c” do inciso XV do *caput* do art. 214; e acrescente-se inciso XXXIX ao *caput* do art. 214 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI e CCLXXXIII a esta Medida Provisória.”**

**“Art. 206. (Suprimir)”**

**“Art. 214. ....**

**.....**

**XV – .....**

**.....**

**c) (Suprimir)**

**.....**

**XXXIX – § 1º, § 2º, § 3º do Art. 43, da Lei 12.702, de 7 de agosto de 2012.”**

## JUSTIFICAÇÃO

Os servidores públicos federais já tem processos de avaliações de desempenho inseridos em seus planos de carreiras. Portanto a proposta do Sistema de Desenvolvimento da Carreira (SIDECA), que irá operar de maneira individualizada, baseada em critérios que nunca foram discutidos pelas entidades sindicais que representam os servidores públicos federais, sem uma avaliação aprofundada da situação de cada carreira, isso está em dissonância com as negociações realizadas com o próprio MGI.

A avaliação individual desconsidera o desempenho institucional e coletivo das equipes de trabalho, assim como as condições objetivas e estruturais necessárias para que os órgãos públicos proporcionem um ambiente adequado ao bom desempenho dos servidores e do próprio órgão.

Essa avaliação individualizada com viés produtivista irá desestruturar os ambientes de trabalho gerando assédio e problemas de saúde mental nos

\*CD257606015400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257606015400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo



servidores, consequentemente provocando um percentual maior de afastamentos de longa duração. O que prejudica o bom desempenho das equipes e do órgão.

As Instituições federais de ensino são formadoras dos profissionais em vários níveis dentro de seus cursos oferecem uma grande diversidade de disciplinas de conteúdos programáticos que atendem as necessidades institucionais de seus servidores. A utilização dessas disciplinas em Programas de Capacitação representa uma ampliação de oferta e oportunidades para as instituições e servidores sem aumentar os investimentos com recursos para a capacitação.

O ambiente organizacional está conceituado na Lei da carreira PCCTAE como a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal. Este conceito, quando assumido pelo Legislador teve por objetivo ampliar o escopo dos elementos de desenvolvimento dos servidores, conforme as necessidades institucionais e a diversidade de fazeres nas Instituições Federais de Ensino.

Tais alterações visam também, garantir a isonomia de tratamento com os demais profissionais que integram o PCCTAE, Lei nº 11.091/2005, considerando que os demais cargos não têm como requisito para o ingresso no cargo a certificação de especialista ou curso médio profissionalizante ou curso técnico. Os ocupantes dos cargos só podem alcançar o Incentivo a Qualificação (IQ) a partir da graduação, para o nível de classificação D ou do mestrado para o nível de classificação E. A proposta de alteração é para que esses servidores tenham a possibilidade de apresentar uma segunda certificação, como forma de obtenção do primeiro IQ, assim como os demais servidores.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257606015400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo



\*CD257606015400\*  
ExEdit



Assim, solicito o emendamento da Medida Provisória 1286/2025 como forma de atender as diversas demandas dos servidores Técnico-Administrativos em Educação das instituições federais de ensino.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado José Airton Félix Cirilo**  
**(PT - CE)**  
**Deputado Federal (PT-CE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257606015400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





**MPV 1286  
00175**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescentem-se §§ 1º, 2º e 3º ao art. 157 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 157.....

§ 1º A tabela b do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela e do Anexo CCXXIV.

§ 2º A tabela a do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.”

§ 3º A emenda entra em vigor na data da sua aprovação e será retroativa a 1º de janeiro de 2025 para fins financeiros.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254228459400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



reajuste deveria ser de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a MP 1286/24, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Isto FERE o Acordo de greve nº 11/2024, que em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação – PCCTAE, nos termos da Lei 11.091/2005;

2 – A Lei 12.702/2012, por seu turno, regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43, assim dispondo:

Art. 43. A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254228459400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O Termo de Acordo de Greve nº11/2024 assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua cláusula primeira que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de 9% em 2025 e 5% em 2026.

### **TERMO DE ACORDO# 11/2024**

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

Cláusula primeira — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico Administrativos em Educação se dará em

ExEdit  
\* 0 2 5 4 2 2 8 4 5 9 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254228459400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



duas parcelas, sendo a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo CCXXIV(Art. 133), alínea e. Ao arrepio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo CCLXXXII. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026 sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

\* CD 254228459400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254228459400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um papel crucial e insubstituível, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a formação de milhares de profissionais de saúde que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam desvalorizados e tratados de forma desigual, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5%



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254228459400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um precedente perigoso de desvalorização da categoria, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura isonomia, justiça e reconhecimento ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.

## ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254228459400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO I	II	III	IV	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44

\*CD254228459400\*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254228459400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



Médico Veterinário	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39

\*CD254228459400\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254228459400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues





Médico	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
Médico Veterinário	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Deputado Romero Rodrigues  
(PODEMOS - PB)

\*CD254228459400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254228459400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Romero Rodrigues



**MPV 1286  
00176**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se art. 122-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 122-1.** A Lei nº 10.855, de 01 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 4º** O ingresso nos cargos da Carreira do Seguro Social far-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior completo, em nível de graduação, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta emenda é estabelecer o nível superior como critério de ingresso para os cargos da Carreira do Seguro Social nos próximos concursos públicos. Ressalta-se que essa exigência será aplicada apenas aos novos ingressos por meio de concurso, visando aprimorar as condições técnicas dos servidores do órgão, sem alteração de cargos e salários, conforme já foi implementado em outras carreiras.

A alteração justifica-se pelas atribuições complexas atribuídas tanto aos técnicos quanto aos analistas do INSS ao longo do tempo, as quais demandam conhecimentos técnicos e de normas de direito, não sendo, portanto, compatíveis com o nível médio de escolaridade.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258724930100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde



Um exemplo dessas atribuições é a análise e reconhecimento de direitos a benefícios previdenciários e assistenciais, que, na prática, consiste no ordenamento de despesas de longo prazo para o orçamento público; além da gestão do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, uma das maiores bases de dados do mundo, contendo informações sensíveis aos cidadãos e ao Estado brasileiro.

Por estas razões peço aos pares a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Cleber Verde**  
**(MDB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258724930100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde



**MPV 1286  
00177**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se arts. 2º, 21-A e 21-B; e dê-se nova redação ao art. 12-A, todos da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, na forma proposta pelo art. 81 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 2º** Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência, composto pelos seguintes cargos:

**I** – de nível superior:

**a)** cargo de Oficial de Inteligência;

**b)** cargo de Oficial Técnico de Inteligência;

**II** – de nível intermediário:

**a)** cargo de Agente de Inteligência;

**b)** cargo de Agente Técnico de Inteligência.

**§ 1º** Os cargos a que se refere o caput deste artigo são de provimento efetivo e regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**§ 2º** Os cargos de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, passam a integrar a Carreira de Inteligência de Estado da ABIN.

**§ 3º** A partir de 1º de janeiro de 2026, os cargos de que trata o inciso II do caput do art. 2º passam a ser de nível superior, tendo como requisito para ingresso o disposto no art. 13, inciso I e diploma de conclusão de ensino superior, em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido em edital.

**§ 4º** Aos cargos de provimento efetivo, de níveis superior e intermediário do Grupo Informações e dos níveis superior, intermediário e auxiliar

ExEdit  
\*CD252968640300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252968640300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Odair Cunha



do Grupo Apoio, aplicar-se-ão, no que couber, as prerrogativas dos demais cargos de que tratam os inc. I e II do art. 2º.” (NR)

“**Art. 12-A.** Aos servidores dos cargos constantes no art. 2º desta Lei, inclusive em afastamentos legais, de forma justificada, serão garantidos:

**I** – a preservação do nome, da qualificação, da imagem, da voz, dos vínculos familiares, das informações e dados pessoais sendo vedada a revelação de sua identidade pelos meios de comunicação em geral, sejam públicos ou privados, ou ainda a sua exposição por meio de fotografia ou filmagem, sem sua prévia autorização por escrito;

**II** – ter sua identidade alterada, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 9º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, podendo usufruir, de forma facilitada, de todas as medidas de proteção próprias da categoria, bem como todas as que forem colocadas à disposição de vítimas e de testemunhas participantes de programas especiais de proteção;

**III** – ter identidade fictícia em razão de suas atribuições, incluindo registro geral, cadastro de pessoa física, passaporte e carteira de habilitação, entre outros documentos entendidos como necessários para preservar a identidade de servidor, para fins de preservação de sua vida e integridade física, dada a necessidade de proteção e sigilo da sua vinculação à Atividade de Inteligência de Estado.

**Parágrafo único.** No caso do inciso II do *caput* deste artigo, os processos de alteração de identidade de que trata esta Lei serão mantidos com adequado grau de sigilo e tramitados, com máxima prioridade, pelas instâncias competentes devendo:

**I** – os eventuais descumprimentos serem objeto de apuração e responsabilização cabíveis;

**II** – as autoridades adotarem todas as providências necessárias para que os subordinados hierárquicos conheçam as normas e observem as medidas e procedimentos de segurança para o tratamento de tais informações.” (NR)

“**Art. 21-A.** O desenvolvimento dos servidores públicos federais da ABIN poderá prever regramento de evolução entre padrões e classes de forma abreviada mediante a observância de critérios objetivos para a redução de intertício que atestem desempenho diferenciado, na forma do regulamento.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252968640300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Odair Cunha



**Parágrafo único.** A evolução abreviada decorrente desempenho diferenciado, será limitada a três padrões durante toda a vida funcional do servidor, não podendo ocorrer de forma consecutiva e nem na mesma classe.” (NR)

“**Art. 21-B.** Enquanto não forem publicados os atos a que se refere o art. 21-A, as progressões e as promoções dos ocupantes dos cargos constantes no art. 2º desta Lei, serão concedidas em observância às normas específicas.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A ABIN tem por missão assessorar o Presidente da República em seu processo decisório estratégico, a partir da produção de conhecimentos sobre ameaças e oportunidades de interesse da sociedade e Estado brasileiros. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), como serviço de inteligência de um país democrático, possui como fundamentos tais objetivos e limites, todavia, ainda carece de marco regulatório expressivo e atualizado.

Em nome da segurança jurídica, o presente texto de emenda visa primeiramente ao aprimoramento da legislação e a sua tão esperada atualização ao estabelecer a unificação das quatro carreiras da ABIN providas por concurso público, de que tratam os incisos I e II do art. 2º da Lei 11.776/2008, em apenas uma “Carreira de Inteligência de Estado”, composta de quatro cargos: Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência, Agente Técnico de Inteligência, cada um com suas respectivas atribuições, prerrogativas e responsabilidades. Isto porque todos esses cargos, mesmo os de suporte técnico especializado e de pesquisa e desenvolvimento, são submetidos às mesmas rigorosas regras de preservação de dados sigilosos e contribuem, cada qual de sua forma particular, para as missões finalísticas da Agência. Tal proposta atende aos princípios de modernização da Administração preconizados nas mais recentes diretrizes de gestão de pessoas defendidas pelo governo federal, com vistas a promover a desburocratização e a eficiência administrativa.

Propõe-se ainda o outro aprimoramento normativo para garantir a proteção de identidade que é vital para o maior aproveitamento do efetivo, pois a alta exposição impossibilita a atuação em temas exclusivos desenvolvidos pela

\*CD252968640300\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252968640300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Odair Cunha



ABIN, como contraterrorismo e contraespionagem. Com atribuições de máxima importância, assim, suas ações geram riscos à integridade física e moral de seus integrantes, o que requer proteção especial à identificação civil dos que exercem a atividade de Inteligência.

O sigilo sobre a identificação dos servidores da ABIN é iniciado já no processo seletivo público, quando o candidato passa por diferentes fases do certame, nas quais, em momento algum, seu nome é publicizado, constando apenas um código alfanumérico que, a cada fase do certame, é alterado a fim de manter e resguardar o sigilo e identidade. Ao ser aprovado, um novo código alfanumérico é emitido e assim publicado no Diário Oficial da União, para que o futuro servidor possa saber de sua aprovação, e para que a sociedade possa acompanhar a lisura do processo, mantendo o mínimo de transparência do processo seletivo.

Apesar da atividade ser velada e de a regra ser a do não conhecimento coletivo da identidade dos servidores da ABIN, o vazamento da informação pode ocorrer. Quando um servidor precisa, por exemplo, registrar-se em um hotel de uma cidade de interior com o seu próprio RG, coloca em risco tanto a sua identidade, e até mesmo sua vida, quanto todo o plano de operação que, muitas vezes, leva meses para ser elaborado e aprovado dentro da ABIN. Esta emenda propõe, assim, garantias de preservação da identidade dos servidores da ABIN e proteção especial aos seus dados e qualificação uma vez que é algo fundamental para sua atividade não tratando-se de privilégio, já que o bem jurídico tutelado é a vida dos servidores.

Propõem-se ainda a mudança do critério de seleção dos cargos de Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência de nível intermediário para nível superior, objetivando a sua adequação às atribuições efetivas e responsabilidades avançadas desses profissionais, melhoria do processo seletivo e de projeto institucional, estancando a alarmante evasão desses cargos na ABIN. Propõe-se que, a partir de 1º de janeiro de 2026, o parâmetro escolaridade correspondente no concurso público seja majorado, a fim de melhor atender às necessidades institucionais de maior nível de complexidade e responsabilidade esperados desses profissionais. Esse pleito aponta para a necessária readequação

\*CD252968640300\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252968640300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Odair Cunha



à realidade funcional e à evolução da produção de Inteligência de caráter estratégico para o Estado.

Ressalta-se que essa proposta não caracteriza provimento derivado, ascensão ou acesso, transferência e aproveitamento no tocante aos atuais ocupantes dos referidos cargos, já que apenas se altera o requisito de ingresso nos cargos, sem que haja mudança na nomenclatura ou atribuições legais destes.

Os critérios de progressão são importantes para motivação e prestação de serviços de qualidade pelos servidores públicos. Por paralelismo aos demais cargos, a aceleração de progressão que consta na Medida Provisória nº 1286/2024 para o SÍDEC é adicionada à lei de cargos e carreiras da ABIN. A regulamentação de critérios objetivos que atestem o desempenho diferenciado incentivará o satisfatório desempenho dos servidores da ABIN.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Odair Cunha**  
**(PT - MG)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252968640300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Odair Cunha



\*CD252968640300\*  
eXEdit





**MPV 1286  
00178**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória n.º 1.286/2024, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

“**Art.** A Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 19-B.** Os ocupantes dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XI da Lei nº 12.277/2010, terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas de gestão administrativa.

§ 1º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes dos cargos de que trata este artigo.

§ 2º No interesse da administração, o órgão supervisor poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes dos cargos efetivos de que trata o caput, em autarquias e fundações”.

§ 3º - O exercício descentralizado dos servidores do artigo 19º desta Lei, será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.” (NR)

“**Art.**

22.....



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253380932300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



## §

12ª.....

II – ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de nível mínimo 10 ou equivalente;

III – ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo 10 ou equivalente; ou

IV – ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 10 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de cem mil habitantes.”(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Preliminarmente, destaca-se que a presente Emenda ora apresentada guarda pertinência temática com o objeto do projeto de lei, qual seja, carreiras, cargos e estruturas remuneratórias de servidores públicos federais.

A presente Emenda objetiva a inclusão das categorias dos Engenheiros, Arquitetos, Economistas, Estatísticos e Geólogos, do Serviço Público Federal, na Medida Provisória nº 1.286, de 2024, em cargos com atuação transversais e tem por fulcro o aprimoramento da gestão das carreiras e cargos dos órgãos e entidades envolvidos, sem impacto nas estruturas remuneratórias, para tornar os cargos mais atrativos e reter profissionais de alto nível de qualificação, sempre com o intuito de aperfeiçoar a atividade do Estado, em favor do superior interesse público e do bem-estar da sociedade brasileira.

Trata-se, portanto, de reorganizar os cargos já existentes em uma estrutura de gestão de pessoas transversal e sustentável no longo prazo, como incentivo a sua continuidade, de forma que a Administração possa se orientar por um quadro de pessoal permanente e qualificado nos órgãos setoriais dos sistemas de logística pública e pessoal civil.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253380932300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



A implementação do novo modelo de gestão da administração pública federal, proposto em diversas medidas que compõem a reforma administrativa em curso, pressupõe, entre outros fatores, a instituição de Planos de Carreiras compatíveis com as diretrizes apontadas pelo atual governo, objetivando a valorização do servidor, o aumento da eficiência na prestação de serviços públicos e a transversalidade de atuação.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010<sup>[1]</sup> que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias<sup>[2]</sup>, com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253380932300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[3], com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[4], com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja, já desempenhando com afincos suas atribuições.

Reduzir as burocracias e restrições nos atos de cessão dos servidores, permitirá maior agilidade no atingimento dos resultados dos projetos sob a responsabilidade dos servidores, permitindo que tanto os demais Poderes como Entes nacionais possam ter na União o compromisso de parceria no principal objetivo do Estado, a entrega de melhores serviços ao cidadão.

Neste sentido, a presente emenda guarda respeito à uma nova gestão inovadora e racional da força de trabalho do Poder Executivo federal bem como proporciona aos servidores maior estabilidade quanto ao seu próprio sentimento de pertencimento ao Estado e a facilidade de cessão para demais Entes e Poderes facilitará a execução das políticas públicas, otimizando as entregas para a sociedade.

Diante das justificativas apresentadas e visando o aperfeiçoamento do Estado, contamos com o apoio dos caros colegas na aprovação da presente emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253380932300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



[1] [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm)

[2] [https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital\\_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[3] [https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital\\_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[4] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf)

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
(PL - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253380932300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**MPV 1286  
00179**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, o art. 214, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

**Art. 214.** O artigos 33 da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#) , passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. ....

.....

§ 4º.....

a) a 10% (dez por cento) do valor da despesa para os dependentes do 1º grupo;

b) a 15% (quinze por cento) do valor da despesa para os dependentes do 2º grupo;

c) a 20% (vinte por cento) do valor da despesa para os dependentes do 3º grupo;

....." (NR)

§ 5º O valor que ultrapassar a uma remuneração ou proventos do posto ou da graduação do militar, considerada a despesa total anual, de que trata a alínea "d" do § 4º do caput, será custeado pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal." (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259283504700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, proposição sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), como forma de colaboração legislativa, visa alterar o art. 33 da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), para a sua adequação.

A equalização do art. 33 é necessária, considerando que ao ser aplicado nos casos de coparticipação nas despesas com saúde, possibilitou interpretação diversa da prevista pelo legislador ao limitar os descontos ao valor máximo de uma remuneração ou proventos, sem possibilidade de transpor a anualidade.

A presente proposta não gerará aumento de despesas à União, vez que se trata apenas de adequação do art. 33, para afastar possibilidade jurídica interpretativa.

Em razão do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, com a solicitação do seu acatamento.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
(PL - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259283504700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**MPV 1286  
00180**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, os artigos 214 e 215, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

" **Art. 214.** O art. 50 da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50.....

.....

IV -.....

a) a estabilidade, quando contar com 3 (três) anos ou mais de tempo de efetivo serviço;

....." (NR)

" **Art. 215.** Os artigos 11 e 51 do Estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. ....

.....

§ 5º O limite máximo de idade disposto no § 1º deste artigo não se aplica aos bombeiros militares da ativa da Corporação." (NR)

"Art. 51.....

.....

IV -.....



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258651345800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga





a) a estabilidade, quando contar com 3 (três) anos ou mais de tempo de efetivo serviço;

.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, proposição sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), como forma de colaboração legislativa, tem por objetivo promover o aperfeiçoamento da legislação pertinente aos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), quais sejam, o Estatuto dos Bombeiros Militares, aprovado pela [Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986](#), e a [Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984](#).

Propõe-se com a finalidade na adequação da norma estatutária inerente ao CBMDF, análoga a da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a alteração do art. 11 da Lei nº 7.479, de 1986, em relação ao limite etário para ingresso nos Quadros de oficiais do CBMDF pelos seus integrantes dos Quadros de praças, como já prevê o Estatuto da PMDF, Lei nº 7.289, de 1984, também no art. 11. Ademais, sugere-se também a atualização dessas normas, na parte que versa sobre a estabilidade de 3 anos, em obediência ao consolidado na [Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023](#).

Importante destacar que esta emenda à MPV nº 1.286, de 2024, não resulta em aumento de despesa, considerando se tratar apenas de adequação de dispositivo dos Estatutos do CBMDF e da PMDF.

Em razão do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, com a solicitação do seu acatamento.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258651345800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
**(PL - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258651345800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**MPV 1286  
00181**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à denominação do Capítulo LXXI, aos arts. 173 e 174, ao caput do art. 175, aos incisos V e VI do caput do art. 175, ao art. 176, ao caput do art. 177, aos §§ 1º e 3º do art. 177, aos arts. 178 a 180, ao art. 181 e ao caput do art. 182; e acrescentem-se incisos VII a XIII ao caput do art. 175 e § 4º ao art. 177 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“CAPÍTULO LXXI****DA CARREIRA DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO**

**“Art. 173.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico – ATEDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**§ 1º** Os ocupantes do cargo de ATEDS terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

**§ 2º** O cargo efetivo de ATEDS é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo CCCVI.

**§ 2º-1** A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256035185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, ficam reorganizados no cargo de Analista Técnico de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico – ATEDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.

**§ 3º** Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo de ATEDS.

**§ 3º-1** O exercício descentralizado dos servidores do § 3º do artigo 173º será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.

**§ 4º** No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes do cargo de ATEDS em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 175.”

**“Art. 174.** Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de ATEDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por transformação de cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193 caput, inciso I.”

**“Art. 175.** São atribuições do cargo de ATEDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

.....

**V** – subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais;

**VI** – subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico;

**VII** – realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar, coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de engenharia de grande porte, desenvolver e realizar projetos de engenharia de

ExEdit  
\*CD256035185400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256035185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de Engenharia sustentável;

**VIII** – desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

**IX** – avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;

**X** – executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção de qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

**XI** – desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256035185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**XII** – difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de Engenharia e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e

**XIII** – promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.”

“**Art. 176.** A jornada de trabalho do cargo de ATEDS da Carreira de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais.”

“**Art. 177.** O ingresso nos cargos de ATEDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

.....  
**1º** O ingresso nos cargos de ATEDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

**§ 2º** O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se referem os incisos I e II do caput, a habilitação legal específica a que se refere o § 1º e os critérios eliminatórios e classificatórios.

**§ 3º** O concurso público a que se refere o caput será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico.

**§ 4º** Os concursos públicos para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, com autorizações vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão válidos para ingresso no cargo de Analista em Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de que trata o art. 173º.”

“**Art. 178.** Os ocupantes do cargo de ATEDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256035185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga

ExEdit  
CD256035185400\*



“**Art. 179.** Os ocupantes do cargo de ATEDS não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

.....

“**Art. 180.** O subsídio dos ocupantes do cargo de ATEDS não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:

.....

“**Art. 181.** O desenvolvimento do servidor na Carreira de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.”

“**Art. 182.** Os ocupantes do cargo de ATEDS somente poderão:

.....

**II** - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de nível mínimo **10** ou equivalente;

**III** - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo **10** ou equivalente; ou

**IV** - ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 10 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de **cem mil** habitantes.”

exEdit  
\*CD256035185400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256035185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



## JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024[1] estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)[2], tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010[3] que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de Engenharia e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256035185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga





Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Engenharia, Exatas e Engenharias[4], com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[5], com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[6], com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, da forma proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação (...)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256035185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;

II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;

III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;

IV - gestão dinâmica da força de trabalho;

V - priorização das atividades estratégicas e complexas;

VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo; e

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

### **Requisitos para estruturação de cargos**

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256035185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



\*CD256035185400\*  
Edit



III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

- I - idênticas ou similares às de cargos existentes;
- II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou
- III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024[7] (atual Lei nº 14.875/2024[8]) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256035185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;

7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;

8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;

9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Por esses motivos, submete-se à apreciação dos Nobres Pares a presente Emenda consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, como estão sendo propostas, razão pela qual devem ser substituídos.

[1] <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/532194/1/Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20DOU%20-%20Imprensa%20Nacional.pdf>

[2] <https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/guias/guia-mnnp.pdf>



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256035185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



[3] [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm)

[4] [https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital\\_bloco1\\_versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital_bloco1_versaoretificada-21nov2024.pdf)

[5] [https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital\\_bloco2\\_versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital_bloco2_versaoretificada-21nov2024.pdf)

[6] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco6\\_versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco6_versaoretificada-21nov2024.pdf)

[7] <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=242588>

[8] <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14875-31-maio-2024-795709-publicacaooriginal-171939-pl.htm>

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
**(PL - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256035185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**MPV 1286  
00182**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se na MPV nº 1.286, de 2024, os artigos 214, 215 e 216, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

" **Art. 214.** Os artigos 6º, 25, 69, 97 e 114 da [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º.....

.....

V – por completar o militar os requisitos para transferência a pedido ou compulsória para a inatividade;

VI – por tempo de nomeação, convocação ou designação." (NR)

"Art. 25. As promoções aos demais graus hierárquicos dos Quadros de Oficiais e Praças, não contemplados pelos critérios por ato de bravura, post mortem, merecimento, por completar o policial militar os requisitos para transferência a pedido ou compulsória para a inatividade, serão realizadas pelo critério de antiguidade.

....." (NR)

"Art. 69.....

.....

V – por completar o militar os requisitos para transferência a pedido ou compulsória para a inatividade;

VI – por tempo de nomeação, convocação ou designação." (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253883146200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



\*CD253883146200\*

"Art. 97. As promoções aos demais graus hierárquicos dos quadros de Oficiais e Praças, não contemplados pelos critérios por ato de bravura, post mortem, merecimento, por completar o bombeiro militar os requisitos para transferência a pedido ou compulsória para a inatividade, serão realizadas pelo critério de antiguidade." (NR)

"Art. 114.....

.....

§ 5º O militar nomeado, nos termos do caput deste artigo, ou convocado ou designado, de acordo com a \_\_ lei de remuneração dos militares do Distrito Federal, será promovido, desde que existia grau hierárquico superior ao seu, mesmo que de outro Quadro, por tempo de nomeação, convocação ou designação, em quadro específico para os nomeados, convocados ou designados, conforme regras estabelecidas por ato do Governador do Distrito Federal." (NR)

**Art. 215.** Acrescenta-se os artigos 13-A e 73-A à [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#), com a seguinte redação:

"Art. 13-A. A promoção por completar o policial militar os requisitos para transferência a pedido ou compulsória para a inatividade será efetivada no posto ou na graduação imediatamente superior, se existir posto ou graduação superior ao seu, mesmo que de outro Quadro, independentemente de vaga e de quaisquer das condições dispostas no art. 38 desta lei.

§ 1º A promoção de que trata o caput será realizada na data da efetivação da transferência do policial militar para a reserva remunerada.

§ 2º O critério de promoção de que trata o caput não se aplica ao policial militar abrangido pelo instituto da quota compulsória, na condição de voluntário, bem como nos casos de transferência para a reserva remunerada ex officio, previstas nos incisos V, VI, VII, VIII, IX e X, do art. 92, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984." (AC)

"Art. 73-A. A promoção por completar o bombeiro militar os requisitos para transferência a pedido ou compulsória para a inatividade será efetivada no posto ou na graduação imediatamente superior, se existir posto ou graduação superior ao seu, mesmo que de outro Quadro ou Qualificação, independentemente de vaga e de quaisquer das condições dispostas no art. 86 desta lei.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253883146200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



§ 1º A promoção de que trata o caput será realizada na data da efetivação da transferência do bombeiro militar para a reserva remunerada.

§ 2º O critério de promoção de que trata o caput não se aplica ao bombeiro militar abrangido pelo instituto da quota compulsória, na condição de voluntário, bem como nos casos de transferência para a reserva remunerada *ex officio*, previstas nos incisos V, VI, VII, VIII, IX e X, do art. 93, do Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986." (AC)

**“Art. 216.** Fica assegurado aos policiais militares e aos bombeiros militares do Distrito Federal inativos, transferidos para a reserva remunerada ou reforma, a partir da edição da [Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023](#), o direito à confirmação no posto ou na graduação imediatamente superior ao grau hierárquico a que pertence, se existir posto ou graduação superior ao seu, mesmo que de outro Quadro ou Qualificação, por terem completado, à época, os requisitos para transferência para a inatividade, a pedido ou compulsória.

§ 1º Ato do Governador do Distrito Federal disporá sobre a confirmação de que trata o caput, salvo para aqueles que, na ativa, já ocupavam os postos de Coronel PM ou Coronel BM.

§ 2º Os atos de competência do Governador do Distrito Federal, tratados no § 1º deste artigo e no § 5º do art. 114 da [Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009](#), serão editados a partir de 1º de janeiro de 2026, vedada, antes deste prazo, a concessão da promoção prevista no inciso V do art. 6º e inciso V do art. 69 da [Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009](#).”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, proposição sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), como forma de colaboração legislativa, tem por objetivo a alteração dos artigos 6º, 25, 69, 97 e 114, e a inclusão dos artigos 13-A e 73-A na Lei nº 12.086, de 2009, para estabelecer o direito a promoção por completar o militar os requisitos para transferência a pedido ou compulsória para a inatividade, e por tempo

\*CD253883146200\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253883146200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga





de nomeação, convocação ou designação, aos bombeiros militares e policiais militares do Distrito Federal.

Propõe-se com esta emenda a inclusão do instituto da promoção por completar o militar os requisitos para transferência a pedido ou compulsória para a inatividade na Lei 12.086, de 2009, aplicável aos militares da PMDF e do CBMDF, modalidade de promoção, com os mais variados nomes, mas com a mesma finalidade, utilizada em quase todos os estados da federação, a exceção do Estado do Mato Grosso do Sul, que possui outra modalidade de promoção semelhante, mas aplicável aos militares da reserva remunerada que retornam a instituição com o direito a promoção por tempo de nomeação, convocação ou designação, direito que se busca com esta emenda estender, também, aos militares do Distrito Federal.

Aliás, esse critério de promoção por completar o militar os requisitos para transferência a pedido ou compulsória para a inatividade, está positivado, como regra geral, no parágrafo único do art. 14 da [Lei nº 14.751, de dezembro de 2023](#) (Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da CF).

Importante destacar que esta emenda à MPV nº 1.286, de 2024, não resulta em aumento de despesa, considerando se tratar apenas de autorização para que o direito seja implementado pelo Governo do Distrito Federal, quando for conveniente e oportuno, de acordo com as suas necessidades, e a partir de 2026.

Em razão do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, com a solicitação do seu acatamento.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
(PL - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253883146200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**MPV 1286  
00183**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altere-se o Anexo CCCXXI da MPV nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, a que se refere o seu artigo 209, para fazer com que o reajuste de 9% (nove por cento) para as Carreiras da Área Jurídica do ano de 2025 referente aos cargos de primeira categoria e de categoria especial dessas Carreiras passe a ter efeitos financeiros a partir de 01/01/2025, tal como já previsto na MPV para os cargos de segunda categoria das mesmas Carreiras e para todos os cargos das demais Carreiras contempladas na MPV, da forma em anexo:

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Emenda corrige o tratamento injusto dispensado pela MPV aos integrantes da Primeira Categoria e da Categoria Especial das Carreiras da Área Jurídica, cujo reajuste de 9%, do ano de 2025, foi postergado para 01/06/2025, em desacordo com a data-base de 01/01/2025 prevista na própria MPV para os integrantes da Segunda Categoria das mesmas Carreiras e também para os cargos de todas as demais Carreiras contempladas na MPV.

O tratamento dado pela MPV aos membros mais antigos das Carreiras da Área Jurídica, que se encontram atualmente na Primeira Categoria e na Categoria Especial por promoção por merecimento ou antiguidade (conforme artigo 24, parágrafo único, da Lei Complementar nº 73, de 10/02/1993), representa discriminação odiosa contra os membros mais antigos das referidas Carreiras, prejudicando inclusive os Aposentados e seus Pensionistas, em clara violação ao artigo 37, X, da Constituição Federal, que prevê que a revisão geral anual da

exEdit  
\*CD257917935500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257917935500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ruy Carneiro



remuneração dos cargos da Administração Pública deve se dar sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Além disso, o tratamento configura violação ao inciso XXX do artigo 7º da Constituição Federal, a que faz remissão (para os servidores públicos) o § 3º do artigo 39 da própria Constituição, o qual proíbe a diferença de salário e de exercício de funções por motivo, entre outros, de idade.

Com efeito, atribuir efeitos financeiros ao reajuste do subsídio dos membros mais jovens das Carreiras da Área Jurídica em data antecedente (01/01/2025) àquela fixada para os efeitos financeiros do reajuste dos membros mais idosos das mesmas Carreiras (01/06/2025) representa evidente preconceito contra os mais idosos, que o inciso XXX do artigo 7º da Lei Maior visa proibir, devendo-se corrigir a injustiça trazendo-se o reajuste de todas as categorias das Carreiras da Área Jurídica para a mesma data (01/01/2025), em consonância, inclusive com o disposto no artigo 1º da Lei 10.331, de 18/12/2001, que prevê o mês de janeiro de cada ano como data-base para a revisão geral anual da remuneração dos cargos e funções da Administração Pública.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Ruy Carneiro**  
**(PODEMOS - PB)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257917935500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ruy Carneiro



ANEXO CCCXXI

(Anexo XXXV à Lei nº 13.227, de 29 de julho de 2016

“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA” (NR)

\* Em R\$

CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
	1º MAIO 2023	1º JANEIRO 2025	1º ABRIL 2026
ESPECIAL	29.761,03	32.439,52	35.423,96
PRIMEIRA	26.319,79	28.688,57	31.327,92
SEGUNDA	22.905,79	24.967,31	27.264,30

LexEdit  
\*CD257917935500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257917935500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ruy Carneiro



**MPV 1286**  
**00184**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Chico Rodrigues

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 2º** .....  
.....

**XIV** – a pessoa que comprove ter mantido, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima foram transformados em Estado, ou entre a data de sua transformação em estado e outubro de 1993, relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, independentemente da existência de vínculo atual, com empresas públicas ou sociedades de economia mista, inclusive as extintas, que haja sido constituída pelos estados do Amapá e Roraima ou **pelos seus municípios**, para atuar em seus âmbitos, observado o § 2º do art. 12 desta Lei e demais requisitos estabelecidos na Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017.’ (NR)

‘**Art. 12.** .....  
.....

**IV** – à pessoa que comprove ter mantido, na data em que os ex-Territórios Federais foram transformados em estado ou entre esta data e outubro de 1993, relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, independentemente da existência de vínculo atual, com a administração pública dos ex-Territórios Federais, dos estados e das prefeituras, ou com empresas públicas ou sociedades de economia mista, inclusive as



extintas, que haja sido constituída pelos estados do Amapá, de Roraima ou **pelos seus municípios**, para atuar em seus âmbitos, observado o § 4º do art. 2º desta Lei.’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional (EC) nº 98, de 2017, assegurou o enquadramento em quadro em extinção da administração federal para pessoas que mantiveram vínculo funcional, empregatício ou relação de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios, dos estados e municípios do Amapá e Roraima, entre a data da transformação do estado e outubro de 1993, incluindo no rol de beneficiários as pessoas que igualmente tiveram vínculo empregatício com empresas públicas e sociedades de economia mista, vinculadas aos ex-Territórios ou à União, para atuação no âmbito dos referidos entes federados, consoante dispõe o art. 1º da EC nº 98, in verbis:

Art. 1º O art. 31 da [Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

" [Art. 31.](#) A pessoa que revestiu a condição de servidor público federal da administração direta, autárquica ou fundacional, de servidor municipal ou de integrante da carreira de policial, civil ou militar, dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima e que, comprovadamente, encontrava-se no exercício de suas funções, prestando serviço à administração pública dos ex-Territórios ou de prefeituras neles localizadas, na data em que foram transformados em Estado, ou a condição de servidor ou de policial, civil ou militar, admitido pelos Estados do Amapá e de Roraima, entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, **bem como a pessoa que comprove ter mantido, nesse período, relação ou**



*vínculo funcional, de caráter efetivo ou não, ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios, dos Estados ou das prefeituras neles localizadas ou com empresa pública ou sociedade de economia mista que haja sido constituída pelo ex-Território ou pela União para atuar no âmbito do ex-Território Federal, inclusive as extintas, poderão integrar, mediante opção, quadro em extinção da administração pública federal.*

Os meios probatórios do vínculo empregatício foram estabelecidos no art. 1º, incisos I e II do § 4º da EC nº 98, de 2017, mediante os quais os optantes podem comprovar que o pagamento dos salários recebidos fora realizado com recursos oriundos dos cofres públicos da administração pública do ex-Território, do Estado ou de prefeitura neles localizada, por intermédio da emissão de ordem de pagamento, de recibo, de nota de empenho ou de ordem bancária, amparando inclusive as relações de trabalho firmadas mediante contrato ou convênio, por meio dos quais seja possível comprovar a condição de empregado, servidor ou prestador de serviço que tenha desenvolvido atividade laboral diretamente com qualquer dos entes sindicados no caput do artigo 1º, na forma abaixo reproduzida:

*§ 4º Para fins do disposto no **caput** deste artigo, são meios probatórios de relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, independentemente da existência de vínculo atual, além dos admitidos em lei:*

*I - o contrato, o convênio, o ajuste ou o ato administrativo por meio do qual a pessoa tenha revestido a condição de profissional, empregado, servidor público, **prestador de serviço** ou*



*trabalhador e tenha atuado ou **desenvolvido atividade laboral diretamente com o ex-Território, o Estado ou a prefeitura neles localizada** , inclusive mediante a interveniência de cooperativa;*

*II - a retribuição, a remuneração ou o pagamento documentado ou formalizado, à época, mediante depósito em conta-corrente bancária ou **emissão de ordem de pagamento, de recibo, de nota de empenho ou de ordem bancária em que se identifique a administração pública do ex-Território, do Estado ou de prefeitura neles localizada como fonte pagadora ou origem direta dos recursos**, assim como aquele realizado à conta de recursos oriundos de fundo de participação ou de fundo especial, inclusive em proveito do pessoal integrante das tabelas especiais.*

A Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (EMHUR) foi constituída no município de Boa Vista nos termos da Lei municipal nº 245, de 7 de novembro de 1991, ainda no período de instalação do estado de Roraima.

A EMHUR tem como função principal a execução de programas de obras e desenvolvimento de áreas urbanas, bem como o estudo, elaboração e construção de habitação de interesse social em coordenação com órgão institucional.

O artigo 4º da Lei municipal nº 245, de 1991, dispôs que a EMHUR poderia atuar junto as demais prefeituras do Estado, através da celebração de contratos e convênios, ato oficial esse que foi praticado junto à Prefeitura de Boa Vista e os funcionários dessa empresa municipal prestavam serviço à prefeitura da capital e recebiam seus salários com recursos do município.

A proposta de emenda em epígrafe altera os artigos 2º e 12 da Lei nº 13.681, de 2018, com o objetivo de assegurar o direito de inclusão no





quadro federal daqueles empregados públicos oriundos de empresas públicas e sociedades de economia mista que foram **instituídas pelos estados do Amapá e Roraima e seu municípios**, seguindo os mesmos critérios que foram adotados para incorporação dos empregados oriundos das empresas públicas e sociedades de economia mista criadas pelos ex-Territórios ou pela União, para atuar no âmbito dos ex-Territórios, em plena consonância a EC nº 98, de 2017.

Outrossim, a presente emenda tem um escopo essencialmente de promover o regulamento legal, sem qualquer reflexo orçamentário e financeiro, não causando nenhum aumento de despesa ao valor orçado para a efetivação do enquadramento dos servidores.

São as razões pelas quais peço aos meus pares o apoio para aprovar esta emenda, para que seja feita justiça aos servidores oriundos de empresas públicas e sociedades de economia mista criadas pelos estados do Amapá e Roraima e seus municípios.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Chico Rodrigues**  
(PSB - RR)



**MPV 1286  
00185**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Chico Rodrigues

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 34-A.** Aos professores do quadro dos extintos Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, integrantes da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal dos Ex-Territórios, bem como aos professores oriundos do quadro dos ex-Territórios que foram enquadrados no Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, fica assegurado o reposicionamento de um nível para cada 18 meses de tempo de serviço prestado no cargo docente, observadas as tabelas de remuneração correspondentes aos respectivos planos de cargos.

§ 1º Para fins do reposicionamento previsto no caput será observado o posicionamento atual em que se encontra o professor na tabela de remuneração de cada plano de carreira, na razão de um nível para cada 18 meses de serviço prestado no cargo.

§ 2º O disposto no caput incide sobre as aposentadorias e as pensões, considerado o tempo de serviço prestado, até a data da aposentadoria, ou até a data do óbito do instituidor, aplicando-se ao professor cedido ou que haja sido redistribuído, desde que oriundo do Quadro em Extinção dos Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia.’ (NR)”



## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é aplicar critérios equânimes de posicionamento nas tabelas remuneratórias do magistério federal entre aqueles professores que passaram a integrar o quadro em extinção da administração federal, no ato da transformação dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima, com os mesmos critérios que foram utilizados para o posicionamento dos professores contratados entre a data da criação e instalação dos Estados do Amapá e Roraima, entre outubro de 1988 e outubro de 1993, e de Rondônia, entre dezembro de 1981 e março de 1987.

A Lei Complementar nº 41, de 1981, criou o Estado de Rondônia, e os servidores daquele ex-Território passaram a integrar um Quadro em Extinção da União. Já os Estados do Amapá e de Roraima foram criados com o advento da Constituição Federal de 1988, notadamente pelo disposto no § 2º do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A intenção do constituinte foi a de uniformizar os critérios de criação de estado oriundo de território federal, aplicando, na transformação do Amapá e Roraima, as mesmas normas e critérios adotados na transformação do Estado de Rondônia. (§ 2º do art. 14, ADCT - CF/88).

Com a criação do Amapá e Roraima, o Quadro em extinção dos ex-Territórios foi unificado, reunindo todos os servidores federais dos ex-Territórios do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia. Com o advento das Emendas Constitucionais nºs 60, de 2009; 79, de 2014 e 98, de 2017, aqueles servidores que foram contratados no período de transição, ou de instalação dos estados de Rondônia, do Amapá e de Roraima, tiveram o direito de optar por integrar Quadro em extinção da Administração Federal.

A Lei nº 13.681, de 2018, unificou as regras de incorporação no Quadro da Administração Federal de que tratam as Emendas nº 60, de 2009; 79, de 2014 e 98 de 2017. Entretanto, com referência aos professores oriundos dos estados do Amapá, Roraima e Rondônia contratados no período de transição, o critério de enquadramento e posicionamento na tabela salarial do magistério foi estabelecido



pelo inciso III do § 1º do art. 3º da Lei 13.681, de 2018, considerando um padrão para cada 18 meses de serviço prestado no cargo.

Por outro lado, os antigos professores dos ex-Territórios que foram contratados entre a década de 1970 e 1988, em data anterior à criação dos estados do Amapá e Roraima, ficaram posicionados em classe e padrão remuneratório inferior ao que foi concedido aos seus pares, contratados pelos novos estados.

O que se pretende com a presente emenda é fazer justiça aos professores pioneiros dos ex-Territórios adotando para estes, o mesmo critério de posicionamento na tabela salarial que foi utilizado no enquadramento dos professores contratados no período de transição dos novos estados, aplicando a regra de um padrão para cada 18 meses de tempo de serviço prestado no cargo.

São essas as razões importantes que me levam a pedir o apoio dos nobres parlamentares para aprovação desta emenda.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Chico Rodrigues**  
(PSB - RR)



**MPV 1286  
00186**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Chico Rodrigues

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 33.** .....

.....  
§ 1º-A. Poderão integrar, mediante opção, a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos ex-Territórios, de que trata o inciso II do caput do art. 122 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, os detentores de empregos públicos de professor e regente de ensino de Roraima, do Amapá e seus Municípios, enquadrados na administração federal, nos termos dos arts. 12 e 13 desta e incluídos em quadro em extinção da administração pública federal.

.....  
§ 3º-A. Aplica-se o disposto no § 3º aos empregos de professores e regentes de ensino de Roraima e do Amapá, incluídos no quadro em extinção da administração federal, a que se refere a Emenda Constitucional nº 98, de 06 de dezembro de 2017, na forma dos arts. 12 e 13 desta Lei, que comprovadamente desempenharam atribuições de magistério, desde que atendam aos requisitos de formação profissional exigidos em lei.’ (NR)

‘**Art. 34-A.** Os empregados públicos enquadrados nos termos do § 3º-A do art. 33 poderão optar pelo enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.’ (NR)”



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa atender a uma histórica reivindicação dos professores e regentes de ensino enquadrados em empregos públicos federais, conforme as disposições da Emenda Constitucional nº 98 e da Lei nº 13.681, de 2018. Esses professores e regentes de ensino tinham a nítida convicção de que, com o direito estabelecido na Emenda Constitucional nº 98 e no artigo 33 da Lei nº 13.681, de 2018, seriam enquadrados na União em cargos públicos da Carreira do Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios e, posteriormente, aqueles com a escolaridade superior fariam opção pelo enquadramento no plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

Ocorre que a interpretação auferida pelo órgão executor ainda em 2018 foi de que os professores que trabalharam para o governo do estado de Roraima, no período de 1988 a 1993, têm direito ao enquadramento em empregos públicos federais, sem qualquer benefício do plano de carreira do magistério e sem reconhecimento da formação dos Professores e Regentes de Ensino. Portanto, essa emenda vem fazer justiça a esses professores, conferindo a eles o direito ao enquadramento no Plano de Carreira do EBF e, posteriormente, mediante opção, poderão integrar também, o Plano de Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico-EBTT.

Estas são as razões para apresentação desta emenda e peço o voto favorável dos nobres Pares para aprová-la e fazer justiça aos nossos Professores e Regentes de Ensino de Roraima, de Rondônia e do Amapá.

Sala da comissão,                      de    de    .

**Senador Chico Rodrigues**  
(PSB - RR)



**MPV 1286  
00187**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Chico Rodrigues

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** O art. 8º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 8º** .....

.....

§ 7º Os servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais-PCC- e em empregos públicos federais nos termos do art. 12 desta Lei, com fundamento nas Emendas Constitucionais nº 60, de 2009, nº 79, de 2014, e nº 98 de 2017, enquadrados em cargos e empregos de mesma denominação, ou semelhante, ou de atribuições equivalentes às previstas para as categorias funcionais de, agente administrativo, datilógrafo, assistente administrativo, agente de vigilância, telefonista, motorista oficial, auxiliar operacional de serviços diversos, artífices, agente de saúde, auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem e agente de portaria serão posicionados no nível intermediário, consoante o disposto no art. 5º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1991 e da Lei nº 8.743, de 9 de dezembro de 1993, vedada, em qualquer hipótese, efeitos financeiros retroativos.

§ 8º O disposto no § 7º aplica-se ao servidores ativos, aposentados e pensionistas, independentemente de possuírem escolaridade correspondente ao ensino médio ou habilitação legal equivalente, sendo os cargos e empregos extintos quando vagarem.’ (NR)”



## JUSTIFICAÇÃO

O propósito desta emenda é adequar a classificação dos cargos do PCC-Ext e os empregos públicos dos ex-Territórios de que tratam os artigos 8º e 12 da Lei 13.681, de 2018, em parâmetros iguais aos aplicados aos cargos e empregos dos planos de carreira da União, seguindo o disposto no artigo 5º, da Lei 8.460, de 1992, que dispõe que as categorias funcionais de Agente de Vigilância, de Telefonista, de Motorista Oficial e as classes C e D da Categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, assim como a classe B da categoria de Agente de Serviços de Engenharia passaram a integrar o anexo X da Lei 7.995, de 1990, qual seja, o rol de cargos de nível intermediário.

Quis o legislador, com a edição da Lei 8.460, de 1991, e da Lei n.º 8.743, de 1993, classificar os cargos de agente de vigilância, telefonista, motorista oficial, auxiliar operacional de serviços diversos, agente de serviços de engenharia e agente de portaria, incluindo-os no nível intermediário, de forma que todos as pessoas que ocupavam esses cargos foram elevadas de ofício, ao nível intermediário, independentemente de possuírem a escolaridade de ensino médio.

Portanto, fortes são os argumentos de que as alterações sugeridas aperfeiçoam esta Medida Provisória, razões que me levam a pedir o voto favorável dos nobres Pares.

Sala da comissão,                      de                      de                      .

**Senador Chico Rodrigues**  
(PSB - RR)





**MPV 1286  
00188**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Chico Rodrigues

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018 passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 2º** .....  
.....

**XIV** – a pessoa que revestiu a condição de cargo comissionado nos governos estaduais e municipais em Roraima e no Amapá poderá ingressar, mediante opção, em cargos públicos efetivos estatutários integrantes do plano de cargos e carreiras dos extintos Territórios Federais, em conformidade com as atribuições desempenhadas no período de 1988 a 1993.

§ 1º O disposto no caput aplica-se à pessoa que ocupou apenas cargo comissionado ou função de confiança no âmbito da Secretaria de Segurança Pública de Roraima e do Amapá, que comprovadamente desempenhou atividade policial durante o período de instalação desses estados, entre outubro de 1998 e outubro de 1993, à qual poderá ingressar em cargos públicos efetivos, integrantes do Plano de Carreira Policial Civil dos extintos Territórios, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional 79, de 2014, e art. 6º da Emenda Constitucional 98, de 2017.

§ 2º Ato do Poder Executivo Federal regulamentará o prazo de opção a que se refere o caput no prazo de 90 dias, a contar da publicação desta lei.’ (NR)”



## JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 98/2017 dispõe sobre o aproveitamento de servidores e empregados que tiveram qualquer tipo de vínculo com a Administração Pública dos ex-Territórios, de suas prefeituras e dos estados do Amapá e de Roraima, entre outubro de 1988 e outubro de 1993.

Nessa etapa inicial, em que os órgãos públicos estavam sendo criados, os estados não possuíam autonomia plena e nem dispunham de estrutura organizacional suficiente para fazer frente ao conjunto da demanda de serviços públicos necessários ao atendimento de suas populações, por isso, eram totalmente dependentes da União, que se responsabilizou pela totalidade dos gastos com a folha de pagamento de pessoal.

A presente emenda visa conceder o direito de inclusão de pessoas que trabalharam, na condição de cargo em comissão – os quais foram admitidos para atender as necessidades das áreas de gestão pública, segurança, saúde, educação, planejamento, administração e demais áreas – ao rol daqueles que poderão integrar o quadro em extinção da administração pública federal.

No período de instalação desses dois estados, havia uma grande carência de pessoal na administração pública nas várias áreas de atuação estadual e se fazia necessária a realização de concursos públicos, processos seletivos simplificados e a contratação em caráter precário de profissionais para compor a força de trabalho.

A contratação de servidores nomeados para o exercício de cargo em comissão foi parte da estratégia dos novos estados para assegurar a continuidade da prestação dos servidores públicos, especialmente no período de instalação dos novos entes federados, quando milhares de pessoas foram contratadas para desempenhar atividades nas diversas secretarias e órgãos públicos, nomeados pelo então governador ou pelos secretários na condição de vínculos comissionados.

E, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 98/2017, houve forte expectativa de que esses servidores comissionados, nomeados entre 1988 a 1993, fossem absorvidos pela administração federal, até mesmo nas funções que outrora desempenharam efetivamente. Porém, a regulamentação disposta na Lei



nº 13.681, de 18 de junho de 2018, deixou uma lacuna quanto aos ocupantes de cargos comissionados e não faz qualquer menção clara e expressa de que esses servidores seriam enquadrados em cargos federais efetivos ou como empregados públicos.

Destaque-se que a apresentação dessa emenda não altera o disposto no direito já previsto na Lei nº 13.681/2018 e no Decreto nº 9.324, de 2018; mas, tão somente, confere-lhe maior segurança jurídica, respeitando-se, assim, a vontade dos optantes que desejarem permanecer nos cargos comissionados exercidos no período de 1988 a 1993.

São estas as razões que me levam a apresentar esta emenda para aprovação por parte dos nobres Pares, e assim reconhecer o direito desses cidadãos e cidadãs brasileiros, de verem reconhecido esse legítimo direito de entrarem para o Quadro em extinção nas mesmas funções desempenhadas no período de instalação dos estados de Roraima e do Amapá.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Chico Rodrigues**  
(PSB - RR)



**MPV 1286  
00189**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se onde couber:

“A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 56.....

.....

§

4º.....

IV - para fazer jus ao nível IV da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 720 (setecentas e vinte) horas, ou comprovar o grau de Mestre.

V - para fazer jus ao nível V da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 1080 (mil e oitenta) horas, ou comprovar o título de Doutor.

.....

Art. 59 A Lei no 11.344, de 8 de setembro de 2006, passa a vigorar acrescida dos Anexos VIII-A e VIII-B, nos termos, respectivamente, dos Anexos CCXXXVII e CCXXXVIII a esta Medida Provisória. (NR)”

ANEXO CCXXXVIII

(Anexo XX à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

“VALOR DA GRATIFICAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO – GQ



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253919000800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Allan Garcês



.....

c) Valor da GQ para os cargos de Técnico e Assistente em Ciência e Tecnologia, a partir de 1º de janeiro de 2025:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GQ				
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025				
		I	II	III	IV	V
ESPECIAL	III	1.403,19	2.202,01	4.389,03	5.230,36	9.312,62
	II	1.354,53	2.126,02	3.998,76	5.022,36	8.942,29
	I	1.307,75	2.052,40	3.643,51	4.822,64	8.586,69
	VI	1.252,21	1.965,06	3.260,99	4.630,86	8.245,23
	V	1.222,78	1.919,26	3.163,76	4.446,71	7.917,34
C	IV	1.194,24	1.874,43	3.069,39	4.235,37	7.541,05
	III	1.166,59	1.830,71	2.978,19	4.133,49	7.359,66
	II	1.139,45	1.788,09	2.889,34	4.034,07	7.182,64
	I	1.112,60	1.746,24	2.803,02	3.937,04	7.009,88
B	VI	1.065,27	1.671,64	2.647,96	3.842,34	6.841,27
	V	1.040,46	1.632,53	2.568,88	3.659,72	6.516,12
	IV	1.015,69	1.594,28	2.491,94	3.571,70	6.359,39
	III	992,16	1.556,87	2.417,60	3.485,78	6.206,42
	II	968,85	1.520,45	2.345,15	3.401,94	6.057,13
	I	945,74	1.484,51	2.274,67	3.320,11	5.911,44
	V	917,2	1.439,58	2.225,52	3.224,52	5.741,23
	IV	903,11	1.417,54	2.201,34	3.177,75	5.657,97
A	III	889,4	1.395,95	2.177,34	3.131,67	5.575,92
	II	875,86	1.374,64	2.153,65	3.086,25	5.495,05
	I	862,51	1.353,60	2.130,27	3.041,50	5.415,37

ExEdit  
\*CD253919000800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253919000800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Allan Garcês



d) Valor da GQ para os cargos de Técnico e Assistente em Ciência e Tecnologia, a partir de 1º de abril de 2026:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GQ				
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026				
		I	II	III	IV	V
ESPECIAL	III	1.470,00	2.252,60	4.488,00	5.467,17	9.734,27
	II	1.419,22	2.174,79	4.062,99	5.232,39	9.316,24
	I	1.370,20	2.099,67	3.678,23	5.007,69	8.916,17
	VI	1.310,56	2.008,28	3.264,31	4.792,64	8.533,28
	V	1.281,72	1.964,08	3.168,99	4.586,83	8.166,82
C	IV	1.253,52	1.920,87	3.076,45	4.351,48	7.747,79
	III	1.225,93	1.878,60	2.986,62	4.238,38	7.546,41
	II	1.198,96	1.837,26	2.899,41	4.128,22	7.350,26
	I	1.172,57	1.796,83	2.814,74	4.020,92	7.159,22
	VI	1.121,54	1.718,62	2.652,76	3.916,40	6.973,13
	V	1.096,86	1.680,80	2.575,29	3.715,46	6.615,35
B	IV	1.072,72	1.643,82	2.500,09	3.618,89	6.443,41
	III	1.049,12	1.607,65	2.427,09	3.524,82	6.275,92
	II	1.026,03	1.572,27	2.356,22	3.433,20	6.112,80
	I	1.003,45	1.537,67	2.287,41	3.343,97	5.953,91
	V	974,01	1.492,56	2.242,34	3.239,94	5.768,70
	IV	959,62	1.470,50	2.220,14	3.189,15	5.678,26
A	III	945,44	1.448,77	2.198,16	3.139,15	5.589,24
	II	931,47	1.427,36	2.176,40	3.089,94	5.501,61
	I	917,7	1.406,27	2.154,85	3.041,50	5.415,37

” (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253919000800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Allan Garcês



## JUSTIFICAÇÃO

A inclusão dos níveis de GQ na lei passa a reconhecer os servidores que exercem suas funções com alto desempenho e dispõe de relevante formação acadêmica para exercício dos cargos e serem reconhecidos pelo trabalho científico, técnico, tecnológico e de inovação em produtos e processos nos respectivos órgãos e entidades.

Tais requisitos, técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais, são necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infraestrutura dos órgãos e entidades, que estão alinhados com o objetivo principal do Plano de Carreiras da área de C&TI do país.

Importa destacar que a GQ já é prevista na lei da carreira de Ciência e Tecnologia, no entanto, não prevê a regulamentação dos critérios para as equivalências ao nível de mestrado e doutorado para os servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia e a inclusão dos níveis IV e V de GQ faz o devido ajuste nos planos e aos servidores que se dedicam diuturnamente nas entregas de C&TI ao país.

Contar com a GQ implementada em janeiro de 2025 é justa medida que não apenas resgata uma dívida histórica para com o reconhecimento de nossos servidores e servidoras, mas acena, hoje, ao sacrifício feito pela comunidade da Carreira e Cargos de Ciência e Tecnologia no país.

Solicito, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação desta Emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Allan Garcês**  
**(PP - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253919000800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Allan Garcês



**MPV 1286  
00190**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se art. 19-A à Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, na forma proposta pelo art. 137 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 19-A. Fica instituído o Reconhecimento de Resultados e Aprendizagem – RRA como equivalência da titulação exigida para os cargos de nível superior das Carreiras de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, para fins de percepção da RT.

§ 1º O RRA será devido, mediante requerimento, como retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infraestrutura dos cargos de que trata o caput.

§ 2º O RRA será concedido ao servidor que esteja em efetivo exercício nos respectivos órgãos ou entidades em atividades inerentes às atribuições dos cargos de que trata o caput.

§ 3º O RRA poderá ser concedido em três níveis, exclusivamente para fins de percepção da RT, de acordo com as seguintes equivalências, conforme o constante do Anexo I-C:

- I – RRA 1, que equivalerá à RT - Especialização;
- II – RRA 2, que equivalerá à RT - Mestrado; e
- III – RRA 3, que equivalerá à RT - Doutorado.

§ 4º A concessão do RRA 3 fica condicionada, além de outros requisitos estabelecidos em regulamento, a, no mínimo, titulação de mestrado ou entrega



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251756707900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Allan Garcês

\*CD251756707900\*  
ExEdit



excepcional que traga contribuição relevante para área de ciência e tecnologia do País, atestada pela autoridade máxima dos respectivos órgãos ou entidades.

§ 5º Em nenhuma hipótese o RRA poderá ser utilizado para fins de equiparação de titulação para cumprimento de requisitos para progressão e promoção na Carreira.

§ 6º Para fazer jus ao RRA, os titulares dos cargos de que trata o caput deverão comprovar, na forma estabelecida em regulamento, pontuação para um ou mais dos seguintes requisitos:

- I – inovação em produtos, técnicas e processos;
- II – produção científica ou técnica;
- III – participação na gestão institucional;
- IV – capacitação profissional; e
- V – participação em atividades de caráter pedagógico.

§ 7º Regulamento disporá sobre a concessão do RRA, o qual deverá conter:

I – critérios objetivos e mensuráveis, baseados em informações e dados de acesso público; e

II – definição de recorte temporal para as aquisições de aprendizagem e resultados alcançados pelo servidor que não ultrapasse os últimos cinco anos anteriores à data de requerimento do RRA.

§ 8º O disposto no inciso II do § 7º não se aplica à titulação de mestrado ou à entrega excepcional que traga contribuição relevante para área de ciência e tecnologia do País.

§ 9º Os efeitos financeiros do RRA ocorrerão a partir da data de sua concessão e não retroagirão à data do seu requerimento.” (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251756707900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Allan Garcês



\*CD251756707900\*  
eXEdit



## JUSTIFICAÇÃO

A inclusão deste dispositivo (Reconhecimento de Resultado de Aprendizagem – RRA) na lei NÃO gera impacto orçamentário e financeiro, uma vez que NÃO modifica a remuneração dos servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia e NÃO cria novos cargos.

Apenas reconhece os servidores que exercem suas funções com alto desempenho e dispõe de relevante formação acadêmica para exercício dos cargos e serem reconhecidos pelo trabalho científico, técnico, tecnológico e de inovação em produtos e processos nos órgãos e entidades.

Tais requisitos, técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais, são necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infraestrutura dos órgãos e entidades, que estão alinhados com o objetivo principal do Plano de Carreiras da área de C&TI do país.

Importa destacar que a RT já é prevista na lei da carreira de Ciência e Tecnologia, no entanto, não prevê a regulamentação dos critérios para as equivalências e o Reconhecimento de Resultado de Aprendizagem – RRA para os servidores da Carreira e Cargos de Ciência e Tecnologia e a inclusão do dispositivo RRA faz o devido ajuste nos planos e aos servidores que se dedicam diuturnamente nas entregas de C&TI ao país.

Contar com o RRA implementado em janeiro de 2025 é justa medida que não apenas resgata uma dívida histórica para com o reconhecimento de nossos servidores, mas acena, hoje, ao sacrifício feito pela comunidade da Carreira e Cargos de Ciência e Tecnologia do país.

Por essas razões, solicito aos Nobres Pares o necessário apoio para a aprovação desta Emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Allan Garcês**  
(PP - MA)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251756707900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Allan Garcês



\*CD251756707900\*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00191**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, na forma proposta pelo art. 137 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º.....

§ 1º.....

XL – Ministério da Saúde” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 1º da referida lei, qualifica os órgãos específicos singulares que podem receber quadros da carreira de C&T, restringindo a atuação (lotação e exercício), dos mesmos servidores, nas demais secretarias e unidades administrativas do Ministério da Saúde.

Tal restrição causa transtornos à execução plena das competências dos Servidores, uma vez que a carreira conta com técnicos altamente especializados, com Doutorado, Mestrado, Especializações diversas, de grande valor agregado para o desenvolvimento da ciência, da Gestão e da Inovação e das pesquisas no país. Atributos deste porte são fundamentais para o desempenho do trabalho da saúde, área com atuação transversal e tripartite.

Desde o ano de 2013 (com as diversas reformas da estrutura regimental do Ministério da Saúde), a desatualização dos órgãos específicos singulares do Ministério da Saúde presentes na lei, ocasiona graves prejuízos e insegurança jurídica para os servidores ocupantes da carreira de Ciência e Tecnologia lotados e em exercício no Ministério da Saúde, pois a limitação das

ExEdit  
\*CD25828996700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258289996700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Allan Garcês



unidades de lotação estabelecidas na Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, impedem os de do devido enquadramento na carreira para fins de promoção e progressão.

Desta maneira, o texto proposto da emenda ora apresentada objetiva inserir o Ministério da Saúde no art. 1º da Lei nº 8.691/1993, para abarcar estes servidores da carreira dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, integrantes da área de Ciência e Tecnologia. No mesmo sentido, trata-se de ampliar a capacidade institucional e técnica do órgão, explorando a potencialidade dos servidores em todos os setores do órgão, assim concedendo tratamento equânime aos servidores da carreira de Ciência e Tecnologia lotados ou em exercício no Ministério da Saúde, ao mesmo tempo objetiva fortalecer a instituição com a possibilidade de ampliar a lotação dos servidores em áreas estratégicas do órgão.

A iniciativa de alteração na legislação não gera custos orçamentários e financeiros para a União, tendo em vista que os cargos já são ocupados no Ministério da Saúde pelos atuais servidores públicos.

Por essas razões, solicito aos Nobres Pares o necessário apoio para a aprovação desta Emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Allan Garcês**  
**(PP - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258289996700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Allan Garcês



\*CD258289996700\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00192**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Emenda Modificativa à MPV 1.286/2024

Art. 1º Altera-se o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MPV 1.286/2024, o qual passa a vigorar com a seguinte tabela:

**ANEXO CCLXXXII \_**

PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS  
EM EDUCAÇÃO VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), com jornada de 40 horas semanais:

Em R\$



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250562508900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. General Pazuello



CARGO	SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025				
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E					NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E				
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026	
			I	II	III	IV				
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78	
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46	
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64	
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10	
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54	
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78	
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60	
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86	
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44	
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24	
Médico	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22	
Veterinário	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38	
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74	
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38	
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44	
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04	
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42	
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84	
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60	

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025				
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E					NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E				
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026	
			I	II	III	IV				
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39	
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23	
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82	
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55	
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77	
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89	
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30	
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43	
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72	
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62	
Médico	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61	
Veterinário	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19	
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87	
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19	
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72	
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02	
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71	
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42	
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80	

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de medida necessária para garantir a isonomia no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE), conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024 assinado pelos sindicatos representativos dessas carreiras. Por equívoco



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250562508900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. General Pazuello



de edição a MP original veio com uma tabela que contempla apenas a metade do aumento acordado entre governo e categoria.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250562508900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. General Pazuello



\* CD 250562508900 \*  
LexEdit



**MPV 1286  
00193**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao inciso I do art. 1º da Lei 11.539, de 8 de novembro de 2007, como proposto pelo CAPÍTULO LI da Medida Provisória, nos termos a seguir:

Art. 1º.....

I - Carreira de **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura**, estruturada nas Classes A, B e Especial, composta do cargo de **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura**, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte;

Dê-se nova redação aos anexos CCXXVIII, CCXXXI e CCXXXII, da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**ANEXO CCXXVIII****(Anexo I à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)****“ESTRUTURA DOS CARGOS**

.....



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256017229600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



\*CD256017229600\*  
ExEdit





c) Cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura a partir de 1º de janeiro de 2025:

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura	ESPECIAL	V
		IV
		III
		II
		I
	C	V
		IV
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

” (NR)

ANEXO CCXXXI

(Anexo I-A à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)

“TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
----------------	--

ExEdit  
\*CD256017229600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256017229600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Analista de Infraestrutura	Especial	III	V	Especial	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura
		II	IV		
		I	III		
	B	V	II		
			I		
		IV	V		
		III	IV		
			III		
		II	II		
		I	I		
		A		V	
	V		IV		
	IV		III		
			II		
	III		I		
	II		V		
	I		IV		
			A		

” (NR)

ANEXO CCXXXII

(Anexo II-A à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)

TABELA DE SUBSÍDIO DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL DE INFRAESTRUTURA

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
--------	--------	---



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256017229600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	24.788,80	26.086,10
	IV	24.055,12	25.314,02
	III	23.354,49	24.576,72
	II	22.674,26	23.860,89
	I	22.285,71	23.400,00
C	V	21.714,29	22.800,00
	IV	21.000,00	22.050,00
	III	20.476,19	21.500,00
	II	20.133,33	21.140,00
	I	19.809,52	20.800,00
B	V	19.047,62	20.000,00
	IV	18.742,86	19.680,00
	III	18.380,95	19.300,00
	II	18.120,17	19.068,47
	I	17.958,54	18.898,39
A	V	17.606,42	18.527,83
	IV	16.848,25	17.729,98
	III	16.323,81	17.140,00
	II	15.597,14	16.755,00
	I	14.764,06	15.536,72

” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.286/2024 promove ajustes estruturais nas carreiras do serviço público federal, incluindo a reestruturação parcial da carreira de Analista de Infraestrutura (AIE). Diante do papel estratégico desempenhado por



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256017229600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



esses profissionais na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, bem como na modelagem de concessões e parcerias de infraestrutura, faz-se necessária a adequação da denominação da carreira, de modo a refletir com maior precisão suas atribuições e responsabilidades dentro do Estado brasileiro.

Criada pela Lei nº 11.539/2007, a carreira de Analista de Infraestrutura surgiu com o objetivo de suprir a necessidade de gestão técnica qualificada para viabilizar grandes empreendimentos públicos e privados no setor de infraestrutura. Sua atuação, desde então, tem sido determinante para a concepção, planejamento, modelagem e acompanhamento de projetos estratégicos para o desenvolvimento do país.

A trajetória da carreira demonstra uma evolução significativa no perfil das atribuições exercidas pelos AIEs. Inicialmente voltados para a execução de obras e empreendimentos de grande porte, esses profissionais passaram a desempenhar papel central na formulação e gestão de políticas públicas, na análise de viabilidade de projetos, no monitoramento de investimentos estratégicos e no assessoramento técnico de alto nível junto ao governo federal.

Essa transformação levou à integração da carreira de AIE ao grupo de carreiras de gestão governamental, conforme previsto na Lei nº 13.464/2017, um reconhecimento formal de seu papel transversal na Administração Pública. No entanto, o nome da carreira permaneceu desatualizado, não refletindo essa realidade ampliada de responsabilidades estratégicas.

O atual nome, "Analista de Infraestrutura", remete a um caráter técnico-operacional limitado à execução de obras públicas, o que não condiz com o grau de responsabilidade, complexidade e impacto socioeconômico das atividades desempenhadas pelos AIEs. Diferentemente do que o termo sugere, a carreira não se restringe à supervisão de obras, mas atua diretamente na formulação de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Assim a mudança para **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura** se justifica pelos seguintes motivos:

· **Abrangência de Atribuições:** O novo nome traduz a realidade das atividades desempenhadas pelos AIEs, que vão muito além da execução de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256017229600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Sollá



obras e incluem planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e modelagem de projetos de infraestrutura de grande porte;

· Consonância com a Integração às Carreiras de Gestão Governamental: A nomenclatura proposta alinha a carreira ao grupo de gestão governamental, ao qual já pertence legalmente;

· Valorização da Carreira: A denominação atual não reflete a relevância da atuação dos AIEs na formulação de políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico, o que pode prejudicar sua valorização dentro da estrutura do governo;

· Adequação ao Contexto Atual da Administração Pública: A política de infraestrutura do Brasil evoluiu, exigindo visão integrada com mobilidade, sustentabilidade, inovação e desenvolvimento socioeconômico. O nome precisa refletir essa realidade.

A infraestrutura desempenha papel central no crescimento econômico, na competitividade do Brasil e na promoção do bem-estar social. As decisões relacionadas a concessões, parcerias público-privadas, logística, saneamento, energia e transporte impactam diretamente a vida da população e a eficiência do setor produtivo.

A atuação desses servidores tem sido determinante na estruturação e gestão desses investimentos estratégicos. Além disso, a carreira tem se destacado na formulação de políticas de inovação, transição energética, infraestrutura sustentável e redução do Custo Brasil, contribuindo diretamente para os objetivos da Lei da Liberdade Econômica e da Lei do PPI.

Diante disso, a correta nomenclatura da carreira é essencial para reforçar sua posição estratégica na formulação e implementação de políticas públicas de infraestrutura, assegurando que seus profissionais sejam reconhecidos e alocados adequadamente nas instâncias decisórias do governo.

A alteração da nomenclatura da carreira não gera impacto orçamentário e está plenamente conectada ao escopo da MPV 1.286/2024, que trata da reestruturação da carreira de AIE.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256017229600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



Assim, propõe-se a adoção da nova denominação no texto da MP, conforme a estrutura sugerida nesta emenda, garantindo que a terminologia utilizada esteja em conformidade com a realidade da atuação desses profissionais.

### Conclusão

A infraestrutura não pode ser tratada apenas como um tema técnico-operacional, mas como política de Estado. O desenvolvimento sustentável do Brasil depende de uma gestão integrada, estratégica e eficiente dos investimentos em infraestrutura, e os servidores responsáveis por essa tarefa devem ter nomenclatura compatível com a complexidade de suas atribuições.

Dessa forma, a alteração da denominação para **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura** corrige uma inconsistência histórica, valoriza a carreira e fortalece sua relevância na Administração Pública.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares na aprovação desta emenda, garantindo que a carreira de AIE tenha sua atuação devidamente reconhecida dentro do modelo de gestão pública federal.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
(PT - BA)  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256017229600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



\*CD256017229600\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00194**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

**Art. 1º** Acrescenta o artigo 184-A, que passa a vigorar nos seguintes termos:

**Art. 184-A** Sem prejuízo do disposto no art. 184 fica autorizada a transformação dos cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos - PEC da Polícia Federal na Carreira de Desenvolvimento de Políticas de Segurança e Defesa, para os servidores que estejam lotados nos órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 185, e que exerçam atividades relativas a essas políticas, mediante opção individual, a ser exercida no prazo de 6 (seis) meses da publicação da lei de conversão desta Medida Provisória.

§ 1º A opção do servidor pela transformação do Plano de Cargos na forma do caput deste artigo será irrevogável e implica o reposicionamento do servidor na mesma classe e no mesmo padrão ao qual se encontrava no cargo de nível superior do do PEC PF

§ 2º A estrutura remuneratória e de carreira, conforme as classes e padrões, passará a ser a indicada nos Anexos CCCVII e CCCVIII, na forma de subsídio.

§ 3º O servidor do cargo de nível superior que optar pela transformação na forma do caput deste artigo será mantido no exercício



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255753678700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



descentralizado no respectivo órgão da administração pública federal direta em que exerce as atividades relativas às políticas previstas no art. 185, nos termos do § 1º do art. 183.

## JUSTIFICAÇÃO

O Plano Especial de Cargos da Polícia Federal-PEC/PF foi criado com a conversão da Medida Provisória nº 112, de 21 de março de 2003, na Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003. A exposição de motivos à época, assinada pelos Ministros Guido Mantega e Marcio Thomaz Bastos foi categórica: "os servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal pertencerão a um plano diferenciado dos demais servidores públicos, em virtude do reconhecimento da peculiaridade das atribuições que desempenham, que exigem conhecimentos específicos, necessários apenas a essa clientela".

Este foi um marco importante para o sistema justiça e segurança pública do país. Porém, após 22 anos da publicação da referida legislação a realidade da atuação profissional dos 155 servidores de nível superior do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal não foi consolidada. São Médicos, Médicos Veterinários, Assistentes Sociais, Psicólogos, Engenheiros, Professores, Pedagogos, Técnicos em Assuntos Educacionais (filosofia, sociologia, educação física e outros), Contadores, Administradores e outros profissionais de nível superior que atuam na área exclusiva da polícia judiciária da união, e em atividades de suporte e apoio às atividades de polícia administrativa e demais ações e tarefas exclusivas em todo o território nacional.

Há uma lacuna de reconhecimento estatal das atividades e peculiaridades laborais dos servidores e servidoras que trabalham na Polícia Federal. Enquanto a Carreira Policial Federal recebeu aumentos, médicos, psicólogos, assistente sociais e demais cargos de nível superior ainda possuem apenas um plano de cargos e não uma carreira estruturada e alinhada com as diretrizes modernas do sistema de justiça e cidadania.

Além disso, existe uma diferença salarial entre as carreiras do Ministério da Gestão e Inovação e o Plano Especial de Cargos da PF, o que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255753678700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna





provoca danos institucionais na prestação de serviços aos cidadãos. Ressalte-se que a atuação profissional envolve atividades sensíveis, essenciais ao Estado, sem equivalência no âmbito privado, caracterizando-se como tarefas passíveis de serem classificadas como próprias estatais, conforme descrito no artigo 2º da Lei nº 6.185/1974.

Dessa forma, indiscutivelmente, as atividades desenvolvidas pelos servidores e servidoras têm um papel vital na eficácia e eficiência da gestão pública na área de justiça e segurança pública, por conseguinte, nas políticas de Estado, sendo parte essencial para o desempenho da Polícia Federal.

Por estas razões, pleiteamos a integração à nova carreira de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa (Art. 183 da Medida Provisória 1286 de 31 de dezembro de 2024). Assim, haverá a possibilidade de ingressarem, por transformação do plano atual de cargos, em um modelo que atende as exigências atuais da administração pública moderna e eficiente. Esse modelo prioriza a transversalidade, mobilidade de pessoal, combate às heterogeneidades e desigualdades estruturais e promove a equidade salarial.

A inclusão dos servidores e servidoras do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal em carreira de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa consiste em uma medida que reconhece a importância integral desses profissionais para o bom funcionamento do setor público em áreas estratégicas e sensíveis para o Estado brasileiro

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Fernanda Melchionna**  
**(PSOL - RS)**

\* CD 255753678700 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255753678700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



**MPV 1286  
00195**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.286, de 2024, o art. 83-A e dê-se nova redação aos Anexos CXXXV, CXXXVIII, c e d, e CXL:

Art. 83-A. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica criada a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, composta pelos cargos de Gestor Ambiental, Gestor Administrativo, Auditor-Fiscal Ambiental Federal, Analista Administrativo, Técnico Ambiental, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo, abrangendo os cargos de pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

§ 1º Os atuais cargos de provimento efetivo integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Gestor Ambiental e Gestor Administrativo do Ministério do Meio Ambiente – MMA e Auditor-Fiscal Ambiental Federal, Analista Administrativo, Técnico Ambiental, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, na proporção a ser definida em

\* CD 256867876300 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256867876300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 2º .....

.....

II - no quadro de pessoal da autarquia a que se refere o caput, 2.000 (dois mil) cargos efetivos de Auditor-Fiscal Ambiental Federal.

§ 3º Os cargos de nível intermediário ou auxiliar alcançados pelo disposto no § 1º que estejam vagos poderão ser transformados em cargos de Auditor-Fiscal Ambiental Federal ou Analista Administrativo, quando integrantes do quadro de pessoal do Ibama, e extintos, se pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério do Meio Ambiente.

.....”(NR)

“1º -A A partir de 1º de janeiro de 2025, o cargo de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, passa a denominar-se Auditor-Fiscal Ambiental Federal.”

“Art. 4º São atribuições dos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal Ambiental Federal o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas nacionais de meio ambiente formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionem com as seguintes atividades:

.....”(NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256867876300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



“Art. 11.....

§2º .....

I - diploma de graduação em nível superior ou habilitação legal equivalente, para os cargos de Gestor Ambiental e Auditor-Fiscal Ambiental Federal;

.....

§ 3º O concurso para o ingresso no cargo de Auditor-Fiscal Ambiental Federal poderá ser realizado por área de especialização, podendo ser exigida formação específica, conforme estabelecido no edital.” (NR)

### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a promover a adequação da denominação do cargo de Analista Ambiental para Auditor-Fiscal Ambiental Federal, no âmbito da carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002.

A proposta de modificação da nomenclatura do cargo decorre da necessidade de conferir maior clareza e alinhamento às funções efetivamente desempenhadas pelos profissionais que atuam na regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental. Os ocupantes desse cargo são responsáveis por efetivar o cumprimento da legislação ambiental, por meio do exercício do poder de polícia conferido na Lei nº 7.735/1989 e nº 9.605/98, verificando a regularidade de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras, conduzindo ações de fiscalização e auditoria, exigindo a

\*CD256867876300\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256867876300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



adoção de medidas corretivas quando identificadas inconformidades e, se necessário, aplicando sanções administrativas, com vistas a garantir a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade das atividades produtivas.

Cumpre salientar que a própria Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, em sua redação vigente, já prevê expressamente as atividades de regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental dentre as atribuições do Analista Ambiental. Com efeito, o art. 2º da referida lei dispõe, in verbis:

*“Art. 4º São atribuições dos ocupantes do cargo de Analista Ambiental o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas nacionais de meio ambiente formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionem com as seguintes atividades:*

***I – regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental;***

*II – monitoramento ambiental;*

*III – gestão, proteção e controle da qualidade ambiental;*

*IV – ordenamento dos recursos florestais e pesqueiros;*

*V – conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e*

*VI – estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambientais.”*

A mudança para Auditor-Fiscal Ambiental Federal visa, portanto, a conferir maior clareza sobre as atribuições exercidas, evidenciando a competência fiscalizatória e de auditoria necessária para o efetivo cumprimento das normas ambientais e o



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256867876300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



\*CD256867876300\*  
ExEdit



monitoramento de atividades potencialmente poluidoras, uma vez que denominação atual, “Analista Ambiental”, não traduz o caráter fiscal e de controle embutido no rol de responsabilidades do cargo.

Essa iniciativa se harmoniza com outras mudanças realizadas no âmbito federal que objetivaram aproximar a nomenclatura dos cargos de suas funções concretas de auditoria e fiscalização. A exemplo disso, cita-se a reformulação dos cargos da Ministério da Agricultura e Pecuária (Auditor-Fiscal Federal Agropecuário), Ministério do Trabalho (Auditor-Fiscal do Trabalho), Receita Federal do Brasil (Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e Controladoria Geral da União (Auditor Federal de Finanças e Controle). Ademais, no próprio texto da Medida Provisória nº 1286, de 2024, o art. 2º contempla a alteração do nome do cargo de Analista do Banco Central para Auditor do Banco Central, com fundamento na mesma lógica de aprimorar a nomenclatura para evidenciar as funções de fiscalização e regulação dos servidores e explicitar a essência de controle e auditoria típica das atividades desempenhadas.

Importa esclarecer ainda que a mudança de nomenclatura proposta não acarreta impactos orçamentários nem implica mudanças estruturais na carreira de Especialista em Meio Ambiente. Não se criam novas atribuições, nem se estabelecem novas despesas, mantendo-se inalterados todos os aspectos funcionais e remuneratórios vigentes. Trata-se, exclusivamente, de adequar a nomenclatura do cargo ao efetivo conteúdo ocupacional, de modo semelhante ao que se pretende com o cargo de Analista do Banco Central, conforme o art. 2º da MP nº 1286/2024. Dessa forma, não há necessidade de realocação de recursos adicionais ou de mudança de atribuições.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256867876300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



A nova denominação, nesse sentido, aproxima-se das melhores práticas de gestão pública, em que a nomenclatura deve expressar com precisão a natureza das tarefas exercidas, bem como o nível de responsabilidade assumido.

Em resumo, a adoção da nomenclatura Auditor-Fiscal Ambiental Federal alinha o cargo de Analista Ambiental às suas funções essenciais de auditoria, controle e fiscalização. Essa alteração irá conferir maior visibilidade e precisão funcional, além de consolidar a percepção institucional da importância e legitimidade de tais profissionais no exercício da defesa e preservação do meio ambiente. Em paralelo, respeita os precedentes recentes de atualização das nomenclaturas de cargos em atividades típicas de Estado, reforçando o papel estratégico dos servidores que atuam em áreas críticas para a governança pública.

Por esses motivos, submete-se à apreciação dos nobres Pares a presente Emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
(PT - SC)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256867876300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



\* CD 256867876300 \*  
ExEdit



ANEXO CXXXV

(Anexo I à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002)

“VENCIMENTOS BÁSICOS DOS CARGOS DE GESTOR AMBIENTAL, GESTOR ADMINISTRATIVO, AUDITOR-FISCAL AMBIENTAL FEDERAL E ANALISTA ADMINISTRATIVO” (NR)

ANEXO CXXXVIII

(Anexo IV à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002)

“c) Valor da GQ para os cargos de Auditor-Fiscal Ambiental Federal, Analista Administrativo, Gestor Ambiental e Gestor Administrativo da Carreira de Especialista em Meio Ambiente a partir de 1º de janeiro de 2025:

d) Valor da GQ para os cargos de Auditor-Fiscal Ambiental Federal, Analista Administrativo, Gestor Ambiental e Gestor Administrativo da Carreira de Especialista em Meio Ambiente a partir de 1º de abril de 2026:” (NR)

ANEXO CXL

(Anexo VIII à Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002)

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE

a) Cargos de nível superior a partir de 1º de janeiro de 2025:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
CARGOS	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGOS
Auditor-Fiscal Ambiental Federal	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	Auditor-Fiscal Ambiental Federal
		II	IV		
		I	III		
Analista Administrativo	B	V	II	C	Analista Administrativo
		IV	I		
		III	V		
		II	IV		
		I	III		
Gestor Ambiental	A	V	II	B	Gestor Ambiental
		IV	I		
		III	V		
		II	IV		
		I	III		

\*CD256867876300\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256867876300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai





Gestor Administrativo					Gestor Administrativo
			II		
			I		
			V		
			IV		
			III		
			II		
			I		

(NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256867876300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



**MPV 1286  
00196**



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete Senador Weverton

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Altere-se o Anexo CCCXXI da MPV nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, a que se refere o seu artigo 209, para fazer com que o reajuste de 9% (nove por cento) para as Carreiras da Área Jurídica do ano de 2025 referente aos cargos de primeira categoria e de categoria especial dessas Carreiras passe a ter efeitos financeiros a partir de 01/01/2025, tal como já previsto na MPV para os cargos de segunda categoria das mesmas Carreiras e para todos os cargos das demais Carreiras contempladas na MPV, da seguinte forma:

**ANEXO CCCXXI**

(Anexo XXXV à Lei nº 13.227, de 29 de julho de 2016)

"TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA" (NR)

CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
	1º MAIO 2023	1º JANEIRO 2025	1º ABRIL 2026
ESPECIAL	29.761,03	32.439,52	35.423,96
PRIMEIRA	26.319,79	28.688,57	31.327,92
SEGUNDA	22.905,79	24.967,31	27.264,30

\* Em R\$



## JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda corrige o tratamento desigual dispensado pela MPV aos integrantes da Primeira Categoria e da Categoria Especial das Carreiras da Área Jurídica, cujo reajuste de 9%, do ano de 2025, foi postergado para 01/06/2025, em desacordo com a data-base de 01/01/2025 prevista na própria MPV para os integrantes da Segunda Categoria das mesmas Carreiras e também para os cargos de todas as demais Carreiras contempladas na MPV.

O tratamento dado pela MPV aos membros mais antigos das Carreiras da Área Jurídica, que se encontram atualmente na Primeira Categoria e na Categoria Especial por promoção por merecimento ou antiguidade (conforme artigo 24, parágrafo único, da Lei Complementar nº 73, de 10/02/1993), representa discriminação contra os membros mais antigos das referidas Carreiras, prejudicando inclusive os Aposentados e seus Pensionistas, em clara violação ao artigo 37, X, da Constituição Federal, que prevê que a revisão geral anual da remuneração dos cargos da Administração Pública deve se dar sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Além disso, o tratamento configura violação ao inciso XXX do artigo 7º da Constituição Federal, a que faz remissão (para os servidores públicos) o § 3º do artigo 39 da própria Constituição, o qual proíbe a diferença de salário e de exercício de funções por motivo, entre outros, de idade.

Com efeito, atribuir efeitos financeiros ao reajuste do subsídio dos membros mais jovens das Carreiras da Área Jurídica em data antecedente (01/01/2025) àquela fixada para os efeitos financeiros do reajuste dos membros mais idosos das mesmas Carreiras (01/06/2025) representa evidente preconceito contra os mais idosos, que o inciso XXX do artigo 7º da Lei Maior visa proibir, devendo-se corrigir a injustiça trazendo-se o reajuste de todas as categorias das Carreiras da Área Jurídica para a mesma data (01/01/2025), em consonância, inclusive com o disposto no artigo 1º da Lei 10.331, de 18/12/2001, que prevê o mês de janeiro de cada ano como data-base para a revisão geral anual da remuneração dos cargos e funções da Administração Pública.



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Weverton**



**MPV 1286  
00197**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** Fica criado, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal (DPFF), com as seguintes atribuições:

**I** – executar as funções previstas no § 3º do art. 144 da Constituição Federal, assegurando a segurança e a ordem pública no transporte ferroviário federal;

**II** – atuar na prevenção e repressão de ilícitos penais ocorridos no âmbito das ferrovias sob jurisdição federal;

**III** – desenvolver e implementar estratégias de policiamento ostensivo e investigativo voltadas à proteção da malha ferroviária nacional;

**IV** – cooperar com outros órgãos de segurança pública e entes federativos para o cumprimento de suas atribuições institucionais.”

“**Art.** O Poder Executivo regulamentará a estrutura organizacional, as competências específicas, o quadro de pessoal e os meios necessários ao funcionamento do Departamento de Polícia Ferroviária Federal (DPFF), garantindo-lhe patrimônio próprio, instalações adequadas e dotações orçamentárias compatíveis com suas atividades.”

ExEdit  
\*CD259349976900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259349976900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pastor Sargento Isidório



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar cumprimento ao comando constitucional previsto no § 3º do art. 144 da Constituição Federal, que prevê a criação da Polícia Ferroviária Federal como órgão responsável pela segurança das ferrovias federais.

Além disso, a formalização do DPFF no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública contribuirá para a execução da Política Nacional de Revitalização Ferroviária, promovendo maior segurança ao transporte ferroviário e garantindo a proteção da infraestrutura logística nacional.

Essa medida também se alinha aos objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), impulsionado pelo Governo Federal, garantindo a proteção das novas ferrovias em construção e fortalecendo a malha ferroviária existente, com impacto positivo na mobilidade, economia e segurança pública.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pastor Sargento Isidório**  
**(AVANTE - BA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259349976900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pastor Sargento Isidório



**MPV 1286  
00198****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se o art. 10 da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, como proposto pelo art. 114 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

As alterações efetuadas no artigo 10 e 11 da **Lei 11.090/2005** trazem maior rigor nos critérios de promoção e dificultam a ascensão para a Classe Especial dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Importante considerar que tais alterações não foram pactuadas entre a categoria, a CONDSEF - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e o MGI, quando da assinatura do Acordo Salarial no ano de 2024. Ressalte-se que a supressão não acarretará qualquer prejuízo ou aumento de despesas, uma vez que suprimido este texto da MP 1.286/2024 continuarão valendo as regras atuais de progressão da carreira, conforme previstas na Lei 11.090/2005.

Ademais, o novo texto cria disparidade entre o desenvolvimento funcional de carreiras do mesmo órgão. Pois, enquanto o texto a ser suprimido traz maior rigor aos critérios de promoção dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, as alterações do artigo 3º e parágrafos 1º e 2º, todos da **Lei 10.550/2002**, disciplinadas no artigo 116 da MP, que regula a promoção para os servidores da Carreira de Perito Federal Territorial, foram arremetidos para uma regulamentação posterior. Não há qualquer justificativa técnica/administrativa para que se adote um



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254804784000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira



entendimento **distinto e discriminatório** no tratamento deste tema – desenvolvimento funcional – nas duas carreiras da mesma instituição pública federal.

Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Átila Lira**  
(PP - PI)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254804784000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira





**MPV 1286  
00199**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 1º-B da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, como proposto pelo art. 116 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º-B.** Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Territorial, composta dos cargos efetivos de Perito Federal Territorial, de nível superior, com atribuições voltadas para o planejamento, a coordenação, a orientação, a implementação, o acompanhamento e a fiscalização de atividades inerentes à ocupação e ao uso do solo.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O texto que se pretende modificar promove alterações não acordadas na Mesa Específica e Temporária INCRA, e no Termo de Acordo nº 27, celebrado entre o MGI e a Condsef - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, para os servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei 11090/2005.

**As alterações promovidas pelo artigo Art. 1º-B do Art. 116 desta MP 1.286/2024, incorporam à Carreira de Perito Federal Agrário e/ou Territorial, atribuições que já se encontram atribuídas à Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, criada pela Lei 11.090/2005, tal como descritas em seu Art.1º, parágrafo 1º, e reproduzidos abaixo:**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258088510000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira



Art. 1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Técnico Administrativo, integrantes do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo terão as seguintes atribuições:

I - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário: planejamento, coordenação, acompanhamento e execução de atividades relativas ao **ordenamento territorial e reforma agrária** e, mais especificamente:

a) o gerenciamento das **ações de ordenamento territorial** e reforma agrária;

b) a articulação interinstitucional e integração das políticas de **ordenamento territorial** e da reforma agrária às demais políticas públicas;

c) a administração e a fiscalização do **cadastro de imóveis rurais** ;

d) a sistematização de informações relativas à **ocupação, utilização, zoneamento agrário e socioeconômico do meio rural** ;

e) a implementação de projetos relativos à **discriminação, arrecadação, regularização e destinação de terras públicas**;

f) o georreferenciamento, a medição e a demarcação de imóveis rurais; e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258088510000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira



\*CD258088510000\*  
xEdit



*g) a implantação, desenvolvimento, recuperação e consolidação de projetos de reforma agrária, colonização e demais modalidades de assentamento;*

*II - Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário: execução de suporte técnico às atividades relativas ao ordenamento da estrutura fundiária e da reforma agrária e, mais especificamente:*

- a) manutenção e atualização dos sistemas finalísticos;*
- b) coleta, sistematização e manutenção de dados e informações necessárias ao planejamento, acompanhamento e execução das **ações de ordenamento territorial e da reforma agrária** ;*
- c) apoio técnico às ações de fiscalização, vistoria, avaliação, georreferenciamento, medição e demarcação de imóveis rurais;*
- d) geoprocessamento de informações e elaboração de mapas temáticos;*
- e) identificação e classificação de beneficiários da reforma agrária;*
- f) apoio técnico às ações de implantação de infraestrutura básica, concessão de assistência técnica e articulação dos beneficiários da reforma agrária com instituições públicas e privadas; e*
- g) concessão e acompanhamento da aplicação dos créditos da reforma agrária;*

Essas alterações, flagrantemente inconstitucionais, se confirmadas no Plenário da Câmara dos Deputados, provocarão as seguintes consequências:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258088510000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira



\*CD258088510000\*  
ExEdit



1- **Duplicidade de atribuições** em duas carreiras distintas, em um mesmo órgão da administração pública federal (INCRA);

Equivalência da Atribuições entre as duas carreiras	
Perito Federal Territorial	Reforma e Desenvolvimento Agrário
Governança Territorial	Ordenamento Territorial
Governança Fundiária	Cadastro de Imóveis Rurais
Governança Patrimonial	Regularização Fundiária de Terras Federais
Ocupação/Uso do Solo	Ocupação/ Utilização / Zoneamento Agrário

2- Criação de uma **nova carreira** – Perito Federal Territorial - **e não a transformação** de uma carreira existente – Perito Federal Agrário - na medida em que **acrescenta novas atribuições** àquelas já existentes;

3- **Ingresso** dos Engenheiros Agrônomos nesta nova carreira – Perito Federal Territorial – **sem concurso público**, uma vez que as novas atribuições não faziam parte do Edital que disciplinou o ingresso dos Peritos Federais Agrários nos concursos de admissão anteriores.

Diante dos vícios que promovem subversão da lógica constitucional de admissão no serviço público e sobreposição de atribuições entre carreiras, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Deputado Átila Lira  
(PP - PI)

ExEdit  
\*CD258088510000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258088510000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira



**MPV 1286  
00200****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Inclua-se ao texto da Medida Provisória nº 1.286/2024:

Art. 157-1 A tabela **b** do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela **e** do Anexo CCXXIV.

Art. 257-2 A tabela **a** do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.

Parágrafo único. Os artigos 157-1 e 157-2 entrarão em vigora datada sua aprovação e serão retroativos a 1º de janeiro de 2025 para fins financeiros.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser *de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026*. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255989704600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira



veterinários. Isto **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE**. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005;**

2 – A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255989704600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira



tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua **cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

### TERMO DE ACORDO# 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arrepio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255989704600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira





1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

**§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder**, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255989704600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira





os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255989704600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira



outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Átila Lira**  
**(PP - PI)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255989704600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira



ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PIS O	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
Médico	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
Veterinário	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

\*CD255989704600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255989704600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira



b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
Médico	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
Veterinário	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

ExEdit  
\*CD255989704600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255989704600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Átila Lira



**MPV 1286  
00201**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo, renumerando-se os demais dispositivos:

**CAPÍTULO****DO CARGO DE AUDITOR DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO**

Art. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura de classificação e os valores do vencimento básico do cargo de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), serão fixados no Anexo LXXVI-1 a esta Medida Provisória, para os respectivos níveis, classes e padrões.

(Anexo LXXX-1 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de Dezembro de 2024)

**VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUDITOR**

a) Estrutura de Classificação e Vencimento básico dos cargo de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#):



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251746635300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa

\*CD251746635300\*  
ExEdit

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E				NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E			
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS
Auditor	A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023		II	III	IV	A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026	
	P31	4.556,92	1			1	9.523,96	9.952,54
	P32	4.734,64	2	1		2	9.895,40	10.340,70
	P33	4.919,30	3	2	1	3	10.281,34	10.744,00
	P34	5.111,15	4	3	2	4	10.682,30	11.163,00
	P35	5.310,48	5	4	3	5	11.098,90	11.598,36
	P36	5.517,59	6	5	4	6	11.531,76	12.050,68
	P37	5.732,78	7	6	5	7	11.981,52	12.520,68
	P38	5.956,36	8	7	6	8	12.448,80	13.009,00
	P39	6.188,65	9	8	7	9	12.934,28	13.516,32
	P40	6.430,01	10	9	8	10	13.438,72	14.043,46
	P41	6.680,78	11	10	9	11	13.962,84	14.591,16
	P42	6.941,34	12	11	10	12	14.507,40	15.160,24
	P43	7.212,05	13	12	11	13	15.073,18	15.751,48
	P44	7.493,31	14	13	12	14	15.661,02	16.365,76
	P45	7.785,55	15	14	13	15	16.271,80	17.004,04
	P46	8.089,20	16	15	14	16	16.906,42	17.667,20

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, a Educação como alternativa às desigualdades sociais foi estabelecida na CF/88 como “um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,



Para verificar a assinatura, acesse <https://efoieg.autenticidade-assinatura.leg.br/CD/5174663500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa



ExEdit

visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa ideia integra o leque de estratégias governamentais que consideram a Educação uma forma de combate às desigualdades sociais e a pobreza no Brasil.

Com o avanço dessas políticas públicas e com o aumento do orçamento destinado a elas, houve, conseqüentemente, maior necessidade em adequar a atuação do Controle Interno e das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Auditorias Internas, para que os resultados alcançados por essas instituições fossem condizentes com o investimento realizado. Busca-se, dessa forma, atender não só aos interesses dos gestores públicos, mas também dos usuários dos serviços e da sociedade.

Essa adequação da atuação do Controle Interno envolve a valorização das funções desempenhadas, seja pela criação de carreiras próprias, seja pelo ajuste remuneratório condizente com as responsabilidades assumidas.

A necessidade de assegurar a integridade das funções de auditoria interna dentro das Instituições Federais de Ensino (IFE's) foi recentemente reconhecida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em parecer exarado nos autos da Denúncia n. 25.007/2024-6, a Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos apontou a premência de se buscar o fortalecimento das unidades de auditoria dentro das Universidades Federais e da atuação específica do Auditor, cujas funções não podem ser alocadas como uma mera especialidade dentro de um cargo geral:

a) no que tange às políticas públicas, a ausência de auditores especializados nas IFE pode dificultar a implementação de políticas e processos que assegurem o uso eficiente e responsável dos recursos, prejudicando a confiança da sociedade na gestão dos valores destinados à educação;

b) no âmbito institucional, a aprovação das alterações na Lei 11.091/2005, particularmente a transformação do cargo de Auditor em Analista em Educação, representa um risco considerável ao controle interno na Administração pública, especialmente nas IFE. A mudança fragiliza a segregação de funções,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251746635300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa



enfraquece a estrutura de controle interno e compromete a accountability nas entidades; e

c) a função de Auditor possui especificidades e competências essenciais para assegurar a fiscalização efetiva e independente dos processos administrativos, contábeis e financeiros. Ao substituir essa posição especializada por um cargo de natureza mais ampla e menos focada em auditoria, abre-se uma lacuna de expertise na identificação de irregularidades e na promoção da transparência (fundamentais para a boa governança e para o cumprimento dos princípios constitucionais). Devido à sua formação generalista, os Analistas em Educação poderiam carecer das habilidades técnicas específicas para detectar e corrigir desvios e fraudes.

O Congresso Nacional, inclusive, foi cientificado desse posicionamento pelo TCU por meio do Aviso n. 956 - GP/TCU, de 20 de dezembro de 2024, para que adote as medidas cabíveis. O documento está sob análise da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

As especificidades do cargo buscam garantir o cumprimento do art. 74 da Constituição Federal quando da atuação da Unidade de Auditoria Interna de forma integrada por meio de Sistema de Controle Interno, bem como por meio da atuação do cargo de Auditor na prática da atividade de Auditoria Interna Governamental para o alcance das finalidades de avaliação e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração indireta, especificamente Instituições Federais de Ensino, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, nos termos do art. 70 da Carta Magna.

Apesar disso, o enquadramento remuneratório do cargo de Auditor não se encontra citado de forma específica nas tabelas do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#).

Tal situação levou a um descompasso entre a crescente complexidade das atribuições e a estrutura remuneratória do cargo de Auditor da Educação com a estrutura de outros cargos e carreiras que desempenham funções equivalentes

\*CD251746635300\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251746635300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa





no Poder Executivo Federal, com similitude de atribuições, nível de escolaridade e jornada de 40 horas semanais, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Remuneração dos cargos de Auditor do Executivo Federal considerando os ajustes dispostos na Medida Provisória 1.286 de 31 de dezembro de 2024.

Cargo	Inicial 1º DE JANEIRO DE 2025	Final 1º DE JANEIRO DE 2025
Auditor-Fiscal da Receita Federal Do Brasil - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor-Fiscal do Trabalho - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor Federal de Finanças e Controle - Ns	R\$ 18.033,52	R\$ 33.086,10
Auditor do Banco Central do Brasil - NS	R\$ 18.033,52	R\$ 33.086,10
Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Ns	R\$ 14.000,00	R\$ 24.632,19
Auditor das Instituições Federais de Ensino - Ns	R\$ 4.967,04	R\$ 10.062,32

Fonte: Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023 e Medida Provisória 1.286 de 31 de dezembro de 2024.

Do exposto, com o propósito de minimizar a discrepância remuneratória entre os Cargos de Auditor do Poder Executivo Federal, propõe-se a equidade remuneratória do cargo de Auditor perante a tabela específica a), do Anexo XLVII, da [Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012](#), atualizada pelo Anexo CCLXXXI da Medida Provisória que se deseja emendar. Ou seja, essa emenda não propõe a criação de situação nova ou mudança de carreira, mas, tão somente, de correção de discrepância apresentada no quadro acima.

Com a inclusão da citação, estima-se um impacto anual, em 2025, de R\$ 23.264.266 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais), na hipótese de implantação a partir de janeiro de 2025. Bem como um impacto anual, em 2026, de R\$ R\$ 27.333.288 (vinte e sete milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta e oito reais), na hipótese de implantação a partir de abril de 2026. Para os exercícios seguintes, inclusos já

\*CD251746635300\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251746635300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa



nas Leis Orçamentárias Anuais respectivas, ter se-iam os impactos anualizados estimados de R\$ 23.264.266 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais) em 2025, e de R\$ 66.642.372 (sessenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e trezentos e setenta e dois reais) em 2026, considerando o universo de todos os 450 auditores do PCCTAE de todo o país. Desta forma, constata-se que os valores propostos são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizado no Anexo V da LOA 2025, R\$16,8 bilhões na despesa primária e R\$1,918 bilhões na despesa financeira, sendo possível utilizar os recursos destinados para Reserva de Contingência na LOA.

Assim, é apresentada proposta que busca o fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI) na sua atuação integrada e no alcance das suas finalidades na forma da Constituição Federal. Isso se dará com a reorientação dos modelos de alcance de resultados pelas organizações a partir do fortalecimento da estrutura já existente e da correção de discrepâncias salariais de cargos específicos com atribuições e carga horária equivalentes, qualificando as entregas de serviço público à sociedade e corrigindo a desvalorização do cargo de Auditor do PCCTAE.

São essas as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Daniel Barbosa**  
(PP - AL)  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251746635300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa



\*CD251746635300\*  
ExEdit





CÂMARA DOS DEPUTADOS - LIDERANÇA DO PP  
Plenário  
57ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Extraordinária  
Sessão Deliberativa Extraordinária  
05/02/2025 - 13:55  
Plenário da Câmara dos Deputados  
[LINK DA REUNIÃO NO PORTAL CÂMARA](#)

SUMÁRIO

LEGENDA: A - Autor | R - Relator | AA - Autor da acessória | AP - Autor da apensada | I - Interesse do partido

A - Turno único

DISCUSSÃO

1 - PL 2950/2019 **R,AA**

A - Turno único

DISCUSSÃO

1 PL 2950/2019 **R,AA**

NÃO APRECIADO

ACOMPANHADA

[Ficha de tramitação](#)

[Avulso](#)

**AUTOR:** Senado Federal - Wellington Fagundes(PL-MT)

**EMENTA:** Dispõe sobre normas gerais de proteção aos animais em situação de desastre e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para tipificar crime de maus tratos a animais relacionado à ocorrência de desastre, e a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010 (Lei de Segurança de Barragens), para incluir na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) os cuidados com animais vitimados por desastres.

**RELATOR:** Marcelo Queiroz (PP/RJ)

**PARECER:** Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Marcelo Queiroz (PP-RJ) pela:• Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nº 2950/2019, 4670/2020, 2834/2023, 1637/2024, 1664/2024, 1698/2024 e 2242/2024, e dos Substitutivos das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na forma do substitutivo apresentado. [Inteiro teor](#)

Notas técnicas: PL 2950/2019

**Responsável:** Álvaro Ávila do Nascimento Inácio (P\_122648)

Proteção de animais em caso de desastres

Parecer de Plenário

O texto apresentado pelo Relator institui a **Política de Acolhimento e Manejo de Animais Resgatados (AMAR)**, com o objetivo de proteger, resgatar e manejar animais domésticos e silvestres afetados por desastres naturais, emergências ou acidentes.

**O objetivo da proposta é reduzir a mortalidade de animais em caso de desastres com a inclusão da proteção animal nas ações de resposta a desastres, com ênfase na integração de esforços governamentais, empresariais e comunitários para proteger animais em situações de risco, promovendo um cuidado ético e responsável com a fauna.**

A política se alicerça nos princípios de prevenção, precaução e responsabilidade ambiental, além dos princípios de poluidor-pagador e manejo integrado.

Trizes da política envolvem cooperação entre os entes federados, integração nas ações de mitigação, fomento de programas de conscientização e educação ambiental e garantia de participação da sociedade civil que atua na área de proteção animal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251746635300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa



A política se instrumentaliza em diversas ações já existentes de contenção de danos de desastres bem como de conservação de biodiversidade e controle de queimadas.

Caberá à União normatizar a AMAR que será executada pela própria **União, Estados e Municípios**, seja mapeando áreas de risco, capacitando recursos humanos ou fiscalizando as áreas de risco.

Os empreendedores terão a responsabilidade de desenvolver planos de ação para resgate e manejo de animais, fornecer recursos como abrigos, alimentos, medicamentos e equipamentos e realizar medidas preventivas e reparadoras em situações de risco.

O texto detalha o procedimento de resgate dos animais, como cuidados imediatos de médico veterinário, identificação dos animais para devolução ao tutor ou doação e destinação de fauna silvestre. Os dados de resgate serão disponibilizados na rede mundial de computadores.

Por fim, o texto altera Lei dos Crimes Ambientais, incluindo penas para desastres que prejudiquem animais e Lei de Segurança de Barragens, destacando a proteção de vidas humanas e animais.

#### SÍNTESE

O PL dispõe sobre a proteção dos animais em caso de desastres. Para tanto estabelece medidas preventivas e reparadoras que buscam garantir esta proteção, tais como:

·Preventiva: Treinamento de pessoal, desenvolvimento de plano de ação, restrição de acesso em determinadas áreas e divulgação de material com medidas de cuidados imediatos;

·Reparadora: fornecimento de equipamentos de salvamento, disponibilização de água, comida e medicamentos, construção de abrigos e busca de pastos para animais de grande porte.

Além disso, o texto estabelece crime para aquele que provocar desastre que prejudique a vida e o bem-estar dos animais.

**Apensados:** PL 4670/2020, PL 2834/2023, PL 1637/2024, PL 1664/2024, PL 1698/2024 e PL 2242/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251746635300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa



\*CD251746635300\* LexEdit



**MPV 1286  
00202**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à ementa, ao inciso I do caput do art. 1º do Capítulo LXXII; e acrescente-se o artigo 192-1 e o Anexo \_\_\_ à Medida Provisória, nos termos a seguir:

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, o **Plano de Cargos de Justiça, Segurança e Defesa** e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

“Art.

1º .....

I – Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça, a Defesa, o



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



**Plano de Cargos de Justiça, Segurança e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.” (NR)**

.....

CAPÍTULO LXXII

DA CARREIRA DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA E DEFESA

.....

Art. 192-A. Fica criado o Plano de Cargos de Justiça, Segurança e Defesa (PJUSP), composta pelos cargos de Analista Técnico de Justiça, Segurança e Defesa, de nível superior, Assistente Técnico-Administrativo de Justiça, Segurança e Defesa, de nível intermediário; e Auxiliar Administrativo de Justiça, Segurança e Defesa, de nível auxiliar, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

§ 1º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, PGPE do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de que trata a [Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006](#), os cargos integrantes Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, PECPF, da Polícia Federal regido pela Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003 e o Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal, PECPRF, da Polícia Rodoviária Federal regido pela Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, de níveis superior, intermediário e auxiliar, ficam reorganizados nos cargos de Analista Técnico Administrativo de Justiça, Segurança e Defesa, de Assistente Técnico-Administrativo de Justiça, Segurança e Defesa e de Auxiliar Administrativo de Justiça, Segurança e Defesa.

\*CD251101730100\*  
eEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



§ 2º Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o § 1º deste artigo, com investidura decorrente de aprovação em concurso público até a data da entrada em vigor desta lei, serão enquadrados no PJUSP, mantidos os requisitos de formação profissional, a posição relativa e o vencimento básico conforme tabela constante no Anexo \_\_\_ desta Lei.

§ 3º Compete ao Poder Executivo Federal regulamentar as atribuições dos cargos previstos no caput do art. 192-A desta Lei.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia

\*CD251101730100\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem recém aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

\*CD251101730100\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden





Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao logo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ver aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Capitão Alden**  
**(PL - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



ANEXO  
PROPOSTA DE PLANO DE CARGOS PJUSP PARA O MJSP

a) Cargo de Nível Superior:

Atual

Classe Padrão		VB	GDPGPE			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	III	4.113,38	56,15	4.492,00	5.615,00	8.605,38	9.728,38
	II	4.001,34	55,13	4.410,40	5.513,00	8.411,74	9.514,34
	I	3.892,36	54,14	4.331,20	5.414,00	8.223,56	9.306,36
C	VI	3.778,99	52,15	4.172,00	5.215,00	7.950,99	8.993,99
	V	3.676,07	51,23	4.098,40	5.123,00	7.774,47	8.799,07
	IV	3.575,93	50,33	4.026,40	5.033,00	7.602,33	8.608,93
	III	3.478,54	49,45	3.956,00	4.945,00	7.434,54	8.423,54
	II	3.383,80	48,60	3.888,00	4.860,00	7.271,80	8.243,80
	I	3.291,64	47,76	3.820,80	4.776,00	7.112,44	8.067,64
B	VI	3.195,76	46,06	3.684,80	4.606,00	6.880,56	7.801,76
	V	3.108,71	45,29	3.623,20	4.529,00	6.731,91	7.637,71
	IV	3.024,04	44,53	3.562,40	4.453,00	6.586,44	7.477,04
	III	2.941,67	43,79	3.503,20	4.379,00	6.444,87	7.320,67
	II	2.861,54	43,06	3.444,80	4.306,00	6.306,34	7.167,54
	I	2.783,61	42,35	3.388,00	4.235,00	6.171,61	7.018,61
A	V	2.702,54	40,92	3.273,60	4.092,00	5.976,14	6.794,54
	IV	2.628,93	40,26	3.220,80	4.026,00	5.849,73	6.654,93
	III	2.557,31	39,62	3.169,60	3.962,00	5.726,91	6.519,31
	II	2.487,66	38,98	3.118,40	3.898,00	5.606,06	6.385,66
	I	2.419,90	38,36	3.068,80	3.836,00	5.488,70	6.255,90



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

2025 - PROPOSTA

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	10.648,92	90,71	7.256,80	9.071,00	17.905,72	19.719,92
	IV	10.403,26	88,62	7.089,60	8.862,00	17.492,86	19.265,26
	III	10.164,08	86,57	6.925,60	8.657,00	17.089,68	18.821,08
	II	9.463,29	80,61	6.448,80	8.061,00	15.912,09	17.524,29
	I	9.245,25	78,75	6.300,00	7.875,00	15.545,25	17.120,25
C	V	9.031,53	76,94	6.155,20	7.694,00	15.186,73	16.725,53
	IV	8.822,90	75,17	6.013,60	7.517,00	14.836,50	16.339,90
	III	8.620,17	73,43	5.874,40	7.343,00	14.494,57	15.963,17
	II	8.422,13	71,73	5.738,40	7.173,00	14.160,53	15.595,13
	I	7.819,16	66,61	5.328,80	6.661,00	13.147,96	14.480,16
B	V	7.518,23	64,05	5.124,00	6.405,00	12.642,23	13.923,23
	IV	7.228,72	61,59	4.927,20	6.159,00	12.155,92	13.387,72
	III	6.951,81	59,21	4.736,80	5.921,00	11.688,61	12.872,81
	II	6.683,70	56,94	4.555,20	5.694,00	11.238,90	12.377,70
	I	6.426,63	54,75	4.380,00	5.475,00	10.806,63	11.901,63
A	V	5.967,73	50,83	4.066,40	5.083,00	10.034,13	11.050,73
	IV	5.737,70	48,88	3.910,40	4.888,00	9.648,10	10.625,70
	III	5.517,02	47,00	3.760,00	4.700,00	9.277,02	10.217,02
	II	5.305,06	45,19	3.615,20	4.519,00	8.920,26	9.824,06
	I	5.101,21	43,45	3.476,00	4.345,00	8.577,21	9.446,21



2026 – PROPOSTA

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		%
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	96,92	7.753,60	9.692,00	19.131,60	21.070,00	117%
	IV	11.138,48	94,88	7.590,40	9.488,00	18.728,88	20.626,48	117%
	III	10.904,29	92,88	7.430,40	9.288,00	18.334,69	20.192,29	117%
	II	10.172,09	86,64	6.931,20	8.664,00	17.103,29	18.836,09	109%
C	I	9.942,60	84,70	6.776,00	8.470,00	16.718,60	18.412,60	109%
	V	9.718,64	82,80	6.624,00	8.280,00	16.342,64	17.998,64	109%
	IV	9.514,77	81,05	6.484,00	8.105,00	15.998,77	17.619,77	109%
	III	9.313,87	79,35	6.348,00	7.935,00	15.661,87	17.248,87	109%
B	II	9.118,79	77,67	6.213,60	7.767,00	15.332,39	16.885,79	109%
	I	8.289,71	70,61	5.648,80	7.061,00	13.938,51	15.350,71	97%
	V	7.954,97	67,77	5.421,60	6.777,00	13.376,57	14.731,97	93%
	IV	7.634,17	65,04	5.203,20	6.504,00	12.837,37	14.138,17	89%
A	III	7.327,30	62,41	4.992,80	6.241,00	12.320,10	13.568,30	85%
	II	7.031,40	59,90	4.792,00	5.990,00	11.823,40	13.021,40	82%
	I	6.747,55	57,49	4.599,20	5.749,00	11.346,75	12.496,55	78%
	V	6.134,50	52,26	4.180,80	5.226,00	10.315,30	11.360,50	67%
	IV	5.898,55	50,25	4.020,00	5.025,00	9.918,55	10.923,55	64%
	III	5.671,42	48,32	3.865,60	4.832,00	9.537,02	10.503,42	61%
	II	5.454,44	46,45	3.716,00	4.645,00	9.170,44	10.099,44	58%
	I	5.244,00	44,67	3.573,60	4.467,00	8.817,60	9.711,00	55%



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



b) Cargo de Médico – 20 horas

Atual

Classe Padrão		VB	GDPGPE			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	III	4.113,38	33,64	2.691,20	3.364,00	6.804,58	7.477,38
	II	4.001,34	33,11	2.648,80	3.311,00	6.650,14	7.312,34
	I	3.892,36	32,57	2.605,60	3.257,00	6.497,96	7.149,36
C	VI	3.778,99	32,10	2.568,00	3.210,00	6.346,99	6.988,99
	V	3.676,07	31,59	2.527,20	3.159,00	6.203,27	6.835,07
	IV	3.575,93	31,10	2.488,00	3.110,00	6.063,93	6.685,93
	III	3.478,54	30,60	2.448,00	3.060,00	5.926,54	6.538,54
	II	3.383,80	30,12	2.409,60	3.012,00	5.793,40	6.395,80
	I	3.291,64	29,65	2.372,00	2.965,00	5.663,64	6.256,64
B	VI	3.195,76	29,07	2.325,60	2.907,00	5.521,36	6.102,76
	V	3.108,71	28,62	2.289,60	2.862,00	5.398,31	5.970,71
	IV	3.024,04	28,18	2.254,40	2.818,00	5.278,44	5.842,04
	III	2.941,67	27,74	2.219,20	2.774,00	5.160,87	5.715,67
	II	2.861,54	27,32	2.185,60	2.732,00	5.047,14	5.593,54
	I	2.783,61	26,90	2.152,00	2.690,00	4.935,61	5.473,61
A	V	2.702,54	26,40	2.112,00	2.640,00	4.814,54	5.342,54
	IV	2.628,93	26,00	2.080,00	2.600,00	4.708,93	5.228,93
	III	2.557,31	25,60	2.048,00	2.560,00	4.605,31	5.117,31
	II	2.487,66	25,23	2.018,40	2.523,00	4.506,06	5.010,66
	I	2.419,90	24,85	1.988,00	2.485,00	4.407,90	4.904,90

2025 - Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	10.648,92	53,97	4.317,60	5.397,00	14.966,52	16.045,92
	IV	10.403,26	52,73	4.218,40	5.273,00	14.621,66	15.676,26
	III	10.164,08	51,51	4.120,80	5.151,00	14.284,88	15.315,08
	II	9.463,29	47,96	3.836,80	4.796,00	13.300,09	14.259,29
	I	9.245,25	46,86	3.748,80	4.686,00	12.994,05	13.931,25
C	V	9.031,53	45,78	3.662,40	4.578,00	12.693,93	13.609,53
	IV	8.822,90	44,73	3.578,40	4.473,00	12.401,30	13.295,90
	III	8.620,17	43,69	3.495,20	4.369,00	12.115,37	12.989,17
	II	8.422,13	42,68	3.414,40	4.268,00	11.836,53	12.690,13
B	I	7.819,16	39,63	3.170,40	3.963,00	10.989,56	11.782,16
	V	7.518,23	38,11	3.048,80	3.811,00	10.567,03	11.329,23
	IV	7.228,72	36,65	2.932,00	3.665,00	10.160,72	10.893,72
	III	6.951,81	35,23	2.818,40	3.523,00	9.770,21	10.474,81
A	II	6.683,70	33,88	2.710,40	3.388,00	9.394,10	10.071,70
	I	6.426,63	32,58	2.606,40	3.258,00	9.033,03	9.684,63
	V	5.967,73	30,24	2.419,20	3.024,00	8.386,93	8.991,73
	IV	5.737,70	29,08	2.326,40	2.908,00	8.064,10	8.645,70
	III	5.517,02	27,97	2.237,60	2.797,00	7.754,62	8.314,02
	II	5.305,06	26,89	2.151,20	2.689,00	7.456,26	7.994,06
	I	5.101,21	25,85	2.068,00	2.585,00	7.169,21	7.686,21



Proposta

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

\*CD251101730100\*  
Edit



Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		%
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	57,67	4.613,60	5.767,00	15.991,60	17.145,00	129%
	IV	11.138,48	56,45	4.516,00	5.645,00	15.654,48	16.783,48	130%
	III	10.904,29	55,26	4.420,80	5.526,00	15.325,09	16.430,29	130%
	II	10.172,09	51,55	4.124,00	5.155,00	14.296,09	15.327,09	119%
	I	9.942,60	50,40	4.032,00	5.040,00	13.974,60	14.982,60	119%
C	V	9.718,64	49,27	3.941,60	4.927,00	13.660,24	14.645,64	119%
	IV	9.514,77	48,22	3.857,60	4.822,00	13.372,37	14.336,77	119%
	III	9.313,87	47,21	3.776,80	4.721,00	13.090,67	14.034,87	119%
	II	9.118,79	46,21	3.696,80	4.621,00	12.815,59	13.739,79	120%
	I	8.289,71	42,01	3.360,80	4.201,00	11.650,51	12.490,71	105%
B	V	7.954,97	40,32	3.225,60	4.032,00	11.180,57	11.986,97	101%
	IV	7.634,17	38,70	3.096,00	3.870,00	10.730,17	11.504,17	97%
	III	7.327,30	37,13	2.970,40	3.713,00	10.297,70	11.040,30	93%
	II	7.031,40	35,64	2.851,20	3.564,00	9.882,60	10.595,40	89%
	I	6.747,55	34,21	2.736,80	3.421,00	9.484,35	10.168,55	86%
A	V	6.134,50	31,09	2.487,20	3.109,00	8.621,70	9.243,50	73%
	IV	5.898,55	29,90	2.392,00	2.990,00	8.290,55	8.888,55	70%
	III	5.671,42	28,75	2.300,00	2.875,00	7.971,42	8.546,42	67%
	II	5.454,44	27,64	2.211,20	2.764,00	7.665,64	8.218,44	64%
	I	5.244,00	26,58	2.126,40	2.658,00	7.370,40	7.902,00	61%



argo de Médico – 40 horas

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



Atual

Classe Padrão		VB	GDPGPE			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	III	8.226,74	39,72	3.177,60	3.972,00	11.404,34	12.198,74
	II	8.002,68	39,19	3.135,20	3.919,00	11.137,88	11.921,68
	I	7.784,71	38,65	3.092,00	3.865,00	10.876,71	11.649,71
C	VI	7.557,98	38,18	3.054,40	3.818,00	10.612,38	11.375,98
	V	7.352,13	37,67	3.013,60	3.767,00	10.365,73	11.119,13
	IV	7.151,87	37,18	2.974,40	3.718,00	10.126,27	10.869,87
	III	6.957,09	36,68	2.934,40	3.668,00	9.891,49	10.625,09
	II	6.767,60	36,20	2.896,00	3.620,00	9.663,60	10.387,60
	I	6.583,27	35,72	2.857,60	3.572,00	9.440,87	10.155,27
B	VI	6.391,52	35,15	2.812,00	3.515,00	9.203,52	9.906,52
	V	6.217,43	34,69	2.775,20	3.469,00	8.992,63	9.686,43
	IV	6.048,08	34,26	2.740,80	3.426,00	8.788,88	9.474,08
	III	5.883,35	33,82	2.705,60	3.382,00	8.588,95	9.265,35
	II	5.723,10	33,40	2.672,00	3.340,00	8.395,10	9.063,10
	I	5.567,22	32,98	2.638,40	3.298,00	8.205,62	8.865,22
A	V	5.405,07	32,48	2.598,40	3.248,00	8.003,47	8.653,07
	IV	5.257,84	32,08	2.566,40	3.208,00	7.824,24	8.465,84
	III	5.114,64	31,69	2.535,20	3.169,00	7.649,84	8.283,64
	II	4.975,32	31,32	2.505,60	3.132,00	7.480,92	8.107,32
	I	4.839,80	30,93	2.474,40	3.093,00	7.314,20	7.932,80

2025 - Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	21.297,84	63,50	5.080,00	6.350,00	26.377,84	27.647,84
	IV	20.806,52	62,03	4.962,40	6.203,00	25.768,92	27.009,52
	III	20.328,16	60,60	4.848,00	6.060,00	25.176,16	26.388,16
	II	18.926,58	56,43	4.514,40	5.643,00	23.440,98	24.569,58
	I	18.490,50	55,13	4.410,40	5.513,00	22.900,90	24.003,50
C	V	18.063,06	53,86	4.308,80	5.386,00	22.371,86	23.449,06
	IV	17.645,80	52,62	4.209,60	5.262,00	21.855,40	22.907,80
	III	17.240,34	51,40	4.112,00	5.140,00	21.352,34	22.380,34
	II	16.844,26	50,21	4.016,80	5.021,00	20.861,06	21.865,26
	I	15.638,32	46,63	3.730,40	4.663,00	19.368,72	20.301,32
B	V	15.036,46	44,84	3.587,20	4.484,00	18.623,66	19.520,46
	IV	14.457,44	43,11	3.448,80	4.311,00	17.906,24	18.768,44
	III	13.903,62	41,45	3.316,00	4.145,00	17.219,62	18.048,62
	II	13.367,40	39,86	3.188,80	3.986,00	16.556,20	17.353,40
	I	12.853,26	38,33	3.066,40	3.833,00	15.919,66	16.686,26
A	V	11.935,46	35,58	2.846,40	3.558,00	14.781,86	15.493,46
	IV	11.475,40	34,22	2.737,60	3.422,00	14.213,00	14.897,40
	III	11.034,04	32,90	2.632,00	3.290,00	13.666,04	14.324,04
	II	10.610,12	31,63	2.530,40	3.163,00	13.140,52	13.773,12
	I	10.202,42	30,42	2.433,60	3.042,00	12.636,02	13.244,42



Proposta

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

\*CD251101730100\*  
Edit



Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		%
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	22.756,00	67,84	5.427,20	6.784,00	28.183,20	29.540,00	142%
	IV	22.276,96	66,42	5.313,60	6.642,00	27.590,56	28.918,96	143%
	III	21.808,58	65,02	5.201,60	6.502,00	27.010,18	28.310,58	143%
	II	20.344,18	60,65	4.852,00	6.065,00	25.196,18	26.409,18	132%
	I	19.885,20	59,29	4.743,20	5.929,00	24.628,40	25.814,20	132%
C	V	19.437,28	57,96	4.636,80	5.796,00	24.074,08	25.233,28	132%
	IV	19.029,54	56,74	4.539,20	5.674,00	23.568,74	24.703,54	133%
	III	18.627,74	55,55	4.444,00	5.555,00	23.071,74	24.182,74	133%
	II	18.237,58	54,37	4.349,60	5.437,00	22.587,18	23.674,58	133%
	I	16.579,42	49,43	3.954,40	4.943,00	20.533,82	21.522,42	117%
B	V	15.909,94	47,44	3.795,20	4.744,00	19.705,14	20.653,94	113%
	IV	15.268,34	45,53	3.642,40	4.553,00	18.910,74	19.821,34	109%
	III	14.654,60	43,69	3.495,20	4.369,00	18.149,80	19.023,60	105%
	II	14.062,80	41,93	3.354,40	4.193,00	17.417,20	18.255,80	101%
	I	13.495,10	40,24	3.219,20	4.024,00	16.714,30	17.519,10	98%
A	V	12.269,00	36,58	2.926,40	3.658,00	15.195,40	15.927,00	84%
	IV	11.797,10	35,18	2.814,40	3.518,00	14.611,50	15.315,10	81%
	III	11.342,84	33,82	2.705,60	3.382,00	14.048,44	14.724,84	78%
	II	10.908,88	32,52	2.601,60	3.252,00	13.510,48	14.160,88	75%
	I	10.488,00	31,27	2.501,60	3.127,00	12.989,60	13.615,00	72%

d) Cargo de Nível Intermediário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



Classe Padrão		VB	GDPGPE			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	III	2.338,30	25,82	2.065,60	2.582,00	4.403,90	4.920,30
	II	2.315,15	25,65	2.052,00	2.565,00	4.367,15	4.880,15
	I	2.292,23	25,47	2.037,60	2.547,00	4.329,83	4.839,23
C	VI	2.258,35	25,24	2.019,20	2.524,00	4.277,55	4.782,35
	V	2.235,99	25,07	2.005,60	2.507,00	4.241,59	4.742,99
	IV	2.213,86	24,90	1.992,00	2.490,00	4.205,86	4.703,86
	III	2.191,94	24,75	1.980,00	2.475,00	4.171,94	4.666,94
	II	2.170,22	24,59	1.967,20	2.459,00	4.137,42	4.629,22
	I	2.148,74	24,43	1.954,40	2.443,00	4.103,14	4.591,74
B	VI	2.116,99	24,22	1.937,60	2.422,00	4.054,59	4.538,99
	V	2.096,02	24,06	1.924,80	2.406,00	4.020,82	4.502,02
	IV	2.075,26	23,91	1.912,80	2.391,00	3.988,06	4.466,26
	III	2.054,72	23,77	1.901,60	2.377,00	3.956,32	4.431,72
	II	2.034,38	23,62	1.889,60	2.362,00	3.923,98	4.396,38
	I	2.014,22	23,48	1.878,40	2.348,00	3.892,62	4.362,22
A	V	1.984,46	23,29	1.863,20	2.329,00	3.847,66	4.313,46
	IV	1.964,81	23,16	1.852,80	2.316,00	3.817,61	4.280,81
	III	1.945,36	23,03	1.842,40	2.303,00	3.787,76	4.248,36
	II	1.926,10	22,89	1.831,20	2.289,00	3.757,30	4.215,10
	I	1.907,03	22,76	1.820,80	2.276,00	3.727,83	4.183,03

2025 - Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	5.092,21	43,54	3.483,20	4.354,00	8.575,41	9.446,21
	IV	4.958,72	42,70	3.416,00	4.270,00	8.374,72	9.228,72
	III	4.825,22	41,87	3.349,60	4.187,00	8.174,82	9.012,22
	II	4.691,73	41,03	3.282,40	4.103,00	7.974,13	8.794,73
	I	4.558,23	40,20	3.216,00	4.020,00	7.774,23	8.578,23
C	V	4.424,74	39,36	3.148,80	3.936,00	7.573,54	8.360,74
	IV	4.291,24	38,53	3.082,40	3.853,00	7.373,64	8.144,24
	III	4.157,75	37,69	3.015,20	3.769,00	7.172,95	7.926,75
	II	4.024,26	36,85	2.948,00	3.685,00	6.972,26	7.709,26
	I	3.890,76	36,02	2.881,60	3.602,00	6.772,36	7.492,76
B	V	3.757,27	35,18	2.814,40	3.518,00	6.571,67	7.275,27
	IV	3.623,77	34,35	2.748,00	3.435,00	6.371,77	7.058,77
	III	3.490,28	33,51	2.680,80	3.351,00	6.171,08	6.841,28
	II	3.356,79	32,67	2.613,60	3.267,00	5.970,39	6.623,79
	I	3.223,29	31,84	2.547,20	3.184,00	5.770,49	6.407,29
A	V	3.089,80	31,00	2.480,00	3.100,00	5.569,80	6.189,80
	IV	2.956,30	30,17	2.413,60	3.017,00	5.369,90	5.973,30
	III	2.822,81	29,33	2.346,40	2.933,00	5.169,21	5.755,81
	II	2.689,31	28,50	2.280,00	2.850,00	4.969,31	5.539,31
	I	2.555,82	27,66	2.212,80	2.766,00	4.768,62	5.321,82



Proposta

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

\*CD251101730100\*  
xEdit





Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		%
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	5.233,98	44,77	3.581,60	4.477,00	8.815,58	9.710,98	97%
	IV	5.096,79	43,91	3.512,80	4.391,00	8.609,59	9.487,79	94%
	III	4.959,60	43,05	3.444,00	4.305,00	8.403,60	9.264,60	91%
	II	4.822,41	42,19	3.375,20	4.219,00	8.197,61	9.041,41	89%
	I	4.685,22	41,33	3.306,40	4.133,00	7.991,62	8.818,22	86%
C	V	4.548,03	40,47	3.237,60	4.047,00	7.785,63	8.595,03	83%
	IV	4.410,84	39,61	3.168,80	3.961,00	7.579,64	8.371,84	79%
	III	4.273,65	38,75	3.100,00	3.875,00	7.373,65	8.148,65	76%
	II	4.136,46	37,89	3.031,20	3.789,00	7.167,66	7.925,46	73%
	I	3.999,27	37,03	2.962,40	3.703,00	6.961,67	7.702,27	70%
B	V	3.862,07	36,18	2.894,40	3.618,00	6.756,47	7.480,07	66%
	IV	3.724,88	35,32	2.825,60	3.532,00	6.550,48	7.256,88	62%
	III	3.587,69	34,46	2.756,80	3.446,00	6.344,49	7.033,69	59%
	II	3.450,50	33,60	2.688,00	3.360,00	6.138,50	6.810,50	55%
	I	3.313,31	32,74	2.619,20	3.274,00	5.932,51	6.587,31	51%
A	V	3.176,12	31,88	2.550,40	3.188,00	5.726,52	6.364,12	48%
	IV	3.038,93	31,02	2.481,60	3.102,00	5.520,53	6.140,93	43%
	III	2.901,74	30,16	2.412,80	3.016,00	5.314,54	5.917,74	39%
	II	2.764,55	29,30	2.344,00	2.930,00	5.108,55	5.694,55	35%
	I	2.627,36	28,44	2.275,20	2.844,00	4.902,56	5.471,36	31%

e) Cargo de Nível Auxiliar



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



Classe Padrão		VB	GDPGPE			GEAAPGPE	Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.
ESP	III	1.409,90	11,27	901,60	1.127,00	867,26	3.178,76	3.404,16
	II	1.408,56	11,19	895,20	1.119,00	790,18	3.093,94	3.317,74
	I	1.407,23	11,14	891,20	1.114,00	715,86	3.014,29	3.237,09

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL	
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.
ESP	III	2.499,60	25,60	2.048,00	2.560,00	282,84	4.830,44	5.342,44
	II	2.379,62	24,85	1.988,00	2.485,00	280,97	4.648,59	5.145,59
	I	2.259,68	24,09	1.927,20	2.409,00	259,14	4.446,02	4.927,82

2026 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL	
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.
ESP	III	2.569,56	26,32	2.105,60	2.632,00	296,98	4.972,14	5.498,54
	II	2.446,22	25,55	2.044,00	2.555,00	295,02	4.785,24	5.296,24
	I	2.322,93	24,77	1.981,60	2.477,00	272,10	4.576,63	5.072,03

%
73%
71%
68%

PROPOSTA DE PLANO DE CARGOS PJUSP PARA A PRF



argo de Nível Superior

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



Atual

Classe Padrão		VB	GDATPRF			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	III	3.928,20	58,00	4.640,00	5.800,00	8.568,20	9.728,20
	II	3.851,17	56,69	4.535,20	5.669,00	8.386,37	9.520,17
	I	3.775,66	55,44	4.435,20	5.544,00	8.210,86	9.319,66
C	VI	3.665,69	53,12	4.249,60	5.312,00	7.915,29	8.977,69
	V	3.593,82	51,95	4.156,00	5.195,00	7.749,82	8.788,82
	IV	3.523,36	50,84	4.067,20	5.084,00	7.590,56	8.607,36
	III	3.454,28	49,74	3.979,20	4.974,00	7.433,48	8.428,28
	II	3.386,54	48,68	3.894,40	4.868,00	7.280,94	8.254,54
	I	3.320,15	47,65	3.812,00	4.765,00	7.132,15	8.085,15
B	VI	3.223,45	45,75	3.660,00	4.575,00	6.883,45	7.798,45
	V	3.160,25	44,80	3.584,00	4.480,00	6.744,25	7.640,25
	IV	3.098,28	43,86	3.508,80	4.386,00	6.607,08	7.484,28
	III	3.037,54	42,97	3.437,60	4.297,00	6.475,14	7.334,54
	II	2.977,98	42,11	3.368,80	4.211,00	6.346,78	7.188,98
A	I	2.919,60	41,27	3.301,60	4.127,00	6.221,20	7.046,60
	V	2.834,56	39,70	3.176,00	3.970,00	6.010,56	6.804,56
	IV	2.778,98	38,92	3.113,60	3.892,00	5.892,58	6.670,98
	III	2.724,49	38,16	3.052,80	3.816,00	5.777,29	6.540,49
	II	2.671,07	37,44	2.995,20	3.744,00	5.666,27	6.415,07
	I	2.618,69	36,71	2.936,80	3.671,00	5.555,49	6.289,69

2026 – Proposta

Padrão	VB	GDAJUSP	Total
--------	----	---------	-------



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

2025 - Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	10.648,92	90,71	7.256,80	9.071,00	17.905,72	19.719,92
	IV	10.403,26	88,62	7.089,60	8.862,00	17.492,86	19.265,26
	III	10.164,08	86,57	6.925,60	8.657,00	17.089,68	18.821,08
	II	9.463,29	80,61	6.448,80	8.061,00	15.912,09	17.524,29
C	I	9.245,25	78,75	6.300,00	7.875,00	15.545,25	17.120,25
	V	9.031,53	76,94	6.155,20	7.694,00	15.186,73	16.725,53
	IV	8.822,90	75,17	6.013,60	7.517,00	14.836,50	16.339,90
	III	8.620,17	73,43	5.874,40	7.343,00	14.494,57	15.963,17
B	II	8.422,13	71,73	5.738,40	7.173,00	14.160,53	15.595,13
	I	7.819,16	66,61	5.328,80	6.661,00	13.147,96	14.480,16
	V	7.518,23	64,05	5.124,00	6.405,00	12.642,23	13.923,23
	IV	7.228,72	61,59	4.927,20	6.159,00	12.155,92	13.387,72
A	III	6.951,81	59,21	4.736,80	5.921,00	11.688,61	12.872,81
	II	6.683,70	56,94	4.555,20	5.694,00	11.238,90	12.377,70
	I	6.426,63	54,75	4.380,00	5.475,00	10.806,63	11.901,63
	V	5.967,73	50,83	4.066,40	5.083,00	10.034,13	11.050,73
	IV	5.737,70	48,88	3.910,40	4.888,00	9.648,10	10.625,70
	III	5.517,02	47,00	3.760,00	4.700,00	9.277,02	10.217,02
	II	5.305,06	45,19	3.615,20	4.519,00	8.920,26	9.824,06
	I	5.101,21	43,45	3.476,00	4.345,00	8.577,21	9.446,21

%



			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	96,92	7.753,60	9.692,00	19.131,60	21.070,00	117%
	IV	11.138,48	94,88	7.590,40	9.488,00	18.728,88	20.626,48	117%
	III	10.904,29	92,88	7.430,40	9.288,00	18.334,69	20.192,29	117%
	II	10.172,09	86,64	6.931,20	8.664,00	17.103,29	18.836,09	110%
	I	9.942,60	84,70	6.776,00	8.470,00	16.718,60	18.412,60	110%
C	V	9.718,64	82,80	6.624,00	8.280,00	16.342,64	17.998,64	109%
	IV	9.514,77	81,05	6.484,00	8.105,00	15.998,77	17.619,77	109%
	III	9.313,87	79,35	6.348,00	7.935,00	15.661,87	17.248,87	109%
	II	9.118,79	77,67	6.213,60	7.767,00	15.332,39	16.885,79	109%
	I	8.289,71	70,61	5.648,80	7.061,00	13.938,51	15.350,71	97%
B	V	7.954,97	67,77	5.421,60	6.777,00	13.376,57	14.731,97	93%
	IV	7.634,17	65,04	5.203,20	6.504,00	12.837,37	14.138,17	89%
	III	7.327,30	62,41	4.992,80	6.241,00	12.320,10	13.568,30	85%
	II	7.031,40	59,90	4.792,00	5.990,00	11.823,40	13.021,40	81%
	I	6.747,55	57,49	4.599,20	5.749,00	11.346,75	12.496,55	77%
A	V	6.134,50	52,26	4.180,80	5.226,00	10.315,30	11.360,50	67%
	IV	5.898,55	50,25	4.020,00	5.025,00	9.918,55	10.923,55	64%
	III	5.671,42	48,32	3.865,60	4.832,00	9.537,02	10.503,42	61%
	II	5.454,44	46,45	3.716,00	4.645,00	9.170,44	10.099,44	57%
	I	5.244,00	44,67	3.573,60	4.467,00	8.817,60	9.711,00	54%

g) Cargo de Médico – 20 horas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

Classe	VB	GDATPRF	Total
--------	----	---------	-------




Padrão			GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	III	3.928,20	40,54	3.243,20	4.054,00	7.171,40	7.982,20
	II	3.851,17	39,70	3.176,00	3.970,00	7.027,17	7.821,17
	I	3.775,66	38,88	3.110,40	3.888,00	6.886,06	7.663,66
C	VI	3.665,69	37,78	3.022,40	3.778,00	6.688,09	7.443,69
	V	3.593,82	37,01	2.960,80	3.701,00	6.554,62	7.294,82
	IV	3.523,36	36,24	2.899,20	3.624,00	6.422,56	7.147,36
	III	3.454,28	35,50	2.840,00	3.550,00	6.294,28	7.004,28
	II	3.386,54	34,79	2.783,20	3.479,00	6.169,74	6.865,54
	I	3.320,15	34,07	2.725,60	3.407,00	6.045,75	6.727,15
B	VI	3.223,45	33,14	2.651,20	3.314,00	5.874,65	6.537,45
	V	3.160,25	32,48	2.598,40	3.248,00	5.758,65	6.408,25
	IV	3.098,28	31,83	2.546,40	3.183,00	5.644,68	6.281,28
	III	3.037,54	31,20	2.496,00	3.120,00	5.533,54	6.157,54
	II	2.977,98	30,59	2.447,20	3.059,00	5.425,18	6.036,98
	I	2.919,60	30,00	2.400,00	3.000,00	5.319,60	5.919,60
A	V	2.834,56	29,18	2.334,40	2.918,00	5.168,96	5.752,56
	IV	2.778,98	28,62	2.289,60	2.862,00	5.068,58	5.640,98
	III	2.724,49	28,08	2.246,40	2.808,00	4.970,89	5.532,49
	II	2.671,07	27,53	2.202,40	2.753,00	4.873,47	5.424,07
	I	2.618,69	27,02	2.161,60	2.702,00	4.780,29	5.320,69

2025 - Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	10.648,92	53,97	4.317,60	5.397,00	14.966,52	16.045,92
	IV	10.403,26	52,73	4.218,40	5.273,00	14.621,66	15.676,26
	III	10.164,08	51,51	4.120,80	5.151,00	14.284,88	15.315,08
	II	9.463,29	47,96	3.836,80	4.796,00	13.300,09	14.259,29
	I	9.245,25	46,86	3.748,80	4.686,00	12.994,05	13.931,25
C	V	9.031,53	45,78	3.662,40	4.578,00	12.693,93	13.609,53
	IV	8.822,90	44,73	3.578,40	4.473,00	12.401,30	13.295,90
	III	8.620,17	43,69	3.495,20	4.369,00	12.115,37	12.989,17
	II	8.422,13	42,68	3.414,40	4.268,00	11.836,53	12.690,13
B	I	7.819,16	39,63	3.170,40	3.963,00	10.989,56	11.782,16
	V	7.518,23	38,11	3.048,80	3.811,00	10.567,03	11.329,23
	IV	7.228,72	36,65	2.932,00	3.665,00	10.160,72	10.893,72
	III	6.951,81	35,23	2.818,40	3.523,00	9.770,21	10.474,81
	II	6.683,70	33,88	2.710,40	3.388,00	9.394,10	10.071,70
A	I	6.426,63	32,58	2.606,40	3.258,00	9.033,03	9.684,63
	V	5.967,73	30,24	2.419,20	3.024,00	8.386,93	8.991,73
	IV	5.737,70	29,08	2.326,40	2.908,00	8.064,10	8.645,70
	III	5.517,02	27,97	2.237,60	2.797,00	7.754,62	8.314,02
	II	5.305,06	26,89	2.151,20	2.689,00	7.456,26	7.994,06
	I	5.101,21	25,85	2.068,00	2.585,00	7.169,21	7.686,21

2026 – Proposta



Padrão	VB	GDAJUSP			Total
		Unitário	80 pts.	100 pts.	

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

%
---

\*CD251101730100\*  
xEdit



ESP	V	11.378,00	57,67	4.613,60	5.767,00	15.991,60	17.145,00	115%
	IV	11.138,48	56,45	4.516,00	5.645,00	15.654,48	16.783,48	115%
	III	10.904,29	55,26	4.420,80	5.526,00	15.325,09	16.430,29	114%
	II	10.172,09	51,55	4.124,00	5.155,00	14.296,09	15.327,09	106%
	I	9.942,60	50,40	4.032,00	5.040,00	13.974,60	14.982,60	105%
C	V	9.718,64	49,27	3.941,60	4.927,00	13.660,24	14.645,64	105%
	IV	9.514,77	48,22	3.857,60	4.822,00	13.372,37	14.336,77	105%
	III	9.313,87	47,21	3.776,80	4.721,00	13.090,67	14.034,87	104%
	II	9.118,79	46,21	3.696,80	4.621,00	12.815,59	13.739,79	104%
	I	8.289,71	42,01	3.360,80	4.201,00	11.650,51	12.490,71	91%
B	V	7.954,97	40,32	3.225,60	4.032,00	11.180,57	11.986,97	87%
	IV	7.634,17	38,70	3.096,00	3.870,00	10.730,17	11.504,17	83%
	III	7.327,30	37,13	2.970,40	3.713,00	10.297,70	11.040,30	79%
	II	7.031,40	35,64	2.851,20	3.564,00	9.882,60	10.595,40	76%
	I	6.747,55	34,21	2.736,80	3.421,00	9.484,35	10.168,55	72%
A	V	6.134,50	31,09	2.487,20	3.109,00	8.621,70	9.243,50	61%
	IV	5.898,55	29,90	2.392,00	2.990,00	8.290,55	8.888,55	58%
	III	5.671,42	28,75	2.300,00	2.875,00	7.971,42	8.546,42	54%
	II	5.454,44	27,64	2.211,20	2.764,00	7.665,64	8.218,44	52%
	I	5.244,00	26,58	2.126,40	2.658,00	7.370,40	7.902,00	49%

h) Cargo de Médico – 40 horas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

Classe	VB	GDATPRF	Total
--------	----	---------	-------



Padrão							
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	III	7.856,38	46,62	3.729,60	4.662,00	11.585,98	12.518,38
	II	7.702,33	45,78	3.662,40	4.578,00	11.364,73	12.280,33
	I	7.551,31	44,96	3.596,80	4.496,00	11.148,11	12.047,31
C	VI	7.331,38	43,85	3.508,00	4.385,00	10.839,38	11.716,38
	V	7.187,65	43,09	3.447,20	4.309,00	10.634,85	11.496,65
	IV	7.046,72	42,32	3.385,60	4.232,00	10.432,32	11.278,72
	III	6.908,54	41,58	3.326,40	4.158,00	10.234,94	11.066,54
	II	6.773,10	40,88	3.270,40	4.088,00	10.043,50	10.861,10
	I	6.640,29	40,16	3.212,80	4.016,00	9.853,09	10.656,29
B	VI	6.446,89	39,22	3.137,60	3.922,00	9.584,49	10.368,89
	V	6.320,48	38,55	3.084,00	3.855,00	9.404,48	10.175,48
	IV	6.196,56	37,91	3.032,80	3.791,00	9.229,36	9.987,56
	III	6.075,07	37,28	2.982,40	3.728,00	9.057,47	9.803,07
	II	5.955,97	36,67	2.933,60	3.667,00	8.889,57	9.622,97
	I	5.839,18	36,07	2.885,60	3.607,00	8.724,78	9.446,18
A	V	5.669,11	35,26	2.820,80	3.526,00	8.489,91	9.195,11
	IV	5.557,95	34,69	2.775,20	3.469,00	8.333,15	9.026,95
	III	5.448,99	34,16	2.732,80	3.416,00	8.181,79	8.864,99
	II	5.342,13	33,62	2.689,60	3.362,00	8.031,73	8.704,13
	I	5.237,40	33,10	2.648,00	3.310,00	7.885,40	8.547,40

2025 - Proposta

2026 – Proposta

Padrão	VB	GDAJUSP	Total
--------	----	---------	-------

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	21.297,84	63,50	5.080,00	6.350,00	26.377,84	27.647,84
	IV	20.806,52	62,03	4.962,40	6.203,00	25.768,92	27.009,52
	III	20.328,16	60,60	4.848,00	6.060,00	25.176,16	26.388,16
	II	18.926,58	56,43	4.514,40	5.643,00	23.440,98	24.569,58
	I	18.490,50	55,13	4.410,40	5.513,00	22.900,90	24.003,50
C	V	18.063,06	53,86	4.308,80	5.386,00	22.371,86	23.449,06
	IV	17.645,80	52,62	4.209,60	5.262,00	21.855,40	22.907,80
	III	17.240,34	51,40	4.112,00	5.140,00	21.352,34	22.380,34
	II	16.844,26	50,21	4.016,80	5.021,00	20.861,06	21.865,26
	I	15.638,32	46,63	3.730,40	4.663,00	19.368,72	20.301,32
B	V	15.036,46	44,84	3.587,20	4.484,00	18.623,66	19.520,46
	IV	14.457,44	43,11	3.448,80	4.311,00	17.906,24	18.768,44
	III	13.903,62	41,45	3.316,00	4.145,00	17.219,62	18.048,62
	II	13.367,40	39,86	3.188,80	3.986,00	16.556,20	17.353,40
	I	12.853,26	38,33	3.066,40	3.833,00	15.919,66	16.686,26
A	V	11.935,46	35,58	2.846,40	3.558,00	14.781,86	15.493,46
	IV	11.475,40	34,22	2.737,60	3.422,00	14.213,00	14.897,40
	III	11.034,04	32,90	2.632,00	3.290,00	13.666,04	14.324,04
	II	10.610,12	31,63	2.530,40	3.163,00	13.140,52	13.773,12
	I	10.202,42	30,42	2.433,60	3.042,00	12.636,02	13.244,42

%
---



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	22.756,00	67,84	5.427,20	6.784,00	28.183,20	29.540,00	136%
	IV	22.276,96	66,42	5.313,60	6.642,00	27.590,56	28.918,96	135%
	III	21.808,58	65,02	5.201,60	6.502,00	27.010,18	28.310,58	135%
	II	20.344,18	60,65	4.852,00	6.065,00	25.196,18	26.409,18	125%
	I	19.885,20	59,29	4.743,20	5.929,00	24.628,40	25.814,20	125%
C	V	19.437,28	57,96	4.636,80	5.796,00	24.074,08	25.233,28	124%
	IV	19.029,54	56,74	4.539,20	5.674,00	23.568,74	24.703,54	123%
	III	18.627,74	55,55	4.444,00	5.555,00	23.071,74	24.182,74	123%
	II	18.237,58	54,37	4.349,60	5.437,00	22.587,18	23.674,58	122%
	I	16.579,42	49,43	3.954,40	4.943,00	20.533,82	21.522,42	108%
B	V	15.909,94	47,44	3.795,20	4.744,00	19.705,14	20.653,94	103%
	IV	15.268,34	45,53	3.642,40	4.553,00	18.910,74	19.821,34	98%
	III	14.654,60	43,69	3.495,20	4.369,00	18.149,80	19.023,60	94%
	II	14.062,80	41,93	3.354,40	4.193,00	17.417,20	18.255,80	90%
	I	13.495,10	40,24	3.219,20	4.024,00	16.714,30	17.519,10	85%
A	V	12.269,00	36,58	2.926,40	3.658,00	15.195,40	15.927,00	73%
	IV	11.797,10	35,18	2.814,40	3.518,00	14.611,50	15.315,10	70%
	III	11.342,84	33,82	2.705,60	3.382,00	14.048,44	14.724,84	66%
	II	10.908,88	32,52	2.601,60	3.252,00	13.510,48	14.160,88	63%
	I	10.488,00	31,27	2.501,60	3.127,00	12.989,60	13.615,00	59%

i) Cargo de Nível Intermediário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden





Classe Padrão		VB	GDATPRF			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	III	2.611,44	31,64	2.531,20	3.164,00	5.142,64	5.775,44
	II	2.606,22	31,39	2.511,20	3.139,00	5.117,42	5.745,22
	I	2.601,02	31,14	2.491,20	3.114,00	5.092,22	5.715,02
C	VI	2.585,50	30,72	2.457,60	3.072,00	5.043,10	5.657,50
	V	2.580,35	30,48	2.438,40	3.048,00	5.018,75	5.628,35
	IV	2.575,19	30,23	2.418,40	3.023,00	4.993,59	5.598,19
	III	2.570,05	29,99	2.399,20	2.999,00	4.969,25	5.569,05
	II	2.564,92	29,74	2.379,20	2.974,00	4.944,12	5.538,92
	I	2.559,80	29,51	2.360,80	2.951,00	4.920,60	5.510,80
B	VI	2.544,53	29,14	2.331,20	2.914,00	4.875,73	5.458,53
	V	2.539,45	28,91	2.312,80	2.891,00	4.852,25	5.430,45
	IV	2.534,37	28,69	2.295,20	2.869,00	4.829,57	5.403,37
	III	2.529,31	28,47	2.277,60	2.847,00	4.806,91	5.376,31
	II	2.524,27	28,25	2.260,00	2.825,00	4.784,27	5.349,27
	I	2.519,24	28,05	2.244,00	2.805,00	4.763,24	5.324,24
A	V	2.504,21	27,70	2.216,00	2.770,00	4.720,21	5.274,21
	IV	2.499,21	27,49	2.199,20	2.749,00	4.698,41	5.248,21
	III	2.494,23	27,28	2.182,40	2.728,00	4.676,63	5.222,23
	II	2.489,25	27,09	2.167,20	2.709,00	4.656,45	5.198,25
	I	2.484,28	26,89	2.151,20	2.689,00	4.635,48	5.173,28

2026 – Proposta



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

2025 - Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	5.092,21	43,54	3.483,20	4.354,00	8.575,41	9.446,21
	IV	4.958,72	42,70	3.416,00	4.270,00	8.374,72	9.228,72
	III	4.825,22	41,87	3.349,60	4.187,00	8.174,82	9.012,22
	II	4.691,73	41,03	3.282,40	4.103,00	7.974,13	8.794,73
	I	4.558,23	40,20	3.216,00	4.020,00	7.774,23	8.578,23
C	V	4.424,74	39,36	3.148,80	3.936,00	7.573,54	8.360,74
	IV	4.291,24	38,53	3.082,40	3.853,00	7.373,64	8.144,24
	III	4.157,75	37,69	3.015,20	3.769,00	7.172,95	7.926,75
	II	4.024,26	36,85	2.948,00	3.685,00	6.972,26	7.709,26
B	I	3.890,76	36,02	2.881,60	3.602,00	6.772,36	7.492,76
	V	3.757,27	35,18	2.814,40	3.518,00	6.571,67	7.275,27
	IV	3.623,77	34,35	2.748,00	3.435,00	6.371,77	7.058,77
	III	3.490,28	33,51	2.680,80	3.351,00	6.171,08	6.841,28
	II	3.356,79	32,67	2.613,60	3.267,00	5.970,39	6.623,79
A	I	3.223,29	31,84	2.547,20	3.184,00	5.770,49	6.407,29
	V	3.089,80	31,00	2.480,00	3.100,00	5.569,80	6.189,80
	IV	2.956,30	30,17	2.413,60	3.017,00	5.369,90	5.973,30
	III	2.822,81	29,33	2.346,40	2.933,00	5.169,21	5.755,81
	II	2.689,31	28,50	2.280,00	2.850,00	4.969,31	5.539,31
	I	2.555,82	27,66	2.212,80	2.766,00	4.768,62	5.321,82



\*CD251101730100\*Edit



Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		%
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	5.233,98	44,77	3.581,60	4.477,00	8.815,58	9.710,98	68%
	IV	5.096,79	43,91	3.512,80	4.391,00	8.609,59	9.487,79	65%
	III	4.959,60	43,05	3.444,00	4.305,00	8.403,60	9.264,60	62%
	II	4.822,41	42,19	3.375,20	4.219,00	8.197,61	9.041,41	60%
	I	4.685,22	41,33	3.306,40	4.133,00	7.991,62	8.818,22	57%
C	V	4.548,03	40,47	3.237,60	4.047,00	7.785,63	8.595,03	54%
	IV	4.410,84	39,61	3.168,80	3.961,00	7.579,64	8.371,84	50%
	III	4.273,65	38,75	3.100,00	3.875,00	7.373,65	8.148,65	47%
	II	4.136,46	37,89	3.031,20	3.789,00	7.167,66	7.925,46	44%
	I	3.999,27	37,03	2.962,40	3.703,00	6.961,67	7.702,27	41%
B	V	3.862,07	36,18	2.894,40	3.618,00	6.756,47	7.480,07	38%
	IV	3.724,88	35,32	2.825,60	3.532,00	6.550,48	7.256,88	34%
	III	3.587,69	34,46	2.756,80	3.446,00	6.344,49	7.033,69	31%
	II	3.450,50	33,60	2.688,00	3.360,00	6.138,50	6.810,50	27%
	I	3.313,31	32,74	2.619,20	3.274,00	5.932,51	6.587,31	24%
A	V	3.176,12	31,88	2.550,40	3.188,00	5.726,52	6.364,12	21%
	IV	3.038,93	31,02	2.481,60	3.102,00	5.520,53	6.140,93	17%
	III	2.901,74	30,16	2.412,80	3.016,00	5.314,54	5.917,74	13%
	II	2.764,55	29,30	2.344,00	2.930,00	5.108,55	5.694,55	10%
	I	2.627,36	28,44	2.275,20	2.844,00	4.902,56	5.471,36	6%

j) Cargo de Nível Auxiliar



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



Classe Padrão		VB	GDATPRF			GEAAPF	Total
			Unitário	80 pts.	100 pts.		80 pts.
ESP	III	2.019,41	13,78	1.102,40	1.378,00	182,38	3.304,19
	II	2.015,52	13,72	1.097,60	1.372,00	181,17	3.294,29
	I	2.011,64	13,69	1.095,20	1.369,00	179,95	3.286,79

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL	
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.
ESP	III	2.499,60	25,60	2.048,00	2.560,00	282,84	4.830,44	5.342,44
	II	2.379,62	24,85	1.988,00	2.485,00	280,97	4.648,59	5.145,59
	I	2.259,68	24,09	1.927,20	2.409,00	259,14	4.446,02	4.927,82

2026 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL	
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.
ESP	III	2.569,56	26,32	2.105,60	2.632,00	296,98	4.972,14	5.498,54
	II	2.446,22	25,55	2.044,00	2.555,00	295,02	4.785,24	5.296,24
	I	2.322,93	24,77	1.981,60	2.477,00	272,10	4.576,63	5.072,03

PROPOSTA DE PLANO DE CARGOS PJUSP PARA A PF



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



k) Cargo de Nível Superior

Atual

Classe Padrão		VB	GDATPF			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	III	3.928,20	58,00	4.640,00	5.800,00	8.568,20	9.728,20
	II	3.851,17	56,69	4.535,20	5.669,00	8.386,37	9.520,17
	I	3.775,66	55,44	4.435,20	5.544,00	8.210,86	9.319,66
C	VI	3.665,69	53,12	4.249,60	5.312,00	7.915,29	8.977,69
	V	3.593,82	51,95	4.156,00	5.195,00	7.749,82	8.788,82
	IV	3.523,36	50,84	4.067,20	5.084,00	7.590,56	8.607,36
	III	3.454,28	49,74	3.979,20	4.974,00	7.433,48	8.428,28
	II	3.386,54	48,68	3.894,40	4.868,00	7.280,94	8.254,54
	I	3.320,15	47,65	3.812,00	4.765,00	7.132,15	8.085,15
B	VI	3.223,45	45,75	3.660,00	4.575,00	6.883,45	7.798,45
	V	3.160,25	44,80	3.584,00	4.480,00	6.744,25	7.640,25
	IV	3.098,28	43,86	3.508,80	4.386,00	6.607,08	7.484,28
	III	3.037,54	42,97	3.437,60	4.297,00	6.475,14	7.334,54
	II	2.977,98	42,11	3.368,80	4.211,00	6.346,78	7.188,98
A	I	2.919,60	41,27	3.301,60	4.127,00	6.221,20	7.046,60
	V	2.834,56	39,70	3.176,00	3.970,00	6.010,56	6.804,56
	IV	2.778,98	38,92	3.113,60	3.892,00	5.892,58	6.670,98
	III	2.724,49	38,16	3.052,80	3.816,00	5.777,29	6.540,49
	II	2.671,07	37,44	2.995,20	3.744,00	5.666,27	6.415,07
A	I	2.618,69	36,71	2.936,80	3.671,00	5.555,49	6.289,69

2025 - Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	10.648,92	90,71	7.256,80	9.071,00	17.905,72	19.719,92
	IV	10.403,26	88,62	7.089,60	8.862,00	17.492,86	19.265,26
	III	10.164,08	86,57	6.925,60	8.657,00	17.089,68	18.821,08
	II	9.463,29	80,61	6.448,80	8.061,00	15.912,09	17.524,29
	I	9.245,25	78,75	6.300,00	7.875,00	15.545,25	17.120,25
C	V	9.031,53	76,94	6.155,20	7.694,00	15.186,73	16.725,53
	IV	8.822,90	75,17	6.013,60	7.517,00	14.836,50	16.339,90
	III	8.620,17	73,43	5.874,40	7.343,00	14.494,57	15.963,17
	II	8.422,13	71,73	5.738,40	7.173,00	14.160,53	15.595,13
B	I	7.819,16	66,61	5.328,80	6.661,00	13.147,96	14.480,16
	V	7.518,23	64,05	5.124,00	6.405,00	12.642,23	13.923,23
	IV	7.228,72	61,59	4.927,20	6.159,00	12.155,92	13.387,72
	III	6.951,81	59,21	4.736,80	5.921,00	11.688,61	12.872,81
	II	6.683,70	56,94	4.555,20	5.694,00	11.238,90	12.377,70
A	I	6.426,63	54,75	4.380,00	5.475,00	10.806,63	11.901,63
	V	5.967,73	50,83	4.066,40	5.083,00	10.034,13	11.050,73
	IV	5.737,70	48,88	3.910,40	4.888,00	9.648,10	10.625,70
	III	5.517,02	47,00	3.760,00	4.700,00	9.277,02	10.217,02
	II	5.305,06	45,19	3.615,20	4.519,00	8.920,26	9.824,06
A	I	5.101,21	43,45	3.476,00	4.345,00	8.577,21	9.446,21



Proposta

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		%
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	96,92	7.753,60	9.692,00	19.131,60	21.070,00	117%
	IV	11.138,48	94,88	7.590,40	9.488,00	18.728,88	20.626,48	117%
	III	10.904,29	92,88	7.430,40	9.288,00	18.334,69	20.192,29	117%
	II	10.172,09	86,64	6.931,20	8.664,00	17.103,29	18.836,09	110%
	I	9.942,60	84,70	6.776,00	8.470,00	16.718,60	18.412,60	110%
C	V	9.718,64	82,80	6.624,00	8.280,00	16.342,64	17.998,64	109%
	IV	9.514,77	81,05	6.484,00	8.105,00	15.998,77	17.619,77	109%
	III	9.313,87	79,35	6.348,00	7.935,00	15.661,87	17.248,87	109%
	II	9.118,79	77,67	6.213,60	7.767,00	15.332,39	16.885,79	109%
	I	8.289,71	70,61	5.648,80	7.061,00	13.938,51	15.350,71	97%
B	V	7.954,97	67,77	5.421,60	6.777,00	13.376,57	14.731,97	93%
	IV	7.634,17	65,04	5.203,20	6.504,00	12.837,37	14.138,17	89%
	III	7.327,30	62,41	4.992,80	6.241,00	12.320,10	13.568,30	85%
	II	7.031,40	59,90	4.792,00	5.990,00	11.823,40	13.021,40	81%
	I	6.747,55	57,49	4.599,20	5.749,00	11.346,75	12.496,55	77%
A	V	6.134,50	52,26	4.180,80	5.226,00	10.315,30	11.360,50	67%
	IV	5.898,55	50,25	4.020,00	5.025,00	9.918,55	10.923,55	64%
	III	5.671,42	48,32	3.865,60	4.832,00	9.537,02	10.503,42	61%
	II	5.454,44	46,45	3.716,00	4.645,00	9.170,44	10.099,44	57%
	I	5.244,00	44,67	3.573,60	4.467,00	8.817,60	9.711,00	54%



argo de Médico – 20 horas

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



Atual

Classe Padrão		VB	GDATPF			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	III	3.928,20	40,54	3.243,20	4.054,00	7.171,40	7.982,20
	II	3.851,17	39,70	3.176,00	3.970,00	7.027,17	7.821,17
	I	3.775,66	38,88	3.110,40	3.888,00	6.886,06	7.663,66
C	VI	3.665,69	37,78	3.022,40	3.778,00	6.688,09	7.443,69
	V	3.593,82	37,01	2.960,80	3.701,00	6.554,62	7.294,82
	IV	3.523,36	36,24	2.899,20	3.624,00	6.422,56	7.147,36
	III	3.454,28	35,50	2.840,00	3.550,00	6.294,28	7.004,28
	II	3.386,54	34,79	2.783,20	3.479,00	6.169,74	6.865,54
B	I	3.320,15	34,07	2.725,60	3.407,00	6.045,75	6.727,15
	VI	3.223,45	33,14	2.651,20	3.314,00	5.874,65	6.537,45
	V	3.160,25	32,48	2.598,40	3.248,00	5.758,65	6.408,25
	IV	3.098,28	31,83	2.546,40	3.183,00	5.644,68	6.281,28
	III	3.037,54	31,20	2.496,00	3.120,00	5.533,54	6.157,54
A	II	2.977,98	30,59	2.447,20	3.059,00	5.425,18	6.036,98
	I	2.919,60	30,00	2.400,00	3.000,00	5.319,60	5.919,60
	V	2.834,56	29,18	2.334,40	2.918,00	5.168,96	5.752,56
	IV	2.778,98	28,62	2.289,60	2.862,00	5.068,58	5.640,98
	III	2.724,49	28,08	2.246,40	2.808,00	4.970,89	5.532,49
	II	2.671,07	27,53	2.202,40	2.753,00	4.873,47	5.424,07
	I	2.618,69	27,02	2.161,60	2.702,00	4.780,29	5.320,69

2025 - Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	10.648,92	53,97	4.317,60	5.397,00	14.966,52	16.045,92
	IV	10.403,26	52,73	4.218,40	5.273,00	14.621,66	15.676,26
	III	10.164,08	51,51	4.120,80	5.151,00	14.284,88	15.315,08
	II	9.463,29	47,96	3.836,80	4.796,00	13.300,09	14.259,29
	I	9.245,25	46,86	3.748,80	4.686,00	12.994,05	13.931,25
C	V	9.031,53	45,78	3.662,40	4.578,00	12.693,93	13.609,53
	IV	8.822,90	44,73	3.578,40	4.473,00	12.401,30	13.295,90
	III	8.620,17	43,69	3.495,20	4.369,00	12.115,37	12.989,17
	II	8.422,13	42,68	3.414,40	4.268,00	11.836,53	12.690,13
	I	7.819,16	39,63	3.170,40	3.963,00	10.989,56	11.782,16
B	V	7.518,23	38,11	3.048,80	3.811,00	10.567,03	11.329,23
	IV	7.228,72	36,65	2.932,00	3.665,00	10.160,72	10.893,72
	III	6.951,81	35,23	2.818,40	3.523,00	9.770,21	10.474,81
	II	6.683,70	33,88	2.710,40	3.388,00	9.394,10	10.071,70
	I	6.426,63	32,58	2.606,40	3.258,00	9.033,03	9.684,63
A	V	5.967,73	30,24	2.419,20	3.024,00	8.386,93	8.991,73
	IV	5.737,70	29,08	2.326,40	2.908,00	8.064,10	8.645,70
	III	5.517,02	27,97	2.237,60	2.797,00	7.754,62	8.314,02
	II	5.305,06	26,89	2.151,20	2.689,00	7.456,26	7.994,06
	I	5.101,21	25,85	2.068,00	2.585,00	7.169,21	7.686,21



Proposta

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



Classe	Padrão	VB	GDAJUSP			Total		%
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	57,67	4.613,60	5.767,00	15.991,60	17.145,00	115%
	IV	11.138,48	56,45	4.516,00	5.645,00	15.654,48	16.783,48	115%
	III	10.904,29	55,26	4.420,80	5.526,00	15.325,09	16.430,29	114%
	II	10.172,09	51,55	4.124,00	5.155,00	14.296,09	15.327,09	106%
	I	9.942,60	50,40	4.032,00	5.040,00	13.974,60	14.982,60	105%
C	V	9.718,64	49,27	3.941,60	4.927,00	13.660,24	14.645,64	105%
	IV	9.514,77	48,22	3.857,60	4.822,00	13.372,37	14.336,77	105%
	III	9.313,87	47,21	3.776,80	4.721,00	13.090,67	14.034,87	104%
	II	9.118,79	46,21	3.696,80	4.621,00	12.815,59	13.739,79	104%
	I	8.289,71	42,01	3.360,80	4.201,00	11.650,51	12.490,71	91%
B	V	7.954,97	40,32	3.225,60	4.032,00	11.180,57	11.986,97	87%
	IV	7.634,17	38,70	3.096,00	3.870,00	10.730,17	11.504,17	83%
	III	7.327,30	37,13	2.970,40	3.713,00	10.297,70	11.040,30	79%
	II	7.031,40	35,64	2.851,20	3.564,00	9.882,60	10.595,40	76%
	I	6.747,55	34,21	2.736,80	3.421,00	9.484,35	10.168,55	72%
A	V	6.134,50	31,09	2.487,20	3.109,00	8.621,70	9.243,50	61%
	IV	5.898,55	29,90	2.392,00	2.990,00	8.290,55	8.888,55	58%
	III	5.671,42	28,75	2.300,00	2.875,00	7.971,42	8.546,42	54%
	II	5.454,44	27,64	2.211,20	2.764,00	7.665,64	8.218,44	52%
	I	5.244,00	26,58	2.126,40	2.658,00	7.370,40	7.902,00	49%

m) Cargo de Médico – 40 horas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

Classe	VB	GDATPF	Total
--------	----	--------	-------



Padrão							
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	III	7.856,38	46,62	3.729,60	4.662,00	11.585,98	12.518,38
	II	7.702,33	45,78	3.662,40	4.578,00	11.364,73	12.280,33
	I	7.551,31	44,96	3.596,80	4.496,00	11.148,11	12.047,31
C	VI	7.331,38	43,85	3.508,00	4.385,00	10.839,38	11.716,38
	V	7.187,65	43,09	3.447,20	4.309,00	10.634,85	11.496,65
	IV	7.046,72	42,32	3.385,60	4.232,00	10.432,32	11.278,72
	III	6.908,54	41,58	3.326,40	4.158,00	10.234,94	11.066,54
	II	6.773,10	40,88	3.270,40	4.088,00	10.043,50	10.861,10
	I	6.640,29	40,16	3.212,80	4.016,00	9.853,09	10.656,29
B	VI	6.446,89	39,22	3.137,60	3.922,00	9.584,49	10.368,89
	V	6.320,48	38,55	3.084,00	3.855,00	9.404,48	10.175,48
	IV	6.196,56	37,91	3.032,80	3.791,00	9.229,36	9.987,56
	III	6.075,07	37,28	2.982,40	3.728,00	9.057,47	9.803,07
	II	5.955,97	36,67	2.933,60	3.667,00	8.889,57	9.622,97
	I	5.839,18	36,07	2.885,60	3.607,00	8.724,78	9.446,18
A	V	5.669,11	35,26	2.820,80	3.526,00	8.489,91	9.195,11
	IV	5.557,95	34,69	2.775,20	3.469,00	8.333,15	9.026,95
	III	5.448,99	34,16	2.732,80	3.416,00	8.181,79	8.864,99
	II	5.342,13	33,62	2.689,60	3.362,00	8.031,73	8.704,13
	I	5.237,40	33,10	2.648,00	3.310,00	7.885,40	8.547,40

2025 - Proposta

2026 – Proposta



Padrão	VB	GDAJUSP	Total
--------	----	---------	-------

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

%
---

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	21.297,84	63,50	5.080,00	6.350,00	26.377,84	27.647,84
	IV	20.806,52	62,03	4.962,40	6.203,00	25.768,92	27.009,52
	III	20.328,16	60,60	4.848,00	6.060,00	25.176,16	26.388,16
	II	18.926,58	56,43	4.514,40	5.643,00	23.440,98	24.569,58
	I	18.490,50	55,13	4.410,40	5.513,00	22.900,90	24.003,50
C	V	18.063,06	53,86	4.308,80	5.386,00	22.371,86	23.449,06
	IV	17.645,80	52,62	4.209,60	5.262,00	21.855,40	22.907,80
	III	17.240,34	51,40	4.112,00	5.140,00	21.352,34	22.380,34
	II	16.844,26	50,21	4.016,80	5.021,00	20.861,06	21.865,26
	I	15.638,32	46,63	3.730,40	4.663,00	19.368,72	20.301,32
B	V	15.036,46	44,84	3.587,20	4.484,00	18.623,66	19.520,46
	IV	14.457,44	43,11	3.448,80	4.311,00	17.906,24	18.768,44
	III	13.903,62	41,45	3.316,00	4.145,00	17.219,62	18.048,62
	II	13.367,40	39,86	3.188,80	3.986,00	16.556,20	17.353,40
	I	12.853,26	38,33	3.066,40	3.833,00	15.919,66	16.686,26
A	V	11.935,46	35,58	2.846,40	3.558,00	14.781,86	15.493,46
	IV	11.475,40	34,22	2.737,60	3.422,00	14.213,00	14.897,40
	III	11.034,04	32,90	2.632,00	3.290,00	13.666,04	14.324,04
	II	10.610,12	31,63	2.530,40	3.163,00	13.140,52	13.773,12
	I	10.202,42	30,42	2.433,60	3.042,00	12.636,02	13.244,42





			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	22.756,00	67,84	5.427,20	6.784,00	28.183,20	29.540,00	136%
	IV	22.276,96	66,42	5.313,60	6.642,00	27.590,56	28.918,96	135%
	III	21.808,58	65,02	5.201,60	6.502,00	27.010,18	28.310,58	135%
	II	20.344,18	60,65	4.852,00	6.065,00	25.196,18	26.409,18	125%
	I	19.885,20	59,29	4.743,20	5.929,00	24.628,40	25.814,20	125%
C	V	19.437,28	57,96	4.636,80	5.796,00	24.074,08	25.233,28	124%
	IV	19.029,54	56,74	4.539,20	5.674,00	23.568,74	24.703,54	123%
	III	18.627,74	55,55	4.444,00	5.555,00	23.071,74	24.182,74	123%
	II	18.237,58	54,37	4.349,60	5.437,00	22.587,18	23.674,58	122%
	I	16.579,42	49,43	3.954,40	4.943,00	20.533,82	21.522,42	108%
B	V	15.909,94	47,44	3.795,20	4.744,00	19.705,14	20.653,94	103%
	IV	15.268,34	45,53	3.642,40	4.553,00	18.910,74	19.821,34	98%
	III	14.654,60	43,69	3.495,20	4.369,00	18.149,80	19.023,60	94%
	II	14.062,80	41,93	3.354,40	4.193,00	17.417,20	18.255,80	90%
	I	13.495,10	40,24	3.219,20	4.024,00	16.714,30	17.519,10	85%
A	V	12.269,00	36,58	2.926,40	3.658,00	15.195,40	15.927,00	73%
	IV	11.797,10	35,18	2.814,40	3.518,00	14.611,50	15.315,10	70%
	III	11.342,84	33,82	2.705,60	3.382,00	14.048,44	14.724,84	66%
	II	10.908,88	32,52	2.601,60	3.252,00	13.510,48	14.160,88	63%
	I	10.488,00	31,27	2.501,60	3.127,00	12.989,60	13.615,00	59%

Cargo de Nível Intermediário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



Atual

Classe Padrão		VB	GDATPF			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	III	2.611,44	31,64	2.531,20	3.164,00	5.142,64	5.775,44
	II	2.606,22	31,39	2.511,20	3.139,00	5.117,42	5.745,22
	I	2.601,02	31,14	2.491,20	3.114,00	5.092,22	5.715,02
C	VI	2.585,50	30,72	2.457,60	3.072,00	5.043,10	5.657,50
	V	2.580,35	30,48	2.438,40	3.048,00	5.018,75	5.628,35
	IV	2.575,19	30,23	2.418,40	3.023,00	4.993,59	5.598,19
	III	2.570,05	29,99	2.399,20	2.999,00	4.969,25	5.569,05
	II	2.564,92	29,74	2.379,20	2.974,00	4.944,12	5.538,92
B	I	2.559,80	29,51	2.360,80	2.951,00	4.920,60	5.510,80
	VI	2.544,53	29,14	2.331,20	2.914,00	4.875,73	5.458,53
	V	2.539,45	28,91	2.312,80	2.891,00	4.852,25	5.430,45
	IV	2.534,37	28,69	2.295,20	2.869,00	4.829,57	5.403,37
	III	2.529,31	28,47	2.277,60	2.847,00	4.806,91	5.376,31
A	II	2.524,27	28,25	2.260,00	2.825,00	4.784,27	5.349,27
	I	2.519,24	28,05	2.244,00	2.805,00	4.763,24	5.324,24
	V	2.504,21	27,70	2.216,00	2.770,00	4.720,21	5.274,21
	IV	2.499,21	27,49	2.199,20	2.749,00	4.698,41	5.248,21
	III	2.494,23	27,28	2.182,40	2.728,00	4.676,63	5.222,23
	II	2.489,25	27,09	2.167,20	2.709,00	4.656,45	5.198,25
	I	2.484,28	26,89	2.151,20	2.689,00	4.635,48	5.173,28

Proposta

2025 - Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		
ESP	V	5.092,21	43,54	3.483,20	4.354,00	8.575,41	9.446,21
	IV	4.958,72	42,70	3.416,00	4.270,00	8.374,72	9.228,72
	III	4.825,22	41,87	3.349,60	4.187,00	8.174,82	9.012,22
	II	4.691,73	41,03	3.282,40	4.103,00	7.974,13	8.794,73
	I	4.558,23	40,20	3.216,00	4.020,00	7.774,23	8.578,23
C	V	4.424,74	39,36	3.148,80	3.936,00	7.573,54	8.360,74
	IV	4.291,24	38,53	3.082,40	3.853,00	7.373,64	8.144,24
	III	4.157,75	37,69	3.015,20	3.769,00	7.172,95	7.926,75
	II	4.024,26	36,85	2.948,00	3.685,00	6.972,26	7.709,26
	I	3.890,76	36,02	2.881,60	3.602,00	6.772,36	7.492,76
B	V	3.757,27	35,18	2.814,40	3.518,00	6.571,67	7.275,27
	IV	3.623,77	34,35	2.748,00	3.435,00	6.371,77	7.058,77
	III	3.490,28	33,51	2.680,80	3.351,00	6.171,08	6.841,28
	II	3.356,79	32,67	2.613,60	3.267,00	5.970,39	6.623,79
	I	3.223,29	31,84	2.547,20	3.184,00	5.770,49	6.407,29
A	V	3.089,80	31,00	2.480,00	3.100,00	5.569,80	6.189,80
	IV	2.956,30	30,17	2.413,60	3.017,00	5.369,90	5.973,30
	III	2.822,81	29,33	2.346,40	2.933,00	5.169,21	5.755,81
	II	2.689,31	28,50	2.280,00	2.850,00	4.969,31	5.539,31
	I	2.555,82	27,66	2.212,80	2.766,00	4.768,62	5.321,82



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

\*CD251101730100\*  
xEdit



Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		%
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	5.233,98	44,77	3.581,60	4.477,00	8.815,58	9.710,98	68%
	IV	5.096,79	43,91	3.512,80	4.391,00	8.609,59	9.487,79	65%
	III	4.959,60	43,05	3.444,00	4.305,00	8.403,60	9.264,60	62%
	II	4.822,41	42,19	3.375,20	4.219,00	8.197,61	9.041,41	60%
	I	4.685,22	41,33	3.306,40	4.133,00	7.991,62	8.818,22	57%
C	V	4.548,03	40,47	3.237,60	4.047,00	7.785,63	8.595,03	54%
	IV	4.410,84	39,61	3.168,80	3.961,00	7.579,64	8.371,84	50%
	III	4.273,65	38,75	3.100,00	3.875,00	7.373,65	8.148,65	47%
	II	4.136,46	37,89	3.031,20	3.789,00	7.167,66	7.925,46	44%
	I	3.999,27	37,03	2.962,40	3.703,00	6.961,67	7.702,27	41%
B	V	3.862,07	36,18	2.894,40	3.618,00	6.756,47	7.480,07	38%
	IV	3.724,88	35,32	2.825,60	3.532,00	6.550,48	7.256,88	34%
	III	3.587,69	34,46	2.756,80	3.446,00	6.344,49	7.033,69	31%
	II	3.450,50	33,60	2.688,00	3.360,00	6.138,50	6.810,50	27%
	I	3.313,31	32,74	2.619,20	3.274,00	5.932,51	6.587,31	24%
A	V	3.176,12	31,88	2.550,40	3.188,00	5.726,52	6.364,12	21%
	IV	3.038,93	31,02	2.481,60	3.102,00	5.520,53	6.140,93	17%
	III	2.901,74	30,16	2.412,80	3.016,00	5.314,54	5.917,74	13%
	II	2.764,55	29,30	2.344,00	2.930,00	5.108,55	5.694,55	10%
	I	2.627,36	28,44	2.275,20	2.844,00	4.902,56	5.471,36	6%



Argo de Nível Auxiliar

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



Atual

Classe Padrão		VB	GDATPF			GEAAPF	Total	
			Unitário	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.
ESP	III	2.019,41	13,78	1.102,40	1.378,00	182,38	3.304,19	3.579,79
	II	2.015,52	13,72	1.097,60	1.372,00	181,17	3.294,29	3.568,69
	I	2.011,64	13,69	1.095,20	1.369,00	179,95	3.286,79	3.560,59

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL	
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.
ESP	III	2.499,60	25,60	2.048,00	2.560,00	282,84	4.830,44	5.342,44
	II	2.379,62	24,85	1.988,00	2.485,00	280,97	4.648,59	5.145,59
	I	2.259,68	24,09	1.927,20	2.409,00	259,14	4.446,02	4.927,82

2026 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL	
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.
ESP	III	2.569,56	26,32	2.105,60	2.632,00	296,98	4.972,14	5.498,54
	II	2.446,22	25,55	2.044,00	2.555,00	295,02	4.785,24	5.296,24
	I	2.322,93	24,77	1.981,60	2.477,00	272,10	4.576,63	5.072,03

%
66%
61%
54%



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251101730100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



**MPV 1286  
00203**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Chico Rodrigues

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Acrescente-se o seguinte § 1º ao art. 10 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, e renumere-se o atual parágrafo único para § 2º:

‘**Art. 10.** .....  
.....

§ 1º A Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PCC-EXT - GEAAPCCEXT integra os proventos de aposentadoria e das pensões.

§ 2º .....’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

Os servidores públicos federais do nível auxiliar integrantes dos quadros dos extintos Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá, quando na ativa, contam, em seus proventos, com a GEAAPCCEXT - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PCC-Ext.

A GEAAPCCEXT não detém caráter avaliativo, ela é inerente ao cargo de nível auxiliar. Assim, tem caráter genérico, devendo integrar na sua totalidade as aposentadorias e pensões.

Ocorre, que esses servidores ao se aposentarem estão tendo a GEAAPCCEXT totalmente suprimida de seus vencimentos. Não há qualquer fundamento legal para a sua retirada, até mesmo porque os demais planos de



carreira do Poder Executivo federal dispõem de gratificação específica do nível auxiliar e são incorporadas, por disporem de valor fixo.

Como se vê, o pagamento ocorre em razão do desempenho das atribuições típicas dos cargos de nível auxiliar do PCC-Ext. Trata-se, portanto, de adicional de função, e não de gratificação paga pela execução do trabalho em condições anormais, motivo pelo qual deve ser estendida aos inativos e pensionistas nos moldes percebidos pelos servidores da ativa.

Dessa forma, o que se verifica nos cargos de nível auxiliar do PCC-Ext referente a GEAAPCCEXT é um tratamento anti-isonômico, o que é vedado pela nossa Constituição Federal. Nesse sentido a Suprema Corte tem jurisprudência pacífica: quando a gratificação é genérica, não dispondo de caráter avaliativo e sendo inerente ao cargo, ela deve ser incorporada à aposentadoria e pensão.

Importante ainda consignar o impacto social dessa supressão, pois a GEAAPCCEXT representa 23,58% da remuneração desses servidores. Quando passam para inatividade, os servidores precisam dos seus vencimentos integrais para fazer frente às despesas com saúde e medicamentos. No entanto, quando se aposentam, os servidores desse quadro sofrem um enorme decréscimo em sua remuneração.

A incorporação dessa gratificação aos proventos de aposentadoria e pensões se justifica ainda mais pelo desconto previdenciário que incide sobre ela no total da contribuição para o RPPS, ou seja, os servidores pagam a previdência sobre a gratificação e não incorporam quando se aposentam.

Por isso, o que se tem por objetivo com a presente emenda é dar um tratamento isonômico a esses servidores do nível auxiliar dos Ex-Territórios, assegurando-lhes a mesma condição para incorporação da gratificação, como ocorre nos demais planos de carreiras do Poder Executivo federal.

Esta emenda, além de apresentar o aprimoramento na legislação, permite tratamento humanitário e mais justo aos que contribuíram por toda a sua vida laboral, quando chegado o momento de sua velhice, permitindo maior segurança social.



Pela relevância da proposta, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente emenda.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Chico Rodrigues**  
**(PSB - RR)**



**MPV 1286  
00204**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, onde couber, a seguinte emenda:

Alteram-se os artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 28. A partir da data de entrada em vigor desta Lei os cargos de **Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI**, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de **Analista de Sistema**, **Analista de Sistemas**, **Analista de Processamento de Dados** e **Analista de Suporte** de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de **Analista de Sistemas**, **Analista de Sistema B**, **Analista de Sistema C** e **Analista de Sistema D** de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de **Analista de Sistemas**, **Analista de Sistemas III** e **Analista de Sistemas IV**, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de **Analista de Sistemas**, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, ficam reorganizados na **Carreira de Tecnologia da Informação**, no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)*

*“§ 1º O s cargo s a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no **Anexo X** desta Lei.” (NR)*

*“§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos a que se refere o caput serão automaticamente enquadrados na **Carreira de Tecnologia da Informação** na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no **Anexo XI** desta Lei.” (NR)*

*“§ 3º O cargo de **Analista Técnico Administrativo da área de TI**, é o contemplado no **Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.**” (NR)*

.....





“Art. 30. São atribuições dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação**, além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.” (NR)

“ Art. 31. A investidura **nos cargos** de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)

“§ 6º Os ocupantes dos **cargos da Carreira de Tecnologia da Informação** que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30 desta Lei.” (NR)

“Art. 32. Os ocupantes dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no **Anexo XII** desta Lei.” (NR)

“ Art. 33. Não serão devidas aos titulares **dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)

.....

“Parágrafo único. Ficam o **s cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação** automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)

.....

**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40 desta LEI, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei. (NR)**

.....

## JUSTIFICAÇÃO

No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira



direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

Frisa-se que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as



evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções



normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e



gera distorções gravíssimas. Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Weverton**  
**(PDT - MA)**



EMENDA Nº - CM

(à MPV nº 1.286, de 2024)

ANEXO X

ESTRUTURA DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DE  
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASS E	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico
		II	II		
		I	I		



TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata do art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970	C	VI	VI	C	Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

ANEXO XII

SUBSÍDIO **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO





## JUSTIFICAÇÃO

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

3. Frisa-se que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.





4. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

5. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*"atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento**; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas**; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:



*"atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar, manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

6. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

*...*

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*



***VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)***

***VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)***

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

***III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)***

7. Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas. Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,

Senador XXXX



**MPV 1286  
00205**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo, renumerando-se os demais dispositivos:

**CAPÍTULO****DO CARGO DE AUDITOR DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO**

Art. A partir de 1º de janeiro de 2025, a estrutura de classificação e os valores do vencimento básico do cargo de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), serão fixados no Anexo LXXVI-1 a esta Medida Provisória, para os respectivos níveis, classes e padrões.

(Anexo LXXX-1 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de Dezembro de 2024)

**VENCIMENTO BÁSICO DO CARGO DE AUDITOR**

a) Estrutura de Classificação e Vencimento básico dos cargo de Auditor do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#):



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256957905700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa

\*CD256957905700\*  
ExEdit

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Auditor	P31	4.556,92	1				1	9.523,96	9.952,54
	P32	4.734,64	2	1			2	9.895,40	10.340,70
	P33	4.919,30	3	2	1		3	10.281,34	10.744,00
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	10.682,30	11.163,00
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	11.098,90	11.598,36
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	11.531,76	12.050,68
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	11.981,52	12.520,68
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	12.448,80	13.009,00
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	12.934,28	13.516,32
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	13.438,72	14.043,46
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	13.962,84	14.591,16
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	14.507,40	15.160,24
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	15.073,18	15.751,48
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	15.661,02	16.365,76
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	16.271,80	17.004,04
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	16.906,42	17.667,20

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, a Educação como alternativa às desigualdades sociais foi estabelecida na CF/88 como “um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,

ExEdit  
\*CD256957905700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256957905700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa



visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Essa ideia integra o leque de estratégias governamentais que consideram a Educação uma forma de combate às desigualdades sociais e a pobreza no Brasil.

Com o avanço dessas políticas públicas e com o aumento do orçamento destinado a elas, houve, conseqüentemente, maior necessidade em adequar a atuação do Controle Interno e das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Auditorias Internas, para que os resultados alcançados por essas instituições fossem condizentes com o investimento realizado. Busca-se, dessa forma, atender não só aos interesses dos gestores públicos, mas também dos usuários dos serviços e da sociedade.

Essa adequação da atuação do Controle Interno envolve a valorização das funções desempenhadas, seja pela criação de carreiras próprias, seja pelo ajuste remuneratório condizente com as responsabilidades assumidas.

A necessidade de assegurar a integridade das funções de auditoria interna dentro das Instituições Federais de Ensino (IFE's) foi recentemente reconhecida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em parecer exarado nos autos da Denúncia n. 25.007/2024-6, a Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos apontou a premência de se buscar o fortalecimento das unidades de auditoria dentro das Universidades Federais e da atuação específica do Auditor, cujas funções não podem ser alocadas como uma mera especialidade dentro de um cargo geral:

a) no que tange às políticas públicas, a ausência de auditores especializados nas IFE pode dificultar a implementação de políticas e processos que assegurem o uso eficiente e responsável dos recursos, prejudicando a confiança da sociedade na gestão dos valores destinados à educação;

b) no âmbito institucional, a aprovação das alterações na Lei 11.091/2005, particularmente a transformação do cargo de Auditor em Analista em Educação, representa um risco considerável ao controle interno na Administração pública, especialmente nas IFE. A mudança fragiliza a segregação de funções,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256957905700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa



\*CD256957905700\*  
ExEdit



enfraquece a estrutura de controle interno e compromete a accountability nas entidades; e

c) a função de Auditor possui especificidades e competências essenciais para assegurar a fiscalização efetiva e independente dos processos administrativos, contábeis e financeiros. Ao substituir essa posição especializada por um cargo de natureza mais ampla e menos focada em auditoria, abre-se uma lacuna de expertise na identificação de irregularidades e na promoção da transparência (fundamentais para a boa governança e para o cumprimento dos princípios constitucionais). Devido à sua formação generalista, os Analistas em Educação poderiam carecer das habilidades técnicas específicas para detectar e corrigir desvios e fraudes.

O Congresso Nacional, inclusive, foi cientificado desse posicionamento pelo TCU por meio do Aviso n. 956 - GP/TCU, de 20 de dezembro de 2024, para que adote as medidas cabíveis. O documento está sob análise da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

As especificidades do cargo buscam garantir o cumprimento do art. 74 da Constituição Federal quando da atuação da Unidade de Auditoria Interna de forma integrada por meio de Sistema de Controle Interno, bem como por meio da atuação do cargo de Auditor na prática da atividade de Auditoria Interna Governamental para o alcance das finalidades de avaliação e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração indireta, especificamente Instituições Federais de Ensino, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, nos termos do art. 70 da Carta Magna.

Apesar disso, o enquadramento remuneratório do cargo de Auditor não se encontra citado de forma específica nas tabelas do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#).

Tal situação levou a um descompasso entre a crescente complexidade das atribuições e a estrutura remuneratória do cargo de Auditor da Educação com a estrutura de outros cargos e carreiras que desempenham funções equivalentes

\*CD256957905700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256957905700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa



no Poder Executivo Federal, com similitude de atribuições, nível de escolaridade e jornada de 40 horas semanais, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Remuneração dos cargos de Auditor do Executivo Federal considerando os ajustes dispostos na Medida Provisória 1.286 de 31 de dezembro de 2024.

Cargo	Inicial 1º DE JANEIRO DE 2025	Final 1º DE JANEIRO DE 2025
Auditor-Fiscal da Receita Federal Do Brasil - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor-Fiscal do Trabalho - Ns	R\$ 22.921,71	R\$ 29.760,95
Auditor Federal de Finanças e Controle - Ns	R\$ 18.033,52	R\$ 33.086,10
Auditor do Banco Central do Brasil - NS	R\$ 18.033,52	R\$ 33.086,10
Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Ns	R\$ 14.000,00	R\$ 24.632,19
Auditor das Instituições Federais de Ensino - Ns	R\$ 4.967,04	R\$ 10.062,32

Fonte: Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023 e Medida Provisória 1.286 de 31 de dezembro de 2024.

Do exposto, com o propósito de minimizar a discrepância remuneratória entre os Cargos de Auditor do Poder Executivo Federal, propõe-se a equidade remuneratória do cargo de Auditor perante a tabela específica a), do Anexo XLVII, da [Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012](#), atualizada pelo Anexo CCLXXXI da Medida Provisória que se deseja emendar. Ou seja, essa emenda não propõe a criação de situação nova ou mudança de carreira, mas, tão somente, de correção de discrepância apresentada no quadro acima.

Com a inclusão da citação, estima-se um impacto anual, em 2025, de R\$ 23.264.266 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais), na hipótese de implantação a partir de janeiro de 2025. Bem como um impacto anual, em 2026, de R\$ R\$ 27.333.288 (vinte e sete milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta e oito reais), na hipótese de implantação a partir de abril de 2026. Para os exercícios seguintes, inclusos já

ExEdit  
\* C D 2 5 6 9 5 7 9 0 5 7 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256957905700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa





nas Leis Orçamentárias Anuais respectivas, ter se-iam os impactos anualizados estimados de R\$ 23.264.266 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais) em 2025, e de R\$ 66.642.372 (sessenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e dois mil e trezentos e setenta e dois reais) em 2026, considerando o universo de todos os 450 auditores do PCCTAE de todo o país. Desta forma, constata-se que os valores propostos são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizado no Anexo V da LOA 2025, R\$16,8 bilhões na despesa primária e R\$1,918 bilhões na despesa financeira, sendo possível utilizar os recursos destinados para Reserva de Contingência na LOA.

Assim, é apresentada proposta que busca o fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI) na sua atuação integrada e no alcance das suas finalidades na forma da Constituição Federal. Isso se dará com a reorientação dos modelos de alcance de resultados pelas organizações a partir do fortalecimento da estrutura já existente e da correção de discrepâncias salariais de cargos específicos com atribuições e carga horária equivalentes, qualificando as entregas de serviço público à sociedade e corrigindo a desvalorização do cargo de Auditor do PCCTAE.

São essas as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Daniel Barbosa**  
**(PP - AL)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256957905700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Barbosa



MPV 1286  
00206



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se ao Anexo CCCXXI da Medida Provisória nº 1.286, de 2024 a seguinte redação:

ANEXO CCCXXI

(Anexo XXXV à Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016)

“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA

Em R\$

CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
	1º DE MAIO DE 2023	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	29.761,03	32.439,52	35.423,96
PRIMEIRA	26.319,79	28.688,57	31.327,92
SEGUNDA	22.905,79	24.967,31	27.264,30

” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda corrige o tratamento injusto dispensado pela MPV aos integrantes da Primeira Categoria e da Categoria Especial das Carreiras da Área Jurídica, cujo reajuste de 9%, do ano de 2025, foi postergado para 01/06/2025, em desacordo com a data-base de 01/01/2025 prevista na própria MPV para os

ExEdit  
\*CD255570238500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255570238500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



integrantes da Segunda Categoria das mesmas Carreiras e também para os cargos de todas as demais Carreiras contempladas na MPV.

O tratamento dado pela MPV aos membros mais antigos das Carreiras da Área Jurídica, que se encontram atualmente na Primeira Categoria e na Categoria Especial por promoção por merecimento ou antiguidade (conforme artigo 24, parágrafo único, da Lei Complementar nº 73, de 10/02/1993), representa discriminação odiosa contra os membros mais antigos das referidas Carreiras, prejudicando inclusive os Aposentados e seus Pensionistas, em clara violação ao artigo 37, X, da Constituição Federal, que prevê que a revisão geral anual da remuneração dos cargos da Administração Pública deve se dar sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Além disso, o tratamento configura violação ao inciso XXX do artigo 7º da Constituição Federal, a que faz remissão (para os servidores públicos) o § 3º do artigo 39 da própria Constituição, o qual proíbe a diferença de salário e de exercício de funções por motivo, entre outros, de idade.

Com efeito, atribuir efeitos financeiros ao reajuste do subsídio dos membros mais jovens das Carreiras da Área Jurídica em data antecedente (01/01/2025) àquela fixada para os efeitos financeiros do reajuste dos membros mais idosos das mesmas Carreiras (01/06/2025) representa evidente preconceito contra os mais idosos, que o inciso XXX do artigo 7º da Lei Maior visa proibir, devendo-se corrigir a injustiça trazendo-se o reajuste de todas as categorias das Carreiras da Área Jurídica para a mesma data (01/01/2025), em consonância, inclusive com o disposto no artigo 1º da Lei 10.331, de 18/12/2001, que prevê o mês de janeiro de cada ano como data-base para a revisão geral anual da remuneração dos cargos e funções da Administração Pública.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Marcelo Queiroz**  
(PP - RJ)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255570238500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



**MPV 1286  
00207**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à denominação do Capítulo LXII; acrescente-se a ele o seguinte artigo, renumerando-se os subsequentes; e dê-se a seguinte redação ao Anexo CCLXXXII:

“CAPÍTULO LXII DOS CARGOS DE MÉDICO, ENGENHEIRO E ARQUITETO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL”

“**Art. 158.** O Capítulo I da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção XXV:

**‘Seção XXV**

**Dos cargos de Engenheiro/Área, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Engenheiro Agrônomo e Arquiteto**

**Art. 54-A.** A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Engenheiro/área, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Engenheiro Agrônomo e Arquiteto e Urbanista do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de vinte horas semanais.

§ 1º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes dos cargos de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de quarenta horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º Os servidores que optarem pela jornada de quarenta horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta



jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.’ ”

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, fixou a jornada reduzida e a proporcionalidade salarial para médicos veterinários ocupantes dos cargos de Técnicos Administrativos em Educação, regidos pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

A norma de 2012, contudo, não contempla categorias que, historicamente, possuem tratamento simétrico ao dos médicos veterinários. A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que *dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária*, estabelece o salário mínimo para esses profissionais. Embora sua aplicação seja limitada aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ela demonstra a paridade há muito estabelecida entre médicos veterinários, engenheiros, arquitetos e urbanistas.

Dessa forma, a presente emenda busca a coerência com o modelo já adotado, equiparando a jornada e remuneração dos engenheiros, arquitetos e urbanistas das Instituições Federais de Ensino (Ifes), regidos pela Lei nº 11.091, de 2005, aos médicos veterinários, conforme previsto na Lei nº 12.702, de 2012.

Esses profissionais desempenham um papel estratégico na infraestrutura das instituições federais de ensino, sendo responsáveis pelo planejamento, execução e manutenção de projetos essenciais à qualidade da educação e à otimização do uso de recursos públicos. A valorização dessas carreiras é fundamental para garantir a continuidade e eficiência dos investimentos na estrutura física das universidades e institutos federais.

Além disso, a presente emenda não altera os valores reservados no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), pois o impacto financeiro será absorvido pela previsão do Art. 131 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, que cria 6.060 cargos de Analista em Educação (nível superior). O detalhamento das áreas, especialidades e atribuições desses cargos



será estabelecido em regulamento, permitindo a inclusão dos profissionais aqui contemplados sem aumento de despesa além do já previsto.

Por fim, a proposta não cria cargos, mas promove a isonomia necessária entre categorias estratégicas do serviço público. A equiparação da jornada e remuneração contribuirá para a retenção de profissionais altamente qualificados, a melhoria das condições de trabalho e a continuidade de projetos essenciais ao desenvolvimento da educação federal no Brasil.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Alessandro Vieira**  
(MDB - SE)



**MPV 1286  
00208**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 212-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 212-1.** A Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 2º-E.** Ficam transformados em cargos de Oficial de Polícia Federal os cargos efetivos, ocupados e vagos, de Escrivão de Polícia Federal de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985. Ao cargo Oficial de Polícia Federal é reconhecida a atividade jurídica e policial e seu ingresso se dará mediante concurso público de provas e títulos, exigida formação superior de bacharelado ou licenciatura.

§ 1º Aos servidores titulares dos cargos transformados nos termos deste artigo fica assegurado o posicionamento na classe e padrão de vencimento em que estiverem enquadrados, sem prejuízo da remuneração e das demais vantagens a que façam jus na data de início da vigência desta Lei, observando-se, para todos os fins, o tempo no cargo anterior, inclusive o prestado a partir da publicação desta Lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos servidores aposentados, bem como aos pensionistas.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259079864900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lincoln Portela



## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem como objetivo atender a uma necessidade premente de preservação e valorização do cargo de Escrivão de Polícia Federal (EPF), por meio da alteração de sua nomenclatura para "Oficial de Polícia Federal" (OPF), refletindo com maior precisão sua natureza e funções no contexto da Polícia Federal. A proposta baseia-se em fundamentos técnicos, institucionais, jurídicos e previdenciários, abordados a seguir.

### 1. Adequação da Nomenclatura à Natureza do Cargo e às Atribuições do EPF

O cargo de Escrivão de Polícia Federal desempenha funções essenciais e multifacetadas em todas as áreas de competência da Polícia Federal, conforme o artigo 144 da Constituição Federal e normativos correlatos. Trata-se de um cargo típico de estado, de natureza estritamente policial, com atuação em atividades técnico-científicas, operacionais e de polícia judiciária, indo muito além das atribuições meramente administrativas ou cartoriais frequentemente associadas ao termo "escrivão".

A nomenclatura atual do cargo de Escrivão de Polícia Federal (EPF) induz a comparações equivocadas com o cargo de Escrivão de Polícia Civil (EPC), já extinto após a edição da Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis. Observa-se que a designação "escrivão" já não reflete a realidade organizacional das polícias brasileiras, uma vez que, nas Polícias Cíveis, houve a unificação dos cargos de Escrivão e Agente em uma nova estrutura funcional. Essa mudança evidencia uma tendência nacional de modernização das carreiras policiais, reforçando a necessidade de atualização também na Polícia Federal, sem juízo de valor sobre a transição feita nas Polícias Cíveis.

Além disso, essa nomenclatura anacrônica desconsidera as notórias distinções entre as competências da Polícia Federal e das Polícias Cíveis e, por consequência, as diferenças entre os cargos que integram essas instituições. Essa inadequação prejudica a percepção pública e jurídica acerca da verdadeira

\*CD259079864900\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259079864900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lincoln Portela





essência do cargo de EPF, criando interpretações equivocadas que comprometem sua identidade policial.

A mudança para "Oficial de Polícia Federal" representa, portanto, um ajuste necessário para alinhar a nomenclatura do cargo às suas reais atribuições, garantindo que sua representação esteja condizente com seu papel estratégico dentro da Polícia Federal. Trata-se de uma adequação que acompanha as transformações institucionais e operacionais da carreira policial federal, consolidando uma nomenclatura mais coerente com as funções desempenhadas e alinhada às evoluções da estrutura policial no Brasil.

## 2. Prevenção de Riscos Jurídicos e Previdenciários

O aumento de ações judiciais questionando a exigência do Teste de Aptidão Física (TAF) no concurso público para o cargo de EPF tem gerado interpretações que não refletem a realidade funcional do cargo e suas atribuições na Polícia Federal. Muitas dessas ações são fundamentadas na comparação equivocada com a antiga estrutura das Polícias Cíveis, quando ainda havia o cargo de Escrivão de Polícia Cível. Essa situação representa um risco concreto à integridade do cargo e pode comprometer sua correta classificação funcional, especialmente no que se refere à sua natureza estritamente policial.

A mudança de nomenclatura reforça a identidade policial do cargo, afastando interpretações imprecisas e garantindo que sua definição jurídica e previdenciária esteja alinhada à realidade das atribuições desempenhadas no dia a dia da Polícia Federal. Com isso, evita-se a formação de precedentes equivocados que possam comprometer direitos fundamentais dos ocupantes do cargo, especialmente no que diz respeito à aposentadoria policial especial, um direito reconhecido para carreiras policiais de alto risco.

## 3. Modernização Institucional da Polícia Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259079864900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lincoln Portela



A Polícia Federal tem passado por importantes processos de modernização, incluindo a implementação do sistema de polícia judiciária eletrônico (ePol) e a transição do Inquérito Policial (IPL) do formato físico para o digital. Além disso, os órgãos do Poder Judiciário também adotaram há alguns anos sistemas processuais eletrônicos. Destarte, essas mudanças tornaram obsoletas as funções tradicionais aliadas à arquivologia e à gestão cartorária e processual arcaica, que, no passado, justificavam a nomenclatura de "escrivão".

A nova nomenclatura proposta reflete essa evolução, alinhando-se às mudanças tecnológicas e operacionais da instituição e representando um marco na modernização da Polícia Federal.

#### **4. Uniformização e Preservação da Paridade entre Ativos e Inativos**

A proposta contempla todos os detentores do cargo de EPF, sejam eles ativos ou inativos, assegurando a manutenção da paridade e evitando qualquer prejuízo aos direitos já adquiridos dos aposentados. Esta abordagem garante a uniformidade de direitos e deveres, eliminando quaisquer dúvidas sobre a aplicabilidade da alteração e fortalecendo a coesão entre os servidores da carreira policial federal.

#### **5. Apoio Institucional e Legitimidade da Proposta**

A mudança de nomenclatura foi amplamente debatida e aprovada por 96% dos Escrivães de Polícia Federal consultados em pesquisas conduzidas pela Associação Nacional dos Escrivães de Polícia Federal (ANEPF). Esse apoio demonstra a legitimidade da proposta e a sua aceitação entre os servidores da que compõem a categoria.

Portanto, a proposta responde a uma necessidade institucional, jurídica e previdenciária urgente, modernizando a nomenclatura do cargo de Escrivão de Polícia Federal para Oficial de Polícia Federal. A medida preserva a identidade e a natureza policial do cargo, alinha-se às transformações ora em curso



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259079864900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lincoln Portela



tanto no SIPEC de forma geral como na Polícia Federal em especial, e converge com as evoluções modernas recentes havidas em outras polícias no Brasil e em outros países, assegurando os direitos de todos os servidores que compõem a categoria.

A aprovação dessa Emenda será um marco na valorização e proteção da carreira policial federal, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a modernização e a eficiência de suas instituições.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lincoln Portela**  
**(PL - MG)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259079864900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lincoln Portela



\*CD259079864900\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00209****CÂMARA DOS DEPUTADOS****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024****(à MPV 1286/2024)**

Substitua-se os arts. 173 a 182  
da Medida Provisória, com a  
seguinte redação:

**CAPÍTULO LXXI****DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO**

Art. 173. Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Os ocupantes do cargo de ATIDS terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

§ 2º O cargo efetivo de ATIDS é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo CCCVI.

§ 3º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, ficam reorganizados no cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.

§ 4º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo de ATIDS.

§ 5º O exercício descentralizado dos servidores do § 3º do artigo 173º será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

§ 6º No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes do cargo de ATIDS em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

Art. 174. Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de ATIDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por transformação de cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193 caput, inciso I.

Art. 175. São atribuições do cargo de ATIDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

I - executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de desenvolvimento socioeconômico;

II - executar atividades de assistência técnica no planejamento, na implementação, na análise e na avaliação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento regional e territorial sustentável, seja agrário ou urbano;

III - analisar a viabilidade econômica de projetos de investimento e de desenvolvimento sustentável;

IV - analisar e avaliar dados socioeconômicos que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das políticas de indústria, micro e pequenas empresas, comércio, serviços, comércio exterior, agricultura, infraestrutura, inovação e demais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do País;

V - subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais;

VI - subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico;

VII - realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar, coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, desenvolver e realizar projetos de infraestrutura de transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de infraestrutura sustentável;

VIII - desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

IX - avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;

X - executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção de qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

XI - desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;

XII - difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e

XIII - promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.

Art. 176. A jornada de trabalho do cargo de ATIDS da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 177. O ingresso nos cargos de ATIDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

I - provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório; e

II - curso de formação, de caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º O ingresso nos cargos de ATIDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

§ 2º O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se referem os incisos I e II do caput, a habilitação legal específica a que se refere o § 1º e os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 3º O concurso público a que se refere o caput será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico.

§ 4º Os concursos públicos para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, com autorizações vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão válidos para ingresso no cargo de Analista em Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de que trata o art. 173º.

Art. 178. Os ocupantes do cargo de ATIDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. Os valores do subsídio são os constantes do Anexo CCCVII.

Art. 179. Os ocupantes do cargo de **ATIDS** não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas – VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Aírton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por força do disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno; XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 180.

Art. 180. O subsídio dos ocupantes do cargo de ATIDS não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, da Constituição, e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 181. O desenvolvimento do servidor na Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

Art. 182. Os ocupantes do cargo de **ATIDS** somente poderão:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;

II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de nível mínimo 13 ou equivalente;

III - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo 15 ou equivalente; ou

IV - ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 15 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de quinhentos mil habitantes.

## JUSTIFICATIVA

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024[1] estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)[2], tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010[3] que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias[4], com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[5], com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[6], com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, da forma proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

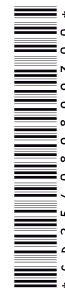
“Objeto e âmbito de aplicação (...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;
- II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
- III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
- IV - gestão dinâmica da força de trabalho;
- V - priorização das atividades estratégicas e complexas;
- VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
- VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
- VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
- IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo; e
- X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

### **Requisitos para estruturação de cargos**

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Aírton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024[7] (atual Lei nº 14.875/2024[8]) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;
8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;
9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Por esses motivos, submete-se à apreciação dos Nobres Pares a presente Emenda consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, como estão sendo propostas, razão pela qual devem ser substituídos.

**Sala da comissão, de fevereiro de 2025.**

**Deputado Federal José Airton Félix Cirilo**  
**(PT-CE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO CCCVI  
ESTRUTURA DO CARGO INTEGRANTE DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico	ESPECIAL	V
		V
		III
		II
		I
	CLASSE	V
		V
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
	A	I
		V
		IV
		III
		II
		I

\* C D 2 5 4 0 8 9 8 9 9 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO CCCVI - A  
TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE ANALISTA TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargos: Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos (Anexo XII da Lei nº 12.277/2010)	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico
		II	V		
	C	I	III	C	
		VI	II		
		V	I		
		IV	V		
		III	V		
		II	III		
		I	II		
	B	VI	I	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo







CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO CCCVII  
CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

TABELA DE SUBSÍDIO

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO
ESPECIAL	V	21.070,00
	V	20.341,06
	III	19.637,34
	II	18.957,97
	I	18.302,09
CLASSE	V	17.057,64
	V	16.467,51
	III	15.897,80
	II	15.347,80
	I	14.816,83
B	V	13.809,35
	IV	13.331,60
	III	12.870,38
	II	12.425,12
	I	11.995,26
A	V	11.179,64
	IV	10.792,87
	III	10.419,47
	II	10.059,00
	I	9.711,00

\* C D 2 5 4 0 8 9 8 9 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254089899300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





MPV 1286  
00210

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
EMENDA Nº CMMPV 1286/2024  
(À MPV 1286/2024)

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, **o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública** e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Dê-se nova redação ao inciso I do caput do art. 1º, ao título do Capítulo LXXII; acrescente-se o artigo 192-A ao 192-W, inclui o inciso LXVIII no art. 206 e anexos\_\_\_\_ à Medida Provisória, nos termos a seguir:

"Art.

1º .....  
.....

I – cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça, a Defesa, **o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública** e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários." (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****CAPÍTULO LXXII****DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA E  
DEFESA E DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA**

Art. 192-A. Fica estruturado, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de provimento efetivo, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º A implementação do Plano de Cargos far-se-á mediante transformação dos atuais cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECPF e do Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal - PECPRF, do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 2º Os cargos do Plano de Cargos de que trata o caput deste artigo estão estruturados em classes e padrões, na forma do Anexo CCCIX-A.

§ 3º Os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, poderão optar pelo Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma do Termo de Opção constante do Anexo CCCIX-B desta Medida Provisória, a ser formalizado no prazo de noventa dias, situação na qual deixarão de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.

Art. 192-B. Os servidores titulares dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar de que tratam as Leis nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, nº 10.682, de 28 de maio de 2003 e nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005 do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, serão enquadrados no Plano de Cargos, mantidas as denominações e as atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa.

§ 1º É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.

§ 2º O enquadramento dos servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput no Plano de Cargos dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação desta Medida Provisória, na forma do Anexo CCCIX-C.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 3º Os servidores que formalizarem a opção referida no § 2º deste artigo permanecerão nos planos em que se encontrarem na data de publicação desta Medida Provisória, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 4º O disposto neste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

§ 5º Os cargos de níveis superior e intermediário que se refere o caput deste artigo que se encontrem vagos e aqueles que vierem a vagar serão transformados em cargos do Plano de Cargos de que trata o art. 192-A, respectivamente, observado o nível de escolaridade.

§ 6º Os efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o caput aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas, a partir da vigência desta Medida Provisória, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Art. 192-C. É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ressalvados os casos amparados em legislação específica.

## CAPÍTULO III DO INGRESSO

Art. 192-D. O ingresso no Plano de Cargos de que trata o art. 1º dar-se-á por meio de aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos.

§ 1º O ingresso no Plano de Cargos de que trata o caput dar-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.

§ 2º São requisitos para ingresso no Plano de Cargos diploma de conclusão em curso de nível superior ou intermediário de acordo com o nível de escolaridade do cargo, dentre outros a serem estabelecidos em regulamento, e em edital.

§ 3º O edital definirá as características de cada etapa do concurso público, a formação especializada, bem como os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 4º A comprovação dos requisitos de escolaridade previstos neste artigo será feita quando da convocação para a posse, decorrente da aprovação em concurso público, sendo eliminado o candidato que deixar de apresentar o correspondente documento comprobatório.

## CAPÍTULO IV



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **DO DESENVOLVIMENTO**

Art. 192-E. Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional, bem como os requisitos, condições e procedimentos específicos para fins de progressão e promoção serão estabelecidos em regulamento.

Art. 192-F. O desenvolvimento do servidor nos cargos do Plano de Cargos ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

Parágrafo único. Para fins desta Medida Provisória, progressão funcional é a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior dentro de uma mesma classe e promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior.

## **CAPÍTULO V**

### **DA REMUNERAÇÃO**

Art. 192-G. A remuneração dos servidores integrantes do Plano de Cargos será composta pelas seguintes parcelas:

I - Vencimento Básico, conforme os valores estabelecidos no Anexo CCCIX-D;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania – GDAJUSP, conforme definido no art. 192-I;

Art. 192-H. Fica instituída a Gratificação Específica de Atividades Auxiliares de Justiça com Cidadania - GEAJUSP, devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao Plano de Cargos.

Parágrafo único. Os valores da GEAJUSP são os estabelecidos no Anexo CCCIX-E, a partir da data nele especificada.

Art. 192-I. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania – GDAJUSP, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando em efetivo exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, enquanto permanecerem nesta condição.

§ 1º A GDAJUSP não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

§ 2º É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GDAJUSP.

Art. 192-J. A GDAJUSP será atribuída em função do alcance de metas de desempenho individual e do alcance de metas de desempenho institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 1º A avaliação de desempenho individual aferirá o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo para o alcance das metas de desempenho institucional.

§ 2º A avaliação de desempenho institucional aferirá o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

§ 3º A GDAJUSP será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CCCIX-F.

§ 4º A pontuação referente à GDAJUSP será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 5º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAJUSP.

§ 6º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAJUSP serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, observada a legislação vigente.

§ 7º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas anualmente em ato do Ministro de Estado.

§ 8º Os valores a serem pagos a título de GDAJUSP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo VI, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 9º Até a edição dos atos a que se referem os §§ 6º e 7º deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores, em exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, farão jus à percepção da GDAJUSP em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

§ 10. O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6º deste artigo, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 192-K. Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Cargos quando não se encontrarem em exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação somente farão jus à GDAJUSP quando:

I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDAJUSP calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no respectivo órgão de lotação; e

II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput deste artigo e investidos em cargo de Natureza Especial, de provimento em Cargo Comissionado Executivo CCE de 1.13 a 1.17, ou equivalentes, e perceberão a GDAJUSP calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

Art. 192-L. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAJUSP correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

Art. 192-M. Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão a outro órgão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAJUSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Art. 192-N. O titular de cargo efetivo, quando investido em cargo em comissão de Natureza Especial - NE ou Cargo Comissionado Executivo de 1.13 a 1.17 ou equivalentes, perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somada ao resultado da avaliação institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública no período.

Parágrafo único. Ocorrendo exoneração de cargo em comissão referido no caput, com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDAJUSP continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 192-O. O servidor beneficiário da GDAJUSP que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Parágrafo único. O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da análise de adequação funcional, identificará as causas dos resultados



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

obtidos na avaliação do desempenho e adotará as medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 192-P. A GDAJUSP integrará os proventos de aposentadoria quando percebida há pelo menos 60 (sessenta) meses ininterruptos.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, o valor a ser incorporado aos proventos da aposentadoria será calculado pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor a título de GDAJUSP nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria.

§ 2º A parcela incorporada aos proventos da aposentadoria com base no disposto no caput deste artigo não poderá ser percebida cumulativamente com outra parcela incorporada de gratificação de desempenho, de atividade ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo, facultado o direito de opção pela incorporação aos proventos da parcela mais vantajosa.

§ 3º Os proventos da aposentadoria de servidor que não completou 60 (sessenta) meses ininterruptos da percepção da GDAJUSP serão calculados considerando a gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que fazia jus o servidor em decorrência do exercício das atribuições do respectivo cargo efetivo, considerando o Plano de Cargos a que pertença.

Art. 192-Q. Para fins de incorporação da GDAJUSP aos proventos da aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, quando percebida a gratificação por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses;

II - aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, aplica-se o valor equivalente a 50 (cinquenta) pontos, quando percebida a gratificação por período inferior a 60 (sessenta) meses;

III - aos beneficiários de pensão amparados pelo art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e pelo parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplica-se o disposto nos incisos I e II, conforme interstício cumprido pelo instituidor; e

IV - aos demais servidores e pensionistas aplica-se o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, conforme o regramento previdenciário aplicável.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 192-R. A GEAJUSP integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Art. 192-S. Os servidores integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, quando lotados na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal, farão jus à concessão e ao pagamento da indenização em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013.

### CAPÍTULO VI

#### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 192-T. Os titulares de cargo de provimento efetivo do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de que tratam os artigos 192-A e 192-B somente poderão:

I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;

II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de CCE ou FCE de nível mínimo 13 ou equivalente; e

III - ser cedidos para o exercício de cargos comissionados CCE 1.13 ou superior, ou equivalentes, para outros entes federativos.

Parágrafo único. Os servidores atualmente cedidos e em desacordo com as normas deste dispositivo, deverão retornar ao órgão de origem, após encerrada a movimentação respectiva.

Art. 192-U. A aplicação do disposto nesta Medida Provisória aos servidores ativos, aos aposentados e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, proventos e pensões.

Parágrafo único. Na hipótese de redução de remuneração, provento ou pensão decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo, da reorganização ou reestruturação do plano de cargos, da reestruturação de tabela remuneratória, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza, conforme o caso.

Art. 192-V. Fica vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano de Cargos com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Cargos.

Art. 192-W. A implementação do Plano de Cargos na forma do art. 1º desta Medida Provisória, não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação aos cargos e às



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

atribuições atuais desenvolvidas pelos servidores ocupantes de cargos efetivos objeto do enquadramento.

Parágrafo único. Os servidores abrangidos pela presente Medida Provisória permanecem em exercício na atual unidade de lotação.

### CAPÍTULO LXXIX

#### DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA – SÍDEC

Art.

206 .....

LXVIII – Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem recém aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao logo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ver aprovada a presente emenda.

Sala de Comissões, de fevereiro de 2025.

Deputado Federal José Airton Félix Cirilo

PT-CE

11ANEXO CCCIX-A

ESTRUTURA DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

a) Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V
	IV
	III
	II
	I
C	V
	IV
	III
	II
	I
B	V
	IV
	III
	II
	I



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A	V
	IV
	III
	II
	I

b) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V
	IV
	III
	II
	I
C	V
	IV
	III
	II
	I
B	V
	IV
	III
	II
	I
A	V
	IV



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

	III
	II
	I

**c) Cargos de Nível Auxiliar:**

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	III
	II
	I

**ANEXO CCCIX-B**  
**TERMO DE OPÇÃO**

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA		
Nome:		Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
Cidade:		Estado:
<p>( ) Servidor                      ( ) Aposentado                      ( ) Pensionista</p> <p>Venho, nos termos da Medida Provisória nº                      , de                      de                      de                      em observância ao disposto no parágrafo 3º do art. 192-A, optar por integrar o                      Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, situação na qual                      deixará de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de                      30 de junho de 2010.</p> <p>Local e Data:                      ,                      de                      de                      .</p> <p>Assinatura</p>		

**ANEXO CCCIX-C**  
**TERMO DE OPÇÃO**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA		
Nome:		Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
Cidade:		Estado:
<p>( ) Servidor                      ( ) Aposentado                      ( ) Pensionista</p> <p>Venho, nos termos da Medida Provisória nº                      , de                      de                      , em observância ao disposto no parágrafo 2º do art. 192-B, optar por <b>não</b> integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.</p> <p>Local e Data:                      ,                      de                      de                      .</p> <p>Assinatura</p>		

## ANEXO CCCIX-D

**VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARGOS DO  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

**a) Médico, de Nivel Superior, 20 horas:**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	9.916,26	10.648,92	11.378,00
	IV	9.702,96	10.403,26	11.138,48
	III	9.494,18	10.164,08	10.904,29
	II	8.831,58	9.463,29	10.172,09
	I	8.641,53	9.245,25	9.942,60
C	V	8.455,05	9.031,53	9.718,64



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

	IV	8.272,99	8.822,90	9.514,77
	III	8.095,18	8.620,17	9.313,87
	II	7.921,48	8.422,13	9.118,79
	I	7.348,12	7.819,16	8.289,71
B	V	7.092,29	7.518,23	7.954,97
	IV	6.845,88	7.228,72	7.634,17
	III	6.608,34	6.951,81	7.327,30
	II	6.378,10	6.683,70	7.031,40
	I	6.156,64	6.426,63	6.747,55
A	V	5.711,66	5.967,73	6.134,50
	IV	5.513,13	5.737,70	5.898,55
	III	5.321,38	5.517,02	5.671,42
	II	5.136,95	5.305,06	5.454,44
	I	4.958,42	5.101,21	5.244,00

**b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	19.832,52	21.297,84	22.756,00
	IV	19.405,92	20.806,52	22.276,96
	III	18.988,36	20.328,16	21.808,58
	II	17.663,16	18.926,58	20.344,18
	I	17.283,06	18.490,50	19.885,20
C	V	16.910,10	18.063,06	19.437,28
	IV	16.545,98	17.645,80	19.029,54
	III	16.190,36	17.240,34	18.627,74
	II	15.842,96	16.844,26	18.237,58
	I	14.696,24	15.638,32	16.579,42
B	V	14.184,58	15.036,46	15.909,94



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

	IV	13.691,76	14.457,44	15.268,34
	III	13.216,68	13.903,62	14.654,60
	II	12.756,20	13.367,40	14.062,80
	I	12.313,28	12.853,26	13.495,10
A	V	11.423,32	11.935,46	12.269,00
	IV	11.026,26	11.475,40	11.797,10
	III	10.642,76	11.034,04	11.342,84
	II	10.273,90	10.610,12	10.908,88
	I	9.916,84	10.202,42	10.488,00

c) Demais Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	9.916,26	10.648,92	11.378,00
	IV	9.702,96	10.403,26	11.138,48
	III	9.494,18	10.164,08	10.904,29
	II	8.831,58	9.463,29	10.172,09
	I	8.641,53	9.245,25	9.942,60
C	V	8.455,05	9.031,53	9.718,64
	IV	8.272,99	8.822,90	9.514,77
	III	8.095,18	8.620,17	9.313,87
	II	7.921,48	8.422,13	9.118,79
	I	7.348,12	7.819,16	8.289,71
B	V	7.092,29	7.518,23	7.954,97
	IV	6.845,88	7.228,72	7.634,17
	III	6.608,34	6.951,81	7.327,30
	II	6.378,10	6.683,70	7.031,40
	I	6.156,64	6.426,63	6.747,55



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo







CÂMARA DOS DEPUTADOS

A	V	5.711,66	5.967,73	6.134,50
	IV	5.513,13	5.737,70	5.898,55
	III	5.321,38	5.517,02	5.671,42
	II	5.136,95	5.305,06	5.454,44
	I	4.958,42	5.101,21	5.244,00

d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	4.858,97	5.092,21	5.233,98
	IV	4.733,99	4.958,72	5.096,79
	III	4.609,00	4.825,22	4.959,60
	II	4.484,02	4.691,73	4.822,41
	I	4.359,04	4.558,23	4.685,22
C	V	4.234,05	4.424,74	4.548,03
	IV	4.109,07	4.291,24	4.410,84
	III	3.984,08	4.157,75	4.273,65
	II	3.859,10	4.024,26	4.136,46
	I	3.734,12	3.890,76	3.999,27
B	V	3.609,13	3.757,27	3.862,07
	IV	3.484,15	3.623,77	3.724,88
	III	3.359,17	3.490,28	3.587,69
	II	3.234,18	3.356,79	3.450,50
	I	3.109,20	3.223,29	3.313,31
A	V	2.984,21	3.089,80	3.176,12
	IV	2.859,23	2.956,30	3.038,93
	III	2.734,25	2.822,81	2.901,74
	II	2.609,26	2.689,31	2.764,55



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

	I	2.484,28	2.555,82	2.627,36
--	---	----------	----------	----------

e) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	III	2.429,63	2.499,60	2.569,56
	II	2.313,01	2.379,62	2.446,22
	I	2.246,01	2.259,68	2.322,93

ANEXO CCCIX-E

GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES AUXILIARES DE JUSTIÇA  
COM CIDADANIA - GEAJUSP

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO GEAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MARÇO 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO 2026	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO 2027
ESPECIAL	III	269,37	282,84	296,98
	II	267,59	280,97	295,01
	I	246,80	259,14	272,10

ANEXO CCCIX-F

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE  
JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – GDAJUSP

a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	50,26	53,97	57,67
	IV	49,18	52,73	56,45
	III	48,12	51,51	55,26
	II	44,76	47,96	51,55
	I	43,80	46,86	50,40
C	V	42,86	45,78	49,27
	IV	41,94	44,73	48,22
	III	41,03	43,69	47,21
	II	40,14	42,68	46,21
	I	37,24	39,63	42,01
B	V	35,95	38,11	40,32
	IV	34,70	36,65	38,70
	III	33,49	35,23	37,13
	II	32,33	33,88	35,64
	I	31,21	32,58	34,21
A	V	28,95	30,24	31,09
	IV	27,94	29,08	29,90
	III	26,97	27,97	28,75
	II	26,03	26,89	27,64
	I	25,13	25,85	26,58

b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

		MARÇO DE 2025	JANEIRO DE 2026	JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	59,13	63,50	67,84
	IV	57,86	62,03	66,42
	III	56,10	60,60	65,02
	II	52,66	56,43	60,65
	I	51,53	55,13	59,29
C	V	50,42	53,86	57,96
	IV	49,34	52,62	56,74
	III	48,27	51,40	55,55
	II	47,23	50,21	54,37
	I	43,81	46,63	49,43
B	V	42,29	44,84	47,44
	IV	40,20	43,11	45,53
	III	39,40	41,45	43,69
	II	38,04	39,86	41,93
	I	36,72	38,33	40,24
A	V	34,06	35,58	36,58
	IV	32,87	34,22	35,18
	III	31,73	32,90	33,82
	II	30,63	31,63	32,52
	I	29,56	30,42	31,27

c) Demais Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	V	84,47	90,71	96,92
	IV	82,65	88,62	94,88



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

	III	80,87	86,57	92,88
	II	75,23	80,61	86,64
	I	73,61	78,75	84,70
C	V	72,03	76,94	82,80
	IV	70,48	75,17	81,05
	III	68,96	73,43	79,35
	II	67,47	71,73	77,67
	I	62,59	66,61	70,61
B	V	60,42	64,05	67,77
	IV	58,32	61,59	65,04
	III	56,29	59,21	62,41
	II	54,34	56,94	59,90
	I	52,45	54,75	57,49
A	V	48,65	50,83	52,26
	IV	46,96	48,88	50,25
	III	45,33	47,00	48,32
	II	43,75	45,19	46,45
	I	42,23	43,45	44,67

d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	42,22	43,54	44,77
	IV	41,41	42,70	43,91
	III	40,61	41,87	43,05
	II	39,80	41,03	42,19
	I	38,99	40,20	41,33



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

C	V	38,19	39,36	40,47
	IV	37,38	38,53	39,61
	III	36,57	37,69	38,75
	II	35,77	36,85	37,89
	I	34,96	36,02	37,03
B	V	34,15	35,18	36,18
	IV	33,34	34,35	35,32
	III	32,54	33,51	34,46
	II	31,73	32,67	33,60
	I	30,92	31,84	32,74
A	V	30,12	31,00	31,88
	IV	29,31	30,17	31,02
	III	28,50	29,33	30,16
	II	27,70	28,50	29,30
	I	26,89	27,66	28,44

e) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2026	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	III	24,89	25,60	26,32
	II	24,16	24,85	25,55
	I	23,42	24,09	24,77



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250105913100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo



**MPV 1286  
00211**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art. X.** Revoga-se o inciso I do § 3º do artigo 31 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016.”

“**Art.** A Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 31.** .....  
.....

§ 1º-A. O pensionista fará jus a cota-parte idêntica à do instituidor da pensão na data do seu falecimento, da seguinte forma:

I – quando o falecimento do instituidor da pensão ocorrer na ativa, o pensionista receberá 100% (cem por cento) de uma quota-parte durante o primeiro ano da pensão, decrescente à proporção de 7 (sete) pontos percentuais a cada um dos 9 (nove) anos seguintes, mantendo-se o percentual fixo até a data da cessação da pensão; e

II – quando o falecimento do instituidor da pensão ocorrer na inatividade, o pensionista receberá durante o primeiro ano da pensão a mesma cota-parte devida ao inativo à data do seu falecimento, decrescente à proporção de 7 (sete) pontos percentuais a cada um dos 9 (nove) anos seguintes, mantendo-se o percentual fixo até a data da cessação da pensão.’ (NR)”

ExEdit  
\*CD254563455100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254563455100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



## JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda corrige o tratamento injusto dispensado pela Lei nº 13.327, de 29/07/2016, aos pensionistas dos membros das carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central do Brasil, aliados da percepção, instituída por aquela lei, em favor dos referidos membros, dos honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais.

Após quase 10 (dez) anos da instituição do direito à percepção dos honorários advocatícios de sucumbência pelos membros, ativos e inativos, das citadas carreiras, a experiência demonstra que, devido à falta de reajustes e revisões adequadas do valor do subsídio daquelas carreiras, os honorários advocatícios passaram a compor mais de 1 (um) terço do total da remuneração dos citados membros, aumentando, portanto, a sua relevância na composição da mesma remuneração. Vedar a percepção dos honorários aos seus pensionistas significa, assim, subtrair-lhes, inclusive de forma abrupta, parcela significativa da sua renda familiar tal como configurada à data do falecimento do instituidor da pensão, de fora parte as reduções, de si já significativas, efetuadas no cálculo do valor das próprias pensões promovidas pelas últimas reformas constitucionais em matéria previdenciária.

A Emenda, além disso, não causa nenhum impacto orçamentário ou financeiro à União, suas autarquias e fundações públicas federais, eis que o próprio artigo 27 da Lei nº 13.327, de 29/07/2017, determina que os honorários advocatícios de sucumbência pertencem originariamente aos membros dos cargos acima referidos, preceito que foi julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.053, daí resultando medida de justiça estabelecer a continuidade da percepção dos honorários pelos seus pensionistas.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254563455100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



\*CD254563455100\*  
ExEdit





Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Marcelo Queiroz**  
**(PP - RJ)**

\* CD 254563455100 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254563455100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



**MPV 1286  
00212**

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 1.286, DE 2024**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.286, DE 2024**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

**EMENDA Nº**

Suprima-se do art. 114 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as alterações aos arts. 10 e 11 da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005.

**JUSTIFICAÇÃO**

As alterações efetuadas nos artigos 10 e 11 da Lei 11.090/2005 trazem maior rigor nos critérios de promoção e dificultam a



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251976266100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vander Loubet



ascensão para a Classe Especial dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Importante considerar que tais alterações não foram pactuadas entre a categoria, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF e o Ministério da Gestão e da Inovação - MGI, quando da assinatura do Acordo Salarial no ano de 2024.

Ressalte-se que a supressão não acarretará qualquer prejuízo ou aumento de despesas, uma vez que suprimido este texto da MP 1.286/2024 continuarão valendo as regras atuais de progressão da carreira, conforme previstas na Lei 11.090/2005.

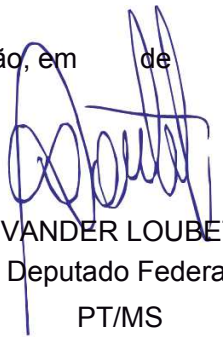
Além disso, o novo texto cria disparidade entre o desenvolvimento funcional de carreiras do mesmo órgão.

Enquanto o texto do art. 114 da Medida Provisória aumenta o rigor para promoção dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, o art. 116 não alterou os critérios para a carreira de Perito Federal Territorial, isto é, manteve a previsão de critérios a serem fixados em regulamento (art. 3º, §§ 1º e 2º da Lei 10.550/2002), o que fere a isonomia e a equidade.

Não há qualquer justificativa técnica ou administrativa para que se adote um entendimento distinto e discriminatório no tratamento deste tema – desenvolvimento funcional – nas duas carreiras da mesma instituição pública federal.

Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

  
VANDER LOUBET  
Deputado Federal  
PT/MS

\*CD251976266100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251976266100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vander Loubet



**MPV 1286  
00213**

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MEDIDA  
PROVISÓRIA N. 1.286, DE 2024.**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.286, DE 2024**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

**EMENDA Nº**

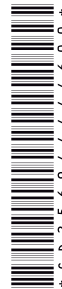
Dê-se nova redação ao *caput* do art. 1º-B da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, como proposto pelo art. 116 da Medida Provisória n. 1.286, de 2024, nos termos a seguir:

**“Art. 1º-B** Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Territorial, composta dos cargos efetivos de Perito Federal Territorial, de nível superior, com atribuições voltadas para o planejamento, a coordenação, a orientação, a implementação, o acompanhamento e a fiscalização de atividades inerentes à ocupação e ao uso do solo.

.....(NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256944444600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vander Loubet



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a corrigir a alteração promovida pela MP n. 1286, de 2024, quanto às atribuições do cargo de Perito Federal Territorial, inseridas na Lei n. 10.550, de 13 de novembro de 2002.

A Medida Provisória, ao acrescentar o art. 1º-B à referida Lei, dispôs em seu caput que, dentre outras atribuições, cumpre ao Perito Federal Territorial desempenhar as “atividades de governança territorial, fundiária e patrimonial da União”. Ocorre, entretanto, que tais atribuições já são ínsitas aos cargos pertencentes ao Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, conforme preconiza o § 1º do art. 1º da Lei n. 11.090/2005, *in verbis*:

*Art. 1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Técnico Administrativo, integrantes do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.*

*§ 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo terão as seguintes atribuições:*

*I - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário: planejamento, coordenação, acompanhamento e execução de atividades relativas ao **ordenamento territorial e reforma agrária** e, mais especificamente:*

- a) o gerenciamento das **ações de ordenamento territorial e reforma agrária**;*
- b) a articulação interinstitucional e integração das políticas de **ordenamento territorial** e da reforma agrária às demais políticas públicas;*
- c) a administração e a fiscalização do **cadastro de imóveis rurais**;*
- d) a sistematização de informações relativas à **ocupação, utilização, zoneamento agrário e socioeconômico do meio rural**;*
- e) a implementação de projetos relativos à **discriminação, arrecadação, regularização e destinação de terras públicas**;*
- f) o georreferenciamento, a medição e a demarcação de imóveis rurais; e*

\* C D 2 5 6 9 4 4 4 4 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256944444600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vander Loubet



*g) a implantação, desenvolvimento, recuperação e consolidação de projetos de reforma agrária, colonização e demais modalidades de assentamento;*

*II - Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário: execução de suporte técnico às atividades relativas ao ordenamento da estrutura fundiária e da reforma agrária e, mais especificamente:*

*a) manutenção e atualização dos sistemas finalísticos;*

*b) coleta, sistematização e manutenção de dados e informações necessárias ao planejamento, acompanhamento e execução das ações de ordenamento territorial e da reforma agrária;*

*c) apoio técnico às ações de fiscalização, vistoria, avaliação, georreferenciamento, medição e demarcação de imóveis rurais;*

*d) geoprocessamento de informações e elaboração de mapas temáticos;*

*e) identificação e classificação de beneficiários da reforma agrária;*

*f) apoio técnico às ações de implantação de infraestrutura básica, concessão de assistência técnica e articulação dos beneficiários da reforma agrária com instituições públicas e privadas; e*

*g) concessão e acompanhamento da aplicação dos créditos da reforma agrária;*

Dessa maneira, a incorporação de atribuições da Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário àquelas que se almejam ao desempenho do cargo de Perito Federal Territorial acarreta as seguintes consequências indesejadas: primeiro, culmina-se por criar uma nova carreira – Perito Federal Territorial – e não a transformação de uma carreira existente – Perito Federal Agrário –, na medida em que se acrescentam novas atribuições ao cargo anterior; segundo, provoca-se a duplicidade e sobreposição de funções desenvolvidas por cargos distintos em uma mesma entidade da Administração Pública Federal – o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e, terceiro, possibilita-se o ingresso de engenheiros agrônomos na novel carreira sem concurso público, uma vez que as novas atribuições não compunham o edital que disciplinou o ingresso dos Peritos Federais Agrários nos certames de admissão pretéritos, malferindo os princípios constitucionais do concurso e da isonomia.

Ademais, reforça-se que as supracitadas disposições da Medida Provisória, ao agregar atribuições à carreira de Perito Territorial



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256944444600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vander Loubet

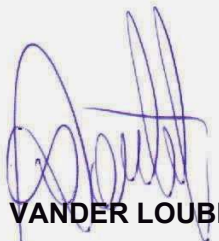


4

Federal, são feitas em desacordo com o Termo de Acordo n. 27, celebrado entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e a Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal - CONDSEF, bem como à revelia das negociações firmadas na Mesa Específica e Temporária do INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Em face do exposto, rogamos o apoio do Nobres Pares para aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.



**VANDER LOUBET**  
Deputado Federal  
PT/MS



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256944444600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vander Loubet



**MPV 1286  
00214**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 115-A ao Capítulo XLII da Medida Provisória, com a seguinte redação:

Art. 115-A. A Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24-E. A estrutura remuneratória dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata o art. 1º, a partir de 1º de janeiro de 2025, terá a seguinte composição:

I - para os cargos de nível superior e de nível intermediário:

a) Vencimento Básico;

b) Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária

- GDARA; e

c) Gratificação de Qualificação - GQ, observado o disposto no art.

24-F. II - para os cargos de nível auxiliar:

a) Vencimento Básico; e

ExEdit  
\*CD258231559400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258231559400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





b) Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA.”

“Art. 24-F. Fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ, a partir de 1º de janeiro de 2025, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível superior e intermediário referidos no art. 1º, em retribuição à formação acadêmica e profissional, obtida mediante participação, com aproveitamento, em cursos regularmente instituídos de pós-graduação lato ou stricto sensu, graduação, ou cursos de capacitação ou qualificação profissional, na forma do regulamento.

§ 1º Os cursos a que se refere o caput deverão ser compatíveis com as atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e deverão estar em consonância com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP do órgão.

§ 2º Os cursos de Doutorado e Mestrado, para os fins previstos no caput, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Nacional de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente para tanto.

§ 3º A Gratificação de Qualificação de que trata o caput será concedida em 3 (três) níveis, de acordo com os valores constantes do Anexo V-B desta Lei, observados os seguintes parâmetros:

I - para os ocupantes de cargos de nível superior:

a) Gratificação de Qualificação – GQ Nível I, observado o requisito mínimo de certificado de conclusão de curso de pós-graduação em sentido amplo; ou

b) Gratificação de Qualificação – GQ Nível II, observado o requisito mínimo de titulação de mestrado, na forma do regulamento; ou,

ExEdit  
\*CD258231559400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258231559400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



c) Gratificação de Qualificação – GQ Nível III, observado o requisito mínimo de titulação de doutorado, na forma do regulamento; e

II– para os ocupantes de cargos de nível intermediário:

a) Gratificação de Qualificação – GQ Nível I, observados os requisitos mínimos de certificado de conclusão com aproveitamento em cursos de capacitação ou qualificação profissional que totalizem 180 (cento e oitenta) horas; ou

b) Gratificação de Qualificação - GQ Nível II, observado os requisitos mínimos de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de capacitação ou qualificação profissional que totalizem 250 (duzentas e cinquenta) horas, na forma do regulamento, ou,

c) Gratificação de Qualificação - GQ Nível III, observados os requisitos mínimos de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de capacitação ou de qualificação profissional que totalizem 360 (trezentas e sessenta) horas ou diploma de curso de graduação ou certificado de conclusão de curso de Especialização, na forma do regulamento.

§ 4<sup>o</sup> É vedada a percepção cumulativa de níveis diferentes de Gratificação de Qualificação - GQ”

## JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos últimos anos o Incra vem sofrendo com a diminuição significativa de sua capacidade operacional em decorrência do esvaziamento de seu Quadro de servidores ativos. De acordo com levantamento realizado recentemente, por exemplo, dos 2.599 servidores que ingressaram no Incra por meio de concursos públicos realizados nos anos de 2004, 2005 e 2010, um total 33% desse efetivo, correspondente à 858 servidores, deixaram de pertencer ao Quadro de Pessoal ativo do Instituto, além das aposentadorias ocorridas nos últimos anos.

Com as atuais condições altamente deficitárias das remunerações das Carreiras do Quadro de Pessoal do Incra, a situação acima mencionada será



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258231559400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



agravada ainda mais, o que torna o cenário ainda mais preocupante, pois o Instituto poderá não mais possuir condições de cumprimento de sua missão institucional.

Vale ressaltar que nos últimos anos o Governo Federal estabeleceu como prioritárias para o Incra - inclusive inserindo-se tais atividades no rol de suas principais diretrizes estratégicas - as ações e metas de Regularização Fundiária e de Titulação de áreas rurais, incluindo-se aí as parcelas dos Projetos de Assentamento.

No intuito de cumprir tais diretrizes, a Autarquia tem direcionado grande parte de seu capital humano efetivo e recursos logísticos para o atingimento das metas vinculadas à tais ações prioritárias.

Não obstante o alto déficit funcional ora mencionado, o Instituto tem atuado no sentido de cumprir de forma louvável as metas estabelecidas, tanto para suas ações, atividades e serviços ordinários, como também para as demais atividades que foram estabelecidas como o foco principal do órgão, conforme mencionado anteriormente.

Assim como em outras carreiras, a instituição do Adicional de Qualificação constitui um incentivo para o aprimoramento da força de trabalho e a estabilidade do quadro de servidores da autarquia.

Por fim, a aprovação da presente Emenda é condição necessária para reversão do cenário apresentado que impede o cumprimento da missão institucional do Incra: a Reforma Agrária, o Desenvolvimento Rural Sustentável e Gerenciamento da Estrutura Fundiária do Brasil.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258231559400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD258231559400\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00215**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se a seguinte redação ao Anexo CCLXXXII (Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012) da Medida Provisória n. 1.286, de 31 de dezembro de 2024:

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva garantir o tratamento isonômico entre as carreiras alcançadas pelas disposições da Medida Provisória nº 1286/2024. De modo específico, pretende-se garantir aos ocupantes dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, o mesmo percentual de reajuste conferido às demais carreiras do Poder Executivo.

Muito embora tais cargos pertençam ao “Nível E” do PCCTAE, a MPV nº 1286/2024 concedeu a estes reajuste inferior aos demais cargos da mesma carreira e de nível equivalente. Trata-se, inclusive, de flagrante desrespeito ao Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, firmado com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio do qual foi pactuado o reajuste remuneratório de 9% (nove por cento), a partir de 2025, e de 5% (cinco por cento) para o ano de 2026.

ExEdit  
\*CD254650650900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254650650900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer



De modo mais preciso, pretende-se equiparar o reajuste dos cargos aqui tratados ao reajuste concedido às demais carreiras do “Nível E” do PCCTAE, nos termos do anexo CCXXIV, alínea “e”, de que trata o art. 133 da MPV nº 1286/2024.

Ante o exposto, tendo em vista a necessidade de valorização e tratamento isonômico das carreiras supracitadas, contamos com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Gustavo Gayer**  
**(PL - GO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254650650900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer



ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a)Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico  Médico Veterinário	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b)Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254650650900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer



\*CD254650650900\*  
ExEdit

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE
			I	II	III	IV			



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254650650900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer



		DE 2023						2025	2026
Médico  Médico Veterinário	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

” (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254650650900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer





**MPV 1286  
00216**



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 112; e acrescente-se art. 112-A à Medida Provisória, nos termos a seguir:

Art. 112 Os Anexos I, III, IV, V, VII e VIII à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXI, CLXXXII, CLXXXIII, CLXXXIV, CLXXXV e CLXXXVI a esta Medida Provisória, observadas as alterações previstas no Art. 112-A.

Art. 112-A A Tabela I, do item b, do Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar na forma da tabela f-A do Anexo CLXXXIV à Medida Provisória nº 1286, de 2024.

**ANEXO CLXXXIV**

(Anexo V à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

Altera a Tabela f do ANEXO CLXXXIV da Medida Provisória nº 1286, de 2024.

f-A) Vencimento básico dos cargos de nível superior de Arquiteto, de Economista, de Engenheiro, de Engenheiro Agrônomo, de Engenheiro de Operações, de Estatístico e de Geólogo, a partir de 1º de janeiro de 2025:			
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026



ESPECIAL	V	11.172,80	11.789,10
	IV	10.641,10	11.229,05
	II	10.138,44	10.699,72
	II	9.841,18	10.385,86
	I	9.372,74	9.892,85
C	V	8.813,28	9.303,43
	IV	8.479,49	8.951,49
	II	8.154,36	8.608,87
	II	7.839,57	8.277,24
	I	7.704,82	8.135,28
B	V	7.223,18	7.627,54
	IV	6.938,08	7.327,67
	II	6.661,05	7.035,46
	II	6.392,83	6.752,62
	I	6.133,15	6.478,87
A	V	5.872,76	6.204,63
	IV	5.630,28	5.949,35
	II	5.395,49	5.701,27
	II	5.165,16	5.459,14
	I	4.944,06	5.225,72

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo corrigir uma distorção criada pela Medida Provisória nº 1.286/2024, que estabelece um tratamento discriminatório entre os Analistas de Infraestrutura de Transportes e os Engenheiros do Plano Especial de Cargos (PEC) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Tal diferenciação contraria princípios constitucionais e administrativos, além de comprometer a eficácia e a equidade no serviço público.



Os profissionais de ambas as carreiras exercem funções estratégicas no planejamento, execução e manutenção da infraestrutura rodoviária, aquaviária e ferroviária do Brasil. Sua atuação é essencial para garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a segurança viária e a execução eficiente de projetos de infraestrutura de transportes. No entanto, a MPV 1.286/2024 rompe uma histórica paridade remuneratória entre essas carreiras, estabelecendo uma diferenciação injustificada e prejudicial ao funcionamento do órgão.

Os servidores do PEC e os Analistas de Infraestrutura exercem as mesmas atribuições, atuam nos mesmos projetos, compartilham o mesmo ambiente de trabalho e possuem exigências técnicas idênticas para a execução de suas funções. Essa paridade funcional é expressamente reconhecida pela Direção Geral do DNIT, conforme consta no OFÍCIO Nº 195205/2024/DG-SEAA/GAB - DG/DNIT SEDE (SEI nº 19163315):

*“embora os analistas da carreira atual deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e os servidores do PEC/DNIT de nível superior desempenhem funções tecnicamente idênticas, os servidores de nível superior oriundos do PEC não foram incluídos no regime de subsídio, o que criou uma diferenciação em termos de remuneração e tratamento.*

*[...] Em vista dessa realidade, percebe-se, então, que a principal correção necessária do Termo de Acordo nº 26/2024 consiste em assegurar que os servidores do nível superior do PEC/DNIT, especialmente aqueles que ingressaram nesta Autarquia por meio de concurso público no ano de 1994, passem a receber por subsídio, de forma a equipará-los aos analistas da carreira do DNIT”*

O mesmo entendimento foi reforçado pelo Ministério dos Transportes no OFÍCIO Nº 915/2024/SE (SEI nº 8931428), endereçado ao MGI:

*“[...] tanto os Engenheiros do PEC quanto os Analistas de Infraestrutura realizam atividades essenciais, como a fiscalização de contratos, a elaboração de projetos e o controle de obras. Em muitos casos, um mesmo contrato é acompanhado por profissionais de ambos os cargos, o que reforça a necessidade de que tenham remuneração e tratamento equivalentes. A quebra dessa paridade, conforme proposto no acordo, criará um*



*desequilíbrio sem justificativa, já que as atribuições permanecem iguais e são fundamentais para o funcionamento eficiente do DNIT”.*

Ademais, os Engenheiros do PEC são servidores oriundos do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e desempenharam todas as funções operacionais do DNIT desde a sua criação, em junho de 2001, até a entrada dos primeiros Analistas de Infraestrutura, em setembro de 2006. Durante esse período, esses profissionais garantiram a continuidade das atividades do órgão, o que fortalece ainda mais o argumento de que não há justificativa para a diferença de tratamento imposta pela MPV 1.286/2024.

Sob a perspectiva jurídica, a diferença de regime remuneratório fere princípios fundamentais da Administração Pública, notadamente:

- **Princípio da Isonomia (art. 5º, caput, da Constituição Federal):** Servidores que desempenham funções idênticas devem receber tratamento igualitário, sob pena de violação ao princípio da igualdade.
- **Princípio da Eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal):** A desmotivação dos engenheiros do PEC, diante da diferenciação salarial injustificada, pode comprometer a execução dos projetos de infraestrutura.
- **Jurisprudência do STF (ADIs 4.616 e 4.151):** O Supremo Tribunal Federal tem consolidado entendimento de que a reestruturação de carreiras deve respeitar a equivalência de atribuições e requisitos de ingresso, sob pena de violação ao princípio da razoabilidade.

Portanto, diante da clara equivalência de atribuições, da histórica paridade salarial, dos impactos organizacionais negativos e da segurança jurídica favorável, a alteração na tabela proposta abrange os 84 (oitenta e quatro) profissionais de nível superior do PEC do DNIT, que inclui os 70 (setenta) Engenheiros do PEC, mantendo e preservando a paridade remuneratória, sem necessidade de receber por subsídio, que sempre existiu, sendo uma medida necessária para garantir a isonomia, a equidade e a eficácia da Administração Pública. Essa proposição visa evitar a descontinuidade da Lei nº 11.171/2005



e preserva a coerência no tratamento das carreiras essenciais à infraestrutura nacional.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Wellington Fagundes**  
**(PL - MT)**



**MPV 1286  
00217****À Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024**

Altera o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MP 1286/2024 para garantir a isonomia no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024.

**EMENDA**

Altera-se o artigo 157, anexo CCLXXXII da medida provisória para valer da seguinte forma

**Art. 1º** A tabela **b** do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela **e** do Anexo CCXXIV;

**Art. 2º** A tabela **a** do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.

**Art. 3º** A emenda entra em vigor na data da sua aprovação e será retroativa a 1º de janeiro de 2025 para fins financeiros.

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a MP 1286/24, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Isto FERE o Acordo de greve nº 11/2024, que em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, nos termos da Lei 11.091/2005;

\* C D 2 5 2 6 7 3 9 5 3 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252673953300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mersinho Lucena



2 – A Lei 12.702/2012, por seu turno, regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43, assim dispondo:

Art. 43. A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), é de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O Termo de Acordo de Greve nº11/2024 assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua cláusula primeira que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de 9% em 2025 e 5% em 2026.

#### TERMO DE ACORDO nº 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

Cláusula primeira — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026, conforme Anexo.

\* C D 2 5 2 6 7 3 9 5 3 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252673953300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mersinho Lucena



4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo CCXXIV(Art. 133), alínea e. Ao arripio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo CCLXXXII. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026 sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um papel crucial e insubstituível, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a formação de milhares de profissionais de saúde que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições

\* 0 0 2 5 2 6 7 3 9 5 3 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252673953300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mersinho Lucena





não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam desvalorizados e tratados de forma desigual, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um precedente perigoso de desvalorização da categoria, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura isonomia, justiça e reconhecimento ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.

## ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

\* 0 0 2 5 2 6 7 3 9 5 3 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252673953300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mersinho Lucena



a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PIS O	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
Médico	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
Veterinário	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60
	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
CARGO	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PIS O	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82

\* C D 2 5 2 6 7 3 9 5 3 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252673953300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mersinho Lucena



b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

Observação: Preencher todos os campos, inclusive número da proposição. **Só serão aceitos formulários autenticados e assinados pelo autor.**

\* 0 0 2 5 2 6 7 3 9 5 3 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252673953300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mersinho Lucena





CONGRESSO NACIONAL

Médico  Veterinário	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67	17	16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45	18	17	16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02	19	18	17	16	19	10.062,32	10.749,80

\*CD252673953300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252673953300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mersinho Lucena



Sala de Sessões, De fevereiro de 2025

Deputado MERSINHO LUCENA

PP/PB

\* 0 0 2 5 2 6 7 3 9 5 3 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252673953300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mersinho Lucena



**MPV 1286  
00218**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº -CMMPV1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo, renumerando os demais dispositivos:

**“CAPÍTULO LXI**  
**DA CARREIRA POLICIAL CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**

**Art. 154.** O Anexo II à [Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006](#), passa a vigorar na forma do Anexo CCLXXVII a esta Medida Provisória.

**Art. 155.** O art. 5º da [Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º** Observado o disposto na legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado, são peritos de natureza criminal os peritos criminais, peritos médico-legistas, peritos odontologistas e papiloscopistas com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade de cada órgão e por área de atuação profissional.”  
**(NR)**

**ANEXO CCLXXVII**  
(Anexo II à Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006)**“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO  
FEDERAL**

- a) QUADRO I: VALOR DO SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DE PERITO CRIMINAL, PERITO MÉDICO-LEGISTA E PAPILOSCOPISTA POLICIAL DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259105997800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilvan Maximo



Em R\$

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Perito Criminal Perito Médico-Legista Papiloscopista Policial	Especial	30.542,92	36.469,51	41.350,00
	Primeira	25.815,00	32.826,72	35.377,35
	Segunda	22.085,08	28.643,83	30.869,46
	Terceira	21.449,24	26.800,00	27.831,70

b) QUADRO II: VALOR DO SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DE AGENTE DE POLÍCIA, ESCRIVÃO DE POLÍCIAE AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Em R\$

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Agente de Polícia Escrivão de Polícia Agente Policial de Custódia	Especial	18.417,51	21.987,38	25.250,00
	Primeira	13.969,28	17.997,59	19.617,37
	Segunda	11.634,01	15.377,21	16.761,16
	Terceira	11.085,72	14.164,81	14.710,10

“(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A papiloscopia evoluiu significativamente nas últimas décadas, tornando-se uma ciência forense complexa e fundamental para as investigações criminais. Os papiloscopistas da PCDF são profissionais altamente qualificados, com formação superior e especialização em técnicas avançadas de identificação humana.

As funções dos papiloscopistas, peritos criminais e médico-legistas apresentam diversas sobreposições e complementaridades. Ambos realizam exames e análises técnico-científicas em locais de crime e laboratório; coletam e analisam vestígios para produção de provas materiais; e elaboram laudos periciais que auxiliam nas investigações e processos judiciais.

Δ unificação dos cargos permitirá:

- Melhor alocação de recursos humanos e materiais.
- Redução de custos administrativos.



Para verificar a assinatura, acesse <https://mforeg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/C6239163997800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilvan Maximo



- Maior flexibilidade na distribuição de tarefas periciais.
- Fortalecimento da Perícia Oficial
- A integração dos papiloscopistas ao quadro de peritos criminais e médico-legistas:
- Ampliará o efetivo de profissionais dedicados à perícia criminal em sentido amplo.
- Fortalecerá a autonomia e independência da perícia oficial.
- Valorizará os conhecimentos especializados dos papiloscopistas.
- Alinhamento com Tendências Modernas
- A unificação de carreiras periciais é uma tendência observada em instituições policiais modernas, visando maior eficiência e integração.
- Reconhecimento Técnico-Científico

A unificação dos cargos potencializará:

- A troca de conhecimentos entre profissionais.
- O desenvolvimento de novas técnicas periciais.
- A celeridade na produção de provas materiais.
- Valorização Profissional

A medida reconhecerá a importância dos papiloscopistas, equiparando-os aos demais peritos criminais em termos de status funcional e remuneração. Cabendo ressaltar também, que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu a natureza pericial do trabalho dos papiloscopistas em julgamento da ADI 5182, evidenciando a equivalência técnico-científica entre as funções.

A unificação dos cargos de papiloscopista, perito criminal e médico-legista na PCDF representa um avanço significativo para o aprimoramento da perícia oficial. Esta medida fortalecerá a produção de provas técnico-científicas, contribuindo para investigações mais eficientes e para o combate à criminalidade.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta importante emenda, que trará benefícios concretos para a segurança pública e o sistema de justiça criminal do Distrito Federal.

Sala da comissão, 03 de fevereiro de 2025.

Gilvan Maximo  
Deputado Federal - DF



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259105997800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilvan Maximo





**MPV 1286  
00219**

CONGRESSO NACIONAL

Liderança do Partido Social Brasileiro

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 25-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 25-1.** A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE terão seus Planos de Cargos reestruturados para se equipararem ao Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 3º, inciso III, que a redução das desigualdades regionais é um dos objetivos fundamentais da República:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250955211900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata



III - erradicar a pobreza e a marginalização e **reduzir as desigualdades sociais e regionais** ;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O PPA 2024-2027 ([Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024](#)) também tem como uma de suas premissas a redução das desigualdades regionais:

**Art. 13. A governança do PPA 2024-2027 visa alcançar os objetivos e as metas estabelecidas, sobretudo para a garantia de acesso equitativo e inclusivo às políticas públicas e de sua fruição pela sociedade, e busca o aperfeiçoamento dos:**

I - mecanismos de implementação e integração de políticas públicas;

**II - critérios de regionalização de políticas públicas, com vistas à redução das desigualdades regionais;**

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), estabelecida pelo Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024, tem como tem como finalidade a redução das desigualdades econômicas e sociais nas regiões brasileiras e como resultados esperados o crescimento econômico sustentável, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida da população.

Para a implementação da PNDR, foi instituído o Núcleo de Inteligência Regional (NIR), destinado à produção de conhecimento e de informações relativas à PNDR e aos seus instrumentos e que também atua no monitoramento e avaliação da PNDR.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250955211900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata

\*CD250955211900\*  
xEdit



Participam do NIR, dentre outros órgãos e entidades, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência do Desenvolvimento do nordeste (SUDENE), além da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) de as quais exercem competências diretamente relacionadas ao desenvolvimento regional.

A participação das quatro Superintendências no NIR está diretamente relacionada às competências, voltadas à promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável dentro de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional, de forma que sua missão institucional coaduna-se com os objetivos da PNDR.

Assim, ao analisar a finalidade das quatro autarquias, fica evidente a semelhança entre elas e a importância agrupá-las em um único plano de cargos, de forma a promover maior integração entre suas atividades e seus servidores.

Isso porque a inclusão da SUDAM, SUDENE e SUDECO no Plano Especial de Cargos da SUFRAMA tem o potencial de impactar diretamente diversas políticas públicas do governo federal, em especial na PNDR.

A proposta de reestruturação das Superintendências por meio da inclusão no Plano Especial de Cargos da SUFRAMA considerou, sobretudo:

· A importância estratégica das quatro superintendências para a PNDR;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250955211900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata



\*CD250955211900\*  
xEdit



- A articulação já existente entre as Superintendências, em especial entre SUDAM e SUFRAMA, inclusive por meio de previsão legal;
- A necessidade de preservar a autonomia administrativa (que abrange gestão de pessoas) conferida às Superintendências por meio de lei; e
- A existência de cargos compatíveis, em todos os níveis de escolaridade daqueles existentes no quadro de pessoal das três superintendências.

Para além disso, SUDAM, SUDECO e SUDENE atuam durante todo o ciclo de diversas Políticas Públicas do Governo Federal, isto é, na elaboração, na implementação, na avaliação e no aprimoramento dessas Políticas, cumprindo todas essas etapas de maneira articulada com os entes federativos do território nacional. Essa atuação não se limita aos Planos Regionais de Desenvolvimento, pelos quais são responsáveis, estendendo-se às demandas de apoio encaminhadas por outros Órgãos e Entidades. Para além disso, as Superintendências representam o contato direto do Governo Federal com a sociedade civil na operacionalização de Incentivos Fiscais, Fundos de Desenvolvimento e Fundos Constitucionais de financiamento, que atendem a milhares de empreendimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, quanto a emprego e renda.

Cabe ressaltar que as Superintendências não possuem orçamento e quadro de pessoal compatíveis com as suas atribuições, o que dificulta sobremaneira o cumprimento de suas missões constitucional, institucional e, ainda, aquelas relacionadas ao PPA 2024-2027 e à PNDR. Importante também citar que essas entidades

\*CD250955211900\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250955211900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata



exercem atividades típicas de Estado sem, contudo, receber o mesmo tratamento dado a outras instituições e carreiras que atuam em temas estratégicos para o governo.

Vale ressaltar que a MP 1.286/2024 criou a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, cujas atribuições estão voltadas às mesmas competências incumbidas às Superintendências, sem a inclusão dessas autarquias.

Todavia, ao analisar as regras estabelecidas para a nova carreira, infere-se que ela tem por foco dar suporte aos órgãos e entidades que atuam na mesma temática, favorecendo a movimentação de pessoal com o adequado aproveitamento da força de trabalho.

Conforme prevê o art. 173, § 1º, da MP, os ocupantes do cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (ATDS), que compõem a carreira, terão lotação no MGI e exercício descentralizado na administração pública federal direta, da qual não fazem parte as autarquias.

Do mesmo modo, tendo em vista o importante papel desempenhado pelas Superintendências no sentido de promover o desenvolvimento regional de forma includente e sustentável e, ainda, de viabilizar a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional, era esperado que a MP nº 1.286/2024, editada justamente para tratar da reestruturação de cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, contemplasse a reestruturação das carreiras das autarquias, reconhecendo a relevância das responsabilidades atribuídas aos seus servidores efetivos e a consequente necessidade de valorizá-los.

\*CD250955211900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250955211900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata



Contudo, tendo a norma sido silente quanto ao tema, justifica-se a proposta de emenda aos arts. 25 e 26, que alteram o Plano Especial de Cargos da Suframa sem, contudo, incluir as três superintendências que guardam grande compatibilidade de atribuições com aquelas desempenhadas pela SUFRAMA, uma vez que a valorização das Superintendências e de seus servidores é medida indispensável, dada a importância do tema sob sua responsabilidade, especialmente no tocante aos resultados das políticas públicas afetas às matérias Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Regional e, por conseguinte, Integração e Desenvolvimento Nacional.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Lídice da Mata**  
**(PSB - BA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250955211900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lídice da Mata



\*CD250955211900\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00220**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 35.** .....

I – aos aposentados, reformados, inclusive militares da reserva remunerada, e pensionistas, civis e militares, de que tratam o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vinculados aos respectivos regimes próprios de previdência dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, e de seus Municípios.’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda promove ajuste redacional no art. 35 da Lei nº 13.681, de 2018, para inclusão no rol de beneficiários os servidores aposentados e os pensionistas vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios dos Estados de Rondônia, do Amapá e de Roraima.

Diante do exposto, e para concretizar a justiça, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
**(PP - RR)**





**MPV 1286  
00221**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Altera-se o art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passando a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV e do § 7º:

“Art. 2º.....

.....

XIV – aquele que comprove ter ocupado apenas funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta e indireta, inclusive municipal, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima foram transformados em Estado ou entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993.

§ 7º O enquadramento decorrente da opção prevista neste artigo, para os servidores a que se refere o inciso XIV do **caput** deste artigo, ocorrerá no cargo em comissão ou função de confiança em que foram originariamente admitidos ou em cargo em comissão ou função de confiança equivalente, considerando o valor da remuneração do cargo em comissão ou função de confiança do ente com o qual ocorreu o vínculo original e o da União do mesmo período, assegurada a remuneração mínima não inferior ao Cargo Comissionado Executivo de nível 9, CCE-9, do Poder Executivo Federal, de que trata a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021.” (NR)



## JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal editou a Portaria SRT/MGI nº 1.418, de 12 de março de 2024, que fixa a correlação de remuneração a ser aplicada àqueles que ocuparam apenas funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta, inclusive municipal, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima foram transformados em Estado ou entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, e que ocuparão cargos em comissão de assessoramento integrantes do quadro em extinção da Administração Pública federal, de que trata o § 3º do art. 8º do Decreto nº 9.324, de 2 de abril de 2018.

Essa norma estabeleceu que para equiparação dos cargos originalmente ocupados pelos servidores com os cargos em comissão da União será considerada a ordem hierárquica decrescente dentro da estrutura de cargos em comissão ou funções de confiança do ente com o qual ocorreu o vínculo original. E, também, estabeleceu que caberia ao optante a apresentação da documentação de que deverá conter, no mínimo: i. a denominação da função de confiança ou do cargo em comissão ocupado; ii. o respectivo nível hierárquico; iii. a legislação de criação da função de confiança ou do cargo em comissão. Assegurou a remuneração mínima no valor da CCE-5, de que trata a Lei nº 14.204, de 2021.

Contudo, essa norma se demonstrou injusta, uma vez que não existe a legislação de criação das funções de confiança ou dos cargos em comissão dos Estados de Roraima e Amapá e de seus Municípios. Por consequência, causa prejuízos remuneratórios significativos aos servidores transpostos.

Assim, como medida de justiça, propõe-se que o enquadramento dos servidores ocorrerá no cargo em comissão ou função de confiança em que foram originariamente admitidos ou em cargo em comissão ou função de confiança equivalente, considerando o valor da remuneração do cargo em comissão ou função de confiança do ente com o qual ocorreu o vínculo original e o da União do mesmo período, assegurada a remuneração mínima não inferior ao CCE-9, do Poder Executivo Federal, de que trata a Lei nº 14.204, de 2021.



Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
(PP - RR)



**MPV 1286  
00222**



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se ao Anexo CCCXIV à MPV nº 1.286, de 2024, a Tabela VII – Empregos de nível superior de Médico – 40 horas semanais e a Tabela VIII – Empregos de nível superior de Médico – 20 horas semanais, a partir de 1º de janeiro de 2025, da seguinte forma:

**ANEXO CCCXIV**

(Anexo VI à Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018)

“SALÁRIO DOS EMPREGADOS DE QUE TRATA O ART. 13

.....

Tabela VII – Empregos de nível superior de Médico – 40 horas  
semanais

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SALÁRIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	25.256,66	26.696,57
ESPECIAL	IV	24.207,13	25.587,21
ESPECIAL	III	23.508,65	24.848,92
ESPECIAL	II	22.238,68	23.506,56
ESPECIAL	I	21.868,78	23.115,58
C	V	21.509,68	22.736,01
C	IV	20.726,54	21.908,23



C	III	20.400,69	21.563,81
C	II	20.084,33	21.229,41
C	I	19.394,44	20.500,20
B	V	19.107,40	20.196,80
B	IV	18.828,70	19.902,21
B	III	18.220,96	19.259,83
B	II	17.968,08	18.992,54
B	I	17.722,58	18.733,04
A	V	17.187,21	18.167,16
A	IV	16.964,45	17.931,70
A	III	16.748,17	17.703,09
A	II	16.538,19	17.481,14
A	I	16.334,33	17.265,66

Tabela VIII – Empregos de nível superior de Médico – 20 horas semanais

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SALÁRIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	12.628,33	13.348,29
ESPECIAL	IV	12.103,57	12.793,61
ESPECIAL	III	11.754,33	12.424,46
ESPECIAL	II	11.119,34	11.753,28
ESPECIAL	I	10.934,39	11.557,79
C	V	10.754,84	11.368,01
C	IV	10.363,27	10.954,12
C	III	10.200,35	10.781,91
C	II	10.042,17	10.614,71
C	I	9.697,22	10.250,10
B	V	9.553,70	10.098,40



B	IV	9.414,35	9.951,11
B	III	9.110,48	9.629,92
B	II	8.984,04	9.496,27
B	I	8.861,29	9.366,52
A	V	8.593,61	9.083,58
A	IV	8.482,23	8.965,85
A	III	8.374,09	8.851,55
A	II	8.269,10	8.740,57
A	I	8.167,17	8.632,83

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir a discrepância remuneratória que há entre os médicos regidos pelos regimes jurídicos Único e o da CLT, que infringe o princípio da isonomia previsto no artigo 5º e art. 37, X da Constituição Federal.

A diferenciação remuneratória para profissionais que executam a mesma atividade cria um tratamento desigual injustificável, que fere o princípio da legalidade administrativa e compromete a segurança jurídica dos servidores e empregados públicos.

A retificação da MP por meio desta emenda reforça o compromisso do Governo Federal com a transparência, previsibilidade e respeito às categorias profissionais e promove um ambiente de estabilidade para os servidores e empregados, garantindo a eficiência da gestão pública. Portanto, sua aprovação é essencial para a manutenção da equidade no serviço público.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
(PP - RR)



**MPV 1286  
00223**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 11.** .....

.....  
§ 9º A GEAAPCC-Ext dos cargos de nível auxiliar do PCC-Ext integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

Os servidores públicos de nível auxiliar percebem em atividade a GEAAPCC-Ext que, embora incida a contribuição ao plano de seguridade social, não integram os proventos da aposentadoria e as pensões.

Assim, a presente emenda busca dar equidade entre os diversos planos de cargos e carreiras da União, considerando, a título de exemplo, que o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE possui a Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PGPE - GEAAPGPE, que é devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, bem assim integra os proventos de aposentadoria e as pensões.



Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
**(PP - RR)**





**MPV 1286**  
**00224**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 2º** .....

.....

§ 2º O enquadramento decorrente da opção prevista neste artigo, para os servidores, para os policiais, civis ou militares, e para as pessoas a que se referem os incisos III, IV e V do caput deste artigo, que tenham revestido essa condição, entre a transformação dos ex-Territórios Federais em Estados e outubro de 1993, ocorrerá no cargo em que foram originariamente admitidos ou em cargo equivalente, sendo vedada a exigência da escolaridade do optante, exceto se exigida habilitação profissional específica.’ (NR)

‘**Art. 8º** .....

.....

§ 3º Os enquadramentos dar-se-ão com base nas atividades executadas pelos servidores e em cargos de atribuições equivalentes ou assemelhadas, integrantes de planos de cargos e carreiras da União, independentemente do nível de escolaridade dos servidores.’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

Como requisito para a transposição para União dos servidores públicos dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e Roraima, dos



Estados que os sucederam e de seus Municípios, exige-se a escolaridade do cargo ocupado à época, com base na Portaria SGP/SEDGG/ME nº 384, de 11 de janeiro de 2021.

Essa exigência é verificada no momento do ingresso e, com isso, o optante tem seu processo indeferido com fundamento no ingresso irregular no cargo público, caso não possua a escolaridade do cargo no momento da admissão.

Acontece que as Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, e a Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, não preveem critérios de escolaridade, e não há qualquer vedação de transposição, nas normas transitórias aplicáveis, sem a observância do requisito de escolaridade.

O Tribunal de Contas da União, nos autos do Processo TC 037.403/2021-4, por meio do Voto, do eminente Ministro Jorge Oliveira, acompanhados pelos demais ministros do TCU, que culminou no Acórdão nº 1.373/2022-Plenário, manifestou-se no sentido de que, tendo o STF, dada a situação excepcional e transitória, que foi a transformação dos ex-Territórios em Estados, considerado constitucionais as normas que afastaram o preceito constitucional do concurso público, que constitui uns dos dogmas mais caros ao nosso regime democrático, entendeu plenamente justificada a não previsão da exigência de escolaridade para o enquadramento de determinados cargos públicos, notadamente quando o próprio poder constituinte e suas normas disciplinadoras não o exigiram, em face desse mesmo contexto.

Diante do exposto, por considerar que não é ilegal ou ilegítima a dispensa de escolaridade mínima para comprovação de regular ingresso no cargo, no qual não se exige habilitação profissional específica, não equiparando direitos



e para concretizar a justiça, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
(PP - RR)



**MPV 1286  
00225**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 2º** .....  
.....

**XIV** – a pessoa que ocupava apenas funções de confiança ou cargos em comissão, admitida pelos Estados do Amapá e de Roraima, da data de sua transformação em Estado até outubro de 1993, e exerceu função policial nesse período, será enquadrada na carreira Policial Civil, na forma do art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, e do art. 6º da Emenda Constitucional nº 98, de 2017.’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

O art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, estabeleceu que os servidores admitidos regularmente que comprovadamente se encontravam no exercício de funções policiais nas Secretarias de Segurança Pública dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia na data em que foram transformados em Estados seriam enquadrados no quadro da Polícia Civil dos ex-Territórios.

A Lei nº 8112, de 1990, estabelece que servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público (art. 2º), que poderá ser nomeado para cargo efetivo ou em comissão.



Portanto, considerando que os arts. 6º das ECs 79 e 98 não impuseram vedação em relação ao tipo de vínculo com a Administração Pública, se efetivo ou não, entende-se ser possível o enquadramento desses optantes na Carreira Policial Civil da União.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
**(PP - RR)**



**MPV 1286  
00226**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 29.** Os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que se encontravam, nos termos do § 2º deste artigo, no desempenho de atribuições de planejamento e orçamento ou no desempenho de atribuições de finanças e controle interno nos órgãos e entidades dos ex-Territórios Federais, dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia e de seus Municípios, observados os critérios de escolaridade exigidos em lei, serão enquadrados, respectivamente, nos cargos que compõem a carreira de Planejamento e Orçamento de que trata a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e a carreira de Finanças e Controle de que trata a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016.’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ajustar a redação do art. 29 da Lei nº 13.681, de 2018, com o objetivo de contemplar os servidores que exerceram a função, além de planejamento, orçamento e controle, de finanças, no âmbito dos ex-Territórios, dos Estados de Rondônia, do Amapá e de Roraima e de seus Municípios e, com isso, concretizar justiça, considerando que as pessoas que trabalharam nesses entes possuem o direito à transposição para os quadros da união.



Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
(PP - RR)



**MPV 1286  
00227**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se à MPV, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

**Art. 214.** Acrescenta o art. 32-A à [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), com a seguinte redação:

*"Art. 32-A. De forma complementar, o sistema de saúde dos militares e seus dependentes poderá ser gerido por Fundação de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal – FUPM e Fundação de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – FUCMB, entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com observância aos seguintes parâmetros:*

*I – prestar serviços de saúde em nível da atenção primária, de média complexidade e atendimentos de urgência ou emergência;*

*II – possuir quadro de empregados regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;*

*III – firmar convênio com entidades educacionais na modalidade de estágio e ou associação de profissionais da área de saúde para prestação de serviços;*

*IV – possuir em suas estruturas organizacionais Conselho de Administração, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal formados por Oficiais e Praças da Ativos e Inativos, e Pensionistas;*

*V – ser fiscalizada pelos órgãos de controle e MPDFT." (AC)*

*Parágrafo único. As regras de constituição e funcionamento das entidades serão estabelecidas por ato do Governador do Distrito Federal.*

ExEdit  
\*CD256904752400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256904752400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga





## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, foi sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), visa, como contribuição legislativa, acrescentar o art. 32-A à Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, com o intuito de estabelecer a criação de Fundações de Saúde destinadas ao atendimento da saúde dos militares do Distrito Federal.

É crucial a implementação de um serviço de saúde que funcione com mais qualidade, voltado para o atendimento do policial militar do Distrito Federal e sua família, levando em consideração diversos aspectos, como a maior participação do usuário e um controle financeiro mais eficaz, sem prejudicar a qualidade e a quantidade dos serviços prestados. É de suma importância que o Governo aplique de forma eficiente os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis, com o objetivo de oferecer o melhor atendimento possível aos beneficiários, mantendo os custos dentro de níveis sustentáveis.

Esta proposta não implica aumento de despesas para a União, visto que a criação das entidades dependerá de regulamentação específica. Além disso, busca promover a eficiência e a economia no uso dos recursos públicos destinados anualmente à assistência à saúde de militares e seus dependentes.

Diante do exposto, submeto esta proposta de emenda à elevada consideração de Vossa Excelência, solicitando seu acolhimento.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
(PL - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256904752400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**MPV 1286  
00228**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê ao art. 187 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, os seguintes dispositivos:

“Art. 187.....

.....

§ 5º Sem prejuízo do disposto no *caput* e nos §§ 1º a 4º deste artigo, os titulares de cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal de que trata o art. 2º da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, no prazo de 6 (seis) meses contado da publicação desta Lei, poderão optar pela Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, passando a ocupar o cargo de ATJD, com reposicionamento em classe e padrão estabelecidos no Anexo CCCVIII desta Lei compatíveis com sua situação atual no Anexo I da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, mantido o exercício descentralizado na Polícia Federal.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Há, no art. 183 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, a criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de nível superior de Analista Técnico de Justiça e Defesa (ATJD), cujos ocupantes exercerão as seguintes atribuições nas políticas públicas das áreas de justiça, defesa nacional e segurança.

Os titulares de cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal de que trata o art. 2º da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003 (aproximadamente 155 servidores), são profissionais experientes no

ExEdit  
\*CD25445258000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254452580000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer



serviço público federal, que, com diversas formações, já desempenham atribuições nas políticas públicas das áreas de justiça e segurança.

Nesse cenário, se aprovado o texto original da Medida Provisória nº 1.286/2024, haverá, em flagrante injustiça, profissionais que atuam nas mesmas áreas e desempenham atribuições idênticas com estruturas remuneratórias completamente diferentes. É, por isso, que apresento esta Emenda ao texto original da Medida Provisória nº 1.286/2024.

A inclusão do § 5º ao art. 187 da futura Lei possibilitará que os titulares de cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal optem pela Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, passando a ocupar o cargo de ATJD, em classe e padrão estabelecidos no Anexo CCCVIII compatíveis com sua situação atual.

Dessa forma, além de evitarmos a concretização das injustiças já especificadas, estaremos reconhecendo a importância dos titulares de cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, que, ao longo de mais de duas décadas, vêm desempenhando atribuições relevantes para a efetivação de políticas públicas nas áreas de justiça e segurança.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Gustavo Gayer**  
**(PL - GO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254452580000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer



MPV 1286  
00229

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos [Anexos CCLXXX](#), [CCLXXXI](#), [CCLXXXII](#) e [CCLXXXIII](#) a esta [Medida Provisória](#).

ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS  
EM EDUCAÇÃO VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			

\*CD256042654200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256042654200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



Médico Veterinário	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,7	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,5	11.767,1
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,6
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,3	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,8	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34	17	16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91	18	17	16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04	19	18	17	16	19	20.124,64	21.499,6

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256042654200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1° DE MAIO DE 2023	CLASSES E CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1° DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1° DE ABRIL DE 2026
		I	II	III	IV				
Médico  Médico Veterinário	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

”(NR)

ExEdit  
\*CD256042654200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256042654200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



## JUSTIFICAÇÃO

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, nos termos da Lei 11.091/2005;

2 - A Lei 12.702/2012, por seu turno, regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43, assim dispondo:

*Art. 43. A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), é de 20 (vinte) horas semanais.*

*§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.*

*§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.*

*§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256042654200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



\* CD 256042654200 \*  
ExEdit



3 - O Termo de Acordo de Greve nº 11/2024 assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua cláusula primeira que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE será de 9% em 2025 e 5% em 2026.

### TERMO DE ACORDO Nº 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo a primeira, **de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 - O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arripio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256042654200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes





Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 - Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5 em 2026** sem no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte o a Lei 8.112 que em seu art. 41, § 4º assim dispõe:

*§ 4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.*

6 - A Constituição Federal de 1988 assevera em seu art. 39 que:

*§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:*

*I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;*

*II – os requisitos para a investidura;*

*III – as peculiaridades dos cargos.*

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256042654200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional trata-los de forma diferenciada.

## JUSTIFICAÇÃO

## JUSTIFICAÇÃO

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, nos termos da Lei 11.091/2005;

2 - A Lei 12.702/2012, por seu turno, regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43, assim dispondo:

*Art. 43. A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), é de 20 (vinte) horas semanais.*

*§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.*

*§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.*

*§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256042654200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



*jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);*

3 - O Termo de Acordo de Greve nº 11/2024 assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua cláusula primeira que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE será de 9% em 2025 e 5% em 2026.

### TERMO DE ACORDO Nº 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo a primeira, **de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

\* CD 256042654200 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256042654200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



4 - O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arrepio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 - Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5 em 2026** sem no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte o a Lei 8.112 que em seu art. 41, § 4º assim dispõe:

*§ 4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.*

6 - A Constituição Federal de 1988 assevera em seu art. 39 que:

*§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:*

*I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;*

*II – os requisitos para a investidura;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256042654200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



*III – as peculiaridades dos cargos.*

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional trata-los de forma diferenciada.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256042654200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aluisio Mendes



**MPV 1286**  
**00230**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

**Art. 1º** Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, os artigos 214, 215, 216 e 217, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

" **Art. 214.** A Tabela I do Anexo I da [Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005](#), passa a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

" **Art. 215.** A Tabela I do Anexo I da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), passa a vigorar na forma do Anexo CCCXXIII a esta Medida Provisória.

" **Art. 216.** O art. 2º, 3º, art. 20 e a Tabela III do Anexo IV da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), na forma do Anexo CCCXXIV a esta Medida Provisória, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I - .....

.....

f) compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados;

....." (NR)

"Art. 3º .....

.....

XIV - compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados, parcela indenizatória decorrentes do desempenho das atividades de policiamento ostensivo, de prevenção e combate a incêndio, de salvamento, de atendimento

exEdit  
\* C D 2 5 2 9 5 6 4 5 7 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252956457000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



*pré-hospitalar ou de segurança pública, concedida aos militares do Distrito Federal, ativos, inativos e pensionistas, conforme a Tabela III do Anexo IV desta lei.*

.....” (NR)

“Art. 20 .....

.....

§ 4º Ao militar ocupante do último posto ou graduação, de cada Quadro ou Qualificação, no ato de sua passagem para inatividade, que contar com mais de 30 anos de efetivo serviço será devido o percentual de 10% da sua remuneração, ou ainda, se contar com mais de 35 anos de serviço, será devido o percentual de 20% da sua remuneração.” (NR)

" **Art. 217.** Fica incorporada a Tabela III do Anexo II à Tabela I do Anexo III da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#) , na forma do Anexo CCCXXV a esta Medida Provisória.

**Art. 2º** O art. 214 da MPV nº 1.286, de 2024, após ser renumerado, passa a vigorar com a seguinte redação:

" **Art. 214.** .....

.....

XXXIX – a alínea c do inciso II do art. 1º, o inciso IV do art. 3º e a Tabela III do Anexo II, da [Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002](#) .

ANEXO CCCXXII

(Anexo I da [Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005](#) )

“ANEXO I

TABELA DE VALOR DA VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL - VPE

POSTO OU GRADUAÇÃO	NA DATA DE ENTRADA EM VIGOR DESTA LEI	A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2025	A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026
OFICIAIS SUPERIORES			

ExEdit  
\*CD252956457000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252956457000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



Coronel	13.183,33	14.665,75	18.915,99
Tenente-Coronel	12.689,09	14.092,10	17.283,35
Major	11.410,69	14.033,25	16.370,90
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS			
Capitão	9.643,36	12.435,90	14.810,15
OFICIAIS SUBALTERNOS			
Primeiro-Tenente	8.513,28	11.303,15	14.052,20
Segundo-Tenente	8.141,75	10.620,35	13.647,15
PRAÇAS ESPECIAIS			
Aspirante a Oficial	6.731,52	7.490,25	9.672,10
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	3.714,25	4.130,95	4.550,30
Cadete (demais anos) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	2.826,68	3.220,55	3.546,70
PRAÇAS GRADUADAS			
Subtenente	8.489,56	10.130,65	13.264,50
Primeiro-Sargento	6.050,18	7.558,70	10.763,19
Segundo-Sargento	5.358,12	7.070,85	9.572,70
Terceiro-Sargento	4.862,35	6.825,45	7.574,25
Cabo	4.107,29	5.710,18	6.412,20
DEMAIS PRAÇAS			
Soldado - Primeira Classe	3.886,00	4.855,30	5.476,35
Soldado - Segunda Classe	2.826,68	3.220,55	3.546,70

”(NR)

ANEXO CCCXXIII

(Tabela I do Anexo I da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#) )

ExEdit  
\*CD252956457000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252956457000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga





“ANEXO I

TABELAS DE SOLDOS E ESCALONAMENTO VERTICAL

TABELA I - SOLDOS

POSTO OU GRADUAÇÃO	ATÉ 30 DE ABRIL DE 2025	A PARTIR 1º DE MAIO DE 2025	A PARTIR 1º DE MAIO DE 2026
OFICIAIS SUPERIORES			
Coronel	3.195,04	4.313,30	5.175,96
Tenente-Coronel	3.067,23	4.140,76	4.968,91
Major	2.929,85	3.955,30	4.746,36
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS			
Capitão	2.434,62	3.286,74	3.944,08
OFICIAIS SUBALTERNOS			
Primeiro-Tenente	2.249,31	3.036,57	3.643,88
Segundo-Tenente	2.079,97	2.807,96	3.369,55
PRAÇAS ESPECIAIS			
Aspirante-a-Oficial	1.792,42	2.419,77	2.903,72
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	706,1	953,24	1.143,88
Cadete (demais anos) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	501,62	677,19	812,62
PRAÇAS GRADUADOS			
Subtenente	1.613,49	2.178,23	2.613,87
Primeiro-Sargento	1.405,82	1.897,86	2.277,43
Segundo-Sargento	1.201,33	1.621,80	1.946,15
Terceiro-Sargento	1.070,34	1.444,96	1.733,95

ExEdit  
\*CD252956457000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252956457000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



Cabo	801,95	1.082,63	1.299,16
DEMAIS PRAÇAS			
Soldado - 1 <sup>a</sup> Classe	706,1	953,24	1.143,88
Soldado - 2 <sup>a</sup> Classe	501,62	677,19	812,62

”(NR)

ANEXO CCCXXIV

(Tabela III do anexo IV da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#) )

"ANEXO IV

TABELAS DE OUTROS DIREITOS PECUNIÁRIOS

\*\*\*\*\*

TABELA III - COMPENSAÇÃO DOS DESGASTES ORGÂNICOS  
E DOS DANOS PSICOSSOMÁTICOS ACUMULADOS

POSTO OU GRADUAÇÃO	VALOR (R\$)	FUNDAMENTO LEGAL
Coronel	3.600,00	
Tenente-Coronel	3.473,61	
Major	3.256,66	
Capitão	2.613,52	
Primeiro-Tenente	2.284,63	
Segundo-Tenente	2.153,71	



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252956457000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



Aspirante	1.813,48	Arts. 2º e 3º XIV, desta Lei.
Cadete (3 º ano)	1.027,86	
Cadete (demais anos)	850,59	
Subtenente	1.942,54	
Primeiro-Sargento	1.763,50	
Segundo-Sargento	1.516,07	
Terceiro-Sargento	1.398,52	
Cabo	1.157,83	
Soldado	1.095,58	
Soldado 2ª Classe	850,59	

”(NR)

ANEXO CCCXXV

(Tabela I do Anexo III da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#) )

“ANEXO III

TABELAS DE GRATIFICAÇÕES

TABELA I - GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

SITUAÇÃO	VALOR DE INCIDÊNCIA	FUNDAMENTO	
A	Militares na ativa e na inatividade	13,70% do soldo de Coronel	Arts. 1º e 3º desta Lei.
B	Representação Especial no Exterior	Conforme Legislação Federal	Arts. 1º e 3º desta Lei.

”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, proposição sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), como forma de colaboração legislativa, tem por objetivo alterar



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252956457000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



a Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, com vistas a adequar a redação de dispositivos da Lei nº 10.486, de 2002, e da Lei nº 11.134, de 2005. As alterações referem-se à remuneração e aos proventos dos militares do Distrito Federal, aplicando-se também aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, bem como aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, conforme o disposto no art. 65 da Lei nº 10.486, de 2002.

A proposta visa ajustar os valores do soldo, revogar os valores constantes da Tabela relativa ao Adicional de Operações Militares e incorporá-la na Tabela de Adicional de Representação prevista na Lei nº 10.486, de 2002. Além disso, busca-se com essa emenda, o ajuste dos valores constantes na Tabela de Vantagem Pecuniária Especial (VPE), contida na Lei nº 11.134, de 2005.

Ademais, propõe-se também a substituição da redação referente ao Auxílio-Moradia na Lei nº 10.486, de 2002, pela parcela indenizatória destinada à compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados, parcela indenizatória decorrentes do desempenho das atividades de policiamento ostensivo, de prevenção e combate a incêndio, de salvamento, de atendimento pré-hospitalar ou de segurança pública, concedida aos militares do Distrito Federal. O ajuste na redação é necessário em virtude dos contornos jurídicos e legislativos no âmbito dos poderes executivo, judiciário e legislativo.

Por consequência, o impacto orçamentário para suportar essa medida é no valor de R\$ 1.119.776.812,21 no exercício de 2025 e R\$ 990.712.804,33 no exercício de 2026, conforme tabelas abaixo:

IMPACTO EM FOLHA DE PAGAMENTO PMDF/CBMDF - A PARTIR DE MAIO 2025		
Polícia Militar do Distrito Federal	2025	R\$749.172.242,57
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	2025	R\$370.604.569,64
Impacto orçamentário total (PMDF/CBMDF) - período de 1º de maio a 31/12/2025		R\$1.119.776.812,21
Repasse da pensão Militar para o Fundo Constitucional		R\$117.576.565,28

ExEdit  
\*CD252956457000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252956457000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



Repasse do IRRF para o Governo do Distrito Federal	R\$286.306.274,85
Impacto Financeiro em 2025	R\$715.893.972,07
Impacto orçamentário efetivo com retorno da pensão ao FCDF	R\$1.002.200.246,92

IMPACTO EM FOLHA DE PAGAMENTO PMDF/CBMDF - A PARTIR DE MAIO 2026		
Polícia Militar do Distrito Federal	2026	R\$721.825.310,42
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	2026	R\$268.887.493,91
Impacto orçamentário total (PMDF/CBMDF) - período de 1º de maio a 31/12/2026		R\$990.712.804,33
Repasse da pensão Militar para o Fundo Constitucional		R\$104.024.844,45
Repasse do IRRF para o Governo do Distrito Federal		R\$243.839.188,96
Impacto Financeiro em 2026		R\$642.848.770,91
Impacto orçamentário efetivo com retorno da pensão ao FCDF		R\$886.687.959,87

Diante do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, solicitando seu acatamento.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Deputado Alberto Fraga  
(PL - DF)

ExEdit  
\*CD252956457000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252956457000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**MPV 1286  
00231**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Altere-se o Anexo CCCXXI da MPV nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, a que se refere o seu artigo 209, para fazer com que o reajuste de 9% (nove por cento) para as Carreiras da Área Jurídica do ano de 2025 referente aos cargos de primeira categoria e de categoria especial dessas Carreiras passe a ter efeitos financeiros a partir de 01/01/2025, tal como já previsto na MPV para os cargos de segunda categoria das mesmas Carreiras e para todos os cargos das demais Carreiras contempladas na MPV, da seguinte forma:

**ANEXO CCCXXI**

(Anexo XXXV à Lei nº 13.227, de 29 de julho de 2016

"TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA" (NR)

\* Em R\$

CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
	1º MAIO 2023	1º JANEIRO 2025	1º ABRIL 2026
ESPECIAL	29.761,03	32.439,52	35.423,96
PRIMEIRA	26.319,79	28.688,57	31.327,92
SEGUNDA	22.905,79	24.967,31	27.264,30



## JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda pretende corrigir o tratamento equivocado dispensado pela MPV aos integrantes da Primeira Categoria e da Categoria Especial das Carreiras da Área Jurídica, cujo reajuste de 9%, do ano de 2025, foi postergado para 01/06/2025, em desacordo com a data-base de 01/01/2025 prevista na própria MPV para os integrantes da Segunda Categoria das mesmas Carreiras bem como para os cargos de todas as demais Carreiras contempladas na MPV.

O tratamento dado pela MPV aos membros mais antigos das Carreiras da Área Jurídica, que se encontram atualmente na Primeira Categoria e na Categoria Especial por promoção, resultante de merecimento ou antiguidade (conforme artigo 24, parágrafo único, da Lei Complementar nº 73, de 10/02/1993), representa uma distorção equivocada contra os membros mais antigos das referidas Carreiras, prejudicando inclusive os Aposentados e seus Pensionistas, em clara violação ao artigo 37, X, da Constituição Federal, que prevê que a revisão geral anual da remuneração dos cargos da Administração Pública deve se dar sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Além disso, o tratamento configura violação ao inciso XXX do artigo 7º da Constituição Federal, a que faz remissão (para os servidores públicos) o § 3º do artigo 39 da própria Constituição, o qual proíbe a diferença de salário e de exercício de funções por motivo, entre outros, de idade.

Com efeito, atribuir efeitos financeiros ao reajuste do subsídio dos membros mais jovens das Carreiras da Área Jurídica em data antecedente (01/01/2025) àquela fixada para os efeitos financeiros do reajuste dos membros mais idosos das mesmas Carreiras (01/06/2025) não colabora para a igualdade salarial entre os membros da mesma carreira, independentemente da data de ingresso nela. O inciso XXX do artigo 7º da Lei Maior visa justamente proibir a citada diferença, devendo-se, então, corrigir a discrepância trazendo-se o reajuste de todas as categorias das Carreiras da Área Jurídica para a mesma data (01/01/2025), em consonância, inclusive com o disposto no artigo 1º da Lei 10.331, de 18/12/2001, que prevê o mês de janeiro de cada ano como data-base



para a revisão geral anual da remuneração dos cargos e funções da Administração Pública.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Veneziano Vital do Rêgo**  
(MDB - PB)





**MPV 1286  
00232**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se a seguinte redação ao Anexo CCLXXXII (Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012) da Medida Provisória n. 1.286, de 31 de dezembro de 2024:

**ANEXO CCLXXXII**

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

**“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO**

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
----------------	---



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253102904600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer



CARGO	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico Veterinário	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

\*CD253102904600\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253102904600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer



b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE
			I	II	III	IV			

		DE 2023						2025	2026
	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77

\*CD253102904600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253102904600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer



Médico	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
Médico	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
Veterinário	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva garantir o tratamento isonômico entre as carreiras alcançadas pelas disposições da Medida Provisória nº 1286/2024. De modo específico, pretende-se garantir aos ocupantes dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, o mesmo percentual de reajuste conferido às demais carreiras do Poder Executivo.

Muito embora tais cargos pertençam ao “Nível E” do PCCTAE, a MPV nº 1286/2024 concedeu a estes reajuste inferior aos

ExEdit  
\*CD253102904600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253102904600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer



demais cargos da mesma carreira e de nível equivalente. Trata-se, inclusive, de flagrante desrespeito ao Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, firmado com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio do qual foi pactuado o reajuste remuneratório de 9% (nove por cento), a partir de 2025, e de 5% (cinco por cento) para o ano de 2026.

De modo mais preciso, pretende-se equiparar o reajuste dos cargos aqui tratados ao reajuste concedido às demais carreiras do “Nível E” do PCCTAE, nos termos do anexo CCXXIV, alínea “e”, de que trata o art. 133 da MPV nº 1286/2024.

Ante o exposto, tendo em vista a necessidade de valorização e tratamento isonômico das carreiras supracitadas, contamos com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Gustavo Gayer**  
(PL - GO)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253102904600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer



\* CD 253102904600 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00233**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Suprimam-se os arts. 173 a 182 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua

estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão

e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº

5.127/2024[1] estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos

de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da

administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por

meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada

pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)[2], tendo o objetivo

de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do

ExEdit  
\* C D 2 5 3 9 9 6 7 8 5 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996785200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores,

empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio

do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010[3] que por razão de sua criação, no ano de

2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que

o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento

socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre

outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo

organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais

de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder

Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de

desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar

das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas

\*CD253996785200\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996785200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional

dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado

pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições

são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o

atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o

serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010,

estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando

contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e

cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias[4], com 228 (duzentos e

vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos

como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério

da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996785200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante





Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[5], com 20 (vinte) vagas

para

o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o

Ministério da

Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional

dos Povos

Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[6], com 111 (cento e onze)

vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do

Planejamento e

Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria,

Comércio e Serviços

– MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos –

MGI, Fundação

Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União –

AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos

(ERCE),

dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e

geólogo, alcançado

pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil

cento e

nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as

atribuições que

o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da

Carreira de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996785200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



\*CD253996785200\*  
ExEdit



Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.  
A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

**“Objeto e âmbito de aplicação**

(...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as

seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;

**II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;**

**III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;**

**IV - gestão dinâmica da força de trabalho;**

V - priorização das atividades estratégicas e complexas;

**VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam**

**atuar de modo transversal;**

**VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta**

\*CD253996785200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996785200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo; e

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

(...)

### **Requisitos para estruturação de cargos**

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo

observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal,

ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em

determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária

formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante

critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública

federal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996785200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



\*CD253996785200\*  
ExEdit



**Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:**

**I - idênticas ou similares às de cargos existentes;**

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente

fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024[7] (atual Lei nº

14.875/2024[8]) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública

Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas

transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira

de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo

afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta

as diretrizes abaixo:

**1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996785200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



efetivos;

2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;

3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;

4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;

7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em

determinado órgão ou entidade

8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante

critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública

federal;

9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos

existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e

exEdit  
\*CD253996785200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996785200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder

Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista,

estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº

12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa

Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Diante do exposto, consoante os argumentos acima expendidos, temse

que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida

Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista

Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente

afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e

carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, razão pela qual devem ser suprimidos.

[1] <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/>

bitstream/123456789/532194/1/Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C

%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20Portaria%20MGI%20N



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996785200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE  
%202024%20-

%20DOU%20-%20Imprensa%20Nacional.pdf

[2] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/  
publicacoes/guias/guia-mnnp.pdf/](https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/guias/guia-mnnp.pdf/)

[3] [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/  
l12277.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm)

[4] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/  
edital\\_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[5] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/  
edital\\_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[6] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/  
edital\\_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[7] [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?  
idProposicao=2425883](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2425883)

[8] [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14875-31-  
maio-2024-795709-publicacaooriginal-171939-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14875-31-maio-2024-795709-publicacaooriginal-171939-pl.html)

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sóstenes Cavalcante**  
**(PL - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996785200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



**MPV 1286  
00234**



**CONGRESSO NACIONAL**

**EMENDA Nº - CMMPV 1.286, de 2024**

(à MPV 1.286, de 2024)

**Art. 1º** Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, os artigos 214, 215, 216 e 217, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

**"Art. 214.** A Tabela I do Anexo I da [Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005](#), passa a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

**"Art. 215.** A Tabela I do Anexo I da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), passa a vigorar na forma do Anexo CCCXXIII a esta Medida Provisória.

**"Art. 216.** O art. 2º, 3º, 20 e a Tabela III do Anexo IV da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), na forma do Anexo CCCXXIV a esta Medida Provisória, passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 2º** .....

I – .....

.....

f) *compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados;*

....." (NR)

**"Art. 3º** .....

.....

XIV – *compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados, parcela indenizatória decorrentes do desempenho das atividades de policiamento ostensivo, de prevenção e combate a incêndio, de salvamento, de atendimento pré-hospitalar ou de segurança pública, concedida aos militares do Distrito Federal, ativos, inativos e pensionistas, conforme a Tabela III do Anexo IV desta lei.*

....." (NR)

**"Art. 20** .....

.....

§ 4º *Ao militar ocupante do último posto ou graduação, de cada Quadro ou Qualificação, no ato de sua passagem para inatividade, que contar com mais de 30 anos de efetivo serviço será devido o percentual de 10% da sua remuneração, ou ainda, se contar com mais de 35 anos de serviço, será devido o percentual de 20% da sua remuneração.*" (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251552890100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro





**"Art. 217.** Fica incorporada a Tabela III do Anexo II à Tabela I do Anexo III da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), na forma do Anexo CCCXXV a esta Medida Provisória.

**Art. 2º** O art. 214 da MPV nº 1.286, de 2024, após ser renumerado, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 214.** .....

.....

XXXIX – a alínea c do inciso II do art. 1º, o inciso IV do art. 3º e a Tabela III do Anexo II, da [Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002](#).

CCCXXII

(Anexo I da [Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005](#))

"ANEXO I

TABELA DE VALOR DA VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL - VPE

POSTO OU GRADUAÇÃO	NA DATA DE ENTRADA EM VIGOR DESTA LEI	A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2025	A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026
OFICIAIS SUPERIORES			
Coronel	13.183,33	14.665,75	18.915,99
Tenente-Coronel	12.689,09	14.092,10	17.283,35
Major	11.410,69	14.033,25	16.370,90
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS			
Capitão	9.643,36	12.435,90	14.810,15
OFICIAIS SUBALTERNOS			
Primeiro-Tenente	8.513,28	11.303,15	14.052,20
Segundo-Tenente	8.141,75	10.620,35	13.647,15
PRAÇAS ESPECIAIS			
Aspirante a Oficial	6.731,52	7.490,25	9.672,10
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	3.714,25	4.130,95	4.550,30
Cadete (demais anos) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	2.826,68	3.220,55	3.546,70
PRAÇAS GRADUADAS			
Subtenente	8.489,56	10.130,65	13.264,50
Primeiro-Sargento	6.050,18	7.558,70	10.763,19
Segundo-Sargento	5.358,12	7.070,85	9.572,70
Terceiro-Sargento	4.862,35	6.825,45	7.574,25
Cabo	4.107,29	5.710,18	6.412,20
DEMAIS PRAÇAS			
Soldado - Primeira Classe	3.886,00	4.855,30	5.476,35
Soldado - Segunda Classe	2.826,68	3.220,55	3.546,70

” (NR)

ANEXO CCCXXIII

\*CD251552890100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251552890100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



(Tabela I do Anexo I da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#))

“ANEXO I  
TABELAS DE SOLDADO E ESCALONAMENTO VERTICAL  
TABELA I - SOLDADO

POSTO OU GRADUAÇÃO	ATÉ 30 DE ABRIL DE 2025	A PARTIR 1º DE MAIO DE 2025	A PARTIR 1º DE MAIO DE 2026
OFICIAIS SUPERIORES			
Coronel	3.195,04	4.313,30	5.175,96
Tenente-Coronel	3.067,23	4.140,76	4.968,91
Major	2.929,85	3.955,30	4.746,36
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS			
Capitão	2.434,62	3.286,74	3.944,08
OFICIAIS SUBALTERNOS			
Primeiro-Tenente	2.249,31	3.036,57	3.643,88
Segundo-Tenente	2.079,97	2.807,96	3.369,55
PRAÇAS ESPECIAIS			
Aspirante-a-Oficial	1.792,42	2.419,77	2.903,72
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	706,1	953,24	1.143,88
Cadete (demais anos) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	501,62	677,19	812,62
PRAÇAS GRADUADOS			
Subtenente	1.613,49	2.178,23	2.613,87
Primeiro-Sargento	1.405,82	1.897,86	2.277,43
Segundo-Sargento	1.201,33	1.621,80	1.946,15
Terceiro-Sargento	1.070,34	1.444,96	1.733,95
Cabo	801,95	1.082,63	1.299,16
DEMAIS PRAÇAS			
Soldado - 1ª Classe	706,1	953,24	1.143,88
Soldado - 2ª Classe	501,62	677,19	812,62

”(NR)



ANEXO CCCXXIV  
(Tabela III do anexo IV da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#))



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251552890100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



"ANEXO IV  
TABELAS DE OUTROS DIREITOS PECUNIÁRIOS

TABELA III - COMPENSAÇÃO DOS DESGASTES ORGÂNICOS E DOS DANOS PSICOSSOMÁTICOS ACUMULADOS

POSTO OU GRADUAÇÃO	VALOR (R\$)	FUNDAMENTO LEGAL
Coronel	3.600,00	Arts. 2º e 3º XIV, desta Lei.
Tenente-Coronel	3.473,61	
Major	3.256,66	
Capitão	2.613,52	
Primeiro-Tenente	2.284,63	
Segundo-Tenente	2.153,71	
Aspirante	1.813,48	
Cadete (3º ano)	1.027,86	
Cadete (demais anos)	850,59	
Subtenente	1.942,54	
Primeiro-Sargento	1.763,50	
Segundo-Sargento	1.516,07	
Terceiro-Sargento	1.398,52	
Cabo	1.157,83	
Soldado	1.095,58	
Soldado 2ª Classe	850,59	

" (NR)

ANEXO CCCXXV  
(Tabela I do Anexo III da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#))

"ANEXO III  
TABELAS DE GRATIFICAÇÕES  
TABELA I - GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

SITUAÇÃO	VALOR DE INCIDÊNCIA	FUNDAMENTO	
A	Militares na ativa e na inatividade	13,70% do soldo de Coronel	Arts. 1º e 3º desta Lei.
B	Representação Especial no Exterior	Conforme Legislação Federal	Arts. 1º e 3º desta Lei.

" (NR)

JUSTIFICAÇÃO

\* 0 2 5 1 5 5 2 8 9 0 1 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251552890100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



A presente emenda, proposição sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), como forma de colaboração legislativa, tem por objetivo alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, com vistas a adequar a redação de dispositivos da Lei nº 10.486, de 2002, e da Lei nº 11.134, de 2005. As alterações referem-se à remuneração e aos proventos dos militares do Distrito Federal, aplicando-se também aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, bem como aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, conforme o disposto no art. 65 da Lei nº 10.486, de 2002.

A proposta visa ajustar os valores do soldo, revogar os valores constantes da Tabela relativa ao Adicional de Operações Militares e incorporá-la na Tabela de Adicional de Representação prevista na Lei nº 10.486, de 2002. Além disso, busca-se com essa emenda, o ajuste dos valores constantes na Tabela de Vantagem Pecuniária Especial (VPE), contida na Lei nº 11.134, de 2005.

Ademais, propõe-se também a substituição da redação referente ao Auxílio-Moradia na Lei nº 10.486, de 2002, pela parcela indenizatória destinada à compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados, parcela indenizatória decorrentes do desempenho das atividades de policiamento ostensivo, de prevenção e combate a incêndio, de salvamento, de atendimento pré-hospitalar ou de segurança pública, concedida aos militares do Distrito Federal. O ajuste na redação é necessário em virtude dos contornos jurídicos e legislativos no âmbito dos poderes executivo, judiciário e legislativo.

Por consequência, o impacto orçamentário para suportar essa medida é no valor de R\$ 1.119.776.812,21 no exercício de 2025 e R\$ 990.712.804,33 no exercício de 2026, conforme tabelas abaixo:

IMPACTO EM FOLHA DE PAGAMENTO PMDF/CBMDf - A PARTIR DE MAIO 2025		
Polícia Militar do Distrito Federal	2025	R\$749.172.242,57
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	2025	R\$370.604.569,64
Impacto orçamentário total (PMDF/CBMDf) - período de 1º de maio a 31/12/2025		R\$1.119.776.812,21
Repasse da pensão Militar para o Fundo Constitucional		R\$117.576.565,28
Repasse do IRRF para o Governo do Distrito Federal		R\$286.306.274,85
Impacto Financeiro em 2025		R\$715.893.972,07
Impacto orçamentário efetivo com retorno da pensão ao FCDF		R\$1.002.200.246,92

\*CD251552890100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251552890100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



IMPACTO EM FOLHA DE PAGAMENTO PMDF/CBMDf - A PARTIR DE MAIO 2026		
Polícia Militar do Distrito Federal	2026	R\$721.825.310,42
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	2026	R\$268.887.493,91
Impacto orçamentário total (PMDf/CBMDf) - período de 1º de maio a 31/12/2026		R\$990.712.804,33
Repasse da pensão Militar para o Fundo Constitucional		R\$104.024.844,45
Repasse do IRRF para o Governo do Distrito Federal		R\$243.839.188,96
Impacto Financeiro em 2026		R\$642.848.770,91
Impacto orçamentário efetivo com retorno da pensão ao FCDF		R\$886.687.959,87

Diante do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, solicitando seu acatamento.

**JULIO CESAR RIBEIRO**  
Deputado (REPUBLICANOS/DF)

\*CD251552890100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251552890100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



**MPV 1286  
00235**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Inclua-se onde couber:

“A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 56.

.....

§

4o .....

.....

IV - para fazer jus ao nível IV da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 720 (setecentas e vinte) horas, ou comprovar o grau de Mestre.

V - para fazer jus ao nível V da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 1080 (mil e oitenta) horas, ou comprovar o título de Doutor.

.....

(NR)”

Art. 59 A Lei no 11.344, de 8 de setembro de 2006, passa a vigorar acrescida dos Anexos VIII-A e VIII-B, nos termos, respectivamente, dos Anexos CCXXXVII e CCXXXVIII a esta Medida Provisória.

ExEdit  
\* 0 2 5 6 3 7 6 7 1 8 7 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256376718700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



**ANEXO CCXXXVIII**

(Anexo XX à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

“VALOR DA GRATIFICAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO – GQ

**JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão dos níveis de GQ na lei passa a reconhecer os servidores que exercem suas funções com alto desempenho e dispõe de relevante formação acadêmica para exercício dos cargos e serem reconhecidos pelo trabalho científico, técnico, tecnológico e de inovação em produtos e processos nos respectivos órgãos e entidades.

Tais requisitos, técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais, são necessários ao desempenho das atividades de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infraestrutura dos órgãos e entidades, que estão alinhados com o objetivo principal do Plano de Carreiras da área de C&TI do país.

Importa destacar que a GQ já é prevista na lei da carreira de Ciência e Tecnologia, no entanto, não prevê a regulamentação dos critérios para as equivalências ao nível de mestrado e doutorado para os servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia e a inclusão dos níveis IV e V de GQ faz o devido ajuste nos planos e aos servidores que se dedicam diuturnamente nas entregas de C&TI ao país.

Contar com a GQ implementada em janeiro de 2025 é justa medida que não apenas resgata uma dívida histórica para com o reconhecimento de nossos servidores e servidoras, mas acena, hoje, ao sacrifício feito pela comunidade da Carreira e Cargos de Ciência e Tecnologia no país.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256376718700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



\*CD256376718700\*  
ExEdit



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256376718700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar





ANEXO CCXXXVIII

(Anexo XX à Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

“VALOR DA GRATIFICAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO – GQ

.....

c) Valor da GQ para os cargos de Técnico e Assistente em Ciência e Tecnologia, a partir de 1º de janeiro de 2025:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GQ				
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025				
		I	II	III	IV	V
ESPECIAL	III	1.403,19	2.202,01	4.389,03	5.230,36	9.312,62
	II	1.354,53	2.126,02	3.998,76	5.022,36	8.942,29
	I	1.307,75	2.052,40	3.643,51	4.822,64	8.586,69
C	VI	1.252,21	1.965,06	3.260,99	4.630,86	8.245,23
	V	1.222,78	1.919,26	3.163,76	4.446,71	7.917,34
	IV	1.194,24	1.874,43	3.069,39	4.235,37	7.541,05
	III	1.166,59	1.830,71	2.978,19	4.133,49	7.359,66
	II	1.139,45	1.788,09	2.889,34	4.034,07	7.182,64
	I	1.112,60	1.746,24	2.803,02	3.937,04	7.009,88
B	VI	1.065,27	1.671,64	2.647,96	3.842,34	6.841,27
	V	1.040,46	1.632,53	2.568,88	3.659,72	6.516,12
	IV	1.015,69	1.594,28	2.491,94	3.571,70	6.359,39
	III	992,16	1.556,87	2.417,60	3.485,78	6.206,42
	II	968,85	1.520,45	2.345,15	3.401,94	6.057,13
	I	945,74	1.484,51	2.274,67	3.320,11	5.911,44
A	V	917,2	1.439,58	2.225,52	3.224,52	5.741,23
	IV	903,11	1.417,54	2.201,34	3.177,75	5.657,97
	III	889,4	1.395,95	2.177,34	3.131,67	5.575,92
	II	875,86	1.374,64	2.153,65	3.086,25	5.495,05
	I	862,51	1.353,60	2.130,27	3.041,50	5.415,37

\* 0 2 5 6 3 7 6 7 1 8 7 0 0 \*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256376718700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



d) Valor da GQ para os cargos de Técnico e Assistente em Ciência e Tecnologia, a partir de 1º de abril de 2026:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VALOR DA GQ				
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026				
		I	II	III	IV	V
ESPECIAL	III	1.470,00	2.252,60	4.488,00	5.467,17	9.734,27
	II	1.419,22	2.174,79	4.062,99	5.232,39	9.316,24
	I	1.370,20	2.099,67	3.678,23	5.007,69	8.916,17
C	VI	1.310,56	2.008,28	3.264,31	4.792,64	8.533,28
	V	1.281,72	1.964,08	3.168,99	4.586,83	8.166,82
	IV	1.253,52	1.920,87	3.076,45	4.351,48	7.747,79
	III	1.225,93	1.878,60	2.986,62	4.238,38	7.546,41
	II	1.198,96	1.837,26	2.899,41	4.128,22	7.350,26
	I	1.172,57	1.796,83	2.814,74	4.020,92	7.159,22
B	VI	1.121,54	1.718,62	2.652,76	3.916,40	6.973,13
	V	1.096,86	1.680,80	2.575,29	3.715,46	6.615,35
	IV	1.072,72	1.643,82	2.500,09	3.618,89	6.443,41
	III	1.049,12	1.607,65	2.427,09	3.524,82	6.275,92
	II	1.026,03	1.572,27	2.356,22	3.433,20	6.112,80
	I	1.003,45	1.537,67	2.287,41	3.343,97	5.953,91
A	V	974,01	1.492,56	2.242,34	3.239,94	5.768,70
	IV	959,62	1.470,50	2.220,14	3.189,15	5.678,26
	III	945,44	1.448,77	2.198,16	3.139,15	5.589,24
	II	931,47	1.427,36	2.176,40	3.089,94	5.501,61
	I	917,7	1.406,27	2.154,85	3.041,50	5.415,37

” (NR)

\* CD 256376718700 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256376718700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



**MPV 1286**  
**00236**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, na forma proposta pelo art. 137 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 1º** Fica estruturado, nos termos desta lei, o Plano de Carreiras dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, integrantes da área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico.

**§ 1º** Os órgãos e entidades de que trata o caput são os seguintes:

I.....

.....

**XL** – Ministério da Saúde.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 1º da referida lei, qualifica os órgãos específicos singulares que podem receber quadros da carreira de C&T, restringindo a atuação (lotação e exercício), dos mesmos servidores, nas demais secretarias e unidades administrativas do Ministério da Saúde.

Tal restrição causa transtornos à execução plena das competências dos Servidores, uma vez que a carreira conta com técnicos altamente



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251685730000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar

ExEdit  
\*CD251685730000\*



especializados, com Doutorado, Mestrado, Especializações diversas, de grande valor agregado para o desenvolvimento da ciência, da Gestão e da Inovação e das pesquisas no país. Atributos deste porte são fundamentais para o desempenho do trabalho da saúde, área com atuação transversal e tripartite.

Desde o ano de 2013 (com as diversas reformas da estrutura regimental do Ministério da Saúde), a desatualização dos órgãos específicos singulares do Ministério da Saúde presentes na lei, ocasiona graves prejuízos e insegurança jurídica para os servidores ocupantes da carreira de Ciência e Tecnologia lotados e em exercício no Ministério da Saúde, pois a limitação das unidades de lotação estabelecidas na Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, impede-os de devido enquadramento na carreira para fins de promoção e progressão.

Desta maneira, o texto proposto da emenda ora apresentada objetiva inserir o Ministério da Saúde no art. 1º da Lei nº 8.691/1993, para abarcar estes servidores da carreira dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, integrantes da área de Ciência e Tecnologia.

No mesmo sentido, trata-se de ampliar a capacidade institucional e técnica do órgão, explorando a potencialidade dos servidores em todos os setores do órgão, assim concedendo tratamento equânime aos servidores da carreira de Ciência e Tecnologia lotados ou em exercício no Ministério da Saúde, ao mesmo tempo objetiva fortalecer a instituição com a possibilidade de ampliar a lotação dos servidores em áreas estratégicas do órgão.

A iniciativa de alteração na legislação não gera custos orçamentários e financeiros para a União, tendo em vista que os cargos já são ocupados no Ministério da Saúde pelos atuais servidores públicos.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251685730000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



\*CD251685730000\*  
ExEdit



Por essas razões, solicito aos Nobres Pares o necessário apoio para a aprovação desta Emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Chico Alencar**  
**(PSOL - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251685730000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



\*CD251685730000\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00237**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, onde couber, a seguinte emenda:

Alteram-se os artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 28. A partir da data de entrada em vigor desta Lei os cargos de **Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI**, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de **Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação**, no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)*

*“§ 1º Os **cargos** a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no **Anexo X** desta Lei.” (NR)*

*“§ 2º Os atuais ocupantes **dos cargos a que se refere o caput** serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de*

ExEdit  
\*CD251973112900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973112900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo XI desta Lei.” (NR)

“§ 3º O cargo de Analista Técnico Administrativo da área de TI, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.” (NR)

.....

“Art. 30. São atribuições dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação**, além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.” (NR)

“ Art. 31. A investidura **nos cargos** de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)

“§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30 desta Lei.” (NR)

“Art. 32. Os ocupantes dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no **Anexo XII** desta Lei.” (NR)

“ Art. 33. Não serão devidas aos titulares **dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)

.....



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973112900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



\*CD251973112900\*  
xEdit



“Parágrafo único. Ficam o **s cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação** automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)

.....

**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40 desta LEI, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei. (NR)**

.....

ANEXO X

ESTRUTURA **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

.....

ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO **DOS CARGOS**  
DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

.....

ANEXO XII

SUBSÍDIO **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

.....



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973112900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



\* CD 251973112900 \*  
ExEdit



## JUSTIFICAÇÃO

No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

Frisa-se que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973112900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo*

ExEdit  
\*CD251973112900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973112900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



peçoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento** ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e peçoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”

Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

” **atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação** relativos ao funcionamento da administração pública federal, **bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação** e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar** , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”

Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de

exEdit  
\*CD251973112900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973112900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973112900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



\*CD251973112900\*  
ExEdit



diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas. Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Chico Alencar**  
(PSOL - RJ)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973112900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



ANEXO X

ESTRUTURA **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

.....

exEdit  
\*CD251973112900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973112900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar



ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS

DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata do art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		B	VI		
	V		V		
	IV		IV		
	III		III		
	II		II		
	I		I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
I		I			

.....

ANEXO XII

SUBSÍDIO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

.....

ExEdit  
\*CD251973112900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251973112900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico Alencar





**MPV 1286  
00238**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

**Art. 1º.** Dê-se nova redação ao art. 67-A, ao *caput* e aos §§ 2º e 3º do art. 87-A e ao inciso X do *caput* do art. 154, todos da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, como propostos pelo art. 61 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 67-A.** A partir de 1º de janeiro de 2025, fica estruturado, no âmbito do Plano de Carreiras e Cargos da CVM a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, composta pelo cargo de nível superior de Auditor Federal do Mercado de Capitais, com atribuições relacionadas às atividades de supervisão, regulação, inspeção, fiscalização e controle do mercado de capitais, à implementação de políticas, à realização de estudos e pesquisas e às atividades de natureza técnica, administrativa, de gestão e especializadas relativas às competências da CVM.” (NR)

**“Art. 87-A.** Os ocupantes dos cargos de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, respectivamente das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, com investidura decorrente de aprovação em concurso público, ficam enquadrados no cargo de Auditor Federal do Mercado de Capitais da Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, de que trata o art. 67-A.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254255873600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo





.....

§ 2º Os cargos efetivos de nível superior de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, respectivamente das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM que não foram enquadrados no cargo de

Auditor Federal do Mercado de Capitais da Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários de que trata o art. 67-A comporão quadro suplementar em extinção.

§ 3º Os cargos de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, respectivamente das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, vagos e que vierem a vagar ficam transformados em cargos de Auditor Federal do Mercado de Capitais.

.....” (N)

“Art. 154.

.....

.....

X – Auditor Federal do Mercado de Capitais, da Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários;

.....” (NR)

Art. 2º. Dê-se nova redação ao *caput* do inciso X-A do *caput* do art. 154 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, como proposto pelo art. 206 da Medida Provisória, nos termos a seguir:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254255873600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



“Art.

154.....

.....

**X-A** – Auditor Federal do Mercado de Capitais, da Carreira de Fiscalização da CVM;

.....” (NR)

**Art. 3º.** Modifique-se a nomenclatura do cargo de “Inspetor Federal do Mercado de Capitais” para “Auditor Federal do Mercado de Capitais” constante nos anexos XCV, XCVI e XCIX propostos pelo art. 62 desta Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

### JUSTIFICAÇÃO

Por que a expressão “Auditor” é mais precisa e correta que a expressão “Inspetor”?

Idealmente, o nome do cargo principal da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deve ser “Auditor” em vez de “Inspetor” porque o termo reflete com mais precisão a natureza técnica e analítica das atividades desempenhadas por esses profissionais. A função primordial da CVM é fiscalizar e regular o mercado de capitais, garantindo transparência e integridade nas operações financeiras. O termo “Auditor” está diretamente associado à análise criteriosa de demonstrações financeiras, ao cumprimento de normas contábeis e à avaliação de riscos, o que condiz com a responsabilidade desses profissionais de assegurar

\*CD254255873600\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254255873600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



que empresas, corretoras e investidores sigam as regras estabelecidas pelo órgão regulador.

Além disso, o título de “Auditor” reforça a credibilidade e a especialização dos servidores da CVM perante o mercado e a sociedade. A auditoria é uma atividade reconhecida internacionalmente como fundamental para a governança corporativa e a proteção dos investidores, sendo exercida por profissionais altamente qualificados e com conhecimentos técnicos avançados. O uso desse termo também facilita o alinhamento da CVM com padrões internacionais, já que em diversos países os órgãos reguladores utilizam nomenclaturas semelhantes para designar profissionais responsáveis por investigações e revisões financeiras, como “*securities auditors*” e “*financial auditors*”.

Por outro lado, o termo “Inspetor” pode sugerir um caráter mais operacional e menos analítico, associado a fiscalizações pontuais e atividades de campo, em vez de uma avaliação aprofundada e técnica das demonstrações financeiras e práticas de mercado. A mudança de nomenclatura para “Auditor” contribuirá para uma melhor compreensão das atribuições do cargo, valorizando a carreira e reforçando sua identidade institucional. Dessa forma, a adoção do termo “Auditor” refletirá com mais precisão o papel desempenhado pelos profissionais da CVM, garantindo maior reconhecimento e alinhamento com as melhores práticas internacionais.

Para garantir a plenitude de todas as atividades da CVM, portanto, se faz necessária a alteração da nomenclatura para **Auditor Federal do Mercado de Capitais**.

Diante do exposto, solicito aos nobres parlamentares o apoio desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254255873600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



**MPV 1286**  
**00239**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 10-B da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, como proposto pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 10-B. ....**

**§ 3º** Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado ou com ambiente organizacional, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta de emenda visa aprimorar a redação do dispositivo, garantindo maior clareza e alinhamento conceitual com a Lei da Carreira PCCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação).

O conceito de "ambiente organizacional", conforme definido na Lei da PCCTAE, refere-se à área específica de atuação do servidor, composta por atividades afins ou complementares, organizadas a partir das necessidades institucionais. Esse conceito foi adotado pelo Legislador com o objetivo de ampliar as oportunidades de desenvolvimento dos servidores, considerando a diversidade de funções e demandas presentes nas Instituições Federais de Ensino (IFEs).

\*CD255901770700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255901770700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



A alteração proposta busca assegurar que a aceleração da progressão por capacitação esteja alinhada não apenas ao cargo ocupado, mas também ao ambiente organizacional em que o servidor atua. Dessa forma, promove-se uma política de desenvolvimento de pessoal mais coerente com as necessidades institucionais e com a realidade multifacetada das IFEs.

Cabe destacar que a mudança é de natureza conceitual e não acarreta impactos orçamentários, mantendo-se os requisitos já estabelecidos.

Portanto, a emenda visa fortalecer a política de capacitação e desenvolvimento dos servidores, garantindo maior clareza normativa e alinhamento com os princípios que orientam a carreira PCCTAE.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
(PSOL - SP)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255901770700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



\*CD255901770700\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00240**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, onde couber, a seguinte emenda:

Alteram-se os artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 28. A partir da data de entrada em vigor desta Lei os cargos de **Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação** , no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)*

*“§ 1º Os cargos a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no **Anexo X** desta Lei.” (NR)*

*“§ 2º Os atuais ocupantes **dos cargos a que se refere o caput** serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no **Anexo XI** desta Lei.” (NR)*



**“§ 3º O cargo de Analista Técnico Administrativo da área de TI, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.” (NR)**

.....

**“Art. 30. São atribuições dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação , além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.” (NR)**

**“ Art. 31. A investidura nos cargos de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)**

**“§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30 desta Lei.” (NR)**

**“Art. 32. Os ocupantes dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XII desta Lei.” (NR)**

**“ Art. 33. Não serão devidas aos titulares dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)**

.....

**“Parágrafo único. Ficam os cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)**

.....



**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40 desta LEI, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei. (NR)**

.....

ANEXO X

ESTRUTURA      DOS CARGOS      DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I





.....

ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		



pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970						

.....



## ANEXO XII

SUBSÍDIO **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

.....

## JUSTIFICAÇÃO

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

3. Frisa-se que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório,



configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

4. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

5. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

" **atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento**



*de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização* com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento** ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”

Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação* relativos ao funcionamento da administração pública federal, **bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação** e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar** , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”

6. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e



promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*



7. Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas. Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



MPV 1286  
00241

MPV 1286



CONGRESSO NACIONAL

DEPUTADO FEDERAL RICARDO MAIA

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao art. 112; e acrescente-se art. 112-A à Medida Provisória, nos termos a seguir:

Art. 112 Os Anexos I, III, IV, V, VII e VIII à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXI, CLXXXII, CLXXXIII, CLXXXIV, CLXXXV e CLXXXVI a esta Medida Provisória, observadas as alterações previstas no Art. 112-A.

Art. 112-A A Tabela I, do item b, do Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar na forma da tabela f-A do Anexo CLXXXIV à Medida Provisória nº 1286, de 2024.

ANEXO CLXXXIV

(Anexo V à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

Altera a Tabela f do ANEXO CLXXXIV da Medida Provisória nº 1286, de 2024.

f-A) Vencimento básico dos cargos de nível superior de Arquiteto, de Economista, de Engenheiro, de Engenheiro Agrônomo, de Engenheiro de Operações, de Estatístico e de Geólogo, a partir de 1º de janeiro de 2025:			
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	11.172,80	11.789,10
	IV	10.641,10	11.229,05
	II	10.138,44	10.699,72
	II	9.841,18	10.385,86
	I	9.372,74	9.892,85
C	V	8.813,28	9.303,43
	IV	8.479,49	8.951,49
	II	8.154,36	8.608,87
	II	7.839,57	8.277,24
	I	7.704,82	8.135,28
B	V	7.223,18	7.627,54
	IV	6.938,08	7.327,67



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255396456500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Maia





A	II	6.661,05	7.035,46
	II	6.392,83	6.752,62
	I	6.133,15	6.478,87
	V	5.872,76	6.204,63
	IV	5.630,28	5.949,35
	II	5.395,49	5.701,27
	II	5.165,16	5.459,14
	I	4.944,06	5.225,72

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo corrigir uma distorção inaceitável criada pela Medida Provisória nº 1.286/2024, que estabelece um tratamento discriminatório entre os Analistas de Infraestrutura de Transportes e os Engenheiros do Plano Especial de Cargos (PEC) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Tal diferenciação contraria princípios constitucionais e administrativos, além de comprometer a eficácia e a equidade no serviço público.

Os profissionais de ambas as carreiras exercem funções estratégicas no planejamento, execução e manutenção da infraestrutura rodoviária, aquaviária e ferroviária do Brasil. Sua atuação é essencial para garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a segurança viária e a execução eficiente de projetos de infraestrutura de transportes. No entanto, a MPV 1.286/2024 rompe uma histórica paridade remuneratória entre essas carreiras, estabelecendo uma diferenciação injustificada e prejudicial ao funcionamento do órgão.

Os servidores do PEC e os Analistas de Infraestrutura exercem as mesmas atribuições, atuam nos mesmos projetos, compartilham o mesmo ambiente de trabalho e possuem exigências técnicas idênticas para a execução de suas funções. Essa paridade funcional é expressamente reconhecida pela Direção Geral do DNIT, conforme consta no OFÍCIO Nº 195205/2024/DG-SEAA/GAB - DG/DNIT SEDE (SEI nº 19163315):

“embora os analistas da carreira atual deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e os servidores do PEC/DNIT de nível superior **desempenhem funções tecnicamente idênticas**, os servidores de nível superior oriundos do PEC não foram incluídos no regime de subsídio, o que criou uma diferenciação em termos de remuneração e tratamento.

[....] Em vista dessa realidade, percebe-se, então, que **a principal correção necessária** do Termo de Acordo nº

\* C D 2 5 3 9 6 4 5 6 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255396456500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Maia



26/2024 consiste em assegurar que os servidores do nível superior do PEC/DNIT, especialmente aqueles que ingressaram nesta Autarquia por meio de concurso público no ano de 1994, passem a receber por subsídio, de forma a equipará-los aos analistas da carreira do DNIT”

O mesmo entendimento foi reforçado pelo Ministério dos Transportes no OFÍCIO Nº 915/2024/SE (SEI nº 8931428), endereçado ao MGI:

“[...] tanto os Engenheiros do PEC quanto os Analistas de Infraestrutura realizam atividades essenciais, como a fiscalização de contratos, a elaboração de projetos e o controle de obras. Em muitos casos, um mesmo contrato é acompanhado por profissionais de ambos os cargos, o que reforça a necessidade de que tenham remuneração e tratamento equivalentes. A quebra dessa paridade, conforme proposto no acordo, criará um desequilíbrio sem justificativa, já que as atribuições permanecem iguais e são fundamentais para o funcionamento eficiente do DNIT”.

Ademais, os Engenheiros do PEC são servidores oriundos do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e desempenharam todas as funções operacionais do DNIT desde a sua criação, em junho de 2001, até a entrada dos primeiros Analistas de Infraestrutura, em setembro de 2006. Durante esse período, esses profissionais garantiram a continuidade das atividades do órgão, o que fortalece ainda mais o argumento de que não há justificativa para a diferença de tratamento imposta pela MPV 1.286/2024.

Sob a perspectiva jurídica, a diferença de regime remuneratório fere princípios fundamentais da Administração Pública, notadamente:

- **Princípio da Isonomia (art. 5º, caput, da Constituição Federal):** Servidores que desempenham funções idênticas devem receber tratamento igualitário, sob pena de violação ao princípio da igualdade.
- **Princípio da Eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal):** A desmotivação dos engenheiros do PEC, diante da diferenciação salarial injustificada, pode comprometer a execução dos projetos de infraestrutura.
- **Jurisprudência do STF (ADIs 4.616 e 4.151):** O Supremo Tribunal Federal tem consolidado entendimento de que a reestruturação de carreiras deve respeitar a equivalência de atribuições e requisitos de ingresso, sob pena de violação ao princípio da razoabilidade.

Portanto, diante da clara equivalência de atribuições, da histórica paridade salarial, dos impactos organizacionais negativos e da segurança jurídica favorável, a alteração na tabela proposta abrange

\* C D 2 5 5 3 9 6 4 5 6 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255396456500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Maia



os 84 (oitenta e quatro) profissionais de nível superior do PEC do DNIT, que inclui os 70 (setenta) Engenheiros do PEC, mantendo e preservando a paridade remuneratória, sem necessidade de receber por subsídio, que sempre existiu é medida necessária para garantir a isonomia, a equidade e a eficácia da Administração Pública. Essa proposição visa evitar a descontinuidade da Lei nº 11.171/2005 e preserva a coerência no tratamento das carreiras essenciais à infraestrutura nacional.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Deputado RICARDO MAIA  
DEPUTADA (A) FEDERAL



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255396456500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Maia



**MPV 1286  
00242**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A remuneração dos servidores militares dos ex-Territórios e do antigo Distrito Federal será equiparada à dos militares do Distrito Federal. Parágrafo único. Para fins de que trata o *caput*, os reajustes, atualizações e reestruturações salariais ocorrerão em igualdade de condições aos militares do Distrito Federal.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A questão da transposição dos servidores dos ex-Territórios federais se arrasta desde 1988, quando, pela Constituição Federal, Amapá e Roraima se tornaram Estados. O Território de Rondônia já havia se tornado Estado em 1981. Parte dos servidores civis e militares dos ex-Territórios foi incorporada aos respectivos Estados e Municípios, mas diversos ex-servidores e prestadores de determinadas categorias profissionais reivindicam, desde então, o enquadramento no corpo de servidores da União. Ainda, persistem diversos questionamentos junto ao Poder Judiciário quanto à aplicabilidade de diversos dispositivos em relação a certas categorias.

Há insegurança jurídica, em razão da ausência de cargos e funções iguais ou assemelhadas das atribuições dos servidores militares dos ex-Territórios e do Antigo Distrito Federal, com os demais servidores civis do serviço público federal.

Desta forma, a presente emenda almeja equacionar a situação desta categoria, estabelecendo que a remuneração dos servidores militares dos ex



Territórios e do antigo Distrito Federal, seja equiparada aos militares do Distrito Federal.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1286  
00243****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.286, de 2024:

Art. O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar da seguinte redação:

Art. 2º.....

.....

XIV - a pessoa que ocupava apenas funções de confiança ou cargos em comissão, admitida pelos Estados do Amapá e de Roraima, entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, e exerceu função policial nesse período, serão enquadradas na carreira Policial Civil, na forma do art.6º da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, e do art. 6º da Emenda Constitucional nº 98, de 2017.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, estabeleceu que os servidores admitidos regularmente que comprovadamente se encontravam no exercício de funções policiais nas Secretarias de Segurança Pública dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia na data em que foram transformados em Estados serão enquadrados no quadro da Polícia Civil dos ex-Territórios.



A Lei nº 8112/90, estabelece que servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público (art. 2º), que poderá ser nomeado para cargo efetivo ou em comissão.

Portanto, considerando que os arts. 6º das ECs 79 e 98 não impuseram vedação em relação ao tipo de vínculo com a Administração Pública, se efetivo ou não, entende-se ser possível o enquadramento desses optantes na Carreira Policial Civil da União.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1286  
00244**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.286, de 2024:

Art. O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV e do § 7º:

“Art. 2º.....

.....

XIV – aquele que comprove ter ocupado apenas funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta e indireta, inclusive municipal, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima foram transformados em Estado ou entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993.

.....

§ 7º O enquadramento decorrente da opção prevista neste artigo para os servidores a que se refere o inciso XIV do *caput* deste artigo, ocorrerá no cargo em comissão ou função de confiança em que foram originariamente admitidos ou em cargo em comissão ou função de confiança equivalente, considerando o valor da remuneração do cargo em comissão ou função de confiança do ente com o qual ocorreu o vínculo original e o da União do mesmo período, assegurada a remuneração mínima não inferior ao Cargo Comissionado Executivo de nível 9, CCE-9, do Poder Executivo Federal, de que trata a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021.” (NR)





## JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal editou a Portaria SGP/SEDGG/ME nº 5815, de 1º de julho de 2022, que fixa a correlação de remuneração a ser aplicada àqueles que ocuparam apenas funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta, inclusive municipal, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima foram transformados em Estado ou entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, e que ocuparão cargos em comissão de assessoramento integrantes do quadro em extinção da Administração Pública federal, de que trata o §3º do art. 8º do Decreto nº 9.324, de 2 de abril de 2018.

Essa norma estabelece que para equiparação dos cargos originalmente ocupados pelos servidores com os cargos em comissão da União é considerada a ordem hierárquica decrescente dentro da estrutura de cargos em comissão ou funções de confiança do ente com o qual ocorreu o vínculo original. E, também, estabelece que cabe ao optante a apresentação da documentação de que deverá conter, no mínimo: i. a denominação da função de confiança ou do cargo em comissão ocupado; ii. o respectivo nível hierárquico; iii. a legislação de criação da função de confiança ou do cargo em comissão. Assegurou a remuneração mínima no valor da CCE-5, de que trata a Lei nº 14.204, de 2021.

Contudo, essa norma se demonstra injusta, uma vez que não existe a legislação de criação das funções de confiança ou dos cargos em comissão dos Estados de Roraima e Amapá e de seus Municípios. Por consequência, causa prejuízos remuneratórios significativos aos servidores transpostos.

Assim, como medida de justiça, propõe-se que o enquadramento dos servidores ocorrerá no cargo em comissão ou função de confiança em que foram originariamente admitidos ou em cargo em comissão ou função de confiança equivalente, considerando o valor da remuneração do cargo em comissão ou função de confiança do ente com o qual ocorreu o vínculo original e o da União do mesmo período, assegurada a remuneração mínima não inferior ao CCE-9, do Poder Executivo Federal, de que trata a Lei nº 14.204, de 2021.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1286  
00245**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.286, de 2024:

Art. O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

.....

VI – aquele que comprove ter mantido, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia foram transformados em Estado ou entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, no caso do Amapá e de Roraima, e 15 de março de 1987, no caso de Rondônia, relação ou vínculo funcional, de caráter efetivo ou não, ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho, com empresa pública ou sociedade de economia mista que haja sido constituída pelos ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, pelos Estados que os sucederam e seus Municípios, ou pela União para atuar no âmbito do ex-Território Federal, inclusive as extintas, observados os §§ 1º e 2º do art. 12 desta Lei e demais requisitos estabelecidos nas Emendas Constitucionais nos 60, de 11 de novembro de 2009, 79, de 27 de maio de 2014, e 98, de 6 de dezembro 2017;” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Ajuste de redação do inciso VI do art. 2º da Lei nº 13.681, de 2018, com o objetivo de contemplar os empregados que laboraram em empresas públicas dos



Estados e seus Municípios e concretizar justiça, considerando que os trabalhadores da Administração Pública direta, autárquica e funcional que trabalharam nesse período possuem o direito à transposição.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1286  
00246**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.286, de 2024:

Art. Os artigos 2º e 8º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

.....

§ 2º O enquadramento decorrente da opção prevista neste artigo, para os servidores, para os policiais, civis ou militares, e para as pessoas a que se referem os incisos III, IV e V do *caput* deste artigo, que tenham revestido essa condição, entre a transformação dos ex-Territórios Federais em Estados e outubro de 1993, ocorrerá no cargo em que foram originariamente admitidos ou em cargo equivalente, sendo vedada a exigência da escolaridade do optante, exceto se exigida habilitação profissional específica.” (NR)

“Art. 8º.....

.....

§ 3º Os enquadramentos dar-se-ão com base nas atividades executadas pelos servidores e em cargos de atribuições equivalentes ou assemelhadas, integrantes de planos de cargos e carreiras da União, independentemente do nível de escolaridade dos servidores.” (NR)



## JUSTIFICAÇÃO

Como requisito para a transposição para União dos servidores públicos dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima, dos Estados que os sucederam e de seus Municípios, exigiu-se a escolaridade do cargo ocupado à época, com base no art. 9º da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 384, de 11 de janeiro de 2021.

Essa exigência é verificada no momento do ingresso e, com isso, o optante tem seu processo indeferido com fundamento no ingresso irregular no cargo público, caso não possua a escolaridade do cargo no momento da admissão.

Acontece que as Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, e a Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, não prevêem critérios de escolaridade, e não há qualquer vedação de transposição, nas normas transitórias aplicáveis, sem a observância do requisito de escolaridade.

O Tribunal de Contas da União, nos autos do Processo TC 037.403/2021-4, por meio do Voto, do eminente Ministro Jorge Oliveira, acompanhados pelos demais ministros do TCU, que culminou no Acórdão nº 1.373/2022-Plenário, manifestou-se no sentido de que, tendo o STF, dada a situação excepcional e transitória, que foi a transformação dos ex-Territórios em Estados, considerado constitucionais as normas que afastaram o preceito constitucional do concurso público, que constitui uns dos dogmas mais caros ao nosso regime democrático, entendeu plenamente justificada a não previsão da exigência de escolaridade para o enquadramento de determinados cargos públicos, notadamente quando o próprio poder constituinte e suas normas disciplinadoras não o exigiram, em face desse mesmo contexto.

Diante do exposto, por considerar que não é ilegal ou ilegítima a dispensa de escolaridade mínima, inclusive no que tange a parte já disposta por decreto, para concretizar a justiça, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1286  
00247**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.286, de 2024:

Art. O art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 2º.....

.....

XIV - os técnicos em educação dos ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, devendo ser enquadrados na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Nossa nação possui uma grande dívida com os profissionais da educação, particularmente no que se refere à sua valorização. Como forma de reverter este quadro, devem ser aplicadas políticas públicas de valorização desta categoria tão importante para a formação do cidadão. É preciso assegurar a estes profissionais salários justos, carreira e desenvolvimento profissional, além de boas condições de trabalho.

Diante do exposto, promovemos ajuste no art. 2º da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, que disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais nº 60/2009, nº 79/2014 e nº 98/2017. Este dispositivo legal estabelece quem pode optar pela inclusão nos quadros em extinção, e, nada mais justo incluir os técnicos em educação que serviram nos ex-Territórios.





Além disto, como a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, entendemos que a melhor solução é enquadrar os técnicos em educação dos ex-Territórios nesta categoria de servidores públicos federais.

Convictos do acerto da presente medida, submetemos à apreciação dos demais parlamentares, com a expectativa de contar com o necessário apoio para a sua aprovação.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1286  
00248****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.286, de 2024:

Art. O art. 35 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35.....

.....

I - aos aposentados, reformados, inclusive militares da reserva remunerada, e pensionistas, civis e militares, de que tratam o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vinculados aos respectivos regimes próprios de previdência dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, e de seus Municípios;” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Ajuste de redação no art. 35 da Lei nº 13.681, de 2018, para inclusão no rol de beneficiários os servidores aposentados e os pensionistas vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios dos Estados de Rondônia, do Amapá e de Roraima, uma vez que o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 98, de 2017, não restringiu o seu alcance apenas aos RPPS dos Estados citados.



Diante do exposto, e para concretizar a justiça, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1286  
00249**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.286, de 2024:

Art. O art. 29 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. Os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que se encontravam, nos termos do § 2º deste artigo, no desempenho de atribuições de planejamento ou de orçamento, ou no desempenho de atribuições de finanças ou de controle interno nos órgãos e entidades dos ex-Territórios Federais, dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia e de seus Municípios, observados os critérios de escolaridade exigidos em lei, serão enquadrados, respectivamente, nos cargos que compõem a carreira de Planejamento e Orçamento de que trata a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e a carreira de Finanças e Controle de que trata a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016.

.....

§ 2º Para fins de comprovação do desempenho das atribuições referidas no *caput* deste artigo, será observado o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e deverá ser apresentado pelo menos dois dos seguintes documentos:

I - ato de nomeação ou de designação do ocupante do cargo efetivo para cargo em comissão ou para a função de confiança da estrutura organizacional das unidades de planejamento e orçamento ou de controladoria, desde que para



executar atividades ou atribuições de planejamento e orçamento ou de controle interno, respectivamente;

II - históricos, fichas e registros funcionais que destaquem a evolução na carreira, intercorrências e situação do cargo;

III - ato administrativo, decisão administrativa ou atos materiais constantes em processo administrativo, assinados pelo servidor, cujo teor evidencie a atividade desempenhada;

IV - relatório, parecer, nota técnica ou expediente semelhante, assinado pelo servidor e constantes em processos administrativos ou documentos oficiais, cujo teor demonstre o exercício da atividade desempenhada;

V - ofício, memorando ou expedientes semelhantes, subscrito pelo servidor, cujo teor demonstre o exercício da atividade;

VI - certidão assinada pelo servidor, mesmo que de interesse de terceiro, cujo teor demonstre o exercício da atividade;

VII - declaração funcional emitida pela unidade de pessoal; ou

VIII - quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.”(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Ajuste de redação do art. 29 da Lei nº 13.681, de 2018, com o objetivo de contemplar os servidores que exerceram a função, além de planejamento, orçamento e controle, de finanças, no âmbito dos ex-Territórios, dos Estados de Rondônia, do Amapá e de Roraima e de seus Municípios e, com isso, concretizar justiça, considerando que as pessoas que trabalharam nesses entes possuem o direito à transposição.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1286  
00250**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

O *caput* do art. 214 da Medida Provisória nº 1.286, de 2024, fica acrescido do seguinte inciso XXXIX:

“Art. 214. ....

.....

XXXIX – o art. 12 da Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Propomos a revogação do art. 12 da Lei nº 13.464, de 2017, com o objetivo de estender o Bônus de Eficiência e Produtividade, atualmente concedido aos servidores da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, a todos os Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários da Receita Federal, independentemente do local de exercício de suas funções.

Atualmente, a legislação restringe o pagamento desse bônus a servidores cedidos a determinados órgãos e Poderes, incluindo o Poder Legislativo da União, o que gera desigualdade e desvalorização desses profissionais, especialmente os que atuam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Nossa proposta busca corrigir essa distorção, assegurando tratamento justo e equitativo a todos os integrantes da carreira, em consonância com o disposto no art. 7º da Lei nº 13.464, de 2017, que estabelece o direito ao bônus para Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários ativos, aposentados e pensionistas.

Importante destacar que essa medida não resulta em aumento de despesas públicas, pois os recursos destinados ao pagamento do bônus já estão



previstos em lei. Além disso, a proposta está alinhada com o propósito da Medida Provisória de fortalecer e valorizar as carreiras do serviço público federal.

Diante do exposto, reforçamos a relevância desta iniciativa e solicitamos o apoio dos nobres Pares para sua aprovação e incorporação ao ordenamento jurídico.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**





**MPV 1286  
00251**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

A Medida Provisória nº 1.286, de 2024, fica acrescida do seguinte art.  
213-A:

“Art. 213-A. A Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12. ....

.....

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos servidores em exercício nos órgãos com competência sobre Previdência e Previdência Complementar nos termos do parágrafo único do art. 19 da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, aos servidores nas situações mencionadas **nos incisos I e II** e nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do inciso V do *caput* do art. 4º da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e aos servidores em exercício nos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Fazenda.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 13.464/2017 instituiu o Bônus de Eficiência e Produtividade para Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários da Receita Federal, vinculado ao desempenho institucional. O art. 7º da lei estabelece que o bônus é devido a todos os ativos, aposentados e pensionistas, mas o art. 12 exclui seu pagamento a servidores cedidos a outros órgãos, incluindo o Poder Legislativo, enquanto mantém o benefício para aqueles em exercício em determinadas unidades do Ministério da Fazenda e da Presidência da República.



Essa restrição gera desigualdade entre os Poderes e desestimula servidores cedidos ao Legislativo. Para corrigir essa distorção, propomos uma nova redação que garanta o pagamento do bônus a Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários cedidos a cargos de Natureza Especial ou cargos comissionados de nível DAS-4 ou superior em qualquer órgão da União. A medida segue o modelo adotado pela Advocacia-Geral da União, que permite o pagamento de honorários a servidores cedidos.

Além de promover a isonomia na carreira da Receita Federal, a proposta não cria novas despesas, pois os recursos do bônus provêm do Fundaf, conforme o Decreto nº 11.545/2023.

A emenda está alinhada com os objetivos da Medida Provisória, que busca fortalecer e valorizar as carreiras do serviço público federal. Estamos confiantes de que essa correção será acolhida pelos nobres colegas, garantindo justiça e equidade na administração pública.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1286  
00252**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.286, de 2024:

Art. O “*caput*” do art. 2º da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A indenização de que trata o art. 1º será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, no valor de R\$ 173,42 (cento e setenta e três reais e quarenta e dois centavos).

.....”(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, instituiu a Indenização de Fronteira, devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, aos servidores da Carreira Policial Federal, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, da Carreira Tributária e Aduaneira, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, do Plano Especial de Cargos



do Ministério da Fazenda, da Carreira de Auditor-Fiscal Federal Agropecuário, e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Contudo, desde então, o valor dessa indenização se acha congelado em R\$ 91,00 por dia de trabalho nessas situações, e não foi reajustado em nenhum momento.

A presente emenda visa, assim, corrigir o valor devido, com base no IPCA acumulado desde então e até dezembro de 2024, no percentual de 90,57%, de forma a compensar, de forma mais próxima do adequado, às condições de trabalho nas localidades estratégicas de fronteira, definidas em regulamento. O valor proposto (R\$ 173,42) resulta, apenas, da correção inflacionária, portanto.

O PLOA 2025, em fase de apreciação pelo Congresso, estima os seguintes valores para o pagamento da Indenização de Fronteira, em cada órgão do Governo Federal:

ÓRGÃO	R\$
RECEITA FEDERAL	25.548.950
PF	43.501.622
PRF	44.924.430
MTE	1.701.768
MAPA	5.520.017
MGI	136.320
MPO	45.000.000
TOTAL	166.333.107

Caso aplicado o percentual sobre a dotação total prevista no PLOA para essa indenização, o impacto financeiro seria de R\$ 150.646.298,00, se aplicado a partir de janeiro de 2025. Contudo, o impacto mensal seria de apenas R\$ 12.553.858.

Como a LDO 2025 veda reajustes com efeitos retroativos, considerando que a lei resultante da MPV 1.286/2024 seja promulgada no início de junho de 2025, o impacto nos 7 meses seguintes seria de R\$ 87.877.007,29.



Trata-se de despesa indenizatória, e não de despesa com pessoal, e, portanto, não sujeita ao art. 169 da CF e ao disposto no art. 116 do PLDO, quanto à necessidade de previsão no Anexo V da LOA.

Aprovada a emenda, caberá ao Poder Executivo promover a suplementação orçamentária necessária, com recursos já previstos em reserva de contingência.

Não haverá, assim, qualquer aumento efetivo nas despesas autorizadas, ou alteração no teto de despesas do Poder Executivo, nem descumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, ou qualquer impacto nas metas de resultado primário.

Por ser questão que não pode mais ficar à espera de solução, visto que se arrasta há mais de dez anos esse congelamento, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares, valorizando a atuação dos servidores nas localidades de fronteira.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1286  
00253**



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.286, de 2024:

“CAPÍTULO...

DA CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Art. As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

**ANEXO CCCXXII**

**(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)**

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39



SEGUNDA	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

b) Vencimento básico para os cargos de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.337,57	21.116,63
	II	17.108,03	18.647,75	20.363,35
	I	16.772,58	18.282,11	19.964,07
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.234,27	18.819,83
	II	15.203,13	16.571,41	18.095,98
	I	14.056,15	15.321,20	16.730,75
SEGUNDA	III	13.515,52	14.731,92	16.087,25
	II	13.250,52	14.443,07	15.771,83
	I	12.735,99	13.882,23	15.159,39

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39



SEGUNDA	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Ao editar a MPV 1.286, em 31.12.2024, o Poder Executivo concretizou os reajustes resultantes de acordos firmados em as entidades sindicais ao longo de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e novo reajuste em 2026, variando os reajustes e suas datas conforme consignado nos Termos de Acordo firmados.

Ocorre que, no conjunto de carreiras e categorias contempladas com reajustes que, embora concedidos a título de “reestruturação de carreiras”, nada mais são do que uma revisão geral disfarçada, posto que apenas orientada a recuperar parte de perdas inflacionárias passadas, notadamente a partir de 2017 e 2019, não estão os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira, da Receita Federal do Brasil, e da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Para esse segmento, que envolve os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e os Auditores-Fiscais do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, o Governo concedeu, apenas, na forma de decretos regulamentadores, aumento no Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024.

Contudo, o “Termo de Acordo” firmado com as entidades, relativo ao Bônus, foi, apenas, para que fosse cumprido acordo firmado em 2016, e que apenas em 2024 foi honrado, com a regulamentação da sistemática de aferição do índice de eficiência institucional e a base de cálculo do valor global do Bônus, sem, porém, alterar-se a tabela de vencimentos das carreiras do Fisco Federal e da Auditoria-Fiscal do Trabalho.





As perdas inflacionárias acumuladas no valor dos vencimentos em janeiro de 2025, já são de quase 28%, visto que o último reajuste aplicado aos vencimentos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e Auditores-Fiscais do Trabalho, de 9% a partir de maio de 2024, não foi suficiente para a recuperação do seu poder aquisitivo. Sem a concessão de reajustes em 2025 e 2026, essas perdas superarão, até o final do atual mandato presidencial, 39%.

No entanto, as Carreiras da Advocacia Pública, inclusive os Procuradores da Fazenda Nacional, que atuam também no âmbito da Administração Tributária, promovendo a execução da dívida ativa, foram contemplados com reajustes de 9% a partir de junho de 2025, e de 9,2% a partir de abril de 2026. Esse reajuste independe do comportamento dos honorários sucumbenciais por eles percebidos, cujo valor se acha em torno de R\$ 14 mil mensais para ativos.

Dessa forma, a presente emenda visa afastar essa discriminação em relação às carreiras da Receita Federal do Brasil e da Auditoria-Fiscal do Trabalho, e assegurar, ao menos, os mesmos reajustes de 9% e 9,2% concedido à Advocacia Pública, a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Para os fins do cumprimento do art. 113 do ADCT, segundo o qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, estima-se que esse reajuste, considerados os totais de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e sua filiação ao RPPS ou RPPS e Regime de Previdência Complementar, por classe e padrão nas respectivas tabelas, acarretaria os seguintes acréscimos na despesa primária e na despesa financeira, em 2025, 2026 e 2027:

CARGO		Auditor-Fiscal RFB	Analista Tributário	TOTAL RFB	Auditor-Fiscal do Trabalho	TOTAL GERAL
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723	138.831.716	838.483.439
	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902	11.157.946	62.307.848
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625	149.989.661	900.791.286



2026	Primaria	1.097.825.182	305.119.286	1.402.944.468	381.192.575	1.784.137.043
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276	36.258.661	136.456.936
	<b>Total</b>	<b>1.164.583.185</b>	<b>338.559.559</b>	<b>1.503.142.744</b>	<b>417.451.236</b>	<b>1.920.593.979</b>
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687	57.043.575	345.313.262
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168	4.385.834	23.585.002
	<b>Total</b>	<b>237.985.149</b>	<b>69.483.706</b>	<b>307.468.855</b>	<b>61.429.408</b>	<b>368.898.263</b>

Assim, o impacto total na despesa primária, em 2025, sobre a despesa atualmente prevista com os referidos cargos, seria de R\$ 838,48 milhões, e na despesa financeira, R\$ 62,3 milhões. Em 2026, relativamente à despesa de 2025 já reajustada, o impacto seria de R\$ 1,78 bilhões na despesa primária e R\$ 136,46 milhões na despesa financeira. Finalmente, em 2027, seria de R\$ 345,3 milhões na despesa primária e R\$ 23,58 milhões na despesa financeira, em relação a 2026.

Esses valores são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, de R\$ 16,8 bilhões na despesa primária e R\$ 1,918 bilhões na despesa financeira, e poderão ser facilmente cobertos com recursos de reservas de contingência consignados na LOA.

Sendo, assim, questão de justiça e que não pode deixar de ser considerada no bojo da política de reajustes adotada pelo atual governo em substituição à revisão geral que deveria ser concedida na data-base anual dos servidores, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
(REPUBLICANOS - RR)



**MPV 1286  
00254**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à denominação do Capítulo LXXI, aos arts. 173 e 174, ao caput do art. 175, aos incisos V e VI do caput do art. 175, ao art. 176, ao caput do art. 177, aos §§ 1º e 3º do art. 177, aos arts. 178 a 180, ao art. 181 e ao caput do art. 182; e acrescentem-se incisos VII a XIII ao caput do art. 175 e § 4º ao art. 177 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“CAPÍTULO LXXI****DA CARREIRA DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO**

**“Art. 173.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico – ATEDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**§ 1º** Os ocupantes do cargo de ATEDS terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

**§ 2º** O cargo efetivo de ATEDS é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo CCCVI.

**§ 2º-1** A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252353725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, ficam reorganizados no cargo de Analista Técnico de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico – ATEDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.

**§ 3º** Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo de ATEDS.

**§ 3º-1** O exercício descentralizado dos servidores do § 3º do artigo 173º será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.

**§ 4º** No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes do cargo de ATEDS em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 175.”

**“Art. 174.** Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de ATEDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por transformação de cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193 caput, inciso I.”

**“Art. 175.** São atribuições do cargo de ATEDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

.....

**V** – subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais;

**VI** – subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico;

**VII** – realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar, coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de engenharia de grande porte, desenvolver e realizar projetos de engenharia de

ExEdit  
\*CD25233725000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25233725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de Engenharia sustentável;

**VIII** – desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

**IX** – avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;

**X** – executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção de qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

**XI** – desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252353725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\* CD 252353725000 \*  
eXedit



**XII** – difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de Engenharia e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e

**XIII** – promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.”

“**Art. 176.** A jornada de trabalho do cargo de ATEDS da Carreira de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais.”

“**Art. 177.** O ingresso nos cargos de ATEDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

.....  
**1º** O ingresso nos cargos de ATEDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

**§ 2º** O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se referem os incisos I e II do caput, a habilitação legal específica a que se refere o § 1º e os critérios eliminatórios e classificatórios.

**§ 3º** O concurso público a que se refere o caput será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico.

**§ 4º** Os concursos públicos para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, com autorizações vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão válidos para ingresso no cargo de Analista em Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de que trata o art. 173º.”

“**Art. 178.** Os ocupantes do cargo de ATEDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252353725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

ExEdit  
C D 2 5 2 3 5 3 7 2 5 0 0 \*

“**Art. 179.** Os ocupantes do cargo de ATEDS não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

.....

“**Art. 180.** O subsídio dos ocupantes do cargo de ATEDS não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:

.....

“**Art. 181.** O desenvolvimento do servidor na Carreira de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.”

“**Art. 182.** Os ocupantes do cargo de ATEDS somente poderão:

.....

**II** - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de nível mínimo **10** ou equivalente;

**III** - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo **10** ou equivalente; ou

**IV** - ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 10 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de **cem mil** habitantes.”

exEdit  
\*CD25233725000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25233725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



## JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024[1] estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)[2], tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010[3] que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de Engenharia e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252353725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD252353725000\*  
ExEdit





Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Engenharia, Exatas e Engenharias[4], com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[5], com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[6], com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, da forma proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação (...)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252353725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;

II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;

III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;

IV - gestão dinâmica da força de trabalho;

V - priorização das atividades estratégicas e complexas;

VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo; e

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

### **Requisitos para estruturação de cargos**

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252353725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\* CD 252353725000 \*  
ExEdit



III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

- I - idênticas ou similares às de cargos existentes;
- II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou
- III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024[7] (atual Lei nº 14.875/2024[8]) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

ExEdit  
\* C D 2 5 2 3 3 7 2 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252353725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;

7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;

8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;

9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Por esses motivos, submete-se à apreciação dos Nobres Pares a presente Emenda consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, como estão sendo propostas, razão pela qual devem ser substituídos.

ANEXO CCCVI			
ESTRUTURA DO CARGO INTEGRANTE DA CARREIRA DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	
Analista Técnico de Engenharia e	ESPECIAL	V	
		V	

ExEdit  
\*CD252353725000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252353725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Desenvolvimento Socioeconômico		III	
		II	
		I	
	CLASSE	V	
		V	
		III	
		II	
		I	
	B	V	
		IV	
		III	
		II	
		I	
	A	V	
		IV	
		III	
		II	
		I	

ANEXO CCCVI - A						
TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE ANALISTA TÉCNICO EM ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO						
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO	
Cargos: Engenheiro, Arquiteto, Economista, estatístico	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	Analista Técnico de Engenharia e	
		II	IV			
		I	III			

ExEdit  
\*CD252353725000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252353725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Érika Kokay



e Geólogo integrantes dos Plano de Carreiras e de Cargos (Anexo XII da Lei nº 12.277/2010)	C	VI	II		Desenvolvimento Socioeconômico	
		V	I			
		IV	V	C		
		III	IV			
		II	III			
		I	II			
	B	VI	I			
		V	V	B		
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
		I	I			
	A	V	V	A		
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
		I	I			

ANEXO CCCVII		
CARREIRA DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO		
TABELA DE SUBSÍDIO		
CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO
ESPECIAL	V	21.070,00
	IV	20.341,06
	III	19.637,34
	II	18.957,97
	I	18.302,09
CLASSE	V	17.057,64

ExEdit  
\*CD252353725000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252353725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Érika Kokay



	IV	16.467,51
	III	15.897,80
	II	15.347,80
	I	14.816,83
B	V	13.809,35
	IV	13.331,60
	III	12.870,38
	II	12.425,12
	I	11.995,26
A	V	11.179,64
	IV	10.792,87
	III	10.419,47
	II	10.059,00
	I	9.711,00

[1] <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/532194/1/Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20DOU%20-%20Imprensa%20Nacional.pdf>

[2] <https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/guias/guia-mnnp.pdf/>

[3] [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm)

[4] [https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital\\_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[5] [https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital\\_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf)

ExEdit  
\*CD252353725000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252353725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



[6] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco6\\_versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco6_versaoretificada-21nov2024.pdf)

[7] <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=242588>

[8] <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14875-31-maio-2024-795709-publicacaooriginal-171939-pl.htm>

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252353725000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





**MPV 1286  
00255**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se art. 18-D à Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, na forma proposta pelo art. 207 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**Art. 18-D.** Para fins do disposto no Art. 156-A, aplica-se aos titulares dos cargos de Auditor Federal de Finanças e Controle e de Técnico Federal de Finanças e Controle o limite de aceleração a três padrões durante toda a vida funcional do servidor.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo garantir a adequação do texto legal ao que foi pactuado no **Termo de Acordo nº 41/2024**, firmado entre o **UNACON Sindical e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)**, no âmbito das negociações salariais da Carreira de Finanças e Controle.

O Art. 206 da referida Medida Provisória incluiu o inciso II do Art. 156-A da **Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008**, estabelecendo a "aceleração limitada a dois padrões durante toda a vida funcional do servidor, não podendo ocorrer de forma consecutiva e nem na mesma classe". Tal disposição, embora pertinente para a generalidade das carreiras do serviço público federal, conflita com as especificidades acordadas para a Carreira de Finanças e Controle.

No entanto, o **Termo de Acordo nº 41/2024**, firmado entre o UNACON Sindical e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), por conta das negociações salariais de 2024, **assegurou à Carreira de Finanças e Controle**, no parágrafo único da Cláusula quinta, “a **aceleração em 3 (três)**

\* C D 2 5 4 0 0 0 2 4 2 3 0 0 \*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254000242300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Socorro Neri



**padrões ao longo da carreira, considerando os mecanismos previstos no caput”.**

O caput da Cláusula quinta define que "os critérios de aceleração serão estabelecidos conforme regulamento pactuado no grupo de trabalho constituído no âmbito dos órgãos, com definição de mecanismos de aceleração da progressão na carreira, baseados na apuração de indicadores de desempenho individual e organizacional, na qualificação profissional diretamente relacionada ao desempenho das atribuições do cargo, na permanência em área de difícil provimento e em outros critérios relacionados ao cumprimento da missão institucional dos respectivos órgãos, limitado à aceleração de três níveis ao longo da vida laboral do servidor".

Dessa forma, para viabilizar o cumprimento do pactuado entre Sindicato e MGI no Termo de Acordo nº 41/2024, faz-se necessária a emenda em questão, de forma a excepcionalizar a restrição do inciso II do artigo 156-A, na Lei nº 11.890/2008 para a Carreira de Finanças e Controle.

Assim, conclamamos os nobres parlamentares a apoiarem a aprovação desta emenda para a aprovação da presente emenda, que busca garantir o cumprimento do **Termo de Acordo nº 41/2024**, promovendo a valorização da Carreira de Finanças e Controle e o cumprimento dos compromissos assumidos no processo negocial.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254000242300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Socorro Neri



**MPV 1286  
00256**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescentem-se arts. 2º a 13-A, 21-A e 21-B à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, todos na forma proposta pelo art. 81 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 2º** Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência, composto pelos seguintes cargos:

**I** – de nível superior:

- a)** cargo de Oficial de Inteligência; e
- b)** cargo de Oficial Técnico de Inteligência;

**II** – de nível intermediário:

- a)** cargo de Agenda de Inteligência; e
- b)** cargo de Agente Técnico de Inteligência.

**§ 1º** Os cargos a que se refere o caput deste artigo são de provimento efetivo e regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**§ 2º** Os cargos de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, passam a integrar a Carreira de Inteligência de Estado da ABIN.” (NR)

**“Art. 12-A.** Aos servidores dos cargos constantes no art. 2º desta Lei, inclusive em afastamentos legais, de forma justificada, serão garantidos:

**I** – a preservação do nome, da qualificação, da imagem, da voz, dos vínculos familiares, das informações e dados pessoais sendo vedada a revelação de sua identidade pelos meios de comunicação em geral, sejam públicos ou privados, ou ainda a sua exposição por meio de fotografia ou filmagem, sem sua prévia autorização por escrito;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259082111500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Socorro Neri



**II** – ter sua identidade alterada, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 9º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, podendo usufruir, de forma facilitada, de todas as medidas de proteção próprias da categoria, bem como todas as que forem colocadas à disposição de vítimas e de testemunhas participantes de programas especiais de proteção;

**III** – ter identidade fictícia em razão de suas atribuições, incluindo registro geral, cadastro de pessoa física, passaporte e carteira de habilitação, entre outros documentos entendidos como necessários para preservar a identidade de servidor, para fins de preservação de sua vida e integridade física, dada a necessidade de proteção e sigilo da sua vinculação à Atividade de Inteligência de Estado.

**Parágrafo único.** No caso do inciso II do caput deste artigo, os processos de alteração de identidade de que trata esta Lei serão mantidos com adequado grau de sigilo e tramitados, com máxima prioridade, pelas instâncias competentes; sendo os eventuais descumprimentos objeto de apuração e responsabilização cabíveis - devendo as autoridades adotarem todas as providências necessárias para que os subordinados hierárquicos conheçam as normas e observem as medidas e procedimentos de segurança para o tratamento de tais informações.” (NR)

“**Art. 13-A.** No caso do inciso II do caput deste artigo, os processos de alteração de identidade de que trata esta Lei serão mantidos com adequado grau de sigilo e tramitados, com máxima prioridade, pelas instâncias competentes; sendo os eventuais descumprimentos objeto de apuração e responsabilização cabíveis - devendo as autoridades adotarem todas as providências necessárias para que os subordinados hierárquicos conheçam as normas e observem as medidas e procedimentos de segurança para o tratamento de tais informações.” (NR)

“**Art. 21-A.** O desenvolvimento dos servidores públicos federais da ABIN poderá prever mecanismos de aceleração, na forma do regulamento, observados os seguintes parâmetros:

**I** – consideração de critérios objetivos que atestem desempenho diferenciado; e

**II** – aceleração limitada a dois padrões durante toda a vida funcional do servidor, não podendo ocorrer de forma consecutiva e nem na mesma fase.” (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259082111500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Socorro Neri



“**Art. 21-B.** Enquanto não forem publicados os atos a que se refere o art. 21-A, as progressões e as promoções dos ocupantes dos cargos constantes no art. 2º desta Lei, serão concedidas em observância às normas específicas.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A ABIN tem por missão assessorar o Presidente da República em seu processo decisório estratégico, a partir da produção de conhecimentos sobre ameaças e oportunidades de interesse da sociedade e Estado brasileiros. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), como serviço de inteligência de um país democrático, possui como fundamentos tais objetivos e limites, todavia, ainda carece de marco regulatório expressivo e atualizado.

Em nome da segurança jurídica, estabelece-se a unificação das quatro carreiras da ABIN providas por concurso público, de que tratam os incisos I e II do art. 2º da Lei 11.776/2008, em apenas uma “Carreira de Inteligência de Estado”, composta de quatro cargos: Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência, Agente Técnico de Inteligência, cada um com suas respectivas atribuições, prerrogativas e responsabilidades. Todos esses cargos, mesmo os de suporte técnico especializado e de pesquisa e desenvolvimento, são submetidos às mesmas rigorosas regras de preservação de dados sigilosos e contribuem, cada qual de sua forma particular, para as missões finalísticas da Agência. Tal proposta atende aos princípios de modernização da Administração preconizados nas mais recentes diretrizes de gestão de pessoas defendidas pelo governo federal, com vistas a promover a desburocratização e a eficiência administrativa.

A proteção de identidade é vital para o maior aproveitamento do efetivo, pois a alta exposição impossibilita a atuação em temas exclusivos desenvolvidos pela ABIN, como contraterrorismo e contraespionagem. Com atribuições de máxima importância, assim, suas ações geram riscos à integridade física e moral de seus integrantes, o que requer proteção especial à identificação civil dos que exercem a atividade de Inteligência.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259082111500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Socorro Neri



O sigilo sobre a identificação dos servidores da ABIN é iniciado já no processo seletivo público, quando o candidato passa por diferentes fases do certame, nas quais, em momento algum, seu nome é publicizado, constando apenas um código alfanumérico que, a cada fase do certame, é alterado a fim de manter e resguardar o sigilo e identidade. Ao ser aprovado, um novo código alfanumérico é emitido e assim publicado no Diário Oficial da União, para que o futuro servidor possa saber de sua aprovação, e para que a sociedade possa acompanhar a lisura do processo, mantendo o mínimo de transparência do processo seletivo.

Apesar da atividade ser velada e de a regra ser a do não conhecimento coletivo da identidade dos servidores da ABIN, o vazamento da informação pode ocorrer. Quando um servidor precisa, por exemplo, registrar-se em um hotel de uma cidade de interior com o seu próprio RG, coloca em risco tanto a sua identidade, e até mesmo sua vida, quanto todo o plano de operação que, muitas vezes, leva meses para ser elaborado e aprovado dentro da ABIN. Esta emenda propõe, assim, garantias de preservação da identidade dos servidores da ABIN e proteção especial aos seus dados e qualificação.

Pleiteia-se a mudança do critério de seleção dos cargos de Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência de nível intermediário para nível superior, objetivando a sua adequação às atribuições efetivas e responsabilidades avançadas desses profissionais, melhoria do processo seletivo e de projeto institucional, estancando a alarmante evasão desses cargos na ABIN. Propomos que, a partir de 1º de janeiro de 2026, o parâmetro escolaridade correspondente no concurso público seja majorado, a fim de melhor atender às necessidades institucionais de maior nível de complexidade e responsabilidade esperados desses profissionais. Esse pleito aponta para a necessária readequação à realidade funcional e à evolução da produção de Inteligência de caráter estratégico para o Estado.

Ressalta-se que essa proposta não caracteriza provimento derivado, ascensão ou acesso, transferência e aproveitamento no tocante aos atuais ocupantes dos referidos cargos, já que apenas se altera o requisito de ingresso nos cargos, sem que haja mudança na nomenclatura ou atribuições legais destes.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259082111500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Socorro Neri



Os critérios de progressão são importantes para motivação e prestação de serviços de qualidade pelos servidores públicos. Por paralelismo aos demais cargos, a aceleração de progressão que consta na Medida Provisória nº 1286 para o SÍDEC é adicionada à lei de cargos e carreiras da ABIN. A regulamentação de critérios objetivos que atestem desempenho diferenciado incentivará o satisfatório desempenho dos servidores da ABIN.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259082111500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Socorro Neri



MPV 1286  
00257

MPV 1286



CONGRESSO NACIONAL

DEPUTADO FEDERAL RUBENS OTONI PT/GO

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao art. 112; e acrescente-se art. 112-A à Medida Provisória, nos termos a seguir:

Art. 112 Os Anexos I, III, IV, V, VII e VIII à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXI, CLXXXII, CLXXXIII, CLXXXIV, CLXXXV e CLXXXVI a esta Medida Provisória, observadas as alterações previstas no Art. 112-A.

Art. 112-A A Tabela I, do item b, do Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar na forma da tabela f-A do Anexo CLXXXIV à Medida Provisória nº 1286, de 2024.

ANEXO CLXXXIV

(Anexo V à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de

2005) Altera a Tabela f do ANEXO CLXXXIV da Medida

f-A) Vencimento básico dos cargos de nível superior de Arquiteto, de Economista, de Provisório nº 1286 de 2024, de Engenheiro de Operações, de Estatístico e de Geólogo, a partir de 1º de janeiro de 2025:			
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	11.172,80	11.789,10
	IV	10.641,10	11.229,05
	II	10.138,44	10.699,72
	II	9.841,18	10.385,86
	I	9.372,74	9.892,85
C	V	8.813,28	9.303,43
	IV	8.479,49	8.951,49
	II	8.154,36	8.608,87
	II	7.839,57	8.277,24
	I	7.704,82	8.135,28
B	V	7.223,18	7.627,54
	IV	6.938,08	7.327,67
	II	6.661,05	7.035,46
	II	6.392,83	6.752,62

\* 0 2 5 4 5 8 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254850458800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rubens Ottoni





	I	6.133,15	6.478,87
A	V	5.872,76	6.204,63
	IV	5.630,28	5.949,35
	II	5.395,49	5.701,27
	II	5.165,16	5.459,14
	I	4.944,06	5.225,72

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo corrigir uma distorção inaceitável criada pela Medida Provisória nº 1.286/2024, que estabelece um tratamento discriminatório entre os Analistas de Infraestrutura de Transportes e os Engenheiros do Plano Especial de Cargos (PEC) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Tal diferenciação contraria princípios constitucionais e administrativos, além de comprometer a eficácia e a equidade no serviço público.

Os profissionais de ambas as carreiras exercem funções estratégicas no planejamento, execução e manutenção da infraestrutura rodoviária, aquaviária e ferroviária do Brasil. Sua atuação é essencial para garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a segurança viária e a execução eficiente de projetos de infraestrutura de transportes. No entanto, a MPV 1.286/2024 rompe uma histórica paridade remuneratória entre essas carreiras, estabelecendo uma diferenciação injustificada e prejudicial ao funcionamento do órgão.

Os servidores do PEC e os Analistas de Infraestrutura exercem as mesmas atribuições, atuam nos mesmos projetos, compartilham o mesmo ambiente de trabalho e possuem exigências técnicas idênticas para a execução de suas funções. Essa paridade funcional é expressamente reconhecida pela Direção Geral do DNIT, conforme consta no OFÍCIO Nº 195205/2024/DG-SEAA/GAB - DG/DNIT SEDE (SEI nº 19163315):

“embora os analistas da carreira atual deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e os servidores do PEC/DNIT de nível superior desempenhem funções tecnicamente idênticas, os servidores de nível superior oriundos do PEC não foram incluídos no regime de subsídio, o que criou uma diferenciação em termos de remuneração e tratamento.

[...] Em vista dessa realidade, percebe-se, então, que a principal correção necessária do Termo de Acordo nº 26/2024 consiste em assegurar que os servidores do nível superior do PEC/DNIT, especialmente aqueles que ingressaram nesta Autarquia por meio de concurso público no ano de 1994, passem a receber por subsídio, de forma a equipará-los aos analistas da carreira do DNIT”

\*CD254850458800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254850458800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rubens Otoni



O mesmo entendimento foi reforçado pelo Ministério dos Transportes no OFÍCIO Nº 915/2024/SE (SEI nº 8931428), endereçado ao MGI:

“[...] tanto os Engenheiros do PEC quanto os Analistas de Infraestrutura realizam atividades essenciais, como a fiscalização de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254850458800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rubens Otoni



contratos, a elaboração de projetos e o controle de obras. Em muitos casos, um mesmo contrato é acompanhado por profissionais de ambos os cargos, o que reforça a necessidade de que tenham remuneração e tratamento equivalentes. A quebra dessa paridade, conforme proposto no acordo, criará um desequilíbrio sem justificativa, já que as atribuições permanecem iguais e são fundamentais para o funcionamento eficiente do DNIT”.

Ademais, os Engenheiros do PEC são servidores oriundos do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e desempenharam todas as funções operacionais do DNIT desde a sua criação, em junho de 2001, até a entrada dos primeiros Analistas de Infraestrutura, em setembro de 2006. Durante esse período, esses profissionais garantiram a continuidade das atividades do órgão, o que fortalece ainda mais o argumento de que não há justificativa para a diferença de tratamento imposta pela MPV 1.286/2024.

Sob a perspectiva jurídica, a diferença de regime remuneratório fere princípios fundamentais da Administração Pública, notadamente:

- **Princípio da Isonomia (art. 5º, caput, da Constituição Federal):** Servidores que desempenham funções idênticas devem receber tratamento igualitário, sob pena de violação ao princípio da igualdade.
- **Princípio da Eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal):** A desmotivação dos engenheiros do PEC, diante da diferenciação salarial injustificada, pode comprometer a execução dos projetos de infraestrutura.
- **Jurisprudência do STF (ADIs 4.616 e 4.151):** O Supremo Tribunal Federal tem consolidado entendimento de que a reestruturação de carreiras deve respeitar a equivalência de atribuições e requisitos de ingresso, sob pena de violação ao princípio da razoabilidade.

Portanto, diante da clara equivalência de atribuições, da histórica paridade salarial, dos impactos organizacionais negativos e da segurança jurídica favorável, a alteração na tabela proposta abrange os 84 (oitenta e quatro) profissionais de nível superior do PEC do DNIT, que inclui os 70 (setenta) Engenheiros do PEC, mantendo e preservando a paridade remuneratória, sem necessidade de receber por subsídio, que sempre existiu é medida necessária para garantir a isonomia, a equidade e a eficácia da Administração Pública. Essa proposição visa evitar a descontinuidade da Lei nº 11.171/2005 e preserva a coerência no tratamento das carreiras essenciais à infraestrutura nacional.

\* 0 0 2 5 4 8 5 0 4 5 8 8 0 0 \*



Salada da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254850458800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rubens Otoni



Rubens Otoni  
DEPUTADO  
FEDERAL PT/GO

\* C D 2 5 4 8 5 0 4 5 8 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254850458800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rubens Otoni



**MPV 1286  
00258**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, incluindo o § 6º, do Art. 10-B, da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art. 10-

B.....

.....  
.....

§ 6º No cumprimento dos critérios estabelecidos no § 3º é permitido o somatório de carga horária de ações de desenvolvimento realizadas pelo servidor, bem como o somatório de carga horária de certificados de ações de desenvolvimento que excedam à exigência de aceleração da progressão por capacitação anteriormente realizada.

**JUSTIFICAÇÃO**

Houve uma mudança no perfil das ações de capacitação dadas as inovações tecnológicas, que hoje exigem uma carga horária menor, vide catálogo de cursos da ENAP.

Esse item consta do Termo de Acordo SRT/MGI 11/2024.

ExEdit  
\* C D 2 5 5 4 9 8 7 3 4 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255498734300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
(PT - SC)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255498734300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



\* CD 255498734300 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00259****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, no *caput* do art. 7-A e Anexo CCXXIV, acrescente-se os parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 7-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos que compõem o Plano de Carreira em cada nível de classificação serão estruturados em dezenove padrões de vencimento, mantida a diferença percentual única e constante entre os padrões e em todos os níveis de classificação, conforme correlação estabelecida no Anexo I-D.” (NR)

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2025, o vencimento básico das classes integrantes do Plano de Carreira terá como referência o piso do nível de classificação E, nas seguintes correlações:

- a) 36% do Piso do E, para o nível de classificação A;
- b) 40% do Piso do E, para o nível de classificação B;
- c) 50% do Piso do E, para o nível de classificação C; e
- d) 61% do Piso do E, para o nível de classificação D.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2025, a diferença (“step”) entre cada padrão de vencimento será de 4,0% e a partir de 1º de abril de 2026 será de 4,1%.

**JUSTIFICAÇÃO**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252729076200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



Essa lista de correlações entre os níveis de classificação e as diferenças de acréscimos percentuais entre os padrões de vencimento, se constituem em elementos estruturantes da carreira PCCTAE, devendo, portanto, constar expressamente na Medida Provisória e seu Anexo, de modo a garantir a constituição da malha salarial, conforme a Cláusula 2<sup>a</sup>, alíneas A, D e E do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
(PT - SC)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252729076200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



\*CD252729076200\*  
ExEdit





ANEXO CCXXIV  
(Anexo I-D à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005)

“TABELA DE ESTRUTURA E DE VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARREIRA DOS  
CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

a) Cargos do Nível A:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO A						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO A - 36% DA REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P01	1.446,12	1				1	1.788,14	1.877,54
P02	1.502,52	2	1			2	1.859,66	1.954,52
P03	1.561,12	3	2	1		3	1.934,05	2.034,66
P04	1.622,01	4	3	2	1	4	2.011,41	2.118,08
P05	1.685,26	5	4	3	2	5	2.091,87	2.204,92
P06	1.750,99	6	5	4	3	6	2.175,54	2.295,32
P07	1.819,28	7	6	5	4	7	2.262,56	2.389,43
P08	1.890,22	8	7	6	5	8	2.353,06	2.487,40
P09	1.963,95	9	8	7	6	9	2.447,19	2.589,38
P10	2.040,55	10	9	8	7	10	2.545,07	2.695,54
P11	2.120,13	11	10	9	8	11	2.646,88	2.806,06
P12	2.202,80	12	11	10	9	12	2.752,75	2.921,11
P13	2.288,72	13	12	11	10	13	2.862,86	3.040,87
P14	2.377,98	14	13	12	11	14	2.977,38	3.165,55
P15	2.470,71	15	14	13	12	15	3.096,47	3.295,34
P16	2.567,08	16	15	14	13	16	3.220,33	3.430,45
P17	2.667,19		16	15	14	17	3.349,14	3.571,09
P18	2.771,22			16	15	18	3.483,11	3.717,51
P19	2.879,29				16	19	3.622,43	3.869,93

b) Cargos do Nível B:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO B						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO B - 40% DA REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P06	1.750,99	1				1	1.986,82	2.086,16
P07	1.819,28	2	1			2	2.066,29	2.171,69
P08	1.890,22	3	2	1		3	2.148,94	2.260,73
P09	1.963,95	4	3	2	1	4	2.234,90	2.353,42
P10	2.040,55	5	4	3	2	5	2.324,30	2.449,91
P11	2.120,13	6	5	4	3	6	2.417,27	2.550,36
P12	2.202,80	7	6	5	4	7	2.513,96	2.654,92
P13	2.288,72	8	7	6	5	8	2.614,52	2.763,77
P14	2.377,98	9	8	7	6	9	2.719,10	2.877,09
P15	2.470,71	10	9	8	7	10	2.827,86	2.995,05
P16	2.567,08	11	10	9	8	11	2.940,97	3.117,84
P17	2.667,19	12	11	10	9	12	3.058,61	3.245,68
P18	2.771,22	13	12	11	10	13	3.180,96	3.378,75
P19	2.879,29	14	13	12	11	14	3.308,20	3.517,28
P20	2.991,58	15	14	13	12	15	3.440,52	3.661,49
P21	3.108,25	16	15	14	13	16	3.578,15	3.811,61
P22	3.229,47		16	15	14	17	3.721,27	3.967,88
P23	3.355,42			16	15	18	3.870,12	4.130,57
P24	3.486,29				16	19	4.024,93	4.299,92

\* C D 2 5 2 7 2 9 0 7 6 2 0 0 \*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252729076200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



c) Cargos do Nível C:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO C						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO C - 50% DA REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P11	2.120,13	1				1	2.483,52	2.607,70
P12	2.202,80	2	1			2	2.582,86	2.714,61
P13	2.288,72	3	2	1		3	2.686,18	2.825,91
P14	2.377,98	4	3	2	1	4	2.793,62	2.941,77
P15	2.470,71	5	4	3	2	5	2.905,37	3.062,39
P16	2.567,08	6	5	4	3	6	3.021,58	3.187,95
P17	2.667,19	7	6	5	4	7	3.142,45	3.318,65
P18	2.771,22	8	7	6	5	8	3.268,14	3.454,72
P19	2.879,29	9	8	7	6	9	3.398,87	3.596,36
P20	2.991,58	10	9	8	7	10	3.534,83	3.743,81
P21	3.108,25	11	10	9	8	11	3.676,22	3.897,31
P22	3.229,47	12	11	10	9	12	3.823,27	4.057,10
P23	3.355,42	13	12	11	10	13	3.976,20	4.223,44
P24	3.486,29	14	13	12	11	14	4.135,25	4.396,60
P25	3.622,26	15	14	13	12	15	4.300,66	4.576,86
P26	3.763,52	16	15	14	13	16	4.472,68	4.764,51
P27	3.910,30		16	15	14	17	4.651,59	4.959,85
P28	4.062,80			16	15	18	4.837,65	5.163,21
P29	4.221,24				16	19	5.031,16	5.374,90

d) Cargos do Nível D:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO D						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO D - 61% DA REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P06	1.750,99	1				1	1.986,82	2.086,16
P07	1.819,28	2	1			2	2.066,29	2.171,69
P08	1.890,22	3	2	1		3	2.148,94	2.260,73
P09	1.963,95	4	3	2	1	4	2.234,90	2.353,42
P10	2.040,55	5	4	3	2	5	2.324,30	2.449,91
P11	2.120,13	6	5	4	3	6	2.417,27	2.550,36
P12	2.202,80	7	6	5	4	7	2.513,96	2.654,92
P13	2.288,72	8	7	6	5	8	2.614,52	2.763,77
P14	2.377,98	9	8	7	6	9	2.719,10	2.877,09
P15	2.470,71	10	9	8	7	10	2.827,86	2.995,05
P16	2.567,08	11	10	9	8	11	2.940,97	3.117,84
P17	2.667,19	12	11	10	9	12	3.058,61	3.245,68
P18	2.771,22	13	12	11	10	13	3.180,96	3.378,75
P19	2.879,29	14	13	12	11	14	3.308,20	3.517,28
P20	2.991,58	15	14	13	12	15	3.440,52	3.661,49
P21	3.108,25	16	15	14	13	16	3.578,15	3.811,61
P22	3.229,47		16	15	14	17	3.721,27	3.967,88
P23	3.355,42			16	15	18	3.870,12	4.130,57
P24	3.486,29				16	19	4.024,93	4.299,92



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252729076200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



\*CD252729076200\*



e) Cargos do Nível E:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E - REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71

ExEdit  
\*CD252729076200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252729076200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



**MPV 1286**  
**00260**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Ementa:

Altera o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MP 1286/2024 para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos-Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. xxx** A tabela **b** do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela **e** do Anexo CCXXIV;

**Art. xxx** A tabela **a** do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252744249900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Ovando



\* CD 252744249900 \*  
ExEdit



## JUSTIFICAÇÃO

Conforme o texto em vigor da Medida Provisória nº 1286/2024, o reajuste salarial previsto para médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação é de apenas 4,5%. No entanto, o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, firmado entre o Governo Lula e as entidades representativas, garante 9% de reajuste a partir de 1º de janeiro de 2025, com mais 5% previstos para abril de 2026, conforme a cláusula primeira

do acordo. Essa redução no reajuste contraria os termos negociados e assinados, gerando grande insatisfação entre os profissionais e prejudicando trabalhadores fundamentais para o funcionamento das universidades e hospitais universitários.

Torna-se necessária, portanto, a aprovação da presente emenda corrigindo a Medida Provisória nº 1286/2024 de forma a permitir às duas categorias reajustes iguais aos concedidos às demais categorias conforme o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024.

Ante o exposto, na perspectiva de contar com o apoio para a aprovação da presente emenda que faz justiça aos médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252744249900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Ovando



\* CD 252744249900 \*  
ExEdit



**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altera o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MP 1286/2024 para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos-Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. xxx** A tabela b do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela e do Anexo CCXXIV;

**Art. xxx** A tabela a do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.

**JUSTIFICAÇÃO**

**JUSTIFICATIVA**

Conforme o texto em vigor da Medida Provisória nº 1286/2024, o reajuste salarial previsto para médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação é de apenas 4,5%. No entanto, o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, firmado entre o Governo e as entidades representativas, garante 9% de reajuste a partir de 1º de janeiro de 2025, com mais 5% previstos para abril de 2026, conforme a cláusula primeira



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252744249900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Ovando



do acordo. Essa redução no reajuste contraria os termos negociados e assinados, gerando grande insatisfação entre os profissionais e prejudicando trabalhadores fundamentais para o funcionamento das universidades e hospitais universitários.

Torna-se necessária, portanto, a aprovação da presente emenda corrigindo a Medida Provisória nº 1286/2024 de forma a permitir às duas categorias reajustes iguais aos concedidos às demais categorias conforme o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024.

Ante o exposto, na perspectiva de contar com o apoio para a aprovação da presente emenda que faz justiça aos médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Dr. Luiz Ovando**  
(PP - MS)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252744249900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Ovando



\* CD 252744249900 \*  
ExEdit





CONGRESSO NACIONAL

ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”  
VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
Médico	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
Veterinário	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60



\*CD252744249900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252744249900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Ovando





b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
I			II	III	IV				
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
Médico	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
Veterinário	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

ExEdit  
\* C D 2 5 2 7 4 4 2 4 9 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252744249900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Ovando



MPV 1286  
00261



EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Altera o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MP 1286/2024 para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024.

ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			

\*CD251585087600\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251585087600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Ramos



Médico          Médico Veterinário	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE  1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE  1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			

\*CD251585087600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251585087600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Ramos



Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
Médico	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
Veterinário	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser *de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026*. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a

ExEdit  
\*CD251585087600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251585087600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Ramos



partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Isto FERE o Acordo de greve nº 11/2024, que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE**. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005;**

2 – A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251585087600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Ramos



**cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

#### TERMO DE ACORDO 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arrempio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251585087600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Ramos



\*CD251585087600\*  
ExEdit



§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251585087600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Ramos



de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lucas Ramos**  
**(PSB - PE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251585087600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lucas Ramos





**MPV 1286  
00262**

Gabinete da Deputada Luizianne Lins

**EMENDA ADITIVA**

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024.

(à MPV 1286/2024)

*Altera o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MP 1286/2024 para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais.*

**Alterem-se, no Anexo CCLXXXII da MPV nº 1.286, de 2024, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025” para que eles correspondam a um aumento de 9% (nove por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2023”, e, em seguida, alterem-se, na mesma tabela, os valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2026” para que eles correspondam a um aumento de 5% (cinco por cento) em relação aos valores de vencimento básico constantes da coluna “Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025”.**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa corrigir um erro que prejudica os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser *de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026*. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a MP 1286/24, a qual concede 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Tal conteúdo não está conforme acordo de greve nº 11/2024, uma vez que o referido não descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE.

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, nos termos da Lei 11.091/2005;

2 – A Lei 12.702/2012, por seu turno, regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43, assim dispondo:

Art. 43. A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de 20 (vinte) horas semanais.

\* C D 2 5 3 9 4 8 5 2 1 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253948521800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O Termo de Acordo de Greve nº11/2024 assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua cláusula primeira que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de 9% em 2025 e 5% em 2026.

#### O TERMO DE ACORDO Nº 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

Cláusula primeira — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo CCXXIV(Art. 133), alínea e. Ao arrempio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo CCLXXXII. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026 sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253948521800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um papel crucial e insubstituível, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a formação de milhares de profissionais de saúde que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam desvalorizados e tratados de forma desigual, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um precedente perigoso de desvalorização da categoria, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura isonomia, justiça e reconhecimento ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.

## ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

\* 0 0 2 5 3 9 4 8 5 2 1 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253948521800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



- a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P3 1	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P3 2	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P3 3	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P3 4	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
Médico	P3 5	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P3 6	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P3 7	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P3 8	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
Veterinário	P3 9	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P4 0	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P4 1	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P4 2	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P4 3	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P4 4	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P4 5	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P4 6	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P4 7	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P4 8	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P4 9	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

\* CD 253948521800 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253948521800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PIS O	EFEITOS FINANCEI ROS A PARTIR DE  1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇ ÃO				PADRÃ O	EFEITOS FINANCEIRO S A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEI ROS A PARTIR DE  1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
Médico	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
Veterinário	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2025.

Deputada Federal Luizianne Lins

\*CD253948521800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253948521800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



\* C D 2 5 3 9 4 8 5 2 1 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253948521800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



MPV 1286  
00263



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Inclua-se a seguinte seção e o seguinte artigo:

“CAPÍTULO...

DA CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Art.... As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

ANEXO CCCXXII

(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85

\*CD259168907900\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259168907900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

b) Vencimento básico para os cargos de  
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.337,57	21.116,63
	II	17.108,03	18.647,75	20.363,35
	I	16.772,58	18.282,11	19.964,07
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.234,27	18.819,83
	II	15.203,13	16.571,41	18.095,98
	I	14.056,15	15.321,20	16.730,75
SEGUNDA	III	13.515,52	14.731,92	16.087,25
	II	13.250,52	14.443,07	15.771,83
	I	12.735,99	13.882,23	15.159,39

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72

\*CD259168907900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259168907900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo





	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Ao editar a MPV 1.286, em 31.12.2024, o Poder Executivo concretizou os reajustes resultantes de acordos firmados em as entidades sindicais ao longo de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e novo reajuste em 2026, variando os reajustes e suas datas conforme consignado nos Termos de Acordo firmados.

Ocorre que, no conjunto de carreiras e categorias contempladas com reajustes que, embora concedidos a título de “reestruturação de carreiras”, nada mais são do que uma revisão geral disfarçada, posto que apenas orientada a recuperar parte de perdas inflacionárias passadas, notadamente a partir de 2017 e 2019, não estão os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira, da Receita Federal do Brasil, e da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Para esse segmento, que envolve os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e os Auditores-Fiscais do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, o Governo concedeu, apenas, na forma de decretos regulamentadores, aumento no Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024.

Contudo, o “Termo de Acordo” firmado com as entidades, relativo ao Bônus, foi, apenas, para que fosse cumprido acordo firmado em 2016, e que apenas em 2024 foi honrado, com a regulamentação da sistemática de aferição do índice de eficiência institucional e a base de cálculo do valor global do Bônus, sem, porém,

ExEdit  
\*CD259168907900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259168907900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



alterar-se a tabela de vencimentos das carreiras do Fisco Federal e da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

As perdas inflacionárias acumuladas no valor dos vencimentos em janeiro de 2025, já são de quase 28%, visto que o último reajuste aplicado aos vencimentos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e Auditores-Fiscais do Trabalho, de 9% a partir de maio de 2024, não foi suficiente para a recuperação do seu poder aquisitivo. Sem a concessão de reajustes em 2025 e 2026, essas perdas superarão, até o final do atual mandato presidencial, 39%.

No entanto, as Carreiras da Advocacia Pública, inclusive os Procuradores da Fazenda Nacional, que atuam também no âmbito da Administração Tributária, promovendo a execução da dívida ativa, foram contemplados com reajustes de 9% a partir de junho de 2025, e de 9,2% a partir de abril de 2026. Esse reajuste independe do comportamento dos honorários sucumbenciais por eles percebidos, cujo valor se acha em torno de R\$ 14 mil mensais para ativos.

Dessa forma, a presente emenda visa afastar essa discriminação em relação às carreiras da Receita Federal do Brasil e da Auditoria-Fiscal do Trabalho, e assegurar, ao menos, os mesmos reajustes de 9% e 9,2% concedido à Advocacia Pública, a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Para os fins do cumprimento do art. 113 do ADCT, segundo o qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, estima-se que esse reajuste, considerados os totais de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e sua filiação ao RPPS ou RPPS e Regime de Previdência Complementar, por classe e padrão nas respectivas tabelas, acarretaria os seguintes acréscimos na despesa primária e na despesa financeira, em 2025, 2026 e 2027:

CARGO		Auditor-Fiscal RFB	Analista Tributário	TOTAL RFB	Auditor-Fiscal do Trabalho	TOTAL GERAL
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723	138.831.716	838.483.439

ExEdit  
\*CD259168907900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259168907900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902	11.157.946	62.307.848
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625	149.989.661	900.791.286
2026	Primaria	1.097.825.182	305.119.286	1.402.944.468	381.192.575	1.784.137.043
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276	36.258.661	136.456.936
	Total	1.164.583.185	338.559.559	1.503.142.744	417.451.236	1.920.593.979
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687	57.043.575	345.313.262
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168	4.385.834	23.585.002
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855	61.429.408	368.898.263

Assim, o impacto total na despesa primária, em 2025, sobre a despesa atualmente prevista com os referidos cargos, seria de R\$ 838,48 milhões, e na despesa financeira, R\$ 62,3 milhões. Em 2026, relativamente à despesa de 2025 já reajustada, o impacto seria de R\$ 1,78 bilhões na despesa primária e R\$ 136,46 milhões na despesa financeira. Finalmente, em 2027, seria de R\$ 345,3 milhões na despesa primária e R\$ 23,58 milhões na despesa financeira, em relação a 2026.

Esses valores são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, de R\$ 16,8 bilhões na despesa primária e R\$ 1,918 bilhões na despesa financeira, e poderão ser facilmente cobertos com recursos de reservas de contingência consignados na LOA.

Sendo, assim, questão de justiça e que não pode deixar de ser considerada no bojo da política de reajustes adotada pelo atual governo em substituição à revisão-geral que deveria ser concedida na data-base anual dos servidores, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares.

Sala da Comissão,

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

ExEdit  
\*CD259168907900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259168907900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



**MPV 1286**  
**00264**

### **EMENDA ADITIVA**

EMENDA Nº            CMMPV 1286/2024.  
(à MPV 1286/2024)

Possibilita a cessão para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança com nível mínimo igual ou equivalente aos atuais CCE-10 ou FCE-10.

Inclua-se, onde couber dispositivo para a possibilidade de cessão nas hipóteses de limitações de cessão com base na exigência mínima de DAS-4 (atuais CCE-13 ou FCE-13) para que passem a observar o nível mínimo equivalente ao antigo DAS-3, atualmente correspondentes às CCE-10 e FCE-10.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Nobre relator e colegas parlamentares,

Atualmente, o Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, detalha as regras existentes para as cessões de servidores públicos em que a Administração Pública federal, direta e indireta, seja parte. Dentre suas diversas disposições, o Decreto estabelece algumas restrições para a efetivação da cessão. Duas são as limitações constantes de seu texto referentes à necessidade de observância de um nível mínimo dos cargos em comissão do Grupo-DAS para a cessão de servidores no âmbito do Poder Executivo federal.

Em seu art. 4º o Decreto limita a cessão para outros Poderes, órgãos constitucionalmente autônomos ou outros entes federativos,

estabelecendo que esta somente ocorra para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança com graduação mínima igual ou equivalente ao nível 4 dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS. Em seguida, seu art. 6º estabelece que as cessões que

\*CD258850421000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258850421000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



impliquem reembolso pela administração pública federal, direta e indireta, somente ocorrerão para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança com graduação mínima igual ou equivalente ao nível 4 dos cargos em comissão do Grupo-DAS.

Nota-se, portanto, que, em determinadas hipóteses, o DAS-4 é utilizado como parâmetro mínimo para a autorização dos atos de cessão de servidores do Poder Executivo federal.

Atualmente, em virtude da entrada em vigor da Lei nº 14.204/2021, o Grupo-DAS foi substituído pelos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e pelas Funções Comissionadas Executivas (FCE). No caso, embora o Decreto nº 10.835/2021 não tenha sido atualizado, o Anexo III da Lei nº 14.204/2021 estabelece a equivalência do antigo DAS-4 às atuais CCE-13 e FCE-13.

Ocorre que, na prática, tal exigência acaba por limitar demasiadamente a movimentação de servidores no âmbito interno da Administração Pública, especialmente em razão da reduzida quantidade de cargos em comissão e funções de confiança iguais ou superiores a CCE-13 ou FCE-13, antigo DAS-4.

Diante disso, sugerimos a possibilidade de modificação da legislação vigente, de modo que todas as hipóteses de limitações de cessão com base na exigência mínima de DAS-4 (atuais CCE-13 ou FCE-13) passem a observar o nível mínimo equivalente ao antigo DAS-3, atualmente correspondentes às CCE-10 e FCE-10.

Sala das Sessões, em 10 de fevereiro de 2025.

Deputada Federal Luizianne Lins

\* C D 2 5 8 8 5 0 4 2 1 0 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258850421000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



**MPV 1286  
00265**

CONGRESSO NACIONAL  
DEPUTADO CARLOS ZARATTINI

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se ao *caput* do art. 173 da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 173.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, **a ser exercido por economistas legalmente habilitados**, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão da exigência de que o cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS seja exercido por economistas legalmente habilitados visa assegurar a qualificação técnica necessária para o desempenho das atividades relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico. A Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que regulamenta a profissão de economista, estabelece as competências e atribuições específicas desses profissionais, garantindo que o exercício do cargo esteja alinhado com as melhores práticas e conhecimentos técnicos da área. Ademais, o elenco de atribuições próprias do ATDS, relacionadas no art. 175 da Medida Provisória em aprovação, coincidem, integralmente, com atividades próprias do economista. Dessa forma, ao par da legalidade do exercício do cargo, busca-se fortalecer a eficácia

\* CD 252534375600 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252534375600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Zarattini



e a credibilidade das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico implementadas pelo Poder Executivo federal.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Carlos Zarattini**  
**(PT - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252534375600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Zarattini



\* CD 252534375600 \*  
LexEdit



**MPV 1286  
00266**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se art. 212-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 212-1.** A Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 2º-E.** Ficam transformados em cargos de Oficial de Polícia Federal os cargos efetivos, ocupados e vagos, de Escrivão de Polícia Federal de que trata o art. 1º do Decreto-lei 2.251, de 1985. Ao cargo Oficial de Polícia Federal é reconhecida a atividade jurídica e policial e seu ingresso se dará mediante concurso público de provas e títulos, exigida formação superior de bacharelado ou licenciatura.

§ 1º Os servidores titulares dos cargos transformados nos termos deste artigo fica assegurado o posicionamento na classe e padrão de vencimento em que estiverem enquadrados, sem prejuízos da remuneração e vantagens a que façam jus na data de início da vigência desta Lei, observando-se, para todos os fins, o tempo no cargo anterior, inclusive o prestado a partir da publicação desta Lei.

§ 2º O dispositivo neste artigo aplica-se aos servidores aposentados, bem como aos pensionistas.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256154495100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Guedes





A presente Emenda tem como objetivo atender a uma necessidade premente de preservação e valorização do cargo de Escrivão de Polícia Federal (EPF), por meio da alteração de sua nomenclatura para "Oficial de Polícia Federal" (OPF), refletindo com maior precisão sua natureza e funções no contexto da Polícia Federal. A proposta baseia-se em fundamentos técnicos, institucionais, jurídicos e previdenciários, abordados a seguir.

### **1. Adequação da Nomenclatura à Natureza do Cargo e às Atribuições do EPF**

O cargo de Escrivão de Polícia Federal desempenha funções essenciais e multifacetadas em todas as áreas de competência da Polícia Federal, conforme o artigo 144 da Constituição Federal e normativos correlatos. Trata-se de um cargo típico de estado, de natureza estritamente policial, com atuação em atividades técnico-científicas, operacionais e de polícia judiciária, indo muito além das atribuições meramente administrativas ou cartoriais frequentemente associadas ao termo "escrivão".

A nomenclatura atual do cargo de Escrivão de Polícia Federal (EPF) induz a comparações equivocadas com o cargo de Escrivão de Polícia Civil (EPC), já extinto após a edição da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis. Observa-se que a designação "escrivão" já não reflete a realidade organizacional das polícias brasileiras, uma vez que, nas Polícias Civis, houve a unificação dos cargos de Escrivão e Agente em uma nova estrutura funcional. Essa mudança evidencia uma tendência nacional de modernização das carreiras policiais, reforçando a necessidade de atualização também na Polícia Federal, sem juízo de valor sobre a transição feita nas Polícias Civis.

\*CD256154495100\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256154495100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Guedes



Além disso, essa nomenclatura anacrônica desconsidera as notórias distinções entre as competências da Polícia Federal e das Polícias Cíveis e, por consequência, as diferenças entre os cargos que integram essas instituições. Essa inadequação prejudica a percepção pública e jurídica acerca da verdadeira essência do cargo de EPF, criando interpretações equivocadas que comprometem sua identidade policial.

A mudança para "Oficial de Polícia Federal" representa, portanto, um ajuste necessário para alinhar a nomenclatura do cargo às suas reais atribuições, garantindo que sua representação esteja condizente com seu papel estratégico dentro da Polícia Federal. Trata-se de uma adequação que acompanha as transformações institucionais e operacionais da carreira policial federal, consolidando uma nomenclatura mais coerente com as funções desempenhadas e alinhada às evoluções da estrutura policial no Brasil.

## 2. Prevenção de Riscos Jurídicos e Previdenciários

O aumento de ações judiciais questionando a exigência do Teste de Aptidão Física (TAF) no concurso público para o cargo de EPF tem gerado interpretações que não refletem a realidade funcional do cargo e suas atribuições na Polícia Federal. Muitas dessas ações são fundamentadas na comparação equivocada com a antiga estrutura das Polícias Cíveis, quando ainda havia o cargo de Escrivão de Polícia Civil. Essa situação representa um risco concreto à integridade do cargo e pode comprometer sua correta classificação funcional, especialmente no que se refere à sua natureza estritamente policial.

A mudança de nomenclatura reforça a identidade policial do cargo, afastando interpretações imprecisas e garantindo que sua definição jurídica e previdenciária esteja alinhada à realidade das atribuições desempenhadas no



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256154495100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Guedes



dia a dia da Polícia Federal. Com isso, evita-se a formação de precedentes equivocados que possam comprometer direitos fundamentais dos ocupantes do cargo, especialmente no que diz respeito à aposentadoria policial especial, um direito reconhecido para carreiras policiais de alto risco.

### 3. Modernização Institucional da Polícia Federal

A Polícia Federal tem passado por importantes processos de modernização, incluindo a implementação do sistema de polícia judiciária eletrônico (ePol) e a transição do Inquérito Policial (IPL) do formato físico para o digital. Além disso, os órgãos do Poder Judiciário também adotaram há alguns anos sistemas processuais eletrônicos. Destarte, essas mudanças tornaram obsoletas as funções tradicionais aliadas à arquivologia e à gestão cartorária e processual arcaica, que, no passado, justificavam a nomenclatura de "escrivão".

A nova nomenclatura proposta reflete essa evolução, alinhando-se às mudanças tecnológicas e operacionais da instituição e representando um marco na modernização da Polícia Federal.

### 4. Uniformização e Preservação da Paridade entre Ativos e Inativos

A proposta contempla todos os detentores do cargo de EPF, sejam eles ativos ou inativos, assegurando a manutenção da paridade e evitando qualquer prejuízo aos direitos já adquiridos dos aposentados. Esta abordagem garante a uniformidade de direitos e deveres, eliminando quaisquer dúvidas sobre a aplicabilidade da alteração e fortalecendo a coesão entre os servidores da carreira policial federal.

\*CD256154495100\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256154495100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Guedes



## 5. Apoio Institucional e Legitimidade da Proposta

A mudança de nomenclatura foi amplamente debatida e aprovada por 96% dos Escrivães de Polícia Federal consultados em pesquisas conduzidas pela Associação Nacional dos Escrivães de Polícia Federal (ANEPF). Esse apoio demonstra a legitimidade da proposta e a sua aceitação entre os servidores da que compõem a categoria.

Portanto, a proposta responde a uma necessidade institucional, jurídica e previdenciária urgente, modernizando a nomenclatura do cargo de Escrivão de Polícia Federal para Oficial de Polícia Federal. A medida preserva a identidade e a natureza policial do cargo, alinha-se às transformações ora em curso tanto no SIPEC de forma geral como na Polícia Federal em especial, e converge com as evoluções modernas recentes havidas em outras polícias no Brasil e em outros países, assegurando os direitos de todos os servidores que compõem a categoria.

A aprovação dessa Emenda será um marco na valorização e proteção da carreira policial federal, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a modernização e a eficiência de suas instituições.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Paulo Guedes**  
**(PT - MG)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256154495100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Guedes



**MPV 1286  
00267**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à denominação do Capítulo LXXI, aos arts. 173 e 174, ao *caput* do art. 175, aos incisos V e VI do *caput* do art. 175, ao art. 176, ao *caput* do art. 177, aos §§ 1º a 3º do art. 177, aos arts. 178 a 180, ao art. 181, ao *caput* do art. 182 e aos incisos II a IV do *caput* do art. 182; e acrescentem-se incisos VII a XIII ao *caput* do art. 175 e § 4º ao art. 177 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“CAPÍTULO LXXI****DA CARREIRA DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO”**

“**Art. 173.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico – ATEDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**§ 1º** Os ocupantes do cargo de ATEDS terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

**§ 2º** O cargo efetivo de ATEDS é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo CCCVI.

**§ 2º-1.** A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, ficam reorganizados no cargo de Analista Técnico de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico – ATEDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.



**§ 3º** Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo de ATEDS.

**§ 3º-1.** O exercício descentralizado dos servidores do § 3º do artigo 173º será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.

**§ 4º** No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes do cargo de ATEDS em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 175.”

“**Art. 174.** Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de ATEDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por transformação de cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193 caput, inciso I.”

“**Art. 175.** São atribuições do cargo de ATEDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

.....

**V** – subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais;

**VI** – subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico;

**VII** – realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar, coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de engenharia de grande porte, desenvolver e realizar projetos de engenharia de transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de Engenharia sustentável;

**VIII** – desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

**IX** – avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e



organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;

**X** – executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção de qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

**XI** – desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;

**XII** – difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de Engenharia e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e

**XIII** – promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.”

“**Art. 176.** A jornada de trabalho do cargo de ATEDS da Carreira de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais.”

“**Art. 177.** O ingresso nos cargos de ATEDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

.....  
**§ 1º** O ingresso nos cargos de ATEDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.



§ 2º O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se referem os incisos I e II do caput, a habilitação legal específica a que se refere o § 1º e os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 3º O concurso público a que se refere o caput será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico.

§ 4º Os concursos públicos para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, com autorizações vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão válidos para ingresso no cargo de Analista em Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de que trata o art. 173.”

“Art. 178. Os ocupantes do cargo de ATEDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

.....”

“Art. 179. Os ocupantes do cargo de ATEDS não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

.....”

“Art. 180. O subsídio dos ocupantes do cargo de ATEDS não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:

.....”

“Art. 181. O desenvolvimento do servidor na Carreira de Engenharia e Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.”

“Art. 182. Os ocupantes do cargo de ATEDS somente poderão:

.....





**II** – ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de nível mínimo **10** ou equivalente;

**III** – ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo **10** ou equivalente; ou

**IV** – ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 10 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de **cem mil** habitantes.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024<sup>[1]</sup> estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)<sup>[2]</sup>, tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010<sup>[3]</sup> que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de Engenharia e desenvolvimento



socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Engenharia, Exatas e Engenharias[4], com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[5], com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[6], com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços



– MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, da forma proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação (...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;

II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;

III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;

IV - gestão dinâmica da força de trabalho;

V - priorização das atividades estratégicas e complexas;

VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;



IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo; e

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

### **Requisitos para estruturação de cargos**

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024<sup>[7]</sup> (atual Lei nº 14.875/2024<sup>[8]</sup>) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.



Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;
8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;
9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Por esses motivos, submete-se à apreciação dos Nobres Pares a presente Emenda consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os



artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, como estão sendo propostas, razão pela qual devem ser substituídos.

[1] <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/532194/1/Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20DOU%20-%20Imprensa%20Nacional.pdf>

[2] <https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/guias/guia-mnnp.pdf>

[3] [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm)

[4] [https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital\\_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[5] [https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital\\_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[6] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[7] <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=242588>

[8] <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14875-31-maio-2024-795709-publicacaooriginal-171939-pl.htm>



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Eduardo Gomes**  
**(PL - TO)**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS** **MPV 1286**  
**00268****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024****(à MPV 1286/2024)**

Altera o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MP 1286/2024 para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** A tabela **b** do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela **e** do Anexo CCXXIV;

**Art. 2º** A tabela **a** do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.

**Art. 3º** A emenda entra em vigor na data da sua aprovação e será retroativa a 1º de janeiro de 2025 para fins financeiros.

**Justificativa da Emenda Parlamentar à MP 1286/2024**

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das Universidades Federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser de 9% (*nove por cento*), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (*cinco por cento*), a partir de abril de 2026. Além disso, restou estabelecido um percentual de 4% de “step”, entre os níveis salariais para o ano de 2025, e de 4,1% para 2026, entre os referidos níveis, o que caracteriza medida crucial para assegurar a progressão na carreira e a valorização desses profissionais. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários e não alterou os percentuais de “steps” acordados. A inclusão dos citados percentuais de forma correta, tanto do reajuste quanto dos “steps”, é uma questão fundamental para corrigir distorções salariais e assegurar uma estrutura de crescimento justa e coerente com as responsabilidades inerentes às carreiras de médico e médico veterinário. Caso isto não seja revertido, **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE**. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005**;

\*CD25399981100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253999981100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Aírton Félix Cirilo







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

2 – A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#), é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua **cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

### TERMO DE ACORDO Nº 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arripio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253999981100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Ailton Félix Cirilo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

**§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder**, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253999981100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Aírton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

Sala de Comissões, de fevereiro de 2025.

Deputado Federal José Airton Félix Cirilo

(PT-CE)

ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

- a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P3 1	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P3 2	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P3 3	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P3 4	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P3 5	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P3 6	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78

\* C D 2 5 3 9 9 9 8 1 1 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253999981100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Médico  Veterinário	P3 7	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P3 8	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P3 9	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P4 0	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P4 1	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P4 2	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P4 3	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P4 4	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P4 5	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P4 6	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P4 7	16.809,34	17	16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P4 8	17.464,91	18	17	16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P4 9	18.146,04	19	18	17	16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PIS O	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
Médico	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
Médico	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
Veterinário	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253999981100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Aírton Félix Cirilo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

rio			3	2	1	0			
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

\* C D 2 5 3 9 9 8 1 1 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253999981100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Airton Félix Cirilo



**MPV 1286  
00269**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 5º-B; e acrescentem-se inciso IV ao *caput* do art. 5º-B e parágrafo único ao art. 5º-B, todos da Lei nº 10.855, de 1 de abril de 2004, na forma proposta pelo art. 122 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 5º-B.** São atribuições exclusivas da Carreira do Seguro Social, entre outras dispostas em regulamento:

.....  
**IV** – outras atribuições previstas em regulamento.  
.....

**Parágrafo único.** As atribuições da Carreira do Seguro Social são consideradas atividades exclusivas do Estado.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo da emenda é atribuir de forma exclusiva à Carreira do Seguro Social as atividades de concessão, gestão e controle dos benefícios previdenciários e sociais, atualmente geridos pelo INSS, e estabelecer tais atividades como exclusivas do Estado.

A medida justifica-se pela relevância dessas políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, bem como pela magnitude dos recursos que esses benefícios representam no orçamento público.

O INSS realiza o pagamento mensal de mais de 40 milhões de benefícios previdenciários e sociais. Em termos orçamentários, em 2024, os benefícios previdenciários representaram quase R\$ 1 trilhão, enquanto o

ExEdit  
\*CD251667301600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251667301600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde



Benefício de Prestação Continuada (BPC) representou mais de R\$ 111 bilhões, correspondendo a quase um terço do orçamento efetivo da União.

Os valores pagos em benefícios previdenciários e sociais representam aproximadamente 10% do PIB estimado para 2024. Tais pagamentos são essenciais para a subsistência das famílias, para a movimentação da economia e para o desenvolvimento regional, como demonstrado por estudo do Ministério das Cidades de 2010, que evidenciou que os valores dos benefícios previdenciários e sociais superavam, em mais de 70% dos municípios, os repasses do Fundo de Participação.

A arrecadação é uma atividade exclusiva do Estado, representando apenas uma das vertentes das políticas redistributivas. Considerando a importância e a abrangência das atividades de concessão, gestão e controle dos benefícios previdenciários e sociais, que constituem a outra extremidade dessas políticas, é fundamental reconhecer a sua relevância.

Essa medida visa garantir maior controle e eficiência na implementação dessas políticas, assegurando que os benefícios cumpram sua função social, alcançando de maneira eficaz aqueles que realmente necessitam e têm direito. Por essas razões, solicito aos nobres pares a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Cleber Verde**  
(MDB - MA)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251667301600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde



**MPV 1286  
00270**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à denominação do Capítulo LXII; e acrescente-se art. 157-1 ao Capítulo LXII da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“CAPÍTULO LXII**

**DOS CARGOS DE MÉDICO, ENGENHEIROS E  
ARQUITETOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL**

**Art. 157-1.** O Capítulo I da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção XXV:

**Seção XXV**

**Dos cargos de Engenheiro/Área, Engenheiro de Segurança  
do Trabalho, Engenheiro Agrônomo e Arquiteto**

Art. 54-A. A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Engenheiro/área, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Engenheiro Agrônomo e Arquiteto e Urbanista do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de vinte horas semanais.

§ 1º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de quarenta horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º Os servidores que optarem pela jornada de quarenta horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta





jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca corrigir uma distorção na valorização dos engenheiros, arquitetos e urbanistas das Instituições Federais de Ensino (IFES), regidos pela Lei nº 11.091/2005, ao equiparar sua jornada e remuneração ao tratamento já concedido aos médicos veterinários, conforme previsto na Lei nº 12.702/2012.

A Lei nº 4.950-A/1966 estabelece o salário mínimo profissional para engenheiros, arquitetos, engenheiros agrônomos e médicos veterinários, mas sua aplicação é restrita à iniciativa privada e empresas estatais, não se estendendo automaticamente aos servidores públicos. No entanto, o governo federal reconheceu a necessidade de diferenciação ao sancionar a Lei nº 12.702/2012, que fixou a jornada reduzida e a proporcionalidade salarial para médicos veterinários ocupantes dos cargos de Técnicos Administrativos em Educação (Lei 11.091/2005). Dessa forma, a inclusão dos engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos na mesma regra é uma medida justa e coerente com o modelo já aplicado.

Esses profissionais desempenham um papel estratégico na infraestrutura das instituições federais de ensino, sendo responsáveis pelo planejamento, execução e manutenção de projetos essenciais à qualidade da educação e à otimização do uso de recursos públicos. A valorização dessas carreiras é fundamental para garantir a continuidade e eficiência dos investimentos na estrutura física das universidades e institutos federais.

Além disso, a presente emenda não altera os valores reservados no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), pois o impacto financeiro será absorvido pela previsão do Art. 131 da Medida Provisória nº 1.286/2024, que cria 6.060 cargos de Analista em Educação (nível superior). O detalhamento das áreas, especialidades e atribuições desses cargos será estabelecido em regulamento,



permitindo a inclusão dos profissionais aqui contemplados sem aumento de despesa além do já previsto.

Por fim, a proposta não cria novos cargos, mas promove a isonomia necessária entre categorias estratégicas do serviço público. A equiparação da jornada e remuneração contribuirá para a retenção de profissionais altamente qualificados, a melhoria das condições de trabalho e a continuidade de projetos essenciais ao desenvolvimento da educação federal no Brasil.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Wellington Fagundes**  
(PL - MT)



**MPV 1286**  
**00271**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 10-B da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, como proposto pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 10-B.....

.....

§ 3º Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado ou com ambiente organizacional, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta de emenda visa aprimorar a redação do dispositivo, garantindo maior clareza e alinhamento conceitual com a Lei da Carreira PCCTAE (Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação).

O conceito de "ambiente organizacional", conforme definido na Lei da PCCTAE, refere-se à área específica de atuação do servidor, composta por atividades afins ou complementares, organizadas a partir das necessidades institucionais. Esse conceito foi adotado pelo Legislador com o objetivo de ampliar as oportunidades de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255888170100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna

ExEdit  
\*CD255888170100\*



desenvolvimento dos servidores, considerando a diversidade de funções e demandas presentes nas Instituições Federais de Ensino (IFEs).

A alteração proposta busca assegurar que a aceleração da progressão por capacitação esteja alinhada não apenas ao cargo ocupado, mas também ao ambiente organizacional em que o servidor atua. Dessa forma, promove-se uma política de desenvolvimento de pessoal mais coerente com as necessidades institucionais e com a realidade multifacetada das IFEs.

Cabe destacar que a mudança é de natureza conceitual e não acarreta impactos orçamentários, mantendo-se os requisitos já estabelecidos. Portanto, a emenda visa fortalecer a política de capacitação e desenvolvimento dos servidores, garantindo maior clareza normativa e alinhamento com os princípios que orientam a carreira PCCTAE.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Fernanda Melchionna**  
**(PSOL - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255888170100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna



\*CD255888170100\*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00272**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 0 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 0.** A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 37.** .....

.....  
§ 5º A redistribuição a que se refere o § 2º deste artigo independe da anuência dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal cujos cargos estiverem vagos se estes, no período de 1 (um) ano contado da data vacância, não adotarem nenhum procedimento formal para o preenchimento deles.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

De acordo com as regras vigentes, a redistribuição de cargos vagos de professores universitários ocorre mediante ato conjunto do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) com as universidades federais envolvidas (a de origem e a de destino do cargo). Consequentemente, a recusa da universidade federal detentora do cargo vago pode inviabilizar a redistribuição.

Sem dúvida, isso prejudica a prestação dos serviços públicos, porque uma universidade que necessite de mais professores para atender as demandas de

ExEdit  
\*CD257507301300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257507301300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho



seus cursos pode ficar impedida de reforçar o seu quadro de pessoal ainda que haja cargos vagos que de professores universitários em outra instituição.

Nesse contexto, esta Emenda visa flexibilizar essa regra, por meio do afastamento da necessidade da anuência da universidade detentora do cargo vago caso ela, no período de 1 ano após a vacância, não adote nenhum procedimento formal para o preenchimento dessa vaga.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado Mendonça Filho**  
**(UNIÃO - PE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257507301300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho



**MPV 1286  
00273**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 0 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 0.** Art\_\_ O § 1º do art. \_\_ da Medida Provisória nº 1286/2024 passa a vigorar com a seguinte redação: “A estrutura remuneratória da Polícia Civil do Distrito Federal e das Polícias Cíveis dos ex-Territórios Federais observará a simetria com os subsídios da Polícia Federal, considerando a identidade de atribuições desenvolvidas por essas carreiras.””

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda busca assegurar que a estrutura remuneratória da Polícia Civil do Distrito Federal e das Polícias Cíveis dos ex-Territórios Federais observe a simetria com os subsídios da Polícia Federal, em razão da identidade de atribuições desenvolvidas por essas carreiras.

Importante ressaltar que a Polícia Federal nasceu da Polícia Civil, sendo, no início, uma única instituição policial. Com o tempo, essa polícia foi dividida em dois departamentos: um responsável por cuidar dos bens e direitos do Governo Federal e tudo o que dizia respeito ao direito da União, e outro responsável por cuidar da segurança e da investigação no Distrito Federal, a capital da República. Essa divisão reflete a continuidade das atribuições essenciais, que, embora distribuídas, têm o mesmo fundamento no sistema de segurança pública.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259189925400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Além disso, tanto a Polícia Civil do Distrito Federal quanto a Polícia Federal e as Polícias Cíveis dos ex-Territórios Federais são remuneradas pela União, por força constitucional, o que reforça a simetria de subsídios entre essas carreiras, assegurando um tratamento justo e coerente. A simetria de subsídios garante coerência no tratamento das carreiras, valorizando os profissionais e promovendo a eficiência institucional.

A medida também fortalece a segurança jurídica ao alinhar a estrutura remuneratória das carreiras policiais que compartilham atribuições e responsabilidades análogas. Dessa forma, a emenda busca aprimorar a legislação de forma justa e coerente, sem criar distorções entre carreiras que desempenham funções idênticas dentro do sistema de segurança pública nacional.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259189925400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD259189925400\*  
ExEdit





**MPV 1286  
00274****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se ao art. 131 da Medida Provisória nº 1286/2024 no que modifica o texto da Lei 11.091/95, com a adição do seguinte artigo:

Art. 12 – B. Será garantido a todos os servidores, ativos ou inativos, os benefícios do reconhecimento de saberes não instituídos resultante da sua atuação profissional, independente do grau de titulação.

§ 1º O reconhecimento de saberes não instituídos ou quaisquer benefícios congêneres, vinculados ou não ao incentivo a qualificação, serão estendíveis a todos os níveis de titulação, inclusive ao portador de título de doutor.

§ 2º Para a instituição de quaisquer benefícios descritos no parágrafo anterior, considerará a complexidade entre os graus de titulação, devido ao grau de maior titulação a retribuição proporcionalmente superior aos demais.”

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda tem como objetivo prestigiar qualificação e a capacitação profissional, garantindo de forma isonômica a todos os servidores o reconhecimento de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250865348400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mersinho Lucena



seus saberes e competências resultante da sua atuação profissional, sem discriminação de grau acadêmico e profissional, ou se ativo ou inativo.

A proposta encontra amparo nos princípios e diretrizes da própria Lei 11.091/2005, que rege o PCCTAE, em seu art. 3º, inciso IV, prevê que sejam reconhecidos os saberes não instituídos resultantes da atuação profissional no desenvolvimento de atividades relacionadas a ensino, pesquisa e extensão para todos:

Art. 3º A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará os seguintes princípios e diretrizes:

(...)

IV - Reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão (BRASIL, 2005).

Além disso, encontra amparo nos princípios Constitucionais da legalidade, igualdade, moralidade, proporcionalidade e eficiência.

Cabe ressaltar que a presente proposta não tem impacto financeiro, visa apenas resguardar os direitos de todos os servidores, independente do grau de titulação, de alcançar os reconhecimentos pelos seus saberes e experiências profissionais.

Por fim, o objetivo dessa emenda é fortalecer uma atuação mais eficiente das Instituições Federais de Ensino Superior, para que assim no campo acadêmico e científico todos os profissionais possam continuar a impulsionar a produção de conhecimento e contribuir com a formação de novos profissionais que impactam diretamente na educação, inovação, economia e progresso do país.

---

**DEPUTADO/SENADOR**

\* 0 0 2 5 0 8 6 5 3 4 8 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250865348400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mersinho Lucena



**MPV 1286  
00275**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

**Art.** Acrescente-se à Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, o art. 4º - H, na forma proposta pelo art. 36 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, nos termos a seguir:

“Art. 4-H Fica instituído Indenização de Incentivo à Qualificação – IIQ, concedido aos titulares de cargos de provimento efetivo aos integrantes do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal da Polícia Federal, de que trata a Lei 10.683 de 28 de maio de 2003, portadores de títulos, diplomas ou certificados de conclusão de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, em instituições de ensino credenciadas ou reconhecidas pelo Ministério da Educação, desde que acima da escolaridade exigida para ingresso por concurso público, que incidirá sobre a maior remuneração do respectivo cargo, da seguinte forma:

I - 40% (quarenta por cento), em se tratando de título de Mestre e/ou Doutor;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251982861300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



II- 30% (trinta por cento), em curso de especialização em nível de pós graduação “Lato Sensu”, com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;

III – 20% (vinte por cento) em caso de diploma de curso de graduação superior ou habilitação legal equivalente;

IV– 15% (quinze por cento), na conclusão de curso de ensino médio ou habilitação técnica específica equivalente, exclusivamente para servidor ocupante de cargo efetivo de nível auxiliar; e

V- 10% (dez por cento) ao servidor que possuir conjunto de ações de capacitação correlatas com as atribuições exercidas, que totalize pelo menos 120 (cento e vinte) horas.

§ 1º Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente mais de um percentual dentre os previstos nos incisos I a IV deste artigo.

§ 2º Os percentuais relativos às ações de capacitação previstas no inciso V deste artigo terão efeito financeiro pelo prazo de 4 (quatro) anos podendo ser acumulados com um dos adicionais previstos nos itens de I a IV deste artigo.

§ 3º A indenização de incentivo a qualificação será devido a partir da data de apresentação do título, diploma ou certificado, desde que tenha sido obtido anteriormente à data da inativação.

§ 4º As demais considerações, correlações e requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais deverão ser regulamentadas em ato do Diretor Geral da Polícia Federal, observada a legislação vigente.”(NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251982861300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



## JUSTIFICAÇÃO

Os servidores ocupantes de cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Federal, órgão permanente de Estado, organizada e mantida pela União, integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, estruturada em carreiras policial e administrativa, fundada na hierarquia e disciplina, são essenciais à segurança pública, à justiça criminal e à defesa das instituições democráticas.

A Indenização de Incentivo a Qualificação - IIQ no modelo em pauta, proposto para os servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682 de 28 de maio de 2003, estimula a manutenção de pessoal e o autodesenvolvimento num processo de formação profissional condicionado a crescente obtenção de graus, títulos ou certificados de conclusão de cursos em áreas de interesse da Polícia Federal, tendo por finalidade a dignificação e valorização do servidor em sua trajetória na carreira, atrelada a melhoria do desempenho individual e institucional, e a consequente, excelência da qualidade do atendimento e serviços prestados pela Polícia Federal a sociedade brasileira.

Diversas carreiras da administração pública federal já recebem este incentivo a capacitação a título de “Adicional de Titulação”, “Incentivo a Qualificação”, “Gratificação de Qualificação”, “Retribuição de Titulação” ou “Adicional de Qualificação”, segundo informações e dados do Painel Estatístico de Pessoal - PEP[1] de hoje, lista uma grande diversidade de carreiras que recebem o referido benefício por titulação, tais como a carreira de Ciência e Tecnologia; DNIT, DNPM, IBAMA, FNDE; FIOCRUZ; HFA; e CENP; INMETRO; IBGE;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251982861300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD251982861300\*  
ExEdit



INEP; INPI; Infraestrutura; Tecnologia Militar; Magistério; Técnicos Administrativos em Educação dentre outras.

A Câmara dos Deputados também já oferece este adicional aos seus servidores de carreira, o Tribunal de Contas da União- TCU e o Ministério Público da União- MPU, tendo sido o referido benefício instituído no âmbito do judiciário pela Lei nº11.419/2006, acompanhado pelo Poder Judiciário dos Estados.

A indenização de Incentivo a Qualificação- IIQ, aqui proposto, agrega-se e valoriza a atual situação dos integrantes do plano de cargos, visto que a carreira detém, em sua grande maioria, especialização para desempenhar atividades complexas que o órgão exige. O próprio Painel Estatístico de Pessoal aponta que cerca de 30% dos servidores integrantes do Nível Intermediário, aproximadamente 1.400 servidores, por exemplo, possuem formação de nível superior e/ ou alguma especialização.

O objetivo deste incentivo é atrair e reter profissionais com qualificações compatíveis com a natureza, o crescente grau de complexidade e responsabilidades dos cargos do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, com vista à formação de um corpo funcional de alto nível dentro da Polícia Federal, instituindo um serviço público moderno, profissionalizado, responsável, eficiente e democrático.

[1] <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/>

\*CD251982861300\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251982861300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251982861300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD251982861300\*  
ExEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD251982861300\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251982861300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





**MPV 1286  
00276**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

**Acrescente-se ao art. 4º -E da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003 o inciso IV e os parágrafos a seguir, renumerando-se os demais:**

“Art.4

-

E.....

.....

**IV - Gratificação por Exercício de Atividade em Local de Risco.**

§ Os valores referentes Gratificação por Exercício de Atividade em Local de Risco de que trata o inciso IV do caput deste artigo serão integrados à remuneração dos servidores de que trata esta Lei, a partir da entrada em vigor desta lei.

§ A gratificação será no valor de R\$ 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais).

§ A percepção da referida gratificação impede o recebimento cumulativo com outros adicionais, gratificações e verbas indenizatórias

ExEdit  
\*CD251982898200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251982898200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



previstas em Lei, cujo objeto seja o mesmo da Gratificação por Exercício de Atividade em Local de Risco instituída por esta Lei.”(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A proposta de criação da Gratificação por Exercício de Atividade em Local de Risco para os servidores administrativos da Polícia Federal, nos moldes da inserção do inciso IV, ao art. 4º - E, da Lei 10.682, de 28 de maio de 2003, fundamenta-se na necessidade de mitigar as vulnerabilidades enfrentadas por esses profissionais no desempenho de suas funções em ambientes de risco inerente à segurança pública.

Os servidores administrativos exercem suas atividades diretamente no ambiente policial, muitas vezes em locais onde estão armazenados armamentos, munições, coletes e equipamentos sensíveis, tornando-se potenciais alvos de facções criminosas. Além disso, participam de processos essenciais, como importação e despacho aduaneiro de armamentos e equipamentos de segurança, necessitando acompanhar o transporte e a conferência de milhares de armas e dispositivos especializados. Esses fatores aumentam significativamente o grau de exposição ao risco.

Outro aspecto relevante é que, ao compartilharem o mesmo ambiente institucional com os policiais federais, esses servidores também estão sujeitos a situações de extrema tensão e periculosidade. Unidades da Polícia Federal são frequentemente palco de lavratura de autos de prisão em flagrante, com a permanência de custodiados no local até a conclusão dos procedimentos legais. Ademais, há o contato constante com policiais armados, os quais podem estar submetidos

\*CD251982898200\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251982898200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



a elevados níveis de estresse, aumentando o risco de incidentes que comprometam a integridade física dos servidores administrativos.

A percepção da sociedade e do crime organizado sobre a atuação desses profissionais também deve ser considerada. O cidadão que busca atendimento na Polícia Federal não distingue de imediato se está sendo atendido por um policial ou por um servidor administrativo. Do mesmo modo, grupos criminosos também não fazem essa diferenciação ao planejarem ataques contra instalações da PF, colocando todos os ocupantes do ambiente sob o mesmo grau de risco.

Além da questão de segurança, há um grave problema de evasão de servidores administrativos, causado pela falta de incentivos adequados e pela remuneração defasada em relação às atribuições desempenhadas. Esse êxodo compromete a estrutura administrativa da Polícia Federal, sobrecarregando os policiais com atividades burocráticas que poderiam ser desempenhadas por servidores especializados, prejudicando a eficiência das ações policiais e investigativas.

A proposta legislativa prevê a inclusão do inciso IV ao artigo 4º-E da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, para instituir a Gratificação por Exercício de Atividade em Local de Risco. A concessão desse benefício é essencial para reconhecer a exposição ao perigo a que esses profissionais estão submetidos, assegurar condições mais justas de trabalho e fortalecer a carreira administrativa, garantindo a retenção de talentos e a melhoria da gestão na Polícia Federal.

Portanto, diante dos fatos expostos, é imperativo que a Gratificação por Exercício de Atividade em Local de Risco seja implementada, garantindo uma contraprestação justa para os servidores administrativos que, mesmo sem portar armas ou



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251982898200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD251982898200\*  
Edit



equipamentos de proteção, estão inseridos no mesmo contexto de risco enfrentado pelos policiais federais.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251982898200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD251982898200\*  
ExEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD251982898200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251982898200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00277**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Substituam-se os arts. 173 a 182 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**CAPÍTULO LXXI****DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

Art. 173. Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Os ocupantes do cargo de ATIDS terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

§ 2º O cargo efetivo de ATIDS é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo CCCVI.

§ 3º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



XII da Lei nº 12.277/2010, ficam reorganizados no cargo de Analista Técnico de Infraestrutura

e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.

§ 4º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo de ATIDS.

§ 5º O exercício descentralizado dos servidores do § 3º do artigo 173º será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.

§ 6º No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes do cargo de ATIDS em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

Art. 174. Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de ATIDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por transformação de cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193 caput, inciso I.

Art. 175. São atribuições do cargo de ATIDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

I - executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de desenvolvimento socioeconômico;

II - executar atividades de assistência técnica no planejamento, na implementação, na análise e na avaliação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento regional e territorial sustentável, seja agrário ou urbano;

III - analisar a viabilidade econômica de projetos de investimento e de desenvolvimento sustentável;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



\*CD255291185400\*  
ExEdit



IV - analisar e avaliar dados socioeconômicos que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das políticas de indústria, micro e pequenas empresas, comércio, serviços, comércio exterior, agricultura, infraestrutura, inovação e demais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do País;

V - subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais;

VI - subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico;

VIII - realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar, coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, desenvolver e realizar projetos de infraestrutura de transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de infraestrutura sustentável;

IX - desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

X - avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante





XI - executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção de qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a

elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

XII - desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;

XIII - difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e

XIV - promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.

Art. 176. A jornada de trabalho do cargo de ATIDS da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais.

Art. 177. O ingresso nos cargos de ATIDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

I - provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório; e

II - curso de formação, de caráter eliminatório e classificatório.

\*CD255291185400\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



§ 1º O ingresso nos cargos de ATIDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

§ 2º O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se referem os incisos I e II do caput, a habilitação legal específica a que se refere o § 1º e os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 3º O concurso público a que se refere o caput será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico.

§ 4º Os concursos públicos para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos

de que trata o Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, com autorizações vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão válidos para ingresso no cargo de Analista em Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de que trata o art. 173º.

Art. 178. Os ocupantes do cargo de ATIDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. Os valores do subsídio são os constantes do Anexo CCCVII.

Art. 179. Os ocupantes do cargo de ATIDS não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas – VPNI, de qualquer origem e natureza;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



\*CD255291185400\*  
ExEdit



II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por força do disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

penosas;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou

X - adicional noturno; XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 180.

Art. 180. O subsídio dos ocupantes do cargo de ATIDS não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:

ExEdit  
\*CD255291185400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, da Constituição, e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 181. O desenvolvimento do servidor na Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

Art. 182. Os ocupantes do cargo de ATIDS somente poderão:

I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;

II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de nível mínimo 13 ou equivalente;

III - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo 15 ou equivalente; ou

IV - ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 15 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de quinhentos mil habitantes.

\*CD255291185400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



**ANEXO CCCVI**  
**ESTRUTURA DO CARGO INTEGRANTE DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E**  
**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico	ESPECIAL	V
		V
		III
		II
		I
	CLASSE	V
		V
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



exEdit  
\*CD255291185400\*

**ANEXO CCCVI - A**  
**TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE ANALISTA TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA				
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO		
Cargos: Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos (Anexo XII da Lei nº 12.277/2010)	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico		
		II	V				
		I	III				
		VI	II				
		V	I				
	C	IV	V	C			
		III	V				
		II	III				
		I	II				
		B	VI			I	B
			V			V	
			IV			IV	
			III			III	
	II		II				
	I		I				
	A	V	V	A			
		IV	IV				
		III	III				
		II	II				
		I	I				



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



ANEXO CCCVII  
CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

TABELA DE SUBSÍDIO

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO
ESPECIAL	V	21.070,00
	V	20.341,06
	III	19.637,34
	II	18.957,97
	I	18.302,09
CLASSE	V	17.057,64
	V	16.467,51
	III	15.897,80
	II	15.347,80
	I	14.816,83
B	V	13.809,35
	IV	13.331,60
	III	12.870,38
	II	12.425,12
	I	11.995,26
A	V	11.179,64
	IV	10.792,87
	III	10.419,47
	II	10.059,00
	I	9.711,00

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024[1] estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) [2], tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do

ExEdit  
\*CD255291185400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010[3] que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias[4], com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



\*CD255291185400\*  
ExEdit





INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[5], com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[6], com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, da forma proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação (...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



- II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
  - III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
  - IV - gestão dinâmica da força de trabalho;
  - V - priorização das atividades estratégicas e complexas;
  - VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
  - VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
  - VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
  - IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
- e
- X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

#### Requisitos para estruturação de cargos

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

- I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;
- II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e
- III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

- I - idênticas ou similares às de cargos existentes;
- II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou
- III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024[7] (atual Lei nº 14.875/2024[8]) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;

\* CD 255291185400 \*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;

8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;

9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Por esses motivos, submete-se à apreciação dos Nobres Pares a presente Emenda consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, como estão sendo propostas, razão pela qual devem ser substituídos.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sóstenes Cavalcante**  
(PL - RJ)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255291185400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante

exEdit  
\*CD255291185400\*



**MPV 1286  
00278**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

**Art.** Alterem-se as tabelas do Anexos II e V da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, e a Tabela VI do Anexo XLV da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, que trata sobre a remuneração do mesmo plano especial de cargo, passando a vigorar na forma dos Anexos LII, LIII, LIV e LV, na forma proposta pelo Art. 37 desta Medida Provisória, nos termos a seguir:

**ANEXO I****(Altera o Anexo II à Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003)**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO  
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA POLÍCIA FEDERAL

a) Vencimento básico no nível superior;

CLA SSE	PA DR ÃO	VENCIMENTO BÁSICO - 01/02/2024	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2025	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2026
ESP ECI AL	III	4713,84	6127,992	7966,3896
	II	4621,4	6007,82	7810,166
	I	4530,79	5890,027	7657,0351
C	VI	4398,83	5718,479	7434,0227
	V	4312,58	5606,354	7288,2602
	IV	4228,03	5496,439	7145,3707
	III	4145,14	5388,682	7005,2866
	II	4063,85	5283,005	6867,9065
	I	3984,18	5179,434	6733,2642
B	VI	3868,14	5028,582	6537,1566
	V	3792,3	4929,99	6408,987

	IV	3717,94	4833,322	6283,3186
	III	3645,05	4738,565	6160,1345
	II	3573,58	4645,654	6039,3502
	I	3503,52	4554,576	5920,9488
A	VI	3401,47	4421,911	5748,4843

ExEdit  
\*CD253946209900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	V	3334,78	4335,214	5635,7782
	IV	3269,39	4250,207	5525,2691
	III	3205,25	4166,825	5416,8725
	II	3142,43	4085,159	5310,7067

b) Vencimento básico do nível intermediário;

CLAS SE	PAD RÃ O	VENCIMENTO BÁSICO - 01/02/2024	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2025	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2026
ESPE CIAL	III	3133,73	4073,849	5296,0037
	II	3127,46	4065,698	5285,4074
	I	3121,22	4057,586	5274,8618
C	VI	3102,6	4033,38	5243,394
	V	3096,42	4025,346	5232,9498
	IV	3090,23	4017,299	5222,4887
	III	3084,06	4009,278	5212,0614
	II	3077,9	4001,27	5201,651
	I	3071,76	3993,288	5191,2744
B	VI	3047,3	3961,49	5149,937
	V	3041,17	3953,521	5139,5773

	IV	3035,05	3945,565	5129,2345
	III	3028,94	3937,622	5118,9086

\*CD253946209900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



A	II	3022,83	3929,679	5108,5827
	I	3016,73	3921,749	5098,2737
	VI	2999,93	3899,909	5069,8817
	V	2993,08	3891,004	5058,3052
	IV	2986,14	3881,982	5046,5766
	III	2980,14	3874,182	5036,4366
	II	2981,14	3875,482	5038,1266

c) Vencimento básico do nível auxiliar:

CLASS E	PADR ÑO	VENCIMENTO (1º FEV 2024)	VENCIMENTO (1º JUN 2025)	VENCIMENTO (1º JUN 2026)	BÁSICO
ESPEC IAL	III	R\$ 2.423,29	3150,28	4111,11	
ESPEC IAL	II	R\$ 2.418,62	3144,21	4103,19	
ESPEC IAL	I	R\$ 2.413,97	3138,16	4095,30	

ANEXO II

(Altera Anexo V à Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE  
APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO À POLÍCIA FEDERAL – GDATPF

a) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível superior:

CLAS SE	PAD RÃO	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º FEV 2024)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2025)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2026)
ESPE CIAL	III	69,6	76,56	79,25
	II	67,94	74,78	77,63
	I	66,42	73,12	73,7
C	VI	72,4	79,3	81,75
	V	62,74	70,3	71,87
	IV	61,15	68,67	70,34
	III	59,71	67,17	68,93
	I	58,4	65,82	67,63
B	V	58,3	65,72	67,53
	IV	56,95	64,15	65,93
	III	55,7	62,7	64,45
	II	54,54	61,35	63,08
	I	53,47	60,12	61,83

\* C D 2 5 3 9 4 6 2 0 9 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



A	V	52,48	59	60,69
	IV	51,55	57,95	59,63
	III	50,69	56,97	58,65

	II	49,9	56,05	57,72
	I	44,14	48,55	51,25

b) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível intermediário:

CLAS SE	PAD RÃ O	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º FEV 2024)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2025)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2026)
ESPEC IAL	III	37,97	41,76	50,61
	II	37,67	41,43	49,8
	I	37,37	41,10	48,99
C	VI	36,86	40,55	48,99
	V	36,5	40,2	48,36
	IV	36,28	39,9	46,55
	III	35,91	39,5	45,85
	I	35,59	39,09	44,92
B	V	34,11	37,88	43,29
	IV	33,43	37,27	42,49

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	III	32,81	36,69	41,73
	II	32,51	36,37	40,92
	I	32,27	35,49	40,23
A	V	32,24	36,29	39,41

	IV	31,86	35,86	38,77
	III	31,47	35,4	38,11
	II	31,06	34,92	37,43
	I	30,82	34,59	35,8

c) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível auxiliar:

CLAS SE	PADR ÑO	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º FEV 2024)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2025)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2026)
ESPEC IAL	III	16,54	18,19	22,92
ESPEC IAL	II	16,46	18,11	22,32
ESPEC IAL	I	16,41	18,07	21,73

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANEXO III

(Altera Tabela VI do Anexo XLV da Lei nº  
12.702, de 7 de agosto de 2012) Tabela VI  
- Plano Especial de Cargos da Polícia Federal

a) Vencimento Básico dos Cargos de Médico do Plano  
Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682,  
de 28 de maio de 2003, com jornada de 40 horas semanais:

CLASS E	PADR ãO	VENCIMENTO BÁSICO (1º FEV 2024)	VENCIMENTO BÁSICO (1º JUN 2025)	VENCIMENTO BÁSICO (1º JUN 2026)
ESPEC IAL	III	R\$ 8.249,20	R\$ 8.414,18	R\$ 8.642,02
	II	R\$ 8.087,45	R\$ 8.249,20	R\$ 8.372,56
	I	R\$ 7.697,95	R\$ 7.851,91	R\$ 8.064,52
C	VI	R\$ 7.697,95	R\$ 7.851,91	R\$ 8.064,52
	V	R\$ 7.539,07	R\$ 7.547,04	R\$ 7.751,39
	IV	R\$ 7.399,06	R\$ 7.399,06	R\$ 7.551,39
	III	R\$ 7.171,76	R\$ 7.253,99	R\$ 7.450,41

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



B	I	R\$ 7.111,76	R\$ 7.253,99	R\$ 7.450,41
	V	R\$ 6.909,23	R\$ 7.094,52	R\$ 7.091,58
	IV	R\$ 6.790,78	R\$ 6.976,23	R\$ 6.816,22
	III	R\$ 6.636,52	R\$ 6.636,52	R\$ 6.816,22
	II	R\$ 6.486,65	R\$ 6.378,84	R\$ 6.423,10
	I	R\$ 6.233,77	R\$ 6.378,84	R\$ 6.423,10
A	V	R\$ 5.932,57	R\$ 6.067,50	R\$ 6.113,75
	IV	R\$ 5.725,44	R\$ 5.876,07	R\$ 5.921,08
	III	R\$ 5.521,44	R\$ 5.685,93	R\$ 5.884,93
	II	R\$ 5.409,27	R\$ 5.584,93	R\$ 5.884,93
	I	R\$ 5.249,27	R\$ 5.609,26	R\$ 5.656,39

b) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - GDM-PECPF dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 2003, com jornada de 20 horas semanais:

Classe	Padrão	A partir de 01/02/2024 (R \$)	A partir de 01/06/2025 (R \$)	A partir de 01/06/2026 (R \$)
Especial	III	4124,61	4207,17	4321,02
	II	4043,73	4126,4	4236,29
	I	3974,73	4048,64	4153,85
C	VI	3948,97	3925,75	4045,32

\*CD253946209900\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	V	3819,94	3897,9	4003,63
	IV	3706,78	3781,34	3882,93
	III	3612,14	3685,38	3783,5
	II	3565,97	3636,99	3733,79
	I	3525,69	3595,35	3690,87
B	VI	3486,07	3554,39	3648,76
	V	3454,65	3521,94	3615,48
	IV	3423,39	3489,66	3581,9
	III	3365,81	3430,73	3521,45
	II	3126,88	3189,42	3275,78
	I	3065,58	3126,89	3211,56
A	V	2976,29	3035,81	3086,88
	IV	2860,71	2917,93	2964,76

	III	2804,62	2860,76	2898,18
	II	2749,62	2804,62	2900
	I	2700	2750	2800

**c) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - GDM-PECPF dos cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 2003, com jornada de 40 horas semanais:**

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Classe	Padrão	A partir de 01/02/2024 (R \$)	A partir de 01/06/2025 (R \$)	A partir de 01/06/2026 (R \$)
Especial	III	48,95	49,93	79,25
	II	47,81	48,79	77,52
	I	46,66	47,63	75,79
C	VI	46,04	46,96	71,88
	V	45,24	45,94	71,07
	IV	44,44	45,32	70,4
	III	42,92	43,78	68,93
	II	42,17	43,01	67,68
	I	41,42	42,26	66,43
B	VI	40,67	41,51	65,17
	V	39,93	40,75	61,56
	IV	38,7	39,27	60,99

	III	37,87	38,36	58,61
	II	37,02	37,56	57,14
	I	36,42	37,15	55,67
A	V	35,77	36,49	54,19
	IV	35,3	35,96	52,72
	III	34,76	35,45	51,25
	II	34	34,8	50
	I	33,5	34,2	49

ExEdit  
\*CD253946209900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**d) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - GDM-PECPF dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 2003, com jornada de 20 horas semanais:**

Classe	Padrão	A partir de 01/02/2024 (R \$)	A partir de 01/06/2025 (R \$)	A partir de 01/06/2026 (R \$)
Especial	III	42,57	43,42	44,59
	II	41,69	42,52	43,67
	I	40,82	41,64	42,76
C	VI	39,67	40,46	41,55
	V	38,86	39,64	40,71
	IV	38,65	38,81	39,86
	III	37,28	38,02	39,05

	II	36,53	37,26	38,29
	I	35,77	36,49	37,47
B	VI	34,8	35,49	36,45
	V	34,1	34,79	35,72
	IV	33,42	34,09	35,02
	III	32,76	33,42	34,32
	II	32,12	32,76	33,64

ExEdit  
\*CD253946209900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





A	I	31,5	32,13	33,26
	V	30,64	31,25	32,38
	IV	29,48	30,07	30,8
	III	28,91	29,8	30,5
	II	28,37	28,94	29,72
	I	27,8	28,3	29

Alterem-se as tabelas do Anexos II e V da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, e a Tabela VI do Anexo XLV da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, que trata sobre a remuneração do mesmo plano especial de cargo, passando a vigorar na forma dos Anexos LII, LIII, LIV e LV, na forma proposta pelo art. 37 desta Medida Provisória, nos termos a seguir:

ANEXO I

(Altera o Anexo II à Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003)

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA POLÍCIA FEDERAL

a) Vencimento básico no nível superior;

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



CLA SSE	PA DR ÃO	VENCIMENTO BÁSICO - 01/02/2024	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2025	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2026
ESP ECI AL	III	4713,84	6127,992	7966,3896
	II	4621,4	6007,82	7810,166
	I	4530,79	5890,027	7657,0351
C	VI	4398,83	5718,479	7434,0227
	V	4312,58	5606,354	7288,2602
	IV	4228,03	5496,439	7145,3707
	III	4145,14	5388,682	7005,2866
	II	4063,85	5283,005	6867,9065
	I	3984,18	5179,434	6733,2642
B	VI	3868,14	5028,582	6537,1566
	V	3792,3	4929,99	6408,987

	IV	3717,94	4833,322	6283,3186
	III	3645,05	4738,565	6160,1345
	II	3573,58	4645,654	6039,3502
	I	3503,52	4554,576	5920,9488
A	VI	3401,47	4421,911	5748,4843
	V	3334,78	4335,214	5635,7782
	IV	3269,39	4250,207	5525,2691
	III	3205,25	4166,825	5416,8725
	II	3142,43	4085,159	5310,7067

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



b) Vencimento básico do nível intermediário;

CLAS SE	PAD RÃ O	VENCIMENTO BÁSICO - 01/02/2024	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2025	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2026
ESPE CIAL	III	3133,73	4073,849	5296,0037
	II	3127,46	4065,698	5285,4074
	I	3121,22	4057,586	5274,8618
C	VI	3102,6	4033,38	5243,394
	V	3096,42	4025,346	5232,9498
	IV	3090,23	4017,299	5222,4887
	III	3084,06	4009,278	5212,0614
	II	3077,9	4001,27	5201,651
	I	3071,76	3993,288	5191,2744
B	VI	3047,3	3961,49	5149,937
	V	3041,17	3953,521	5139,5773

	IV	3035,05	3945,565	5129,2345
	III	3028,94	3937,622	5118,9086
	II	3022,83	3929,679	5108,5827
	I	3016,73	3921,749	5098,2737
A	VI	2999,93	3899,909	5069,8817
	V	2993,08	3891,004	5058,3052
	IV	2986,14	3881,982	5046,5766

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	III	2980,14	3874,182	5036,4366
	II	2981,14	3875,482	5038,1266

c) Vencimento básico do nível auxiliar:

CLASS E	PADR ãO	VENCIMENTO (1º FEV 2024)	VENCIMENTO (1º JUN 2025)	VENCIMENTO (1º JUN 2026)	BÁSICO
ESPEC IAL	III	R\$ 2.423,29	3150,28	4111,11	
ESPEC IAL	II	R\$ 2.418,62	3144,21	4103,19	
ESPEC IAL	I	R\$ 2.413,97	3138,16	4095,30	

ANEXO II

(Altera Anexo V à Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003)

GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE  
APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO À POLÍCIA FEDERAL – GDATPF

ExEdit  
\*CD253946209900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



a) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível superior:

CLAS SE	PAD RÃO	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º FEV 2024)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2025)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2026)
ESPE CIAL	III	69,6	76,56	79,25
	II	67,94	74,78	77,63
	I	66,42	73,12	73,7
C	VI	72,4	79,3	81,75
	V	62,74	70,3	71,87
	IV	61,15	68,67	70,34
	III	59,71	67,17	68,93
	I	58,4	65,82	67,63
B	V	58,3	65,72	67,53
	IV	56,95	64,15	65,93
	III	55,7	62,7	64,45
	II	54,54	61,35	63,08
	I	53,47	60,12	61,83
A	V	52,48	59	60,69
	IV	51,55	57,95	59,63
	III	50,69	56,97	58,65

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	II	49,9	56,05	57,72
	I	44,14	48,55	51,25

**b) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível intermediário:**

CLAS SE	PAD RÃ O	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º FEV 2024)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2025)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2026)
ESPEC IAL	III	37,97	41,76	50,61
	II	37,67	41,43	49,8
	I	37,37	41,10	48,99
C	VI	36,86	40,55	48,99
	V	36,5	40,2	48,36
	IV	36,28	39,9	46,55
	III	35,91	39,5	45,85
	I	35,59	39,09	44,92
B	V	34,11	37,88	43,29
	IV	33,43	37,27	42,49
	III	32,81	36,69	41,73
	II	32,51	36,37	40,92
	I	32,27	35,49	40,23
A	V	32,24	36,29	39,41

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	IV	31,86	35,86	38,77
	III	31,47	35,4	38,11
	II	31,06	34,92	37,43
	I	30,82	34,59	35,8

c) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível auxiliar:

CLAS SE	PADR ÃO	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º FEV 2024)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2025)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2026)
ESPEC IAL	III	16,54	18,19	22,92
ESPEC IAL	II	16,46	18,11	22,32
ESPEC IAL	I	16,41	18,07	21,73

ANEXO III

ExEdit  
\* C D 2 5 3 9 4 6 2 0 9 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



(Altera Tabela VI do Anexo XLV da Lei nº  
12.702, de 7 de agosto de 2012) Tabela VI  
- Plano Especial de Cargos da Polícia Federal

a) Vencimento Básico dos Cargos de Médico do Plano  
Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682,  
de 28 de maio de 2003, com jornada de 40 horas semanais:

CLASS E	PADR ãO	VENCIMENTO BÁSICO (1º FEV 2024)	VENCIMENTO BÁSICO (1º JUN 2025)	VENCIMENTO BÁSICO (1º JUN 2026)
ESPEC IAL	III	R\$ 8.249,20	R\$ 8.414,18	R\$ 8.642,02
	II	R\$ 8.087,45	R\$ 8.249,20	R\$ 8.372,56
	I	R\$ 7.697,95	R\$ 7.851,91	R\$ 8.064,52
C	VI	R\$ 7.697,95	R\$ 7.851,91	R\$ 8.064,52
	V	R\$ 7.539,07	R\$ 7.547,04	R\$ 7.751,39
	IV	R\$ 7.399,06	R\$ 7.399,06	R\$ 7.551,39
	III	R\$ 7.171,76	R\$ 7.253,99	R\$ 7.450,41
	I	R\$ 7.111,76	R\$ 7.253,99	R\$ 7.450,41
B	V	R\$ 6.909,23	R\$ 7.094,52	R\$ 7.091,58
	IV	R\$ 6.790,78	R\$ 6.976,23	R\$ 6.816,22
	III	R\$ 6.636,52	R\$ 6.636,52	R\$ 6.816,22
	II	R\$ 6.486,65	R\$ 6.378,84	R\$ 6.423,10
	I	R\$ 6.233,77	R\$ 6.378,84	R\$ 6.423,10

ExEdit  
\* C D 2 5 3 9 4 6 2 0 9 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





A	V	R\$ 5.932,57	R\$ 6.067,50	R\$ 6.113,75
	IV	R\$ 5.725,44	R\$ 5.876,07	R\$ 5.921,08
	III	R\$ 5.521,44	R\$ 5.685,93	R\$ 5.884,93
	II	R\$ 5.409,27	R\$ 5.584,93	R\$ 5.884,93
	I	R\$ 5.249,27	R\$ 5.609,26	R\$ 5.656,39

b) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - GDM-PECPF dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 2003, com jornada de 20 horas semanais:

Classe	Padrão	A partir de 01/02/2024 (R \$)	A partir de 01/06/2025 (R \$)	A partir de 01/06/2026 (R \$)
Especial	III	4124,61	4207,17	4321,02
	II	4043,73	4126,4	4236,29
	I	3974,73	4048,64	4153,85
C	VI	3948,97	3925,75	4045,32
	V	3819,94	3897,9	4003,63
	IV	3706,78	3781,34	3882,93
	III	3612,14	3685,38	3783,5
	II	3565,97	3636,99	3733,79
	I	3525,69	3595,35	3690,87
B	VI	3486,07	3554,39	3648,76

\*CD253946209900\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	V	3454,65	3521,94	3615,48
	IV	3423,39	3489,66	3581,9
	III	3365,81	3430,73	3521,45
	II	3126,88	3189,42	3275,78
	I	3065,58	3126,89	3211,56
A	V	2976,29	3035,81	3086,88
	IV	2860,71	2917,93	2964,76

	III	2804,62	2860,76	2898,18
	II	2749,62	2804,62	2900
	I	2700	2750	2800

c) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - GDM-PECPF dos cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 2003, com jornada de 40 horas semanais:

Classe	Padrão	A partir de 01/02/2024 (R \$)	A partir de 01/06/2025 (R \$)	A partir de 01/06/2026 (R \$)
Especial	III	48,95	49,93	79,25
	II	47,81	48,79	77,52
	I	46,66	47,63	75,79

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



C	VI	46,04	46,96	71,88
	V	45,24	45,94	71,07
	IV	44,44	45,32	70,4
	III	42,92	43,78	68,93
	II	42,17	43,01	67,68
	I	41,42	42,26	66,43
B	VI	40,67	41,51	65,17
	V	39,93	40,75	61,56
	IV	38,7	39,27	60,99

	III	37,87	38,36	58,61
	II	37,02	37,56	57,14
	I	36,42	37,15	55,67
A	V	35,77	36,49	54,19
	IV	35,3	35,96	52,72
	III	34,76	35,45	51,25
	II	34	34,8	50
	I	33,5	34,2	49

**d) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - GDM-PECPF dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 2003, com jornada de 20 horas semanais:**

ExEdit  
\* C D 2 5 3 9 4 6 2 0 9 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Classe	Padrão	A partir de 01/02/2024 (R \$)	A partir de 01/06/2025 (R \$)	A partir de 01/06/2026 (R \$)
Especial	III	42,57	43,42	44,59
	II	41,69	42,52	43,67
	I	40,82	41,64	42,76
C	VI	39,67	40,46	41,55
	V	38,86	39,64	40,71
	IV	38,65	38,81	39,86
	III	37,28	38,02	39,05

	II	36,53	37,26	38,29
	I	35,77	36,49	37,47
B	VI	34,8	35,49	36,45
	V	34,1	34,79	35,72
	IV	33,42	34,09	35,02
	III	32,76	33,42	34,32
	II	32,12	32,76	33,64
	I	31,5	32,13	33,26
A	V	30,64	31,25	32,38
	IV	29,48	30,07	30,8
	III	28,91	29,8	30,5
	II	28,37	28,94	29,72
	I	27,8	28,3	29

Alterem-se as tabelas do Anexos II e V da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, e a Tabela VI do Anexo XLV da Lei nº 12.702, de 7 de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



agosto de 2012, que trata sobre a remuneração do mesmo plano especial de cargo, passando a vigorar na forma dos Anexos LII, LIII, LIV e LV, na forma proposta pelo art. 37 desta Medida Provisória, nos termos a seguir:

ANEXO I

(Altera o Anexo II à Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003)

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA POLÍCIA FEDERAL

a) Vencimento básico no nível superior;

CLASSIFICAÇÃO	PADE	VENCIMENTO BÁSICO - 01/02/2024	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2025	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2026
ESPECIAL	III	4713,84	6127,992	7966,3896
	II	4621,4	6007,82	7810,166
	I	4530,79	5890,027	7657,0351
C	VI	4398,83	5718,479	7434,0227

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	V	4312,58	5606,354	7288,2602
	IV	4228,03	5496,439	7145,3707
	III	4145,14	5388,682	7005,2866
	II	4063,85	5283,005	6867,9065
	I	3984,18	5179,434	6733,2642
B	VI	3868,14	5028,582	6537,1566
	V	3792,3	4929,99	6408,987

	IV	3717,94	4833,322	6283,3186
	III	3645,05	4738,565	6160,1345
	II	3573,58	4645,654	6039,3502
	I	3503,52	4554,576	5920,9488
A	VI	3401,47	4421,911	5748,4843
	V	3334,78	4335,214	5635,7782
	IV	3269,39	4250,207	5525,2691
	III	3205,25	4166,825	5416,8725
	II	3142,43	4085,159	5310,7067

b) Vencimento básico do nível intermediário;

CLAS SE	PAD RÃ O	VENCIMENTO BÁSICO - 01/02/2024	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2025	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2026
FSPE CIAL	III	3133,73	4073,849	5296,0037



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



C	II	3127,46	4065,698	5285,4074
	I	3121,22	4057,586	5274,8618
	VI	3102,6	4033,38	5243,394
	V	3096,42	4025,346	5232,9498
	IV	3090,23	4017,299	5222,4887
	III	3084,06	4009,278	5212,0614
	II	3077,9	4001,27	5201,651
B	I	3071,76	3993,288	5191,2744
	VI	3047,3	3961,49	5149,937
	V	3041,17	3953,521	5139,5773

	IV	3035,05	3945,565	5129,2345
	III	3028,94	3937,622	5118,9086
	II	3022,83	3929,679	5108,5827
	I	3016,73	3921,749	5098,2737
A	VI	2999,93	3899,909	5069,8817
	V	2993,08	3891,004	5058,3052
	IV	2986,14	3881,982	5046,5766
	III	2980,14	3874,182	5036,4366
	II	2981,14	3875,482	5038,1266

c) Vencimento básico do nível auxiliar:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



CLASS E	PADR ÃO	VENCIMENTO (1º FEV 2024)	VENCIMENTO (1º JUN 2025)	VENCIMENTO (1º JUN 2026)	BÁSICO
ESPEC IAL	III	R\$ 2.423,29	3150,28	4111,11	
ESPEC IAL	II	R\$ 2.418,62	3144,21	4103,19	
ESPEC IAL	I	R\$ 2.413,97	3138,16	4095,30	

ANEXO II

(Altera Anexo V à Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003)

GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE  
APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO À POLÍCIA FEDERAL – GDATPF

a) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível superior:

CLAS SE	PAD RÃO	VALOR DO PONTO -	VALOR DO PONTO -	VALOR DO PONTO -
---------	---------	---------------------	---------------------	---------------------

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





		GDATPF (1º FEV 2024)	GDATPF (1º JUN 2025)	GDATPF (1º JUN 2026)
ESPE CIAL	III	69,6	76,56	79,25
	II	67,94	74,78	77,63
	I	66,42	73,12	73,7
C	VI	72,4	79,3	81,75
	V	62,74	70,3	71,87
	IV	61,15	68,67	70,34
	III	59,71	67,17	68,93
	I	58,4	65,82	67,63
B	V	58,3	65,72	67,53
	IV	56,95	64,15	65,93
	III	55,7	62,7	64,45
	II	54,54	61,35	63,08
	I	53,47	60,12	61,83
A	V	52,48	59	60,69
	IV	51,55	57,95	59,63
	III	50,69	56,97	58,65

	II	49,9	56,05	57,72
	I	44,14	48,55	51,25

b) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível intermediário:

ExEdit  
\*CD253946209900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



CLAS SE	PAD RÃ O	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º FEV 2024)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2025)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2026)
ESPEC IAL	III	37,97	41,76	50,61
	II	37,67	41,43	49,8
	I	37,37	41,10	48,99
C	VI	36,86	40,55	48,99
	V	36,5	40,2	48,36
	IV	36,28	39,9	46,55
	III	35,91	39,5	45,85
	I	35,59	39,09	44,92
B	V	34,11	37,88	43,29
	IV	33,43	37,27	42,49
	III	32,81	36,69	41,73
	II	32,51	36,37	40,92
	I	32,27	35,49	40,23
A	V	32,24	36,29	39,41

	IV	31,86	35,86	38,77
	III	31,47	35,4	38,11
	II	31,06	34,92	37,43
	I	30,82	34,59	35,8

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



c) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível auxiliar:

CLAS SE	PADR ÃO	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º FEV 2024)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2025)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2026)
ESPEC IAL	III	16,54	18,19	22,92
ESPEC IAL	II	16,46	18,11	22,32
ESPEC IAL	I	16,41	18,07	21,73

ANEXO III

(Altera Tabela VI do Anexo XLV da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012) Tabela VI  
- Plano Especial de Cargos da Polícia Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



a) Vencimento Básico dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, com jornada de 40 horas semanais:

CLASS E	PADR ÃO	VENCIMENTO BÁSICO (1º FEV 2024)	VENCIMENTO BÁSICO (1º JUN 2025)	VENCIMENTO BÁSICO (1º JUN 2026)
ESPEC IAL	III	R\$ 8.249,20	R\$ 8.414,18	R\$ 8.642,02
	II	R\$ 8.087,45	R\$ 8.249,20	R\$ 8.372,56
	I	R\$ 7.697,95	R\$ 7.851,91	R\$ 8.064,52
C	VI	R\$ 7.697,95	R\$ 7.851,91	R\$ 8.064,52
	V	R\$ 7.539,07	R\$ 7.547,04	R\$ 7.751,39
	IV	R\$ 7.399,06	R\$ 7.399,06	R\$ 7.551,39
	III	R\$ 7.171,76	R\$ 7.253,99	R\$ 7.450,41
	I	R\$ 7.111,76	R\$ 7.253,99	R\$ 7.450,41
B	V	R\$ 6.909,23	R\$ 7.094,52	R\$ 7.091,58
	IV	R\$ 6.790,78	R\$ 6.976,23	R\$ 6.816,22
	III	R\$ 6.636,52	R\$ 6.636,52	R\$ 6.816,22
	II	R\$ 6.486,65	R\$ 6.378,84	R\$ 6.423,10
	I	R\$ 6.233,77	R\$ 6.378,84	R\$ 6.423,10
A	V	R\$ 5.932,57	R\$ 6.067,50	R\$ 6.113,75
	IV	R\$ 5.725,44	R\$ 5.876,07	R\$ 5.921,08
	III	R\$ 5.521,44	R\$ 5.685,93	R\$ 5.884,93
	II	R\$ 5.409,27	R\$ 5.584,93	R\$ 5.884,93
	I	R\$ 5.249,27	R\$ 5.609,26	R\$ 5.656,39

\*CD253946209900\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**b) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - GDM-PECPF dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 2003, com jornada de 20 horas semanais:**

Classe	Padrão	A partir de 01/02/2024 (R \$)	A partir de 01/06/2025 (R \$)	A partir de 01/06/2026 (R \$)
Especial	III	4124,61	4207,17	4321,02
	II	4043,73	4126,4	4236,29
	I	3974,73	4048,64	4153,85
C	VI	3948,97	3925,75	4045,32
	V	3819,94	3897,9	4003,63
	IV	3706,78	3781,34	3882,93
	III	3612,14	3685,38	3783,5
	II	3565,97	3636,99	3733,79
	I	3525,69	3595,35	3690,87
B	VI	3486,07	3554,39	3648,76
	V	3454,65	3521,94	3615,48
	IV	3423,39	3489,66	3581,9
	III	3365,81	3430,73	3521,45
	II	3126,88	3189,42	3275,78
	I	3065,58	3126,89	3211,56
A	V	2976,29	3035,81	3086,88
	IV	2860,71	2917,93	2964,76

ExEdit  
\*CD253946209900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	III	2804,62	2860,76	2898,18
	II	2749,62	2804,62	2900
	I	2700	2750	2800

c) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - GDM-PECPF dos cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 2003, com jornada de 40 horas semanais:

Classe	Padrão	A partir de 01/02/2024 (R \$)	A partir de 01/06/2025 (R \$)	A partir de 01/06/2026 (R \$)
Especial	III	48,95	49,93	79,25
	II	47,81	48,79	77,52
	I	46,66	47,63	75,79
C	VI	46,04	46,96	71,88
	V	45,24	45,94	71,07
	IV	44,44	45,32	70,4
	III	42,92	43,78	68,93
	II	42,17	43,01	67,68
	I	41,42	42,26	66,43
B	VI	40,67	41,51	65,17
	V	39,93	40,75	61,56

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	IV	38,7	39,27	60,99
	III	37,87	38,36	58,61
	II	37,02	37,56	57,14
	I	36,42	37,15	55,67
A	V	35,77	36,49	54,19
	IV	35,3	35,96	52,72
	III	34,76	35,45	51,25
	II	34	34,8	50
	I	33,5	34,2	49

d) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - GDM-PECPF dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 2003, com jornada de 20 horas semanais:

Classe	Padrão	A partir de 01/02/2024 (R \$)	A partir de 01/06/2025 (R \$)	A partir de 01/06/2026 (R \$)
Especial	III	42,57	43,42	44,59
	II	41,69	42,52	43,67
	I	40,82	41,64	42,76
C	VI	39,67	40,46	41,55

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	V	38,86	39,64	40,71
	IV	38,65	38,81	39,86
	III	37,28	38,02	39,05

	II	36,53	37,26	38,29
	I	35,77	36,49	37,47
B	VI	34,8	35,49	36,45
	V	34,1	34,79	35,72
	IV	33,42	34,09	35,02
	III	32,76	33,42	34,32
	II	32,12	32,76	33,64
	I	31,5	32,13	33,26
A	V	30,64	31,25	32,38
	IV	29,48	30,07	30,8
	III	28,91	29,8	30,5
	II	28,37	28,94	29,72
	I	27,8	28,3	29

JUSTIFICAÇÃO

Os servidores ocupantes de cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Federal, órgão permanente de Estado, organizada e mantida pela União, integram a estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, estruturada em carreiras policial e administrativa, fundada na

ExEdit  
\*CD253946209900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





hierarquia e disciplina, essencial à segurança pública, à justiça criminal e à defesa das instituições democráticas.

Tais profissionais do PECPF estão sem qualquer negociação salarial desde 2009, acumulando uma perda inflacionária de mais de 160% considerando o IGPM-FGV. Além disso, a carreira tem organização interna com amplitude salarial insignificante, havendo diferença de cerca de R\$500,00 (quinhentos reais) entre o servidor que entra e o que já está há 20 anos no PECPF. São essas distorções e injustiças que a reestruturação da proposta original visa corrigir. Essa falta de perspectiva tem feito com que muitos servidores deixem o PECPF em busca de melhores oportunidades em outros órgãos públicos e na iniciativa privada, o que justifica a baixíssima capacidade de retenção na carreira. A consequência direta é que áreas sensíveis da Polícia Federal ficam desguarnecidas em virtude do elevado déficit de corpo técnico especializado, comprometendo a capacidade operacional do órgão.

Além disso, embora não estejam sob o regime de dedicação exclusiva, os servidores do PECPF restrições que são impostas apenas a eles e aos policiais federais, como a impossibilidade de serem cedidos, exceto para funções de confiança de alta gestão (DAS 5 ou superior, artigo 9º da Lei nº 10.682/2003). Ademais, a carreira do PECPF não é transversal, conta com legislação própria e ao contrário do que ocorre com as carreiras transversais, seus servidores são proibidos de exercer advocacia para complementar sua renda, conforme estabelece o inciso V, artigo 28 da Lei nº 8.906/1994.

Vale ainda expor que os servidores do PECPF são expostos a situações e materiais sensíveis e perigosos, demandando habilidades e treinamentos específicos para lidar com ameaças à segurança e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



também com o manuseio de equipamentos e provas. Tanto é assim que, em diversas unidades, esses profissionais recebem o adicional de periculosidade.

Portanto, para concluir, a reinclusão do PECPF nas negociações que estão abertas com a PF é medida justa, urgente e necessária porque: (i) os servidores do PECPF são efetivamente parte da Polícia Federal e sofrem com o ônus de pertencer ao órgão, em nada podendo ser confundidos com as carreiras administrativas transversais do Executivo; (ii) é medida de impacto financeiro pequeno, devida desde 2009, conforme proposta original encaminhada pelo MJSP;

Diante do exposto, solicitamos o apoio para a inclusão desta emenda na MP 1286/2024, como medida necessária para valorização dos servidores administrativos da Polícia Federal e o fortalecimento da segurança pública nacional.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD253946209900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253946209900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00279**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 115-A ao Capítulo XLII da Medida Provisória, com a seguinte redação:

Art. 115-A. A Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24-E. A estrutura remuneratória dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata o art. 1º, a partir de 1º de janeiro de 2025, terá a seguinte composição:

I - para os cargos de nível superior e de nível intermediário:

- a) Vencimento Básico;
- b) Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA; e

c) Gratificação de Qualificação - GQ, observado o disposto no art. 24-F. II - para os cargos de nível auxiliar:

- a) Vencimento Básico; e
- b) Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA.”

“Art. 24-F. Fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ, a partir de 1º de janeiro de 2025, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível superior e intermediário referidos no art. 1º, em retribuição à formação acadêmica e profissional, obtida mediante participação,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258122646600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



com aproveitamento, em cursos regularmente instituídos de pós-graduação lato ou stricto sensu, graduação, ou cursos de capacitação ou qualificação profissional, na forma do regulamento.

§ 1º Os cursos a que se refere o caput deverão ser compatíveis com as atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e deverão estar em consonância com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP do órgão.

§ 2º Os cursos de Doutorado e Mestrado, para os fins previstos no caput, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Nacional de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente para tanto.

§ 3º A Gratificação de Qualificação de que trata o caput será concedida em 3 (três) níveis, de acordo com os valores constantes do Anexo V-B desta Lei, observados os seguintes parâmetros:

I - para os ocupantes de cargos de nível superior:

a) Gratificação de Qualificação – GQ Nível I, observado o requisito mínimo de certificado de conclusão de curso de pós-graduação em sentido amplo; ou

b) Gratificação de Qualificação – GQ Nível II, observado o requisito mínimo de titulação de mestrado, na forma do regulamento; ou,

c) Gratificação de Qualificação – GQ Nível III, observado o requisito mínimo de titulação de doutorado, na forma do regulamento; e

II – para os ocupantes de cargos de nível intermediário:

a) Gratificação de Qualificação – GQ Nível I, observados os requisitos mínimos de certificado de conclusão com aproveitamento em cursos de capacitação ou qualificação profissional que totalizem 180 (cento e oitenta) horas; ou

\* CD 258122646600 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258122646600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



b) Gratificação de Qualificação - GQ Nível II, observado os requisitos mínimos de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de capacitação ou qualificação profissional que totalizem 250 (duzentas e cinquenta) horas, na forma do regulamento, ou,

c) Gratificação de Qualificação - GQ Nível III, observados os requisitos mínimos de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de capacitação ou de qualificação profissional que totalizem 360 (trezentas e sessenta) horas ou diploma de curso de graduação ou certificado de conclusão de curso de Especialização, na forma do regulamento.

§ 4º É vedada a percepção cumulativa de níveis diferentes de Gratificação de Qualificação - GQ”

## JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos últimos anos o Incra vem sofrendo com a diminuição significativa de sua capacidade operacional em decorrência do esvaziamento de seu Quadro de servidores ativos. De acordo com levantamento realizado recentemente, por exemplo, dos 2.599 servidores que ingressaram no Incra por meio de concursos públicos realizados nos anos de 2004, 2005 e 2010, um total 33% desse efetivo, correspondente à 858 servidores, deixaram de pertencer ao Quadro de Pessoal ativo do Instituto, além das aposentadorias ocorridas nos últimos anos.

Com as atuais condições altamente deficitárias das remunerações das Carreiras do Quadro de Pessoal do Incra, a situação acima mencionada será agravada ainda mais, o que torna o cenário ainda mais preocupante, pois o Instituto poderá não mais possuir condições de cumprimento de sua missão institucional.

Vale ressaltar que nos últimos anos o Governo Federal estabeleceu como prioritárias para o Incra - inclusive inserindo-se tais atividades no rol de suas

\*CD258122646600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258122646600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



principais diretrizes estratégicas - as ações e metas de Regularização Fundiária e de Titulação de áreas rurais, incluindo-se aí as parcelas dos Projetos de Assentamento.

No intuito de cumprir tais diretrizes, a Autarquia tem direcionado grande parte de seu capital humano efetivo e recursos logísticos para o atingimento das metas vinculadas à tais ações prioritárias.

Não obstante o alto déficit funcional ora mencionado, o Instituto tem atuado no sentido de cumprir de forma louvável as metas estabelecidas, tanto para suas ações, atividades e serviços ordinários, como também para as demais atividades que foram estabelecidas como o foco principal do órgão, conforme mencionado anteriormente.

Assim como em outras carreiras, a instituição do Adicional de Qualificação constitui um incentivo para o aprimoramento da força de trabalho e a estabilidade do quadro de servidores da autarquia.

Por fim, a aprovação da presente Emenda é condição necessária para reversão do cenário apresentado que impede o cumprimento da missão institucional do Incra: a Reforma Agrária, o Desenvolvimento Rural Sustentável e Gerenciamento da Estrutura Fundiária do Brasil.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258122646600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



\* CD 258122646600 \*  
eXEdit



**MPV 1286  
00280**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se a seguinte redação ao Capítulo LXXI da Medida Provisória nº 1.286, de 2024, e aos seus Anexos CCCVI a CCCVII, bem como se lhe acrescente o seguinte Anexo CCCVI-A:

**CAPÍTULO LXXI**

**DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

Art. 173. Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Os ocupantes do cargo de ATIDS terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

§ 2º O cargo efetivo de ATIDS é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo CCCVI.

§ 3º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, ficam reorganizados no cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.

§ 4º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo de ATIDS.





§ 5º O exercício descentralizado dos servidores do § 3º do artigo 173 será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.

§ 6º No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes do cargo de ATIDS em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

Art. 174. Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de ATIDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por transformação de cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193 caput, inciso I.

Art. 175. São atribuições do cargo de ATIDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

I - executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de desenvolvimento socioeconômico;

II - executar atividades de assistência técnica no planejamento, na implementação, na análise e na avaliação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento regional e territorial sustentável, seja agrário ou urbano;

III - analisar a viabilidade econômica de projetos de investimento e de desenvolvimento sustentável;

IV - analisar e avaliar dados socioeconômicos que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das políticas de indústria, micro e pequenas empresas, comércio, serviços, comércio exterior, agricultura, infraestrutura, inovação e demais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do País;

V - subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais;

VI - subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico;

VII - realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar,



coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, desenvolver e realizar projetos de infraestrutura de transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de infraestrutura sustentável;

VIII- desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

IX - avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;

X - executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção de qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

XI - desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;



XII – difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e

XIII - promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.

Art. 176. A jornada de trabalho do cargo de ATIDS da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais.

Art. 177. O ingresso nos cargos de ATIDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

I - provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório; e

II - curso de formação, de caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º O ingresso nos cargos de ATIDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

§ 2º O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se referem os incisos I e II do caput, a habilitação legal específica a que se refere o § 1º e os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 3º O concurso público a que se refere o caput será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico.

§ 4º Os concursos públicos para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o Anexo XII da Lei nº 12.277, de 30 de junho 2010, com autorizações vigentes na data de publicação desta Medida Provisória serão válidos para ingresso no cargo de Analista em Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de que trata o art. 173.

Art. 178. Os ocupantes do cargo de ATIDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de



qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. Os valores do subsídio são os constantes do Anexo CCCVII.

Art. 179. Os ocupantes do cargo de ATIDS não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas – VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas a proventos ou pensões por força do disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e



XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 180.

Art. 180. O subsídio dos ocupantes do cargo de ATIDS não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, da Constituição, e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 181. O desenvolvimento do servidor na Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

Art. 182. Os ocupantes do cargo de ATIDS somente poderão:

I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;

II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de nível mínimo 13 ou equivalente;

III - ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo 15 ou equivalente; ou

IV - ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 15 ou de dirigente máximo de entidade da administração



pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de quinhentos mil habitantes.

.....

ANEXO CCCVI

ESTRUTURA DO CARGO INTEGRANTE DA CARREIRA DE  
INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico	ESPECIAL	V
		IV
		III
		II
		I
	C	V
		IV
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

ANEXO CCCVI-A



TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS INTEGRANTES DA CARREIRA  
DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargos: Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos (Anexo XII da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.	ESPECIAL           C	III	V	ESPECIAL	Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico
		II	V		
		I	III		
		VI	II		
		V	I		
		IV	V		
		III	V		
		II	III		
		I	II		
		VI	I		
	B	V	V	C	
		IV	V		
		III	V		
		II	III		
		I	II		
	A	V	V	B	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
A	V	V	C		
	IV	V			
	III	III			
	II	III			
	I	II			

ANEXO CCCVII

CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

TABELA DE SUBSÍDIO

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO
ESPECIAL	V	21.070,00
	IV	20.341,06



	III	19.637,34
	II	18.957,97
	I	18.302,09
C	V	17.057,64
	IV	16.467,51
	III	15.897,80
	II	15.347,80
	I	14.816,83
B	V	13.809,35
	IV	13.331,60
	III	12.870,38
	II	12.425,12
	I	11.995,26
A	V	11.179,64
	IV	10.792,87
	III	10.419,47
	II	10.059,00
	I	9.711,00

## JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024 estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo





entre o governo e entidades representativas de servidores e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277, de 2010, que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277, de 2010, estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277, de 2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277, de 2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias, com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;



Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação, com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação, com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277, de 2010, conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, da forma proposta pela Medida Provisória 1.286, de 2024, atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação (...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;

II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;

III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;

IV - gestão dinâmica da força de trabalho;

V - priorização das atividades estratégicas e complexas;

VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;



VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;

e

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

Requisitos para estruturação de cargos

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213, de 2024 (atual Lei nº 14.875, de 2024) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.



Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;
8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;
9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277, de 2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Por esses motivos, submete-se à apreciação dos Nobres Pares a presente Emenda consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os



artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286, de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, como estão sendo propostas, razão pela qual devem ser substituídos.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Senador Marcio Bittar**  
(UNIÃO - AC)



MPV 1286  
00281



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Art. 1º Altera-se o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MPV 1.286/2024, para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024.

Art. 2º A tabela **b** do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela **e** do Anexo CCXXIV;

Art. 3º A tabela **a** do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.

ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025
----------------	--



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252546948500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



CARGO	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE  1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE  1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
Médico Veterinário	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

ExEdit  
\*CD252546948500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252546948500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico Veterinário	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

\* CD 252546948500 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252546948500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio





## JUSTIFICAÇÃO

### Justificativa da Emenda Parlamentar à MP 1286/2024

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser *de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026*. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Isto **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE**. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005**;

2 – A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispendo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252546948500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua **cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

#### TERMO DE ACORDO# 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arrempio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252546948500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



\*C D 2 5 2 5 4 6 9 4 8 5 0 0\*

de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

**§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder**, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252546948500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252546948500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Domingos Sávio**  
**(PL - MG)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252546948500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Domingos Sávio



\* CD 252546948500 \*  
LexEdit



**MPV 1286  
00282****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo, parágrafos e incisos a Medida Provisória nº 1286, de 2024, renumerando-se os demais, com a redação que se segue:

Art. O art. 29 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, e o seu § 2º passam a vigorar com a seguinte redação, acrescido ainda, do seguinte § 8º:

“Art. 29 Os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que se encontravam, nos termos do § 2º deste artigo, no desempenho de atividades ou de atribuições de planejamento ou de orçamento ou ainda, no desempenho de atividades ou de atribuições de controle interno nos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima, ou dos Estados que os tenha sucedido, observados os critérios de escolaridade exigidos em lei, serão enquadrados, respectivamente, nos cargos que compõem a carreira de Planejamento e Orçamento de que trata a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e a carreira de Finanças e Controle de que trata a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016:

.....

§2º Para a comprovação do desempenho das atribuições referidas no caput deste artigo, será observado o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, podendo ser comprovado mediante a apresentação de no mínimo dois dos seguintes documentos emitidos à época do exercício das funções:

I - indicação em carteira de trabalho ou contrato de trabalho;

II - ato de nomeação ou de designação do ocupante do cargo efetivo para cargo em comissão ou para a função de confiança da estrutura organizacional, com comprovado desempenho de atividades ou de atribuições de planejamento ou orçamento ou de controle interno, respectivamente;



III - históricos, fichas e registros funcionais que destaquem a evolução na carreira, intercorrências e situação do cargo;

IV - ato administrativo, decisão administrativa ou atos materiais constantes em processo administrativo, assinados pelo servidor, cujo teor evidencie a atividade desempenhada;

V - relatório, parecer, nota técnica ou expediente semelhante, assinado pelo servidor e constantes em processos administrativos ou documentos oficiais, cujo teor demonstre o exercício da atividade desempenhada;

VI - ofício, memorando ou expedientes semelhantes, subscrito pelo servidor, cujo teor demonstre o exercício da atividade; ou

VII - certidão assinada pelo servidor, mesmo que de interesse de terceiro, cujo teor demonstre o exercício da atividade.

.....

§ 8º Caso o servidor não detenha os documentos comprobatórios elencados no §2º deste artigo, poderá solicitar ao órgão onde exerceu as atividades ou atribuições dos cargos que integram as carreiras de Planejamento ou Orçamento ou de Finanças e Controle, a emissão de certidão na qual conste as informações das atividades ou atribuições exercidas, o período em que houve o exercício, bem como as cópias dos respectivos atos e documentos que comprovem o seu conteúdo.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem a pretensão de alterar a redação do caput do art. 29 com o intuito de corrigir lapsos de redação do dispositivo originalmente constante na Lei.

Assim, propõe-se que seja alterada a expressão “no desempenho de atribuições de planejamento e orçamento” para “no desempenho de atividades ou atribuições de planejamento ou de orçamento”.



Isso porque as atividades de planejamento e de orçamento são distintas, consistindo, as primeiras, no planejamento político de ações públicas – verdadeiros planos – e as segundas, nas atividades de elaboração orçamentária para consecução das primeiras.

As atribuições desempenhadas por servidores da área de planejamento são diferentes das desempenhadas por servidores da área de orçamento.

Além disso, a presente emenda visa incluir na Lei nº 13.681, de 2018, (lei de regulamentação) os documentos comprobatórios e os requisitos a serem observados. A inclusão da palavra “atividade” está conforme inciso I, § 4º do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998. Visa, portanto, impedir interpretação restritiva.

Ademais, visa o cumprimento da Constituição Federal, notadamente, do art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014. Norma de eficácia plena. Desnecessidade de haver qualquer complementação ou justificativa em sua aplicação por fundamentar-se no próprio Texto Maior. Precedentes. STF, ARE 1046939 AgR 2019.

Muito embora, o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79 se constitua norma constitucional de eficácia plena e a aplicabilidade imediata, cuja tutela judicial não requer disciplina específica, podendo ser prestada com fundamento direto na ordem constitucional, poderá também, ser prestada por meio da aplicação da legislação ordinária, desde que repita os seus termos e determine que se concretize o quanto constitucionalmente disposto.

O art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, norma constitucional de eficácia plena e a aplicabilidade imediata, ao dispor que “ os servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da União serão enquadrados em cargos de atribuições equivalentes ou assemelhadas, integrantes de planos de cargos e carreiras da União, no nível de progressão alcançado, assegurados os direitos, vantagens e padrões remuneratórios a eles inerentes”, estabelece e garante, de forma isonômica, o direito de enquadramento em cargos de atribuições equivalentes ou assemelhadas, notadamente, no caso, a todos àqueles incorporados que





desempenharam as atividades ou atribuições da carreira de Planejamento ou Orçamento e de Finanças e Controle, nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima, ou dos Estados que os tenham sucedido.

Pelo exposto, diante da razoabilidade da alteração, solicitamos apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Randolfe Rodrigues**  
(PT - AP)



**MPV 1286  
00283**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se ao *caput* do art. 173 da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 173.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, a ser exercido por economistas legalmente habilitados, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951.’ Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico - ATDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão da exigência de que o cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS seja exercido por economistas legalmente habilitados visa assegurar a qualificação técnica necessária para o desempenho das atividades relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico. A Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que regulamenta a profissão de economista, estabelece as competências e atribuições específicas desses profissionais, garantindo que o exercício do cargo esteja alinhado com as melhores práticas e conhecimentos técnicos da área. Ademais, o elenco de atribuições próprias do ATDS, relacionadas no art. 175 da Medida Provisória em aprovação, coincidem, integralmente, com atividades próprias do economista. Dessa forma, ao par da legalidade do exercício do cargo, busca-se fortalecer a eficácia

\*CD250727132800\*  
eEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250727132800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



e a credibilidade das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico implementadas pelo Poder Executivo federal.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250727132800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



**MPV 1286  
00284****CONGRESSO NACIONAL****EMENDA Nº - CMMPV 1.286, de 2024**  
(à MPV 1.286, de 2024)

**Art. 1º** Inclua-se, onde couber, na MPV nº 1.286, de 2024, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

**"Art. XX** O art. 2º da Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 2º** O efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal é de 18.673 (dezoito mil e seiscentos e setenta e três) policiais militares distribuídos em Quadros, postos e graduações.

....." (NR)

**Art. XX** Acrescenta-se o artigo 3º-A à Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

**"Art. 3º-A** Respeitado o efetivo fixado nesta lei, a distribuição dos policiais militares praças da ativa de cada Quadro, de Soldado de 1ª Classe até a graduação de Subtenente da Polícia Militar do Distrito Federal, efetivada com referência em vagas fixadas para o agrupamento dessas graduações, bem como os seus respectivos interstícios e limites quantitativos de antiguidade, será feita em ato do Governador do Distrito Federal." (AC).

**Art. XX** Enquanto não for editado o ato de que trata o art. 3º-A da Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, permanecem vigentes as alíneas "g" e "h" do anexo I da Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009.

**Parágrafo único.** A regulamentação de que trata o caput deste artigo será editada no prazo de até 90 dias, a contar de 1º de janeiro de 2024.

**Art. 2º** O art. 214 da MPV nº 1.286, de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 214.** .....

.....

XXXIX – as alíneas "g" e "h" do anexo I da Lei nº 12.086, de 2009."



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255235097600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, proposição sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), como forma de colaboração legislativa, tem por objetivo alterar o art. 2º e acrescentar o art. 3º-A à Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, para levar a competência ao Chefe do Poder Executivo distrital quanto a distribuição do efetivo de Praças da Polícia Militar do Distrito Federal.

Propõe-se com a emenda, que a distribuição do efetivo da PMDF seja feita por ato do Poder Executivo, via decreto. Importante especificar que medida similar já é adotada pelo Exército Brasileiro há mais de 3 décadas, com amparo na [Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983](#) e na [Lei nº 8.071, 17 de julho de 1990](#), sendo que a última regulamentação dessas normas versando sobre a distribuição do efetivo daquela Corporação se deu por meio do [Decreto nº 12.364, de 17 de janeiro de 2025](#).

O Decreto 12.364, de 2025, norma de regulamentação que distribui o efetivo do Exército Brasileiro para o ano de 2025, no inciso IV do anexo que trata sobre Praças (de Soldado a Subtenente), a quantidade de Subtenentes (6.848) é semelhante a de Primeiro-Sargentos (7.088), como se constata na tabela abaixo:

ANEXO

TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DE OFICIAIS E PRAÇAS DO EXÉRCITO PARA 2025  
IV - PRAÇAS - SUBTENENTES E SARGENTOS DE CARREIRA, SARGENTOS DO QUADRO ESPECIAL E SARGENTOS TEMPORÁRIOS:

GRADUAÇÃO	DE CARREIRA	QUADRO ESPECIAL	TEMPORÁRIOS	SOMA
SUBTENENTE	6.848	-	-	6.848
PRIMEIRO-SARGENTO	7.088	-	-	7.088
SEGUNDO-SARGENTO	8.277	704	-	8.981
TERCEIRO-SARGENTO	7.805	40	15.725	23.570
SOMA	30.018	744	15.725	46.487

Na contramão do que é aplicado para o Exército Brasileiro, a PMDF no seu maior Quadro de Praças, fixou 560 Subtenentes e 2.156 Primeiros-Sargentos, quantidades desproporcionais, o que implica em dificuldade no fluxo regular das promoções, cuja distribuição está estabelecida na Lei 12.086, de 2009, conforme a tabela

\*CD255235097600\*



XO:

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255235097600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E RESPECTIVO INTERSTÍCIO PARA PROMOÇÃO

g) Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes - QPPMC:

GRAU HIERÁRQUICO	EFETIVO	INTERSTÍCIO
Subtenente PM	560	-
Primeiro-Sargento PM	2.156	36 meses
Segundo-Sargento PM	2.168	60 meses
Terceiro-Sargento PM	2.748	60 meses
Cabo PM	3.354	60 meses
Soldado PM	5.564	120 meses
TOTAL	16.550	

Importante destacar que esta emenda à MPV nº 1.286, de 2024, não resulta em aumento de despesa, por se tratar apenas em atribuir a competência ao Governo do Distrito Federal, como feito com o Exército Brasileiro, quanto a distribuição do efetivo. Ademais, a fixação da quantidade geral do efetivo é matéria reservada à lei, em obediência ao disposto no inciso XXI<sup>1</sup> do art. 22 da CF/88, mas a sua distribuição, não.

Em razão do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, com a solicitação do seu acatamento.

**JULIO CESAR RIBEIRO**  
Deputado (REPUBLICANOS/DF)

1 XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares; [\(Redação dada pela da Constitucional nº 103, de 2019\)](#)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255235097600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



**MPV 1286  
00285****CONGRESSO NACIONAL****EMENDA Nº - CMMPV 1.286, de 2024**  
(à MPV 1.286, de 2024)

**Art. 1º** Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, os artigos 214, 215 e 216, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

**"Art. 214.** O art. 65 da Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 65.** O efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é fixado em 9.703 (nove mil setecentos e três) bombeiros militares de Carreira, distribuídos nos quadros, qualificações, postos e graduações.

....." (NR)

**Art. 215.** Acrescenta-se o artigo 66-A à Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

**"Art. 66-A.** Respeitado o efetivo fixado nesta lei, a distribuição dos bombeiros militares praças da ativa de cada Qualificação, de Soldado de 1ª Classe até a graduação de Subtenente do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, efetivada com referência em vagas fixadas para o agrupamento dessas graduações, bem como os seus respectivos interstícios e limites quantitativos de antiguidade, será feita em ato do Governador do Distrito Federal." (AC).

**Art. 216.** Enquanto não for editado o ato de que trata o art. 66-A da Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, permanecem vigentes a alínea "f" do anexo II e a alínea "b" do anexo IV da Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009.

**Art. 2º** O art. 214 da MPV nº 1.286, de 2024, após a sua renumeração, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 214.** .....

.....

XXXIX – a alínea "f" do anexo II e a alínea "b" do anexo IV da Lei nº 12.086, de 2009."



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258415487000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, proposição sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), como forma de colaboração legislativa, tem por finalidade alterar o art. 65 e acrescentar o art. 66-A à Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009, para levar a competência ao Chefe do Poder Executivo distrital quanto à distribuição do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Propõe-se com a emenda, que a distribuição do efetivo do CBMDF seja feita por ato do Poder Executivo, via decreto. Importante especificar que medida similar já é adotada pelo Exército Brasileiro há mais de 3 décadas, com amparo na [Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983](#) e na [Lei nº 8.071, 17 de julho de 1990](#), sendo que a última regulamentação dessas normas versando sobre a distribuição do efetivo daquela Corporação se deu por meio do [Decreto nº 12.364, de 17 de janeiro de 2025](#).

O Decreto 12.364, de 2025, norma de regulamentação que distribui o efetivo do Exército Brasileiro para o ano de 2025, no inciso IV do anexo que trata sobre Praças (de Soldado a Subtenente), a quantidade de Subtenentes (6.848) é semelhante a quantidade de Primeiro-Sargentos (7.088), como se constata na tabela abaixo:

ANEXO

TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DE OFICIAIS E PRAÇAS DO EXÉRCITO PARA 2025  
IV - PRAÇAS - SUBTENENTES E SARGENTOS DE CARREIRA, SARGENTOS DO QUADRO ESPECIAL E SARGENTOS TEMPORÁRIOS:

GRADUAÇÃO	DE CARREIRA	QUADRO ESPECIAL	TEMPORÁRIOS	SOMA
SUBTENENTE	6.848	-	-	6.848
PRIMEIRO-SARGENTO	7.088	-	-	7.088
SEGUNDO-SARGENTO	8.277	704	-	8.981
TERCEIRO-SARGENTO	7.805	40	15.725	23.570
SOMA	30.018	744	15.725	46.487

Na contramão do que é aplicado para o Exército Brasileiro, o CBMDF, na sua maior Qualificação (Quadro) de Praças, fixou 350 Subtenentes e 737 Primeiros-Sargentos, quantidades desproporcionais, o que implica em dificuldade no fluxo regular das promoções, cuja distribuição está estabelecida na Lei 12.086, de 2009, conforme a

la abaixo:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258415487000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro





ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

f) Quadro Geral de Praças Bombeiros Militares:

Tabela I - Qualificação Bombeiro Militar Geral Operacional - QBMG-1

GRAU HIERÁRQUICO	EFETIVO
Subtenente	350
Primeiro-Sargento	737
Segundo-Sargento	970
Terceiro-Sargento	1.030
Cabo	1.080
Soldado	2.310
TOTAL	6.477

Importante destacar que esta emenda à MPV nº 1.286, de 2024, não resulta em aumento de despesa, por se tratar apenas em atribuir a competência ao Governo do Distrito Federal, como feito com o Exército Brasileiro, quanto a distribuição do efetivo. Ademais, a fixação da quantidade geral do efetivo é matéria reservada à lei, em obediência ao disposto no inciso XXI<sup>1</sup> do art. 22 da CF/88, mas a sua distribuição, não.

Em razão do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, com a solicitação do seu acatamento.

**JULIO CESAR RIBEIRO**  
Deputado (REPUBLICANOS/DF)

1 XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares; ([Redação dada pela da Constitucional nº 103, de 2019](#))

\* C D 2 5 8 4 1 5 4 8 7 0 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258415487000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Cesar Ribeiro



**MPV 1286**  
**00286**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete da Deputada Natália Bonavides (PT/RN)

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação aos artigos 183 e 185, do Capítulo LXXII; e acrescente-se os parágrafos 5, 6 e 7 do artigo 183 e nova redação do artigo 185 e acrescente-se os incisos VII e VIII e acrescenta-se o Anexo \_\_\_ à Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art.

1º.....

I – Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça, a Defesa, o **Plano de Carreira e de Cargos de Justiça, Segurança e Defesa** e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.” (NR)

.....

CAPÍTULO LXXII

DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA E DEFESA

Art. 183. Fica criado, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa.

§ 1º Integrarão o Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa:

I - Carreira Analista Técnico de Justiça e Defesa, composta de cargo de Analista Técnico de Justiça e Defesa, de nível superior; e

II - Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, de nível superior;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



III - Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, de nível intermediário; e

IV - Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa, de nível auxiliar.

§ 1º Os ocupantes dos cargos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 185.

§ 2º Os cargos efetivos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa são estruturados em classes e padrões, na forma do [Anexo CCCVIII](#).

§ 3º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes dos cargos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa.

§ 4º No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes dos cargos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 185.

§ 5º O cargo de Analista Técnico Administrativo de Justiça e Defesa poderá ser classificado em áreas e em especialidades, quando for necessária formação especializada ou habilidade específica para o exercício de suas atribuições.

§ 6º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), PECPF e PECPRF, de níveis superior, intermediário e auxiliar, ficam reorganizados nos cargos de Analista Técnico Administrativo de Justiça e Defesa, de Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa e de Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa.

§ 7º Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o § 6º deste artigo, com investidura decorrente de aprovação em concurso público, serão enquadrados nos cargos criados por esta Lei, mantidos os requisitos

\*CD250374871100\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



de formação profissional e a posição relativa na tabela constante do Anexo CCCVIII desta Lei. (NR)

Art. 183-A\_Os servidores ocupantes de cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar lotados no quadro de pessoal do MJSP, PRF e PF até a data de entrada em vigor desta Lei não enquadrados no Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa e não pertencentes às carreiras de que trata o art. 1º desta Lei comporão o quadro suplementar do respectivo órgão de lotação e permanecerão nos planos de cargos a que pertenciam anteriormente à entrada em vigor desta Lei. (NR)

Art. 183-B Os cargos de Assistente e de Auxiliar do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa e dos quadros suplementares de que trata o art. 183-A\_ desta Lei, vagos e que vierem a vagar ficam transformados, em cargos de Analista Técnico Administrativo de Justiça e Defesa. (NR)

.....

Art. 185-A São atribuições do cargo de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

I - planejamento, supervisão, coordenação, controle, acompanhamento e execução de atividades de atendimento ao cidadão;

II - planejamento, supervisão, coordenação, controle, acompanhamento e execução de atividades técnicas e especializadas, de nível superior, necessárias ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo dos órgãos e entidades da administração pública federal;

III - implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas na sua área de atuação, ressalvadas as atividades privativas de Carreiras específicas;

IV - utilização de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução das atividades previstas nos incisos anteriores.(NR)

Art. 185-B São atribuições do cargo de Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



I - execução de atividades técnicas, administrativas, logísticas e de atendimento, de nível intermediário, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo dos órgãos ou entidades da administração pública federal, ressalvadas as privativas de Carreiras específicas;

II - utilização de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução das atividades previstas no inciso I;

III - execução de outras atividades de mesmo nível de complexidade em sua área de atuação. (NR)

Art. 185-C São atribuições do cargo de Assistente Administrativo de Justiça e Defesa, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal: (NR)

Art. 186. A jornada de trabalho dos cargos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa é de quarenta horas semanais. (NR)

.....

Art. 187-A O ingresso nos cargos de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa; Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa; e Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa, ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído pelas etapas de provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório, respeitada a legislação específica.

I- O ingresso nos cargos de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

II- O ingresso nos cargos de Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa exige ensino médio completo.

III- O ingresso nos cargos de Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa exige ensino fundamental completo.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



§ 2º O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se refere o *caput*, a habilitação legal específica a que se refere o inciso I e os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 3º O concurso público a que se refere o *caput* será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Assistente Administrativo de Justiça e Defesa.

§ 4º Sem prejuízo dos requisitos estabelecidos neste artigo, o ingresso nos cargos de que trata o *caput* poderá contar com procedimento de investigação social e, se necessário, funcional do candidato, em caráter eliminatório, assegurados a tramitação sigilosa e o direito de defesa, conforme ato do Poder Executivo federal.

Art. 188 - A. Os ocupantes dos cargos de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa; Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa; e Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa serão remunerados, na forma do Anexo CCCIX.

ANEXO

PROPOSTA DE PLANO DE CARGOS PJUSP PARA O MJSP

a) Cargo de Nível Superior:

-  
-

2025 – PROPOSTA

Classe Padrão	VB	GDAJUSP			Total
		Unitário	80 pts.	100 pts.	



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



ESP	V	11.378,00	96,92	7.753,60	9.692,00	19.131,60	21.070,00	
	IV	11.138,48	94,88	7.590,40	9.488,00	18.728,88	20.626,48	
	III	10.904,29	92,88	7.430,40	9.288,00	18.334,69	20.192,29	
	II	10.172,09	86,64	6.931,20	8.664,00	17.103,29	18.836,09	
	I	9.942,60	84,70	6.776,00	8.470,00	16.718,60	18.412,60	
C	V	9.718,64	82,80	6.624,00	8.280,00	16.342,64	17.998,64	
	IV	9.514,77	81,05	6.484,00	8.105,00	15.998,77	17.619,77	
	III	9.313,87	79,35	6.348,00	7.935,00	15.661,87	17.248,87	
	II	9.118,79	77,67	6.213,60	7.767,00	15.332,39	16.885,79	
	I	8.289,71	70,61	5.648,80	7.061,00	13.938,51	15.350,71	
B	V	7.954,97	67,77	5.421,60	6.777,00	13.376,57	14.731,97	
	IV	7.634,17	65,04	5.203,20	6.504,00	12.837,37	14.138,17	
	III	7.327,30	62,41	4.992,80	6.241,00	12.320,10	13.568,30	
	II	7.031,40	59,90	4.792,00	5.990,00	11.823,40	13.021,40	
	I	6.747,55	57,49	4.599,20	5.749,00	11.346,75	12.496,55	
A	V	6.134,50	52,26	4.180,80	5.226,00	10.315,30	11.360,50	
	IV	5.898,55	50,25	4.020,00	5.025,00	9.918,55	10.923,55	
	III	5.671,42	48,32	3.865,60	4.832,00	9.537,02	10.503,42	
	II	5.454,44	46,45	3.716,00	4.645,00	9.170,44	10.099,44	
	I	5.244,00	44,67	3.573,60	4.467,00	8.817,60	9.711,00	

b) Cargo de Médico – 20 horas

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	57,67	4.613,60	5.767,00	15.991,60	17.145,00	
	IV	11.138,48	56,45	4.516,00	5.645,00	15.654,48	16.783,48	
	III	10.904,29	55,26	4.420,80	5.526,00	15.325,09	16.430,29	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



	II	10.172,09	51,55	4.124,00	5.155,00	14.296,09	15.327,09	
	I	9.942,60	50,40	4.032,00	5.040,00	13.974,60	14.982,60	
C	V	9.718,64	49,27	3.941,60	4.927,00	13.660,24	14.645,64	
	IV	9.514,77	48,22	3.857,60	4.822,00	13.372,37	14.336,77	
	III	9.313,87	47,21	3.776,80	4.721,00	13.090,67	14.034,87	
	II	9.118,79	46,21	3.696,80	4.621,00	12.815,59	13.739,79	
	I	8.289,71	42,01	3.360,80	4.201,00	11.650,51	12.490,71	
B	V	7.954,97	40,32	3.225,60	4.032,00	11.180,57	11.986,97	
	IV	7.634,17	38,70	3.096,00	3.870,00	10.730,17	11.504,17	
	III	7.327,30	37,13	2.970,40	3.713,00	10.297,70	11.040,30	
	II	7.031,40	35,64	2.851,20	3.564,00	9.882,60	10.595,40	
	I	6.747,55	34,21	2.736,80	3.421,00	9.484,35	10.168,55	
A	V	6.134,50	31,09	2.487,20	3.109,00	8.621,70	9.243,50	
	IV	5.898,55	29,90	2.392,00	2.990,00	8.290,55	8.888,55	
	III	5.671,42	28,75	2.300,00	2.875,00	7.971,42	8.546,42	
	II	5.454,44	27,64	2.211,20	2.764,00	7.665,64	8.218,44	
	I	5.244,00	26,58	2.126,40	2.658,00	7.370,40	7.902,00	

c) Cargo de Médico – 40 horas

2025 – Proposta

Classe Padrão	VB	GDAJUSP			Total	
		Unitário	80 pts.	100 pts.		

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides





ESP	V	22.756,00	67,84	5.427,20	6.784,00	28.183,20	29.540,00	
	IV	22.276,96	66,42	5.313,60	6.642,00	27.590,56	28.918,96	
	III	21.808,58	65,02	5.201,60	6.502,00	27.010,18	28.310,58	
	II	20.344,18	60,65	4.852,00	6.065,00	25.196,18	26.409,18	
	I	19.885,20	59,29	4.743,20	5.929,00	24.628,40	25.814,20	
C	V	19.437,28	57,96	4.636,80	5.796,00	24.074,08	25.233,28	
	IV	19.029,54	56,74	4.539,20	5.674,00	23.568,74	24.703,54	
	III	18.627,74	55,55	4.444,00	5.555,00	23.071,74	24.182,74	
	II	18.237,58	54,37	4.349,60	5.437,00	22.587,18	23.674,58	
	I	16.579,42	49,43	3.954,40	4.943,00	20.533,82	21.522,42	
B	V	15.909,94	47,44	3.795,20	4.744,00	19.705,14	20.653,94	
	IV	15.268,34	45,53	3.642,40	4.553,00	18.910,74	19.821,34	
	III	14.654,60	43,69	3.495,20	4.369,00	18.149,80	19.023,60	
	II	14.062,80	41,93	3.354,40	4.193,00	17.417,20	18.255,80	
	I	13.495,10	40,24	3.219,20	4.024,00	16.714,30	17.519,10	
A	V	12.269,00	36,58	2.926,40	3.658,00	15.195,40	15.927,00	
	IV	11.797,10	35,18	2.814,40	3.518,00	14.611,50	15.315,10	
	III	11.342,84	33,82	2.705,60	3.382,00	14.048,44	14.724,84	
	II	10.908,88	32,52	2.601,60	3.252,00	13.510,48	14.160,88	
	I	10.488,00	31,27	2.501,60	3.127,00	12.989,60	13.615,00	

d) Cargo de Nível Intermediário

--

2026 – Proposta

Classe Padrão	VB	GDAJUSP			Total	
		Unitário	80 pts.	100 pts.		



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



ESP	V	5.233,98	44,77	3.581,60	4.477,00	8.815,58	9.710,98	
	IV	5.096,79	43,91	3.512,80	4.391,00	8.609,59	9.487,79	
	III	4.959,60	43,05	3.444,00	4.305,00	8.403,60	9.264,60	
	II	4.822,41	42,19	3.375,20	4.219,00	8.197,61	9.041,41	
	I	4.685,22	41,33	3.306,40	4.133,00	7.991,62	8.818,22	
C	V	4.548,03	40,47	3.237,60	4.047,00	7.785,63	8.595,03	
	IV	4.410,84	39,61	3.168,80	3.961,00	7.579,64	8.371,84	
	III	4.273,65	38,75	3.100,00	3.875,00	7.373,65	8.148,65	
	II	4.136,46	37,89	3.031,20	3.789,00	7.167,66	7.925,46	
	I	3.999,27	37,03	2.962,40	3.703,00	6.961,67	7.702,27	
B	V	3.862,07	36,18	2.894,40	3.618,00	6.756,47	7.480,07	
	IV	3.724,88	35,32	2.825,60	3.532,00	6.550,48	7.256,88	
	III	3.587,69	34,46	2.756,80	3.446,00	6.344,49	7.033,69	
	II	3.450,50	33,60	2.688,00	3.360,00	6.138,50	6.810,50	
	I	3.313,31	32,74	2.619,20	3.274,00	5.932,51	6.587,31	
A	V	3.176,12	31,88	2.550,40	3.188,00	5.726,52	6.364,12	
	IV	3.038,93	31,02	2.481,60	3.102,00	5.520,53	6.140,93	
	III	2.901,74	30,16	2.412,80	3.016,00	5.314,54	5.917,74	
	II	2.764,55	29,30	2.344,00	2.930,00	5.108,55	5.694,55	
	I	2.627,36	28,44	2.275,20	2.844,00	4.902,56	5.471,36	

e) Cargo de Nível Auxiliar

-

2026 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL		
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.	
ESP	III	2.569,56	26,32	2.105,60	2.632,00	296,98	4.972,14	5.498,54	
	II	2.446,22	25,55	2.044,00	2.555,00	295,02	4.785,24	5.296,24	
	I	2.322,93	24,77	1.981,60	2.477,00	272,10	4.576,63	5.072,03	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



PROPOSTA DE PLANO DE CARGOS PJUSP PARA A PRF

f) Cargo de Nível Superior

--

2025 - Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	96,92	7.753,60	9.692,00	19.131,60	21.070,00	
	IV	11.138,48	94,88	7.590,40	9.488,00	18.728,88	20.626,48	
	III	10.904,29	92,88	7.430,40	9.288,00	18.334,69	20.192,29	
	II	10.172,09	86,64	6.931,20	8.664,00	17.103,29	18.836,09	
	I	9.942,60	84,70	6.776,00	8.470,00	16.718,60	18.412,60	
C	V	9.718,64	82,80	6.624,00	8.280,00	16.342,64	17.998,64	
	IV	9.514,77	81,05	6.484,00	8.105,00	15.998,77	17.619,77	
	III	9.313,87	79,35	6.348,00	7.935,00	15.661,87	17.248,87	
	II	9.118,79	77,67	6.213,60	7.767,00	15.332,39	16.885,79	
	I	8.289,71	70,61	5.648,80	7.061,00	13.938,51	15.350,71	
B	V	7.954,97	67,77	5.421,60	6.777,00	13.376,57	14.731,97	
	IV	7.634,17	65,04	5.203,20	6.504,00	12.837,37	14.138,17	
	III	7.327,30	62,41	4.992,80	6.241,00	12.320,10	13.568,30	
	II	7.031,40	59,90	4.792,00	5.990,00	11.823,40	13.021,40	
	I	6.747,55	57,49	4.599,20	5.749,00	11.346,75	12.496,55	
A	V	6.134,50	52,26	4.180,80	5.226,00	10.315,30	11.360,50	
	IV	5.898,55	50,25	4.020,00	5.025,00	9.918,55	10.923,55	
	III	5.671,42	48,32	3.865,60	4.832,00	9.537,02	10.503,42	
	II	5.454,44	46,45	3.716,00	4.645,00	9.170,44	10.099,44	
	I	5.244,00	44,67	3.573,60	4.467,00	8.817,60	9.711,00	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



g) Cargo de Médico – 20 horas

-

2026 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	57,67	4.613,60	5.767,00	15.991,60	17.145,00	
	IV	11.138,48	56,45	4.516,00	5.645,00	15.654,48	16.783,48	
	III	10.904,29	55,26	4.420,80	5.526,00	15.325,09	16.430,29	
	II	10.172,09	51,55	4.124,00	5.155,00	14.296,09	15.327,09	
	I	9.942,60	50,40	4.032,00	5.040,00	13.974,60	14.982,60	
C	V	9.718,64	49,27	3.941,60	4.927,00	13.660,24	14.645,64	
	IV	9.514,77	48,22	3.857,60	4.822,00	13.372,37	14.336,77	
	III	9.313,87	47,21	3.776,80	4.721,00	13.090,67	14.034,87	
	II	9.118,79	46,21	3.696,80	4.621,00	12.815,59	13.739,79	
	I	8.289,71	42,01	3.360,80	4.201,00	11.650,51	12.490,71	
B	V	7.954,97	40,32	3.225,60	4.032,00	11.180,57	11.986,97	
	IV	7.634,17	38,70	3.096,00	3.870,00	10.730,17	11.504,17	
	III	7.327,30	37,13	2.970,40	3.713,00	10.297,70	11.040,30	
	II	7.031,40	35,64	2.851,20	3.564,00	9.882,60	10.595,40	
	I	6.747,55	34,21	2.736,80	3.421,00	9.484,35	10.168,55	
A	V	6.134,50	31,09	2.487,20	3.109,00	8.621,70	9.243,50	
	IV	5.898,55	29,90	2.392,00	2.990,00	8.290,55	8.888,55	
	III	5.671,42	28,75	2.300,00	2.875,00	7.971,42	8.546,42	
	II	5.454,44	27,64	2.211,20	2.764,00	7.665,64	8.218,44	
	I	5.244,00	26,58	2.126,40	2.658,00	7.370,40	7.902,00	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



h) Cargo de Médico – 40 horas

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	22.756,00	67,84	5.427,20	6.784,00	28.183,20	29.540,00	
	IV	22.276,96	66,42	5.313,60	6.642,00	27.590,56	28.918,96	
	III	21.808,58	65,02	5.201,60	6.502,00	27.010,18	28.310,58	
	II	20.344,18	60,65	4.852,00	6.065,00	25.196,18	26.409,18	
	I	19.885,20	59,29	4.743,20	5.929,00	24.628,40	25.814,20	
C	V	19.437,28	57,96	4.636,80	5.796,00	24.074,08	25.233,28	
	IV	19.029,54	56,74	4.539,20	5.674,00	23.568,74	24.703,54	
	III	18.627,74	55,55	4.444,00	5.555,00	23.071,74	24.182,74	
	II	18.237,58	54,37	4.349,60	5.437,00	22.587,18	23.674,58	
	I	16.579,42	49,43	3.954,40	4.943,00	20.533,82	21.522,42	
B	V	15.909,94	47,44	3.795,20	4.744,00	19.705,14	20.653,94	
	IV	15.268,34	45,53	3.642,40	4.553,00	18.910,74	19.821,34	
	III	14.654,60	43,69	3.495,20	4.369,00	18.149,80	19.023,60	
	II	14.062,80	41,93	3.354,40	4.193,00	17.417,20	18.255,80	
	I	13.495,10	40,24	3.219,20	4.024,00	16.714,30	17.519,10	
A	V	12.269,00	36,58	2.926,40	3.658,00	15.195,40	15.927,00	
	IV	11.797,10	35,18	2.814,40	3.518,00	14.611,50	15.315,10	
	III	11.342,84	33,82	2.705,60	3.382,00	14.048,44	14.724,84	
	II	10.908,88	32,52	2.601,60	3.252,00	13.510,48	14.160,88	
	I	10.488,00	31,27	2.501,60	3.127,00	12.989,60	13.615,00	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



i) Cargo de Nível Intermediário

-

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	5.233,98	44,77	3.581,60	4.477,00	8.815,58	9.710,98	
	IV	5.096,79	43,91	3.512,80	4.391,00	8.609,59	9.487,79	
	III	4.959,60	43,05	3.444,00	4.305,00	8.403,60	9.264,60	
	II	4.822,41	42,19	3.375,20	4.219,00	8.197,61	9.041,41	
	I	4.685,22	41,33	3.306,40	4.133,00	7.991,62	8.818,22	
C	V	4.548,03	40,47	3.237,60	4.047,00	7.785,63	8.595,03	
	IV	4.410,84	39,61	3.168,80	3.961,00	7.579,64	8.371,84	
	III	4.273,65	38,75	3.100,00	3.875,00	7.373,65	8.148,65	
	II	4.136,46	37,89	3.031,20	3.789,00	7.167,66	7.925,46	
	I	3.999,27	37,03	2.962,40	3.703,00	6.961,67	7.702,27	
B	V	3.862,07	36,18	2.894,40	3.618,00	6.756,47	7.480,07	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



A	IV	3.724,88	35,32	2.825,60	3.532,00	6.550,48	7.256,88	
	III	3.587,69	34,46	2.756,80	3.446,00	6.344,49	7.033,69	
	II	3.450,50	33,60	2.688,00	3.360,00	6.138,50	6.810,50	
	I	3.313,31	32,74	2.619,20	3.274,00	5.932,51	6.587,31	
	V	3.176,12	31,88	2.550,40	3.188,00	5.726,52	6.364,12	
	IV	3.038,93	31,02	2.481,60	3.102,00	5.520,53	6.140,93	
	III	2.901,74	30,16	2.412,80	3.016,00	5.314,54	5.917,74	
	II	2.764,55	29,30	2.344,00	2.930,00	5.108,55	5.694,55	
	I	2.627,36	28,44	2.275,20	2.844,00	4.902,56	5.471,36	

j) Cargo de Nível Auxiliar

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL			
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.		
ESP	III	2.569,56	26,32	2.105,60	2.632,00	296,98	4.972,14	5.498,54		
	II	2.446,22	25,55	2.044,00	2.555,00	295,02	4.785,24	5.296,24		
	I	2.322,93	24,77	1.981,60	2.477,00	272,10	4.576,63	5.072,03		

PROPOSTA DE PLANO DE CARGOS PJUSP PARA A PF

k) Cargo de Nível Superior

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	96,92	7.753,60	9.692,00	19.131,60	21.070,00	
	IV	11.138,48	94,88	7.590,40	9.488,00	18.728,88	20.626,48	
	III	10.904,29	92,88	7.430,40	9.288,00	18.334,69	20.192,29	
	II	10.172,09	86,64	6.931,20	8.664,00	17.103,29	18.836,09	

\*CD250374871100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



	I	9.942,60	84,70	6.776,00	8.470,00	16.718,60	18.412,60	
C	V	9.718,64	82,80	6.624,00	8.280,00	16.342,64	17.998,64	
	IV	9.514,77	81,05	6.484,00	8.105,00	15.998,77	17.619,77	
	III	9.313,87	79,35	6.348,00	7.935,00	15.661,87	17.248,87	
	II	9.118,79	77,67	6.213,60	7.767,00	15.332,39	16.885,79	
	I	8.289,71	70,61	5.648,80	7.061,00	13.938,51	15.350,71	
B	V	7.954,97	67,77	5.421,60	6.777,00	13.376,57	14.731,97	
	IV	7.634,17	65,04	5.203,20	6.504,00	12.837,37	14.138,17	
	III	7.327,30	62,41	4.992,80	6.241,00	12.320,10	13.568,30	
	II	7.031,40	59,90	4.792,00	5.990,00	11.823,40	13.021,40	
	I	6.747,55	57,49	4.599,20	5.749,00	11.346,75	12.496,55	
A	V	6.134,50	52,26	4.180,80	5.226,00	10.315,30	11.360,50	
	IV	5.898,55	50,25	4.020,00	5.025,00	9.918,55	10.923,55	
	III	5.671,42	48,32	3.865,60	4.832,00	9.537,02	10.503,42	
	II	5.454,44	46,45	3.716,00	4.645,00	9.170,44	10.099,44	
	I	5.244,00	44,67	3.573,60	4.467,00	8.817,60	9.711,00	

-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-

l) Cargo de Médico – 20 horas

-

2025 – Proposta

Classe Padrão	VB	GDAJUSP	Total	
---------------	----	---------	-------	--



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides





			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	57,67	4.613,60	5.767,00	15.991,60	17.145,00	
	IV	11.138,48	56,45	4.516,00	5.645,00	15.654,48	16.783,48	
	III	10.904,29	55,26	4.420,80	5.526,00	15.325,09	16.430,29	
	II	10.172,09	51,55	4.124,00	5.155,00	14.296,09	15.327,09	
	I	9.942,60	50,40	4.032,00	5.040,00	13.974,60	14.982,60	
C	V	9.718,64	49,27	3.941,60	4.927,00	13.660,24	14.645,64	
	IV	9.514,77	48,22	3.857,60	4.822,00	13.372,37	14.336,77	
	III	9.313,87	47,21	3.776,80	4.721,00	13.090,67	14.034,87	
	II	9.118,79	46,21	3.696,80	4.621,00	12.815,59	13.739,79	
	I	8.289,71	42,01	3.360,80	4.201,00	11.650,51	12.490,71	
B	V	7.954,97	40,32	3.225,60	4.032,00	11.180,57	11.986,97	
	IV	7.634,17	38,70	3.096,00	3.870,00	10.730,17	11.504,17	
	III	7.327,30	37,13	2.970,40	3.713,00	10.297,70	11.040,30	
	II	7.031,40	35,64	2.851,20	3.564,00	9.882,60	10.595,40	
	I	6.747,55	34,21	2.736,80	3.421,00	9.484,35	10.168,55	
A	V	6.134,50	31,09	2.487,20	3.109,00	8.621,70	9.243,50	
	IV	5.898,55	29,90	2.392,00	2.990,00	8.290,55	8.888,55	
	III	5.671,42	28,75	2.300,00	2.875,00	7.971,42	8.546,42	
	II	5.454,44	27,64	2.211,20	2.764,00	7.665,64	8.218,44	
	I	5.244,00	26,58	2.126,40	2.658,00	7.370,40	7.902,00	

-  
-  
-  
-  
-  
-  
-

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



m) Cargo de Médico – 40 horas

2026 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	22.756,00	67,84	5.427,20	6.784,00	28.183,20	29.540,00	
	IV	22.276,96	66,42	5.313,60	6.642,00	27.590,56	28.918,96	
	III	21.808,58	65,02	5.201,60	6.502,00	27.010,18	28.310,58	
	II	20.344,18	60,65	4.852,00	6.065,00	25.196,18	26.409,18	
	I	19.885,20	59,29	4.743,20	5.929,00	24.628,40	25.814,20	
C	V	19.437,28	57,96	4.636,80	5.796,00	24.074,08	25.233,28	
	IV	19.029,54	56,74	4.539,20	5.674,00	23.568,74	24.703,54	
	III	18.627,74	55,55	4.444,00	5.555,00	23.071,74	24.182,74	
	II	18.237,58	54,37	4.349,60	5.437,00	22.587,18	23.674,58	
	I	16.579,42	49,43	3.954,40	4.943,00	20.533,82	21.522,42	
B	V	15.909,94	47,44	3.795,20	4.744,00	19.705,14	20.653,94	
	IV	15.268,34	45,53	3.642,40	4.553,00	18.910,74	19.821,34	
	III	14.654,60	43,69	3.495,20	4.369,00	18.149,80	19.023,60	
	II	14.062,80	41,93	3.354,40	4.193,00	17.417,20	18.255,80	
	I	13.495,10	40,24	3.219,20	4.024,00	16.714,30	17.519,10	
A	V	12.269,00	36,58	2.926,40	3.658,00	15.195,40	15.927,00	
	IV	11.797,10	35,18	2.814,40	3.518,00	14.611,50	15.315,10	
	III	11.342,84	33,82	2.705,60	3.382,00	14.048,44	14.724,84	
	II	10.908,88	32,52	2.601,60	3.252,00	13.510,48	14.160,88	
	I	10.488,00	31,27	2.501,60	3.127,00	12.989,60	13.615,00	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



-  
-  
-  
-  
-  
-  
-

n) Cargo de Nível Intermediário

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	5.233,98	44,77	3.581,60	4.477,00	8.815,58	9.710,98	
	IV	5.096,79	43,91	3.512,80	4.391,00	8.609,59	9.487,79	
	III	4.959,60	43,05	3.444,00	4.305,00	8.403,60	9.264,60	
	II	4.822,41	42,19	3.375,20	4.219,00	8.197,61	9.041,41	
	I	4.685,22	41,33	3.306,40	4.133,00	7.991,62	8.818,22	
C	V	4.548,03	40,47	3.237,60	4.047,00	7.785,63	8.595,03	
	IV	4.410,84	39,61	3.168,80	3.961,00	7.579,64	8.371,84	
	III	4.273,65	38,75	3.100,00	3.875,00	7.373,65	8.148,65	
	II	4.136,46	37,89	3.031,20	3.789,00	7.167,66	7.925,46	
	I	3.999,27	37,03	2.962,40	3.703,00	6.961,67	7.702,27	
B	V	3.862,07	36,18	2.894,40	3.618,00	6.756,47	7.480,07	
	IV	3.724,88	35,32	2.825,60	3.532,00	6.550,48	7.256,88	
	III	3.587,69	34,46	2.756,80	3.446,00	6.344,49	7.033,69	
	II	3.450,50	33,60	2.688,00	3.360,00	6.138,50	6.810,50	
	I	3.313,31	32,74	2.619,20	3.274,00	5.932,51	6.587,31	
A	V	3.176,12	31,88	2.550,40	3.188,00	5.726,52	6.364,12	

\*CD250374871100\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



IV	3.038,93	31,02	2.481,60	3.102,00	5.520,53	6.140,93	
III	2.901,74	30,16	2.412,80	3.016,00	5.314,54	5.917,74	
II	2.764,55	29,30	2.344,00	2.930,00	5.108,55	5.694,55	
I	2.627,36	28,44	2.275,20	2.844,00	4.902,56	5.471,36	

o) Cargo de Nível Auxiliar

2026 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL		
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.	
ESP	III	2.569,56	26,32	2.105,60	2.632,00	296,98	4.972,14	5.498,54	
	II	2.446,22	25,55	2.044,00	2.555,00	295,02	4.785,24	5.296,24	
	I	2.322,93	24,77	1.981,60	2.477,00	272,10	4.576,63	5.072,03	

“Art.

1º.....

I – Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça, a Defesa, **o Plano de Carreira e de Cargos de Justiça, Segurança e Defesa** e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.” (NR)

.....

CAPÍTULO LXXII

DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA E DEFESA

Art. 183. Fica criado, no âmbito do Poder Executivo federal, o Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa.

§ 1º Integrarão o Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa:

I - Carreira Analista Técnico de Justiça e Defesa, composta de cargo de Analista Técnico de Justiça e Defesa, de nível superior; e

II - Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, de nível superior;

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



III - Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, de nível intermediário; e

IV - Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa, de nível auxiliar.

§ 1º Os ocupantes dos cargos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 185.

§ 2º Os cargos efetivos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa são estruturados em classes e padrões, na forma do [Anexo CCCVIII](#).

§ 3º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes dos cargos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa.

§ 4º No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes dos cargos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 185.

§ 5º O cargo de Analista Técnico Administrativo de Justiça e Defesa poderá ser classificado em áreas e em especialidades, quando for necessária formação especializada ou habilidade específica para o exercício de suas atribuições.

§ 6º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), PECPF e PECPRF, de níveis superior, intermediário e auxiliar, ficam reorganizados nos cargos de Analista Técnico Administrativo de Justiça e Defesa, de Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa e de Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa.

§ 7º Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o § 6º deste artigo, com investidura decorrente de aprovação em concurso público, serão enquadrados nos cargos criados por esta Lei, mantidos os requisitos

\*CD250374871100\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



de formação profissional e a posição relativa na tabela constante do Anexo CCCVIII desta Lei. (NR)

Art. 183-A\_Os servidores ocupantes de cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar lotados no quadro de pessoal do MJSP, PRF e PF até a data de entrada em vigor desta Lei não enquadrados no Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa e não pertencentes às carreiras de que trata o art. 1º desta Lei comporão o quadro suplementar do respectivo órgão de lotação e permanecerão nos planos de cargos a que pertenciam anteriormente à entrada em vigor desta Lei. (NR)

Art. 183-B Os cargos de Assistente e de Auxiliar do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa e dos quadros suplementares de que trata o art. 183-A\_ desta Lei, vagos e que vierem a vagar ficam transformados, em cargos de Analista Técnico Administrativo de Justiça e Defesa. (NR)

.....

Art. 185-A São atribuições do cargo de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

I - planejamento, supervisão, coordenação, controle, acompanhamento e execução de atividades de atendimento ao cidadão;

II - planejamento, supervisão, coordenação, controle, acompanhamento e execução de atividades técnicas e especializadas, de nível superior, necessárias ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo dos órgãos e entidades da administração pública federal;

III - implementação de políticas e realização de estudos e pesquisas na sua área de atuação, ressalvadas as atividades privativas de Carreiras específicas;

IV - utilização de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução das atividades previstas nos incisos anteriores.(NR)

Art. 185-B São atribuições do cargo de Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



I - execução de atividades técnicas, administrativas, logísticas e de atendimento, de nível intermediário, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo dos órgãos ou entidades da administração pública federal, ressalvadas as privativas de Carreiras específicas;

II - utilização de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução das atividades previstas no inciso I;

III - execução de outras atividades de mesmo nível de complexidade em sua área de atuação. (NR)

Art. 185-C São atribuições do cargo de Assistente Administrativo de Justiça e Defesa, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal: (NR)

Art. 186. A jornada de trabalho dos cargos do Plano de Carreira e de Cargos de Justiça e Defesa é de quarenta horas semanais. (NR)

.....

Art. 187-A O ingresso nos cargos de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa; Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa; e Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa, ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído pelas etapas de provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório, respeitada a legislação específica.

I- O ingresso nos cargos de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

II- O ingresso nos cargos de Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa exige ensino médio completo.

III- O ingresso nos cargos de Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa exige ensino fundamental completo.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



§ 2º O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se refere o *caput*, a habilitação legal específica a que se refere o inciso I e os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 3º O concurso público a que se refere o *caput* será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa, Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Assistente Administrativo de Justiça e Defesa.

§ 4º Sem prejuízo dos requisitos estabelecidos neste artigo, o ingresso nos cargos de que trata o *caput* poderá contar com procedimento de investigação social e, se necessário, funcional do candidato, em caráter eliminatório, assegurados a tramitação sigilosa e o direito de defesa, conforme ato do Poder Executivo federal.

Art. 188 - A. Os ocupantes dos cargos de Analista Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa; Assistente Técnico-Administrativo de Justiça e Defesa; e Auxiliar Administrativo de Justiça e Defesa serão remunerados, na forma do Anexo CCCIX.

ANEXO

PROPOSTA DE PLANO DE CARGOS PJUSP PARA O MJSP

a) Cargo de Nível Superior:

-

-

2025 – PROPOSTA

Classe Padrão	VB	GDAJUSP			Total
		Unitário	80 pts.	100 pts.	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides





ESP	V	11.378,00	96,92	7.753,60	9.692,00	19.131,60	21.070,00	
	IV	11.138,48	94,88	7.590,40	9.488,00	18.728,88	20.626,48	
	III	10.904,29	92,88	7.430,40	9.288,00	18.334,69	20.192,29	
	II	10.172,09	86,64	6.931,20	8.664,00	17.103,29	18.836,09	
	I	9.942,60	84,70	6.776,00	8.470,00	16.718,60	18.412,60	
C	V	9.718,64	82,80	6.624,00	8.280,00	16.342,64	17.998,64	
	IV	9.514,77	81,05	6.484,00	8.105,00	15.998,77	17.619,77	
	III	9.313,87	79,35	6.348,00	7.935,00	15.661,87	17.248,87	
	II	9.118,79	77,67	6.213,60	7.767,00	15.332,39	16.885,79	
	I	8.289,71	70,61	5.648,80	7.061,00	13.938,51	15.350,71	
B	V	7.954,97	67,77	5.421,60	6.777,00	13.376,57	14.731,97	
	IV	7.634,17	65,04	5.203,20	6.504,00	12.837,37	14.138,17	
	III	7.327,30	62,41	4.992,80	6.241,00	12.320,10	13.568,30	
	II	7.031,40	59,90	4.792,00	5.990,00	11.823,40	13.021,40	
	I	6.747,55	57,49	4.599,20	5.749,00	11.346,75	12.496,55	
A	V	6.134,50	52,26	4.180,80	5.226,00	10.315,30	11.360,50	
	IV	5.898,55	50,25	4.020,00	5.025,00	9.918,55	10.923,55	
	III	5.671,42	48,32	3.865,60	4.832,00	9.537,02	10.503,42	
	II	5.454,44	46,45	3.716,00	4.645,00	9.170,44	10.099,44	
	I	5.244,00	44,67	3.573,60	4.467,00	8.817,60	9.711,00	

b) Cargo de Médico – 20 horas

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	57,67	4.613,60	5.767,00	15.991,60	17.145,00	
	IV	11.138,48	56,45	4.516,00	5.645,00	15.654,48	16.783,48	
	III	10.904,29	55,26	4.420,80	5.526,00	15.325,09	16.430,29	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



	II	10.172,09	51,55	4.124,00	5.155,00	14.296,09	15.327,09	
	I	9.942,60	50,40	4.032,00	5.040,00	13.974,60	14.982,60	
C	V	9.718,64	49,27	3.941,60	4.927,00	13.660,24	14.645,64	
	IV	9.514,77	48,22	3.857,60	4.822,00	13.372,37	14.336,77	
	III	9.313,87	47,21	3.776,80	4.721,00	13.090,67	14.034,87	
	II	9.118,79	46,21	3.696,80	4.621,00	12.815,59	13.739,79	
	I	8.289,71	42,01	3.360,80	4.201,00	11.650,51	12.490,71	
B	V	7.954,97	40,32	3.225,60	4.032,00	11.180,57	11.986,97	
	IV	7.634,17	38,70	3.096,00	3.870,00	10.730,17	11.504,17	
	III	7.327,30	37,13	2.970,40	3.713,00	10.297,70	11.040,30	
	II	7.031,40	35,64	2.851,20	3.564,00	9.882,60	10.595,40	
	I	6.747,55	34,21	2.736,80	3.421,00	9.484,35	10.168,55	
A	V	6.134,50	31,09	2.487,20	3.109,00	8.621,70	9.243,50	
	IV	5.898,55	29,90	2.392,00	2.990,00	8.290,55	8.888,55	
	III	5.671,42	28,75	2.300,00	2.875,00	7.971,42	8.546,42	
	II	5.454,44	27,64	2.211,20	2.764,00	7.665,64	8.218,44	
	I	5.244,00	26,58	2.126,40	2.658,00	7.370,40	7.902,00	

c) Cargo de Médico – 40 horas

2025 – Proposta

Classe Padrão	VB	GDAJUSP			Total	
		Unitário	80 pts.	100 pts.		

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



ESP	V	22.756,00	67,84	5.427,20	6.784,00	28.183,20	29.540,00	
	IV	22.276,96	66,42	5.313,60	6.642,00	27.590,56	28.918,96	
	III	21.808,58	65,02	5.201,60	6.502,00	27.010,18	28.310,58	
	II	20.344,18	60,65	4.852,00	6.065,00	25.196,18	26.409,18	
	I	19.885,20	59,29	4.743,20	5.929,00	24.628,40	25.814,20	
C	V	19.437,28	57,96	4.636,80	5.796,00	24.074,08	25.233,28	
	IV	19.029,54	56,74	4.539,20	5.674,00	23.568,74	24.703,54	
	III	18.627,74	55,55	4.444,00	5.555,00	23.071,74	24.182,74	
	II	18.237,58	54,37	4.349,60	5.437,00	22.587,18	23.674,58	
	I	16.579,42	49,43	3.954,40	4.943,00	20.533,82	21.522,42	
B	V	15.909,94	47,44	3.795,20	4.744,00	19.705,14	20.653,94	
	IV	15.268,34	45,53	3.642,40	4.553,00	18.910,74	19.821,34	
	III	14.654,60	43,69	3.495,20	4.369,00	18.149,80	19.023,60	
	II	14.062,80	41,93	3.354,40	4.193,00	17.417,20	18.255,80	
	I	13.495,10	40,24	3.219,20	4.024,00	16.714,30	17.519,10	
A	V	12.269,00	36,58	2.926,40	3.658,00	15.195,40	15.927,00	
	IV	11.797,10	35,18	2.814,40	3.518,00	14.611,50	15.315,10	
	III	11.342,84	33,82	2.705,60	3.382,00	14.048,44	14.724,84	
	II	10.908,88	32,52	2.601,60	3.252,00	13.510,48	14.160,88	
	I	10.488,00	31,27	2.501,60	3.127,00	12.989,60	13.615,00	

d) Cargo de Nível Intermediário

--

2026 – Proposta

Classe Padrão	VB	GDAJUSP			Total	
		Unitário	80 pts.	100 pts.		



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



ESP	V	5.233,98	44,77	3.581,60	4.477,00	8.815,58	9.710,98	
	IV	5.096,79	43,91	3.512,80	4.391,00	8.609,59	9.487,79	
	III	4.959,60	43,05	3.444,00	4.305,00	8.403,60	9.264,60	
	II	4.822,41	42,19	3.375,20	4.219,00	8.197,61	9.041,41	
	I	4.685,22	41,33	3.306,40	4.133,00	7.991,62	8.818,22	
C	V	4.548,03	40,47	3.237,60	4.047,00	7.785,63	8.595,03	
	IV	4.410,84	39,61	3.168,80	3.961,00	7.579,64	8.371,84	
	III	4.273,65	38,75	3.100,00	3.875,00	7.373,65	8.148,65	
	II	4.136,46	37,89	3.031,20	3.789,00	7.167,66	7.925,46	
	I	3.999,27	37,03	2.962,40	3.703,00	6.961,67	7.702,27	
B	V	3.862,07	36,18	2.894,40	3.618,00	6.756,47	7.480,07	
	IV	3.724,88	35,32	2.825,60	3.532,00	6.550,48	7.256,88	
	III	3.587,69	34,46	2.756,80	3.446,00	6.344,49	7.033,69	
	II	3.450,50	33,60	2.688,00	3.360,00	6.138,50	6.810,50	
	I	3.313,31	32,74	2.619,20	3.274,00	5.932,51	6.587,31	
A	V	3.176,12	31,88	2.550,40	3.188,00	5.726,52	6.364,12	
	IV	3.038,93	31,02	2.481,60	3.102,00	5.520,53	6.140,93	
	III	2.901,74	30,16	2.412,80	3.016,00	5.314,54	5.917,74	
	II	2.764,55	29,30	2.344,00	2.930,00	5.108,55	5.694,55	
	I	2.627,36	28,44	2.275,20	2.844,00	4.902,56	5.471,36	

e) Cargo de Nível Auxiliar

-

2026 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL		
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.	
ESP	III	2.569,56	26,32	2.105,60	2.632,00	296,98	4.972,14	5.498,54	
	II	2.446,22	25,55	2.044,00	2.555,00	295,02	4.785,24	5.296,24	
	I	2.322,93	24,77	1.981,60	2.477,00	272,10	4.576,63	5.072,03	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



PROPOSTA DE PLANO DE CARGOS PJUSP PARA A PRF

f) Cargo de Nível Superior

--

2025 - Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	96,92	7.753,60	9.692,00	19.131,60	21.070,00	
	IV	11.138,48	94,88	7.590,40	9.488,00	18.728,88	20.626,48	
	III	10.904,29	92,88	7.430,40	9.288,00	18.334,69	20.192,29	
	II	10.172,09	86,64	6.931,20	8.664,00	17.103,29	18.836,09	
	I	9.942,60	84,70	6.776,00	8.470,00	16.718,60	18.412,60	
C	V	9.718,64	82,80	6.624,00	8.280,00	16.342,64	17.998,64	
	IV	9.514,77	81,05	6.484,00	8.105,00	15.998,77	17.619,77	
	III	9.313,87	79,35	6.348,00	7.935,00	15.661,87	17.248,87	
	II	9.118,79	77,67	6.213,60	7.767,00	15.332,39	16.885,79	
	I	8.289,71	70,61	5.648,80	7.061,00	13.938,51	15.350,71	
B	V	7.954,97	67,77	5.421,60	6.777,00	13.376,57	14.731,97	
	IV	7.634,17	65,04	5.203,20	6.504,00	12.837,37	14.138,17	
	III	7.327,30	62,41	4.992,80	6.241,00	12.320,10	13.568,30	
	II	7.031,40	59,90	4.792,00	5.990,00	11.823,40	13.021,40	
	I	6.747,55	57,49	4.599,20	5.749,00	11.346,75	12.496,55	
A	V	6.134,50	52,26	4.180,80	5.226,00	10.315,30	11.360,50	
	IV	5.898,55	50,25	4.020,00	5.025,00	9.918,55	10.923,55	
	III	5.671,42	48,32	3.865,60	4.832,00	9.537,02	10.503,42	
	II	5.454,44	46,45	3.716,00	4.645,00	9.170,44	10.099,44	
	I	5.244,00	44,67	3.573,60	4.467,00	8.817,60	9.711,00	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



g) Cargo de Médico – 20 horas

-

2026 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	57,67	4.613,60	5.767,00	15.991,60	17.145,00	
	IV	11.138,48	56,45	4.516,00	5.645,00	15.654,48	16.783,48	
	III	10.904,29	55,26	4.420,80	5.526,00	15.325,09	16.430,29	
	II	10.172,09	51,55	4.124,00	5.155,00	14.296,09	15.327,09	
	I	9.942,60	50,40	4.032,00	5.040,00	13.974,60	14.982,60	
C	V	9.718,64	49,27	3.941,60	4.927,00	13.660,24	14.645,64	
	IV	9.514,77	48,22	3.857,60	4.822,00	13.372,37	14.336,77	
	III	9.313,87	47,21	3.776,80	4.721,00	13.090,67	14.034,87	
	II	9.118,79	46,21	3.696,80	4.621,00	12.815,59	13.739,79	
	I	8.289,71	42,01	3.360,80	4.201,00	11.650,51	12.490,71	
B	V	7.954,97	40,32	3.225,60	4.032,00	11.180,57	11.986,97	
	IV	7.634,17	38,70	3.096,00	3.870,00	10.730,17	11.504,17	
	III	7.327,30	37,13	2.970,40	3.713,00	10.297,70	11.040,30	
	II	7.031,40	35,64	2.851,20	3.564,00	9.882,60	10.595,40	
	I	6.747,55	34,21	2.736,80	3.421,00	9.484,35	10.168,55	
A	V	6.134,50	31,09	2.487,20	3.109,00	8.621,70	9.243,50	
	IV	5.898,55	29,90	2.392,00	2.990,00	8.290,55	8.888,55	
	III	5.671,42	28,75	2.300,00	2.875,00	7.971,42	8.546,42	
	II	5.454,44	27,64	2.211,20	2.764,00	7.665,64	8.218,44	
	I	5.244,00	26,58	2.126,40	2.658,00	7.370,40	7.902,00	

\*CD250374871100\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



h) Cargo de Médico – 40 horas

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	22.756,00	67,84	5.427,20	6.784,00	28.183,20	29.540,00	
	IV	22.276,96	66,42	5.313,60	6.642,00	27.590,56	28.918,96	
	III	21.808,58	65,02	5.201,60	6.502,00	27.010,18	28.310,58	
	II	20.344,18	60,65	4.852,00	6.065,00	25.196,18	26.409,18	
	I	19.885,20	59,29	4.743,20	5.929,00	24.628,40	25.814,20	
C	V	19.437,28	57,96	4.636,80	5.796,00	24.074,08	25.233,28	
	IV	19.029,54	56,74	4.539,20	5.674,00	23.568,74	24.703,54	
	III	18.627,74	55,55	4.444,00	5.555,00	23.071,74	24.182,74	
	II	18.237,58	54,37	4.349,60	5.437,00	22.587,18	23.674,58	
	I	16.579,42	49,43	3.954,40	4.943,00	20.533,82	21.522,42	
B	V	15.909,94	47,44	3.795,20	4.744,00	19.705,14	20.653,94	
	IV	15.268,34	45,53	3.642,40	4.553,00	18.910,74	19.821,34	
	III	14.654,60	43,69	3.495,20	4.369,00	18.149,80	19.023,60	
	II	14.062,80	41,93	3.354,40	4.193,00	17.417,20	18.255,80	
	I	13.495,10	40,24	3.219,20	4.024,00	16.714,30	17.519,10	
A	V	12.269,00	36,58	2.926,40	3.658,00	15.195,40	15.927,00	
	IV	11.797,10	35,18	2.814,40	3.518,00	14.611,50	15.315,10	
	III	11.342,84	33,82	2.705,60	3.382,00	14.048,44	14.724,84	
	II	10.908,88	32,52	2.601,60	3.252,00	13.510,48	14.160,88	
	I	10.488,00	31,27	2.501,60	3.127,00	12.989,60	13.615,00	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



i) Cargo de Nível Intermediário

-

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	5.233,98	44,77	3.581,60	4.477,00	8.815,58	9.710,98	
	IV	5.096,79	43,91	3.512,80	4.391,00	8.609,59	9.487,79	
	III	4.959,60	43,05	3.444,00	4.305,00	8.403,60	9.264,60	
	II	4.822,41	42,19	3.375,20	4.219,00	8.197,61	9.041,41	
	I	4.685,22	41,33	3.306,40	4.133,00	7.991,62	8.818,22	
C	V	4.548,03	40,47	3.237,60	4.047,00	7.785,63	8.595,03	
	IV	4.410,84	39,61	3.168,80	3.961,00	7.579,64	8.371,84	
	III	4.273,65	38,75	3.100,00	3.875,00	7.373,65	8.148,65	
	II	4.136,46	37,89	3.031,20	3.789,00	7.167,66	7.925,46	
	I	3.999,27	37,03	2.962,40	3.703,00	6.961,67	7.702,27	
B	V	3.862,07	36,18	2.894,40	3.618,00	6.756,47	7.480,07	

\*CD250374871100\*  
eEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides





A	IV	3.724,88	35,32	2.825,60	3.532,00	6.550,48	7.256,88	
	III	3.587,69	34,46	2.756,80	3.446,00	6.344,49	7.033,69	
	II	3.450,50	33,60	2.688,00	3.360,00	6.138,50	6.810,50	
	I	3.313,31	32,74	2.619,20	3.274,00	5.932,51	6.587,31	
	V	3.176,12	31,88	2.550,40	3.188,00	5.726,52	6.364,12	
	IV	3.038,93	31,02	2.481,60	3.102,00	5.520,53	6.140,93	
	III	2.901,74	30,16	2.412,80	3.016,00	5.314,54	5.917,74	
	II	2.764,55	29,30	2.344,00	2.930,00	5.108,55	5.694,55	
	I	2.627,36	28,44	2.275,20	2.844,00	4.902,56	5.471,36	

j) Cargo de Nível Auxiliar

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL			
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.		
ESP	III	2.569,56	26,32	2.105,60	2.632,00	296,98	4.972,14	5.498,54		
	II	2.446,22	25,55	2.044,00	2.555,00	295,02	4.785,24	5.296,24		
	I	2.322,93	24,77	1.981,60	2.477,00	272,10	4.576,63	5.072,03		

PROPOSTA DE PLANO DE CARGOS PJUSP PARA A PF

k) Cargo de Nível Superior

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	96,92	7.753,60	9.692,00	19.131,60	21.070,00	
	IV	11.138,48	94,88	7.590,40	9.488,00	18.728,88	20.626,48	
	III	10.904,29	92,88	7.430,40	9.288,00	18.334,69	20.192,29	
	II	10.172,09	86,64	6.931,20	8.664,00	17.103,29	18.836,09	

\*CD250374871100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



	I	9.942,60	84,70	6.776,00	8.470,00	16.718,60	18.412,60	
C	V	9.718,64	82,80	6.624,00	8.280,00	16.342,64	17.998,64	
	IV	9.514,77	81,05	6.484,00	8.105,00	15.998,77	17.619,77	
	III	9.313,87	79,35	6.348,00	7.935,00	15.661,87	17.248,87	
	II	9.118,79	77,67	6.213,60	7.767,00	15.332,39	16.885,79	
	I	8.289,71	70,61	5.648,80	7.061,00	13.938,51	15.350,71	
B	V	7.954,97	67,77	5.421,60	6.777,00	13.376,57	14.731,97	
	IV	7.634,17	65,04	5.203,20	6.504,00	12.837,37	14.138,17	
	III	7.327,30	62,41	4.992,80	6.241,00	12.320,10	13.568,30	
	II	7.031,40	59,90	4.792,00	5.990,00	11.823,40	13.021,40	
	I	6.747,55	57,49	4.599,20	5.749,00	11.346,75	12.496,55	
A	V	6.134,50	52,26	4.180,80	5.226,00	10.315,30	11.360,50	
	IV	5.898,55	50,25	4.020,00	5.025,00	9.918,55	10.923,55	
	III	5.671,42	48,32	3.865,60	4.832,00	9.537,02	10.503,42	
	II	5.454,44	46,45	3.716,00	4.645,00	9.170,44	10.099,44	
	I	5.244,00	44,67	3.573,60	4.467,00	8.817,60	9.711,00	

-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-

l) Cargo de Médico – 20 horas

-

2025 – Proposta

Classe Padrão	VB	GDAJUSP	Total	
---------------	----	---------	-------	--



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	11.378,00	57,67	4.613,60	5.767,00	15.991,60	17.145,00	
	IV	11.138,48	56,45	4.516,00	5.645,00	15.654,48	16.783,48	
	III	10.904,29	55,26	4.420,80	5.526,00	15.325,09	16.430,29	
	II	10.172,09	51,55	4.124,00	5.155,00	14.296,09	15.327,09	
	I	9.942,60	50,40	4.032,00	5.040,00	13.974,60	14.982,60	
C	V	9.718,64	49,27	3.941,60	4.927,00	13.660,24	14.645,64	
	IV	9.514,77	48,22	3.857,60	4.822,00	13.372,37	14.336,77	
	III	9.313,87	47,21	3.776,80	4.721,00	13.090,67	14.034,87	
	II	9.118,79	46,21	3.696,80	4.621,00	12.815,59	13.739,79	
	I	8.289,71	42,01	3.360,80	4.201,00	11.650,51	12.490,71	
B	V	7.954,97	40,32	3.225,60	4.032,00	11.180,57	11.986,97	
	IV	7.634,17	38,70	3.096,00	3.870,00	10.730,17	11.504,17	
	III	7.327,30	37,13	2.970,40	3.713,00	10.297,70	11.040,30	
	II	7.031,40	35,64	2.851,20	3.564,00	9.882,60	10.595,40	
	I	6.747,55	34,21	2.736,80	3.421,00	9.484,35	10.168,55	
A	V	6.134,50	31,09	2.487,20	3.109,00	8.621,70	9.243,50	
	IV	5.898,55	29,90	2.392,00	2.990,00	8.290,55	8.888,55	
	III	5.671,42	28,75	2.300,00	2.875,00	7.971,42	8.546,42	
	II	5.454,44	27,64	2.211,20	2.764,00	7.665,64	8.218,44	
	I	5.244,00	26,58	2.126,40	2.658,00	7.370,40	7.902,00	

-  
-  
-  
-  
-  
-  
-

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



m) Cargo de Médico – 40 horas

2026 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	22.756,00	67,84	5.427,20	6.784,00	28.183,20	29.540,00	
	IV	22.276,96	66,42	5.313,60	6.642,00	27.590,56	28.918,96	
	III	21.808,58	65,02	5.201,60	6.502,00	27.010,18	28.310,58	
	II	20.344,18	60,65	4.852,00	6.065,00	25.196,18	26.409,18	
	I	19.885,20	59,29	4.743,20	5.929,00	24.628,40	25.814,20	
C	V	19.437,28	57,96	4.636,80	5.796,00	24.074,08	25.233,28	
	IV	19.029,54	56,74	4.539,20	5.674,00	23.568,74	24.703,54	
	III	18.627,74	55,55	4.444,00	5.555,00	23.071,74	24.182,74	
	II	18.237,58	54,37	4.349,60	5.437,00	22.587,18	23.674,58	
	I	16.579,42	49,43	3.954,40	4.943,00	20.533,82	21.522,42	
B	V	15.909,94	47,44	3.795,20	4.744,00	19.705,14	20.653,94	
	IV	15.268,34	45,53	3.642,40	4.553,00	18.910,74	19.821,34	
	III	14.654,60	43,69	3.495,20	4.369,00	18.149,80	19.023,60	
	II	14.062,80	41,93	3.354,40	4.193,00	17.417,20	18.255,80	
	I	13.495,10	40,24	3.219,20	4.024,00	16.714,30	17.519,10	
A	V	12.269,00	36,58	2.926,40	3.658,00	15.195,40	15.927,00	
	IV	11.797,10	35,18	2.814,40	3.518,00	14.611,50	15.315,10	
	III	11.342,84	33,82	2.705,60	3.382,00	14.048,44	14.724,84	
	II	10.908,88	32,52	2.601,60	3.252,00	13.510,48	14.160,88	
	I	10.488,00	31,27	2.501,60	3.127,00	12.989,60	13.615,00	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



-  
-  
-  
-  
-  
-  
-

n) Cargo de Nível Intermediário

2025 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			Total		
			Unitário	80 pts.	100 pts.			
ESP	V	5.233,98	44,77	3.581,60	4.477,00	8.815,58	9.710,98	
	IV	5.096,79	43,91	3.512,80	4.391,00	8.609,59	9.487,79	
	III	4.959,60	43,05	3.444,00	4.305,00	8.403,60	9.264,60	
	II	4.822,41	42,19	3.375,20	4.219,00	8.197,61	9.041,41	
	I	4.685,22	41,33	3.306,40	4.133,00	7.991,62	8.818,22	
C	V	4.548,03	40,47	3.237,60	4.047,00	7.785,63	8.595,03	
	IV	4.410,84	39,61	3.168,80	3.961,00	7.579,64	8.371,84	
	III	4.273,65	38,75	3.100,00	3.875,00	7.373,65	8.148,65	
	II	4.136,46	37,89	3.031,20	3.789,00	7.167,66	7.925,46	
	I	3.999,27	37,03	2.962,40	3.703,00	6.961,67	7.702,27	
B	V	3.862,07	36,18	2.894,40	3.618,00	6.756,47	7.480,07	
	IV	3.724,88	35,32	2.825,60	3.532,00	6.550,48	7.256,88	
	III	3.587,69	34,46	2.756,80	3.446,00	6.344,49	7.033,69	
	II	3.450,50	33,60	2.688,00	3.360,00	6.138,50	6.810,50	
	I	3.313,31	32,74	2.619,20	3.274,00	5.932,51	6.587,31	
A	V	3.176,12	31,88	2.550,40	3.188,00	5.726,52	6.364,12	

ExEdit  
\*CD250374871100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



IV	3.038,93	31,02	2.481,60	3.102,00	5.520,53	6.140,93	
III	2.901,74	30,16	2.412,80	3.016,00	5.314,54	5.917,74	
II	2.764,55	29,30	2.344,00	2.930,00	5.108,55	5.694,55	
I	2.627,36	28,44	2.275,20	2.844,00	4.902,56	5.471,36	

o) Cargo de Nível Auxiliar

2026 – Proposta

Classe Padrão		VB	GDAJUSP			GEAJUSP	TOTAL		
			UNITÁRIO	80 pts.	100 pts.		80 pts.	100 pts.	
ESP	III	2.569,56	26,32	2.105,60	2.632,00	296,98	4.972,14	5.498,54	
	II	2.446,22	25,55	2.044,00	2.555,00	295,02	4.785,24	5.296,24	
	I	2.322,93	24,77	1.981,60	2.477,00	272,10	4.576,63	5.072,03	

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional,

\*CD250374871100\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem recém aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

**Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.**

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao logo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ver aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Natália Bonavides**  
**(PT - RN)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides





Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250374871100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides



**MPV 1286  
00287**

**Medida Provisória nº 1286, de 2024**

**Reestruturação de Carreiras e Ajustes Salariais no Poder  
Executivo Federal**

Ementa: Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos

\* C D 2 5 6 1 2 1 8 2 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256121826400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

### EMENDA DE PLENÁRIO - (à MPV nº 1.286, de 2024)

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, onde couber, a seguinte emenda:

Alteram-se os artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 28. A partir da data de entrada em vigor desta Lei os cargos de **Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)***

\* C D 2 5 6 1 2 1 8 2 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256121826400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



"§ 1º Os **cargos a que se refere o caput** ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no **Anexo X** desta Lei." (NR)

"§ 2º Os atuais ocupantes **dos cargos a que se refere o caput** serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo **XI** desta Lei." (NR)

"§ 3º O cargo de **Analista Técnico Administrativo da área de TI**, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4." (NR)

.....

"Art. 30. São atribuições dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação**, além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal." (NR)

"Art. 31. A investidura **nos cargos** de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação." (NR)

"§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30 desta Lei." (NR)

"Art. 32. Os ocupantes dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** passam a ser

\* C D 2 5 6 1 2 1 8 2 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256121826400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no **Anexo XII** desta Lei.” (NR)

“Art. 33. Não serão devidas aos titulares **dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)

“Parágrafo único. Ficam os **cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação** automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)

**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40 desta LEI, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei. (NR)**

ANEXO X

ESTRUTURA **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc.	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V

\*CD256121826400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256121826400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação		
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE  
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASS E	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006,	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006,
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

\* C D 2 5 6 1 2 1 8 2 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256121826400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata do art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970	A			A	Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

ANEXO XII

SUBSÍDIO **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

\*CD256121826400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256121826400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



## JUSTIFICATIVA

**1.** No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

**2.** Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

**3.** Frisa-se que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da

\* C D 2 5 6 1 2 1 8 2 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256121826400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont





Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra "Trajetória da Burocracia na Nova república", por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

**4.** A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**5.** A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

***"atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise***

\* C D 2 5 6 1 2 1 8 2 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256121826400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



*de sistemas e de programação, **bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização** com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento;** avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas;** avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”*

Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

**"atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao**

\* C D 2 5 6 1 2 1 8 2 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256121826400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



1  
0

*funcionamento da administração pública federal, **bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação** e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar**, manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

**6.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

\* C D 2 5 6 1 2 1 8 2 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256121826400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



1  
1

Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal** direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...

\* C D 2 5 6 1 2 1 8 2 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256121826400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



1  
2

***III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)***

**7.** Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas. Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Deputado Reimont - PT/RJ



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256121826400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



**MPV 1286  
00288**

## **Medida Provisória 1.286/2024**

### **EMENDA MODIFICATIVA**

**Dê-se aos arts. 1º e 25 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, a seguinte redação e acrescentem-se os arts. 26-A, 26-B e 26-C.**

**O Art. 1º** A Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

1º .....

IX - Inclui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam; a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene; e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, no Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

.....” (NR)

**“Art. 25.** A [Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Do Plano Especial de Cargos das Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO” (NR)

“Art. 1º .....

§ 11. Ficam estruturados, a partir da publicação desta Lei, e inseridos no Plano Especial de Cargos de que trata o caput deste artigo, o plano de carreira da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, compostos pelos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal das referidas Superintendências e nelas lotados ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data.

§ 12. O Plano Especial de Cargos da Suframa de que trata o caput passa a denominar-se Plano Especial de Cargos das Superintendências de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

§ 13. Os servidores do quadro de pessoal da Sudam, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, da Sudene, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e da Sudeco, instituída pela Lei

\* 0 2 5 9 8 4 8 0 8 9 1 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259848089100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros



Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passarão a perceber a remuneração devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos das Superintendências de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional de que trata a Lei nº 11.356, de 2006.

§ 14. Os padrões de vencimento básico dos cargos do Plano Especial de Cargos das Superintendências de que trata o § 11 são, a partir da publicação desta Lei, os constantes do Anexo XXXIX da MP nº 1286/2024.

§ 15. O posicionamento dos aposentados e pensionistas na tabela remuneratória dos cargos do Plano Especial de Cargos das Superintendências de que trata o § 11 terá como referência a situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão.

§ 16. Ficam automaticamente transpostos para o Plano Especial de Cargos das Superintendências de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional os seguintes cargos de provimento efetivo de nível superior e intermediário do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 2006, e aqueles alcançados pelo art. 19 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, redistribuídos para o Quadro de Pessoal das referidas Superintendências:

I – da Sudam:

NOME DO CARGO	QUANTIDADE
ECONOMISTA	27
ECONOMISTA	6
ENGENHEIRO	21
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	5
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	7
ENGENHEIRO FLORESTAL	2
ENGENHEIRO FLORESTAL	3
ENGENHEIRO CIVIL	6
ENGENHEIRO CIVIL	1
ADMINISTRADOR	3
ANALISTA DE SISTEMA	1
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO	29
AUDITOR	2
BIBLIOTECÁRIO	3
BIÓLOGO	1
CONTADOR	5
GEÓGRAFO	2
QUÍMICO	2
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3
ZOOTECNISTA	1
AGENTE ADMINISTRATIVO	27
AGENTE DE PORTARIA	1
AGENTE DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	1
ARTÍFICE DE ARTES GRÁFICAS	2
ARTÍFICE DE ELETRICIDADE E	1

\* C D 2 5 9 8 4 8 0 8 9 1 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259848089100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros



COMUNICAÇÃO	
DATILÓGRAFO	6
MOTORISTA	1
OPERADOR DE COMPUTADOR	1
PROGRAMADOR	2
TECNICO DE CONTABILIDADE	12
TELEFONISTA	1
MÉDICO	3
ODONTOLÓGO (30h)	2
SOCIOLÓGO	1
ASSISTENTE SOCIAL	3
GEÓLOGO 1	1
ESTATÍSTICO	1
TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	1
TOTAL	197

## II- Da Sudene:

NOME DO CARGO	QUANTIDADE
ADMINISTRADOR	3
AGENTE ADMINISTRATIVO	42
AGENTE DE ATIV AGROPECUARIAS	2
ANALISTA DE SISTEMA	5
ANALISTA DE SISTEMAS	2
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO	8
ARQUITETO	1
ARTIFICE	6
AUDITOR	8
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	1
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	37
ARTÍFICE DE ARTES GRÁFICAS	1
BIBLIOTECARIO	2
BIOLOGISTA	1
CONTADOR	9
DIGITADOR	5
ECONOMISTA	20
ENGENHEIRO	13
ENGENHEIRO AGRONOMO	7
ENGENHEIRO CIVIL	7
ENGENHEIRO DE MINAS	1
ENGENHEIRO ELETRICO	1
ESTATISTICO	5
GEOGRAFO	2
GEOLOGO	4
JORNALISTA	1
MECANICO DE AERONAVE	1
MEDICO	1
MÉDICO VETERINÁRIO	1
MOTORISTA OFICIAL	3

\*CD259848089100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259848089100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros





NATURALISTA	1
OPERADOR DE COMPUTADOR	3
PILOTO LINHA AEREA	1
PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	1
PSICOLOGO	2
QUÍMICO	2
QUÍMICO INDUSTRIAL	2
SECRETARIO EXECUTIVO	4
TECNICO DE CONTABILIDADE	5
TECNICO EDUCACIONAL	1
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3
TECNICO EM RECURSOS HIDRICOS	1
TECNICO EM SECRETARIADO	4
TECNOLOGISTA	1
total	233

III- Da Sudeco:

NOME DO CARGO	QUANTIDADE
AGENTE ADMINISTRATIVO	29
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO	35
ARQUITETO	01
ECONOMISTA	01
ENGENHEIRO	03
ENGENHEIRO CIVIL	22
ESTATÍSTICO	01
CONTADOR	02
TOTAL	98

§ 17. O enquadramento no Plano Especial de Cargos de que tratam o § 11 e o caput deste artigo dos servidores ocupantes dos cargos constantes nos incisos I a III do § 16º deste artigo dar-se-á automaticamente, mediante correlação estabelecida na forma dos anexos XXXVII e XXXVIII da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, salvo manifestação irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da posse.

§ 18. Os servidores que formalizarem a opção referida no § 17 permanecerão no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e no Plano Cargos Específicos, de que trata a Lei no 12.277, de 30 de junho de 2010, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens do Plano Especial de Cargos de que tratam o § 11 e o caput deste artigo.”

“Art. 1º-A. A estrutura dos cargos de provimento efetivo de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos de que trata o art. 1º desta Lei referente à Suframa será a constante do ANEXO XXXIX da MP 1286/2024, observada a



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259848089100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros



correlação estabelecida na forma do ANEXO XXXVII da MP 1286/2024, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008.

.....” (NR)

“Art. 1º-B. A estrutura remuneratória dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos das Superintendências de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional será composta de:

I

- .....  
.....

b) Gratificação de Desempenho das Superintendências de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional – GDSUPDEN; e

.....

II

- .....  
.....

b) Gratificação de Desempenho das Superintendências de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional – GDSUPDEN.

.....” (NR)

“Art. 1º-C. Fica instituída a Gratificação de Desempenho das Superintendências de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional – GDSUPDEN, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 1º, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Suframa, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008.

.....” (NR)

“§ 1º A GDSUPDEN será atribuída em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional do órgão de lotação do servidor.

.....” (NR)

“§ 4º A GDSUPDEN será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XL da MP 1286/2024 .

.....” (NR)

“§ 5º A pontuação referente à GDSUPDEN será assim distribuída:

.....” (NR)

“§ 6º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDSUPDEN.

.....” (NR)

“§ 7º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDSUPDEN serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para a Suframa, e em ato do Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional para a Sudam, Sudene e Sudeco, observada a legislação vigente.

.....” (NR)

\* C D 2 5 9 8 4 8 0 8 9 1 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259848089100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros



“§ 8º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional da Suframa, Sudam, Sudene e Sudeco serão fixadas em ato dos seus respectivos Superintendentes.

.....” (NR)

“§ 9º Os valores a serem pagos a título de GDSUFRAMA serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo XL da MP 1286/2024, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

.....” (NR)

Art. 1º-C .....

.....

“§ 10. A Gratificação de Desempenho da Suframa – GDSUFRAMA de que trata o caput deste artigo passa a denominar-se Gratificação de Desempenho das Superintendências de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional – GDSUPDEN e será devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 1º, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nas Superintendências, com efeitos financeiros para a Sudam, Sudene e Sudeco a partir da publicação desta Lei. § 11. Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDSUPDEN da Sudam, Sudene e Sudeco serão estabelecidos em portaria de seus respectivos Superintendentes, observada a legislação vigente.”

“Art. 1º-D. Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 1º-C desta Lei, e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores da Suframa que fizerem jus à GDSUPDEN deverão percebê-la calculada com base na última pontuação recebida a título de Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, e os servidores da Sudam, Sudene e Sudeco que fizerem jus à GDSUPDEN deverão percebê-la calculada com base na última pontuação recebida a título de a título de Gratificação de Desempenho de Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE, instituída pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDM-PGPE, instituída pela Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, ou de Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos – GDACE, instituída pela Lei no 12.277, de 30 de junho de 2010, conforme Estrutura Remuneratória a que o respectivo servidor estivesse vinculado, considerando o valor do ponto estabelecido no Anexo XL da MP 1286/2024.

.....” (NR)

“§ 2º O disposto no caput deste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança que fazem jus à GDSUPDEN.

.....” (NR)

“Art. 1º-E. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDSUPDEN

\* C D 2 5 9 8 4 8 0 8 9 1 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259848089100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros



correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

.....” (NR)

§ 2º Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDSUPDEN no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

.....” (NR)

“art. 1º-F. Os titulares dos cargos efetivos de que trata o art. 1º desta Lei em exercício na Suframa, Sudam, Sudene ou Sudeco, quando investidos em cargo em comissão ou função de confiança, farão jus à GDSUPDEN da seguinte forma:

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou Função Comissionada Executiva - FCE, níveis 1 a 12 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no § 9º do art. 1º-C desta Lei; e

II - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou Função Comissionada Executiva - FCE, níveis 13 a 18 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional da respectiva Superintendência no período.

.....” (NR)

“Art. 1º-G. Os titulares dos cargos efetivos de que trata o art. 1º desta Lei quando não se encontrarem em exercício na Suframa, Sudam, Sudene ou Sudeco somente farão jus à GDSUPDEN quando:

I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDSUPDEN com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no órgão de lotação; e

II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput e investidos em cargos de natureza especial ou em comissão de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou Função Comissionada Executiva - FCE, níveis 13 a 18, ou equivalentes, situação na qual perceberão a GDSUPDEN com base no resultado da avaliação institucional do período.

.....” (NR)

“Art. 1º-H. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDSUPDEN continuará a percebê-la em valor correspondente à da última pontuação que lhe foi atribuída, na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

.....” (NR)

“Art. 1º-I. O servidor ativo beneficiário da GDSUPDEN que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta inteiros por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será

\* C D 2 5 9 8 4 8 0 8 9 1 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259848089100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros



imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do órgão ou entidade de lotação.

.....” (NR)

“Art. 1º-J. A GDSUPDEN não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

.....” (NR)

“Art. 1º-L. Para fins de incorporação da GDSUPDEN aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

.....” (NR)

§ 1º Para os benefícios de aposentadoria e de pensão instituídos até 19 de fevereiro de 2004, a GDSUPDEN corresponderá a cinquenta pontos, considerados o nível, a classe e o padrão do servidor.

.....” (NR)

“Art. 2º É vedada a aplicação do instituto da redistribuição de servidores da Suframa, Sudam, Sudene e Sudeco para outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

.....” (NR)

Art. 3º .....

“Parágrafo único. O titular de cargo integrante do Plano Especial de Cargos de que trata o art. 1º desta Lei não faz jus à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída por intermédio da Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002.

.....” (NR)

“Art. 5º É instituída a Gratificação de Qualificação (GQ), a ser concedida aos ocupantes dos cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos de que trata o art. 1º desta Lei em retribuição ao cumprimento de requisitos técnicofuncionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades das autarquias, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento.

.....” (NR)

§ 1º .....

“I - conhecimento das políticas, diretrizes e estratégias setoriais e globais das Autarquias;

.....” (NR)

“§ 2º A adequação da formação acadêmica às atividades desempenhadas pelo servidor na Suframa, Sudam, Sudene ou Sudeco será objeto de avaliação de Comitê Especial para a concessão da GQ, que será instituído no âmbito de cada Autarquia, em ato de seus dirigentes máximos.

.....” (NR)

§ 3º Os cursos de especialização com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula, em área de interesse das Autarquias, poderão ser equiparados a cursos de pós-graduação em sentido amplo, mediante avaliação do Comitê a que se refere o § 2º deste artigo.

.....” (NR)

\*CD259848089100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259848089100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros



“§ 4º A GQ será concedida em 2 (dois) níveis a servidores com o nível de qualificação funcional previsto no § 1º deste artigo, na forma estabelecida em ato do respectivo dirigente máximo da Suframa, Sudam, Sudene ou Sudeco, observados os seguintes limites:

.....” (NR)

“Art. 6º- Ressalvado o atendimento de situações previstas em leis específicas, fica vedada a cessão de servidores da Suframa, Sudam, Sudene e Sudeco para outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, exceto nos seguintes casos:

.....” (NR)

“Art. 6º.....

.....  
“III - para os servidores do Quadro de Pessoal da Sudam, Sudene e Sudeco: pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de publicação da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024; e

IV - para servidores que vierem a ingressar no Quadro de Pessoal da Sudam, Sudene e Sudeco: durante os primeiros 5 (cinco) anos de efetivo exercício.”

“Art. 7º São requisitos para ingresso nos cargos do Plano Especial de Cargos das Superintendências de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional:

.....” (NR)

“Art. 26-A. O Plano Especial de Cargos da Suframa, instituído pela Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a denominar-se Plano Especial de Cargos das Superintendências de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.”

“Art. 26-B. A Gratificação de Desempenho da Suframa – GDSUFRAMA, instituída pela Lei nº 11.356, de 2006, passa a denominar-se Gratificação de Desempenho das Superintendências de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional – GDSUPDEN.”

“Art. 26-C. Os padrões de vencimento básico dos cargos de provimento efetivo das instituições de que trata o caput deste artigo serão, a partir da publicação desta Lei, os constantes do Anexo XL da MP 1286/2024.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos aposentados e pensionistas oriundos do quadro de pessoal da Sudam, Sudene e Sudeco.

§ 2º O posicionamento dos aposentados e pensionistas na tabela remuneratória terá como referência a situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão.”

### JUSTIFICAÇÃO

A MP 1.286/2024 criou a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, cujas atribuições estão voltadas às mesmas competências incumbidas às Superintendências, porém sem a inclusão de autarquias importantes para o desenvolvimento regional como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência do

\* C D 2 5 9 8 4 8 0 8 9 1 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259848089100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros



Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência do Desenvolvimento do nordeste (SUDENE), além da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

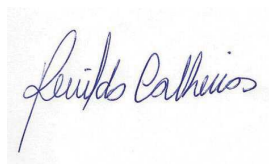
Assim, ao analisar as regras estabelecidas para a nova carreira criada pela MP, infere-se que ela tem por foco dar suporte aos órgãos e entidades que atuam na mesma temática das superintendências regionais, favorecendo a movimentação de pessoal com o adequado aproveitamento da força de trabalho. Por essa razão, torna-se inexplicável o tratamento diferenciado dado pela proposição legislativa.

Isso porque a inclusão da SUDAM, SUDENE e SUDECO no Plano Especial de Cargos da SUFRAMA tem o potencial de impactar diretamente diversas políticas públicas do governo federal, em especial na Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Portanto, a proposta apresentada por esta emenda tem por objetivo de reestruturar a carreira das Superintendências mencionadas por meio da inclusão no Plano Especial de Cargos da SUFRAMA na Medida Provisória, a fim de contemplar as carreiras dessas autarquias, reconhecendo a relevância das responsabilidades atribuídas aos seus servidores efetivos e a consequente necessidade de valorizá-los.

Pedidos apoio aos nobres pares para aprovação de tão importante medida.

Brasília-DF, 09 de fevereiro de 2025.



**Deputado RENILDO CALHEIROS**

**PCdoB-PE**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259848089100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renildo Calheiros





**MPV 1286  
00289**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 33.** .....

.....

§ 2º Os conselheiros e seus suplentes serão eleitos pelos integrantes das respectivas carreiras, ativos e aposentados, desde que beneficiários, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

A alteração do artigo 33 da Lei 13.327/2016, além de não implicar em qualquer despesa, faz justiça aos aposentados das carreiras jurídicas, que hoje se veem alijados da participação ação nas eleições do Conselho Curador de Honorários Advocatícios, mesmo sendo beneficiários dos mesmos.

A redação que hoje se pretende alterar, além de fazer justiça, esta em descompasso com a realidade do Conselho, visto que o texto em vigor refletia o conteúdo da lei, em cujo projeto os aposentados não eram contemplados.

Promover a isonomia entre os beneficiários, em atenção ao fundamental princípio da dignidade da pessoa humana (inciso III, do artigo 1o, CFRB), e caminho importante e compromisso que assumimos na Comissão que discutiu o aperfeiçoamento e fortalecimento da AGU, razão de propormos o

ExEdit  
\* C D 2 5 2 8 7 4 6 6 9 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252874669300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde





novo texto, repita-se, sem qualquer aumento ou reflexo financeiro que acarrete despesas ao tesouro.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Cleber Verde**  
**(MDB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252874669300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde



\* CD 252874669300 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00290**

CONGRESSO NACIONAL

Câmara dos Deputados Gab. Carol Dartora

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 83-A à Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, na forma proposta pelo art. 61 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 83-A.** O cargo de Analista Ambiental integrante da carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a denominar-se Auditor-Fiscal Ambiental Federal.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo promover a adequação da denominação do cargo de Analista Ambiental para Auditor Fiscal Ambiental Federal, no âmbito da carreira de Especialista em Meio Ambiente disciplinada pela Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002.

A proposta de modificação da nomenclatura do cargo têm como objetivo conferir maior alinhamento às funções efetivamente desempenhadas pelos profissionais que atuam na regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental, entre outras funções, como descrito no art. 4º, da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente.

*Art. 4º São atribuições dos ocupantes do cargo de Analista Ambiental o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas nacionais de meio ambiente formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionem com as seguintes atividades:*

- I – regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental;*
- II – monitoramento ambiental;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250904861300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carol Dartora

\*CD250904861300\*  
ExEdit

*III – gestão, proteção e controle da qualidade ambiental;*

*IV – ordenamento dos recursos florestais e pesqueiros;*

*V – conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e*

*VI – estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambientais.*

*Parágrafo único. As atividades mencionadas no caput poderão ser distribuídas por áreas de especialização ou agrupadas de modo a caracterizar um conjunto mais abrangente de atribuições, nos termos do edital do concurso público.*

Os ocupantes desse cargo são responsáveis por efetivar o cumprimento da legislação ambiental através da legislação supramencionada, bem como por meio do exercício do poder de polícia conferido em razão das atividades realizadas por aqueles servidores lotados no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, conforme o art. 2º, inciso I, da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro 1989, que criou o IBAMA, e do §2º do art. 70, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Por meio do poder de polícia esses servidores atuam diretamente na verificação da regularidade de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras, condução de ações de fiscalização e auditoria, exigindo a adoção de medidas corretivas quando identificadas inconformidades e, se necessário, aplicando sanções administrativas, com vistas a garantir a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade das atividades produtivas.

Cumprе salientar que a própria Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, em sua redação vigente, já prevê expressamente as atividades de regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental dentre as atribuições do Analista Ambiental.

Nesse sentido, a mudança de nomenclatura proposta para “Auditor Fiscal Ambiental Federal” visa, portanto, conferir maior precisão sobre as atribuições exercidas, evidenciando a competência fiscalizatória e de auditoria exercidas pelos servidores na busca do efetivo cumprimento das normas ambientais e o monitoramento de atividades potencialmente poluidoras, uma vez

\*CD250904861300\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250904861300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carol Dartora



que denominação atual, “Analista Ambiental”, não traduz o caráter fiscal e de controle embutido no rol de responsabilidades do cargo.

Essa iniciativa se harmoniza com outras mudanças realizadas no âmbito federal que objetivaram aproximar a nomenclatura dos cargos de suas funções concretas de auditoria e fiscalização. A exemplo disso, cita-se a reformulação dos cargos da Ministério da Agricultura e Pecuária (Auditor-Fiscal Federal Agropecuário), Ministério do Trabalho (Auditor-Fiscal do Trabalho), Receita Federal do Brasil (Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e Controladoria Geral da União (Auditor Federal de Finanças e Controle).

Ademais, no próprio texto da Medida Provisória nº 1286, de 2024, o art. 2º contempla a alteração do nome do cargo de Analista do Banco Central para Auditor do Banco Central, com fundamento na mesma lógica de aprimorar a nomenclatura para evidenciar as funções de fiscalização e regulação dos servidores e explicitar a essência de controle e auditoria típica das atividades desempenhadas.

A nova denominação, nesse sentido, pretende se aproximar das melhores práticas de gestão pública, uma vez que expressará com precisão a natureza das tarefas exercidas, bem como o nível de responsabilidade assumido.

Essa alteração conferirá maior precisão funcional, além de consolidar a percepção institucional da importância e legitimidade de tais profissionais no exercício da defesa e preservação do meio ambiente. Em paralelo, respeita os precedentes recentes de atualização das nomenclaturas de cargos em atividades típicas de Estado, reforçando o papel estratégico dos servidores que atuam em áreas críticas para a governança pública.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputada Carol Dartora**  
(PT - PR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250904861300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carol Dartora



**MPV 1286  
00291****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)****(Dos Srs. TADEU VENERI e PADRE JOÃO)**

Acrescente-se, onde couber, renumerando-se os demais, o seguinte capítulo XXII-1 antes do Capítulo XXIII da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**CAPÍTULO XXII-1****DO CARGO DE AUDITOR DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO**

Art. Xx. Cabe aos integrantes do cargo de Auditor, disposto na Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, as prerrogativas da avaliação e fiscalização efetiva e independente dos processos administrativos, contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais das Instituições Federais de Ensino, sem prejuízo das atribuições específicas inerentes ao Controle Interno, observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações.

**JUSTIFICAÇÃO****JUSTIFICAÇÃO**

A necessidade de assegurar a integridade das funções de auditoria interna dentro das Instituições Federais de Ensino (IFE's) foi recentemente reconhecida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em parecer exarado nos



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250307930000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tadeu Veneri e outros



autos da Denúncia n. 25.007/2024-6, a Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos apontou a premência de se buscar o fortalecimento das unidades de auditoria dentro das Universidades Federais e da atuação específica do Auditor, cujas funções não podem ser alocadas como uma mera especialidade dentro de um cargo geral:

a) no que tange às políticas públicas, a ausência de auditores especializados nas IFE pode dificultar a implementação de políticas e processos que assegurem o uso eficiente e responsável dos recursos, prejudicando a confiança da sociedade na gestão dos valores destinados à educação;

b) no âmbito institucional, a aprovação das alterações na Lei 11.091/2005, particularmente a transformação do cargo de Auditor em Analista em Educação, representa um risco considerável ao controle interno na Administração pública, especialmente nas IFE. A mudança fragiliza a segregação de funções, enfraquece a estrutura de controle interno e compromete a accountability nas entidades; e

c) a função de Auditor possui especificidades e competências essenciais para assegurar a fiscalização efetiva e independente dos processos administrativos, contábeis e financeiros. Ao substituir essa posição especializada por um cargo de natureza mais ampla e menos focada em auditoria, abre-se uma lacuna de expertise na identificação de irregularidades e na promoção da transparência (fundamentais para a boa governança e para o cumprimento dos princípios constitucionais). Devido à sua formação generalista, os Analistas em Educação poderiam carecer das habilidades técnicas específicas para detectar e corrigir desvios e fraudes.

O Congresso Nacional, inclusive, foi cientificado deste posicionamento pelo TCU por meio do Aviso n. 956 - GP/TCU, de 20 de dezembro de 2024, para que adote as medidas cabíveis. O documento está sob análise da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

As especificidades do cargo buscam garantir o cumprimento do art. 74 da Constituição Federal quando da atuação da Unidade de Auditoria



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250307930000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tadeu Veneri e outros



Interna de forma integrada por meio de Sistema de Controle Interno, bem como por meio da atuação do cargo de Auditor na prática da atividade de Auditoria Interna Governamental para o alcance das finalidades de avaliação e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração indireta, especificamente Instituições Federais de Ensino, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, nos termos do art. 70 da Carta Magna. Apesar disso, o cargo de Auditor não se encontra citado de forma específica nos capítulos e tabelas do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005](#).

Assim, é apresentada proposta que busca o fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI) na sua atuação integrada e no alcance das suas finalidades na forma da Constituição Federal. Isso se dará com a reorientação dos modelos de alcance de resultados pelas organizações a partir do fortalecimento da especificidade do cargo de Auditor por meio de um capítulo contemplando as atribuições, em observância às peças técnicas dispostas no Aviso n. 956 - GP/TCU, de 20 de dezembro de 2024.

Por fim, destaca-se que a criação do capítulo, não gera aumento de despesas, visto que a tabela disposta Anexo CCXXIV da Medida Provisória que se pretende emendar, já contempla o cargo de Auditor nos cargos do Nível E do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, estando assim devidamente alinhada e em conformidade aos aspectos remuneratórios dispostos nas mesas de negociação conduzidas pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

São essas as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

\*CD250307930000\*  
eXEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250307930000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tadeu Veneri e outros



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Tadeu Veneri**  
**(PT - PR)**  
**DEPUTADO FEDERAL**

**Deputado Padre João**  
**(PT - MG)**  
**DEPUTADO FEDERAL**

**Deputado Pedro Uczai**  
**(PT - SC)**  
**DEPUTADO FEDERAL**

\*CD250307930000\*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250307930000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tadeu Veneri e outros







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Tadeu Veneri)**

Acrescente-se, onde couber,  
renumerando-se os demais, o seguinte  
capítulo XXII-1 antes do Capítulo XXIII da  
Medida Provisória, nos termos a seguir:

Assinaram eletronicamente o documento CD250307930000, nesta ordem:

- 1 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Padre João (PT/MG)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250307930000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tadeu Veneri e outros



**MPV 1286  
00292**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Substitua-se na Medida Provisória a expressão “Inspetor Federal do Mercado de Capitais” por “Auditor Federal do Mercado de Capitais”.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe alterações na Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, para modificar o nome do cargo de Inspetor Federal do Mercado de Capitais para Auditor Federal do Mercado de Capitais.

A proposta de alterar a nomenclatura do cargo da CVM vem reconhecer a complexidade técnica e estratégica das funções exercidas e refletir adequadamente o tipo de trabalho realizado pelos servidores da Autarquia.

O trabalho da CVM vai além de fiscalizações pontuais, englobando auditorias sofisticadas essenciais para a regulamentação e supervisão do Mercado de Capitais, no âmbito da Supervisão do Sistema Financeiro Nacional.

Os servidores técnicos de nível superior da CVM realizam auditorias financeiras e contábeis em grandes companhias, instituições financeiras e fundos de investimento, cobrindo mais de 80.000 entes fiscalizados, 5 bilhões de operações anuais em bolsa e cerca de 10 trilhões de reais em investimentos. Essas atividades exigem tecnologia avançada e profissionais altamente qualificados para analisar operações complexas, combater fraudes como *spoofing* e *layering* e lidar com desafios emergentes, como *high frequency trading*, *robot-advisors*, criptoativos e blockchain.

\* CD 256546290000 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256546290000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



A nomenclatura “Auditor” captura melhor a especialização e responsabilidade desses profissionais, cuja atuação vai além de análises, garantindo a integridade e transparência do mercado. O mercado regulado pela CVM, com valor múltiplo do PIB brasileiro, requer um corpo técnico altamente capacitado, alinhado aos padrões internacionais.

Além de refletir com precisão as atribuições do cargo, a mudança fortalece a imagem institucional da CVM junto ao mercado e ao público. A denominação está em sintonia com a prática de órgãos reguladores internacionais, reforçando o alto padrão da autarquia e destacando o papel estratégico de seus profissionais na governança corporativa e na proteção dos investidores.

Portanto, a nomenclatura proposta reconhece a sofisticação técnica e o impacto sistêmico do trabalho da CVM, contribuindo para o alinhamento da instituição aos mais altos padrões internacionais de regulação financeira.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Marcelo Queiroz**  
**(PP - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256546290000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



**MPV 1286  
00293**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica criado 1 (um) cargo comissionado executivo nível 18 (CCE-18) de Presidente da CVM.

§ 1º O cargo de que trata o caput deste artigo fica criado sem aumento de despesa, mediante a transformação de 1 (um) CCE-17 e de 5 (cinco) FCE-1 alocados na estrutura da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º A transformação dos cargos e funções na forma prevista neste artigo somente produzirá efeito a partir da entrada em vigor de decreto de alteração da estrutura regimental da Comissão de Valores Mobiliários.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Propõe-se a transformação, sem impacto orçamentário, do cargo do Presidente da CVM em CCE 18, cargo de natureza especial, de forma a manter a equivalência às autoridades máximas de outras autarquias especiais como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Banco Central do Brasil e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Marcelo Queiroz**  
(PP - RJ)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259546128200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



**MPV 1286  
00294**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se o art. 206 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe a supressão do artigo 206 da Medida Provisória nº 1.286/2024, que altera os critérios de progressão funcional e avaliação de desempenho dos servidores públicos federais. As mudanças introduzidas por esse artigo não foram objeto de discussão ou acordo com as entidades representativas dos servidores, contrariando o propósito da MP, que é formalizar ajustes negociados em 2024.

O artigo 206 impõe critérios meritocráticos e individualizados para progressão e promoção, desconsiderando a experiência profissional e o desempenho coletivo. Além disso, exige a participação em cursos de escolas de governo, o que pode criar barreiras injustas para servidores que buscaram qualificação em outras instituições reconhecidas, como universidades e institutos federais. Essa exigência, além de desestimular o aperfeiçoamento profissional, demandaria investimentos públicos significativos para garantir vagas suficientes, o que não está previsto no orçamento.

\*CD253212035800\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253212035800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga



Outro ponto crítico é a duplicidade de avaliações, já que muitas carreiras já possuem gratificações de desempenho com processos avaliativos próprios. A inclusão de servidores em final de carreira nesse sistema também se mostra despropositada, gerando custos desnecessários para a Administração Pública sem benefícios concretos.

Diante disso, a supressão do artigo 206 é essencial para garantir a isonomia, a equidade e a racionalidade no processo de progressão funcional, evitando distorções e despesas injustificadas. A medida assegura que eventuais mudanças nas carreiras sejam discutidas e pactuadas de forma transparente e democrática com as entidades representativas dos servidores.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Glauber Braga**  
**(PSOL - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253212035800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga



\*CD253212035800\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00295**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao inciso II do § 3º do art. 12 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, como proposto pelo art. 54 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 12. ....**

**§ 3º ....**

**II – para a Classe C, com a denominação de Professor Associado, cumprido o interstício mínimo de vinte e quatro meses no último nível da classe anterior e aprovação em processo de avaliação de desempenho; e**

**.....” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição visa retirar a exigência de doutorado para promoção da classe B (Adjunto) para a Classe C (Associado), na carreira de Magistério Superior (MS), tendo em vista já existir a previsão de exigência de título de doutor para ascensão ao topo da referida carreira.

ExEdit  
\* C D 2 5 2 2 6 9 4 3 2 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252269432500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga



Em realidade, a Lei 12772/12, no art. 8º e seus respectivos parágrafos, aponta para a exigência de título de doutor para ingresso na carreira MS, com a exceção contida no §3º:

*§3º A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pela de título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior.*

Se a Legislação permite o ingresso de mestre, especialista ou graduado, nas universidades federais interiorizadas e com multicampia, especialmente em locais de difícil acesso ou onde não existam oferta de programas de pós-graduação que estimulem a capacitação docente, não há por que bloquear o desenvolvimento na carreira exatamente na metade de seu percurso, impedindo que o(a) docente avance nos 5 últimos níveis do total de 10 níveis que existem na carreira MS.

A título de comparação, o Art. 14-§3º-II da Lei 12772/12, que trata da promoção da Classe B para a Classe C na carreira EBTT, não traz qualquer exigência de titulação. Sugere-se, portanto, tratar o desenvolvimento na carreira MS em isonomia com o desenvolvimento na carreira EBTT.

Caso seja mantido o texto originalmente proposto na MPV 1286/24, um(a) professor(a) que ingresse com mestrado em uma universidade federal terá seu desenvolvimento de carreira limitado a um percurso de apenas 9 anos. Para efeito de comparação, em um instituto federal, o(a) docente com mestrado poderá realizar seu desenvolvimento durante 17 anos de sua carreira.

\* CD 252269432500 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252269432500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga





A referida limitação, específica da carreira MS, dificulta o provimento e a permanência de docentes do magistério superior em “área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor”, como estabelece a Legislação, prejudicando o processo de interiorização da educação pública ofertada pelas universidades federais.

Para padronizar o processo de desenvolvimento nas carreiras do magistério federal, sugere-se retirar a exigência de titulação de doutorado para a ascensão à Classe C, com denominação de Associado, na carreira do magistério superior (MS), mantendo a exigência da referida titulação exclusivamente para a promoção ao topo de ambas as carreiras, Titular MS e Titular EBTT.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Glauber Braga**  
(PSOL - RJ)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252269432500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga



\* CD 252269432500 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00296**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Altere-se a Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, nos seguintes termos:

1. A tabela **b** do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286, de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela **e** do Anexo CCXXIV;

2. A tabela **a** do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da Justificação desta emenda, e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mencionados profissionais, optarem por 40h semanais.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa adequar os percentuais de reajuste aplicáveis aos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das Universidades Federais e Institutos Federais aos valores estabelecidos no Acordo nº 11/2024. Conforme pactuado, o reajuste deveria contemplar 9% (nove por cento) a partir de janeiro de 2025, e 5% (cinco por cento) a partir de abril de 2026, além de percentuais de “step” de 4% entre os níveis salariais para 2025, e de 4,1% para 2026.

Observa-se que a MPV 1286/2024, publicada em 31/12/2024, estabeleceu percentuais distintos para médicos e médicos veterinários, fixando-os em 4,5% (quatro e meio por cento) a partir de janeiro de 2025, e 4,5% (quatro e meio por cento) a partir de abril de 2026, sem alteração nos percentuais de “steps” acordados. A harmonização destes percentuais com o estabelecido no Acordo nº



11/2024 é importante para manter a coerência da estrutura remuneratória do PCCTAE.

Os cargos em questão integram o “nível E” do PCCTAE, conforme a Lei nº 11.091, de 2005, seguindo o mesmo enquadramento dos demais cargos que requerem formação acadêmica específica, o que sugere a importância de manter um tratamento equânime.

Assinale-se que os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham relevante função na assistência à saúde da comunidade acadêmica, contribuindo também para a formação dos futuros profissionais de saúde que atuarão junto à população brasileira. Os médicos veterinários destas instituições, por sua vez, desenvolvem atividades essenciais em Hospitais Veterinários, atendendo à comunidade e realizando atividades de ensino e pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do agronegócio e para a segurança alimentar, através de sua atuação na cadeia de produção de proteína animal. Ambas as categorias mantiveram suas atividades mesmo durante períodos desafiadores, como a pandemia de covid-19, garantindo a continuidade dos serviços institucionais.

É importante considerar que estes profissionais enfrentam significativa demanda de trabalho e exercem funções de alta complexidade. Nessa trilha, a alteração do percentual de reajuste para 4,5% apresenta, na visão das carreiras, uma divergência em relação ao acordo estabelecido previamente, podendo impactar a valorização desses profissionais, que se dedicam diariamente à prestação de serviços médicos nas universidades federais.

Quanto à questão remuneratória, observa-se que os valores praticados para médicos e médicos veterinários nas universidades federais são compatíveis com suas responsabilidades e riscos inerentes à profissão, que exige constante atualização profissional. Uma análise comparativa com as tabelas de outras instituições federais, incluindo as mencionadas na Medida Provisória nº 1286/2024, permite contextualizar adequadamente esta questão.



Assim, conclui-se que a diferenciação no reajuste pode ter implicações na retenção de profissionais qualificados, com possível impacto nos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade.

Diante do exposto, solicitamos a esta Casa das Leis a aprovação desta emenda.

ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
	P31	9.113,85	I	II	III	IV	1	9.934,08	10.430,78



Médico	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
Médico Veterinário	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			



Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
Médico	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
Veterinário	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Rogério Carvalho**  
(PT - SE)



**MPV 1286  
00297**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se na Medida Provisória, no seu artigo 131, o § 6º do Art. 15, da Lei 11.091/2005.

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, o § 3º do Art. 15, da Lei 11.091/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.

15.....

.....

.....

§ 3º A parcela complementar a que se refere o § 2º deste artigo será considerada para todos os efeitos como parte integrante do vencimento básico, e não será absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória. (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os termos apresentados no texto do parágrafo sexto ferem a Cláusula 3ª do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que afirma que o Vencimento Básico Complementar (VBC) “não será absorvido por força da implementação dos novos valores e estruturas remuneratórias”.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

\* C D 2 5 2 2 9 4 8 2 4 8 0 0 \*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252294824800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



A não absorção está prevista desde o Termo de Acordo de Greve de 2012.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
(PT - SC)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252294824800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



\* CD 252294824800 \*  
ExEdit







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD252294824800, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Padre João (PT/MG)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252294824800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



**MPV 1286  
00298**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o Art. 12-B, da Lei 11.091/2005 com a seguinte redação:

Art. 12-B A partir de 1º de abril de 2026, fica instituído, aos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-TAE), com regulamento proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único O Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC é o instrumento de reconhecimento dos conhecimentos e habilidades de todos os integrantes do Plano de Carreira, independentemente do nível de escolaridade, resultante da atuação profissional na dinâmica do ensino, pesquisa, extensão, gestão, inovação e assistência especializada, nos termos do inciso IV, Art. 3º desta Lei.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda atende a Cláusula Quarta do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que estabelece instituto do RSC, que a proposição será pela CNSC e a data de sua implantação.

A aprovação dessa emenda dará suporte a elaboração dos cálculos de impacto financeiro para a inclusão na LDO e LOA de 2026, já

ExEdit  
\* C D 2 5 8 2 9 3 9 2 9 2 0 0 \*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258293929200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



que sua implantação está prevista para abril de 2026. Portanto, não vai gerar impacto financeiro em 2025.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
(PT - SC)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258293929200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

ria a Carreira Socioeconômico, de a Desenvolvimento Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD258293929200, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Padre João (PT/MG)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258293929200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



**MPV 1286  
00299**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando os incisos I e III do Art. 18 da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art.

18.....

.....

I – unificação e transformação de cargos de mesma natureza, complexidade e similaridade.

II.....

III - posicionamento do servidor ocupante dos cargos unificados ou transformados em nível de classificação, padrão de vencimento básico do cargo de destino, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

**JUSTIFICAÇÃO**

Os cargos da Administração Pública, incluídos os que integram o PCCTAE (Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005), vêm sofrendo efeitos da evolução histórica, mudanças no mundo do trabalho e na realidade social, novas formas de gestão e informatização decorrentes do desenvolvimento tecnológico. É necessário que a Administração Pública apresente soluções para atualizar seu quadro de cargos com o aproveitamento dos atuais servidores às demandas da realidade atual.

\*CD253318403100\*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253318403100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



Entendemos que alterações que acompanhem as transformações do mundo do trabalho, a natureza e atribuições essenciais dos cargos são juridicamente permitidas e não violam a exigência de concurso público.

A presente emenda é derivada do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI.

A inclusão do texto proposto com as alterações da Lei 11091/2005, nos incisos I e III é fundamental para sustentar o processo de racionalização constante da Cláusula 13, alínea E do acordo. A possibilidade de transformar cargos, respeitados os limites constitucionais, permitirá o aproveitamento dos servidores sem aumento de despesas, ou seja, sem impacto financeiro para Medida Provisória.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
(PT - SC)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253318403100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



\*CD253318403100\*  
ExEdit





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

ria a Carreira Socioeconômico, de a Desenvolvimento Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD253318403100, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Padre João (PT/MG)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253318403100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



**MPV 1286  
00300****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, a inclusão dos § 1º e § 2º no Art. 11 da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art.

11.....

.....

§ 1º Os ocupantes dos cargos de Médico, Médico/Área, Médico do Trabalho, Engenheiro do Trabalho, Arquiteto do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Regente e Sanitarista do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal, de pós-graduação lato sensu, ao apresentarem a certificação de uma segunda formação *lato sensu*.

§ 2º Os ocupantes dos cargos de nível médio profissionalizante ou com curso técnico do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal quando apresente uma segunda certificação de curso técnico.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda visa garantir a isonomia de tratamento com os demais profissionais que integram o PCCTAE, Lei nº 11.091/2005, considerando que os demais cargos não têm como requisito para o ingresso no cargo a certificação de especialista ou curso médio



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250529004800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros

\*CD250529004800\*  
xEdit





profissionalizante ou curso técnico. Os ocupantes dos cargos só podem alcançar o Incentivo a Qualificação (IQ) a partir da graduação, para o nível de classificação D ou do mestrado, para o nível de classificação E. A proposta de alteração é para que esses servidores tenham a possibilidade de apresentar uma segunda certificação, como forma de obtenção do primeiro IQ, assim como os demais servidores.

Essa alteração não gera impacto orçamentário na Medida Provisória, pois já está previsto na Lei nº 11.091/2005 e cada servidor que alcançar o IQ é considerado aumento vegetativo da folha. O IQ foi implantado em 2006.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
**(PT - SC)**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250529004800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

ria a Carreira Socioeconômico, de a Desenvolvimento Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD250529004800, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Padre João (PT/MG)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250529004800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



**MPV 1286  
00301**

EMENDA Nº CMMPV 1286/2024.  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação à ementa, ao inciso I do caput do art. 1º, e ao título do Capítulo LXXII; e acrescente-se o artigo 192-A ao 192-W e altere-se os Anexos abaixo, à Medida Provisória, nos termos a seguir:

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, **o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública** e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

"Art.

1º .....  
.....

I – cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça, a Defesa, **o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública** e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários." (NR)

\* 0 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



.....

.....

## CAPÍTULO LXXII

### DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA E DEFESA **E DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

.....

.....

Art. 192-A. Fica estruturado, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de provimento efetivo, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º A implementação do Plano de Cargos far-se-á mediante transformação dos atuais cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECPF e do Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal - PECPRF, do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 2º Os cargos do Plano de Cargos de que trata o caput deste artigo estão estruturados em classes e padrões, na forma do Anexo CCCIX-A.

§ 3º Os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, poderão optar pelo Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma do Termo de Opção constante do Anexo CCCIX-B desta Medida Provisória, a ser formalizado no prazo de noventa dias, situação na qual deixarão de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.

Art. 192-B. Os servidores titulares dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar de que tratam as Leis nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, nº 10.682, de 28 de maio de 2003 e nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005 do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, serão enquadrados no Plano de Cargos, mantidas as denominações e as atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa.

§ 1º É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.

§ 2º O enquadramento dos servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput no Plano de Cargos dar-se-á automaticamente, salvo

\* C D 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



manifestação irretratável, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação desta Medida Provisória, na forma do Anexo CCCIX-C.

§ 3º Os servidores que formalizarem a opção referida no § 2º deste artigo permanecerão nos planos em que se encontrarem na data de publicação desta Medida Provisória, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 4º O disposto neste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

§ 5º Os cargos de níveis superior e intermediário que se refere o caput deste artigo que se encontrem vagos e aqueles que vierem a vagar serão transformados em cargos do Plano de Cargos de que trata o art. 192-A, respectivamente, observado o nível de escolaridade.

§ 6º Os efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o caput aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas, a partir da vigência desta Medida Provisória, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Art. 192-C. É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ressalvados os casos amparados em legislação específica.

### CAPÍTULO III DO INGRESSO

Art. 192-D. O ingresso no Plano de Cargos de que trata o art. 1º dar-se-á por meio de aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos.

§ 1º O ingresso no Plano de Cargos de que trata o caput dar-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.

§ 2º São requisitos para ingresso no Plano de Cargos diploma de conclusão em curso de nível superior ou intermediário de acordo com o nível de escolaridade do cargo, dentre outros a serem estabelecidos em regulamento, e em edital.

\* 0 0 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



§ 3º O edital definirá as características de cada etapa do concurso público, a formação especializada, bem como os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 4º A comprovação dos requisitos de escolaridade previstos neste artigo será feita quando da convocação para a posse, decorrente da aprovação em concurso público, sendo eliminado o candidato que deixar de apresentar o correspondente documento comprobatório.

#### CAPÍTULO IV DO DESENVOLVIMENTO

Art. 192-E. Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional, bem como os requisitos, condições e procedimentos específicos para fins de progressão e promoção serão estabelecidos em regulamento.

Art. 192-F. O desenvolvimento do servidor nos cargos do Plano de Cargos ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

Parágrafo único. Para fins desta Medida Provisória, progressão funcional é a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior dentro de uma mesma classe e promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior.

#### CAPÍTULO V DA REMUNERAÇÃO

Art. 192-G. A remuneração dos servidores integrantes do Plano de Cargos será composta pelas seguintes parcelas:

I - Vencimento Básico, conforme os valores estabelecidos no Anexo CCCIX-D;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania – GDAJUSP, conforme definido no art. 192-I;

Art. 192-H. Fica instituída a Gratificação Específica de Atividades Auxiliares de Justiça com Cidadania - GEAJUSP, devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao Plano de Cargos.

Parágrafo único. Os valores da GEAJUSP são os estabelecidos no Anexo CCCIX-E, a partir da data nele especificada.

\* 0 0 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



Art. 192-I. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania – GDAJUSP, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando em efetivo exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, enquanto permanecerem nesta condição.

§ 1º A GDAJUSP não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

§ 2º É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GDAJUSP.

Art. 192-J. A GDAJUSP será atribuída em função do alcance de metas de desempenho individual e do alcance de metas de desempenho institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 1º A avaliação de desempenho individual aferirá o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo para o alcance das metas de desempenho institucional.

§ 2º A avaliação de desempenho institucional aferirá o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

§ 3º A GDAJUSP será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CCCIX-F.

§ 4º A pontuação referente à GDAJUSP será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 5º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAJUSP.

§ 6º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAJUSP serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, observada a legislação vigente.

\* 0 0 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



§ 7º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas anualmente em ato do Ministro de Estado.

§ 8º Os valores a serem pagos a título de GDAJUSP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo VI, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 9º Até a edição dos atos a que se referem os §§ 6º e 7º deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores, em exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, farão jus à percepção da GDAJUSP em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

§ 10. O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6º deste artigo, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

Art. 192-K. Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Cargos quando não se encontrarem em exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação somente farão jus à GDAJUSP quando:

I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDAJUSP calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no respectivo órgão de lotação; e

II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput deste artigo e investidos em cargo de Natureza Especial, de provimento em Cargo

Comissionado Executivo CCE de 1.13 a 1.17, ou equivalentes, e perceberão a GDAJUSP calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

Art. 192-L. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAJUSP correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

Art. 192-M. Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão a outro órgão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAJUSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

\* 0 0 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins





Art. 192-N. O titular de cargo efetivo, quando investido em cargo em comissão de Natureza Especial - NE ou Cargo Comissionado Executivo de 1.13 a 1.17 ou equivalentes, perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somada ao resultado da avaliação institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública no período.

Parágrafo único. Ocorrendo exoneração de cargo em comissão referido no caput, com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDAJUSP continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 192-O. O servidor beneficiário da GDAJUSP que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Parágrafo único. O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da análise de adequação funcional, identificará as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e adotará as medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 192-P. A GDAJUSP integrará os proventos de aposentadoria quando percebida há pelo menos 60 (sessenta) meses ininterruptos.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, o valor a ser incorporado aos proventos da aposentadoria será calculado pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor a título de GDAJUSP nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria.

§ 2º A parcela incorporada aos proventos da aposentadoria com base no disposto no caput deste artigo não poderá ser percebida cumulativamente com outra parcela incorporada de gratificação de desempenho, de atividade ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo, facultado o direito de opção pela incorporação aos proventos da parcela mais vantajosa.

§ 3º Os proventos da aposentadoria de servidor que não completou 60 (sessenta) meses ininterruptos da percepção da GDAJUSP serão calculados considerando a gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que fazia jus o servidor em decorrência do

exercício das atribuições do respectivo cargo efetivo, considerando o Plano de Cargos a que pertença.

Art. 192-Q. Para fins de incorporação da GDAJUSP aos proventos da aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

\* 0 0 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



I - aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, quando percebida a gratificação por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses;

II - aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, aplica-se o valor equivalente a 50 (cinquenta) pontos, quando percebida a gratificação por período inferior a 60 (sessenta) meses;

III - aos beneficiários de pensão amparados pelo art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e pelo parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplica-se o disposto nos incisos I e II, conforme interstício cumprido pelo instituidor; e

IV - aos demais servidores e pensionistas aplica-se o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, conforme o regramento previdenciário aplicável.

Art. 192-R. A GEAJUSP integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Art. 192-S. Os servidores integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, quando lotados na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal, farão jus à concessão e ao pagamento da indenização em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 192-T. Os titulares de cargo de provimento efetivo do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de que tratam os artigos 192-A e 192-B somente poderão:

I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;

II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de CCE ou FCE de nível mínimo 13 ou equivalente; e

\* 0 0 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



III - ser cedidos para o exercício de cargos comissionados CCE 1.13 ou superior, ou equivalentes, para outros entes federativos.

Parágrafo único. Os servidores atualmente cedidos e em desacordo com as normas deste dispositivo, deverão retornar ao órgão de origem, após encerrada a movimentação respectiva.

Art. 192-U. A aplicação do disposto nesta Medida Provisória aos servidores ativos, aos aposentados e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, proventos e pensões.

Parágrafo único. Na hipótese de redução de remuneração, provento ou pensão decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo, da reorganização ou reestruturação do plano de cargos, da reestruturação de tabela remuneratória, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza, conforme o caso.

Art. 192-V. Fica vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano de Cargos com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Cargos.

Art. 192-W. A implementação do Plano de Cargos na forma do art. 1º desta Medida Provisória, não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação aos cargos e às atribuições atuais desenvolvidas pelos servidores ocupantes de cargos efetivos objeto do enquadramento.

Parágrafo único. Os servidores abrangidos pela presente Medida Provisória permanecem em exercício na atual unidade de lotação.

\* 0 0 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



ANEXO CCCIX-A  
ESTRUTURA DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

a) Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V
	IV
	III
	II
	I
C	V
	IV
	III
	II
	I
B	V
	IV
	III
	II
	I
A	V
	IV
	III
	II
	I

\*CD257818426600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



b) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V
	IV
	III
	II
	I
C	V
	IV
	III
	II
	I
B	V
	IV
	III
	II
	I
A	V
	IV
	III
	II
	I

c) Cargos de Nível Auxiliar:

\* C D 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	III
	II
	I

ANEXO CCCIX-B  
TERMO DE OPÇÃO

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA		
Nome:		Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
Cidade:		Estado:
<div>( ) Servidor                      ( ) Aposentado                      ( ) Pensionista</div> <p>Venho, nos termos da Medida Provisória nº                      , de                      de                      , em observância ao disposto no parágrafo 3º do art. 192-A, optar por integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, situação                      na                      qual                      deixará de                      fazer                      jus                      à                      estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.</p> <p>Local e Data:                      ,                      de                      de                      .</p> <p>Assinatura</p>		

ANEXO CCCIX-C  
TERMO DE OPÇÃO

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA		
Nome:		Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
Cidade:		Estado:
<div>( ) Servidor                      ( ) Aposentado                      ( ) Pensionista</div> <p>Venho, nos termos da Medida Provisória nº                      , de                      de                      de                      , em observância ao disposto no parágrafo 2º do art. 192-B, optar</p>		

\*CD257818426600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



por **não** integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Local e Data: , de de .

Assinatura

ANEXO CCCIX-D

VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	9.916,26	10.648,92	11.378,00
	IV	9.702,96	10.403,26	11.138,48
	III	9.494,18	10.164,08	10.904,29
	II	8.831,58	9.463,29	10.172,09
	I	8.641,53	9.245,25	9.942,60
C	V	8.455,05	9.031,53	9.718,64
	IV	8.272,99	8.822,90	9.514,77
	III	8.095,18	8.620,17	9.313,87
	II	7.921,48	8.422,13	9.118,79
	I	7.348,12	7.819,16	8.289,71
B	V	7.092,29	7.518,23	7.954,97
	IV	6.845,88	7.228,72	7.634,17
	III	6.608,34	6.951,81	7.327,30

\* 0 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



	II	6.378,10	6.683,70	7.031,40
	I	6.156,64	6.426,63	6.747,55
A	V	5.711,66	5.967,73	6.134,50
	IV	5.513,13	5.737,70	5.898,55
	III	5.321,38	5.517,02	5.671,42
	II	5.136,95	5.305,06	5.454,44
	I	4.958,42	5.101,21	5.244,00

**b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	19.832,52	21.297,84	22.756,00
	IV	19.405,92	20.806,52	22.276,96
	III	18.988,36	20.328,16	21.808,58
	II	17.663,16	18.926,58	20.344,18
	I	17.283,06	18.490,50	19.885,20
C	V	16.910,10	18.063,06	19.437,28
	IV	16.545,98	17.645,80	19.029,54
	III	16.190,36	17.240,34	18.627,74
	II	15.842,96	16.844,26	18.237,58
	I	14.696,24	15.638,32	16.579,42
B	V	14.184,58	15.036,46	15.909,94
	IV	13.691,76	14.457,44	15.268,34
	III	13.216,68	13.903,62	14.654,60
	II	12.756,20	13.367,40	14.062,80
	I	12.313,28	12.853,26	13.495,10

\* 0 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins





A	V	11.423,32	11.935,46	12.269,00
	IV	11.026,26	11.475,40	11.797,10
	III	10.642,76	11.034,04	11.342,84
	II	10.273,90	10.610,12	10.908,88
	I	9.916,84	10.202,42	10.488,00

c) Demais Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	9.916,26	10.648,92	11.378,00
	IV	9.702,96	10.403,26	11.138,48
	III	9.494,18	10.164,08	10.904,29
	II	8.831,58	9.463,29	10.172,09
	I	8.641,53	9.245,25	9.942,60
C	V	8.455,05	9.031,53	9.718,64
	IV	8.272,99	8.822,90	9.514,77
	III	8.095,18	8.620,17	9.313,87
	II	7.921,48	8.422,13	9.118,79
	I	7.348,12	7.819,16	8.289,71
B	V	7.092,29	7.518,23	7.954,97
	IV	6.845,88	7.228,72	7.634,17
	III	6.608,34	6.951,81	7.327,30
	II	6.378,10	6.683,70	7.031,40
	I	6.156,64	6.426,63	6.747,55

\*CD257818426600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



A	V	5.711,66	5.967,73	6.134,50
	IV	5.513,13	5.737,70	5.898,55
	III	5.321,38	5.517,02	5.671,42
	II	5.136,95	5.305,06	5.454,44
	I	4.958,42	5.101,21	5.244,00

d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	4.858,97	5.092,21	5.233,98
	IV	4.733,99	4.958,72	5.096,79
	III	4.609,00	4.825,22	4.959,60
	II	4.484,02	4.691,73	4.822,41
	I	4.359,04	4.558,23	4.685,22
C	V	4.234,05	4.424,74	4.548,03
	IV	4.109,07	4.291,24	4.410,84
	III	3.984,08	4.157,75	4.273,65
	II	3.859,10	4.024,26	4.136,46
	I	3.734,12	3.890,76	3.999,27
B	V	3.609,13	3.757,27	3.862,07
	IV	3.484,15	3.623,77	3.724,88

\*CD257818426600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



A	III	3.359,17	3.490,28	3.587,69
	II	3.234,18	3.356,79	3.450,50
	I	3.109,20	3.223,29	3.313,31
	V	2.984,21	3.089,80	3.176,12
	IV	2.859,23	2.956,30	3.038,93
	III	2.734,25	2.822,81	2.901,74
	II	2.609,26	2.689,31	2.764,55
	I	2.484,28	2.555,82	2.627,36

e) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	III	2.429,63	2.499,60	2.569,56
	II	2.313,01	2.379,62	2.446,22
	I	2.246,01	2.259,68	2.322,93

ANEXO CCCIX-E  
GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES AUXILIARES DE JUSTIÇA COM CIDADANIA - GEAJUSP

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO GEAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAI	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



		JANEIRO DE 2025	O DE 2026.	JANEIRO 2027
ESPECIAL	III	269,37	282,84	296,98
	II	267,59	280,97	295,01
	I	246,80	259,14	272,10

ANEXO CCCIX-F

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – GDAJUSP

a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	50,26	53,97	57,67
	IV	49,18	52,73	56,45
	III	48,12	51,51	55,26
	II	44,76	47,96	51,55
	I	43,80	46,86	50,40
C	V	42,86	45,78	49,27
	IV	41,94	44,73	48,22

\* C D 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



	III	41,03	43,69	47,21
	II	40,14	42,68	46,21
	I	37,24	39,63	42,01
B	V	35,95	38,11	40,32
	IV	34,70	36,65	38,70
	III	33,49	35,23	37,13
	II	32,33	33,88	35,64
	I	31,21	32,58	34,21
A	V	28,95	30,24	31,09
	IV	27,94	29,08	29,90
	III	26,97	27,97	28,75
	II	26,03	26,89	27,64
	I	25,13	25,85	26,58

**b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	59,13	63,50	67,84
	IV	57,86	62,03	66,42
	III	56,10	60,60	65,02
	II	52,66	56,43	60,65
	I	51,53	55,13	59,29
C	V	50,42	53,86	57,96
	IV	49,34	52,62	56,74
	III	48,27	51,40	55,55

\*CD257818426600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



	II	47,23	50,21	54,37
	I	43,81	46,63	49,43
B	V	42,29	44,84	47,44
	IV	40,20	43,11	45,53
	III	39,40	41,45	43,69
	II	38,04	39,86	41,93
	I	36,72	38,33	40,24
A	V	34,06	35,58	36,58
	IV	32,87	34,22	35,18
	III	31,73	32,90	33,82
	II	30,63	31,63	32,52
	I	29,56	30,42	31,27

c) Demais Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	V	84,47	90,71	96,92
	IV	82,65	88,62	94,88
	III	80,87	86,57	92,88
	II	75,23	80,61	86,64
	I	73,61	78,75	84,70
C	V	72,03	76,94	82,80
	IV	70,48	75,17	81,05

\*CD257818426600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



	III	68,96	73,43	79,35
	II	67,47	71,73	77,67
	I	62,59	66,61	70,61
B	V	60,42	64,05	67,77
	IV	58,32	61,59	65,04
	III	56,29	59,21	62,41
	II	54,34	56,94	59,90
	I	52,45	54,75	57,49
A	V	48,65	50,83	52,26
	IV	46,96	48,88	50,25
	III	45,33	47,00	48,32
	II	43,75	45,19	46,45
	I	42,23	43,45	44,67

d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	V	42,22	43,54	44,77
	IV	41,41	42,70	43,91
	III	40,61	41,87	43,05
	II	39,80	41,03	42,19
	I	38,99	40,20	41,33



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



C	V	38,19	39,36	40,47
	IV	37,38	38,53	39,61
	III	36,57	37,69	38,75
	II	35,77	36,85	37,89
	I	34,96	36,02	37,03
B	V	34,15	35,18	36,18
	IV	33,34	34,35	35,32
	III	32,54	33,51	34,46
	II	31,73	32,67	33,60
	I	30,92	31,84	32,74
A	V	30,12	31,00	31,88
	IV	29,31	30,17	31,02
	III	28,50	29,33	30,16
	II	27,70	28,50	29,30
	I	26,89	27,66	28,44

e) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	III	24,89	25,60	26,32
	II	24,16	24,85	25,55



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins





	I	23,42	24,09	24,77
--	---	-------	-------	-------

JUSTIFICATIVA

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles

\* 0 0 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem recém aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao logo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ver aprovada a presente emenda.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2025.

Deputada Federal Luizianne Lins

\* 0 0 2 5 7 8 1 8 4 2 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257818426600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luizianne Lins



**MPV 1286  
00302**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se ao *caput* do art. 173 da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 173.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, a ser exercido por economistas legalmente habilitados, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão da exigência de que o cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS seja exercido por economistas legalmente habilitados visa assegurar a qualificação técnica necessária para o desempenho das atividades relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico. A Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que regulamenta a profissão de economista, estabelece as competências e atribuições específicas desses profissionais, garantindo que o exercício do cargo esteja alinhado com as melhores práticas e conhecimentos técnicos da área. Ademais, o elenco de atribuições próprias do ATDS, relacionadas no art. 175 da Medida Provisória em aprovação, coincidem, integralmente, com atividades próprias do economista. Dessa forma, ao par da legalidade do exercício do cargo, busca-se fortalecer a eficácia

\*CD259840403000\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259840403000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Guedes



e a credibilidade das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico implementadas pelo Poder Executivo federal.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259840403000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Guedes



**MPV 1286  
00303****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete Senador Confúcio Moura

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória 1286 de 2024, o seguinte artigo:

Art. Fica o Poder Executivo autorizado a reabrir por 60 (sessenta dias), contados a partir da publicação desta Lei, o prazo para a opção pelo enquadramento na forma prevista no art. 29 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018.

Parágrafo único: No mesmo período, os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que possuíam, nos termos do art. 29, § 2º, da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, a formação de nível superior em engenharia, arquitetura, geologia ou geografia, com atuação voltada às políticas públicas de infraestrutura de grande porte, poderão ser enquadrados na carreira de Analista de Infraestrutura, estabelecida pelo art. 1º, I, da Lei nº 11.539, de 8 de novembro 2007.

Art. Fica autorizada a reabertura por 60 (sessenta dias), contados a partir da publicação desta Lei, do prazo para a opção pelo enquadramento nas formas previstas no caput e no § 15 do art. 34 da Lei nº 13.681, de 2018.

Parágrafo único. Aplica-se aos servidores que fizerem a opção de que trata o caput o disposto nos §§ 4º a 10 do art. 34 da Lei nº 13.681, de 2018.

Art. Fica autorizada a reabertura por 60 (sessenta dias), contados a partir da publicação desta Lei, o prazo para apresentação de termo de opção pelo enquadramento de que tratam o art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e o art. 6º da Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017.



Art. Os requerimentos para o enquadramento de que tratam o caput do art. 1º, o caput do art. 2º e o art. 3º dos servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da União inadmitidos por intempestividade serão, ex officio, reanalisados pela União, independentemente da apresentação de novo requerimento pelos interessados.

Art. A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º (...)

IX – os servidores abrangidos pela Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, que, até a data da publicação do deferimento da opção no Diário Oficial da União, tenham mudado de regime jurídico administrativamente ou em razão de aprovação em concurso público para o mesmo cargo ou cargo equivalente, ou ainda para a mesma carreira, desde que não interrompido o vínculo com o Estado de Rondônia;

(...)

XIV – os professores contratados com base no art. 77 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, considerados de contratação precária ou professores leigos que mantiveram ou mantém vínculo de trabalho com os ex-Territórios e os atuais Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, bem como pelos seus municípios, desde que devidamente habilitados a qualquer tempo;

(...)

XV – os servidores que se encontravam no desempenho de atividades de natureza policial rodoviária na data em que os ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia foram transformados em Estado ou entre essa data e outubro de 1998, para o Amapá e Roraima, ou entre essa data e março de 1991, para Rondônia;

(...)

XVI – a pessoa que ocupava apenas funções de confiança ou cargos em comissão, admitida pelos Estados do Amapá e de Roraima, entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1998, e exercia funções policiais nesse



período, as quais serão enquadradas na carreira Policial Civil, na forma do art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 2014, e do art. 6º da Emenda Constitucional nº 98, de 2017;

XVII – os servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amapá que tiveram o provimento dos cargos autorizado pelo Decreto nº 1.266, de 22 de julho de 1993, do Estado do Amapá e o Edital nº 016/1993, publicado no Diário Oficial do Estado de 18 de agosto de 1993; e

XVIII – aqueles que se encontravam no exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde ou de Agente de Combate às Endemias, na forma da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, independentemente da forma de retribuição efetuada pela Administração Pública à época do vínculo empregatício.

..... ” (NR)

“Art. 8º (.)

(...)

§ 7º Os servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos dos ex-Territórios Federais (PCC-Ext) pela Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009, a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e a Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, enquadrados em cargos de mesma denominação ou semelhante ou de atribuições equivalentes às previstas para as categorias funcionais de agente administrativo, datilógrafo, assistente administrativo, agente de vigilância, telefonista, motorista oficial, auxiliar operacional de serviços diversos, artífice, agente de saúde, auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem e agente de portaria serão posicionados no nível intermediário, consoante o disposto no art. 5º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1991, e o disposto na Lei nº 8.743, de 9 de dezembro de 1993, vedada, em qualquer hipótese, efeitos financeiros retroativos.

§ 8º O disposto no § 7º se aplica aos servidores ativos, aposentados e pensionistas, independentemente de possuírem escolaridade correspondente



ao ensino médio ou habilitação legal equivalente, sendo os cargos e empregos extintos quando vagarem.

§ 9º Aplica-se também o disposto no § 7º aos ocupantes de empregos a que se refere o art. 12 cujas atividades ou atribuições sejam iguais ou equivalentes às previstas para os cargos referidos no § 7º, independentemente de possuírem escolaridade correspondente ao ensino médio ou habilitação legal equivalente, sendo os empregos extintos quando vagarem.” (NR)

“Art. 28-A. Para a comprovação do desempenho das atribuições referidas no inciso XV do art. 2º, poderão ser apresentados, no mínimo, três dos seguintes documentos:

I – carteira de policial rodoviário;

II – escalas de serviço;

III – ordens de missão;

IV – registros em livro de ocorrência; ou

V – outros meios que atestem o exercício da atividade policial rodoviária. § 1º O valor do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput são os fixados no Anexo III da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, com a redação dada pela Lei nº 13.371, de 14 de dezembro de 2016. § 2º Ao disposto no caput aplicar-se-á o disposto no § 6º do art. 4º.”

“Art. 29. Os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que se encontravam, nos termos do § 2º deste artigo, no desempenho de atribuições de planejamento ou de orçamento ou no desempenho de atribuições de controle interno e finanças públicas nos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, municipal, autárquica, fundacional e nos órgãos setoriais de planejamento das empresas públicas e sociedades de economia mista dos ex-Territórios Federais e dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, serão enquadrados, respectivamente, nos cargos que compõem a carreira de Planejamento e Orçamento, de que trata a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, ou a carreira de Finanças e Controle, de que trata a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016.





(...)

§ 2º Para fins de comprovação do desempenho das atribuições referidas no caput, será observado o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e deverá ser apresentado pelo menos um dos seguintes documentos:

I – ato de nomeação ou designação do ocupante do cargo efetivo para cargo em comissão ou função de confiança da estrutura organizacional das unidades de planejamento e orçamento ou de controladoria, desde que para executar atividades ou atribuições de planejamento e orçamento ou de controle interno, respectivamente;

II – históricos, fichas e registros funcionais que destaquem a evolução na carreira, as intercorrências e a situação do cargo; I

II – ato administrativo, decisão administrativa ou atos materiais constantes em processo administrativo, assinados pelo servidor, cujo teor evidencie a atividade desempenhada;

IV – relatórios, pareceres, notas técnicas ou expedientes semelhantes, assinados pelo servidor e constantes em processos administrativos ou documentos oficiais, cujo teor demonstre o exercício da atividade desempenhada;

V – ofícios, memorandos ou expedientes semelhantes, subscritos pelo servidor, cujo teor demonstre o exercício da atividade; ou

VI – certidão assinada por servidor, mesmo que de interesse de terceiro, cujo teor demonstre o exercício da atividade (...) ” (NR)

“Art. 33-A. Passam a integrar a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos ex-Territórios, de que trata o inciso II do caput do art. 122 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, os professores e regentes de ensino dos ex-Territórios Federais e dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia e de seus Municípios, enquadrados nos termos dos artigos 12 e 13 e incluídos em quadro em extinção da administração pública federal.



§ 1º Aplica-se o disposto no caput aos empregos de professores e regentes de ensino que, comprovadamente, desempenharam atribuições de magistério, desde que atendam aos requisitos de formação profissional exigidos em lei”.

§ 2º Os profissionais enquadrados na forma deste artigo poderão optar pelo enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.”

“Art. 33-B. Os professores a que se refere o inciso XIV do art. 2º serão enquadrados na carreira do Magistério do Ensino Básico dos exTerritórios, de que trata o inciso II do caput do art. 122 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, independentemente de possuírem a habilitação profissional à época de suas admissões, aplicando-se a eles o inciso III do caput, o inciso III do § 1º e os §§ 2º e 5º, todos do art. 3º, os §§ 5º e 6º do art. 4º, o art. 10, o art. 27, o caput e os §§ 1º e 3º do art. 33 e o art. 35.

Parágrafo único. Os professores a que se refere o inciso XIV do art. 2º que atenderem aos requisitos de escolaridade e titulação até a data da entrega do requerimento de opção, ou até a data do deferimento do pedido de inclusão no quadro da administração federal, se posterior, poderão optar pelo Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, na forma do art. 34.”

“Art. 33-C. Aos professores do Magistério do Ensino Básico Federal dos ex-Territórios e aos professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico fica assegurado o reposicionamento equivalente, em classe e nível, nas respectivas tabelas do magistério federal, nos termos do inciso III do art. 3º.

§ 1º Para fins do reposicionamento a que se refere o caput será contado o tempo de serviço prestado na carreira do magistério, na razão de um nível para cada 18 (dezoito) meses, observado, para a Classe de Professor Titular, o requisito do título de doutor.

§ 2º Aplica-se o disposto no caput aos professores que se encontrem na condição de afastados, cedidos ou redistribuídos, desde que oriundos do quadro em extinção dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia.



§ 3º Aplica-se o disposto no caput e no § 1º às aposentadorias e pensões, considerado o tempo de magistério prestado até a data da aposentadoria ou do óbito.”

Art. A inclusão dos empregados públicos da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista que foram constituídas pelos ex-Territórios, pela União, pelos Estados ou por seus Municípios, optantes pelo ingresso no quadro em extinção da União, ocorrerá no último emprego ocupado ou equivalente, observado o vínculo empregatício constante do contrato de trabalho com a União, com os Estados de Rondônia, Amapá e Roraima ou com os seus Municípios, observadas as tabelas remuneratórias constantes do Anexo VI da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, e atualizações constantes desta medida provisória.

Art. A Lei 11.539, de 08 de novembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações.

Art. 1º (...)

I – Carreira de Analista de Infraestrutura, estruturada em classes, composta do cargo de Analista de Infraestrutura, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades de gestão governamental, nos aspectos relativos à formulação, implementação, controle e avaliação de políticas públicas de infraestrutura, incluindo as atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte; e (...)

§ 3º Os ocupantes dos cargos de que trata o inciso I deste artigo terão lotação no Ministério dos Transportes, na qualidade de Órgão Supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas públicas de infraestrutura.

§ 4º Compete ao Ministro de Estado dos Transportes, respeitado o disposto no § 3º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes dos cargos de que trata este artigo.



§ 5º No interesse da administração, o Ministério dos Transportes poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes dos cargos efetivos de que trata o caput, em empresas públicas, autarquias e fundações.

§ 6º A carreira de que trata o inciso I do caput deste artigo passa a integrar as carreiras de Gestão Governamental do art. 10 da Lei 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

(...)

§ 8º Os titulares de cargos de provimento efetivo da carreira de Analista de Infraestrutura serão reenquadrados, a contar de 1º de janeiro de 2027.”. (NR)

(...)

“Art. 4º-F. A partir de 1º de janeiro de 2027, a estrutura remuneratória dos titulares da Carreira de Analista de Infraestrutura de que trata o inciso I do art. 1º será constituída da mesma forma que a dos cargos de nível superior das carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.”

(...)

Art. A Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º (...)

(...)

IV – da carreira de Analista de Infraestrutura, o Ministério dos Transportes”. (NR)

“Art. 4º (...)

(...)

§ 3º As normas referidas no § 1º serão definidas exclusivamente pelo órgão supervisor para a carreira referida no inciso IV do art. 3º.” (NR)



Art. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações.

“Art. 10 (...)

(...)

V – Analista de Infraestrutura, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007.

(...)”. (NR)

Art. Para fins de correlação da estrutura de classe e padrão do cargo da Carreira de Analista de Infraestrutura de que trata o inciso I do art. 1º da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, à tabela de carreiras de Gestão Governamental de que trata a Tabela I do Anexo VI da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2007, na forma da tabela do Anexo I da referida Lei, observará o interstício de 12 (doze) meses, a ser contado da data de posse no cargo, descontadas eventuais licenças não remuneradas.

Art. Aos servidores pertencentes à categoria funcional de médico enquadrados no inciso I do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, desde que admitidos regularmente no Quadro dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima ou de Rondônia, inclusive no Plano de Classificação de Cargos dos ex-Territórios Federais (PCC-Ext), de que trata o art. 8º da Lei 13.681, de 18 de junho de 2018, serão assegurados o mesmo padrão remuneratório dos integrantes do cargo de médico do plano especial de cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

Art. Ficam revogados os artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 13- A, 13-

B, 14, 14-A e 15 da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007.” (NR)



## JUSTIFICAÇÃO

A infeliz perda de eficácia da Medida Provisória (MPV) nº 1.122, de 8 de junho de 2022, cujo prazo de vigência encerrou-se em 19/10/2022, deixou uma grave lacuna no regramento aplicável aos servidores dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

Importantes medidas eram tratadas no normativo expirado, inclusive no projeto de lei de conversão (PLV) que havia sido apresentado pelo relator, como reabertura de prazos de opções para inclusão nos quadros em extinção da União, reconhecimento do direito de opção a diversas carreiras não anteriormente contempladas, como professores leigos, policiais rodoviários e outros, formas de comprovação do direito de opção, além de importantes reformulação na Carreira de Analista de Infraestrutura.

A questão da transposição dos servidores dos ex-Territórios federais se arrasta desde 1988, quando, pela Constituição Federal, Amapá e Roraima se tornaram Estados. O Território de Rondônia já havia se tornado Estado em 1981. Parte dos servidores civis e militares dos ex-Territórios foi incorporada aos respectivos Estados e Municípios, mas diversos ex-servidores e prestadores de determinadas categorias profissionais reivindicam, desde então, o enquadramento no corpo de servidores da União. Relembrou o relator daquela MPV que, não obstante a edição da Lei nº 13.681, de 2018, regulamentando as três emendas constitucionais sobre o tema (EC nº 60, de 2009, EC nº 79, de 2014, e EC nº 98, de 2017), ainda persistem diversos questionamentos junto ao Poder Judiciário quanto à aplicabilidade de diversos dispositivos em relação a certas categorias.

As regras previstas neste projeto fazem justiça, por exemplo, aos professores leigos, aos que exerceram funções policiais, inclusive de polícia rodoviária, aos empregados públicos e aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, dando a eles o direito de também serem incorporados aos quadros da União, nos termos de diversas emendas constitucionais e leis ordinárias que tratam da matéria.

Aproveitamos para dar efetividade ao disposto no art. 5º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, que dispõe que diversas categorias funcionais



passaram a integrar o anexo X da Lei nº 7.995/1990, isto é, o rol de cargos de nível intermediário.

Além disso, o projeto corrige uma distorção histórica, verificada na carreira de Analista de Infraestrutura.

Do mesmo modo, busca-se atender a uma reivindicação histórica dos professores e regentes de ensino enquadrados em empregos públicos federais, conforme as disposições da Emenda Constitucional 98, de 2017, e a Lei nº 13.681, de 2018. Esses professores e regentes de ensino tinham a nítida convicção de que seriam enquadrados na Carreira do Magistério do Ensino Básico dos exTerritórios e, posteriormente, aqueles com a escolaridade superior fariam opção pelo enquadramento no plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Ocorre que a interpretação adotada pela União foi de que eles teriam direito ao enquadramento em empregos públicos federais, sem os benefícios do plano de carreira do magistério nem reconhecimento da formação dos professores e regentes de ensino.

Sugerimos também a previsão de aplicação de critérios equânimes de posicionamento nas tabelas remuneratórias do magistério federal para os docentes oriundos do ex-Territórios.

Além disso, apresentamos diversos aperfeiçoamentos ao direito de opção de enquadramento na carreira de Planejamento e Orçamento e na carreira de Finanças e Controle dos servidores que tenham tido relação ou vínculo funcional ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho, inclusive em empresas públicas ou sociedades de economia mista do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

A emenda também corrige uma importante distorção em relação aos servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amapá que tiveram o provimento dos cargos autorizado por Decreto do Estado, editado por força de Edital que fora elaborado, autorizado e publicado pela União. Trata-se de caso específico em que, embora o provimento tenha sido feito após a constituição do Estado, o ato só ocorreu por imposição da União, uma vez que, publicado o edital, este passou a exigir a edição de atos subsequentes independentemente da vontade



do Estado, representando, na prática, clara situação de servidores em que a União impôs a contratação.

Em resumo, a proposição oferece soluções jurídicas adequadas para as diversas situações e carreiras que procuram segurança jurídica quanto à transposição para a União e o respectivo enquadramento nas carreiras de destino, com normas a serem observadas pela Comissão Especial dos exTerritórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima (CEEXT), para a análise, o processamento e o julgamento dos milhares de requerimentos de opção e enquadramento ainda pendentes de conclusão pela Administração Pública Federal. Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Confúcio Moura**  
**(MDB - RO)**





**MPV 1286  
00304**



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete Senador Confúcio Moura

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 112; e acrescente-se art. 112-A à Medida Provisória, nos termos a seguir:

Art. 112 Os Anexos I, III, IV, V, VII e VIII à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXI, CLXXXII, CLXXXIII, CLXXXIV, CLXXXV e CLXXXVI a esta Medida Provisória, observadas as alterações previstas no Art. 112-A.

Art. 112-A A Tabela I, do item b, do Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar na forma da tabela f-A do Anexo CLXXXIV à Medida Provisória nº 1286, de 2024.

**ANEXO CLXXXIV**

(Anexo V à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

Altera a Tabela f do ANEXO CLXXXIV da Medida Provisória nº 1286, de 2024.

f-A) Vencimento básico dos cargos de nível superior de Arquiteto, de Economista, de Engenheiro, de Engenheiro Agrônomo, de Engenheiro de Operações, de Estatístico e de Geólogo, a partir de 1º de janeiro de 2025:			
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	11.172,80	11.789,10
	IV	10.641,10	11.229,05



C	II	10.138,44	10.699,72
	II	9.841,18	10.385,86
	I	9.372,74	9.892,85
	V	8.813,28	9.303,43
	IV	8.479,49	8.951,49
B	II	8.154,36	8.608,87
	II	7.839,57	8.277,24
	I	7.704,82	8.135,28
	V	7.223,18	7.627,54
	IV	6.938,08	7.327,67
A	II	6.661,05	7.035,46
	II	6.392,83	6.752,62
	I	6.133,15	6.478,87
	V	5.872,76	6.204,63
	IV	5.630,28	5.949,35
	II	5.395,49	5.701,27
	II	5.165,16	5.459,14
	I	4.944,06	5.225,72

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo corrigir uma distorção inaceitável criada pela Medida Provisória nº 1.286/2024, que estabelece um tratamento discriminatório entre os Analistas de Infraestrutura de Transportes e os Engenheiros do Plano Especial de Cargos (PEC) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Tal diferenciação contraria princípios constitucionais e administrativos, além de comprometer a eficácia e a equidade no serviço público.

Os profissionais de ambas as carreiras exercem funções estratégicas no planejamento, execução e manutenção da infraestrutura rodoviária, aquaviária e ferroviária do Brasil. Sua atuação é essencial para garantir a correta aplicação



dos recursos públicos, a segurança viária e a execução eficiente de projetos de infraestrutura de transportes. No entanto, a MPV 1.286/2024 rompe uma histórica paridade remuneratória entre essas carreiras, estabelecendo uma diferenciação injustificada e prejudicial ao funcionamento do órgão.

Os servidores do PEC e os Analistas de Infraestrutura exercem as mesmas atribuições, atuam nos mesmos projetos, compartilham o mesmo ambiente de trabalho e possuem exigências técnicas idênticas para a execução de suas funções. Essa paridade funcional é expressamente reconhecida pela Direção Geral do DNIT, conforme consta no OFÍCIO Nº 195205/2024/DG-SEAA/GAB - DG/DNIT SEDE (SEI nº 19163315):

“embora os analistas da carreira atual deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e os servidores do PEC/DNIT de nível superior desempenhem funções tecnicamente idênticas, os servidores de nível superior oriundos do PEC não foram incluídos no regime de subsídio, o que criou uma diferenciação em termos de remuneração e tratamento.

[...] Em vista dessa realidade, percebe-se, então, que a principal correção necessária do Termo de Acordo nº 26/2024 consiste em assegurar que os servidores do nível superior do PEC/DNIT, especialmente aqueles que ingressaram nesta Autarquia por meio de concurso público no ano de 1994, passem a receber por subsídio, de forma a equipará-los aos analistas da carreira do DNIT”

O mesmo entendimento foi reforçado pelo Ministério dos Transportes no OFÍCIO Nº 915/2024/SE (SEI nº 8931428), endereçado ao MGI:

“[...] tanto os Engenheiros do PEC quanto os Analistas de Infraestrutura realizam atividades essenciais, como a fiscalização de contratos, a elaboração de projetos e o controle de obras. Em muitos casos, um mesmo contrato é acompanhado por profissionais de ambos os cargos, o que reforça a necessidade de que tenham remuneração e tratamento equivalentes. A quebra dessa paridade, conforme proposto no acordo, criará um desequilíbrio sem justificativa, já que as atribuições permanecem iguais e são fundamentais para o funcionamento eficiente do DNIT”.



Ademais, os Engenheiros do PEC são servidores oriundos do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e desempenharam todas as funções operacionais do DNIT desde a sua criação, em junho de 2001, até a entrada dos primeiros Analistas de Infraestrutura, em setembro de 2006. Durante esse período, esses profissionais garantiram a continuidade das atividades do órgão, o que fortalece ainda mais o argumento de que não há justificativa para a diferença de tratamento imposta pela MPV 1.286/2024.

Sob a perspectiva jurídica, a diferença de regime remuneratório fere princípios fundamentais da Administração Pública, notadamente:

- **Princípio da Isonomia (art. 5º, caput, da Constituição Federal):** Servidores que desempenham funções idênticas devem receber tratamento igualitário, sob pena de violação ao princípio da igualdade.
- **Princípio da Eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal):** A desmotivação dos engenheiros do PEC, diante da diferenciação salarial injustificada, pode comprometer a execução dos projetos de infraestrutura.
- **Jurisprudência do STF (ADIs 4.616 e 4.151):** O Supremo Tribunal Federal tem consolidado entendimento de que a reestruturação de carreiras deve respeitar a equivalência de atribuições e requisitos de ingresso, sob pena de violação ao princípio da razoabilidade.

Portanto, diante da clara equivalência de atribuições, da histórica paridade salarial, dos impactos organizacionais negativos e da segurança jurídica favorável, a alteração na tabela proposta abrange os 84 (oitenta e quatro) profissionais de nível superior do PEC do DNIT, que inclui os 70 (setenta) Engenheiros do PEC, mantendo e preservando a paridade remuneratória, sem necessidade de receber por subsídio, que sempre existiu é medida necessária para garantir a isonomia, a equidade e a eficácia da Administração Pública. Essa proposição visa evitar a descontinuidade da Lei nº 11.171/2005 e preserva a coerência no tratamento das carreiras essenciais à infraestrutura nacional.



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Confúcio Moura**  
(MDB - RO)



**MPV 1286  
00305**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 1º-B da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, como proposto pelo art. 116 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º-B.** Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Territorial, composta dos cargos efetivos de Perito Federal Territorial, de nível superior, com atribuições voltadas para o planejamento, a coordenação, a orientação, a implementação, o acompanhamento e a fiscalização de atividades inerentes à ocupação e ao uso do solo.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

As alterações promovidas pelo artigo Art. 1º-B do Art. 116 desta MP 1.286/2024, incorporam à Carreira de Perito Federal Agrário e/ou Territorial, atribuições que já se encontram atribuídas à Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, criada pela Lei 11.090/2005, tal como descritas em seu Art.1º, parágrafo 1º, e reproduzidos abaixo:

*Art. 1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Técnico Administrativo, integrantes do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA,*

ExEdit  
\*CD254974507900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254974507900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde



submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo terão as seguintes atribuições:

I - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário: planejamento, coordenação, acompanhamento e execução de atividades relativas ao **ordenamento territorial e reforma agrária** e, mais especificamente:

a) o gerenciamento das **ações de ordenamento territorial** e reforma agrária;

b) a articulação interinstitucional e integração das políticas de **ordenamento territorial** e da reforma agrária às demais políticas públicas;

c) a administração e a fiscalização do **cadastro de imóveis rurais** ;

d) a sistematização de informações relativas à **ocupação, utilização, zoneamento agrário e socioeconômico do meio rural** ;

e) a implementação de projetos relativos à **discriminação, arrecadação, regularização e destinação de terras públicas**;

f) o georreferenciamento, a medição e a demarcação de imóveis rurais; e

g) a implantação, desenvolvimento, recuperação e consolidação de projetos de reforma agrária, colonização e demais modalidades de assentamento;

II - Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário: execução de suporte técnico às atividades relativas ao ordenamento da estrutura fundiária e da reforma agrária e, mais especificamente:

a) manutenção e atualização dos sistemas finalísticos;

b) coleta, sistematização e manutenção de dados e informações necessárias ao planejamento, acompanhamento e execução das **ações de ordenamento territorial e da reforma agrária** ;

c) apoio técnico às ações de fiscalização, vistoria, avaliação, georreferenciamento, medição e demarcação de imóveis rurais;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254974507900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde



- d) *geoprocessamento de informações e elaboração de mapas temáticos;*
- e) *identificação e classificação de beneficiários da reforma agrária;*
- f) *apoio técnico às ações de implantação de infraestrutura básica, concessão de assistência técnica e articulação dos beneficiários da reforma agrária com instituições públicas e privadas; e*
- g) *concessão e acompanhamento da aplicação dos créditos da reforma agrária;*

Essas alterações, flagrantemente inconstitucionais, se confirmadas no Plenário da Câmara dos Deputados, provocarão as seguintes consequências:

1- **Duplicidade de atribuições** em duas carreiras distintas, em um mesmo órgão da administração pública federal (INCRA);

Equivalência da Atribuições entre as duas carreiras	
Perito Federal Territorial	Reforma e Desenvolvimento Agrário
Governança Territorial	Ordenamento Territorial
Governança Fundiária	Cadastro de Imóveis Rurais
Governança Patrimonial	Regularização Fundiária de Terras Federais
Ocupação/Uso do Solo	Ocupação/ Utilização / Zoneamento Agrário

2- Criação de uma **nova carreira** – Perito Federal Territorial - **e não a transformação** de uma carreira existente – Perito Federal Agrário - na medida em que **acrescenta novas atribuições** àquelas já existentes;

3- **Ingresso** dos Engenheiros Agrônomos nesta nova carreira – Perito Federal Territorial – **sem concurso público**, uma vez que as novas atribuições não faziam parte do Edital que disciplinou o ingresso dos Peritos Federais Agrários nos concursos de admissão anteriores.

Diante dos vícios que promovem subversão da lógica constitucional de admissão no serviço público e sobreposição de atribuições entre carreiras, pedimos apoio ao texto da emenda.

ExEdit  
\* C D 2 5 4 9 7 4 5 0 7 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254974507900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde





Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Cleber Verde**  
**(MDB - MA)**

\*CD254974507900\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254974507900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cleber Verde



**MPV 1286  
00306**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 12.855, de 02 de setembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 2º** A indenização de que trata o artigo 1.º será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, no valor de R\$ 172,25.

**Parágrafo único.** O valor da indenização, de que trata o caput, poderá ser corrigido periodicamente por ato do Poder Executivo.’

‘**Art. 3º** A indenização de que trata o art. 1º poderá ser paga cumulativamente com diárias, indenização de campo ou qualquer outra parcela indenizatória decorrente do trabalho na localidade, realizado por servidores em caráter eventual ou transitório.

§ 1º O pagamento da indenização permanecerá quando o servidor lotado em uma localidade estratégica se deslocar para participar de operações em outras localidades, consideradas estratégicas ou não.

§ 2º O pagamento da indenização será devido ao servidor, lotado em outras unidades, participando de operação realizada



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259735724800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Pimenta



em localidades consideradas estratégicas, enquanto durar sua permanência.’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

Em 2013, ao criar a Indenização de Localidades Estratégicas (ILE) o legislador fixou seu valor nominal no texto da própria lei. Essa estratégia com o decorrer dos anos provou dificultar a correção monetária da Indenização e com isso ir aos pouco fazendo o instrumento criado perder sua própria essência.

Outro problema criado na gênese da ILE foi a vedação de seu pagamento concomitante com o de diárias. Como se verá adiante, os dois instrumentos indenizatórios possuem finalidades completamente distintas. A proibição do pagamento concomitante de ILE e diárias constitui, portanto, mais uma injustiça consignada no texto legal e que, com a presente emenda, se pretende corrigir.

A ILE foi instituída em setembro de 2013 pela Lei nº 12.855, que, em seu artigo 2.º, determinava o valor de R\$ 91,00 a ser pago por dia efetivo de trabalho para os servidores públicos federais em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

Somente em dezembro de 2017, 4 anos após sua criação, ocorreu a regulamentação do pagamento da ILE, por meio do Decreto n.º 9.226, que estabelecia, no seu artigo 2.º, que ato do Ministro de Estado e Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) definiria a lista de municípios considerados localidades estratégicas.

No dia 19 de dezembro de 2017 o MP publicou um conjunto de portarias (nº 455, 457, 458 e 459 e outras), definindo os municípios

considerados localidades estratégicas no âmbito dos órgãos federais que atuam nas regiões de fronteira.

O Projeto de Lei nº 4.264/2012, transformado na Lei Ordinária nº 12.855/2013, justificava a necessidade da ILE por essa indenização ser



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259735724800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Pimenta



“...imprescindível para promover o fortalecimento institucional do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao reduzir os óbices para a fixação e ampliação do quantitativo de servidores em localidades estratégicas para a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.”

Sobre o valor da ILE o projeto deixava claro que: “... a presente medida busca estabelecer mecanismo de compensação pecuniária de caráter indenizatório, capaz de minimizar a evasão de servidores de regiões vitais para as políticas de segurança nacional...”

Considerando-se o dia 3 de setembro de 2013 como marco da criação da ILE, data da publicação da Lei nº 12.855 no DOU e que o valor da Indenização se mantém inalterado desde então, fica patente a necessidade de correção da defasagem inflacionária. Partindo desse princípio, em fevereiro de 2025 o valor atualizado da ILE, atualizado pelo IPCA é de R\$ 172,25.

Diante do exposto é urgente e necessário reavaliar e atualizar o valor diário da Indenização de Fronteira, com o claro objetivo de manter a sua finalidade, e estabelecer um critério, em lei, que permita essa atualização anualmente.

O PLOA 2025, em fase de apreciação pelo Congresso, estima os seguintes valores para o pagamento da Indenização de Fronteira, em cada órgão do Governo Federal:

ÓRGÃO	R\$
Receita Federal	25.548.950
PF	43.501.622
PRF	44.924.430
MTE	1.701.768
MAPA	5.520.017
MGI	136.320
MPO	45.000.000
TOTAL	166.333.107

ExEdit  
\*CD259735724800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259735724800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Pimenta



Caso aplicado o percentual sobre a dotação total prevista no PLOA para essa Indenização, o impacto financeiro seria de R\$ 150.646.298,00, se aplicado a partir de janeiro de 2025. Contudo, o impacto mensal seria de apenas R\$ 12.553.858. Como a LDO 2025 veda reajustes com efeitos retroativos, considerando que a lei resultante da MPV 1.286 seja promulgada no início de junho de 2025, o impacto nos 7 meses seguintes seria de R\$ 87.877.007,29.

Trata-se de despesa indenizatória e não de despesa com pessoal, portanto, não sujeita ao art. 169 da CF e ao disposto no art. 116 do PLDO, quanto à necessidade de previsão no Anexo V da LOA.

### **Recebimento cumulativo de ILE e diárias**

O artigo 3.º da Lei 12.855/2013 determina que a Indenização de Fronteira não poderá ser paga cumulativamente com diárias,

indenização de campo ou qualquer outra parcela indenizatória decorrente do trabalho na localidade:

Ao se analisar o Projeto de Lei (PL) 4.264/2012 verifica-se que a ILE foi criada para promover a fixação e ampliação do quantitativo de servidores em localidades estratégicas para a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

O PL também justifica a criação da ILE como forma de fortalecer uma política estatal de enfrentamento ao crime, ao contrabando e ao descaminho, corroborando com o Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496/2011.

Diante dos normativos legais do recebimento de diárias e da ILE, pode-se concluir que as duas indenizações são distintas e não se confundem em seus objetivos. Além disso é injusto não se diferenciar a atuação de servidores em deslocamento quando o trabalho ocorre em localidades que não são estratégicas e nas que são estratégicas.

Outro problema é a questão do não recebimento da IF por aquele servidor que está lotado em uma unidade estratégica quando se desloca para outra localidade, sendo ela estratégica ou não. O servidor deveria continuar recebendo

\*CD259735724800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259735724800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Pimenta



a ILE quando estivesse atuando em outra localidade, pois existem situações que os crimes transfronteiriços se perpetuam para além da faixa de fronteira.

A adoção dessa possibilidade de recebimento cumulativamente das duas indenizações estimularia a participação de servidores em operações, de combate e prevenção ao contrabando e descaminho e também estimularia que servidores, com experiência na faixa de fronteira, atuassem em operações em outras unidades.

As possibilidades do recebimento cumulativo da IF com as diárias pagas aos servidores seriam para servidores:

- Lotados em qualquer unidade do órgão participando de operação em unidade de localidade estratégica, definida pela portaria do MP nº 459;
- Lotados em unidades do órgão em localidade estratégica, participando de operação em localidade considerada estratégica ou não.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259735724800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Pimenta



**MPV 1286  
00307****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Astronauta Marcos Pontes

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à ementa, ao inciso I do caput do art. 1º, o título do Capítulo LXXII; acrescente-se o artigo 192-A ao 192-W e inclui o inciso LXVIII no art. 206, bem como os Anexos CCCIX-A a CCCIX-F (conforme documento anexado a esta emenda) à Medida Provisória, nos termos a seguir:

*Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.*

“Art. 1º.....

I – cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.” (NR)

.....

**CAPÍTULO LXXII**

DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA E DEFESA  
E DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

.....

Art. 192-A. Fica estruturado, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de provimento efetivo, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º A implementação do Plano de Cargos far-se-á mediante transformação dos atuais cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECPF e do Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal - PECPRF, do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 2º Os cargos do Plano de Cargos de que trata o caput deste artigo estão estruturados em classes e padrões, na forma do Anexo CCCIX-A.

§ 3º Os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, poderão optar pelo Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma do Termo de Opção constante do Anexo CCCIX-B desta Medida Provisória, a ser formalizado no prazo de noventa dias, situação na qual deixarão de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.

Art. 192-B. Os servidores titulares dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar de que tratam as Leis nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, nº 10.682, de 28 de maio de 2003 e nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005 do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, serão enquadrados no Plano de Cargos, mantidas as denominações e as atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa.

§ 1º É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.





§ 2º O enquadramento dos servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput no Plano de Cargos dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação desta Medida Provisória, na forma do Anexo CCCIX-C.

§ 3º Os servidores que formalizarem a opção referida no § 2º deste artigo permanecerão nos planos em que se encontrarem na data de publicação desta Medida Provisória, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 4º O disposto neste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

§ 5º Os cargos de níveis superior e intermediário que se refere o caput deste artigo que se encontrem vagos e aqueles que vierem a vagar serão transformados em cargos do Plano de Cargos de que trata o art. 192-A, respectivamente, observado o nível de escolaridade.

§ 6º Os efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o caput aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas, a partir da vigência desta Medida Provisória, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Art. 192-C. É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ressalvados os casos amparados em legislação específica.

Art. 192-D. O ingresso no Plano de Cargos de que trata o art. 1º dar-se-á por meio de aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos.

§ 1º O ingresso no Plano de Cargos de que trata o caput dar-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.



§ 2º São requisitos para ingresso no Plano de Cargos diploma de conclusão em curso de nível superior ou intermediário de acordo com o nível de escolaridade do cargo, dentre outros a serem estabelecidos em regulamento, e em edital.

§ 3º O edital definirá as características de cada etapa do concurso público, a formação especializada, bem como os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 4º A comprovação dos requisitos de escolaridade previstos neste artigo será feita quando da convocação para a posse, decorrente da aprovação em concurso público, sendo eliminado o candidato que deixar de apresentar o correspondente documento comprobatório.

Art. 192-E. Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional, bem como os requisitos, condições e procedimentos específicos para fins de progressão e promoção serão estabelecidos em regulamento.

Art. 192-F. O desenvolvimento do servidor nos cargos do Plano de Cargos ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

Parágrafo único. Para fins desta Medida Provisória, progressão funcional é a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior dentro de uma mesma classe e promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior.

Art. 192-G. A remuneração dos servidores integrantes do Plano de Cargos será composta pelas seguintes parcelas:

I - Vencimento Básico, conforme os valores estabelecidos no Anexo CCCIX-D;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania – GDAJUSP, conforme definido no art. 192-I;



Art. 192-H. Fica instituída a Gratificação Específica de Atividades Auxiliares de Justiça com Cidadania - GEAJUSP, devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao Plano de Cargos.

Parágrafo único. Os valores da GEAJUSP são os estabelecidos no Anexo CCCIX-E, a partir da data nele especificada.

Art. 192-I. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania - GDAJUSP, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando em efetivo exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, enquanto permanecerem nesta condição.

§ 1º A GDAJUSP não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

§ 2º É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GDAJUSP.

Art. 192-J. A GDAJUSP será atribuída em função do alcance de metas de desempenho individual e do alcance de metas de desempenho institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 1º A avaliação de desempenho individual aferirá o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo para o alcance das metas de desempenho institucional.

§ 2º A avaliação de desempenho institucional aferirá o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.



§ 3º A GDAJUSP será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CCCIX-F.

§ 4º A pontuação referente à GDAJUSP será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 5º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAJUSP.

§ 6º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAJUSP serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, observada a legislação vigente.

§ 7º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas anualmente em ato do Ministro de Estado.

§ 8º Os valores a serem pagos a título de GDAJUSP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo VI, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 9º Até a edição dos atos a que se referem os §§ 6º e 7º deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores, em exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, farão jus à percepção da GDAJUSP em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

§ 10. O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6º deste artigo, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.



Art. 192-K. Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Cargos quando não se encontrarem em exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação somente farão jus à GDAJUSP quando:

I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDAJUSP calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no respectivo órgão de lotação; e

II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput deste artigo e investidos em cargo de Natureza Especial, de provimento em Cargo Comissionado Executivo CCE de 1.13 a 1.17, ou equivalentes, e perceberão a GDAJUSP calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

Art. 192-L. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAJUSP correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

Art. 192-M. Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão a outro órgão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAJUSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Art. 192-N. O titular de cargo efetivo, quando investido em cargo em comissão de Natureza Especial - NE ou Cargo Comissionado Executivo de 1.13 a 1.17 ou equivalentes, perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somada ao resultado da avaliação institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública no período.



Parágrafo único. Ocorrendo exoneração de cargo em comissão referido no caput, com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDAJUSP continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 192-O. O servidor beneficiário da GDAJUSP que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Parágrafo único. O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da análise de adequação funcional, identificará as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e adotará as medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 192-P. A GDAJUSP integrará os proventos de aposentadoria quando percebida há pelo menos 60 (sessenta) meses ininterruptos.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, o valor a ser incorporado aos proventos da aposentadoria será calculado pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor a título de GDAJUSP nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria.

§ 2º A parcela incorporada aos proventos da aposentadoria com base no disposto no caput deste artigo não poderá ser percebida cumulativamente com outra parcela incorporada de gratificação de desempenho, de atividade ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo, facultado o direito de opção pela incorporação aos proventos da parcela mais vantajosa.

§ 3º Os proventos da aposentadoria de servidor que não completou 60 (sessenta) meses ininterruptos da percepção da GDAJUSP serão calculados considerando a gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que fazia jus o servidor em decorrência do exercício das atribuições do respectivo cargo efetivo, considerando o Plano de Cargos a que pertença.



Art. 192-Q. Para fins de incorporação da GDAJUSP aos proventos da aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, quando percebida a gratificação por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses;

II - aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, aplica-se o valor equivalente a 50 (cinquenta) pontos, quando percebida a gratificação por período inferior a 60 (sessenta) meses;

III - aos beneficiários de pensão amparados pelo art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e pelo parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplica-se o disposto nos incisos I e II, conforme interstício cumprido pelo instituidor; e

IV - aos demais servidores e pensionistas aplica-se o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, conforme o regramento previdenciário aplicável.

Art. 192-R. A GEAJUSP integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Art. 192-S. Os servidores integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, quando lotados na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal, farão jus à concessão e ao pagamento da indenização em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013.



Art. 192-T. Os titulares de cargo de provimento efetivo do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de que tratam os artigos 192-A e 192-B somente poderão:

I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;

II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de CCE ou FCE de nível mínimo 13 ou equivalente; e

III - ser cedidos para o exercício de cargos comissionados CCE 1.13 ou superior, ou equivalentes, para outros entes federativos.

Parágrafo único. Os servidores atualmente cedidos e em desacordo com as normas deste dispositivo, deverão retornar ao órgão de origem, após encerrada a movimentação respectiva.

Art. 192-U. A aplicação do disposto nesta Medida Provisória aos servidores ativos, aos aposentados e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, proventos e pensões.

Parágrafo único. Na hipótese de redução de remuneração, provento ou pensão decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo, da reorganização ou reestruturação do plano de cargos, da reestruturação de tabela remuneratória, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza, conforme o caso.

Art. 192-V. Fica vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano de Cargos com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Cargos.

Art. 192-W. A implementação do Plano de Cargos na forma do art. 1º desta Medida Provisória, não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação aos cargos e





às atribuições atuais desenvolvidas pelos servidores ocupantes de cargos efetivos objeto do enquadramento.

Parágrafo único. Os servidores abrangidos pela presente Medida Provisória permanecem em exercício na atual unidade de lotação.

.....

## CAPÍTULO LXXIX

### DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA – SÍDEC

Art. 206.....

LXVIII – Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e



repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova



carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Astronauta Marcos Pontes**  
(PL - SP)



ANEXO CCCIX-A

ESTRUTURA DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA

PÚBLICA

a) Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V
	IV
	III
	II
	I
C	V
	IV
	III
	II
	I
B	V
	IV
	III
	II
	I
A	V
	IV
	III
	II
	I



**b) Cargos de Nível Intermediário:**

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V
	IV
	III
	II
	I
C	V
	IV
	III
	II
	I
B	V
	IV
	III
	II
	I
A	V
	IV
	III
	II
	I

**c) Cargos de Nível Auxiliar:**

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	III
	II
	I



**ANEXO CCCIX-B**  
**TERMO DE OPÇÃO**

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA		
Nome:		Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
Cidade:		Estado:
<div>( ) Servidor      ( ) Aposentado      ( ) Pensionista</div> <p>Venho, nos termos da Medida Provisória nº      , de      de      de      , em observância ao disposto no parágrafo 3º do art. 192-A, optar por integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, situação na qual deixará de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.</p> <p>Local e Data:      ,      de      de      .</p> <p>Assinatura</p>		



ANEXO CCCIX-C  
TERMO DE OPÇÃO

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA		
Nome:		Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
Cidade:		Estado:
<div>( ) Servidor      ( ) Aposentado      ( ) Pensionista</div> <p>Venho, nos termos da Medida Provisória nº      , de      de      de      , em observância ao disposto no parágrafo 2º do art. 192-B, optar por <b>não</b> integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.</p> <p>Local e Data:      ,      de      de      .</p> <p>Assinatura</p>		



**ANEXO CCCIX-D**  
**VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA**  
**JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

**a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	9.916,26	10.648,92	11.378,00
	IV	9.702,96	10.403,26	11.138,48
	III	9.494,18	10.164,08	10.904,29
	II	8.831,58	9.463,29	10.172,09
	I	8.641,53	9.245,25	9.942,60
C	V	8.455,05	9.031,53	9.718,64
	IV	8.272,99	8.822,90	9.514,77
	III	8.095,18	8.620,17	9.313,87
	II	7.921,48	8.422,13	9.118,79
	I	7.348,12	7.819,16	8.289,71
B	V	7.092,29	7.518,23	7.954,97
	IV	6.845,88	7.228,72	7.634,17
	III	6.608,34	6.951,81	7.327,30
	II	6.378,10	6.683,70	7.031,40
	I	6.156,64	6.426,63	6.747,55
A	V	5.711,66	5.967,73	6.134,50
	IV	5.513,13	5.737,70	5.898,55
	III	5.321,38	5.517,02	5.671,42
	II	5.136,95	5.305,06	5.454,44
	I	4.958,42	5.101,21	5.244,00





**b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	19.832,52	21.297,84	22.756,00
	IV	19.405,92	20.806,52	22.276,96
	III	18.988,36	20.328,16	21.808,58
	II	17.663,16	18.926,58	20.344,18
	I	17.283,06	18.490,50	19.885,20
C	V	16.910,10	18.063,06	19.437,28
	IV	16.545,98	17.645,80	19.029,54
	III	16.190,36	17.240,34	18.627,74
	II	15.842,96	16.844,26	18.237,58
	I	14.696,24	15.638,32	16.579,42
B	V	14.184,58	15.036,46	15.909,94
	IV	13.691,76	14.457,44	15.268,34
	III	13.216,68	13.903,62	14.654,60
	II	12.756,20	13.367,40	14.062,80
	I	12.313,28	12.853,26	13.495,10
A	V	11.423,32	11.935,46	12.269,00
	IV	11.026,26	11.475,40	11.797,10
	III	10.642,76	11.034,04	11.342,84
	II	10.273,90	10.610,12	10.908,88
	I	9.916,84	10.202,42	10.488,00



**c) Demais Cargos de Nível Superior:**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	9.916,26	10.648,92	11.378,00
	IV	9.702,96	10.403,26	11.138,48
	III	9.494,18	10.164,08	10.904,29
	II	8.831,58	9.463,29	10.172,09
	I	8.641,53	9.245,25	9.942,60
C	V	8.455,05	9.031,53	9.718,64
	IV	8.272,99	8.822,90	9.514,77
	III	8.095,18	8.620,17	9.313,87
	II	7.921,48	8.422,13	9.118,79
	I	7.348,12	7.819,16	8.289,71
B	V	7.092,29	7.518,23	7.954,97
	IV	6.845,88	7.228,72	7.634,17
	III	6.608,34	6.951,81	7.327,30
	II	6.378,10	6.683,70	7.031,40
	I	6.156,64	6.426,63	6.747,55
A	V	5.711,66	5.967,73	6.134,50
	IV	5.513,13	5.737,70	5.898,55
	III	5.321,38	5.517,02	5.671,42
	II	5.136,95	5.305,06	5.454,44
	I	4.958,42	5.101,21	5.244,00



d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	4.858,97	5.092,21	5.233,98
	IV	4.733,99	4.958,72	5.096,79
	III	4.609,00	4.825,22	4.959,60
	II	4.484,02	4.691,73	4.822,41
	I	4.359,04	4.558,23	4.685,22
C	V	4.234,05	4.424,74	4.548,03
	IV	4.109,07	4.291,24	4.410,84
	III	3.984,08	4.157,75	4.273,65
	II	3.859,10	4.024,26	4.136,46
	I	3.734,12	3.890,76	3.999,27
B	V	3.609,13	3.757,27	3.862,07
	IV	3.484,15	3.623,77	3.724,88
	III	3.359,17	3.490,28	3.587,69
	II	3.234,18	3.356,79	3.450,50
	I	3.109,20	3.223,29	3.313,31
A	V	2.984,21	3.089,80	3.176,12
	IV	2.859,23	2.956,30	3.038,93
	III	2.734,25	2.822,81	2.901,74
	II	2.609,26	2.689,31	2.764,55
	I	2.484,28	2.555,82	2.627,36



**e) Cargos de Nível Auxiliar:**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	III	2.429,63	2.499,60	2.569,56
	II	2.313,01	2.379,62	2.446,22
	I	2.246,01	2.259,68	2.322,93



**ANEXO CCCIX-E**

**GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES AUXILIARES DE JUSTIÇA COM**

**CIDADANIA - GEAJUSP**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO GEAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO 2027
ESPECIAL	III	269,37	282,84	296,98
	II	267,59	280,97	295,01
	I	246,80	259,14	272,10



ANEXO CCCIX-F

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – GDAJUSP

a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	50,26	53,97	57,67
	IV	49,18	52,73	56,45
	III	48,12	51,51	55,26
	II	44,76	47,96	51,55
	I	43,80	46,86	50,40
C	V	42,86	45,78	49,27
	IV	41,94	44,73	48,22
	III	41,03	43,69	47,21
	II	40,14	42,68	46,21
	I	37,24	39,63	42,01
B	V	35,95	38,11	40,32
	IV	34,70	36,65	38,70
	III	33,49	35,23	37,13
	II	32,33	33,88	35,64
	I	31,21	32,58	34,21
A	V	28,95	30,24	31,09
	IV	27,94	29,08	29,90
	III	26,97	27,97	28,75
	II	26,03	26,89	27,64
	I	25,13	25,85	26,58



**b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	59,13	63,50	67,84
	IV	57,86	62,03	66,42
	III	56,10	60,60	65,02
	II	52,66	56,43	60,65
	I	51,53	55,13	59,29
C	V	50,42	53,86	57,96
	IV	49,34	52,62	56,74
	III	48,27	51,40	55,55
	II	47,23	50,21	54,37
	I	43,81	46,63	49,43
B	V	42,29	44,84	47,44
	IV	40,20	43,11	45,53
	III	39,40	41,45	43,69
	II	38,04	39,86	41,93
	I	36,72	38,33	40,24
A	V	34,06	35,58	36,58
	IV	32,87	34,22	35,18
	III	31,73	32,90	33,82
	II	30,63	31,63	32,52
	I	29,56	30,42	31,27



c) Demais Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	V	84,47	90,71	96,92
	IV	82,65	88,62	94,88
	III	80,87	86,57	92,88
	II	75,23	80,61	86,64
	I	73,61	78,75	84,70
C	V	72,03	76,94	82,80
	IV	70,48	75,17	81,05
	III	68,96	73,43	79,35
	II	67,47	71,73	77,67
	I	62,59	66,61	70,61
B	V	60,42	64,05	67,77
	IV	58,32	61,59	65,04
	III	56,29	59,21	62,41
	II	54,34	56,94	59,90
	I	52,45	54,75	57,49
A	V	48,65	50,83	52,26
	IV	46,96	48,88	50,25
	III	45,33	47,00	48,32
	II	43,75	45,19	46,45
	I	42,23	43,45	44,67





d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	V	42,22	43,54	44,77
	IV	41,41	42,70	43,91
	III	40,61	41,87	43,05
	II	39,80	41,03	42,19
	I	38,99	40,20	41,33
C	V	38,19	39,36	40,47
	IV	37,38	38,53	39,61
	III	36,57	37,69	38,75
	II	35,77	36,85	37,89
	I	34,96	36,02	37,03
B	V	34,15	35,18	36,18
	IV	33,34	34,35	35,32
	III	32,54	33,51	34,46
	II	31,73	32,67	33,60
	I	30,92	31,84	32,74
A	V	30,12	31,00	31,88
	IV	29,31	30,17	31,02
	III	28,50	29,33	30,16
	II	27,70	28,50	29,30
	I	26,89	27,66	28,44



**e) Cargos de Nível Auxiliar:**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	III	24,89	25,60	26,32
	II	24,16	24,85	25,55
	I	23,42	24,09	24,77



**MPV 1286  
00308****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altere-se na Medida Provisória, no seu artigo 157, revogando o Anexo CCLXXXII, com a seguinte redação:

Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI e CCLXXXIII a esta Medida Provisória.

Acrescente-se no art. 214 da MPV nº 1.286, de 2024, a revogação dos § 1º, § 2º, § 3º do Art. 43, da Lei 12.702, de 7 de agosto de 2012.

Acrescente-se no art. 131 da MPV nº 1.286, de 2024, e no seu Anexo CCXXIV incluindo o artigo 14-A na Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art. 14-A Os servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino, que ocupem cargos de Médico, Médico/Área e Médico Veterinário, terão vencimentos básicos conforme o Anexo I-D, alínea E, quando em jornada semanal de 20 horas, podendo, no interesse da Administração Pública e a disponibilidade orçamentária e financeira, ser estendida para 40 horas semanais, conforme o Anexo I-D, alínea F.

**JUSTIFICAÇÃO**

Conforme o texto em vigor da Medida Provisória nº 1.286/2024, o reajuste salarial previsto para médicos e médicos



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255230017200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação é de apenas 4,5%. No entanto, o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024 SRT/MGI, firmado entre o Governo Lula e as entidades representativas, garante 9% de reajuste a partir de 1º de janeiro de 2025, com mais 5% previstos para abril de 2026, conforme a cláusula primeira do acordo. Essa redução no reajuste contraria os termos negociados e assinados.

Os médicos e médicos veterinários das Instituições Federais de Ensino, integram o PCCTAE, dessa forma não se aplica uma tabela em separado constante em outra Lei. Por isso é necessário garantir que a sua remuneração seja a mesma dos profissionais de nível de classificação com a possibilidade de extensão da remuneração quando da necessidade institucional para a prestação do serviço. Uma tabela diferenciada não fez parte do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que estabeleceu os mesmos percentuais de aumento para toda a categoria, conforme a Cláusula Primeira do Acordo.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
**(PT - SC)**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255230017200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



Anexo CCXXIV

(Anexo I-D à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005)

“TABELA DE ESTRUTURA E DE VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

e) Cargos do Nível E e, vencimento básico dos cargos de Médico e Médico Veterinário com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 – STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 – STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

ExEdit  
\*CD255230017200\*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255230017200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



f) Cargos de Médico e Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 – STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 – STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P31	4.556,92	1				1	9934,08	10430,78
P32	4.734,64	2	1			2	10331,44	10858,46
P33	4.919,30	3	2	1		3	10744,70	11303,64
P34	5.111,15	4	3	2	1	4	11174,50	11767,10
P35	5.310,48	5	4	3	2	5	11621,48	12249,54
P36	5.517,59	6	5	4	3	6	12086,34	12751,78
P37	5.732,78	7	6	5	4	7	12569,78	13274,60
P38	5.956,36	8	7	6	5	8	13072,58	13818,86
P39	6.188,65	9	8	7	6	9	13595,48	14385,44
P40	6.430,01	10	9	8	7	10	14139,30	14975,24
P41	6.680,78	11	10	9	8	11	14704,88	15589,22
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	15293,06	16228,38
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	15904,80	16893,74
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	16540,98	17586,38
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	17202,62	18307,44
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	17890,72	19058,04
P47	8.404,67		16	15	14	17	18606,36	19839,42
P48	8.732,45			16	15	18	19350,62	20652,84
P49	9.073,02				16	19	20124,64	21499,60

ExEdit  
\*CD255230017200\*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255230017200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

Cria a Carreira Socioeconômico, de a Desenvolvimento Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD255230017200, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Padre João (PT/MG)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255230017200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



**MPV 1286  
00309**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o “Art. 10, § 6º” da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

§ 6º A conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular ou especial, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo ou ambiente organizacional do servidor, em cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser utilizada como certificação em Programa de Capacitação para fins de aceleração da progressão por capacitação, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

As Instituições federais de ensino são formadoras dos profissionais em vários níveis dentro de seus cursos oferecem uma grande diversidade de disciplinas de conteúdos programáticos que atendem as necessidades institucionais de seus servidores. A utilização dessas disciplinas em Programas de Capacitação representa uma ampliação de oferta e oportunidades para as instituições e servidores sem aumentar os investimentos com recursos para a capacitação.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250388791400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros





Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
**(PT - SC)**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250388791400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



\* CD 250388791400 \*  
LexEdit





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

ria a Carreira Socioeconômico, de a Desenvolvimento Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD250388791400, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Padre João (PT/MG)
- 3 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250388791400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



**MPV 1286  
00310**

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação aos artigos 33 e 34 da Medida Provisória nº 1.286/2024, e acrescente-se o Anexo XLVII-A, correspondente ao Anexo XII Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, para nele acrescentar o cargo de Geógrafo entre os que podem optar pela Estrutura Remuneratória Especial de que trata a Lei, nos termos a seguir:

“Art. 33. A Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19. Fica instituída Estrutura Remuneratória Especial para os cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico, Geólogo e Geógrafo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII desta Lei.

Art. 19-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Estrutura Remuneratória Especial de que trata o art. 19 passa a vigorar na forma do Anexo XII-B.” (NR)

Art. 34. Os Anexos XII, XII-A, XIII e XIV à Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XLVII-A, XLVIII, XLIX e L a esta Medida Provisória.” (NR)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258383109000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



## ANEXO XLVII-A

Anexo XII à Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010

Cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, de nível superior, que poderão optar pela Estrutura Remuneratória de que trata o art. 19 desta Lei



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258383109000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros

\* CD 258383109000 \*  
eXEdit



CARREIRA/PLANO	CARGO
CARREIRA PREVIDENCIÁRIA (Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001)	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ESTATÍSTICO
CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO (Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006)	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ECONOMISTA DOMÉSTICO
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRIMENSOR
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO OPERACIONAL
	ESTATÍSTICO
CARREIRA DA SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO (Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002)	GEÓGRAFO
	GEÓLOGO
	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL (Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003)	ENGENHEIRO FLORESTAL
	ESTATÍSTICO
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA EMBRATUR (Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006)	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ECONOMISTA SÊNIOR
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA (Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005)	ENGENHEIRO
	ESTATÍSTICO
	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO CIVIL
	ENGENHEIRO ELÉTRICO
	ESTATÍSTICO
	GEÓLOGO
	ECONOMISTA

exEdit  
\*CD258383109000\*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258383109000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUFRAMA (Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006)	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO CIVIL
	ENGENHEIRO FLORESTAL
	ENGENHEIRO OPERACIONAL
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005)	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ESTATÍSTICO
PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE (Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRIMENSOR
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO CIVIL
	ENGENHEIRO DE MINAS
	ENGENHEIRO DE OPERAÇÕES
	ENGENHEIRO DE PESCA
	ENGENHEIRO ELÉTRICO
	ENGENHEIRO ELETRÔNICO
	ENGENHEIRO FLORESTAL
	ENGENHEIRO MECÂNICO
	ENGENHEIRO QUÍMICO
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ (Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)	ESTATÍSTICO
	GEÓGRAFO
	GEÓLOGO
	ARQUITETO
	ECONOMISTA
QUADRO DE PESSOAL DA IMPRENSA NACIONAL (Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005)	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRIMENSOR
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO DE OPERAÇÕES
	ESTATÍSTICO
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS – PCC (Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970)	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ARQUITETO

\*CD258383109000\*  
 eEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258383109000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros





	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO DE PESCA
	ESTATÍSTICO
	GEÓGRAFO
	GEÓLOGO
SEGURO SOCIAL (Lei n 10.855, de 1o de abril de 2004)	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ECONOMISTA DOMÉSTICO
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRIMENSOR
	ENGENHEIRO CIVIL
PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA FUNAI - PECFUNAI (Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024)	ESTATÍSTICO
	ARQUITETO
	ECONOMISTA
	ENGENHEIRO
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
	ENGENHEIRO FLORESTAL
	ESTATÍSTICO

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca corrigir um grave equívoco, que incorre em uma injustiça histórica, qual seja: a preterição dos Geógrafos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE (Lei nº 11.357/2006) e de Planos de Cargos setoriais correlatos (Fazenda, Cultura, Polícia Federal, Imprensa Nacional, Seguro Social) da Estrutura Remuneratória Especial criada pela Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, que **alcançou todos os demais pares** ocupantes de cargos pertencentes ao mesmo grupo profissional da Engenharia, Agronomia e Geociências, ao qual os Geógrafos também pertencem, mas os esqueceu.

Os Geógrafos são regulamentados e fiscalizados pelo mesmo Conselho Profissional de Classe (Sistema Confea/Crea), exercem suas atividades no mesmo grau de complexidade e responsabilidade que os seus colegas alcançados pela referida Lei, além de serem igualmente estratégicos. Por isso, trata-se de uma correção objetiva, extremamente oportuna, inequivocamente necessária e irrelevante do ponto de vista financeiro e orçamentário.

\*CD258383109000\*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258383109000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



Relacionada ao mapeamento e reconhecimento espacial do território, a Geografia é uma ciência de conhecimento estratégico de qualquer país. Ela compõe o campo das Geociências, que abrange as ciências naturais relacionadas ao estudo da Terra, que também inclui a Geologia, por exemplo. O Geógrafo, por ser um profissional de formação sistêmica, é capaz de estabelecer relações entre os diferentes agentes que atuam sobre o espaço, identificar padrões de comportamento nos aspectos físicos do meio e integrar este processo com o de ocupação e transformação do território pela sociedade.

Ou seja, é um profissional de grande importância para a Administração Pública brasileira e nela exerce atividades estratégicas. Inclusive, sua vinda oficial ao Brasil data do ano de 1808, quando Engenheiros Geógrafos foram trazidos de Portugal no contexto da vinda da família real para realizar os trabalhos geográficos e cartográficos necessários para a organização administrativa do País. Com o conjunto das demais profissões que compõem a Engenharia, a Agronomia e as Geociências, são essenciais e imprescindíveis ao País, especialmente no contexto da necessidade de desenvolvimento da infraestrutura nacional, em suas diversas formas, e do enfrentamento aos complexos desafios contemporâneos para promover a sustentabilidade.

Sua regulamentação veio por meio da [Lei nº 6.664/1979](#), que a relaciona no contexto das áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, sob jurisdição do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), criado pela [Lei nº 5.194/1966](#). Diz a Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979:

*Art. 4º - As atividades profissionais do **Geógrafo**, sejam as de investigação puramente científica, sejam as destinadas ao planejamento e implantação da política social, econômica e administrativa de órgãos públicos ou às iniciativas de natureza privada, se exercem através de:*

*I - órgãos e serviços permanentes de pesquisas e estudos, integrantes de entidades científicas, culturais, econômicas ou administrativas;*

*II - prestação de serviços ajustados para a realização de determinado estudo ou pesquisa, de interesse de instituições públicas ou particulares, inclusive perícia e arbitramentos;*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258383109000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



\*CD258383109000\*  
ExEdit





III - prestação de serviços de caráter permanente, sob a forma de consultoria ou assessoria, junto a organizações públicas ou privadas.

**Art. 5º - A fiscalização do exercício da profissão de Geógrafo será exercida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia .**

**Art. 6º - O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia somente concederá registro profissional mediante apresentação de diploma registrado no órgão próprio do Ministério da Educação e Cultura .**

**Art. 7º - A todo profissional registrado de acordo com a presente Lei será entregue uma carteira de identidade profissional, numerada, registrada e visada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na forma da lei.**

**Art. 8º - É vedado o exercício da atividade de Geógrafo aos que, trezentos e sessenta dias após a regulamentação desta Lei, não portarem o documento de habilitação expedido na forma prevista na presente Lei.**

**Art. 9º - A apresentação da carteira Profissional do Geógrafo será obrigatoriamente exigida para inscrição em concurso, assinatura em termos de posse ou de quaisquer documentos, sempre que se tratar de prestação de serviços ou desempenho de função atribuída ao Geógrafo, nos termos previstos nesta Lei.**

Reconhecendo a importância do grupo profissional da Engenharia, Agronomia e Geociências para os objetivos estratégicos do País, o Poder Executivo enviou a este Congresso Nacional o [Projeto de Lei nº 5920/2009](#) para criar uma Estrutura Remuneratória específica para cargos do e de outros Planos de Cargos setoriais. Inclui ainda os Arquitetos, os Economistas e os Estatísticos. **Contudo, inadvertidamente, deixou de relacionar os Geógrafos nessa relação.**

O Projeto de Lei tramitou e foi aprovado por este Congresso Nacional, convertendo-se na [Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010](#). O [Anexo XII](#) da Lei relacionou os Arquitetos, todo o conjunto de Engenheiros então existentes nesses planos (Engenheiro [geral], Engenheiro Agrimensor, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Civil, Engenheiro de Minas, Engenheiro de Operações, Engenheiro de Pesca, Engenheiro Elétrico, Engenheiro Eletrônico, Engenheiro Florestal, Engenheiro Mecânico, Engenheiro Químico), os Geólogos (das Geociências) e

\*CD258383109000\*  
eXedit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258383109000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



Economistas e Estatísticos. Mas “esqueceu” os Geógrafos. É, portanto, situação que merece correção deste Congresso Nacional.

A solução é relativamente fácil e insignificante do ponto de vista do impacto financeiro, pois, de acordo com a [última tabela disponível](#) de Cargos Vagos e Vacâncias do Executivo Federal no Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal (set/2024), **há apenas 35 Geógrafos na ativa** nos planos de cargos abrangidos pela Tabela da Lei nº 12.277/2010. O Portal da Transparência aponta que o número de servidores inativos também é baixo: são apenas cerca de 30. Ou seja, igualmente irrelevante do ponto de vista de impacto financeiro.

A maioria dos profissionais na ativa está em atividade no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), especialmente na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que tem importante papel na governança territorial e patrimonial brasileira, que o Tribunal de Contas da União (TCU) relacionou na [Lista de Alto Risco da Administração Pública Federal](#) e para a qual, em auditoria recente ([Processo TC 021.510/2023-7](#)), apontou a necessidade de **recrutar e manter "perfis amplamente técnicos, que demandam conhecimentos específicos"**, como é o caso dos Geógrafos, de modo que o caso carece ainda mais de vossa atenção.

A preterição desses profissionais na Lei nº 12.277/2010 causa revolta e desmotivação e os leva a buscar outros cargos na Administração Pública ou até mesmo na iniciativa privada, algo que pode acontecer inclusive agora no contexto do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), de modo que, ao invés de reter profissionais, como recomendou o TCU, o MGI os perca.

Inobstante, ainda que fosse um só, mereceria atenção, pois, deixe-se claro, não se trata de estender um benefício, mas de corrigir uma injustiça cruel e uma distorção patente que trata iguais, profissionais da mesma área de formação, com a mesma complexidade e a mesma responsabilidade inerentes às suas atividades e pertencentes aos mesmos planos de cargos, de modo diferente.

Desta forma e pela relevância do tema, esperamos contar com o apoio para a aprovação da presente emenda.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258383109000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Padre João**  
**(PT - MG)**  
**Deputado Federal**

**Deputado Tadeu Veneri**  
**(PT - PR)**  
**Deputado Federal**

**Deputado Pedro Uczai**  
**(PT - SC)**  
**Deputado Federal**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258383109000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Padre João)**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD258383109000, nesta ordem:

- 1 Dep. Padre João (PT/MG) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258383109000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



**MPV 1286  
00311**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo, renumerando os demais dispositivos:

**CAPÍTULO LXXXII  
DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Art. 210. O anexo XII da Lei 14.875, de 31 de maio de 2024, passa a vigorar com a redação do anexo CCCXXII desta Lei.

**ANEXO CCCXXII  
(Anexo XII à Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024)****SUBSÍDIO DO CARGO DE ANALISTA EM TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259969455900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis

\*CD259969455900\*  
ExEdit

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO EM R\$		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2026
ESPECIAL	III	18.118,13	19.865,61	32.657,66
	II	17.797,51	19.491,39	31.890,29
	I	17.483,74	19.124,82	31.295,67
C	VI	17.060,93	18.647,02	30.712,14
	V	16.763,43	18.298,02	30.139,49
	IV	16.471,83	17.955,92	29.261,64
	III	16.187,13	17.621,16	28.716,04
	II	15.723,78	17.016,02	28.180,61
	I	15.276,91	16.433,76	27.655,16
B	VI	14.731,88	15.749,17	27.139,51
	V	14.321,05	15.215,15	26.349,04
	IV	13.924,84	14.701,32	25.934,09
	III	13.543,24	14.207,17	25.525,68
	II	13.175,20	13.731,69	25.123,70
	I	12.820,77	13.274,44	24.728,05
A	V	12.387,25	12.736,08	24.007,82
	IV	12.061,29	12.316,65	23.308,56
	III	11.746,93	11.913,07	22.629,67
	II	11.443,21	11.524,47	21.970,55
	I	11.150,80	11.150,80	19.973,23

Dê-se a seguinte redação ao anexo CCCX, da Medida Provisória 1.286, de 31 de dezembro de 2024:

ANEXO CCCX

TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS VAGOS EM CARGOS EFETIVOS, CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

b) Cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança criados:

ExEdit  
\*CD259969455900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259969455900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis



CÓDIGO DO ÓRGÃO	DENOMINAÇÃO DO GRUPO	CÓDIGO DO CARGO	QTD.
17500	Carreira de Tecnologia da Informação	631001	150
17500	Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico	-	500
17500	Carreira de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa	-	500

JUSTIFICAÇÃO

A implantação de políticas de governo digital tem sido uma estratégia essencial para ampliar o acesso aos serviços públicos, aumentar a eficiência e a economicidade, reduzir a burocracia e os custos operacionais no Brasil, além de estimular investimentos. Por meio do programa estruturante Gov.br, iniciativas como o SUS Digital e a Carteira Digital de Trânsito já permitiram a digitalização de mais de 4.500 serviços, com aprovação superior a 75% da população, tornando o Brasil uma referência mundialmente reconhecida.

Entretanto, esses avanços estão em risco, uma vez que o Governo Federal tem enfrentado dificuldades na retenção e atração de servidores qualificados para a gestão dessas políticas públicas estratégicas.

A carreira de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), criada pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, foi extinta com o veto ao Projeto de Lei nº 4.253/2015, resultando em insegurança jurídica e suspensão de novos concursos

ExEdit  
\*CD259969455900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259969455900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis



por anos. Apenas em 2025, com a Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2025, a carreira foi reestruturada, passando a contar com novas atribuições e regime de subsídio. No entanto, a estrutura remuneratória estabelecida pela referida lei não se mostrou suficiente para garantir a atratividade e retenção de servidores, como evidenciado pelo elevado índice de vacância no Concurso Nacional Unificado (CNU) de 2024.

A carreira de ATI tem enfrentado desafios estruturais significativos, incluindo uma evasão superior a 50% ao longo dos anos. Trata-se da única carreira do Executivo Federal que registrou dois concursos com elevado índice de vacâncias (2013 e 2015), além de ser objeto de diversos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que destacam a necessidade de ações para fortalecer e valorizar esses profissionais.

A desmotivação entre os ATIs tem se agravado, refletindo na perda contínua de profissionais para outros cargos no setor público e privado, como demonstrado no recente concurso para APO-TI. Esse cenário compromete a execução das políticas públicas digitais e as metas de Transformação Digital do governo federal. No Concurso Nacional Unificado (CNU), o cargo de ATI registrou a menor concorrência no Bloco 2 e uma das menores notas de corte, evidenciando a baixa atratividade da carreira, mesmo após a reestruturação.

Para dimensionar a gravidade do problema, dos 2.305 candidatos aprovados no CNU, 153 optaram por não assumir suas vagas, sendo que 94 dessas desistências são para o cargo de ATI. Isso significa que 61,43% de todas as desistências do CNU estão concentradas exclusivamente na carreira de ATI, um indicador crítico que evidencia a falta de atratividade da carreira e a necessidade urgente de medidas estruturantes para sua valorização.

Das 300 vagas ofertadas, estima-se que 200 permanecerão em aberto, o que demonstra a incompatibilidade da remuneração atual com o mercado de tecnologia da informação e com o nível de qualificação exigido. Além disso, a carreira tem sofrido uma "canibalização" dentro do próprio serviço público federal, pois sua estrutura remuneratória está entre as mais baixas entre as carreiras de nível superior. Como consequência, mais de 80% dos candidatos ao curso de formação já haviam sido aprovados em outros concursos públicos melhor remunerados, conforme levantamento da Associação Nacional dos Analistas em



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259969455900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis





Tecnologia da Informação (ANATI). Dados do próprio Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) sobre o CNU 2024 indicam que 56% dos candidatos aprovados na carreira de ATI desistiram do cargo, o que agrava ainda mais o problema.

Dessa forma, a preocupante realidade de apenas 410 servidores responsáveis por gerir políticas e contratos de tecnologia em 250 órgãos federais persistirá, colocando em risco a segurança digital e a continuidade dos serviços públicos federais.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já alertou sobre a criticidade da segurança cibernética e da governança de tecnologia da informação no setor público, indicando que 80% das unidades da Administração Pública Federal possuem apenas níveis iniciais de capacidade de TI. Nos Acórdãos 1.200/2014 e 2.326/2017, o TCU reforçou a necessidade de que funções estratégicas de TI sejam desempenhadas exclusivamente por servidores de carreira, a fim de evitar riscos operacionais e garantir a segurança digital do Estado.

Contudo, a carreira de ATI tem sofrido uma evasão severa, com mais de 50% dos servidores deixando o cargo em poucos anos após a posse, devido à remuneração inferior às demais carreiras de TI do Executivo, como APO-TI, IPEA, STN e BACEN. Essa defasagem salarial resulta na perda contínua de talentos, dificulta a recomposição do quadro e impacta diretamente a segurança digital e a continuidade das políticas públicas de transformação digital no Brasil.

Além disso, os salários finais dos ATIs são equivalentes aos salários iniciais das demais carreiras de TI, tornando o cargo pouco atrativo para profissionais altamente qualificados. Isso se reflete no fracasso do CNU de 2024, onde quase 200 vagas não foram preenchidas, e grande parte dos aprovados optou por carreiras mais vantajosas financeiramente.

Diante dessa realidade, a presente emenda propõe corrigir essa distorção, garantindo isonomia e justiça remuneratória, ao mesmo tempo em que fortalece a sustentabilidade da carreira e a eficiência da Administração Pública Digital.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259969455900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis



A proposta estabelece a equiparação do subsídio dos Analistas em Tecnologia da Informação aos dos Oficiais de Inteligência, considerando:

- O alto nível técnico e a especialização exigida;
- A criticidade das informações sob sua responsabilidade;
- A necessidade de um corpo funcional qualificado e estável para gerenciar infraestruturas estratégicas de TI e segurança da informação no setor público.

A implementação desse reajuste a partir de julho de 2026 permite que a medida não impacte o orçamento de 2025, dispensando a necessidade de previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025. Isso proporciona tempo hábil para ajustes de estimativa de despesas e adequação orçamentária pelo Poder Executivo, garantindo uma implementação gradual e sustentável.

Visando manter o total da despesa originalmente na Medida Provisória e assim atender ao art. 63, I, da Constituição da República, a emenda também reduz quantidade de cargos vagos transformados em cargos de Analista de Tecnologia da Informação (de 450 para 150) e das Carreiras de Desenvolvimento Socioeconômico e de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa, de 750 cada uma para 500 cada uma. Isto porque nos parece muito mais eficiente do que criar cargos que permanecerão vagos pela falta de remuneração adequada, estrutura adequadamente os cargos existentes. No mais, permanece facultado ao Poder Executivo reiniciar o processo legislativo nos anos vindouros caso identifique a efetiva necessidade destas vagas.

Portanto, esta emenda representa um passo essencial para assegurar a continuidade e o aprimoramento da governança digital no Brasil, prevenindo vulnerabilidades que possam comprometer a modernização dos serviços públicos e a proteção de dados estratégicos do Estado.

Diante do exposto, espera-se o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposta.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259969455900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Gutemberg Reis**  
**(MDB - RJ)**  
**Deputado Federal - MDB DF**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259969455900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis



**MPV 1286  
00312**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete Deputada Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE)

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 1º-B da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, como proposto pelo art. 116 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º-B.** Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Territorial, composta dos cargos efetivos de Perito Federal Territorial, de nível superior, com atribuições voltadas para o planejamento, a coordenação, a orientação, a implementação, o acompanhamento e a fiscalização de atividades inerentes à ocupação e ao uso do solo e de atividades de governança territorial, fundiária e patrimonial da União, exceto as atividades e atribuições definidas na Lei 11090/2005.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O texto que se pretende adicionar promove alterações não acordadas na Mesa Específica e Temporária INCRA, e no Termo de Acordo nº 27, celebrado entre o MGI e a Condsef - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, para os servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei 11090/2005.

**As alterações promovidas pelo artigo Art. 1º-B do Art. 116 desta MP 1.286/2024, incorporam à Carreira de Perito Federal Agrário e/ou Territorial, atribuições que já se encontram atribuídas à Carreira de Reforma**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251562210200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dayany Bittencourt



**e Desenvolvimento Agrário**, criada pela Lei 11.090/2005, tal como descritas em seu Art.1º, parágrafo 1º, e reproduzidos abaixo:

*Art. 1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Técnico Administrativo, integrantes do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.*

*§ 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo terão as seguintes atribuições:*

*I - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário: planejamento, coordenação, acompanhamento e execução de atividades relativas ao **ordenamento territorial e reforma agrária** e, mais especificamente:*

*a) o gerenciamento das **ações de ordenamento territorial** e reforma agrária;*

*b) a articulação interinstitucional e integração das políticas de **ordenamento territorial** e da reforma agrária às demais políticas públicas;*

*c) a administração e a fiscalização do **cadastro de imóveis rurais** ;*

*d) a sistematização de informações relativas à **ocupação, utilização, zoneamento agrário e socioeconômico do meio rural** ;*

*e) a implementação de projetos relativos à **discriminação, arrecadação, regularização e destinação de terras públicas**;*

*f) o georreferenciamento, a medição e a demarcação de imóveis rurais; e*

*g) a implantação, desenvolvimento, recuperação e consolidação de projetos de reforma agrária, colonização e demais modalidades de assentamento;*

*II - Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário: execução de suporte técnico às atividades relativas ao ordenamento da estrutura fundiária e da reforma agrária e, mais especificamente:*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251562210200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dayany Bittencourt



- a) manutenção e atualização dos sistemas finalísticos;
- b) coleta, sistematização e manutenção de dados e informações necessárias ao planejamento, acompanhamento e execução das **ações de ordenamento territorial e da reforma agrária** ;
- c) apoio técnico às ações de fiscalização, vistoria, avaliação, georreferenciamento, medição e demarcação de imóveis rurais;
- d) geoprocessamento de informações e elaboração de mapas temáticos;
- e) identificação e classificação de beneficiários da reforma agrária;
- f) apoio técnico às ações de implantação de infraestrutura básica, concessão de assistência técnica e articulação dos beneficiários da reforma agrária com instituições públicas e privadas; e
- g) concessão e acompanhamento da aplicação dos créditos da reforma agrária;

Essas alterações, flagrantemente inconstitucionais, se confirmadas no Plenário da Câmara dos Deputados, provocarão as seguintes consequências:

1- **Duplicidade de atribuições** em duas carreiras distintas, em um mesmo órgão da administração pública federal (INCRA);

Equivalência da Atribuições entre as duas carreiras	
Perito Federal Territorial	Reforma e Desenvolvimento Agrário
Governança Territorial	Ordenamento Territorial
Governança Fundiária	Cadastro de Imóveis Rurais
Governança Patrimonial	Regularização Fundiária de Terras Federais
Ocupação/Uso do Solo	Ocupação/ Utilização / Zoneamento Agrário

2- Criação de uma **nova carreira** – Perito Federal Territorial - **e não a transformação** de uma carreira existente – Perito Federal Agrário - na medida em que **acrescenta novas atribuições** àquelas já existentes;

3- **Ingresso** dos Engenheiros Agrônomos nesta nova carreira – Perito Federal Territorial – **sem concurso público**, uma vez que as novas atribuições não



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251562210200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dayany Bittencourt



\*CD251562210200\*



faziam parte do Edital que disciplinou o ingresso dos Peritos Federais Agrários nos concursos de admissão anteriores.

Diante dos vícios que promovem subversão da lógica constitucional de admissão no serviço público e sobreposição de atribuições entre carreiras, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Dayany Bittencourt**  
**(UNIÃO - CE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251562210200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dayany Bittencourt



**MPV 1286  
00313**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete Deputada Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE)

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se o art. 10 da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, como proposto pelo art. 114 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

As alterações efetuadas no artigo 10 e 11 da Lei 11.090/2005 trazem maior rigor nos critérios de promoção e dificultam a ascensão para a Classe Especial dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Importante considerar que tais alterações não foram pactuadas entre a categoria, a CONDSEF - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e o MGI, quando da assinatura do Acordo Salarial no ano de 2024. Ressalte-se que a supressão não acarretará qualquer prejuízo ou aumento de despesas, uma vez que suprimido este texto da MP 1.286/2024 continuarão valendo as regras atuais de progressão da carreira, conforme previstas na Lei 11.090/2005.

Ademais, o novo texto cria disparidade entre o desenvolvimento funcional de carreiras do mesmo órgão. Pois, enquanto o texto a ser suprimido traz maior rigor aos critérios de promoção dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, as alterações do artigo 3º e parágrafos 1º e 2º, todos da Lei 10.550/2002, disciplinadas no artigo 116 da MP, que regula a promoção para os servidores da Carreira de Perito Federal Territorial, foram arremetidos para uma regulamentação posterior. Não há qualquer justificativa técnica/administrativa para que se adote um entendimento distinto e discriminatório no tratamento deste

ExEdit  
\*CD253950288500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253950288500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dayany Bittencourt





tema – desenvolvimento funcional – nas duas carreiras da mesma instituição pública federal.

Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Dayany Bittencourt**  
**(UNIÃO - CE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253950288500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dayany Bittencourt



\* CD 253950288500 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00314****Medida Provisória nº 1286, de 2024****Reestruturação de Carreiras e Ajustes Salariais no Poder Executivo Federal**

**Ementa: Altera Nomenclatura da Carreira de Especialista em Meio Ambiente de 'Analista Ambiental' para "Auditor-Fiscal Ambiental Federal"**

**EMENDA DE PLENÁRIO - (à MPV nº 1.286, de 2024)**

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, onde couber, a seguinte emenda:

Altera o artigo 83-A da Lei nº 10.410, de 2002, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83-A. O cargo de Analista Ambiental integrante da carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passa a denominar-se Auditor-Fiscal Ambiental Federal. (NR).”

**JUSTIFICATIVA****Proposta de Alteração de Nomenclatura da Carreira de Especialista em Meio Ambiente de 'Analista Ambiental' para “Auditor-Fiscal Ambiental Federal”.**

A presente Emenda tem por objetivo promover a adequação da denominação do cargo de Analista Ambiental para Auditor Fiscal Ambiental Federal, no âmbito da carreira de Especialista em Meio Ambiente disciplinada pela Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002.

A proposta de modificação do nome do cargo decorre da necessidade de conferir maior clareza e alinhamento às funções efetivamente desempenhadas pelos profissionais que atuam na regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental. Os ocupantes desse cargo são responsáveis por efetivar o cumprimento da legislação ambiental, por meio do exercício do poder de polícia conferido na Lei nº 7.735/1989 e nº 9.605/98, verificando a regularidade de

\* C D 2 5 0 0 1 4 4 4 9 1 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250014449100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras, conduzindo ações de fiscalização e auditoria, exigindo a adoção de medidas corretivas quando identificadas inconformidades e, se necessário, aplicando sanções administrativas, com vistas a garantir a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade das atividades produtivas.

Cumpre salientar que a própria Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, em sua redação vigente, já prevê expressamente as atividades de regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental dentre as atribuições do Analista Ambiental. Com efeito, o art. 2º da referida lei dispõe, in verbis:

*“Art. 4º São atribuições dos ocupantes do cargo de Analista Ambiental o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas nacionais de meio ambiente formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionem com as seguintes atividades:*

***I – regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental;***

***II – monitoramento ambiental;***

***III – gestão, proteção e controle da qualidade ambiental;***

***IV – ordenamento dos recursos florestais e pesqueiros;***

***V – conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e***

***VI – estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambientais.”***

A mudança para Auditor Fiscal Ambiental Federal visa, portanto, conferir maior clareza sobre as atribuições exercidas, evidenciando a competência fiscalizatória e de auditoria necessária para o efetivo cumprimento das normas ambientais e o monitoramento de atividades potencialmente poluidoras, uma vez que denominação atual, “Analista Ambiental”, não traduz o caráter fiscal e de controle embutido no rol de responsabilidades do cargo.

Essa iniciativa se harmoniza com outras mudanças realizadas no âmbito federal que objetivaram aproximar a nomenclatura dos cargos de suas funções concretas de auditoria e fiscalização. A exemplo disso, cita-se a reformulação dos cargos da Ministério da Agricultura e Pecuária (Auditor-Fiscal Federal Agropecuário), Ministério do Trabalho (Auditor-Fiscal do Trabalho), Receita Federal do Brasil (Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e Controladoria Geral da União (Auditor Federal de Finanças e Controle). Ademais, no próprio texto da Medida Provisória nº 1286, de 2024, o art. 2º contempla a alteração do nome do cargo de Analista do Banco Central para Auditor do Banco Central, com fundamento na mesma lógica de aprimorar a nomenclatura para evidenciar as funções de

\*CD250014449100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250014449100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



fiscalização e regulação dos servidores e explicitar a essência de controle e auditoria típica das atividades desempenhadas.

Importa esclarecer ainda que a mudança de nomenclatura proposta não acarreta impactos orçamentários nem implica mudanças estruturais na carreira de Especialista em Meio Ambiente. Não se criam novas atribuições, nem se estabelecem novas despesas, mantendo-se inalterados todos os aspectos funcionais e remuneratórios vigentes. Trata-se, exclusivamente, de adequar a nomenclatura do cargo ao efetivo conteúdo ocupacional, de modo semelhante ao que se pretende com o cargo de Analista do Banco Central, conforme o art. 2º da MP nº 1286/2024. Dessa forma, não há necessidade de realocação de recursos adicionais ou de mudança de atribuições.

A nova denominação, nesse sentido, aproxima-se das melhores práticas de gestão pública, em que a nomenclatura deve expressar com precisão a natureza das tarefas exercidas, bem como o nível de responsabilidade assumido.

Em resumo, a adoção da nomenclatura Auditor Fiscal Ambiental Federal alinha o cargo de Analista Ambiental às suas funções essenciais de auditoria, controle e fiscalização. Essa alteração irá conferir maior visibilidade e precisão funcional, além de consolidar a percepção institucional da importância e legitimidade de tais profissionais no exercício da defesa e preservação do meio ambiente. Em paralelo, respeita os precedentes recentes de atualização das nomenclaturas de cargos em atividades típicas de Estado, reforçando o papel estratégico dos servidores que atuam em áreas críticas para a governança pública.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Deputado Reimont - PT/RJ

\*CD250014449100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250014449100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



MPV 1286  
00315

Medida Provisória nº 1286, de 2024

Reestruturação de Carreiras e Ajustes Salariais no Poder Executivo Federal

Ementa: Altera as Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 sobre a Carreira Tributária e Aduaneira.

EMENDA DE PLENÁRIO - (à MPV nº 1.286, de 2024)

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, onde couber, a seguinte emenda:

“CAPÍTULO ...

DA CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Art. ... As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

ANEXO CCCXXII

(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51

\* 0 2 5 0 7 3 2 9 1 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255073291200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25
--	---	-----------	-----------	-----------

b) Vencimento básico para os cargos de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.337,57	21.116,63
	II	17.108,03	18.647,75	20.363,35
	I	16.772,58	18.282,11	19.964,07
PRIMEIRA A	III	15.811,26	17.234,27	18.819,83
	II	15.203,13	16.571,41	18.095,98
	I	14.056,15	15.321,20	16.730,75
SEGUNDA A	III	13.515,52	14.731,92	16.087,25
	II	13.250,52	14.443,07	15.771,83
	I	12.735,99	13.882,23	15.159,39

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

.....”



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255073291200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



## JUSTIFICATIVA

Ao editar a MPV 1.286, em 31.12.2024, o Poder Executivo concretizou os reajustes resultantes de acordos firmados em as entidades sindicais ao longo de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e novo reajuste em 2026, variando os reajustes e suas datas conforme consignado nos Termos de Acordo firmados.

Ocorre que, no conjunto de carreiras e categorias contempladas com reajustes que, embora concedidos a título de “reestruturação de carreiras”, nada mais são do que uma revisão geral disfarçada, posto que apenas orientada a recuperar parte de perdas inflacionárias passadas, notadamente a partir de 2017 e 2019, não estão os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira, da Receita Federal do Brasil, e da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Para esse segmento, que envolve os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e os Auditores-Fiscais do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, o Governo concedeu, apenas, na forma de decretos regulamentadores, aumento no Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024.

Contudo, o “Termo de Acordo” firmado com as entidades, relativo ao Bônus, foi, apenas, para que fosse cumprido acordo firmado em 2016, e que apenas em 2024 foi honrado, com a regulamentação da sistemática de aferição do índice de eficiência institucional e a base de cálculo do valor global do Bônus, sem, porém, alterar-se a tabela de vencimentos das carreiras do Fisco Federal e da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

As perdas inflacionárias acumuladas no valor dos vencimentos em janeiro de 2025, já são de quase 28%, visto que o último reajuste aplicado aos vencimentos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e Auditores-Fiscais do Trabalho, de 9% a partir de maio de 2024, não foi suficiente para a recuperação do seu poder aquisitivo. Sem a concessão de reajustes em 2025 e 2026, essas perdas superarão, até o final do atual mandato presidencial, 39%.

No entanto, as Carreiras da Advocacia Pública, inclusive os Procuradores da Fazenda Nacional, que atuam também no âmbito da Administração Tributária, promovendo a execução da dívida ativa, foram contemplados com reajustes de 9% a partir de junho de 2025, e de 9,2% a partir de abril de 2026. Esse reajuste independe do comportamento dos honorários sucumbenciais por eles percebidos, cujo valor se acha em torno de R\$ 14 mil mensais para ativos.

Dessa forma, a presente emenda visa afastar essa discriminação em relação às carreiras da Receita Federal do Brasil e da Auditoria-Fiscal do Trabalho, e assegurar, ao menos, os mesmos reajustes de 9% e 9,2% concedido à Advocacia Pública, a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

\* 0 2 5 0 7 3 2 9 1 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255073291200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



Para os fins do cumprimento do art. 113 do ADCT, segundo o qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, estima-se que esse reajuste, considerados os totais de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e sua filiação ao RPPS ou RPPS e Regime de Previdência Complementar, por classe e padrão nas respectivas tabelas, acarretaria os seguintes acréscimos na despesa primária e na despesa financeira, em 2025, 2026 e 2027:

CARGO		Auditor-Fiscal RFB	Analista Tributário	TOTAL RFB	Auditor-Fiscal do Trabalho	TOTAL GERAL
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723	138.831.716	838.483.439
	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902	11.157.946	62.307.848
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625	149.989.661	900.791.286
2026	Primaria	1.097.825.182	305.119.286	1.402.944.468	381.192.575	1.784.137.043
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276	36.258.661	136.456.936
	Total	1.164.583.185	338.559.559	1.503.142.744	417.451.236	1.920.593.979
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687	57.043.575	345.313.262
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168	4.385.834	23.585.002
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855	61.429.408	368.898.263

Assim, o impacto total na despesa primária, em 2025, sobre a despesa atualmente prevista com os referidos cargos, seria de R\$ 838,48 milhões, e na despesa financeira, R\$ 62,3 milhões. Em 2026, relativamente à despesa de 2025 já reajustada, o impacto seria de R\$ 1,78 bilhões na despesa primária e R\$ 136,46 milhões na despesa financeira. Finalmente, em 2027, seria de R\$ 345,3 milhões na despesa primária e R\$ 23,58 milhões na despesa financeira, em relação a 2026.

Esses valores são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, de R\$ 16,8 bilhões na despesa primária e R\$ 1,918 bilhões na despesa financeira, e poderão ser facilmente cobertos com recursos de reservas de contingência consignados na LOA.

Sendo, assim, questão de justiça e que não pode deixar de ser considerada no bojo da política de reajustes adotada pelo atual governo em substituição à revisão-geral que deveria ser concedida na data-base anual dos servidores, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

\* C D 2 5 5 0 7 3 2 9 1 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255073291200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont





5

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Deputado Reimont - PT/RJ

\* C D 2 5 5 0 7 3 2 9 1 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255073291200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



**MPV 1286  
00316**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo, renumerando os demais dispositivos:

**CAPÍTULO LXXXII  
DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Art. 210. O anexo XII da Lei 14.875, de 31 de maio de 2024, passa a vigorar com a redação do anexo CCCXXII desta Lei.

**ANEXO CCCXXII  
(Anexo XII à Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024)****SUBSÍDIO DO CARGO DE ANALISTA EM TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250869034200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis



CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO EM R\$		
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2026
ESPECIAL	III	18.118,13	19.865,61	32.657,66
	II	17.797,51	19.491,39	31.890,29
	I	17.483,74	19.124,82	31.295,67
C	VI	17.060,93	18.647,02	30.712,14
	V	16.763,43	18.298,02	30.139,49
	IV	16.471,83	17.955,92	29.261,64
	III	16.187,13	17.621,16	28.716,04
	II	15.723,78	17.016,02	28.180,61
	I	15.276,91	16.433,76	27.655,16
B	VI	14.731,88	15.749,17	27.139,51
	V	14.321,05	15.215,15	26.349,04
	IV	13.924,84	14.701,32	25.934,09
	III	13.543,24	14.207,17	25.525,68
	II	13.175,20	13.731,69	25.123,70
	I	12.820,77	13.274,44	24.728,05
A	V	12.387,25	12.736,08	24.007,82
	IV	12.061,29	12.316,65	23.308,56
	III	11.746,93	11.913,07	22.629,67
	II	11.443,21	11.524,47	21.970,55
	I	11.150,80	11.150,80	19.973,23

Dê-se a seguinte redação ao anexo CCCX, da Medida Provisória 1.286, de 31 de dezembro de 2024:

ANEXO CCCX

TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS VAGOS EM CARGOS EFETIVOS, CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

b) Cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança criados:

ExEdit  
\*CD250869034200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250869034200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis



CÓDIGO DO ÓRGÃO	DENOMINAÇÃO DO GRUPO	CÓDIGO DO CARGO	QTD.
17500	Carreira de Tecnologia da Informação	631001	150
17500	Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico	-	500
17500	Carreira de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa	-	500

JUSTIFICAÇÃO

A implantação de políticas de governo digital tem sido uma estratégia essencial para ampliar o acesso aos serviços públicos, aumentar a eficiência e a economicidade, reduzir a burocracia e os custos operacionais no Brasil, além de estimular investimentos. Por meio do programa estruturante Gov.br, iniciativas como o SUS Digital e a Carteira Digital de Trânsito já permitiram a digitalização de mais de 4.500 serviços, com aprovação superior a 75% da população, tornando o Brasil uma referência mundialmente reconhecida.

Entretanto, esses avanços estão em risco, uma vez que o Governo Federal tem enfrentado dificuldades na retenção e atração de servidores qualificados para a gestão dessas políticas públicas estratégicas.

A carreira de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), criada pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, foi extinta com o veto ao Projeto de Lei nº 4.253/2015, resultando em insegurança jurídica e suspensão de novos concursos

ExEdit  
\*CD250869034200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250869034200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis



por anos. Apenas em 2025, com a Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2025, a carreira foi reestruturada, passando a contar com novas atribuições e regime de subsídio. No entanto, a estrutura remuneratória estabelecida pela referida lei não se mostrou suficiente para garantir a atratividade e retenção de servidores, como evidenciado pelo elevado índice de vacância no Concurso Nacional Unificado (CNU) de 2024.

A carreira de ATI tem enfrentado desafios estruturais significativos, incluindo uma evasão superior a 50% ao longo dos anos. Trata-se da única carreira do Executivo Federal que registrou dois concursos com elevado índice de vacâncias (2013 e 2015), além de ser objeto de diversos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que destacam a necessidade de ações para fortalecer e valorizar esses profissionais.

A desmotivação entre os ATIs tem se agravado, refletindo na perda contínua de profissionais para outros cargos no setor público e privado, como demonstrado no recente concurso para APO-TI. Esse cenário compromete a execução das políticas públicas digitais e as metas de Transformação Digital do governo federal. No Concurso Nacional Unificado (CNU), o cargo de ATI registrou a menor concorrência no Bloco 2 e uma das menores notas de corte, evidenciando a baixa atratividade da carreira, mesmo após a reestruturação.

Para dimensionar a gravidade do problema, dos 2.305 candidatos aprovados no CNU, 153 optaram por não assumir suas vagas, sendo que 94 dessas desistências são para o cargo de ATI. Isso significa que 61,43% de todas as desistências do CNU estão concentradas exclusivamente na carreira de ATI, um indicador crítico que evidencia a falta de atratividade da carreira e a necessidade urgente de medidas estruturantes para sua valorização.

Das 300 vagas ofertadas, estima-se que 200 permanecerão em aberto, o que demonstra a incompatibilidade da remuneração atual com o mercado de tecnologia da informação e com o nível de qualificação exigido. Além disso, a carreira tem sofrido uma "canibalização" dentro do próprio serviço público federal, pois sua estrutura remuneratória está entre as mais baixas entre as carreiras de nível superior. Como consequência, mais de 80% dos candidatos ao curso de formação já haviam sido aprovados em outros concursos públicos melhor remunerados, conforme levantamento da Associação Nacional dos Analistas em

\*C D 2 5 0 8 6 9 0 3 4 2 0 0 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250869034200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis



Tecnologia da Informação (ANATI). Dados do próprio Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) sobre o CNU 2024 indicam que 56% dos candidatos aprovados na carreira de ATI desistiram do cargo, o que agrava ainda mais o problema.

Dessa forma, a preocupante realidade de apenas 410 servidores responsáveis por gerir políticas e contratos de tecnologia em 250 órgãos federais persistirá, colocando em risco a segurança digital e a continuidade dos serviços públicos federais.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já alertou sobre a criticidade da segurança cibernética e da governança de tecnologia da informação no setor público, indicando que 80% das unidades da Administração Pública Federal possuem apenas níveis iniciais de capacidade de TI. Nos Acórdãos 1.200/2014 e 2.326/2017, o TCU reforçou a necessidade de que funções estratégicas de TI sejam desempenhadas exclusivamente por servidores de carreira, a fim de evitar riscos operacionais e garantir a segurança digital do Estado.

Contudo, a carreira de ATI tem sofrido uma evasão severa, com mais de 50% dos servidores deixando o cargo em poucos anos após a posse, devido à remuneração inferior às demais carreiras de TI do Executivo, como APO-TI, IPEA, STN e BACEN. Essa defasagem salarial resulta na perda contínua de talentos, dificulta a recomposição do quadro e impacta diretamente a segurança digital e a continuidade das políticas públicas de transformação digital no Brasil.

Além disso, os salários finais dos ATIs são equivalentes aos salários iniciais das demais carreiras de TI, tornando o cargo pouco atrativo para profissionais altamente qualificados. Isso se reflete no fracasso do CNU de 2024, onde quase 200 vagas não foram preenchidas, e grande parte dos aprovados optou por carreiras mais vantajosas financeiramente.

Diante dessa realidade, a presente emenda propõe corrigir essa distorção, garantindo isonomia e justiça remuneratória, ao mesmo tempo em que fortalece a sustentabilidade da carreira e a eficiência da Administração Pública Digital.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250869034200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis



A proposta estabelece a equiparação do subsídio dos Analistas em Tecnologia da Informação aos dos Oficiais de Inteligência, considerando:

- O alto nível técnico e a especialização exigida;
- A criticidade das informações sob sua responsabilidade;
- A necessidade de um corpo funcional qualificado e estável para gerenciar infraestruturas estratégicas de TI e segurança da informação no setor público.

A implementação desse reajuste a partir de julho de 2026 permite que a medida não impacte o orçamento de 2025, dispensando a necessidade de previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025. Isso proporciona tempo hábil para ajustes de estimativa de despesas e adequação orçamentária pelo Poder Executivo, garantindo uma implementação gradual e sustentável.

Visando manter o total da despesa originalmente na Medida Provisória e assim atender ao art. 63, I, da Constituição da República, a emenda também reduz quantidade de cargos vagos transformados em cargos de Analista de Tecnologia da Informação (de 450 para 150) e das Carreiras de Desenvolvimento Socioeconômico e de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa, de 750 cada uma para 500 cada uma. Isto porque nos parece muito mais eficiente do que criar cargos que permanecerão vagos pela falta de remuneração adequada, estrutura adequadamente os cargos existentes. No mais, permanece facultado ao Poder Executivo reiniciar o processo legislativo nos anos vindouros caso identifique a efetiva necessidade destas vagas.

Portanto, esta emenda representa um passo essencial para assegurar a continuidade e o aprimoramento da governança digital no Brasil, prevenindo vulnerabilidades que possam comprometer a modernização dos serviços públicos e a proteção de dados estratégicos do Estado.

Diante do exposto, espera-se o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposta.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250869034200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis



\*CD250869034200\*  
ExEdit



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Gutemberg Reis**  
**(MDB - RJ)**  
**Deputado Federal - MDB DF**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250869034200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gutemberg Reis



\*CD250869034200\*  
eXEdit





**MPV 1286  
00317****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, Art. 10-B, § 3º, com a seguinte redação:

§ 3º Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o **cargo ocupado ou com o ambiente organizacional**, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A.

**JUSTIFICAÇÃO**

O ambiente organizacional está conceituado na Lei da carreira PCCTAE como a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal. Este conceito, quando assumido pelo Legislador teve por objetivo ampliar o escopo dos elementos de desenvolvimento dos servidores, conforme as necessidades institucionais e a diversidade de fazeres nas Instituições Federais de Ensino.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251215265400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
**(PT - SC)**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251215265400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD251215265400, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Padre João (PT/MG)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251215265400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



**MPV 1286  
00318****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se da Medida Provisória, o artigo 206 que altera os artigos 154, 155, 156, 156-A e 158 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

**JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 206 da medida provisória altera os critérios de progressão funcional de diversas carreiras do Serviço Público Federal, trazendo mudanças significativas nos processos de avaliação de desempenho e progressão funcional dos servidores. As alterações dispostas no artigo 206 não foram objeto de ponto de pauta dos acordos e nem de debate com as entidades sindicais nas mesas setoriais, específicas e nem na central. Extrapolando o fim ao qual se destina a medida provisória.

Os servidores públicos federais já têm processos de avaliações de desempenho inseridos em seus planos de carreiras. Portanto a proposta do Sistema de Desenvolvimento da Carreira (SIDE), que irá operar de maneira individualizada, baseada em critérios que nunca foram discutidos pelas entidades sindicais que representam os servidores públicos federais, sem uma avaliação aprofundada da situação de cada carreira, isso está em dissonância com as negociações realizadas com o próprio MGI.

A avaliação individual desconsidera o desempenho institucional e coletivo das equipes de trabalho, assim como as condições objetivas e estruturais necessárias para que os órgãos



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258236845300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



públicos proporcionem um ambiente adequado ao bom desempenho dos servidores e do próprio órgão.

Essa avaliação individualizada com viés produtivista irá desestruturar os ambientes de trabalho gerando assédio e problemas de saúde mental nos servidores, consequentemente provocando um percentual maior de afastamentos de longa duração. O que prejudica o bom desempenho das equipes e do órgão.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
(PT - SC)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258236845300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD258236845300, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Padre João (PT/MG)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258236845300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



**MPV 1286  
00319**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, Art. 7-B,  
com a seguinte redação:

“Art. 7º-

B.....

.....

I - Técnico em Educação, cargo de complexidade média, com atribuições voltadas a assistência técnica especializada às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando o nível de classificação D; e

II - Analista em Educação, cargo de complexidade alta, com atribuições voltadas às atividades especializadas técnico-administrativas relativas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando nível de classificação E.

§ 4º As áreas, as especialidades, a formação e as atribuições específicas para os cargos a que se refere os incisos I e II do caput serão estabelecidas em regulamento, proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, nos termos do art. 22.

**JUSTIFICAÇÃO**

Precisamos adequar no texto da medida provisória as atribuições dos cargos amplos às necessidades institucionais já previstas



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256246437900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



no Art. 8º da Medida Provisória, e retirar conflitos textuais com as atribuições gerais dos cargos da carreira.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
(PT - SC)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256246437900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD256246437900, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Padre João (PT/MG)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256246437900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



**MPV 1286  
00320**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se na Medida Provisória, no seu artigo Art. 214, a alínea C, do inciso XV.

**JUSTIFICAÇÃO**

Todos os cargos que integram o PCCTAE precisam ter suas atribuições específicas, definidas e atualizadas às inovações tecnológicas do trabalho, em regulamento próprio, de forma a viabilizar a gestão dos processos de trabalho dos integrantes da carreira nas Instituições Federais de Ensino. Também é uma forma essencial de evitar ocorrências de desvios de funções do cargo.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
(PT - SC)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251248338400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD251248338400, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Padre João (PT/MG)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251248338400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



**MPV 1286  
00321****MPV 1286****CONGRESSO NACIONAL**

DEPUTADO FEDERAL RICARDO MAIA

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao art. 111; e acrescente-se art. 111-A à Medida Provisória, nos termos a seguir:

"Art. 3º .....  
.....

(...)

§ 7º. A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos de que tratam o Art. 3º do caput observarão a correlação estabelecida na forma do Anexo IV C." (NR)

Art. 3º- D. A partir de 1º de janeiro de 2025, os ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º-A passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo II-A.

§5º A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos de que tratam os incisos de I a IV do caput observarão a correlação estabelecida na forma do Anexo IV-B." (NR)

§ 1º Não serão devidas aos titulares de cargos das carreiras de que trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, aos titulares de cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º A as seguintes espécies remuneratórias:

§ 2º Os titulares de cargos das carreiras de que trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, e os titulares de cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º A não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

§ 3º O subsídio percebido pelos titulares de cargos das carreiras de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259588213500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Maia



que trata o art. 1º, caput, incisos I a IV e aos titulares de cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º-A não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto na legislação e na regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

(....)

§ 2º Os titulares de cargos das carreiras de que trata o art. 1º, caput, incisos I a IV e aos titulares de cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º-A não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

§ 5º Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos titulares de cargos das carreiras de que trata o art. 1º, caput, incisos I a IV, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão funcional ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação do cargo, da carreira ou das remunerações previstas nesta Lei ou da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza.

“Art. 3º- E. Aplica-se o disposto no art. 3º-C desta Lei às aposentadorias e às pensões instituídas pelos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º-A desta Lei que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos do disposto na Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.” (NR)

Art. 112. Os Anexos I, III, III-A, IV e IV-A, à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXI, CLXXXVII, CLXXXVIII a esta Medida Provisória.

Art. 113. A Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar acrescida dos Anexos II-A, II-B, IV-B e IV-C, respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXVII e CLXXXVIII a esta Medida Provisória.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259588213500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Maia



(Anexo III à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

“ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

TABELA I

TABELA II - A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT	ESPECIAL	V
		IV
		III
		II
		I
	C	V
		IV
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

” (NR)

\* C D 2 5 9 5 8 8 2 1 3 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259588213500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Maia



(Anexo II-B à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

"TABELA DE SUBSÍDIO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

a) Subsídio dos cargos de nível superior de Arquiteto, de Economista, de Engenheiro, de Engenheiro Agrônomo de Engenheiro de Operações, de Estatístico e de Geólogo Carreira de Infraestrutura de Transportes do Planc Especial de Cargos:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	24.788,80	26.086,10
	IV	24.056,10	25.315,05
	III	23.355,44	24.577,72
	II	22.675,18	23.861,86
	I	22.014,74	23.166,85
C	V	21.270,28	22.383,43
	IV	20.751,49	21.837,49
	III	20.245,36	21.304,87
	II	19.751,57	20.785,24
	I	19.269,82	20.278,28
B	V	18.618,18	19.592,54
	IV	18.164,08	19.114,67
	III	17.721,05	18.648,46
	II	17.288,83	18.193,62
	I	16.867,15	17.749,87
A	V	16.296,76	17.149,63
	IV	15.899,28	16.731,35
	III	15.511,49	16.323,27
	II	15.133,16	15.925,14
	I	14.764,06	15.536,72

\* C D 2 5 9 5 8 8 2 1 3 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259588213500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Maia



(Anexo IV-C à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

"TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

TABELA I

TABELA II - A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO	
Cargos de nível superior, Intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	Cargos de nível superior, Intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT	
		II	IV			
		I	III			
	C	VI	II			C
		V	I			
		IV	V			
		III	IV			
		II	III			
		I	II			
		B	VI	I		
	V		V			
	IV		IV			
	III		III			
	II		II			
	I		I			
	A	V	V	A		
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
		I	I			

" (NR)

\* C D 2 5 9 5 8 8 2 1 3 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259588213500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Maia





## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo corrigir uma distorção inaceitável criada pela Medida Provisória nº 1.286/2024, que estabelece um tratamento discriminatório entre os Analistas de Infraestrutura de Transportes e os Engenheiros do Plano Especial de Cargos (PEC) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Tal diferenciação contraria princípios constitucionais e administrativos, além de comprometer a eficácia e a equidade no serviço público.

Os profissionais de ambas as carreiras exercem funções estratégicas no planejamento, execução e manutenção da infraestrutura rodoviária, aquaviária e ferroviária do Brasil. Sua atuação é essencial para garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a segurança viária e a execução eficiente de projetos de infraestrutura de transportes. No entanto, a MPV 1.286/2024 rompe uma histórica paridade remuneratória entre essas carreiras, estabelecendo uma diferenciação injustificada e prejudicial ao funcionamento do órgão.

Os servidores do PEC e os Analistas de Infraestrutura exercem as mesmas atribuições, atuam nos mesmos projetos, compartilham o mesmo ambiente de trabalho e possuem exigências técnicas idênticas para a execução de suas funções. Essa paridade funcional é expressamente reconhecida pela Direção Geral do DNIT, conforme consta no OFÍCIO Nº 195205/2024/DG-SEAA/GAB - DG/DNIT SEDE (SEI nº 19163315):

“embora os analistas da carreira atual deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e os servidores do PEC/DNIT de nível superior desempenhem funções tecnicamente idênticas, os servidores de nível superior oriundos do PEC não foram incluídos no regime de subsídio, o que criou uma diferenciação em termos de remuneração e tratamento.

[...] Em vista dessa realidade, percebe-se, então, que a principal correção necessária do Termo de Acordo nº 26/2024 consiste em assegurar que os servidores do nível superior do PEC/DNIT, especialmente aqueles que ingressaram nesta Autarquia por meio de concurso público no ano de 1994, passem a receber por subsídio, de forma a equipará-los aos analistas da carreira do DNIT”

O mesmo entendimento foi reforçado pelo Ministério dos Transportes no OFÍCIO Nº 915/2024/SE (SEI nº 8931428), endereçado ao MGI:

“[...] tanto os Engenheiros do PEC quanto os Analistas

\*CD259588213500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259588213500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Maia



de Infraestrutura realizam atividades essenciais, como a fiscalização de contratos, a elaboração de projetos e o controle de obras. Em muitos casos, um mesmo contrato é acompanhado por profissionais de ambos os cargos, o que reforça a necessidade de que tenham remuneração e tratamento equivalentes. A quebra dessa paridade, conforme proposto no acordo, criará um desequilíbrio sem justificativa, já que as atribuições permanecem iguais e são fundamentais para o funcionamento eficiente do DNIT”.

Ademais, os Engenheiros do PEC são servidores oriundos do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e desempenharam todas as funções operacionais do DNIT desde a sua criação, em junho de 2001, até a entrada dos primeiros Analistas de Infraestrutura, em setembro de 2006. Durante esse período, esses profissionais garantiram a continuidade das atividades do órgão, o que fortalece ainda mais o argumento de que não há justificativa para a diferença de tratamento imposta pela MPV 1.286/2024.

Sob a perspectiva jurídica, a diferença de regime remuneratório fere princípios fundamentais da Administração Pública, notadamente:

- **Princípio da Isonomia (art. 5º, caput, da Constituição Federal):** Servidores que desempenham funções idênticas devem receber tratamento igualitário, sob pena de violação ao princípio da igualdade.
- **Princípio da Eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal):** A desmotivação dos engenheiros do PEC, diante da diferenciação salarial injustificada, pode comprometer a execução dos projetos de infraestrutura.
- **Jurisprudência do STF (ADIs 4.616 e 4.151):** O Supremo Tribunal Federal tem consolidado entendimento de que a reestruturação de carreiras deve respeitar a equivalência de atribuições e requisitos de ingresso, sob pena de violação ao princípio da razoabilidade.

Portanto, diante da clara equivalência de atribuições, da histórica paridade salarial, dos impactos organizacionais negativos e da segurança jurídica favorável, a inclusão dos Engenheiros do PEC do DNIT no regime de subsídio mantendo a paridade remuneratória que sempre existiu é medida necessária para garantir a isonomia, a equidade e a eficácia da Administração Pública. Essa proposição visa evitar a descontinuidade da Lei nº 11.171/2005 e preserva a coerência no tratamento das carreiras essenciais à infraestrutura nacional.

\* C D 2 5 9 5 8 8 2 1 3 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259588213500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Maia



Salada da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Ricardo Maia  
(MDB – BA)**

\* 0 0 2 5 9 5 8 8 2 1 3 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259588213500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Maia



**MPV 1286  
00322**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, Art. 10-B, § 3º, com a seguinte redação:

§ 3º Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o **cargo ocupado ou com o ambiente organizacional**, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A.

**JUSTIFICAÇÃO**

JUSTIFICAÇÃO

O ambiente organizacional está conceituado na Lei da carreira PCCTAE como a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal. Este conceito, quando assumido pelo Legislador teve por objetivo ampliar o escopo dos elementos de desenvolvimento dos servidores, conforme as necessidades institucionais e a diversidade de fazeres nas Instituições Federais de Ensino.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253180088300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Sollá



A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Jorge Solla**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253180088300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



\*CD253180088300\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00323**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o § 8º do Art. 10, a Lei 11091/2005, com a seguinte redação:

”Art.

10.....

.....  
.....”

§ 8º O ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição.

**JUSTIFICAÇÃO****JUSTIFICAÇÃO**

É necessário um tratamento isonômico entre os servidores docentes e técnico-administrativos em educação, conforme o previsto para os docentes na Lei 12.772/2012, considerando que é papel dos trabalhadores das Instituições Federais de Ensino contribuir para o desenvolvimento do ensino,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253388449900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



pesquisa, extensão, inovação, gestão e assistência especializada nas Instituições Federais de Ensino.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253388449900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



**MPV 1286  
00324**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, Art. 10-B, § 3º, Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

§ 3º Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o **cargo ocupado ou com o ambiente organizacional**, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A.

**JUSTIFICAÇÃO**

JUSTIFICAÇÃO

O ambiente organizacional está conceituado na Lei da carreira PCCTAE (Lei 11.091/2005) como a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal. Este conceito, quando assumido pelo Legislador teve por objetivo ampliar o escopo dos elementos de desenvolvimento dos servidores, conforme as necessidades institucionais e a diversidade de fazeres nas Instituições Federais de Ensino.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253340410900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Sollá



\*CD253340410900\*





A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253340410900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



\*CD253340410900\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00325**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, a inclusão dos  
§ 1º e § 2º no Art. 11 da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art.

11.....

.....

§ 1º Os ocupantes dos cargos de Médico, Médico/Área, Médico do Trabalho, Engenheiro do Trabalho, Arquiteto do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Regente e Sanitarista do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal, de pós-graduação lato sensu, ao apresentarem a certificação de uma segunda formação *lato sensu*.

§ 2º Os ocupantes dos cargos de nível médio profissionalizante ou com curso técnico do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal quando apresente uma segunda certificação de curso técnico.

**JUSTIFICAÇÃO**

JUSTIFICAÇÃO



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251060165800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



Esta emenda visa garantir a isonomia de tratamento com os demais profissionais que integram o PCCTAE, Lei nº 11.091/2005, considerando que os demais cargos não têm como requisito para o ingresso no cargo a certificação de especialista ou curso médio profissionalizante ou curso técnico. Os ocupantes dos cargos só podem alcançar o Incentivo a Qualificação (IQ) a partir da graduação, para o nível de classificação D ou do mestrado, para o nível de classificação E. A proposta de alteração é para que esses servidores tenham a possibilidade de apresentar uma segunda certificação, como forma de obtenção do primeiro IQ, assim como os demais servidores.

Essa alteração não gera impacto orçamentário na Medida Provisória, pois já está previsto na Lei nº 11.091/2005 e cada servidor que alcançar o IQ é considerado aumento vegetativo da folha. O IQ foi implantado em 2006.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251060165800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



**MPV 1286  
00326**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o “Art. 10, § 6º” da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

§ 6º A conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular ou especial, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo ou ambiente organizacional do servidor, em cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser utilizada como certificação em Programa de Capacitação para fins de aceleração da progressão por capacitação, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO****JUSTIFICAÇÃO**

As Instituições federais de ensino são formadoras dos profissionais em vários níveis dentro de seus cursos oferecem uma grande diversidade de disciplinas de conteúdos programáticos que atendem as necessidades institucionais de seus servidores. A utilização dessas disciplinas em Programas de Capacitação representa uma ampliação de oferta e oportunidades para as instituições e servidores sem aumentar os investimentos com recursos para a capacitação.

\*CD258931657000\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258931657000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258931657000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



\*CD258931657000\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00327**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o Art. 12-B, da Lei 11.091/2005 com a seguinte redação:

Art. 12-B A partir de 1º de abril de 2026, fica instituído, aos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-TAE), com regulamento proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único O Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC é o instrumento de reconhecimento dos conhecimentos e habilidades de todos os integrantes do Plano de Carreira, independentemente do nível de escolaridade, resultante da atuação profissional na dinâmica do ensino, pesquisa, extensão, gestão, inovação e assistência especializada, nos termos do inciso IV, Art. 3º desta Lei.

**JUSTIFICAÇÃO****JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda atende a Cláusula Quarta do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que estabelece instituto do RSC, que a proposição será pela CNSC e a data de sua implantação.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258672236700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



A aprovação dessa emenda dará suporte a elaboração dos cálculos de impacto financeiro para a inclusão na LDO e LOA de 2026, já que sua implantação está prevista para abril de 2026. Portanto, não vai gerar impacto financeiro em 2025.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258672236700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



**MPV 1286  
00328**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

Suprima-se na Medida Provisória, no seu artigo Art. 214, a alínea C, do inciso XV.

**JUSTIFICAÇÃO****JUSTIFICAÇÃO**

Todos os cargos que integram o PCCTAE precisam ter suas atribuições específicas, definidas e atualizadas às inovações tecnológicas do trabalho, em regulamento próprio, de forma a viabilizar a gestão dos processos de trabalho dos integrantes da carreira nas Instituições Federais de Ensino. Também é uma forma essencial de evitar ocorrências de desvios de funções do cargo.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255022596600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla

\*CD255022596600\*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00329**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando os incisos I e III do Art. 18 da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art. 18.....

.....

I – unificação e transformação de cargos de mesma natureza, complexidade e similaridade.

II.....

III - posicionamento do servidor ocupante dos cargos unificados ou transformados em nível de classificação, padrão de vencimento básico do cargo de destino, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

**JUSTIFICAÇÃO**

JUSTIFICAÇÃO

Os cargos da Administração Pública, incluídos os que integram o PCCTAE (Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005), vêm sofrendo efeitos da evolução histórica, mudanças no mundo do trabalho e na realidade social, novas formas de gestão e informatização decorrentes do desenvolvimento tecnológico. É necessário que a Administração Pública apresente soluções para atualizar seu quadro de cargos com o aproveitamento dos atuais servidores às demandas da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252005739800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



realidade atual. Entendemos que alterações que acompanhem as transformações do mundo do trabalho, a natureza e atribuições essenciais dos cargos são juridicamente permitidas e não violam a exigência de concurso público.

A presente emenda é derivada do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI.

A inclusão do texto proposto com as alterações da Lei 11091/2005, nos incisos I e III é fundamental para sustentar o processo de racionalização constante da Cláusula 13, alínea E do acordo. A possibilidade de transformar cargos, respeitados os limites constitucionais, permitirá o aproveitamento dos servidores sem aumento de despesas, ou seja, sem impacto financeiro para Medida Provisória.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252005739800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



**MPV 1286**  
**00330**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, incluindo o § 6º, do Art. 10-B, da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art. 10-

B.....

.....

.....

§ 6º No cumprimento dos critérios estabelecidos no § 3º é permitido o somatório de carga horária de ações de desenvolvimento realizadas pelo servidor, bem como o somatório de carga horária de certificados de ações de desenvolvimento que excedam à exigência de aceleração da progressão por capacitação anteriormente realizada.

**JUSTIFICAÇÃO**

JUSTIFICAÇÃO

Houve uma mudança no perfil das ações de capacitação dadas as inovações tecnológicas, que hoje exigem uma carga horária menor, vide catálogo de cursos da ENAP.

Esse item consta do Termo de Acordo SRT/MGI 11/2024.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257951606400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257951606400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



**MPV 1286  
00331**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

Suprima-se da Medida Provisória, o artigo 206 que altera os artigos 154, 155, 156, 156-A e 158 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

**JUSTIFICAÇÃO**

## JUSTIFICATIVA

O artigo 206 da medida provisória altera os critérios de progressão funcional de diversas carreiras do Serviço Público Federal, trazendo mudanças significativas nos processos de avaliação de desempenho e progressão funcional dos servidores. As alterações dispostas no artigo 206 não foram objeto de ponto de pauta dos acordos e nem de debate com as entidades sindicais nas mesas setoriais, específicas e nem na central. Extrapolando o fim ao qual se destina a medida provisória.

Os servidores públicos federais já têm processos de avaliações de desempenho inseridos em seus planos de carreiras. Portanto a proposta do Sistema de Desenvolvimento da Carreira (SIDE), que irá operar de maneira individualizada, baseada em critérios que nunca foram discutidos pelas entidades sindicais que representam os servidores públicos federais, sem uma avaliação aprofundada da situação de cada carreira, isso está em dissonância com as negociações realizadas com o próprio MGI.

A avaliação individual desconsidera o desempenho institucional e coletivo das equipes de trabalho, assim como as condições objetivas e estruturais



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257540380600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Sollá



necessárias para que os órgãos públicos proporcionem um ambiente adequado ao bom desempenho dos servidores e do próprio órgão.

Essa avaliação individualizada com viés produtivista irá desestruturar os ambientes de trabalho gerando assédio e problemas de saúde mental nos servidores, consequentemente provocando um percentual maior de afastamentos de longa duração. O que prejudica o bom desempenho das equipes e do órgão.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257540380600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



**MPV 1286  
00332**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)****PEDIDO DE EMENDA SUPRESSIVA - MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 1.286, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024.****Suprimir o art. 206 da Medida Provisória nº 1.286/2024.**

Ao(à) Parlamentar XXXX,

Encaminhamos o presente pedido para a realização de emenda supressiva na Medida Provisória nº 1.286/2024, nos termos a seguir expostos.

A Medida Provisória nº 1.286/2024 foi editada com o seguinte objetivo: Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Na exposição de motivos da referida MP, consta que o documento visa garantir: (i) reajustes remuneratórios a partir de janeiro de 2025 aos servidores



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253672395200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla

\*CD253672395200\*  
xEdit



públicos ocupantes de cargos efetivos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo federal, bem como aos empregados da administração direta, autárquica e fundacional, **conforme termos de acordo firmados nas mesas temporárias e específicas de negociação**; e (ii) o adequado funcionamento do Poder Executivo federal, com a criação e reestruturação de carreiras e cargos mais alinhados às necessidades da Administração Pública Federal e que poderão promover a racionalização dos serviços e maior eficácia no atendimento ao cidadão.

Dessa forma, denota-se que a MP nº 1.286/2024 surgiu como uma forma de formalizar os acordos firmados com os servidores do poder executivo federal no ano de 2024.

Ocorre que, além da reestruturação da remuneração dos servidores, a MP estabeleceu novos mecanismos para a avaliação de desempenho dos trabalhadores, tendo como base a reformulação do Programa de Gestão de Desempenho (PGD) implementada em 2024.

Dessa forma, a MP expandiu o Sistema de Desenvolvimento de Carreiras (SIDECA) instituído pela Lei 11890/2008, definindo novos critérios de avaliação de desempenho e para a progressão e promoção dos servidores, tais como: resultados obtidos em avaliação de desempenho individual, frequência e aproveitamento em atividades de capacitação ministrados por escola de governo, titulação e tempo de efetivo exercício no cargo.

No entanto, tais mudanças, especialmente as dispostas no art. 206 da MP, possuem diversas incongruências, tornando necessária sua supressão do texto normativo, conforme proposta de emenda a seguir disposta:

#### **EMENDA Nº XXXX**

Supressão do artigo 206, do texto da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, que altera os artigos 154, 155, 156, 156-A e 158, da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253672395200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Sollá



\*CD253672395200\*  
ExEdit





## JUSTIFICAÇÃO

### JUSTIFICATIVA

O artigo 206 da MP nº 1.286/2024 altera os critérios de progressão funcional de diversas carreiras do Serviço Público Federal, trazendo mudanças significativas nos processos de avaliação de desempenho e progresso funcional. O referido artigo foi inserido em um instrumento legal que visa dar concretude ao acordado com as diversas categorias de servidores públicos federais no ano de 2024. Porém, as alterações dispostas no referido art. 206 não foram objeto destes acordos e de nenhum debate com as entidades representativas dos servidores, extrapolando o fim ao qual se destina a Medida Provisória. Cabe ressaltar que as entidades do serviço público federal acordaram no ano de 2023 com o governo federal o protocolo e regimento da Mesa Nacional de Negociação Permanente que publicado através da PORTARIA SGPRT/MGI Nº 3.634, DE 13 DE JULHO DE 2023. Dentre as diversas pautas já protocoladas e que vem sendo discutidas tanto na Mesa Central, quanto nas Mesa Específicas e Setoriais estão aquelas que afetam as estruturas de carreira e que ainda não foram discutidas e acordadas. O ANDES SN já protocolou junto ao MGI e MEC nossa pauta sobre o processo de reestruturação da carreira dos docentes do magistério federal e que ainda não foram objetos de resposta do governo.

Com efeito, a avaliação e a progressão funcional incluem a extensão do Sistema de Desenvolvimento da Carreira (Sidec) para outros planos de carreira. Este mecanismo opera de maneira individualizada, baseado em critérios que nunca foram discutidos amplamente pela base do funcionalismo público, sem uma avaliação aprofundada da situação geral das carreiras:

#### 1) Exigências e Capacitações

O texto cria a exigência de que o servidor público federal participe das capacitações da escola do governo para efetivar progressões. Essa condição pode se tornar um entrave para muitos profissionais, limitando suas oportunidades de avanço na carreira.

#### 2) Critérios de Progressão e Promoção



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253672395200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Sollá



Considerando as especificidades de cada carreira, a Medida Provisória prevê que os critérios para a progressão e promoção sejam elaborados por cada órgão por meio de Decreto. Isso sugere que, com essa proposta, poderá se abrir um caminho para o início da contrarreforma do Governo Federal, tornando o processo de avaliação potencialmente penoso para os servidores públicos federais.

O artigo 154 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, em seu *caput*, passa a adotar como único critério para promoção ou progressão nas diversas carreiras dos servidores públicos, a meritocracia, desconsiderando a experiência profissional ou qualquer outro critério específico.

O referido artigo 154, em seu parágrafo 2º, ao exigir para a promoção a participação em programas e cursos de aperfeiçoamento ministrados por escola de governo, sem sequer conceituar o que seria considerado como tal, cria situações completamente desproporcionais. Isto porque servidores que investiram na própria qualificação por meio de diversos cursos em instituições de ensino não classificadas como escolas de governo não teriam qualquer benefício caso não tivessem concluído ao menos um curso em uma dessas escolas.

Isto seria um desestímulo para que os servidores investissem em seu aperfeiçoamento profissional, além de criar uma situação totalmente injusta, pois alguém com um único curso nas tais escolas de governo poderia evoluir na carreira, ao passo que outro servidor com vários cursos, todos em outras instituições, teria todo seu esforço e investimento totalmente desconsiderados.

Ademais, para oferecer cursos em escolas de governo, seria necessário um grande investimento de recursos, sequer previsto no orçamento, de forma a oferecer vagas que possibilitem que todos os servidores que ainda não estejam em final de carreira, possam realizar tais cursos. Por outro lado, a falta deste investimento geraria a falta de vagas e, conseqüentemente, inviabilizaria a evolução do servidor na carreira, gerando desestímulo para que invista em seu aperfeiçoamento profissional. Essa proposta ao mesmo tempo, desconsidera o potencial que as universidades, institutos federais e CEFETs possuem para contribuir com a formação e qualificação profissional. Tais instituições gozam de reconhecimento social e científico, pautados pela autonomia universitária,

\*CD253672395200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253672395200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Sollá



diferente das escolas de governo que possuem suas diretrizes formativas pautadas pelos interesses do governo que esteja no poder.

Outrossim, a alteração promovida pela MP no art. 155, da Lei nº 11.890/2008, passa a considerar para a progressão funcional somente a avaliação individual do servidor, desconsiderando o desempenho institucional e coletivo. Essa abordagem desconsidera as condições objetivas e estruturais necessárias para que os órgãos públicos proporcionem um ambiente adequado ao bom desempenho dos servidores. A redação da lei foca no individualismo, desestimulando o trabalho em equipe e o desempenho coletivo dos trabalhadores.

Para além disso, os artigos 156 e 156-A instituem o que chama o Sistema de Desenvolvimento na Carreira - SIDECA, que, como exposto acima, não foi objeto dos acordos com os servidores, não foi debatido com estes e constitui uma ação não debatida amplamente que não poderia ser incluída nesta Medida Provisória, por extrapolar sua finalidade.

O parágrafo 4º do artigo 156 traz uma excrecência, que é exigir, até mesmo de quem está em final de carreira, avaliação individual para fins de progressão e promoção. Ora, qual a finalidade de avaliar para fins de promoção e progressão alguém que já não poderá evoluir na carreira, o que exigirá a mobilização da estrutura do serviço público, com imensas despesas para tanto, uma vez que são centenas de milhares os servidores em final de carreira, sem nenhum benefício para a Administração Pública.

Cabe ressaltar aqui que várias destas carreiras possuem em sua composição remuneratória gratificações de desempenho, pelo qual já ocorrem avaliações de desempenho dos servidores, a fim de que possam recebê-la, e que continuarão existindo, gerando, em muitos casos, duplicidade de avaliações.

Dessa forma, o artigo 158, com a supressão dos dispositivos anteriores, perderia sua utilidade, pois depende da aprovação dos demais para ser aplicado, motivo pelo qual também deve ser suprimido.

Por estas razões, é medida necessária o acolhimento do presente pedido de emenda supressiva, a fim de garantir a isonomia de oportunidades e a

ExEdit  
\*CD253672395200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253672395200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



equidade no processo de progressão funcional dos servidores públicos federais, de modo a evitar despesas desnecessárias para a Administração Pública.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253672395200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



**MPV 1286  
00333**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, Art. 7-B, com a seguinte redação:

“Art. 7º-B.....

.....

I - Técnico em Educação, cargo de complexidade média, com atribuições voltadas a assistência técnica especializada às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando o nível de classificação D; e

II - Analista em Educação, cargo de complexidade alta, com atribuições voltadas às atividades especializadas técnico-administrativas relativas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando nível de classificação E.

§ 4º As áreas, as especialidades, a formação e as atribuições específicas para os cargos a que se refere os incisos I e II do caput serão estabelecidas em regulamento, proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, nos termos do art. 22.

**JUSTIFICAÇÃO**

JUSTIFICAÇÃO



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252994720500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



Precisamos adequar no texto da medida provisória as atribuições dos cargos amplos às necessidades institucionais já previstas no Art. 8º da Medida Provisória, e retirar conflitos textuais com as atribuições gerais dos cargos da carreira.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252994720500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



\*CD252994720500\*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00334**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

Suprima-se na Medida Provisória, no seu artigo 131, o § 6º do Art. 15, da Lei 11.091/2005.

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, o § 3º do Art. 15, da Lei 11.091/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15.....

.....

.....

§ 3º A parcela complementar a que se refere o § 2º deste artigo será considerada para todos os efeitos como parte integrante do vencimento básico, e não será absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória. (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

JUSTIFICAÇÃO

Os termos apresentados no texto do parágrafo sexto ferem a Cláusula 3ª do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que afirma que o Vencimento Básico Complementar (VBC) “não será absorvido por força da implementação dos novos valores e estruturas remuneratórias”.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252157615300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

A não absorção está prevista desde o Termo de Acordo de Greve de 2012.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Jorge Solla**  
**(PT - BA)**  
**Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252157615300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla



\*CD252157615300\*  
LexEdit





**MPV 1286  
00335**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 2º; e acrescentem-se arts. 12-A, 21-A e 21-B à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, todos na forma proposta pelo art. 81 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 2º** Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência, composto pelos seguintes cargos:

**I** – de nível superior:

**a)** cargo de Oficial de Inteligência; e

**b)** cargo de Oficial Técnico de Inteligência.

**II** – de nível intermediário:

**a)** cargo de Agente de Inteligência; e

**b)** cargo de Agente Técnico de Inteligência.

**III** – .....

**IV** – .....

**§ 1º** Os cargos a que se refere o caput deste artigo são de provimento efetivo e regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**§ 2º** Os cargos de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, passam a integrar a Carreira de Inteligência de Estado da ABIN.

**§ 3º** A partir de 1º de janeiro de 2026, os cargos de que trata o inciso II do art. 2º passam a ser de nível superior, tendo como requisito para ingresso o disposto no art. 13, inciso I, e diploma de conclusão de ensino superior, em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido em edital.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256214018000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



\*CD256214018000\*  
eXEdit



§ 4º Aos cargos de provimento efetivo, de níveis superior e intermediário do Grupo Informações e dos níveis superior, intermediário e auxiliar do Grupo Apoio, aplicar-se-ão, no que couber, as prerrogativas de que trata o art. 2.” (NR)

“Art. 12-A. Aos servidores dos cargos constantes no art. 2º desta Lei, inclusive em afastamentos legais, de forma justificada, serão garantidos:

I – a preservação do nome, da qualificação, da imagem, da voz, dos vínculos familiares, das informações e dados pessoais, sendo vedada a revelação de sua identidade pelos meios de comunicação em geral, sejam públicos ou privados, ou ainda sua exposição por meio de fotografia ou filmagem, sem sua prévia autorização por escrito;

II – ter sua identidade alterada, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 9º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1.999, podendo usufruir, de forma facilitada, de todas as medidas de proteção próprias das categorias, bem como todas as que forem colocadas à disposição de vítimas e de testemunhas participantes de programas de proteção;

III – ter identidade fictícia em razão de sua atribuições, incluindo registro geral, cadastro de pessoa física, passaporte e carteira nacional de habilitação, entre outros documentos entendidos como necessários para preservar a identidade do servidor, para fins de preservação de sua vida e integridade física, em face da necessidade de proteção e sigilo da sua vinculação à atividade de Inteligência de Estado.

**Parágrafo único.** No caso do inciso II do caput deste artigo, os processos de alteração de identidade de que trata esta lei serão mantidos com adequado grau de sigilo e tramitados, com máxima prioridade, pelas instâncias competentes, sendo os eventuais descumprimentos objeto de apuração e responsabilização cabíveis, devendo as autoridades adotarem as providências necessárias para que os subordinados hierárquicos conheçam as normas e observem as medidas e procedimentos de segurança para o tratamento de tais informações.” (NR)

“Art. 21-A. O desenvolvimento dos servidores públicos federais da ABIN poderá prever regramento de evolução entre padrões e classes de forma abreviada, mediante a observância de critérios objetivos para a redução

\*CD256214018000\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256214018000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



de interstício que atestem desempenho diferenciado e meritório, na forma do regulamento.

**Parágrafo único.** A evolução abreviada decorrente do desempenho diferenciado será limitada a três padrões durante toda a vida funcional do servidor, não podendo ocorrer de forma consecutiva e nem na mesma classe.” (NR)

“**Art. 21-B.** Enquanto não forem publicados os atos a que se refere o art. 21-A, as progressões e as promoções dos ocupantes dos cargos constantes do art. 2º desta lei serão concedidas em observância às normas específicas.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A ABIN tem por missão assessorar o Presidente da República em seu processo decisório estratégico, a partir da produção de conhecimentos sobre ameaças e oportunidades de interesse da sociedade e Estado brasileiros. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), como serviço de inteligência de um país democrático, possui como fundamentos tais objetivos e limites, todavia, ainda carece de marco regulatório expressivo e atualizado.

Em nome da segurança jurídica, o presente texto de emenda visa primeiramente ao aprimoramento da legislação e a sua tão esperada atualização ao estabelecer a unificação das quatro carreiras da ABIN providas por concurso público, de que tratam os incisos I e II do art. 2º da Lei 11.776/2008, em apenas uma “Carreira de Inteligência de Estado”, composta de quatro cargos: Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência, Agente Técnico de Inteligência, cada um com suas respectivas atribuições, prerrogativas e responsabilidades. Isto porque todos esses cargos, mesmo os de suporte técnico especializado e de pesquisa e desenvolvimento, são submetidos às mesmas rigorosas regras de preservação de dados sigilosos e contribuem, cada qual de sua forma particular, para as missões finalísticas da Agência. Tal proposta atende aos princípios de modernização da Administração preconizados nas mais recentes diretrizes de gestão de pessoas defendidas pelo governo federal, com vistas a promover a desburocratização e a eficiência administrativa.

\*CD256214018000\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256214018000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



Propõe-se ainda o outro aprimoramento normativo para garantir a proteção de identidade que é vital para o maior aproveitamento do efetivo, pois a alta exposição impossibilita a atuação em temas exclusivos desenvolvidos pela ABIN, como contraterrorismo e contraespionagem. Com atribuições de máxima importância, assim, suas ações geram riscos à integridade física e moral de seus integrantes, o que requer proteção especial à identificação civil dos que exercem a atividade de Inteligência.

O sigilo sobre a identificação dos servidores da ABIN é iniciado já no processo seletivo público, quando o candidato passa por diferentes fases do certame, nas quais, em momento algum, seu nome é publicizado, constando apenas um código alfanumérico que, a cada fase do certame, é alterado a fim de manter e resguardar o sigilo e identidade. Ao ser aprovado, um novo código alfanumérico é emitido e assim publicado no Diário Oficial da União, para que o futuro servidor possa saber de sua aprovação, e para que a sociedade possa acompanhar a lisura do processo, mantendo o mínimo de transparência do processo seletivo.

Apesar da atividade ser velada e de a regra ser a do não conhecimento coletivo da identidade dos servidores da ABIN, o vazamento da informação pode ocorrer. Quando um servidor precisa, por exemplo, registrar-se em um hotel de uma cidade de interior com o seu próprio RG, coloca em risco tanto a sua identidade, e até mesmo sua vida, quanto todo o plano de operação que, muitas vezes, leva meses para ser elaborado e aprovado dentro da ABIN. Esta emenda propõe, assim, garantias de preservação da identidade dos servidores da ABIN e proteção especial aos seus dados e qualificação uma vez que é algo fundamental para sua atividade não tratando-se de privilégio, já que o bem jurídico tutelado é a vida dos servidores.

Propõem-se ainda a mudança do critério de seleção dos cargos de Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência de nível intermediário para nível superior, objetivando a sua adequação às atribuições efetivas e responsabilidades avançadas desses profissionais, melhoria do processo seletivo e de projeto institucional, estancando a alarmante evasão desses cargos na ABIN. Propõe-se que, a partir de 1º de janeiro de 2026, o parâmetro escolaridade

\*CD256214018000\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256214018000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



correspondente no concurso público seja majorado, a fim de melhor atender às necessidades institucionais de maior nível de complexidade e responsabilidade esperados desses profissionais. Esse pleito aponta para a necessária readequação à realidade funcional e à evolução da produção de Inteligência de caráter estratégico para o Estado.

Ressalta-se que essa proposta não caracteriza provimento derivado, ascensão ou acesso, transferência e aproveitamento no tocante aos atuais ocupantes dos referidos cargos, já que apenas se altera o requisito de ingresso nos cargos, sem que haja mudança na nomenclatura ou atribuições legais destes.

Os critérios de progressão são importantes para motivação e prestação de serviços de qualidade pelos servidores públicos. Por paralelismo aos demais cargos, a aceleração de progressão que consta na Medida Provisória nº 1286/2024 para o SÍDEC é adicionada à lei de cargos e carreiras da ABIN. A regulamentação de critérios objetivos que atestem o desempenho diferenciado incentivará o satisfatório desempenho dos servidores da ABIN.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
(PL - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256214018000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



**MPV 1286  
00336**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória n.º 1.286/2024, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

**Art.** A Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 19-B.** Os ocupantes dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XI da Lei nº 12.277/2010, terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas de gestão administrativa.

§ 1º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes dos cargos de que trata este artigo.

§ 2º No interesse da administração, o órgão supervisor poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes dos cargos efetivos de que trata o caput, em autarquias e fundações”.

§ 3º - O exercício descentralizado dos servidores do artigo 19ª desta Lei, será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.” (NR)

**Art. 22.....**

.....



§ 12º.....

.....

II – ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de nível mínimo 10 ou equivalente;

III – ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo 10 ou equivalente; ou

IV – ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 10 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de cem mil habitantes.”(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Preliminarmente, destaca-se que a presente Emenda ora apresentada guarda pertinência temática com o objeto do projeto de lei, qual seja, carreiras, cargos e estruturas remuneratórias de servidores públicos federais.

A presente Emenda objetiva a inclusão das categorias dos Engenheiros, Arquitetos, Economistas, Estatísticos e Geólogos, do Serviço Público Federal, na Medida Provisória nº 1.286, de 2024, em cargos com atuação transversais e tem por fulcro o aprimoramento da gestão das carreiras e cargos dos órgãos e entidades envolvidos, sem impacto nas estruturas remuneratórias, para tornar os cargos mais atrativos e reter profissionais de alto nível de qualificação, sempre com o intuito de aperfeiçoar a atividade do Estado, em favor do superior interesse público e do bem-estar da sociedade brasileira.

Trata-se, portanto, de reorganizar os cargos já existentes em uma estrutura de gestão de pessoas transversal e sustentável no longo prazo, como incentivo a sua continuidade, de forma que a Administração possa se orientar por um quadro de pessoal permanente e qualificado nos órgãos setoriais dos sistemas de logística pública e pessoal civil.



A implementação do novo modelo de gestão da administração pública federal, proposto em diversas medidas que compõem a reforma administrativa em curso, pressupõe, entre outros fatores, a instituição de Planos de Carreiras compatíveis com as diretrizes apontadas pelo atual governo, objetivando a valorização do servidor, o aumento da eficiência na prestação de serviços públicos e a transversalidade de atuação.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010<sup>[1]</sup> que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias<sup>[2]</sup>, com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos





como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[3], com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[4], com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja, já desempenhando com afinco suas atribuições.

Reduzir as burocracias e restrições nos atos de cessão dos servidores, permitirá maior agilidade no atingimento dos resultados dos projetos sob a responsabilidade dos servidores, permitindo que tanto os demais Poderes como Entes nacionais possam ter na União o compromisso de parceria no principal objetivo do Estado, a entrega de melhores serviços ao cidadão.

Neste sentido, a presente emenda guarda respeito à uma nova gestão inovadora e racional da força de trabalho do Poder Executivo federal bem como proporciona aos servidores maior estabilidade quanto ao seu próprio sentimento de pertencimento ao Estado e a facilidade de cessão para demais Entes e Poderes facilitará a execução das políticas públicas, otimizando as entregas para a sociedade.

Diante das justificativas apresentadas e visando o aperfeiçoamento do Estado, contamos com o apoio dos caros colegas na aprovação da presente emenda.



[1] [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm)

[2] [https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital\\_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[3] [https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital\\_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/ptbr/concursonacional/editais/edital_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[4] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf)

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Eduardo Gomes**  
(PL - TO)



**MPV 1286  
00337**



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 112; e acrescente-se art. 112-A à Medida Provisória, nos termos a seguir:

Art. 112 Os Anexos I, III, IV, V, VII e VIII à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXI, CLXXXII, CLXXXIII, CLXXXIV, CLXXXV e CLXXXVI a esta Medida Provisória, observadas as alterações previstas no Art. 112-A.

Art. 112-A A Tabela I, do item b, do Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar na forma da tabela f-A do Anexo CLXXXIV à Medida Provisória nº 1286, de 2024.

**ANEXO CLXXXIV**

(Anexo V à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

Altera a Tabela f do ANEXO CLXXXIV da Medida Provisória nº 1286, de 2024.

f-A) Vencimento básico dos cargos de nível superior de Arquiteto, de Economista, de Engenheiro, de Engenheiro Agrônomo, de Engenheiro de Operações, de Estatístico e de Geólogo, a partir de 1º de janeiro de 2025:			
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026



ESPECIAL	V	11.172,80	11.789,10
	IV	10.641,10	11.229,05
	II	10.138,44	10.699,72
	II	9.841,18	10.385,86
	I	9.372,74	9.892,85
C	V	8.813,28	9.303,43
	IV	8.479,49	8.951,49
	II	8.154,36	8.608,87
	II	7.839,57	8.277,24
	I	7.704,82	8.135,28
B	V	7.223,18	7.627,54
	IV	6.938,08	7.327,67
	II	6.661,05	7.035,46
	II	6.392,83	6.752,62
	I	6.133,15	6.478,87
A	V	5.872,76	6.204,63
	IV	5.630,28	5.949,35
	II	5.395,49	5.701,27
	II	5.165,16	5.459,14
	I	4.944,06	5.225,72

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo corrigir uma distorção inaceitável criada pela Medida Provisória nº 1.286/2024, que estabelece um tratamento discriminatório entre os Analistas de Infraestrutura de Transportes e os Engenheiros do Plano Especial de Cargos (PEC) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Tal diferenciação contraria princípios constitucionais e administrativos, além de comprometer a eficácia e a equidade no serviço público.



Os profissionais de ambas as carreiras exercem funções estratégicas no planejamento, execução e manutenção da infraestrutura rodoviária, aquaviária e ferroviária do Brasil. Sua atuação é essencial para garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a segurança viária e a execução eficiente de projetos de infraestrutura de transportes. No entanto, a MPV 1.286/2024 rompe uma histórica paridade remuneratória entre essas carreiras, estabelecendo uma diferenciação injustificada e prejudicial ao funcionamento do órgão.

Os servidores do PEC e os Analistas de Infraestrutura exercem as mesmas atribuições, atuam nos mesmos projetos, compartilham o mesmo ambiente de trabalho e possuem exigências técnicas idênticas para a execução de suas funções. Essa paridade funcional é expressamente reconhecida pela Direção Geral do DNIT, conforme consta no OFÍCIO Nº 195205/2024/DG-SEAA/GAB - DG/DNIT SEDE (SEI nº 19163315):

“embora os analistas da carreira atual deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e os servidores do PEC/DNIT de nível superior desempenhem funções tecnicamente idênticas, os servidores de nível superior oriundos do PEC não foram incluídos no regime de subsídio, o que criou uma diferenciação em termos de remuneração e tratamento.

[...] Em vista dessa realidade, percebe-se, então, que a principal correção necessária do Termo de Acordo nº 26/2024 consiste em assegurar que os servidores do nível superior do PEC/DNIT, especialmente aqueles que ingressaram nesta Autarquia por meio de concurso público no ano de 1994, passem a receber por subsídio, de forma a equipará-los aos analistas da carreira do DNIT”

O mesmo entendimento foi reforçado pelo Ministério dos Transportes no OFÍCIO Nº 915/2024/SE (SEI nº 8931428), endereçado ao MGI:

“[...] tanto os Engenheiros do PEC quanto os Analistas de Infraestrutura realizam atividades essenciais, como a fiscalização de contratos, a elaboração de projetos e o controle de obras. Em muitos casos, um mesmo contrato é acompanhado por profissionais de ambos os cargos, o que reforça a necessidade de que tenham remuneração e tratamento equivalentes. A quebra dessa paridade, conforme proposto no acordo, criará um desequilíbrio sem justificativa, já que



as atribuições permanecem iguais e são fundamentais para o funcionamento eficiente do DNIT”.

Ademais, os Engenheiros do PEC são servidores oriundos do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e desempenharam todas as funções operacionais do DNIT desde a sua criação, em junho de 2001, até a entrada dos primeiros Analistas de Infraestrutura, em setembro de 2006. Durante esse período, esses profissionais garantiram a continuidade das atividades do órgão, o que fortalece ainda mais o argumento de que não há justificativa para a diferença de tratamento imposta pela MPV 1.286/2024.

Sob a perspectiva jurídica, a diferença de regime remuneratório fere princípios fundamentais da Administração Pública, notadamente:

- **Princípio da Isonomia (art. 5º, caput, da Constituição Federal):** Servidores que desempenham funções idênticas devem receber tratamento igualitário, sob pena de violação ao princípio da igualdade.
- **Princípio da Eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal):** A desmotivação dos engenheiros do PEC, diante da diferenciação salarial injustificada, pode comprometer a execução dos projetos de infraestrutura.
- **Jurisprudência do STF (ADIs 4.616 e 4.151):** O Supremo Tribunal Federal tem consolidado entendimento de que a reestruturação de carreiras deve respeitar a equivalência de atribuições e requisitos de ingresso, sob pena de violação ao princípio da razoabilidade.

Portanto, diante da clara equivalência de atribuições, da histórica paridade salarial, dos impactos organizacionais negativos e da segurança jurídica favorável, a alteração na tabela proposta abrange os 84 (oitenta e quatro) profissionais de nível superior do PEC do DNIT, que inclui os 70 (setenta) Engenheiros do PEC, mantendo e preservando a paridade remuneratória, sem necessidade de receber por subsídio, que sempre existiu é medida necessária para garantir a isonomia, a equidade e a eficácia da Administração Pública. Essa



proposição visa evitar a descontinuidade da Lei nº 11.171/2005 e preserva a coerência no tratamento das carreiras essenciais à infraestrutura nacional.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00338**



CONGRESSO NACIONAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

**Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória n.º 1.286/2024, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:**

Art. XX. O artigo 19 da Lei n.º 12.277/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. Fica instituída Estrutura Remuneratória Especial para os cargos de provimento efetivo, de nível superior, de **Analista Técnico-Administrativo** de que trata o inciso II, do artigo 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de **Administrador, Contador e Técnico de Nível Superior**, da Lei nº 10.355 de 26 de dezembro de 2001, da Lei nº 11.355 de 19 de outubro de 2006, da Lei nº 10.483 de 03 de julho de 2002, do § 5º do artigo 2º da Lei nº 10.682 de 28 de maio de 2003, do artigo 8º da Lei nº 11.356 de 19 de outubro de 2006, do § 6º, artigo 1º da Lei nº 11.233 de 22 de dezembro de 2005, do §5º, artigo 10 da Lei nº 11.095 de 13 de janeiro de 2005, do inciso I, do artigo 1º da Lei nº 11.357 de 19 de outubro de 2006, do artigo 229 da Lei nº 11.907 de 02 de fevereiro de 2009, **em suas respectivas classes e padrões**”.

ANEXO \_\_\_\_\_

Termo de Opção

Nome:		Cargo:
Matrícula SIAPE	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
	Cidade:	Estado:
Servidor Ativo ( )	Aposentado ( )	Pensionista ( )





Venho, nos termos do art. xx, da Lei nº , de de , optar pela continuação da percepção dos valores constantes da Estrutura Remuneratória da minha carreira não estruturada.

Recebido em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura/Matrícula ou Carimbo do Servidor do órgão do Sistema de Pessoal Civil da  
Administração Federal - SIPEC

## JUSTIFICAÇÃO

Preliminarmente, destaca-se que a presente Emenda ora apresentada guarda pertinência temática com o objeto do projeto de lei, qual seja, carreiras, cargos e estruturas remuneratórias de servidores públicos federais.

A presente Emenda objetiva a inclusão das categorias dos **Administradores, Analistas Técnicos Administrativos, Contadores e Técnicos de Nível Superior**, do Serviço Público Federal, na Medida Provisória nº 1.286, de 2024.

A implementação do novo modelo de gestão da administração pública federal, proposto em diversas medidas que compõem a reforma administrativa em curso, pressupõe, entre outros fatores, a instituição de Planos de Carreiras compatíveis com as diretrizes apontadas pelo atual governo, objetivando a valorização do servidor e o aumento da eficiência na prestação de serviços públicos.

O referido Projeto de Lei tem como escopo a criação de novas carreiras e alteração da estrutura remuneratória de outras já existentes.

Nesse contexto, a proposta prevê a adoção, por opção dos atuais ocupantes dos cargos de **Administrador, Analistas Técnico Administrativo, Contador e Técnico de Nível Superior** de estrutura remuneratória já existente na Administração Pública para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, com a majoração e a alteração da estrutura remuneratória atual com a percepção das gratificações atualmente percebidas. Ou seja, quem percebe a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, passará a perceber a Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos - GDACE.



O valor do impacto orçamentário nos exercícios de 2025 e 2026 será pouco significativo, na medida em que poucos são os ocupantes de cargos efetivos supracitados, haja vista a longa ausência de concursos públicos para os referidos cargos.

Sendo assim, a presente Emenda tem por fulcro o aprimoramento da gestão das carreiras e cargos dos órgãos e entidades envolvidos, inclusive das estruturas remuneratórias, para tornar as carreiras e cargos mais atrativos, de forma a atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação, sempre com o intuito de aperfeiçoar a atividade do Estado, em favor do superior interesse público e do bem-estar da sociedade brasileira

Não se trata, portanto, de criar novos cargos, díspares dos já existentes, que restariam à margem da nova estrutura e que a contradiriam. Trata-se de reorganizar os já existentes na Estrutura Remuneratória Especial concedida aos cargos de provimento efetivo, de nível superior, Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela [Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), para fomentar o profissionalismo, a eficiência e a eficácia nas atividades administrativas, atualmente incentivada de forma precária e discricionária com a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE. Com a reorganização, a GSISTE passa a não ser o instrumento precário desse incentivo e a Administração passa a se orientar a um quadro permanente e qualificado nos órgãos setoriais dos sistemas de logística pública e pessoal civil.

Nesse ponto, é mister trazer à tona que, por meio do Termo de Acordo n.º 11/2012, firmado entre o Governo Federal, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e a Central Única dos Trabalhadores, referente ao processo de reestruturação e modernização das carreiras e planos de cargos nele relacionados, foi pactuada, vide Cláusula nona, item II, a “Racionalização de cargos, reestruturação e criação de carreiras”.

No mérito, a medida justifica-se pela urgente e oportuna necessidade de quadros qualificados em administração e gestão da coisa pública.

A Emenda proposta se fará necessária apenas a complementação dos vencimentos dos servidores que já atuam nas áreas de logística e pessoal



civil, sendo estes detentores de expertise e *know-how* para dar continuidade às demandas estratégicas de apoio às áreas finalísticas, não causando interrupção nas aplicações das políticas públicas atendidas, indiretamente, pelos servidores dos quatro cargos reorganizados.

A simples reorganização dos cargos de Administrador, Analista Técnico Administrativo, Contador e Técnico de Nível Superior para percepção da Estrutura Remuneratória Especial gerará: (a) a racionalização dos cargos; (b) a correção das grandes disparidades existentes nas políticas de pessoal; (c) o aproveitamento dos servidores concursados, de nível superior, que são qualificados e já atuam nas áreas administrativas comuns aos órgãos públicos federais, (d) a criação de uma política de contratualização de resultados institucionais, que reconheça o desempenho das equipes; e (e) a possibilidade de manutenção do capital intelectual atuante nas áreas e um melhor desenvolvimento das tarefas com uma nova motivação.

Logo, pelas razões expostas, sob os aspectos de coerência e compromisso, julgamos necessária alteração do projeto, no sentido do reorganizar os cargos atuais de Administrador, Analista Técnico-Administrativo, Contador e Técnico de Nível Superior na Estrutura Remuneratória Especial, nos moldes do inicialmente proposto para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo.

À luz do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares visando à aprovação desta emenda.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286**  
**00339**



CONGRESSO NACIONAL

Senador Dr. HIRAN

**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1, 2, 3 e 4 a seguir.

**Item 1** – Dê-se nova redação aos incisos II a IV do *caput* do art. 38-C, todos da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, como propostos pelo art. 108 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 38-C. ....**

**.....**

**II** – ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo **10** ou equivalente;

**III** – ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de cargo em comissão de nível equivalente ou superior a CCE-**10**; ou

**IV** – ser cedidos para o exercício de cargo de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargo em comissão de nível equivalente ou superior a CCE-**10** ou de cargo de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de Prefeitura de Capital estadual ou de Município com mais de **cem** mil habitantes.” (NR)

**Item 2** – Dê-se nova redação aos incisos II a IV do *caput* do art. 28-A, todos da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, como propostos pelo art. 111 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 28-A. ....**

**.....**



**II** – ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo - CCE ou de Função Comissionada Executiva -FCE de nível **10**, equivalente ou superior;

**III** – ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de cargo em comissão de nível equivalente ou superior a CCE **10**; ou

**IV** – ser cedidos para o exercício de cargo de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargo em comissão de nível equivalente ou superior a CCE **10** ou de cargo de dirigente máximo de entidade da administração pública indireta no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de Prefeitura de Capital estadual ou de Município com mais de **cem** mil habitantes.” (NR)

**Item 3** – Dê-se nova redação aos incisos II a IV do *caput* do art. 4º-E, todos da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, como propostos pelo art. 134 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 4º-E.** .....

**II** – ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo - CCE ou de Função Comissionada Executiva - FCE de nível mínimo **10** ou equivalente;

**III** – ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo **10** ou equivalente; ou

**IV** – ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível **10** ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de **cem** mil habitantes.” (NR)

**Item 4** – Dê-se aos incisos II a IV do *caput* do art. 182 e aos incisos II a IV do *caput* do art. 192 da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 182.** .....



**II** – ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo - CCE ou de Função Comissionada Executiva - FCE de nível mínimo **10** ou equivalente;

**III** – ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo **10** ou equivalente; ou

**IV** – ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível **10** ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de cem mil habitantes.”

“**Art. 192.** .....

.....

**II** – ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo - CCE ou de Função Comissionada Executiva - FCE de nível mínimo **10** ou equivalente;

**III** – ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo **10** ou equivalente; ou

**IV** – ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível **15** ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de **cem** mil habitantes.”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca equacionar a possibilidade de cessão de servidores das carreiras referidas na presente medida provisória, uma vez que os cargos e funções definidos como condição de cessão para órgãos e entidades do Poder Executivo e de outros Poderes da União, bem como para cargos em comissão no âmbito dos Estados, do DF e de prefeitura de capital ou de município com mais de 500 mil habitantes encontram-se em níveis delimitados demasiadamente altos.

É usual na Administração Pública das 3 esferas - municipal, distrital, estadual e federal a cessão de técnicos e gestores entre si como forma de conceder



efetividade à implementação de políticas públicas, principalmente para suprir de maneira célere deficiências funcionais e administrativas em órgãos e entidades dos poderes públicos.

Os níveis especificados na presente Medida Provisória praticamente inviabilizariam essa condição de efetividade, dada a expertise exercida pelos servidores alcançados pela presente Medida Provisória - Carreira de Especialista em Previdência Complementar, da Carreira de Analista Administrativo e da Carreira de Técnico Administrativo do PCCPREVIC, carreira de Infraestrutura de Transportes e da carreira de Analista Administrativo do DNIT, Carreira de Analista de Infraestrutura, Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico - ATDS e Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça e Defesa - ATJD.

Nestes termos, contamos com o apoio dos nossos pares para a aprovação da presente emenda.

#### Emenda

CCE-10/ FCE-10	5.734,58	3.440,75

MPV 1286\* Criação (art. 173~182) - **Art. 182** Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico - ATDS

#### II - Cessão no Poder Executivo CCE/FCE 13

CCE-13/ FCE-13	10.373,30	6.223,98

#### III - Cessão para Poderes LEG/JUD e IV - Cessão para Estados/DF

CCE-15/ FCE-15	13.623,39	8.174,03

\* Demais referências



1. **Art. 108** - Lei 12154/2009 PCCPREVIC Art. 38-C Especialista em Previdência Complementar, da Carreira de Analista Administrativo e da Carreira de Técnico Administrativo do PCCPREVIC
2. **Art. 111** - Lei 11171/2005 DNIT Art. 28-A. Observado o disposto no art. 28, os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes da carreira de Infraestrutura de Transportes e da carreira de Analista Administrativo do DNIT
3. **Art. 134** - Lei 11539/2007 Art. 4º-E Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes da Carreira de Analista de Infraestrutura
4. **Art. 192** Criação (art. 183~192) - Art. 192 Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça e Defesa – ATJD

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Dr. Hiran**





**MPV 1286  
00340**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 12-B da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 12-B.** Fica garantido a todos os servidores, ativos ou inativos, o reconhecimento dos saberes não instituídos, resultantes da sua atuação profissional, independentemente do grau de titulação:

§ 1º O reconhecimento de saberes não instituídos ou quaisquer benefícios congêneres, vinculados ou não ao incentivo à qualificação, serão estendidos a todos os níveis de titulação, inclusive ao portador de título de doutor.

§ 2º Para a instituição de quaisquer benefícios descritos no parágrafo anterior, considerar-se-á a complexidade entre os graus de titulação, sendo devido ao grau de maior titulação uma retribuição proporcionalmente superior aos demais.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo valorizar a qualificação e a capacitação profissional dos servidores, assegurando, de forma isonômica, o reconhecimento de seus saberes e competências adquiridos ao longo de sua atuação profissional, independentemente do grau acadêmico, da natureza do conhecimento ou da condição de servidor ativo ou inativo.

A proposta tem amparo nos princípios e diretrizes da própria Lei nº 11.091/2005, que rege o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), e em seu art. 3º, inciso IV, prevê que sejam reconhecidos os

\*CD258773681000\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258773681000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



saberes não instituídos resultantes da atuação profissional no desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão:

Art. 3º - A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará os seguintes princípios e diretrizes:

(...)IV - Reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão (BRASIL, 2005).

Ademais, a proposta está em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, igualdade, moralidade, proporcionalidade e eficiência, garantindo tratamento equitativo aos servidores.

Importante ressaltar que a presente proposta não gera impacto financeiro adicional, uma vez que apenas formaliza um direito dos servidores de terem reconhecidos os conhecimentos adquiridos em sua trajetória profissional.

Por fim, esta emenda visa fortalecer a atuação das Instituições Federais de Ensino Superior, garantindo que, no campo acadêmico e científico, todos os profissionais possam continuar contribuindo para a produção de conhecimento e a formação de novos profissionais, promovendo avanços na educação, inovação, economia e progresso do país.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
**(PT - MG)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258773681000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



\*CD258773681000\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00341**

CONGRESSO NACIONAL

Dar-se nova redação a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, nos termos a seguir:

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Dar-se nova redação a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, nos termos a seguir: Art. 1º Fica criada a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, composta pelos cargos de Gestor Ambiental, Gestor Administrativo, Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo, abrangendo os cargos de pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. § 1º Os atuais cargos de provimento efetivo integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o *caput* passam a denominar-se cargos de Gestor Ambiental e Gestor Administrativo do Ministério do Meio Ambiente - MMA e Auditor Ambiental Federal, Analista Administrativo, Fiscal Federal Ambiental e Auxiliar Administrativo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, na proporção a ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita. §3º - Os cargos de nível auxiliar alcançados pelo disposto no § 1º que estejam vagos poderão ser transformados em cargos de Auditor Ambiental Federal, quando integrantes do quadro de pessoal do Ibama, e extintos, se pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério do Meio Ambiente. § 6º - A Carreira de que trata o art. 1º é típica de estado. Art. 1º-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, o cargo de Analista Ambiental passa a ser denominado de Auditor Ambiental Federal e os cargos de Técnico Administrativo e Técnico Ambiental passam a ser transformados em Fiscal Federal Ambiental. Art. 4º São atribuições dos ocupantes do cargo de Auditor-Ambiental Federal o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas nacionais de meio ambiente formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionam com as seguintes atividades: Art. 6º- São atribuições do Fiscal Federal Ambiental; I - Lavrar o auto de infração e instaurar o processo administrativo; II - Analisar o suporte fático das infrações ambientais e aplicar as sanções administrativas cabíveis; III - Aplicar medidas cautelares (RN); IV - Execução de coleta, seleção e tratamento de dados; V - Orientação e controle de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258019855800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Cristina



processos voltados às áreas de conservação, pesquisa, proteção e defesa ambiental; VI – Execução de atividades administrativas decorrentes da aplicação das sanções do poder de polícia ambiental. Art. 7. Revogado Art. 9º - Os concursos para os cargos de Gestor Administrativo, Analista Administrativo ser específico, de acordo com o interesse da administração, por especialidade profissional. Art.

11.....

§2º.....

I – diploma de graduação em nível superior ou habilitação legal equivalente, para os cargos de Gestor Ambiental, Auditor Ambiental Federal

II.....

III – certificado de conclusão de nível médio para o cargo de Fiscal Federal Ambiental. IV - revogado §4- Somente em caso de novos concursos, poderá ser exigido nível superior nos editais para provimento de cargos de Fiscal Federal Ambiental.”

## JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa promover a adequação dos cargos de Analista Ambiental em Auditor Ambiental Federal e os cargos de Técnico Administrativo e Técnico Ambiental em Fiscal Federal Ambiental no âmbito da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, Lei 10.410 de 11 de janeiro de 2002.

A proposta de modificação da nomenclatura do cargo decorre da necessidade de conferir maior clareza e alinhamento às funções efetivamente desempenhadas pelos profissionais que atuam na regulação, controle, fiscalização e auditoria ambiental. Atualmente, o art. 70 §1º da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 admite que qualquer servidor integrante de entidades que fazem parte do SISNAMA possam exercer a atividade de fiscalização.

Tanto o IBAMA quanto o ICMBio possuem servidores Técnicos atuando na atividade de fiscalização. Portanto, os ocupantes desses cargos de Técnicos e de Analistas são os responsáveis por efetivar o cumprimento da legislação ambiental, por meio do exercício do poder de polícia conferido na Lei nº 7.735/89 e Lei 9.605/98, verificando a regularidade de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras, conduzindo ações de fiscalização e auditoria, exigindo a adoção de medidas corretivas quando identificadas inconformidades e, se necessário, aplicando sanções administrativas, com vistas a garantir a preservação dos recursos e a sustentabilidade das atividades produtivas.

A lei 10. 410, de 11 de janeiro, em seu art. 2º já traz a redação vigente, expressamente as atividades afetas à regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria, portanto a mudança para Auditor-Fiscal Ambiental Federal, visa conferir maior clareza sobre as atribuições exercidas, evidenciando

\*CD258019855800\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258019855800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Cristina



a competência fiscalizatória e de auditoria necessária ao efetivo cumprimento das normas ambientais e o monitoramento de atividades potencialmente poluidoras, uma vez que denominação atual “Analista Ambiental” não traduz o caráter fiscal e de controle embutido no rol de responsabilidades do cargo.

Essa iniciativa se harmoniza com outras mudanças realizadas no âmbito federal que objetivam aproximar a nomenclatura dos cargos de suas funções concretas de auditoria e do fiscal ambiental na execução das atividades de fiscalização.

Importa esclarecer ainda que a mudança de nomenclatura desses cargos não acarreta despesa orçamentaria nem implica mudanças estruturais na carreira de meio ambiente. Não se cria atribuições novas para o Auditor Ambiental Federal porque isso o Analista Ambiental já desempenha. Os servidores Técnico Administrativo e Técnico Ambiental também já desempenham a função do poder de polícia ambiental, pois são designados como autoridade competente para lavrar o auto de infração e instaurar o processo administrativo nos termos do art. 70 §1º da Lei 9.605/98 e essa função precisa ser sistematizada como uma atribuição na carreira com um cargo específico.

A transformação dos cargo de Técnico Administrativo e do Técnico Ambiental para Fiscal Federal Ambiental é mais do que justificável, pois esses servidores já atuam há muito tempo nessa atividade, mesmo antes da criação do IBAMA, e eles têm o devido conhecimento com experiência na execução dessa função além do que, e mesmo com exigência de nível médio, foram impelidos a se qualificarem no decorrer dos anos e cursar banco de faculdade para adquirir o nível superior, pós graduação, ou mestrado ou doutorado e até mesmo PhD, e a alteração legislativa não visa alterar o grau de instrução desses servidores, todavia, para os próximos concursos é importante que a administração público começa a exigir novo grau de instrução para provimento originário.

### **Reconhecimento da Carreira Típica de Estado**

A Constituição Federal estabelece que carreiras que exercem poder de polícia administrativa e desempenham funções estratégicas para o interesse público devem ser reconhecidas como típicas de Estado.

A Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) atende plenamente a esses critérios, pois:

- Atua na formulação, implementação e fiscalização de políticas ambientais essenciais para o cumprimento do art. 225 da CF;
- Exerce poder de polícia administrativa, aplicando sanções e fiscalizando atividades potencialmente danosas ao meio ambiente;

\*CD258019855800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258019855800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Cristina



- Desempenha funções exclusivas do Estado, como licenciamento, monitoramento, controle ambiental e conservação da biodiversidade.

O reconhecimento da CEMA como carreira típica de Estado confere maior estabilidade institucional, impede ingerências indevidas e garante a continuidade das políticas públicas ambientais, resguardando a segurança jurídica e a eficiência administrativa.

Diante do exposto, a aprovação desta emenda é imprescindível para modernizar a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, garantindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e valorização profissional no serviço público federal.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Silvia Cristina**  
**(PP - RO)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258019855800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Silvia Cristina



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258019855800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Cristina



**MPV 1286**  
**00342**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se inciso IX ao *caput* do art. 1º e Capítulos LV-1 a LV-3 antes do art. 145 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 1º** .....

.....

**IX** – cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça, a Defesa, o **Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública** e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.’ (NR)”

**“CAPÍTULO LV-1**

DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA E DEFESA  
E DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

**Art. 0.** Fica estruturado, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de provimento efetivo, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**§ 1º** A implementação do Plano de Cargos far-se-á mediante transformação dos atuais cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECPF e do Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal - PECPRF, do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**§ 2º** Os cargos do Plano de Cargos de que trata o caput deste artigo estão estruturados em classes e padrões, na forma do Anexo CCCIX-A.

**§ 3º** Os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, poderão optar pelo Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma do



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253867652700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi

ExEdit  
\* C D 2 5 3 8 6 7 6 5 2 7 0 0 \*





Termo de Opção constante do Anexo **CCCIX-B** desta Medida Provisória, a ser formalizado no prazo de noventa dias, situação na qual deixarão de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.

**Art. 0-1.** Os servidores titulares dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar de que tratam as Leis nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, nº 10.682, de 28 de maio de 2003 e nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005 do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, serão enquadrados no Plano de Cargos, mantidas as denominações e as atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa.

**§ 1º** É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.

**§ 2º** O enquadramento dos servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput no Plano de Cargos dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação desta Medida Provisória, na forma do Anexo **CCCIX-C**.

**§ 3º** Os servidores que formalizarem a opção referida no § 2º deste artigo permanecerão nos planos em que se encontrarem na data de publicação desta Medida Provisória, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**§ 4º** O disposto neste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

**§ 5º** Os cargos de níveis superior e intermediário que se refere o caput deste artigo que se encontrem vagos e aqueles que vierem a vagar serão transformados em cargos do Plano de Cargos de que trata o art. 192-A, respectivamente, observado o nível de escolaridade.

**§ 6º** Os efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o caput aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas, a partir da vigência desta Medida Provisória, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253867652700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



**Art. 0-2.** É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ressalvados os casos amparados em legislação específica.”

#### “CAPÍTULO LV-2

##### DO INGRESSO

**Art. 0-3.** O ingresso no Plano de Cargos de que trata o art. 1º dar-se-á por meio de aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos.

**§ 1º** O ingresso no Plano de Cargos de que trata o caput dar-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.

**§ 2º** São requisitos para ingresso no Plano de Cargos diploma de conclusão em curso de nível superior ou intermediário de acordo com o nível de escolaridade do cargo, dentre outros a serem estabelecidos em regulamento, e em edital.

**§ 3º** O edital definirá as características de cada etapa do concurso público, a formação especializada, bem como os critérios eliminatórios e classificatórios.

**§ 4º** A comprovação dos requisitos de escolaridade previstos neste artigo será feita quando da convocação para a posse, decorrente da aprovação em concurso público, sendo eliminado o candidato que deixar de apresentar o correspondente documento comprobatório.”

#### “CAPÍTULO LV-3

##### DO DESENVOLVIMENTO

**Art. 0-4.** Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional, bem como os requisitos, condições e procedimentos específicos para fins de progressão e promoção serão estabelecidos em regulamento.

**Art. 0-5.** O desenvolvimento do servidor nos cargos do Plano de Cargos ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

**Parágrafo único.** Para fins desta Medida Provisória, progressão funcional é a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior dentro de uma mesma classe e promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior.”

\*CD253867652700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253867652700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do

\*CD253867652700\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253867652700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao logo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253867652700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



\* CD 253867652700 \*  
ExEdit



Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253867652700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi

\* CD 253867652700 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00343**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, antes do art. 145 da Medida Provisória, o seguinte  
Capítulo LV-1:

**“CAPÍTULO LV-1**  
da remuneração

**Art. 0.** Para fins de incorporação da GDAJUSP aos proventos da aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

**I** – aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, quando percebida a gratificação por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses;

**II** – aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, aplica-se o valor equivalente a 50 (cinquenta) pontos, quando percebida a gratificação por período inferior a 60 (sessenta) meses;

**III** – aos beneficiários de pensão amparados pelo art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e pelo parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplica-se o disposto nos incisos I e II, conforme interstício cumprido pelo instituidor; e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258067976700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



**IV** – aos demais servidores e pensionistas aplica-se o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, conforme o regramento previdenciário aplicável.

**Art. 0-1.** A GEAJUSP integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

**Art. 0-2.** Os servidores integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, quando lotados na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal, farão jus à concessão e ao pagamento da indenização em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258067976700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi





políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258067976700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



\*CD258067976700\*  
ExEdit





precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao logo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258067976700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



**MPV 1286  
00344**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, antes do art. 145 da Medida Provisória, o seguinte  
Capítulo LV-1:

**“CAPÍTULO LV-1**  
da remuneração

**Art. 0.** A remuneração dos servidores integrantes do Plano de Cargos  
será composta pelas seguintes parcelas:

**I** – Vencimento Básico, conforme os valores estabelecidos no Anexo  
CCCIX-D;

**II** – Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança  
Pública com Cidadania – GDAJUSP, conforme definido no art. 192-I.

**Art. 0-1.** Fica instituída a Gratificação Específica de Atividades  
Auxiliares de Justiça com Cidadania - GEAJUSP, devida aos ocupantes dos cargos  
de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao Plano de Cargos.

**Parágrafo único.** Os valores da GEAJUSP são os estabelecidos no  
Anexo CCCIX-E, a partir da data nele especificada.

**Art. 0-2.** Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade  
de Justiça e Segurança Pública com Cidadania – GDAJUSP, devida aos titulares  
de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar,  
regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando em efetivo exercício  
no Ministério da Justiça e Segurança Pública, enquanto permanecerem nesta  
condição.

**§ 1º** A GDAJUSP não poderá ser paga cumulativamente com  
quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade,  
independentemente da sua denominação ou base de cálculo.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252600437200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



§ 2º É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GDAJUSP.

**Art. 0-3.** A GDAJUSP será atribuída em função do alcance de metas de desempenho individual e do alcance de metas de desempenho institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 1º A avaliação de desempenho individual aferirá o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo para o alcance das metas de desempenho institucional.

§ 2º A avaliação de desempenho institucional aferirá o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

§ 3º A GDAJUSP será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CCCIX-F.

§ 4º A pontuação referente à GDAJUSP será assim distribuída:

I – até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II – até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 5º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAJUSP.

§ 6º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAJUSP serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, observada a legislação vigente.

§ 7º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas anualmente em ato do Ministro de Estado.

§ 8º Os valores a serem pagos a título de GDAJUSP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo VI, observada a base e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252600437200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



§ 9º Até a edição dos atos a que se referem os §§ 6º e 7º deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores, em exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, farão jus à percepção da GDAJUSP em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

§ 10. O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6º deste artigo, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos

\*CD252600437200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252600437200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova

\*CD252600437200\*  
eEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252600437200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao longo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252600437200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



**MPV 1286  
00345**

Gabinete da Senadora Leila Barros

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996 A Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 12-A.** O servidor da Polícia Civil morto em objeto de serviço, reconhecida essa circunstância pelo Conselho Superior de Polícia, será promovido “post mortem”, para a classe imediatamente superior.

**Parágrafo único.** Na hipótese deste artigo, se por ocasião da morte o servidor já estivesse na última classe do cargo, a pensão respectiva terá por base a remuneração correspondente, acrescida da diferença entre a mesma e a da classe imediatamente anterior.’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva estabelecer política de reconhecimento público, homenagem, e, acima de tudo, de proteção à família do policial morto em atividade.

Cabe destacar que tal medida não se revela inédita, encontrando guarita em estatutos castrenses e policiais da maior parte das unidades da federação, razão pela qual se revela justa e isonômica para com os policiais civis do Distrito Federal.



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senadora Leila Barros**  
**(PDT - DF)**





**MPV 1286**  
**00346**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, incluindo o § 6º, do Art. 10-B, da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

“Art. 10-B. ....

.....

.....

§ 6º No cumprimento dos critérios estabelecidos no § 3º é permitido o somatório de carga horária de ações de desenvolvimento realizadas pelo servidor, bem como o somatório de carga horária de certificados de ações de desenvolvimento que excedam à exigência de aceleração da progressão por capacitação anteriormente realizada.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta de emenda fundamenta-se na evolução do perfil das ações de capacitação, impulsionada pelas inovações tecnológicas e pelas novas metodologias de ensino. Atualmente, os conteúdos são mais objetivos, dinâmicos, interativos e alinhados às necessidades de aprendizado moderno, o que permite que sejam transmitidos de forma completa e didática em cargas horárias menores.

\*CD254909814800\*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254909814800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



Exemplos disso podem ser observados no catálogo de cursos da ENAP, que oferece ações de capacitação com cargas horárias mais curtas, sem prejuízo da qualidade ou da profundidade do conteúdo.

Dessa forma, a flexibilização proposta permite que os servidores aproveitem ao máximo as oportunidades de capacitação disponíveis, independentemente da carga horária de cada ação. Isso porque a medida reconhece que a limitação de um mínimo de 20 horas para o somatório de carga horária não se alinha mais à realidade das ações de capacitação atuais. Com o avanço das tecnologias educacionais e a adoção de metodologias mais eficientes, é possível alcançar os objetivos de aprendizagem em menos tempo, sem comprometer a qualidade do desenvolvimento profissional.

Ao permitir o somatório de cargas horárias menores, a medida valoriza o esforço contínuo dos servidores em se capacitar, reconhecendo que o aprendizado acumulado em diversas ações, mesmo que de curta duração, contribui significativamente para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais ao desempenho de suas funções. Além disso, a alteração está em consonância com o Termo de Acordo SRT/MGI 11/2024, que prevê a modernização e a adaptação das normas às necessidades atuais dos servidores e das instituições.

A alteração proposta também reforça o compromisso com a modernização da administração pública, ao adaptar as normas às práticas educacionais contemporâneas. Para tanto, a medida reconhece que o aprendizado efetivo não está necessariamente vinculado à duração das ações, mas sim à qualidade e à aplicabilidade dos conteúdos. Isso permite que os servidores tenham acesso a uma variedade maior de oportunidades de capacitação.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254909814800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



Por fim, é importante destacar que a alteração não gera impacto orçamentário, uma vez que não implica em mudanças estruturais ou financeiras. Trata-se de uma revisão normativa que visa garantir maior flexibilidade e eficiência na capacitação dos servidores, alinhando-se aos princípios de modernização e valorização do serviço público.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Fernanda Melchionna**  
(PSOL - RS)

**Deputada Sâmia Bomfim**  
(PSOL - SP)

**Deputado Glauber Braga**  
(PSOL - RJ)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254909814800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Da Sra. Fernanda Melchionna)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, incluindo o § 6º, do Art. 10-B, da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

“ A r t . 1 0 - B .

.....  
..... § 6º No cumprimento dos critérios estabelecidos no § 3º é permitido o somatório de carga horária de ações de desenvolvimento realizadas pelo servidor, bem como o somatório de carga horária de certificados de ações de desenvolvimento que excedam à exigência de aceleração da progressão por capacitação anteriormente realizada.”

Assinaram eletronicamente o documento CD254909814800, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254909814800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



**MPV 1286**  
**00347**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando os incisos I e III do Art. 18 da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

“Art. 18. ....

.....

I - unificação e transformação de cargos de mesma natureza, complexidade e similaridade.

II - .....

III - posicionamento do servidor ocupante dos cargos unificados ou transformados em nível de classificação, padrão de vencimento básico do cargo de destino, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Os cargos da Administração Pública, incluídos os que integram o PCCTAE (Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005), vêm sofrendo efeitos da evolução histórica, mudanças no mundo do trabalho e na

ExEdit  
\*CD259252754500\*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259252754500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



realidade social, novas formas de gestão e informatização decorrentes do desenvolvimento tecnológico.

É necessário que a Administração Pública apresente soluções para atualizar seu quadro de cargos com o aproveitamento dos atuais servidores às demandas da realidade atual. Entendemos que alterações que acompanhem as transformações do mundo do trabalho, a natureza e atribuições essenciais dos cargos são juridicamente permitidas e não violam a exigência de concurso público.

Além disso, a presente emenda é derivada do Termo de Acordo nº 11/2024 SRT/MGI. A inclusão do texto proposto com as alterações da Lei nº 11091/2005, nos incisos I e III, é fundamental para sustentar o processo de racionalização constante da Cláusula 13, alínea E do referido acordo.

A possibilidade de transformar cargos, respeitados os limites constitucionais, permitirá o aproveitamento dos servidores sem aumento de despesas, ou seja, sem impacto financeiro para Medida Provisória.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Fernanda Melchionna**  
(PSOL - RS)

**Deputada Sâmia Bomfim**  
(PSOL - SP)

**Deputado Glauber Braga**  
(PSOL - RJ)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259252754500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Da Sra. Fernanda Melchionna)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando os incisos I e III do Art. 18 da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

“ A r t . 1 8 .

.....

.....

I - unificação e transformação de cargos de mesma natureza, complexidade e similaridade.

I I -

.....

.....

III - posicionamento do servidor ocupante dos cargos unificados ou transformados em nível de classificação, padrão de vencimento básico do cargo de destino, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.”

Assinaram eletronicamente o documento CD259252754500, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259252754500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



**MPV 1286  
00348**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o § 8º do Art. 10, a Lei 11091/2005, com a seguinte redação:

“Art. 10.....

.....

§ 8º O ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente medida visa permitir ao ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação o direito de afastamento de suas funções para participar de programas de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, conforme o previsto para os docentes na Lei 12.772/2012. Como as Instituições Federais de Ensino (IFEs) têm como missão promover o ensino, a pesquisa, a extensão, a inovação, a gestão e a assistência especializada, que são atividades que demandam a contribuição qualificada de todos os

ExEdit  
\*CD257941556200\*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257941556200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros





servidores, garantir também aos técnico-administrativos o direito de aprimorar sua formação em nível de pós-graduação ou pós-doutorado é dar um tratamento isonômico entre os servidores docentes e técnico-administrativos em educação, para que possam desempenhar suas funções com maior expertise, alinhando-se às demandas cada vez mais complexas das IFEs.

Dessa forma, a proposta reconhece que os servidores técnico-administrativos são peças-chave no funcionamento das IFEs, atuando diretamente na gestão, suporte e operacionalização das atividades acadêmicas e administrativas. Além disso, do ponto de vista institucional, a medida traz benefícios significativos para as IFEs, uma vez que profissionais mais qualificados e atualizados são capazes de contribuir de forma mais efetiva para o cumprimento das metas e objetivos das instituições. Assim, essa mudança não apenas fortalece a coesão interna das instituições, mas também contribui para a construção de um ambiente de trabalho mais colaborativo e produtivo.

Por fim, é importante destacar que a alteração proposta não gera impacto orçamentário, uma vez que não implica em mudanças estruturais ou financeiras imediatas. Trata-se de uma revisão normativa que visa garantir igualdade de oportunidades e reconhecimento ao trabalho dos técnico-administrativos, alinhando-se aos princípios constitucionais de valorização do serviço público e do direito à educação. Ao permitir que esses profissionais se dediquem à sua formação sem prejuízo de seus direitos, a medida reforça o compromisso das IFEs com a excelência acadêmica e com o desenvolvimento sustentável da educação superior no Brasil, garantindo que todos os servidores possam contribuir de forma mais qualificada e eficiente para o sucesso das instituições.

\*CD257941556200\*  
Edit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257941556200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Fernanda Melchionna**  
**(PSOL - RS)**

**Deputada Sâmia Bomfim**  
**(PSOL - SP)**

**Deputado Glauber Braga**  
**(PSOL - RJ)**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257941556200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Da Sra. Fernanda Melchionna)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o § 8º do Art. 10, a Lei 11091/2005, com a seguinte redação:

“ A r t .  
10.....

.....

.....

.....

§ 8º O ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição.”

Assinaram eletronicamente o documento CD257941556200, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257941556200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



**MPV 1286  
00349**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131,  
alterando o Art. 10, § 6º da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

“Art. 10.....

.....

§ 6º A conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular ou especial, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo ou ambiente organizacional do servidor, em cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser utilizada como certificação em Programa de Capacitação para fins de aceleração da progressão por capacitação, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta reconhece que as Instituições federais de ensino (IFEs) possuem um acervo acadêmico diversificado capaz de atender às demandas de capacitação dos servidores de forma direta e eficiente. Ao utilizar disciplinas isoladas de cursos reconhecidos pelo MEC, os servidores da educação podem adquirir conhecimentos



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256665938200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



específicos e atualizados que têm aplicação imediata em suas funções, contribuindo para a melhoria do desempenho individual e coletivo.

Além disso, a presente proposta não apenas beneficia os servidores, mas também fortalece as IFEs, que passam a contar com profissionais mais qualificados e atualizados, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos da educação superior. Ao permitir que os servidores aproveitem disciplinas isoladas de cursos reconhecidos pelo MEC, a medida promove uma capacitação mais acessível e direcionada, fortalecendo as IFEs e garantindo que seus profissionais estejam sempre preparados para contribuir de forma qualificada e eficiente para o sucesso das instituições.

Por outro lado, a medida contribui com o cumprimento dos princípios de eficiência e economicidade na gestão pública, uma vez que aproveita os recursos já existentes nas IFEs para promover a capacitação dos servidores. Ao permitir que os servidores aproveitem disciplinas isoladas de cursos reconhecidos pelo MEC, a medida promove uma capacitação mais acessível e direcionada, fortalecendo as IFEs.

Por fim, é importante destacar que a alteração proposta não gera impacto orçamentário, uma vez que não implica em mudanças estruturais ou financeiras imediatas. Ao invés de criar novos programas ou custear cursos externos, a proposta utiliza a estrutura acadêmica das próprias instituições, o que reduz custos e otimiza o uso de recursos humanos e materiais.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256665938200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Fernanda Melchionna**  
**(PSOL - RS)**

**Deputada Sâmia Bomfim**  
**(PSOL - SP)**

**Deputado Glauber Braga**  
**(PSOL - RJ)**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256665938200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



\* CD 256665938200 \*  
eXEdit





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Da Sra. Fernanda Melchionna)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o Art. 10, § 6º da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

“ A r t .  
10.....

....

§ 6º A conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular ou especial, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo ou ambiente organizacional do servidor, em cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser utilizada como certificação em Programa de Capacitação para fins de aceleração da progressão por capacitação, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

Assinaram eletronicamente o documento CD256665938200, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256665938200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



**MPV 1286  
00350**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o Art. 12-B, da Lei 11.091/2005 com a seguinte redação:

“Art. 12-B A partir de 1º de abril de 2026, fica instituído, aos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-TAE), com regulamento proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único O Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC é o instrumento de reconhecimento dos conhecimentos e habilidades de todos os integrantes do Plano de Carreira, independentemente do nível de escolaridade, resultante da atuação profissional na dinâmica do ensino, pesquisa, extensão, gestão, inovação e assistência especializada, nos termos do inciso IV, Art. 3º desta Lei.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta atende a Cláusula Quarta do Termo de Acordo nº 11/2024 SRT/MGI, que cria o instituto do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências), estabelecido nos seguintes termos:



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256149317900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros





“Cláusula quarta – O Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC será implantado para a carreira dos Técnico-Administrativos em Educação a contar de abril de 2026 e será instituído Grupo de Trabalho coordenado pela CNS/MEC, com a participação das entidades sindicais representativas da categoria e representantes do Governo, para sua regulamentação, no prazo de até 180 dias, a partir da assinatura do presente Termo.”

A emenda em questão visa garantir que o processo de implementação do RSC ocorra de forma estruturada e dentro dos prazos acordados, respeitando as diretrizes estabelecidas no Termo de Acordo e assegurando a transparência e a legalidade do processo.

A aprovação da emenda é essencial para viabilizar a elaboração dos cálculos de impacto financeiro necessários à inclusão do RSC na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026. Como a implantação do RSC está prevista para abril de 2026, a medida não gerará impactos financeiros em 2025, o que permite um planejamento orçamentário adequado e responsável. Dessa forma, a emenda assegura que os recursos necessários para a implementação do RSC sejam devidamente previstos e alocados, sem comprometer o equilíbrio fiscal no exercício anterior. Assim, a medida também demonstra o respeito aos prazos e acordos estabelecidos, fortalecendo a credibilidade das instituições envolvidas no processo.

Por fim, a aprovação da emenda é um passo fundamental para a consolidação do RSC, garantindo que sua implantação ocorra de forma planejada e alinhada às diretrizes orçamentárias e fiscais. Ao não gerar impactos financeiros em 2025, a medida permite que o governo organize

\*CD256149317900\*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256149317900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



suas prioridades e recursos de forma estratégica, sem comprometer outras áreas essenciais.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Fernanda Melchionna**  
(PSOL - RS)

**Deputada Sâmia Bomfim**  
(PSOL - SP)

**Deputado Glauber Braga**  
(PSOL - RJ)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256149317900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



\*CD256149317900\*  
ExEdit





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Da Sra. Fernanda Melchionna)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o Art. 12-B, da Lei 11.091/2005 com a seguinte redação:

“Art. 12-B A partir de 1º de abril de 2026, fica instituído, aos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-TAE), com regulamento proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único O Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC é o instrumento de reconhecimento dos conhecimentos e habilidades de todos os integrantes do Plano de Carreira, independentemente do nível de escolaridade, resultante da atuação profissional na dinâmica do ensino, pesquisa, extensão, gestão, inovação e assistência especializada, nos termos do inciso IV, Art. 3º desta Lei.”

Assinaram eletronicamente o documento CD256149317900, nesta ordem:



1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - Fdr PSOL-REDE

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256149317900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



## 2 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256149317900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna e outros



**MPV 1286**  
**00351**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

**Item 1** – Dê-se nova redação ao inciso I do *caput* do art. 1º; e acrescentem-se arts. 192-1 a 192-3 ao Capítulo LXXII e Capítulos LXXII-1 a LXXII-4 antes do Capítulo LXXIII da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º .....**

**I** – – cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça, a Defesa, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.’ (NR) cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários;

**.....”**

**“Art. 192-1.** Fica estruturado, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de provimento efetivo, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. § 1º A implementação do Plano de Cargos far-se-á mediante transformação dos atuais cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECPF e do Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal - PECPRF, do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública. § 2º Os cargos do Plano de Cargos de que trata o *caput* deste artigo estão estruturados em classes e padrões, na forma do Anexo



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



**CCCIX-A.** § 3º Os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, poderão optar pelo Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma do Termo de Opção constante do Anexo **CCCIX-B** desta Medida Provisória, a ser formalizado no prazo de noventa dias, situação na qual deixarão de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.”

“**Art. 192-2.** Os servidores titulares dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar de que tratam as Leis nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, nº 10.682, de 28 de maio de 2003 e nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005 do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, serão enquadrados no Plano de Cargos, mantidas as denominações e as atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa. § 1º É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo. § 2º O enquadramento dos servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput no Plano de Cargos dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação desta Medida Provisória, na forma do Anexo **CCCIX-C**. § 3º Os servidores que formalizarem a opção referida no § 2º deste artigo permanecerão nos planos em que se encontrarem na data de publicação desta Medida Provisória, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública. § 4º O disposto neste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares. § 5º Os cargos de níveis superior e intermediário que se refere o caput deste artigo que se encontrem vagos

\*CD259646201800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



e aqueles que vierem a vagar serão transformados em cargos do Plano de Cargos de que trata o art. 192-A, respectivamente, observado o nível de escolaridade. § 6º Os efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o caput aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas, a partir da vigência desta Medida Provisória, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.”

“**Art. 192-3..** É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ressalvados os casos amparados em legislação específica.”

## “CAPÍTULO LXXII-1

### DO INGRESSO

**Art. 192-4.** O ingresso no Plano de Cargos de que trata o art. 1º dar-se-á por meio de aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos. § 1º O ingresso no Plano de Cargos de que trata o caput dar-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo. § 2º São requisitos para ingresso no Plano de Cargos diploma de conclusão em curso de nível superior ou intermediário de acordo com o nível de escolaridade do cargo, dentre outros a serem estabelecidos em regulamento, e em edital. § 3º O edital definirá as características de cada etapa do concurso público, a formação especializada, bem como os critérios eliminatórios e classificatórios. § 4º A comprovação dos requisitos de escolaridade previstos neste artigo será feita quando da convocação para a posse, decorrente da aprovação em concurso público,

\*CD259646201800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



sendo eliminado o candidato que deixar de apresentar o correspondente documento comprobatório.”

### “CAPÍTULO LXXII-2

#### DO DESENVOLVIMENTO

**Art. 192-5.** Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional, bem como os requisitos, condições e procedimentos específicos para fins de progressão e promoção serão estabelecidos em regulamento.

**Art. 192-6.** O desenvolvimento do servidor nos cargos do Plano de Cargos ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Parágrafo único. Para fins desta Medida Provisória, progressão funcional é a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior dentro de uma mesma classe e promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior.”

### “CAPÍTULO LXXII-3

#### DA REMUNERAÇÃO

**Art. 192-7.** A remuneração dos servidores integrantes do Plano de Cargos será composta pelas seguintes parcelas: I - Vencimento Básico, conforme os valores estabelecidos no Anexo CCCIX-D; II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania – GDAJUSP, conforme definido no art. 192-I;

**Art. 192-8.** Fica instituída a Gratificação Específica de Atividades Auxiliares de Justiça com Cidadania - GEAJUSP, devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao Plano de Cargos. Parágrafo único. Os valores da GEAJUSP são os estabelecidos no Anexo CCCIX-E, a partir da data nele especificada.

\*CD259646201800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella





**Art. 192-9.** Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania – GDAJUSP, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando em efetivo exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, enquanto permanecerem nesta condição. § 1º A GDAJUSP não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. § 2º É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GDAJUSP.

**Art. 192-10º** A GDAJUSP será atribuída em função do alcance de metas de desempenho individual e do alcance de metas de desempenho institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública. § 1º A avaliação de desempenho individual aferirá o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo para o alcance das metas de desempenho institucional. § 2º A avaliação de desempenho institucional aferirá o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas. § 3º A GDAJUSP será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CCCIX-F. § 4º A pontuação referente à GDAJUSP será assim distribuída: I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional. § 5º Ato do Poder

\*CD259646201800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAJUSP. § 6º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAJUSP serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, observada a legislação vigente. § 7º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas anualmente em ato do Ministro de Estado. § 8º Os valores a serem pagos a título de GDAJUSP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo VI, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor. § 9º Até a edição dos atos a que se referem os §§ 6º e 7º deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores, em exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, farão jus à percepção da GDAJUSP em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. § 10. O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6º deste artigo, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

**Art. 192-11.** Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Cargos quando não se encontrarem em exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação somente farão jus à GDAJUSP quando: I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDAJUSP calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no respectivo órgão de lotação; e II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput deste artigo e investidos em cargo de Natureza

\*CD259646201800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



Especial, de provimento em Cargo Comissionado Executivo CCE de 1.13 a 1.17, ou equivalentes, e perceberão a GDAJUSP calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

**Art. 192-12.** Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAJUSP correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno. Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

**Art. 192-13.** Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão a outro órgão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAJUSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

**Art. 192-14.** O titular de cargo efetivo, quando investido em cargo em comissão de Natureza Especial - NE ou Cargo Comissionado Executivo de 1.13 a 1.17 ou equivalentes, perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somada ao resultado da avaliação institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública no período. Parágrafo único. Ocorrendo exoneração de cargo em comissão referido no caput, com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDAJUSP continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

\*CD259646201800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



**Art. 192-15.** O servidor beneficiário da GDAJUSP que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Parágrafo único. O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da análise de adequação funcional, identificará as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e adotará as medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

**Art. 192-16.** A GDAJUSP integrará os proventos de aposentadoria quando percebida há pelo menos 60 (sessenta) meses ininterruptos. § 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, o valor a ser incorporado aos proventos da aposentadoria será calculado pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor a título de GDAJUSP nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria. § 2º A parcela incorporada aos proventos da aposentadoria com base no disposto no caput deste artigo não poderá ser percebida cumulativamente com outra parcela incorporada de gratificação de desempenho, de atividade ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo, facultado o direito de opção pela incorporação aos proventos da parcela mais vantajosa. § 3º Os proventos da aposentadoria de servidor que não completou 60 (sessenta) meses ininterruptos da percepção da GDAJUSP serão calculados considerando a gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que fazia jus o servidor em decorrência do exercício das atribuições do respectivo cargo efetivo, considerando o Plano de Cargos a que pertença.

**Art. 192-17.** Para fins de incorporação da GDAJUSP aos proventos da aposentadoria ou às pensões, serão adotados os



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



seguintes critérios: I - aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, quando percebida a gratificação por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses; II - aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, aplica-se o valor equivalente a 50 (cinquenta) pontos, quando percebida a gratificação por período inferior a 60 (sessenta) meses; III - aos beneficiários de pensão amparados pelo art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e pelo parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplica-se o disposto nos incisos I e II, conforme interstício cumprido pelo instituidor; e IV - aos demais servidores e pensionistas aplica-se o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, conforme o regramento previdenciário aplicável.

**Art. 192-18.** A GEAJUSP integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

**Art. 192-19.** Os servidores integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, quando lotados na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal, farão jus à concessão e ao pagamento da indenização em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e

\*CD259646201800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



repressão dos delitos transfronteiriços, de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013.”

#### “CAPÍTULO LXXII-4

##### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 192-20º** Os titulares de cargo de provimento efetivo do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de que tratam os artigos 192-A e 192-B somente poderão: I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei; II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de CCE ou FCE de nível mínimo 13 ou equivalente; e III - ser cedidos para o exercício de cargos comissionados CCE 1.13 ou superior, ou equivalentes, para outros entes federativos. Parágrafo único. Os servidores atualmente cedidos e em desacordo com as normas deste dispositivo, deverão retornar ao órgão de origem, após encerrada a movimentação respectiva.

**Art. 192-21..** A aplicação do disposto nesta Medida Provisória aos servidores ativos, aos aposentados e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, proventos e pensões. Parágrafo único. Na hipótese de redução de remuneração, provento ou pensão decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo, da reorganização ou reestruturação do plano de cargos, da reestruturação de tabela remuneratória, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza, conforme o caso.

**Art. 192-22.** Fica vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano de Cargos com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Cargos.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela





**Art. 192-23.** A implementação do Plano de Cargos na forma do art. 1º desta Medida Provisória, não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação aos cargos e às atribuições atuais desenvolvidas pelos servidores ocupantes de cargos efetivos objeto do enquadramento. Parágrafo único. Os servidores abrangidos pela presente Medida Provisória permanecem em exercício na atual unidade de lotação”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**Item 2** – Dê-se nova redação ao inciso LXVIII do *caput* do art. 154 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, como proposto pelo art. 206 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 154.** .....

.....

**LXVIII** – plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela





com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

\*CD259646201800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao longo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Misael Varella**  
**(PSD - MG)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259646201800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



**MPV 1286**  
**00352**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Dê-se nova redação à ementa, ao inciso I do caput do art. 1º, o título do Capítulo LXXII; acrescente-se o artigo 192-A ao 192-W e inclui o inciso LXVIII no art. 206 à Medida Provisória, nos termos a seguir: Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, **o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública** e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

“Art. 1º..... I – cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça, a Defesa, **o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública** e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.”

CAPÍTULO LXXII DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DAS  
POLÍTICAS DE JUSTIÇA E DEFESA E DO PLANO DE  
CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA  
PÚBLICA.....

ExEdit  
\*C0259749267100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela

Art. 192-A. Fica estruturado, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de provimento efetivo, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. § 1º A implementação do Plano de Cargos far-se-á mediante transformação dos atuais cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECPF e do Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal - PECPRF, do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública. § 2º Os cargos do Plano de Cargos de que trata o caput deste artigo estão estruturados em classes e padrões, na forma do Anexo **CCCIX-A**. § 3º Os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, poderão optar pelo Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma do Termo de Opção constante do Anexo **CCCIX-B** desta Medida Provisória, a ser formalizado no prazo de noventa dias, situação na qual deixarão de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010. Art. 192-B. Os servidores titulares dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar de que tratam as Leis nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, nº 10.682, de 28 de maio de 2003 e nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005 do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, serão enquadrados no Plano de Cargos, mantidas as denominações e as atribuições <sup>1º</sup> cargo, bem como os requisitos de formação



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



profissional e posição relativa. § 1º É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo. § 2º O enquadramento dos servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput no Plano de Cargos dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação desta Medida Provisória, na forma do Anexo **CCCIX-C**. § 3º Os servidores que formalizarem a opção referida no § 2º deste artigo permanecerão nos planos em que se encontrarem na data de publicação desta Medida Provisória, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública. § 4º O disposto neste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares. § 5º Os cargos de níveis superior e intermediário que se refere o caput deste artigo que se encontrem vagos e aqueles que vierem a vagar serão transformados em cargos do Plano de Cargos de que trata o art. 192-A, respectivamente, observado o nível de escolaridade. § 6º Os efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o caput aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas, a partir da vigência desta Medida Provisória, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 103,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



de 12 de novembro de 2019. Art. 192-C. É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ressalvados os casos amparados em legislação específica. CAPÍTULO III DO INGRESSO Art. 192-D. O ingresso no Plano de Cargos de que trata o art. 1º dar-se-á por meio de aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos. § 1º O ingresso no Plano de Cargos de que trata o caput dar-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo. § 2º São requisitos para ingresso no Plano de Cargos diploma de conclusão em curso de nível superior ou intermediário de acordo com o nível de escolaridade do cargo, dentre outros a serem estabelecidos em regulamento, e em edital. § 3º O edital definirá as características de cada etapa do concurso público, a formação especializada, bem como os critérios eliminatórios e classificatórios. § 4º A comprovação dos requisitos de escolaridade previstos neste artigo será feita quando da convocação para a posse, decorrente da aprovação em concurso público, sendo eliminado o candidato que deixar de apresentar o correspondente documento comprobatório. CAPÍTULO IV DO DESENVOLVIMENTO Art. 192-E. Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional, bem como os requisitos, condições e procedimentos específicos para fins de progressão e promoção serão estabelecidos em regulamento. Art. 192-F. O desenvolvimento do servidor nos cargos do Plano de Cargos ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Parágrafo único. Para fins desta Medida Provisória, progressão funcional é a passagem do servidor<sup>1º</sup> de um padrão para outro imediatamente superior



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



\*CD259749267100\*  
eXedit



dentro de uma mesma classe e promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior.

CAPÍTULO V DA REMUNERAÇÃO Art. 192-G. A remuneração dos servidores integrantes do Plano de Cargos será composta pelas seguintes parcelas: I - Vencimento Básico, conforme os valores estabelecidos no Anexo CCCIX-D; II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania - GDAJUSP, conforme definido no art. 192-I; Art. 192-H. Fica instituída a Gratificação Específica de Atividades Auxiliares de Justiça com Cidadania - GEAJUSP, devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao Plano de Cargos. Parágrafo único. Os valores da GEAJUSP são os estabelecidos no Anexo CCCIX-E, a partir da data nele especificada. Art. 192-I. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania - GDAJUSP, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando em efetivo exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, enquanto permanecerem nesta condição. § 1º A GDAJUSP não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. § 2º É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GDAJUSP. Art. 192-



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



\*CD259749267100\*  
eXedit



J. A GDAJUSP será atribuída em função do alcance de metas de desempenho individual e do alcance de metas de desempenho institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública. § 1º A avaliação de desempenho individual aferirá o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo para o alcance das metas de desempenho institucional. § 2º A avaliação de desempenho institucional aferirá o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas. § 3º A GDAJUSP será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CCCIX-F. § 4º A pontuação referente à GDAJUSP será assim distribuída: I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional. § 5º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAJUSP. § 6º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAJUSP serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, observada a legislação vigente. § 7º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas anualmente em ato do Ministro de Estado. § 8º Os valores a serem pagos a título de GDAJUSP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



\*CD259749267100\*





e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo VI, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor. § 9º Até a edição dos atos a que se referem os §§ 6º e 7º deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores, em exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, farão jus à percepção da GDAJUSP em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. § 10. O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6º deste artigo, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor. Art. 192-K. Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Cargos quando não se encontrarem em exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação somente farão jus à GDAJUSP quando: I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDAJUSP calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no respectivo órgão de lotação; e II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput deste artigo e investidos em cargo de Natureza Especial, de provimento em Cargo Comissionado Executivo CCE de 1.13 a 1.17, ou equivalentes, e perceberão a GDAJUSP calculada com base no resultado da avaliação institucional do período. Art. 192-L. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



\*CD259749267100\*  
eXedit



gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAJUSP correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno. Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão. Art. 192-M. Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão a outro órgão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAJUSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. Art. 192-N. O titular de cargo efetivo, quando investido em cargo em comissão de Natureza Especial - NE ou Cargo Comissionado Executivo de 1.13 a 1.17 ou equivalentes, perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somada ao resultado da avaliação institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública no período. Parágrafo único. Ocorrendo exoneração de cargo em comissão referido no caput, com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDAJUSP continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração. Art. 192-O. O servidor beneficiário da GDAJUSP que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Parágrafo único. O



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



\*CD259749267100\*  
Edit



Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da análise de adequação funcional, identificará as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e adotará as medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor. Art. 192-P. A GDAJUSP integrará os proventos de aposentadoria quando percebida há pelo menos 60 (sessenta) meses ininterruptos. § 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, o valor a ser incorporado aos proventos da aposentadoria será calculado pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor a título de GDAJUSP nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria. § 2º A parcela incorporada aos proventos da aposentadoria com base no disposto no caput deste artigo não poderá ser percebida cumulativamente com outra parcela incorporada de gratificação de desempenho, de atividade ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo, facultado o direito de opção pela incorporação aos proventos da parcela mais vantajosa. § 3º Os proventos da aposentadoria de servidor que não completou 60 (sessenta) meses ininterruptos da percepção da GDAJUSP serão calculados considerando a gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que fazia jus o servidor em decorrência do exercício das atribuições do respectivo cargo efetivo, considerando o Plano de Cargos a que pertença. Art. 192-Q. Para fins de incorporação da GDAJUSP aos proventos da aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: I - aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



\*CD259749267100\*  
Edit



julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, quando percebida a gratificação por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses; II - aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, aplica-se o valor equivalente a 50 (cinquenta) pontos, quando percebida a gratificação por período inferior a 60 (sessenta) meses; III - aos beneficiários de pensão amparados pelo art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e pelo parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplica-se o disposto nos incisos I e II, conforme interstício cumprido pelo instituidor; e IV - aos demais servidores e pensionistas aplica-se o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, conforme o regramento previdenciário aplicável. Art. 192-R. A GEAJUSP integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Art. 192-S. Os servidores integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, quando lotados na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal, farão jus à concessão e ao pagamento da indenização em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



\*CD259749267100\*



à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013. CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 192-T. Os titulares de cargo de provimento efetivo do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de que tratam os artigos 192-A e 192-B somente poderão: I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei; II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de CCE ou FCE de nível mínimo 13 ou equivalente; e III - ser cedidos para o exercício de cargos comissionados CCE 1.13 ou superior, ou equivalentes, para outros entes federativos. Parágrafo único. Os servidores atualmente cedidos e em desacordo com as normas deste dispositivo, deverão retornar ao órgão de origem, após encerrada a movimentação respectiva. Art. 192-U. A aplicação do disposto nesta Medida Provisória aos servidores ativos, aos aposentados e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, proventos e pensões. Parágrafo único. Na hipótese de redução de remuneração, provento ou pensão decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo, da reorganização ou reestruturação do plano de cargos, da reestruturação de tabela remuneratória, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza, conforme o caso. Art. 192-V. Fica vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano de Cargos com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Cargos. Art. 192-W. A implementação do Plano de Cargos na forma do art. 1º desta Medida Provisória, não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação aos cargos e às atribuições atuais desenvolvidas pelos servidores ocupantes de cargos efetivos objeto do enquadramento. Parágrafo único. Os servidores abrangidos pela presente Medida Provisória permanecem em exercício na atual unidade de lotação. CAPÍTULO LXXIX DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA – SIDEC Art. 206.....  
LXVIII – Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública;”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela

\*C D 2 5 9 7 4 9 2 6 7 1 0 0 \*  
Edit





carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao logo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.

ANEXO CCCIX-A

ESTRUTURA DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO  
DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

a) Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V
	IV
	III
	II
	I
C	V
	IV
	III
	II
	I

exEdit  
\*CD259749267100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela





B	V
	IV
	III
	II
	I
A	V
	IV
	III
	II
	I

b) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V
	IV
	III
	II
	I
C	V
	IV
	III
	II
	I
B	V
	IV
	III
	II



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



A	I
	V
	IV
	III
	II
	I

c) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	III
	II
	I

ANEXO CCCIX-B

TERMO DE OPÇÃO

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA		
Nome:		Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
Cidade:		Estado:
<div><input type="checkbox"/> Servidor    <input type="checkbox"/> Aposentado    <input type="checkbox"/> Pensionista</div> <p>Venho, nos termos da Medida Provisória nº , de de , em observância ao disposto no parágrafo 3º do art. 192-A, optar por integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, situação na qual deixará de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.</p> <p>Local e Data: , de de .</p> <p>Assinatura</p>		

ExEdit  
\*CD259749267100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela




ANEXO CCCIX-C

TERMO DE OPÇÃO

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA		
Nome:		Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
Cidade:		Estado:
<input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Aposentado <input type="checkbox"/> Pensionista		
Venho, nos termos da Medida Provisória nº     , de     de     , em observância ao disposto no parágrafo 2º do art. 192-B, optar por <b>não</b> integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.		
Local e Data:                     , de     de     .		
Assinatura		

ANEXO CCCIX-D

VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	9.916,26	10.648,92	11.378,00
	IV	9.702,96	10.403,26	11.138,48

ExEdit  
\*CD259749267100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



C	III	9.494,18	10.164,08	10.904,29
	II	8.831,58	9.463,29	10.172,09
	I	8.641,53	9.245,25	9.942,60
	V	8.455,05	9.031,53	9.718,64
	IV	8.272,99	8.822,90	9.514,77
B	III	8.095,18	8.620,17	9.313,87
	II	7.921,48	8.422,13	9.118,79
	I	7.348,12	7.819,16	8.289,71
	V	7.092,29	7.518,23	7.954,97
	IV	6.845,88	7.228,72	7.634,17
A	III	6.608,34	6.951,81	7.327,30
	II	6.378,10	6.683,70	7.031,40
	I	6.156,64	6.426,63	6.747,55
	V	5.711,66	5.967,73	6.134,50
	IV	5.513,13	5.737,70	5.898,55
	III	5.321,38	5.517,02	5.671,42
	II	5.136,95	5.305,06	5.454,44
	I	4.958,42	5.101,21	5.244,00

b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	19.832,52	21.297,84	22.756,00
	IV	19.405,92	20.806,52	22.276,96
	III	18.988,36	20.328,16	21.808,58
	II	17.663,16	18.926,58	20.344,18
	I	17.283,06	18.490,50	19.885,20

\*CD259749267100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



C	V	16.910,10	18.063,06	19.437,28
	IV	16.545,98	17.645,80	19.029,54
	III	16.190,36	17.240,34	18.627,74
	II	15.842,96	16.844,26	18.237,58
	I	14.696,24	15.638,32	16.579,42
B	V	14.184,58	15.036,46	15.909,94
	IV	13.691,76	14.457,44	15.268,34
	III	13.216,68	13.903,62	14.654,60
	II	12.756,20	13.367,40	14.062,80
	I	12.313,28	12.853,26	13.495,10
A	V	11.423,32	11.935,46	12.269,00
	IV	11.026,26	11.475,40	11.797,10
	III	10.642,76	11.034,04	11.342,84
	II	10.273,90	10.610,12	10.908,88
	I	9.916,84	10.202,42	10.488,00

c) Demais Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	9.916,26	10.648,92	11.378,00
	IV	9.702,96	10.403,26	11.138,48
	III	9.494,18	10.164,08	10.904,29
	II	8.831,58	9.463,29	10.172,09
	I	8.641,53	9.245,25	9.942,60
C	V	8.455,05	9.031,53	9.718,64
	IV	8.272,99	8.822,90	9.514,77

\*CD259749267100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



B	III	8.095,18	8.620,17	9.313,87
	II	7.921,48	8.422,13	9.118,79
	I	7.348,12	7.819,16	8.289,71
	V	7.092,29	7.518,23	7.954,97
	IV	6.845,88	7.228,72	7.634,17
A	III	6.608,34	6.951,81	7.327,30
	II	6.378,10	6.683,70	7.031,40
	I	6.156,64	6.426,63	6.747,55
	V	5.711,66	5.967,73	6.134,50
	IV	5.513,13	5.737,70	5.898,55
	III	5.321,38	5.517,02	5.671,42
	II	5.136,95	5.305,06	5.454,44
	I	4.958,42	5.101,21	5.244,00

d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	4.858,97	5.092,21	5.233,98
	IV	4.733,99	4.958,72	5.096,79
	III	4.609,00	4.825,22	4.959,60
	II	4.484,02	4.691,73	4.822,41
	I	4.359,04	4.558,23	4.685,22
C	V	4.234,05	4.424,74	4.548,03
	IV	4.109,07	4.291,24	4.410,84
	III	3.984,08	4.157,75	4.273,65
	II	3.859,10	4.024,26	4.136,46
	I	3.734,12	3.890,76	3.999,27

\*CD259749267100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



B	V	3.609,13	3.757,27	3.862,07
	IV	3.484,15	3.623,77	3.724,88
	III	3.359,17	3.490,28	3.587,69
	II	3.234,18	3.356,79	3.450,50
	I	3.109,20	3.223,29	3.313,31
A	V	2.984,21	3.089,80	3.176,12
	IV	2.859,23	2.956,30	3.038,93
	III	2.734,25	2.822,81	2.901,74
	II	2.609,26	2.689,31	2.764,55
	I	2.484,28	2.555,82	2.627,36

e) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	III	2.429,63	2.499,60	2.569,56
	II	2.313,01	2.379,62	2.446,22
	I	2.246,01	2.259,68	2.322,93

ANEXO CCCIX-E

GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES  
AUXILIARES DE JUSTIÇA COM CIDADANIA - GEAJUSP

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO GEAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO 2027

ExEdit  
\*CD259749267100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



			DE 1º DE MAIO DE 2026.	
ESPECIAL	III	269,37	282,84	296,98
	II	267,59	280,97	295,01
	I	246,80	259,14	272,10

ANEXO CCCIX-F

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – GDAJUSP

a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	50,26	53,97	57,67
	IV	49,18	52,73	56,45
	III	48,12	51,51	55,26
	II	44,76	47,96	51,55
	I	43,80	46,86	50,40
C	V	42,86	45,78	49,27
	IV	41,94	44,73	48,22
	III	41,03	43,69	47,21
	II	40,14	42,68	46,21
	I	37,24	39,63	42,01
B	V	35,95	38,11	40,32
	IV	34,70	36,65	38,70
	III	33,49	35,23	37,13

\*CD259749267100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela





A	II	32,33	33,88	35,64
	I	31,21	32,58	34,21
	V	28,95	30,24	31,09
	IV	27,94	29,08	29,90
	III	26,97	27,97	28,75
	II	26,03	26,89	27,64
	I	25,13	25,85	26,58

b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	59,13	63,50	67,84
	IV	57,86	62,03	66,42
	III	56,10	60,60	65,02
	II	52,66	56,43	60,65
	I	51,53	55,13	59,29
C	V	50,42	53,86	57,96
	IV	49,34	52,62	56,74
	III	48,27	51,40	55,55
	II	47,23	50,21	54,37
	I	43,81	46,63	49,43
B	V	42,29	44,84	47,44
	IV	40,20	43,11	45,53
	III	39,40	41,45	43,69
	II	38,04	39,86	41,93
	I	36,72	38,33	40,24
A	V	34,06	35,58	36,58

\*CD259749267100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



	IV	32,87	34,22	35,18
	III	31,73	32,90	33,82
	II	30,63	31,63	32,52
	I	29,56	30,42	31,27

c) Demais Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	V	84,47	90,71	96,92
	IV	82,65	88,62	94,88
	III	80,87	86,57	92,88
	II	75,23	80,61	86,64
	I	73,61	78,75	84,70
C	V	72,03	76,94	82,80
	IV	70,48	75,17	81,05
	III	68,96	73,43	79,35
	II	67,47	71,73	77,67
	I	62,59	66,61	70,61
B	V	60,42	64,05	67,77
	IV	58,32	61,59	65,04
	III	56,29	59,21	62,41
	II	54,34	56,94	59,90
	I	52,45	54,75	57,49
A	V	48,65	50,83	52,26
	IV	46,96	48,88	50,25
	III	45,33	47,00	48,32
	II	43,75	45,19	46,45

\*CD259749267100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



	I	42,23	43,45	44,67
--	---	-------	-------	-------

d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	V	42,22	43,54	44,77
	IV	41,41	42,70	43,91
	III	40,61	41,87	43,05
	II	39,80	41,03	42,19
	I	38,99	40,20	41,33
C	V	38,19	39,36	40,47
	IV	37,38	38,53	39,61
	III	36,57	37,69	38,75
	II	35,77	36,85	37,89
	I	34,96	36,02	37,03
B	V	34,15	35,18	36,18
	IV	33,34	34,35	35,32
	III	32,54	33,51	34,46
	II	31,73	32,67	33,60
	I	30,92	31,84	32,74
A	V	30,12	31,00	31,88
	IV	29,31	30,17	31,02
	III	28,50	29,33	30,16
	II	27,70	28,50	29,30
	I	26,89	27,66	28,44

\*CD259749267100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



e) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	III	24,89	25,60	26,32
	II	24,16	24,85	25,55
	I	23,42	24,09	24,77

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Deputado Misael Varella  
(PSD - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259749267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



**MPV 1286  
00353**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Substitua-se os anexos CXC e CXCI a que se refere o Art. 115 da MP 1.286/2024 pelos seguintes:

Tabelas em anexos

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente Emenda objetiva a equiparação remuneratória do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário com os valores que são atualmente praticados em Autarquia federal assemelhada, também executora de Políticas Públicas e com atuação em todo o território nacional.

Ao longo dos últimos anos o Incra vem sofrendo com a diminuição significativa de sua capacidade operacional em decorrência do esvaziamento de seu Quadro de servidores ativos. De acordo com levantamento realizado recentemente, por exemplo, dos 2.599 servidores que ingressaram no Incra por meio de concursos públicos realizados nos anos de 2004, 2005 e 2010, um total 33% desse efetivo, correspondente à 858 servidores, deixaram de pertencer ao Quadro de Pessoal ativo do Instituto, além das aposentadorias ocorridas nos últimos anos.

Alguns dos principais motivos para a evasão de mão de obra qualificada foram a assunção em outros cargos efetivos com melhores remunerações, além de servidores que deixaram o Incra para atuarem na iniciativa privada.

Com as atuais condições altamente deficitárias das remunerações das Carreiras do Quadro de Pessoal do Incra, a situação acima mencionada será

ExEdit  
\* C D 2 5 6 3 3 9 4 9 2 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256339492200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



agravada ainda mais, o que torna o cenário ainda mais preocupante, pois o Instituto poderá não mais possuir condições de cumprimento de sua missão institucional.

Vale ressaltar que nos últimos anos o Governo Federal estabeleceu como prioritárias para o Incra - inclusive inserindo-se tais atividades no rol de suas principais diretrizes estratégicas - as ações e metas de Regularização Fundiária e de Titulação de áreas rurais, incluindo-se aí as parcelas dos Projetos de Assentamento.

No intuito de cumprir tais diretrizes, a Autarquia tem direcionado grande parte de seu capital humano efetivo e recursos logísticos para o atingimento das metas vinculadas à tais ações prioritárias.

Não obstante o alto déficit funcional ora mencionado, o Instituto tem atuado no sentido de cumprir de forma louvável as metas estabelecidas, tanto para suas ações, atividades e serviços ordinários, como também para as demais atividades que foram estabelecidas como o foco principal do órgão, conforme mencionado anteriormente.

Em sentido oposto à atual realidade da Força de Trabalho, o Incra vem recebendo acréscimo considerável nas suas demandas de atuação institucional. Os processos de trabalho vinculados à Gestão da Malha Fundiária, ao Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (concessão de Créditos de Instalação, Infraestrutura básica, por exemplo), aos preparativos para a Titulação de áreas rurais, ao Cadastro e Georeferenciamento de unidades rurais a serem regularizadas, as Certificações de Imóveis Rurais no SIGEFE, as ações para Consolidação de Projetos de Assentamento, e as Atividades Administrativas de apoio e suporte às áreas finalísticas, dentre outras, foram alavancadas de forma relevante nos últimos anos, dificultando a execução das atividades vinculadas a tais processos, ocasionando, assim, em riscos quanto à plena execução dessas atribuições e diretrizes, em virtude da atual deficiência de servidores no Corpo Funcional.

Sendo assim, as baixas remunerações, com consequente evasão de servidores, e o expressivo aumento das ações e metas na Autarquia, tornarão inviáveis o cumprimento das atribuições da Autarquia, refletindo-se no prenúncio



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256339492200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



de total colapso do Órgão nos próximos 1 a 2 anos, caso nada seja feito para reverter tal situação.

Face a gravidade da situação atual da Força de Trabalho da Autarquia, e visando criar as condições mínimas necessárias para que o quadro acima seja evitado, torna-se urgente a necessidade de revisão da estrutura remuneratória das Carreiras dos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Incra.

Por fim, a aprovação da presente Emenda é condição necessária para reversão do cenário apresentado que impede o cumprimento da missão institucional do Incra: a Reforma Agrária, o Desenvolvimento Rural Sustentável e Gerenciamento da Estrutura Fundiária do Brasil.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256339492200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\* CD 256339492200 \*  
ExEdit



ANEXO CXC

(Anexo II, da Lei nº 11.090, de 07 de janeiro de 2005)  
TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS DOS CARGOS DO PLANO DE  
CARREIRA DOS CARGOS DE REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

c) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Auxiliar

Em R\$

Cargos	Classe	Padrão	Valor do Vencimento Básico a partir de		
			1º de maio de 2023	1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026
Cargos de nível auxiliar	EESPECIAL	III	1.446,93	2.136,00	2.221,00
		II	1.421,34	2.059,00	2.141,00
		I	1.396,20	1.985,00	2.064,00

d) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Superior

Em R\$

Cargos	Classe	Padrão	Valor do Vencimento Básico a partir de	
			1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026

ExEdit  
\* C D 2 5 6 3 3 9 4 9 2 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256339492200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





Cargos de nível superior	ESPECIAL	V	10.633,00	11.355,00
		IV	10.353,00	11.056,00
		III	10.081,00	10.452,00
		II	9.816,00	10.177,00
		I	9.558,00	9.909,00
	C	V	8.942,00	9.271,00
		IV	8.707,00	9.027,00
		III	8.478,00	8.790,00
		II	8.255,00	8.559,00
		I	8.038,00	8.334,00
	B	V	7.520,00	7.797,00
		IV	7.322,00	7.592,00
		III	7.130,00	7.392,00
		II	6.943,00	7.198,00
		I	6.886,00	7.130,00
	A	V	6.829,00	7.062,00
		IV	6.619,00	6.811,00
		III	6.416,00	6.569,00
		II	6.219,00	6.336,00
		I	6.029,00	6.111,00

e) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Intermediário

Em R\$

Cargos	Classe	Padrão	Valor do Vencimento Básico a partir de	
			1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026
Cargos de nível intermediário	ESPECIAL	V	4.633,40	5.044,00
		IV	4.529,00	4.837,00
		III	4.427,00	4.568,00
		II	4.327,00	4.465,00
		I	4.230,00	4.365,00

\*CD256339492200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256339492200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



	C	V	4.042,00	4.171,00
		IV	3.951,00	4.077,00
		III	3.862,00	3.985,00
		II	3.775,00,	3.895,00
		I	3.690,00	3.807,00
	B	V	3.526,00	3.638,00
		IV	3.447,00	3.556,00
		III	3.370,00	3.476,00
		II	3.294,00	3.398,00
		I	3.220,00	3.322,00
	A	V	3.128,00	3.174,00
		IV	3.058,00	3.103,00
		III	2.989,00	3.033,00
		II	2.922,00	2.965,00
		I	2.856,00	2.898,00

ANEXO CXCI

(Anexo V, da Lei nº 11.090, de 07 de janeiro de 2005)

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE  
DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE REFORMA AGRÁRIA -GDARA

c) Valor do ponto da GDARA para os cargos de nível auxiliar:

Em R\$

Classe	Padrão	Valor do Ponto da GDARA a partir de		
		1º de maio de 2023	1º de janeiro de 2025	1º de abril de 2026
ESPECIAL	III	17,18	19,85	20,64
	II	17,04	19,07	19,83
	I	16,87	18,35	19,08

d) Valor do ponto da GDARA para os cargos de nível superior

\*CD256339492200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256339492200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Em R\$

Classe	Padrão	Valor do Ponto da GDARA a partir de	
		1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026
ESPECIAL	V	65,39	67,80
	IV	63,67	63,67
	III	62,00	62,00
	II	60,37	60,37
	I	58,78	58,78
C	V	54,99	54,99
	IV	53,54	53,54
	III	52,13	52,13
	II	50,76	50,76
	I	49,43	49,43
B	V	46,24	46,24
	IV	45,02	45,02
	III	43,84	43,84
	II	42,69	42,69
	I	42,35	42,30
A	V	42,00	41,89
	IV	40,71	40,40
	III	39,46	38,97
	II	38,25	37,59
	I	37,07	36,25

e) Valor do ponto da GDARA para os cargos de nível intermediário

Em R\$

Classe	Padrão	Valor do Ponto da GDARA a partir de	
		1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026
ESPECIAL	V	28,50	29,40
	IV	27,86	28,74
	III	27,23	28,09

ExEdit  
\* C D 2 5 6 3 3 9 4 9 2 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256339492200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



	II	26,62	27,46
	I	26,02	26,84
C	V	24,86	25,65
	IV	24,30	25,07
	III	23,75	24,51
	II	23,22	23,96
	I	22,70	23,42
B	V	21,69	22,38
	IV	21,20	21,88
	III	20,72	21,39
	II	20,25	20,91
	I	19,79	20,44
A	V	19,22	19,53
	IV	18,79	19,09
	III	18,37	18,66
	II	17,96	18,24
	I	17,56	17,83

(Anexo V-B da Lei nº 11.090, de 07 de janeiro de 2005)

VALORES DA GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO - GQ

a) Valor da GQ para os cargos de Nível Superior, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Em R\$

Classe	Padrão	VALOR DA GQ A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			VALOR DA GQ A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026		
		Nível I	Nível II	Nível III	Nível I	Nível II	Nível III
ESPECIAL	V	819,00	1.627,00	2.446,00	874,00	1.737,00	2.612,00
	IV	797,00	1584,00	2.381,00	851,00	1.692,00	2.543,00
	III	776,00	1.542,00	2.319,00	805,00	1.599,00	2.404,00
	II	756,00	1.502,00	2.258,00	784,00	1.557,00	2.341,00
	I	736,00	1.462,00	2.198,00	763,00	1.516,00	2.279,00
C	V	689,00	1.368,00	2.057,00	714,00	1.418,00	2.132,00

\*C0256339492200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256339492200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



	IV	670,00	1.332,00	2.003,00	695,00	1.381,00	2.076,00
	III	653,00	1.297,00	1.950,00	677,00	1.345,00	2.022,00
	II	636,00	1.263,00	1.899,00	659,00	1.310,00	1.969,00
	I	619,00	1.230,00	1.849,00	642,00	1.275,00	1.917,00
B	V	579,00	1.151,00	1.730,00	600,00	1.193,00	1.793,00
	IV	564,00	1.120,00	1.684,00	585,00	1.162,00	1.746,00
	III	549,00	1.091,00	1.640,00	569,00	1.131,00	1.700,00
	II	535,00	1.062,00	1.597,00	554,00	1.101,00	1.656,00
	I	530,00	1.054,00	1.584,00	549,00	1.091,00	1.640,00
A	V	526,00	1.045,00	1.571,00	544,00	1.080,00	1.624,00
	IV	510,00	1.013,00	1.522,00	524,00	1.042,00	1.567,00
	III	494,00	982,00	1.476,00	506,00	1.005,00	1.511,00
	II	479,00	952,00	1.430,00	488,00	969,00	1.457,00
	I	464,00	922,00	1.387,00	471,00	935,00	1.406,00

b) Valor da GQ para os cargos de Nível Intermediário, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Em R\$

Classe	Padrão	VALOR DA GQ A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			VALOR DA GQ A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026		
		Nível I	Nível II	Nível III	Nível I	Nível II	Nível III
ESPECIAL	V	380,00	783,00	1.158,00	414,00	852,00	1.261,00
	IV	371,00	765,00	1.132,00	397,00	817,00	1.209,00
	III	363,00	748,00	1.107,00	375,00	772,00	1.142,00
	II	355,00	731,00	1.082,00	366,00	755,00	1.116,00
	I	347,00	715,00	1.058,00	358,00	738,00	1.091,00
C	V	331,00	683,00	1.011,00	342,00	705,00	1.043,00
	IV	324,00	668,00	988,00	334,00	689,00	1.019,00
	III	317,00	653,00	966,00	327,00	673,00	996,00
	II	310,00	638,00	944,00	319,00	658,00	974,00
	I	303,00	624,00	923,00	312,00	643,00	952,00
B	V	289,00	596,00	882,00	298,00	615,00	910,00

ExEdit  
\* C D 2 5 6 3 3 9 4 9 2 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256339492200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



A	IV	283,00	583,00	862,00	292,00	601,00	889,00
	III	276,00	570,00	843,00	285,00	587,00	869,00
	II	270,00	557,00	824,00	279,00	574,00	850,00
	I	264,00	544,00	805,00	272,00	561,00	831,00
	V	256,00	529,00	782,00	260,00	536,00	794,00
	IV	251,00	517,00	765,00	254,00	524,00	776,00
	III	245,00	505,00	747,00	249,00	513,00	758,00
	II	240,00	494,00	731,00	243,00	501,00	741,00
	I	234,00	483,00	714,00	238,00	490,00	725,00

\*CD256339492200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256339492200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Érika Kokay



MPV 1286  
00354



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Altere-se o Anexo CCLXXXII da Medida Provisória nº 1.286, de 2024, de maneira que os valores de vencimento básico a vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 correspondam a um aumento de 9% (nove por cento) em relação aos valores de 1º de maio de 2023. Ademais, alterem-se os valores de vencimento a partir de 1º de abril de 2026 para que correspondam a um reajuste de 5% (cinco por cento) em relação aos valores precedentes, conforme segue:

ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E					NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO			PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV		

ExEdit  
\*CD250031335500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250031335500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leônidas Cristino



Médico Veterinário	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais:

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
			I	II	III	IV			

ExEdit  
\*CD250031335500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250031335500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leônidas Cristino





		1º DE MAIO DE 2023						1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
Médico	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
Veterinário	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

Conforme a Medida Provisória nº 1.286/2024, o reajuste salarial previsto para médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação é de apenas 4,5% em 1º de janeiro de 2025. No entanto, o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, firmado entre o Governo Federal e as entidades representativas, estabelece 9% de reajuste a partir de 1º de janeiro de 2025, com mais 5% previstos para abril de 2026, conforme a cláusula primeira do acordo. Essa redução no reajuste contraria os termos negociados

ExEdit  
\*CD250031335500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250031335500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leônidas Cristino



e assinados, gerando grande insatisfação entre os profissionais e prejudicando trabalhadores fundamentais para o funcionamento das universidades e hospitais universitários.

Torna-se necessária, portanto, a aprovação da presente Emenda corrigindo a Medida Provisória nº 1.286/2024 de forma a permitir às duas categorias reajustes iguais aos concedidos às demais categorias conforme o referido Termo de Acordo de Greve.

Ante o exposto, espero contar com o apoio para a aprovação da presente emenda que faz justiça aos médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Leônidas Cristino**  
**(PDT - CE)**  
**deputado federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250031335500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leônidas Cristino



\*CD250031335500\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00355**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se o art. 206 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 206 da medida provisória altera os critérios de progressão funcional de diversas carreiras do Serviço Público Federal, trazendo mudanças significativas nos processos de avaliação de desempenho e progressão funcional dos servidores. As alterações dispostas no artigo 206 não foram objeto de ponto de pauta dos acordos e nem de debate com as entidades sindicais nas mesas setoriais, específicas e nem na central. Extrapolando o fim ao qual se destina a medida provisória.

Os servidores públicos federais já têm processos de avaliações de desempenho inseridos em seus planos de carreiras. Portanto a proposta do Sistema de Desenvolvimento da Carreira (SIDECA), que irá operar de maneira individualizada, baseada em critérios que nunca foram discutidos pelas entidades sindicais que representam os servidores públicos federais, sem uma avaliação aprofundada da situação de cada carreira, isso está em dissonância com as negociações realizadas com o próprio MGI.

A avaliação individual desconsidera o desempenho institucional e coletivo das equipes de trabalho, assim como as condições objetivas e estruturais necessárias para que os órgãos públicos proporcionem um ambiente adequado ao bom desempenho dos servidores e do próprio órgão.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250624741900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



Essa avaliação individualizada com viés produtivista irá desestruturar os ambientes de trabalho gerando assédio e problemas de saúde mental nos servidores, consequentemente provocando um percentual maior de afastamentos de longa duração. O que prejudica o bom desempenho das equipes e do órgão.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Helder Salomão**  
(PT - ES)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250624741900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



**MPV 1286**  
**00356**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação aos incisos I e II do *caput* do art. 7º-B, ambos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, como propostos pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 7º-B. ....**

**I** – Técnico em Educação, cargo de complexidade média, com atribuições voltadas a assistência técnica especializada às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando o nível de classificação D; e

**II** – Analista em Educação, cargo de complexidade alta, com atribuições voltadas às atividades especializadas técnico-administrativas relativas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando nível de classificação E.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Precisamos adequar no texto da medida provisória as atribuições dos cargos amplos às necessidades institucionais já previstas no Art. 8º da Medida Provisória, e retirar conflitos textuais com as atribuições gerais dos cargos da carreira.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

ExEdit  
\* 0 2 5 5 7 2 5 7 7 3 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255725773300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Helder Salomão**  
**(PT - ES)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255725773300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



**MPV 1286  
00357**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao art. 10 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 10. ....**

**§ 8º** O ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

É necessário um tratamento isonômico entre os servidores docentes e técnico-administrativos em educação, conforme o previsto para os docentes na Lei 12.772/2012, considerando que é papel dos trabalhadores das Instituições Federais de Ensino contribuir para o desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão, inovação, gestão e assistência especializada nas Instituições Federais de Ensino.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254989620100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão

\*CD254989620100\*  
ExEdit

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Helder Salomão**  
**(PT - ES)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254989620100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão





**MPV 1286**  
**00358**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 10-B da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, como proposto pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 10-B. ....**

**§ 3º** Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o **cargo ocupado ou com o ambiente organizacional**, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A.

**.....” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

O ambiente organizacional está conceituado na Lei da carreira PCCTAE (Lei 11.091/2005) como a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal. Este conceito, quando assumido pelo Legislador teve por objetivo ampliar o escopo dos elementos de desenvolvimento dos servidores, conforme as necessidades institucionais e a diversidade de fazeres nas Instituições Federais de Ensino.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254841806700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Helder Salomão**  
**(PT - ES)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254841806700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



\*CD254841806700\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00359****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altera o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MP 1286/2024 para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** A tabela **b** do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela **e** do Anexo CCXXIV;

**Art. 2º** A tabela **a** do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.

**Art. 3º** A emenda entra em vigor na data de sua aprovação e será retroativa a 1º de janeiro de 2025 para fins financeiros.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das Universidades Federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026. Além disso, restou estabelecido um percentual de 4% de “step”, entre os níveis salariais para o ano de 2025, e de 4,1% para 2026, entre os referidos níveis, o que caracteriza medida crucial para assegurar a progressão na carreira e a valorização desses profissionais. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal

ExEdit  
\*CD251943415600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251943415600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários e não alterou os percentuais de “steps” acordados. A inclusão dos citados percentuais de forma correta, tanto do reajuste quanto dos “steps”, é uma questão fundamental para corrigir distorções salariais e assegurar uma estrutura de crescimento justa e coerente com as responsabilidades inerentes às carreiras de médico e médico veterinário. Caso isto não seja revertido, **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE**. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005**;

2 - A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251943415600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua **cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

#### TERMO DE ACORDO# 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arremio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

\*CD251943415600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251943415600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

**§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder**, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251943415600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



\*CD251943415600\*  
ExEdit



seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251943415600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
Médico Veterinário	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38

\*CD251943415600\*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251943415600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro





P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
Médico Veterinário	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61

\*CD251943415600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251943415600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Laura Carneiro**  
**(PSD - RJ)**

ExEdit  
\*CD251943415600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251943415600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro



**MPV 1286  
00360**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se ao art. 131 da Medida Provisória nº 1286/2024 no que modifica o texto da Lei 11.091/95, com a adição do seguinte artigo:

Art. 12 – B. Será garantido a todos os servidores, ativos ou inativos, os benefícios do reconhecimento de saberes não instituídos resultante da sua atuação profissional, independente do grau de titulação.

§ 1º O reconhecimento de saberes não instituídos ou quaisquer benefícios congêneres, vinculados ou não ao incentivo a qualificação, serão estendíveis a todos os níveis de titulação, inclusive ao portador de título de doutor.

§ 2º Para a instituição de quaisquer benefícios descritos no parágrafo anterior, considerará a complexidade entre os graus de titulação, devido ao grau de maior titulação a retribuição proporcionalmente superior aos demais.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo prestigiar qualificação e a capacitação profissional, garantindo de forma isonômica a todos os servidores o reconhecimento de seus saberes e competências resultante da sua atuação profissional, sem discriminação de grau acadêmico e profissional, ou se ativo ou inativo.

A proposta encontra amparo nos princípios e diretrizes da própria Lei 11.091/2005, que rege o PCCTAE, em seu art. 3º, inciso IV, prevê que sejam reconhecidos os saberes não instituídos resultantes da atuação profissional no

ExEdit  
\*CD252707966900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252707966900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



desenvolvimento de atividades relacionadas a ensino, pesquisa e extensão para todos:

Art. 3º A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará os seguintes princípios e diretrizes:

(...)

IV - Reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão (BRASIL, 2005).

Além disso, encontra amparo nos princípios Constitucionais da legalidade, igualdade, moralidade, proporcionalidade e eficiência.

Cabe ressaltar que a presente proposta não tem impacto financeiro, visa apenas resguardar os direitos de todos os servidores, independente do grau de titulação, de alcançar os reconhecimentos pelos seus saberes e experiências profissionais.

Por fim, o objetivo dessa emenda é fortalecer uma atuação mais eficiente das Instituições Federais de Ensino Superior, para que assim no campo acadêmico e científico todos os profissionais possam continuar a impulsionar a produção de conhecimento e contribuir com a formação de novos profissionais que impactam diretamente na educação, inovação, economia e progresso do país.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252707966900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo



\*CD252707966900\*  
ExEdit



MPV 1286  
00361



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao inciso I do art. 1º da Lei 11.539, de 8 de novembro de 2007, como proposto pelo CAPÍTULO LI da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“ Art. 1º.....

I - Carreira de **Especialista em Infraestrutura**, estruturada nas Classes A, B e Especial, composta do cargo de **Especialista em Infraestrutura**, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte;” (NR)

Dê-se nova redação aos anexos CCXXVIII, CCXXXI e CCXXXII, da Medida Provisória, nos termos a seguir:

ANEXO CCXXVIII

(Anexo I à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)

“ESTRUTURA DOS CARGOS

.....

c) Cargo de Especialista em Infraestrutura a partir de 1º de janeiro de 2025:

CARGO	CLASSE	PADRÃO
		V
		IV



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250261855800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini



Especialista em Infraestrutura	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	V
		IV
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

” (NR)

ANEXO CCXXXI

(Anexo I-A à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)

“TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
	Especial	III	V	Especial	
		II	IV		
		I	III		
		V	II		
			I		

ExEdit  
\*CD250261855800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250261855800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini



Analista de Infraestrutura	B	IV	V	C	Especialista em Infraestrutura
		III	IV		
			III		
		II	II		
		I	I		
	A		V	B	
		V	IV		
		IV	III		
			II		
		III	I		
		II	V	A	
		I	IV		
				III	
			II		
			I		

” (NR)

ANEXO CCXXXII

(Anexo II-A à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)

TABELA DE SUBSÍDIO DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM INFRAESTRUTURA

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	24.788,80	26.086,10
	IV	24.055,12	25.314,02
	III	23.354,49	24.576,72
	II	22.674,26	23.860,89
	I	22.285,71	23.400,00
	V	21.714,29	22.800,00

\*CD250261855800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250261855800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini



C	IV	21.000,00	22.050,00
	III	20.476,19	21.500,00
	II	20.133,33	21.140,00
	I	19.809,52	20.800,00
B	V	19.047,62	20.000,00
	IV	18.742,86	19.680,00
	III	18.380,95	19.300,00
	II	18.120,17	19.068,47
	I	17.958,54	18.898,39
A	V	17.606,42	18.527,83
	IV	16.848,25	17.729,98
	III	16.323,81	17.140,00
	II	15.597,14	16.755,00
	I	14.764,06	15.536,72

” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.286/2024 promove ajustes estruturais nas carreiras do serviço público federal, incluindo a reestruturação parcial da carreira de Analista de Infraestrutura (AIE). Diante do papel estratégico desempenhado por esses profissionais na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, bem como na modelagem de concessões e parcerias de infraestrutura, faz-se necessária a adequação da denominação da carreira, de modo a refletir com maior precisão suas atribuições e responsabilidades dentro do Estado brasileiro.

Criada pela Lei nº 11.539/2007, a carreira de Analista de Infraestrutura surgiu com o objetivo de suprir a necessidade de gestão técnica qualificada para viabilizar grandes empreendimentos públicos e privados no setor de infraestrutura. Sua atuação, desde então, tem sido determinante para a concepção, planejamento, modelagem e acompanhamento de projetos estratégicos para o desenvolvimento do país.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250261855800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini





A trajetória da carreira demonstra uma evolução significativa no perfil das atribuições exercidas pelos AIEs. Inicialmente voltados para a execução de obras e empreendimentos de grande porte, esses profissionais passaram a desempenhar papel central na formulação e gestão de políticas públicas, na análise de viabilidade de projetos, no monitoramento de investimentos estratégicos e no assessoramento técnico de alto nível junto ao governo federal.

Essa transformação levou à integração da carreira de AIE ao grupo de carreiras de gestão governamental, conforme previsto na Lei nº 13.464/2017, um reconhecimento formal de seu papel transversal na Administração Pública. No entanto, o nome da carreira permaneceu desatualizado, não refletindo essa realidade ampliada de responsabilidades estratégicas.

O atual nome, "Analista de Infraestrutura", remete a um caráter técnico-operacional limitado à execução de obras públicas, o que não condiz com o grau de responsabilidade, complexidade e impacto socioeconômico das atividades desempenhadas pelos AIEs. Diferentemente do que o termo sugere, a carreira não se restringe à supervisão de obras, mas atua diretamente na formulação de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Assim a mudança para **Especialista em Infraestrutura** se justifica pelos seguintes motivos:

- **Abrangência de Atribuições:** O novo nome traduz a realidade das atividades desempenhadas pelos AIEs, que vão muito além da execução de obras e incluem planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e modelagem de projetos de infraestrutura de grande porte;

- **Consonância com a Integração às Carreiras de Gestão Governamental:** A nomenclatura proposta alinha a carreira ao grupo de gestão governamental, ao qual já pertence legalmente;

- **Valorização da Carreira:** A denominação atual não reflete a relevância da atuação dos AIEs na formulação de políticas públicas de infraestrutura e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250261855800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini



\*CD250261855800\*  
ExEdit



desenvolvimento socioeconômico, o que pode prejudicar sua valorização dentro da estrutura do governo;

· **Adequação ao Contexto Atual da Administração Pública:** A política de infraestrutura do Brasil evoluiu, exigindo visão integrada com mobilidade, sustentabilidade, inovação e desenvolvimento socioeconômico. O nome precisa refletir essa realidade.

A infraestrutura desempenha papel central no crescimento econômico, na competitividade do Brasil e na promoção do bem-estar social. As decisões relacionadas a concessões, parcerias público-privadas, logística, saneamento, energia e transporte impactam diretamente a vida da população e a eficiência do setor produtivo.

A atuação desses servidores tem sido determinante na estruturação e gestão desses investimentos estratégicos. Além disso, a carreira tem se destacado na formulação de políticas de inovação, transição energética, infraestrutura sustentável e redução do Custo Brasil, contribuindo diretamente para os objetivos da Lei da Liberdade Econômica e da Lei do PPI.

Diante disso, a correta nomenclatura da carreira é essencial para reforçar sua posição estratégica na formulação e implementação de políticas públicas de infraestrutura, assegurando que seus profissionais sejam reconhecidos e alocados adequadamente nas instâncias decisórias do governo.

A alteração da nomenclatura da carreira não gera impacto orçamentário e está plenamente conectada ao escopo da MPV 1.286/2024, que trata da reestruturação da carreira de AIE.

Assim, propõe-se a adoção da nova denominação no texto da MP, conforme a estrutura sugerida nesta emenda, garantindo que a terminologia utilizada esteja em conformidade com a realidade da atuação desses profissionais.

A infraestrutura não pode ser tratada apenas como um tema técnico-operacional, mas como política de Estado. O desenvolvimento sustentável do Brasil depende de uma gestão integrada, estratégica e eficiente dos investimentos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250261855800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini



\*CD250261855800\*  
ExEdit



em infraestrutura, e os servidores responsáveis por essa tarefa devem ter nomenclatura compatível com a complexidade de suas atribuições.

Dessa forma, a alteração da denominação para **Especialista em Infraestrutura** corrige uma inconsistência histórica, valoriza a carreira e fortalece sua relevância na Administração Pública.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares na aprovação desta emenda, garantindo que a carreira de AIE tenha sua atuação devidamente reconhecida dentro do modelo de gestão pública federal.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Carlos Chiodini**  
(MDB - SC)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250261855800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini



**MPV 1286  
00362**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se ao art. 131 da Medida Provisória nº 1286/2024 no que modifica o texto da Lei 11.091/95, com a adição do seguinte artigo:

Art. 12 – B. Será garantido a todos os servidores, ativos ou inativos, os benefícios do reconhecimento de saberes não instituídos resultante da sua atuação profissional, independente do grau de titulação.

§ 1º O reconhecimento de saberes não instituídos ou quaisquer benefícios congêneres, vinculados ou não ao incentivo a qualificação, serão estendíveis a todos os níveis de titulação, inclusive ao portador de título de doutor.

§ 2º Para a instituição de quaisquer benefícios descritos no parágrafo anterior, considerará a complexidade entre os graus de titulação, devido ao grau de maior titulação a retribuição proporcionalmente superior aos demais.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo prestigiar a qualificação e a capacitação profissional, garantindo de forma isonômica a todos os servidores o reconhecimento de seus saberes e competências resultantes da sua atuação profissional, sem discriminação de grau acadêmico e profissional, ou se ativo ou inativo.

A proposta encontra amparo nos princípios e diretrizes da própria Lei 11.091/2005, que rege o PCCTAE, que em seu art. 3º, inciso IV, prevê que sejam reconhecidos os saberes não instituídos resultantes da atuação profissional no

ExEdit  
\*CD250649913400\*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250649913400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão para todos:

Art. 3º A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará os seguintes princípios e diretrizes:

(...)

IV - Reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão (BRASIL, 2005).

Além disso, encontra amparo nos princípios Constitucionais da legalidade, igualdade, moralidade, proporcionalidade e eficiência.

Cabe ressaltar que a presente proposta não tem impacto financeiro, visa apenas resguardar os direitos de todos os servidores, independente do grau de titulação, de alcançar os reconhecimentos pelos seus saberes e experiências profissionais.

Por fim, o objetivo dessa emenda é fortalecer uma atuação mais eficiente das Instituições Federais de Ensino Superior, assim promovendo o impulsionamento da produção de conhecimento e contribuindo com a formação de novos profissionais que impactam diretamente na educação, inovação, economia e progresso do país.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Padre João**  
(PT - MG)

**Deputado Tadeu Veneri**  
(PT - PR)

**Deputado Pedro Uczai**  
(PT - SC)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250649913400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



\*CD250649913400\*  
ExEdit





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Padre João)**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD250649913400, nesta ordem:

- 1 Dep. Padre João (PT/MG) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250649913400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



**MPV 1286  
00363****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o “Art. 10, § 6º” da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

§ 6º A conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular ou especial, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo ou ambiente organizacional do servidor, em cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser utilizada como certificação em Programa de Capacitação para fins de aceleração da progressão por capacitação, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

As Instituições federais de ensino são formadoras dos profissionais em vários níveis dentro de seus cursos oferecem uma grande diversidade de disciplinas de conteúdos programáticos que atendem as necessidades institucionais de seus servidores. A utilização dessas disciplinas de Programas de Capacitação representa uma ampliação de oferta e oportunidades para as instituições e servidores sem aumentar os investimentos com recursos para a capacitação.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251270541800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



\* CD 251270541800 \*  
xEdit



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
**(PT - SC)**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251270541800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



\*CD251270541800\*  
LexEdit







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD251270541800, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Padre João (PT/MG)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251270541800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



**MPV 1286**  
**00364**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, a inclusão dos § 1º e § 2º no Art. 11 da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art.

11.....

.....

§ 1º Os ocupantes dos cargos de Médico, Médico/Área, Médico do Trabalho, Engenheiro do Trabalho, Arquiteto do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Regente e Sanitarista do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal, de pós-graduação lato sensu, ao apresentarem a certificação de uma segunda formação *lato sensu*.

§ 2º Os ocupantes dos cargos de nível médio profissionalizante ou com curso técnico do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal quando apresente uma segunda certificação de curso técnico.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda visa garantir a isonomia de tratamento com os demais profissionais que integram o PCCTAE, Lei nº 11.091/2005, considerando que os demais cargos não têm como requisito para o ingresso no cargo a certificação de especialista ou curso médio



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255188789200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



profissionalizante ou curso técnico. Os ocupantes dos cargos só podem alcançar o Incentivo a Qualificação (IQ) a partir da graduação, para o nível de classificação D ou do mestrado, para o nível de classificação E. A proposta de alteração é para que esses servidores tenham a possibilidade de apresentar uma segunda certificação, como forma de obtenção do primeiro IQ, assim como os demais servidores.

Essa alteração não gera impacto orçamentário na Medida Provisória, pois já está previsto na Lei nº 11.091/2005 e cada servidor que alcançar o IQ é considerado aumento vegetativo da folha. O IQ foi implantado em 2006.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
**(PT - SC)**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255188789200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD255188789200, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255188789200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



**MPV 1286**  
**00365**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o § 8º do Art. 10, a Lei 11091/2005, com a seguinte redação:

”Art.

10.....

.....

.....

§ 8º O ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição.

**JUSTIFICAÇÃO**

É necessário um tratamento isonômico entre os servidores docentes e técnico-administrativos em educação, conforme o previsto para os docentes na Lei 12.772/2012, considerando que é papel dos trabalhadores das Instituições Federais de Ensino contribuir para o desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão, inovação, gestão e assistência especializada nas Instituições Federais de Ensino.

ExEdit  
\* C D 2 5 9 3 4 2 5 7 3 9 0 0 \*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259342573900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
(PT - SC)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259342573900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



\* CD 259342573900 \*  
eXEdit





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Pedro Uczai)**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD259342573900, nesta ordem:

- 1 Dep. Pedro Uczai (PT/SC) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259342573900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai e outros



MPV 1286  
00366



EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se ao Anexo XCIX da Medida Provisória nº 1.286, de 2024 a seguinte redação:

ANEXO XCIX

(Anexo XVI à Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

“TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE  
CARREIRAS E CARGOS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

c) Cargos de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, a partir de 1º de janeiro de 2025:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Analista da CVM da Carreira de Analista da CVM	ESPECIAL	IV	V	ESPECIAL	Analista da CVM e Inspetor da CVM do Quadro Suplementar a que se refere o art.87-A, § 2º
		III	IV		
		II	III		
		I	II		
Inspetor da CVM da Carreira de Inspetor da CVM	C	III	I	C	Inspetor Federal do Mercado de Capitais da Carreira de Fiscalização da CVM
		II	V		
		I	IV		
	B	III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	III			

\*CD250500805000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250500805000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz





		II	V	B
		I	IV	
			III	
			II	
			I	
			V	A
			IV	
			III	
			II	
			I	

d) Cargos de Agente Executivo da CVM, a partir de 1º de janeiro de 2025:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Agente Executivo da CVM do Plano de Carreiras e Cargos da CVM	ESPECIAL	IV	V	ESPECIAL	Agente Executivo da CVM do Plano de Carreiras e Cargos da CVM
		III	IV		
		II	III		
		I	II		
	C	III	I	C	
		II	V		
		I	IV		
	B	III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	III			
		II	V	B	
		I	IV		
			III		
		II			
		I			
		V	A		
		IV			

ExEdit  
\*CD250500805000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250500805000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



	III	
	II	
	I	

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe alterar o Anexo XCIX da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, para oferecer à carreira técnica de nível superior da CVM o mesmo enquadramento oferecido à carreira técnica de nível superior de Finanças e Controle no Anexo CCCXIX.

Após todas as rodadas de negociação entre as carreiras e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), foi mantida a equiparação remuneratória entre as carreiras que historicamente possuíam o mesmo padrão salarial da carreira de nível superior da CVM, incluindo aquelas pertencentes ao chamado Ciclo de Gestão e ao Núcleo Financeiro, como CVM, Banco Central do Brasil, SUSEP, EPPGG, APO e ACE.

No entanto, embora esse equilíbrio tenha sido preservado, o Anexo CCCXIX da Medida Provisória concedeu à carreira de Finanças e Controle um tratamento mais favorável em comparação às demais, incluindo a carreira de nível superior da CVM. Durante as negociações, todas essas carreiras foram estruturadas em um novo regime remuneratório com vinte níveis salariais idênticos.

Entretanto, no momento do enquadramento dos servidores na nova tabela, a Medida Provisória adotou critérios distintos para a carreira de Finanças e Controle, permitindo um avanço diferenciado para esses profissionais em relação às demais carreiras equivalentes.

Essa diferenciação não se justifica, uma vez que os servidores da CVM desempenham atividades de alta complexidade, fundamentais para a regulação e fiscalização do mercado financeiro. Suas responsabilidades incluem auditorias financeiras e contábeis em grandes companhias, instituições financeiras e fundos de investimento, a supervisão de mais de oitenta mil entes fiscalizados, o monitoramento de aproximadamente cinco bilhões de operações anuais em bolsas

\*C02500805000\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250500805000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



de valores e a fiscalização de um volume estimado em dez trilhões de reais em investimentos. Essas atribuições demonstram a relevância estratégica do trabalho realizado pelos servidores da CVM e evidenciam que não há razão técnica ou administrativa para que seus servidores recebam um tratamento menos vantajoso do que os integrantes da carreira de Finanças e Controle.

Além da falta de justificativa para essa disparidade, a diferenciação pode gerar impactos negativos significativos, como a desmotivação dos profissionais afetados e a evasão de talentos para carreiras que oferecem remuneração mais atrativa, comprometendo a capacidade da CVM de atrair e reter servidores altamente qualificados. Isso, por sua vez, pode prejudicar a eficiência institucional e afetar diretamente o funcionamento do mercado financeiro, que depende da atuação rigorosa e especializada da autarquia.

Cabe ressaltar que o impacto orçamentário de tal correção seria mínimo, pois a medida beneficiaria exclusivamente os servidores ingressantes do concurso público realizado pela CVM em 2024, além dos excedentes que serão oportunamente convocados.

O precedente já estabelecido com a concessão de um enquadramento mais vantajoso à carreira de Finanças e Controle demonstra que o governo reconhece a importância da valorização dessas funções. O mesmo princípio deve ser aplicado às demais carreiras equivalentes, garantindo um tratamento justo e coerente com a relevância de suas atribuições.

Não realizar esse ajuste significaria desvalorizar profissionais que exercem um papel essencial para o desenvolvimento do país e comprometer a capacidade do Estado de regulamentar e fiscalizar setores fundamentais da economia. Para evitar esse cenário, é imprescindível revisar e corrigir o enquadramento dos servidores da CVM, de modo a assegurar uma política remuneratória justa, equilibrada e condizente com a importância de suas responsabilidades institucionais.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250500805000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Marcelo Queiroz**  
**(PP - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250500805000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



MPV 1286  
00367



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se ao Anexo III da Medida Provisória nº 1.286, de 2024 a seguinte redação:

ANEXO III

(Anexo II-C à Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998)

“TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA  
DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Cargo de Analista do Banco Central do Brasil:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Analista do Banco Central do Brasil	ESPECIAL	IV	V	ESPECIAL	Auditor do Banco Central do Brasil
		III	IV		
		II	III		
		I	II		
	C	III	I	C	
		II	V		
		I	IV		
	B	III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	III			
		II	V	B	
		I	IV		



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259328258600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



	III	A
	II	
	I	
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	

b) Cargo de Técnico do Banco Central do Brasil:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025				
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO		
Técnico do Banco Central do Brasil	ESPECIAL	IV	V	ESPECIAL	Técnico do Banco Central do Brasil		
		III	IV				
		II	III				
		I	II				
	C	III	I	C			
		II	V				
		I	IV				
	B	III	III	B			
		II	II				
		I	I				
	A	III	V			A	
		II					IV
		I					
							III
II							
I							
V							
IV							
III							
II							

\*CD259328258600\*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259328258600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



	I	
--	---	--

” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe alterar o Anexo III da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, para oferecer à carreira de Especialista do Banco Central do Brasil o mesmo enquadramento oferecido à carreira de Finanças e Controle no Anexo CCCXIX.

Após todas as rodadas de negociação entre as carreiras e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), foi mantida a equiparação remuneratória entre as carreiras que historicamente possuíam o mesmo padrão salarial da carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, incluindo aquelas pertencentes ao chamado Ciclo de Gestão e ao Núcleo Financeiro, como CVM, SUSEP, EPPGG, APO e ACE.

No entanto, embora esse equilíbrio tenha sido preservado, o Anexo CCCXIX da Medida Provisória concedeu à carreira de Finanças e Controle um tratamento mais favorável em comparação às demais. Durante as negociações, todas essas carreiras foram estruturadas em um novo regime remuneratório com vinte níveis salariais idênticos.

Entretanto, no momento do enquadramento dos servidores na nova tabela, a Medida Provisória adotou critérios distintos para a carreira de Finanças e Controle, permitindo um avanço diferenciado para esses profissionais em relação às demais carreiras equivalentes.

Essa diferenciação não se justifica, uma vez que os servidores do Banco Central do Brasil desempenham atividades de alta complexidade, fundamentais para o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos. Suas responsabilidades incluem a emissão de moeda, fiscalização e autorização de funcionamento de instituições financeiras, administração das Reservas Internacionais, recebimento de recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e o controle da inflação. Essas atribuições

ExEdit  
\* C D 2 5 9 3 2 8 2 5 8 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259328258600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz



demonstram a relevância estratégica do trabalho realizado pelos servidores do Banco Central do Brasil e evidenciam que não há razão técnica ou administrativa para que seus servidores recebam um tratamento menos vantajoso do que os integrantes da carreira de Finanças e Controle.

Além da falta de justificativa para essa disparidade, a diferenciação pode gerar impactos negativos significativos, como a desmotivação dos profissionais afetados e a evasão de talentos para carreiras que oferecem remuneração mais atrativa, comprometendo a capacidade da BCB de atrair e reter servidores altamente qualificados. Isso, por sua vez, pode prejudicar a eficiência institucional e afetar diretamente o funcionamento do sistema financeiro, que depende da atuação rigorosa e especializada da autarquia.

Cabe ressaltar que o impacto orçamentário de tal correção seria mínimo, pois a medida beneficiaria exclusivamente os servidores ingressantes do concurso público realizado pela em 2024.

O precedente já estabelecido com a concessão de um enquadramento mais vantajoso à carreira de Finanças e Controle demonstra que o governo reconhece a importância da valorização dessas funções. O mesmo princípio deve ser aplicado às demais carreiras equivalentes, garantindo um tratamento justo e coerente com a relevância de suas atribuições.

Não realizar esse ajuste significaria desvalorizar profissionais que exercem um papel essencial para o desenvolvimento do país e comprometer a capacidade do Estado de regulamentar e fiscalizar setores fundamentais da economia. Para evitar esse cenário, é imprescindível revisar e corrigir o enquadramento dos servidores do BCB, de modo a assegurar uma política remuneratória justa, equilibrada e condizente com a importância de suas responsabilidades institucionais.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Marcelo Queiroz**  
(PP - RJ)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259328258600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Queiroz





**MPV 1286  
00368**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Dep. Eduardo da Fonte

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 42-1 ao Capítulo XVII da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 42-1.** Ficam restabelecidas, a partir da folha de pagamento de janeiro de 2025, as vantagens previstas no art. 30 da Lei nº 12.998/2014, que estavam previstas no §5º do art. 3º da Lei nº 10.855/2004, e no §5º do art. 2º da Lei nº 11.355/2006, anteriormente denominadas DPNI, VPNI e DI, que passam a ser denominadas, a partir de 1º de janeiro de 2025, Diferença Individual judicial – DIJ, a ser paga nos valores relativos à competência de fevereiro de 2009, data da integralização do índice de 47,11% aos vencimentos dos servidores, efetivamente percebidos pelo servidor, não integrando a base de cálculo de nenhuma vantagem ou gratificação, estando sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores do Poder Executivo Federal.

§ 1º Ficam vedadas interpretações que conduzam a considerar incorporadas as vantagens do caput por mera reestruturação de carreira com implantação de tabelas de vencimentos, salvo quando for concedido reajuste linear.

§ 2º Os servidores que optaram pelas Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, criada pela Lei nº 11.355/2006, bem como os servidores integrantes da Carreira de que trata a Lei nº 10.855/2004, que vinham percebendo o adiantamento pecuniário de que trata o art. 8º da Lei nº 7.686/1988 que e tiveram a referida vantagem suprimida, farão jus ao restabelecimento do seu pagamento como Diferença Individual Judicial – DIJ, de acordo com os valores da competência de fevereiro de 2009;

§ 3º Os servidores que não assinaram o termo de opção previsto na Lei nº 11.355/2006 e na Lei nº 10.855/2004 poderão em novo prazo a ser publicado pelo Poder Executivo, sem efeitos retroativos.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251881474400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo da Fonte



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo garantir o cumprimento do acordo firmado entre o Poder Executivo e os servidores das Carreiras do Seguro Social e da Previdência, Saúde e do Trabalho, assegurando a manutenção da remuneração originalmente pactuada. Em 2003, foi celebrado um termo de acordo entre as entidades representativas desses servidores e o governo federal, prevendo a incorporação da remuneração referente ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) judicial. Contudo, a não observância integral desse acordo resultou em perdas salariais para os servidores, comprometendo sua estabilidade financeira e reconhecimento profissional.

Para corrigir essa distorção, propõe-se a instituição da Diferença Individual Judicial, com o restabelecimento do pagamento devido, garantindo que a renúncia se limite ao percentual de 47,11%, conforme estipulado no acordo de 2003. Dessa forma, mantém-se a equidade salarial e o respeito aos compromissos firmados, evitando que os servidores sejam prejudicados por uma decisão administrativa que contraria os princípios da boa-fé e da segurança jurídica.

A demanda por essa alteração foi apresentada pelas entidades representativas das categorias envolvidas, que manifestaram preocupação com a redução da remuneração de seus membros. A proposta desta emenda busca, portanto, reparar o prejuízo financeiro imposto a esses servidores, reafirmando o compromisso do Estado com a valorização e o reconhecimento de seus profissionais.

Diante do exposto, justifica-se plenamente a necessidade da presente emenda, assegurando que os direitos dos servidores sejam preservados e que o acordo firmado seja integralmente cumprido.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Eduardo da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Deputado Federal**

ExEdit  
\*CD251881474400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251881474400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo da Fonte



**MPV 1286  
00369**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Substitua-se os anexos CXC e CXCII a que se refere o Art. 115 da MP 1.286/2024 pelo texto e tabelas anexadas a esta emenda.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente Emenda objetiva a equiparação remuneratória do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário com os valores que são atualmente praticados em Autarquia federal assemelhada, também executora de Políticas Públicas e com atuação em todo o território nacional.

Ao longo dos últimos anos o Incra vem sofrendo com a diminuição significativa de sua capacidade operacional em decorrência do esvaziamento de seu Quadro de servidores ativos. De acordo com levantamento realizado recentemente, por exemplo, dos 2.599 servidores que ingressaram no Incra por meio de concursos públicos realizados nos anos de 2004, 2005 e 2010, um total 33% desse efetivo, correspondente à 858 servidores, deixaram de pertencer ao Quadro de Pessoal ativo do Instituto, além das aposentadorias ocorridas nos últimos anos.

Alguns dos principais motivos para a evasão de mão de obra qualificada foram a assunção em outros cargos efetivos com melhores

ExEdit  
\*CD252102949200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252102949200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



remunerações, além de servidores que deixaram o Incra para atuarem na iniciativa privada.

Com as atuais condições altamente deficitárias das remunerações das Carreiras do Quadro de Pessoal do Incra, a situação acima mencionada será agravada ainda mais, o que torna o cenário ainda mais preocupante, pois o Instituto poderá não mais possuir condições de cumprimento de sua missão institucional.

Vale ressaltar que nos últimos anos o Governo Federal estabeleceu como prioritárias para o Incra - inclusive inserindo-se tais atividades no rol de suas principais diretrizes estratégicas - as ações e metas de Regularização Fundiária e de Titulação de áreas rurais, incluindo-se aí as parcelas dos Projetos de Assentamento.

No intuito de cumprir tais diretrizes, a Autarquia tem direcionado grande parte de seu capital humano efetivo e recursos logísticos para o atingimento das metas vinculadas à tais ações prioritárias.

Não obstante o alto déficit funcional ora mencionado, o Instituto tem atuado no sentido de cumprir de forma louvável as metas estabelecidas, tanto para suas ações, atividades e serviços ordinários, como também para as demais atividades que foram estabelecidas como o foco principal do órgão, conforme mencionado anteriormente.

Em sentido oposto à atual realidade da Força de Trabalho, o Incra vem recebendo acréscimo considerável nas suas demandas de atuação institucional. Os processos de trabalho vinculados à Gestão da Malha Fundiária, ao Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (concessão de Créditos de Instalação, Infraestrutura



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252102949200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



\*CD252102949200\*  
ExEdit



básica, por exemplo), aos preparativos para a Titulação de áreas rurais, ao Cadastro e Georeferenciamento de unidades rurais a serem regularizadas, as Certificações de Imóveis Rurais no SIGEFE, as ações para Consolidação de Projetos de Assentamento, e as Atividades Administrativas de apoio e suporte às áreas finalísticas, dentre outras, foram alavancadas de forma relevante nos últimos anos, dificultando a execução das atividades vinculadas a tais processos, ocasionando, assim, em riscos quanto à plena execução dessas atribuições e diretrizes, em virtude da atual deficiência de servidores no Corpo Funcional.

Sendo assim, as baixas remunerações, com consequente evasão de servidores, e o expressivo aumento das ações e metas na Autarquia, tornarão inviáveis o cumprimento das atribuições da Autarquia, refletindo-se no prenúncio de total colapso do Órgão nos próximos 1 a 2 anos, caso nada seja feito para reverter tal situação.

Face a gravidade da situação atual da Força de Trabalho da Autarquia, e visando criar as condições mínimas necessárias para que o quadro acima seja evitado, torna-se urgente a necessidade de revisão da estrutura remuneratória das Carreiras dos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Incra.

Por fim, a aprovação da presente Emenda é condição necessária para reversão do cenário apresentado que impede o cumprimento da missão institucional do Incra: a Reforma Agrária, o Desenvolvimento Rural Sustentável e Gerenciamento da Estrutura Fundiária do Brasil.

\*CD252102949200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252102949200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252102949200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



\* CD 252102949200 \*  
LexEdit



ANEXO CXC

(Anexo II, da Lei nº 11.090, de 07 de janeiro de 2005) TABELA DE  
VENCIMENTOS BÁSICOS DOS CARGOS DO PLANO DE  
CARREIRA DOS CARGOS DE REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

c) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Auxiliar

Em R\$

Cargos	Classe	Padrão	Valor do Vencimento Básico a partir de		
			1º de maio de 2023	1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026
Cargos de nível auxiliar	EESPECIAL	III	1.446,93	2.136,00	2.221,00
		II	1.421,34	2.059,00	2.141,00
		I	1.396,20	1.985,00	2.064,00

d) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Superior

Em R\$

Cargos	Classe	Padrão	Valor do Vencimento Básico a partir de	
			1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252102949200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



Cargos de nível superior	ESPECIAL	V	10.633,00	11.355,00
		IV	10.353,00	11.056,00
		III	10.081,00	10.452,00
		II	9.816,00	10.177,00
		I	9.558,00	9.909,00
	C	V	8.942,00	9.271,00
		IV	8.707,00	9.027,00
		III	8.478,00	8.790,00
		II	8.255,00	8.559,00
		I	8.038,00	8.334,00
	B	V	7.520,00	7.797,00
		IV	7.322,00	7.592,00
		III	7.130,00	7.392,00
		II	6.943,00	7.198,00
		I	6.886,00	7.130,00
	A	V	6.829,00	7.062,00
		IV	6.619,00	6.811,00
		III	6.416,00	6.569,00
		II	6.219,00	6.336,00
		I	6.029,00	6.111,00

e) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Intermediário

Em R\$

Cargos	Classe	Padrão	Valor do Vencimento Básico a partir de	
			1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026
Cargos de nível intermediário	ESPECIAL	V	4.633,40	5.044,00
		IV	4.529,00	4.837,00
		III	4.427,00	4.568,00
		II	4.327,00	4.465,00
		I	4.230,00	4.365,00

\*CD252102949200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252102949200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção





	C	V	4.042,00	4.171,00
		IV	3.951,00	4.077,00
		III	3.862,00	3.985,00
		II	3.775,00,	3.895,00
		I	3.690,00	3.807,00
	B	V	3.526,00	3.638,00
		IV	3.447,00	3.556,00
		III	3.370,00	3.476,00
		II	3.294,00	3.398,00
		I	3.220,00	3.322,00
	A	V	3.128,00	3.174,00
		IV	3.058,00	3.103,00
		III	2.989,00	3.033,00
		II	2.922,00	2.965,00
		I	2.856,00	2.898,00

ANEXO CXCI

(Anexo V, da Lei nº 11.090, de 07 de janeiro de 2005) TABELA

DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE  
DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE REFORMA AGRÁRIA -GDARA

.....

c) Valor do ponto da GDARA para os cargos de nível auxiliar:

Em R\$

Classe	Padrão	Valor do Ponto da GDARA a partir de		
		1º de maio de 2023	1º de janeiro de 2025	1º de abril de 2026
ESPECIAL	III	17,18	19,85	20,64
	II	17,04	19,07	19,83
	I	16,87	18,35	19,08

d) Valor do ponto da GDARA para os cargos de nível superior



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252102949200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



Em R\$

Classe	Padrão	Valor do Ponto da GDARA a partir de	
		1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026
ESPECIAL	V	65,39	67,80
	IV	63,67	63,67
	III	62,00	62,00
	II	60,37	60,37
	I	58,78	58,78
C	V	54,99	54,99
	IV	53,54	53,54
	III	52,13	52,13
	II	50,76	50,76
	I	49,43	49,43
B	V	46,24	46,24
	IV	45,02	45,02
	III	43,84	43,84
	II	42,69	42,69
	I	42,35	42,30
A	V	42,00	41,89
	IV	40,71	40,40
	III	39,46	38,97
	II	38,25	37,59
	I	37,07	36,25

e) Valor do ponto da GDARA para os cargos de nível intermediário

Em R\$

Classe	Padrão	Valor do Ponto da GDARA a partir de	
		1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026
ESPECIAL	V	28,50	29,40
	IV	27,86	28,74
	III	27,23	28,09

\*CD252102949200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252102949200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



C	II	26,62	27,46
	I	26,02	26,84
	V	24,86	25,65
	IV	24,30	25,07
	III	23,75	24,51
	II	23,22	23,96
B	I	22,70	23,42
	V	21,69	22,38
	IV	21,20	21,88
	III	20,72	21,39
	II	20,25	20,91
	I	19,79	20,44
A	V	19,22	19,53
	IV	18,79	19,09
	III	18,37	18,66
	II	17,96	18,24
	I	17,56	17,83

(Anexo V-B da Lei nº 11.090, de 07 de janeiro de 2005)

VALORES DA GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO - GQ

a) Valor da GQ para os cargos de Nível Superior, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Em R\$

Classe	Padrão	VALOR DA GQ A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			VALOR DA GQ A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026		
		Nível I	Nível II	Nível III	Nível I	Nível II	Nível III
ESPECIAL	V	819,00	1.627,00	2.446,00	874,00	1.737,00	2.612,00
	IV	797,00	1584,00	2.381,00	851,00	1.692,00	2.543,00
	III	776,00	1.542,00	2.319,00	805,00	1.599,00	2.404,00
	II	756,00	1.502,00	2.258,00	784,00	1.557,00	2.341,00
	I	736,00	1.462,00	2.198,00	763,00	1.516,00	2.279,00
	V	689,00	1.368,00	2.057,00	714,00	1.418,00	2.132,00

\*CD252102949200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252102949200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



	IV	670,00	1.332,00	2.003,00	695,00	1.381,00	2.076,00
	III	653,00	1.297,00	1.950,00	677,00	1.345,00	2.022,00
	II	636,00	1.263,00	1.899,00	659,00	1.310,00	1.969,00
	I	619,00	1.230,00	1.849,00	642,00	1.275,00	1.917,00
B	V	579,00	1.151,00	1.730,00	600,00	1.193,00	1.793,00
	IV	564,00	1.120,00	1.684,00	585,00	1.162,00	1.746,00
	III	549,00	1.091,00	1.640,00	569,00	1.131,00	1.700,00
	II	535,00	1.062,00	1.597,00	554,00	1.101,00	1.656,00
	I	530,00	1.054,00	1.584,00	549,00	1.091,00	1.640,00
A	V	526,00	1.045,00	1.571,00	544,00	1.080,00	1.624,00
	IV	510,00	1.013,00	1.522,00	524,00	1.042,00	1.567,00
	III	494,00	982,00	1.476,00	506,00	1.005,00	1.511,00
	II	479,00	952,00	1.430,00	488,00	969,00	1.457,00
	I	464,00	922,00	1.387,00	471,00	935,00	1.406,00

b) Valor da GQ para os cargos de Nível Intermediário, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Em R\$

Classe	Padrão	VALOR DA GQ A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			VALOR DA GQ A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026		
		Nível I	Nível II	Nível III	Nível I	Nível II	Nível III
ESPECIAL	V	380,00	783,00	1.158,00	414,00	852,00	1.261,00
	IV	371,00	765,00	1.132,00	397,00	817,00	1.209,00
	III	363,00	748,00	1.107,00	375,00	772,00	1.142,00
	II	355,00	731,00	1.082,00	366,00	755,00	1.116,00
	I	347,00	715,00	1.058,00	358,00	738,00	1.091,00
C	V	331,00	683,00	1.011,00	342,00	705,00	1.043,00
	IV	324,00	668,00	988,00	334,00	689,00	1.019,00
	III	317,00	653,00	966,00	327,00	673,00	996,00
	II	310,00	638,00	944,00	319,00	658,00	974,00
	I	303,00	624,00	923,00	312,00	643,00	952,00
B	V	289,00	596,00	882,00	298,00	615,00	910,00

\*C0252102949200\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252102949200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



A	IV	283,00	583,00	862,00	292,00	601,00	889,00
	III	276,00	570,00	843,00	285,00	587,00	869,00
	II	270,00	557,00	824,00	279,00	574,00	850,00
	I	264,00	544,00	805,00	272,00	561,00	831,00
	V	256,00	529,00	782,00	260,00	536,00	794,00
	IV	251,00	517,00	765,00	254,00	524,00	776,00
	III	245,00	505,00	747,00	249,00	513,00	758,00
	II	240,00	494,00	731,00	243,00	501,00	741,00
	I	234,00	483,00	714,00	238,00	490,00	725,00

ExEdit  
\*CD252102949200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252102949200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



**MPV 1286  
00370**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, antes do art. 145 da Medida Provisória, o seguinte  
Capítulo LV-1:

**“CAPÍTULO LV-1****disposições finais e transitórias**

**Art. 0.** Os titulares de cargo de provimento efetivo do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de que tratam os artigos 192-A e 192-B somente poderão:

**I** – ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;

**II** – ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de CCE ou FCE de nível mínimo 13 ou equivalente; e

**III** – ser cedidos para o exercício de cargos comissionados CCE 1.13 ou superior, ou equivalentes, para outros entes federativos.

**Art. 0-1.** Os servidores atualmente cedidos e em desacordo com as normas deste dispositivo, deverão retornar ao órgão de origem, após encerrada a movimentação respectiva.

**Art. 0-2.** A aplicação do disposto nesta Medida Provisória aos servidores ativos, aos aposentados e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, proventos e pensões.

**Parágrafo único.** Na hipótese de redução de remuneração, provento ou pensão decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo, da reorganização ou reestruturação do plano de cargos, da reestruturação de tabela remuneratória, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza, conforme o caso.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250270447500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi

\*C0250270447500\*  
Edit

**Art. 0-3.** Fica vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano de Cargos com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Cargos.

**Art. 0-4.** A implementação do Plano de Cargos na forma do art. 1º desta Medida Provisória, não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação aos cargos e às atribuições atuais desenvolvidas pelos servidores ocupantes de cargos efetivos objeto do enquadramento.

**Parágrafo único.** Os servidores abrangidos pela presente Medida Provisória permanecem em exercício na atual unidade de lotação.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e

\*CD250270447500\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250270447500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250270447500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



\*C D 2 5 0 2 7 0 4 4 7 5 0 0 \*





carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao longo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250270447500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



\*CD250270447500\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00371**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, antes do art. 145 da Medida Provisória, o seguinte  
Capítulo LV-1:

**“CAPÍTULO LV-1**

do sistema de desenvolvimento na carreira - sidec

**Art.****0.****Art**

206.....

**I – LXVIII - Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança  
Pública.”**

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados  
no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256085873200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi

\*CD256085873200\*  
Edit

são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à

\*CD256085873200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256085873200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao logo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256085873200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



\*CD256085873200\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00372**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

**O o Anexo I da Medida Provisória, passa vigorar conforme as seguintes disposições:**

“CAPÍTULO I

DA CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 3º O [Anexo II-A à Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998](#), passa a vigorar na forma do [Anexo I a esta Medida Provisória](#).

Anexo I

[\(Anexo II-A à Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998\)](#)

“TABELA DE SUBSÍDIOS DOS CARGOS DA CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

c) Cargo de Auditor do Banco Central do Brasil, efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025:

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO

ExEdit  
\*CD256754044900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256754044900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Auditor Federal do Banco Central	ESPECIAL	IV	V	Especial	Auditor Federal do Banco Central	
		III	IV			
		II	III			
		I	II			
	C	III	I	C		
		II	V			
		I	IV			
	B	III	III			B
		II	II			
		I	I			
	A	III				
	II	V				
	I	IV				
		III	A			
		II				
		I				
V						
IV						
III						
II						
I						

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1286, de 31 de dezembro de 2024, reestruturou diversas carreiras no serviço público federal, incluindo a de **Auditor do Banco Central do Brasil**, que em seu Anexo III, indica a

ExEdit  
\*CD256754044900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256754044900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



correlação dos novos níveis criados, com os previstos na Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, em seu Anexo II-A.

Os Auditores do Banco Central desempenham funções essenciais para a estabilidade econômica e financeira do país, incluindo a gestão do sistema de metas para a inflação, a supervisão do sistema de pagamentos brasileiro e a administração dos serviços do meio circulante. Essas atribuições são de alta complexidade e impacto significativo nas políticas públicas e na economia nacional.

Em abril de 2024, o Governo Federal firmou um acordo com os servidores do Banco Central que alterou a nomenclatura do cargo de Analista para Auditor, incluindo algumas prerrogativas adicionais e prevendo reajustes salariais para 2025 e 2026. Entretanto, a reestruturação promovida pela MPV 1286/2024 não garantiu tratamento isonômico aos Auditores do Banco Central em relação à carreira de Auditor Federal de Finanças e Controle, gerando uma disparidade que não se justifica diante da similaridade de exigências, responsabilidades e impacto das funções desempenhadas.

Ademais, já foram apresentadas propostas de emenda à mesma MP, que preveem a equiparação das regras de enquadramento das carreiras do ciclo de gestão à de Auditor Federal de Finanças e Controle. Contudo, até o momento, não há previsão de tratamento semelhante para os Auditores do Banco Central, o que evidencia um tratamento desigual.

Historicamente, as carreiras de Auditor do Banco Central e Auditor Federal de Finanças e Controle têm sido equiparadas, dada a complexidade e a relevância estratégica de suas atribuições. Assim, a equiparação dos benefícios concedidos ao Auditor Federal de Finanças e Controle com os Auditores do Banco Central deve ser garantida, pois



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256754044900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



representa não apenas um ajuste técnico adequado, mas também um reconhecimento da importância da atuação desses profissionais para o funcionamento eficiente do Estado.

O precedente estabelecido na concessão de benefícios à carreira de Auditor Federal de Finanças e Controle demonstra que a valorização de funções estratégicas é possível e necessária. O mesmo raciocínio deve ser aplicado aos Auditores do Banco Central, uma vez que desempenham atividades críticas para o cumprimento do interesse público, como a elaboração de políticas monetárias, a coordenação de programas governamentais e o planejamento econômico. A desigualdade de benefícios, além de gerar desmotivação, pode levar à evasão de talentos para carreiras mais vantajosas, prejudicando o desempenho institucional.

Diante de todo o exposto, propõe-se esta Emenda à Medida Provisória nº 1286, de 31 de dezembro de 2024, de forma a equiparar a tabela constante do Anexo II-C à Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, disposta no Anexo III da MP 1286/2024 à correlação estabelecida na forma do Anexo IV-D da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, disposta no Anexo CCCXIX da mesma Medida Provisória.

Por fim, a equiparação dos benefícios reforça o compromisso com a justiça administrativa e os princípios constitucionais de eficiência, moralidade e impessoalidade no serviço público. Eliminar privilégios pontuais e garantir que todos os servidores de carreiras congêneres sejam valorizados de forma equitativa promove um ambiente de trabalho mais equilibrado e meritocrático. Assim, essa medida não apenas fortalece a harmonia institucional, mas também contribui para o aprimoramento do serviço público como instrumento para o desenvolvimento do país.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256754044900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256754044900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD256754044900\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256754044900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





CONGRESSO NACIONAL

**MPV 1286  
00373****EMENDA N - CMMPV 1286/2024**(à MPV 1286/2024)

Altera-se o art. 83 da Medida Provisória, para incluir a alteração ao art. 11 da A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, nos termos a seguir:

Art. 1º.....

§3º - Os cargos de nível auxiliar alcançados pelo disposto no § 1º que estejam vagos poderão ser transformados em cargos de Analista Ambiental ou Analista Administrativo, quando integrantes do quadro de pessoal do Ibama, e extintos, se pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério do Meio Ambiente.

§ 6º - A Carreira de que trata o art. 1º é típica de estado.

Art. 6º.....

Parágrafo Único. O exercício das atividades de fiscalização pelos titulares dos cargos previstos no art. 1º deverá ser precedido de ato de designação próprio da autoridade ambiental à qual estejam vinculados e dar-se-á na forma de norma a ser baixada pelo Ibama ou pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, conforme o Quadro de Pessoal a que pertencerem.

Art. 9º - Os concursos para os cargos de Gestor Administrativo, Analista Administrativo e Técnico Administrativo podem ser específicos, de acordo com o interesse da administração, por especialidade profissional.

Art. 11.....

.....

§2º.....

III – diploma de nível Superior para o cargo de Técnico Ambiental

IV - diploma de nível Superior para o cargo de Técnico Administrativo”.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254806623800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dorinaldo Malafaia





## CONGRESSO NACIONAL

**Justificativa**

A presente emenda tem por objetivo estruturar e modernizar a Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA), garantindo sua caracterização como carreira típica de Estado, estabelecendo a exigência de nível superior para os cargos de Técnico Ambiental e Técnico Administrativo e disciplinando a designação para a fiscalização ambiental.

Tais alterações asseguram maior qualificação técnica, reforçam a segurança jurídica dos atos administrativos e fortalecem o aparato estatal na proteção ambiental, em consonância com os princípios constitucionais da eficiência administrativa (art. 37, CF) e da defesa do meio ambiente (art. 225, CF).

**Reconhecimento da CEMA como Carreira Típica de Estado**

A Constituição Federal estabelece que carreiras que exercem poder de polícia administrativa e desempenham funções estratégicas para o interesse público devem ser reconhecidas como típicas de Estado.

A Carreira de Especialista em Meio Ambiente (CEMA) atende plenamente a esses critérios, pois:

- Atua na formulação, implementação e fiscalização de políticas ambientais essenciais para o cumprimento do art. 225 da CF;
- Exerce poder de polícia administrativa, aplicando sanções e fiscalizando atividades potencialmente danosas ao meio ambiente;
- Desempenha funções exclusivas do Estado, como licenciamento, monitoramento, controle ambiental e conservação da biodiversidade.

O reconhecimento da CEMA como carreira típica de Estado confere maior estabilidade institucional, impede ingerências indevidas e garante a continuidade das políticas públicas ambientais, resguardando a segurança jurídica e a eficiência administrativa.

**Exigência de Nível Superior para os Cargos Técnicos**

A complexidade crescente da gestão ambiental impõe a necessidade de um corpo técnico altamente qualificado. Atualmente, os Técnicos Administrativos e Técnicos Ambientais exercem atividades que demandam formação superior, tais como:

- Gestão de recursos ambientais e análise de impacto ambiental;
- Interpretação e aplicação de normas ambientais e administrativas;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254806623800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dorinaldo Malafaia





## CONGRESSO NACIONAL

- Utilização de sistemas avançados de monitoramento e controle.
- Execução do Poder de Polícia Ambiental por ato de designação.
- Cumprimento de Metas institucionais em seus planos de trabalhos, dentre outras.

A alteração proposta não modifica a nomenclatura nem as atribuições dos cargos, mas alinha a exigência de escolaridade à realidade já consolidada na execução das funções.

**O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a constitucionalidade da exigência de nível superior para cargos públicos, desde que mantidas suas atribuições e a mesma nomenclatura do cargo, conforme decidido na ADI 4303/RN.**

**“EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ART. 1º, CAPUT E § 1º DA LEI COMPLEMENTAR N. 372/2008 DO RIO GRANDE DO NORTE.**

*1. A reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o art. 37, inc. II, da Constituição da República. Logo, a Lei Complementar potiguar n. 372/2008, ao manter exatamente a mesma estrutura de cargos e atribuições, é constitucional.*

*2. A norma questionada autoriza a possibilidade de serem equiparadas as remunerações dos servidores auxiliares técnicos e assistentes em administração judiciária, aprovados em concurso público para o qual se exigiu diploma de nível médio, ao sistema remuneratório dos servidores aprovados em concurso para cargo de nível superior.*

*3. A alegação de que existiriam diferenças entre as atribuições não pode ser objeto de ação de controle concentrado, porque exigiria a avaliação, de fato, de quais assistentes ou auxiliares técnicos foram redistribuídos para funções diferenciadas. Precedentes.*

*4. Servidores que ocupam os mesmos cargos, com a mesma denominação e na mesma estrutura de carreira, devem ganhar igualmente (princípio da isonomia). Supremo Tribunal Federal Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 5914904. Supremo Tribunal Federal Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 30 Ementa e Acórdão ADI 4303 / RN 5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente”*

**Além disso, essa adequação além de não mudar atribuição, também não sobreposição atribuição de outros cargos e não gera impacto financeiro imediato, porque não altera a estrutura remuneratória vigente, assegurando uma transição gradual e planejada.**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254806623800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dorinaldo Malafaia





## CONGRESSO NACIONAL

**Regulamentação da Designação para a Fiscalização Ambiental**

Atualmente, existe uma verdadeira Insegurança Jurídica na Designação de Servidores, isso porque embora a Lei nº 9.605/1998 (art. 70, §1º) já estabelece que servidores de órgãos ambientais que façam parte do SISNAMA possam ser designados para a fiscalização ambiental, independentemente do cargo ocupado, mas o IBAMA passou a dar entendimento de “reserva de cargos” para designação, contraindo a o entendimento da PFE na **Orientação Jurídica Normativa 08/2010/PFE/Ibama reforça essa interpretação ao afirmar que:**

*"Não há qualquer ilegalidade na nomeação, por portaria, de servidores do Ibama ocupantes de cargos integrantes de qualquer de suas carreiras para a função de fiscalização, uma vez que esse ato normativo está cumprindo o disposto no §1º do art. 70 da Lei nº 9.605/98."*

Apesar disso, a ausência de regulamentação uniforme levou a interpretações divergentes no Ibama e no ICMBio, criando insegurança jurídica e restrições indevidas, por falta de uniformização da Designação para a Fiscalização, pois, atualmente, a designação para a fiscalização ambiental ocorre de forma desigual entre as autarquias ambientais cuja carreira é a mesma de Especialista em Meio Ambiente:

- No ICMBio, qualquer servidor da CEMA (Carreira de Especialista em Meio Ambiente) pode ser designado para a fiscalização, desde que aprovado em curso específico;

- No Ibama, desde 2016, apenas Analistas Ambientais e Técnicos Ambientais podem ser formalmente designados, excluindo os novos Técnicos Administrativos de fazer o curso de fiscalização, em contradição com a legislação vigente.

Essa limitação imposta pelo Ibama reduziu a força de trabalho disponível para fiscalização, impactando diretamente a eficiência do órgão. Atualmente 799 servidores atuam nessa atividade, sendo **04 (Analistas Administrativos)**, 447 (Analistas Ambientais), **82 (Técnicos Administrativos)** e 266 (Técnicos Ambientais).

A presente emenda corrige essa distorção, garantindo que a designação de servidores para a fiscalização ocorra de forma isonômica, mediante ato formal da autoridade competente, preservando a legalidade e a segurança jurídica dos atos administrativos, já que nenhum dos cargos da Carreira Ambiental não possui atribuição para a EXECUÇÃO da atividade de Fiscalização, por se tratar de uma competência da autarquia que pode delegá-la ou avocá-la, contudo somente o império da Lei pode determinar os fins institucionais no sentido de que a preservação Ambiental deve vir em primeiro lugar.

A modernização da Carreira de Especialista em Meio Ambiente é um passo essencial para fortalecer a governança ambiental no Brasil. A presente emenda:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254806623800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dorinaldo Malafaia





## CONGRESSO NACIONAL

- Reconhece a CEMA como carreira típica de Estado, assegurando a autonomia e estabilidade necessárias ao exercício do poder de polícia ambiental;

- Exige nível superior para os cargos técnicos, garantindo um quadro de servidores mais capacitado e alinhado às crescentes demandas da administração ambiental;

- Uniformiza a designação para a fiscalização ambiental, eliminando distorções e reforçando a segurança jurídica.

A proposta não gera impacto financeiro imediato, pois mantém a estrutura remuneratória vigente e se baseia em fundamentação jurídica sólida, respaldada por jurisprudência do STF e normativas já reconhecidas pela administração pública.

Diante do exposto, a aprovação desta emenda é imprescindível para modernizar a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, garantindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e valorização profissional no serviço público federal.

Sala das sessões, 10 de fevereiro de 2025.

Dorinaldo Malafaia

Deputado Federal – PDT/AP



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254806623800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dorinaldo Malafaia



**MPV 1286  
00374**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, antes do art. 145 da Medida Provisória, o seguinte  
Capítulo LV-1:

**“CAPÍTULO LV-1****Da remuneração**

**Art. 0.** Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Cargos quando não se encontrarem em exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação somente farão jus à GDAJUSP quando:

**I** – requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDAJUSP calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no respectivo órgão de lotação; e

**II** – cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput deste artigo e investidos em cargo de Natureza Especial, de provimento em Cargo Comissionado Executivo CCE de 1.13 a 1.17, ou equivalentes, e perceberão a GDAJUSP calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

**Art. 0-1.** Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAJUSP correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

**Parágrafo único.** O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

**Art. 0-2.** Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252306340700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi





de licença sem vencimento ou cessão a outro órgão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAJUSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

**Art. 0-3.** O titular de cargo efetivo, quando investido em cargo em comissão de Natureza Especial - NE ou Cargo Comissionado Executivo de 1.13 a 1.17 ou equivalentes, perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somada ao resultado da avaliação institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública no período.

**Parágrafo único.** Ocorrendo exoneração de cargo em comissão referido no caput, com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDAJUSP continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

**Art. 0-4.** O servidor beneficiário da GDAJUSP que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Parágrafo único.** O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da análise de adequação funcional, identificará as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e adotará as medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

**Art. 0-5.** A GDAJUSP integrará os proventos de aposentadoria quando percebida há pelo menos 60 (sessenta) meses ininterruptos.

**§ 1º** Para fins do disposto no caput deste artigo, o valor a ser incorporado aos proventos da aposentadoria será calculado pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor a título de GDAJUSP nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria.

**§ 2º** A parcela incorporada aos proventos da aposentadoria com base no disposto no caput deste artigo não poderá ser percebida cumulativamente com outra parcela incorporada de gratificação de desempenho, de atividade ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo, facultado o direito de opção pela incorporação aos proventos da parcela mais antajosa.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252306340700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



§ 3º Os proventos da aposentadoria de servidor que não completou 60 (sessenta) meses ininterruptos da percepção da GDAJUSP serão calculados considerando a gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que fazia jus o servidor em decorrência do exercício das atribuições do respectivo cargo efetivo, considerando o Plano de Cargos a que pertença.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e

\*CD252306340700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252306340700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

\*CD252306340700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252306340700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao logo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252306340700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



**MPV 1286  
00375****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

**“Art. ANEXO CCCIX-A ESTRUTURA DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**a) **Cargos de Nível Superior:** CLASSE PADRÃO ESPECIAL V IV III II I C V IV III II I B V IV III II I A V IV III II I **b) Cargos de Nível Intermediário:** CLASSE PADRÃO ESPECIAL V IV III II I C V IV III II I B V IV III II I A V IV III II I **c) Cargos de Nível Auxiliar:** CLASSE PADRÃO ESPECIAL III II I **ANEXO CCCIX-B TERMO DE OPÇÃO** PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA Nome: Matrícula SIAPE: Cargo: Unidade de Lotação: Unidade Pagadora: Cidade: Estado: ( ) Servidor ( ) Aposentado ( ) Pensionista Venho, nos termos da Medida Provisória nº, de de de, em observância ao disposto no parágrafo 3º do art. 192-A, optar por integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, situação na qual deixará de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010. Local e Data:, de de. Assinatura **ANEXO CCCIX-C TERMO DE OPÇÃO** PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA Nome: Matrícula SIAPE: Cargo: Unidade de Lotação: Unidade Pagadora: Cidade: Estado: ( ) Servidor ( ) Aposentado ( ) Pensionista Venho, nos termos da Medida Provisória nº, de de de, em observância ao disposto no parágrafo 2º do art. 192-B, optar por **não** integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Local e Data:, de de. Assinatura **ANEXO CCCIX-D VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA**

ExEdit  
\*CD254909095500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254909095500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



**PÚBLICAa) Médico, de Nível Superior, 20 horas:** CLASSE PADRÃO VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$) EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027 ESPECIAL V 9.916,26 10.648,92 11.378,00 IV 9.702,96 10.403,26 11.138,48 III 9.494,18 10.164,08 10.904,29 II 8.831,58 9.463,29 10.172,09 I 8.641,53 9.245,25 9.942,60 C V 8.455,05 9.031,53 9.718,64 IV 8.272,99 8.822,90 9.514,77 III 8.095,18 8.620,17 9.313,87 II 7.921,48 8.422,13 9.118,79 I 7.348,12 7.819,16 8.289,71 B V 7.092,29 7.518,23 7.954,97 IV 6.845,88 7.228,72 7.634,17 III 6.608,34 6.951,81 7.327,30 II 6.378,10 6.683,70 7.031,40 I 6.156,64 6.426,63 6.747,55 A V 5.711,66 5.967,73 6.134,50 IV 5.513,13 5.737,70 5.898,55 III 5.321,38 5.517,02 5.671,42 II 5.136,95 5.305,06 5.454,44 I 4.958,42 5.101,21 5.244,00 **b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:** CLASSE PADRÃO VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$) EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027 ESPECIAL V 19.832,52 21.297,84 22.756,00 IV 19.405,92 20.806,52 22.276,96 III 18.988,36 20.328,16 21.808,58 II 17.663,16 18.926,58 20.344,18 I 17.283,06 18.490,50 19.885,20 C V 16.910,10 18.063,06 19.437,28 IV 16.545,98 17.645,80 19.029,54 III 16.190,36 17.240,34 18.627,74 II 15.842,96 16.844,26 18.237,58 I 14.696,24 15.638,32 16.579,42 B V 14.184,58 15.036,46 15.909,94 IV 13.691,76 14.457,44 15.268,34 III 13.216,68 13.903,62 14.654,60 II 12.756,20 13.367,40 14.062,80 I 12.313,28 12.853,26 13.495,10 A V 11.423,32 11.935,46 12.269,00 IV 11.026,26 11.475,40 11.797,10 III 10.642,76 11.034,04 11.342,84 II 10.273,90 10.610,12 10.908,88 I 9.916,84 10.202,42 10.488,00 **c) Demais Cargos de Nível Superior:** CLASSE PADRÃO VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$) EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.

\*CD254909095500\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254909095500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027 ESPECIAL V 9.916,26 10.648,92 11.378,00 IV 9.702,96 10.403,26 11.138,48 III 9.494,18 10.164,08 10.904,29 II 8.831,58 9.463,29 10.172,09 I 8.641,53 9.245,25 9.942,60 C V 8.455,05 9.031,53 9.718,64 IV 8.272,99 8.822,90 9.514,77 III 8.095,18 8.620,17 9.313,87 II 7.921,48 8.422,13 9.118,79 I 7.348,12 7.819,16 8.289,71 B V 7.092,29 7.518,23 7.954,97 IV 6.845,88 7.228,72 7.634,17 III 6.608,34 6.951,81 7.327,30 II 6.378,10 6.683,70 7.031,40 I 6.156,64 6.426,63 6.747,55 A V 5.711,66 5.967,73 6.134,50 IV 5.513,13 5.737,70 5.898,55 III 5.321,38 5.517,02 5.671,42 II 5.136,95 5.305,06 5.454,44 I 4.958,42 5.101,21 5.244,00 **d) Cargos de Nível Intermediário:** CLASSE PADRÃO VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$) EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027 ESPECIAL V 4.858,97 5.092,21 5.233,98 IV 4.733,99 4.958,72 5.096,79 III 4.609,00 4.825,22 4.959,60 II 4.484,02 4.691,73 4.822,41 I 4.359,04 4.558,23 4.685,22 C V 4.234,05 4.424,74 4.548,03 IV 4.109,07 4.291,24 4.410,84 III 3.984,08 4.157,75 4.273,65 II 3.859,10 4.024,26 4.136,46 I 3.734,12 3.890,76 3.999,27 B V 3.609,13 3.757,27 3.862,07 IV 3.484,15 3.623,77 3.724,88 III 3.359,17 3.490,28 3.587,69 II 3.234,18 3.356,79 3.450,50 I 3.109,20 3.223,29 3.313,31 A V 2.984,21 3.089,80 3.176,12 IV 2.859,23 2.956,30 3.038,93 III 2.734,25 2.822,81 2.901,74 II 2.609,26 2.689,31 2.764,55 I 2.484,28 2.555,82 2.627,36 **e) Cargos de Nível Auxiliar:** CLASSE PADRÃO VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$) EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027 ESPECIAL III 2.429,63 2.499,60 2.569,56 II 2.313,01 2.379,62 2.446,22 I 2.246,01 2.259,68 2.322,93 **ANEXO CCCIX-E GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES AUXILIARES DE JUSTIÇA COM CIDADANIA - GEAJUSP CLASSE PADRÃO VALOR DO**

\*CD254909095500\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254909095500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela





GEAJUSP (EM R\$) EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO 2027 ESPECIAL III 269,37 282,84 296,98 II 267,59 280,97 295,01 I 246,80 259,14 272,10 **ANEXO CCCIX-F VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – GDAJUSPa) Médico, de Nível Superior, 20 horas:** CLASSE PADRÃO VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$) EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027 ESPECIAL V 50,26 53,97 57,67 IV 49,18 52,73 56,45 III 48,12 51,51 55,26 II 44,76 47,96 51,55 I 43,80 46,86 50,40 C V 42,86 45,78 49,27 IV 41,94 44,73 48,22 III 41,03 43,69 47,21 II 40,14 42,68 46,21 I 37,24 39,63 42,01 B V 35,95 38,11 40,32 IV 34,70 36,65 38,70 III 33,49 35,23 37,13 II 32,33 33,88 35,64 I 31,21 32,58 34,21 A V 28,95 30,24 31,09 IV 27,94 29,08 29,90 III 26,97 27,97 28,75 II 26,03 26,89 27,64 I 25,13 25,85 26,58 **b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:** CLASSE PADRÃO VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$) EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027 ESPECIAL V 59,13 63,50 67,84 IV 57,86 62,03 66,42 III 56,10 60,60 65,02 II 52,66 56,43 60,65 I 51,53 55,13 59,29 C V 50,42 53,86 57,96 IV 49,34 52,62 56,74 III 48,27 51,40 55,55 II 47,23 50,21 54,37 I 43,81 46,63 49,43 B V 42,29 44,84 47,44 IV 40,20 43,11 45,53 III 39,40 41,45 43,69 II 38,04 39,86 41,93 I 36,72 38,33 40,24 A V 34,06 35,58 36,58 IV 32,87 34,22 35,18 III 31,73 32,90 33,82 II 30,63 31,63 32,52 I 29,56 30,42 31,27 **c) Demais Cargos de Nível Superior:** CLASSE PADRÃO VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$) EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO

\*CD254909095500\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254909095500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela





DE 2027. ESPECIAL V 84,47 90,71 96,92 IV 82,65 88,62 94,88 III 80,87 86,57 92,88 II 75,23 80,61 86,64 I 73,61 78,75 84,70 C V 72,03 76,94 82,80 IV 70,48 75,17 81,05 III 68,96 73,43 79,35 II 67,47 71,73 77,67 I 62,59 66,61 70,61 B V 60,42 64,05 67,77 IV 58,32 61,59 65,04 III 56,29 59,21 62,41 II 54,34 56,94 59,90 I 52,45 54,75 57,49 A V 48,65 50,83 52,26 IV 46,96 48,88 50,25 III 45,33 47,00 48,32 II 43,75 45,19 46,45 I 42,23 43,45 44,67 **d) Cargos de Nível Intermediário:** CLASSE PADRÃO VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R \$) EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027. ESPECIAL V 42,22 43,54 44,77 IV 41,41 42,70 43,91 III 40,61 41,87 43,05 II 39,80 41,03 42,19 I 38,99 40,20 41,33 C V 38,19 39,36 40,47 IV 37,38 38,53 39,61 III 36,57 37,69 38,75 II 35,77 36,85 37,89 I 34,96 36,02 37,03 B V 34,15 35,18 36,18 IV 33,34 34,35 35,32 III 32,54 33,51 34,46 II 31,73 32,67 33,60 I 30,92 31,84 32,74 A V 30,12 31,00 31,88 IV 29,31 30,17 31,02 III 28,50 29,33 30,16 II 27,70 28,50 29,30 I 26,89 27,66 28,44 **e) Cargos de Nível Auxiliar:** CLASSE PADRÃO VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$) EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027. ESPECIAL III 24,89 25,60 26,32 II 24,16 24,85 25,55 I 23,42 24,09 24,77.”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254909095500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi

ExEdit  
\*CD254909095500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254909095500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025,

ExEdit  
\*CD254909095500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254909095500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao longo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Misael Varella**  
**(PSD - MG)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254909095500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



**MPV 1286  
00376**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

**Item 1** – Dê-se nova redação à ementa, ao inciso I do *caput* do art. 1º e à denominação do Capítulo LXXII; e acrescentem-se arts. 192-1 a 192-3 ao Capítulo LXXII e Capítulos LXXII-1 a LXXII-4 antes do Capítulo LXXIII da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera

\*CD255800576700\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.”

“**Art. 1º** .....

I – cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça, a Defesa, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários;

.....”

## “CAPÍTULO LXXII

### DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA E DEFESA E DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA”

“**Art. 192-1.** Fica estruturado, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de provimento efetivo, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º A implementação do Plano de Cargos far-se-á mediante transformação dos atuais cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECPF e do Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal - PECPRF, do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

\*CD255800576700\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



§ 2º Os cargos do Plano de Cargos de que trata o caput deste artigo estão estruturados em classes e padrões, na forma do Anexo CCCIX-A.

§ 3º Os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, poderão optar pelo Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma do Termo de Opção constante do Anexo CCCIX-B desta Medida Provisória, a ser formalizado no prazo de noventa dias, situação na qual deixarão de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.”

“Art. 192-2. Os servidores titulares dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar de que tratam as Leis nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, nº 10.682, de 28 de maio de 2003 e nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005 do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, serão enquadrados no Plano de Cargos, mantidas as denominações e as atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa.

§ 1º É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.

§ 2º O enquadramento dos servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput no Plano de Cargos dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação desta Medida Provisória, na forma do Anexo CCCIX-C.

§ 3º Os servidores que formalizarem a opção referida no § 2º deste artigo permanecerão nos planos em que se encontrarem na data de publicação desta Medida Provisória, não fazendo jus aos vencimentos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



e às vantagens do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**§ 4º** O disposto neste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

**§ 5º** Os cargos de níveis superior e intermediário que se refere o caput deste artigo que se encontrem vagos e aqueles que vierem a vagar serão transformados em cargos do Plano de Cargos de que trata o art. 192-A, respectivamente, observado o nível de escolaridade.

**§ 6º** Os efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o caput aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas, a partir da vigência desta Medida Provisória, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.”

**“Art. 192-3.** É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ressalvados os casos amparados em legislação específica.”

## **“CAPÍTULO LXXII-1**

### **DO INGRESSO**

**Art. 192-4.** O ingresso no Plano de Cargos de que trata o art. 1º dar-se-á por meio de aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos.

**§ 1º** O ingresso no Plano de Cargos de que trata o caput dar-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel





§ 2º São requisitos para ingresso no Plano de Cargos diploma de conclusão em curso de nível superior ou intermediário de acordo com o nível de escolaridade do cargo, dentre outros a serem estabelecidos em regulamento, e em edital.

§ 3º O edital definirá as características de cada etapa do concurso público, a formação especializada, bem como os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 4º A comprovação dos requisitos de escolaridade previstos neste artigo será feita quando da convocação para a posse, decorrente da aprovação em concurso público, sendo eliminado o candidato que deixar de apresentar o correspondente documento comprobatório.”

### “CAPÍTULO LXXII-2

#### DO DESENVOLVIMENTO

**Art. 192-5.** Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional, bem como os requisitos, condições e procedimentos específicos para fins de progressão e promoção serão estabelecidos em regulamento.

**Art. 192-6.** O desenvolvimento do servidor nos cargos do Plano de Cargos ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Parágrafo único. Para fins desta Medida Provisória, progressão funcional é a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior dentro de uma mesma classe e promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior.”

### “CAPÍTULO LXXII-3

#### DA REMUNERAÇÃO

**Art. 192-7.** A remuneração dos servidores integrantes do Plano de Cargos será composta pelas seguintes parcelas:

\*CD255800576700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



I – vencimento Básico, conforme os valores estabelecidos no Anexo CCCIX-D; e

II – gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania – GDAJUSP, conforme definido no art. 192-I.

**Art. 192-8.** Fica instituída a Gratificação Específica de Atividades Auxiliares de Justiça com Cidadania - GEAJUSP, devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao Plano de Cargos.

**Parágrafo único.** Os valores da GEAJUSP são os estabelecidos no Anexo CCCIX-E, a partir da data nele especificada.

**Art. 192-9.** Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania – GDAJUSP, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando em efetivo exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, enquanto permanecerem nesta condição.

**§ 1º** A GDAJUSP não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

**§ 2º** É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GDAJUSP.

**Art. 192-10º** A GDAJUSP será atribuída em função do alcance de metas de desempenho individual e do alcance de metas de desempenho institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



§ 1º A avaliação de desempenho individual aferirá o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo para o alcance das metas de desempenho institucional.

§ 2º A avaliação de desempenho institucional aferirá o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

§ 3º A GDAJUSP será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CCCIX-F.

§ 4º A pontuação referente à GDAJUSP será assim distribuída:

I – até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II – até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 5º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAJUSP.

§ 6º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAJUSP serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, observada a legislação vigente.

§ 7º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas anualmente em ato do Ministro de Estado.

§ 8º Os valores a serem pagos a título de GDAJUSP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo VI, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



\*CD255800576700\*  
ExEdit



§ 9º Até a edição dos atos a que se referem os §§ 6º e 7º deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores, em exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, farão jus à percepção da GDAJUSP em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

§ 10. O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6º deste artigo, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

**Art. 192-11.** Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Cargos quando não se encontrarem em exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação somente farão jus à GDAJUSP quando:

I – requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDAJUSP calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no respectivo órgão de lotação; e

II – cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput deste artigo e investidos em cargo de Natureza Especial, de provimento em Cargo Comissionado Executivo CCE de 1.13 a 1.17, ou equivalentes, e perceberão a GDAJUSP calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

**Art. 192-12.** Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAJUSP correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



**Parágrafo único.** O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

**Art. 192-13.** Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão a outro órgão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAJUSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

**Art. 192-14.** O titular de cargo efetivo, quando investido em cargo em comissão de Natureza Especial - NE ou Cargo Comissionado Executivo de 1.13 a 1.17 ou equivalentes, perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somada ao resultado da avaliação institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública no período.

**Parágrafo único.** Ocorrendo exoneração de cargo em comissão referido no caput, com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDAJUSP continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

**Art. 192-15.** O servidor beneficiário da GDAJUSP que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Parágrafo único.** O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da análise de adequação funcional, identificará as

\*CD255800576700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e adotará as medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

**Art. 192-16.** A GDAJUSP integrará os proventos de aposentadoria quando percebida há pelo menos 60 (sessenta) meses ininterruptos.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, o valor a ser incorporado aos proventos da aposentadoria será calculado pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor a título de GDAJUSP nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria.

§ 2º A parcela incorporada aos proventos da aposentadoria com base no disposto no caput deste artigo não poderá ser percebida cumulativamente com outra parcela incorporada de gratificação de desempenho, de atividade ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo, facultado o direito de opção pela incorporação aos proventos da parcela mais vantajosa.

§ 3º Os proventos da aposentadoria de servidor que não completou 60 (sessenta) meses ininterruptos da percepção da GDAJUSP serão calculados considerando a gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que fazia jus o servidor em decorrência do exercício das atribuições do respectivo cargo efetivo, considerando o Plano de Cargos a que pertença.

**Art. 192-17.** Para fins de incorporação da GDAJUSP aos proventos da aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I – aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, quando percebida a gratificação por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses;

**II** – aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, aplica-se o valor equivalente a 50 (cinquenta) pontos, quando percebida a gratificação por período inferior a 60 (sessenta) meses;

**III** – aos beneficiários de pensão amparados pelo art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e pelo parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplica-se o disposto nos incisos I e II, conforme interstício cumprido pelo instituidor; e

**IV** – aos demais servidores e pensionistas aplica-se o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, conforme o regramento previdenciário aplicável.

**Art. 192-18.** A GEAJUSP integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

**Art. 192-19.** Os servidores integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, quando lotados na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal, farão jus à concessão e ao pagamento da indenização em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013.”

## “CAPÍTULO LXXII-4



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel





## DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 192-20º** Os titulares de cargo de provimento efetivo do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de que tratam os artigos 192-A e 192-B somente poderão:

I – ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;

II – ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de CCE ou FCE de nível mínimo 13 ou equivalente; e

III – ser cedidos para o exercício de cargos comissionados CCE 1.13 ou superior, ou equivalentes, para outros entes federativos.

**Parágrafo único.** Os servidores atualmente cedidos e em desacordo com as normas deste dispositivo, deverão retornar ao órgão de origem, após encerrada a movimentação respectiva.

**Art. 192-21.** A aplicação do disposto nesta Medida Provisória aos servidores ativos, aos aposentados e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, proventos e pensões.

**Parágrafo único.** Na hipótese de redução de remuneração, provento ou pensão decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo, da reorganização ou reestruturação do plano de cargos, da reestruturação de tabela remuneratória, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza, conforme o caso.

**Art. 192-22.** Fica vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano de Cargos com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Cargos.

\*CD255800576700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel





**Art. 192-23.** A implementação do Plano de Cargos na forma do art. 1º desta Medida Provisória, não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação aos cargos e às atribuições atuais desenvolvidas pelos servidores ocupantes de cargos efetivos objeto do enquadramento.

**Parágrafo único.** Os servidores abrangidos pela presente Medida Provisória permanecem em exercício na atual unidade de lotação.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**Item 2** – Dê-se nova redação ao *caput* do inciso LXVIII do *caput* do art. 154 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, como proposto pelo art. 206 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 154.** .....

.....

**LXVIII** – Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

.....

.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

\*CD255800576700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites

\*CD255800576700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao logo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.

#### ANEXO CCCIX-A

#### ESTRUTURA DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

##### a) Cargos de Nível Superior:

##### CLASSE PADRÃO

##### ESPECIAL V

##### IV

##### III

##### II

##### I

##### C V



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



IV

III

II

I

B V

IV

III

II

I

A V

IV

III

II

I

b) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE PADRÃO

ESPECIAL V

ExEdit  
\*CD255800576700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



IV

III

II

I

C V

IV

III

II

I

B V

IV

III

II

I

A V

IV

III

II

I

c) Cargos de Nível Auxiliar:

ExEdit  
\*CD255800576700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



CLASSE PADRÃO

ESPECIAL III

II

I

ANEXO CCCIX-B

TERMO DE OPÇÃO

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

Nome: Matrícula SIAPE:

Cargo: Unidade de Lotação: Unidade Pagadora:

Cidade: Estado:

☐ Servidor    ☐ Aposentado    ☐ Pensionista

Venho, nos termos da Medida Provisória nº ,  
de de de , em observância ao disposto no parágrafo 3º do art.  
192-A, optar por integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



e Segurança Pública, situação na qual deixará de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.

Local e Data: , de de .

Assinatura

ANEXO CCCIX-C

TERMO DE OPÇÃO

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

Nome: Matrícula SIAPE:

Cargo: Unidade de Lotação: Unidade Pagadora:

Cidade: Estado:

( ) Servidor ( ) Aposentado ( ) Pensionista

Venho, nos termos da Medida Provisória nº ,  
de de de , em observância ao disposto no parágrafo 2º do art. 192-  
B, optar por não integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e  
Segurança Pública.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel





Local e Data: , de de .

Assinatura

ANEXO CCCIX-D

VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARGOS  
DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:

CLASSE PADRÃO VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.  
EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS  
FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027

ESPECIAL V 9.916,26 10.648,92 11.378,00

IV 9.702,96 10.403,26 11.138,48

III 9.494,18 10.164,08 10.904,29

II 8.831,58 9.463,29 10.172,09

I 8.641,53 9.245,25 9.942,60

C V 8.455,05 9.031,53 9.718,64

IV 8.272,99 8.822,90 9.514,77

III 8.095,18 8.620,17 9.313,87

ExEdit  
\*CD255800576700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



II 7.921,48 8.422,13 9.118,79

I 7.348,12 7.819,16 8.289,71

B V 7.092,29 7.518,23 7.954,97

IV 6.845,88 7.228,72 7.634,17

III 6.608,34 6.951,81 7.327,30

II 6.378,10 6.683,70 7.031,40

I 6.156,64 6.426,63 6.747,55

A V 5.711,66 5.967,73 6.134,50

IV 5.513,13 5.737,70 5.898,55

III 5.321,38 5.517,02 5.671,42

II 5.136,95 5.305,06 5.454,44

I 4.958,42 5.101,21 5.244,00

b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:

CLASSE PADRÃO VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS

FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027

ESPECIAL V 19.832,52 21.297,84 22.756,00

IV 19.405,92 20.806,52 22.276,96

\*CD255800576700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



III 18.988,36 20.328,16 21.808,58

II 17.663,16 18.926,58 20.344,18

I 17.283,06 18.490,50 19.885,20

C V 16.910,10 18.063,06 19.437,28

IV 16.545,98 17.645,80 19.029,54

III 16.190,36 17.240,34 18.627,74

II 15.842,96 16.844,26 18.237,58

I 14.696,24 15.638,32 16.579,42

B V 14.184,58 15.036,46 15.909,94

IV 13.691,76 14.457,44 15.268,34

III 13.216,68 13.903,62 14.654,60

II 12.756,20 13.367,40 14.062,80

I 12.313,28 12.853,26 13.495,10

A V 11.423,32 11.935,46 12.269,00

IV 11.026,26 11.475,40 11.797,10

III 10.642,76 11.034,04 11.342,84

II 10.273,90 10.610,12 10.908,88

I 9.916,84 10.202,42 10.488,00

c) Demais Cargos de Nível Superior:

ExEdit  
\*CD255800576700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



CLASSE PADRÃO VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.  
EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS  
FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027

ESPECIAL V 9.916,26 10.648,92 11.378,00

IV 9.702,96 10.403,26 11.138,48

III 9.494,18 10.164,08 10.904,29

II 8.831,58 9.463,29 10.172,09

I 8.641,53 9.245,25 9.942,60

C V 8.455,05 9.031,53 9.718,64

IV 8.272,99 8.822,90 9.514,77

III 8.095,18 8.620,17 9.313,87

II 7.921,48 8.422,13 9.118,79

I 7.348,12 7.819,16 8.289,71

B V 7.092,29 7.518,23 7.954,97

IV 6.845,88 7.228,72 7.634,17

III 6.608,34 6.951,81 7.327,30

II 6.378,10 6.683,70 7.031,40

I 6.156,64 6.426,63 6.747,55

A V 5.711,66 5.967,73 6.134,50

ExEdit  
\*CD255800576700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



IV 5.513,13 5.737,70 5.898,55  
III 5.321,38 5.517,02 5.671,42  
II 5.136,95 5.305,06 5.454,44  
I 4.958,42 5.101,21 5.244,00

d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE PADRÃO VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)  
EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.  
EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS  
FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027

ESPECIAL V 4.858,97 5.092,21 5.233,98  
IV 4.733,99 4.958,72 5.096,79  
III 4.609,00 4.825,22 4.959,60  
II 4.484,02 4.691,73 4.822,41  
I 4.359,04 4.558,23 4.685,22  
C V 4.234,05 4.424,74 4.548,03  
IV 4.109,07 4.291,24 4.410,84  
III 3.984,08 4.157,75 4.273,65  
II 3.859,10 4.024,26 4.136,46  
I 3.734,12 3.890,76 3.999,27

ExEdit  
\*CD255800576700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



B V 3.609,13 3.757,27 3.862,07

IV 3.484,15 3.623,77 3.724,88

III 3.359,17 3.490,28 3.587,69

II 3.234,18 3.356,79 3.450,50

I 3.109,20 3.223,29 3.313,31

A V 2.984,21 3.089,80 3.176,12

IV 2.859,23 2.956,30 3.038,93

III 2.734,25 2.822,81 2.901,74

II 2.609,26 2.689,31 2.764,55

I 2.484,28 2.555,82 2.627,36

e) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE PADRÃO VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS

FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027

ESPECIAL III 2.429,63 2.499,60 2.569,56

II 2.313,01 2.379,62 2.446,22

I 2.246,01 2.259,68 2.322,93

\*CD255800576700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



## ANEXO CCCIX-E

GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES AUXILIARES DE  
JUSTIÇA COM CIDADANIA - GEAJUSP

## CLASSE PADRÃO VALOR DO GEAJUSP (EM R\$)

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025  
EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS  
FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO 2027

ESPECIAL III 269,37 282,84 296,98

II 267,59 280,97 295,01

I 246,80 259,14 272,10

## ANEXO CCCIX-F

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE  
ATIVIDADE DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA –  
GDAJUSP

a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:

## CLASSE PADRÃO VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)

\*CD255800576700\*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.  
EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS  
FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027

ESPECIAL V 50,26 53,97 57,67

IV 49,18 52,73 56,45

III 48,12 51,51 55,26

II 44,76 47,96 51,55

I 43,80 46,86 50,40

C V 42,86 45,78 49,27

IV 41,94 44,73 48,22

III 41,03 43,69 47,21

II 40,14 42,68 46,21

I 37,24 39,63 42,01

B V 35,95 38,11 40,32

IV 34,70 36,65 38,70

III 33,49 35,23 37,13

II 32,33 33,88 35,64

I 31,21 32,58 34,21

A V 28,95 30,24 31,09

IV 27,94 29,08 29,90

III 26,97 27,97 28,75

\*CD255800576700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel





II 26,03 26,89 27,64

I 25,13 25,85 26,58

b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:

CLASSE PADRÃO VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS

FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027

ESPECIAL V 59,13 63,50 67,84

IV 57,86 62,03 66,42

III 56,10 60,60 65,02

II 52,66 56,43 60,65

I 51,53 55,13 59,29

C V 50,42 53,86 57,96

IV 49,34 52,62 56,74

III 48,27 51,40 55,55

II 47,23 50,21 54,37

I 43,81 46,63 49,43

B V 42,29 44,84 47,44

IV 40,20 43,11 45,53

ExEdit  
\*CD255800576700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



III 39,40 41,45 43,69

II 38,04 39,86 41,93

I 36,72 38,33 40,24

A V 34,06 35,58 36,58

IV 32,87 34,22 35,18

III 31,73 32,90 33,82

II 30,63 31,63 32,52

I 29,56 30,42 31,27

c) Demais Cargos de Nível Superior:

CLASSE PADRÃO VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS

FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.

ESPECIAL V 84,47 90,71 96,92

IV 82,65 88,62 94,88

III 80,87 86,57 92,88

II 75,23 80,61 86,64

I 73,61 78,75 84,70

C V 72,03 76,94 82,80

\*CD255800576700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



IV 70,48 75,17 81,05

III 68,96 73,43 79,35

II 67,47 71,73 77,67

I 62,59 66,61 70,61

B V 60,42 64,05 67,77

IV 58,32 61,59 65,04

III 56,29 59,21 62,41

II 54,34 56,94 59,90

I 52,45 54,75 57,49

A V 48,65 50,83 52,26

IV 46,96 48,88 50,25

III 45,33 47,00 48,32

II 43,75 45,19 46,45

I 42,23 43,45 44,67

d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE PADRÃO VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)

ExEdit  
\*CD255800576700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.  
 EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS  
 FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.

ESPECIAL V 42,22 43,54 44,77

IV 41,41 42,70 43,91

III 40,61 41,87 43,05

II 39,80 41,03 42,19

I 38,99 40,20 41,33

C V 38,19 39,36 40,47

IV 37,38 38,53 39,61

III 36,57 37,69 38,75

II 35,77 36,85 37,89

I 34,96 36,02 37,03

B V 34,15 35,18 36,18

IV 33,34 34,35 35,32

III 32,54 33,51 34,46

II 31,73 32,67 33,60

I 30,92 31,84 32,74

A V 30,12 31,00 31,88

IV 29,31 30,17 31,02

III 28,50 29,33 30,16

\*CD255800576700\*  
 xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



II 27,70 28,50 29,30

I 26,89 27,66 28,44

e) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE PADRÃO VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)

EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.  
EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026. EFEITOS  
FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.

ESPECIAL III 24,89 25,60 26,32

II 24,16 24,85 25,55

I 23,42 24,09 24,77

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Amom Mandel**  
**(CIDADANIA - AM)**

\*CD255800576700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255800576700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



**MPV 1286  
00377**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao § 6º do art. 10-B da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 10-B. ....**

**.....**

**§ 6º** No cumprimento dos critérios estabelecidos no § 3º é permitido o somatório de carga horária de ações de desenvolvimento realizadas pelo servidor, bem como o somatório de carga horária de certificados de ações de desenvolvimento que excedam à exigência de aceleração da progressão por capacitação anteriormente realizada.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Houve uma mudança no perfil das ações de capacitação dadas as inovações tecnológicas, que hoje exigem uma carga horária menor, vide catálogo de cursos da ENAP.

Esse item consta do Termo de Acordo SRT/MGI 11/2024.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Helder Salomão**  
(PT - ES)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255411942100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



**MPV 1286  
00378**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Art. 1º Dê-se à denominação do Capítulo LX, o art. 153 e o Anexo CCLXXVI da Medida Provisória a seguinte redação:

**“CAPÍTULO LX**

DA CARREIRA POLICIAL CIVIL DOS EXTINTOS TERRITÓRIOS  
FEDERAIS DO ACRE, DO AMAPÁ, DE RONDÔNIA E DE RORAIMA, E DO  
DISTRITO FEDERAL”

**“Art. 153.** O Anexo VI à Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, e os Anexos I e II à Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar respectivamente, na forma do Anexo CCLXXVI-A e do Anexo CCLXXVI-B, a esta Medida Provisória.”

ANEXO CCLXXVI-A  
(Anexo VI à Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006)

“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA POLICIAL CIVIL DOS  
EXTINTOS TERRITÓRIOS FEDERAIS DO ACRE, DO AMAPÁ, DE  
RONDÔNIA E DE RORAIMA

a) Valor do subsídio dos cargos de Delegado de Polícia Civil, de Perito Criminal Civil, de Médico-Legista Civil, de Técnico em Medicina Legal Civil e de Técnico em Polícia Criminal Civil:



Em R\$

CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
	1º DE MAIO DE 2023	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	33.721,23	36.469,51	41.350,00
PRIMEIRA	30.352,95	32.826,72	35.377,35
SEGUNDA	26.485,28	28.643,83	30.869,46
TERCEIRA	25.825,09	26.800,00	27.831,70

b) Valor do subsídio dos cargos de Escrivão de Polícia Civil, de Agente de Polícia Civil, de Datiloscopista Policial Civil, de Auxiliar Operacional de Perito Criminal Civil, de Guarda de Presídio Civil, de Escrevente Policial Civil, de Investigador de Polícia Civil e de Agente Carcerário Civil:

Em R\$

CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
	1º DE MAIO DE 2023	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	20.330,45	21.987,38	25.250,00
PRIMEIRA	16.641,32	17.997,59	19.614,37
SEGUNDA	14.218,41	15.377,21	16.761,16
TERCEIRA	13.649,53	14.164,81	14.710,10

ANEXO CCLXXVI-B

(Anexo I e II à Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006)

"TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE DELEGADO DE  
POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

Em R\$

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Delegado de Polícia	Especial	30.542,92	36.469,51	41.350,00
	Primeira	25.815,00	32.826,72	35.377,35
	Segunda	22.085,08	28.643,83	30.869,46





	Terceira	21.449,24	26.800,00	27.831,70
--	----------	-----------	-----------	-----------

“(NR)

ANEXO CCLXXVIII  
(Anexo II à Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006)

“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO  
DISTRITO FEDERAL

a) QUADRO I: VALOR DO SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DE PERITO  
CRIMINAL E PERITO MÉDICO-LEGISTA DA CARREIRA DE POLÍCIA  
CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Em R\$

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Perito Criminal Perito Médico- Legista	Especial	30.542,92	36.469,51	41.350,00
	Primeira	25.815,00	32.826,72	35.377,35
	Segunda	22.085,08	28.643,83	30.869,46
	Terceira	21.449,24	26.800,00	27.831,70

b) QUADRO II: VALOR DO SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DE AGENTE  
DE POLÍCIA, ESCRIVÃO DE POLÍCIA, PAPILOSCOPISTA POLICIAL E  
AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO  
FEDERAL

Em R\$

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Agente de	Especial	18.417,51	21.987,38	25.250,00



Polícia Escrivão de Polícia Papiloscopista Policial Agente Policial de Custódia	Primeira	13.969,28	17.997,59	19.617,37
	Segunda	11.634,01	15.377,21	16.761,16
	Terceira	11.085,72	14.164,81	14.710,10

(NR)''

## JUSTIFICAÇÃO

A Polícia Civil do Distrito Federal e a Polícia Federal compartilham uma origem comum, remontando à criação da Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, em 1808, por D. João VI. Essa estrutura foi o marco inicial das polícias judiciárias no Brasil, com atribuições de investigação criminal e manutenção da ordem pública.

Somente após o Decreto-Lei nº 2.266/1985, houve o desmembramento formal das instituições, reorganizando a carreira policial da Polícia Civil do Distrito Federal, porém com estrutura idêntica à da Polícia Federal. Ambas as instituições permaneceram vinculadas à União devido às suas funções estratégicas na segurança pública nacional e distrital. Essa relação foi reforçada pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu que a União organiza e custeia a PCDF, dado o caráter singular do Distrito Federal como sede dos Poderes da República – Art. 21, XIV – CF 88.

As atribuições desempenhadas pela PF e pela PCDF são, em sua essência, similares, diferenciando-se apenas pelo âmbito territorial de atuação. Ambas exercem funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, conforme previsto no artigo 144 da Constituição Federal. No caso dos ex-Territórios, a legislação consolidou a equiparação funcional e remuneratória com os servidores federais, reconhecendo a natureza análoga das atividades desempenhadas.



O princípio constitucional da isonomia (artigo 5º, caput) exige tratamento igualitário para situações equivalentes. Dado que as atividades desempenhadas pelas carreiras em questão possuem igual relevância para a segurança pública e são regidas por normas federais semelhantes, é juridicamente defensável que seus servidores recebam remuneração equivalente.

Ademais, o Decreto-Lei nº 2.251/1985 estabeleceu remuneração condizente com as funções desempenhadas pelos policiais federais. De forma análoga, o Decreto-Lei nº 2.266/1985 aplicou os mesmos critérios à PCDF, reconhecendo sua vinculação à União e a similaridade de atribuições. Adicionalmente, a Lei nº 7.548/1986 garantiu aos policiais civis dos ex-Territórios equiparação salarial com os servidores federais, criando um precedente jurídico para o pleito atual.

Há de se destacar os dispostos na Portaria nº 5.127, de 13 de agosto de 2024 MGI, que estabelece diretrizes e critérios na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos, em âmbito federal quanto aos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC; determinando no artigo 9º que a composição remuneratória deve obedecer à uniformização para cargos de mesma natureza e similar complexidade de atribuições e responsabilidades

#### **"PORTARIA MGI Nº 5.127, DE 13 DE AGOSTO DE 2024**

Art. 9º Na elaboração de propostas de criação e de reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos, a composição remuneratória do cargo deve orientar-se pelas seguintes diretrizes:

I - simplificação e redução da quantidade de parcelas;

II - uniformização de estruturas remuneratórias para cargos de mesma natureza e com similar complexidade de atribuições e responsabilidades;"

Importante ressaltar que a Polícia Civil do



Distrito Federal (PCDF) já figura como área de competência do Ministério da Justiça, assim como a Polícia Federal (PF), conforme Art. 35 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023 sendo a PF prevista no Inciso XIII e a PCDF no inciso XV. O que reforça a necessidade de tratamento uniforme entre as duas instituições.

### “Seção XVIII

#### **Do Ministério da Justiça e Segurança Pública**

Art. 35. Constituem áreas de competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

(...)

XIII - execução das atividades previstas no [§ 1º do art. 144 da Constituição Federal](#), por meio da polícia federal;

(...)

XV - política de organização e manutenção da **polícia civil**, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, nos termos do [inciso XIV do caput do art. 21 da Constituição Federal](#);

*\*Trecho da Lei Federal nº 14.600/2023 - organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios*

Historicamente, ambas as instituições são tratadas conjuntamente no campo legislativo. Exemplo disso é a Lei nº 15.047, de 17 de dezembro de 2024, que estabeleceu regime disciplinar único para PF e PCDF. Tal prática legislativa demonstra que não há impedimento jurídico para tratar ambas as polícias de forma conjunta em outros aspectos, como a remuneração.

A disparidade salarial entre PF e PCDF gera insatisfação nos quadros da PCDF e dificulta a retenção de talentos na instituição. Isso compromete a eficiência administrativa e operacional de uma corporação essencial para a segurança pública na capital federal. A equiparação salarial não apenas corrigiria uma injustiça histórica como também fortaleceria o desempenho institucional.

Além disso, as regras de correção do Fundo Constitucional resistiram à tramitação da Reforma Tributária,



mantendo a atualização anual pela variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União. Isso torna factível a implementação do acordo remuneratório proposto pelo Governo Federal à PF também para a PCDF.

Diante do exposto, é juridicamente consistente defender que os servidores da Polícia Federal, da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Civil dos ex-Territórios sejam remunerados de forma equivalente. Essa medida respeita os princípios constitucionais da isonomia e eficiência administrativa, além de reconhecer a relevância das funções desempenhadas por essas instituições para o Estado brasileiro. Solicito então, apoio de meus pares, para que esta correção seja garantia em norma jurídica oriunda desta Medida Provisória em tramitação.

Sala da comissão, 03 de fevereiro de 2025.



**MPV 1286**  
**00379**



**CONGRESSO NACIONAL**

**EMENDA Nº - CMMPV 1.286, de 2024**

(à MPV 1.286, de 2024)

**Art. 1º** Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, os artigos 214, 215, 216 e 217, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

**"Art. 214.** A Tabela I do Anexo I da [Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005](#), passa a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

**"Art. 215.** A Tabela I do Anexo I da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), passa a vigorar na forma do Anexo CCCXXIII a esta Medida Provisória.

**"Art. 216.** O art. 2º, 3º, 20 e a Tabela III do Anexo IV da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), na forma do Anexo CCCXXIV a esta Medida Provisória, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I – .....

.....

f) compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados;

....." (NR)

"Art. 3º .....

.....

XIV – compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados, parcela indenizatória decorrentes do desempenho das atividades de policiamento ostensivo, de prevenção e combate a incêndio, de salvamento, de atendimento pré-hospitalar ou de segurança pública, concedida aos militares do Distrito Federal, ativos, inativos e pensionistas, conforme a Tabela III do Anexo IV desta lei.

....." (NR)

"Art. 20 .....

.....

§ 4º Ao militar ocupante do último posto ou graduação, de cada Quadro ou Qualificação, no ato de sua passagem para inatividade, que contar com mais de 30 anos de efetivo serviço será devido o percentual de 10% da sua remuneração, ou ainda, se contar com mais de 35 anos de serviço, será devido o percentual de 20% da sua remuneração." (NR)



**"Art. 217.** Fica incorporada a Tabela III do Anexo II à Tabela I do Anexo III da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#), na forma do Anexo CCCXXV a esta Medida Provisória.

**Art. 2º** O art. 214 da MPV nº 1.286, de 2024, após ser renumerado, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 214.** .....

.....

XXXIX – a alínea c do inciso II do art. 1º, o inciso IV do art. 3º e a Tabela III do Anexo II, da [Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002](#).

ANEXO CCCXXII

(Anexo I da [Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005](#))

"ANEXO I

TABELA DE VALOR DA VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL - VPE

POSTO OU GRADUAÇÃO	NA DATA DE ENTRADA EM VIGOR DESTA LEI	A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2025	A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026
OFICIAIS SUPERIORES			
Coronel	13.183,33	14.665,75	18.915,99
Tenente-Coronel	12.689,09	14.092,10	17.283,35
Major	11.410,69	14.033,25	16.370,90
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS			
Capitão	9.643,36	12.435,90	14.810,15
OFICIAIS SUBALTERNOS			
Primeiro-Tenente	8.513,28	11.303,15	14.052,20
Segundo-Tenente	8.141,75	10.620,35	13.647,15
PRAÇAS ESPECIAIS			
Aspirante a Oficial	6.731,52	7.490,25	9.672,10
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	3.714,25	4.130,95	4.550,30
Cadete (demais anos) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	2.826,68	3.220,55	3.546,70
PRAÇAS GRADUADAS			
Subtenente	8.489,56	10.130,65	13.264,50
Primeiro-Sargento	6.050,18	7.558,70	10.763,19
Segundo-Sargento	5.358,12	7.070,85	9.572,70
Terceiro-Sargento	4.862,35	6.825,45	7.574,25
Cabo	4.107,29	5.710,18	6.412,20
DEMAIS PRAÇAS			
Soldado - Primeira Classe	3.886,00	4.855,30	5.476,35
Soldado - Segunda Classe	2.826,68	3.220,55	3.546,70

" (NR)



ANEXO CCCXXIII  
(Tabela I do Anexo I da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#))

“ANEXO I  
TABELAS DE SOLDADO E ESCALONAMENTO VERTICAL  
TABELA I - SOLDADO

POSTO OU GRADUAÇÃO	ATÉ 30 DE ABRIL DE 2025	A PARTIR 1º DE MAIO DE 2025	A PARTIR 1º DE MAIO DE 2026
OFICIAIS SUPERIORES			
Coronel	3.195,04	4.313,30	5.175,96
Tenente-Coronel	3.067,23	4.140,76	4.968,91
Major	2.929,85	3.955,30	4.746,36
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS			
Capitão	2.434,62	3.286,74	3.944,08
OFICIAIS SUBALTERNOS			
Primeiro-Tenente	2.249,31	3.036,57	3.643,88
Segundo-Tenente	2.079,97	2.807,96	3.369,55
PRAÇAS ESPECIAIS			
Aspirante-a-Oficial	1.792,42	2.419,77	2.903,72
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	706,1	953,24	1.143,88
Cadete (demais anos) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	501,62	677,19	812,62
PRAÇAS GRADUADOS			
Subtenente	1.613,49	2.178,23	2.613,87
Primeiro-Sargento	1.405,82	1.897,86	2.277,43
Segundo-Sargento	1.201,33	1.621,80	1.946,15
Terceiro-Sargento	1.070,34	1.444,96	1.733,95
Cabo	801,95	1.082,63	1.299,16
DEMAIS PRAÇAS			
Soldado - 1ª Classe	706,1	953,24	1.143,88
Soldado - 2ª Classe	501,62	677,19	812,62

” (NR)





ANEXO CCCXXIV

(Tabela III do anexo IV da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#))

"ANEXO IV

TABELAS DE OUTROS DIREITOS PECUNIÁRIOS

TABELA III - COMPENSAÇÃO DOS DESGASTES ORGÂNICOS E DOS DANOS PSICOSSOMÁTICOS ACUMULADOS

POSTO OU GRADUAÇÃO	VALOR (R\$)	FUNDAMENTO LEGAL
Coronel	3.600,00	Arts. 2º e 3º XIV, desta Lei.
Tenente-Coronel	3.473,61	
Major	3.256,66	
Capitão	2.613,52	
Primeiro-Tenente	2.284,63	
Segundo-Tenente	2.153,71	
Aspirante	1.813,48	
Cadete (3º ano)	1.027,86	
Cadete (demais anos)	850,59	
Subtenente	1.942,54	
Primeiro-Sargento	1.763,50	
Segundo-Sargento	1.516,07	
Terceiro-Sargento	1.398,52	
Cabo	1.157,83	
Soldado	1.095,58	
Soldado 2ª Classe	850,59	

" (NR)

ANEXO CCCXXV

(Tabela I do Anexo III da [Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002](#))

"ANEXO III

TABELAS DE GRATIFICAÇÕES

TABELA I - GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

SITUAÇÃO	VALOR DE INCIDÊNCIA	FUNDAMENTO	
A	Militares na ativa e na inatividade	13,70% do soldo de Coronel	Arts. 1º e 3º desta Lei.
B	Representação Especial no Exterior	Conforme Legislação Federal	Arts. 1º e 3º desta Lei.

" (NR)



JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, proposição sugerida pelo Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP), como forma de colaboração legislativa, tem por objetivo alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, com vistas a adequar a redação de dispositivos da Lei nº 10.486, de 2002, e da Lei nº 11.134, de 2005. As alterações referem-se à remuneração e aos proventos dos militares do Distrito Federal, aplicando-se também aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, bem como aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, conforme o disposto no art. 65 da Lei nº 10.486, de 2002.

A proposta visa ajustar os valores do soldo, revogar os valores constantes da Tabela relativa ao Adicional de Operações Militares e incorporá-la na Tabela de Adicional de Representação prevista na Lei nº 10.486, de 2002. Além disso, busca-se com essa emenda, o ajuste dos valores constantes na Tabela de Vantagem Pecuniária Especial (VPE), contida na Lei nº 11.134, de 2005.

Ademais, propõe-se também a substituição da redação referente ao Auxílio-Moradia na Lei nº 10.486, de 2002, pela parcela indenizatória destinada à compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados, parcela indenizatória decorrentes do desempenho das atividades de policiamento ostensivo, de prevenção e combate a incêndio, de salvamento, de atendimento pré-hospitalar ou de segurança pública, concedida aos militares do Distrito Federal. O ajuste na redação é necessário em virtude dos contornos jurídicos e legislativos no âmbito dos poderes executivo, judiciário e legislativo.

Por consequência, o impacto orçamentário para suportar essa medida é no valor de R\$ 1.119.776.812,21 no exercício de 2025 e R\$ 990.712.804,33 no exercício de 2026, conforme tabelas abaixo:

IMPACTO EM FOLHA DE PAGAMENTO PMDF/CBMDF - A PARTIR DE MAIO 2025		
Polícia Militar do Distrito Federal	2025	R\$749.172.242,57
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	2025	R\$370.604.569,64
Impacto orçamentário total (PMDF/CBMDF) - período de 1º de maio a 31/12/2025		R\$1.119.776.812,21
Repasse da pensão Militar para o Fundo Constitucional		R\$117.576.565,28
Repasse do IRRF para o Governo do Distrito Federal		R\$286.306.274,85
Impacto Financeiro em 2025		R\$715.893.972,07
Impacto orçamentário efetivo com retorno da pensão ao FCDF		R\$1.002.200.246,92



IMPACTO EM FOLHA DE PAGAMENTO PMDF/CBMDF - A PARTIR DE MAIO 2026		
Polícia Militar do Distrito Federal	2026	R\$721.825.310,42
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	2026	R\$268.887.493,91
Impacto orçamentário total (PMDF/CBMDF) - período de 1º de maio a 31/12/2026		R\$990.712.804,33
Repasse da pensão Militar para o Fundo Constitucional		R\$104.024.844,45
Repasse do IRRF para o Governo do Distrito Federal		R\$243.839.188,96
Impacto Financeiro em 2026		R\$642.848.770,91
Impacto orçamentário efetivo com retorno da pensão ao FCDF		R\$886.687.959,87

Diante do exposto, submeto a presente proposta de emenda à elevada apreciação de Vossa Excelência, solicitando seu acatamento.

**LEILA BARROS**

Senadora (PDT/DF)



**MPV 1286  
00380**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 2º** .....

**XIV** – Àqueles que ocupavam apenas funções de confiança ou cargos em comissão na administração pública direta e indireta dos ex – Territórios de Roraima e Amapá, dos estados que os suscederam e seus Municípios, na data em que foram transformados em Estado ou entre esta e outubro de 1993, ocuparão função ou cargo equivalentes integrantes do quadro em extinção da União, que ficam automaticamente extintos quando vagarem, observadas as regras estabelecidas na Lei nº 8.647, de 13 de abril de 1993.’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

Com a promulgação das Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, houve a alteração do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para possibilitar que servidores dos ex-Territórios do Amapá e de Roraima e de prefeituras neles localizadas, independentemente do vínculo funcional, passem a integrar, mediante opção, quadro em extinção da administração pública federal.

Ao regulamentar a referida Emenda Constitucional, o Decreto nº 9.324, de 2 de abril de 2018, em seu artigo 7º prevê a possibilidade de inclusão



dos optantes que exerceram funções na administração direta dos estados e seus municípios, no entanto, exclui, injustificadamente do seu rol, os trabalhadores da administração indireta e que foram amplamente contemplados nas demais categorias pela legislação pertinente.

Portanto, não há justificativa plausível para a lacuna existente quanto ao direito desses trabalhadores da administração indireta e que tanto fizeram pelo progresso dos ex – Territórios e dos Estados que os suscederam.

Logo, nada mais correto e justo do que conceder a esses profissionais o direito, aos demais assegurado, de também serem incorporados aos quadros da União, nos termos de diversas emendas constitucionais e leis regulamentares que tratam da matéria.

Por ser medida de justiça esses cidadãos, mostra-se oportuna a proposição da presente emenda e rogamos aos nossos Pares, apoio para a sua aprovação.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Lucas Barreto**  
**(PSD - AP)**



**MPV 1286  
00381**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica instituída a Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação e será devida aos servidores do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, regidos pela Lei nº. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e aos servidores dos cargos de Técnico-Administrativos em Educação, regidos pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, em exercício nas Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, localizadas em zonas de fronteira ou em localidade de difícil fixação.

§ 1º A indenização também será devida ao servidor público federal, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, movimentado para compor força de trabalho na Instituição Federal de Ensino, nas mesmas condições de localidade previstas no caput.

§ 2º Para efeito do disposto no caput, ato conjunto do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Ministério da Educação elencará, em rol taxativo, as localidades de exercício dos servidores que farão jus à indenização, considerados os seguintes critérios:

- I – Municípios localizados em região de fronteira;
- II – Municípios localizados na Amazônia Legal;
- III – Municípios com dificuldade de fixação de efetivo.

§ 3º O objetivo da concessão da Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação é o de criar condições humanas para a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de ensino em cumprimento da lei de diretrizes e bases da educação nacional.



§ 4º A indenização será devida por dia de efetivo trabalho nas Instituições Federais de Ensino, vinculadas ao Ministério da Educação, no valor de R\$ 91,00 (noventa e um reais).

§ 5º A indenização de que trata esta Lei não se sujeita à incidência de imposto sobre a renda de pessoa física.

§ 6º O pagamento da Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação ficará condicionado à regulamentação prevista no §2º do caput.

§ 7º Será designada uma comissão composta por representantes do Ministério da Educação, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e de entidades representativas das categorias docente e técnicoadministrativo para a definição do rol taxativo das localidades que farão jus à indenização.”

## JUSTIFICAÇÃO

A concessão da Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação aos servidores técnico-administrativos e docentes das instituições federais de ensino é justificada pelos benefícios sociais, econômicos e educacionais que essa medida pode proporcionar, contribuindo para a construção de uma educação superior mais inclusiva e distribuída de maneira estratégica em todo o território nacional.

A título de comparação, a Lei nº 12.855, de 2013, estabelece a Indenização para o Combate de Delitos de Fronteira, que beneficiou carreiras do executivo federal envolvidas na segurança pública em regiões de fronteira. Tal direito pode ser considerado como parâmetro para outras categorias de servidores, como é o caso das Carreiras de Docentes e Técnico-Administrativos das Instituições Federais de Ensino que, por igual razão, desempenham trabalhos complexos, incluindo pesquisas de campo e atuação em locais remotos, como aldeias indígenas, povoados ribeirinhos, e demais localidades desses municípios.

A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do país, sendo responsável por formar profissionais em diversas áreas.



Reconhecer a importância estratégica da educação é vital para o progresso e a prosperidade do país, justificando a implementação de medidas que incentivem o trabalho em regiões desafiadoras.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/1996, destaca a necessidade de valorização dos profissionais da educação. Adotar a respectiva reparação indenizatória para servidores da rede federal de ensino em áreas de fronteira e difícil provimento alinha-se com o princípio de valorização desses profissionais, reconhecendo as dificuldades específicas que enfrentam em suas atividades.

Em última análise, a concessão da indenização, objeto desta emenda, garantirá a permanência de profissionais da educação nos municípios onde estão lotados, a importância da permanência de mestres e doutores será crucial para a formação técnica e acadêmica, trazendo consigo uma série de benefícios e impactos positivos.

Diante do exposto, a Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação para servidores da rede federal de ensino em regiões específicas é uma medida que promove a justiça, reconhece a importância estratégica da educação e está alinhada com princípios legais que buscam valorizar e incentivar o trabalho desses profissionais em condições adversas.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Lucas Barreto**  
(PSD - AP)





**MPV 1286  
00382**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024 passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 28.** A partir da data de entrada em vigor desta Lei os cargos de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal.’

‘**Art. 30.** São atribuições dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação, além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.’ (NR)



**‘Art. 31.** A investidura nos cargos de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.

.....  
**§ 6º** Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30º.’ (NR)

**‘Art. 32.** Os ocupantes dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XII.’ (NR)

**‘Art. 33.** Não serão devidas aos titulares dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação as seguintes espécies remuneratórias:

**Parágrafo único.** Ficam os cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.’ (NR)

**‘Art. 41.** Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de



criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – inclusive a mesma que criou o cargo de ATI -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

3. Frisa-se que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são



fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

4. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

5. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

“atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas



atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”

Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

"atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos



de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar, manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”

6. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...



IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;

VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;

VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)

VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal.

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...

III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP;

7. Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a



correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Lucas Barreto**  
**(PSD - AP)**





ANEXO X

ESTRUTURA **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

.....



ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DE  
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLAS SE	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata do art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		B	VI		
	V		V		
	IV		IV		
	III		III		
	II		II		
	I		I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

ANEXO XII

SUBSÍDIO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO



**MPV 1286  
00383**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Aos servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais – PCC-Ext, pelas Emendas Constitucionais nºs 60, de 2009, 79, de 2014 e 98, de 2017 e aos cargos equivalentes de que trata a Lei 6.550 de 5 de julho de 1970, enquadrados em cargos ou empregos de igual denominação, ou com atribuições equivalentes ou assemelhadas às previstas para as categorias funcionais de Agente de Vigilância, Telefonista, Motorista Oficial, Agente de Portaria, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos e Agente de Serviços de Engenharia, aplica-se o disposto no art. 5º, da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, bem como o art. 1º e 2º da Lei nº 8.743, de 9 de dezembro de 1993, vedada em qualquer hipótese, efeitos financeiros retroativos anteriores à data da inclusão no Quadro da Administração Federal.

§ 1º O disposto no caput se aplica aos ocupantes de cargos e empregos pertencentes a categoria funcional diversa, que comprovadamente exerça atribuições equivalentes ou assemelhadas às previstas para Agente de Vigilância, Telefonista, Motorista Oficial, Agente de Portaria, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos e Agente de Serviços de Engenharia.

§ 2º O disposto no caput incide, igualmente, sobre os proventos da aposentadoria e sobre as pensões, decorrentes do falecimento de servidor ou empregado público, integrante do PCCExt.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa garantir a devida aplicação dos direitos e benefícios previstos no art. 5º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, e nos



arts. 1º e 2º da Lei nº 8.743, de 9 de dezembro de 1993, aos servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios Federais – PCC-Ext, conforme determinado pelas Emendas Constitucionais nº 60/2009, nº 79/2014 e nº 98/2017, bem como aos ocupantes de cargos equivalentes previstos na Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978.

Os servidores que integram o PCC-Ext têm uma trajetória marcada por serviços prestados à administração pública dos ex-territórios federais e, ao longo dos anos, foram incluídos nos quadros da União com o compromisso de assegurar sua estabilidade funcional e o reconhecimento de seus direitos. No entanto, muitas dessas categorias ainda enfrentam desigualdades no tratamento remuneratório e nas condições de trabalho, em comparação com outras carreiras públicas equivalentes.

Diante desse cenário, a emenda proposta busca corrigir essa distorção, estendendo os benefícios remuneratórios também aos proventos de aposentadoria e às pensões decorrentes do falecimento dos servidores ou empregados públicos do PCC-Ext. Essa medida é fundamental para garantir isonomia e justiça, pois muitos servidores que desempenharam funções essenciais, como Agente de Vigilância, Telefonista, Motorista Oficial, Agente de Portaria, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos e Agente de Serviços de Engenharia, foram historicamente preteridos em relação a outros grupos da administração pública.

Portanto, esta proposição é um passo necessário para a valorização dos servidores do PCC-Ext e de seus pensionistas, garantindo o cumprimento dos preceitos constitucionais da equidade e da dignidade da pessoa humana.

Diante do exposto, conclamo o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Lucas Barreto**  
(PSD - AP)



**MPV 1286  
00384**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 29.** Os servidores de que trata o art. 3º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, que se encontravam, nos termos do § 2º deste artigo, no desempenho de atribuições ou atividades de planejamento ou de orçamento ou ainda, no desempenho de atribuições ou atividades de controle interno nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima, seus municípios, ou do Estado que os tenha sucedido e das prefeituras neles localizadas, observados os critérios de escolaridade exigidos em lei, serão enquadrados, respectivamente, nos cargos que compõem a carreira de Planejamento e Orçamento de que trata a Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e a carreira de Finanças e Controle de que trata a Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016:

.....

§ 2º Para a comprovação do desempenho das atribuições referidas no caput deste artigo, será observado o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, podendo ser comprovado mediante a apresentação de no mínimo dois dos seguintes documentos emitidos à época do exercício das funções:

I – indicação em carteira de trabalho ou contrato de trabalho;



**II** – ato de nomeação ou de designação do ocupante do cargo efetivo para cargo em comissão ou para a função de confiança da estrutura organizacional das unidades de planejamento e orçamento ou de controladoria, desde que para executar atividades ou atribuições de planejamento ou orçamento ou de controle interno, respectivamente;

**III** – históricos, fichas e registros funcionais que destaquem a evolução na carreira, intercorrências e situação do cargo;

**IV** – ato administrativo, decisão administrativa ou atos materiais constantes em processo administrativo, assinados pelo servidor, cujo teor evidencie a atividade desempenhada;

**V** – relatório, parecer, nota técnica ou expediente semelhante, assinado pelo servidor e constantes em processos administrativos ou documentos oficiais, cujo teor demonstre o exercício da atividade desempenhada;

**VI** – ofício, memorando ou expedientes semelhantes, subscrito pelo servidor, cujo teor demonstre o exercício da atividade; ou

**VII** – certidão assinada pelo servidor, mesmo que de interesse de terceiro, cujo teor demonstre o exercício da atividade.

.....

**§ 8º** Caso o servidor não detenha os documentos comprobatórios elencados no §2º deste artigo, poderá solicitar ao órgão onde exerceu as atribuições dos cargos que integram as carreiras de Planejamento ou Orçamento ou de Finanças e Controle, a emissão de certidão na qual conste as informações das atribuições exercidas, o período em que houve o exercício, bem como as cópias dos respectivos atos e documentos que comprovem o seu conteúdo.” (NR)”



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem a pretensão de alterar a redação do caput do art. 29 com o intuito de corrigir um lapso de redação do dispositivo originalmente constante na Lei.

Assim, propõe-se que seja alterada a expressão “no desempenho de atribuições de planejamento e orçamento” para “no desempenho de atribuições de planejamento ou de orçamento”.

As atividades de planejamento e de orçamento são distintas, consistindo, as primeiras, no planejamento político de ações públicas – verdadeiros planos – e as segundas, nas atividades de elaboração orçamentária para consecução das primeiras. As atribuições desempenhadas por servidores da área de planejamento são diferentes das desempenhadas por servidores da área de orçamento.

Além disso, a presente emenda visa incluir na Lei nº 13.681, de 2018, os documentos comprobatórios e os requisitos a serem observados, assegurando ainda, de forma igualitária aqueles que desempenharam as atribuições da carreira de Planejamento ou Orçamento e de Finanças e Controle nos municípios ou órgãos setoriais das empresas públicas e sociedades de economia mista do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

Pelo exposto, diante da razoabilidade da alteração, solicitamos apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Lucas Barreto**  
(PSD - AP)



**MPV 1286  
00385****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Lucas Barreto

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Aos servidores pertencentes a Categoria funcional de médico, admitidos regularmente no Quadro dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, inclusive do PCCEXT de que trata o art. 8º da Lei 13.681 de 2018, a que se refere o inciso I do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, são assegurados os mesmos direitos remuneratórios auferidos pelos integrantes do cargo de médico do plano especial de cargos da SUFRAMA de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O disposto na presente emenda corrige distorção funcional histórica que atinge os servidores integrantes da categoria funcional de médico dos ex-Territórios, pertencentes ao quadro em extinção da administração federal.

Para tanto, por estarem submetidos à mesma jornada de trabalho, mas com remunerações diferentes, julgamos que a solução mais justa e equânime é a de atribuir à mencionada categoria o mesmo padrão remuneratório a que faz jus a categoria homônima do quadro de pessoal da SUFRAMA.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.





Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Lucas Barreto**  
**(PSD - AP)**



**MPV 1286  
00386**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 34.** .....  
.....

§ 12. ....

I – ter sido o benefício instituído com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005; e com fundamento no art. art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

Os professores federais aposentados pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal – EBF, por meio da Lei nº 13.681, de 2018, puderam fazer a opção de migrarem para o Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT, contudo a legislação em seu texto mencionou apenas as aposentadorias e pensões concedidas com fundamento nas EC nºs 41, de 2003 e 47, de 2005.

Possivelmente, por um equívoco ou mesmo erro material, não dispuseram no texto legal que os aposentados ou pensionistas que tiveram seu benefício concedido com base na EC nº 20, de 1998 pudessem fazer a opção para a migração do plano de carreira.



Importante gizar que a EC nº 20, de 1998, ao fazer alterações no regime de previdência dos servidores públicos, trouxe principalmente mudanças em relação as contribuições e tempo de serviço para concessão das aposentadorias.

Na realidade a EC nº 20, de 1998, assegura maiores direitos aos servidores do que as emendas constitucionais que vieram posteriormente. Assim, a Lei nº 13.681, de 2018, ao não constar os aposentados e pensionistas com base na EC nº 20, de 1998, desconsiderou servidores que têm o direito constitucional de paridade a fazerem a opção de mudança de plano de carreira.

Pelo exposto, a esta emenda constitucional assegura maiores garantias do que os servidores que se aposentam com fundamento nas EC nºs 41, 2003 e 47, de 2005, justamente por garantir o direito a paridade e integralidade.

Se faz necessário destacar que a mudança de plano de carreira não traz aumento de despesa para a União, pois as tabelas salariais são as mesmas. Mas, assegurar a esses professores o direito de optarem para um plano de carreira mais atual, sendo importante para não terem o risco de ficarem no limbo por estarem em um plano de carreira em desuso.

Dessa forma, o que se verifica, ao não colocarem os aposentados e pensionistas concedidos pela EC nº 20, de 1998 é um tratamento anti-isônomico, o que é vedado pela nossa Constituição Federal.

Acreditamos que a emenda, além de apresentar o aprimoramento na legislação, permite tratamento humanitário e mais justo aos que contribuíram toda a sua vida laboral, quando chegado o momento de sua velhice, permitindo maior segurança social.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Lucas Barreto**  
(PSD - AP)



**MPV 1286**  
**00387**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 35.** .....’

I – aos aposentados, reformados, inclusive militares da reserva remunerada, e pensionistas, civis e militares, de que tratam o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vinculados aos respectivos regimes próprios de previdência dos Estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, e de seus Municípios;’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

Essa é uma medida de justiça necessária para equalizar o direito aos servidores aposentados e aos pensionistas vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios dos Estados de Rondônia, do Amapá e de Roraima.

Como medida de paridade, deve ser reconhecido o direito aos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos municípios, visto que a Emenda Constitucional nº 98, de 2017, não restringiu o seu alcance apenas aos RPPS dos Estados citados.



Por ser medida de justiça, rogamos aos nossos Pares apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Lucas Barreto**  
**(PSD - AP)**



**MPV 1286  
00388**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 2º** .....

.....

**VI** – Àquele que comprove ter mantido, na data em que os ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia foram transformados em Estado ou entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, no caso do Amapá e de Roraima, e 15 de março de 1987, no caso de Rondônia, relação ou vínculo funcional, de caráter efetivo ou não, ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho, com empresa pública ou sociedade de economia mista que haja sido constituída pelos ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, seus municípios, ou ainda, pela União para atuar no âmbito do ex-Território Federal e seus municípios, inclusive as extintas, observados os §§ 1º e 2º do art. 12 desta Lei e demais requisitos estabelecidos nas Emendas Constitucionais nºs 60, de 11 de novembro de 2009, 79, de 27 de maio de 2014, e 98, de 6 de dezembro 2017.’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

O propósito da emenda é fazer pequeno ajuste na redação do inciso VI da Lei nº 13.681, de 2018, no intuito de equalizar o direito aos que comprove ter mantido relação ou vínculo funcional, de caráter efetivo ou não, ou relação



ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho, com empresa pública ou sociedade de economia mista que haja sido constituída pelos ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, seus municípios, ou ainda, pela União para atuar no âmbito do ex-Território Federal e seus municípios.

Na referida Lei, observamos que são tratados de modo diverso as empresas públicas ou sociedades de economia mista de acordo com o ente responsável pela sua criação. Na prática, são deferidos os que mantiveram relação ou vínculo funcional com essas empresas criadas pelos municípios estaduais e indeferidos os que pleiteiam o mesmo direito mas que laboraram nas empresas públicas e sociedades de economia mista criadas pelos municípios do então Território Federal.

Por isso se faz relevante a aprovação desta emenda, para corrigir o equívoco e conferir um tratamento uniforme aos optantes vinculados Às entidades da administração indireta, sejam elas criadas pelos municípios dos ex-Territórios ou pelos municípios dos Estados que os sucederam.

Por ser medida de justiça, rogamos aos nossos Pares apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Lucas Barreto**  
(PSD - AP)



**MPV 1286  
00389**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** .....

§ 1º .....

.....

**IX** – Agente de Atividades Agropecuárias, Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, e Auxiliar Operacional em Agropecuária, de que trata a Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016.’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo dessa emenda é corrigir grave injustiça com os Agentes de Atividades Agropecuárias, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, e Auxiliares Operacionais em Agropecuária que deixaram de ser contemplados para receberem a indenização do chamado “adicional de fronteira”.

Para tanto, trazemos a reivindicação dos ocupantes dos referidos cargos técnicos de fiscalização que desempenham suas funções nas mesmas áreas de atuação dos ocupantes do cargo de Auditor Fiscal Federal Agropecuário, mormente em exercício nas localidades reputadas estratégicas de fronteira, já contemplados através da Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013.

A criação de uma indenização por dia efetivo de trabalho a ser concedida ao servidor público que esteja em exercício nas unidades situadas





em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, denominada adicional de fronteira, representou um avanço no sentido de possibilitar a União a fixação de efetivos em postos de fronteira.

No entanto, pelo princípio da isonomia, acreditamos que a injustificável discriminação legislativa no caso presente não pode se perpetuar. Assim, propomos que o pagamento desse adicional seja concedido também aos Agentes de Atividades Agropecuárias, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, e Auxiliares Operacionais em Agropecuária.

Isto posto, peço aos nobres Pares apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Lucas Barreto**  
(PSD - AP)



**MPV 1286  
00390**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 33-A.** Aos professores do Magistério do Ensino Básico Federal, aos do Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e aos da Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, fica assegurado o reposicionamento equivalente, em classe e nível, nas respectivas tabelas do magistério federal, considerando um nível para cada 18 (dezoito) meses de tempo de serviço prestado no cargo de professor, nos termos do inciso III do art. 3º desta Lei.

§ 1º Para fins do reposicionamento a que se refere o caput será contado o tempo de serviço prestado na carreira do magistério, na razão de um nível para cada 18 (dezoito) meses, observado, para a classe de professor titular, o requisito do título de doutor.

§ 2º O disposto no caput se aplica aos professores que se encontrem na condição de afastados, cedidos ou redistribuídos, desde que sejam oriundos do Quadro em Extinção dos exTerritórios de Rondônia, do Amapá e de Roraima.

§ 3º O disposto no caput e no parágrafo 1º aplica-se também às aposentadorias e pensões, considerado o tempo de magistério prestado até a data da aposentadoria, ou do óbito, e, para a classe de Professor Titular, o requisito do título de doutor.’ (NR)”



## JUSTIFICAÇÃO

Esta é uma medida de justiça àqueles que no processo de formação dos entes federativos tiveram grande importância e contribuíram substancialmente para o desenvolvimento dos ex-Territórios Federais, como é o caso dos profissionais que atuavam na área da educação por ocasião da criação dos estados do Amapá, Rondônia e Roraima, hoje chamados de professores pioneiros (contratados até 1988).

O que se pretende, como forma de se reconhecer o merecimento e a relevância desta categoria, é a unificação dos critérios de posicionamento em nível e padrão remuneratório. Assim, repara-se o desnivelamento ocasionado em decorrência das progressões nas tabelas dos magistérios dos ex-Territórios pela utilização como parâmetro o mesmo requisito temporal de classificação utilizado para os professores optantes pelas Emendas Constitucionais nºs 60, de 2009, 79, de 2014 e 98, de 2017, considerando o avanço de um padrão para cada 18 (dezoito) meses de tempo de serviço prestado ao magistério dos Estados do Amapá, Rondônia e Roraima e, com isso, alcançando o final da carreira.

Por ser questão de justiça aos nossos professores que foram pioneiros em promover a educação nos extintos Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, rogamos aos nossos Pares apoio para aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Senador Lucas Barreto**  
(PSD - AP)



**MPV 1286  
00391**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 7º-A; e acrescentem-se §§ 1º e 2º ao art. 7º-A, todos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 7º-A.** A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos que compõem o Plano de Carreira em cada nível de classificação serão estruturados em dezenove padrões de vencimento, mantida a diferença percentual única e constante entre os padrões e em todos os níveis de classificação, conforme correlação estabelecida no Anexo I-D.

**§ 1º** A partir de 1º de janeiro de 2025, o vencimento básico das classes integrantes do Plano de Carreira terá como referência o piso do nível de classificação E, nas seguintes correlações:

- I** – 36% do Piso do E, para o nível de classificação A;
- II** – 40% do Piso do E, para o nível de classificação B;
- III** – 50% do Piso do E, para o nível de classificação C;
- IV** – d) 61% do Piso do E, para o nível de classificação D.

**§ 2º** A partir de 1º de janeiro de 2025, a diferença (“step”) entre cada padrão de vencimento será de 4,0% e a partir de 1º de abril de 2026 será de 4,1%.” (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256151671500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



\*CD256151671500\*

## JUSTIFICAÇÃO

Essa lista de correlações entre os níveis de classificação e as diferenças de acréscimos percentuais entre os padrões de vencimento, se constituem em elementos estruturantes da carreira PCCTAE, devendo, portanto, constar expressamente na Medida Provisória e seu Anexo, de modo a garantir a constituição da malha salarial, conforme a Cláusula 2<sup>a</sup>, alíneas A, D e E do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Helder Salomão**  
(PT - ES)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256151671500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



\*CD256151671500\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00392**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação aos arts. 34, 35 e 48 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, alterados pelo art. 59 da Medida Provisória, e promovam-se alterações nos arts. 65 e 66 da mesma lei, nos seguintes termos:

Art. 1º Dê-se nova redação aos arts. 34, 35 e 48 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, alterados pelo art. 59 da Medida Provisória, e promovam-se alterações nos arts. 65 e 66 da mesma lei, nos seguintes termos:

“Art.

34.....

I – de nível superior, Carreira de Auditor da Susep, composta pelo cargo de Auditor da Susep; e

II

—.....

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2025, o cargo de nível intermediário de Agente Executivo fica reorganizado na carreira de Técnico da Susep.

§ 2º Os titulares dos cargos de provimento efetivo das carreiras da Superintendência de Seguros Privados - Susep exercem atividade essencial e exclusiva de Estado, nos termos do art. 247 da Constituição Federal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256359699400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



§ 3º As carreiras da Superintendência de Seguros Privados – Susep, parte integrante do Sistema Financeiro Nacional, são regidas pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.” (NR)

“Art.

35.....

§ 1º Os atuais cargos ocupados de nível superior, bem como os cargos vagos e os demais, à medida que vagarem, de Analista Técnico da Susep do quadro de Pessoal da Susep, passam a integrar a carreira de Auditor da Susep que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei.

§ 2º Os atuais cargos ocupados de nível intermediário, bem como os cargos vagos e os demais, à medida que vagarem, passam a integrar a carreira de Técnico da Susep que trata o § 1º do art. 34 desta Lei.

§ 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

§ 4º Os efeitos decorrentes do enquadramento a que se referem os §§ 1º e 2º aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias das respectivas carreiras, respeitando a legislação vigente.” (NR)

“Art.

48.....

I.....;

XI.....; e

XIII – valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.” (NR)

\*CD256359699400\*  
ExEgit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256359699400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



“Art. 65. Os ocupantes dos cargos integrantes da carreira de que trata o inciso I do art. 34 desta Lei, são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Parágrafo único.....” (NR)

“Art. 66. Os integrantes da carreira de que trata o inciso I do art. 34 desta Lei somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes situações:

I -.....

II – cessões para o exercício de cargos em comissão nos órgãos do Ministério da Fazenda e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;

III - cessões para o exercício de cargos em comissão no Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF;

IV – cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos comissionados executivos a partir do nível 13, inclusive, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

V – exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

VI – cessões para o exercício dos cargos de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, ou de cargos comissionados executivos a partir do nível 13, inclusive, ou equivalentes, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e de dirigente máximo de entidade da administração pública desses entes federados.” (NR)

Art. 2º Fica revogado o artigo 49 da Lei nº 11.890, de 2008.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256359699400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



\*CD256359699400\*  
ExEdit





## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a reestruturação das carreiras da Superintendência de Seguros Privados (Susep), uma medida essencial diante dos crescentes desafios impostos pela complexidade do mercado e novas demandas tecnológicas e sociais.

O cenário atual, marcado por transformações profundas - principalmente no campo tecnológico e na gestão de riscos ligados às mudanças climáticas e cibernéticas - tem impacto direto no mercado segurador, setor estratégico para o desenvolvimento econômico, que desempenha papel vital na proteção de investimentos em áreas cruciais, como infraestrutura, agronegócio e neoindustrialização.

Considerando que a Susep administra ativos que representam cerca de 15,1% do PIB nacional, torna-se imperativo contar com um corpo técnico altamente capacitado, capaz de garantir a estabilidade financeira e a segurança do investidor.

A reestruturação aqui proposta prevê a reorganização do cargo de Agente Executivo na carreira de Técnico da Susep, a redefinição da carreira de Auditor da Susep e a consolidação da natureza essencial e exclusiva de Estado das atribuições exercidas pelos servidores da autarquia. Essas medidas garantem maior alinhamento com a complexidade das atividades desempenhadas e com a necessidade de um corpo técnico qualificado para atuar na regulação e supervisão do setor.

Além disso, a emenda estabelece normas sobre impedimentos e vedações ao exercício de atividades externas pelos Auditores da Susep, reforçando o compromisso com a prevenção de conflitos de interesse e disciplina as hipóteses de cessão desses servidores, garantindo maior alinhamento com práticas já adotadas por órgãos reguladores como o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários.

Dessa forma, a aprovação da emenda trará condições mais adequadas para atrair e manter profissionais qualificados, permitindo que a Susep continue desempenhando suas funções estratégicas de maneira moderna



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256359699400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



e eficaz. Trata-se de uma adaptação necessária e urgente, que permitirá à autarquia acompanhar a evolução dos mercados sob sua supervisão, fortalecendo seu papel como reguladora relevante no contexto econômico do país.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares e do relator para a aprovação desta emenda, garantindo que a Susep disponha dos meios adequados para cumprir sua missão institucional e fortalecer a regulação do mercado segurador no país.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Reginaldo Lopes**  
(PT - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256359699400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



**MPV 1286  
00393**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

**Item 1** – Suprima-se o inciso II do *caput* do art. 16 da Lei nº 10.855, de 1 de abril de 2004, como proposto pelo art. 122 da Medida Provisória.

**Item 2** – Dê-se nova redação ao *caput* do art. 21-B da Lei nº 10.855, de 1 de abril de 2004, como proposto pelo art. 203 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 21-B.** Fica criado o Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social, com a participação da direção do Instituto Nacional do Seguro Social, do Ministério da Previdência Social, do órgão gestor do SIPEC e das representações sindicais dos servidores da carreira.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa modificar a MPV 1286/2024 no Art. 122, a qual passa a vigorar com a **supressão do Art. 16, II** porque a redação atual já está de acordo com a normatização vigente. E modifica com a inclusão do termo **“órgão gestor do SIPEC”** no Art. 203, passa a vigorar com esta alteração



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252464671300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



em seu **Art. 21, B**. O comitê gestor da Carreira do Seguro Social foi criado em decorrência do acordo de greve de 2015, onde a categoria, após muita luta, conquistou o referido avanço para tratar de proposta de reestruturação da carreira. Naquele contexto,

o MPOG foi incluído uma vez que sua participação era imprescindível devido a eventuais impactos orçamentários da conclusão do comitê. Considerando as alterações ministeriais ocorridas ao longo dos anos, hoje, seria imprescindível a participação do MGI no comitê. Entretanto, em razão de eventuais modificações e competências dos ministérios, sugere-se a inclusão do termo “órgão gestor do SIPEC” a fim de se evitar eventual necessidade de alteração futura. Ademais, até a presente data, o referido comitê nunca foi instalado havendo, assim, até a presente data,

o descumprimento do Acordo de Greve firmado em 2015. Desta forma, é imprescindível a participação do órgão gestor do SIPEC no CGCSS para se evitar o rebaixamento do comitê, uma importantíssima conquista da categoria do seguro social.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Reginaldo Lopes**  
(PT - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252464671300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



\* CD 252464671300 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00394**

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.286, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altera o caput do Art. 173 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, que cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico no âmbito do Poder Executivo federal.

Art. 1º O caput do Art. 173 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, a ser exercido por economistas legalmente habilitados, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951."

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão da exigência de que o cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS seja exercido por economistas legalmente habilitados visa assegurar a qualificação



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251240469800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



técnica necessária para o desempenho das atividades relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico. A Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que regulamenta a profissão de economista, estabelece as competências e atribuições específicas desses profissionais, garantindo que o exercício do cargo esteja alinhado com as melhores práticas e conhecimentos técnicos da área. Ademais, o elenco de atribuições próprias do ATDS, relacionadas no art. 175 da Medida Provisória em aprovação, coincidem, integralmente, com atividades próprias do economista. Dessa forma, ao par da legalidade do exercício do cargo, busca-se fortalecer a eficácia e a credibilidade das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico implementadas pelo Poder Executivo federal.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Reginaldo Lopes**  
(PT - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251240469800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



**MPV 1286  
00395**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida  
Provisória o seguinte capítulo, renumerando os  
demais dispositivos:

**CAPÍTULO LXI****DA CARREIRA POLICIAL CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**

**Art. 154.** O Anexo II à [Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006](#), passa a vigorar na forma do Anexo CCLXXVII a esta Medida Provisória.

**Art. 155.** O art. 5º da [Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º** Observado o disposto na legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado, são peritos de natureza criminal os peritos criminais, peritos médico-legistas, peritos odontologistas e papiloscopistas com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade de cada órgão e por área de atuação profissional.” (NR)

**ANEXO CCLXXVII**

(Anexo II à Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250114100500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA  
DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

a) QUADRO I: VALOR DO SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DE PERITO  
CRIMINAL, PERITO MÉDICO-LEGISTA E PAPILOSCOPISTA  
POLICIAL DA CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Em  
R\$

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Perito Criminal Perito Médico- Legista Papiloscopista Policial	Especial	30.542,92	36.469,51	41.350,00
	Primeira	25.815,00	32.826,72	35.377,35
	Segunda	22.085,08	28.643,83	30.869,46
	Terceira	21.449,24	26.800,00	27.831,70

b) QUADRO II: VALOR DO SUBSÍDIO PARA OS CARGOS DE AGENTE DE  
POLÍCIA, ESCRIVÃO DE POLÍCIAE AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA DA POLÍCIA  
CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Em  
R\$

CARGO	CATEGORIA	SUBSÍDIO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE JANEIRO DE 2024	1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
Agente de Polícia Escrivão de Polícia	Especial	18.417,51	21.987,38	25.250,00
	Primeira	13.969,28	17.997,59	19.617,37

ExEdit  
\*CD250114100500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250114100500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes





Agente Policial de Custódia	Segunda	11.634,01	15.377,21	16.761,16
	Terceira	11.085,72	14.164,81	14.710,10

“(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A papiloscopia evoluiu significativamente nas últimas décadas, tornando-se uma ciência forense complexa e fundamental para as investigações criminais. Os papiloscopistas da PCDF são profissionais altamente qualificados, com formação superior e especialização em técnicas avançadas de identificação humana.

As funções dos papiloscopistas, peritos criminais e médico-legistas apresentam diversas sobreposições e complementaridades. Ambos realizam exames e análises técnico-científicas em locais de crime e laboratório; coletam e analisam vestígios para produção de provas materiais; e elaboram laudos periciais que auxiliam nas investigações e processos judiciais.

A unificação dos cargos permitirá:

- Melhor alocação de recursos humanos e materiais.
- Redução de custos administrativos.
- Maior flexibilidade na distribuição de tarefas periciais.
- Fortalecimento da Perícia Oficial
- A integração dos papiloscopistas ao quadro de peritos criminais e médico-legistas:
  - Ampliará o efetivo de profissionais dedicados à perícia criminal em sentido amplo.
  - Fortalecerá a autonomia e independência da perícia oficial.
  - Valorizará os conhecimentos especializados dos papiloscopistas.
  - Alinhamento com Tendências Modernas

ExEdit  
\*CD250114100500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250114100500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



- A unificação de carreiras periciais é uma tendência observada em instituições policiais modernas, visando maior eficiência e integração.

- Reconhecimento Técnico-Científico

A unificação dos cargos potencializará:

- A troca de conhecimentos entre profissionais.
- O desenvolvimento de novas técnicas periciais.
- A celeridade na produção de provas materiais.
- Valorização Profissional

A medida reconhecerá a importância dos papiloscopistas, equiparando-os aos demais peritos criminais em termos de status funcional e remuneração. Cabendo ressaltar também, que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu a natureza pericial do trabalho dos papiloscopistas em julgamento da ADI 5182, evidenciando a equivalência técnico-científica entre as funções.

A unificação dos cargos de papiloscopista, perito criminal e médico-legista na PCDF representa um avanço significativo para o aprimoramento da perícia oficial. Esta medida fortalecerá a produção de provas técnico-científicas, contribuindo para investigações mais eficientes e para o combate à criminalidade.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta importante emenda, que trará benefícios concretos para a segurança pública e o sistema de justiça criminal do Distrito Federal.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Reginaldo Lopes**  
(PT - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250114100500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



**MPV 1286  
00396**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se à ementa da Medida Provisória a seguinte redação:

“Suprima-se os arts. 6º, 13, 15, 21, 25, 27, 30, 36, 39, 41, 43, 50, 52, 59, 69, 73, 61 especificamente quanto às alterações no art. 99 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, 76 no que se refere às alterações no art. 149 -A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, art. 78, no que se refere às mudanças do art. 17-A, 78 especificamente quanto às mudanças efetuadas no art. 17-A da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, 81 no que se refere às alterações no art. 42 da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, 86, 88, 90, especificamente quanto às mudanças efetuadas no art. 50 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 93 especificamente quanto às alterações no art. 13 da Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004, 96 no que se refere ao art. 31-0 da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, 108 no que se refere às mudanças do art. 37 da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, 111 no que se refere às mudanças do art.21 da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, 114 no que se refere às alterações no art.22, especificamente quanto às alterações no art. 9º da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, 122 especificamente quanto



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254835230100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



às alterações no art. 16 da Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, 127 especificamente quanto às alterações no 48-M, 129 que se refere às mudanças no art. 62-F da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, 134 quanto às alterações realizadas no art. 18 da Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, 141 especificamente quanto às alterações no art. 202 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; 147 em relação às alterações no art. 149 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.”

## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da emenda é a supressão das aplicações diretas da [Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003](#), e a [Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005](#) e [Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019](#) nas incorporações de todas as gratificações previstas no texto da Medida Provisória, como GDTAF, GDAC, GPDGPE, GDAFAZ, GDATUR, GDSUFRAMA, GDATA, GDExt, GDATPF, GDATPRF, GDPST, GDASST, GACEN, GDASUS, GDASUSEP, GDECVM, GDASCVM, GDAHFA, GDASA, GDIBGE, GDATAM, GDAIN, GDACABIN, GDAEM, GDAMB, GTEMA, GDAPMP, GDPCAR, GDCPREVIC, GDIT, GDAPEC, GDARA, GDAPA, GDASS, GDPFNDE, GDINEP, GDAIE, GDAPIB, dentre outras, mantendo-se apenas os critérios já existentes nas leis instituidoras.

A Medida Provisória aplica às gratificações disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2004, que substituiu o regime de aposentadoria integral pelo regime de aposentadoria proporcional; da [Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005](#), que estabelece regras de transição para o direito à paridade e à integralidade aos servidores que ingressaram no serviço público antes da EC nº 41/2003, mas se aposentaram após essa emenda, e da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103 de 13 de novembro de 2019).

\* CD 254835230100 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254835230100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



O objetivo da emenda é que haja expressa revogação de disposições trazidas por essas reformas, que prejudicam o recebimento das referidas gratificações com integralidade e paridade.

São essas, portanto, as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254835230100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD254835230100\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00397**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se à ementa da Medida Provisória a seguinte redação:

“Suprima-se o art. 206, que trata sobre as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec. Suprima-se também as alterações realizadas no art. 5º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, referente aos desenvolvimento na carreira de servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo da emenda é a supressão das alterações realizadas nas regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, que insere carreiras do serviço público federal nesse Sistema, de forma indistinta e não dialogada previamente.

A presente emenda requer também a supressão de todas as alterações realizadas no art. 5º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.

Aponta-se, nessa oportunidade, um grave erro material da Medida Provisória, que revoga legislação sem dispositivo correspondente no corpo da MP. Essa alteração, caso estivesse no texto da MP, constaria no Capítulo VI, sobre o PGPE, contudo, ao se consultar a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 verifica-se a existência da mudança.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258957240700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



“ Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

Art. 5º O desenvolvimento do servidor do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma do regulamento.

Art. 6º O desenvolvimento do servidor nos cargos do PGPE, mediante promoção e progressão, observará, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos em regulamento, os seguintes: **(Revogado pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024)**

I - interstício mínimo de 1 (um) ano entre cada progressão;

II - experiência mínima no campo de atuação de cada cargo, fixada para promoção a cada classe subsequente à inicial;

III - avaliação de desempenho;

IV - possuir certificação em eventos de capacitação no campo de atuação do cargo, em carga horária mínima e complexidade compatíveis com o respectivo nível e classe; e

V - qualificação profissional no campo de atuação de cada cargo.”

Além de não constar expressamente no texto da Medida Provisória, a retirada dos critérios para progressão funcional e promoção do PGPE, previsão de que se conste apenas em regulamento (ato administrativo) fere o princípio da legalidade e causa insegurança jurídica.

Quanto ao art. 306 da Medida Provisória, esse deverá ser excluído, posto que insere automaticamente diversas carreiras no Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, sem prévio diálogo com os servidores e entidades representativas em mesa de negociação.

A instituição de novas regras de avaliação de desempenho não foi dialogada com as entidades sindicais nas mesas de negociação, e não há informações sobre quais critérios individuais permanecerão em vigor.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258957240700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



A discussão sobre eventuais alterações nas avaliações de desempenho se torna ainda mais relevante no contexto atual de reestruturações, promovidas pela MP, posto que as carreiras serão mais alongadas.

Ao se discutir sobre alterações nas avaliações de desempenho o MGI também precisará tratar diretamente sobre salvaguarda, monitoramento e promoção da saúde dos servidores, a partir da instituição do modelo que se pretende, que visa o resultado. Outra questão que exsurge é a necessidade de maior investimento em cursos de formação, com aperfeiçoamento das escolas do governo antes de se pensar em formular normas específicas para avaliações de desempenho.

Alterações nas avaliações de desempenho e progressão funcional reacendem, ainda, a necessidade de debates mais aprofundados sobre a necessidade de instituição de mecanismos contra assédio institucional e perseguições políticas, que quando ocorrem, interferem diretamente nas avaliações e progressões.

Trata-se da instituição de uma ótica de gestão gerencialista na administração pública, que privilegia o resultado. Diversamente da atividade privada, as atividades do Estado não visam o lucro, mas sim a prestação de serviço público à sociedade, portanto, transportar uma ótica que busca somente os resultados, em detrimento da saúde física e psicológica do servidor, não é compatível com o serviço público.

São essas, portanto, as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258957240700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD258957240700\*  
ExEdit





**MPV 1286  
00398**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se à ementa da Medida Provisória a seguinte redação:

“Suprimam-se os arts. 183 a 192 (Capítulo LXXII), que criam e regulamentam a Carreira de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo da emenda é a supressão da criação e regulamentação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa.

A criação da referida carreira é contraditória com as próprias diretrizes de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos,, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação, por criar uma nova carreira com atribuições e áreas do cargo semelhantes a outras já existentes, de forma a acentuar as disparidades no serviço público federal, inclusive remuneratórias.

Conforme a Portaria MGI nº 5.127/2024: “Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes: (...) II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos; III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes; (...).”

A criação de uma nova carreira para exercer atividades que são desenvolvidas por outras carreiras preexistentes, como atuação as áreas de justiça e segurança pública, nas quais se incluem as atividades de subsídio às

\*CD250930809800\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250930809800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, além de não ser compatível com o processo simplificação de carreiras, fere isonomia entre cargos similares.

Para fins de exemplificação, no Ministério da Justiça estão lotados Analista Técnico Administrativo (na área de Gestão Governamental e Administração Pública), Analistas Técnicos de Políticas Sociais, Carreira Policial Federal; Carreira Policial Rodoviário Federal; Carreira de Agente Federal de Execução Penal; Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal; e Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal), e 3 (três) planos de cargos - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE; Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - PECPF; e Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - PECPRF.<sup>[1]</sup>

Essas carreiras atuam diretamente na promoção e subsídio das políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, ou ainda, atividades relativas à defesa nacional, das fronteiras, ou ao desenvolvimento científico e tecnológico de defesa.

Não há necessidade de criação de uma nova carreira com atribuições idênticas, sob pena de afronta ao princípio da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988.

São essas, portanto, as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

<sup>[1]</sup> O Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE foi criado por meio da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e é composto por cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar não integrantes de Carreiras específicas, Planos Especiais de Cargos ou Planos de Carreiras instituídos por leis específicas. Os referidos cargos são voltados ao exercício de atividades

\*CD250930809800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250930809800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



técnicas, técnico-administrativas e de suporte no âmbito dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250930809800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286  
00399**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se à ementa da Medida Provisória a seguinte redação:

“Suprimam-se os arts. 173 a 182 (Capítulo LXXI), que criam e regulamentam a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo da emenda é a supressão da criação e regulamentação da Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico.

A criação da referida carreira é contraditória com as próprias diretrizes de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação, por criar uma nova carreira com atribuições e áreas do cargo semelhantes a outras já existentes, de forma a acentuar as disparidades no serviço público federal, inclusive remuneratórias.

O cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico abrange uma ampla gama de atividades voltadas para o planejamento, execução e avaliação de políticas públicas. Suas principais atribuições, listadas no artigo 175 da MP, incluem:

1. executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de desenvolvimento socioeconômico;
2. executar atividades de assistência técnica no planejamento, na implementação, na análise e na avaliação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento regional e territorial sustentável, seja agrário ou urbano;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253005595500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

\*CD253005595500\*  
ExEdit

3. analisar a viabilidade econômica de projetos de investimento e de desenvolvimento sustentável;
4. analisar e avaliar dados socioeconômicos que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das políticas de indústria, micro e pequenas empresas, comércio, serviços, comércio exterior, agricultura, infraestrutura, inovação e demais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do País;
5. subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais; e
6. subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico.

As atividades cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, previstas no artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 são idênticas às atribuições da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, de forma que a criação de uma nova carreira para exercer atividades que são desenvolvidas por outras carreiras preexistentes, fere isonomia entre cargos similares.

A criação de uma nova carreira com atribuições idêntica às já existentes, com renumerações distintas, afrontam ao princípio da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988, por tratar-se de trabalho de igual valor.

São essas, portanto, as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253005595500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286  
00400**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 11 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 11. ....**

**§ 1º** Os ocupantes dos cargos de Médico, Médico/Área, Médico do Trabalho, Engenheiro do Trabalho, Arquiteto do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Regente e Sanitarista do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal, de pós-graduação *lato sensu*, ao apresentarem a certificação de uma segunda formação *lato sensu*.

**§ 2º** Os ocupantes dos cargos de nível médio profissionalizante ou com curso técnico do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal quando apresente uma segunda certificação de curso técnico.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda visa garantir a isonomia de tratamento com os demais profissionais que integram o PCCTAE, Lei nº 11.091/2005, considerando que os demais cargos não têm como requisito para o ingresso no cargo a certificação de especialista ou curso médio profissionalizante ou curso técnico. Os ocupantes dos cargos só podem alcançar o Incentivo a Qualificação (IQ) a partir da graduação, para o nível de classificação D ou do mestrado, para o nível de classificação E. A proposta de alteração é para que esses servidores tenham a possibilidade de apresentar uma segunda certificação, como forma de obtenção do primeiro IQ, assim como os demais servidores.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253789321200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



Essa alteração não gera impacto orçamentário na Medida Provisória, pois já está previsto na Lei nº 11.091/2005 e cada servidor que alcançar o IQ é considerado aumento vegetativo da folha. O IQ foi implantado em 2006.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Helder Salomão**  
(PT - ES)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253789321200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



\*CD253789321200\*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00401**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se o inciso II do *caput* do art. 16 da Lei nº 10.855, de 1 de abril de 2004, como proposto pelo art. 122 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa modificar a MPV 1286/2024 no art. 122, a qual passa a vigorar com a **supressão do Art. 16, II** porque a redação atual já está de acordo com a normatização vigente.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Professora Luciene Cavalcante**  
**(PSOL - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256787528700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



\*CD256787528700\*  
ExEdit





**MPV 1286**  
**00402**

## **EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**

(à MPV nº 1.286, de 2024)

Altera MPV nº 1.286, de 2024,

Alteram-se os artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 28. A partir da data de entrada em vigor desta Lei os cargos de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)**

**“§ 1º Os cargos a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no Anexo X desta Lei.” (NR)**

**“§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos a que se refere o caput serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo XI desta Lei.” (NR)**

**“§ 3º O cargo de Analista Técnico Administrativo da área de TI, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.” (NR)**

**“Art. 30. São atribuições dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação, além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.” (NR)**

**“Art. 31. A investidura nos cargos de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)**

**“§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que**

\* C D 2 5 7 2 1 1 8 7 8 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257211878900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva



**verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30 desta Lei.” (NR)**

**“Art. 32. Os ocupantes dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XII desta Lei.” (NR)**

**“Art. 33. Não serão devidas aos titulares dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)**

**“Parágrafo único. Ficam os cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)**

**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40 desta LEI, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei. (NR)**

**ANEXO X**

**ESTRUTURA DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

\*CD257211878900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257211878900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva



ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DE  
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASS E	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata do art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		B	VI		
	V		V		
	IV		IV		
	III		III		
	II		II		
	I		I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

ANEXO XII

SUBSÍDIO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

\*CD257211878900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257211878900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva



## JUSTIFICAÇÃO

**1.** No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

**2.** Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

**3.** Frisa-se que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

**4.** A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de

\* C D 2 5 7 2 1 1 8 7 8 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257211878900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva



Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

5. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

**"atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."**

Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

**"atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e**

\* 0 0 2 5 7 2 1 1 8 7 8 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257211878900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva



*monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar**, manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

**6.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o **planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal** direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***

***VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;***

***VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)***

***VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)***

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

***III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)***

\* C D 2 5 7 2 1 1 8 7 8 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257211878900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva



7. Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas. Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2025

Deputado Orlando Silva  
(PCdoB-SP)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257211878900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva





**MPV 1286  
00403**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 21-B da Lei nº 10.855, de 1 de abril de 2004, como proposto pelo art. 203 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 21-B.** Fica criado o Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social, com a participação da direção do Instituto Nacional do Seguro Social, do Ministério da Previdência Social, do órgão gestor do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) e das representações sindicais dos servidores da carreira.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa modificar a MPV 1286/2024 no art. 203 com a inclusão do órgão gestor do SIPEC no rol de integrantes do Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social.

O comitê gestor da Carreira do Seguro Social foi criado em decorrência do acordo de greve de 2015, onde a categoria, após muita luta, conquistou o referido avanço para tratar de proposta de reestruturação da carreira. Naquele contexto, o MPOG foi incluído uma vez que sua participação era imprescindível devido a eventuais impactos orçamentários da conclusão do comitê. Considerando as alterações ministeriais ocorridas ao longo dos anos, hoje, seria imprescindível a participação do MGI no comitê. Entretanto, em razão de eventuais modificações e competências dos ministérios, sugere-se a inclusão do termo “órgão gestor do SIPEC” a fim de se evitar eventual necessidade de alteração futura. Ademais, até a presente data, o referido comitê nunca foi instalado havendo, assim, até a presente data, o descumprimento do Acordo de Greve firmado em 2015. Desta forma, é

\*CD250370508400\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250370508400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante





imprescindível a participação do órgão gestor do SIPEC no CGCSS para se evitar o rebaixamento do comitê, uma importantíssima conquista da categoria do seguro social.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Professora Luciene Cavalcante**  
**(PSOL - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250370508400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



**MPV 1286  
00404**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação aos arts. 173 e 174, ao *caput* do art. 175, ao art. 176, ao *caput* do art. 177, aos §§ 1º e 3º do art. 177, aos arts. 178 a 180, ao art. 181 e ao *caput* do art. 182; e acrescentem-se incisos VII a XIII ao *caput* do art. 175 e § 4º ao art. 177 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 173.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico, composta pelo cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Os ocupantes do cargo de ATIDS terão lotação no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de órgão supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 175.

§ 2º O cargo efetivo de ATIDS é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo CCCVI.

§ 3º A partir da data de entrada em vigor desta Lei, os cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, ficam reorganizados no cargo de Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico – ATIDS, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo CCCVI - A.

§ 4º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, observado o disposto no § 1º, definir o órgão de exercício descentralizado dos ocupantes do cargo de ATIDS.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



§ 5º O exercício descentralizado dos servidores do § 3º do artigo 173 será mantido conforme situação da lotação no início da vigência da presente Lei.

§ 6º No interesse da administração, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos poderá definir o exercício descentralizado provisório dos servidores ocupantes do cargo de ATIDS em autarquias e fundações, com competências relativas às políticas previstas no art. 175.”

“Art. 174. Ficam criados setecentos e cinquenta cargos de ATIDS no quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por transformação de cargos vagos, nos termos do disposto no art. 193 *caput*, inciso I.”

“Art. 175. São atribuições do cargo de ATIDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

.....  
VII – realizar atividades relativas ao exercício das competências institucionais e legais do cargo do órgão de exercício bem como planejar, coordenar, fiscalizar, prestar assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte, desenvolver e realizar projetos de infraestrutura de transportes, comunicações, saneamento e urbanização de regiões, zonas e cidades e planejar e gerir obras e projetos de infraestrutura sustentável;

VIII – desenvolver e realizar projetos de arquitetura; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, emitir laudo técnico, vistoriar, fiscalizar execução de contratos de obras; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentos e outras atividades compatíveis com o cargo;

IX – avaliar a situação econômica e financeira nacional e internacional; importação e exportação; comércio, indústria, empresas privadas e organismos públicos e paraestatais; atividades e fontes dos fundos públicos; fatores de produção, circulação, armazenamento e distribuição dos produtos; fontes e mercados consumidores; fatores de formação de preços e salários; estruturas patrimoniais e investimentos nacionais e estrangeiros; condições socioeconômicas e das características da estrutura agrária; modelos matemáticos para representar fenômeno econômicos e emprego de outras técnicas econométricas;

X – executar tarefas de alta complexidade relativas à análises estatística que auxiliem o assessoramento institucional; planejar e dirigir



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



a execução de pesquisas ou levantamentos estatísticos, que possibilitem a formulação das notas técnicas e pesquisas de interesse dos respectivos órgãos; planejar, coordenar e executar trabalhos de controle estatístico de produção de qualidade, efetuar pesquisas e análises estatísticas, elaborar padronizações estatísticas, efetuar perícias em matéria de estatística e assinar os laudos respectivos; emitir pareceres e relatórios no campo da estatística; assessorar a elaboração de políticas e programas públicos exclusivamente no que tange a área da estatística; executar outras atividades inerentes ao cargo de estatístico que seja de interesse da administração pública;

**XI** – desenvolver, implementar, executar e supervisionar projetos sobre composição do solo; recursos minerais, genética de depósitos; interpretação tectônica, natureza geológica e geofísica de fenômenos; serviços ambientais, geotécnicos, de geologia e geofísica;

**XII** – difundir o conhecimento técnico e a importância na adoção de projetos e políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos órgãos e entidades da administração pública federal; e

**XIII** – promover a inovação e a melhoria de serviços públicos com o uso de práticas de governança ambiental, corporativa e social.”

“**Art. 176.** A jornada de trabalho do cargo de ATIDS da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico é de quarenta horas semanais.”

“**Art. 177.** O ingresso nos cargos de ATIDS ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

.....  
**§ 1º** O ingresso nos cargos de ATIDS exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

.....  
**§ 3º** O concurso público a que se refere o *caput* será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico.

**§ 4º** Os concursos públicos para os cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, com autorizações vigentes na data  
1º publicação desta Medida Provisória serão válidos para ingresso no cargo de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



Analista em Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de que trata o art. 173.”

“**Art. 178.** Os ocupantes do cargo de ATIDS serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

.....”

“**Art. 179.** Os ocupantes do cargo de ATIDS não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

.....”

“**Art. 180.** O subsídio dos ocupantes do cargo de ATIDS não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:

.....”

“**Art. 181.** O desenvolvimento do servidor na Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.”

“**Art. 182.** Os ocupantes do cargo de ATIDS somente poderão:

.....”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



5.127/2024<sup>1</sup> estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)<sup>2</sup>, tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe do cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010<sup>3</sup> que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

1 <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/532194/1/Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20DOU%20-%20Imprensa%20Nacional.pdf>

2 <https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/guias/guia-mnnp.pdf/>

3 [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias<sup>4</sup>, com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação<sup>5</sup>, com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,

Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação<sup>6</sup>, com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, da forma proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de

4 [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco1\\_versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco1_versaoretificada-21nov2024.pdf)

5 [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco2\\_versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco2_versaoretificada-21nov2024.pdf)

6 <https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/>



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação

(...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de pessoas;

II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;

III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;

IV - gestão dinâmica da força de trabalho;

V - priorização das atividades estratégicas e complexas;

VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo; e

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação dentro das equipes.

(...)

Requisitos para estruturação de cargos

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante





I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024<sup>7</sup> (atual Lei nº 14.875/2024<sup>8</sup>) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo

7 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=242588>

8 <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14875-31-maio-2024-795709-publicacaooriginal-171939.html>



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:

1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade;
8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;
9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Diante do exposto, consoante os argumentos acima expendidos, tem-se que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



Portaria MGI nº 5.127/2024, como estão sendo propostas, razão pela qual devem ser substituídos, adotando-se a redação ora proposta.

\* CD 255884571100 \*  
LexEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



ANEXO CCCVI  
ESTRUTURA DO CARGO INTEGRANTE DA CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico	ESPECIAL	V
		V
		III
		II
		I
	CLASSE	V
		V
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

LexEdit  
\*CD255884571100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



ANEXO CCCVI - A  
TABELA DE CORRELAÇÃO DO CARGO DE ANALISTA TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO	
Cargos: Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos (Anexo XII da Lei nº 12.277/2010)	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	Analista Técnico de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico	
		II	V			
		I	III			C
		VI	II			
		V	I			
	IV	V	B			
	III	V				
	II	III				
	I	II				
	B	VI		I		A
		V	V			
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
	A	I	I			
		V	V			
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
	I	I				

exEdit  
\*CD255884571100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



ANEXO CCCVII  
CARREIRA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

TABELA DE SUBSÍDIO

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO
ESPECIAL	V	21.070,00
	V	20.341,06
	III	19.637,34
	II	18.957,97
	I	18.302,09
CLASSE	V	17.057,64
	V	16.467,51
	III	15.897,80
	II	15.347,80
	I	14.816,83
B	V	13.809,35
	IV	13.331,60
	III	12.870,38
	II	12.425,12
	I	11.995,26
A	V	11.179,64
	IV	10.792,87
	III	10.419,47
	II	10.059,00
	I	9.711,00

exEdit  
\*CD255884571100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Professora Luciene Cavalcante**  
**(PSOL - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255884571100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



**MPV 1286  
00405**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 12-B à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 12-B.** A partir de 1º de abril de 2026, fica instituído, aos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-TAE), com regulamento proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

**Parágrafo único.** O Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC é o instrumento de reconhecimento dos conhecimentos e habilidades de todos os integrantes do Plano de Carreira, independentemente do nível de escolaridade, resultante da atuação profissional na dinâmica do ensino, pesquisa, extensão, gestão, inovação e assistência especializada, nos termos do inciso IV, Art. 3º desta Lei.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda atende a Cláusula Quarta do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que estabelece instituto do RSC, que a proposição será pela CNSC e a data de sua implantação.

A aprovação dessa emenda dará suporte a elaboração dos cálculos de impacto financeiro para a inclusão na LDO e LOA de 2026, já que sua implantação está prevista para abril de 2026. Portanto, não vai gerar impacto financeiro em 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256134851100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão

\*CD256134851100\*  
Edit

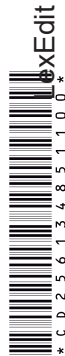


Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Helder Salomão**  
**(PT - ES)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256134851100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



**MPV 1286  
00406**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se ao Art. 1, o parágrafo 6 na Lei  
nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, na forma proposta pelo  
art. .... da MPV 1286/2024 nos termos a seguir:

“Art. 1 ...

Parágrafo 1.....

.....

Paragrafo 6. As carreiras estabelecidas no Caput do Art.1  
ficam transformadas em Carreira Típica de Estado.

I - As atividades desempenhadas pelos servidores da Carreira  
de Especialista em Meio Ambiente que trata a Lei nº 10.410/2002, são  
consideradas exclusivas de Estado.

**JUSTIFICAÇÃO**

As atividades Típicas de Estado foram inseridas na  
Constituição Federal em 1998, na forma do art. 247:

“Art. 247. #As leis previstas no inciso III do § 1º do art. 41 e  
no § 7º do art. 169 estabelecerão critérios e garantias especiais para a  
perda do cargo pelo servidor público estável que, em decorrência das



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252252611000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividades exclusivas de Estado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

Após à Emenda Constitucional várias categorias de servidores federais, tiveram suas atividades contempladas como típica de estado, a exemplo da Receita Federal, Polícia Federal, Penal e Rodoviária, do Ministério do Trabalho e Emprego, todas carreiras jurídicas da União, ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dentre outras. Porém, os servidores ambientais federais que exercem por excelência a competência federal na área ambiental, desenvolvendo dentre muitas atividades de relevância nacional a de fiscalização contra crimes ambientais, auditoria, licenciamento, gestão, pesquisa, prevenção e controle ambiental, não tiveram sua carreira incluída como Carreira Típica de Estado.

A carreira de especialista em meio ambiente, criada pela Lei, 10.410/2002, cujos

servidores exercem atribuições correspondentes à expressão do poder estatal do governo federal brasileiro na área ambiental, não possuindo correspondência no setor privado, tendo, portanto, o direito de serem servidores que exercem atividades típicas de Estado, porque desenvolvem atividades de Estado por excelência em várias áreas ambientais e climáticas, notadamente na área de fiscalização, auditoria prevenção contra crimes ambientais, gestão, conservação e controle ambiental, autorização de uso da flora e fauna, licenciamento ambiental de pequenos e grandes empreendimentos, como exploração de petróleo e usinas nucleares, formulação de políticas nacionais de meio ambiente e recursos hídricos, pesquisa, manejo florestal, dentre outras atividades de grande relevância

\*CD252252611000\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252252611000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



ambiental federal, tudo em benefício das presentes e futuras gerações da humanidade, pois sem meio ambiente não há vida.

Pelo exposto, os servidores da carreira de especialistas em meio ambiente federal, a exemplo de outras carreiras federais, como do ministério da agricultura e pecuária, também merecem o reconhecimento do poder público para que a carreira de especialista em meio ambiente regida pela Lei 10.410/2002, tenha suas atividades reconhecidas como Típica de Estado, como forma de fazer justiça com o corpo de servidores ambientais, que prestam serviços de alta relevância para a sociedade brasileira.

Frisando, que toda fundamentação jurídica está amparada pelos mesmos fundamentos das outras carreiras que tiveram suas atividades reconhecidas como típicas de Estado, bem como pelo espelhamento estatal brasileiro das atribuições federais da carreira de especialistas em ambiente.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252252611000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



\*CD252252611000\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00407**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao art. 18 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 18. ....**

**I** – unificação e transformação de cargos de mesma natureza, complexidade e similaridade.

**II** – .....

**III** – posicionamento do servidor ocupante dos cargos unificados ou transformados em nível de classificação, padrão de vencimento básico do cargo de destino, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os cargos da Administração Pública, incluídos os que integram o PCCTAE (Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005), vêm sofrendo efeitos da evolução histórica, mudanças no mundo do trabalho e na realidade social, novas formas de gestão e informatização decorrentes do desenvolvimento tecnológico. É necessário que a Administração Pública apresente soluções para atualizar seu quadro de cargos com o aproveitamento dos atuais servidores às demandas da realidade atual. Entendemos que alterações que acompanhem as transformações do



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258732116500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



mundo do trabalho, a natureza e atribuições essenciais dos cargos são juridicamente permitidas e não violam a exigência de concurso público.

A presente emenda é derivada do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI.

A inclusão do texto proposto com as alterações da Lei 11091/2005, nos incisos I e III é fundamental para sustentar o processo de racionalização constante da Cláusula 13, alínea E do acordo. A possibilidade de transformar cargos, respeitados os limites constitucionais, permitirá o aproveitamento dos servidores sem aumento de despesas, ou seja, sem impacto financeiro para Medida Provisória.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Helder Salomão**  
(PT - ES)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258732116500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



\*CD258732116500\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00408**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

Alteram-se os artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 28. O cargo de Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior, de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005,, os cargos de ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005 e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação,*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#) , os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação , no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)*

*“§ 1º Os cargos a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no **Anexo X** .” (NR)*

*“§ 2º Os atuais ocupantes **dos cargos a que se refere o caput** serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo **XI** ” (NR)*

*“§ 3º O cargo de Analista Técnico Administrativo da área de TI, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.” (NR)*

.....

*“Art. 30. São atribuições dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** , além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.” (NR)*

*“ Art. 31. A investidura **nos cargos** de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)

**“§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30º.” (NR)**

**“Art. 32. Os ocupantes dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XII.” (NR)**

**“ Art. 33. Não serão devidas aos titulares dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)**

.....

**“Parágrafo único. Ficam os cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)**

.....

**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei (NR)**

.....

ANEXO X



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252516352200\*  
ExEdit



ESTRUTURA **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

.....

ExEdit  
\* C D 2 5 2 5 1 6 3 5 2 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

\*CD252516352200\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



11.357,  
de 19 de  
outubro  
de 2006,  
atualizada  
pelo art. 81  
da Lei nº  
11.907, de  
fevereiro  
de 2009, os  
cargos de  
Analista de  
Sistemas,  
Analista  
de Sistema  
B, Analista  
de Sistema  
C e  
Analista  
de Sistema  
D de que  
trata o art.  
1º da Lei  
nº 11.355,  
de 19 de  
outubro  
de 2006,  
cargos de  
ANALISTA  
I - Área de  
Formação  
em  
Análise de  
Sistemas,  
Analista de  
Sistemas,  
Analista de  
Sistemas  
III e

exEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Analista de Sistemas IV, de que trata do art. 1º da Lei n º 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970						

.....

ANEXO XII

SUBSÍDIO    **DOS CARGOS**    DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

.....

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, as seguintes disposições:

Alteram-se os artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



“Art. 28. O cargo de Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior, de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, os cargos de *Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI*, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de *Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte* de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de *Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D* de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de *Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV*, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005,, os cargos de *ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV*, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005 e o cargo de *Analista de Sistemas*, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, os cargos de *Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação*, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#) , os cargos de *Analista de Sistemas*, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de *Analista na área de Formação em Análise de Sistemas*, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, ficam reorganizados na *Carreira de Tecnologia da Informação* , no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)

\*CD252516352200\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



“§ 1º Os cargos a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no **Anexo X** .” (NR)

“§ 2º Os atuais ocupantes **dos cargos a que se refere o caput** serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo **XI** ” (NR)

“§ 3º O cargo de **Analista Técnico Administrativo da área de TI**, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provedimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.” (NR)

.....

“Art. 30. São atribuições dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** , além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.” (NR)

“ Art. 31. A investidura **nos cargos** de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)

“§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30º.” (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252516352200\*  
ExEdit



“Art. 32. Os ocupantes dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no **Anexo XII** .” (NR)

“ Art. 33. Não serão devidas aos titulares **dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)

.....

“Parágrafo único. Ficam o **s cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação** automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)

.....

**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei (NR)**

.....

ANEXO X

**ESTRUTURA DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

.....

ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista
		II	II		
		I	I		

\*CD252516352200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de	C	VI	VI	C	de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

\*CD252516352200\*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Sistemas,  
Analista  
de Sistema  
B, Analista  
de Sistema  
C e  
Analista  
de Sistema  
D de que  
trata o art.  
1º da Lei  
nº 11.355,  
de 19 de  
outubro  
de 2006,  
cargos de  
ANALISTA  
I - Área de  
Formação  
em  
Análise de  
Sistemas,  
Analista de  
Sistemas,  
Analista de  
Sistemas  
III e  
Analista de  
Sistemas  
IV, de que  
trata do  
art. 1º  
da Lei n  
º 11.233,  
de 22 de  
dezembro  
de 2005, e  
o cargo de  
Analista de

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970						

.....

ANEXO XII

SUBSÍDIO    **DOS CARGOS**    DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

.....

		DE 2024				
	III	18.118,13			19.865,61	21.613,10
ESPECIAL	II	17.797,51			19.491,39	21.185,27
	I	17.483,74			19.124,82	20.765,90
	VI	17.060,93			18.647,02	20.233,12
	V	16.763,43			18.298,02	19.832,60
C	IV	16.471,83			17.955,92	19.440,01
	III	16.187,13			17.621,16	19.055,20
	II	15.723,78			17.016,02	18.308,27
	I	15.276,91			16.433,76	17.590,61
	VI	14.731,88			15.749,17	16.766,46

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	V	14.321,05			15.215,15	16.109,25
B	IV	13.924,84			14.701,32	15.477,79
	III	13.543,24			14.207,17	14.871,09
	II	13.175,20			13.731,69	14.288,17
	I	12.820,77			13.274,44	13.728,10
	V	12.387,25			12.736,08	13.084,91
	IV	12.061,29			12.316,65	12.572,01
A	III	11.746,93			11.913,07	12.079,21
	II	11.443,21			11.524,47	11.605,72
	I	11.150,80			11.150,80	11.150,80

		DE 2024				
	III	18.118,13			19.865,61	21.613,10
ESPECIAL	II	17.797,51			19.491,39	21.185,27
	I	17.483,74			19.124,82	20.765,90
	VI	17.060,93			18.647,02	20.233,12
	V	16.763,43			18.298,02	19.832,60
C	IV	16.471,83			17.955,92	19.440,01
	III	16.187,13			17.621,16	19.055,20
	II	15.723,78			17.016,02	18.308,27
	I	15.276,91			16.433,76	17.590,61
	VI	14.731,88			15.749,17	16.766,46
	V	14.321,05			15.215,15	16.109,25
B	IV	13.924,84			14.701,32	15.477,79
	III	13.543,24			14.207,17	14.871,09

\*CD252516352200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



	II	13.175,20			13.731,69	14.288,17
	I	12.820,77			13.274,44	13.728,10
	V	12.387,25			12.736,08	13.084,91
	IV	12.061,29			12.316,65	12.572,01
A	III	11.746,93			11.913,07	12.079,21
	II	11.443,21			11.524,47	11.605,72
	I	11.150,80			11.150,80	11.150,80

JUSTIFICAÇÃO

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2.

De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4.

Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da

\*CD252516352200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

\*CD252516352200\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

### 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

### 9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos** . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”*

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987, passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. (Regulamento)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#)

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 252516352200 \*  
Edit



...

11. Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12. Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema

\*CD252516352200\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

14.

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para*

ExEdit  
\* C D 2 5 2 5 1 6 3 5 2 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.”*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252516352200\*  
ExEdit





de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

***III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)***

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na

\*CD252516352200\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



(ii) *identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

(iii) *identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos.* “

## 8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

## 9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 252516352200 \*  
ExEdit



“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. **Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos**. 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto nº [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252516352200\*  
ExEdit





na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 2 5 1 6 3 5 2 2 0 0 \*  
ExEdit

as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.**

A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252516352200\*  
ExEdit



Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252516352200\*  
ExEdit



*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD252516352200\*  
ExEdit



Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:** <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

**Fonte:**<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. **ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –**

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM				
--	--	--	--	--

ExEdit  
\* C D 2 5 2 5 1 6 3 5 2 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSOR					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST		1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	A0	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	A29	2	4					
ANALISTA PROCES DE DADOS - PGPE	A2	0	2					
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	A7	0	0					
ANALISTA DE SISTEMAS III PECC	A2	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC			1					
ANALISTA DE SISTEMAS PECC	A3	4	1					
ANALISTA I - Área	A2	0	0					

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0						
<b>TOTAL</b>	<b>559</b>	<b>309</b>	<b>79</b>					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

1.

No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2.

De igual forma,

os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de](#)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252516352200\*  
ExEdit



dezembro de 1990, os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte,*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao*

ExEdit  
\* C D 2 5 2 5 1 6 3 5 2 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



8.

Frisa-

se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da*

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos* . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto nº 491, de 9 de abril de 1992, que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987, passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. (Regulamento)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da Lei nº 5.645, de 1970;

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 252516352200 \*  
ExEdit



**Decreto n.º 491, de 9 de abril de 1992**

Art. 1.º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2.º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975 ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252516352200\*  
ExEdit





12.

Os Analistas

têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

13.

A estruturação de

uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

\* CD 252516352200 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



14. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 252516352200 \*  
Edit



*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



*operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

*...*

*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

*17.*

*Fica*

*claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252516352200\*  
ExEdit



proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

\*CD252516352200\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFESSORISTAS					
ANALISTA DE	73	151	26					

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



SISTEMA - PGPE							
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE	1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST		1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA	2	4					

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



INFORMACAO - PGPE							
ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC	2	0	0					
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC	2	0	0	[MB1]				
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



1.

No

acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2.

De igual forma,

os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área

ExEdit  
\* C D 2 5 2 5 1 6 3 5 2 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

ExEdit  
\* C D 2 5 2 5 1 6 3 5 2 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252516352200\*  
ExEdit



configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9.

Entende-

se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos . 5. Precedentes: ADI*

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

**10.** Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#), que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987](#), passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei nº 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto n [o 491, de 9 de abril de 1992](#)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

**13.** A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.** A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

15. Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar**, manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.”

16. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal**

\* CD 252516352200 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***

***VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;***

***VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)***

***VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)***

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

...

***III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)***

17.

Fica

claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252516352200\*  
ExEdit



diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

## II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

\*CD252516352200\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidorespublicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

Fonte:<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO							
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS						
	ATIVOS	APOSENTADOS	RESCISORISTAS				
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	173	151	26				

ExEdit  
\* C D 2 5 2 5 1 6 3 5 2 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE	1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST	1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST		1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA2 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA2 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA3 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA2 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0					
ANALISTA1 I - Área 'e	0	0					

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC 2	0	0	[MB1]					
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http://painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								

[MB1]?

Fonte:<https://www.gov.br/servidor/pt-br/observatorio-de-pessoal-govbr/tabela-de-remuneracao-dos-servidores-publicos-federais-civis-e-dos-ex-territorios>

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS –

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM				
---	--	--	--	--

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROFISIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST		1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					

\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



ANALISTA 10 DE SUPORTE - PGPE	0	2					
ANALISTA 1429 EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	2	4					
ANALISTA 12 PROCES DE DADOS - PGPE	0	2					
ANALISTA 7 TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	0	0					
ANALISTA 12 DE SISTEMAS III PECC	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC		1					
ANALISTA 13 DE SISTEMAS PECC	4	1					
ANALISTA 12 I - Área	0	0					

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0						
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0	[MB1]					
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

ExEdit  
\*CD252516352200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD252516352200\*  
ExEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD252516352200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516352200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00409****Medida Provisória nº 1286, de 2024****Reestruturação de Carreiras e Ajustes Salariais no Poder Executivo Federal**

Ementa: Altera as tabelas salariais dos empregados ferroviários ativos e inativos oriundos da INFRA/RFFSA.

**EMENDA DE PLENÁRIO - (à MPV nº 1.286, de 2024)**

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, onde couber, a seguinte emenda:

**“CAPÍTULO ...****DAS CARREIRAS E DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DOS EMPREGADOS DA INFRA/RFFSA**

“Art. A partir de 1º de janeiro de 2025, a tabela salarial dos empregados ferroviários ativos e inativos oriundos da RFFSA, abrangidos pelas Leis 8.186 de 21 de maio de 1991 e 10.478 de 28 de junho de 2002, associada ao seu Plano de Cargos e Salários (PCS), atualmente sob gestão da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias S/A e/ou INFRA S.A., em cumprimento ao Art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal e ao Art. 5º da Lei 4950-A, de 1966, passa a vigorar conforme as Tabelas I, II e III apresentadas a seguir:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



Tabela I – Grupos Administrativos, Operacionais e Serviços, oriundos da RFFSA

Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
ADMINISTRATIVO	201	2.275,75
	202	2.324,08
	203	2.356,09
	204	2.404,62
	205	2.453,18
	206	2.501,48
	207	2.566,14
	208	2.630,46
	209	2.697,97
	210	2.778,67
	211	2.781,74
	212	2.888,40
	213	2.938,45
	214	3.033,00
	215	3.128,23
	216	3.248,46
	217	3.346,73
	218	3.389,88
	219	3.468,64
	220	3.557,37
	221	3.691,93
	222	3.829,41
	223	4.003,40
	224	4.129,68
	225	4.352,88
	226	4.601,24
	227	4.814,70
	228	5.115,76
	229	5.434,52
	230	5.833,63
	231	6.261,22
	232	6.711,95
	233	7.034,85
	234	7.376,95
	235	7.739,35

\* C D 2 5 6 2 7 6 9 5 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont





Tabela II – Grupos Universitários, oriundos da RFFSA

Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
UNIVERSITÁRIO	301	8.307,03
	302	8.605,85
	303	8.877,04
	304	9.295,72
	305	9.795,71
	306	10.302,00
	307	10.648,21
	308	11.007,34
	309	11.378,57
	310	11.762,32
	311	12.159,02
	312	12.569,09
	313	12.993,00
	314	13.432,75
	315	13.885,78
	316	14.354,09
	317	14.838,20
	318	15.338,63
	319	15.855,94
	320	16.390,70
PCS	501	23.700,00
	502	23.200,00
	503	22.800,00
	504	22.400,00
	505	22.000,00
	506	15.726,78
	507	13.427,18
	508	11.939,75
	509	5.087,39
	510	4.666,27
	511	4.278,98
	521	9.368,60
	522	6.570,88
	523	3.338,70
GT	591	8.502,44
	592	7.573,73
	593	6.893,24

\* C D 2 5 6 2 7 6 9 5 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



Tabela III – Grupo Originário da FEPASA, oriundos da RFFSA

Grupo	Nível	Vencimento a Partir de janeiro de 2025
OPERAÇÃO	603	1.812,78
	604	2.037,98
	605	2.326,99
	606	2.665,51
	607	3.061,34
	608	3.519,18
	609	4.042,25
SUPERVISÃO	702	1.809,61
	703	1.982,92
	704	2.193,01
	705	2.474,07
	706	2.791,77
	707	3.157,75
	708	3.564,46
	709	4.042,25
	710	4.493,39
	711	5.138,83
	712	5.885,05
	713	6.741,18
	714	10.302,00
	715	11.379,56
TÉCNICO	801	4.493,39
	802	5.138,83
	803	5.885,05
	804	6.741,18
UNIVERSITÁRIO	805	10.302,00
	806	11.379,56
	807	12.457,11
	808	13.534,67
	809	14.612,22
	810	15.689,78
	811	16.767,33
	812	17.844,89
	813	18.922,44
	814	20.000,00

\* C D 2 5 6 2 7 6 9 5 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



## JUSTIFICATIVA

Esta Emenda pretende **Buscar a Legalidade da TABELA SALARIAL DOS FERROVIÁRIOS BRASILEIROS, de acordo com a Constituição Federal Brasileira e a Lei 4.950 A/66.**

- (i) estabelecer nova tabela salarial, aplicável aos ferroviários oriundos da extinta RFFSA, suas estradas de ferro, unidades operacionais e subsidiárias, associada ao Plano de Cargos e Salários (PCS) da extinta RFFSA, referência legal, atualmente sob gestão da VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias S/A e/ou INFRA S.A. (lei 11.483/2007 – art.17)

Importa contextualizar, inicialmente, que a problemática da tabela salarial da RFFSA teve início em 2007, ano no qual ocorreu a extinção da RFFSA e a transferência de seus empregados para a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.<sup>1</sup>. Já naquele ano o salário inicial da Tabela (Nível 201), correspondia a R\$ 338,85 (trezentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos), frise-se, quantia inferior ao salário-mínimo nacional vigente à época, que equivalia a R\$380,00 (trezentos e oitenta reais).

Dois a três anos depois houve uma pequena recuperação salarial, contudo, lamentavelmente, a ilegalidade se repetiu. Como se percebe a história dos ferroviários, desde sempre, envolveu desrespeito aos seus direitos.

O passar dos anos sem que houvesse a concessão de nenhum reajuste fez com que a situação se agravasse de tal forma que, hoje, quando o Salário Mínimo Nacional é R\$ 1.518,00, o Salário Inicial da Tabela da RFFSA, nível 201 é R\$ 878,16.

A situação é tão grave que **os vinte primeiros níveis da Tabela Salarial se encontram abaixo do salário mínimo nacional, conforme pode ser visto a seguir, no Quadro Evolução Salarial Nível 201 x SMN.**

Mas não é só. A classe ferroviária também tem sido flagrantemente desrespeitada pelo descumprimento da Lei 4.950 A, de 1966, uma vez que o piso salarial, garantido a algumas categorias profissionais, em seu Art. 5º, não tem sido considerado para o cálculo dos proventos de ferroviários oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal.

<sup>1</sup> Em maio de 2007, com a extinção da RFFSA, o Quadro de Pessoal foi absorvido por sucessão trabalhista pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, empresa pública federal vinculada ao atual Ministério dos Transportes. (art. 17 da Lei 11.483/2007)



TABELA SALARIAL DA RFFSA			
Comparativo Salário do Nível 201 (Inicial RFFSA) x Salário Mínimo Nacional (SMN)			
Ano	Nível 201 (R\$) (Salário + Passivo)	%em Relação ao SMN	Salário Mínimo Nacional (R\$)
1998 - 1999	243,60	187,38	130,00
1999 - 2000	243,60	179,12	136,00
2000 - 2001	243,60	161,32	151,00
2001 - 2002	243,60	135,33	180,00
2002 - 2003	243,60	121,80	200,00
2003 - 2004	277,70	115,71	240,00
2004 - 2005	298,52	114,82	260,00
2005 - 2006	319,41	106,47	300,00
2006 - 2007	328,99	94,00	350,00
2007 - 2008	338,85	89,17	380,00
2008 - 2009	415,86	100,21	415,00
2009 - 2010	438,85	94,38	465,00
2010 - 2011	461,93	90,57	510,00
2011 - 2012	565,87	103,83	545,00
2012 - 2013	594,71	95,61	622,00
2013 - 2014	633,30	94,70	668,75
2014 - 2015	673,07	92,97	724,00
2015 - 2016	706,72	89,69	788,00
2016 - 2017	751,95	85,45	880,00
2017 - 2018	781,88	83,45	937,00
2018 - 2019	792,44	83,06	954,00
2019 - 2020	808,45	81,01	998,00
2020 - 2021	808,45	77,36	1.045,00
2021 - 2022	808,45	73,50	1.100,00
2022 - 2023	808,45	66,70	1.212,00
2023 - 2024	848,87	65,20	1.302,00
2024 - 2025	878,12	62,19	1.412,00
2025 - 2026	878,12	57,85	1.518,00



A não-aplicação da referida legislação federal, e a consequente não atualização da tabela dos ferroviários empregados da antiga RFFSA, com os interstícios nela previstos, vem acarretando defasagem da ordem de 81,27%, entre maio/1997 até abril/2024.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



ÍNDICES APLICADOS AOS ACORDOS COLETIVOS DA RFFSA							
EVOLUÇÃO E INFLAÇÃO NOS PERÍODOS							
PERÍODO		ÍNDICES %				ACORDOS COLETIVOS %	
Início	Fim	IPCA (IBGE)	IGPM (FGV)	Salário Mínimo	INSS	ACT'S	RFFSA
mai1997	abr1998	3,85	5,03		4,81	98/99	3,00
mai1998	abr1999	3,35	8,54	4,62	4,61	99/00	-
mai1999	abr2000	6,77	13,20	11,03	5,81	00/01	-
mai2000	abr2001	6,61	10,44	19,21	7,66	01/02	-
mai2001	abr2002	7,98	8,91	11,11	9,20	02/03	-
mai2002	abr2003	16,77	32,95	20,00	19,71	03/04	14,00
mai2003	abr2004	7,50	5,37	8,33	4,53	04/05	7,50
mai2004	abr2005	8,07	10,75	15,38	6,36	05/06	7,00
mai2005	abr2006	4,63	(0,82)	16,67	5,01	06/07	3,00
mai2006	abr2007	3,00	4,76	8,57	3,17	07/08	3,00
mai2007	abr2008	5,04	9,80	9,21	4,73	08/09	5,02
mai2008	abr2009	5,53	5,38	12,05	4,71	09/10	5,53
mai2009	abr2010	5,26	2,89	9,68	6,58	10/11	5,26
mai2010	abr2011	6,51	10,80	6,86	3,31	11/12	6,51
mai2011	abr2012	5,10	3,65	14,13	3,10	12/13	5,10
mai2012	abr2013	6,49	7,30	9,00	4,39	13/14	6,49
mai2013	abr2014	6,28	7,98	6,78	4,60	14/15	6,28
mai2014	abr2015	8,17	3,54	8,84	6,23	15/16	5,00
mai2015	abr2016	9,28	10,84	11,68	11,28	16/17	6,40
mai2016	abr2017	4,08	3,37	6,48	6,58	17/18	3,98
mai2017	abr2018	2,76	1,90	1,81	2,07	18/19	1,35
mai2018	abr2019	4,94	8,64	4,61	3,43	19/20	2,02
mai2019	abr2020	2,40	6,68	4,11	4,10	20/21	-
mai2020	abr2021	6,76	32,02	5,87	5,45	20/21	-
mai2021	abr2022	12,13	14,66	10,18	10,16	21/22	-
mai2022	abr2023	4,18				22/23	5,00
mai2023	abr2024	3,69				23/24	3,45
% Acumulado		400,86	629,76	746,16	290,30		176,30
% Perdas		81,27	164,12	206,25	41,26		

Consequência de tantos descumprimentos legais, resultou que a Atual Tabela Salarial dos Empregados oriundos da RFFSA apresentasse os seguintes valores:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
A D M I N I S T R A T I V O	201	878,16
	202	896,81
	203	909,16
	204	927,88
	205	946,62
	206	965,26
	207	990,21
	208	1.015,03
	209	1.041,08
	210	1.072,23
	211	1.073,41
	212	1.114,56
	213	1.133,87
	214	1.170,36
	215	1.207,11
	216	1.253,50
	217	1.291,43
	218	1.308,07
	219	1.328,69
	220	1.372,71
	221	1.424,63
	222	1.477,68
	223	1.544,82
	224	1.593,54
	225	1.679,68
	226	1.775,51
	227	1.857,88
	228	1.974,05
	229	2.097,06
	230	2.251,06
	231	2.416,05
	232	2.589,98
	233	2.714,59
	234	2.846,59
	235	2.986,44



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



\* C C D 2 5 6 2 7 6 9 5 6 4 0 0 \*



Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
U N I V E R S I T Á R I O	301	1.491,46
	302	1.545,11
	303	1.593,80
	304	1.668,97
	305	1.738,74
	306	1.849,64
	307	1.911,80
	308	2.016,11
	309	2.123,87
	310	2.229,20
	311	2.313,39
	312	2.430,57
	313	2.522,26
	314	2.654,55
	315	2.765,79
	316	2.891,43
	317	3.008,21
	318	3.133,25
	319	3.303,74
	320	3.499,99
P C S	501	12.596,30
	502	11.240,78
	503	10.219,02
	504	9.365,90
	505	8.852,73
	506	7.105,84
	507	6.066,80
	508	5.394,74
	509	2.298,64
	510	2.108,36
	511	1.933,33
	521	4.372,62
	522	3.066,84
	523	1.558,28
	524	1.138,22
G T	591	3092,75
	592	2753,96
	593	2506,52

Grupo	Nível	Tabela Atual maio/2023
O P E R A Ç Ã O	603	1.088,81
	604	1.224,08
	605	1.379,63
	606	1.557,96
	607	1.760,58
	608	1.988,54
	609	2.228,74
S U P E R V I S Ã O	702	1.078,91
	703	1.162,26
	704	1.316,55
	705	1.466,37
	706	1.636,44
	707	1.823,17
	708	2.038,65
	709	2.243,14
	710	2.524,89
	711	2.844,95
	712	3.206,46
	713	3.652,89
T É C N .	801	2.524,89
	802	2.844,95
	803	3.206,46
	804	3.652,89
U N I V E R S I T Á R I O	805	4.074,25
	806	4.629,86
	807	5.257,52
	808	5.830,28
	809	6.668,56
	810	7.709,38
	811	8.660,91
	812	9.781,92
	813	10.976,46
	814	12.321,28

Como se vê, há nítido descumprimento das normas trabalhistas em relação aos ferroviários, provenientes da antiga RFFSA, uma vez que os seus salários são inferiores:

- (i) ao salário-mínimo nacional, nos primeiros 20 (vinte) níveis da tabela salarial, 201 a 220; e

\* C D 2 5 6 2 7 6 9 5 5 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



1  
0

(ii) ao patamar legal estabelecido como piso salarial da classe. Nível inicial na tabela 306.

O cenário é claro: a INFRA S.A. – empresa pública que sucedeu a extinta RFFSA – vem praticando postura salarial diferenciada e anti-isonômica em relação aos empregados que advieram da antiga RFFSA e suas subsidiárias, deixando não só de efetuar a devida atualização da tabela salarial, como também, de corrigi-la para que observe o salário mínimo nacional e o piso salarial previsto na Lei Federal nº 4.950-A/66, o qual foi, inclusive julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2022, no âmbito das ADPF's 53, 149 e 171.

O Plano de Cargos e Salário – PCS, em vigor, é claro ao prever que a remuneração dos empregados deve ser fixada pela Diretoria Executiva da empresa “*observada a legislação pertinente*”. O previsto na Lei nº 4.950 A, de 1966 – já vigente à época – e o entendimento consolidado pelo STF nas ADPFs 53, 149 e 171 não deixa dúvidas, portanto, que o nível 306, inicial da carreira de arquiteto e que também se aplica a outras carreiras universitárias, deve equivaler, no mínimo a R\$10.302,00 (dez mil trezentos e dois reais) e não R\$1.849,64 (mil oitocentos e quarenta e nove reais) (tabela em vigor maio 2023). O acerto desses valores deve ser feito com os mesmos interstícios para cima e para baixo, legalizando, de modo definitivo e integral, a Tabela Salarial. Note-se que, ao julgar as mencionadas ADPFs, em fevereiro de 2022, **o STF reafirmou a constitucionalidade da Lei nº 4.950-A/66, conferindo-lhe interpretação conforme a Constituição para que o cálculo do piso salarial, também atribuído à categoria profissional de engenheiros e arquitetos, considere o valor do salário-mínimo vigente na data de publicação da ata de julgamento das ADPFs (3 de março de 2022)** Veja-se:

*ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DIPLOMADOS EM CURSO SUPERIOR DE ENGENHARIA, QUÍMICA, ARQUITETURA, AGRONOMIA E VETERINÁRIA (LEI Nº 9.450-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966). SALÁRIO PROFISSIONAL FIXADO EM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO-MÍNIMO NACIONAL. ALEGADA TRANSGRESSÃO À NORMA QUE VEDA A VINCULAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO “PARA QUALQUER FINALIDADE” (CF, ART. 7º, IV, FINE). INOCORRÊNCIA DE TAL VIOLAÇÃO. CLÁUSULA CONSTITUCIONAL QUE TEM O SENTIDO DE PROIBIR O USO INDEVIDO DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO INDEXADOR ECONÔMICO. PRECEDENTES. [...]*

\* C D 2 5 6 2 7 6 9 5 6 4 0 0 \*

10



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont





1  
1

*4. O texto constitucional (CF, art. 7º, IV, fine) não proíbe a utilização de múltiplos do salário-mínimo como mera referência paradigmática para definição do valor justo e proporcional do piso salarial destinado à remuneração de categorias profissionais especializadas (CF, art. 7º, V), impedindo, no entanto, reajustamentos automáticos futuros, destinados à adequação do salário inicialmente contratado aos novos valores vigentes para o salário-mínimo nacional.*

*5. Fixada interpretação conforme a Constituição, com adoção da técnica do congelamento da base de cálculo dos pisos salariais, a fim de que sejam calculados de acordo com o valor do salário-mínimo vigente na data da publicação da ata da sessão de julgamento. Vencida, no ponto, e apenas quanto ao marco referencial do congelamento, a Ministra Relatora, que o fixava na data do trânsito em julgado da decisão. (STF, ADPF 53, 149 e 171, Rel. Min. Rosa Weber, j. 21/02/2022).*

Assim sendo, não restam dúvidas de que o piso preconizado no art. 5º da Lei nº 4.950-A, de 1966, deverá ser observado para todos os profissionais nela abarcados, independentemente da data de ingresso no respectivo cargo, sendo o valor nominal do salário-mínimo a ser considerado aquele vigente em 2022, conforme se sugere na forma da nova tabela salarial aplicável a todos os ferroviários ativos, inativos e pensionistas abrangidos pelas Leis Especiais nºs 8.186/1991 e 10.478/2002.

Relevante acentuar que a VALEC informou em documento oficial (Ofício 2811/2015 VALEC que, **em relação ao seu quadro próprio**, cumpre os pisos e que no caso do grupo dos universitários denominam genericamente como Analistas, sem distinção da formação universitária. Ou seja, o valor do piso foi considerado para todo seu pessoal independente de sua titulação universitária.

Lembrando ainda que os ferroviários possuem um Plano de Cargos e Salários - PCS em vigor pois, desde maio 2007, quando a RFFSA foi extinta, o seu quadro de pessoal foi transferido vivo para a VALEC (art. 17 da lei 11.483/2007), sendo assim, ao novo empregador incumbiria corrigir as supracitadas inconstitucionalidades e ilegalidades que maculam a Tabela Salarial da extinta RFFSA.

\* C D 2 5 6 2 7 6 9 5 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



1  
2

Do mesmo modo, o Ministério dos Transportes deveria, há tempos, ter adotado as providências cabíveis para sanar grave o problema e fazer cumprir a Constituição.

Em 2014 a própria VALEC, sensível à extrema defasagem salarial dos empregados da RFFSA, propôs a criação de uma Comissão para “avaliar e sugerir adequações nas tabelas salariais dos empregados do quadro especial da VALEC, oriundos da extinta RFFSA”. (Portaria 283/2014 VALEC). Naquela ocasião, o Grupo de Trabalho criado, majoritariamente composto por integrantes da própria VALEC, apontou uma diferença entre o IPCA e os índices concedidos nos ACT's de 34,62%. A pura e simples aplicação desse percentual na Tabela, não permitiria o pleno atendimento à legislação. A outra solução apontada por aquele Grupo seria a adoção da Tabela Salarial proposta naquele momento, que implicaria em uma elevação da folha de pagamento daquele Quadro Especial RFFSA, da ordem de 113,34%.

A adoção dessa Tabela então sugerida sanaria naquele momento, todas ilegalidades, quer fossem relativas ao cumprimento do salário-mínimo nacional, quer fossem relativas ao cumprimento do salário mínimo profissional. Acontece que, burocracias e maus encaminhamentos resultaram no arquivamento do relatório daquele Grupo de Trabalho na SE do Ministério dos Transportes.

A remuneração é tão baixa que do total de 41.546 ferroviários ativos e inativos existentes em janeiro de 2023, apenas 22.133 (53%) recebem complementação da União, sendo os demais remunerados exclusivamente pelo INSS.

\* 0 0 2 5 6 6 2 7 6 9 5 6 4 0 0 \*

12



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



Execução Orçamentária – INSS e União

Execução Orçamentária - Folha Aposentados e Pensionistas  
Extrato Resumo - Redução

Competência	Órgao	Valor Total (R\$)	Quant.	Complemen tados %	Redução				Remuneração média (R\$)
					Valor (R\$)	%	Quant.	%	
2014-01	INSS	187.586.575,46	69.425	76					2.702,00
	União	101.491.840,90	52.476						1.934,06
2023-01	INSS	119.044.991,27	41.546	53	68.541.584,19	36,5	27.879	40,2	2.865,38
	União	32.846.644,68	22.133		68.645.196,22	67,6	30.343	57,8	1.484,06

Apresenta os Valores e Quantitativos referentes à Folha de Pagamento dos aposentados e pensionistas oriundos da RFFSA, suas subsidiárias e ferrovias incorporadas; o Valor referente à Parcela da União – Complementação. Os dados são referentes aos anos de 2014, quando a VALEC criou a Comissão 283/VALEC/2014<sup>1</sup> e 2023.

Observações importantes referentes aos dados sob encargos da União

Redução do Dispêndio com Complementação (2014 – 2023):

- R\$ 68.645.196,22 (de R\$ 101.491.840,90 para R\$ 32.846.644,68) – 67,6%

Percentual de Pessoas que Recebe a Complementação (em 2023):

- 53% (dos 41.546 apenas 22.133 recebem. Os demais são integralmente remunerados pelo INSS)

Redução do Quantitativo de Pessoas que Recebe Complementação (2014 – 2023):

- 30.343 (de 52.476 para 22.133) – 57.8%

Redução do Percentual de Pessoas que Recebe a Complementação (2014 – 2023):

- Em 2014, 76%. Em 2023, 53%

De imediato, sem absolutamente nenhuma necessidade de reforço orçamento, R\$ 68.645.196,22 poderiam estar sendo realocados para recompor a Tabela Salarial. Apenas esse valor, representaria uma atualização de 67,6% (R\$ 68.645.196,22 / R\$ 101.491.840,90) nos seus valores.

Também pode ser observada a baixa remuneração individual, R\$ 2.865,38, paga pelo INSS e o pequeno valor complementado pela União, R\$ 1.484,06.

Em 07 de agosto de 2023, a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, convocou uma Audiência Pública para expor os problemas dos ferroviários. Recebeu por parte do MGI um pedido de 120 (cento e vinte) dias para avaliação e até hoje quase 1 ano nada foi feito a respeito da ilegalidade.

Acontece que, a despeito do êxito nas negociações a INFRA S.A. não legalizou a tabela salarial. Pelo contrário, a empresa ignorou as flagrantes ilegalidades que já haviam sido levadas ao seu conhecimento em 2009 e em 2014 por um trabalho elaborado por uma Comissão 283/VALEC-2014.

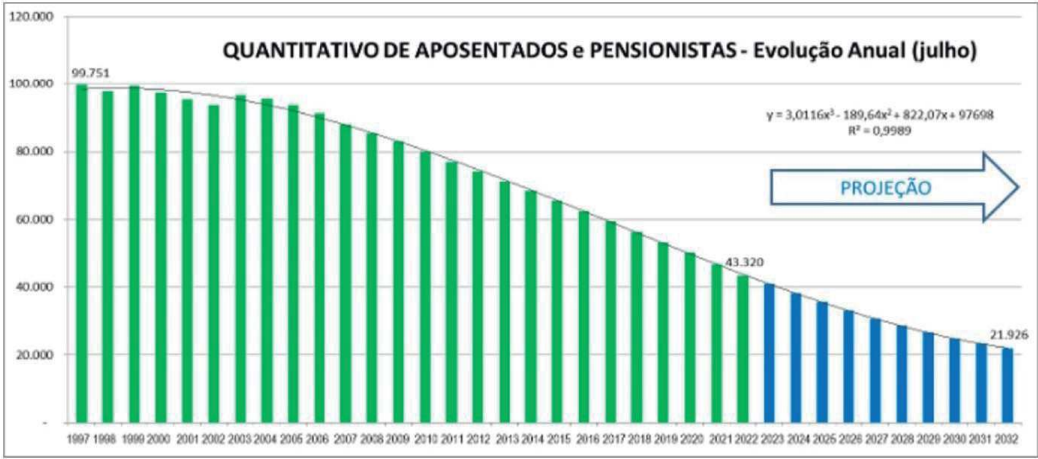


Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



1  
4

Atingidos por esses problemas, encontram-se não apenas os empregados ativos oriundos da extinta RFFSA, mas também os aposentados e pensionistas abrangidos pelas Leis Especiais 8.186, de 21 de maio de 1991 e 10.478, de 28 de junho de 2002. Considere-se ainda, que a compensação apresentada no Quadro preenche o requisito Constitucional previsto no caso em questão.



\* C D 2 5 6 2 7 6 9 5 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



Mês	Quantitativo				
	Total	Redução			
		Mês		Acumulada	
		Quant.	%	Quant.	%
jan/97	100.624				
jan/98	99.014	1.610	1,60	1.610	1,60
jan/99	96.902	2.112	2,13	3.722	3,70
jan/00	98.427	-1.525	(1,57)	2.197	2,18
jan/01	96.264	2.163	2,20	4.360	4,33
jan/02	94.916	1.348	1,40	5.708	5,67
jan/03	95.703	-787	(0,83)	4.921	4,89
jan/04	96.077	-374	(0,39)	4.547	4,52
jan/05	94.613	1.464	1,52	6.011	5,97
jan/06	92.438	2.175	2,30	8.186	8,14
jan/07	89.538	2.900	3,14	11.086	11,02
jan/08	86.716	2.822	3,15	13.908	13,82
jan/09	84.387	2.329	2,69	16.237	16,14
jan/10	81.430	2.957	3,50	19.194	19,07
jan/11	78.408	3.022	3,71	22.216	22,08
jan/12	75.486	2.922	3,73	25.138	24,98
jan/13	72.509	2.977	3,94	28.115	27,94
jan/14	69.631	2.878	3,97	30.993	30,80
jan/15	66.912	2.719	3,90	33.712	33,50
jan/16	63.867	3.045	4,55	36.757	36,53
jan/17	60.821	3.046	4,77	39.803	39,56
jan/18	57.734	3.087	5,08	42.890	42,62
jan/19	54.743	2.991	5,18	45.881	45,60
jan/20	51.600	3.143	5,74	49.024	48,72
jan/21	48.514	3.086	5,98	52.110	51,79
jan/22	44.870	3.644	7,51	55.754	55,41
jan/23	41.032	3.838	8,55	59.592	59,22
jan/24	39.065	1.967	4,79	61.559	61,18
jan/25	36.312	2.753	7,05	64.312	63,91
jan/26	33.694	2.618	7,21	66.930	66,51
jan/27	31.229	2.465	7,32	69.395	68,96
jan/28	28.935	2.294	7,35	71.689	71,24
jan/29	26.830	2.105	7,27	73.794	73,34
jan/30	24.931	1.899	7,08	75.693	75,22
jan/31	23.258	1.673	6,71	77.366	76,89
jan/32	21.828	1.430	6,15	78.796	78,31
jan/33	20.659	1.169	5,36	79.965	79,47

Em amarelo, dados projetados

No advento da Lei 10.478/2002, em sua EM 280/2002 caracterizou-se os valores para suprir o cumprimento legal, éramos em torno de 98.000 ferroviários, aposentados e pensionistas e hoje somos em torno de 41.000. A compensação supre nossa necessidade, independente do descumprimento constitucional não precisar de fonte de recursos.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont



1  
6

Considerado, portanto, que as referidas violações à Constituição Federal e à legislação específica aplicável aos ferroviários ainda permanecem, mesmo depois de anos; e ainda, que hoje os ferroviários ainda vivos se encontram em situação de vulnerabilidade, por serem todos idosos, a adoção de nova tabela salarial proposta mostra-se medida inafastável a fim de sanar as ilegalidades e inconstitucionalidades aqui denunciadas se faz necessário a LEGALIZAÇÃO DA TABELA SALARIAL VIGENTE DOS FERROVIÁRIOS INTEGRANTES DO QUADRO DA INFRA/VALEC (LEI 11.483/2007 – ART. 17).

Documentos Avulsos:

- TABELA ATUAL
- TABELA LEGAL PROPOSTA
- PCS RFFSA 1990 em vigor
- Lei 11.483/2007
- Lei 4.950-A/1966
- Lei 8186/1991
- Lei 10.478/2002
- EM 280/2002
- ADPFs 151 e 51
- Ofício 2811/VALEC 2015
- Relatório Comissão 283/2014 – VALEC

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Deputado Reimont - PT/RJ

\* C D 2 5 6 2 7 6 9 5 6 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256276956400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont

16



**MPV 1286  
00410****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprimam-se os art. 173 a 182 (Capítulo LXXI), que criam e regulamentam a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico.

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo da emenda é a supressão da criação e regulamentação da Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico.

A criação da referida carreira é contraditória com as próprias diretrizes de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação, por criar uma nova carreira com atribuições e áreas do cargo semelhantes a outras já existentes, de forma a acentuar as disparidades no serviço público federal, inclusive remuneratórias.

O cargo de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico abrange uma ampla gama de atividades voltadas para o planejamento, execução e avaliação de políticas públicas. Suas principais atribuições, listadas no artigo 175 da MP, incluem:

1. executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de desenvolvimento socioeconômico;
2. executar atividades de assistência técnica no planejamento, na implementação, na análise e na avaliação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento regional e territorial sustentável, seja agrário ou urbano;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255364302500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





3. analisar a viabilidade econômica de projetos de investimento e de desenvolvimento sustentável;
4. analisar e avaliar dados socioeconômicos que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das políticas de indústria, micro e pequenas empresas, comércio, serviços, comércio exterior, agricultura, infraestrutura, inovação e demais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do País;
5. subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais; e
6. subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico.

As atividades cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, previstas no artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 são idênticas às atribuições da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, de forma que a criação de uma nova carreira para exercer atividades que são desenvolvidas por outras carreiras preexistentes, fere isonomia entre cargos similares.

A criação de uma nova carreira com atribuições idêntica às já existentes, com renumerações distintas, afrontam ao princípio da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988, por tratar-se de trabalho de igual valor.

São essas, portanto, as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255364302500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255364302500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 255364302500 \*  
ExEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD255364302500\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255364302500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00411**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 145-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 145-1.** A Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 3º** .....

§ 1º Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas, aos integrantes dos cargos da carreira policial federal, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

I – ajuda de custo, para despesas de transporte e mudança;

II – auxílio-moradia;

III – salário-família;

IV – diárias;

V – indenização por trabalho noturno;

VI – indenização por periculosidade;

VII – indenização por insalubridade;

VIII – auxílio uniforme, que será devido uma vez ao ano, devendo ser pago até o décimo dia útil do mês de dezembro, no valor correspondente a 10% do maior subsídio da carreira policial federal;

IX – gratificação adicional por ano de serviço, incidente sobre o subsídio, observado o disposto no inciso XIV do art. 37 da Constituição Federal;

X – indenização de qualificação, exclusivamente para cursos que possuírem relação com as atribuições do cargo, de natureza permanente e não cumulativa, prevalecendo o de maior



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252779042300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



percentual, cujo percentual incidirá sobre o maior subsídio pago na carreira policial federal, da seguinte forma:

- a) 12,5% para doutorado e pós-doutorado;
- b) 10% para mestrado; e
- c) 7,5% para especialização;

**XI** – outras vantagens previstas em lei, inclusive as concedidas aos servidores públicos em geral;

**XII** – programa de assistência médica e seguro de vida e de acidentes dos servidores, vitimados quando em atuação efetiva em operações e atividades policiais, por meio do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL.

§ 2º Aos integrantes da carreira policial federal, no último nível do cargo, assegurar-se-ão subsídios não inferiores a 4/5 dos valores fixados ao maior subsídio pago na carreira policial federal.

§ 3º Computar-se-á, para efeito de aposentadoria policial, disponibilidade e adicionais por tempo de serviço, o tempo de licença classista e de serviço nas Forças Armadas.

§ 4º A licença classista remunerada será computada, para todos os fins, como efetivo exercício de atividade policial, incluindo o tempo de atividade de risco inerente ao cargo.

§ 5º Fica garantida a participação do poder público em mediação judicial nos Tribunais Superiores, proposta pelos representantes sindicais, para a negociação coletiva para recomposição do poder aquisitivo da remuneração das categorias policiais, como forma alternativa à vedação ao exercício do direito de greve.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252779042300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



\*CD252779042300\*  
ExEdit



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca corrigir distorções e garantir justiça à Carreira Policial Federal no contexto da Medida Provisória em questão. Nos últimos anos, diversas Leis Ordinárias e decisões do Supremo Tribunal Federal ampliaram substancialmente as competências da Polícia Federal, incluindo o controle de armas e químicos, a fiscalização da segurança privada, a investigação de crimes ambientais e interestaduais, a representação da INTERPOL no Brasil, a atuação em adidâncias internacionais e a delegação de crimes de grande repercussão nacional, entre outras atribuições.

Paralelamente, a Carreira Policial Federal enfrenta perdas significativas devido ao êxodo de profissionais para outros órgãos que oferecem remunerações e benefícios superiores. Exemplos recentes incluem as gratificações de produtividade concedidas à Advocacia Geral da União (AGU) e à Receita Federal do Brasil (RFB), vedadas aos Policiais Federais em razão do regime de subsídio.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal proibiu o exercício do direito de greve para a categoria, equiparando-a aos militares exclusivamente para esse fim, sem, no entanto, conceder qualquer contrapartida que compense essa limitação. O resultado é um ciclo contínuo de perdas salariais para uma instituição reconhecida como a mais eficiente e com o maior escopo de atribuições entre as forças policiais do país.

Vale ressaltar que tanto a Direção-Geral da Polícia Federal quanto o Ministério da Justiça já manifestaram concordância com a redação proposta nesta emenda, fruto de negociações recentes. Entretanto, o Ministério da Gestão e Inovação vetou a medida sem justificativa técnica consistente, sob a alegação infundada de que sua aprovação poderia gerar insatisfação em outras carreiras do serviço público federal. Tal posição contraria diretamente os artigos 37 e 39 da Constituição Federal de 1988, que estabelecem que a fixação da remuneração deve considerar o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos e suas especificidades.

Além de promover a equidade, a emenda visa garantir maior segurança jurídica e previsibilidade na estrutura remuneratória dos Policiais



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252779042300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



Federais, valorizando uma carreira essencial para o cenário político, econômico e de segurança pública do Brasil. Apesar de ocupar posição de destaque entre as profissões mais respeitadas pela sociedade, a categoria não tem recebido o suporte adequado para exercer suas funções com tranquilidade, comprometendo o bem-estar dos agentes e de suas famílias.

Por fim, a proposta busca corrigir injustiças históricas acumuladas ao longo das últimas duas décadas, cujos impactos negativos são amplamente percebidos e afetam diretamente o ambiente de trabalho já desafiador da Polícia Federal.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sanderson**  
(PL - RS)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252779042300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



**MPV 1286  
00412****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprimam-se os arts. 183 a 192 (Capítulo LXXII), que criam e regulamentam a Carreira de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa.

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo da emenda é a supressão da criação e regulamentação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa.

A criação da referida carreira é contraditória com as próprias diretrizes de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos,, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação, por criar uma nova carreira com atribuições e áreas do cargo semelhantes a outras já existentes, de forma a acentuar as disparidades no serviço público federal, inclusive remuneratórias.

Conforme a Portaria MGI nº 5.127/2024: “Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes: (...) II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos; III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes; (...)”

A criação de uma nova carreira para exercer atividades que são desenvolvidas por outras carreiras preexistentes, como atuação as áreas de justiça e segurança pública, nas quais se incluem as



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257869683900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



atividades de subsídio às políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, além de não ser compatível com o processo simplificação de carreiras, fere isonomia entre cargos similares.

Para fins de exemplificação, no Ministério da Justiça estão lotados Analista Técnico Administrativo (na área de Gestão Governamental e Administração Pública), Analistas Técnicos de Políticas Sociais, Carreira Policial Federal; Carreira Policial Rodoviário Federal; Carreira de Agente Federal de Execução Penal; Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal; e Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal), e 3 (três) planos de cargos - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE; Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - PECPF; e Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - PECPRF.<sup>[1]</sup>

Essas carreiras atuam diretamente na promoção e subsídio das políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, ou ainda, atividades relativas à defesa nacional, das fronteiras, ou ao desenvolvimento científico e tecnológico de defesa.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257869683900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Não há necessidade de criação de uma nova carreira com atribuições idênticas, sob pena de afronta ao princípio da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988.

São essas, portanto, as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

[1] O Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE foi criado por meio da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e é composto por cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar não integrantes de Carreiras específicas, Planos Especiais de Cargos ou Planos de Carreiras instituídos por leis específicas. Os referidos cargos são voltados ao exercício de atividades técnicas, técnico-administrativas e de suporte no âmbito dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257869683900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD257869683900\*  
LexEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257869683900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00413**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 11, ambos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 11. ....**

**§ 1º** Os ocupantes dos cargos de Médico, Médico/Área, Médico do Trabalho, Engenheiro do Trabalho, Arquiteto do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Regente e Sanitarista do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal, de pós-graduação lato sensu, ao apresentarem a certificação de uma segunda formação *lato sensu*.

**§ 2º** Os ocupantes dos cargos de nível médio profissionalizante ou com curso técnico do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal quando apresente uma segunda certificação de curso técnico.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe a inclusão dos parágrafos 1º e 2º ao Art. 11 da Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). O objetivo é garantir isonomia de tratamento entre os ocupantes dos cargos de Médico, Médico/Área, Médico do Trabalho, Engenheiro do Trabalho, Arquiteto do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Regente e Sanitarista, bem como os cargos de nível médio profissionalizante ou técnico, em relação aos demais servidores da carreira.

\* CD 252057162300 \*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252057162300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros



Atualmente, os ocupantes desses cargos só podem acessar o Incentivo à Qualificação (IQ) a partir da graduação (para o nível de classificação D) ou do mestrado (para o nível de classificação E). No entanto, diferentemente dos demais servidores do PCCTAE, esses profissionais já possuem, como requisito de ingresso, a certificação de especialista (lato sensu) ou curso técnico/médio profissionalizante. Essa discrepância cria uma desigualdade, pois impede que esses servidores obtenham o IQ por meio de uma segunda certificação de curso técnico ou especialização, como é permitido aos demais.

A proposta visa corrigir essa distorção, permitindo que os ocupantes dos cargos mencionados possam alcançar o IQ mediante a apresentação de uma segunda certificação de curso técnico (para cargos de nível médio) ou de pós-graduação lato sensu (para cargos de nível superior). Dessa forma, garante-se a isonomia no acesso ao incentivo, alinhando-se às práticas já estabelecidas para os demais servidores da carreira.

Ressalta-se que a alteração não gera impacto orçamentário adicional, uma vez que o IQ já está previsto na Lei nº 11.091/2005, e seu pagamento é considerado aumento vegetativo da folha de pagamento. O IQ foi implementado em 2006 como forma de valorizar a qualificação profissional dos servidores, e a presente emenda busca ampliar seu alcance de forma justa e equitativa.

Portanto, a emenda contribui para a consolidação de uma política de desenvolvimento de pessoal mais inclusiva e alinhada aos princípios de isonomia e valorização profissional, sem onerar os cofres públicos.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
(PSOL - SP)

**Deputada Fernanda Melchionna**  
(PSOL - RS)

**Deputado Glauber Braga**  
(PSOL - RJ)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252057162300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Da Sra. Sâmia Bomfim)**

Dá nova redação aos §§ 1º e 2º  
do art. 11, ambos da Lei nº 11.091, de 12  
de janeiro de 2005, na forma proposta pelo  
art. 131 da Medida Provisória

Assinaram eletronicamente o documento CD252057162300, nesta ordem:

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252057162300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros



**MPV 1286**  
**00414**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

**Item 1** – Acrescente-se art. 14-A à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 14-A.** Os servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino, que ocupem cargos de Médico, Médico/Área e Médico Veterinário, terão vencimentos básicos conforme o Anexo I-D, alínea E, quando em jornada semanal de 20 horas, podendo, no interesse da Administração Pública e a disponibilidade orçamentária e financeira, ser estendida para 40 horas semanais, conforme o Anexo I-D, alínea F.” (NR)

**Item 2** – Dê-se nova redação ao art. 157; e acrescente-se alínea “c-1” ao inciso XXXIII do *caput* do art. 214 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 157.** Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI e CCLXXXIII a esta Medida Provisória.”

“**Art. 214.** .....

.....

**XXXIII** – .....

.....



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252195767000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



**c-1)** os § 1º, § 2º, § 3º do art. 43;

”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir uma inconsistência no texto da Medida Provisória nº 1.286/2024, que prevê um reajuste salarial de apenas 4,5% para médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). Essa previsão contraria o disposto no Termo de Acordo de Greve nº 11/2024 SRT/MGI, firmado entre o Governo Federal e as entidades representativas dos servidores, que assegura um reajuste de 9% a partir de 1º de janeiro de 2025, com um adicional de 5% previsto para abril de 2026, conforme estabelecido na Cláusula Primeira do acordo.

Os médicos e médicos veterinários das Instituições Federais de Ensino (IFEs) integram o PCCTAE e, portanto, devem ter sua remuneração alinhada aos demais profissionais de nível de classificação equivalente, sem a criação de tabelas diferenciadas que não foram objeto de negociação ou acordo. A proposta de uma tabela específica para esses profissionais não apenas desrespeita o Termo de Acordo 11/2024, mas também fragiliza a isonomia salarial dentro da carreira, podendo gerar distorções e insatisfações.

Além disso, a remuneração desses profissionais deve considerar a possibilidade de extensão em casos de necessidade institucional para a prestação de serviços essenciais, conforme as

\*CD252195767000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252195767000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



demandas das IFEs. A criação de uma tabela separada, sem base no acordo firmado, desconsidera as especificidades e a importância estratégica desses cargos para o funcionamento das instituições de ensino.

Dessa forma, a emenda busca garantir que médicos e médicos veterinários do PCCTAE recebam os mesmos percentuais de reajuste estabelecidos no Termo de Acordo 11/2024, assegurando a equidade e a justiça remuneratória para toda a categoria. A medida não apenas honra os compromissos assumidos pelo governo federal, mas também fortalece a confiança e a estabilidade nas relações entre o poder público e os servidores.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia  
Bomfim (PSOL -  
SP)**

**Deputado Glauber  
Braga (PSOL -  
RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252195767000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim





Anexo CCXXIV

(Anexo I-D à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005)

“TABELA DE ESTRUTURA E DE VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

e)Cargos do Nível E e, vencimento básico dos cargos de Médico e Médico Veterinário com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 – STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 – STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252195767000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



f) Cargos de Médico e Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 – STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 – STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P31	4.556,92	1				1	9934,08	10430,78
P32	4.734,64	2	1			2	10331,44	10858,46
P33	4.919,30	3	2	1		3	10744,70	11303,64
P34	5.111,15	4	3	2	1	4	11174,50	11767,10
P35	5.310,48	5	4	3	2	5	11621,48	12249,54
P36	5.517,59	6	5	4	3	6	12086,34	12751,78
P37	5.732,78	7	6	5	4	7	12569,78	13274,60
P38	5.956,36	8	7	6	5	8	13072,58	13818,86
P39	6.188,65	9	8	7	6	9	13595,48	14385,44
P40	6.430,01	10	9	8	7	10	14139,30	14975,24
P41	6.680,78	11	10	9	8	11	14704,88	15589,22
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	15293,06	16228,38
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	15904,80	16893,74
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	16540,98	17586,38
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	17202,62	18307,44
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	17890,72	19058,04
P47	8.404,67		16	15	14	17	18606,36	19839,42
P48	8.732,45			16	15	18	19350,62	20652,84
P49	9.073,02				16	19	20124,64	21499,60

\* C D 2 5 2 1 9 5 7 6 7 0 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252195767000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sãmia Bomfim



**MPV 1286  
00415**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se a alínea “c” do inciso XV do *caput* do art. 214 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe a supressão da alínea C do inciso XV do Art. 214 da Medida Provisória nº 1.286/2024, com o objetivo de assegurar que todos os cargos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) tenham suas atribuições específicas definidas e atualizadas em regulamento próprio. Essa medida é essencial para garantir a adequação das funções às inovações tecnológicas e às demandas contemporâneas do trabalho nas Instituições Federais de Ensino (IFEs).

A definição clara e precisa das atribuições dos cargos é fundamental para a gestão eficiente dos processos de trabalho, permitindo que os servidores atuem de forma alinhada às necessidades institucionais e às especificidades de suas áreas de atuação. Além disso, a atualização regular dessas atribuições evita a ocorrência de desvios de função, garantindo que os servidores exerçam atividades compatíveis com suas competências e formação, em conformidade com os princípios da legalidade e da eficiência administrativa.

Ressalta-se que a alteração proposta é de natureza conceitual e não gera impactos orçamentários, uma vez que se limita a ajustar aspectos normativos relacionados à definição e atualização das atribuições dos cargos. Dessa forma, a emenda fortalece a estrutura do PCCTAE, promovendo maior



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996847100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros



clareza e eficiência na gestão dos servidores técnico-administrativos da educação pública federal.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
(PSOL - SP)

**Deputada Fernanda Melchionna**  
(PSOL - RS)

**Deputado Glauber Braga**  
(PSOL - RJ)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996847100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Da Sra. Sâmia Bomfim)**

Suprime a alínea “c” do inciso  
XV do caput do art. 214 da Medida  
Provisória.

Assinaram eletronicamente o documento CD253996847100, nesta ordem:

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253996847100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros



**MPV 1286  
00416**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 15; e suprima-se o § 6º do art. 15, ambos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 15. ....**

**§ 3º** A parcela complementar a que se refere o § 2º deste artigo será considerada para todos os efeitos como parte integrante do vencimento básico, e não será absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória.

**§ 6º (Suprimir)” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe a supressão do § 6º do Art. 15 da Lei nº 11.091/2005 e a modificação do § 3º do mesmo artigo, com o objetivo de garantir a conformidade do texto legal com o disposto na Cláusula 3ª do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI. Essa cláusula estabelece que o Vencimento Básico Complementar (VBC) “não será absorvido por força da implementação dos novos valores e estruturas remuneratórias”, assegurando a integridade desse benefício aos servidores.

A proposta visa corrigir uma inconsistência no texto da Medida Provisória, que, ao manter o § 6º do Art. 15, contraria os termos acordados entre as entidades representativas dos servidores e o governo federal. A não absorção do VBC é um direito consolidado desde o Termo de Acordo de Greve de 2012,



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256855926600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros



reafirmado no acordo mais recente, e sua garantia é essencial para a manutenção da confiança e da estabilidade nas relações entre o poder público e os servidores.

Ressalta-se que a alteração é de natureza conceitual e não gera impacto orçamentário, uma vez que apenas reafirma direitos já consolidados e previstos em acordos anteriores. Dessa forma, a emenda contribui para a consolidação de uma política remuneratória justa e previsível, respeitando os direitos adquiridos pelos servidores e os termos pactuados entre as partes.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
(PSOL - SP)

**Deputada Fernanda Melchionna**  
(PSOL - RS)

**Deputado Glauber Braga**  
(PSOL - RJ)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256855926600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Da Sra. Sâmia Bomfim)**

Dá nova redação ao § 3º do art.  
15 e suprime o § 6º do art. 15, ambos da  
Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na  
forma proposta pelo art. 131 da Medida  
Provisória

Assinaram eletronicamente o documento CD256855926600, nesta ordem:

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256855926600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros





**MPV 1286  
00417**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 7º-A; e acrescentem-se §§ 1º e 2º ao art. 7º-A, todos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 7º-A.** A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos que compõem o Plano de Carreira em cada nível de classificação serão estruturados em dezenove padrões de vencimento, mantida a diferença percentual única e constante entre os padrões e em todos os níveis de classificação, conforme correlação estabelecida no Anexo I-D.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2025, o vencimento básico das classes integrantes do Plano de Carreira terá como referência o piso do nível de classificação E, nas seguintes correlações:

- I – 36% do Piso do E, para o nível de classificação A;
- II – 40% do Piso do E, para o nível de classificação B;
- III – 50% do Piso do E, para o nível de classificação C; e
- IV – 61% do Piso do E, para o nível de classificação D.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2025, a diferença (“step”) entre cada padrão de vencimento será de 4,0% e a partir de 1º de abril de 2026 será de 4,1%.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe a alteração do caput do Art. 7-A e do Anexo CCXXIV (Anexo I-D) da Medida Provisória nº 1.286/2024, com a inclusão dos parágrafos 1º e 2º, visando estabelecer de forma explícita as correlações entre os níveis de classificação e os padrões de vencimento do Plano de Carreira dos



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258846658500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros



Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). Essa medida é essencial para garantir a estruturação da malha salarial da carreira, conforme previsto na Cláusula 2ª, alíneas A, D e E, do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI.

A inclusão dessas disposições no texto da Medida Provisória e no Anexo CCXXIV é fundamental para assegurar a clareza e a segurança jurídica na aplicação da estrutura remuneratória da carreira PCCTAE. A definição explícita das correlações e dos percentuais de progressão evita ambiguidades e contribui para a consolidação de uma política salarial coerente e alinhada às necessidades dos servidores técnico-administrativos da educação pública federal.

Ressalta-se que a alteração proposta é de natureza conceitual e não gera impactos orçamentários, uma vez que apenas explicita critérios já pactuados no Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI. Dessa forma, a emenda fortalece a estrutura da carreira PCCTAE, promovendo maior transparência e equidade na política remuneratória dos servidores.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
(PSOL - SP)

**Deputada Fernanda Melchionna**  
(PSOL - RS)

**Deputado Glauber Braga**  
(PSOL - RJ)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258846658500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Da Sra. Sâmia Bomfim)**

Dá nova redação ao art. 7º-A; e  
acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 7º-A, todos da  
Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na  
forma proposta pelo art. 131 da Medida  
Provisória.

Assinaram eletronicamente o documento CD258846658500, nesta ordem:

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258846658500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros



MPV 1286  
00418



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA N° - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação aos incisos I e II do *caput* do art. 7º-B e ao § 4º do art. 7º-B, todos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, como propostos pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 7º-B. ....

I – Técnico em Educação, cargo de complexidade média, com atribuições voltadas a assistência técnica especializada às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando o nível de classificação D; e

II – Analista em Educação, cargo de complexidade alta, com atribuições voltadas às atividades especializadas técnico-administrativas relativas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando nível de classificação E.

§ 4º As áreas, as especialidades, a formação e as atribuições específicas para os cargos a que se refere os incisos I e II do caput serão estabelecidas em regulamento, proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, nos termos do art. 22.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo adequar as atribuições dos cargos de Técnico em Educação e Analista em Educação às necessidades institucionais das Instituições Federais de Ensino (IFEs), conforme já previsto no Art. 8º da própria MP. A proposta busca eliminar conflitos textuais entre as



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259593038300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros



atribuições gerais da carreira e as especificidades dos cargos, garantindo maior clareza e coerência normativa.

Ressalta-se que a alteração proposta é de natureza conceitual e não gera impactos orçamentários, mantendo-se a estrutura e os princípios já estabelecidos na MP. Dessa forma, a emenda contribui para a consolidação de uma carreira técnico-administrativa em educação mais clara, coerente e alinhada às necessidades das IFEs, fortalecendo o papel desses profissionais no cumprimento da missão institucional das universidades e demais instituições federais de ensino.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
(PSOL - SP)

**Deputada Fernanda Melchionna**  
(PSOL - RS)

**Deputado Glauber Braga**  
(PSOL - RJ)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259593038300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Da Sra. Sâmia Bomfim)**

Dá nova redação aos incisos I e II do caput do art. 7º-B e ao § 4º do art. 7º-B, todos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, como propostos pelo art. 131 da Medida Provisória

Assinaram eletronicamente o documento CD259593038300, nesta ordem:

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259593038300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros



**MPV 1286  
00419**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

“Acrescente-se ao art. 131 da Medida Provisória nº 1286/2024 no que modifica o texto da Lei 11.091/95, o artigo com a seguinte redação:

Art. 12 – B. Será garantido a todos os servidores, ativos ou inativos, os benefícios do reconhecimento de saberes não instituídos resultante da sua atuação profissional, independente do grau de titulação.

§ 1º O reconhecimento de saberes não instituídos ou quaisquer benefícios congêneres, vinculados ou não ao incentivo a qualificação, serão estendíveis a todos os níveis de titulação, inclusive ao portador de título de doutor.

§ 2º Para a instituição de quaisquer benefícios descritos no parágrafo anterior, considerará a complexidade entre os graus de titulação, devido ao grau de maior titulação a retribuição proporcionalmente superior aos demais.”(NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo prestigiar qualificação e a capacitação profissional, garantindo de forma isonômica a todos os servidores o reconhecimento de seus saberes e competências resultante da sua atuação profissional, sem discriminação de grau acadêmico e profissional, ou se ativo ou inativo.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251668126100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



A proposta encontra amparo nos princípios e diretrizes da própria Lei 11.091/2005, que rege o PCCTAE, em seu art. 3º, inciso IV, prevê que sejam reconhecidos os saberes não instituídos resultantes da atuação profissional no desenvolvimento de atividades relacionadas a ensino, pesquisa e extensão para todos:

Art. 3º A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará os seguintes princípios e diretrizes:

(...)

IV - Reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão (BRASIL, 2005).

Além disso, encontra amparo nos princípios Constitucionais da legalidade, igualdade, moralidade, proporcionalidade e eficiência.

Cabe ressaltar que a presente proposta não tem impacto financeiro, visa apenas resguardar os direitos de todos os servidores, independente do grau de titulação, de alcançar os reconhecimentos pelos seus saberes e experiências profissionais.

Por fim, o objetivo dessa emenda é fortalecer uma atuação mais eficiente das Instituições Federais de Ensino Superior, para que assim no campo acadêmico e científico todos os profissionais possam continuar a impulsionar a produção de conhecimento e contribuir com a formação de novos profissionais que impactam diretamente na educação, inovação, economia e progresso do país.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251668126100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras

\*CD251668126100\*  
xEdit





Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251668126100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD251668126100\*  
LexEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD251668126100\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251668126100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00420****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 7º-A, aos incisos I e II do *caput* do art. 7º-B, ao § 4º do art. 7º-B, aos §§ 8º e 9º do art. 10, aos §§ 3º, 6º e 7º do art. 10-B, aos §§ 1º e 2º do art. 11, aos arts. 12-B e 14-A, ao § 3º do art. 15, aos incisos I e III do *caput* do art. 18 e ao parágrafo único do art. 18; e suprima-se o § 6º do art. 15, todos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 7º-A. ....**

**§ 1º** A partir de 1º de janeiro de 2025, o vencimento básico das classes integrantes do Plano de Carreira terá como referência o piso do nível de classificação E, nas seguintes correlações:

- I** – 36% do Piso do E, para o nível de classificação A;
- II** – 40% do Piso do E, para o nível de classificação B;
- III** – 50% do Piso do E, para o nível de classificação C; e
- IV** – 61% do Piso do E, para o nível de classificação D.

**§ 2º** A partir de 1º de janeiro de 2025, a diferença (“step”) entre cada padrão de vencimento será de 4,0% e a partir de 1º de abril de 2026 será de 4,1%,.” (NR)

**“Art. 7º-B. ....**

**I** – técnico em Educação, cargo de complexidade média, com atribuições voltadas a assistência técnica especializada às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251623895600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD251623895600\*  
ExEdit



Instituições Federais de Ensino, integrando o nível de classificação D; e

II – analista em Educação, cargo de complexidade alta, com atribuições voltadas às atividades especializadas técnico-administrativas relativas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando nível de classificação E.

.....

§ 4º As áreas, as especialidades, a formação e as atribuições específicas para os cargos a que se refere os incisos I e II do caput serão estabelecidas em regulamento, proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, nos termos do art. 22.” (NR)

“Art. 10. ....

.....

§ 8º O ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição.

§ 9º Os afastamentos de que tratam o § 8º deste artigo somente serão concedidos a servidores aprovados no estágio probatório do respectivo cargo e se autorizado pelo dirigente máximo da IFE, devendo estar vinculados a projeto ou convênio com prazos e finalidades objetivamente definidos. ”



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251623895600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD251623895600\*  
Edit



“Art. 10-B. ....

.....

§ 3º Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado ou com o ambiente organizacional, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A.

.....

§ 6º No cumprimento dos critérios estabelecidos no § 3º é permitido o somatório de carga horária de ações de desenvolvimento realizadas pelo servidor, bem como o somatório de carga horária de certificados de ações de desenvolvimento que excedam à exigência de aceleração da progressão por capacitação anteriormente realizada.

§ 7º A conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular ou especial, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo ou ambiente organizacional do servidor, em cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser utilizada como certificação em Programa de Capacitação para fins de aceleração da progressão por capacitação, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

“Art. 11. ....

.....

\*CD251623895600\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251623895600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



§ 1º Os ocupantes dos cargos de Médico, Médico/Área, Médico do Trabalho, Engenheiro do Trabalho, Arquiteto do Trabalho, Enfermeiro/Área, Regente e Sanitarista do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal, de pós-graduação lato sensu, ao apresentarem a certificação de uma segunda formação lato sensu.

§ 2º Os ocupantes dos cargos de nível médio profissionalizante ou com curso técnico do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal quando apresente uma segunda certificação de curso técnico.” (NR)

“**Art. 12-B.** A partir de 1º de abril de 2026, fica instituído, aos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-TAE), com regulamento proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

§ 1º O Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC é o instrumento de reconhecimento dos conhecimentos e habilidades de todos os integrantes do Plano de Carreira, independentemente do nível de escolaridade, resultante da atuação profissional na dinâmica do ensino, pesquisa, extensão, gestão, inovação e assistência especializada, nos termos do inciso IV, art. 3º desta Lei.

.....” (NR)

“**Art. 14-A.** A Os servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino, que ocupem cargos de Médico, Médico-Área e Médico Veterinário, terão vencimentos básicos conforme o Anexo I-D, alínea E, quando em jornada semanal de 20 horas, podendo, no interesse

\*CD251623895600\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251623895600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



da Administração Pública e a disponibilidade orçamentária e financeira, ser estendida para 40 horas semanais, conforme o Anexo I-D, alínea F.” (NR)

“Art. 15. ....

.....

§ 3º A parcela complementar a que se refere o § 2º deste artigo será considerada para todos os efeitos como parte integrante do vencimento básico, e não será absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória. (NR).

§ 6º (Suprimir)” (NR)

“Art. 18. ....

.....

I – unificação e transformação de cargos de mesma natureza, complexidade e similaridade.

II – .....

III – posicionamento do servidor ocupante dos cargos unificados ou transformados em nível de classificação, padrão de vencimento básico do cargo de destino, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

**Parágrafo único.** O resultado do processo de racionalização dos cargos definirá o quadro de pessoal das IFE, de acordo com suas especificidades e peculiaridades, ligadas à educação básica, profissional, técnica, tecnológica, superior e gestão e inovação da respectiva Instituição Federal de Ensino (IFE). **Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a**

ExEdit  
\*CD251623895600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251623895600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI e CCLXXXIII a esta Medida Provisória. Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI e CCLXXXIII a esta Medida Provisória.” (NR)

Dê-se nova redação ao art. 157; suprimam-se o art. 206 e a alínea “c” do inciso XV do *caput* do art. 214; e acrescente-se inciso XXXIX ao *caput* do art. 214 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI e CCLXXXIII a esta Medida Provisória.”

“Art. 206. (Suprimir)”

“Art. 214. ....

.....

XV – .....

.....

c) (Suprimir)

.....

XXXIX – § 1º, § 2º, § 3º do Art. 43, da Lei 12.702, de 7 de agosto de 2012.”



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251623895600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD251623895600\*  
ExEdit





## JUSTIFICAÇÃO

Os servidores públicos federais já tem processos de avaliações de desempenho inseridos em seus planos de carreiras. Portanto a proposta do Sistema de Desenvolvimento da Carreira (SIDECA), que irá operar de maneira individualizada, baseada em critérios que nunca foram discutidos pelas entidades sindicais que representam os servidores públicos federais, sem uma avaliação aprofundada da situação de cada carreira, isso está em dissonância com as negociações realizadas com o próprio MGI.

A avaliação individual desconsidera o desempenho institucional e coletivo das equipes de trabalho, assim como as condições objetivas e estruturais necessárias para que os órgãos públicos proporcionem um ambiente adequado ao bom desempenho dos servidores e do próprio órgão.

Essa avaliação individualizada com viés produtivista irá desestruturar os ambientes de trabalho gerando assédio e problemas de saúde mental nos servidores, consequentemente provocando um percentual maior de afastamentos de longa duração. O que prejudica o bom desempenho das equipes e do órgão.

As Instituições federais de ensino são formadoras dos profissionais em vários níveis dentro de seus cursos oferecem uma grande diversidade de disciplinas de conteúdos programáticos que atendem as necessidades institucionais de seus servidores. A utilização dessas disciplinas em Programas de Capacitação representa uma ampliação de oferta e oportunidades para as instituições e servidores sem aumentar os investimentos com recursos para a capacitação.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251623895600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



O ambiente organizacional está conceituado na Lei da carreira PCCTAE como a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal. Este conceito, quando assumido pelo Legislador teve por objetivo ampliar o escopo dos elementos de desenvolvimento dos servidores, conforme as necessidades institucionais e a diversidade de fazeres nas Instituições Federais de Ensino.

Tais alterações visam também, garantir a isonomia de tratamento com os demais profissionais que integram o PCCTAE, Lei nº 11.091/2005, considerando que os demais cargos não têm como requisito para o ingresso no cargo a certificação de especialista ou curso médio profissionalizante ou curso técnico. Os ocupantes dos cargos só podem alcançar o Incentivo a Qualificação (IQ) a partir da graduação, para o nível de classificação D ou do mestrado para o nível de classificação E. A proposta de alteração é para que esses servidores tenham a possibilidade de apresentar uma segunda certificação, como forma de obtenção do primeiro IQ, assim como os demais servidores.

Assim, solicito o emendamento da Medida Provisória 1286/2025 como forma de atender as diversas demandas dos servidores Técnico-Administrativos em Educação das instituições federais de ensino

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251623895600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD251623895600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251623895600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00421**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131,  
alterando o § 8º do Art. 10, da Lei 11091/2005, com a seguinte redação:

”Art.10.....

.....

§ 8º O ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição”.(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

É necessário um tratamento isonômico entre os servidores docentes e técnico-administrativos em educação, conforme o previsto para os docentes na Lei 12.772/2012, considerando que é papel dos trabalhadores das Instituições Federais de Ensino contribuir para o desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão, inovação, gestão e assistência especializada nas Instituições Federais de Ensino.

ExEdit  
\*CD253830994100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253830994100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253830994100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD253830994100\*  
ExEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD253830994100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253830994100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



MPV 1286  
00422



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Inclua-se a seguinte seção e o seguinte artigo:

“CAPÍTULO...

DA CARREIRA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Art.... As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

ANEXO CCCXXII

(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA  
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72
	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85

\* 0 2 5 0 5 7 2 5 6 2 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250572562800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

b) Vencimento básico para os cargos de  
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.337,57	21.116,63
	II	17.108,03	18.647,75	20.363,35
	I	16.772,58	18.282,11	19.964,07
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.234,27	18.819,83
	II	15.203,13	16.571,41	18.095,98
	I	14.056,15	15.321,20	16.730,75
SEGUNDA	III	13.515,52	14.731,92	16.087,25
	II	13.250,52	14.443,07	15.771,83
	I	12.735,99	13.882,23	15.159,39

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.439,44	35.423,86
	II	28.934,13	31.538,20	34.439,72

ExEdit  
\*CD250572562800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250572562800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante





	I	28.422,52	30.980,55	33.830,76
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.262,26	31.954,39
	II	26.319,73	28.688,51	31.327,85
	I	25.297,70	27.574,49	30.111,35
SEGUNDA	III	24.324,71	26.513,93	28.953,22
	II	23.847,76	25.994,06	28.385,51
	I	22.921,71	24.984,66	27.283,25

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Ao editar a MPV 1.286, em 31.12.2024, o Poder Executivo concretizou os reajustes resultantes de acordos firmados em as entidades sindicais ao longo de 2024, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e novo reajuste em 2026, variando os reajustes e suas datas conforme consignado nos Termos de Acordo firmados.

Ocorre que, no conjunto de carreiras e categorias contempladas com reajustes que, embora concedidos a título de “reestruturação de carreiras”, nada mais são do que uma revisão geral disfarçada, posto que apenas orientada a recuperar parte de perdas inflacionárias passadas, notadamente a partir de 2017 e 2019, não estão os integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira, da Receita Federal do Brasil, e da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Para esse segmento, que envolve os Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e os Auditores-Fiscais do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, o Governo concedeu, apenas, na forma de decretos regulamentadores, aumento no Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024.

Contudo, o “Termo de Acordo” firmado com as entidades, relativo ao Bônus, foi, apenas, para que fosse cumprido acordo firmado em 2016, e que apenas em 2024 foi honrado, com a regulamentação da sistemática de aferição do índice de eficiência institucional e a base de cálculo do valor global do Bônus, sem, porém,

ExEdit  
\*CD250572562800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250572562800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



alterar-se a tabela de vencimentos das carreiras do Fisco Federal e da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

As perdas inflacionárias acumuladas no valor dos vencimentos em janeiro de 2025, já são de quase 28%, visto que o último reajuste aplicado aos vencimentos de Auditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e Auditores-Fiscais do Trabalho, de 9% a partir de maio de 2024, não foi suficiente para a recuperação do seu poder aquisitivo. Sem a concessão de reajustes em 2025 e 2026, essas perdas superarão, até o final do atual mandato presidencial, 39%.

No entanto, as Carreiras da Advocacia Pública, inclusive os Procuradores da Fazenda Nacional, que atuam também no âmbito da Administração Tributária, promovendo a execução da dívida ativa, foram contemplados com reajustes de 9% a partir de junho de 2025, e de 9,2% a partir de abril de 2026. Esse reajuste independe do comportamento dos honorários sucumbenciais por eles percebidos, cujo valor se acha em torno de R\$ 14 mil mensais para ativos.

Dessa forma, a presente emenda visa afastar essa discriminação em relação às carreiras da Receita Federal do Brasil e da Auditoria-Fiscal do Trabalho, e assegurar, ao menos, os mesmos reajustes de 9% e 9,2% concedido à Advocacia Pública, a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Para os fins do cumprimento do art. 113 do ADCT, segundo o qual “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, estima-se que esse reajuste, considerados os totais de servidores ativos, aposentados e instituidores de pensão e sua filiação ao RPPS ou RPPS e Regime de Previdência Complementar, por classe e padrão nas respectivas tabelas, acarretaria os seguintes acréscimos na despesa primária e na despesa financeira, em 2025, 2026 e 2027:

CARGO		Auditor-Fiscal RFB	Analista Tributário	TOTAL RFB	Auditor-Fiscal do Trabalho	TOTAL GERAL
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723	138.831.716	838.483.439

ExEdit  
\* C D 2 5 0 5 7 2 5 6 2 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250572562800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902	11.157.946	62.307.848
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625	149.989.661	900.791.286
2026	Primaria	1.097.825.182	305.119.286	1.402.944.468	381.192.575	1.784.137.043
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276	36.258.661	136.456.936
	Total	1.164.583.185	338.559.559	1.503.142.744	417.451.236	1.920.593.979
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687	57.043.575	345.313.262
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168	4.385.834	23.585.002
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855	61.429.408	368.898.263

Assim, o impacto total na despesa primária, em 2025, sobre a despesa atualmente prevista com os referidos cargos, seria de R\$ 838,48 milhões, e na despesa financeira, R\$ 62,3 milhões. Em 2026, relativamente à despesa de 2025 já reajustada, o impacto seria de R\$ 1,78 bilhões na despesa primária e R\$ 136,46 milhões na despesa financeira. Finalmente, em 2027, seria de R\$ 345,3 milhões na despesa primária e R\$ 23,58 milhões na despesa financeira, em relação a 2026.

Esses valores são compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, de R\$ 16,8 bilhões na despesa primária e R\$ 1,918 bilhões na despesa financeira, e poderão ser facilmente cobertos com recursos de reservas de contingência consignados na LOA.

Sendo, assim, questão de justiça e que não pode deixar de ser considerada no bojo da política de reajustes adotada pelo atual governo em substituição à revisão-geral que deveria ser concedida na data-base anual dos servidores, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Professora Luciene Cavalcante**  
**(PSOL - SP)**

ExEdit  
\*CD250572562800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250572562800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Luciene Cavalcante



**MPV 1286**  
**00423**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se à Medida Provisória, no seu artigo 131, a inclusão dos § 1º e § 2º no Art. 11 da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

“Art.

11.....

.....

§ 1º Os ocupantes dos cargos de Médico, Médico/Área, Médico do Trabalho, Engenheiro do Trabalho, Arquiteto do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Regente e Sanitarista do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal, de pós-graduação lato sensu, ao apresentarem a certificação de uma segunda formação *lato sensu*.

§ 2º Os ocupantes dos cargos de nível médio profissionalizante ou com curso técnico do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal quando apresente uma segunda certificação de curso técnico”. (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda visa garantir a isonomia de tratamento com os demais profissionais que integram o PCCTAE, Lei nº 11.091/2005, considerando que os demais cargos não têm como requisito para o ingresso no cargo a certificação de especialista ou curso médio



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250030512600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



profissionalizante ou curso técnico. Os ocupantes dos cargos só podem alcançar o Incentivo a Qualificação (IQ) a partir da graduação, para o nível de classificação D ou do mestrado, para o nível de classificação E. A proposta de alteração é para que esses servidores tenham a possibilidade de apresentar uma segunda certificação, como forma de obtenção do primeiro IQ, assim como os demais servidores.

Essa alteração não gera impacto orçamentário na Medida Provisória, pois já está previsto na Lei nº 11.091/2005 e cada servidor que alcançar o IQ é considerado aumento vegetativo da folha. O IQ foi implantado em 2006.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250030512600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD250030512600\*  
ExEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD250030512600\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250030512600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286**  
**00424**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, no *caput* do art. 7-A e Anexo CCXXIV, acrescente-se os parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 7-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos que compõem o Plano de Carreira em cada nível de classificação serão estruturados em dezenove padrões de vencimento, mantida a diferença percentual única e constante entre os padrões e em todos os níveis de classificação, conforme correlação estabelecida no Anexo I-D.” (NR)

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2025, o vencimento básico das classes integrantes do Plano de Carreira terá como referência o piso do nível de classificação E, nas seguintes correlações:

- a) 36% do Piso do E, para o nível de classificação A;
- b) 40% do Piso do E, para o nível de classificação B;
- c) 50% do Piso do E, para o nível de classificação C; e
- d) 61% do Piso do E, para o nível de classificação D.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2025, a diferença (“step”) entre cada padrão de vencimento será de 4,0% e a partir de 1º de abril de 2026 será de 4,1%.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253854030500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



## JUSTIFICAÇÃO

Essa lista de correlações entre os níveis de classificação e as diferenças de acréscimos percentuais entre os padrões de vencimento, se constituem em elementos estruturantes da carreira PCCTAE, devendo, portanto, constar expressamente na Medida Provisória e seu Anexo, de modo a garantir a constituição da malha salarial, conforme a Cláusula 2ª, alíneas A, D e E do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Pedro Uczai**  
(PT - SC)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253854030500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai





ANEXO CCXXIV  
(Anexo I-D à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005)

"TABELA DE ESTRUTURA E DE VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARREIRA DOS  
CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

a) Cargos do Nível A:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO A						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO A - 36% DA REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P01	1.446,12	1				1	1.788,14	1.877,54
P02	1.502,52	2	1			2	1.859,66	1.954,52
P03	1.561,12	3	2	1		3	1.934,05	2.034,66
P04	1.622,01	4	3	2	1	4	2.011,41	2.118,08
P05	1.685,26	5	4	3	2	5	2.091,87	2.204,92
P06	1.750,99	6	5	4	3	6	2.175,54	2.295,32
P07	1.819,28	7	6	5	4	7	2.262,56	2.389,43
P08	1.890,22	8	7	6	5	8	2.353,06	2.487,40
P09	1.963,95	9	8	7	6	9	2.447,19	2.589,38
P10	2.040,55	10	9	8	7	10	2.545,07	2.695,54
P11	2.120,13	11	10	9	8	11	2.646,88	2.806,06
P12	2.202,80	12	11	10	9	12	2.752,75	2.921,11
P13	2.288,72	13	12	11	10	13	2.862,86	3.040,87
P14	2.377,98	14	13	12	11	14	2.977,38	3.165,55
P15	2.470,71	15	14	13	12	15	3.096,47	3.295,34
P16	2.567,08	16	15	14	13	16	3.220,33	3.430,45
P17	2.667,19		16	15	14	17	3.349,14	3.571,09
P18	2.771,22			16	15	18	3.483,11	3.717,51
P19	2.879,29				16	19	3.622,43	3.869,93

b) Cargos do Nível B:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO B						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO B - 40% DA REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P06	1.750,99	1				1	1.986,82	2.086,16
P07	1.819,28	2	1			2	2.066,29	2.171,69
P08	1.890,22	3	2	1		3	2.148,94	2.260,73
P09	1.963,95	4	3	2	1	4	2.234,90	2.353,42
P10	2.040,55	5	4	3	2	5	2.324,30	2.449,91
P11	2.120,13	6	5	4	3	6	2.417,27	2.550,36
P12	2.202,80	7	6	5	4	7	2.513,96	2.654,92
P13	2.288,72	8	7	6	5	8	2.614,52	2.763,77
P14	2.377,98	9	8	7	6	9	2.719,10	2.877,09
P15	2.470,71	10	9	8	7	10	2.827,86	2.995,05
P16	2.567,08	11	10	9	8	11	2.940,97	3.117,84
P17	2.667,19	12	11	10	9	12	3.058,61	3.245,68
P18	2.771,22	13	12	11	10	13	3.180,96	3.378,75
P19	2.879,29	14	13	12	11	14	3.308,20	3.517,28
P20	2.991,58	15	14	13	12	15	3.440,52	3.661,49
P21	3.108,25	16	15	14	13	16	3.578,15	3.811,61
P22	3.229,47		16	15	14	17	3.721,27	3.967,88
P23	3.355,42			16	15	18	3.870,12	4.130,57
P24	3.486,29				16	19	4.024,93	4.299,92

\* C D 2 5 3 8 5 4 0 3 0 5 0 0 \*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253854030500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



c) Cargos do Nível C:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO C						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO C - 50% DA REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P11	2.120,13	1				1	2.483,52	2.607,70
P12	2.202,80	2	1			2	2.582,86	2.714,61
P13	2.288,72	3	2	1		3	2.686,18	2.825,91
P14	2.377,98	4	3	2	1	4	2.793,62	2.941,77
P15	2.470,71	5	4	3	2	5	2.905,37	3.062,39
P16	2.567,08	6	5	4	3	6	3.021,58	3.187,95
P17	2.667,19	7	6	5	4	7	3.142,45	3.318,65
P18	2.771,22	8	7	6	5	8	3.268,14	3.454,72
P19	2.879,29	9	8	7	6	9	3.398,87	3.596,36
P20	2.991,58	10	9	8	7	10	3.534,83	3.743,81
P21	3.108,25	11	10	9	8	11	3.676,22	3.897,31
P22	3.229,47	12	11	10	9	12	3.823,27	4.057,10
P23	3.355,42	13	12	11	10	13	3.976,20	4.223,44
P24	3.486,29	14	13	12	11	14	4.135,25	4.396,60
P25	3.622,26	15	14	13	12	15	4.300,66	4.576,86
P26	3.763,52	16	15	14	13	16	4.472,68	4.764,51
P27	3.910,30		16	15	14	17	4.651,59	4.959,85
P28	4.062,80			16	15	18	4.837,65	5.163,21
P29	4.221,24				16	19	5.031,16	5.374,90

d) Cargos do Nível D:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO D						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO D - 61% DA REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P17	2.667,19	1				1	3.029,90	3.181,39
P18	2.771,22	2	1			2	3.151,09	3.311,83
P19	2.879,29	3	2	1		3	3.277,14	3.447,61
P20	2.991,58	4	3	2	1	4	3.408,22	3.588,97
P21	3.108,25	5	4	3	2	5	3.544,55	3.736,11
P22	3.229,47	6	5	4	3	6	3.686,33	3.889,29
P23	3.355,42	7	6	5	4	7	3.833,79	4.048,75
P24	3.486,29	8	7	6	5	8	3.987,14	4.214,75
P25	3.622,26	9	8	7	6	9	4.146,62	4.387,56
P26	3.763,52	10	9	8	7	10	4.312,49	4.567,45
P27	3.910,30	11	10	9	8	11	4.484,99	4.754,71
P28	4.062,80	12	11	10	9	12	4.664,39	4.949,66
P29	4.221,24	13	12	11	10	13	4.850,96	5.152,59
P30	4.385,88	14	13	12	11	14	5.045,00	5.363,85
P31	4.556,92	15	14	13	12	15	5.246,80	5.583,77
P32	4.734,64	16	15	14	13	16	5.456,67	5.812,70
P33	4.919,30		16	15	14	17	5.674,94	6.051,02
P34	5.111,15			16	15	18	5.901,94	6.299,11
P35	5.310,48				16	19	6.138,01	6.557,38



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253854030500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



e) Cargos do Nível E:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E - REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71

\*CD253854030500\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253854030500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Uczai



**MPV 1286**  
**00425**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 15; e suprima-se o § 6º do art. 15, ambos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 15. ....**

**§ 3º** A parcela complementar a que se refere o § 2º deste artigo será considerada para todos os efeitos como parte integrante do vencimento básico, e não será absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória.

**§ 6º** (Suprimir)

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os termos apresentados no texto do parágrafo sexto ferem a Cláusula 3ª do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que afirma que o Vencimento Básico Complementar (VBC) “não será absorvido por força da implementação dos novos valores e estruturas remuneratórias”.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

A não absorção está prevista desde o Termo de Acordo de Greve de 2012.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258030126200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Helder Salomão**  
(PT - ES)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258030126200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



**MPV 1286**  
**00426**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 10 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 10. ....**

**§ 6º** A conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular ou especial, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo ou ambiente organizacional do servidor, em cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser utilizada como certificação em Programa de Capacitação para fins de aceleração da progressão por capacitação, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

As Instituições federais de ensino são formadoras dos profissionais em vários níveis dentro de seus cursos oferecem uma grande diversidade de disciplinas de conteúdos programáticos que atendem as necessidades institucionais de seus servidores. A utilização dessas disciplinas em Programas de Capacitação representa uma ampliação de oferta e oportunidades para as instituições e servidores sem aumentar os investimentos com recursos para a capacitação.

ExEdit  
\* C D 2 5 8 7 6 3 7 3 9 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258763739900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Helder Salomão**  
(PT - ES)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258763739900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão



\* CD 258763739900 \*  
LexEdit



**MPV 1286**  
**00427**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

**Item 1** – Dê-se nova redação ao inciso I do *caput* do art. 1º; e acrescentem-se arts. 192-1 a 192-3 ao Capítulo LXXII e Capítulos LXXII-1 a LXXII-4 antes do Capítulo LXXIII da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º .....**

**I** – – cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça, a Defesa, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.’ (NR) cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários;

**.....”**

**“Art. 192-1.** Fica estruturado, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de provimento efetivo, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. § 1º A implementação do Plano de Cargos far-se-á mediante transformação dos atuais cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECPF e do Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal - PECPRF, do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública. § 2º Os cargos do Plano de Cargos de que trata o *caput* deste artigo estão estruturados em classes e padrões, na forma do Anexo

ExEdit  
\* C D 2 5 6 5 0 3 2 2 3 7 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella





**CCCIX-A.** § 3º Os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, poderão optar pelo Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma do Termo de Opção constante do Anexo **CCCIX-B** desta Medida Provisória, a ser formalizado no prazo de noventa dias, situação na qual deixarão de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.”

“**Art. 192-2.** Os servidores titulares dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar de que tratam as Leis nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, nº 10.682, de 28 de maio de 2003 e nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005 do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, serão enquadrados no Plano de Cargos, mantidas as denominações e as atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa. § 1º É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo. § 2º O enquadramento dos servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput no Plano de Cargos dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação desta Medida Provisória, na forma do Anexo **CCCIX-C**. § 3º Os servidores que formalizarem a opção referida no § 2º deste artigo permanecerão nos planos em que se encontrarem na data de publicação desta Medida Provisória, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública. § 4º O disposto neste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares. § 5º Os cargos de níveis superior e intermediário que se refere o caput deste artigo que se encontrem vagos

\* CD 256503223700 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



e aqueles que vierem a vagar serão transformados em cargos do Plano de Cargos de que trata o art. 192-A, respectivamente, observado o nível de escolaridade. § 6º Os efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o caput aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas, a partir da vigência desta Medida Provisória, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.”

“**Art. 192-3..** É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ressalvados os casos amparados em legislação específica.”

## “CAPÍTULO LXXII-1

### DO INGRESSO

**Art. 192-4.** O ingresso no Plano de Cargos de que trata o art. 1º dar-se-á por meio de aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos. § 1º O ingresso no Plano de Cargos de que trata o caput dar-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo. § 2º São requisitos para ingresso no Plano de Cargos diploma de conclusão em curso de nível superior ou intermediário de acordo com o nível de escolaridade do cargo, dentre outros a serem estabelecidos em regulamento, e em edital. § 3º O edital definirá as características de cada etapa do concurso público, a formação especializada, bem como os critérios eliminatórios e classificatórios. § 4º A comprovação dos requisitos de escolaridade previstos neste artigo será feita quando da convocação para a posse, decorrente da aprovação em concurso público,

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



sendo eliminado o candidato que deixar de apresentar o correspondente documento comprobatório.”

### “CAPÍTULO LXXII-2

#### DO DESENVOLVIMENTO

**Art. 192-5.** Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional, bem como os requisitos, condições e procedimentos específicos para fins de progressão e promoção serão estabelecidos em regulamento.

**Art. 192-6.** O desenvolvimento do servidor nos cargos do Plano de Cargos ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Parágrafo único. Para fins desta Medida Provisória, progressão funcional é a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior dentro de uma mesma classe e promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior.”

### “CAPÍTULO LXXII-3

#### DA REMUNERAÇÃO

**Art. 192-7.** A remuneração dos servidores integrantes do Plano de Cargos será composta pelas seguintes parcelas: I - Vencimento Básico, conforme os valores estabelecidos no Anexo CCCIX-D; II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania – GDAJUSP, conforme definido no art. 192-I;

**Art. 192-8.** Fica instituída a Gratificação Específica de Atividades Auxiliares de Justiça com Cidadania - GEAJUSP, devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível auxiliar pertencentes ao Plano de Cargos. Parágrafo único. Os valores da GEAJUSP são os estabelecidos no Anexo CCCIX-E, a partir da data nele especificada.

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



**Art. 192-9.** Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Justiça e Segurança Pública com Cidadania – GDAJUSP, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando em efetivo exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, enquanto permanecerem nesta condição. § 1º A GDAJUSP não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. § 2º É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GDAJUSP.

**Art. 192-10º** A GDAJUSP será atribuída em função do alcance de metas de desempenho individual e do alcance de metas de desempenho institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública. § 1º A avaliação de desempenho individual aferirá o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo para o alcance das metas de desempenho institucional. § 2º A avaliação de desempenho institucional aferirá o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas. § 3º A GDAJUSP será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CCCIX-F. § 4º A pontuação referente à GDAJUSP será assim distribuída: I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional. § 5º Ato do Poder

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAJUSP. § 6º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAJUSP serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, observada a legislação vigente. § 7º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas anualmente em ato do Ministro de Estado. § 8º Os valores a serem pagos a título de GDAJUSP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo VI, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor. § 9º Até a edição dos atos a que se referem os §§ 6º e 7º deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores, em exercício no Ministério da Justiça e Segurança Pública, integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, farão jus à percepção da GDAJUSP em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. § 10. O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6º deste artigo, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

**Art. 192-11.** Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Cargos quando não se encontrarem em exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação somente farão jus à GDAJUSP quando: I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDAJUSP calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no respectivo órgão de lotação; e II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput deste artigo e investidos em cargo de Natureza

\*CD256503223700\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



Especial, de provimento em Cargo Comissionado Executivo CCE de 1.13 a 1.17, ou equivalentes, e perceberão a GDAJUSP calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

**Art. 192-12.** Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAJUSP correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno. Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

**Art. 192-13.** Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão a outro órgão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAJUSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

**Art. 192-14.** O titular de cargo efetivo, quando investido em cargo em comissão de Natureza Especial - NE ou Cargo Comissionado Executivo de 1.13 a 1.17 ou equivalentes, perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somada ao resultado da avaliação institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública no período. Parágrafo único. Ocorrendo exoneração de cargo em comissão referido no caput, com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDAJUSP continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

\* CD 256503223700 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella





**Art. 192-15.** O servidor beneficiário da GDAJUSP que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Parágrafo único. O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da análise de adequação funcional, identificará as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e adotará as medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

**Art. 192-16.** A GDAJUSP integrará os proventos de aposentadoria quando percebida há pelo menos 60 (sessenta) meses ininterruptos. § 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, o valor a ser incorporado aos proventos da aposentadoria será calculado pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor a título de GDAJUSP nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria. § 2º A parcela incorporada aos proventos da aposentadoria com base no disposto no caput deste artigo não poderá ser percebida cumulativamente com outra parcela incorporada de gratificação de desempenho, de atividade ou de produtividade, independentemente de sua denominação ou base de cálculo, facultado o direito de opção pela incorporação aos proventos da parcela mais vantajosa. § 3º Os proventos da aposentadoria de servidor que não completou 60 (sessenta) meses ininterruptos da percepção da GDAJUSP serão calculados considerando a gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que fazia jus o servidor em decorrência do exercício das atribuições do respectivo cargo efetivo, considerando o Plano de Cargos a que pertença.

**Art. 192-17.** Para fins de incorporação da GDAJUSP aos proventos da aposentadoria ou às pensões, serão adotados os

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



seguintes critérios: I - aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, quando percebida a gratificação por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses; II - aos servidores que tenham por fundamento de aposentadoria o disposto nos arts. 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aos abrangidos pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, aplica-se o valor equivalente à média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses, aplica-se o valor equivalente a 50 (cinquenta) pontos, quando percebida a gratificação por período inferior a 60 (sessenta) meses; III - aos beneficiários de pensão amparados pelo art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e pelo parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplica-se o disposto nos incisos I e II, conforme interstício cumprido pelo instituidor; e IV - aos demais servidores e pensionistas aplica-se o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, conforme o regramento previdenciário aplicável.

**Art. 192-18.** A GEAJUSP integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

**Art. 192-19.** Os servidores integrantes do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, quando lotados na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal, farão jus à concessão e ao pagamento da indenização em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e

\*CD25650323700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25650323700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela





repressão dos delitos transfronteiriços, de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013.”

#### “CAPÍTULO LXXII-4

##### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 192-20º** Os titulares de cargo de provimento efetivo do Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública de que tratam os artigos 192-A e 192-B somente poderão: I - ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei; II - ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de CCE ou FCE de nível mínimo 13 ou equivalente; e III - ser cedidos para o exercício de cargos comissionados CCE 1.13 ou superior, ou equivalentes, para outros entes federativos. Parágrafo único. Os servidores atualmente cedidos e em desacordo com as normas deste dispositivo, deverão retornar ao órgão de origem, após encerrada a movimentação respectiva.

**Art. 192-21..** A aplicação do disposto nesta Medida Provisória aos servidores ativos, aos aposentados e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, proventos e pensões. Parágrafo único. Na hipótese de redução de remuneração, provento ou pensão decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo, da reorganização ou reestruturação do plano de cargos, da reestruturação de tabela remuneratória, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza, conforme o caso.

**Art. 192-22.** Fica vedada a acumulação das vantagens pecuniárias devidas aos ocupantes do Plano de Cargos com outras vantagens de qualquer natureza a que o servidor faça jus em virtude de outros Planos de Carreiras ou de Cargos.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



**Art. 192-23.** A implementação do Plano de Cargos na forma do art. 1º desta Medida Provisória, não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação aos cargos e às atribuições atuais desenvolvidas pelos servidores ocupantes de cargos efetivos objeto do enquadramento. Parágrafo único. Os servidores abrangidos pela presente Medida Provisória permanecem em exercício na atual unidade de lotação”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**Item 2** – Dê-se nova redação ao inciso LXVIII do *caput* do art. 154 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, como proposto pelo art. 206 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 154.** .....

.....

**LXVIII** – plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

.....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça, segurança e defesa nacional.

A criação da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, composta pelo cargo de Analista Técnico de Justiça



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



\* CD 256503223700 \*  
xEdit

Defesa – ATJD, de nível superior, foi celebrada como um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça, a segurança institucional e a defesa nacional, e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal para a segurança institucional, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais, e processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa, assim como as demais programas do Governo Federal para a justiça, defesa nacional e a segurança.

Entretanto, essa nova carreira foi criada para que seja provida mediante concurso público a ser realizado em um momento posterior, desprezando o trabalho incansável dos servidores de nível superior que exercem essas atividades de forma efetiva, há vários anos, como o caso dos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em alguns desses órgãos, a maior parte dos servidores fazem parte do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, dada a inexistência de uma carreira própria, como a que foi criada agora. Dada a falta de servidores efetivos nos órgãos para o exercício dessas atividades, muitos deles precisam dividir o seu trabalho



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



com servidores cedidos de outras carreiras com salários melhores (ex.: policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais penais, especialistas em políticas públicas e gestão governamental) e com terceirizados. É cediço que a remuneração desses servidores não condiz com a importância de suas atividades para o nosso país, o que faz com que eles se sintam com moral baixa e desvalorizados, e que busquem migrar para outras carreiras com salários melhores. Além disso, a criação dessa nova carreira de ATJD sem a permissão para migração aos servidores em exercício nessas atividades no âmbito de seus ministérios reforça essa desvalorização que tem ocorrido há vários anos, uma vez que os novos servidores da carreira de ATJD, que forem aprovados no concurso, já entrarão com uma remuneração superior à dos servidores no final da carreira de nível superior de PGPE, que exercem a mesma atividade há anos.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesses Ministérios, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a migração para a nova carreira de ATJD dos servidores que já se encontram nas atividades de justiça, defesa nacional e segurança para que isso seja alcançado.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao longo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Misael Varella**  
**(PSD - MG)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



\*CD256503223700\*  
ExEdit



ANEXO CCCIX-A

ESTRUTURA DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

a) Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V
	IV
	III
	II
	I
C	V
	IV
	III
	II
	I
B	V
	IV
	III
	II
	I
A	V
	IV
	III
	II
	I

exEdit  
\*CD256503223700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



b) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V
	IV
	III
	II
	I
C	V
	IV
	III
	II
	I
B	V
	IV
	III
	II
	I
A	V
	IV
	III
	II
	I

c) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	III
	II

ExEdit  
\*CD256503223700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



	I
--	---

ANEXO CCCIX-B

TERMO DE OPÇÃO

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA		
Nome:		Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
Cidade:		Estado:
<div>( ) Servidor      ( ) Aposentado      ( ) Pensionista</div> <p>Venho, nos termos da Medida Provisória nº , de de , em observância ao disposto no parágrafo 3º do art. 192-A, optar por integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, situação na qual deixará de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.</p> <p>Local e Data: , de de .</p> <p>Assinatura</p>		

ANEXO CCCIX-C

TERMO DE OPÇÃO

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA		
Nome:		Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
Cidade:		Estado:
<div>( ) Servidor      ( ) Aposentado      ( ) Pensionista</div>		

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella





Venho, nos termos da Medida Provisória nº , de de de , em observância ao disposto no parágrafo 2º do art. 192-B, optar por **não** integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Local e Data: , de de .

Assinatura

ANEXO CCCIX-D

VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARGOS DO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	9.916,26	10.648,92	11.378,00
	IV	9.702,96	10.403,26	11.138,48
	III	9.494,18	10.164,08	10.904,29
	II	8.831,58	9.463,29	10.172,09
	I	8.641,53	9.245,25	9.942,60
C	V	8.455,05	9.031,53	9.718,64
	IV	8.272,99	8.822,90	9.514,77
	III	8.095,18	8.620,17	9.313,87
	II	7.921,48	8.422,13	9.118,79
	I	7.348,12	7.819,16	8.289,71
B	V	7.092,29	7.518,23	7.954,97
	IV	6.845,88	7.228,72	7.634,17

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



	III	6.608,34	6.951,81	7.327,30
	II	6.378,10	6.683,70	7.031,40
	I	6.156,64	6.426,63	6.747,55
A	V	5.711,66	5.967,73	6.134,50
	IV	5.513,13	5.737,70	5.898,55
	III	5.321,38	5.517,02	5.671,42
	II	5.136,95	5.305,06	5.454,44
	I	4.958,42	5.101,21	5.244,00

**b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	19.832,52	21.297,84	22.756,00
	IV	19.405,92	20.806,52	22.276,96
	III	18.988,36	20.328,16	21.808,58
	II	17.663,16	18.926,58	20.344,18
	I	17.283,06	18.490,50	19.885,20
C	V	16.910,10	18.063,06	19.437,28
	IV	16.545,98	17.645,80	19.029,54
	III	16.190,36	17.240,34	18.627,74
	II	15.842,96	16.844,26	18.237,58
	I	14.696,24	15.638,32	16.579,42
B	V	14.184,58	15.036,46	15.909,94
	IV	13.691,76	14.457,44	15.268,34
	III	13.216,68	13.903,62	14.654,60
	II	12.756,20	13.367,40	14.062,80
	I	12.313,28	12.853,26	13.495,10

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



A	V	11.423,32	11.935,46	12.269,00
	IV	11.026,26	11.475,40	11.797,10
	III	10.642,76	11.034,04	11.342,84
	II	10.273,90	10.610,12	10.908,88
	I	9.916,84	10.202,42	10.488,00

c) Demais Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	9.916,26	10.648,92	11.378,00
	IV	9.702,96	10.403,26	11.138,48
	III	9.494,18	10.164,08	10.904,29
	II	8.831,58	9.463,29	10.172,09
	I	8.641,53	9.245,25	9.942,60
C	V	8.455,05	9.031,53	9.718,64
	IV	8.272,99	8.822,90	9.514,77
	III	8.095,18	8.620,17	9.313,87
	II	7.921,48	8.422,13	9.118,79
	I	7.348,12	7.819,16	8.289,71
B	V	7.092,29	7.518,23	7.954,97
	IV	6.845,88	7.228,72	7.634,17
	III	6.608,34	6.951,81	7.327,30
	II	6.378,10	6.683,70	7.031,40
	I	6.156,64	6.426,63	6.747,55
A	V	5.711,66	5.967,73	6.134,50
	IV	5.513,13	5.737,70	5.898,55

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



	III	5.321,38	5.517,02	5.671,42
	II	5.136,95	5.305,06	5.454,44
	I	4.958,42	5.101,21	5.244,00

d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	4.858,97	5.092,21	5.233,98
	IV	4.733,99	4.958,72	5.096,79
	III	4.609,00	4.825,22	4.959,60
	II	4.484,02	4.691,73	4.822,41
	I	4.359,04	4.558,23	4.685,22
C	V	4.234,05	4.424,74	4.548,03
	IV	4.109,07	4.291,24	4.410,84
	III	3.984,08	4.157,75	4.273,65
	II	3.859,10	4.024,26	4.136,46
	I	3.734,12	3.890,76	3.999,27
B	V	3.609,13	3.757,27	3.862,07
	IV	3.484,15	3.623,77	3.724,88
	III	3.359,17	3.490,28	3.587,69
	II	3.234,18	3.356,79	3.450,50
	I	3.109,20	3.223,29	3.313,31
A	V	2.984,21	3.089,80	3.176,12
	IV	2.859,23	2.956,30	3.038,93
	III	2.734,25	2.822,81	2.901,74
	II	2.609,26	2.689,31	2.764,55
	I	2.484,28	2.555,82	2.627,36

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



e) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	III	2.429,63	2.499,60	2.569,56
	II	2.313,01	2.379,62	2.446,22
	I	2.246,01	2.259,68	2.322,93

ANEXO CCCIX-E

GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES AUXILIARES DE JUSTIÇA  
COM CIDADANIA - GEAJUSP

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO GEAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO 2027
ESPECIAL	III	269,37	282,84	296,98
	II	267,59	280,97	295,01
	I	246,80	259,14	272,10

ANEXO CCCIX-F

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE  
ATIVIDADE DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA –  
GDAJUSP

a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:

ExEdit  
\*CD256503223700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	50,26	53,97	57,67
	IV	49,18	52,73	56,45
	III	48,12	51,51	55,26
	II	44,76	47,96	51,55
	I	43,80	46,86	50,40
C	V	42,86	45,78	49,27
	IV	41,94	44,73	48,22
	III	41,03	43,69	47,21
	II	40,14	42,68	46,21
	I	37,24	39,63	42,01
B	V	35,95	38,11	40,32
	IV	34,70	36,65	38,70
	III	33,49	35,23	37,13
	II	32,33	33,88	35,64
	I	31,21	32,58	34,21
A	V	28,95	30,24	31,09
	IV	27,94	29,08	29,90
	III	26,97	27,97	28,75
	II	26,03	26,89	27,64
	I	25,13	25,85	26,58

b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS	EFEITOS	EFEITOS

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varella



		FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	59,13	63,50	67,84
	IV	57,86	62,03	66,42
	III	56,10	60,60	65,02
	II	52,66	56,43	60,65
	I	51,53	55,13	59,29
C	V	50,42	53,86	57,96
	IV	49,34	52,62	56,74
	III	48,27	51,40	55,55
	II	47,23	50,21	54,37
	I	43,81	46,63	49,43
B	V	42,29	44,84	47,44
	IV	40,20	43,11	45,53
	III	39,40	41,45	43,69
	II	38,04	39,86	41,93
	I	36,72	38,33	40,24
A	V	34,06	35,58	36,58
	IV	32,87	34,22	35,18
	III	31,73	32,90	33,82
	II	30,63	31,63	32,52
	I	29,56	30,42	31,27

c) Demais Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



ESPECIAL	V	84,47	90,71	96,92
	IV	82,65	88,62	94,88
	III	80,87	86,57	92,88
	II	75,23	80,61	86,64
	I	73,61	78,75	84,70
C	V	72,03	76,94	82,80
	IV	70,48	75,17	81,05
	III	68,96	73,43	79,35
	II	67,47	71,73	77,67
	I	62,59	66,61	70,61
B	V	60,42	64,05	67,77
	IV	58,32	61,59	65,04
	III	56,29	59,21	62,41
	II	54,34	56,94	59,90
	I	52,45	54,75	57,49
A	V	48,65	50,83	52,26
	IV	46,96	48,88	50,25
	III	45,33	47,00	48,32
	II	43,75	45,19	46,45
	I	42,23	43,45	44,67

d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	V	42,22	43,54	44,77

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela





	IV	41,41	42,70	43,91
	III	40,61	41,87	43,05
	II	39,80	41,03	42,19
	I	38,99	40,20	41,33
C	V	38,19	39,36	40,47
	IV	37,38	38,53	39,61
	III	36,57	37,69	38,75
	II	35,77	36,85	37,89
	I	34,96	36,02	37,03
B	V	34,15	35,18	36,18
	IV	33,34	34,35	35,32
	III	32,54	33,51	34,46
	II	31,73	32,67	33,60
	I	30,92	31,84	32,74
A	V	30,12	31,00	31,88
	IV	29,31	30,17	31,02
	III	28,50	29,33	30,16
	II	27,70	28,50	29,30
	I	26,89	27,66	28,44

e) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	III	24,89	25,60	26,32
	II	24,16	24,85	25,55

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



	I	23,42	24,09	24,77
--	---	-------	-------	-------

\*CD256503223700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256503223700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Misael Varela



**MPV 1286  
00428**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se ao *caput* do art. 175 e aos incisos I, IV e VI do *caput* do art. 175 da Medida Provisória a seguinte redação:

Dê-se ao *caput* do art. 175 e aos incisos I, IV e VI do *caput* do art. 175 da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 175.** São atribuições do cargo de ATDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal, especialmente as dispostas no Art. 1º, II, da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, as atividades de auditoria, de análise e de gestão governamental relativas à formulação, gestão, coordenação, implementação, monitoramento, avaliação ou controle de políticas, programas, projetos, ações ou medidas que possam elevar o empreendedorismo, a produtividade, a competitividade, o emprego, a sustentabilidade e a inovação dos setores produtivos nacionais, com impactos sobre as políticas econômicas, de comércio exterior e a inserção internacional da economia brasileira:

**I** – apoiar a execução de atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de desenvolvimento socioeconômico;

ExEdit  
\*CD251327571300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251327571300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



IV – auxiliar na análise e avaliação de dados socioeconômicos que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das políticas de indústria, micro e pequenas empresas, comércio, serviços, comércio exterior, agricultura, infraestrutura, inovação e demais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do País;

.....

VI – apoiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico.”

### JUSTIFICAÇÃO

A emenda em questão visa modificar as atribuições da carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (ATDS), dispostas nos incisos I, IV, VI e no caput do art. 175 da MPV 1286/2024, conferindo a essas atribuições um caráter de apoio técnico e subsidiário em relação aos Analistas de Comércio Exterior (ACE). Essa mudança é essencial para evitar possíveis sobreposições de atribuições de caráter estratégico realizadas pela carreira de ACE e a recém-criada carreira de ATDS, em conformidade com a legislação consolidada da carreira de ACE desde 1998, pela Lei nº 9.620/1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.908/1998 e atualmente obedecendo as diretrizes da Portaria GM/MDIC nº 226/2024.

A Lei nº 9.620, de 02 de abril de 1998, criou a carreira de Analista de Comércio Exterior, estabelecendo suas principais atribuições, que incluem a gestão governamental voltada para a formulação, implementação, controle e avaliação de políticas de comércio exterior. Nesse contexto, a emenda assegura



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251327571300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



que as atividades dos Analistas Técnicos de Desenvolvimento Socioeconômico, como assistência técnica, análise de viabilidade econômica e avaliação de dados socioeconômicos, tenham caráter de apoio técnico e subsidiário ao desempenho das funções dos Analistas de Comércio Exterior. Nesse sentido, visa-se promover uma distinção entre as atribuições das carreiras, respeitando o escopo definido pela legislação em vigor.

O Decreto nº 2.908, de 29 de dezembro de 1998, regulamenta a distribuição dos cargos da carreira de Analista de Comércio Exterior nos órgãos do Poder Executivo Federal, destacando a importância de alocar esses profissionais em áreas estratégicas para

o desenvolvimento do comércio exterior de forma transversal em ministérios de natureza socioeconômica, como MDIC, MAPA, MF, MPO, entre outros. Complementando essas diretrizes, a Portaria GM/ MDIC nº 226, de 17 de julho de 2024, define normas específicas para sua atuação no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e nas demais áreas relativas de atuação transversal na carreira de ACE. Nesse contexto, a emenda reforça a necessidade de direcionar as atribuições descritas no art. 175 para apoiar as atividades estratégicas da carreira de ACE.

Dessa forma, assegura-se que as políticas públicas continuem a ser implementadas em conformidade com a legislação vigente, de forma racional, evitando-se sobreposição de atribuições e possíveis lides judiciais decorrentes. Da mesma forma, reduz-se o risco de captura privada de importantes políticas públicas de comércio exterior, como drawback, a defesa comercial, a negociação tarifária e a gestão administrativa do comércio exterior, e, subsidiariamente, de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251327571300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



políticas relacionadas a cadeias produtivas industriais. Essas políticas influenciam diretamente uma corrente de comércio brasileira de 592

bilhões de dólares, equivalente a 31,2% do PIB nacional<sup>1</sup>, e alterações significativas nas carreiras que sustentam o funcionamento dessas políticas poderiam comprometer a eficiência e consistência dessa atividades econômicas.

Em suma, a emenda modificativa ao art. 175 da MPV 1286/2024 é crucial para assegurar a melhor definição das atribuições de apoio de ATDS à carreira do ciclo de gestão federal de Analista de Comércio Exterior. O objetivo da mudança é adequar a medida

1 Dados do ano de 2023, Fonte Banco Mundial: <https://data.worldbank.org/country/brazil?locate=pt>

provisória à legislação vigente, mitigando os riscos legais decorrentes da sobreposição de funções com carreiras já existentes.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Reginaldo Lopes**  
(PT - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251327571300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



**MPV 1286  
00429****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)****(Do Sr. TADEU VENERI)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo, parágrafos e incisos a Medida Provisória nº 1286, de 2024, renumerando-se os demais, com a redação que se segue:

Art. xxx - Ficam transformados em cargos de Professor de Magistério Superior, da Carreira de Magistério Superior, os cargos de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, da Carreira de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do plano de carreira e cargos de Magistério Federal, de que trata a Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que entrem em estado de vacância, em decorrência de aposentadoria, exoneração, demissão ou falecimento do seu ocupante, no âmbito da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Art. xxx - A UTFPR fica autorizada a realizar concurso público, na forma da legislação vigente, a fim de preencher a vaga transformada em Professor de Magistério Superior, toda vez que ocorrer a vacância de algum cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, até que estes deixem de existir em seus quadros.

**JUSTIFICAÇÃO****JUSTIFICAÇÃO**

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), instituída pela Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005, promulgada durante a Vigência do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a partir



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254302103900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tadeu Veneri e outros



da transformação do então Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), sendo hoje uma das principais formadoras de profissionais de nível superior no Estado do Paraná, com aproximadamente 40 mil estudantes matriculados em cerca de 120 cursos de graduação (Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia), 60 Mestrados, 17 Doutorados, um Curso Técnico e quase 70 Especializações. Possui campi em 13 cidades do Paraná, sendo a Instituição de Educação Superior com maior capilaridade e viés estratégico do estado, pois atende diretamente às necessidades locais e realiza ensino, pesquisa e extensão articulados às diferentes especificidades e regionalidades, sempre primando pelo empreendedorismo, inovação e sustentabilidade, com ações práticas que incentivam a inclusão, a diversidade e o humanismo.

A transformação de Centro Federal em Universidade Tecnológica trouxe à baila a questão da coexistência de duas categorias docentes. A partir da transformação em Universidade, passou a ocorrer o processo gradativa de descontinuação da oferta de cursos técnicos para dar lugar a novos cursos de graduação (vindo a se somar aos já existentes), fato que, em correspondência, exigiria uma alteração na categoria docente da instituição. Registre-se que naquele ano de 2005 o corpo docente era formado majoritariamente (cerca de 80P•) por professores da carreira de

1ª e 2ª Graus - depois Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), e somente cerca de 20% por professores da carreira de Ensino Superior - depois Magistério Superior (MS). Em princípio, a proposta do governo federal à época foi de que essa alteração se daria natural e gradativamente e, à medida em que os professores da carreira EBTT viessem a se aposentar, as vagas geradas sem autorização de provimento seriam recolhidas, com vagas de reposição destinadas a novos concursos disponibilizadas automaticamente na carreira MS, com autorização de provimento.

Essa proposta, eficiente e lógica, vigorou com relativo sucesso até meados do ano de 2016. Na sequência, o governo do então presidente Michel Temer alterou a automaticidade do processo e, na continuidade, o governo posterior de Jair Bolsonaro passou a extinguir e recolher as vagas de aposentados da carreira EBTT das Universidades Federais, principalmente da UTFPR, sem



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254302103900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tadeu Veneri e outros





a reposição direta e proporcional de vagas da carreira M5. Apesar de se tratar de um procedimento aplicado a todas as instituições no âmbito federal, a única Universidade que, passados esses anos, corre o sério risco de ter suas atividades inviabilizadas é a UTFPR, devido a esta sua trajetória peculiar de transformação. Como um dado alarmante, pelo histórico relatada, em torno de 44% das vagas docentes da Instituição, no ano de 2016, eram da carreira EBTT.

De lá para cá a UTFPR perdeu, seja por aposentadoria, falecimento ou outro tipo de vacância, o número extraordinário de 587 docentes da carreira EBTT sem reposição; atualmente, a Instituição conta com 1693 docentes da carreira MS e 744 docentes da carreira EBTT. Um número significativo destes já se encontra em processo de aposentadoria ou podem se aposentar ainda este ano, sendo que os demais devem deixar a Instituição nos próximos anos (são em maioria os professores que atuavam, até 2005, no então CEFET-PR, o que os coloca dentre os mais antigos da Instituição).

Destarte, urge a necessidade de uma ação imediata, para, em primeiro Lugar, estancar essa situação que pode levar a UTFPR a um processo gradativo de extinção: nos anos muito próximos, se nada for feito, não haverá docentes em número suficiente para algumas cidades, o que levará ao fechamento de cursos e programas e, ao final e ao cabo, ao fechamento de alguns dos campi em regiões diversas.

Propõe-se, com a maior brevidade possível, o retorno da transformação automática das vagas da carreira EBTT geradas por aposentadoria, exoneração, demissão ou falecimento em vagas da carreira MS, como antes ocorria. Por se tratar de vaga que será transformada, não incidente em ampliação de quadro, esta ação não representa ônus ao Estado, sendo fundamental para a continuidade das atividades acadêmicas na Instituição.

A UTFPR acredita fielmente que o país está, no transcorrer do atual governo federal, em um momento de reconstrução; dessa maneira, para a reposição do número de vagas perdidas de 2016 a 2024, ou de ao menos parte

\* CD 254302103900 \*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254302103900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tadeu Veneri e outros



significativa delas, estará ao lado das demais instituições, buscando a reposição gradativa.

Para isso, propõe-se um plano de reposição particularizado ao longo dos próximos anos, dentro das condições que forem apresentadas e que sejam factíveis.

São essas as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Tadeu Veneri**  
**(PT - PR)**  
**DEPUTADO FEDERAL**

**Deputado Padre João**  
**(PT - MG)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254302103900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tadeu Veneri e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Tadeu Veneri)**

Ficam transformados em cargos de Professor de Magistério Superior, da Carreira de Magistério Superior, os cargos de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, da Carreira de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do plano de carreira e cargos de Magistério Federal, de que trata a Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que entrem em estado de vacância, em decorrência de aposentadoria, exoneração, demissão ou falecimento do seu ocupante, no âmbito da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Assinaram eletronicamente o documento CD254302103900, nesta ordem:

- 1 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Padre João (PT/MG)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254302103900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tadeu Veneri e outros



**MPV 1286  
00430**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao art. 67-A, ao caput e aos §§ 2º e 3º do art. 87-A e ao inciso X do caput do art. 154, todos da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, como propostos pelo art. 61 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

Art. 1º. Dê-se nova redação ao art. 67-A, ao caput e aos §§ 2º e 3º do art. 87-A e ao inciso X do caput do art. 154, todos da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, como propostos pelo art. 61 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 67-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, fica estruturado, no âmbito do Plano de Carreiras e Cargos da CVM a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, composta pelo cargo de nível superior de Auditor Federal do Mercado de Capitais, com atribuições relacionadas às atividades de supervisão, regulação, inspeção, fiscalização e controle do mercado de capitais, à implementação de políticas, à realização de estudos e pesquisas e às atividades de natureza técnica, administrativa, de gestão e especializadas relativas às competências da CVM.” (NR)

\* CD 257348445800 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257348445800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



“Art. 87-A. Os ocupantes dos cargos de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, respectivamente das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, com investidura decorrente de aprovação em concurso público, ficam enquadrados no cargo de Auditor Federal do Mercado de Capitais da Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, de que trata o art. 67-A.

§ 2º Os cargos efetivos de nível superior de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, respectivamente das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM que não foram enquadrados no cargo de

Auditor Federal do Mercado de Capitais da Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários de que trata o art. 67-A comporão quadro suplementar em extinção.

§ 3º Os cargos de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, respectivamente das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM, vagos e que vierem a vagar ficam transformados em cargos de Auditor Federal do Mercado de Capitais.

“Art.  
154.....

X – Auditor Federal do Mercado de Capitais, da Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários;

ExEdit  
\* C D 2 5 7 3 4 8 4 2 4 5 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257348445800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



.....” (NR

Art. 2º. Dê-se nova redação ao caput do inciso X-A do caput do art. 154 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, como proposto pelo art. 206 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art.

154.....

.....

X-A – Auditor Federal do Mercado de Capitais, da Carreira de Fiscalização da CVM;

.....” (NR

Art. 3º. Modifique-se a nomenclatura do cargo de “Inspetor Federal do Mercado de Capitais” para “Auditor Federal do Mercado de Capitais” constante nos anexos XCV, XCVI e XCIX propostos pelo art. 62 desta Medida Provisória

## JUSTIFICAÇÃO

Por que a expressão “Auditor” é mais precisa e correta que a expressão “Inspetor”?

Idealmente, o nome do cargo principal da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deve ser “Auditor” em vez de “Inspetor” porque o termo reflete com mais precisão a natureza técnica e analítica das atividades desempenhadas por esses profissionais. A função primordial da CVM é fiscalizar e regular o mercado de capitais,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257348445800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



garantindo transparência e integridade nas operações financeiras. O termo “Auditor” está diretamente associado à análise criteriosa de demonstrações financeiras, ao cumprimento de normas contábeis e à avaliação de riscos, o que condiz com a responsabilidade desses profissionais de assegurar que empresas, corretoras e investidores sigam as regras estabelecidas pelo órgão regulador.

Além disso, o título de “Auditor” reforça a credibilidade e a especialização dos servidores da CVM perante o mercado e a sociedade. A auditoria é uma atividade reconhecida internacionalmente como fundamental para a governança corporativa e a proteção dos investidores, sendo exercida por profissionais altamente qualificados e com conhecimentos técnicos avançados. O uso desse termo também facilita o alinhamento da CVM com padrões internacionais, já que em diversos países os órgãos reguladores utilizam nomenclaturas semelhantes para designar profissionais responsáveis por investigações e revisões financeiras, como “securities auditors” e “financial auditors”.

Por outro lado, o termo “Inspetor” pode sugerir um caráter mais operacional e menos analítico, associado a fiscalizações pontuais e atividades de campo, em vez de uma avaliação aprofundada e técnica das demonstrações financeiras e práticas de mercado. A mudança de nomenclatura para “Auditor” contribuirá para uma melhor compreensão das atribuições do cargo, valorizando a carreira e reforçando sua identidade institucional. Dessa forma, a adoção do termo “Auditor” refletirá com mais precisão o papel desempenhado pelos profissionais da CVM, garantindo maior reconhecimento e alinhamento com as melhores práticas internacionais.

\*C D 2 5 7 3 4 8 4 4 5 8 0 0 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257348445800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



Para garantir a plenitude de todas as atividades da CVM, portanto, se faz necessária a alteração da nomenclatura para Auditor Federal do Mercado de Capitais.

Diante do exposto, solicito aos nobres parlamentares o apoio desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Reginaldo Lopes**  
(PT - MG)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257348445800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes







## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta pretende autorizar que recursos do Fundo de Desenvolvimento e Aparelhamento da Receita Federal ( FUNDARF) sejam utilizados para promover a saúde e o bem-estar dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, autoridades tributárias e aduaneiras do órgão, que exercem atividade essencial ao funcionamento do Estado Brasileiro, nos termos da EC 42/2003.

Em geral, a aplicação dos recursos do FUNDARF tem contribuído para que a Receita Federal seja reconhecida como uma Administração Tributária moderna, reconhecida internacionalmente pela vanguarda na implantação da declaração de IRPF pela internet. Mais recentemente, a implantação da declaração pré-preenchida é um exemplo que mostra como a Administração Tributária Federal brasileira vem sendo equipada para os desafios tecnológicos que se apresentam. No entanto, a mesma lei que trata do FUNDARF não traz previsão da aplicação de recursos destinados à saúde do principal ativo da organização, espinha dorsal de toda a Receita Federal, que são as autoridades tributárias e aduaneiras personificadas pelas brasileiras e brasileiros que ocupam o cargo de auditor fiscal da Receita Federal. É nesse sentido que segue a presente proposta, com o fito de corrigir tal distorção, de maneira a alocar parte dos recursos do Fundo em benefício da saúde e bem-estar de tais profissionais que trabalham para o Estado brasileiro. Sem que a autoridade tributária e aduaneira esteja em condições ideais de atuação, a administração tributária, o combate à sonegação, ao contrabando e ao descaminho, bem como o combate a entrada de armas e drogas no país não opera a contento e não cumpre seu desiderato legal e constitucional.

O uso dos recursos do FUNDARF para esse fim contribuirá significativamente para a qualidade de vida daqueles que são os principais responsáveis na garantia dos recursos para a realização de políticas públicas, bem como atuam decisivamente no controle de nossas fronteiras, portos e aeroportos. Nessa última atividade, atuam expondo suas vidas em atividades de repressão ao contrabando e ao descaminho, promovendo ações de grande

\* 0 0 2 5 4 8 0 5 1 9 3 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254805193600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy



impacto e risco de vida para evitar a entrada de drogas e armas pesadas no território nacional.

Nos últimos três anos, mais de 2 (dois) bilhões de reais foram apreendidos em drogas (cocaína e maconha) , armas e munições pela atuação das equipes de repressão lideradas por auditores fiscais da Receita Federal.

O uso dos recursos do FUNDAF para promover a saúde o bem-estar dos auditores fiscais da Receita Federal não compromete a estabilidade orçamentária nem o equilíbrio fiscal. O FUNDAF possui fonte própria decorrente de atividades fiscais específicas e saldo recorrentemente superavitário. Portanto, sua utilização para o fim proposto não impacta as despesas correntes ou investimentos previstos no orçamento geral da União. A existência de recurso no referido fundo garante que mesmo com a implantação da presente proposta os recursos para modernização do fisco federal continuarão sendo providos integralmente pelo fundo.

Por fim, essa medida se alinha com os princípios da gestão pública moderna que valorizam a motivação e o bem-estar do elemento humano como fatores essenciais de sucesso das políticas públicas.

Vale ressaltar que tratamento idêntico foi dispensado à Polícia Federal, inclusive adotando como fonte de receitas o FUNAPOL, conforme previsto na Lei 14.369, de 15 de junho de 2022, e, recentemente, aos advogados públicos e procuradores (AGU), por meio da Resolução CCHA nº 16/2024, de 7 de outubro de 2024, que regulamentou o pagamento de Auxílio Saúde Suplementar.

Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão,

fevereiro de 2025.

\* 0 0 2 5 4 8 0 5 1 9 3 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254805193600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy



Deputado LUIZ CARLOS HAULY

PODE-PR

\* C D 2 5 4 8 0 5 1 9 3 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254805193600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauly



**MPV 1286  
00432**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprimam-se os arts. 173 a 182 da Medida  
Provisória.

Suprimam-se os arts. 173 a 182 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, o Poder Executivo Federal conta com aproximadamente 120 (cento e vinte) carreiras de servidores e mais de dois mil cargos em sua estrutura. Com o objetivo de aperfeiçoar a força de trabalho, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) em 14/08/2024, publicou a Portaria nº 5.127/2024[1] estabelecendo as diretrizes e critérios para a elaboração de pedidos de criação e reestruturação de carreiras e de quantitativos de cargos efetivos da administração pública federal. Ainda na seara de transformação do Estado por meio do aperfeiçoamento de sua força de trabalho, no ano de 2023 foi reinstalada pelo MGI a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) [2], tendo o objetivo de ser um instrumento de participação democrática para o fortalecimento do diálogo entre o governo e entidades representativas de servidoras e servidores, empregadas e empregados públicos civis do Poder Executivo federal.

Neste contexto o Poder Executivo federal já dispõe de cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010[3] que por razão de sua criação, no ano de 2010, visavam atrair e reter estes profissionais no setor público uma vez que o país encaminhava projetos estruturantes de infraestrutura e desenvolvimento



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258903759100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



socioeconômico como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dentre outros.

Os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo organizados por meio do artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 estão presentes em mais de 40 (quarenta) órgãos e pertencem a mais de 14 (quatorze) carreiras do Poder Executivo federal, sendo a carreira pioneira em todos os grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico do país e atuando há mais de 50 anos como pilar das análises e estudos socioeconômicos, no planejamento, execução de políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros. Obviamente a atuação do profissional dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, não se faz de forma singular, suas atribuições são compartilhadas com diversas carreiras e cargos de igual importância para o atingimento do objetivo principal do setor público, prestar de forma efetiva o serviço público ao cidadão e alocar da melhor forma os recursos do erário.

Importante mencionar que os cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010, estiveram presentes no recente Concurso Público Nacional Unificado, estando contido nos seguintes blocos 1, 2 e 6, com o quantitativo de 359 (trezentos e cinquenta e nove) novas vagas, conforme descrito abaixo:

Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias[4], com 228 (duzentos e vinte e oito) vagas de engenharia e arquitetura, distribuídas em órgãos estratégicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU;

Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação[5], com 20 (vinte) vagas para o cargo de estatístico, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU e,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258903759100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



\*CD258903759100\*  
eEdit



Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação[6], com 111 (cento e onze) vagas, distribuídas em órgãos estratégicos como o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

– MDIC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos  
– MGI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e Advocacia Geral da União – AGU.

Atualmente a Estrutura Remuneratória dos Cargos Específicos (ERCE), dos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 conta com um total de 1.109 (mil cento e nove) servidores na ativa, ou seja já desempenhando com afinco as atribuições que o governo pretendo sobrepor de forma incoerente com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

A criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, proposta pela Medida Provisória 1.286/2024 atenta frontalmente contra a própria diretriz de criação e reestruturação de carreiras, disposta na Portaria MGI nº 5.127/2024, como se observa na citação abaixo:

“Objeto e âmbito de aplicação

(...)

Art. 3º Na elaboração de propostas de criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - geração de valor público por meio da excelência na gestão de

pessoas;

efetivos;

ExEdit  
\*CD258903759100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258903759100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



II - simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos

III - agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;

IV - gestão dinâmica da força de trabalho;

V - priorização das atividades estratégicas e complexas;

VI - priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam

atuar de modo transversal;

VII - promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;

efetivo; e

VIII - valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;

IX - desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo

X - reconhecimento do mérito individual e do esforço de cooperação

dentro das equipes.

(...)

Requisitos para estruturação de cargos

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258903759100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes





I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:

I - idênticas ou similares às de cargos existentes;

II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou

III - de menor complexidade.

Art. 7º Cargos com atribuições comuns a vários órgãos e entidades devem ser preferencialmente organizados de modo transversal”

Verifica-se que as diretrizes dispostas na Portaria MGI nº 5.127/2024 são claras e diretas no objetivo à que se propõe e tal propósito, foi recentemente

fruto de apreciação desta casa no Projeto de Lei nº 1.213/2024[7] (atual Lei nº 14.875/2024[8]) que reestruturou diversas carreiras da Administração Pública Federal através da reorganização de cargos já existentes em novas estruturas transversais e parametrizadas em 20 níveis.

Embora no passado recente o MGI tenha aplicado integralmente o disposto na Portaria MGI nº 5.127/2024, o que se observa com a criação da Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS é o completo afastamento de suas próprias políticas, uma vez que a criação da carreira afronta as diretrizes abaixo:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258903759100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



1. Simplificação do conjunto de planos, carreiras e cargos efetivos;
2. Agrupamento de carreiras com atribuições semelhantes;
3. Priorização de planos, carreiras e cargos efetivos que possam atuar de modo transversal;
4. Promoção da movimentação de pessoal que garanta aproveitamento adequado da força de trabalho;
5. Valorização da pessoa ocupante de cargo efetivo;
6. desenvolvimento contínuo da pessoa ocupante de cargo efetivo;
7. Cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade
8. Cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal;
9. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam idênticas ou similares às de cargos existentes.

Muito além da violação das diretrizes do próprio MGI para criação e reestruturação de cargos e carreiras é importante reforçar que atualmente o Poder Executivo federal já conta com centenas de servidores nos cargos de economista, estatístico, arquiteto, engenheiro e geólogo, alcançado pelo artigo 19 da Lei nº 12.277/2010 executando as mesmas atribuições a que se propõe com a pretensa Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS.

Diante do exposto, consoante os argumentos acima expendidos, bem- se que os artigos 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 e 182 da Medida



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258903759100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



Provisória nº 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que criam a Carreira de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS, são manifestadamente afrontosos às próprias diretrizes para criação e reestruturação de cargos e carreiras na Portaria MGI nº 5.127/2024, razão pela qual devem ser suprimidos.

[1] <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/532194/1/Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20Portaria%20MGI%20N%C2%BA%205.127%2C%20DE%2013%20DE%20AGOSTO%20DE%202024%20-%20DOU%20-%20Imprensa%20Nacional.pdf>

[2] <https://www.gov.br/gestao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/guias/guia-mnnp.pdf/>

[3] [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12277.htm)

[4] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco1-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[5] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco2-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[6] [https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital\\_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/edital_bloco6-versaoretificada-21nov2024.pdf)

[7] <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2425883>



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258903759100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



\*CD258903759100\*  
ExEdit



[8] <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14875-31-maio-2024-795709-publicacaooriginal-171939-pl.html>

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Reginaldo Lopes**  
**(PT - MG)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258903759100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



\*CD258903759100\*  
ExEdit



MPV 1286  
00433

MPV 1286



CONGRESSO NACIONAL

DEPUTADO FEDERAL AIRTON FALEIRO

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao art. 112; e acrescente-se art. 112-A à Medida Provisória, nos termos a seguir:

Art. 112 Os Anexos I, III, IV, V, VII e VIII à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXI, CLXXXII, CLXXXIII, CLXXXIV, CLXXXV e CLXXXVI a esta Medida Provisória, observadas as alterações previstas no Art. 112-A.

Art. 112-A A Tabela I, do item b, do Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar na forma da tabela f-A do Anexo CLXXXIV à Medida Provisória nº 1286, de 2024.

ANEXO CLXXXIV

(Anexo V à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

Altera a Tabela f do ANEXO CLXXXIV da Medida Provisória nº 1286, de 2024.

f-A) Vencimento básico dos cargos de nível superior de Arquiteto, de Economista, de Engenheiro, de Engenheiro Agrônomo, de Engenheiro de Operações, de Estatístico e de Geólogo, a partir de 1º de janeiro de 2025:				
SE	CLAS	PADR	VENCIMENTO BÁSICO EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
			1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
AL	ESPECI	V	11.172,80	11.789,10
		IV	10.641,10	11.229,05
		II	10.138,44	10.699,72
		II	9.841,18	10.385,86
		I	9.372,74	9.892,85
C		V	8.813,28	9.303,43
		IV	8.479,49	8.951,49



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252038636800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ailton Faleiro



	II	8.154,36	8.608,87
	II	7.839,57	8.277,24
	I	7.704,82	8.135,28
B	V	7.223,18	7.627,54
	IV	6.938,08	7.327,67
	II	6.661,05	7.035,46
	II	6.392,83	6.752,62
	I	6.133,15	6.478,87
	V	5.872,76	6.204,63
A	IV	5.630,28	5.949,35
	II	5.395,49	5.701,27
	II	5.165,16	5.459,14
	I	4.944,06	5.225,72

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo corrigir uma distorção inaceitável criada pela Medida Provisória nº 1.286/2024, que estabelece um tratamento discriminatório entre os Analistas de Infraestrutura de Transportes e os Engenheiros do Plano Especial de Cargos (PEC) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Tal diferenciação contraria princípios constitucionais e administrativos, além de comprometer a eficácia e a equidade no serviço público.

Os profissionais de ambas as carreiras exercem funções estratégicas no planejamento, execução e manutenção da infraestrutura rodoviária, aquaviária e ferroviária do Brasil. Sua atuação é essencial para garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a segurança viária e a execução eficiente de projetos de infraestrutura de transportes. No entanto, a MPV 1.286/2024 rompe uma histórica paridade remuneratória entre essas carreiras, estabelecendo uma diferenciação injustificada e prejudicial ao funcionamento do órgão.

Os servidores do PEC e os Analistas de Infraestrutura exercem as mesmas atribuições, atuam nos mesmos projetos, compartilham o mesmo ambiente de trabalho e possuem exigências técnicas idênticas para a execução de suas funções. Essa paridade funcional é expressamente reconhecida pela Direção Geral do DNIT, conforme consta no OFÍCIO Nº 195205/2024/DG-SEAA/GAB - DG/DNIT SEDE (SEI nº 19163315):

“embora os analistas da carreira atual deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e os servidores do PEC/DNIT de nível superior **desempenhem funções tecnicamente**

\* C D 2 5 2 0 3 6 3 6 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252038636800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aírton Faleiro



idênticas, os servidores de nível superior oriundos do PEC não foram incluídos no regime de subsídio, o que criou uma diferenciação em termos de remuneração e tratamento.

[...] Em vista dessa realidade, percebe-se, então, que a principal correção necessária do Termo de Acordo nº 26/2024 consiste em assegurar que os servidores do nível superior do PEC/DNIT, especialmente aqueles que ingressaram nesta Autarquia por meio de concurso público no ano de 1994, passem a receber por subsídio, de forma a equipará-los aos analistas da carreira do DNIT”

O mesmo entendimento foi reforçado pelo Ministério dos Transportes no OFÍCIO Nº 915/2024/SE (SEI nº 8931428), endereçado ao MGI:

“[...] tanto os Engenheiros do PEC quanto os Analistas de Infraestrutura realizam atividades essenciais, como a fiscalização de contratos, a elaboração de projetos e o controle de obras. Em muitos casos, um mesmo contrato é acompanhado por profissionais de ambos os cargos, o que reforça a necessidade de que tenham remuneração e tratamento equivalentes. A quebra dessa paridade, conforme proposto no acordo, criará um desequilíbrio sem justificativa, já que as atribuições permanecem iguais e são fundamentais para o funcionamento eficiente do DNIT”.

Ademais, os Engenheiros do PEC são servidores oriundos do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e desempenharam todas as funções operacionais do DNIT desde a sua criação, em junho de 2001, até a entrada dos primeiros Analistas de Infraestrutura, em setembro de 2006. Durante esse período, esses profissionais garantiram a continuidade das atividades do órgão, o que fortalece ainda mais o argumento de que não há justificativa para a diferença de tratamento imposta pela MPV 1.286/2024.

Sob a perspectiva jurídica, a diferença de regime remuneratório fere princípios fundamentais da Administração Pública, notadamente:

- **Princípio da Isonomia (art. 5º, caput, da Constituição Federal):** Servidores que desempenham funções idênticas devem receber tratamento igualitário, sob pena de violação ao princípio da igualdade.
- **Princípio da Eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal):** A desmotivação dos engenheiros do PEC, diante da diferenciação salarial injustificada, pode comprometer a execução dos projetos de infraestrutura.
- **Jurisprudência do STF (ADIs 4.616 e 4.151):** O Supremo Tribunal Federal tem consolidado entendimento de que a

\* 0 0 2 5 2 0 3 8 6 3 6 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252038636800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aírton Faleiro



reestruturação de carreiras deve respeitar a equivalência de atribuições e requisitos de ingresso, sob pena de violação ao princípio da razoabilidade.

Portanto, diante da clara equivalência de atribuições, da histórica paridade salarial, dos impactos organizacionais negativos e da segurança jurídica favorável, a alteração na tabela proposta abrange os 84 (oitenta e quatro) profissionais de nível superior do PEC do DNIT, que inclui os 70 (setenta) Engenheiros do PEC, mantendo e preservando a paridade remuneratória, sem necessidade de receber por subsídio, que sempre existiu é medida necessária para garantir a isonomia, a equidade e a eficácia da Administração Pública. Essa proposição visa evitar a descontinuidade da Lei nº 11.171/2005 e preserva a coerência no tratamento das carreiras essenciais à infraestrutura nacional.

Sala da comissão, 09 de fevereiro de 2025.

**DEPUTADO AIRTON FALEIRO**  
**PT/PA**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252038636800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ailton Faleiro





**MPV 1286  
00434****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se o art. 206, que trata sobre as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec.

Suprima-se também as alterações realizadas no art. 5º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, referente aos desenvolvimento na carreira de servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo da emenda é a supressão das alterações realizadas nas regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, que insere carreiras do serviço público federal nesse Sistema, de forma indistinta e não dialogada previamente.

A presente emenda requer também a supressão de todas as alterações realizadas no art. 5º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.

Aponta-se, nessa oportunidade, um grave erro material da Medida Provisória, que revoga legislação sem dispositivo correspondente no corpo da MP. Essa alteração, caso estivesse no texto da MP, constaria no Capítulo VI, sobre o PGPE, contudo, ao se consultar a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 verifica-se a existência da mudança.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252802184700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



“ Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

Art. 5º O desenvolvimento do servidor do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma do regulamento.

Art. 6º O desenvolvimento do servidor nos cargos do PGPE, mediante promoção e progressão, observará, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos em regulamento, os seguintes: **(Revogado pela Medida Provisória nº 1.286, de 2024)**

I - interstício mínimo de 1 (um) ano entre cada progressão;

II - experiência mínima no campo de atuação de cada cargo, fixada para promoção a cada classe subsequente à inicial;

III - avaliação de desempenho;

IV - possuir certificação em eventos de capacitação no campo de atuação do cargo, em carga horária mínima e complexidade compatíveis com o respectivo nível e classe; e

V - qualificação profissional no campo de atuação de cada cargo.”

Além de não constar expressamente no texto da Medida Provisória, a retirada dos critérios para progressão funcional e promoção do PGPE, previsão de que se conste apenas em regulamento (ato administrativo) fere o princípio da legalidade e causa insegurança jurídica.

\*CD252802184700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252802184700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Quanto ao art. 306 da Medida Provisória, esse deverá ser excluído, posto que insere automaticamente diversas carreiras no Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, sem prévio diálogo com os servidores e entidades representativas em mesa de negociação.

A instituição de novas regras de avaliação de desempenho não foi dialogada com as entidades sindicais nas mesas de negociação, e não há informações sobre quais critérios individuais permanecerão em vigor.

A discussão sobre eventuais alterações nas avaliações de desempenho se torna ainda mais relevante no contexto atual de reestruturações, promovidas pela MP, posto que as carreiras serão mais alongadas.

Ao se discutir sobre alterações nas avaliações de desempenho o MGI também precisará tratar diretamente sobre salvaguarda, monitoramento e promoção da saúde dos servidores, a partir da instituição do modelo que se pretende, que visa o resultado. Outra questão que exsurge é a necessidade de maior investimento em cursos de formação, com aperfeiçoamento das escolas do governo antes de se pensar em formular normas específicas para avaliações de desempenho.

Alterações nas avaliações de desempenho e progressão funcional reacendem, ainda, a necessidade de debates mais aprofundados sobre a necessidade de instituição de mecanismos contra



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252802184700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



assédio institucional e perseguições políticas, que quando ocorrem, interferem diretamente nas avaliações e progressões.

Trata-se da instituição de uma ótica de gestão gerencialista na administração pública, que privilegia o resultado. Diversamente da atividade privada, as atividades do Estado não visam o lucro, mas sim a prestação de serviço público à sociedade, portanto, transportar uma ótica que busca somente os resultados, em detrimento da saúde física e psicológica do servidor, não é compatível com o serviço público.

São essas, portanto, as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**

ExEdit  
\*CD252802184700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252802184700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD252802184700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252802184700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00435**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 1.332, de 28 de janeiro de 1951, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 33.** .....  
.....

§ 2º Os conselheiros e seus suplentes serão eleitos pelos integrantes das respectivas carreiras, ativos e aposentados, desde que beneficiários, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

A alteração do artigo 33 da Lei 13.327/2016, além de não implicar em qualquer despesa, faz justiça aos aposentados das carreiras jurídicas, que hoje se veem alijados da participação ação nas eleições do Conselho Curador de Honorários Advocatícios, mesmo sendo beneficiários dos mesmos. A redação que hoje se pretende alterar, além de fazer justiça, esta em descompasso com a realidade do Conselho, visto que o texto em vigor refletia o conteúdo da lei, em cujo projeto os aposentados não eram contemplados. Promover a isonomia entre os beneficiários, em atenção ao fundamental princípio da dignidade da pessoa humana (inciso III, do artigo 1º, CFRB), e caminho importante e compromisso que assumimos na Comissão que discutiu o aperfeiçoamento e fortalecimento da AGU,

\*CD258810918100\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258810918100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Guedes



razão de propormos o novo texto, repita-se, sem qualquer aumento ou reflexo financeiro que acarrete despesas ao tesouro.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258810918100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Guedes



\*CD258810918100\*  
LexEdit



**MPV 1286  
00436**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao art. 2º; e acrescentem-se arts. 12-A, 13-A, 21-A e 21-B à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, todos na forma proposta pelo art. 81 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

Dê-se nova redação ao art. 2º; e acrescentem-se arts. 12-A, 13-A, 21-A e 21-B à Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, todos na forma proposta pelo art. 81 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 2º Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência, composto pelos seguintes cargos:

I – de nível superior:

a) cargo de Oficial de Inteligência; e

b) cargo de Oficial Técnico de Inteligência;

II – de nível intermediário:

a) cargo de Agente de Inteligência; e

b) cargo de Agente Técnico de Inteligência.

.....

§ 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo são de provimento efetivo e regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Os cargos de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, de que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258778834700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes





tratam os incisos I e II do caput deste artigo, passam a integrar a Carreira de Inteligência de Estado da ABIN.” (NR)

“Art. 12-A. Aos servidores dos cargos constantes no art. 2º desta Lei, inclusive em afastamentos legais, de forma justificada, serão garantidos:

I – a preservação do nome, da qualificação, da imagem, da voz, dos vínculos familiares, das informações e dados pessoais sendo vedada a revelação de sua identidade pelos meios de comunicação em geral, sejam públicos ou privados, ou ainda a sua exposição por meio de fotografia ou filmagem, sem sua prévia autorização por escrito;

II – ter sua identidade alterada, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 9º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, podendo usufruir, de forma facilitada, de todas as medidas de proteção próprias da categoria, bem como todas as que forem colocadas à disposição de vítimas e de testemunhas participantes de programas especiais de proteção;

III – ter identidade fictícia em razão de suas atribuições, incluindo registro geral, cadastro de pessoa física, passaporte e carteira de habilitação, entre outros documentos entendidos como necessários para preservar a identidade de servidor, para fins de preservação de sua vida e integridade física, dada a necessidade de proteção e sigilo da sua vinculação à Atividade de Inteligência de Estado.

Parágrafo único. No caso do inciso II do caput deste artigo, os processos de alteração de identidade de que trata esta Lei serão mantidos com adequado grau de sigilo e tramitados, com máxima prioridade, pelas instâncias competentes; sendo os eventuais descumprimentos objeto de apuração e responsabilização cabíveis - devendo as autoridades adotarem todas as providências necessárias para que os subordinados hierárquicos conheçam as normas e observem as medidas e procedimentos de segurança para o tratamento de tais informações. (N.R)”

\* CD 258778834700 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258778834700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



“Art. 13-A. A partir de 1º de janeiro de 2026, os cargos de que trata o inciso II do caput do art. 2º passam a ser de nível superior, tendo como requisito para ingresso o disposto no art. 13, inciso I e diploma de conclusão de ensino superior, em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido em edital.” (NR)

"Art. 21-A. O desenvolvimento dos servidores públicos federais da ABIN poderá prever mecanismos de aceleração, na forma do regulamento, observados os seguintes parâmetros:

I – consideração de critérios objetivos que atestem desempenho diferenciado; e

II - aceleração limitada a dois padrões durante toda a vida funcional do servidor, não podendo ocorrer de forma consecutiva e nem na mesma classe.

"Art. 21-B. Enquanto não forem publicados os atos a que se refere o art. 21-A, as progressões e as promoções dos ocupantes dos cargos constantes no art. 2º desta Lei, serão concedidas em observância às normas específicas." (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A ABIN tem por missão assessorar o Presidente da República em seu processo decisório estratégico, a partir da produção de conhecimentos sobre ameaças e oportunidades de interesse da sociedade e Estado brasileiros. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), como serviço de inteligência de um país democrático, possui como fundamentos tais objetivos e limites, todavia, ainda carece de marco regulatório expressivo e atualizado.

Em nome da segurança jurídica, estabelece-se a unificação das quatro carreiras da ABIN providas por concurso público, de que tratam os incisos I e II do art. 2º da Lei 11.776/2008, em apenas uma “Carreira de Inteligência de Estado”, composta de quatro cargos: Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência, Agente Técnico de Inteligência, cada um com suas respectivas atribuições, prerrogativas e responsabilidades. Todos esses cargos, mesmo os de suporte técnico especializado e de pesquisa e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258778834700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



desenvolvimento, são submetidos às mesmas rigorosas regras de preservação de dados sigilosos e contribuem, cada qual de sua forma particular, para as missões finalísticas da Agência. Tal proposta atende aos princípios de modernização da Administração preconizados nas mais recentes diretrizes de gestão de pessoas defendidas pelo governo federal, com vistas a promover a desburocratização e a eficiência administrativa.

A proteção de identidade é vital para o maior aproveitamento do efetivo, pois a alta exposição impossibilita a atuação em temas exclusivos desenvolvidos pela ABIN, como contraterrorismo e contraespionagem. Com atribuições de máxima importância, assim, suas ações geram riscos à integridade física e moral de seus integrantes, o que requer proteção especial à identificação civil dos que exercem a atividade de Inteligência.

O sigilo sobre a identificação dos servidores da ABIN é iniciado já no processo seletivo público, quando o candidato passa por diferentes fases do certame, nas quais, em momento algum, seu nome é publicizado, constando apenas um código alfanumérico que, a cada fase do certame, é alterado a fim de manter e resguardar o sigilo e identidade. Ao ser aprovado, um novo código alfanumérico é emitido e assim publicado no Diário Oficial da União, para que o futuro servidor possa saber de sua aprovação, e para que a sociedade possa acompanhar a lisura do processo, mantendo o mínimo de transparência do processo seletivo.

Apesar da atividade ser velada e de a regra ser a do não conhecimento coletivo da identidade dos servidores da ABIN, o vazamento da informação pode ocorrer. Quando um servidor precisa, por exemplo, registrar-se em um hotel de uma cidade de interior com o seu próprio RG, coloca em risco tanto a sua identidade, e até mesmo sua vida, quanto todo o plano de operação que, muitas vezes, leva meses para ser elaborado e aprovado dentro da ABIN. Esta emenda propõe, assim, garantias de preservação da identidade dos servidores da ABIN e proteção especial aos seus dados e qualificação.

Pleiteia-se a mudança do critério de seleção dos cargos de Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência de nível intermediário para nível superior, objetivando a sua adequação às atribuições efetivas e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258778834700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



\* C D 2 5 8 7 7 8 8 3 4 7 0 0 \*



responsabilidades avançadas desses profissionais, melhoria do processo seletivo e de projeto institucional, estancando a alarmante evasão desses cargos na ABIN. Propomos que, a partir de 1º de janeiro de 2026, o parâmetro escolaridade correspondente no concurso público seja majorado, a fim de melhor atender às necessidades institucionais de maior nível de complexidade e responsabilidade esperados desses profissionais. Esse pleito aponta para a necessária readequação à realidade funcional e à evolução da produção de Inteligência de caráter estratégico para o Estado.

Ressalta-se que essa proposta não caracteriza provimento derivado, ascensão ou acesso, transferência e aproveitamento no tocante aos atuais ocupantes dos referidos cargos, já que apenas se altera o requisito de ingresso nos cargos, sem que haja mudança na nomenclatura ou atribuições legais destes.

Os critérios de progressão são importantes para motivação e prestação de serviços de qualidade pelos servidores públicos. Por paralelismo aos demais cargos, a aceleração de progressão que consta na Medida Provisória nº 1286 para o SÍDEC é adicionada à lei de cargos e carreiras da ABIN. A regulamentação de critérios objetivos que atestem desempenho diferenciado incentivará o satisfatório desempenho dos servidores da ABIN.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258778834700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes



**MPV 1286  
00437**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Alteram-se os artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. O cargo de Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior, de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005,, os cargos de ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005 e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 , os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº

ExEdit  
\* C D 2 5 3 5 0 1 6 3 9 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**11.784, de 22 de setembro de 2008, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação , no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)**

**“§ 1º Os cargos a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no Anexo X .” (NR)**

**“§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos a que se refere o caput serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo XI ” (NR)**

**“§ 3º O cargo de Analista Técnico Administrativo da área de TI, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.” (NR)**

.....

**“Art. 30. São atribuições dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação , além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.” (NR)**

**“ Art. 31. A investidura nos cargos de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)**

**“§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30º.” (NR)**

**“Art. 32. Os ocupantes dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XII .” (NR)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



“ Art. 33. Não serão devidas aos titulares **dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)

“Parágrafo único. Ficam o **s cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação** automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)

**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei (NR)**

ANEXO X

**ESTRUTURA DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV

ExEdit  
\*CD253501639600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



	A	III
		II
		I
		V
		IV
		III
		II
		I

.....

ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

\*CD253501639600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, cargos de ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que	A	V	V	A
		IV	IV	
		III	III	
		II	II	
		I	I	

\*CD253501639600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



trata do art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970						

.....

ANEXO XII

SUBSÍDIO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

.....

Alteram-se os artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. O cargo de Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior, de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005,, os cargos de ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22

\*CD253501639600\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



de dezembro de 2005 e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 , os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação , no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)

“§ 1º Os cargos a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no **Anexo X** .” (NR)

“§ 2º Os atuais ocupantes **dos cargos a que se refere o caput** serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no **Anexo XI** ” (NR)

“§ 3º O cargo de Analista Técnico Administrativo da área de TI, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.” (NR)

.....

“Art. 30. São atribuições dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** , além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.” (NR)

“ Art. 31. A investidura **nos cargos** de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD253501639600\*  
ExEdit

“§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30º.” (NR)

“Art. 32. Os ocupantes dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XII .” (NR)

“ Art. 33. Não serão devidas aos titulares dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)

“Parágrafo único. Ficam os cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)

Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei (NR)

ANEXO X

ESTRUTURA DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C,	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V

ExEdit  
\*CD253501639600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

.....

ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 1º da Lei	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		

\*CD253501639600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, cargos de ANALISTA I - Área de		I	I		Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
	B	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

\*CD253501639600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Formação em Análise de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata do art. 1º da Lei n º 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970						

.....

ANEXO XII

SUBSÍDIO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

.....

		DE 2024				
	III	18.118,13			19.865,61	21.613,10
ESPECIAL	II	17.797,51			19.491,39	21.185,27
	I	17.483,74			19.124,82	20.765,90

ExEdit  
\*CD253501639600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



	VI	17.060,93			18.647,02	20.233,12
	V	16.763,43			18.298,02	19.832,60
C	IV	16.471,83			17.955,92	19.440,01
	III	16.187,13			17.621,16	19.055,20
	II	15.723,78			17.016,02	18.308,27
	I	15.276,91			16.433,76	17.590,61
	VI	14.731,88			15.749,17	16.766,46
	V	14.321,05			15.215,15	16.109,25
B	IV	13.924,84			14.701,32	15.477,79
	III	13.543,24			14.207,17	14.871,09
	II	13.175,20			13.731,69	14.288,17
	I	12.820,77			13.274,44	13.728,10
	V	12.387,25			12.736,08	13.084,91
	IV	12.061,29			12.316,65	12.572,01
A	III	11.746,93			11.913,07	12.079,21
	II	11.443,21			11.524,47	11.605,72
	I	11.150,80			11.150,80	11.150,80

		DE 2024				
	III	18.118,13			19.865,61	21.613,10
ESPECIAL	II	17.797,51			19.491,39	21.185,27
	I	17.483,74			19.124,82	20.765,90
	VI	17.060,93			18.647,02	20.233,12
	V	16.763,43			18.298,02	19.832,60
C	IV	16.471,83			17.955,92	19.440,01
	III	16.187,13			17.621,16	19.055,20
	II	15.723,78			17.016,02	18.308,27
	I	15.276,91			16.433,76	17.590,61
	VI	14.731,88			15.749,17	16.766,46

\*CD253501639600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





	V	14.321,05			15.215,15	16.109,25
B	IV	13.924,84			14.701,32	15.477,79
	III	13.543,24			14.207,17	14.871,09
	II	13.175,20			13.731,69	14.288,17
	I	12.820,77			13.274,44	13.728,10
	V	12.387,25			12.736,08	13.084,91
	IV	12.061,29			12.316,65	12.572,01
A	III	11.746,93			11.913,07	12.079,21
	II	11.443,21			11.524,47	11.605,72
	I	11.150,80			11.150,80	11.150,80

JUSTIFICAÇÃO

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

\*CD253501639600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro de 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

*Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).*

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9. Entende-se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*C D 2 5 3 5 0 1 6 3 9 6 0 0 \*  
ExEdit



*princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos* . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei n° 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto n° [491, de 9 de abril de 1992](#) , que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei n° 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei n° 2.347, de 23 de julho de 1987](#) , passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei n° 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto n° [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei n° 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de

ExEdit  
\*CD253501639600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) ;

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

**13.** A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.** A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento** ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

**15.** Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16.

Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17. Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD253501639600\*  
ExEdit



isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

\* Cargos de Nível Superior do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I, II e IV do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista Técnico-Administrativo, de nível superior (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Superior			Posição: maio/2023										
CLASSE	PADRÃO	VB	GDPGE			ATIVO			GDPGE			APOSENTADO	
			80 pts. 100 pts.			TOTAL (em R\$)			50 pts.			TOTAL (em R\$)	
			(*)			80 pts. 100 pts.			(**)			50 pts.	
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+D)	H=(A+E)	I	J=(A+G)	
ESPECIAL	II	4.113,38	4.492,00	5.615,00	8.605,38	9.726,38	2.807,50	6.920,88					
	I	4.001,34	4.410,40	5.513,00	8.411,74	9.514,34	2.756,50	6.757,84					
	I	3.892,36	4.331,20	5.414,00	8.223,56	9.306,36	2.707,00	6.599,36					
C	VI	3.778,99	4.172,00	5.215,00	7.950,99	8.993,99	2.607,50	6.386,49					
	V	3.676,07	4.098,40	5.123,00	7.774,47	8.799,07	2.561,50	6.237,57					
	IV	3.575,93	4.026,40	5.033,00	7.602,33	8.608,93	2.516,50	6.092,43					
	III	3.478,54	3.956,00	4.945,00	7.434,54	8.424,54	2.472,50	5.904,04					
	II	3.383,80	3.888,00	4.860,00	7.271,80	8.240,80	2.430,00	5.813,80					
	I	3.291,64	3.820,80	4.775,00	7.112,44	8.067,64	2.387,00	5.679,64					
B	VI	3.195,76	3.684,80	4.606,00	6.880,56	7.801,76	2.303,00	5.488,76					
	V	3.108,71	3.623,20	4.529,00	6.731,91	7.637,71	2.264,50	5.373,21					
	IV	3.024,04	3.562,40	4.453,00	6.586,44	7.477,04	2.226,50	5.250,54					
	III	2.941,67	3.503,20	4.379,00	6.444,87	7.320,67	2.189,50	5.131,17					
	II	2.861,54	3.444,80	4.306,00	6.306,34	7.167,54	2.153,00	5.014,54					
	I	2.783,61	3.388,00	4.235,00	6.171,61	7.018,61	2.117,50	4.901,11					
A	V	2.702,54	3.273,60	4.082,00	5.976,14	6.794,54	2.046,00	4.748,54					
	IV	2.628,93	3.220,80	4.026,00	5.849,73	6.654,93	2.013,00	4.641,93					
	III	2.557,31	3.169,60	3.962,00	5.726,91	6.519,31	1.981,00	4.538,31					
	II	2.487,66	3.118,40	3.898,00	5.606,06	6.385,66	1.949,00	4.436,66					
	I	2.419,90	3.068,80	3.836,00	5.488,70	6.255,90	1.918,00	4.337,90					

Elaborado Julho/2023: CGINF/DESIN/SGP/MGI - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Cíveis e dos Ex-Territórios Nº 83

Posição: essa informação refere-se ao mês/ano em que a tabela entrou em vigor

Essa Tabela não substitui os textos legais publicados em Diário Oficial da União (DOU)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**44. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA**

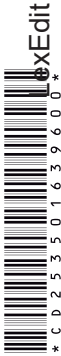
\* Cargos: **Nível Superior do Plano Especial de Cargos da Cultura**

No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009, inclusive a mesma que criou o cargo de ATI, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\* C D 2 5 3 5 0 1 6 3 9 6 0 0 \*

pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

***Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).***

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na

\*CD253501639600\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9. Entende-se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*C D 2 5 3 5 0 1 6 3 9 6 0 0 \*



*princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos* . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei n° 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto n° [491, de 9 de abril de 1992](#) , que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei n° 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei n° 2.347, de 23 de julho de 1987](#) , passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei n° 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto n° [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei n° 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) :

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

**13.** A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*C D 2 5 3 5 0 1 6 3 9 6 0 0 \*



TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.** A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento** ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

**15.** Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16.

Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17. Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD253501639600\*  
ExEdit



isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

\* Cargos de Nível Superior do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I, II e IV do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista Técnico-Administrativo, de nível superior (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Superior										Posição: maio/2023	
CLASSE	PADRÃO	VB	GDPGE			ATIVO		GDPGE	APOSENTADO	TOTAL (em R\$)	TOTAL (em R\$)
			80 pts.	100 pts.	(*)	TOTAL (em R\$)		50 pts. (**)			
						80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)				
ESPECIAL	II	4.113,38	4.492,00	5.615,00	8.605,38	9.728,38	2.807,50	6.920,88			
	I	4.001,34	4.410,40	5.513,00	8.411,74	9.514,34	2.756,50	6.757,84			
	I	3.892,36	4.331,20	5.414,00	8.223,56	9.306,36	2.707,00	6.599,36			
	VI	3.778,99	4.172,00	5.215,00	7.950,99	8.993,99	2.607,50	6.386,49			
	V	3.676,07	4.098,40	5.123,00	7.774,47	8.799,07	2.561,50	6.237,57			
C	IV	3.575,93	4.026,40	5.033,00	7.602,33	8.608,93	2.516,50	6.092,43			
	III	3.478,54	3.956,00	4.945,00	7.434,54	8.423,54	2.472,50	5.951,04			
	II	3.383,80	3.888,00	4.860,00	7.271,80	8.243,80	2.430,00	5.813,80			
	I	3.291,64	3.820,80	4.776,00	7.112,44	8.067,64	2.389,00	5.679,64			
	VI	3.195,76	3.684,80	4.606,00	6.880,56	7.801,76	2.303,00	5.488,76			
B	V	3.108,71	3.623,20	4.529,00	6.731,91	7.637,71	2.264,50	5.373,21			
	IV	3.024,04	3.562,40	4.453,00	6.586,44	7.477,04	2.226,50	5.250,54			
	III	2.941,67	3.503,20	4.379,00	6.444,87	7.320,67	2.189,50	5.131,17			
	II	2.861,54	3.444,80	4.306,00	6.306,34	7.167,54	2.153,00	5.014,54			
	I	2.783,61	3.388,00	4.235,00	6.171,61	7.018,61	2.117,50	4.901,11			
A	V	2.702,54	3.273,60	4.092,00	5.976,14	6.794,54	2.046,00	4.748,54			
	IV	2.628,93	3.220,80	4.026,00	5.849,73	6.654,93	2.013,00	4.641,93			
	III	2.557,31	3.169,60	3.962,00	5.726,91	6.519,31	1.981,00	4.538,31			
	II	2.487,66	3.118,40	3.898,00	5.606,06	6.385,66	1.949,00	4.436,66			
	I	2.419,90	3.068,80	3.836,00	5.488,70	6.255,90	1.918,00	4.337,90			

Elaborado Julho/2023: CGINF/DESIN/SGP/MGI - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Cíveis e dos Ex-Territórios Nº 83

Posição: essa informação refere-se ao mês/ano em que a tabela entrou em vigor

Essa Tabela não substitui os textos legais publicados em Diário Oficial da União (DOU)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



44. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

\* Cargos: Nível Superior do Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233/2005

Nível Superior

Posição: maio/2023

52. PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO

Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

\* Cargos: Nível Superior da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

Nível Superior		Posição: maio/2023					
CLASSE	PADRÃO	VB	GDPST		ATIVO		APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F
ESPECIAL	III	4.113,38	4.492,00	5.615,00	8.605,38	9.728,38	2.807,50
	II	4.001,34	4.408,80	5.511,00	8.410,14	9.512,34	2.755,50
	I	3.892,36	4.328,00	5.410,00	8.220,36	9.302,36	2.705,00
C	VI	3.778,99	4.176,80	5.221,00	7.955,79	8.999,99	2.610,50
	V	3.676,07	4.101,60	5.127,00	7.777,67	8.803,07	2.563,50
	IV	3.575,93	4.028,80	5.036,00	7.604,73	8.611,93	2.518,00
	III	3.478,54	3.956,80	4.946,00	7.435,34	8.424,54	2.473,00
	II	3.383,80	3.887,20	4.859,00	7.271,00	8.242,80	2.429,50
B	I	3.291,64	3.818,40	4.773,00	7.110,04	8.064,64	2.386,50
	VI	3.195,76	3.692,00	4.615,00	6.887,76	7.810,76	2.307,50
	V	3.108,71	3.627,20	4.534,00	6.735,91	7.642,71	2.267,00
	IV	3.024,04	3.564,80	4.456,00	6.588,84	7.480,04	2.228,00
	III	2.941,67	3.504,80	4.381,00	6.446,47	7.322,67	2.190,50
A	II	2.861,54	3.446,40	4.308,00	6.307,94	7.169,54	2.154,00
	I	2.783,61	3.387,20	4.234,00	6.170,81	7.017,61	2.117,00
	V	2.702,54	3.278,40	4.098,00	5.980,94	6.800,54	2.049,00
	IV	2.628,93	3.224,80	4.031,00	5.853,73	6.659,93	2.015,50
	III	2.557,31	3.172,00	3.965,00	5.729,31	6.522,31	1.982,50
	II	2.487,66	3.120,80	3.901,00	5.608,46	6.388,66	1.950,50
	I	2.419,90	3.069,60	3.837,00	5.489,50	6.256,90	1.918,50

Elaborado Julho/2023: CGINF/DESIN/SGP/MGI - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Cíveis e dos Ex-Territórios Nº 83  
Posição: essa informação refere-se ao mês/ano em que a tabela entrou em vigor  
Essa Tabela não substitui os textos legais publicados em Diário Oficial da União (DOU)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS -

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST		1	1					
ANALISTA DE			1					

\*CD253501639600\*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



SISTEMA D – PST								
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	429	2	4					
ANALISTA DE PROCES DE DADOS - PGPE	2	0	2					
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	7	0	0					
ANALISTA DE SISTEMAS III PECC	2	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC			1					
ANALISTA DE SISTEMAS PECC	3	4	1					
ANALISTA I - Área de Formação em Análise	2	0	0					

ExEdit  
\*CD253501639600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Sistemas B-V PECC <sup>2</sup>								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B-V PECC <sup>2</sup>	1	0	0					
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B-V PECC <sup>2</sup>	1	0	0[MB1]					
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http://painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								

[MB1]?

ExEdit  
\*CD253501639600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





**52. PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO****Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho**

\* Cargos: Nível Superior da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – inclusive a mesma que criou o cargo de ATI -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

Nível Superior		TOTAL (em R\$)				Posição maio/2023	
CLASSE	PADRÃO	V.B.	80 pts.	100 pts.	100 pts.	50 pts.	TOTAL (em R\$)
<b>ESPECIAL</b>							
II		4.113,38	4.492,00	5.615,00	8.605,38	9.728,38	6.920,88
II		4.096,34	4.408,80	5.511,00	8.410,14	9.512,34	6.756,84
VI		3.778,99	4.176,80	5.221,00	7.955,79	8.999,99	6.389,79
VI		3.624,07	4.001,60	5.127,00	7.777,67	8.803,07	6.239,57
II		3.478,54	3.956,80	4.946,00	7.435,34	8.423,54	5.951,54
II		3.803,80	3.997,20	4.859,00	7.271,00	8.242,80	5.813,30
VI		3.195,76	3.692,00	4.615,00	6.887,76	7.810,76	5.503,26
VI		3.109,71	3.627,20	4.534,00	6.735,91	7.642,71	5.375,71
II		2.941,67	3.504,80	4.381,00	6.446,47	7.322,67	5.132,17
II		2.861,54	3.449,40	4.308,00	6.307,94	7.169,54	5.015,54
V		2.702,54	3.278,40	4.098,00	5.980,94	6.800,54	4.751,54
IV		2.628,93	3.221,80	4.031,00	5.853,73	6.659,93	4.644,43
II		2.487,96	3.120,80	3.901,00	5.608,46	6.388,66	4.438,16
J		2.419,90	3.069,60	3.837,00	5.489,50	6.256,90	4.338,90

500  
 Posição: essa informação refere-se ao mês/ano em que a tabela entrou em vigor  
 Essa Tabela não substitui os textos legais publicados em Diário Oficial da União (DOU)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
 Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD253501639600\*

2. De igual forma, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, foram excluídos da Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, acentuando as disparidades na administração pública direta e indireta.

3. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

4. Ao contrário, a única proposta apresentada aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistemas e demais citados, foi a iniciação de um processo de extinção conforme resposta ao pedido de informação nº 039500011192016-24/MP que disse nos seguintes termos:

*“Em resposta à sua solicitação, informamos que alguns cargos relacionados à área de Tecnologia da Informação, como é o caso de cargos de Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, instituídos pelo Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, conforme Lei nº 5.645, de 10/12/1970, encontram-se em processo de extinção.”*

5. As extinções se concretizaram por meio dos decretos 9.262, de janeiro de 2018 e 10.185, de dezembro de 2019, e tal como previsto formam os alicerces financeiros para o provimento dos cargos de ATI, como demonstra o art. 82, 2º parágrafo da lei 11.907 de 2009, ocorrendo à medida



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



que surjam vacâncias, desconsiderando qualquer política de desenvolvimento profissional e caracterizando uma estagnação permanente aos ocupantes dos cargos de Analistas de Sistema(s) e demais supracitados.

6. Na Mesa Setorial de negociações, o Governo Federal atual se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei que estrutura a carreira desses profissionais. Além do envio do projeto, o Governo firmou o compromisso de reestruturar as remunerações dos servidores da carreira no mês de janeiro dos próximos três anos, de forma que, a partir de 2024, a estrutura remuneratória da carreira será transformada em subsídio. Ocorre que, os cargos de Analista de Sistemas e demais supramencionados não foram incluídos na reestruturação da carreira de Tecnologia da Informação. Ao se questionar a razão pela qual foram excluídos da reestruturação, foram informados que a inserção dos Analistas na nova carreira caracterizaria, supostamente, uma transposição de cargo público, hipótese reconhecida como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 43:

*“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”*

*Incorre em erro tal alegação, pois a característica desse instituto é a investidura sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, situação que não é aplicável ao presente caso, pois são servidores da mesma carreira. Ademais os analistas têm a mesma natureza de atividades, com compatibilidade de atribuições, mesmo nível de escolaridade e tabela de vencimentos do cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI).*

7. Sob esse prisma, o STF, [ADI 5.406, rel. min. Edson Fachin, j. 27-4-2020, P, DJE de 26-6-2020], já decidiu que a reestruturação de cargos, fundada em evolução legislativa de aproximação e na



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

\*CD253501639600\*  
eXedit



progressiva identificação de atribuições, não viola o princípio do concurso público quando:

*“(i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aquele no qual serão os servidores reenquadrados;*

*(ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público;*

*(iii) identidade remuneratória entre o cargo criado e aqueles extintos. “*

8. Frisa-se, portanto, que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

9. Entende-se totalmente constitucional e legal tal medida. A título de exemplo, cita-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.713-DF no bojo da qual se considerou constitucional a transformação dos cargos, mediante unificação de carreiras de idênticas atribuições:

*“Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Complementar nº 189, de 17 de janeiro de 2000, do Estado de Santa Catarina, que extinguiu os cargos e as carreiras de Fiscal de Tributos Estaduais, Fiscal de Mercadorias em Trânsito, Exator e Escrivão de Exatoria, e criou, em substituição, a de Auditor Fiscal da Receita Estadual. 3. Aproveitamento dos ocupantes dos cargos extintos nos recém-criados. 4. Ausência de violação ao*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



*princípio constitucional da exigência de concurso público, haja vista a similitude das atribuições desempenhadas pelos ocupantes dos cargos extintos* . 5. Precedentes: ADI 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ de 16.6.2000; ADI 2713, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 7.3.2003. 6. Ação julgada improcedente”

10. Ademais, complementa-se com um caso idêntico pós Constituição Federal de 1988, aplicados pela Lei n° 8.270, de 17 de dezembro de 1991 e Decreto n° [491, de 9 de abril de 1992](#) , que reorganizou a Carreira de Planejamento e Orçamento transformando cargos similares, inclusive cargos antigos à época dos anos 70's, na categoria do cargo Analista de Planejamento e Orçamento.

**Lei n° 8.270, de 17 de dezembro de 1991**

Art. 10. A carreira criada pelo [Decreto-Lei n° 2.347, de 23 de julho de 1987](#) , passa a denominar-se Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de Técnico de Planejamento e Orçamento, de nível médio. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º São incluídos na categoria de Analista de Planejamento e Orçamento, mediante transformação dos respectivos cargos, os servidores ocupantes de cargos efetivos:

I - da categoria de Analista de Orçamento;

II - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

III - de Técnico de Planejamento do Grupo Planejamento, criado na conformidade da [Lei n° 5.645, de 1970](#);

...

**Decreto n° [491, de 9 de abril de 1992](#)**

Art. 1º A transformação dos cargos efetivos ocupados pelos servidores de que trata o [art. 10 da Lei n° 8.270, de 17 de dezembro de 1991](#) , far-se-á nos termos deste Decreto.

Art. 2º São transformados para a Carreira de Planejamento e Orçamento, constituída das categorias de Analista de Planejamento e Orçamento, de nível superior, e de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Técnico de Planejamento e Orçamento de nível médio, os cargos efetivos na forma abaixo especificada:

I - para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento:

a) os cargos da categoria de Analista de Orçamento;

b) os cargos efetivos de nível superior, ocupados por servidores do quadro permanente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

c) os cargos efetivos, ocupados pelos servidores integrantes da categoria funcional de Técnico de Planejamento, P-1501, do Grupo Planejamento, P-1500, criado pelo [Decreto nº 75.461, de 7 de março de 1975](#) :

...

**11.** Arrematando o assunto, conforme demonstrado, a situação jurídica na inserção dos Analistas na nova carreira não seria de transposição de cargos, e de consequente inconstitucionalidade, pois o STF tem entendimento reiterado de que a reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o postulado do concurso público.

**12.** Os Analistas têm lutado para que não sejam invisibilizados, ao passo que se observa que servidores lotados no MGI têm tido uma abertura maior de diálogo com o Governo, pois embora esteja patente a completa identidade substancial entre os cargos, que pertencem ao mesmo plano de cargos, têm idênticas atribuições e compartilham a mesma tabela vencimentos que os ATI's, foram excluídos da reestruturação de remunerações, e dos demais benefícios firmados no acordo realizada na Mesa Setorial, que se concretizou neste Projeto de Lei recentemente enviado pelo Governo Federal.

**13.** A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

**14.** A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento** ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas** em andamento a serem iniciadas; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas** ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

**15.** Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

16.

Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

*Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.*

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





*IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)*

*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

*Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:*

*...*

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

17. Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

I. Diante de todo exposto, propõe-se a esta casa legislativa a presente consideração e proposta de emenda em anexo, de forma a equiparar para fins de reestruturação em carreira detentores de cargos que exercem atividades de mesma qualificação e especialização estabelecendo



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD253501639600\*  
ExEdit



isonomia e impessoalidade presente no referida Proposta de Projeto de Lei, no que tange ao capítulo da Carreira de Tecnologia da Informação.

II. ANEXO I – DA REMUNERAÇÃO

Não há qualquer distinção de remuneração entre o cargo de ATI e os demais cargos mencionados. Ademais, atualmente o cargo de ATI compartilha a mesma tabela de remuneração que os cargos de: Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, como demonstra a tabela de remuneração do PGPE abaixo:

\* Cargos de Nível Superior do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I, II e IV do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista Técnico-Administrativo, de nível superior (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Superior			Posição: maio/2023									
CLASSE	PADRÃO	VB	GDPGE			ATIVO		GDPGE	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	(*)	TOTAL (em R\$)			50 pts.	TOTAL (em R\$)		
			A	B		C	D=(A+B)		E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	II	4.113,38	4.492,00	5.615,00		8.605,38	9.728,38	2.807,50		6.920,88		
	I	4.001,34	4.410,40	5.513,00		8.411,74	9.514,34	2.756,50		6.757,84		
	I	3.892,36	4.331,20	5.414,00		8.223,56	9.306,36	2.707,00		6.599,36		
C	VI	3.778,99	4.172,00	5.215,00		7.950,99	8.993,99	2.607,50		6.386,49		
	V	3.676,07	4.098,40	5.123,00		7.774,47	8.799,07	2.561,50		6.237,57		
	IV	3.575,93	4.026,40	5.033,00		7.602,33	8.608,93	2.516,50		6.092,43		
	III	3.478,54	3.956,00	4.945,00		7.434,54	8.423,54	2.472,50		5.951,04		
	II	3.383,80	3.888,00	4.860,00		7.271,80	8.240,80	2.430,00		5.813,80		
	I	3.291,64	3.820,80	4.776,00		7.112,44	8.067,64	2.389,00		5.679,64		
B	VI	3.195,76	3.684,80	4.606,00		6.880,56	7.801,76	2.303,00		5.488,76		
	V	3.108,71	3.623,20	4.529,00		6.731,91	7.637,71	2.264,50		5.373,21		
	IV	3.024,04	3.562,40	4.453,00		6.586,44	7.477,04	2.226,50		5.250,54		
	III	2.941,67	3.503,20	4.379,00		6.444,87	7.320,67	2.189,50		5.131,17		
	II	2.861,54	3.444,80	4.306,00		6.306,34	7.167,54	2.153,00		5.014,54		
	I	2.783,61	3.388,00	4.235,00		6.171,61	7.018,61	2.117,50		4.901,11		
A	V	2.702,54	3.273,60	4.092,00		5.976,14	6.794,54	2.046,00		4.748,54		
	IV	2.628,93	3.220,80	4.026,00		5.849,73	6.654,93	2.013,00		4.641,93		
	III	2.557,31	3.169,60	3.962,00		5.726,91	6.519,31	1.981,00		4.538,31		
	II	2.487,66	3.118,40	3.898,00		5.606,06	6.385,66	1.949,00		4.436,66		
	I	2.419,90	3.068,80	3.836,00		5.488,70	6.255,90	1.918,00		4.337,90		

Elaborado Julho/2023: CGINF/DESIN/SGP/MGI - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Cíveis e dos Ex-Territórios Nº 83  
Posição: essa informação refere-se ao mês/ano em que a tabela entrou em vigor  
Essa Tabela não substitui os textos legais publicados em Diário Oficial da União (DOU)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



44. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

\* Cargos: Nível Superior do Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233/2005

Nível Superior

Posição: maio/2023

52. PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO

Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

\* Cargos: Nível Superior da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

Nível Superior		Posição: maio/2023					
CLASSE	PADRÃO	VB	GDPST		ATIVO		APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F
ESPECIAL	III	4.113,38	4.492,00	5.615,00	8.605,38	9.728,38	2.807,50
	II	4.001,34	4.408,80	5.511,00	8.410,14	9.512,34	2.755,50
	I	3.892,36	4.328,00	5.410,00	8.220,36	9.302,36	2.705,00
C	VI	3.778,99	4.176,80	5.221,00	7.955,79	8.999,99	2.610,50
	V	3.676,07	4.101,60	5.127,00	7.777,67	8.803,07	2.563,50
	IV	3.575,93	4.028,80	5.036,00	7.604,73	8.611,93	2.518,00
	III	3.478,54	3.956,80	4.946,00	7.435,34	8.424,54	2.473,00
	II	3.383,80	3.887,20	4.859,00	7.271,00	8.242,80	2.429,50
	I	3.291,64	3.818,40	4.773,00	7.110,04	8.064,64	2.386,50
B	VI	3.195,76	3.692,00	4.615,00	6.887,76	7.810,76	2.307,50
	V	3.108,71	3.627,20	4.534,00	6.735,91	7.642,71	2.267,00
	IV	3.024,04	3.564,80	4.456,00	6.588,84	7.480,04	2.228,00
	III	2.941,67	3.504,80	4.381,00	6.446,47	7.322,67	2.190,50
	II	2.861,54	3.446,40	4.308,00	6.307,94	7.169,54	2.154,00
	I	2.783,61	3.387,20	4.234,00	6.170,81	7.017,61	2.117,00
A	V	2.702,54	3.278,40	4.098,00	5.980,94	6.800,54	2.049,00
	IV	2.628,93	3.224,80	4.031,00	5.853,73	6.659,93	2.015,50
	III	2.557,31	3.172,00	3.965,00	5.729,31	6.522,31	1.982,50
	II	2.487,66	3.120,80	3.901,00	5.608,46	6.388,66	1.950,50
	I	2.419,90	3.069,60	3.837,00	5.489,50	6.256,90	1.918,50

Elaborado Julho/2023: CGINF/DESIN/SGP/MGI - Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Cíveis e dos Ex-Territórios Nº 83  
Posição: essa informação refere-se ao mês/ano em que a tabela entrou em vigor  
Essa Tabela não substitui os textos legais publicados em Diário Oficial da União (DOU)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS -

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST		1	1					
ANALISTA DE			1					

\*CD253501639600\*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



SISTEMA D – PST								
ANALISTA DE SUPOORTE - PGPE	0	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO - PGPE	429	2	4					
ANALISTA DE PROCES DE DADOS - PGPE	2	0	2					
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI – PGPE	7	0	0					
ANALISTA DE SISTEMAS III PECC	2	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC			1					
ANALISTA DE SISTEMAS PECC	3	4	1					
ANALISTA I - Área de Formação em Análise	2	0	0					

\*CD253501639600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Sistemas B-V PECC <sup>2</sup>								
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B-V PECC <sup>2</sup>	1	0	0					
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B-V PECC <sup>2</sup>	1	0	0[MB1]					
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http://painel.pep.planejamento.gov.br/</a>								
-								

[MB1]?

III. ANEXO II - QUANTITATIVO DE CARGOS -

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES  
VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUANTITATIVO DE CARGOS, NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES				
---	--	--	--	--

ExEdit  
\*CD253501639600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



VOLTADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO								
CARGO	QUANTITATIVO DE CARGOS							
	ATIVOS	APOSENTADOS	PROSSIONISTAS					
ANALISTA DE SISTEMA - PGPE	73	151	26					
ANALISTA DE SISTEMAS/ SUDENE - PGPE		1	2					
ANALISTA DE SISTEMAS - PCC	6	16	1					
ANALISTA DE SISTEMAS - PST	32	130	38					
ANALISTA DE SISTEMA B - PST	1	2						
ANALISTA DE SISTEMA C - PST		1	1					
ANALISTA DE SISTEMA D - PST			1					
ANALISTA DE SUPORTE - PGPE	0	0	2					
ANALISTA EM TECNOLOGIA	429	2	4					

ExEdit  
\*CD253501639600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



DA INFORMAÇÃO - PGPE								
ANALISTA DE PROCESSOS DE DADOS - PGPE	2	0	2					
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ÁREA DE TI - PGPE	7	0	0					
ANALISTA DE SISTEMAS III PECC	2	2						
ANALISTA DE SISTEMAS IV PECC			1					
ANALISTA DE SISTEMAS PECC	3	4	1					
ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	2	0	0					
ANALISTA I - Área de Formação em Análise	1	0	0					

ExEdit  
\*CD253501639600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>								
ANALISTA 1 I - Área de Formação em Análise de Sistemas B- V PECC <sup>2</sup>	0	0	[MB1]					
TOTAL	559	309	79					
Fonte: <a href="http://painel.pep.planejamento.gov.br/">http:// painel.pep.planejamento.gov.br/</a> -								

[MB1]?

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Deputada Erika Kokay  
(PT - DF)

\*CD253501639600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253501639600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286  
00438**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se os arts. 6º, 13, 15, 21, 25, 27, 30, 36, 39, 41, 43, 50, 52, 59, 69, 73, 61 especificamente quanto às alterações no art. 99 da [Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008](#), 76 no que se refere às alterações no art. 149 -A da [Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006](#), art. 78, no que se refere às mudanças do art. 17-A, 78 especificamente quanto às mudanças efetuadas no art. 17-A da [Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998](#), 81 no que se refere às alterações no art. 42 da [Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008](#), 86, 88, 90, especificamente quanto às mudanças efetuadas no art. 50 da [Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009](#), 93 especificamente quanto às alterações no art. 13 da [Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004](#), 96 no que se refere ao art. 31-0 da [Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006](#), 108 no que se refere às mudanças do art. 37 da [Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009](#), 111 no que se refere às mudanças do art.21 da [Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005](#), 114 no que se refere às alterações no art.22, especificamente quanto às alterações no art. 9º da [Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002](#), 122 especificamente quanto às alterações no art. 16 da [Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004](#), 127 especificamente quanto às alterações no 48-M, 129 que se refere às mudanças no art. 62-F da [Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006](#), 134 quanto às alterações realizadas no art. 18 da [Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007](#), 141 especificamente quanto às alterações no art. 202 da [Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009](#); 147 em relação às alterações no art. 149 da [Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006](#).



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252431545200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 252431545200 \*  
ExEdit



## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da emenda é a supressão das aplicações diretas da [Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003](#), e a [Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005](#) e [Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019](#) nas incorporações de todas as gratificações previstas no texto da Medida Provisória, como GDTAF, GDAC, GDPGPE, GDAFAZ, GDATUR, GDSUFRAMA, GDATA, GDExt, GDATPF, GDATPRF, GDPST, GDASST, GACEN, GDASUS, GDASUSEP, GDECVM, GDASCVM, GDAHFA, GDASA, GDIBGE, GDATEM, GDAIN, GDACABIN, GDAEM, GDAMB, GTEMA, GDAPMP, GDPCAR, GDCPREVIC, GDIT, GDAPEC, GDARA, GDAPA, GDASS, GDPFNDE, GDINEP, GDAIE, GDAPIB, dentre outras, mantendo-se apenas os critérios já existentes nas leis instituidoras.

A Medida Provisória aplica às gratificações disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2004, que substituiu o regime de aposentadoria integral pelo regime de aposentadoria proporcional; da [Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005](#), que estabelece regras de transição para o direito à paridade e à integralidade aos servidores que ingressaram no serviço público antes da EC nº 41/2003, mas se aposentaram após essa emenda, e da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103 de 13 de novembro de 2019).

O objetivo da emenda é que haja expressa revogação de disposições trazidas por essas reformas, que prejudicam o recebimento das referidas gratificações com integralidade e paridade.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252431545200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 252431545200 \*  
ExEdit



São essas, portanto, as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252431545200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 252431545200 \*  
eXEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD252431545200\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252431545200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00439**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 1º-B da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, como proposto pelo art. 116 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º-B.** Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Territorial, composta dos cargos efetivos de Perito Federal Territorial, de nível superior, com atribuições voltadas para o planejamento, a coordenação, a orientação, a implementação, o acompanhamento e a fiscalização de atividades inerentes à ocupação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O texto que se pretende modificar promove alterações não acordadas na Mesa Específica e Temporária INCRA, e no Termo de Acordo nº 27, celebrado entre o MGI e a Condsef - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, para os servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei 11090/2005.

**As alterações promovidas pelo artigo Art. 1º-B do Art. 116 desta MP 1.286/2024, incorporam à Carreira de Perito Federal Agrário e/ou Territorial, atribuições que já se encontram atribuídas à Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, criada**

ExEdit  
\*CD258024390100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258024390100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



pela Lei 11.090/2005, tal como descritas em seu Art.1º, parágrafo 1º, e reproduzidos abaixo:

*Art. 1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Técnico Administrativo, integrantes do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.*

*§ 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo terão as seguintes atribuições:*

*I - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário: planejamento, coordenação, acompanhamento e execução de atividades relativas ao **ordenamento territorial e reforma agrária** e, mais especificamente:*

*a) o gerenciamento das **ações de ordenamento territorial** e reforma agrária;*

*b) a articulação interinstitucional e integração das políticas de **ordenamento territorial** e da reforma agrária às demais políticas públicas;*

*c) a administração e a fiscalização do **cadastro de imóveis rurais** ;*

*d) a sistematização de informações relativas à **ocupação, utilização, zoneamento agrário e socioeconômico do meio rural** ;*

*e) a implementação de projetos relativos à **discriminação, arrecadação, regularização e destinação de terras públicas;***



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258024390100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



f) o georreferenciamento, a medição e a demarcação de imóveis rurais; e

g) a implantação, desenvolvimento, recuperação e consolidação de projetos de reforma agrária, colonização e demais modalidades de assentamento;

II - Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário: execução de suporte técnico às atividades relativas ao ordenamento da estrutura fundiária e da reforma agrária e, mais especificamente:

a) manutenção e atualização dos sistemas finalísticos;

b) coleta, sistematização e manutenção de dados e informações necessárias ao planejamento, acompanhamento e execução das **ações de ordenamento territorial e da reforma agrária** ;

c) apoio técnico às ações de fiscalização, vistoria, avaliação, georreferenciamento, medição e demarcação de imóveis rurais;

d) geoprocessamento de informações e elaboração de mapas temáticos;

e) identificação e classificação de beneficiários da reforma agrária;

f) apoio técnico às ações de implantação de infraestrutura básica, concessão de assistência técnica e articulação dos beneficiários da reforma agrária com instituições públicas e privadas; e

g) concessão e acompanhamento da aplicação dos créditos da reforma agrária;

\*CD258024390100\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258024390100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





Essas alterações, flagrantemente inconstitucionais, se confirmadas no Plenário da Câmara dos Deputados, provocarão as seguintes consequências:

1- **Duplicidade de atribuições** em duas carreiras distintas, em um mesmo órgão da administração pública federal (INCRA);

Equivalência da Atribuições entre as duas carreiras	
Perito Federal Territorial	Reforma e Desenvolvimento Agrário
Governança Territorial	Ordenamento Territorial
Governança Fundiária	Cadastro de Imóveis Rurais
Governança Patrimonial	Regularização Fundiária de Terras Federais
Ocupação/Uso do Solo	Ocupação/ Utilização / Zoneamento Agrário

2- Criação de uma **nova carreira** – Perito Federal Territorial - **e não a transformação** de uma carreira existente – Perito Federal Agrário - na medida em que **acrescenta novas atribuições** àquelas já existentes;

3- **Ingresso** dos Engenheiros Agrônomos nesta nova carreira – Perito Federal Territorial – **sem concurso público**, uma vez que as novas atribuições não faziam parte do Edital que disciplinou o ingresso dos Peritos Federais Agrários nos concursos de admissão anteriores.

Diante dos vícios que promovem subversão da lógica constitucional de admissão no serviço público e sobreposição de atribuições entre carreiras, pedimos apoio ao texto da emenda.

\*CD258024390100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258024390100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258024390100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*CD258024390100\*  
eXEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD258024390100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258024390100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00440**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se o art. 10 da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, como proposto pelo art. 114 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

As alterações efetuadas no artigo 10 e 11 da **Lei 11.090/2005** trazem maior rigor nos critérios de promoção e dificultam a ascensão para a Classe Especial dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Importante considerar que tais alterações não foram pactuadas entre a categoria, a CONDSEF - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e o MGI, quando da assinatura do Acordo Salarial no ano de 2024. Ressalte-se que a supressão não acarretará qualquer prejuízo ou aumento de despesas, uma vez que suprimido este texto da MP 1.286/2024 continuarão valendo as regras atuais de progressão da carreira, conforme previstas na Lei 11.090/2005.

Ademais, o novo texto cria disparidade entre o desenvolvimento funcional de carreiras do mesmo órgão. Pois, enquanto o texto a ser suprimido traz maior rigor aos critérios de promoção dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, as alterações do artigo 3º e parágrafos 1º e 2º, todos da **Lei 10.550/2002**, disciplinadas no artigo 116 da MP, que regula a promoção para os servidores da Carreira de Perito Federal Territorial, foram arremetidos para uma regulamentação posterior. Não há qualquer justificativa técnica/administrativa para que se adote um



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252725933700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\*C D 2 5 2 7 2 5 9 3 3 7 0 0 \*

entendimento **distinto e discriminatório** no tratamento deste tema – desenvolvimento funcional – nas duas carreiras da mesma instituição pública federal.

Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252725933700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 252725933700 \*  
LexEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\* CD 252725933700 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252725933700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00441**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprimam-se o inciso I, parcialmente, do art. 1º e os arts. 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191 e 192 (Capítulos LXXI e LXXII), todos da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º Esta Medida Provisória:

I – Suprimir parcialmente; devendo ficar somente a “Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários”;

II - altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal;

III - altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal;

IV - reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras;

V - padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho;

VI - altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec; 2

VII - transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança; e

VIII - altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar” (NR).



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254155674900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



CAPÍTULO LXXI DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO – Suprimido.

CAPÍTULO LXXII DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA E DEFESA - Suprimido.

### JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.286/2024 apresenta os resultados de 38 (trinta e oito) acordos firmados pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) nas Mesas de Negociação com carreiras civis do funcionalismo federal. A reestruturação da remuneração das carreiras é o principal tema da MP, além da disposição de novos mecanismos para avaliação de desempenho e progressão.

No entanto, a MP apresenta, também, a criação de duas carreiras: a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico e a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa. No entanto, as duas Carreiras previstas na Medida Provisória possuem atribuições muito semelhantes à Carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais, prevista na Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, e com estruturação bem definida pelo próprio MGI. A primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) previu o preenchimento de 500 (quinhentas) vagas de ATPS. Atualmente, a carreira possui 733 servidores ativos e 2827 cargos vagos, segundo dados do próprio MGI, havendo urgente necessidade de recomposição de seus quadros. Em 2024, no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), com 500 vagas autorizadas e formação de Cadastro de Reserva. Segundo o edital do concurso, o Ministério da Gestão e Inovação e Serviços públicos indicou 360

\*CD254155674900\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254155674900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras





(trezentos e sessenta) vagas de ATPS a serem ocupadas com o CPNU; o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 40 (quarenta vagas); o Ministério da Educação, 70 (setenta) vagas; o Ministério da Justiça e Segurança Pública, 30 (trinta) vagas.

Para uma melhor visualização, segue um quadro comparativo das atribuições das três carreiras:

Atribuições de Analistas Técnicos de Políticas Sociais	Atribuições de Analistas de Desenvolvimento Socioeconômico	Atribuições de Analistas Técnicos de Justiça e Defesa
Art. 3 <sup>o</sup> São atribuições do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais: I - executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de saúde, previdência, <b>emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano</b> , segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, <b>cidadania, direitos humanos</b> , igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas que não sejam privativas de outras carreiras ou cargos isolados, no âmbito do Poder Executivo federal; <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 14.875, de 2024)</a>	Art. 175. São atribuições do cargo de ATDS, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal: I - executar atividades de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de desenvolvimento socioeconômico; II - executar atividades de assistência técnica no planejamento, na implementação, na análise e na avaliação de políticas públicas que contribuam para o <b>desenvolvimento regional e territorial sustentável, seja agrário ou urbano</b> ; III - analisar a viabilidade econômica de projetos de investimento e de desenvolvimento sustentável;	Art. 185. São atribuições do cargo de ATJD, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal: I - executar atividades de assistência técnica no planejamento, na coordenação, na implementação e na supervisão de projetos e programas inerentes às áreas de <b>justiça</b> , defesa nacional e <b>segurança</b> ; II - proceder à <b>análise e à avaliação de dados</b> que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das políticas de justiça, defesa nacional e segurança; III - subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e

\* C D 2 5 4 1 5 5 6 7 4 9 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254155674900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



II - verificar, acompanhar e supervisionar os processos inerentes ao Sistema Único de Saúde, ao Sistema Único de Assistência Social e aos demais programas sociais do governo federal objeto de execução descentralizada;

III - identificar situações em desacordo com os padrões estabelecidos em normas e na legislação específica de atenção a saúde, previdência, **emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano**, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas que não sejam privativas de outras carreiras ou cargos isolados, no âmbito do Poder Executivo federal, e proporcionar ações orientadoras e corretivas, de forma a promover a melhoria dos processos e a redução dos custos; ([Redação dada pela Lei nº 14.875, de 2024](#))

IV - aferir os resultados da assistência a saúde, previdência, emprego e

IV - **analisar e avaliar dados socioeconômicos** que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das políticas de indústria, micro e pequenas empresas, comércio, serviços, comércio exterior, agricultura, infraestrutura, inovação e demais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do País;

V - subsidiar a supervisão, o planejamento, a coordenação, o monitoramento e a avaliação das empresas estatais; e

VI - subsidiar a definição de estratégias de execução das atividades de controle, monitoramento e avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico.

avaliação das políticas de justiça, defesa nacional e segurança;

IV - promover e subsidiar os processos, os projetos e os programas finalísticos inerentes à estratégia nacional de defesa, à indústria da defesa, às políticas de ciência, tecnologia e inovação de defesa e aos demais programas do Governo federal para a defesa nacional;

V - **promover e subsidiar as políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública**, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos **direitos do consumidor**, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional, de direitos digitais e demais programas do Governo federal para a justiça e a segurança; e

VI - promover e subsidiar o planejamento e a coordenação das atividades de segurança da informação e das comunicações, incluídos a cibersegurança, a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do

\*CD254155674900\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254155674900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



<p>renda, <b>segurança pública</b>, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, <b>direitos humanos</b>, igualdade racial e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, à pessoa idosa e aos povos indígenas, considerando os planos e os objetivos definidos no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Assistência Social e nas demais políticas sociais; <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 14.875, de 2024)</a></p> <p>V - proceder à <b>análise e avaliação dos dados</b> obtidos, gerando informações que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das ações e políticas sociais;</p> <p>VI - apoiar e subsidiar as atividades de controle e de auditoria; e</p> <p>VII - colaborar na definição de estratégias de execução das atividades de controle e avaliação, sob o aspecto da melhoria contínua e aperfeiçoamento das políticas sociais.</p>	<p>Governo federal para a segurança institucional.</p>
---	--

Os itens sinalizados na tabela indicam o caráter idêntico das carreiras. Considerando-se a transversalidade da carreira de Analista

exEdit  
\*CD254155674900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254155674900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Técnico de Políticas Sociais, a criação das carreiras de Desenvolvimento Socioeconômico e de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa viola o princípio da eficiência da Administração Pública, na medida em que uma carreira já criada por lei, com estrutura bem consolidada e concurso público já realizado, já tem previsão legal para o exercício de atribuições idênticas ou muito semelhantes.

A portaria MGI nº 5.127, de 13 de agosto de 2024, definiu “diretrizes e critérios a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Pessoal Civil de Administração Federal – SIPEC, na elaboração de propostas de criação, racionalização, reestruturação de planos, carreiras e cargos, bem como ampliação do quantitativo de cargos efetivos”. O ato normativo indica, no art. 6º:

Art. 6º A definição das atribuições e dos requisitos de ingresso no cargo observará os seguintes parâmetros:

I - atribuições preferencialmente abrangentes, que possibilitem a adequação da força de trabalho às necessidades da administração pública federal, ao longo do tempo, em diferentes órgãos e entidades;

II - cargos estruturados preferencialmente de acordo com as atividades a serem desempenhadas, e não com exercício exclusivo em determinado órgão ou entidade; e

III - cargos classificados em especialidades quando for necessária formação especializada ou domínio de habilidades específicas, mediante critérios objetivos e considerando o interesse da administração pública federal.

\*CD254155674900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254155674900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**Parágrafo único. Não devem ser encaminhadas propostas de criação de cargos efetivos com atribuições que sejam:**

**I - idênticas ou similares às de cargos existentes;**

**II - temporárias ou com tendência a se tornarem obsoletas; ou**

**III - de menor complexidade.**

O MGI, no desenho das carreiras mencionadas na Medida Provisória, descumpriu suas próprias diretrizes.

Diante da necessidade de assegurar a coerência das políticas públicas com os princípios da inovação na gestão pública e da racionalização de recursos humanos e financeiros, propõe-se a presente emenda para aprimorar as disposições da Medida Provisória em análise. A proposta visa garantir maior eficiência na gestão das carreiras federais, promovendo um melhor aproveitamento dos quadros existentes e evitando sobreposições desnecessárias. Assim, sugere-se a supressão da previsão de criação das novas carreiras mencionadas na Medida Provisória, de forma a evitar redundâncias e otimizar a alocação de recursos públicos. Dadas as semelhanças expostas, entende-se, portanto, que tais funções já estão incorporadas ao cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais.

Desta forma e pela relevância do tema, esperamos contar com o apoio para a aprovação da presente emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254155674900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Prof. Reginaldo Veras**  
**(PV - DF)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254155674900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



\* CD 254155674900 \*  
eXEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD254155674900\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254155674900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Prof. Reginaldo Veras



**MPV 1286  
00442**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, Art. 10-B, § 3º, Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

§ 3º Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o **cargo ocupado ou com o ambiente organizacional**, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A.

**JUSTIFICAÇÃO**

O ambiente organizacional está conceituado na Lei da carreira PCCTAE (Lei 11.091/2005) como a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal. Este conceito, quando assumido pelo Legislador teve por objetivo ampliar o escopo dos elementos de desenvolvimento dos servidores, conforme as necessidades institucionais e a diversidade de fazeres nas Instituições Federais de Ensino.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259815465600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção





A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259815465600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



**MPV 1286  
00443**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131,  
alterando o § 8º do Art. 10, a Lei 11091/2005, com a seguinte redação:

”Art.

10.....

.....

.....

§ 8º O ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição.

**JUSTIFICAÇÃO**

É necessário um tratamento isonômico entre os servidores docentes e técnico-administrativos em educação, conforme o previsto para os docentes na Lei 12.772/2012, considerando que é papel dos trabalhadores das Instituições Federais de Ensino contribuir para o



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259498539800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão, inovação, gestão e assistência especializada nas Instituições Federais de Ensino.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259498539800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



**MPV 1286**  
**00444**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 145-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 145-1.** A Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 4º-E.** .....  
.....

**IV** – gratificações por exercício de atividade em local de risco, observado o disposto no §3º deste artigo;

**V** – a gratificação para todos os cargos será no valor de R\$ 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais);

**VI** – a percepção da referida gratificação impede o recebimento cumulativo com outros adicionais, gratificações e verbas indenizatórias previstas em Lei, cujo objeto seja o mesmo da Gratificação por Exercício de Atividade em Local de Risco instituída por esta Lei.

.....  
**§ 2º** .....

**§ 3º** Os valores referentes à gratificação de que trata o inciso IV do caput deste artigo serão integrados à remuneração dos servidores de que trata esta Lei, a partir da entrada em vigor desta lei.’ (NR)

‘**Art. 4º-H.** Fica instituído Indenização de Incentivo à Qualificação – AIQ, concedido aos titulares de cargos de provimento efetivo aos integrantes do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal da Polícia Federal, de que trata a Lei 10.683 de 28 de maio de 2003, portadores de títulos, diplomas ou certificados de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259943261600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



conclusão de cursos de capacitação, graduação e pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, em instituições de ensino credenciadas ou reconhecidas pelo Ministério da Educação, desde que acima da escolaridade exigida para ingresso por concurso público, que incidirá sobre a maior remuneração do respectivo cargo, da seguinte forma:

**I** – 40% (quarenta por cento), em se tratando de título de Mestre e/ou Doutor;

**II** – 30% (trinta por cento), em curso de especialização em nível de pós-graduação “*Lato Sensu*”, com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas; **III** – 20% (vinte por cento) em caso de diploma de curso de graduação superior ou habilitação legal equivalente;

**III** – 20% (vinte por cento) em caso de diploma de curso de graduação superior ou habilitação legal equivalente;

**IV** – 15% (quinze por cento), na conclusão de curso de ensino médio ou habilitação técnica específica equivalente, exclusivamente para servidor ocupante de cargo efetivo de nível auxiliar; e

**V** – 10% (dez por cento) ao servidor que possuir conjunto de ações de capacitação correlatas com as atribuições exercidas, que totalize pelo menos 120 (cento e vinte) horas.

§ 1º Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente mais de um percentual dentre os previstos nos incisos I a IV deste artigo.

§ 2º Os percentuais relativos às ações de capacitação previstas no inciso V deste artigo terão efeito financeiro pelo prazo de 4 (quatro) anos podendo ser acumulados com um dos adicionais previstos nos itens de I a IV deste artigo.

§ 3º A indenização de incentivo a qualificação será devido a partir da data de apresentação do título, diploma ou certificado, desde que tenha sido obtido anteriormente à data da inativação.

§ 4º As demais considerações, correlações e requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais deverão ser



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259943261600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



regulamentadas em ato do Diretor Geral da Polícia Federal, observada a legislação vigente.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

Os servidores ocupantes de cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Federal, órgão permanente de Estado, organizada e mantida pela União, integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, estruturada em carreiras policial e administrativa, fundada na hierarquia e disciplina, essencial à segurança pública, à justiça criminal e à defesa das instituições democráticas.

A Indenização de Incentivo a Qualificação - IIQ no modelo em pauta, proposto para os servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682 de 28 de maio de 2003, estimula a manutenção de pessoal e o autodesenvolvimento num processo de formação profissional condicionado a crescente obtenção de graus, títulos ou certificados de conclusão de cursos em áreas de interesse da Polícia Federal, tendo por finalidade a dignificação e valorização do servidor em sua trajetória na carreira, atrelada a melhoria do desempenho individual e institucional, e a consequente, excelência da qualidade do atendimento e serviços prestados pela Polícia Federal a sociedade brasileira.

Diversas carreiras da administração pública federal já recebem este incentivo a capacitação a título de “Adicional de Titulação”, “Incentivo a Qualificação”, “Gratificação de Qualificação”, “Retribuição de Titulação” ou “Adicional de Qualificação”, segundo informações e dados do Painel Estatístico de Pessoal - PEP<sup>[1]</sup> de hoje, lista uma grande diversidade de carreiras que recebem o referido benefício por titulação, tais como a carreira de Ciência e Tecnologia; DNIT, DNPM, IBAMA, FNDE; FIOCRUZ; HFA; e CENP; INMETRO; IBGE; INEP; INPI; Infraestrutura; Tecnologia Militar; Magistério; Técnicos Administrativos em Educação dentre outras.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259943261600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



A Câmara dos Deputados também já oferece este adicional aos seus servidores de carreira, o Tribunal de Contas da União- TCU e o Ministério Público da União- MPU, tendo sido o referido benefício instituído no âmbito do judiciário pela Lei nº11.419/2006, acompanhado pelo Poder Judiciário dos Estados.

A indenização de Incentivo a Qualificação- IIQ, aqui proposto, agrega-se e valoriza a atual situação dos integrantes do plano de cargos, visto que a carreira detém, em sua grande maioria, especialização para desempenhar atividades complexas que o órgão exige. O próprio Painel Estatístico de Pessoal aponta que cerca de 30% dos servidores integrantes do Nível Intermediário, aproximadamente 1.400 servidores, por exemplo, possuem formação de nível superior e/ou alguma especialização.

O objetivo deste incentivo é atrair e reter profissionais com qualificações compatíveis com a natureza, o crescente grau de complexidade e responsabilidades dos cargos do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, com vista à formação de um corpo funcional de alto nível dentro da Polícia Federal, instituindo um serviço público moderno, profissionalizado, responsável, eficiente e democrático.

Além da pretendida indenização de qualificação, pretende-se instituir a *Gratificação por Exercício de Atividade em Local de Risco a ser implementada aos cargos administrativos de nível médio e superior da Polícia Federal, por meio da inserção do inciso IV ao art. 4º-E da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, como nova parcela remuneratória aos integrantes do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal.*

A presente emenda tem como objetivo corrigir uma perda histórica que afeta os servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, garantindo a esses profissionais a dívida de compensação pela exposição a riscos inerentes ao ambiente institucional da Polícia Federal.

Nos termos do artigo 144 da Constituição Federal, a Polícia Federal desempenha papel essencial na manutenção da ordem pública, na preservação



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259943261600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



do Estado Democrático de Direito e no combate ao crime organizado. No entanto, além dos policiais federais, a Instituição conta com um corpo técnico-administrativo qualificado que exerce funções estratégicas para a operacionalização da segurança pública no Brasil.

Embora os servidores administrativos não realizem atividade ostensiva de policiamento, estão inseridos em um ambiente policial de alto risco, compartilhando instalações, lidando com informações sigilosas e atuando diretamente em setores sensíveis, como controle de armamentos, munições, produtos químicos e fiscalização de segurança privada. O cidadão comum, bem como as organizações criminosas, não distingue o servidor administrativo da polícia federal, tornando esses profissionais igualmente vulneráveis a atentados e

Dessa forma, é necessário garantir a esses servidores uma justa contraprestação financeira pela exposição contínua a riscos que extrapolam as atribuições de uma carga administrativa convencional no serviço público federal. A concessão da Gratificação pelo Exercício de Atividade em Risco Local permitirá reduzir a evasão de profissionais substitutos, garantindo maior estabilidade do quadro técnico e possibilitando que os profissionais

Ao criar um incentivo financeiro compatível com os desafios enfrentados, o governo federal fortalece a estrutura da Polícia Federal, assegura melhores condições de trabalho aos seus servidores e promove a justiça remuneratória para aqueles que, mesmo fora da atividade policial ostensiva, estão expostos a riscos constantes no exercício de suas funções.

Tai profissionais estão sem qualquer negociação salarial desde 2009, acumulando uma perda inflacionária de mais de 160% considerado o IGPM-FGV. Além disso, a carreira tem organização interna com amplitude salarial insignificante, havendo diferença de cerca de R\$500,00 (quinhentos reais) entre o servidor que entra e o que já está há 20 anos no PECPF. São essas distorções e injustiças que a reestruturação da proposta original visa corrigir. Essa falta de perspectiva tem feito com que muitos servidores deixem o PECPF em busca de melhores oportunidades em outros órgãos públicos e na iniciativa privada, o que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259943261600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson





justifica a baixíssima capacidade de retenção na carreira. A consequência direta é que áreas sensíveis da Polícia Federal ficam desguarnecidas em virtude do elevado déficit de corpo técnico especializado, comprometendo a capacidade operacional do órgão.

Além disso, embora não estejam sob o regime de dedicação exclusiva, os servidores do

PECPF restrições que são impostas apenas a eles e aos policiais federais, como a impossibilidade de serem cedidos, exceto para funções de confiança de alta gestão (DAS 5 ou superior, artigo 9º da Lei nº 10.682/2003). Ademais, a carreira do PECPF não é transversal, conta com legislação própria e ao contrário do que ocorre com as carreiras transversais, seus servidores são proibidos de exercer advocacia para complementar sua renda, conforme estabelece o inciso V, artigo 28 da Lei nº 8.906/1994.

Vale ainda expor que os servidores do PECPF são expostos a situações e materiais sensíveis e perigosos, demandando habilidades e treinamentos específicos para lidar com ameaças à segurança e também com o manuseio de equipamentos e provas. Tanto é assim que, em diversas unidades, esses profissionais recebem o adicional de periculosidade.

Portanto, para concluir, a reinclusão do PECPF nas negociações que estão abertas com a PF é medida justa, urgente e necessária porque: (i) os servidores do PECPF são efetivamente parte da Polícia Federal e sofrem com o ônus de pertencer ao órgão, em nada podendo ser confundidos com as carreiras administrativas transversais do Executivo; (ii) é medida de impacto financeiro pequeno, devida desde 2009, conforme proposta original encaminhada pelo MJSP;

Diante do exposto, solicitamos o apoio para a inclusão desta emenda na MP 1286/2024, como medida necessária para valorização dos servidores administrativos da Polícia Federal e o fortalecimento da segurança pública nacional.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259943261600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



\*CD259943261600\*  
ExEdit



[1] <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/>

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sanderson**  
**(PL - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259943261600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



\*CD259943261600\*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00445**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

O Anexo III (Tabela VI do Anexo XLV da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012) passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos LII, LIII, LIV e LV, na forma proposta pelo art. 36 e 37, respectivamente desta Medida Provisória nos termos a seguir:

**ANEXO I**

(Anexo II à Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003)

**TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO**  
**PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA POLÍCIA FEDERAL**

a) Vencimento básico no nível superior;

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO - 01/02/2024	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2025	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2026
ESPECIAL	III	4713,84	5656,61	7925,49
	II	4621,4	5545,68	7778,09
	I	4530,79	5436,95	7630,89
C	VI	4398,83	5278,59	7483,29
	V	4312,58	5175,1	7335,89
	IV	4228,03	5073,64	7188,49
	III	4145,14	4974,16	7041,09
	II	4063,85	4876,62	6893,69

\*CD253704913000\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



B	I	3984,18	4781,02	6746,29
	VI	3868,14	4641,77	6598,89
	V	3792,3	4550,76	6451,49
	IV	3717,94	4461,52	6304,09
	III	3645,05	4374,06	6156,69
	II	3573,58	4288,29	6009,29
	I	3503,52	4204,22	5861,89
A	VI	3401,47	4081,77	5724,99
	V	3334,78	3987,03	5612,89
	IV	3269,39	3923,27	5499,79
	III	3205,25	3846,34	5374,89
	II	3142,43	3770,91	5124,89

b) Vencimento básico do nível intermediário;

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO - 01/02/2024	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2025	VENCIMENTO BÁSICO - 01/06/2026
ESPECIAL	III	3133,73	3760,47	5066,63
	II	3127,46	3752,96	4978,93
	I	3121,22	3745,47	4897,23
C	VI	3102,6	3723,12	4815,53
	V	3096,42	3715,7	4733,83
	IV	3090,23	3708,27	4652,13
	III	3084,06	3700,87	4570,43
	II	3077,9	3693,48	4488,73
	I	3071,76	3686,11	4407,03
B	VI	3047,3	3656,81	4508,59
	V	3041,17	3649,54	4429,69
	IV	3035,05	3642,3	4350,79
	III	3028,94	3635,08	4271,89
	II	3022,83	3627,86	4192,99

\*CD253704913000\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



A	I	3016,73	3620,66	4114,09
	VI	2999,93	3593,6	4035,19
	V	2993,08	3585,93	3956,29
	IV	2986,14	3578,2	3877,39
	III	2980,14	3570,43	3809,43
	II	2981,14	3576,32	3800,43

c) Vencimento básico do nível auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO (1º FEV 2024)	VENCIMENTO BÁSICO (1º JUN 2025)	VENCIMENTO BÁSICO (1º JUN 2026)
ESPECIAL	III	R\$ 2.423,29	R\$ 2.907,95	R\$ 3.284,53
ESPECIAL	II	R\$ 2.418,62	R\$ 2.902,35	R\$ 3.278,97
ESPECIAL	I	R\$ 2.413,97	R\$ 2.896,76	R\$ 3.192,78

ANEXO II

(Anexo V à Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003)

GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE APOIO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO À POLÍCIA FEDERAL – GDATPF

a) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º FEV 2024)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2025)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2026)
ESPECIAL	III	69,6	76,56	79,25
	II	67,94	74,78	77,63
	I	66,42	73,12	73,7
C	VI	72,4	79,3	81,75
	V	62,74	70,3	71,87
	IV	61,15	68,67	70,34
	III	59,71	67,17	68,93

\*CD253704913000\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



B	I	58,4	65,82	67,63
	V	58,3	65,72	67,53
	IV	56,95	64,15	65,93
	III	55,7	62,7	64,45
	II	54,54	61,35	63,08
	I	53,47	60,12	61,83
A	V	52,48	59	60,69
	IV	51,55	57,95	59,63
	III	50,69	56,97	58,65
	II	49,9	56,05	57,72
	I	44,14	48,55	51,25

b) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PUNTO - GDATPF (1º FEV 2024)	VALOR DO PUNTO - GDATPF (1º JUN 2025)	VALOR DO PUNTO - GDATPF (1º JUN 2026)
ESPECIAL	III	37,97	41,76	50,61
	II	37,67	41,43	49,8
	I	37,37	41,10	48,99
C	VI	36,86	40,55	48,99
	V	36,5	40,2	48,36
	IV	36,28	39,9	46,55
	III	35,91	39,5	45,85
	I	35,59	39,09	44,92
B	V	34,11	37,88	43,29
	IV	33,43	37,27	42,49
	III	32,81	36,69	41,73
	II	32,51	36,37	40,92
	I	32,27	35,49	40,23
A	V	32,24	36,29	39,41
	IV	31,86	35,86	38,77
	III	31,47	35,4	38,11

\*CD253704913000\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



	II	31,06	34,92	37,43
	I	30,82	34,59	35,8

c) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º FEV 2024)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2025)	VALOR DO PONTO - GDATPF (1º JUN 2026)
ESPECIAL	III	16,54	18,19	22,92
ESPECIAL	II	16,46	18,11	22,32
ESPECIAL	I	16,41	18,07	21,73

ANEXO III

(Tabela VI do Anexo XLV da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

Tabela VI

- Plano Especial de Cargos da Polícia Federal

a) Vencimento Básico dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, com jornada de 40 horas semanais:

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO (1º FEV 2024)	VENCIMENTO BÁSICO (1º JUN 2025)	VENCIMENTO BÁSICO (1º JUN 2026)
ESPECIAL	III	R\$ 8.249,20	R\$ 8.414,18	R\$ 8.642,02
	II	R\$ 8.087,45	R\$ 8.249,20	R\$ 8.372,56
	I	R\$ 7.697,95	R\$ 7.851,91	R\$ 8.064,52
C	VI	R\$ 7.697,95	R\$ 7.851,91	R\$ 8.064,52
	V	R\$ 7.539,07	R\$ 7.547,04	R\$ 7.751,39
	IV	R\$ 7.399,06	R\$ 7.399,06	R\$ 7.551,39
	III	R\$ 7.171,76	R\$ 7.253,99	R\$ 7.450,41

ExEdit  
\*CD253704913000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



B	I	R\$ 7.111,76	R\$ 7.253,99	R\$ 7.450,41
	V	R\$ 6.909,23	R\$ 7.094,52	R\$ 7.091,58
	IV	R\$ 6.790,78	R\$ 6.976,23	R\$ 6.816,22
	III	R\$ 6.636,52	R\$ 6.636,52	R\$ 6.816,22
	II	R\$ 6.486,65	R\$ 6.378,84	R\$ 6.423,10
	I	R\$ 6.233,77	R\$ 6.378,84	R\$ 6.423,10
A	V	R\$ 5.932,57	R\$ 6.067,50	R\$ 6.113,75
	IV	R\$ 5.725,44	R\$ 5.876,07	R\$ 5.921,08
	III	R\$ 5.521,44	R\$ 5.685,93	R\$ 5.884,93
	II	R\$ 5.409,27	R\$ 5.584,93	R\$ 5.884,93
	I	R\$ 5.249,27	R\$ 5.609,26	R\$ 5.656,39

b) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - GDM-PECPF dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 2003, com jornada de 20 horas semanais:

Classe	Padrão	A partir de 01/02/2024 (R\$)	A partir de 01/06/2025 (R\$)	A partir de 01/06/2026 (R\$)
Especial	III	4124,61	4207,17	4321,02
Especial	II	4043,73	4126,4	4236,29
Especial	I	3974,73	4048,64	4153,85
C	VI	3948,97	3925,75	4045,32
C	V	3819,94	3897,9	4003,63
C	IV	3706,78	3781,34	3882,93
C	III	3612,14	3685,38	3783,5
C	II	3565,97	3636,99	3733,79
C	I	3525,69	3595,35	3690,87
B	VI	3486,07	3554,39	3648,76
B	V	3454,65	3521,94	3615,48
B	IV	3423,39	3489,66	3581,9
B	III	3365,81	3430,73	3521,45
B	II	3126,88	3189,42	3275,78

ExEdit  
\*CD253704913000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson





B	I	3065,58	3126,89	3211,56
A	V	2976,29	3035,81	3086,88
A	IV	2860,71	2917,93	2964,76
A	III	2804,62	2860,76	2898,18
A	II	2749,62	2804,62	2900
A	I	2700	2750	2800

c) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - GDM-PECPF dos cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 2003, com jornada de 40 horas semanais:

Classe	Padrão	A partir de 01/02/2024 (R\$)	A partir de 01/06/2025 (R\$)	A partir de 01/06/2026 (R\$)
Especial	III	48,95	49,93	79,25
	II	47,81	48,79	77,52
	I	46,66	47,63	75,79
C	VI	46,04	46,96	71,88
	V	45,24	45,94	71,07
	IV	44,44	45,32	70,4
	III	42,92	43,78	68,93
	II	42,17	43,01	67,68
	I	41,42	42,26	66,43
B	VI	40,67	41,51	65,17
	V	39,93	40,75	61,56
	IV	38,7	39,27	60,99
	III	37,87	38,36	58,61
	II	37,02	37,56	57,14
	I	36,42	37,15	55,67
A	V	35,77	36,49	54,19
	IV	35,3	35,96	52,72
	III	34,76	35,45	51,25
	II	34	34,8	50

\*CD253704913000\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



	I	33,5	34,2	49
--	---	------	------	----

d) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - GDM-PECPF dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 2003, com jornada de 20 horas semanais:

Classe	Padrão	A partir de 01/02/2024 (R\$)	A partir de 01/06/2025 (R\$)	A partir de 01/06/2026 (R\$)
Especial	III	42,57	43,42	44,59
	II	41,69	42,52	43,67
	I	40,82	41,64	42,76
C	VI	39,67	40,46	41,55
	V	38,86	39,64	40,71
	IV	38,65	38,81	39,86
	III	37,28	38,02	39,05
	II	36,53	37,26	38,29
	I	35,77	36,49	37,47
B	VI	34,8	35,49	36,45
	V	34,1	34,79	35,72
	IV	33,42	34,09	35,02
	III	32,76	33,42	34,32
	II	32,12	32,76	33,64
	I	31,5	32,13	33,26
A	V	30,64	31,25	32,38
	IV	29,48	30,07	30,8
	III	28,91	29,8	30,5
	II	28,37	28,94	29,72
	I	27,8	28,3	29

\*CD253704913000\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



## JUSTIFICAÇÃO

Os servidores ocupantes de cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, integrantes do Quadro de Pessoal da Polícia Federal, órgão permanente de Estado, organizada e mantida pela União, integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, estruturada em carreiras policial e administrativa, fundada na hierarquia e disciplina, essencial à segurança pública, à justiça criminal e à defesa das instituições democráticas.

A Indenização de Incentivo a Qualificação - IIQ no modelo em pauta, proposto para os servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682 de 28 de maio de 2003, estimula a manutenção de pessoal e o autodesenvolvimento num processo de formação profissional condicionado a crescente obtenção de graus, títulos ou certificados de conclusão de cursos em áreas de interesse da Polícia Federal, tendo por finalidade a dignificação e valorização do servidor em sua trajetória na carreira, atrelada a melhoria do desempenho individual e institucional, e a consequente, excelência da qualidade do atendimento e serviços prestados pela Polícia Federal a sociedade brasileira.

Diversas carreiras da administração pública federal já recebem este incentivo a capacitação a título de “Adicional de Titulação”, “Incentivo a Qualificação”, “Gratificação de Qualificação”, “Retribuição de Titulação” ou “Adicional de Qualificação”, segundo informações e dados do Painel Estatístico de Pessoal - PEP<sup>[1]</sup> de hoje, lista uma grande diversidade de carreiras que recebem o referido benefício por titulação, tais como a carreira de Ciência e Tecnologia; DNIT, DNPM, IBAMA, FNDE; FIOCRUZ; HFA; e CENP; INMETRO; IBGE; INEP; INPI; Infraestrutura; Tecnologia Militar; Magistério; Técnicos Administrativos em Educação dentre outras.

A Câmara dos Deputados também já oferece este adicional aos seus servidores de carreira, o Tribunal de Contas da União- TCU e o Ministério Público da União- MPU, tendo sido o referido benefício instituído no âmbito do judiciário pela Lei nº11.419/2006, acompanhado pelo Poder Judiciário dos Estados.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



A indenização de Incentivo a Qualificação– IIQ, aqui proposto, agrega-se e valoriza a atual situação dos integrantes do plano de cargos, visto que a carreira detém, em sua grande maioria, especialização para desempenhar atividades complexas que o órgão exige. O próprio Painel Estatístico de Pessoal aponta que cerca de 30% dos servidores integrantes do Nível Intermediário, aproximadamente 1.400 servidores, por exemplo, possuem formação de nível superior e/ou alguma especialização.

O objetivo deste incentivo é atrair e reter profissionais com qualificações compatíveis com a natureza, o crescente grau de complexidade e responsabilidades dos cargos do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, com vista à formação de um corpo funcional de alto nível dentro da Polícia Federal, instituindo um serviço público moderno, profissionalizado, responsável, eficiente e democrático.

Além da pretendida indenização de qualificação, pretende-se instituir a *Gratificação por Exercício de Atividade em Local de Risco a ser implementada aos cargos administrativos de nível médio e superior da Polícia Federal, por meio da inserção do inciso IV ao art. 4º-E da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, como nova parcela remuneratória aos integrantes do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal.*

A presente emenda tem como objetivo corrigir uma perda histórica que afeta os servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, garantindo a esses profissionais a dívida de compensação pela exposição a riscos inerentes ao ambiente institucional da Polícia Federal.

Nos termos do artigo 144 da Constituição Federal, a Polícia Federal desempenha papel essencial na manutenção da ordem pública, na preservação do Estado Democrático de Direito e no combate ao crime organizado. No entanto, além dos policiais federais, a Instituição conta com um corpo técnico-administrativo qualificado que exerce funções estratégicas para a operacionalização da segurança pública no Brasil.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



\*CD253704913000\*  
ExEdit



Embora os servidores administrativos não realizem atividade ostensiva de policiamento, estão inseridos em um ambiente policial de alto risco, compartilhando instalações, lidando com informações sigilosas e atuando diretamente em setores sensíveis, como controle de armamentos, munições, produtos químicos e fiscalização de segurança privada. O cidadão comum, bem como as organizações criminosas, não distingue o servidor administrativo da polícia federal, tornando esses profissionais igualmente vulneráveis a atentados e

Dessa forma, é necessário garantir a esses servidores uma justa contraprestação financeira pela exposição contínua a riscos que extrapolam as atribuições de uma carga administrativa convencional no serviço público federal. A concessão da Gratificação pelo Exercício de Atividade em Risco Local permitirá reduzir a evasão de profissionais substitutos, garantindo maior estabilidade do quadro técnico e possibilitando que os profissionais

Ao criar um incentivo financeiro compatível com os desafios enfrentados, o governo federal fortalece a estrutura da Polícia Federal, assegura melhores condições de trabalho aos seus servidores e promove a justiça remuneratória para aqueles que, mesmo fora da atividade policial ostensiva, estão expostos a riscos constantes no exercício de suas funções.

Tais profissionais estão sem qualquer negociação salarial desde 2009, acumulando uma perda inflacionária de mais de 160% considerado o IGPM-FGV. Além disso, a carreira tem organização interna com amplitude salarial insignificante, havendo diferença de cerca de R\$500,00 (quinhentos reais) entre o servidor que entra e o que já está há 20 anos no PECPF. São essas distorções e injustiças que a reestruturação da proposta original visa corrigir. Essa falta de perspectiva tem feito com que muitos servidores deixem o PECPF em busca de melhores oportunidades em outros órgãos públicos e na iniciativa privada, o que justifica a baixíssima capacidade de retenção na carreira. A consequência direta é que áreas sensíveis da Polícia Federal ficam desguarnecidas em virtude do elevado déficit de corpo técnico especializado, comprometendo a capacidade operacional do órgão.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



Além disso, embora não estejam sob o regime de dedicação exclusiva, os servidores do

PECPF restrições que são impostas apenas a eles e aos policiais federais, como a impossibilidade de serem cedidos, exceto para funções de confiança de alta gestão (DAS 5 ou superior, artigo 9º da Lei nº 10.682/2003). Ademais, a carreira do PECPF não é transversal, conta com legislação própria e ao contrário do que ocorre com as carreiras transversais, seus servidores são proibidos de exercer advocacia para complementar sua renda, conforme estabelece o inciso V, artigo 28 da Lei nº 8.906/1994.

Vale ainda expor que os servidores do PECPF são expostos a situações e materiais sensíveis e perigosos, demandando habilidades e treinamentos específicos para lidar com ameaças à segurança e também com o manuseio de equipamentos e provas. Tanto é assim que, em diversas unidades, esses profissionais recebem o adicional de periculosidade.

Portanto, para concluir, a reinclusão do PECPF nas negociações que estão abertas com a PF é medida justa, urgente e necessária porque: (i) os servidores do PECPF são efetivamente parte da Polícia Federal e sofrem com o ônus de pertencer ao órgão, em nada podendo ser confundidos com as carreiras administrativas transversais do Executivo; (ii) é medida de impacto financeiro pequeno, devida desde 2009, conforme proposta original encaminhada pelo MJSP;

Diante do exposto, solicitamos o apoio para a inclusão desta emenda na MP 1286/2024, como medida necessária para valorização dos servidores administrativos da Polícia Federal e o fortalecimento da segurança pública nacional.

[1] <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/>



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



\*CD253704913000\*  
ExEdit



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sanderson**  
**(PL - RS)**

\*CD253704913000\*  
LexEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253704913000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



**MPV 1286  
00446**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se na Medida Provisória, no seu artigo 131, o § 6º  
do Art. 15, da Lei 11.091/2005

Acrescente-se à Medida Provisória, no seu artigo 131, o § 3º  
do Art. 15, da Lei 11.091/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.

15.....

.....

.....

§ 3º A parcela complementar a que se refere o § 2º deste  
artigo será considerada para todos os efeitos como parte integrante do  
vencimento básico, e não será absorvida por ocasião da reorganização  
ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória. (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os termos apresentados no texto do parágrafo sexto vão  
de encontro à Cláusula 3ª do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI  
que afirma que o Vencimento Básico Complementar (VBC) “não será  
absorvido por força da implementação dos novos valores e estruturas

ExEdit  
\*CD250410445600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250410445600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção





remuneratórias”. A não absorção está prevista desde o Termo de Acordo de Greve de 2012.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
(PT - BA)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250410445600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



**MPV 1286  
00447**

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)

**Este documento contém pendências de preenchimento e não deve ser protocolado até que estas sejam resolvidas:**

- Existem dispositivos sem texto informado.

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação aos artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 28. O cargo de Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior, de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005,, os cargos de ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005 e o cargo de Analista de*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener



*Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, os cargos de Analista Técnico Administrativo na área de tecnologia da informação, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 , os cargos de Analista de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e os cargos de Analista na área de Formação em Análise de Sistemas, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) regidos pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação , no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)*

*“§ 1º Os cargos a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no **Anexo X** .” (NR)*

*“§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos a que se refere o caput serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo **XI** ” (NR)*

*“§ 3º O cargo de Analista Técnico Administrativo da área de TI, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.” (NR)*

.....

*“Art. 30. São atribuições dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação , além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener



da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.”  
(NR)

“ Art. 31. A investidura **nos cargos** de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)

“§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30º.” (NR)

“Art. 32. Os ocupantes dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no **Anexo XII**.” (NR)

“ Art. 33. Não serão devidas aos titulares **dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)

.....

“Parágrafo único. Ficam o **s cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação** automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)

.....

**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener



\* CD 253934828400 \*  
ExEdit



*observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei (NR)*

.....

ANEXO X

ESTRUTURA **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, ANALISTA I - Área de Formação em Análise de Sistemas, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III

ExEdit  
\* C D 2 5 3 9 3 4 8 2 8 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener



		II
		I

.....

ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		B	VI		
	V		V		
	IV		IV		
	III		III		
II	II				
I	I				
A	V	V	A		
	IV	IV			

\* CD 253934828400 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener



Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, cargos de ANALISTA I - Área de Formação em

III	III
II	II
I	I

ExEdit  
\*CD253934828400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener



Análise de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata do art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970						

.....

ANEXO XII

SUBSÍDIO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

.....

ExEdit  
\*CD253934828400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener





## JUSTIFICAÇÃO

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** –, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener



3. Frisa-se que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

4. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener



processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

5. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento ; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas ; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro

\* CD 253934828400 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener



de 2009, que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

*" atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar , manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."*

6. Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener



Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

Art. 2º O SISP tem por finalidade:

...

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)**

**VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;**

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)**

**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)**

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...

**III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)**

ExEdit  
\* C D 2 5 3 9 3 4 8 2 8 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener



7. Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas. Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Defensor Stélio Dener**  
**(REPUBLICANOS - RR)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253934828400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Defensor Stélio Dener



\* CD 253934828400 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00448**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Modifica-se o Anexo CCLXXXII previsto no art. 157 da MPV nº 1286/2024, para assegurar que os médicos e médicos veterinários integrantes dos Técnicos-Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais recebam um reajuste salarial equiparado de 9%, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, e um reajuste adicional de 5%, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, abrangendo o mesmo percentual de reajuste concedido às demais carreiras do Poder Executivo.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1286, de 31 de dezembro de 2024, foi publicada para dentre outras medidas, reajustar as remunerações e salários dos servidores e empregados públicos federais da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, pertencentes aos planos, carreiras, cargos efetivos e empregos públicos terão reajuste salarial em duas etapas, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e a última etapa, com implementação em 1º de abril de 2026, resultante de Termos de Acordo assinados com as entidades representativas dos servidores públicos, como desfecho das negociações no âmbito do Poder Executivo federal.

No entanto, os ocupantes dos cargos de médico e médico veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, não receberam o mesmo percentual de reajuste conferido às demais carreiras do Poder Executivo por meio da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024

Muito embora tais cargos pertençam ao “Nível E” do PCCTAE, a MPV nº 1286/2024 concedeu a estes reajuste inferior aos demais cargos da mesma carreira



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257163356100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden





e de nível equivalente. Trata-se, inclusive, de flagrante desrespeito ao Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, firmado com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio do qual foi pactuado o reajuste remuneratório de 9% (nove por cento), a partir de 2025, e de 5% (cinco por cento) para o ano de 2026.

Diante de tamanha injustiça no tratamento dispensado aos ocupantes dos cargos de médico e médico veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE a presente emenda visa equiparar-los aos demais cargos da mesma carreira e de nível equivalente nos termos do Anexo CCLXXXII.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres parlamentares a fim de ver aprovada esta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Capitão Alden**  
**(PL - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257163356100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden







CONGRESSO NACIONAL

ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)  
“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”  
VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:  
Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
Médico	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
Veterinário	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60



\*CD257163356100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257163356100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
Médico Veterinário	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

ExEdit  
\*CD257163356100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257163356100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



**MPV 1286  
00449**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

**Art. 1º** Acrescente-se os seguintes dispositivos à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, alterada pelo art. 111, constante do Capítulo XLI, da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024:

“Art. 3º.....

§ 7º. A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos de que tratam o Art. 3º do caput observarão a correlação estabelecida na forma do Anexo IV-C.” (NR)

“Art. 3º-D. A partir de 1º de janeiro de 2025, os ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º A, 3º B e 3º C, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo II-B.

§ 1º Não serão devidas aos titulares de cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º A, 3º B e 3º C, as seguintes espécies remuneratórias:

- I - vencimento básico;
- II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes - GDIT;;
- III - Gratificação de Qualificação - GQ;
- IV - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do Dnit - GDAPEC;
- V - vantagens pessoais e Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de qualquer origem e natureza;
- VI - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;
- VII - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

ExEdit  
\*CD253801560400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253801560400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo



VIII - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

IX - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

X - vantagens incorporadas a proventos ou a pensões com fundamento no disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

XI - abonos;

XII - valores pagos a título de representação;

XIII - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

XIV - adicional noturno;

XVI - vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

XVII - Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992; e

XVIII - outros adicionais e gratificações, de qualquer origem e natureza, não mencionados no § 3º.

§ 2º Os titulares de cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º A, 3º B e 3º C, não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

§ 3º O subsídio percebido pelos titulares de cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º A, 3º B e 3º C, não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto na legislação e na regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o [art. 40, § 19, da Constituição](#) e os [art. 3º, § 3º](#), [art. 8º](#) e [art. 10, § 5º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019](#); e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253801560400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo



\*CD253801560400\*  
ExEdit



*IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.*

*§ 4º O disposto no § 3º também se aplica a parcelas indenizatórias previstas em lei.*

*§ 5º Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos titulares de cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º A, 3º B e 3º C, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão funcional ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação do cargo, da carreira ou das remunerações previstas nesta Lei ou da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza.*

*§ 6º A parcela complementar de subsídio a que se refere o § 5º estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.” (NR)*

*“Art. 3º-E. Aplica-se o disposto no art. 3º-C desta Lei às aposentadorias e às pensões instituídas pelos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º A, 3º B e 3º C desta Lei que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos do disposto na [Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003](#) , na [Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005](#) , e na [Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019](#) .” (NR)*

**Art. 2º** Os artigos 111 e 112 da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 112. Os Anexos I, III, III-A, IV e IV-A, à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXI, CLXXXVII, CLXXXVIII a esta Medida Provisória.” (NR)*

*“Art. 113. A Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar acrescida dos Anexos II-A, II-B, IV-B e IV-C, respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXVII e CLXXXVIII a esta Medida Provisória.” (NR)*

**Art. 3º** O AnexoCLXXXI da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, passa a vigora com a seguinte redação:

*(Anexo III à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253801560400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo



“ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

(Anexo II-B à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

“TABELA DE SUBSÍDIO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

a) Subsídio dos cargos de nível superior de Arquiteto, de Economista, de Engenheiro, de Engenheiro Agrônomo, de Engenheiro de Operações, de Estatístico e de Geólogo Carreira de Infraestrutura de Transportes do Plano Especial de Cargos:

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	24.788,80	26.086,10
	IV	24.056,10	25.315,05
	III	23.355,44	24.577,72
	II	22.675,18	23.861,86
	I	22.014,74	23.166,85
C	V	21.270,28	22.383,43
	IV	20.751,49	21.837,49
	III	20.245,36	21.304,87
	II	19.751,57	20.785,24
	I	19.269,82	20.278,28
B	V	18.618,18	19.592,54
	IV	18.164,08	19.114,67
	III	17.721,05	18.648,46
	II	17.288,83	18.193,62
	I	16.867,15	17.749,87
A	V	16.296,76	17.149,63
	IV	15.899,28	16.731,35
	III	15.511,49	16.323,27
	II	15.133,16	15.925,14

\*CD253801560400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253801560400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo



	I	14.764,06	15.536,72
--	---	-----------	-----------

b) *Subsídio dos cargos de nível intermediário de Agente de Serviços de Engenharia, de Técnico de Estradas e de Tecnologista e demais cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos:*

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	11.962,07	12.560,15
	IV	11.647,86	12.230,23
	III	11.341,64	11.908,70
	II	11.043,47	11.595,62
	I	10.753,14	11.290,77
C	V	10.260,63	10.773,64
	IV	9.990,88	10.490,40
	III	9.728,22	10.214,61
	II	9.472,46	9.946,07
	I	9.223,43	9.684,59
B	V	8.800,98	9.241,02
	IV	8.569,60	8.998,07
	III	8.344,30	8.761,51
	II	8.124,93	8.531,17
	I	7.911,32	8.306,88
A	V	7.548,97	7.926,41
	IV	7.350,51	7.718,02
	III	7.157,26	7.515,11
	II	6.969,09	7.317,54
	I	6.785,87	7.125,16

c) *Subsídio dos demais cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos:*

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026

\*CD253801560400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253801560400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo



ESPECIAL	V	20.733,67	21.272,75
	IV	20.205,35	20.730,69
	III	19.712,54	20.225,06
	II	19.231,75	19.731,77
	I	18.762,68	19.250,51
C	V	17.971,92	18.439,19
	IV	17.533,58	17.989,45
	III	17.105,93	17.550,68
	II	16.688,71	17.122,61
	I	16.281,67	16.704,99
B	V	15.595,47	16.000,95
	IV	15.215,09	15.610,68
	III	14.843,99	15.229,93
	II	14.481,94	14.858,47
	I	14.128,72	14.496,07
A	V	13.533,26	13.885,12
	IV	13.203,18	13.546,46
	III	12.881,15	13.216,06
	II	12.566,98	12.893,72
	I	12.260,47	12.579,24

.....

d) *Subsídio dos cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos:*

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	10.921,67	11.467,75
	IV	10.619,13	11.150,08
	III	10.319,85	10.835,84
	II	10.029,01	10.530,46
	I	9.746,37	10.233,68
C	V	9.247,03	9.709,37
	IV	8.986,42	9.435,73
	III	8.733,16	9.169,81

\*CD253801560400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253801560400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo





B	II	8.487,04	8.911,38
	I	8.247,85	8.660,23
	V	7.825,28	8.216,54
	IV	7.604,74	7.984,98
	III	7.390,42	7.759,94
	II	7.182,14	7.541,24
A	I	6.979,73	7.328,71
	V	6.622,13	6.953,24
	IV	6.435,50	6.757,28
	III	6.254,13	6.566,84
	II	6.077,87	6.381,77
	I	5.906,58	6.201,91

**Art. 4º** O Anexo CLXXXVIII da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, passa a vigora com a seguinte redação:

(Anexo IV-C à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

“TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

TABELA I

.....

TABELA II - A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargos de nível superior, Intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	Cargos de nível superior, Intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT
		II	IV		
		I	III		
	C	VI	II	C	
		V	I		
		IV	V		
		III	IV		

\*CD253801560400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253801560400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo



	B	II	III	B
		I	II	
		VI	I	
		V	V	
		IV	IV	
		III	III	
		II	II	
		I	I	
	A	V	V	A
		IV	IV	
		III	III	
		II	II	
		I	I	

” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada visa corrigir uma disparidade introduzida pela Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, que diferencia indevidamente os Servidores da Carreira dos Servidores do Plano Especial de Cargos (PEC) do DNIT, contrariando princípios constitucionais como a isonomia e a eficiência. Ambos os grupos de servidores desempenham funções críticas e idênticas na gestão da infraestrutura de transportes do Brasil, garantindo a segurança e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Entretanto, a MPV criou uma diferença salarial anti-isonômica entre carreiras com funções e exigências técnicas equivalentes, o que ameaça a equidade e a produtividade no DNIT. Logo, a emenda propõe justamente restaurar a paridade salarial histórica entre essas carreiras, em conformidade com a jurisprudência firmado pelo STF nas ADIs 4.616 e 4.151, subvertendo também os

\*CD253801560400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253801560400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo



princípios fundamentais da Administração Pública, visando preservar a eficácia e a continuidade das operações críticas à infraestrutura nacional.

Portanto, a emenda proposta pretende restaurar a paridade salarial que historicamente existiu entre os profissionais do PEC do DNIT, abrangendo todos os níveis — superior, intermediário e auxiliar. A medida se faz necessária para manter a isonomia, a equidade e a eficiência administrativa, evitando assim a descontinuidade da Lei nº 11.171/2005 e assegurando um tratamento coerente e justo às carreiras vitais para a infraestrutura nacional.

Por estas razões, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda à Medida Provisória nº 1.286, de 2024.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Gilberto Abramo**  
**(REPUBLICANOS - MG)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253801560400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilberto Abramo



**MPV 1286  
00450**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o “Art. 10, § 6º” da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

§ 6º A conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular ou especial, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo ou ambiente organizacional do servidor, em cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser utilizada como certificação em Programa de Capacitação para fins de aceleração da progressão por capacitação, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

As Instituições federais de ensino são formadoras dos profissionais em vários níveis dentro de seus cursos oferecem uma grande diversidade de disciplinas de conteúdos programáticos que atendem as necessidades institucionais de seus servidores. A utilização dessas disciplinas em Programas de Capacitação representa uma ampliação de oferta e oportunidades para as instituições e servidores sem aumentar os investimentos com recursos para a capacitação.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255559509800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255559509800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



\* CD 255559509800 \*  
eXEdit



**MPV 1286**  
**00451**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** É facultado aos titulares dos cargos de que trata o Anexo CCCXXI, referido no Art. 209, o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, o que não se aplica aos ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança.

§ 1º O exercício da advocacia fora das atribuições institucionais está sujeito às normas e às orientações da Corregedoria-Geral da Advocacia-Geral da União e da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União, além dos impedimentos e das incompatibilidades previstos na Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994, e, no que couber, na Lei n. 12.813, de 16 de maio de 2013.

§ 2º Os membros devem comunicar previamente a da Advocacia-Geral da União sobre o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, ficando o órgão responsável por divulgar, em seu sítio na internet, a lista daqueles que a exercem.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Emenda decorre de acordo aprovado entre o Governo e a categoria, desde 2015, no sentido de que os titulares das carreiras jurídicas da Advocacia-Geral da União teriam direito ao exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, por isonomia às Procuradorias dos Estados e de vários Municípios.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares com vistas à aprovação desta Emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250173717200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Francischini



\*CD250173717200\*  
ExEdit



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Felipe Francischini**  
**(UNIÃO - PR)**

exEdit  
\*CD250173717200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250173717200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Francischini



**MPV 1286  
00452**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, incluindo o § 6º, do Art. 10-B, da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art. 10-

B.....

.....  
.....

§ 6º No cumprimento dos critérios estabelecidos no § 3º é permitido o somatório de carga horária de ações de desenvolvimento realizadas pelo servidor, bem como o somatório de carga horária de certificados de ações de desenvolvimento que excedam à exigência de aceleração da progressão por capacitação anteriormente realizada.

**JUSTIFICAÇÃO**

Houve uma mudança no perfil das ações de capacitação dadas as inovações tecnológicas, que hoje exigem uma carga horária menor, vide catálogo de cursos da ENAP.

Esse item consta do Termo de Acordo SRT/MGI 11/2024.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258284048000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção





Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258284048000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



\* CD 258284048000 \*  
eXEdit



**MPV 1286  
00453**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se art. 145-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 145-1.** Sem prejuízo do disposto no art. 184, fica autorizada a transformação dos cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos - PEC da Polícia Federal na Carreira de Desenvolvimento de Políticas de Segurança e Defesa, para os servidores que estejam lotados nos órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas no art. 185, e que exerçam atividades relativas a essas políticas, mediante opção individual, a ser exercida no prazo de 6 (seis) meses da publicação da lei de conversão desta Medida Provisória.

§ 1º A opção do servidor pela transformação do Plano de Cargos na forma do caput deste artigo será irrevogável e implica o reposicionamento do servidor na mesma classe e no mesmo padrão ao qual se encontrava no cargo de nível superior do do PEC PF.

§ 2º A estrutura remuneratória e de carreira, conforme as classes e padrões, passará a ser a indicada nos Anexos CCCVII e CCCVIII, na forma de subsídio.

§ 3º O servidor do cargo de nível superior que optar pela transformação na forma do caput deste artigo será mantido no exercício descentralizado no respectivo órgão da administração pública federal direta em que exerce as atividades relativas às políticas previstas no art. 185, nos termos do § 1º do art. 183.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259612470400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson

\*CD259612470400\*  
xEdit

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca corrigir distorções e garantir justiça à Carreira Policial Federal no contexto da Medida Provisória em questão. Nos últimos anos, diversas Leis Ordinárias e decisões do Supremo Tribunal Federal ampliaram substancialmente as competências da Polícia Federal, incluindo o controle de armas e químicos, a fiscalização da segurança privada, a investigação de crimes ambientais e interestaduais, a representação da INTERPOL no Brasil, a atuação em adidâncias internacionais e a delegação de crimes de grande repercussão nacional, entre outras atribuições.

Paralelamente, a Carreira Policial Federal enfrenta perdas significativas devido ao êxodo de profissionais para outros órgãos que oferecem remunerações e benefícios superiores. Exemplos recentes incluem as gratificações de produtividade concedidas à Advocacia-Geral da União (AGU) e à Receita Federal do Brasil (RFB), vedadas aos Policiais Federais em razão do regime de subsídio.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal proibiu o exercício do direito de greve para a categoria, equiparando-a aos militares exclusivamente para esse fim, sem, no entanto, conceder qualquer contrapartida que compense essa limitação. O resultado é um ciclo contínuo de perdas salariais para uma instituição reconhecida como a mais eficiente e com o maior escopo de atribuições entre as forças policiais do país.

Vale ressaltar que tanto a Direção-Geral da Polícia Federal quanto o Ministério da Justiça já manifestaram concordância com a redação proposta nesta emenda, fruto de negociações recentes. Entretanto, o Ministério da Gestão e Inovação vetou a medida sem justificativa técnica consistente, sob a alegação infundada de que sua aprovação poderia gerar insatisfação em outras carreiras do serviço público federal. Tal posição contraria diretamente os artigos 37 e 39 da Constituição Federal de 1988, que estabelecem que a fixação da remuneração deve considerar o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos e suas especificidades.

Além de promover a equidade, a emenda visa garantir maior segurança jurídica e previsibilidade na estrutura remuneratória dos Policiais



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259612470400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



Federais, valorizando uma carreira essencial para o cenário político, econômico e de segurança pública do Brasil. Apesar de ocupar posição de destaque entre as profissões mais respeitadas pela sociedade, a categoria não tem recebido o suporte adequado para exercer suas funções com tranquilidade, comprometendo o bem-estar dos agentes e de suas famílias.

Por fim, a proposta busca corrigir injustiças históricas acumuladas ao longo das últimas duas décadas, cujos impactos negativos são amplamente percebidos e afetam diretamente o ambiente de trabalho já desafiador da Polícia Federal.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sanderson**  
(PL - RS)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259612470400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



**MPV 1286  
00454**

CONGRESSO NACIONAL

Câmara dos Deputados Gab. Carol Dartora

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Modifique-se a redação dada ao art. 7º-B, da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, contida no art. 131 da Medida Provisória nº 1286, de 31 de dezembro de 2024, para a seguinte redação:

*“Art. 7º-B Integrarão o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação os seguintes cargos:*

*I - Auxiliar em Educação/Área, de nível fundamental organizados por áreas e especialidades, e amplas atribuições, das atividades técnicas administrativas relativas ao ensino, extensão, pesquisa, gestão e inovação, em conformidade com as atribuições gerais descritas no artigo 8º, no nível de classificação C;*

*II - Técnico em Educação/Área, de nível intermediário organizados por áreas e especialidades, amplas atribuições, das atividades técnicas administrativas relativas ao ensino, extensão, pesquisa, gestão e inovação em conformidade com as atribuições gerais descritas no artigo 8º, no nível de classificação D; e*

*III - Analista em Educação/Área, de nível superior organizados por áreas e especialidades, amplas atribuições, das atividades técnicas administrativas relativas ao ensino, extensão, pesquisa, gestão e inovação em conformidade com as atribuições gerais descritas no artigo 8º, no nível de classificação E.*

*Parágrafo único. Os cargos de níveis de classificação C, D e E, com provimento suspenso na data da publicação desta Lei e os que estiverem vagos e que vierem a vagar ficam transformados nos cargos de Auxiliar em Educação/Área, Técnico em Educação/Área e Analista em Educação/Área, conforme Anexo XXX.” (NR).*

\*CD259322245000\*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259322245000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carol Dartora



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo garantir a existência do cargo de Auxiliar em Educação junto aos cargos do Plano de Carreiras dos Cargos Técnico Administrativos em Educação.

A medida, de um lado, atende aos anseios governamentais para a criação de cargos amplos, racionalizando os cargos integrantes do Plano de Carreira, em atendimento ao art. 18, da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que “dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências”.

De outro, a medida garante a existência de cargos da educação federal que são basilares ao funcionamento das instituições federais de ensino, desde as/os merendeiras/os, porteiras/os, pessoas do serviço geral e manutenção preventiva da infraestrutura das instituições de ensino. Isto porque, na proposta original da medida, em que pese a transformação dos cargos deste plano de carreira para Técnicos e Analistas em Educação, restou ausente a transformação dos cargos de auxiliar, ou seja, com atribuições de nível basilar, para a continuidade do seu exercício funcional, o que torna esta emenda necessária ao desenvolvimento do tema.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Carol Dartora**  
(PT - PR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259322245000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carol Dartora



\* CD 259322245000 \*  
eXEdit



**MPV 1286  
00455**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o Art. 12-B, da Lei 11.091/2005 com a seguinte redação:

Art. 12-B A partir de 1º de abril de 2026, fica instituído, aos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-TAE), com regulamento proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único O Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC é o instrumento de reconhecimento dos conhecimentos e habilidades de todos os integrantes do Plano de Carreira, independentemente do nível de escolaridade, resultante da atuação profissional na dinâmica do ensino, pesquisa, extensão, gestão, inovação e assistência especializada, nos termos do inciso IV, Art. 3º desta Lei.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda atende a Cláusula Quarta do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que estabelece instituto do RSC, que a proposição será pela CNSC e a data de sua implantação.

A aprovação dessa emenda dará suporte a elaboração dos cálculos de impacto financeiro para a inclusão na LDO e LOA de 2026, já que sua implantação está prevista para abril de 2026. Portanto, não vai gerar impacto financeiro em 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257588861500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257588861500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção

\* CD 257588861500 \*  
eXEdit





**MPV 1286  
00456****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação à ementa e ao inciso I do *caput* do art. 1º; e acrescente-se Capítulo LXXXI-1 antes do Capítulo LXXXII da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários e a Carreira Federal de Proteção e Defesa Civil, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.”

“Art. 1º.....”

I – cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários e a Carreira Federal de Proteção e Defesa Civil;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255440318600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim



.....”

## “CAPÍTULO LXXXI-1

### DA CARREIRA FEDERAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

“**Art. 209-1.** Fica criada, no âmbito do Poder Executivo federal, a Carreira Federal de Proteção e Defesa Civil, composta pelo cargo de **Analista de Proteção e Defesa Civil - APDC**, de nível superior, regida pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Os ocupantes do cargo de APDC terão lotação na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, ou na instituição que a suceder na condição de órgão central do SINPDEC, na qualidade de órgão supervisor, e de exercício centralizado.

§ 2º O cargo efetivo de APDC é estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo I desta emenda.”

“**Art. 209-2.** Ficam criados trezentos cargos de APDC no quadro de pessoal da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.”

“**Art. 209-3.** São atribuições do cargo de APDC, respeitadas as atribuições privativas de outras carreiras ou cargos no âmbito do Poder Executivo federal:

I – executar atividades relacionadas à prevenção e mitigação de desastres, nelas incluídas análises de cenários de riscos, proposição de estratégias governamentais voltadas à redução de riscos e de desastres, e à análises de processos para repasses de recursos financeiros e outras atividades voltadas à prevenção e à mitigação;

II – atuar nas ações de preparação para desastres, com ênfase na elaboração de planos de contingência, monitoramento de ameaças, disseminação de alertas antecipados e avisos, exercícios simulados, análise e planejamento de ações de resposta;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255440318600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim



**III** – atuar na resposta a desastres, nelas incluídas a análise, planejamento e execução de ações voltadas à busca e salvamento de vítimas, à assistência humanitária e ao restabelecimento de serviços essenciais;

**IV** – atuar na recuperação e requalificação de áreas afetadas por desastres, focando-se na reconstrução de infraestrutura destruída, reconstrução habitacional destruída, desenvolvimento de infraestrutura resiliente, e diretrizes de recuperação econômica e ambiental;

**V** – atuar na gestão de emergências e de desastres, no âmbito das competências legais da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, dentro das distintas tipologias preconizadas na Codificação e Classificação Brasileira de Desastres;

**VI** – desenvolver a agenda setorial de redução e gestão de riscos e de desastres no âmbito da Política Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima – PCMA;

**VII** – atuar na coordenação e no apoio técnico ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil;

**VIII** – atuar na articulação dos órgãos e as entidades federais para a execução das ações de gerenciamento de riscos e de desastres no âmbito do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil;

**IX** – desenvolver estudos interdisciplinares sobre a gestão de riscos e de desastres em diferentes áreas do conhecimento;

**X** – atuar na promoção e na compreensão das percepções dos riscos de desastres, e na coordenação de estratégias destinadas ao fortalecimento da cultura de resiliência no país;

**XI** – atuar no desenvolvimento da cultura de resiliência e na redução do risco de desastres;

**XII** – atuar no atendimento de compromissos do país e integração aos preceitos e patuações internacionais voltados à redução e gestão de riscos e de desastres, à sustentabilidade e à adaptação às mudanças do clima.”



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255440318600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim



“**Art. 209-4.** A jornada de trabalho do cargo de APDC da Carreira Federal de Proteção e Defesa Civil é de quarenta horas semanais.”

“**Art. 209-5.** O ingresso nos cargos de APDC ocorrerá mediante aprovação em concurso público constituído das seguintes etapas, respeitada a legislação específica:

**I** – provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório; e

**II** – curso de formação, de caráter eliminatório e classificatório.

**§ 1º** O ingresso nos cargos de APDC exige curso de graduação em nível superior e habilitação legal específica, se for o caso.

**§ 2º** O edital de abertura do concurso definirá as características de cada etapa a que se referem os incisos I e II do caput, a habilitação legal específica a que se refere o § 1º e os critérios eliminatórios e classificatórios.

**§ 3º** O concurso público a que se refere o caput será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da classe inicial da Carreira de Analista de Proteção e Defesa Civil.”

“**Art. 209-6.** Dada a multiplicidade de competências inerentes à atuação de proteção e defesa civil, os cargos de APDC serão subdivididos por áreas de atuação temática, conforme:

**I** – APDC – Geral – (Qualquer área de formação);

**II** – APDC – Restabelecimento e reconstrução (Área de Formação: Engenharia Ambiental, Engenharia Sanitária, Engenharia Civil e Arquitetura);

**III** – APDC – Riscos Geológicos (Área de Formação: Geologia);

**IV** – APDC- Riscos meteorológicos, climatológicos e hidrológicos (Áreas de Formação: Meteorologia, Climatologia, Hidrologia);

**V** – APDC – Riscos relativos a Produtos perigosos: (Área de formação: Química, Engenharia Química);

**VI** – APDC – Transportes e Logística: (Áreas de formação: Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia de Transportes, Logística);



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255440318600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim



**VII** – APDC – Assistência Humanitária: (Áreas de formação: Assistência Social, Ciências Sociais, Antropologia);

**VIII** – APDC – Riscos relativos a Incêndios florestais (Áreas de Formação: Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental);

**IX** – APDC – Riscos relativos a Epidemias e Infestações: (Áreas de Formação: Zootecnia, Agronomia, Zoologia, Biologia, Áreas de Saúde em geral);

**X** – APDC – Geoprocessamento: (Áreas de Formação: Geografia, Engenharia Cartográfica);

**XI** – APDC – Gestão de dados e sistemas: (Área de formação: Ciência da Computação, Engenharia de dados, Processamento de dados, Engenharia da computação).”

“**Art. 209-7.** Os ocupantes do cargo de APDC serão remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, cabendo a percepção de adicional referente às atividades de prontidão, sobreaviso, trabalho noturno e em dias não úteis, plantão, periculosidade e insalubridade.

**Parágrafo único.** Os valores do subsídio e dos adicionais tratados no caput são os constantes do Anexo I desta emenda.”

“**Art. 209-8.** Os ocupantes do cargo de APDC não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, incluídos:

**I** – vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas – VPNI, de qualquer origem e natureza;

**II** – diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

**III** – valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

**IV** – valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255440318600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim



V – valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI – vantagens incorporadas a proventos ou pensões por força do disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII – abonos;

VIII – valores pagos a título de representação.”

“**Art. 209-9.** O subsídio dos ocupantes do cargo de APDC não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto em legislação e regulamentação específica, de:

I – gratificação natalina;

II – adicional de férias;

III – abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, da Constituição, e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019;

IV – retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V – parcelas indenizatórias previstas em lei.”

“**Art. 209-10º** O desenvolvimento do servidor na Carreira Federal de Proteção e Defesa Civil ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, observadas as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira – Sidec, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.”

“**Art. 209-11.** Os ocupantes do cargo de APDC somente poderão:

I – ser requisitados pela Presidência ou pela Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei;

II – ser cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo federal para o exercício de Cargo Comissionado Executivo – CCE ou de Função Comissionada Executiva – FCE de nível mínimo 13 ou equivalente;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255440318600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim



III – ser cedidos para órgãos ou entidades de outros Poderes da União para o exercício de CCE ou de FCE de nível mínimo 15 ou equivalente; ou

IV – ser cedidos para o exercício de cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de CCE ou de FCE de nível 15 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de quinhentos mil habitantes.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo instituir a Carreira Federal de Proteção e Defesa Civil no âmbito da administração pública federal, como forma de consolidar um corpo técnico **especializado e permanente** para atuar nas diversas fases da gestão de riscos e de desastres no território nacional.

O Brasil é um país de dimensões continentais, que possui distintas características ambientais nas suas 05 regiões geográficas. Cada uma delas possui especificidades relacionadas ao clima e outras condições naturais que favorecem a ocorrência eventos meteorológicos e climatológicos que podem levar à ocorrência de desastres.

Complementarmente, o Brasil possui uma condição socioeconômica que reflete uma dívida social histórica com as camadas mais pobres da sociedade. A imensa pobreza, e a insuficiência das políticas públicas nacionais ao longo da história levaram um grande contingente de brasileiros e brasileiras a viverem em áreas de alta vulnerabilidade e exposição a desastres.

A título de ilustração da importância dessa dimensão, apenas nos mais de 1.700 municípios mapeados pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB), existem aproximadamente 1,6 milhão de domicílios inseridos em 15.565 áreas de risco de desastres de natureza hidro-geológica, relacionados aos deslizamentos de terra e inundações.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255440318600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim



Cumprе ressaltar que a condição de vulnerabilidade social existente no Brasil (ainda) é o fator preponderante para as causas dos desastres no país, sem deixar de levar em conta o inegável processo de mudanças do clima em curso, que vem potencializando de maneira sem precedentes a intensidade, a frequência e a abrangência dos impactos desses desastres.

A questão climática é outro fator extremamente importante, que traz ainda mais relevância ao papel dos órgãos de proteção e defesa civil em sua competência legal na gestão dos riscos e dos desastres no país. Os desastres decorrentes de eventos adversos relacionados ao excesso de chuvas, ou à falta delas, e das condições climatológicas, sempre constituíram um desafio para as instituições de proteção e defesa civil, dada a pouca estrutura e insuficiência de pessoal. Com as mudanças do clima, a escala dos desastres está alcançando proporções monumentais que evidenciam ainda mais a defasagem dessas instituições frente a essa nova realidade. O desastre histórico ocorrido Rio Grande do Sul e a crise sem precedentes de secas e incêndios ocorrida nas regiões norte e centro-oeste do Brasil em 2024 são prova cabal dessa percepção.

A Lei 12.608/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, e estabeleceu que ela abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres.

A PNPDEC tem entre seus objetivos a promoção da continuidade das ações de proteção e defesa civil. Trata-se de medida essencial para a gestão dos riscos e dos desastres.

No entanto, o que se observa historicamente no cenário nacional é uma insuficiência crônica de governança das ações de proteção e defesa civil, em especial nas ações de caráter preventivo. Via de regra, tal cenário guarda relação direta com a precariedade estrutural e funcional das instituições de proteção e defesa civil nacionais.

A deficiência de quadro funcional de servidores dedicados à proteção e defesa civil corrobora para uma das maiores mazelas no espectro das ações da PNPDEC, a perda constante de conhecimentos, e a recorrente condição de despreparo e desinformação. O fato ocorre porque as instituições de proteção e defesa civil são usualmente ocupadas por profissionais sem vínculos com a casa,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255440318600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim





sendo geramente cedidos ou improvisados de outras áreas e mesmo ocupantes de cargos por indicações políticas.

Os conhecimentos necessários para a atuação na proteção e defesa civil não são corriqueiramente disponíveis em outras instâncias. Trata-se de um nicho de saberes muito específicos que a própria atuação na área, acompanhada de capacitações especiais, podem fornecer. As instituições de proteção e defesa civil seguem ano após ano perdendo seus profissionais, voltando recorrentemente à estaca zero de conhecimento e capacidade na gestão dos riscos e dos desastres.

No órgão federal de proteção e defesa civil, não é diferente. A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – Sedec, é nomeada como Órgão Central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, que tem a função de coordenar e articular os atores que o integram, contudo, é uma instituição desprovida de quadro técnico próprio, sendo majoritariamente composta por servidores de outras áreas de governo, com vínculos fracos para sua permanência, havendo um frequente esvaziamento de seu quadro profissional.

Adicionalmente, as atividades de proteção e defesa civil envolvem permanentemente necessidades de plantão, prontidão, sobreaviso, deslocamentos e trabalhos realizados em períodos noturnos, finais de semana e feriados, dadas as intrínsecas características das ocorrências dos desastres, que não possuem dia nem hora para acontecer.

Nos deslocamentos de campo para atuação em cenários de desastres os servidores autantes na Sedec comumente são expostos a situações perigosas em áreas que colocam em risco a sua integridade física, bem como expostos a condições insalubres, com imprevisibilidade de descanso, alimentação regular e intensa exposição a intempéries.

Tal situação é suportada por alguns servidores abnegados que o fazem mesmo não dispondo de cobertura trabalhista em suas respectivas carreiras de origem para essas atividades, não percebendo qualquer tipo de remuneração relativa a essas ações. Trata-se de atividades realizadas quase que em sentido de voluntariado.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255440318600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim



\*CD255440318600\*  
ExEdit



Ainda, além dos conhecimentos de proteção e defesa civil, requeridos para a gestão de riscos e de desastres, há saberes específicos requeridos, a exemplo de engenharia, geologia, geografia, sociologia, assistência humanitária, meteorologia, química, entre outros. Isso produz a necessidade de profissionais duplamente especializados, não encontrados nas carreiras normais de estado.

Dada a alta especificidade dos conhecimentos requeridos, as características do rito de trabalhista diferenciado, bem como as questões de exposição dos servidores que atuam na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, é fundamental a criação de carreira federal dedicada, dotada dos mecanismos apropriados para o desempenho das ações requeridas.

A constante perda de profissionais que ocorre na Sedec, que não suportam a condição recorrente dos trabalhos conforme relatado, faz com que o órgão central do SINPDEC opere em condição de insuficiência frente às demandas produzidas pelo Brasil, com sua condição de país continental, elevadíssima vulnerabilidade social e frequentemente acometido por desastres de diversas origens, dos quais uma parcela relevante vem sendo intensamente agravada pelas mudanças do clima.

Essa situação põe em risco as capacidades do estado brasileiro em gerir os riscos de desastres e de fornecer à altura as ações de resposta e recuperação, encabeçadas pela Sedec. Atividades como monitoramento integrado, disseminação de alertas e avisos, bem como articulação institucional e interfederativa dos sistemas federal, estaduais, do DF e municipais correm sérios riscos de interrupção.

A criação de uma carreira federal de proteção e defesa civil é uma medida urgente e necessária para a continuidade das ações de gestão de riscos e de desastres no país, sob pena de recaírem sobre a população mais vulnerável as consequências dos desastres. Trata-se de medida que, embora tardia, promoverá efetivo fortalecimento do SINPDEC, e aprimoramento da capacidade estatal na temática.

A criação da carreira federal de proteção e defesa civil alinha-se aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público, previstos no art. 37

\*CD255440318600\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255440318600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim



da Constituição Federal, além de promover a valorização de servidores públicos especializados em gestão de riscos e de desastres.

Por fim, a criação dessa Carreira será uma medida estratégica para fortalecer a capacidade do Estado em gerenciar emergências e desastres, que têm se tornado cada vez mais frequentes e intensos devido às mudanças climáticas. A nova carreira permitirá a formação de um corpo técnico especializado, dedicado exclusivamente ao desenvolvimento e implementação de ações eficazes de gestão de riscos e de desastres, no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Kiko Celeguim**  
(PT - SP)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255440318600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim



\*CD255440318600\*  
ExEdit



ANEXO I

TABELA DE SUBSÍDIO DA CARREIRA FEDERAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL,  
PARA O CARGO DE ANALISTA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	24.788,80	26.086,10
	IV	24.055,12	25.314,02
	III	23.354,49	24.576,72
	II	22.674,26	23.860,89
	I	22.285,71	23.400,00
C	V	21.714,29	22.800,00
	IV	21.000,00	22.050,00
	III	20.476,19	21.500,00
	II	20.133,33	21.140,00
	I	19.809,52	20.800,00
B	V	19.047,62	20.000,00
	IV	18.742,86	19.680,00
	III	18.380,95	19.300,00
	II	18.120,17	19.068,47
	I	17.958,54	18.898,39
A	V	17.606,42	18.527,83
	IV	16.848,25	17.729,98
	III	16.323,81	17.140,00
	II	15.597,14	16.755,00
	I	14.764,06	15.536,72

exEdit  
\*CD255440318600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255440318600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim



**MPV 1286  
00457**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, no caput do art. 7-A e Anexo CCXXIV, acrescente-se os parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 7-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos que compõem o Plano de Carreira em cada nível de classificação serão estruturados em dezenove padrões de vencimento, mantida a diferença percentual única e constante entre os padrões e em todos os níveis de classificação, conforme correlação estabelecida no Anexo I-D.” (NR)

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2025, o vencimento básico das classes integrantes do Plano de Carreira terá como referência o piso do nível de classificação E, nas seguintes correlações:

- a) 36% do Piso do E, para o nível de classificação A;
- b) 40% do Piso do E, para o nível de classificação B;
- c) 50% do Piso do E, para o nível de classificação C; e
- d) 61% do Piso do E, para o nível de classificação D.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2025, a diferença (“step”) entre cada padrão de vencimento será de 4,0% e a partir de 1º de abril de 2026 será de 4,1%.

**JUSTIFICAÇÃO**

Essa lista de correlações entre os níveis de classificação e as diferenças de acréscimos percentuais entre os padrões de vencimento, se



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256858936300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



constituem em elementos estruturantes da carreira PCCTAE, devendo, portanto, constar expressamente na Medida Provisória e seu Anexo, de modo a garantir a constituição da malha salarial, conforme a Cláusula 2ª, alíneas A, D e E do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256858936300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



**MPV 1286  
00458**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, Art. 7-B,  
com a seguinte redação:

“Art. 7º-

B.....

.....

I - Técnico em Educação, cargo de complexidade média, com atribuições voltadas a assistência técnica especializada às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando o nível de classificação D; e

II - Analista em Educação, cargo de complexidade alta, com atribuições voltadas às atividades especializadas técnico-administrativas relativas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando nível de classificação E.

§ 4º As áreas, as especialidades, a formação e as atribuições específicas para os cargos a que se refere os incisos I e II do caput serão estabelecidas em regulamento, proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, nos termos do art. 22.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254049716700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



## JUSTIFICAÇÃO

Precisamos adequar no texto da medida provisória as atribuições dos cargos amplos às necessidades institucionais já previstas no Art. 8º da Medida Provisória, e retirar conflitos textuais com as atribuições gerais dos cargos da carreira.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
(PT - BA)  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254049716700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção





**MPV 1286  
00459**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, a inclusão dos § 1º e § 2º no Art. 11 da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art.

11.....

.....

§ 1º Os ocupantes dos cargos de Médico, Médico/Área, Médico do Trabalho, Engenheiro do Trabalho, Arquiteto do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Regente e Sanitarista do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal, de pós-graduação lato sensu, ao apresentarem a certificação de uma segunda formação *lato sensu*.

§ 2º Os ocupantes dos cargos de nível médio profissionalizante ou com curso técnico do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal quando apresente uma segunda certificação de curso técnico.

**JUSTIFICAÇÃO**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254733823800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



Esta emenda visa garantir a isonomia de tratamento com os demais profissionais que integram o PCCTAE, Lei nº 11.091/2005, considerando que os demais cargos não têm como requisito para o ingresso no cargo a certificação de especialista ou curso médio profissionalizante ou curso técnico. Os ocupantes dos cargos só podem alcançar o Incentivo a Qualificação (IQ) a partir da graduação, para o nível de classificação D ou do mestrado, para o nível de classificação E. A proposta de alteração é para que esses servidores tenham a possibilidade de apresentar uma segunda certificação, como forma de obtenção do primeiro IQ, assim como os demais servidores.

Essa alteração não gera impacto orçamentário na Medida Provisória, pois já está previsto na Lei nº 11.091/2005 e cada servidor que alcançar o IQ é considerado aumento vegetativo da folha. O IQ foi implantado em 2006.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254733823800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



\*CD254733823800\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00460**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Altera a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil e dá outras providências", para exigir nível superior para ingresso no cargo de Técnico do Banco Central do Brasil.

Acrescenta-se ao Art. 1º-A do Art. 2º da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, a seguinte redação:

“Art. 1º-A A partir de 1º de janeiro de 2025, o cargo de Analista do Banco Central do Brasil, da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, passa a denominar-se Auditor do Banco Central do Brasil e o cargo de Técnico do Banco Central do Brasil, da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, passa a ser de nível superior.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe incluir na Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, dispositivo que altera o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, Lei Federal nº 9.650, de 27 de maio de 1998, especificamente no que diz respeito ao **reconhecimento do nível superior do cargo de Técnico do Banco Central do Brasil**, que é fruto de debate no âmbito do Banco Central e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG desde 2005. Destaca-se que a emenda em questão, de acordo com a jurisprudência

\* CD 253381472200 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253381472200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



do STF, está em conformidade com o tema abordado nesta Medida Provisória e não resulta em aumento de despesas para o Banco Central.

Salienta-se que a alteração de escolaridade proposta já foi objeto de negociação no então Governo da Presidenta Dilma Rousseff, celebrado no âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do MPOG, resultando no **Termo de Acordo nº 31/2015**.

As principais justificativas para a alteração do ingresso no cargo de Técnico, estão demonstradas em documentos do Banco Central e dos grupos de trabalho conduzidos pela Secretaria de Recursos Humanos do então MPOG, datados do período de 2005 a 2023. O desafio imposto por uma realidade econômica cada vez mais complexa e em constante transformação, tanto no cenário nacional quanto no internacional, exige que a Autarquia se adapte e inove para cumprir as novas atribuições que vem recebendo nas duas últimas décadas. Projetos disruptivos como o Pix, *Open Finance* e o Drex, a nova moeda digital brasileira, têm sido desenvolvidos no âmbito da Autarquia para acompanhar essas mudanças.

Assim, desde 2005, tem-se debatido dentro do Banco Central a necessidade de "modernizar" o cargo de Técnico, pois os ocupantes desse cargo passaram a desempenhar atividades cada vez mais complexas e com maiores responsabilidades, de forma a assessorar adequadamente Auditores e Procuradores do Banco Central. Trata-se, portanto, de incorporar ao texto da lei o que já acontece na prática, refletindo o aprimoramento que vem ocorrendo das funções do Técnico do Banco Central, que contribui para um melhor aproveitamento do capital intelectual disponível, atendendo às necessidades da Instituição.

Cabe ressaltar que: a) a relação entre Auditores, Procuradores e Técnicos do Banco Central será mais eficiente quando os ocupantes desses cargos possuírem formação acadêmica de mesmo nível; b) para os Técnicos, essa exigência se limitaria ao requisito de nível superior em concurso público, enquanto para os demais cargos do Banco Central são necessários ainda títulos, certificações adicionais – conforme exigência da área em que irão atuar, ou etapas específicas; c) as atribuições de cada cargo do Banco Central são distintas e atualmente definidas em lei, não havendo possibilidade de sobreposição entre os

\* 0 2 5 3 3 8 1 4 7 2 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253381472200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



três cargos de nível superior; d) o patamar atual de remuneração dos Técnicos corresponde a uma remuneração de nível superior, justificando assim a alteração da exigência de escolaridade.

Sobre a constitucionalidade da medida, não há impedimento para a mudança do requisito de ingresso no cargo de Técnico do Banco Central. Esse entendimento é possível quando se considera que se trata apenas de um rearranjo administrativo-institucional proposto pela autarquia, sem que isso implique em qualquer forma de provimento derivado, violação às regras de concurso público ou aos requisitos de escolaridade.

Como forma de exemplificar, destaca-se ainda que diversas carreiras públicas se modernizaram por meio da referida medida, tanto no âmbito federal, quanto no estadual e no municipal. Cite-se: Receita Federal (Lei Federal nº 10.593/2002), Polícia Rodoviária Federal (Lei Federal nº 11.784/2008), Câmara dos Deputados (Lei Federal nº 12.256/2010), Poder Judiciário da União (Lei Federal nº 14.456/2022) e Ministério Público da União (Lei Federal nº 14.591/2023).

Por fim, sejam pelas questões fáticas, normativas ou jurisprudenciais, inexistente inconstitucionalidade formal, tampouco material, em alterar o requisito de ingresso para o cargo de Técnico do Banco Central, tratando-se, na verdade, de medida acertada em relação à evolução das carreiras, acompanhamento das mudanças aceleradas de cenário e adequação ao pleno cumprimento da missão institucional do Banco Central.

Diante das pontuações apresentadas, solicitamos a alteração desta Medida Provisória, e trazemos à luz tal alternativa de reconhecer na lei que o cargo de Técnico do Banco Central do Brasil detém perfil de atribuições compatíveis com escolaridade de nível superior.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253381472200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253381472200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286  
00461**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se na Medida Provisória, no seu artigo Art. 214, a alínea C, do inciso XV.

**JUSTIFICAÇÃO**

Todos os cargos que integram o PCCTAE precisam ter suas atribuições específicas, definidas e atualizadas às inovações tecnológicas do trabalho, em regulamento próprio, de forma a viabilizar a gestão dos processos de trabalho dos integrantes da carreira nas Instituições Federais de Ensino. Também é uma forma essencial de evitar ocorrências de desvios de funções do cargo.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção  
(PT - BA)  
Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251014290500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



**MPV 1286  
00462**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando os incisos I e III do Art. 18 da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art.

18.....

.....

I – unificação e transformação de cargos de mesma natureza, complexidade e similaridade.

II.....

III - posicionamento do servidor ocupante dos cargos unificados ou transformados em nível de classificação, padrão de vencimento básico do cargo de destino, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

**JUSTIFICAÇÃO**

Os cargos da Administração Pública, incluídos os que integram o PCCTAE (Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005), vêm sofrendo efeitos da evolução histórica, mudanças no mundo do trabalho e na realidade social, novas formas de gestão e informatização decorrentes



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258862267400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção





do desenvolvimento tecnológico. É necessário que a Administração Pública apresente soluções para atualizar seu quadro de cargos com o aproveitamento dos atuais servidores às demandas da realidade atual. Entendemos que alterações que acompanhem as transformações do mundo do trabalho, a natureza e atribuições essenciais dos cargos são juridicamente permitidas e não violam a exigência de concurso público.

A presente emenda é derivada do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI.

A inclusão do texto proposto com as alterações da Lei 11091/2005, nos incisos I e III é fundamental para sustentar o processo de racionalização constante da Cláusula 13, alínea E do acordo. A possibilidade de transformar cargos, respeitados os limites constitucionais, permitirá o aproveitamento dos servidores sem aumento de despesas, ou seja, sem impacto financeiro para Medida Provisória.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258862267400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



\* CD 258862267400 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00463**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Altere-se a a Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir:

**Item 1** – Acrescente-se o art. 215 à Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, renumerando-se os demais:

**“Art. 215.** A Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 62-A:

**‘Art. 62-A.** Aos servidores integrantes das polícias judiciárias mantidas pela União, regidos por esta Lei, é assegurada a simetria dos subsídios, sendo vedado o tratamento discriminatório entre policiais federais, policiais civis do Distrito Federal e policiais civis dos ex-Territórios.”

**Item 2** – Inclua-se na Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, onde couber, o seguinte dispositivo:

**“Art...** Altere-se a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**‘Art. 1º-A.** A partir de 1º de janeiro de 2026, o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF será destinado exclusivamente a prover os recursos necessários à assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, conforme disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.

§ 1º As dotações anteriormente previstas no FCDF, destinadas à organização e manutenção dos órgãos de segurança pública do Distrito Federal, nos termos do inciso XIV do art. 21



da Constituição Federal, passarão a compor fundo específico para segurança pública do Distrito Federal.

§ 2º As dotações referentes à assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos comporão o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) como recurso transferido ao ente distrital na forma de repartição de receita, sendo deduzidas da receita corrente líquida da União e incorporadas à receita corrente líquida do Distrito Federal”.

‘Art. 2º Entre 2003 e 2025, inclusive, o aporte anual de recursos orçamentários destinados ao FCDF será de R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), corrigido anualmente pela variação da receita corrente líquida da União.

.....’ (NR)

‘Art 2º-A. A partir de 1º de janeiro de 2026 o aporte anual de recursos orçamentários destinados a auxiliar na execução de serviços públicos continuará a ser corrigido na forma do artigo 2º, e corresponderá às dotações da assistência financeira para execução de serviços públicos no Distrito Federal constantes da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026 e consignadas à unidade orçamentária 73.105 – *Governo do Distrito Federal – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda*’.

‘Art. 2º-B. A partir de 1º de janeiro de 2026, o aporte de recursos destinados à manutenção dos órgãos de Segurança Pública do Distrito Federal, previstos no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, serão consignados e computados na unidade orçamentária: 30.919 – *Órgãos de Segurança Pública do DF – Recursos sob Supervisão do Ministério da Justiça e Segurança Pública*”.



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui dois objetivos principais: estabelecer a necessária isonomia entre as carreiras policiais mantidas pela União e adequar a estrutura do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) à sua concepção constitucional original.

No que tange à isonomia entre as carreiras policiais, a medida é desejável tendo em vista que a Polícia Civil do Distrito Federal é organizada e mantida pela União, nos termos do art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal, por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal. A competência para dispor sobre vencimentos dos policiais civis do Distrito Federal é da União, por força da Súmula Vinculante nº 39, do Supremo Tribunal Federal.

Atualmente, verifica-se um tratamento discriminatório injustificável entre carreiras que são mantidas pelo mesmo ente federativo, desempenham funções idênticas em órgãos de segurança pública análogos e submetem-se ao mesmo regime jurídico. A quebra da paridade de vencimentos entre policiais civis do Distrito Federal com os policiais federais, ocorrida no ano de 2016, além de ofender o primado principiológico de isonomia assegurado pela Constituição, representou uma verdadeira quebra de pacto com tais servidores[1].

Quanto à reestruturação do FCDF, a alteração é desejável para atender à recomendação constante do Acórdão nº 2.938/2018-TCU-Plenário. Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TC 019.364/2017-2), foi constatado que a intenção do constituinte derivado, ao aprovar a Emenda Constitucional nº 19/1998, não era misturar recursos federais com recursos distritais no Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Conforme apontado pelo TCU, a inclusão indevida das forças de segurança do DF no FCDF acarretou uma delegação indevida da competência da União de organizar e manter (despesa) estas instituições, tratando-se de competência material exclusiva (indelegável) conforme a jurisprudência e doutrina da repartição de competências à luz da Carta Política de 1988.

O modelo atual gerou um hibridismo indevido dos recursos destinados a suprir despesas de entes federativos distintos, acarretando diversas



irregularidades, como por exemplo a retenção indevida no Tesouro do DF do Imposto de Renda Retido na Fonte e as contribuições previdenciárias dos servidores da Polícia Civil do DF, Polícia Militar do DF e Corpo de Bombeiros Militar do DF.

A separação proposta pela emenda visa estabelecer mecanismos de financiamento das corporações de segurança segregado dos serviços públicos de saúde e de educação do Distrito Federal, em atendimento ao espírito do art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal. Com isso, pretende-se corrigir falhas na governança do FCDF que remetem à transparência insuficiente, duplicidade de instâncias controladoras e falhas no processo de gestão orçamentária e financeira.

A medida contribuirá para maior clareza e especificidade orçamentária, além de promover maior transparência na gestão dos recursos públicos. Os recursos necessários para prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos passarão a ser considerados transferências constitucionais excluídas da Receita Corrente Líquida da União, uma vez que se tratam de recursos destinados a assistir despesas primárias eminentemente distritais.

Dessa forma, com arrimo em fortes razões de interesse público e em observância às recomendações do Tribunal de Contas da União, pugna-se pela aprovação da presente emenda.

[1] O impacto financeiro da medida é similar ao da Emenda nº 161 à MPV 1286/2024.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Rogério Carvalho**  
(PT - SE)



**MPV 1286  
00464**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

**Inclua-se o art. 212 a seguir, renumerando-se os subsequentes:**

**Art. 212. O Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, passa a vigorar com as seguintes alterações:**

**“Art. 6º.....**

**Parágrafo único.....**

**.....**

**d) despesas com ressarcimento de gastos com saúde dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, ativos e aposentados.**

**Parágrafo único. Ato do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil estabelecerá os requisitos ao recebimento do ressarcimento de que trata a alínea d do caput, os critérios para inclusão de dependentes em planos de saúde, bem como os limites de recebimento do ressarcimento, que não poderá superar o valor individual de 10% (dez pontos percentuais) do maior vencimento básico do respectivo cargo em exercício.” (NR)**

ExEdit  
\*CD25389250000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253892500000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta pretende autorizar que recursos do Fundo de Desenvolvimento e Aparelhamento da Receita Federal ( FUNDAP) sejam utilizados para promover a saúde e o bem-estar dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, autoridades tributárias e aduaneiras do órgão, que exercem atividade essencial ao funcionamento do Estado Brasileiro, nos termos da EC 42/2003.

Em geral, a aplicação dos recursos do FUNDAP tem contribuído para que a Receita Federal seja reconhecida como uma Administração Tributária moderna, reconhecida internacionalmente pela vanguarda na implantação da declaração de IRPF pela internet. Mais recentemente, a implantação da declaração pré-preenchida é um exemplo que mostra como a Administração Tributária Federal brasileira vem sendo equipada para os desafios tecnológicos que se apresentam. No entanto, a mesma lei que trata do FUNDAP não traz previsão da aplicação de recursos destinados à saúde do principal ativo da organização, espinha dorsal de toda a Receita Federal, que são as autoridades tributárias e aduaneiras personificadas pelas brasileiras e brasileiros que ocupam o cargo de auditor fiscal da Receita Federal. É nesse sentido que segue a presente proposta, com o fito de corrigir tal distorção, de maneira a alocar parte dos recursos do Fundo em benefício da saúde e bem-estar de tais profissionais que trabalham para o Estado brasileiro. Sem que a autoridade tributária e aduaneira esteja em condições ideais de atuação, a administração tributária, o combate à sonegação, ao contrabando e ao descaminho, bem como o combate a entrada de armas e drogas no país não opera a contento e não cumpre seu desiderato legal e constitucional.

O uso dos recursos do FUNDAP para esse fim contribuirá significativamente para a qualidade de vida daqueles que são os principais responsáveis na garantia dos recursos para a realização de políticas públicas, bem como atuam decisivamente no controle de nossas fronteiras, portos e aeroportos. Nessa última atividade, atuam expondo suas vidas em atividades de repressão ao contrabando e ao descaminho, promovendo ações de grande impacto e risco de vida para evitar a entrada de drogas e armas pesadas no território nacional.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253892500000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



Nos últimos três anos, mais de 2 (dois) bilhões de reais foram apreendidos em drogas (cocaína e maconha), armas e munições pela atuação das equipes de repressão lideradas por auditores fiscais da Receita Federal.

O uso dos recursos do FUNDAF para promover a saúde o bem-estar dos auditores fiscais da Receita Federal não compromete a estabilidade orçamentária nem o equilíbrio fiscal. O FUNDAF possui fonte própria decorrente de atividades fiscais específicas e saldo recorrentemente superavitário. Portanto, sua utilização para o fim proposto não impacta as despesas correntes ou investimentos previstos no orçamento geral da União. A existência de recurso no referido fundo garante que mesmo com a implantação da presente proposta os recursos para modernização do fisco federal continuarão sendo providos integralmente pelo fundo.

Por fim, essa medida se alinha com os princípios da gestão pública moderna que valorizam a motivação e o bem-estar do elemento humano como fatores essenciais de sucesso das políticas públicas.

Vale ressaltar que tratamento idêntico foi dispensado à Polícia Federal, inclusive adotando como fonte de receitas o FUNAPOL, conforme previsto na Lei [14.369, de 15 de junho de 2022](#), e, recentemente, aos advogados públicos e procuradores (AGU), por meio da Resolução CCHA nº 16/2024, de 7 de outubro de 2024, que regulamentou o pagamento de Auxílio Saúde Suplementar.

Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
**(PL - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253892500000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga





**MPV 1286  
00465**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** A tabela b do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela e do Anexo CCXXIV.”

“**Art.** A tabela a do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.”

“**Art.** Esses dispositivos entram em vigor na data da sua aprovação e será retroativa a 1º de janeiro de 2025 para fins financeiros.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser *de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026*. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários. Isto **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, **que em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259425537400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



**as classes PCCTAE.** O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005;**

2 – A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua **cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

**TERMO DE ACORDO# 11/2024**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259425537400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arrepio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

**§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder**, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259425537400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que

\*CD259425537400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259425537400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sanderson**  
**(PL - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259425537400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



**MPV 1286**  
**00466**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 17-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. xx. O “caput” do art. 2º do Decreto Nº 3.184, DE 27 DE SETEMBRO DE 1999. passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 2º A indenização de transporte corresponderá ao valor diário de R\$ 78,09.’”

**JUSTIFICAÇÃO**

O Decreto Nº 3.184, DE 27 DE SETEMBRO DE 1999, definiu o valor da indenização de transporte, paga ao servidor federal que utiliza veículo próprio na suas atividades laborais em favor da administração federal.

Contudo, desde setembro de 1999, o valor dessa Indenização se acha congelado em R\$ 17,00 e não foi reajustado em nenhum momento.

A presente emenda visa, assim, corrigir o valor devido, com base no IPCA acumulado desde então e até dezembro de 2024, no percentual de 359 %, de forma a compensar, de forma mais próxima do adequado, a disponibilidade de veículo próprio do servidor. O valor proposto (R\$ 78,09) resulta, apenas, da correção inflacionária, portanto.

A demanda atende de forma especial à carreira da Auditoria Fiscal do Trabalho, cujo integrantes utilizam prioritariamente veículos próprios das atividades de fiscalização do trabalho. O uso de veículo próprio pela Auditoria do Trabalho é essencial para a eficiência da prestação do serviço, o que ao longo dos anos foi comprometida pela ausência da correção da indenização de Transporte e pelas correções do custo de combustível, pneus, seguro veicular, etc, sendo

ExEdit  
\*CD252868408000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252868408000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tadeu Veneri



impossível indenizar esses gastos com o atual valor de R\$ 17,00 por dia de uso do veículo próprio.

A utilização do carro próprio supre lacunas logísticas insuperáveis, como exemplo, pode ser citada a Superintendência Regional do Trabalho no Paraná, que conta com somente 01 motorista contratado, disponível para a fiscalização em todo o estado.

Trata-se de despesa indenizatória, e não de despesa com pessoal, e, portanto, não sujeita ao art. 169 da CF e ao disposto no art. 116 do PLDO, quanto à necessidade de previsão no Anexo V da LOA.

Aprovada a emenda, caberá ao Poder Executivo promover a suplementação orçamentária necessária, com recursos já previstos em reserva de contingência.

Não haverá, assim, qualquer aumento efetivo nas despesas autorizadas, ou alteração no teto de despesas do Poder Executivo, nem descumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, ou qualquer impacto nas metas de resultado primário.

Por ser questão que não pode mais ficar à espera de solução, visto que o congelamento se arrasta há mais de vinte e cinco anos, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares, valorizando a atuação dos servidores em sua missão constitucional e civilizatória.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Tadeu Veneri**  
**(PT - PR)**  
**DEPUTADO FEDERAL**

**Deputado Padre João**  
**(PT - MG)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252868408000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tadeu Veneri



**MPV 1286  
00467**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação aos seguintes dispositivos da Medida Provisória nº 1.286, de 2024:

**Art. 3º**

(…)

§ 7º A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos mencionados no caput do art. 3º observarão a correlação estabelecida no Anexo IV-C. (NR)

**Art. 3º-D** A partir de 1º de janeiro de 2025, os ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos, referidos nos arts. 3º-A, 3º-B e 3º-C, serão remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo II-B.

§ 1º Não serão devidas aos titulares dos cargos do Plano Especial de Cargos mencionados nos arts. 3º-A, 3º-B e 3º-C as seguintes espécies remuneratórias:

I - vencimento básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes (GDIT);

III - Gratificação de Qualificação (GQ);

IV - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT (GDAPEC);

V - vantagens pessoais e Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), de qualquer origem e natureza;

VI - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

VII - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de



Para verificar a assinatura, acesse <http://www.mec.gov.br/assinatura>.  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto





função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

VIII - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

IX - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

X - vantagens incorporadas a proventos ou a pensões, com fundamento nos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

XI - abonos;

XII - valores pagos a título de representação;

XIII - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

XIV - adicional noturno;

XV - vantagem pecuniária individual, prevista na Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

XVI - Gratificação de Atividade, prevista na Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992; e

XVII - outros adicionais e gratificações, de qualquer origem e natureza, não mencionados no § 3º.

§ 2º Os titulares dos cargos do Plano Especial de Cargos mencionados nos arts. 3º-A, 3º-B e 3º-C não poderão perceber, cumulativamente com o subsídio, quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

§ 3º O subsídio percebido pelos titulares dos cargos do Plano Especial de Cargos mencionados nos arts. 3º-A, 3º-B e 3º-C não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específicas, das seguintes espécies remuneratórias:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência, conforme disposto no art. 40, § 19, da Constituição e nos arts. 3º, § 3º, 8º e 10, § 5º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; e

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.

§ 4º O disposto no § 3º também se aplica a parcelas indenizatórias previstas em lei.

§ 5º Na hipótese de redução de remuneração, provento ou pensão em decorrência da aplicação desta Lei aos titulares dos cargos do Plano Especial de Cargos mencionados nos arts. 3º-A, 3º-B e 3º-C, a eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória. Essa parcela será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira, seja por progressão funcional, promoção ordinária ou extraordinária, reorganização ou reestruturação do cargo, carreira ou remunerações previstas nesta Lei, ou pela concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza.

§ 6º A parcela complementar de subsídio a que se refere o § 5º estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. (NR)

**Art. 3º-E** Aplica-se o disposto no art. 3º-C desta Lei às aposentadorias e pensões instituídas pelos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos mencionados nos arts. 3º-A, 3º-B e 3º-C, que tenham como critério de reajuste a paridade, conforme disposto nas Emendas Constitucionais nº 41, de 19 de dezembro de 2003, nº 47, de 5 de julho de 2005, e nº 103, de 12 de novembro de 2019. (NR)

**Art. 112** Os Anexos I, III, III-A, IV e IV-A da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passam a vigorar na forma dos Anexos CLXXXI, CLXXXVII e CLXXXVIII desta Medida Provisória.

**Art. 113** A Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar acrescida dos Anexos II-A, II-B, IV-B e IV-C, conforme estabelecido nos Anexos LXXXVII e CLXXXVIII desta Medida Provisória.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto

\*CD251791532100\*



ANEXO CLXXXI

(Anexo I à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

"ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DOS CARGOS DAS CARREIRAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

TABELA I

.....

.....

TABELA II - A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Analista em Infraestrutura de Transportes  Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes  Analista Administrativo  Técnico Administrativo	ESPECIAL	V
		IV
		III
		II
		I
	C	V
		IV
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

" (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



(Anexo III à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

TABELA I

.....

....

TABELA II - A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT	ESPECIAL	V
		IV
		III
		II
		I
	C	V
		IV
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

" (NR)

\*CD251791532100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



**ANEXO CLXXXVII**

(Anexo II-A à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

**"TABELA DE SUBSÍDIO DOS CARGOS DAS CARREIRAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT**

a) Subsídio dos cargos da Carreira de Infraestrutura de Transportes:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	24.788,80	26.086,10
	IV	24.056,10	25.315,05
	III	23.355,44	24.577,72
	II	22.675,18	23.861,86
	I	22.014,74	23.166,85
C	V	21.270,28	22.383,43
	IV	20.751,49	21.837,49
	III	20.245,36	21.304,87
	II	19.751,57	20.785,24
	I	19.269,82	20.278,28
B	V	18.618,18	19.592,54
	IV	18.164,08	19.114,67
	III	17.721,05	18.648,46
	II	17.288,83	18.193,62
	I	16.867,15	17.749,87
A	V	16.296,76	17.149,63
	IV	15.899,28	16.731,35
	III	15.511,49	16.323,27
	II	15.133,16	15.925,14
	I	14.764,06	15.536,72

\*CD251791532100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



b) Subsídio dos cargos da Carreira de Suporte à Infraestrutura de Transportes:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	11.962,07	12.560,15
	IV	11.647,86	12.230,23
	III	11.341,64	11.908,70
	II	11.043,47	11.595,62
	I	10.753,14	11.290,77
C	V	10.260,63	10.773,64
	IV	9.990,88	10.490,40
	III	9.728,22	10.214,61
	II	9.472,46	9.946,07
	I	9.223,43	9.684,59
B	V	8.800,98	9.241,02
	IV	8.569,60	8.998,07
	III	8.344,30	8.761,51
	II	8.124,93	8.531,17
	I	7.911,32	8.306,88
A	V	7.548,97	7.926,41
	IV	7.350,51	7.718,02
	III	7.157,26	7.515,11
	II	6.969,09	7.317,54
	I	6.785,87	7.125,16

\*CD251791532100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



c)Subsídio dos cargos da Carreira de Analista Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	20.733,67	21.272,75
	IV	20.205,35	20.730,69
	III	19.712,54	20.225,06
	II	19.231,75	19.731,77
	I	18.762,68	19.250,51
C	V	17.971,92	18.439,19
	IV	17.533,58	17.989,45
	III	17.105,93	17.550,68
	II	16.688,71	17.122,61
	I	16.281,67	16.704,99
B	V	15.595,47	16.000,95
	IV	15.215,09	15.610,68
	III	14.843,99	15.229,93
	II	14.481,94	14.858,47
	I	14.128,72	14.496,07
A	V	13.533,26	13.885,12
	IV	13.203,18	13.546,46
	III	12.881,15	13.216,06
	II	12.566,98	12.893,72
	I	12.260,47	12.579,24

\*CD251791532100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



d) Subsídio dos cargos da Carreira de Técnico Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	10.921,67	11.467,75
	IV	10.619,13	11.150,08
	III	10.319,85	10.835,84
	II	10.029,01	10.530,46
	I	9.746,37	10.233,68
C	V	9.247,03	9.709,37
	IV	8.986,42	9.435,73
	III	8.733,16	9.169,81
	II	8.487,04	8.911,38
	I	8.247,85	8.660,23
B	V	7.825,28	8.216,54
	IV	7.604,74	7.984,98
	III	7.390,42	7.759,94
	II	7.182,14	7.541,24
	I	6.979,73	7.328,71
A	V	6.622,13	6.953,24
	IV	6.435,50	6.757,28
	III	6.254,13	6.566,84
	II	6.077,87	6.381,77
	I	5.906,58	6.201,91

" (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto





(Anexo II-B à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

TABELA DE SUBSÍDIO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

a) Subsídio dos cargos de nível superior de Arquiteto, de Economista, de Engenheiro, de Engenheiro Agrônomo, de Engenheiro de Operações, de Estatístico e de Geólogo Carreira de Infraestrutura de Transportes do Plano Especial de Cargos:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	24.788,80	26.086,10
	IV	24.056,10	25.315,05
	III	23.355,44	24.577,72
	II	22.675,18	23.861,86
	I	22.014,74	23.166,85
C	V	21.270,28	22.383,43
	IV	20.751,49	21.837,49
	III	20.245,36	21.304,87
	II	19.751,57	20.785,24
	I	19.269,82	20.278,28
B	V	18.618,18	19.592,54
	IV	18.164,08	19.114,67
	III	17.721,05	18.648,46
	II	17.288,83	18.193,62
	I	16.867,15	17.749,87
A	V	16.296,76	17.149,63
	IV	15.899,28	16.731,35
	III	15.511,49	16.323,27
	II	15.133,16	15.925,14
	I	14.764,06	15.536,72

\*CD251791532100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



b) Subsídio dos cargos de nível intermediário de Agente de Serviços de Engenharia, de Técnico de Estradas e de Tecnologista e demais cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	11.962,07	12.560,15
	IV	11.647,86	12.230,23
	III	11.341,64	11.908,70
	II	11.043,47	11.595,62
	I	10.753,14	11.290,77
C	V	10.260,63	10.773,64
	IV	9.990,88	10.490,40
	III	9.728,22	10.214,61
	II	9.472,46	9.946,07
	I	9.223,43	9.684,59
B	V	8.800,98	9.241,02
	IV	8.569,60	8.998,07
	III	8.344,30	8.761,51
	II	8.124,93	8.531,17
	I	7.911,32	8.306,88
A	V	7.548,97	7.926,41
	IV	7.350,51	7.718,02
	III	7.157,26	7.515,11
	II	6.969,09	7.317,54
	I	6.785,87	7.125,16

\*CD251791532100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



c) Subsídio dos demais cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	20.733,67	21.272,75
	IV	20.205,35	20.730,69
	III	19.712,54	20.225,06
	II	19.231,75	19.731,77
	I	18.762,68	19.250,51
C	V	17.971,92	18.439,19
	IV	17.533,58	17.989,45
	III	17.105,93	17.550,68
	II	16.688,71	17.122,61
	I	16.281,67	16.704,99
B	V	15.595,47	16.000,95
	IV	15.215,09	15.610,68
	III	14.843,99	15.229,93
	II	14.481,94	14.858,47
	I	14.128,72	14.496,07
A	V	13.533,26	13.885,12
	IV	13.203,18	13.546,46
	III	12.881,15	13.216,06
	II	12.566,98	12.893,72
	I	12.260,47	12.579,24



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



\*CD251791532100\*



d) Subsídio dos cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	10.921,67	11.467,75
	IV	10.619,13	11.150,08
	III	10.319,85	10.835,84
	II	10.029,01	10.530,46
	I	9.746,37	10.233,68
C	V	9.247,03	9.709,37
	IV	8.986,42	9.435,73
	III	8.733,16	9.169,81
	II	8.487,04	8.911,38
	I	8.247,85	8.660,23
B	V	7.825,28	8.216,54
	IV	7.604,74	7.984,98
	III	7.390,42	7.759,94
	II	7.182,14	7.541,24
	I	6.979,73	7.328,71
A	V	6.622,13	6.953,24
	IV	6.435,50	6.757,28
	III	6.254,13	6.566,84
	II	6.077,87	6.381,77
	I	5.906,58	6.201,91

" (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



**ANEXO CLXXXVIII**

(Anexo IV-B à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

“TABELA DE CORRELAÇÃO DAS CARREIRAS DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, SUPORTE À INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ANALISTA ADMINISTRATIVO E TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

SITUAÇÃO ATUA			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Analista em Infraestrutura de Transportes	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	
		II	IV		
		I	III		
Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes	B	V	II	C	Analista em Infraestrutura de Transportes
		IV	I		
		III	V		
		II	IV		
Analista Administrativo	A	I	III	B	Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes
		V	II		
		IV	I		
		III	V		
Técnico Administrativo		II	IV	A	Analista Administrativo
		I	III		
			II		
			I		

” (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



(Anexo IV-C à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

"TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT"

TABELA I

.....

....

TABELA II - A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE				
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO		
Cargos de nível superior, Intermediário e auxiliar Cargos do DNIT	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	Cargos de nível superior, Intermediário e auxiliar Cargos do DNIT		
		II	IV				
		I	III				
	C	VI	II			C	
		V	I				
		IV	V				
		III	IV				
		II	III				
		I	II				
		B	VI	I			B
			V	V			
	IV		IV				
	III		III				
	II		II				
	I		I				
	A	V	V	A			
		IV	IV				
		III	III				
		II	II				
		I	I				

" (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda é importante para promover uma simplificação e racionalização da estrutura remuneratória dos servidores do DNIT, ao mesmo tempo em que protege direitos essenciais e garante a continuidade dos benefícios previdenciários. Isso contribui para uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos, além de assegurar a justiça e a equidade na remuneração dos servidores.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Castro Neto**  
**(PSD/PI)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251791532100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Castro Neto



**MPV 1286  
00468**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

**Item 1** – Dê-se nova redação ao § 7º do art. 3º e aos arts. 3º-D e 3º-E, todos da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, na forma proposta pelo art. 111 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 3º .....**

**.....**

**§ 7º** A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos de que tratam o Art. 3º do caput observarão a correlação estabelecida na forma do Anexo IV-C.” (NR)

**“Art. 3º-D.** A partir de 1º de janeiro de 2025, os ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos de que trata o art. 3º A, 3º B e 3º C, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo II-B

**§ 1º** Não serão devidas aos titulares de cargos do Plano Especial de Cargos de que trata o art. 3º A, 3º B e 3º C, as seguintes espécies remuneratórias:

**I** – vencimento básico;

**II** – Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes - GDIT;;

**III** – Gratificação de Qualificação – GQ;

**IV** – Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do Dnit - GDAPEC;

**V** – vantagens pessoais e Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, de qualquer origem e natureza;

**VI** – diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;





**VII** – valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo em comissão;

**VIII** – valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou a décimos;

**IX** – valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

**X** – vantagens incorporadas a proventos ou a pensões com fundamento no disposto nos art. 180 e art. 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e nos art. 190 e art. 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

**XI** – abonos;

**XII** – valores pagos a título de representação;

**XIII** – adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

**XIV** – adicional noturno;

.....

**XVI** – vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003;

**XVII** – Gratificação de Atividade, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992; e

**XVIII** – outros adicionais e gratificações, de qualquer origem e natureza, não mencionados no § 3º.

**§ 2º** Os titulares de cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º A, 3º B e 3º C, não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, ou por extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.

**§ 3º** O subsídio percebido pelos titulares de cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º A, 3º B e 3º C, não exclui o direito à percepção, nos termos do disposto na legislação e na regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

**I** – gratificação natalina;

**II** – adicional de férias;



**III** – abono de permanência de que tratam o art. 40, § 19, da Constituição e os art. 3º, § 3º, art. 8º e art. 10, § 5º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; e

**IV** – retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.

**§ 4º** O disposto no § 3º também se aplica a parcelas indenizatórias previstas em lei.

**§ 5º** Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos titulares de cargos do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º A, 3º B e 3º C, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão funcional ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação do cargo, da carreira ou das remunerações previstas nesta Lei ou da concessão de reajuste ou de vantagem de qualquer natureza.

**§ 6º** A parcela complementar de subsídio a que se refere o § 5º estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.” (NR)

“**Art. 3º-E.** Aplica-se o disposto no art. 3º-C desta Lei às aposentadorias e às pensões instituídas pelos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos de que trata os art. 3º A, 3º B e 3º C desta Lei que tenham como critério de reajuste a paridade, nos termos do disposto na Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, e na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.” (NR)

**Item 2** – Dê-se aos arts. 112 e 113 da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 112.** Os Anexos I, III, III-A, IV e IV-A, à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXI, CLXXXVII, CLXXXVIII a esta Medida Provisória.”



“**Art. 113.** A Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, passa a vigorar acrescida dos Anexos II-A, II-B, IV-B e IV-C, respectivamente, na forma dos Anexos CLXXXVII e CLXXXVIII a esta Medida Provisória.”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo corrigir uma distorção criada pela Medida Provisória nº 1.286/2024, que estabelece um tratamento discriminatório entre os Servidores da Carreira e os Servidores do Plano Especial de Cargos (PEC) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Tal diferenciação contraria princípios constitucionais e administrativos, além de comprometer a eficácia e a equidade no serviço público. Os profissionais de ambas as carreiras exercem funções estratégicas no planejamento, execução e manutenção da infraestrutura rodoviária, aquaviária e ferroviária do Brasil. Sua atuação é essencial para garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a segurança viária e a execução eficiente de projetos de infraestrutura de transportes.

No entanto, a MPV 1.286/2024 rompe uma histórica paridade remuneratória entre essas carreiras, estabelecendo uma diferenciação injustificada e prejudicial ao funcionamento do órgão. Os servidores do PEC e os servidores da Carreira exercem as mesmas atribuições, atuam nos mesmos projetos, compartilham o mesmo ambiente de trabalho e possuem exigências técnicas idênticas para a execução de suas funções.

Ademais, os Servidores do PEC são servidores oriundos do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e desempenharam todas as funções operacionais do DNIT desde a sua criação, em junho de 2001, até a entrada dos primeiros servidores da carreira, em setembro de 2006. Durante esse período, esses profissionais garantiram a continuidade das atividades do órgão, o que fortalece ainda mais o argumento de que não há justificativa para a diferença de tratamento imposta pela MPV 1.286/2024.

Sob a perspectiva jurídica, a diferença de regime remuneratório fere princípios fundamentais da Administração Pública, notadamente:



- Princípio da Isonomia (art. 5º, caput, da Constituição Federal): Servidores que desempenham funções idênticas devem receber tratamento igualitário, sob pena de violação ao princípio da igualdade.

- Princípio da Eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal): A desmotivação dos engenheiros do PEC, diante da diferenciação salarial injustificada, pode comprometer a execução dos projetos de infraestrutura.

- Jurisprudência do STF (ADIs 4.616 e 4.151): O Supremo Tribunal Federal tem consolidado entendimento de que a reestruturação de carreiras deve respeitar a equivalência de atribuições e requisitos de ingresso, sob pena de violação ao princípio da razoabilidade.

Portanto, diante da clara equivalência de atribuições, da histórica paridade salarial, dos impactos organizacionais negativos e da segurança jurídica favorável, a alteração na tabela proposta abrange todos os profissionais do PEC do DNIT, que inclui os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos,, mantendo e preservando a paridade remuneratória, sem necessidade de receber por subsídio, que sempre existiu, sendo uma medida necessária para garantir a isonomia, a equidade e a eficácia da Administração Pública. Essa emenda visa evitar a descontinuidade da Lei nº 11.171/2005 e preserva a coerência no tratamento das carreiras essenciais à infraestrutura nacional.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Marcelo Castro**  
(MDB - PI)



ANEXO CLXXXI

(Anexo I à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

“ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DOS CARGOS DAS CARREIRAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

TABELA I

.....

TABELA II - A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Analista em Infraestrutura de Transportes  Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes  Analista Administrativo  Técnico Administrativo	ESPECIAL	V
		IV
		III
		II
		I
	C	V
		IV
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

” (NR)



(Anexo III à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

“ESTRUTURA DE CLASSES E PADRÕES DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

TABELA I

TABELA II - A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Cargos de nível superior, intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT	ESPECIAL	V
		IV
		III
		II
		I
	C	V
		IV
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

” (NR)



ANEXO CLXXXVII

(Anexo II-A à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

“TABELA DE SUBSÍDIO DOS CARGOS DAS CARREIRAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

a) Subsídio dos cargos da Carreira de Infraestrutura de Transportes:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	24.788,80	26.086,10
	IV	24.056,10	25.315,05
	III	23.355,44	24.577,72
	II	22.675,18	23.861,86
	I	22.014,74	23.166,85
C	V	21.270,28	22.383,43
	IV	20.751,49	21.837,49
	III	20.245,36	21.304,87
	II	19.751,57	20.785,24
	I	19.269,82	20.278,28
B	V	18.618,18	19.592,54
	IV	18.164,08	19.114,67
	III	17.721,05	18.648,46
	II	17.288,83	18.193,62
	I	16.867,15	17.749,87
A	V	16.296,76	17.149,63
	IV	15.899,28	16.731,35
	III	15.511,49	16.323,27
	II	15.133,16	15.925,14
	I	14.764,06	15.536,72



b) Subsídio dos cargos da Carreira de Suporte à Infraestrutura de Transportes:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	11.962,07	12.560,15
	IV	11.647,86	12.230,23
	III	11.341,64	11.908,70
	II	11.043,47	11.595,62
	I	10.753,14	11.290,77
C	V	10.260,63	10.773,64
	IV	9.990,88	10.490,40
	III	9.728,22	10.214,61
	II	9.472,46	9.946,07
	I	9.223,43	9.684,59
B	V	8.800,98	9.241,02
	IV	8.569,60	8.998,07
	III	8.344,30	8.761,51
	II	8.124,93	8.531,17
	I	7.911,32	8.306,88
A	V	7.548,97	7.926,41
	IV	7.350,51	7.718,02
	III	7.157,26	7.515,11
	II	6.969,09	7.317,54
	I	6.785,87	7.125,16





c) Subsídio dos cargos da Carreira de Analista Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	20.733,67	21.272,75
	IV	20.205,35	20.730,69
	III	19.712,54	20.225,06
	II	19.231,75	19.731,77
	I	18.762,68	19.250,51
C	V	17.971,92	18.439,19
	IV	17.533,58	17.989,45
	III	17.105,93	17.550,68
	II	16.688,71	17.122,61
	I	16.281,67	16.704,99
B	V	15.595,47	16.000,95
	IV	15.215,09	15.610,68
	III	14.843,99	15.229,93
	II	14.481,94	14.858,47
	I	14.128,72	14.496,07
A	V	13.533,26	13.885,12
	IV	13.203,18	13.546,46
	III	12.881,15	13.216,06
	II	12.566,98	12.893,72
	I	12.260,47	12.579,24



d) Subsídio dos cargos da Carreira de Técnico Administrativo:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	10.921,67	11.467,75
	IV	10.619,13	11.150,08
	III	10.319,85	10.835,84
	II	10.029,01	10.530,46
	I	9.746,37	10.233,68
C	V	9.247,03	9.709,37
	IV	8.986,42	9.435,73
	III	8.733,16	9.169,81
	II	8.487,04	8.911,38
	I	8.247,85	8.660,23
B	V	7.825,28	8.216,54
	IV	7.604,74	7.984,98
	III	7.390,42	7.759,94
	II	7.182,14	7.541,24
	I	6.979,73	7.328,71
A	V	6.622,13	6.953,24
	IV	6.435,50	6.757,28
	III	6.254,13	6.566,84
	II	6.077,87	6.381,77
	I	5.906,58	6.201,91

” (NR)



(Anexo II-B à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

**“TABELA DE SUBSÍDIO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT**

a) Subsídio dos cargos de nível superior de Arquiteto, de Economista, de Engenheiro, de Engenheiro Agrônomo, de Engenheiro de Operações, de Estatístico e de Geólogo Carreira de Infraestrutura de Transportes do Plano Especial de Cargos:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	24.788,80	26.086,10
	IV	24.056,10	25.315,05
	III	23.355,44	24.577,72
	II	22.675,18	23.861,86
	I	22.014,74	23.166,85
C	V	21.270,28	22.383,43
	IV	20.751,49	21.837,49
	III	20.245,36	21.304,87
	II	19.751,57	20.785,24
	I	19.269,82	20.278,28
B	V	18.618,18	19.592,54
	IV	18.164,08	19.114,67
	III	17.721,05	18.648,46
	II	17.288,83	18.193,62
	I	16.867,15	17.749,87
A	V	16.296,76	17.149,63
	IV	15.899,28	16.731,35
	III	15.511,49	16.323,27
	II	15.133,16	15.925,14
	I	14.764,06	15.536,72



b) Subsídio dos cargos de nível intermediário de Agente de Serviços de Engenharia, de Técnico de Estradas e de Tecnologista e demais cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	11.962,07	12.560,15
	IV	11.647,86	12.230,23
	III	11.341,64	11.908,70
	II	11.043,47	11.595,62
	I	10.753,14	11.290,77
C	V	10.260,63	10.773,64
	IV	9.990,88	10.490,40
	III	9.728,22	10.214,61
	II	9.472,46	9.946,07
	I	9.223,43	9.684,59
B	V	8.800,98	9.241,02
	IV	8.569,60	8.998,07
	III	8.344,30	8.761,51
	II	8.124,93	8.531,17
	I	7.911,32	8.306,88
A	V	7.548,97	7.926,41
	IV	7.350,51	7.718,02
	III	7.157,26	7.515,11
	II	6.969,09	7.317,54
	I	6.785,87	7.125,16



## c) Subsídio dos demais cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	20.733,67	21.272,75
	IV	20.205,35	20.730,69
	III	19.712,54	20.225,06
	II	19.231,75	19.731,77
	I	18.762,68	19.250,51
C	V	17.971,92	18.439,19
	IV	17.533,58	17.989,45
	III	17.105,93	17.550,68
	II	16.688,71	17.122,61
	I	16.281,67	16.704,99
B	V	15.595,47	16.000,95
	IV	15.215,09	15.610,68
	III	14.843,99	15.229,93
	II	14.481,94	14.858,47
	I	14.128,72	14.496,07
A	V	13.533,26	13.885,12
	IV	13.203,18	13.546,46
	III	12.881,15	13.216,06
	II	12.566,98	12.893,72
	I	12.260,47	12.579,24



d) Subsídio dos cargos de nível auxiliar do Plano Especial de Cargos:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	10.921,67	11.467,75
	IV	10.619,13	11.150,08
	III	10.319,85	10.835,84
	II	10.029,01	10.530,46
	I	9.746,37	10.233,68
C	V	9.247,03	9.709,37
	IV	8.986,42	9.435,73
	III	8.733,16	9.169,81
	II	8.487,04	8.911,38
	I	8.247,85	8.660,23
B	V	7.825,28	8.216,54
	IV	7.604,74	7.984,98
	III	7.390,42	7.759,94
	II	7.182,14	7.541,24
	I	6.979,73	7.328,71
A	V	6.622,13	6.953,24
	IV	6.435,50	6.757,28
	III	6.254,13	6.566,84
	II	6.077,87	6.381,77
	I	5.906,58	6.201,91

” (NR)



ANEXO CLXXXVIII

(Anexo IV-B à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

“TABELA DE CORRELAÇÃO DAS CARREIRAS DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, SUPORTE À INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ANALISTA ADMINISTRATIVO E TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Analista em Infraestrutura de Transportes	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	
		II	IV		
		I	III		
Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes	B	V	II	C	Analista em Infraestrutura de Transportes
		IV	I		
		III	V		
		II	IV		
Analista Administrativo		I	III		Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes
		V	II		
Técnico Administrativo	A	IV	I	B	Analista Administrativo
		III	V		
		II	IV		
		I	III		
			II		
			I	A	Técnico Administrativo
			V		
			IV		
			III		
			II		
			I		

” (NR)



(Anexo IV-C à Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005)

“TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT

TABELA I

TABELA II - A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025				
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO		
Cargos de nível superior, Intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT	ESPECIAL	III	V	ESPECIAL	Cargos de nível superior, Intermediário e auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT		
		II	IV				
		I	III				
	C	VI	II			C	
		V	I				
		IV	V				
		III	IV				
		II	III				
		I	II				
		B	VI	I			B
			V	V			
	IV		IV				
	III		III				
	II		II				
	I		I				
	A		V	V		A	
		IV	IV				
		III	III				
		II	II				
		I	I				

” (NR)





**MPV 1286  
00469**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se o seguinte Capítulo LVIII, renumerando-se os demais, bem como os artigos subsequentes, e acrescentem-se os seguintes Anexos à Medida Provisória:

**“CAPÍTULO LVIII****DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**Art. 151.** A Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**‘Art. 28.** A partir da data de entrada em vigor desta Lei, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos de nível superior, voltados à área de tecnologia da informação:

**I** – Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico-Administrativo na área de Tecnologia da Informação, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte, de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, na forma do art. 81 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009;

**II** – Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006;

**III** – Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005;



**IV** – Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

**§ 1º** Os cargos a que se refere o *caput* deste artigo ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no Anexo X desta Lei.

**§ 2º** Os atuais ocupantes dos cargos a que se refere o *caput* deste artigo serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de entrada em vigor desta Lei, de acordo com a posição relativa na tabela constante do Anexo XI desta Lei.

**§ 3º** O cargo de Analista Técnico-Administrativo na área de Tecnologia da Informação é aquele contemplado no Edital nº 1, de 18 de agosto de 2009, do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente à área de atuação S4.’ (NR)

**‘Art. 30.** Além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, são atribuições dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação:

.....’ (NR)

**‘Art. 31.** A investidura nos cargos de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.

.....’ (NR)

**‘Art. 32.** Os ocupantes dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no Anexo XII desta Lei.’ (NR)

**‘Art. 33.** Não serão devidas aos titulares dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação as seguintes espécies remuneratórias:



.....

*Parágrafo único.* Ficam os cargos da Carreira de Tecnologia da Informação automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.’ (NR)

‘**Art. 41.** Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40 desta Lei, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei.’ (NR)

**Art. 152.** Os Anexos X e XI e XII à Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCCXXII, CCCXXIII e CCCXXIV a esta Medida Provisória.”

**ANEXO CCCXXII**

(Anexo X à Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024)

**ESTRUTURA DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III



		A	II
			I
			V
			IV
			III
			II
			I

ANEXO CCCXXIII

(Anexo XI à Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024)

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA  
CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação,
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		B	VI		
	V		V		
	IV		IV		
	III		III		
	II		II		
	A	V	V	A	Sistemas, Analista de



único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata do art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970	IV	IV	Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação.
	III	III	
	II	II	
	I	I	

ANEXO CCCXXIV



(Anexo XII à Lei nº 14.875, de 31 de maio de 2024)

## SUBSÍDIO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

.....

### JUSTIFICAÇÃO

No Acórdão nº 1.200, de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos de Tecnologia da Informação (TI).

Entende-se como de suma importância este encaminhamento, mas a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006.

Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.



Frisa-se que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de Sistemas e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos Ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos.

Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova República”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

A estruturação de uma carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público, respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, da impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência.

Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. de Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

A título elucidativo, o cargo de Analista de Sistemas, pertencente ao grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo Decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976, e reorganizado pela Lei nº 11.357 (que criou o PGPE) e pela Lei nº 11.355 (PST),



ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados; definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; dirigir o projeto de novos sistemas ou de melhorias dos sistemas atuais; avaliar o progresso dos projetos em andamento; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas; estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes.

Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado pela Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que altera a Lei nº 11.357, de 2006, com atribuições assim descritas:

atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de planejamento relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e acompanhar as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; organizar, manter e auditar o armazenamento,





administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal.

Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

“**Art. 1º** Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, **o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal** direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.

**Art. 2º** O SISP tem por finalidade:

.....

**IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;**

VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;

**VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e**



**VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal.**

**Art. 4º** Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

.....

**III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP;” (grifos nossos)**

Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta emenda estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal nos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para todos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Jorge Seif**  
**(PL - SC)**



**MPV 1286  
00470**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se art. 83-A à Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, na forma proposta pelo art. 61 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 83-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos da carreira de Especialista em Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, passam a ter as seguintes denominações: I – o cargo de Analista Ambiental passa a ser denominado Auditor-Fiscal Ambiental; II – o cargo de Analista Administrativo passa a ser denominado Auditor-Fiscal Administrativo; III – o cargo de Técnico Ambiental passa a ser denominado Analista-Técnico Ambiental; e IV – o cargo de Técnico Administrativo passa a ser denominado Analista-Técnico Administrativo.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta de alteração legislativa que modifica a nomenclatura dos cargos da carreira de Especialista em Meio Ambiente tem como principal objetivo modernizar e adequar a denominação das funções exercidas pelos servidores desses órgãos, conferindo maior precisão e reconhecimento às atividades desempenhadas. A Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, estruturou a carreira de Especialista em Meio Ambiente, mas a denominação atual dos cargos

ExEdit  
\* C D 2 5 8 8 9 3 3 2 4 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258893324600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



não reflete plenamente a complexidade e a importância das atribuições desempenhadas pelos profissionais que atuam na fiscalização, no monitoramento, no controle e na gestão ambiental. Dessa forma, a mudança proposta não altera as atribuições nem a estrutura remuneratória dos cargos, mas apenas os renomeia para conferir maior alinhamento com carreiras equivalentes no serviço público federal e para deixar mais clara a função exercida por esses servidores perante a sociedade e os demais órgãos de Estado.

O cargo de Analista Ambiental, que possui atribuições diretamente relacionadas à fiscalização, ao monitoramento e ao controle ambiental, passaria a ser denominado Auditor-Fiscal Ambiental, reconhecendo de forma mais precisa o caráter fiscalizador de suas atividades, em sintonia com outras carreiras de auditoria e fiscalização, como as da Receita Federal e da Auditoria-Fiscal do Trabalho. Já o cargo de Analista Administrativo, responsável pelo planejamento e pela gestão administrativa dos órgãos ambientais, passaria a ser denominado Auditor-Fiscal Administrativo, valorizando seu papel no controle interno e na fiscalização da aplicação dos recursos destinados à política ambiental. Da mesma forma, o cargo de Técnico Ambiental, que desempenha atividades de apoio técnico especializado às ações de fiscalização e monitoramento ambiental, passaria a ser denominado Analista-Técnico Ambiental, refletindo melhor o caráter analítico e técnico das funções desempenhadas. Por fim, o cargo de Técnico Administrativo, essencial para o suporte à gestão administrativa dos órgãos ambientais, teria sua nomenclatura alterada para Analista-Técnico Administrativo, garantindo uniformidade na denominação dos cargos de nível médio da carreira.

\* CD 258893324600 \*  
eEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258893324600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



A mudança de nomenclatura fortalece institucionalmente a carreira, pois reforça a natureza fiscalizadora e técnica dos servidores ambientais, garantindo maior clareza e reconhecimento de suas atribuições. Além disso, a nova denominação aproxima os cargos das nomenclaturas utilizadas em carreiras correlatas, contribuindo para uma comunicação mais eficaz entre os órgãos públicos e para o fortalecimento da atuação da administração ambiental. A alteração proposta não gera impacto orçamentário, pois não altera funções ou remunerações, apenas ajusta os nomes dos cargos para melhor representar as atividades desempenhadas. Diante disso, a modernização da nomenclatura da carreira de Especialista em Meio Ambiente é uma medida necessária para valorizar a atuação dos servidores, garantir maior transparência e fortalecer a fiscalização e gestão ambiental no Brasil.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258893324600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



\* CD 258893324600 \*  
eXEdit



**MPV 1286  
00471**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altere-se na Medida Provisória, no seu artigo 157,  
revogando o Anexo CCLXXXII, com a seguinte redação:

Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI e CCLXXXIII a esta Medida Provisória.

Acrescente-se no art. 214 da MPV nº 1.286, de 2024, a revogação dos § 1º, § 2º, § 3º do Art. 43, da Lei 12.702, de 7 de agosto de 2012.

Acrescente-se no art. 131 da MPV nº 1.286, de 2024, e no seu Anexo CCXXIV incluindo o artigo 14-A na Lei 11.091/2005, com a seguinte redação e tabela anexada a este texto:

Art. 14-A Os servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino, que ocupem cargos de Médico, Médico/Área e Médico Veterinário, terão vencimentos básicos conforme o Anexo I-D, alínea E, quando em jornada semanal de 20 horas, podendo, no interesse da Administração Pública e a disponibilidade orçamentária e financeira, ser estendida para 40 horas semanais, conforme o Anexo I-D, alínea F.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255561052700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



## JUSTIFICAÇÃO

Conforme o texto em vigor da Medida Provisória nº 1.286/2024, o reajuste salarial previsto para médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação é de apenas 4,5%. No entanto, o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024 SRT/MGI, firmado entre o Governo Lula e as entidades representativas, garante 9% de reajuste a partir de 1º de janeiro de 2025, com mais 5% previstos para abril de 2026, conforme a cláusula primeira do acordo. Essa redução no reajuste contraria os termos negociados e assinados.

Os médicos e médicos veterinários das Instituições Federais de Ensino, integram o PCCTAE, dessa forma não se aplica uma tabela em separado constante em outra Lei. Por isso é necessário garantir que a sua remuneração seja a mesma dos profissionais de nível de classificação com a possibilidade de extensão da remuneração quando da necessidade institucional para a prestação do serviço. Uma tabela diferenciada não fez parte do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que estabeleceu os mesmos percentuais de aumento para toda a categoria, conforme a Cláusula Primeira do Acordo.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Valmir Assunção**  
**(PT - BA)**  
**Deputado Federal**

\* CD 25561052700 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25561052700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



Anexo CCXXIV

(Anexo I-D à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005)

“TABELA DE ESTRUTURA E DE VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

e) Cargos do Nível E e, vencimento básico dos cargos de Médico e Médico Veterinário com jornada de 20 horas semanais:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
PIS O	EFEITOS FINANCEIRO S A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADR ÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 – STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 – STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255561052700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção





f) Cargos de Médico e Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
PIS O	EFEITOS FINANCEIRO S A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADR ÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 – STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 – STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P31	4.556,92	1				1	9934,08	10430,78
P32	4.734,64	2	1			2	10331,44	10858,46
P33	4.919,30	3	2	1		3	10744,70	11303,64
P34	5.111,15	4	3	2	1	4	11174,50	11767,10
P35	5.310,48	5	4	3	2	5	11621,48	12249,54
P36	5.517,59	6	5	4	3	6	12086,34	12751,78
P37	5.732,78	7	6	5	4	7	12569,78	13274,60
P38	5.956,36	8	7	6	5	8	13072,58	13818,86
P39	6.188,65	9	8	7	6	9	13595,48	14385,44
P40	6.430,01	10	9	8	7	10	14139,30	14975,24
P41	6.680,78	11	10	9	8	11	14704,88	15589,22
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	15293,06	16228,38
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	15904,80	16893,74
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	16540,98	17586,38
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	17202,62	18307,44
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	17890,72	19058,04
P47	8.404,67		16	15	14	17	18606,36	19839,42
P48	8.732,45			16	15	18	19350,62	20652,84
P49	9.073,02				16	19	20124,64	21499,60



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255561052700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Valmir Assunção



**MPV 1286  
00472**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se o §4º ao artigo 11 da Lei 12.618, de 30 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 11.....

§4º Os servidores públicos, ativos ou inativos, que receberem parcela remuneratória variável paga por intermédio de entidades ou fundos criados em lei poderão aportar, por intermédio de entidade ou fundo, contribuições para previdência complementar na forma definida pelo conselho ou órgão responsável pela gestão e disciplina do fundo, desde que não haja contrapartida da União sobre essa parcela, ficando vedado qualquer saque dessa parcela em momento anterior à aposentadoria.

**JUSTIFICAÇÃO**

Desde 2012, a previdência de servidores públicos federais do Executivo segue um regime de complementaridade essencialmente baseado na Lei 12.618/2012 e diretrizes firmadas pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp).

De modo geral, estabelece-se um regime de capitalização com contribuição por parte de servidores e patrocinado pela União, definidos conforme os planos de adesão e limitados aos percentuais legais.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252348591700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha

\* 00100.029464/2025-36 \*  
xEdit

Ademais, de acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios da Previdência Complementar do Poder Executivo Federal, em especial nos arts. 2º, XIV e art. 13, I, “c”, admite-se a possibilidade de aportar contribuições facultativas, que não exigem contrapartida do Patrocinador, de caráter voluntário, em valor definido livremente pelo Participante, com destinação à Reserva Acumulada Suplementar – RAS, Conta de Contribuições Facultativas – CCF ou à Parcela Adicional de Risco – PAR. Esses valores buscam assegurar uma complementação à aposentadoria dos servidores e objetiva um oferecimento de maior qualidade de vida na fase pós-laborativa dos beneficiários.

Nesse sentido, a emenda essencialmente possibilitaria um redirecionamento de parcela de verbas de natureza variável, a exemplo de honorários advocatícios sucumbenciais, para o plano de previdência complementar, na forma de contribuição facultativa, o que é plenamente adequado às diretrizes atualmente vigentes sobre o tema.

Do ponto de vista da Administração Pública, a medida promove mais eficiência administrativa, uma vez que aumenta a arrecadação previdenciária complementar e valores que poderão ser reinvestidos no âmbito de mercado de capitais, nos termos da Resolução CMN Nº 4.994/2022. Economicamente, em regra, um maior investimento acarreta maiores ganhos financeiros. Sendo assim, oportuna a medida por gerar maiores ganhos à previdência privada complementar e, em última instância, na aposentadoria dos servidores públicos - também satisfazendo o princípio previdenciário da solidariedade intergeracional.

No que tange à responsabilidade fiscal, uma vez que os valores decorrentes são considerados como aportes facultativos e não implicam em gastos do governo, muito pelo contrário, possibilitando a atração de contribuições por parte de servidores públicos, não há risco à lei de responsabilidade fiscal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252348591700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha



Por essas razões ora expostas, peço apoio dos nobres Pares para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Túlio Gadêlha**  
**(REDE - PE)**  
**Líder da Representação da REDE Sustentabilidade**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252348591700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha



\*CD252348591700\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00473**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 1º-B da Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, como proposto pelo art. 116 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º-B.** Fica estruturada a Carreira de Perito Federal Territorial, composta dos cargos efetivos de Perito Federal Territorial, de nível superior, com atribuições voltadas para o planejamento, a coordenação, a orientação, a implementação, o acompanhamento e a fiscalização de atividades inerentes à ocupação e ao uso do solo e de atividades de governança territorial, fundiária e patrimonial da União, exceto as atividades e atribuições definidas na Lei 11090/2005.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO****JUSTIFICAÇÃO**

O texto que se pretende adicionar promove alterações não acordadas na Mesa Específica e Temporária INCRA, e no Termo de Acordo nº 27, celebrado entre o MGI e a Condsef - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, para os servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei 11090/2005.

**As alterações promovidas pelo artigo Art. 1º-B do Art. 116 desta MP 1.286/2024, incorporam à Carreira de Perito Federal Agrário e/ou Territorial, atribuições que já se encontram atribuídas à Carreira de Reforma**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252162072200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



**e Desenvolvimento Agrário**, criada pela Lei 11.090/2005, tal como descritas em seu Art.1º, parágrafo 1º, e reproduzidos abaixo:

*Art. 1º Fica criado o Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, composta pelos cargos de nível superior de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Analista Administrativo e pelos cargos de nível intermediário de Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário e de Técnico Administrativo, integrantes do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, submetidos ao regime instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei.*

*§ 1º Os cargos a que se refere o caput deste artigo terão as seguintes atribuições:*

*I - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário: planejamento, coordenação, acompanhamento e execução de atividades relativas ao **ordenamento territorial e reforma agrária** e, mais especificamente:*

*a) o gerenciamento das **ações de ordenamento territorial** e reforma agrária;*

*b) a articulação interinstitucional e integração das políticas de **ordenamento territorial** e da reforma agrária às demais políticas públicas;*

*c) a administração e a fiscalização do **cadastro de imóveis rurais** ;*

*d) a sistematização de informações relativas à **ocupação, utilização, zoneamento agrário e socioeconômico do meio rural** ;*

*e) a implementação de projetos relativos à **discriminação, arrecadação, regularização e destinação de terras públicas**;*

*f) o georreferenciamento, a medição e a demarcação de imóveis rurais; e*

*g) a implantação, desenvolvimento, recuperação e consolidação de projetos de reforma agrária, colonização e demais modalidades de assentamento;*

*II - Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário: execução de suporte técnico às atividades relativas ao ordenamento da estrutura fundiária e da reforma agrária e, mais especificamente:*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252162072200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



- a) manutenção e atualização dos sistemas finalísticos;
- b) coleta, sistematização e manutenção de dados e informações necessárias ao planejamento, acompanhamento e execução das **ações de ordenamento territorial e da reforma agrária** ;
- c) apoio técnico às ações de fiscalização, vistoria, avaliação, georreferenciamento, medição e demarcação de imóveis rurais;
- d) geoprocessamento de informações e elaboração de mapas temáticos;
- e) identificação e classificação de beneficiários da reforma agrária;
- f) apoio técnico às ações de implantação de infraestrutura básica, concessão de assistência técnica e articulação dos beneficiários da reforma agrária com instituições públicas e privadas; e
- g) concessão e acompanhamento da aplicação dos créditos da reforma agrária;

Essas alterações, flagrantemente inconstitucionais, se confirmadas no Plenário da Câmara dos Deputados, provocarão as seguintes consequências:

1- **Duplicidade de atribuições** em duas carreiras distintas, em um mesmo órgão da administração pública federal (INCRA);

Equivalência da Atribuições entre as duas carreiras	
Perito Federal Territorial	Reforma e Desenvolvimento Agrário
Governança Territorial	Ordenamento Territorial
Governança Fundiária	Cadastro de Imóveis Rurais
Governança Patrimonial	Regularização Fundiária de Terras Federais
Ocupação/Uso do Solo	Ocupação/ Utilização / Zoneamento Agrário

2- Criação de uma **nova carreira** – Perito Federal Territorial - **e não a transformação** de uma carreira existente – Perito Federal Agrário - na medida em que **acrescenta novas atribuições** àquelas já existentes;

3- **Ingresso** dos Engenheiros Agrônomos nesta nova carreira – Perito Federal Territorial – **sem concurso público**, uma vez que as novas atribuições não



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252162072200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



faziam parte do Edital que disciplinou o ingresso dos Peritos Federais Agrários nos concursos de admissão anteriores.

Diante dos vícios que promovem subversão da lógica constitucional de admissão no serviço público e sobreposição de atribuições entre carreiras, pedimos apoio ao texto da emenda.

**Sala das Comissões,  
Toninho Wandscheer**

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Toninho Wandscheer  
(PP - PR)  
Deputado**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252162072200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer





**MPV 1286  
00474**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se art. 115-A ao Capítulo XLII da Medida Provisória, com a seguinte redação:

Art. 115-A. A Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24-E. A estrutura remuneratória dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata o art. 1º, a partir de 1º de janeiro de 2025, terá a seguinte composição:

I - para os cargos de nível superior e de nível intermediário:

- a) Vencimento Básico;
- b) Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA; e
- c) Gratificação de Qualificação - GQ, observado o disposto no art. 24-F.

II - para os cargos de nível auxiliar:

- a) Vencimento Básico; e
- b) Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA.”

“Art. 24-F. Fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ, a partir de 1º de janeiro de 2025, a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível superior e intermediário referidos no art. 1º, em



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255514647300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



retribuição à formação acadêmica e profissional, obtida mediante participação, com aproveitamento, em cursos regularmente instituídos de pós-graduação lato ou stricto sensu, graduação, ou cursos de capacitação ou qualificação profissional, na forma do regulamento.

§ 1º Os cursos a que se refere o caput deverão ser compatíveis com as atividades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e deverão estar em consonância com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP do órgão.

§ 2º Os cursos de Doutorado e Mestrado, para os fins previstos no caput, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Nacional de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente para tanto.

§ 3º A Gratificação de Qualificação de que trata o caput será concedida em 3 (três) níveis, de acordo com os valores constantes do Anexo V-B desta Lei, observados os seguintes parâmetros:

I - para os ocupantes de cargos de nível superior:

a) Gratificação de Qualificação – GQ Nível I, observado o requisito mínimo de certificado de conclusão de curso de pós-graduação em sentido amplo; ou

b) Gratificação de Qualificação – GQ Nível II, observado o requisito mínimo de titulação de mestrado, na forma do regulamento; ou,

c) Gratificação de Qualificação – GQ Nível III, observado o requisito mínimo de titulação de doutorado, na forma do regulamento; e

II - para os ocupantes de cargos de nível intermediário:

a) Gratificação de Qualificação – GQ Nível I, observados os requisitos mínimos de certificado de conclusão com aproveitamento em cursos de capacitação ou qualificação profissional que totalizem 180 (cento e oitenta) horas; ou



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255514647300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



b) Gratificação de Qualificação - GQ Nível II, observado os requisitos mínimos de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de capacitação ou qualificação profissional que totalizem 250 (duzentas e cinquenta) horas, na forma do regulamento, ou,

c) Gratificação de Qualificação - GQ Nível III, observados os requisitos mínimos de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de capacitação ou de qualificação profissional que totalizem 360 (trezentas e sessenta) horas ou diploma de curso de graduação ou certificado de conclusão de curso de Especialização, na forma do regulamento.

§ 4º É vedada a percepção cumulativa de níveis diferentes de Gratificação de Qualificação - GQ”

## JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos últimos anos, o Incra vem sofrendo com a diminuição significativa de sua capacidade operacional em decorrência do esvaziamento de seu Quadro de servidores ativos. De acordo com levantamento realizado recentemente, por exemplo, dos 2.599 servidores que ingressaram no Incra por meio de concursos públicos realizados nos anos de 2004, 2005 e 2010, um total de 33% desse efetivo, correspondente a 858 servidores, deixaram de pertencer ao Quadro de Pessoal ativo do Instituto, além das aposentadorias ocorridas nos últimos anos.

Com as atuais condições altamente deficitárias das remunerações das Carreiras do Quadro de Pessoal do Incra, a situação acima mencionada será agravada, o que torna o cenário ainda mais preocupante, pois o Instituto poderá não mais possuir condições de cumprimento de sua missão institucional.

Vale ressaltar que, nos últimos anos, o Governo Federal estabeleceu como prioritárias para o Incra - inclusive inserindo-se tais atividades no rol de suas principais diretrizes estratégicas - as ações e metas de Regularização Fundiária e de Titulação de áreas rurais, incluindo-se aí as parcelas dos Projetos de Assentamento.

\* CD 255514647300 \*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255514647300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



No intuito de cumprir tais diretrizes, a Autarquia tem direcionado grande parte de seu capital humano efetivo e recursos logísticos para o atingimento das metas vinculadas às referidas ações prioritárias.

Não obstante o alto déficit funcional ora mencionado, o Instituto tem atuado no sentido de cumprir de forma louvável as metas estabelecidas, tanto para suas ações, atividades e serviços ordinários, como também para as demais atividades que foram estabelecidas como foco principal do órgão, conforme mencionado anteriormente.

Assim como em outras carreiras, a instituição do Adicional de Qualificação constitui um incentivo para o aprimoramento da força de trabalho e a estabilidade do quadro de servidores da autarquia.

Por fim, a aprovação da presente Emenda é condição necessária para reversão do cenário apresentado que impede o cumprimento da missão institucional do Incra: a Reforma Agrária, o Desenvolvimento Rural Sustentável e o Gerenciamento da Estrutura Fundiária do Brasil.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Padre João**  
**(PT - MG)**

**Deputado Tadeu Veneri**  
**(PT - PR)**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255514647300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



\*CD255514647300\*  
ExEdit



Substitua-se os anexos CXC e CXCII a que se refere o Art. 115 da MP 1.286/2024 pelos seguintes:

ANEXO CXC

(Anexo II, da Lei nº 11.090, de 07 de janeiro de 2005)

TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS DOS CARGOS DO PLANO DE  
CARREIRA DOS CARGOS DE REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

.....

c) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Auxiliar

Em R\$

Cargos	Classe	Padrão	Valor do Vencimento Básico a partir de		
			1º de maio de 2023	1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026
Cargos de nível auxiliar	EESPECIAL	III	1.446,93	2.136,00	2.221,00
		II	1.421,34	2.059,00	2.141,00
		I	1.396,20	1.985,00	2.064,00

d) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Superior

Em R\$

Cargos	Classe	Padrão	Valor do Vencimento Básico a partir de	
			1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026

ExEdit  
\*CD255514647300\*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255514647300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



Cargos de nível superior	ESPECIAL	V	10.633,00	11.355,00
		IV	10.353,00	11.056,00
		III	10.081,00	10.452,00
		II	9.816,00	10.177,00
		I	9.558,00	9.909,00
	C	V	8.942,00	9.271,00
		IV	8.707,00	9.027,00
		III	8.478,00	8.790,00
		II	8.255,00	8.559,00
		I	8.038,00	8.334,00
	B	V	7.520,00	7.797,00
		IV	7.322,00	7.592,00
		III	7.130,00	7.392,00
		II	6.943,00	7.198,00
		I	6.886,00	7.130,00
	A	V	6.829,00	7.062,00
		IV	6.619,00	6.811,00
		III	6.416,00	6.569,00
		II	6.219,00	6.336,00
		I	6.029,00	6.111,00

e) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Intermediário

Em R\$

Cargos	Classe	Padrão	Valor do Vencimento Básico a partir de	
			1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026
Cargos de nível intermediário	ESPECIAL	V	4.633,40	5.044,00
		IV	4.529,00	4.837,00
		III	4.427,00	4.568,00
		II	4.327,00	4.465,00
		I	4.230,00	4.365,00

\*CD255514647300\*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255514647300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



	C	V	4.042,00	4.171,00
		IV	3.951,00	4.077,00
		III	3.862,00	3.985,00
		II	3.775,00,	3.895,00
		I	3.690,00	3.807,00
	B	V	3.526,00	3.638,00
		IV	3.447,00	3.556,00
		III	3.370,00	3.476,00
		II	3.294,00	3.398,00
		I	3.220,00	3.322,00
	A	V	3.128,00	3.174,00
		IV	3.058,00	3.103,00
		III	2.989,00	3.033,00
		II	2.922,00	2.965,00
		I	2.856,00	2.898,00

ANEXO CXCI

(Anexo V, da Lei nº 11.090, de 07 de janeiro de 2005)

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE  
DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE REFORMA AGRÁRIA -GDARA

c) Valor do ponto da GDARA para os cargos de nível auxiliar:

Em R\$

Classe	Padrão	Valor do Ponto da GDARA a partir de		
		1º de maio de 2023	1º de janeiro de 2025	1º de abril de 2026
ESPECIAL	III	17,18	19,85	20,64
	II	17,04	19,07	19,83
	I	16,87	18,35	19,08

d) Valor do ponto da GDARA para os cargos de nível superior

\* CD 255514647300 \*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255514647300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



Em R\$

Classe	Padrão	Valor do Ponto da GDARA a partir de	
		1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026
ESPECIAL	V	65,39	67,80
	IV	63,67	63,67
	III	62,00	62,00
	II	60,37	60,37
	I	58,78	58,78
C	V	54,99	54,99
	IV	53,54	53,54
	III	52,13	52,13
	II	50,76	50,76
	I	49,43	49,43
B	V	46,24	46,24
	IV	45,02	45,02
	III	43,84	43,84
	II	42,69	42,69
	I	42,35	42,30
A	V	42,00	41,89
	IV	40,71	40,40
	III	39,46	38,97
	II	38,25	37,59
	I	37,07	36,25

e) Valor do ponto da GDARA para os cargos de nível intermediário

Em R\$

Classe	Padrão	Valor do Ponto da GDARA a partir de	
		1º de janeiro de 2025	01 de abril de 2026
ESPECIAL	V	28,50	29,40
	IV	27,86	28,74
	III	27,23	28,09



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255514647300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros





	II	26,62	27,46
	I	26,02	26,84
C	V	24,86	25,65
	IV	24,30	25,07
	III	23,75	24,51
	II	23,22	23,96
	I	22,70	23,42
B	V	21,69	22,38
	IV	21,20	21,88
	III	20,72	21,39
	II	20,25	20,91
	I	19,79	20,44
A	V	19,22	19,53
	IV	18,79	19,09
	III	18,37	18,66
	II	17,96	18,24
	I	17,56	17,83

(Anexo V-B da Lei nº 11.090, de 07 de janeiro de 2005)

VALORES DA GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO - GQ

a) Valor da GQ para os cargos de Nível Superior, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Em R\$

Classe	Padrão	VALOR DA GQ A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			VALOR DA GQ A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026		
		Nível I	Nível II	Nível III	Nível I	Nível II	Nível III
ESPECIAL	V	819,00	1.627,00	2.446,00	874,00	1.737,00	2.612,00
	IV	797,00	1584,00	2.381,00	851,00	1.692,00	2.543,00
	III	776,00	1.542,00	2.319,00	805,00	1.599,00	2.404,00
	II	756,00	1.502,00	2.258,00	784,00	1.557,00	2.341,00
	I	736,00	1.462,00	2.198,00	763,00	1.516,00	2.279,00
C	V	689,00	1.368,00	2.057,00	714,00	1.418,00	2.132,00

\*C025514647300\*  
Edit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255514647300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



	IV	670,00	1.332,00	2.003,00	695,00	1.381,00	2.076,00
	III	653,00	1.297,00	1.950,00	677,00	1.345,00	2.022,00
	II	636,00	1.263,00	1.899,00	659,00	1.310,00	1.969,00
	I	619,00	1.230,00	1.849,00	642,00	1.275,00	1.917,00
B	V	579,00	1.151,00	1.730,00	600,00	1.193,00	1.793,00
	IV	564,00	1.120,00	1.684,00	585,00	1.162,00	1.746,00
	III	549,00	1.091,00	1.640,00	569,00	1.131,00	1.700,00
	II	535,00	1.062,00	1.597,00	554,00	1.101,00	1.656,00
	I	530,00	1.054,00	1.584,00	549,00	1.091,00	1.640,00
A	V	526,00	1.045,00	1.571,00	544,00	1.080,00	1.624,00
	IV	510,00	1.013,00	1.522,00	524,00	1.042,00	1.567,00
	III	494,00	982,00	1.476,00	506,00	1.005,00	1.511,00
	II	479,00	952,00	1.430,00	488,00	969,00	1.457,00
	I	464,00	922,00	1.387,00	471,00	935,00	1.406,00

b) Valor da GQ para os cargos de Nível Intermediário, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Em R\$

Classe	Padrão	VALOR DA GQ A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			VALOR DA GQ A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026		
		Nível I	Nível II	Nível III	Nível I	Nível II	Nível III
ESPECIAL	V	380,00	783,00	1.158,00	414,00	852,00	1.261,00
	IV	371,00	765,00	1.132,00	397,00	817,00	1.209,00
	III	363,00	748,00	1.107,00	375,00	772,00	1.142,00
	II	355,00	731,00	1.082,00	366,00	755,00	1.116,00
	I	347,00	715,00	1.058,00	358,00	738,00	1.091,00
C	V	331,00	683,00	1.011,00	342,00	705,00	1.043,00
	IV	324,00	668,00	988,00	334,00	689,00	1.019,00
	III	317,00	653,00	966,00	327,00	673,00	996,00
	II	310,00	638,00	944,00	319,00	658,00	974,00
	I	303,00	624,00	923,00	312,00	643,00	952,00
B	V	289,00	596,00	882,00	298,00	615,00	910,00



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255514647300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



A	IV	283,00	583,00	862,00	292,00	601,00	889,00
	III	276,00	570,00	843,00	285,00	587,00	869,00
	II	270,00	557,00	824,00	279,00	574,00	850,00
	I	264,00	544,00	805,00	272,00	561,00	831,00
	V	256,00	529,00	782,00	260,00	536,00	794,00
	IV	251,00	517,00	765,00	254,00	524,00	776,00
	III	245,00	505,00	747,00	249,00	513,00	758,00
	II	240,00	494,00	731,00	243,00	501,00	741,00
	I	234,00	483,00	714,00	238,00	490,00	725,00

\*CD255514647300\*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255514647300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Padre João)**

Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD255514647300, nesta ordem:

- 1 Dep. Padre João (PT/MG)
- 2 Dep. Tadeu Veneri (PT/PR) - Fdr PT-PCdoB-PV



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255514647300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros



**MPV 1286  
00475****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1286, de 2024, o seguinte capítulo:

O §2º do artigo 33 da Lei 13.327/2016 passa a ter a seguinte redação:

Art. 33. (...)

§2º Os conselheiros e seus suplentes serão eleitos pelos integrantes das respectivas carreiras, ativos e aposentados, desde que beneficiários, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.

**JUSTIFICAÇÃO**

A alteração do artigo 33 da Lei 13.327/2016, além de não implicar em qualquer despesa, faz justiça com os aposentados das carreiras jurídicas, que hoje se veem alijados da participação ação nas eleições do Conselho Curador de Honorários Advocatícios, mesmo sendo beneficiários dos mesmos.

A redação que hoje se pretende alterar, além de fazer justiça, esta em descompasso com a realidade do Conselho, visto que o texto em vigor refletia o conteúdo da lei, em cujo projeto os aposentados não eram contemplados.

Promover a isonomia entre os beneficiários, em atenção ao fundamental princípio da dignidade da pessoa humana (inciso III, do artigo 1º, CFRB), e caminho importante e compromisso que assumimos na Comissão que discutiu o aperfeiçoamento e fortalecimento da AGU, razão de propormos o



novo texto, repita-se, sem qualquer aumento ou reflexo financeiro que acarrete despesas ao tesouro.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00476**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se o inciso I do *caput* do art. 214; e acrescente-se inciso XXXIX ao *caput* do art. 214 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 214. ....**

**I – (Suprimir)**

**.....**

**XXXIX – o inciso I do § 3º do art. 31 da Lei 13.327, de 29 de julho de 2016.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta de emenda tem por objetivo revogar o inciso I do § 3º do art. 31 da Lei 13.327, de 29 de julho de 2016, para reparar uma injustiça para com as pensionistas dos advogados públicos federais, que diante das regras atuais passam a receber metade do subsídio e 10% por filho natural ou adotivo e zero dos honorários que em vida pertenciam ao cônjuge falecido.

Com a revogação da vedação, que nada afeta o tesouro, estaremos alinhando a verba remuneratória e sujeita ao teto constitucional as regras da remuneração por performance tratada pelo bônus de arrecadação dos auditores fiscais que alcançam aposentados e pensionistas, mesmo com regras decrescentes.

Assim, a presente emenda corrige um equívoco legislativo que excluiu tais beneficiárias, para contemplar os advogados públicos federais pensionistas quanto ao recebimento na divisão dos honorários advocatícios, ficando a cargo do



conselho curador definir o percentual das pensionistas, sem que ocorra qualquer impacto orçamentário e/ou financeiro.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)





**MPV 1286  
00477**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1286, de 2024, o seguinte capítulo:

## CAPÍTULO XV

## DAS CARREIRAS JURÍDICAS

Art. Altera o inciso II do art. 31 da Lei n. 13.327, de 29 de julho de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 31. ....

.....

II - para os inativos, 100% (cem por cento) de uma cota-parte durante o primeiro ano de aposentadoria, decrescente à proporção de 2 (dois) por cento a cada um dos (nove) anos seguintes, mantendo-se o percentual fixo e permanente até a data de cessação da aposentadoria. (NR)

.....

§ 1º.....

.....

§4º Caberá ao Conselho Curador de Honorários Advocatícios promover, por resolução, no prazo de até 90 (noventa) dias, a adequação dos atuais percentuais de modo a alcançar os percentuais como ora fixados.



## JUSTIFICAÇÃO

A presente alteração não demanda nenhum tipo de gasto público. São alterações de direito, com reflexo apenas sobre valores privados, arrecadados a título de honorários Advocatícios, matéria já consolidada pela ADI 6053, no Supremo Tribunal Federal.

A alteração na lei passa de 7% para 2% o decréscimo anual do advogado público que se aposenta.

Em um momento em que os Aposentados, até pela questão da idade, vão passando a ser onerados com despesas progressivamente crescentes, é natural que a necessidade de recursos, também se faz sentir, inclusive devido aos maiores gastos com a manutenção da própria saúde e da família.

Ademais, a presente proposta trata de um encaminhamento digno e justo.

Assim sendo, o decréscimo atual de 7% até o limite de 52% gera uma perda financeira muito significativa e esta alteração, que não tem nenhum impacto no orçamento público, eis que se trata de verba privada, irá repor a dignidade por todo o tempo de serviço dedicado ao trabalho como advogado público.

O montante da arrecadação dos honorários advocatícios de sucumbência da advocacia pública federal é capaz de suportar a alteração na cota-parte destinada aos aposentados sem que resulte em prejuízo à cota-parte dos honorários de sucumbência aos advogados públicos em atividade, vez que a distribuição desta verba, de natureza claramente remuneratória, como afirmado pela Suprema Corte, está limitada ao teto constitucional, também por decisão do STF.

Sala da comissão,        de        de        .

**Senador Izalci Lucas**  
(PL - DF)



**MPV 1286  
00478**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, no *caput* do art. 7-A e Anexo CCXXIV, acrescente-se os parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 7-A. A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos que compõem o Plano de Carreira em cada nível de classificação serão estruturados em dezenove padrões de vencimento, mantida a diferença percentual única e constante entre os padrões e em todos os níveis de classificação, conforme correlação estabelecida no Anexo I-D.” (NR)

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2025, o vencimento básico das classes integrantes do Plano de Carreira terá como referência o piso do nível de classificação E, nas seguintes correlações:

- a) 36% do Piso do E, para o nível de classificação A;
- b) 40% do Piso do E, para o nível de classificação B;
- c) 50% do Piso do E, para o nível de classificação C; e
- d) 61% do Piso do E, para o nível de classificação D.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2025, a diferença (“step”) entre cada padrão de vencimento será de 4,0% e a partir de 1º de abril de 2026 será de 4,1%.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258750963900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



ANEXO CCXXIV

(Anexo I-D à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005)

“TABELA DE ESTRUTURA E DE VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE  
CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

a) Cargos do Nível A:

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO A						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO A - 36% DA REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P01	1.446,12	1				1	1.788,14	1.877,54
P02	1.502,52	2	1			2	1.859,66	1.954,52
P03	1.561,12	3	2	1		3	1.934,05	2.034,66
P04	1.622,01	4	3	2	1	4	2.011,41	2.118,08
P05	1.685,26	5	4	3	2	5	2.091,87	2.204,92
P06	1.750,99	6	5	4	3	6	2.175,54	2.295,32
P07	1.819,28	7	6	5	4	7	2.262,56	2.389,43
P08	1.890,22	8	7	6	5	8	2.353,06	2.487,40
P09	1.963,95	9	8	7	6	9	2.447,19	2.589,38
P10	2.040,55	10	9	8	7	10	2.545,07	2.695,54
P11	2.120,13	11	10	9	8	11	2.646,88	2.806,06
P12	2.202,80	12	11	10	9	12	2.752,75	2.921,11
P13	2.288,72	13	12	11	10	13	2.862,86	3.040,87
P14	2.377,98	14	13	12	11	14	2.977,38	3.165,55
P15	2.470,71	15	14	13	12	15	3.096,47	3.295,34
P16	2.567,08	16	15	14	13	16	3.220,33	3.430,45
P17	2.667,19		16	15	14	17	3.349,14	3.571,09
P18	2.771,22			16	15	18	3.483,11	3.717,51
P19	2.879,29				16	19	3.622,43	3.869,93

b) Cargos do Nível B:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258750963900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO B						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO B - 40% DA REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P06	1.750,99	1				1	1.986,82	2.086,16
P07	1.819,28	2	1			2	2.066,29	2.171,69
P08	1.890,22	3	2	1		3	2.148,94	2.260,73
P09	1.963,95	4	3	2	1	4	2.234,90	2.353,42
P10	2.040,55	5	4	3	2	5	2.324,30	2.449,91
P11	2.120,13	6	5	4	3	6	2.417,27	2.550,36
P12	2.202,80	7	6	5	4	7	2.513,96	2.654,92
P13	2.288,72	8	7	6	5	8	2.614,52	2.763,77
P14	2.377,98	9	8	7	6	9	2.719,10	2.877,09
P15	2.470,71	10	9	8	7	10	2.827,86	2.995,05
P16	2.567,08	11	10	9	8	11	2.940,97	3.117,84
P17	2.667,19	12	11	10	9	12	3.058,61	3.245,68
P18	2.771,22	13	12	11	10	13	3.180,96	3.378,75
P19	2.879,29	14	13	12	11	14	3.308,20	3.517,28
P20	2.991,58	15	14	13	12	15	3.440,52	3.661,49
P21	3.108,25	16	15	14	13	16	3.578,15	3.811,61
P22	3.229,47		16	15	14	17	3.721,27	3.967,88
P23	3.355,42			16	15	18	3.870,12	4.130,57
P24	3.486,29				16	19	4.024,93	4.299,92

## c) Cargos do Nível C:

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO C						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO C - 50% DA REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P11	2.120,13	1				1	2.483,52	2.607,70
P12	2.202,80	2	1			2	2.582,86	2.714,61
P13	2.288,72	3	2	1		3	2.686,18	2.825,91
P14	2.377,98	4	3	2	1	4	2.793,62	2.941,77
P15	2.470,71	5	4	3	2	5	2.905,37	3.062,39
P16	2.567,08	6	5	4	3	6	3.021,58	3.187,95
P17	2.667,19	7	6	5	4	7	3.142,45	3.318,65
P18	2.771,22	8	7	6	5	8	3.268,14	3.454,72
P19	2.879,29	9	8	7	6	9	3.398,87	3.596,36
P20	2.991,58	10	9	8	7	10	3.534,83	3.743,81
P21	3.108,25	11	10	9	8	11	3.676,22	3.897,31
P22	3.229,47	12	11	10	9	12	3.823,27	4.057,10
P23	3.355,42	13	12	11	10	13	3.976,20	4.223,44
P24	3.486,29	14	13	12	11	14	4.135,25	4.396,60
P25	3.622,26	15	14	13	12	15	4.300,66	4.576,86
P26	3.763,52	16	15	14	13	16	4.472,68	4.764,51
P27	3.910,30		16	15	14	17	4.651,59	4.959,85
P28	4.062,80			16	15	18	4.837,65	5.163,21
P29	4.221,24				16	19	5.031,16	5.374,90

## d) Cargos do Nível D:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258750963900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD258750963900\*

Em R\$

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO D						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO D - 61% DA REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P17	2.667,19	1				1	3.029,90	3.181,39
P18	2.771,22	2	1			2	3.151,09	3.311,83
P19	2.879,29	3	2	1		3	3.277,14	3.447,61
P20	2.991,58	4	3	2	1	4	3.408,22	3.588,97
P21	3.108,25	5	4	3	2	5	3.544,55	3.736,11
P22	3.229,47	6	5	4	3	6	3.686,33	3.889,29
P23	3.355,42	7	6	5	4	7	3.833,79	4.048,75
P24	3.486,29	8	7	6	5	8	3.987,14	4.214,75
P25	3.622,26	9	8	7	6	9	4.146,62	4.387,56
P26	3.763,52	10	9	8	7	10	4.312,49	4.567,45
P27	3.910,30	11	10	9	8	11	4.484,99	4.754,71
P28	4.062,80	12	11	10	9	12	4.664,39	4.949,66
P29	4.221,24	13	12	11	10	13	4.850,96	5.152,59
P30	4.385,88	14	13	12	11	14	5.045,00	5.363,85
P31	4.556,92	15	14	13	12	15	5.246,80	5.583,77
P32	4.734,64	16	15	14	13	16	5.456,67	5.812,70
P33	4.919,30		16	15	14	17	5.674,94	6.051,02
P34	5.111,15			16	15	18	5.901,94	6.299,11
P35	5.310,48				16	19	6.138,01	6.557,38

e) Cargos do Nível E:

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E - REFERÊNCIA		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 - STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 - STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71

\*CD258750963900\*



ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258750963900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



## JUSTIFICAÇÃO

Essa lista de correlações entre os níveis de classificação e as diferenças de acréscimos percentuais entre os padrões de vencimento, se constituem em elementos estruturantes da carreira PCCTAE, devendo, portanto, constar expressamente na Medida Provisória e seu Anexo, de modo a garantir a constituição da malha salarial, conforme a Cláusula 2ª, alíneas A, D e E do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258750963900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286  
00479**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se na Medida Provisória, no seu artigo Art. 214, a alínea C, do inciso XV.

**JUSTIFICAÇÃO**

Todos os cargos que integram o PCCTAE precisam ter suas atribuições específicas, definidas e atualizadas às inovações tecnológicas do trabalho, em regulamento próprio, de forma a viabilizar a gestão dos processos de trabalho dos integrantes da carreira nas Instituições Federais de Ensino. Também é uma forma essencial de evitar ocorrências de desvios de funções do cargo.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 11 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay  
(PT - DF)**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250167946500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

\*CD250167946500\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00480**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altere-se na Medida Provisória, no seu artigo 157, revogando o Anexo CCLXXXII, com a seguinte redação:

Art. 157. Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI e CCLXXXIII a esta Medida Provisória.

Acrescente-se no art. 214 da MPV nº 1.286, de 2024, a revogação dos § 1º, § 2º, § 3º do Art. 43, da Lei 12.702, de 7 de agosto de 2012.

Acrescente-se no art. 131 da MPV nº 1.286, de 2024, e no seu Anexo CCXXIV incluindo o artigo 14-A na Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art. 14-A Os servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino, que ocupem cargos de Médico, Médico/Área e Médico Veterinário, terão vencimentos básicos conforme o Anexo I-D, alínea E, quando em jornada semanal de 20 horas, podendo, no interesse da Administração Pública e a disponibilidade orçamentária e financeira, ser estendida para 40 horas semanais, conforme o Anexo I-D, alínea F.

Anexo CCXXIV

(Anexo I-D à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005)

“TABELA DE ESTRUTURA E DE VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE  
CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259712351500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

\*CD259712351500\*  
ExEdit

e) Cargos do Nível E e, vencimento básico dos cargos de Médico e Médico Veterinário com jornada de 20 horas semanais:

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 – STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 – STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,55
P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

f) Cargos de Médico e Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais:

Em R\$



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259712351500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025 – STEP 4,0%	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026 – STEP 4,1%
		I	II	III	IV			
P31	4.556,92	1				1	9934,08	10430,78
P32	4.734,64	2	1			2	10331,44	10858,46
P33	4.919,30	3	2	1		3	10744,70	11303,64
P34	5.111,15	4	3	2	1	4	11174,50	11767,10
P35	5.310,48	5	4	3	2	5	11621,48	12249,54
P36	5.517,59	6	5	4	3	6	12086,34	12751,78
P37	5.732,78	7	6	5	4	7	12569,78	13274,60
P38	5.956,36	8	7	6	5	8	13072,58	13818,86
P39	6.188,65	9	8	7	6	9	13595,48	14385,44
P40	6.430,01	10	9	8	7	10	14139,30	14975,24
P41	6.680,78	11	10	9	8	11	14704,88	15589,22
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	15293,06	16228,38
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	15904,80	16893,74
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	16540,98	17586,38
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	17202,62	18307,44
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	17890,72	19058,04
P47	8.404,67		16	15	14	17	18606,36	19839,42
P48	8.732,45			16	15	18	19350,62	20652,84
P49	9.073,02				16	19	20124,64	21499,60

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o texto em vigor da Medida Provisória nº 1.286/2024, o reajuste salarial previsto para médicos e médicos veterinários integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação é de apenas 4,5%. No entanto, o Termo de Acordo de Greve nº 11/2024 SRT/MGI, firmado entre o Governo Lula e as entidades representativas, garante 9% de reajuste a partir de 1º de janeiro de 2025, com mais 5% previstos para abril de 2026, conforme a cláusula primeira do acordo. Essa redução no reajuste contraria os termos negociados e assinados.

Os médicos e médicos veterinários das Instituições Federais de Ensino, integram o PCCTAE, dessa forma não se aplica uma tabela em separado constante em outra Lei. Por isso é necessário garantir que a sua remuneração seja a mesma dos profissionais de nível de classificação com a possibilidade de extensão da remuneração quando da necessidade institucional para a prestação do serviço.

ExEdit  
\*CD259712351500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259712351500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Uma tabela diferenciada não fez parte do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que estabeleceu os mesmos percentuais de aumento para toda a categoria, conforme a Cláusula Primeira do Acordo.

Sala da comissão, 11 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259712351500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD259712351500\*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00481**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando os incisos I e III do Art. 18 da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art. 18.....

.....

I – unificação e transformação de cargos de mesma natureza, complexidade e similaridade.

II.....

III - posicionamento do servidor ocupante dos cargos unificados ou transformados em nível de classificação, padrão de vencimento básico do cargo de destino, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

**JUSTIFICAÇÃO**

Os cargos da Administração Pública, incluídos os que integram o PCCTAE (Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005), vêm sofrendo efeitos da evolução histórica, mudanças no mundo do trabalho e na realidade social, novas formas de gestão e informatização decorrentes do desenvolvimento tecnológico. É necessário que a Administração Pública apresente soluções para atualizar seu quadro de cargos com o aproveitamento dos atuais servidores às demandas da realidade atual. Entendemos que alterações que acompanhem as transformações

\* CD 251287402700 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251287402700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



do mundo do trabalho, a natureza e atribuições essenciais dos cargos são juridicamente permitidas e não violam a exigência de concurso público.

A presente emenda é derivada do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI.

A inclusão do texto proposto com as alterações da Lei 11091/2005, nos incisos I e III é fundamental para sustentar o processo de racionalização constante da Cláusula 13, alínea E do acordo. A possibilidade de transformar cargos, respeitados os limites constitucionais, permitirá o aproveitamento dos servidores sem aumento de despesas, ou seja, sem impacto financeiro para Medida Provisória.

Sala da comissão, 11 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251287402700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286**  
**00482**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se na Medida Provisória, no seu artigo 131, o § 6º do Art. 15, da Lei 11.091/2005.

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, o § 3º do Art. 15, da Lei 11.091/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15.....

.....

.....

§ 3º A parcela complementar a que se refere o § 2º deste artigo será considerada para todos os efeitos como parte integrante do vencimento básico, e não será absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória. (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os termos apresentados no texto do parágrafo sexto ferem a Cláusula 3ª do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que afirma que o Vencimento Básico Complementar (VBC) “não será absorvido por força da implementação dos novos valores e estruturas remuneratórias”.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256856930300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



A não absorção está prevista desde o Termo de Acordo de Greve de 2012.

Sala da comissão, 11 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256856930300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





**MPV 1286  
00483**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o Art. 12-B, da Lei 11.091/2005 com a seguinte redação:

Art. 12-B A partir de 1º de abril de 2026, fica instituído, aos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-TAE), com regulamento proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único O Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC é o instrumento de reconhecimento dos conhecimentos e habilidades de todos os integrantes do Plano de Carreira, independentemente do nível de escolaridade, resultante da atuação profissional na dinâmica do ensino, pesquisa, extensão, gestão, inovação e assistência especializada, nos termos do inciso IV, Art. 3º desta Lei.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda atende a Cláusula Quarta do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que estabelece instituto do RSC, que a proposição será pela CNSC e a data de sua implantação.

A aprovação dessa emenda dará suporte a elaboração dos cálculos de impacto financeiro para a inclusão na LDO e LOA de 2026, já que sua



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253097161300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



implantação está prevista para abril de 2026. Portanto, não vai gerar impacto financeiro em 2025.

Sala da comissão, 11 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253097161300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286**  
**00484**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, a inclusão dos § 1º e § 2º no Art. 11 da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art. 11.....

§ 1º Os ocupantes dos cargos de Médico, Médico/Área, Médico do Trabalho, Engenheiro do Trabalho, Arquiteto do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho, Regente e Sanitarista do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal, de pós-graduação lato sensu, ao apresentarem a certificação de uma segunda formação *lato sensu*.

§ 2º Os ocupantes dos cargos de nível médio profissionalizante ou com curso técnico do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal quando apresente uma segunda certificação de curso técnico.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda visa garantir a isonomia de tratamento com os demais profissionais que integram o PCCTAE, Lei nº 11.091/2005, considerando que os demais cargos não têm como requisito para o ingresso no cargo a certificação de especialista ou curso médio profissionalizante ou curso técnico. Os ocupantes dos cargos só podem alcançar o Incentivo a Qualificação (IQ) a partir da graduação, para o nível de classificação D ou do mestrado, para o nível de classificação E. <sup>Δ</sup> proposta de alteração é para que esses servidores tenham a possibilidade de



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252660666300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



apresentar uma segunda certificação, como forma de obtenção do primeiro IQ, assim como os demais servidores.

Essa alteração não gera impacto orçamentário na Medida Provisória, pois já está previsto na Lei nº 11.091/2005 e cada servidor que alcançar o IQ é considerado aumento vegetativo da folha. O IQ foi implantado em 2006.

Sala da comissão, 11 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252660666300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD252660666300\*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00485**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, incluindo o § 6º, do Art. 10-B, da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

Art. 10-

B.....

.....

.....

§ 6º No cumprimento dos critérios estabelecidos no § 3º é permitido o somatório de carga horária de ações de desenvolvimento realizadas pelo servidor, bem como o somatório de carga horária de certificados de ações de desenvolvimento que excedam à exigência de aceleração da progressão por capacitação anteriormente realizada.

**JUSTIFICAÇÃO**

Houve uma mudança no perfil das ações de capacitação dadas as inovações tecnológicas, que hoje exigem uma carga horária menor, vide catálogo de cursos da ENAP.

Esse item consta do Termo de Acordo SRT/MGI 11/2024.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

ExEdit  
\*CD251697357100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251697357100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251697357100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

\*CD251697357100\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00486**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, Art. 10-B, § 3º, Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

§ 3º Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o **cargo ocupado ou com o ambiente organizacional**, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A.

**JUSTIFICAÇÃO**

O ambiente organizacional está conceituado na Lei da carreira PCCTAE (Lei 11.091/2005) como a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal. Este conceito, quando assumido pelo Legislador teve por objetivo ampliar o escopo dos elementos de desenvolvimento dos servidores, conforme as necessidades institucionais e a diversidade de fazeres nas Instituições Federais de Ensino.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257963612700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

\*CD257963612700\*  
ExEdit

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257963612700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\* CD 257963612700 \*  
LexEdit





**MPV 1286**  
**00487**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o § 8º do Art. 10, a Lei 11091/2005, com a seguinte redação:

”Art.

10.....

.....  
.....”

§ 8º O ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição.

**JUSTIFICAÇÃO**

É necessário um tratamento isonômico entre os servidores docentes e técnico-administrativos em educação, conforme o previsto para os docentes na Lei 12.772/2012, considerando que é papel dos trabalhadores das

\*CD257932264200\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257932264200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Instituições Federais de Ensino contribuir para o desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão, inovação, gestão e assistência especializada nas Instituições Federais de Ensino.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257932264200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286  
00488**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, alterando o “Art. 10, § 6º” da Lei 11.091/2005, com a seguinte redação:

§ 6º A conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular ou especial, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo ou ambiente organizacional do servidor, em cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser utilizada como certificação em Programa de Capacitação para fins de aceleração da progressão por capacitação, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

As Instituições federais de ensino são formadoras dos profissionais em vários níveis dentro de seus cursos oferecem uma grande diversidade de disciplinas de conteúdos programáticos que atendem as necessidades institucionais de seus servidores. A utilização dessas disciplinas em Programas de Capacitação representa uma ampliação de oferta e oportunidades para as instituições e servidores sem aumentar os investimentos com recursos para a capacitação.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250275242300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250275242300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\* CD 250275242300 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00489**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Altere-se a Medida Provisória, no seu artigo 131, Art. 7-B, com a seguinte redação:

“Art. 7º-B.....

.....

I - Técnico em Educação, cargo de complexidade média, com atribuições voltadas a assistência técnica especializada às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando o nível de classificação D; e

II - Analista em Educação, cargo de complexidade alta, com atribuições voltadas às atividades especializadas técnico-administrativas relativas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando nível de classificação E.

§ 4º As áreas, as especialidades, a formação e as atribuições específicas para os cargos a que se refere os incisos I e II do caput serão estabelecidas em regulamento, proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, nos termos do art. 22.

**JUSTIFICAÇÃO**

Precisamos adequar no texto da medida provisória as atribuições dos cargos amplos às necessidades institucionais já previstas no Art. 8º da Medida



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258636377200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Provisória, e retirar conflitos textuais com as atribuições gerais dos cargos da carreira.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258636377200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



**MPV 1286  
00490**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se da Medida Provisória, o artigo 206 que altera os artigos 154, 155, 156, 156-A e 158 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

**JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 206 da medida provisória altera os critérios de progressão funcional de diversas carreiras do Serviço Público Federal, trazendo mudanças significativas nos processos de avaliação de desempenho e progressão funcional dos servidores. As alterações dispostas no artigo 206 não foram objeto de ponto de pauta dos acordos e nem de debate com as entidades sindicais nas mesas setoriais, específicas e nem na central. Extrapolando o fim ao qual se destina a medida provisória.

Os servidores públicos federais já têm processos de avaliações de desempenho inseridos em seus planos de carreiras. Portanto a proposta do Sistema de Desenvolvimento da Carreira (SIDECA), que irá operar de maneira individualizada, baseada em critérios que nunca foram discutidos pelas entidades sindicais que representam os servidores públicos federais, sem uma avaliação aprofundada da situação de cada carreira, isso está em dissonância com as negociações realizadas com o próprio MGI.

A avaliação individual desconsidera o desempenho institucional e coletivo das equipes de trabalho, assim como as condições objetivas e estruturais necessárias para que os órgãos públicos proporcionem um ambiente adequado ao bom desempenho dos servidores e do próprio órgão.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258728500900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay

\*CD258728500900\*  
ExEdit

Essa avaliação individualizada com viés produtivista irá desestruturar os ambientes de trabalho gerando assédio e problemas de saúde mental nos servidores, consequentemente provocando um percentual maior de afastamentos de longa duração. O que prejudica o bom desempenho das equipes e do órgão.

Sala da comissão, 11 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258728500900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\*CD258728500900\*  
ExEdit







CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 1286

00491

Gabinete do Deputado Federal João Carlos Bacelar – PL/BA

**EMENDA Nº - CM**

(à MPV nº 1.286, de 2024)

Inclua-se à MPV nº 1.286, de 2024, onde couber, a seguinte emenda:

Alteram-se os artigos 28º, 30º, 31º, 32º, 33º, 41º e os Anexos X, XI e XII da Lei nº 14.875, de 2024, passando a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 28. A partir da data de entrada em vigor desta Lei os cargos de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, todos de nível superior voltados à área de tecnologia da informação, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo Federal. (NR)**

**“§ 1º Os cargos a que se refere o caput ficam estruturados em classes e padrões, na forma do disposto no Anexo X desta Lei.” (NR)**

**“§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos a que se refere o caput serão automaticamente enquadrados na Carreira de Tecnologia da Informação na data de publicação desta Lei, de acordo com a posição relativa na Tabela, conforme o disposto no Anexo XI desta Lei.” (NR)**

**“§ 3º O cargo de Analista Técnico Administrativo da área de TI, é o contemplado no Edital nº 1/2009, de 18 de agosto de 2009 do Concurso Público para Provimento de Cargos de Nível Superior do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referente à área de atuação S4.” (NR)**

**“Art. 30. São atribuições dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação, além das atividades especializadas de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258645440700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar



tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal.” (NR)

“Art. 31. A investidura **nos cargos** de provimento efetivo da Carreira de Tecnologia da Informação ocorrerá na classe e no padrão iniciais do cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos realizado em duas etapas de caráter eliminatório e classificatório, sendo a segunda constituída de curso de formação.” (NR)

“§ 6º Os ocupantes dos cargos da Carreira de Tecnologia da Informação que na data de publicação desta Lei estejam em exercício fora de Brasília/DF manterão o respectivo local de exercício, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao X do art. 30 desta Lei.” (NR)

“Art. 32. Os ocupantes dos **cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, conforme especificado no **Anexo XII** desta Lei.” (NR)

“Art. 33. Não serão devidas aos titulares **dos cargos a que se refere a Carreira de Tecnologia da Informação** as seguintes espécies remuneratórias:” (NR)

.....  
“Parágrafo único. Ficam os **cargos da referida Carreira de Tecnologia da Informação** automaticamente dispensados da GSISP, de que trata o art. 287 da Lei nº 11.907, de 2009.” (NR)

.....  
**Art. 41. Enquanto não for editado o regulamento de que trata o art. 40 desta LEI, as progressões funcionais e as promoções serão concedidas observando-se as normas vigentes, aplicáveis aos cargos mencionados no art. 28, na data de entrada em vigor desta Lei. (NR)**

.....  
ANEXO X

ESTRUTURA **DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista em Tecnologia da Informação, Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI

\*CD258645440700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258645440700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar




Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

ANEXO XI

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASS E	CARGO
Cargo de Analista em Tecnologia da Informação e de Analista Técnico Administrativo da área de TI, criados pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de 2009, os cargos de Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Processamento de Dados e Analista de Suporte de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei nº 11.907, de fevereiro de 2009, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C e Analista de Sistema D de que trata o art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, os cargos de Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III e Analista de Sistemas IV, de que trata do art. 1º da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e o cargo de Analista de Sistemas, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de	ESPECIAL	III	III	ESPECIAL	Cargos de Analista em Tecnologia da Informação Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistemas, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas da Carreira de Tecnologia da Informação
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		B	VI		
	V		V		
	IV		IV		
	III		III		
	II		II		
	I		I		
	A	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		



0258645440700\*

\*CD258645440700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258645440700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar



dezembro de 1970					
------------------	--	--	--	--	--

.....

*ANEXO XII*

*SUBSÍDIO **DOS CARGOS** DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA*

*INFORMAÇÃO*

.....

\* C D 2 5 8 6 4 5 4 4 0 7 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258645440700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar



## JUSTIFICAÇÃO

1. No acórdão 1.200 de 2014, no item 359.1.6, o Tribunal de Contas da União propôs ao então Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão o encaminhamento e o emprego de maior celeridade na análise da proposta de criação da carreira específica de Analista em Tecnologia da Informação (ATI), visando reduzir a elevada taxa de evasão dos ocupantes de cargos Tecnologia da Informação (TI). Entende-se como de suma importância este encaminhamento, no entanto, a abordagem feita no referido documento foi conduzida de maneira direcionada, com dados incompletos, que não levaram em consideração os demais cargos de Tecnologia da Informação da Administração Direta do Poder Executivo Federal estruturados pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.357, de outubro de 2006, atualizada pelo art. 81 da Lei 11.907, de fevereiro de 2009 – **inclusive a mesma que criou o cargo de ATI** -, e a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (PST) de que trata o art. 1º, parágrafo único, I, da Lei nº 11.355, de outubro de 2006. Desta forma, não houve qualquer encaminhamento para tais servidores, ainda que constasse na estatística de pessoal de TI e composição de força de trabalho presente no referido acórdão.

2. Essa sistemática de descaso e injustiça com os demais cargos de TI, os quais possuem descrição e atribuições equivalentes, infelizmente, vem sendo constatada ao longo dos anos. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem se mostrado irredutível em corrigir essa distorção e tratar a Carreira de Tecnologia da Informação como transversal, aglutinando os cargos de atribuições, atividades e remuneração equivalentes, que é o caso em questão.

3. Frisa-se que não haverá qualquer mudança nas atribuições desempenhadas pelos servidores, tampouco no padrão remuneratório, configurando-se apenas uma reestruturação, razão pela qual não haveria nenhuma inconstitucionalidade em inserir os Analistas de sistema(s) e demais citados na nova carreira de Tecnologia da Informação. Além disso, os servidores já se encontram em exercício em diversos ministérios por tratar-se de cargos que podem ser lotados em diferentes órgãos e entidades na esfera federal, na contribuição pela transformação digital dos serviços públicos. Como mencionado na obra “Trajetória da Burocracia na Nova república”, por Felix G. Lopez e José Celso Cardoso Junior, atual Secretário de Gestão de Pessoas do MGI, a ocupação em carreiras estratégicas finalísticas e em carreiras transversais estruturantes são fundamentais, pois buscam garantir o bom desempenho dos que trabalham sob o mando do Estado e a serviço da sociedade e devem ser incentivadas.

\* 0 0 0 7 4 4 5 4 6 8 2 0 2 \*  
C D 2 5 8 6 4 5 4 4 0 7 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258645440700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar



4. A estruturação de uma Carreira deve propor soluções que venham a atender ao interesse público respeitando os demais princípios constitucionais que regem a atividade administrativa, tais como os da finalidade, impessoalidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência. Diante disso, ainda que os cargos de Analista Técnico Administrativo da área de TI, Analista de Sistema, Analista de Sistemas, Analista de Sistema B, Analista de Sistema C, Analista de Sistema D, Analista de Sistema, Analista de Sistemas III, Analista de Sistemas IV, Analista de Proc. De Dados, Analista de Suporte e Analista de Sistemas, vinculados aos planos PCC, PGPE, PST e PECC não tivessem, à época de criação dos respectivos cargos, a mesma escrita nas atribuições que a do cargo de Analista em TI, é inquestionável que as atividades prestadas por estes servidores vêm sendo executadas aos ditames atuais de transformação digital e acompanham as evoluções de metodologias, processos e padrões que, sobretudo na área de TI, passam por constantes atualizações.

5. A título elucidativo o cargo de Analista de Sistemas, pertencente do grupo de processamento de dados, foi instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estruturado pelo decreto nº 77.862, de 21 de junho de 1976 e reorganizado pela Lei 11.357 (que criou o PGPE) e Lei 11.355 (PST), ambas de mesma data, 19 de outubro de 2006, com atribuições sumárias assim descritas:

*"atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle, referentes à análise de sistemas e de programação, bem assim como ao levantamento de serviços e à elaboração de planos e projetos de organização com vistas a processamento eletrônico de dados. definir o objetivo e as tarefas da análise de sistema; programar as tarefas e designar o pessoal de análise; rever a documentação preparada pelo pessoal de análise; **dirigir o projeto de novos sistemas** ou de melhorias dos sistemas atuais; **avaliar o progresso dos projetos em andamento**; avaliar a performance dos sistemas e tomar as medidas corretivas que se façam necessárias; **organizar e atualizar a programação das análises de sistemas em andamento a serem iniciadas**; **Estimar as necessidades em termos de custo, tempo e pessoal, para as análises a serem efetuadas**; avaliar as vantagens operacionais e as economias advindas do sistema proposto; preparar o material para apresentação à administração; definir a lógica do sistema e as necessidades em equipamentos; estudar as inovações introduzidas no campo de processamento de dados para posterior divulgação a seus supervisionados; executar outras tarefas semelhantes."*

Já o cargo de Analista em Tecnologia da Informação (ATI) foi criado por uma MP de 2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009,

\* CD 258645440700 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258645440700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar



que altera a Lei 11.357 (que reorganiza o PGPE), com atribuições assim descritas:

**"atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação** relativos ao funcionamento da administração pública federal, **bem como executar análises para o desenvolvimento, implantação** e suporte a sistemas de informação e soluções tecnológicas específicas; especificar e apoiar a formulação e acompanhamento das políticas de **planejamento** relativas aos recursos de tecnologia da informação; especificar, supervisionar e **acompanhar** as atividades de desenvolvimento, manutenção, integração e monitoramento do desempenho dos aplicativos de tecnologia da informação; gerenciar a disseminação, integração e controle de qualidade dos dados; **organizar**, manter e auditar o armazenamento, administração e acesso às bases de dados da informática de governo; e desenvolver, implementar, executar e supervisionar atividades relacionadas aos processos de configuração, segurança, conectividade, serviços compartilhados e adequações da infraestrutura da informática da Administração Pública Federal."

**6.** Atualmente, todos os servidores dos cargos de Tecnologia da Informação atuam em consonância com os programas, padrões, instruções normativas e participam das mesmas ações de capacitação elaboradas e promovidas pelo MGI, na qualidade de órgão central do SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. O Decreto nº 7579, de 11 de outubro de 2011, estabelece a organização do sistema SISP, e define sua finalidade e a competência do órgão central nos seguintes termos:

**Art. 1º Ficam organizados sob a forma de sistema, com a denominação de Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP, o planejamento, a coordenação, a organização, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas utilizados direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.**

*Art. 2º O SISP tem por finalidade:*

...

***IV - estimular o uso racional dos recursos de tecnologia da informação, no âmbito do Poder Executivo federal, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação;(grifo nosso)***





*VI - propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos recursos de tecnologia da informação;*

*VII - estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores que atuam na área de tecnologia da informação; e (grifo nosso)*

*VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal. (grifo nosso)*

Art. 4º Compete ao Órgão Central do SISP, dentre outros:

...

*III - promover a elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do SISP; (grifo nosso)*

7. Fica claro e evidente que todos os servidores dos cargos mencionados nesta proposição de emenda ao projeto de lei, tanto os do texto original quanto os sugeridos nesta emenda, estão sujeitos às orientações, normativos e diretrizes do SISP, sem prejuízo do vínculo funcional com os diversos órgãos da administração pública federal aos quais são lotados. Em outras palavras, respeitadas a equivalência de remuneração, a escolaridade e a forma de ingresso — por concurso público de nível superior para ambos os cargos —, a visão que nega a capacidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências e ignora a correlação e equivalência destes cargos torna-se um contrassenso injustificado e gera distorções gravíssimas. Por isso, solicitamos o apoio dos nobres colegas para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, 10/02/2025.

JOÃO CARLOS BACELAR

Deputado Federal – PL/BA

\* 0 0 2 5 8 6 4 5 4 4 0 7 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258645440700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. João Carlos Bacelar





**MPV 1286  
00492**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação à ementa da Medida Provisória e ao inciso I do Art. 1º, nos termos a seguir:

“Cria a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários e a Carreira de Auditoria do Componente Federal do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SNA/SUS) e o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.”

Art. 1º Esta Medida Provisória:

I - cria a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários e a Carreira de Auditoria do Componente Federal do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SNA/SUS) e o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública; (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



## JUSTIFICAÇÃO

A criação da Carreira de Auditoria do Componente Federal do Sistema Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SNA/SUS) é fundamental para assegurar a correta aplicação dos recursos da União, dos Estados e dos Municípios, destinados à saúde, garantindo eficiência, eficácia e efetividade na execução das políticas públicas. Grande parte do orçamento federal da saúde é descentralizado para Estados/DF e Municípios, juntando-se aos recursos próprios destes entes, sem que haja mecanismos adequados para o acompanhamento e avaliação desses recursos pelos órgãos federais do Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e pelos órgãos de controle externo, apesar de serem constantemente cobrados pela sociedade sobre a boa gestão desses recursos.

A auditoria é instância interna de apoio à governança do SUS, e, nessa qualidade, produz informações qualificadas sobre a execução das políticas e programas de saúde, as quais subsidiam a tomada de decisão da Alta Gestão do Ministério da Saúde e dos gestores dos entes municipal e estadual/DF. Portanto, é parte integrante da gestão estratégica do SUS, uma vez que contribui, diretamente, para o fortalecimento da gestão e da governança do SUS e, indiretamente, para o alcance dos objetivos das políticas nacionais de saúde.

Há de se ressaltar, ainda, que os benefícios das atividades de auditoria especializadas para o SUS não se restringem a um mero aspecto financeiro, do ponto de vista da esfera federal. As atividades desenvolvidas pelo DenaSUS, como citado acima, vão além, compreendendo diversas recomendações e orientações específicas aos gestores federais, estaduais/DF e municipais, para melhoria na execução dos recursos e das ações e serviços de saúde pública, que impactam, toda a população brasileira, usuária dos serviços do SUS, de forma a evitar desperdícios e devoluções de recursos por falta de orientação adequada.

De fato, considerando o arranjo federativo e institucional do SUS (26 Estados, um Distrito Federal e 5.570 municípios), compreendendo financiamento tripartite, gestão pactuada/compartilhada e planejamento ascendente, previstos em lei específica, as atividades do DenaSUS possuem um alcance nacional (não limitado à esfera federal) e impacto/potencial benéfico em nível de sustentabilidade do próprio sistema de saúde pública, as quais não podem ser



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



supridas pelas relevantes ações da CGU, TCU e MPF, quando consideradas a respectiva jurisdição de atuação, a complementariedade das respectivas atuações dos órgãos de controle e auditoria e as especialidades da saúde, compreendendo diversos procedimentos de assistência de primária, de média e alta complexidade, farmacêuticos, sanitários, de vigilância, de gestão e entre outros.

Considerando o princípio legal da especialidade e as peculiaridades das atividades desenvolvidas pelo componente federal do SNA, a auditoria do SUS é um importante mecanismo para a análise dos resultados dos serviços de saúde, a transparência na gestão dos recursos públicos e a credibilidade das instituições responsáveis pela execução das políticas e programas de saúde.

Ainda, ressalta-se a agenda política do Plano Plurianual Participativo, Plano Plurianual (PPA), Plano Nacional de Saúde de 2024-2027 e 17ª Conferência Nacional de Saúde, no qual houve a proposição de “Criação da Carreira do Componente Federal da Auditoria do SUS” para fortalecer o controle, a avaliação, o monitoramento das recomendações e da fiscalização das ações e serviços em saúde e seus recursos.

Dessa forma, a criação da carreira específica para a auditoria do Componente Federal do SUS representa um avanço estratégico para o fortalecimento da gestão, transparência, evitar desperdícios e da governança no setor, garantindo a melhor aplicação dos recursos e a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à população brasileira.

A presente emenda busca também alterar a Medida Provisória nº 1.286, de 2024, para corrigir uma grave injustiça na publicação desta medida provisória para os servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, com lotação em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas às políticas previstas às áreas de justiça e segurança.

A criação de um plano de cargos unificado para o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) dos servidores administrativos do MJSP, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal, é essencial para reter servidores altamente qualificados que lidam com funções sensíveis como controle de armas, emissão de passaportes e extradições. A atual evasão de mais de 40% devido à baixa atratividade das carreiras compromete a memória institucional e a eficiência dos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



serviços. Um plano unificado melhorará as condições de trabalho, valorizará a carreira e aumentará a eficiência do órgão.

A criação do Plano de Cargos é um reconhecimento da necessidade de se promover uma melhor qualificação dos quadros da administração pública federal nessas áreas, dada a importância dessas atividades para a melhoria da segurança e para a promoção da justiça em nosso país. As atividades desses servidores são exclusivas do Estado, pois envolvem atividades estratégicas para a justiça e segurança pública e devem ser exercidas somente por servidores efetivos, sendo ilícito seu exercício por servidores terceirizados. Entre essas atividades, é possível citar a segurança de fronteiras e de infraestruturas críticas e demais programas do Governo federal, políticas de acesso e promoção da justiça, de segurança pública, de prevenção e repressão às drogas, de defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor, de nacionalidade, migrações e refúgio, penal nacional e de direitos digitais.

Portanto, é necessário que essa injustiça seja corrigida, de modo a valorizar o capital humano existente nesse Ministério, conforme preza as melhores práticas de gestão de pessoas, no que tange à manutenção da cultura organizacional. O conhecimento adquirido pelos servidores nessas atividades precisa ser valorizado, e nada mais justo do que autorizar a criação do plano de cargos.

Vale ressaltar que os valores referentes ao impacto orçamentário e financeiro desta emenda são compatíveis com limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizados no Anexo V da LOA 2025, e poderão ser facilmente cobertos, não causando prejuízos às metas fiscais estabelecidas na LDO 2025.

Por fim, a proposta apresentada conta com o apoio do atual Ministro, que ao longo de sua gestão, realizou diversas tentativas na busca pelo sucesso. Sua atuação incansável e seu compromisso com a causa foram fundamentais para construir um consenso em torno da proposta.

Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres parlamentares a fim de ser aprovada a presente emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



Sala da comissão, 11 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
**(PT - DF)**

\*CD255084003700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



ANEXO CCCIX-A

ESTRUTURA DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E

SEGURANÇA PÚBLICA

a) Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V
	IV
	III
	II
	I
C	V
	IV
	III
	II
	I
B	V
	IV
	III
	II
	I
A	V
	IV
	III
	II
	I

b) Cargos de Nível Intermediário:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	V
	IV
	III
	II
	I
C	V
	IV
	III
	II
	I
B	V
	IV
	III
	II
	I
A	V
	IV
	III
	II
	I

c) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO
ESPECIAL	III
	II
	I

ANEXO CCCIX-B  
TERMO DE OPÇÃO

exEdit  
\*CD255084003700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA		
Nome:		Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
Cidade:		Estado:
<div>( ) Servidor      ( ) Aposentado      ( ) Pensionista</div> <p>Venho, nos termos da Medida Provisória nº , de de de , em observância ao disposto no parágrafo 3º do art. 192-A, optar por integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, situação na qual deixará de fazer jus à estrutura remuneratória de que trata a Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.</p> <p>Local e Data: , de de .</p> <p>Assinatura</p>		

ANEXO CCCIX-C  
TERMO DE OPÇÃO

PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA		
Nome:		Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
Cidade:		Estado:
<div>( ) Servidor      ( ) Aposentado      ( ) Pensionista</div> <p>Venho, nos termos da Medida Provisória nº , de de de , em observância ao disposto no parágrafo 2º do art. 192-B, optar por <b>não</b> integrar o Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.</p> <p>Local e Data: , de de .</p> <p>Assinatura</p>		

\*CD255084003700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





**ANEXO CCCIX-D**  
**VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARGOS DO MINISTÉRIO**  
**DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

**a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:**

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	9.916,26	10.648,92	11.378,00
	IV	9.702,96	10.403,26	11.138,48
	III	9.494,18	10.164,08	10.904,29
	II	8.831,58	9.463,29	10.172,09
	I	8.641,53	9.245,25	9.942,60
C	V	8.455,05	9.031,53	9.718,64
	IV	8.272,99	8.822,90	9.514,77
	III	8.095,18	8.620,17	9.313,87
	II	7.921,48	8.422,13	9.118,79
	I	7.348,12	7.819,16	8.289,71
B	V	7.092,29	7.518,23	7.954,97
	IV	6.845,88	7.228,72	7.634,17
	III	6.608,34	6.951,81	7.327,30
	II	6.378,10	6.683,70	7.031,40
	I	6.156,64	6.426,63	6.747,55
A	V	5.711,66	5.967,73	6.134,50
	IV	5.513,13	5.737,70	5.898,55
	III	5.321,38	5.517,02	5.671,42
	II	5.136,95	5.305,06	5.454,44
	I	4.958,42	5.101,21	5.244,00

**b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:**

ExEdit  
\*CD255084003700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	19.832,52	21.297,84	22.756,00
	IV	19.405,92	20.806,52	22.276,96
	III	18.988,36	20.328,16	21.808,58
	II	17.663,16	18.926,58	20.344,18
	I	17.283,06	18.490,50	19.885,20
C	V	16.910,10	18.063,06	19.437,28
	IV	16.545,98	17.645,80	19.029,54
	III	16.190,36	17.240,34	18.627,74
	II	15.842,96	16.844,26	18.237,58
	I	14.696,24	15.638,32	16.579,42
B	V	14.184,58	15.036,46	15.909,94
	IV	13.691,76	14.457,44	15.268,34
	III	13.216,68	13.903,62	14.654,60
	II	12.756,20	13.367,40	14.062,80
	I	12.313,28	12.853,26	13.495,10
A	V	11.423,32	11.935,46	12.269,00
	IV	11.026,26	11.475,40	11.797,10
	III	10.642,76	11.034,04	11.342,84
	II	10.273,90	10.610,12	10.908,88
	I	9.916,84	10.202,42	10.488,00

c) Demais Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027

\*CD255084003700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



ESPECIAL	V	9.916,26	10.648,92	11.378,00
	IV	9.702,96	10.403,26	11.138,48
	III	9.494,18	10.164,08	10.904,29
	II	8.831,58	9.463,29	10.172,09
	I	8.641,53	9.245,25	9.942,60
C	V	8.455,05	9.031,53	9.718,64
	IV	8.272,99	8.822,90	9.514,77
	III	8.095,18	8.620,17	9.313,87
	II	7.921,48	8.422,13	9.118,79
	I	7.348,12	7.819,16	8.289,71
B	V	7.092,29	7.518,23	7.954,97
	IV	6.845,88	7.228,72	7.634,17
	III	6.608,34	6.951,81	7.327,30
	II	6.378,10	6.683,70	7.031,40
	I	6.156,64	6.426,63	6.747,55
A	V	5.711,66	5.967,73	6.134,50
	IV	5.513,13	5.737,70	5.898,55
	III	5.321,38	5.517,02	5.671,42
	II	5.136,95	5.305,06	5.454,44
	I	4.958,42	5.101,21	5.244,00

d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	4.858,97	5.092,21	5.233,98
	IV	4.733,99	4.958,72	5.096,79
	III	4.609,00	4.825,22	4.959,60
	II	4.484,02	4.691,73	4.822,41
	I	4.359,04	4.558,23	4.685,22
C	V	4.234,05	4.424,74	4.548,03

\*CD255084003700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



	IV	4.109,07	4.291,24	4.410,84
	III	3.984,08	4.157,75	4.273,65
	II	3.859,10	4.024,26	4.136,46
	I	3.734,12	3.890,76	3.999,27
B	V	3.609,13	3.757,27	3.862,07
	IV	3.484,15	3.623,77	3.724,88
	III	3.359,17	3.490,28	3.587,69
	II	3.234,18	3.356,79	3.450,50
	I	3.109,20	3.223,29	3.313,31
A	V	2.984,21	3.089,80	3.176,12
	IV	2.859,23	2.956,30	3.038,93
	III	2.734,25	2.822,81	2.901,74
	II	2.609,26	2.689,31	2.764,55
	I	2.484,28	2.555,82	2.627,36

e) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO VENCIMENTO BÁSICO (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	III	2.429,63	2.499,60	2.569,56
	II	2.313,01	2.379,62	2.446,22
	I	2.246,01	2.259,68	2.322,93

ANEXO CCCIX-E

GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE ATIVIDADES AUXILIARES DE JUSTIÇA COM CIDADANIA - GEAJUSP

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO GEAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO 2027

\*CD255084003700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



		JANEIRO DE 2025	DE 1º DE MAIO D E 2026.	
ESPECIAL	III	269,37	282,84	296,98
	II	267,59	280,97	295,01
	I	246,80	259,14	272,10

ANEXO CCCIX-F

VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE  
JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – GDAJUSP

a) Médico, de Nível Superior, 20 horas:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	50,26	53,97	57,67
	IV	49,18	52,73	56,45
	III	48,12	51,51	55,26
	II	44,76	47,96	51,55
	I	43,80	46,86	50,40
C	V	42,86	45,78	49,27
	IV	41,94	44,73	48,22
	III	41,03	43,69	47,21
	II	40,14	42,68	46,21
	I	37,24	39,63	42,01
B	V	35,95	38,11	40,32
	IV	34,70	36,65	38,70
	III	33,49	35,23	37,13
	II	32,33	33,88	35,64
	I	31,21	32,58	34,21

\*CD255084003700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



A	V	28,95	30,24	31,09
	IV	27,94	29,08	29,90
	III	26,97	27,97	28,75
	II	26,03	26,89	27,64
	I	25,13	25,85	26,58

b) Médico, de Nível Superior, 40 horas:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027
ESPECIAL	V	59,13	63,50	67,84
	IV	57,86	62,03	66,42
	III	56,10	60,60	65,02
	II	52,66	56,43	60,65
	I	51,53	55,13	59,29
C	V	50,42	53,86	57,96
	IV	49,34	52,62	56,74
	III	48,27	51,40	55,55
	II	47,23	50,21	54,37
	I	43,81	46,63	49,43
B	V	42,29	44,84	47,44
	IV	40,20	43,11	45,53
	III	39,40	41,45	43,69
	II	38,04	39,86	41,93
	I	36,72	38,33	40,24
A	V	34,06	35,58	36,58
	IV	32,87	34,22	35,18
	III	31,73	32,90	33,82
	II	30,63	31,63	32,52
	I	29,56	30,42	31,27

\*CD255084003700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



c) Demais Cargos de Nível Superior:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	V	84,47	90,71	96,92
	IV	82,65	88,62	94,88
	III	80,87	86,57	92,88
	II	75,23	80,61	86,64
	I	73,61	78,75	84,70
C	V	72,03	76,94	82,80
	IV	70,48	75,17	81,05
	III	68,96	73,43	79,35
	II	67,47	71,73	77,67
	I	62,59	66,61	70,61
B	V	60,42	64,05	67,77
	IV	58,32	61,59	65,04
	III	56,29	59,21	62,41
	II	54,34	56,94	59,90
	I	52,45	54,75	57,49
A	V	48,65	50,83	52,26
	IV	46,96	48,88	50,25
	III	45,33	47,00	48,32
	II	43,75	45,19	46,45
	I	42,23	43,45	44,67

d) Cargos de Nível Intermediário:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A	EFEITOS FINANCEIROS A	EFEITOS FINANCEIROS A

\*CD255084003700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



		PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	V	42,22	43,54	44,77
	IV	41,41	42,70	43,91
	III	40,61	41,87	43,05
	II	39,80	41,03	42,19
	I	38,99	40,20	41,33
C	V	38,19	39,36	40,47
	IV	37,38	38,53	39,61
	III	36,57	37,69	38,75
	II	35,77	36,85	37,89
	I	34,96	36,02	37,03
B	V	34,15	35,18	36,18
	IV	33,34	34,35	35,32
	III	32,54	33,51	34,46
	II	31,73	32,67	33,60
	I	30,92	31,84	32,74
A	V	30,12	31,00	31,88
	IV	29,31	30,17	31,02
	III	28,50	29,33	30,16
	II	27,70	28,50	29,30
	I	26,89	27,66	28,44

e) Cargos de Nível Auxiliar:

CLASSE	PADRÃO	VALOR DO PONTO DA GDAJUSP (EM R\$)		
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2026.	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2027.
ESPECIAL	III	24,89	25,60	26,32
	II	24,16	24,85	25,55
	I	23,42	24,09	24,77

\*CD255084003700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





\* CD 255084003700 \*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255084003700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Érika Kokay



**MPV 1286  
00493**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo:

**“CAPÍTULO**

**DA VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA**  
**- VPNI DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO**  
**NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS)**

**Art.** Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012 O Artigo 14 da Lei 12.716 de 21 de setembro de 2012 passa a vigorar com as seguintes alterações:

**‘Art. 14.** A Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI de que trata o art. 9º da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, percebida pelos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, continuará a ser paga nos percentuais de 100% (cem por cento) para os ocupantes de cargos de nível superior e de 70% (setenta por cento) para os ocupantes de cargos de nível médio e auxiliar, incidentes sobre o vencimento básico do respectivo padrão em que o servidor encontrava-se posicionado em 1º de janeiro de 2025.

**Parágrafo único.** A VPNI de que trata o caput deste artigo não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação, estando sujeita exclusivamente



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253410704200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



à atualização decorrente da revisão geral dos servidores públicos federais, **e não será absorvida** por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção, da reorganização ou reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas na Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, ou da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza.’ ’ (NR)”

### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo garantir a continuidade da percepção da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI pelos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, afastando a regra de absorção gradativa prevista na Lei n. 12.716 de 21 de setembro de 2012.

Reconhecendo-se a importância dos profissionais que atuam no DNOCS para a execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional e à gestão de recursos hídricos no semiárido brasileiro, entende-se que essa modificação é necessária para assegurar a justa remuneração desses servidores.

A redação atual da Lei nº 12.716/2012 contém uma contradição evidente ao estabelecer, simultaneamente, a absorção da VPNI e sua atualização exclusiva por revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. Essa inconsistência resultou, desde 2013, no congelamento salarial e na desigualdade entre servidores ocupantes de mesmos cargos e padrões, contrariando, assim, os princípios constitucionais da isonomia e da valorização do servidor

\* CD 253410704200 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253410704200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



público, assegurados nos artigos 5º, caput, e 37, incisos X e XV, da Constituição Federal de 1988.

A alteração proposta corrige esse equívoco, garantindo que a VPNI continue sendo calculada com base no vencimento básico do respectivo padrão em que o servidor se encontrava posicionado em 1º de janeiro de 2025, sujeita apenas à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. Com isso, busca-se assegurar previsibilidade financeira, estabilidade na remuneração e o devido reconhecimento à atuação dos servidores no DNOCS.

Ressalta-se que a emenda não implica aumento de despesas públicas, pois não cria novos benefícios, mas apenas corrige distorções existentes, assegurando que valores já pagos aos servidores permaneçam em sua remuneração. Trata-se, portanto, de uma medida de justiça e coerência com o regime remuneratório adotado para outras categorias.

Considerando que a manutenção da VPNI nos percentuais propostos corrige uma injustiça histórica e promove maior eficiência e equidade no serviço público, solicito o apoio de meus nobres pares para a aprovação desta proposição.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Carlos Veras**  
(PT - PE)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253410704200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



\*CD253410704200\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00494**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte capítulo:

**“CAPÍTULO****DO CARGO DE AUDITOR DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO**

**Art.** Cabe aos integrantes do cargo de Auditor, disposto na Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, as prerrogativas da avaliação e fiscalização efetiva e independente dos processos administrativos, contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais das Instituições Federais de Ensino, sem prejuízo das atribuições específicas inerentes ao Controle Interno, observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa fortalecer a função de auditoria interna nas Instituições Federais de Ensino (IFE), assegurando a independência e a especialização técnica necessárias para a fiscalização eficiente dos recursos públicos.

O Tribunal de Contas da União (TCU), no parecer emitido nos autos da Denúncia nº 25.007/2024-6, por meio da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258489440900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



destacou a necessidade de aprimoramento das unidades de auditoria nas universidades federais. Entre os riscos apontados na ausência de auditores especializados, destaca-se a dificuldade de implementação de processos que garantam o uso responsável dos recursos, afetando a confiança da sociedade na gestão da educação.

Além disso, a reestruturação prevista na Lei nº 11.091/2005, com a transformação do cargo de Auditor em Analista em Educação, compromete a segregação de funções e fragiliza os mecanismos de accountability na administração pública. A alocação das funções de Auditor a cargos de perfil generalista pode resultar em déficits de expertise, dificultando a prevenção e a correção de fraudes, e a promoção da transparência.

Frise-se que a presente emenda está alinhada ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, garantindo que o Sistema de Controle Interno atue de maneira eficiente na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das instituições de ensino superior, especialmente no que tange à legalidade, legitimidade, economicidade e correta aplicação de recursos públicos.

Por fim, sua implementação não gera impacto orçamentário adicional, uma vez que o cargo de Auditor já está previsto no Anexo CCXXIV da Medida Provisória n. 1286/24, no nível E do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Além disso, a proposta está em consonância com os parâmetros remuneratórios estabelecidos nas mesas de negociação conduzidas pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta emenda, essencial para o



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258489440900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



fortalecimento do Controle Interno e da governança nas Instituições Federais de Ensino.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Carlos Veras**  
**(PT - PE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258489440900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



**MPV 1286  
00495**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Suprima-se o art. 10 da Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, como proposto pelo art. 114 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

As alterações efetuadas no artigo 10 e 11 da **Lei 11.090/2005** trazem maior rigor nos critérios de promoção e dificultam a ascensão para a Classe Especial dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Importante considerar que tais alterações não foram pactuadas entre a categoria, a CONDSEF - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e o MGI, quando da assinatura do Acordo Salarial no ano de 2024. Ressalte-se que a supressão não acarretará qualquer prejuízo ou aumento de despesas, uma vez que suprimido este texto da MP 1.286/2024 continuarão valendo as regras atuais de progressão da carreira, conforme previstas na Lei 11.090/2005.

Ademais, o novo texto cria disparidade entre o desenvolvimento funcional de carreiras do mesmo órgão. Pois, enquanto o texto a ser suprimido traz maior rigor aos critérios de promoção dos servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário, as alterações do artigo 3º e parágrafos 1º e 2º, todos da **Lei 10.550/2002**, disciplinadas no artigo 116 da MP, que regula a promoção para os servidores da Carreira de Perito Federal Territorial, foram arremetidos para uma regulamentação posterior. Não há qualquer justificativa técnica/administrativa para que se adote um entendimento **distinto** e **discriminatório** no tratamento deste tema – desenvolvimento funcional – nas duas carreiras da mesma instituição pública federal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251955142300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay





Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão, 11 de fevereiro de 2025.

**Deputada Erika Kokay**  
(PT - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251955142300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay



\* CD 251955142300 \*  
LexEdit



**MPV 1286  
00496**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Lucas Barreto

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Fica reaberto pelo período de trinta dias, contado da data de entrada em vigor desta Lei, o prazo para o exercício do direito de opção previsto no art. 31 da Emenda Constitucional, de nº 98, de 6 de novembro de 2017.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A precariedade da infraestrutura dos ex-territórios em termos de meios de transporte e de comunicação ocasionou dificuldades que impediram o exercício do direito de opção previstos no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998.

O exíguo prazo de trinta dias não foi suficiente e nem se mostrou razoável e proporcional para que as pessoas interessadas pudessem reunir a documentação e apresenta-la junto com o requerimento de opção.

Ademais, há época houve equívoco quanto a orientação aos interessados realizada pela própria administração pública, o que acabou ocasionando a intempestividade de inúmeras solicitações.

Sala da comissão, 11 de fevereiro de 2025.

**Senador Lucas Barreto**  
**(PSD - AP)**



**MPV 1286  
00497**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se art. 16-1 ao Capítulo VI da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 16-1.** Acrescente-se à Medida Provisória, com a seguinte redação: “ O “caput” do art. 2º do Decreto No 3.184, de 27 de setembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação: 'Art. 2º A indenização de transporte corresponderá ao valor diário de R\$ 78,09.’”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Decreto, No 3.184, DE 27 DE SETEMBRO DE 1999, definiu o valor da indenização de transporte, paga ao servidor federal, que utiliza veículo próprio na suas atividades laborais em favor da administração federal. Contudo, desde setembro de 1999, o valor dessa Indenização se acha congelado em R\$ 17,00 e não foi reajustado em nenhum momento.

A presente emenda, visa assim, corrigir o valor devido, com base no IPCA acumulado desde então até dezembro de 2024, no percentual de 359%, de forma a compensar, de forma mais próxima do adequado, a disponibilidade do veículo próprio do servidor. O valor proposto (R\$ 78,09) resulta, apenas, da correção inflacionária.

A demanda atende de forma especial à carreira da Auditoria Fiscal do Trabalho, cujos integrantes utilizam prioritariamente veículos próprios das



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164095400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



atividades de fiscalização do trabalho. O uso de veículo próprio pela Auditoria do Trabalho é essencial para a eficiência e celeridade da prestação do serviço, o que ao longo dos anos foi comprometida pela ausência da correção da Indenização de Transporte e pelas correções do custo de combustível, pneus, seguro veicular, etc, sendo impossível indenizar esses gastos com o atual valor de R\$ 17,00 por dia de uso do veículo próprio.

A utilização do carro próprio supre lacunas logísticas insuperáveis, como exemplo, pode ser citada a Superintendência Regional do Trabalho no Paraná, que conta com somente 01 motorista contratado, disponível para a fiscalização em todo o estado.

Trata-se de despesa indenizatória, e não de despesa com pessoal, portanto, não sujeita ao art. 169 da CF e ao disposto no art. 116 do PLDO, quanto à necessidade de previsão no Anexo V da LOA. Não haverá, assim, qualquer aumento efetivo nas despesas autorizadas, ou alteração no teto de despesas do Poder Executivo, nem descumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, ou qualquer impacto nas metas de resultado primário.

Por ser questão que não pode mais ficar à espera de solução, visto que o congelamento se arrasta há mais de vinte e cinco anos, esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares, valorizando a atuação dos servidores, que além da força de trabalho, disponibilizam seus próprios meios (veículos, combustível, etc) para a administração.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Toninho Wandscheer**  
(PP - PR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250164095400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Toninho Wandscheer



MPV 1286  
00498



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao inciso I do art. 1º da Lei 11.539, de 8 de novembro de 2007, como proposto pelo CAPÍTULO LI da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art.1º.....

I - Carreira de **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura**, estruturada nas Classes A, B e Especial, composta do cargo de **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura**, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades especializadas de planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de projetos e obras de infraestrutura de grande porte;

Dê-se nova redação aos anexos CCXXVIII, CCXXXI e CCXXXII, da Medida Provisória, nos termos a seguir:

ANEXO CCXXVIII

(Anexo I à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)

“ESTRUTURA DOS CARGOS

c) Cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura a partir de 1º de janeiro de 2025:

CARGO	CLASSE	PADRÃO
	ESPECIAL	V
		IV

Exat  
\*CD250558961100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250558961100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha



Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura		III
		II
		I
	C	V
		IV
		III
		II
		I
	B	V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

ANEXO CCXXXI

(Anexo I-A à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)

“TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
Analista de Infraestrutura	Especial	III	V	Especial	
		II	IV		
		I	III		
	B	V	II		
			I		
		IV	V		
		III	IV		
				C	

ExEdit  
\*CD250558961100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250558961100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha



			III		Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura
		II	II		
		I	I		
	A		V	B	
		V	IV		
		IV	III		
			II		
		III	I		
		II	V		
		I	IV		
			III	A	
			II		
			I		
” (NR)					

ANEXO CCXXXII

(Anexo II-A à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)

“TABELA DE SUBSÍDIO DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL DE INFRAESTRUTURA

EM R\$

CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO	
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE	
		1º DE JANEIRO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	V	24.788,80	26.086,10
	IV	24.055,12	25.314,02
	III	23.354,49	24.576,72
	II	22.674,26	23.860,89
	I	22.285,71	23.400,00
C	V	21.714,29	22.800,00
	IV	21.000,00	22.050,00
	III	20.476,19	21.500,00

\*CD250558961100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250558961100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha



	II	20.133,33	21.140,00
	I	19.809,52	20.800,00
B	V	19.047,62	20.000,00
	IV	18.742,86	19.680,00
	III	18.380,95	19.300,00
	II	18.120,17	19.068,47
	I	17.958,54	18.898,39
A	V	17.606,42	18.527,83
	IV	16.848,25	17.729,98
	III	16.323,81	17.140,00
	II	15.597,14	16.755,00
	I	14.764,06	

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.286/2024 promove ajustes estruturais nas carreiras do serviço público federal, incluindo a reestruturação parcial da carreira de Analista de Infraestrutura (AIE). Diante do papel estratégico desempenhado por esses profissionais na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, bem como na modelagem de concessões e parcerias de infraestrutura, faz-se necessária a adequação da denominação da carreira, de modo a refletir com maior precisão suas atribuições e responsabilidades dentro do Estado brasileiro.

Criada pela Lei nº 11.539/2007, a carreira de Analista de Infraestrutura surgiu com o objetivo de suprir a necessidade de gestão técnica qualificada para viabilizar grandes empreendimentos públicos e privados no setor de infraestrutura. Sua atuação, desde então, tem sido determinante para a concepção, planejamento, modelagem e acompanhamento de projetos estratégicos para o desenvolvimento do país.

A trajetória da carreira demonstra uma evolução significativa no perfil das atribuições exercidas pelos AIEs. Inicialmente voltados para a execução de obras e empreendimentos de grande porte, esses profissionais passaram a



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250558961100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha





desempenhar papel central na formulação e gestão de políticas públicas, na análise de viabilidade de projetos, no monitoramento de investimentos estratégicos e no assessoramento técnico de alto nível junto ao governo federal.

Essa transformação levou à integração da carreira de AIE ao grupo de carreiras de gestão governamental, conforme previsto na Lei nº 13.464/2017, um reconhecimento formal de seu papel transversal na Administração Pública. No entanto, o nome da carreira permaneceu desatualizado, não refletindo essa realidade ampliada de responsabilidades estratégicas.

O atual nome, "Analista de Infraestrutura", remete a um caráter técnico-operacional limitado à execução de obras públicas, o que não condiz com o grau de responsabilidade, complexidade e impacto socioeconômico das atividades desempenhadas pelos AIEs. Diferentemente do que o termo sugere, a carreira não se restringe à supervisão de obras, mas atua diretamente na formulação de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Assim a mudança para **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura** se justifica pelos seguintes motivos:

- **Abrangência de Atribuições:** O novo nome traduz a realidade das atividades desempenhadas pelos AIEs, que vão muito além da execução de obras e incluem planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e modelagem de projetos de infraestrutura de grande porte;
- **Consonância com a Integração às Carreiras de Gestão Governamental:** A nomenclatura proposta alinha a carreira ao grupo de gestão governamental, ao qual já pertence legalmente;
- **Valorização da Carreira:** A denominação atual não reflete a relevância da atuação dos AIEs na formulação de políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico, o que pode prejudicar sua valorização dentro da estrutura do governo;
- **Adequação ao Contexto Atual da Administração Pública:** A política de infraestrutura do Brasil evoluiu, exigindo visão integrada com mobilidade,

\*CD250558961100\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250558961100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha



sustentabilidade, inovação e desenvolvimento socioeconômico. O nome precisa refletir essa realidade.

A infraestrutura desempenha papel central no crescimento econômico, na competitividade do Brasil e na promoção do bem-estar social. As decisões relacionadas a concessões, parcerias público-privadas, logística, saneamento, energia e transporte impactam diretamente a vida da população e a eficiência do setor produtivo.

A atuação desses servidores tem sido determinante na estruturação e gestão desses investimentos estratégicos. Além disso, a carreira tem se destacado na formulação de políticas de inovação, transição energética, infraestrutura sustentável e redução do Custo Brasil, contribuindo diretamente para os objetivos da Lei da Liberdade Econômica e da Lei do PPI.

Diante disso, a correta nomenclatura da carreira é essencial para reforçar sua posição estratégica na formulação e implementação de políticas públicas de infraestrutura, assegurando que seus profissionais sejam reconhecidos e alocados adequadamente nas instâncias decisórias do governo.

A alteração da nomenclatura da carreira não gera impacto orçamentário e está plenamente conectada ao escopo da MPV 1.286/2024, que trata da reestruturação da carreira de AIE.

Assim, propõe-se a adoção da nova denominação no texto da MP, conforme a estrutura sugerida nesta emenda, garantindo que a terminologia utilizada esteja em conformidade com a realidade da atuação desses profissionais.

### CONCLUSÃO

A infraestrutura não pode ser tratada apenas como um tema técnico-operacional, mas como política de Estado. O desenvolvimento sustentável do Brasil depende de uma gestão integrada, estratégica e eficiente dos investimentos em infraestrutura, e os servidores responsáveis por essa tarefa devem ter nomenclatura compatível com a complexidade de suas atribuições.

Dessa forma, a alteração da denominação para **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Infraestrutura** corrige uma



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250558961100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha



inconsistência histórica, valoriza a carreira e fortalece sua relevância na Administração Pública.

Por isso, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares na aprovação desta emenda, garantindo que a carreira de AIE tenha sua atuação devidamente reconhecida dentro do modelo de gestão pública federal.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Túlio Gadêlha**  
**(REDE - PE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250558961100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha



**MPV 1286  
00499**

CONGRESSO NACIONAL

**Este documento contém pendências de preenchimento e não deve ser protocolado até que estas sejam resolvidas:**

- Existem dispositivos sem texto informado.

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“Art. O artigo 2.º da Lei 12.855/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 2º A indenização de que trata o artigo 1.º será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, no valor de R\$ 172,25.

Parágrafo único. O valor da indenização, de que trata o caput, poderá ser corrigido periodicamente por ato do Poder Executivo.”

“Art. A indenização de que trata o art. 1º poderá ser paga cumulativamente com diárias, indenização de campo ou qualquer outra parcela indenizatória decorrente do trabalho na localidade, realizado por servidores em caráter eventual ou transitório.

§ 1º O pagamento da indenização permanecerá quando o servidor lotado em uma localidade estratégica se deslocar para participar de operações em outras localidades, consideradas estratégicas ou não.

\* CD 250518846400 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250518846400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



§ 2º O pagamento da indenização será devido ao servidor, lotado em outras unidades, participando de operação realizada em localidades consideradas estratégicas, enquanto durar sua permanência.”

## JUSTIFICAÇÃO

Em 2013, ao criar a Indenização de Localidades Estratégicas (ILE) o legislador fixou seu valor nominal no texto da própria lei. Essa estratégia com o decorrer dos anos provou dificultar a correção monetária da Indenização e com isso ir aos pouco fazendo o instrumento criado perder sua própria essência.

Outro problema criado na gênese da ILE foi a vedação de seu pagamento concomitante com o de diárias. Como se verá adiante, os dois instrumentos indenizatórios possuem finalidades completamente distintas. A proibição do pagamento concomitante de ILE e diárias constitui, portanto, mais uma injustiça consignada no texto legal e que, com a presente emenda, se pretende corrigir.

A ILE foi instituída em setembro de 2013 pela Lei nº 12.855, que, em seu artigo 2.º, determinava o valor de R\$ 91,00 a ser pago por dia efetivo de trabalho para os servidores públicos federais em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

Somente em dezembro de 2017, 4 anos após sua criação, ocorreu a regulamentação do pagamento da ILE, por meio do Decreto n.º 9.226, que estabelecia, no seu artigo 2.º, que ato do Ministro de Estado e Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) definiria a lista de municípios considerados localidades estratégicas.

No dia 19 de dezembro de 2017 o MP publicou um conjunto de portarias (nº 455, 457, 458 e 459 e outras), definindo os municípios considerados localidades estratégicas no âmbito dos órgãos federais que atuam nas regiões de fronteira.

O Projeto de Lei nº 4.264/2012, transformado na Lei Ordinária nº 12.855/2013, justificava a necessidade da ILE por essa indenização ser



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250518846400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



“...imprescindível para promover o fortalecimento institucional do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao reduzir os óbices para a fixação e ampliação do quantitativo de servidores em localidades estratégicas para a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.” Sobre o valor da ILE o projeto deixava claro que: “... a presente medida busca estabelecer mecanismo de compensação pecuniária de caráter indenizatório, capaz de minimizar a evasão de servidores de regiões vitais para as políticas de segurança nacional...”

Considerando-se o dia 3 de setembro de 2013 como marco da criação da ILE, data da publicação da Lei nº 12.855 no DOU e que o valor da Indenização se mantém inalterado desde então, fica patente a necessidade de correção da defasagem inflacionária. Partindo desse princípio, em fevereiro de 2025 o valor atualizado da ILE, atualizado pelo IPCA é de R\$ 172,25. Diante do exposto é urgente e necessário reavaliar e atualizar o valor diário da Indenização de Fronteira, com o claro objetivo de manter a sua finalidade, e estabelecer um critério, em lei, que permita essa atualização anualmente.

O PLOA 2025, em fase de apreciação pelo Congresso, estima os seguintes valores para o pagamento da Indenização de Fronteira, em cada órgão do Governo Federal:

Caso aplicado o percentual sobre a dotação total prevista no PLOA para essa Indenização, o impacto financeiro seria de R\$ 150.646.298,00, se aplicado a partir de janeiro de 2025. Contudo, o impacto mensal seria de apenas R\$ 12.553.858. Como a LDO 2025 veda reajustes com efeitos retroativos, considerando que a lei resultante da MPV 1.286 seja promulgada no início de junho de 2025, o impacto nos 7 meses seguintes seria de R\$ 87.877.007,29. Trata-se de despesa indenizatória e não de despesa com pessoal, portanto, não sujeita ao art. 169 da CF e ao disposto no art. 116 do PLDO, quanto à necessidade de previsão no Anexo V da LOA.

O artigo 3.º da Lei 12.855/2013 determina que a Indenização de Fronteira não poderá ser paga cumulativamente com diárias, indenização de campo ou qualquer outra parcela indenizatória decorrente do trabalho na localidade: Ao se analisar o Projeto de Lei (PL) 4.264/2012 verifica-se que a ILE



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250518846400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



\*CD250518846400\*  
ExEdit



foi criada para promover a fixação e ampliação do quantitativo de servidores em localidades estratégicas para a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. O PL também justifica a criação da ILE como forma de fortalecer uma política estatal de enfrentamento ao crime, ao contrabando e ao descaminho, corroborando com o Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496/2011. Diante dos normativos legais do recebimento de diárias e da ILE, pode-se concluir que as duas indenizações são distintas e não se confundem em seus objetivos. Além disso é injusto não se diferenciar a atuação de servidores em deslocamento quando o trabalho ocorre em localidades que não são estratégicas e nas que são estratégicas.

Outro problema é a questão do não recebimento da IF por aquele servidor que está lotado em uma unidade estratégica quando se desloca para outra localidade, sendo ela estratégica ou não. O servidor deveria continuar recebendo a ILE quando estivesse atuando em outra localidade, pois existem situações que os crimes transfronteiriços se perpetuam para além da faixa de fronteira. A adoção dessa possibilidade de recebimento cumulativamente das duas indenizações estimularia a participação de servidores em operações, de combate e prevenção ao contrabando e descaminho e também estimularia que servidores, com experiência na faixa de fronteira, atuassem em operações em outras unidades. As possibilidades do recebimento cumulativo da IF com as diárias pagas aos servidores seriam para servidores: · Lotados em qualquer unidade do órgão participando de operação em unidade de localidade estratégica, definida pela portaria do MP nº 459; · Lotados em unidades do órgão em localidade estratégica, participando de operação em localidade considerada estratégica ou não

Sala da comissão, 11 de fevereiro de 2025.

**Deputado Sanderson**  
(PL - RS)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250518846400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



**MPV 1286**  
**00500**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** O artigo 2.º da Lei 12.855/2013 passa a vigorar com a seguinte redação

‘**Art. 2º** A indenização de que trata o artigo 1.º será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, no valor de R\$ 172,25.

**Parágrafo único.** O valor da indenização, de que trata o caput, poderá ser corrigido periodicamente por ato do Poder Executivo.”

“**Art.** A indenização de que trata o art. 1º poderá ser paga cumulativamente com diárias, indenização de campo ou qualquer outra parcela indenizatória decorrente do trabalho na localidade, realizado por servidores em caráter eventual ou transitório.

§ 1º O pagamento da indenização permanecerá quando o servidor lotado em uma localidade estratégica se deslocar para participar de operações em outras localidades, consideradas estratégicas ou não.

§ 2º O pagamento da indenização será devido ao servidor, lotado em outras unidades, participando de operação



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255576768400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson





realizada em localidades consideradas estratégicas, enquanto durar sua permanência.”

## JUSTIFICAÇÃO

Em 2013, ao criar a Indenização de Localidades Estratégicas (ILE) o legislador fixou seu valor nominal no texto da própria lei. Essa estratégia com o decorrer dos anos provou dificultar a correção monetária da Indenização e com isso ir aos pouco fazendo o instrumento criado perder sua própria essência.

Outro problema criado na gênese da ILE foi a vedação de seu pagamento concomitante com o de diárias. Como se verá adiante, os dois instrumentos indenizatórios possuem finalidades completamente distintas. A proibição do pagamento concomitante de ILE e diárias constitui, portanto, mais uma injustiça consignada no texto legal e que, com a presente emenda, se pretende corrigir.

A ILE foi instituída em setembro de 2013 pela Lei nº 12.855, que, em seu artigo 2.º, determinava o valor de R\$ 91,00 a ser pago por dia efetivo de trabalho para os servidores públicos federais em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

Somente em dezembro de 2017, 4 anos após sua criação, ocorreu a regulamentação do pagamento da ILE, por meio do Decreto nº 9.226, que estabelecia, no seu artigo 2.º, que ato do Ministro de Estado e Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) definiria a lista de municípios considerados localidades estratégicas.

No dia 19 de dezembro de 2017 o MP publicou um conjunto de portarias (nº 455, 457, 458 e 459 e outras), definindo os municípios



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255576768400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



considerados localidades estratégicas no âmbito dos órgãos federais que atuam nas regiões de fronteira.

O Projeto de Lei nº 4.264/2012, transformado na Lei Ordinária nº 12.855/2013, justificava a necessidade da ILE por essa indenização ser “...imprescindível para promover o fortalecimento institucional do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao reduzir os óbices para a fixação e ampliação do quantitativo de servidores em localidades estratégicas para a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.”

Sobre o valor da ILE o projeto deixava claro que: “... a presente medida busca estabelecer mecanismo de compensação pecuniária de caráter indenizatório, capaz de minimizar a evasão de servidores de regiões vitais para as políticas de segurança nacional...”

Considerando-se o dia 3 de setembro de 2013 como marco da criação da ILE, data da publicação da Lei nº 12.855 no DOU e que o valor da Indenização se mantém inalterado desde então, fica patente a necessidade de correção da defasagem inflacionária. Partindo desse princípio, em fevereiro de 2025 o valor atualizado da ILE, atualizado pelo IPCA é de R\$ 172,25.

Diante do exposto é urgente e necessário reavaliar e atualizar o valor diário da Indenização de Fronteira, com o claro objetivo de manter a sua finalidade, e estabelecer um critério, em lei, que permita essa atualização anualmente.

O PLOA 2025, em fase de apreciação pelo Congresso, estima os seguintes valores para o pagamento da Indenização de Fronteira, em cada órgão do Governo Federal:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255576768400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



\*CD255576768400\*  
xEdit



ÓRGÃO	R\$
Receita Federal	25.548.950
PF	43.501.622
PRF	44.924.430
MTE	1.701.768
MAPA	5.520.017
MGI	136.320
MPO	45.000.000
TOTAL	166.333.107

Caso aplicado o percentual sobre a dotação total prevista no PLOA para essa Indenização, o impacto financeiro seria de R\$ 150.646.298,00, se aplicado a partir de janeiro de 2025. Contudo, o impacto mensal seria de apenas R\$ 12.553.858. Como a LDO 2025 veda reajustes com efeitos retroativos, considerando que a lei resultante da MPV 1.286 seja promulgada no início de junho de 2025, o impacto nos 7 meses seguintes seria de R\$ 87.877.007,29.

Trata-se de despesa indenizatória e não de despesa com pessoal, portanto, não sujeita ao art. 169 da CF e ao disposto no art. 116 do PLDO, quanto à necessidade de previsão no Anexo V da LOA.

**Recebimento cumulativo de ILE e diárias**

O artigo 3.º da Lei 12.855/2013 determina que a Indenização de Fronteira não poderá ser paga cumulativamente com diárias,

ExEdit  
\*CD255576768400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255576768400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



indenização de campo ou qualquer outra parcela indenizatória decorrente do trabalho na localidade:

Ao se analisar o Projeto de Lei (PL) 4.264/2012 verifica-se que a ILE foi criada para promover a fixação e ampliação do quantitativo de servidores em localidades estratégicas para a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

O PL também justifica a criação da ILE como forma de fortalecer uma política estatal de enfrentamento ao crime, ao contrabando e ao descaminho, corroborando com o Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496/2011.

Diante dos normativos legais do recebimento de diárias e da ILE, pode-se concluir que as duas indenizações são distintas e não se confundem em seus objetivos. Além disso é injusto não se diferenciar a atuação de servidores em deslocamento quando o trabalho ocorre em localidades que não são estratégicas e nas que são estratégicas.

Outro problema é a questão do não recebimento da IF por aquele servidor que está lotado em uma unidade estratégica quando se desloca para outra localidade, sendo ela estratégica ou não. O servidor deveria continuar recebendo a ILE quando estivesse atuando em outra localidade, pois existem situações que os crimes transfronteiriços se perpetuam para além da faixa de fronteira.

A adoção dessa possibilidade de recebimento cumulativamente das duas indenizações estimularia a participação de servidores em operações, de combate e prevenção ao contrabando e descaminho e também estimularia que servidores, com experiência na faixa de fronteira, atuassem em operações em outras unidades.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255576768400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



\*CD255576768400\*  
ExEdit



As possibilidades do recebimento cumulativo da IF com as diárias pagas aos servidores seriam para servidores:

- Lotados em qualquer unidade do órgão participando de operação em unidade de localidade estratégica, definida pela portaria do MP nº 459;
- Lotados em unidades do órgão em localidade estratégica, participando de operação em localidade considerada estratégica ou não.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255576768400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



**MPV 1286  
00501****CONGRESSO NACIONAL**  
EMenda modificativa**EMENDA Nº        - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se parágrafo único ao art. 157 e art. 157-1 ao Capítulo LXII da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 157. ....**

**Parágrafo único.** Modifica o anexo CCLXXXII do artigo 157, para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024:

**I** – o anexo CCLXXXII do artigo 157 garantida a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024;

**II** – a tabela b do Anexo CCLXXXII do artigo 157, sera igual à ta tela e do Anexo CCXXIV;

**III** – a tabela a do Anexo CCLXXXII será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, tjtie por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.”

**“Art. 157-1.** Esta emenda entra em vigor na datada de sua aprovação e sera retroativa a 1º de janeiro de 2025 para fins financeiros.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259748798700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



\*CD259748798700\*  
xEdit



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das Universidades Federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026. Além disso, restou estabelecido um percentual de 4% de “step”, entre os níveis salariais para o ano de 2025, e de 4,1% para 2026, entre os referidos níveis, o que caracteriza medida crucial para assegurar a progressão na carreira e a valorização desses profissionais. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários e não alterou os percentuais de “steps” acordados. A inclusão dos citados percentuais de forma correta, tanto do reajuste quanto dos “steps”, é uma questão fundamental para corrigir distorções salariais e assegurar uma estrutura de crescimento justa e coerente com as responsabilidades inerentes às carreiras de médico e médico veterinário. Caso isto não seja revertido, **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE**. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005;**

2 – A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259748798700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua **cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

#### TERMO DE ACORDO# 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259748798700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto





**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arremio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

**§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder**, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

**§1º** A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259748798700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259748798700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Luiz Couto**  
**(PT - PB)**  
**deputado federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259748798700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura

\*CD259748798700\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259748798700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



**MPV 1286  
00502****CONGRESSO NACIONAL**  
EMenda modificativa**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se incisos I a III ao cnptit do art. 157, paragrafu tinico ao art. 157 e art. 157-1 ao Capítulo LXII da Medida Provisória, com a seguinte redação:

"Art. 157. ....

I — o anexo CCLXXXII do artigo 157 garantida a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024;

II — a tabela b do Anexo CCLXXXII do artigo 157, sera igual à ta tela e do Anexo CCXXIV;

III — a tabela a do Anexo CCLXXXII será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinarios, tjtie por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.

Parágrafo único. Modifica o anexo CCLXXXII do artigo 157, para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinarios integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024."

"Art. 157-1. Aeniendaentra em vigorna datada sua aprovação e sera retroativa a lº de janeiro de 2025 para fins financeiros."



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252703959400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



\*CD252703959400\*  
ExEdit



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das Universidades Federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026. Além disso, restou estabelecido um percentual de 4% de “step”, entre os níveis salariais para o ano de 2025, e de 4,1% para 2026, entre os referidos níveis, o que caracteriza medida crucial para assegurar a progressão na carreira e a valorização desses profissionais. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários e não alterou os percentuais de “steps” acordados. A inclusão dos citados percentuais de forma correta, tanto do reajuste quanto dos “steps”, é uma questão fundamental para corrigir distorções salariais e assegurar uma estrutura de crescimento justa e coerente com as responsabilidades inerentes às carreiras de médico e médico veterinário. Caso isto não seja revertido, **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE**. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005;**

2 – A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252703959400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua **cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

#### TERMO DE ACORDO# 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252703959400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



\*CD252703959400\*  
ExEdit



**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arremio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

**§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder**, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

**§1º** A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252703959400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



\*CD252703959400\*  
ExEdit





acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar

\*CD252703959400\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252703959400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Luiz Couto**  
**(PT - PB)**  
**deputado federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252703959400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



\*CD252703959400\*  
ExEdit



Gabinete	Nome do Deputado	Assinatura



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252703959400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



ANEXO CCLXXXII

(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PIS O	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
Médico	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24
Veterinário	P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
	P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
	P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
	P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
	P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
	P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
	P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
	P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
	P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

\*CD252703959400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252703959400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
			I	II	III	IV			
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72
Médico	P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
	P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
Veterinário	P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
	P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
	P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
	P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
	P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
	P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
	P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
	P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

ExEdit  
\* C D 2 5 2 7 0 3 9 5 9 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252703959400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Couto



**MPV 1286  
00503**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

**“Art. EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024 (à MPV 1286/2024)  
Inclua-se o art. 212 a seguir, renumerando-se os subsequentes: Art.  
212. O Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de  
1975, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art.  
6º.....**

**Parágrafo**

**único.....**

**d) despesas com ressarcimento de gastos com saúde dos auditores  
fiscais da Receita Federal do Brasil, ativos e aposentados. Parágrafo  
único. Ato do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil  
estabelecerá os requisitos ao recebimento do ressarcimento de que  
trata a alínea d do caput, os critérios para inclusão de dependentes  
em planos de saúde, bem como os limites de recebimento do  
ressarcimento, que não poderá superar o valor individual de 10%  
(dez pontos percentuais) do maior vencimento básico do respectivo  
cargo em exercício.’ (NR) ”**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta pretende autorizar que recursos do Fundo de Desenvolvimento e Aparelhamento da Receita Federal ( FUNDAP) sejam utilizados para promover a saúde e o bem-estar dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, autoridades tributárias e

ExEdit  
\* C D 2 5 3 4 5 6 9 8 5 7 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253456985700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Baleia Rossi



aduanейras do órgão, que exercem atividade essencial ao funcionamento do Estado Brasileiro, nos termos da EC 42/2003.

Em geral, a aplicação dos recursos do FUNDAF tem contribuído para que a Receita Federal seja reconhecida como uma Administração Tributária moderna, reconhecida internacionalmente pela vanguarda na implantação da declaração de IRPF pela internet. Mais recentemente, a implantação da declaração pré-preenchida é um exemplo que mostra como a Administração Tributária Federal brasileira vem sendo equipada para os desafios tecnológicos que se apresentam. No entanto, a mesma lei que trata do FUNDAF não traz previsão da aplicação de recursos destinados à saúde do principal ativo da organização, espinha dorsal de toda a Receita Federal, que são as autoridades tributárias e aduanейras personificadas pelas brasileiras e brasileiros que ocupam o cargo de auditor fiscal da Receita Federal. É nesse sentido que segue a presente proposta, com o fito de corrigir tal distorção, de maneira a alocar parte dos recursos do Fundo em benefício da saúde e bem-estar de tais profissionais que trabalham para o Estado brasileiro. Sem que a autoridade tributária e aduanейra esteja em condições ideais de atuação, a administração tributária, o combate à sonegação, ao contrabando e ao descaminho, bem como o combate a entrada de armas e drogas no país não opera a contento e não cumpre seu desiderato legal e constitucional.

O uso dos recursos do FUNDAF para esse fim contribuirá significativamente para a qualidade de vida daqueles que são os principais responsáveis na garantia dos recursos para a realização de políticas públicas, bem como atuam decisivamente no controle de nossas fronteiras, portos e aeroportos. Nessa última atividade, atuam expondo suas vidas em atividades de repressão ao contrabando

\*CD253456985700\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253456985700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Baleia Rossi



e ao descaminho, promovendo ações de grande impacto e risco de vida para evitar a entrada de drogas e armas pesadas no território nacional.

Nos últimos três anos, mais de 2 (dois) bilhões de reais foram apreendidos em drogas (cocaína e maconha) , armas e munições pela atuação das equipes de repressão lideradas por auditores fiscais da Receita Federal.

O uso dos recursos do FUNDAF para promover a saúde o bem-estar dos auditores fiscais da Receita Federal não compromete a estabilidade orçamentária nem o equilíbrio fiscal. O FUNDAF possui fonte própria decorrente de atividades fiscais específicas e saldo recorrentemente superavitário. Portanto, sua utilização para o fim proposto não impacta as despesas correntes ou investimentos previstos no orçamento geral da União. A existência de recurso no referido fundo garante que mesmo com a implantação da presente proposta os recursos para modernização do fisco federal continuarão sendo providos integralmente pelo fundo.

Por fim, essa medida se alinha com os princípios da gestão pública moderna que valorizam a motivação e o bem-estar do elemento humano como fatores essenciais de sucesso das políticas públicas.

Vale ressaltar que tratamento idêntico foi dispensado à Polícia Federal, inclusive adotando como fonte de receitas o FUNAPOL, conforme previsto na Lei [14.369, de 15 de junho de 2022](#), e, recentemente, aos advogados públicos e procuradores (AGU), por meio da Resolução CCHA nº 16/2024, de 7 de outubro de 2024, que regulamentou o pagamento de Auxílio Saúde Suplementar.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253456985700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Baleia Rossi



\* CD 253456985700 \*  
ExEdit





Diante do exposto, pedimos apoio ao texto da emenda.

Sala da comissão,                      fevereiro de 2025.

Deputado

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253456985700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Baleia Rossi



\* CD 253456985700 \*  
ExEdit



**MPV 1286  
00504**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao art. 7º-A e aos §§ 1º e 2º do art. 7º-A, todos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 7º-A.** A partir de 1º de janeiro de 2025, os cargos que compõem o Plano de Carreira em cada nível de classificação serão estruturados em dezenove padrões de vencimento, mantida a diferença percentual única e constante entre os padrões e em todos os níveis de classificação, conforme correlação estabelecida no Anexo I-D.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2025, o vencimento básico das classes integrantes do Plano de Carreira terá como referência o piso do nível de classificação E, nas seguintes correlações: a) 36% do Piso do E, para o nível de classificação A; b) 40% do Piso do E, para o nível de classificação B; c) 50% do Piso do E, para o nível de classificação C; e d) 61% do Piso do E, para o nível de classificação D.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2025, a diferença (“step”) entre cada padrão de vencimento será de 4,0% e a partir de 1º de abril de 2026 será de 4,1%.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem o objetivo de corrigir distorções na estrutura remuneratória dos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), assegurando uma progressão salarial justa e proporcional entre os níveis da carreira. A medida garante que o piso do nível de classificação E sirva como

ExEdit  
\*CD257057867900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257057867900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



base de referência para os demais níveis, assegurando percentuais equitativos de vencimento básico.

Atualmente, a estrutura de vencimentos do Plano de Carreira dos TAEs apresenta discrepâncias que comprometem a progressão e a valorização dos servidores. A adoção de um percentual único e constante entre os padrões de vencimento permite uma progressão previsível e justa, além de corrigir desigualdades na remuneração dentro da mesma carreira.

A fixação de um step de 4,0% a partir de 2025 e 4,1% a partir de 2026 viabiliza uma progressão mais fluida, garantindo que os servidores sejam incentivados a se qualificar e permanecer no serviço público, sem criar distorções que levem a uma estagnação nos padrões de vencimento.

Além disso, a proposta respeita os princípios da administração pública, como a isonomia salarial, a eficiência na valorização profissional e a previsibilidade na carreira, promovendo um modelo mais justo e equilibrado para todos os servidores do Plano de Carreira.

Por fim, a alteração sugerida não gera impacto financeiro imprevisto, pois está baseada nos reajustes já negociados entre o governo e as entidades representativas da categoria. Assim, a proposta não implica aumento indiscriminado de despesas, mas sim uma reorganização da tabela de vencimentos dentro dos parâmetros orçamentários existentes.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
**(PT - MG)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257057867900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



**MPV 1286  
00505**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 7º-B, aos incisos I e II do *caput* do art. 7º-B e ao § 4º do art. 7º-B, todos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, como propostos pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 7º-B. ....**

**I** – técnico em Educação, cargo de complexidade média, com atribuições voltadas a assistência técnica especializada às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando o nível de classificação D; e

**II** – analista em Educação, cargo de complexidade alta, com atribuições voltadas às atividades especializadas técnico-administrativas relativas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão nas Instituições Federais de Ensino, integrando nível de classificação E.

**§ 4º** As áreas, as especialidades, a formação e as atribuições específicas para os cargos a que se refere os incisos I e II do *caput* serão estabelecidas em regulamento, proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, nos termos do art. 22” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Precisamos adequar no texto da medida provisória as atribuições dos cargos amplos às necessidades institucionais já previstas no Art. 8º da Medida Provisória, e retirar conflitos textuais com as atribuições gerais dos cargos da carreira.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250572300900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel

\*CD250572300900\*  
ExEdit

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
**(PT - MG)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250572300900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



\*CD250572300900\*  
ExEdit



**MPV 1286**  
**00506**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 10-B e aos §§ 8º e 9º do art. 10-B, todos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 10-B.** .....

§ 5º .....

§ 8º O ocupante de cargo do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição.

§ 9º Os afastamentos de que tratam o § 8º deste artigo somente serão concedidos a servidores aprovados no estágio probatório do respectivo cargo e se autorizado pelo dirigente máximo da IFE, devendo estar vinculados a projeto ou convênio com prazos e finalidades objetivamente definidos.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

É necessário um tratamento isonômico entre os servidores docentes e técnico-administrativos em educação, conforme o previsto para os docentes na Lei 12.772/2012, considerando que é papel dos trabalhadores das Instituições Federais

ExEdit  
\* C D 2 5 2 4 5 7 0 2 3 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252457023400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



de Ensino contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, extensão, inovação, gestão e assistência especializada nas Instituições Federais de Ensino.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
**(PT - MG)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252457023400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



**MPV 1286**  
**00507**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao § 6º do art. 10-B da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 10-B. ....**

**.....**

**§ 6º** A conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular ou especial, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo ou ambiente organizacional do servidor, em cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser utilizada como certificação em Programa de Capacitação para fins de aceleração da progressão por capacitação, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

As Instituições federais de ensino são formadoras dos profissionais em vários níveis dentro de seus cursos oferecem uma grande diversidade de disciplinas de conteúdos programáticos que atendem as necessidades institucionais de seus servidores. A utilização dessas disciplinas em Programas de Capacitação representa uma ampliação de oferta e oportunidades para as instituições e servidores sem aumentar os investimentos com recursos para a capacitação.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255296507300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



\* CD 255296507300 \*  
xEdit





Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
**(PT - MG)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255296507300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



\* CD 255296507300 \*  
eXEdit



**MPV 1286  
00508**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Acrescentem-se §§ 1º e 2º ao art. 157 da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 157. ....**

**§ 1º** A Tabela B do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286, de 31 de dezembro de 2024, será igual à Tabela E do Anexo CCXXIV.

**§ 2º** A Tabela A do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que, por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser de **9% (nove por cento) a partir de janeiro de 2025** e de **5% (cinco por cento) a partir de abril de 2026**. Entretanto, a MP 1286/24 **reduziu esse reajuste para 4,5%** em ambos os anos para esses profissionais, ferindo o acordo firmado com as entidades sindicais.

A legislação vigente estabelece que os cargos de **Médico e Médico Veterinário pertencem ao nível E do PCCTAE** (Lei nº 11.091/2005) e que possuem **jornada de 20 horas semanais, podendo ser ampliada para 40 horas**, conforme



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253639793100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



**Lei nº 12.702/2012.** No entanto, a MP separou esses cargos dos demais servidores do mesmo nível, criando um tratamento desigual **sem qualquer justificativa técnica ou legal.**

Além da ilegalidade da diferenciação, essa medida **desvaloriza categorias essenciais**, comprometendo a **qualidade dos serviços de saúde e pesquisa oferecidos nas universidades e institutos federais.** A exclusão desses profissionais dos reajustes gerais **pode levar à evasão de servidores**, prejudicando a assistência médica à comunidade acadêmica e as pesquisas científicas fundamentais para a sociedade.

Dessa forma, esta emenda assegura a correção dessa injustiça, garantindo a **isonomia remuneratória** dos médicos e médicos veterinários dentro do PCCTAE, conforme estabelecido no acordo de greve.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
**(PT - MG)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253639793100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



\*CD253639793100\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00509****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 10-B da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, como proposto pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 10-B. ....**

**§ 3º** Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado ou com o ambiente organizacional, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A.

**.....” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

O ambiente organizacional está conceituado na Lei da carreira PCCTAE como a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal. Este conceito, quando assumido pelo Legislador teve por objetivo ampliar o escopo dos elementos de desenvolvimento dos servidores, conforme as necessidades institucionais e a diversidade de fazeres nas Instituições Federais de Ensino.

A alteração do texto é conceitual e não impõe impacto orçamentário.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel  
(PT - MG)  
Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253369783600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



**MPV 1286  
00510**

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao § 6º do art. 10-B da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 10-B. ....**

**.....**

**§ 6º** No cumprimento dos critérios estabelecidos no § 3º é permitido o somatório de carga horária de ações de desenvolvimento realizadas pelo servidor, bem como o somatório de carga horária de certificados de ações de desenvolvimento que excedam à exigência de aceleração da progressão por capacitação anteriormente realizada” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Houve uma mudança no perfil das ações de capacitação dadas as inovações tecnológicas, que hoje exigem uma carga horária menor, vide catálogo de cursos da ENAP.

Esse item consta do Termo de Acordo SRT/MGI 11/2024.

A alteração do texto é conceitual e não gera impacto financeiro na Medida Provisória.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
(PT - MG)  
**Deputada Federal**

ExEdit  
\*CD255709236500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255709236500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



**MPV 1286  
00511****EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se art. 11 à Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 11. ....**

**§ 1º** Os ocupantes dos cargos de Médico, Médico/Área, Médico do Trabalho, Engenheiro do Trabalho, Arquiteto do Trabalho, Enfermeiro/Área, Regente e Sanitarista do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal, de pós-graduação lato sensu, ao apresentarem a certificação de uma segunda formação lato sensu.

**§ 2º** Os ocupantes dos cargos de nível médio profissionalizante ou com curso técnico do plano de Carreira perceberão o Incentivo a Qualificação para o nível de escolaridade formal quando apresente uma segunda certificação de curso técnico” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda visa garantir a isonomia de tratamento com os demais profissionais que integram o PCCTAE, Lei nº 11.091/2005, considerando que os demais cargos não têm como requisito para o ingresso no cargo a certificação de especialista ou curso médio profissionalizante ou curso técnico. Os ocupantes dos cargos só podem alcançar o Incentivo a Qualificação (IQ) a partir da graduação, para o nível de classificação D ou do mestrado para o nível de classificação E. A proposta de alteração é para que esses servidores tenham a possibilidade de apresentar uma segunda certificação, como forma de obtenção do primeiro IQ, assim como os demais servidores.

Essa alteração não gera impacto financeiro na Medida Provisória, pois já está previsto na Lei nº 11.091/2005 e cada servidor que alcançar o IQ é considerado aumento vegetativo da folha. O IQ foi implantado em 2006.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251441483700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel

\* CD 251441483700 \*  
xEdit

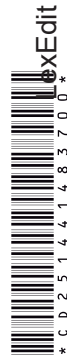


Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
**(PT - MG)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251441483700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



**MPV 1286  
00512**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao art. 12-B da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 12-B.** A partir de 1º de abril de 2026, fica instituído, aos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-TAE), com regulamento proposto pela Comissão Nacional de Supervisão, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

**Parágrafo único.** O Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC é o instrumento de reconhecimento dos conhecimentos e habilidades de todos os integrantes do Plano de Carreira, independentemente do nível de escolaridade, resultante da atuação profissional na dinâmica do ensino, pesquisa, extensão, gestão, inovação e assistência especializada, nos termos do inciso IV, art. 3º desta Lei.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda atende a Cláusula Quarta do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que estabelece o instituto do RSC, que será normatizado pela CNSC e a data de sua implantação está prevista para abril de 2026.

A aprovação dessa emenda dará suporte à elaboração dos cálculos de impacto financeiro para a inclusão na LDO e LOA de 2026, já que sua implantação está prevista para abril de 2026. Portanto, não vai gerar impacto financeiro em 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257253758600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel





Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
**(PT - MG)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257253758600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel

\* CD 257253758600 \*  
eXEdit



**MPV 1286**  
**00513**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
**(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se o art. 15; e dê-se nova redação ao art. 15-A, ambos da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 15. (Suprimir)**

**“Art. 15-A. ....**

**.....**

**§ 3º** Parcela complementar a que se refere o § 2º deste artigo será considerada para todos os efeitos como parte integrante do vencimento básico, e não será absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória. (NR)” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os termos apresentados no texto do parágrafo sexto ferem a Cláusula 3ª do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI que afirma que o Vencimento Básico Complementar (VBC) “não será absorvido por força da implementação dos novos valores e estruturas remuneratórias”.

A alteração do texto é conceitual e não gera impacto financeiro na Medida Provisória. Há não absorção está prevista desde o Termo de Acordo de Greve de 2012.

\*CD257180501100\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257180501100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
**(PT - MG)**  
**Deputada Federal**

\*CD257180501100\*  
LexEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257180501100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



**MPV 1286  
00514**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se nova redação ao art. 18 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, na forma proposta pelo art. 131 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 18. ....**

**I** – unificação e transformação de cargos de mesma natureza, complexidade e similaridade;

**II** – .....

**III** – posicionamento do servidor ocupante dos cargos unificados ou transformados em nível de classificação, padrão de vencimento básico do cargo de destino, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

**Parágrafo único.** O resultado do processo de racionalização dos cargos definirá o quadro de pessoal das IFE, de acordo com suas especificidades e peculiaridades, ligadas à educação básica, profissional, técnica, tecnológica, superior e gestão e inovação da respectiva Instituição Federal de Ensino (IFE).” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os cargos da Administração Pública, incluídos os que integram o PCCTAE (Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005), vêm sofrendo efeitos da evolução histórica, mudanças no mundo do trabalho e na realidade social, novas formas de gestão e informatização decorrentes do desenvolvimento tecnológico. É necessário que a Administração Pública apresente soluções para atualizar seu quadro de cargos com o aproveitamento dos atuais servidores às demandas da realidade atual. Entendemos que alterações que acompanhem as transformações

ExEdit  
\*CD259633917500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259633917500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



do mundo do trabalho, a natureza e atribuições essenciais dos cargos são juridicamente permitidas e não violam a exigência de concurso público.

A presente ementa é derivada do Termo de Acordo 11/2024 SRT/MGI. A inclusão do texto proposto com as alterações da Lei nº 11.091/2005, nos incisos I e III é fundamental para sustentar o processo de racionalização constante da Cláusula 13, alínea E do acordo. A possibilidade de transformar cargos, respeitados os limites constitucionais, permitirá o aproveitamento dos servidores sem aumento de despesas, ou seja, sem impacto financeiro para Medida Provisória.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
**(PT - MG)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259633917500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



\*CD259633917500\*  
ExEdit



**MPV 1286  
00515**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Dê-se ao art. 157 da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 157.** Os Anexos XLV, XLVI, XLVII e XLVIII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos CCLXXX, CCLXXXI e CCLXXXIII a esta Medida Provisória.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe a revogação do Anexo CCLXXXII da Medida Provisória 1286/2024, visando corrigir distorções na estrutura remuneratória dos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs). O anexo em questão estabelece uma tabela salarial diferenciada para algumas categorias da carreira, criando disparidades entre profissionais que exercem atividades de mesma complexidade e responsabilidade.

A manutenção dessa tabela representa um desrespeito aos acordos firmados entre o governo e as entidades representativas dos servidores públicos, especialmente o Termo de Acordo 11/2024, que assegura isonomia e coerência na reestruturação da carreira. A separação de determinados cargos em tabelas diferenciadas compromete o princípio da equidade na Administração Pública e cria precedentes para futuras segmentações prejudiciais à coesão do Plano de Carreira.

A revogação do Anexo CCLXXXII garante que todas as categorias da carreira Técnico-Administrativa em Educação permaneçam unificadas dentro da mesma estrutura de progressão e reajustes salariais, evitando que servidores com atribuições semelhantes recebam vencimentos desproporcionais. Dessa forma, a



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253518043000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



proposta assegura o equilíbrio remuneratório e a valorização profissional dos TAEs, sem impacto adicional aos cofres públicos, pois mantém a distribuição de reajustes já acordada.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
**(PT - MG)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253518043000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



**MPV 1286  
00516**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024  
(à MPV 1286/2024)**

Suprima-se a alínea “c” do inciso XV do *caput* do art. 214 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Todos os cargos que integram o PCCTAE precisam ter suas atribuições específicas, definidas e atualizadas as inovações tecnológicas do trabalho, em regulamento próprio, de forma a viabilizar a gestão dos processos de trabalho dos integrantes da carreira nas Instituições Federais de Ensino. Também é uma forma essencial de evitar ocorrências de desvios de funções do cargo.

A alteração do texto é conceitual e não gera impacto financeiro na Medida Provisória.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Ana Pimentel  
(PT - MG)**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252089770600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel





**MPV 1286  
00517**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024**  
(à MPV 1286/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Altera o anexo CCLXXXII do artigo 157 da MP 1286/2024 para garantir a equiparação no reajuste salarial dos médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das universidades e institutos federais, conforme previsto no Termo de Acordo nº 11/2024.

**I** – a tabela **b** do Anexo CCLXXXII do artigo 157 da Medida Provisória nº 1286 de 31 de dezembro de 2024, será igual à tabela **e** do Anexo CCXXIV;

**II** – a tabela **a** do Anexo CCLXXXII passa a ter nova configuração conforme Anexo ao final da justificativa e será aplicada no caso de servidores médicos e médicos veterinários, que por interesse da administração e dos mesmos, optarem por 40h semanais.

**III** – **a** emenda entra em vigora datada sua aprovação e será retroativa a 1º de janeiro de 2025 para fins financeiros.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa corrigir uma grave injustiça cometida contra os médicos e médicos veterinários integrantes do quadro de Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) das Universidades Federais e Institutos Federais, que foram arbitrariamente excluídos do reajuste concedido aos demais servidores técnicos administrativos. Conforme estabelecido no Acordo nº 11/2024, o reajuste deveria ser de 9% (nove por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 5% (cinco por cento), a partir de abril de 2026. Além disso, restou estabelecido um percentual de 1% de “step”, entre os níveis salariais para o ano de 2025, e de 4,1% para 2026, entre os



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257002843600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



referidos níveis, o que caracteriza medida crucial para assegurar a progressão na carreira e a valorização desses profissionais. No entanto no dia 31/12/2024 o governo federal publicou a **MP 1286/24**, a qual concede apenas 4,5% (quatro e meio por cento), a partir de janeiro de 2025, e de 4,5% (quatro e meio por cento a partir de abril de 2026), aos médicos e médicos veterinários e não alterou os percentuais de “steps” acordados. A inclusão dos citados percentuais de forma correta, tanto do reajuste quanto dos “steps”, é uma questão fundamental para corrigir distorções salariais e assegurar uma estrutura de crescimento justa e coerente com as responsabilidades inerentes às carreiras de médico e médico veterinário. Caso isto não seja revertido, **FERE** o Acordo de greve nº 11/2024, que **em nenhum momento descreve percentuais de aumento diferentes entre as classes PCCTAE**. O que temos aqui é uma MP 1286/24 que não retrata o que foi acordado em greve (Acordo 11/2024), o que por si, já guarda ilegalidade. Todo o embasamento para tais afirmações está descrito abaixo:

1 - Os cargos de Médico e Médico Veterinário aqui tratados pertencem ao “nível E” do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, **nos termos da Lei 11.091/2005**;

2 – A **Lei 12.702/2012**, por seu turno, **regulamentou a jornada de Trabalho dos citados cargos pertencentes ao PCCTAE em seu artigo 43**, assim dispondo:

Art. 43. A **jornada de trabalho** dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de **20 (vinte) horas semanais**.

§ 1º Os valores do vencimento básico dos cargos de médico de que trata o caput deste artigo são os fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões.

§ 2º Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257002843600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



\*CD257002843600\*  
ExEdit



§ 3º Os servidores que optarem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou que na data de publicação desta Lei já tenham feito a opção por esta jornada terão os valores do vencimento básico fixados no Anexo XLVII desta Lei, para os respectivos níveis, classes e padrões. (Lei 12.702/2012);

3 – O **Termo de Acordo de Greve nº11/2024** assinado pelo Governo Federal, representado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e pelas centras sindicais FASUBRA e SINASEFE estabelece já na sua **cláusula primeira** que os percentuais de reajustes concedidos aos servidores integrantes do PCCTAE serão de **9% em 2025 e 5% em 2026**.

#### TERMO DE ACORDO# 11/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o Governo Federal, representado pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, de outro lado, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil — FASUBRA e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, resolvem firmar o que segue:

Este Termo de Acordo dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação — PCCTAE e demais pontos acordados, nos seguintes termos:

**Cláusula primeira** — A reestruturação remuneratória dos servidores dos cargos Técnico-Administrativos em Educação se dará em duas parcelas, sendo **a primeira, de 9%, em janeiro de 2025 e a segunda, de 5%, em abril de 2026**, conforme Anexo.

4 – O reajuste para os técnicos administrativos de nível E está expresso no anexo **CCXXIV(Art. 133), alínea e**. Ao arrempeio do que fora acordado no Termo de Acordo de Greve, a Medida Provisória 1286/2024 separou dois cargos de nível E (Médico e Médico Veterinário) concedendo-lhes reajuste diferenciado a menor, expresso no anexo **CCLXXXII**. Frise-se que Médico e Médico Veterinário são cargos de nível E pertencentes ao PCCTAE tal como todos os demais e que em momento

\*CD257002843600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257002843600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



algum do processo negocial fora ao menos ventilada a possibilidade de reajuste diferenciado para qualquer cargo pertencente ao PCCTAE;

5 – Instado a se manifestar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI respondeu aos questionamentos afirmando que aos cargos de Médico e Médico Veterinário foi concedido reajuste de **4,5% em 2025 e 4,5% em 2026** sem, no entanto, fundamentar tal medida, que se não modificada fere de morte a Lei 8.112 que em seu Art. 41, §4º assim dispõe:

**§4º É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder**, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

6 – A Constituição Federal de 1988 assevera em seu Art. 39 que:

§1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

Assim os cargos em Comento são de “nível E”, no âmbito do PCCTAE, nos termos da lei 11.091, tal como todos os demais para os quais exige-se formação acadêmica na respectiva área de formação. Seria, portanto, inconstitucional tratá-los de forma diferenciada.

Os médicos das Universidades Federais e Institutos Federais desempenham um **papel crucial e insubstituível**, atuando na linha de frente da assistência à saúde da comunidade acadêmica, além de contribuírem diretamente para a **formação de milhares de profissionais de saúde** que servem à população brasileira. Os médicos veterinários das Universidades e Institutos Federais, da mesma forma, exercem importantes atividades em Hospitais veterinários no atendimento a comunidade, atividades de ensino e pesquisa, que impulsionam o agronegócio, pilar da nossa economia, além disso gera segurança alimentar a



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257002843600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



\*C0257002843600\*  
ExEdit



nação e ao mundo pelo direto desempenho na cadeia de produção de proteína animal. Trata-se de duas categorias que, mesmo diante de adversidades, manteve seu compromisso inabalável com o ensino, a pesquisa e a assistência, garantindo que o funcionamento das instituições não fosse interrompido, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19.

É inadmissível que esses profissionais sejam **desvalorizados e tratados de forma desigual**, especialmente quando consideramos a sobrecarga de trabalho e a complexidade de suas funções. A decisão unilateral do governo de reduzir seu reajuste para 4,5% representa não apenas um desrespeito ao acordo firmado, mas também um ataque direto à dignidade desses profissionais, que diariamente enfrentam desafios para manter a qualidade do atendimento médico nas universidades federais.

A justificativa de que os médicos e médicos veterinários recebem os maiores valores do serviço público federal não tem fundamento, principalmente se observarmos as tabelas para médicos de outras instituições federais inclusive as que constam na própria Medida Provisória 1286/2024. Além disso, os médicos atuam sob condições de extrema responsabilidade e risco, exigindo dedicação contínua e atualização profissional constante, o que demanda um reconhecimento adequado por parte do Estado.

A exclusão dos médicos e médicos veterinários desse reajuste gera um **precedente perigoso de desvalorização da categoria**, podendo resultar em evasão de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Dessa forma, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para corrigir essa discrepância, garantindo o reajuste originalmente acordado, que assegura **isonomia, justiça e reconhecimento** ao trabalho essencial dos médicos e médicos veterinários das Universidades Federais e Institutos Federais de educação. Afinal, **saúde e educação andam juntas, e valorizar os profissionais de saúde é investir no futuro do país.**

ANEXO CCLXXXII



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257002843600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



(Anexo XLVII à Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

“PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO”

VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DE MÉDICO

a) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 40 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	9.113,85	1				1	9.934,08	10.430,78
	P32	9.469,29	2	1			2	10.331,44	10.858,46
	P33	9.838,59	3	2	1		3	10.744,70	11.303,64
	P34	10.222,29	4	3	2	1	4	11.174,50	11.767,10
	P35	10.620,97	5	4	3	2	5	11.621,48	12.249,54
	P36	11.035,18	6	5	4	3	6	12.086,34	12.751,78
	P37	11.465,56	7	6	5	4	7	12.569,78	13.274,60
Médico Veterinário	P38	11.912,71	8	7	6	5	8	13.072,58	13.818,86
	P39	12.377,31	9	8	7	6	9	13.595,48	14.385,44
	P40	12.860,03	10	9	8	7	10	14.139,30	14.975,24

\* CD 257002843600 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257002843600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



P41	13.361,57	11	10	9	8	11	14.704,88	15.589,22
P42	13.882,67	12	11	10	9	12	15.293,06	16.228,38
P43	14.424,09	13	12	11	10	13	15.904,80	16.893,74
P44	14.986,63	14	13	12	11	14	16.540,98	17.586,38
P45	15.571,11	15	14	13	12	15	17.202,62	18.307,44
P46	16.178,38	16	15	14	13	16	17.890,72	19.058,04
P47	16.809,34		16	15	14	17	18.606,36	19.839,42
P48	17.464,91			16	15	18	19.350,62	20.652,84
P49	18.146,04				16	19	20.124,64	21.499,60

b) Vencimento básico dos cargos de Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com jornada de 20 horas semanais: Em R\$

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E						NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO E		
	PISO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023	CLASSES DE CAPACITAÇÃO				PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2026
Médico	P31	4.556,92	1				1	4.967,04	5.215,39
	P32	4.734,64	2	1			2	5.165,72	5.429,23
	P33	4.919,30	3	2	1		3	5.372,35	5.651,82
	P34	5.111,15	4	3	2	1	4	5.587,25	5.883,56
	P35	5.310,48	5	4	3	2	5	5.810,74	6.124,77
	P36	5.517,59	6	5	4	3	6	6.043,17	6.375,89
	P37	5.732,78	7	6	5	4	7	6.284,89	6.637,30
Médico	P38	5.956,36	8	7	6	5	8	6.536,29	6.909,43
Veterinário	P39	6.188,65	9	8	7	6	9	6.797,74	7.192,72

\*CD257002843600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257002843600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



P40	6.430,01	10	9	8	7	10	7.069,65	7.487,62
P41	6.680,78	11	10	9	8	11	7.352,44	7.794,61
P42	6.941,34	12	11	10	9	12	7.646,53	8.114,19
P43	7.212,05	13	12	11	10	13	7.952,40	8.446,87
P44	7.493,31	14	13	12	11	14	8.270,49	8.793,19
P45	7.785,55	15	14	13	12	15	8.601,31	9.153,72
P46	8.089,20	16	15	14	13	16	8.945,36	9.529,02
P47	8.404,67		16	15	14	17	9.303,18	9.919,71
P48	8.732,45			16	15	18	9.675,31	10.326,42
P49	9.073,02				16	19	10.062,32	10.749,80

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

Deputada Ana Pimentel  
(PT - MG)  
Deputada Federal

\*CD257002843600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257002843600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel







## CONGRESSO NACIONAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1287, de 2025**, que *"Institui apoio financeiro à pessoa com deficiência decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	001
Deputado Federal Márcio Honaizer (PDT/MA)	002
Deputado Federal Lula da Fonte (PP/PE)	003; 004; 005; 006; 007; 008; 009
Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	010
Deputado Federal Clodoaldo Magalhães (PV/PE)	011; 012; 013; 014; 015; 016
Deputado Federal Duarte Jr. (PSB/MA)	017; 018; 019
Deputado Federal Capitão Alberto Neto (PL/AM)	020; 021; 022; 023; 024; 025
Deputada Federal Flávia Moraes (PDT/GO)	026; 029; 030
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	027
Deputada Federal Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA)	028; 031; 032; 033
Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ)	034; 035; 036; 037; 048; 049; 050; 051; 052; 053; 054; 055
Deputado Federal Eriberto Medeiros (PSB/PE)	038; 040; 041; 043; 044; 045
Deputado Federal Benes Leocádio (UNIÃO/RN)	039; 042
Deputado Federal Capitão Alden (PL/BA)	046
Deputado Federal David Soares (UNIÃO/SP)	047
Deputada Federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP)	056; 057; 058; 059; 060; 061

**TOTAL DE EMENDAS: 61**



[Página da matéria](#)



MPV 1287  
00001

EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** O apoio financeiro de que trata esta Medida Provisória consistirá no pagamento de parcela única, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e de pensão especial, mensal e vitalícia de valor equivalente a duas vezes o valor do Benefício de Prestação Continuada - BPC, nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

**Parágrafo único.** A pensão especial de que trata o caput será personalíssima e não se transmitirá aos dependentes e herdeiros do beneficiário, exceto para a pessoa legalmente responsável pelo beneficiário que comprovar ter cuidado dele desde o nascimento até o óbito.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa complementar o apoio financeiro já previsto na MPV 1287/2025, por meio da concessão de uma pensão especial, mensal e vitalícia, à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita do Zika.

O valor da pensão seria equivalente a duas vezes o valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC), garantindo uma renda mínima para auxiliar nas despesas com tratamento, reabilitação e demais necessidades decorrentes da deficiência. A pensão seria personalíssima, não sendo transmitida a herdeiros, com exceção da pessoa que comprovar ter cuidado do beneficiário desde o nascimento até o óbito.

ExEdit  
\*CD256648933000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256648933000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



A concessão da pensão, além do apoio financeiro em parcela única, visa garantir a segurança financeira e o acesso a recursos para que a pessoa com deficiência possa ter uma vida digna e com qualidade, além de reconhecer o papel fundamental do cuidador na vida do beneficiário.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputado Aureo Ribeiro**  
**(SOLIDARIEDADE - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256648933000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



\*CD256648933000\* LexEdit



MPV 1287  
00002

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Será concedida pensão especial, mensal e vitalícia, à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de Síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus Zika, de valor equivalente ao maior salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo incluir o Art. 2-1º à Medida Provisória 1287, restabelecendo o direito à pensão especial, mensal e vitalícia às pessoas com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou da Síndrome de Guillain-Barré causada pelo mesmo vírus. O valor da referida pensão corresponderá ao maior salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), garantindo uma condição mínima de subsistência a esses cidadãos.

A proposta visa retomar o texto original da matéria aprovado por esta Casa Legislativa e pelo Senado Federal, mas posteriormente vetado pelo Poder Executivo por meio do **Veto nº 02/2025**. O texto inicial previa não apenas uma indenização em parcela única, mas também o pagamento da pensão vitalícia, assegurando um amparo duradouro às pessoas afetadas pelas condições mencionadas.

A relevância desta emenda está alicerçada nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e na necessidade de proteção



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251580318700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Honaiser

\*CD251580318700\*  
LexEdit

social das pessoas com deficiência. O Estado tem o dever de promover condições de vida dignas a esses indivíduos, garantindo-lhes recursos para suprir suas necessidades e possibilitar sua inclusão na sociedade.

Ademais, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece os impactos devastadores das complicações causadas pelo vírus Zika e destaca a necessidade de medidas efetivas de suporte para as famílias afetadas. Assim, a previsão da pensão vitalícia representa uma resposta necessária às demandas de um segmento populacional que enfrenta desafios diários significativos para sua sobrevivência e qualidade de vida.

Dessa forma, faz-se imprescindível a aprovação desta emenda, garantindo o restabelecimento do direito à pensão vitalícia e reafirmando o compromisso desta Casa com a justiça social e a inclusão das pessoas com deficiência no Brasil.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Márcio Honaiser**  
**(PDT - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251580318700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Honaiser



\*CD251580318700\* LexEdit



MPV 1287  
00003

CONGRESSO NACIONAL

Gabinetes dos Deputados Lula da Fonte e Eduardo da Fonte

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Acrescente-se art. 7º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

***“Art. 7º-1. Será concedida pensão especial vitalícia mensal no valor de 3 (três) salários mínimos às crianças com síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, nascidas de 1º de Janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2024.***

***§ 1º A pensão especial de que trata o caput deste artigo tem caráter personalíssimo, sendo intransferível aos herdeiros do beneficiário.***

***§ 2º A pensão especial de que trata o caput deste artigo é devida a partir da data de protocolização do requerimento na Previdência Social.***

***§ 3º A pensão especial de que trata esta o caput deste artigo, ressalvado o direito de opção, não é acumulável com rendimento ou indenização que, a qualquer título, venha a ser pago pela União a seus beneficiários, salvo a indenização por dano moral concedida por lei específica.***

***§ 4º A despesa decorrente da aplicação desta Medida Provisória correrá à conta do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União.***



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257427145900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



**§ 5º A pensão especial de que trata o caput deste artigo ficará isenta do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. ”**

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1287 foi publicada com o objetivo de fazer uma espécie de compensação pelo veto total apostado ao Projeto de Lei nº 6064/2023, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O texto do projeto original previa a concessão de indenização por dano moral, no valor de R\$ 50.000,00, bem como uma pensão especial personalíssima, equivalente ao limite máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), destinadas a pessoas afetadas por microcefalia ou síndrome de Guillain-Barré em decorrência da infecção pelo vírus Zika.

Durante a tramitação legislativa, o texto do PL 6064/2023 foi modificado por meio de substitutivo, da Câmara dos Deputados, apresentado pelo Relator, Deputado Lula da Fonte, que incorporou 17 Projetos de Lei apensados à proposição principal, além de emendas do Senado Federal. A redação final contemplou a pessoa com deficiência permanente decorrente da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, restringindo a concessão da indenização e da pensão especial às crianças afetadas ainda na gestação, sendo a microcefalia a manifestação mais conhecida dessa condição.

Diante do reconhecimento da responsabilidade objetiva do Estado brasileiro por sua omissão na epidemia de Zika vírus, iniciada em



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257427145900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



2015, não há ato mais certo e mais justo do que indenizar e pagar uma pensão especial digna às crianças que foram duramente prejudicadas em seu desenvolvimento. O valor dessa pensão deve ser suficiente para custear as medicações e tratamentos necessários, que muitas vezes tem indisponibilidade ou dificuldade de acesso na rede pública de saúde. Com isso em mente, o PL 6064/2023 previa a concessão de pensão no valor mais alto de benefício da Previdência Social.

Contudo, o projeto justo, que beneficiaria aproximadamente 1589 crianças, foi vetado em sua integralidade. Para amenizar a dor das famílias que enfrentam diariamente as graves consequências do vírus Zika em seus filhos e filhas, apresentamos esta emenda. Todas essas pessoas merecem receber uma compensação minimamente digna pelos danos advindos da omissão estatal.

Assim, perante a posição adotada pelo Poder Executivo em relação ao PL 6064/2023, propomos aqui que a pensão tenha o valor de três salários mínimos, sendo vedada sua acumulação com outros rendimentos e indenizações.

Em comparação, a Lei nº 13.985/20 instituiu pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário mínimo. No entanto, diferentemente do que foi proposto pelo PL 6064/2023 e do que propomos nesta emenda, essa lei exclui do recebimento da pensão as crianças cuja renda familiar não se enquadre nas regras do BPC, além de proibir o acúmulo do benefício com a referida pensão.

Nosso propósito é garantir justiça social por meio da universalização do acesso à pensão especial, assegurando que todas as



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257427145900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros

LexEdit  
\*CD257427145900\*





crianças afetadas pela síndrome congênita decorrente do vírus Zika tenham os mesmos direitos, com um valor de pagamento condizente com a gravidade da situação e com os danos causados pela negligência estatal.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lula da Fonte**  
**(PP - PE)**

**Segundo-Secretário**  
**da Mesa Diretora da**  
**Câmara dos Deputados**

**Deputado Eduardo da Fonte**  
**(PP - PE)**

**Deputado Federal**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257427145900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



\*CD257427145900\* LexEdit





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Lula da Fonte)**

Institui apoio financeiro à pessoa  
com deficiência decorrente de síndrome  
congenita associada à infecção pelo vírus  
Zika.

Assinaram eletronicamente o documento CD257427145900, nesta ordem:

- 1 Dep. Lula da Fonte (PP/PE)
- 2 Dep. Eduardo da Fonte (PP/PE)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257427145900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



MPV 1287  
00004

CONGRESSO NACIONAL

Gabinetes dos Deputados Lula da Fonte e Eduardo da Fonte

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Acrescentem-se arts. 7º-1 e 7º-2 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 7º-1.** O Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 392.** .....  
.....

§ 6º *A licença-maternidade de que trata o caput deste artigo será prorrogada por 60 (sessenta) dias em razão de nascimento ou de adoção de criança com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.*’ (NR)

‘**Art. 473.** .....  
.....

§ 1º .....  
.....

§ 2º *Na hipótese de nascimento ou de adoção de criança com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, o prazo a que se refere o inciso III do caput deste artigo será ampliado para 20 (vinte) dias.*’ (NR)”

“**Art. 7º-2.** A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 71.** .....  
.....



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258015472600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



**Parágrafo único. O salário-maternidade de que trata o caput deste artigo será prorrogado por 60 (sessenta) dias em razão de nascimento de criança com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika. ' (NR)**

**'Art. 71-A. ....**

**.....**

**§ 3º O salário-maternidade de que trata o caput deste artigo será prorrogado por 60 (sessenta) dias no caso de adoção ou de guarda judicial de criança com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika. ' (NR)''**

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

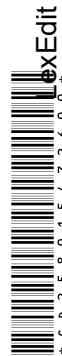
## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1287 foi publicada com o objetivo de fazer uma espécie de compensação pelo veto total apostado ao Projeto de Lei nº 6064/2023, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O texto do projeto original previa a concessão de indenização por dano moral, no valor de R\$ 50.000,00, bem como uma pensão especial personalíssima, equivalente ao limite máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), destinadas a pessoas afetadas por microcefalia ou síndrome de Guillain-Barré em decorrência da infecção pelo vírus Zika.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258015472600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



\*CD258015472600\*  
ExEdit



Durante a tramitação legislativa, o texto do PL 6064/2023 foi modificado por meio de substitutivo, da Câmara dos Deputados, apresentado pelo Relator, Deputado Lula da Fonte, que incorporou 17 Projetos de Lei apensados à proposição principal, além de emendas do Senado Federal. A redação final contemplou a pessoa com deficiência permanente decorrente da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, restringindo a concessão da indenização e da pensão especial às crianças afetadas ainda na gestação, sendo a microcefalia a manifestação mais conhecida dessa condição.

Diante do reconhecimento da responsabilidade objetiva do Estado brasileiro por sua omissão na epidemia de Zika vírus, iniciada em 2015, não há ato mais certo e mais justo do que indenizar e pagar uma pensão especial digna às crianças que foram duramente prejudicadas em seu desenvolvimento. O valor dessa pensão deve ser suficiente para custear as medicações e tratamentos necessários, que muitas vezes tem indisponibilidade ou dificuldade de acesso na rede pública de saúde. Com isso em mente, o PL 6064/2023 previa a concessão de pensão no valor mais alto de benefício da Previdência Social.

Contudo, o projeto justo, que beneficiaria aproximadamente 1589 crianças, foi vetado em sua integralidade. Para amenizar a dor das famílias que enfrentam diariamente as graves consequências do vírus Zika em seus filhos e filhas, apresentamos esta emenda para aumentar o prazo de licença-maternidade e de licença-paternidade para mães e pais de bebês com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika. Igualmente propomos a prorrogação do prazo do salário-maternidade nessa situação, para que

\*CD258015472600\*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258015472600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



seja mantido o pagamento durante todo o período de afastamento da mãe ao trabalho e restaurar parte do projeto vetado.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lula da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Segundo-Secretário**  
**da Mesa Diretora da**  
**Câmara dos Deputados**

**Deputado Eduardo da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Deputado Federal**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258015472600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Lula da Fonte)**

Institui apoio financeiro à pessoa  
com deficiência decorrente de síndrome  
congenita associada à infecção pelo vírus  
Zika.

Assinaram eletronicamente o documento CD258015472600, nesta ordem:

- 1 Dep. Lula da Fonte (PP/PE)
- 2 Dep. Eduardo da Fonte (PP/PE)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258015472600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



MPV 1287  
00005

CONGRESSO NACIONAL

Gabinetes dos Deputados Lula da Fonte e Eduardo da Fonte

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Acrescente-se art. 7º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

***“Art. 7º-1. Será concedida pensão especial, mensal e vitalícia, à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, de valor equivalente ao maior salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).***

***§ 1º O benefício previsto no caput deste artigo será devido a partir da data de protocolização do requerimento na Previdência Social.***

***§ 2º O valor da pensão prevista no caput deste artigo será atualizado pelos mesmos índices e critérios estabelecidos para os benefícios do RGPS.***

***§ 3º A comprovação do direito ao benefício de que trata o caput deste artigo dar-se-á pela apresentação de laudo de junta médica, pública ou privada, responsável pelo acompanhamento da pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.***

***§ 4º A pensão especial de que trata o caput deste artigo poderá ser acumulada com:***

***I – indenização por dano moral concedida por lei específica, inclusive a prevista no art. 1º desta Lei;***

***II – benefício de prestação continuada, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou***



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250426032700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros





**III – benefícios previdenciários com renda equivalente a 1 (um) salário mínimo.**

**§ 5º Na hipótese de vedação de acumulação da pensão especial com rendimento ou indenização que, a qualquer título, venham a ser pagos pela União a seus beneficiários, será permitida a opção pelo benefício mais vantajoso.**

**§ 6º A pensão especial de que trata o caput deste artigo ficará isenta do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.**

**§ 7º Será devido abono anual ao titular da pensão especial, calculado, no que couber, da mesma forma que a gratificação natalina dos trabalhadores, e terá como base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro de cada ano.**

**§ 8º A despesa decorrente do pagamento da pensão prevista no caput deste artigo correrá à conta do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União. ”**

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1287 foi publicada com o objetivo de fazer uma espécie de compensação pelo veto total apostado ao Projeto de Lei nº 6064/2023, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O texto do projeto original previa a concessão de indenização por dano moral, no valor de R\$ 50.000,00, bem como uma pensão especial personalíssima, equivalente ao limite máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), destinadas a pessoas

\*CD250426032700\*  
ExEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250426032700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



afetadas por microcefalia ou síndrome de Guillain-Barré em decorrência da infecção pelo vírus Zika.

Durante a tramitação legislativa, o texto do PL 6064/2023 foi modificado por meio de substitutivo, da Câmara dos Deputados, apresentado pelo Relator, Deputado Lula da Fonte, que incorporou 17 Projetos de Lei apensados à proposição principal, além de emendas do Senado Federal. A redação final contemplou a pessoa com deficiência permanente decorrente da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, restringindo a concessão da indenização e da pensão especial às crianças afetadas ainda na gestação, sendo a microcefalia a manifestação mais conhecida dessa condição.

Diante do reconhecimento da responsabilidade objetiva do Estado brasileiro por sua omissão na epidemia de Zika vírus, iniciada em 2015, não há ato mais certo e mais justo do que indenizar e pagar uma pensão especial digna às crianças que foram duramente prejudicadas em seu desenvolvimento. O valor dessa pensão deve ser suficiente para custear as medicações e tratamentos necessários, que muitas vezes tem indisponibilidade ou dificuldade de acesso na rede pública de saúde. Com isso em mente, o PL 6064/2023 previa a concessão de pensão no valor mais alto de benefício da Previdência Social.

Contudo, o projeto justo, que beneficiaria aproximadamente 1589 crianças, foi vetado em sua integralidade. Para amenizar a dor das famílias que enfrentam diariamente as graves consequências do vírus Zika em seus filhos e filhas, apresentamos esta emenda. Todas essas pessoas merecem receber uma compensação minimamente digna pelos danos advindos da omissão estatal.

Assim, perante a posição adotada pelo Poder Executivo em relação ao PL 6064/2023, propomos aqui que a pensão tenha o valor



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250426032700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros

ExEdit  
\*CD250426032700\*



equivalente ao maior salário de benefício do RGPS, que atualmente está fixado em R\$ 8.157,41, para restaurar o valor proposto e vetado.

Em comparação, a Lei nº 13.985/20 instituiu pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário mínimo. No entanto, diferentemente do que foi proposto pelo PL 6064/2023 e do que propomos nesta emenda, essa lei exclui do recebimento da pensão as crianças cuja renda familiar não se enquadre nas regras do BPC, além de proibir o acúmulo do benefício com a referida pensão.

Nosso propósito é garantir justiça social por meio da universalização do acesso à pensão especial, assegurando que todas as crianças afetadas pela síndrome congênita decorrente do vírus Zika tenham os mesmos direitos, com um valor de pagamento condizente com a gravidade da situação e com os danos causados pela negligência estatal.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lula da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Segundo-Secretário**  
**da Mesa Diretora da**  
**Câmara dos Deputados**

**Deputado Eduardo da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Deputado Federal**

\* CD 250426032700 \*  
LexEdit



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250426032700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Lula da Fonte)**

Institui apoio financeiro à pessoa  
com deficiência decorrente de síndrome  
congenita associada à infecção pelo vírus  
Zika.

Assinaram eletronicamente o documento CD250426032700, nesta ordem:

- 1 Dep. Lula da Fonte (PP/PE)
- 2 Dep. Eduardo da Fonte (PP/PE)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250426032700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



MPV 1287  
00006

CONGRESSO NACIONAL

Gabinetes dos Deputados Lula da Fonte e Eduardo da Fonte

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Acrescentem-se arts. 7º-1 e 7º-2 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 7º-1.** A Lei nº 13.985, de 07 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** .....

.....

§ 2º *A pensão especial não poderá ser acumulada com indenizações pagas pela União em razão de decisão judicial sobre os mesmos fatos, mas poderá ser acumulada com o BPC de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.*  
' (NR)”

“**Art. 7º-2.** A Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 21.** .....

.....

§ 6º *A revisão de que trata o caput deste artigo, para efeito de constatação de permanência de deficiência, ficará dispensada no caso de benefício de prestação continuada concedido em virtude de deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika,*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251478770900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



***desde que o impedimento de que trata o § 2º do art. 20 desta Lei seja permanente, irreversível ou irrecuperável. ' (NR)''***

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1287 foi publicada com o objetivo de fazer uma espécie de compensação pelo veto total apostado ao Projeto de Lei nº 6064/2023, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O texto do projeto original previa a concessão de indenização por dano moral, no valor de R\$ 50.000,00, bem como uma pensão especial personalíssima, equivalente ao limite máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), destinadas a pessoas afetadas por microcefalia ou síndrome de Guillain-Barré em decorrência da infecção pelo vírus Zika.

Durante a tramitação legislativa, o texto do PL 6064/2023 foi modificado por meio de substitutivo, da Câmara dos Deputados, apresentado pelo Relator, Deputado Lula da Fonte, que incorporou 17 Projetos de Lei apensados à proposição principal, além de emendas do Senado Federal. A redação final contemplou a pessoa com deficiência permanente decorrente da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika (SCZ), restringindo a concessão da indenização e da pensão especial às crianças afetadas ainda na gestação, sendo a microcefalia a manifestação mais conhecida dessa condição.

Diante do reconhecimento da responsabilidade objetiva do Estado brasileiro por sua omissão na epidemia de Zika vírus, iniciada em



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251478770900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



2015, não há ato mais certo e mais justo do que indenizar e pagar uma pensão especial digna às crianças que foram duramente prejudicadas em seu desenvolvimento. O valor dessa pensão deve ser suficiente para custear as medicações e tratamentos necessários, que muitas vezes tem indisponibilidade ou dificuldade de acesso na rede pública de saúde. Com isso em mente, o PL 6064/2023 previa a concessão de pensão no valor mais alto de benefício da Previdência Social.

Contudo, o projeto justo, que beneficiaria aproximadamente 1589 crianças, foi vetado em sua integralidade. Para amenizar a dor das famílias que enfrentam diariamente as graves consequências do vírus Zika em seus filhos e filhas, apresentamos esta emenda, para restaurar a parte do PL 6064/2023 que tratava da acumulação e da revisão do benefício de prestação continuada (BPC).

Pelo projeto vetado, a revisão bienal para avaliação da continuidade das condições que deram origem ao direito de recebimento do BPC seria dispensada, para beneficiários com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika. Com texto que propomos acrescentar novamente, caso a deficiência provocada por SCZ traga impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e seja permanente, irreversível ou irrecuperável, não será necessária a mencionada revisão.

Igualmente, o PL 6064/2023 previa a possibilidade de acumulação da pensão especial por ele proposta com o BPC. Assim, para manter a busca por dignidade para as crianças e as famílias afetadas pela SCZ, intentamos que o BPC seja acumulável com pensão especial trazida pela Lei nº 13.985/2020.

Nosso propósito é garantir que todas as crianças afetadas pela síndrome congênita decorrente do vírus Zika tenham os mesmos



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251478770900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



\*CD251478770900\*  
LexEdit



direitos, com acesso digno ao pagamento devido, condizente com a gravidade da situação e com os danos causados pela negligência estatal.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lula da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Segundo-Secretário**  
**da Mesa Diretora da**  
**Câmara dos Deputados**

**Deputado Eduardo da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Deputado Federal**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251478770900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



\*CD251478770900\* LexEdit







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Lula da Fonte)**

Institui apoio financeiro à pessoa  
com deficiência decorrente de síndrome  
congenita associada à infecção pelo vírus  
Zika.

Assinaram eletronicamente o documento CD251478770900, nesta ordem:

- 1 Dep. Lula da Fonte (PP/PE)
- 2 Dep. Eduardo da Fonte (PP/PE)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251478770900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



**MPV 1287  
00007**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinetes dos Deputados Lula da Fonte e Eduardo da Fonte

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Suprima-se o inciso I do *caput* do art. 3º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1287 foi publicada com o objetivo de fazer uma espécie de compensação pelo veto total apostado ao Projeto de Lei nº 6064/2023, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O texto do projeto original previa a concessão de indenização por dano moral, no valor de R\$ 50.000,00, bem como uma pensão especial personalíssima, equivalente ao limite máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), destinadas a pessoas afetadas por microcefalia ou síndrome de Guillain-Barré em decorrência da infecção pelo vírus Zika.

Durante a tramitação legislativa, o texto do PL 6064/2023 foi modificado por meio de substitutivo, da Câmara dos Deputados, apresentado pelo Relator, Deputado Lula da Fonte, que incorporou 17 Projetos de Lei apensados à proposição principal, além de emendas do Senado Federal. A redação final contemplou a pessoa com deficiência permanente decorrente da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, restringindo a concessão da indenização e da pensão



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253879436000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



especial às crianças afetadas ainda na gestação, sendo a microcefalia a manifestação mais conhecida dessa condição.

Diante do reconhecimento da responsabilidade objetiva do Estado brasileiro por sua omissão na epidemia de Zika vírus, iniciada em 2015, não há ato mais certo e mais justo do que indenizar e pagar uma pensão especial digna às crianças que foram duramente prejudicadas em seu desenvolvimento. O valor dessa pensão deve ser suficiente para custear as medicações e tratamentos necessários, que muitas vezes tem indisponibilidade ou dificuldade de acesso na rede pública de saúde. Com isso em mente, o PL 6064/2023 previa a concessão de pensão no valor mais alto de benefício da Previdência Social.

Contudo, o projeto justo, que beneficiaria aproximadamente 1589 crianças, foi vetado em sua integralidade. Para amenizar a dor das famílias que enfrentam diariamente as graves consequências do vírus Zika em seus filhos e filhas, apresentamos esta emenda, para restaurar a parte do PL 6064/2023 que tratava da comprovação do direito ao benefício.

Pelo projeto vetado, a comprovação do direito à pensão dar-se-ia pela apresentação de laudo de junta médica, pública ou privada, responsável pelo acompanhamento da pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.

Na presente Medida Provisória, para comprovar o direito à indenização, é obrigatória a constatação da relação entre a síndrome congênita e a contaminação da genitora pelo vírus Zika durante a gestação.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253879436000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



\*CD253879436000\*  
LexEdit



Ocorre que, no início da epidemia do vírus Zika, que causou deficiência permanente e síndrome congênita em milhares de crianças pelo Brasil, ainda não era possível definir a causa. Não havia obrigatoriedade de exames durante o pré-natal para detecção de infecção por Zika e em muitos Estados, durante certo período de tempo, esses exames não foram realizados por falta de reagentes.

Ademais, ressalta-se que a maioria das gestantes contraiu o vírus Zika no primeiro trimestre da gestação, tendo seus bebês apresentado má formação cerebral no fim dela. Muitos bebês só foram diagnosticados após o nascimento, impossibilitando assim a detecção do vírus no organismo da mãe, devido ao espaço de tempo entre a infecção e a coleta de material. Além disso, como dito anteriormente, também houve as situações em que não foi possível a realização de exames.

Ainda assim, é possível confirmar a relação entre a deficiência da criança e o Zika vírus por avaliação clínica e exame de imagem, visto que as crianças com síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika tem características muito próprias de calcificações cerebrais que só ocorrem nas, dentre outras anomalias.

Desse modo, estamos simplificando a comprovação do direito à indenização, sabendo que as crianças aptas a recebê-la ficarão circunscritas ao quantitativo já mencionado de 1589. O excesso de exigência e a obrigatoriedade de se comprovar o que já não se consegue mais comprovar, em verdade, são meios de impedir que as crianças que precisam e devem receber a indenização a recebam.

Nosso propósito é garantir que todas as crianças afetadas pela síndrome congênita decorrente do vírus Zika tenham os mesmos

LexEdit  
\*CD253879436000\*



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253879436000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



direitos, com acesso digno à indenização devida, condizente com a gravidade da situação e com os danos causados pela negligência estatal.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lula da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Segundo-Secretário**  
**da Mesa Diretora da**  
**Câmara dos Deputados**

**Deputado Eduardo da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Deputado Federal**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253879436000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Lula da Fonte)**

Institui apoio financeiro à pessoa  
com deficiência decorrente de síndrome  
congenita associada à infecção pelo vírus  
Zika.

Assinaram eletronicamente o documento CD253879436000, nesta ordem:

- 1 Dep. Lula da Fonte (PP/PE)
- 2 Dep. Eduardo da Fonte (PP/PE)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253879436000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



MPV 1287  
00008

CONGRESSO NACIONAL

Gabinetes dos Deputados Lula da Fonte e Eduardo da Fonte

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Acrescente-se parágrafo único ao art. 2º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

**Parágrafo único. Sobre o apoio financeiro previsto no caput deste artigo não incidirá o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (NR).”**

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1287 foi publicada com o objetivo de fazer uma espécie de compensação pelo veto total apostado ao Projeto de Lei nº 6064/2023, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O texto do projeto original previa a concessão de indenização por dano moral, no valor de R\$ 50.000,00, bem como uma pensão especial personalíssima, equivalente ao limite máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), destinadas a pessoas afetadas por microcefalia ou síndrome de Guillain-Barré em decorrência da infecção pelo vírus Zika.

Durante a tramitação legislativa, o texto do PL 6064/2023 foi modificado por meio de substitutivo, da Câmara dos Deputados,



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258551255500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



apresentado pelo Relator, Deputado Lula da Fonte, que incorporou 17 Projetos de Lei apensados à proposição principal, além de emendas do Senado Federal. A redação final contemplou a pessoa com deficiência permanente decorrente da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, restringindo a concessão da indenização e da pensão especial às crianças afetadas ainda na gestação, sendo a microcefalia a manifestação mais conhecida dessa condição.

Diante do reconhecimento da responsabilidade objetiva do Estado brasileiro por sua omissão na epidemia de Zika vírus, iniciada em 2015, não há ato mais certo e mais justo do que indenizar e pagar uma pensão especial digna às crianças que foram duramente prejudicadas em seu desenvolvimento. O valor dessa pensão deve ser suficiente para custear as medicações e tratamentos necessários, que muitas vezes tem indisponibilidade ou dificuldade de acesso na rede pública de saúde. Com isso em mente, o PL 6064/2023 previa a concessão de pensão no valor mais alto de benefício da Previdência Social.

Contudo, o projeto justo, que beneficiaria aproximadamente 1589 crianças, foi vetado em sua integralidade. Para amenizar a dor das famílias que enfrentam diariamente as graves consequências do vírus Zika em seus filhos e filhas, apresentamos esta emenda. Todas essas pessoas merecem receber uma compensação minimamente digna pelos danos advindos da omissão estatal.

Assim, perante a posição adotada pelo Poder Executivo em relação ao PL 6064/2023, propomos aqui que o apoio financeiro instituído pela Medida Provisória não seja incidido por Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, para restaurar parte do projeto vetado.



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258551255500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



\* CD 258551255500 \* LexEdit





Assim, pretendemos que as crianças e suas famílias recebam um valor indenizatório digno, sem reduções de qualquer espécie, condizente com a gravidade da situação e com os danos causados pela negligência estatal.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lula da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Segundo-Secretário**  
**da Mesa Diretora da**  
**Câmara dos Deputados**

**Deputado Eduardo da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Deputado Federal**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258551255500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Lula da Fonte)**

Institui apoio financeiro à pessoa  
com deficiência decorrente de síndrome  
congenita associada à infecção pelo vírus  
Zika.

Assinaram eletronicamente o documento CD258551255500, nesta ordem:

- 1 Dep. Lula da Fonte (PP/PE)
- 2 Dep. Eduardo da Fonte (PP/PE)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258551255500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



**MPV 1287  
00009**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinetes dos Deputados Lula da Fonte e Eduardo da Fonte

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Suprima-se o parágrafo único do art. 6º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1287 foi publicada com o objetivo de fazer uma espécie de compensação pelo veto total apostado ao Projeto de Lei nº 6064/2023, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O texto do projeto original previa a concessão de indenização por dano moral, no valor de R\$ 50.000,00, bem como uma pensão especial personalíssima, equivalente ao limite máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), destinadas a pessoas afetadas por microcefalia ou síndrome de Guillain-Barré em decorrência da infecção pelo vírus Zika.

Durante a tramitação legislativa, o texto do PL 6064/2023 foi modificado por meio de substitutivo, da Câmara dos Deputados, apresentado pelo Relator, Deputado Lula da Fonte, que incorporou 17 Projetos de Lei apensados à proposição principal, além de emendas do Senado Federal. A redação final contemplou a pessoa com deficiência permanente decorrente da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, restringindo a concessão da indenização e da pensão



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250156896800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



especial às crianças afetadas ainda na gestação, sendo a microcefalia a manifestação mais conhecida dessa condição.

Diante do reconhecimento da responsabilidade objetiva do Estado brasileiro por sua omissão na epidemia de Zika vírus, iniciada em 2015, não há ato mais certo e mais justo do que indenizar e pagar uma pensão especial digna às crianças que foram duramente prejudicadas em seu desenvolvimento. O valor dessa pensão deve ser suficiente para custear as medicações e tratamentos necessários, que muitas vezes tem indisponibilidade ou dificuldade de acesso na rede pública de saúde. Com isso em mente, o PL 6064/2023 previa a concessão de pensão no valor mais alto de benefício da Previdência Social.

Contudo, o projeto justo, que beneficiaria aproximadamente 1589 crianças, foi vetado em sua integralidade. Para amenizar a dor das famílias que enfrentam diariamente as graves consequências do vírus Zika em seus filhos e filhas, apresentamos esta emenda, para trazer segurança jurídica para as crianças e suas famílias no recebimento da indenização de R\$ 60 mil.

Considerando que o apoio financeiro de que trata a Medida Provisória tem caráter indenizatório, não há como condicionar a efetividade da proposta à disponibilidade orçamentária e financeira, visto que já está apresentada a fonte de custeio. Ademais, é sabido de antemão a quantidade de famílias que tem direito à indenização, por levantamento feito pelo Ministério da Saúde. Assim, o impacto orçamentário já é conhecido e pode muito bem ser contabilizado na despesa pública de 2025.

O parágrafo que se pretende suprimir gera insegurança jurídica para as famílias e tem a aparência de manobra política para



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250156896800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



evitar que qualquer pagamento seja feito às crianças com síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika. Isso porque, com a condicionalidade de disponibilidade orçamentária e financeira, o Poder Executivo pode alegar falta de recursos para indenizar as crianças que possuem esse direito. É mais um meio de impedir que as crianças que precisam e devem receber a indenização a recebam.

Nosso propósito é garantir que todas as crianças afetadas pela síndrome congênita decorrente do vírus Zika tenham os mesmos direitos e possam efetivá-los, com acesso digno à indenização devida, condizente com a gravidade da situação e com os danos causados pela negligência estatal.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputado Lula da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Segundo-Secretário**  
**da Mesa Diretora da**  
**Câmara dos Deputados**

**Deputado Eduardo da Fonte**  
**(PP - PE)**  
**Deputado Federal**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250156896800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



\*CD250156896800\* LexEdit





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Do Sr. Lula da Fonte)**

Institui apoio financeiro à pessoa  
com deficiência decorrente de síndrome  
congenita associada à infecção pelo vírus  
Zika.

Assinaram eletronicamente o documento CD250156896800, nesta ordem:

- 1 Dep. Lula da Fonte (PP/PE)
- 2 Dep. Eduardo da Fonte (PP/PE)



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250156896800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lula da Fonte e outros



**MPV 1287  
00010**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete da Senadora Mara Gabrilli

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)****EMENDA SUBSTITUTIVA**

Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Será concedida indenização por dano moral à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, que consistirá em pagamento de parcela única no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), atualizado da data de publicação desta Lei até a data do pagamento pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

*Parágrafo único.* Sobre a indenização prevista no *caput* deste artigo não incidirá o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

**Art. 2º** Será concedida pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome



congenita associada à infecção pelo vírus Zika, de valor equivalente ao maior salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

§ 1º O benefício previsto no *caput* deste artigo será devido a partir da data de protocolização do requerimento na Previdência Social.

§ 2º O valor da pensão prevista no *caput* deste artigo será atualizado pelos mesmos índices e critérios estabelecidos para os benefícios do RGPS.

§ 3º A comprovação do direito ao benefício de que trata o *caput* deste artigo dar-se-á pela apresentação de laudo de junta médica, pública ou privada, responsável pelo acompanhamento da pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.

§ 4º A pensão especial de que trata o *caput* deste artigo poderá ser acumulada com:

I – indenização por dano moral concedida por lei específica, inclusive a prevista no art. 1º desta Lei;

II – benefício de prestação continuada, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou

III – benefícios previdenciários com renda equivalente a 1 (um) salário mínimo.

§ 5º Na hipótese de vedação de acumulação da pensão especial com rendimento ou indenização que, a qualquer título, venham a ser pagos pela União a seus beneficiários, será permitida a opção pelo benefício mais vantajoso.

§ 6º A pensão especial de que trata o *caput* deste artigo ficará isenta do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

**Art. 3º** A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá à conta do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União.

**Art. 4º** O art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:





**“Art. 21.....**

§ 6º A revisão de que trata o *caput* deste artigo, para efeito de constatação de permanência de deficiência, ficará dispensada no caso de benefício de prestação continuada concedido em virtude de deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, desde que o impedimento de que trata o § 2º do art. 20 desta Lei seja permanente, irreversível ou irrecuperável.” (NR)

**Art. 5º** A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 392.....**

§ 6º A licença-maternidade de que trata o *caput* deste artigo será prorrogada por 60 (sessenta) dias em razão de nascimento ou de adoção de criança com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.” (NR)

**“Art. 473.....****§ 1º.....**

§ 2º Na hipótese de nascimento ou de adoção de criança com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, o prazo a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo será ampliado para 20 (vinte) dias.” (NR)

**Art. 6º** Os arts. 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 71.....**

§ 2º O salário-maternidade de que trata o *caput* deste artigo será prorrogado por 60 (sessenta) dias em razão de nascimento de criança com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.” (NR)

**“Art. 71-A. ....**

§ 3º O salário-maternidade de que trata o *caput* deste artigo será prorrogado por 60 (sessenta) dias no caso de adoção ou de guarda judicial de criança com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.” (NR)

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A epidemia do vírus Zika ocorrida no Brasil entre 2015 e 2016 desencadeou emergência de saúde pública cujas repercussões perduram ainda hoje, notadamente para as crianças afetadas pela síndrome congênita do vírus Zika. Essa síndrome caracteriza-se pela manifestação de anomalias congênitas – como a microcefalia –, alterações do Sistema Nervoso Central e complicações neurológicas diversas.

Segundo boletim epidemiológico publicado pelo Ministério da Saúde, foram identificados, entre 2015 e 2023, 1.828 casos da síndrome congênita do vírus Zika. Esses números correspondem a crianças que, em decorrência da omissão do Estado, atualmente possuem necessidades específicas e plurissetoriais que, no atual cenário brasileiro, demandam frequentemente um custo financeiro alto para serem atendidas.

A Medida Provisória nº 1.287, de 2025, configura tentativa do Poder Executivo de apoiar financeiramente aqueles com a referida síndrome congênita. Ocorre que o pagamento de parcela única no valor de sessenta mil reais, restrito ao exercício de 2025, é medida insuficiente do ponto de vista assistencial, especialmente se considerarmos que muitas crianças com a síndrome congênita do vírus Zika possuem deficiências graves – que potencialmente persistirão por toda a vida.

Diante disso, apresentamos substitutivo que traz para o âmbito da MPV nº 1.287, de 2025, o conteúdo do Projeto de Lei (PL) nº 6.064, de 2023. Entendemos que essa proposição – aprovada de forma democrática pelo Parlamento brasileiro e posteriormente vetada pelo Poder Executivo – garante de modo mais efetivo os direitos das pessoas com a síndrome congênita do vírus Zika.



Isso porque, diferentemente da MPV, que institui tão somente apoio financeiro de sessenta mil reais, restrito ao exercício de 2025 e apenas às crianças nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024, o PL nº 6.064, de 2023:

1. prevê a concessão de indenização por dano moral no valor de sessenta mil reais e de pensão especial, mensal e vitalícia, de valor equivalente ao maior salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social, à pessoa com deficiência permanente decorrente da síndrome congênita do vírus Zika; e
2. prorroga o período de licença-maternidade, salário-maternidade e licença-paternidade nos casos de nascimento, adoção ou guarda judicial de criança com deficiência permanente decorrente da síndrome congênita do vírus Zika.

Reforçamos que o conteúdo do PL nº 6.064, de 2023, foi amplamente discutido no âmbito do Parlamento e sua aprovação simbolizou grande – e muito aguardada – vitória para as crianças com a síndrome congênita do vírus Zika e suas famílias.

O parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE), em 13 de agosto de 2024, apresenta a estimativa de impacto requerida pelo art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e reforça que o PL nº 6.064, de 2023, atende aos requisitos legais orçamentários e financeiros, ao alegar que: *“Sob essa perspectiva, frisa-se ainda que a indenização por dano moral e a pensão especial – cuja natureza jurídica remonta à de indenização diferida decorrente de responsabilidade civil do Estado – instituídas pelo PL em exame não se enquadram como benefícios da seguridade social. Consequentemente, não se aplica a restrição do § 5º do art. 195 da Constituição Federal, que requer a apresentação de fonte de custeio total.”* Assim, os aspectos referentes à adequação orçamentário-financeira desta emenda seguem idênticos aos já apresentados e aprovados no Relatório do Senador Rodrigo Cunha na CAE e no Plenário do Senado Federal.

Seria um retrocesso imenso e um desperdício dos recursos aplicados ao processo legislativo desfazer-se das políticas assistenciais, previdenciárias e trabalhistas adotadas no PL nº 6.064, de 2023, para optar pelo apoio financeiro meramente indenizatório previsto na MPV nº 1.287, de 2025, que, como já dito, é



insuficiente para atender às necessidades das crianças com a síndrome congênita do vírus Zika.

Assim, pedimos aos nobres Pares seu apoio a esta emenda substitutiva.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Senadora Mara Gabrilli**  
(PSD - SP)



MPV 1287  
00011

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Suprima-se o inciso I do *caput* do art. 3º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

É importante considerar que no início da Epidemia do Vírus Zika que causou deficiência Congênita em milhares de crianças pelo Brasil, ainda não era possível definir a causa. Não havia exames obrigatórios durante o Pré-Natal para infecção pelo vírus Zika, e muitos Estados Brasileiros durante certo período não realizavam esses exames por falta de reagentes.

Também é importante ressaltar que as gestantes em sua grande maioria, contraíram Zika no primeiro trimestre da gestação e seus bebês apresentavam má formação cerebral no fim dela, e muitos outros só eram diagnosticados após o nascimento, impossibilitando, mesmo se houvessem exames disponíveis, a detecção do Vírus no organismo da mãe devido o período entre a infecção e a coleta de material. Dito isto, ainda assim é possível confirmar a relação entre a deficiência da criança e o Zika Vírus, devido avaliação clínica e por exames de imagens, visto que as crianças afetadas pelo Vírus Zika tem características muito próprias de calcificações cerebrais que só ocorrem nas infecções pelo Zika, dentre outras anomalias.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Clodoaldo Magalhães**  
(PV - PE)

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253926257300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



MPV 1287  
00012

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Dê-se ao inciso II do *caput* do art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 3º .....

.....  
II – da deficiência congênita relacionada à infecção pelo vírus Zika.”

**JUSTIFICAÇÃO**

É importante ressaltar que as gestantes em sua grande maioria, contraíram Zika no primeiro trimestre da gestação e seus bebês apresentavam má formação cerebral no fim dela, e muitos outros só eram diagnosticados após o nascimento, impossibilitando, mesmo se houvessem exames disponíveis, a detecção do Vírus no organismo da mãe devido o período entre a infecção e a coleta de material. Dito isto, ainda assim é possível confirmar a relação entre a deficiência da criança e o Zika Vírus, devido avaliação clínica e por exames de imagens, visto que as crianças afetadas pelo Vírus Zika tem características muito próprias de calcificações cerebrais que só ocorrem nas infecções pelo Zika, dentre outras anomalias.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Clodoaldo Magalhães**  
(PV - PE)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254325566400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães

\*CD254325566400\*  
LexEdit

MPV 1287  
00013

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 2º O apoio financeiro que consiste essa Medida Provisória consistirá no pagamento de parcela única no valor de 100.000,00 ( Cem mil reais). ”**

**JUSTIFICAÇÃO**

É imensamente meritória a iniciativa do governo em disponibilizar um apoio financeiro as famílias afetadas pelo Vírus Zika, e mesmo sabendo que valor nenhum paga a vida e nem desfaz as sequelas causadas em seus filhos, consideramos razoável um apoio financeiro, para não chamar de Indenização, no valor de 100.000,00 (Cem mil reais) referente a 10.000,00 (dez mil reais) para cada um dos últimos 10 anos em que essas crianças e famílias foram negligenciadas e esquecidas pelos governos. Valor esse que ainda julgamos insuficiente para a quantidade de demandas, mas que trás um alento a cada uma dessas famílias.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Clodoaldo Magalhães**  
(PV - PE)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256959829500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



**MPV 1287  
00014**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)**

Suprima-se o parágrafo único do art. 6º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Considerando que o apoio financeiro tem caráter indenizatório, não há como condicionar a efetividade da Medida Provisória à disponibilidade orçamentária e financeira, visto que a mesma apresentou fonte de custeio e, sabendo-se a quantidade de famílias que teriam direito a esse apoio devido levantamentos feitos pelo próprio ministério da saúde, sabe-se o exato valor orçamentário que precisa ser disponibilizado.

Esse parágrafo gera insegurança jurídica nas famílias, visto que, a qualquer momento, o poder executivo pode alegar falta de recursos para beneficiar a todos que tenham esse direito.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Clodoaldo Magalhães  
(PV - PE)**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254392978000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



\*CD254392978000\* LexEdit





MPV 1287  
00015

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
**(à MPV 1287/2025)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A pensão especial gerará direito ao abono anual e a pensão por morte ao responsável legal, pelo período de 24 meses, no caso de comprovada dedicação exclusiva a criança com a Síndrome Congênita do Vírus Zika.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Considerando que, na maioria das famílias afetadas, um dos familiares, o responsável legal pela criança, em geral as genitoras, se ausentam do mercado de trabalho para se dedicar exclusivamente aos cuidados da criança, propomos que essa pensão se estenda às/aos cuidadoras/es quando comprovada a dedicação exclusiva após o falecimento da criança pelo período de 24 meses, para que a mesma possa se reestabelecer e voltar ao mercado de trabalho.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Clodoaldo Magalhães**  
**(PV - PE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252931920900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



MPV 1287  
00016

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
**(à MPV 1287/2025)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Será concedida pensão vitalícia e mensal, no valor de três salários mínimos, as crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2024.

**Parágrafo único.** A pensão especial de que trata o *caput* deste artigo, tem caráter personalíssimo, sendo intransferível, e é devida a partir da data da entrada do Requerimento no Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A MPV 1287/25 alerta para uma situação de extrema necessidade, já que se refere ao auxílio a crianças nascidas com múltiplas deficiências como resultado do Zika Vírus.

A ocorrência infere em uma falha do Estado em proteger suas crianças e famílias do alcance do Vírus, bem como em prover políticas públicas que possam ir de encontro a eliminação dos focos e novas ocorrências.

É sabido ainda, que os danos causados, acarretarão em ônus diversos com os quais as famílias deverão lidar ao longo da vida e, portanto, necessitam estar asseguradas de forma a não serem expostas a dificuldades inerentes à ocorrência da deficiência.

A lei 13985/20 que trata de Pensão vitalícia já existente, possui vínculo com o BPC, impossibilitando que todas as famílias afetadas pelo Vírus Zika, tenham a reparação que lhes é de direito. Essa condicionalidade vinculada a renda

ExEdit  
\*CD2557161633500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD2557161633500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



familiar, excluiu da pensão existente, centenas de famílias que possuem as mesmas necessidades em relação às demandas de seus filhos.

A presente emenda visa propor a universalidade de acesso ao benefício, e visa garantir que todas as crianças afetadas pelo Vírus tenham os mesmo direitos.

Sala da comissão, 6 de fevereiro de 2025.

**Deputado Clodoaldo Magalhães**  
**(PV - PE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255716163500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães



\*CD255716163500\* LexEdit



MPV 1287  
00017

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** O apoio financeiro de que trata esta Medida Provisória consistirá no pagamento de parcela única, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e concessão de pensão vitalícia e mensal, no valor de um salário mínimo, às crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2026.”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo assegurar a continuidade do apoio financeiro e da pensão vitalícia às crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, estendendo o período de concessão para abranger os nascidos até 31 de dezembro de 2026.

Embora o surto de Zika Vírus tenha tido seu auge entre 2015 e 2016, a transmissão do vírus persiste no Brasil. Dados do **Ministério da Saúde** indicam que, em 2024, já foram registrados **1.318 casos de Zika Vírus**, um aumento de **16%** em relação ao mesmo período do ano anterior, que contabilizou **1.134 casos**. Esse crescimento demonstra que a circulação do vírus continua ativa, justificando a necessidade de manter políticas públicas voltadas ao atendimento das crianças afetadas pela Síndrome Congênita do Zika Vírus.

A ampliação do período de concessão do benefício alinha-se ao compromisso do atual governo com a proteção social e o amparo às famílias afetadas. A permanência do programa ao longo do governo do presidente **Luiz**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256881258400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**Inácio Lula da Silva** representa não apenas a continuidade de uma política de reparação, mas também a possibilidade de implementação de **novas medidas assistenciais e de saúde pública** para lidar com os casos emergentes da doença.

A prorrogação da concessão da pensão e do auxílio financeiro permitirá que crianças diagnosticadas futuramente não fiquem desamparadas, garantindo-lhes acesso a cuidados médicos, terapias e suporte necessário para a melhoria da qualidade de vida. Dessa forma, a presente medida visa assegurar justiça social e proteção contínua às vítimas da Síndrome Congênita do Zika Vírus no Brasil.

Sala da comissão, 9 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256881258400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD256881258400\* LexEdit



MPV 1287  
00018

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 1º** Fica instituído apoio financeiro à pessoa nascida entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2026, com deficiência decorrente de síndrome congênita causada pela infecção da genitora pelo vírus Zika durante a gestação.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A prorrogação do prazo para concessão do benefício às crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus justifica-se pela persistência da transmissão do vírus no Brasil e pelo consequente risco contínuo de novos casos da síndrome.

Dados do Ministério da Saúde demonstram que, em 2024, o país registrou 1.318 casos de Zika Vírus, um aumento de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram contabilizados 1.134 casos. Esses números evidenciam que o vírus continua circulando e que gestantes seguem expostas ao risco de infecção, o que pode resultar no nascimento de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus.

Diante desse cenário, a ampliação do período de concessão do benefício até 31 de dezembro de 2026 busca garantir proteção às crianças que venham a ser diagnosticadas nos próximos anos. Essa medida assegura que nenhum novo caso fique desamparado, permitindo que famílias afetadas tenham acesso ao suporte financeiro necessário para custear tratamentos, terapias e cuidados médicos essenciais.

\* CD 259283688500 \*  
LexEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259283688500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



A prorrogação do benefício reflete o compromisso do Estado com a continuidade da política de proteção às vítimas do Zika Vírus, garantindo assistência social e dignidade a quem dela necessitar.

Sala da comissão, 9 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259283688500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD259283688500\* LexEdit



**MPV 1287  
00019**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)**

Suprima-se o art. 5º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A supressão do dispositivo que veda a acumulação do apoio financeiro com decisões judiciais tem fundamento no direito constitucional de petição e no direito processual assegurado pela Constituição Federal.

O direito processual civil não pode ser tratado por medida provisória, conforme o artigo 62, §1º, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal. Isso significa que a limitação à execução de decisões judiciais ou à concessão de direitos reconhecidos pelo Judiciário não pode ser imposta por esse instrumento, garantindo o acesso à Justiça e a efetividade das decisões.

O direito de petição previsto no artigo 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, garante a qualquer cidadão a possibilidade de solicitar ao Estado a reparação de danos ou a revisão de decisões administrativas, sendo uma extensão do direito de acesso à justiça. Dessa forma, qualquer restrição a esse direito, especialmente quando se trata de indenizações ou benefícios concedidos judicialmente, pode ser considerada uma limitação indevida ao direito fundamental do cidadão de buscar a tutela jurisdicional adequada.

Além disso, o direito processual estabelece que as decisões judiciais são definitivas dentro do sistema jurídico, garantindo aos cidadãos o direito à compensação por danos sofridos, com base no princípio da igualdade material. Quando um juiz determina a concessão de valores superiores àqueles

\*CD2588737338400\*  
LexEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258873738400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.





oferecidos administrativamente, essa decisão reflete a aplicação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da justiça social.

A possibilidade de acumulação de benefícios com valores judiciais é também uma expressão da autonomia e dos direitos do cidadão, permitindo que o indivíduo seja compensado de forma justa pelos danos causados, seja por erro estatal, seja por outras circunstâncias adversas. A restrição à acumulação de benefícios pode configurar uma restrição ao acesso à plena justiça, que é vedada pela Constituição, pois o cidadão tem o direito de buscar o melhor benefício disponível para sua situação, sem que haja limitação imposta de forma arbitrária por normas infraconstitucionais.

Portanto, a supressão do dispositivo que impede a acumulação com decisões judiciais está em conformidade com os direitos constitucionais do cidadão e visa garantir uma proteção mais ampla, alinhada com os princípios de justiça e dignidade.

Sala da comissão, 9 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258873738400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD258873738400\* LexEdit



MPV 1287  
00020

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A pensão especial gerará direito ao abono anual e a pensão por morte ao responsável legal pelo período de 24 meses, no caso de comprovada dedicação exclusiva a criança com a Síndrome Congênita do Vírus Zika.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Considerando que, na maioria das famílias afetadas, um dos familiares ou o responsável legal pela criança se ausentam do mercado de trabalho para se dedicar exclusivamente aos cuidados da criança, propomos que essa pensão se estenda às/aos cuidadoras/es quando comprovada a dedicação exclusiva após o falecimento da criança pelo período de 24 meses, para que a mesma possa se reestabelecer e voltar ao mercado de trabalho.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Capitão Alberto Neto**  
(PL - AM)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252674613400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto



MPV 1287  
00021

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** O apoio financeiro de que trata esta Medida Provisória consistirá no pagamento de parcela única, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Síndrome Congênita do Zika Vírus, que inclui microcefalia e outras deficiências neurológicas graves, demandam assistência médica contínua, terapias multidisciplinares e adaptações na rotina familiar. O tratamento de crianças afetadas envolve consultas médicas frequentes, fisioterapia e terapias ocupacionais para estimular o desenvolvimento motor, medicamentos e equipamentos especiais, educação especializada, entre outros. Esses custos podem ultrapassar os rendimentos de muitas famílias, tornando essencial um pagamento indenizatório significativo.

Muitas mães e responsáveis precisam abandonar seus empregos ou reduzir suas jornadas para se dedicar integralmente aos cuidados da criança. A indenização de R\$ 100 mil serviria como uma compensação financeira mínima para mitigar essa perda de renda.

O Estado tem responsabilidade no surto de Zika, especialmente diante da falta de ações preventivas eficazes contra o mosquito *Aedes aegypti* e da demora em responder à crise.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252689988700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto



Elevar a indenização para R\$ 100 mil não é apenas uma questão financeira, mas um reconhecimento da responsabilidade do Estado e da necessidade de garantir qualidade de vida às crianças afetadas. Essa medida também ajudaria na conscientização e prevenção de novas epidemias, reforçando políticas públicas mais eficazes de combate ao mosquito transmissor.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Capitão Alberto Neto**  
(PL - AM)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252689988700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

\*CD252689988700\*  
LexEdit



MPV 1287  
00022

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Será concedida pensão vitalícia e mensal, no valor de três salários mínimos, as crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2024.

**Parágrafo único.** A pensão especial de que trata o *caput* deste artigo, tem caráter personalíssimo, sendo intransferível, e é devida a partir da data da entrada do Requerimento no Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.”

## JUSTIFICAÇÃO

A Síndrome Congênita do Zika Vírus, que inclui microcefalia e outras deficiências neurológicas graves, demandam assistência médica contínua, terapias multidisciplinares e adaptações na rotina familiar. O tratamento de crianças afetadas envolve consultas médicas frequentes, fisioterapia e terapias ocupacionais para estimular o desenvolvimento motor, medicamentos e equipamentos especiais, educação especializada, entre outros. Esses custos podem ultrapassar os rendimentos de muitas famílias, tornando essencial um auxílio para as famílias. Muitas mães e responsáveis precisam abandonar seus empregos ou reduzir suas jornadas para se dedicar integralmente aos cuidados da criança. A indenização de R\$ 100 mil serviria como uma compensação financeira mínima para mitigar essa perda de renda.

O Estado tem responsabilidade no surto de Zika, especialmente diante da falta de ações preventivas eficazes contra o mosquito *Aedes aegypti* e da demora



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253518300500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

\*CD253518300500\*  
ExEdit

em responder à crise, além da responsabilidade em prover políticas públicas que possam ir de encontro a eliminação dos focos e novas ocorrências.

A presente emenda visa propor a universalidade de acesso ao benefício, garantindo que todas as crianças afetadas pelo Vírus tenham os mesmo direitos.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Capitão Alberto Neto**  
(PL - AM)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253518300500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto



\*CD253518300500\* LexEdit



MPV 1287  
00023

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Dê-se ao inciso II do *caput* do art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 3º .....

.....

**II – da deficiência Congênita relacionada à infecção pelo vírus Zika.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

As gestantes, em sua grande maioria, contraíram zika no primeiro trimestre da gestação e seus bebês apresentaram má formação cerebral ao final dela, sendo que muitos só eram diagnosticados após o nascimento, impossibilitando, mesmo se houvesse exames disponíveis, a detecção do Vírus no organismo da mãe devido o período entre a infecção e a coleta de material. Dito isto, ainda assim é possível confirmar a relação entre a deficiência da criança e o Zika Vírus, devido avaliação clínica e por exames de imagens, visto que as crianças afetadas pelo Vírus zika tem características muito próprias de calcificações cerebrais que só ocorrem nas infecções pelo Zika, dentre outras anomalias.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Capitão Alberto Neto**  
(PL - AM)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259344998700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto



MPV 1287  
00024

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Suprima-se o inciso I do *caput* do art. 3º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

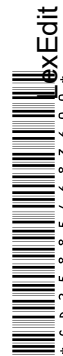
É importante considerar que no início da Epidemia do Vírus zika que causou deficiência Congênita em milhares de crianças pelo Brasil, ainda não era possível definir a causa. Não haviam exames obrigatórios durante o Pré- Natal para infecção pelo vírus Zika e, muitos Estados Brasileiros, durante um certo período, não realizavam esses exames por falta de reagentes.

Também é importante ressaltar que as gestantes, em sua grande maioria, contraíram zika no primeiro trimestre da gestação e seus bebês apresentaram má formação cerebral ao final dela, muitos sendo diagnosticados somente após o nascimento, impossibilitando, mesmo se houvesse exames disponíveis, a detecção do Vírus no organismo da mãe devido o período entre a infecção e a coleta de material. Dito isto, ainda assim é possível confirmar a relação entre a deficiência da criança e o Zika Vírus, devido avaliação clínica e por exames de imagens, visto que as crianças afetadas pelo Vírus zika tem características muito próprias de calcificações cerebrais que só ocorrem nas infecções pelo Zika, dentre outras anomalias.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Capitão Alberto Neto**  
(PL - AM)

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258854683600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto





**MPV 1287  
00025**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)**

Suprima-se o parágrafo único do art. 6º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Considerando que o apoio financeiro tem caráter indenizatório, não há como condicionar a efetividade da Medida Provisória a disponibilidade orçamentária e financeira, visto que a mesma apresentou fonte de custeio e, segundo levantamentos feitos pelo próprio Ministério da Saúde, é possível saber o exato valor orçamentário que precisaria ser disponibilizado para atender às famílias. O referido parágrafo único gera insegurança jurídica, visto que, a qualquer momento, o Poder Executivo pode alegar falta de recursos e prejudicar todos que tenham esse direito.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Capitão Alberto Neto  
(PL - AM)**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255792249600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto



MPV 1287  
00026

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Acrescente-se art. 1º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 1º-1.** A Medida Provisória nº 1.287, de 08 de janeiro de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** Art. 1º Fica instituído apoio financeiro à pessoa nascida a partir de 1º de janeiro de 2015, com deficiência decorrente de síndrome congênita causada pela infecção da genitora pelo vírus Zika durante a gestação.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.287, de 8 de janeiro de 2025, institui apoio financeiro de R\$ 60.000,00, em parcela única, para pessoas nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024, com deficiência decorrente de síndrome congênita causada pela infecção da genitora pelo vírus Zika durante a gestação.

A emenda em tela pretende alterar o período de nascimento elegível para o apoio financeiro, estendendo-o para incluir pessoas nascidas após 31 de dezembro de 2024, garantindo que futuros casos sejam contemplados.

A extensão do período de nascimento elegível assegura que crianças nascidas após 2024, que venham a ser diagnosticadas com microcefalia decorrente da infecção pelo vírus Zika, também recebam o apoio financeiro necessário.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257743383900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes

\*CD257743383900\*  
ExEdit

Dessa forma, a emenda proporciona um suporte mais abrangente e duradouro às pessoas afetadas pela síndrome congênita associada ao vírus Zika, garantindo melhor qualidade de vida e assistência contínua.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Flávia Moraes**  
**(PDT - GO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257743383900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes



**MPV 1287  
00027**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
**(à MPV 1287/2025)**

Dê-se nova redação à ementa, aos arts. 1º a 3º, ao *caput* do art. 4º e aos arts. 5º, 6º e 8º; acrescente-se art. 5º-1; e suprima-se o art. 7º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Institui apoio financeiro à pessoa com deficiência decorrente de síndromes associadas à infecção pelo vírus Zika.”

“**Art. 1º** Fica instituído o apoio financeiro destinado a pessoas com deficiência permanente decorrente da Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCZ), desde que associada à infecção pelo vírus Zika.”

“**Art. 2º** O apoio financeiro de que trata o art. 1º consistirá no pagamento de parcela única, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).”

“**Art. 3º** Fica instituída, adicionalmente ao apoio financeiro de que trata o art. 1º, pensão especial de natureza indenizatória, mensal e vitalícia, devida à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, no valor equivalente ao maior salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).”

**I – (Suprimir)**

**II – (Suprimir)**

**§ 1º** O benefício previsto no *caput* deste artigo será devido a partir da data de protocolização do requerimento na Previdência Social.

**§ 2º** O valor da pensão prevista no *caput* deste artigo será atualizado pelos mesmos índices e critérios estabelecidos para os benefícios do RGPS.



§ 3º A comprovação do direito ao benefício de que trata o caput deste artigo dar-se-á pela apresentação de laudo de junta médica, pública ou privada, responsável pelo acompanhamento da pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.

§ 4º A pensão especial de que trata o caput deste artigo poderá ser acumulada com:

I – indenização por dano moral concedida por lei específica, inclusive a prevista no art. 1º desta Lei;

II – benefício de prestação continuada, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; ou

III – benefícios previdenciários com renda equivalente a 1 (um) salário mínimo.

§ 5º Na hipótese de vedação de acumulação da pensão especial com rendimento ou indenização que, a qualquer título, venham a ser pagos pela União a seus beneficiários, será permitida a opção pelo benefício mais vantajoso.

§ 6º A pensão especial de que trata o caput deste artigo ficará isenta do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

§ 7º Será devido abono anual ao titular da pensão especial, calculado, no que couber, da mesma forma que a gratificação natalina dos trabalhadores, e terá como base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro de cada ano.”

“Art. 4º O pagamento do apoio financeiro de que trata esta Lei não será considerado para fins de cálculo de renda mínima destinado à:

.....

.....”

“Art. 5º O apoio financeiro de que trata esta Lei, ressalvado o direito de opção, não é acumulável com qualquer indenização da mesma natureza concedida por decisão judicial.”



“**Art. 5º-1.** Para fazer jus ao recebimento do apoio financeiro previsto no art. 1º e da pensão vitalícia estabelecida no art. 3º, a pessoa beneficiária deve apresentar requerimento de forma administrativa, acompanhado de laudo médico que comprove a relação da deficiência com a infecção pelo vírus Zika, dispensada a necessidade de laudo pericial judicial.

**Parágrafo único.** O direito ao apoio financeiro e à pensão especial é imprescritível e não está sujeito a prazo de decadência.”

“**Art. 6º** As despesas decorrentes do apoio financeiro de que trata esta Lei correrão à conta do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União.

**Parágrafo único.** (Suprimir)”

“**Art. 7º** (Suprimir)”

“**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

## JUSTIFICAÇÃO

As emendas propostas visam aprimorar a Medida Provisória nº 1.287, de 2025, incorporando elementos essenciais para garantir um suporte digno e contínuo às famílias afetadas pela Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCZ). A atual redação da medida não contempla adequadamente a realidade devastadora enfrentada por essas crianças e suas famílias, tornando indispensável a correção dessa omissão.

A SCZ é uma condição resultante da infecção pelo vírus Zika durante a gestação, causando danos severos e irreversíveis ao sistema neurológico da criança. Esses danos incluem microcefalia, alterações motoras, crises epiléticas frequentes, dificuldades severas de deglutição e comprometimento do desenvolvimento cognitivo, tornando os afetados totalmente dependentes de terceiros para todas as atividades da vida diária.

De acordo com o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, desde o início da epidemia, foram notificados 22.251 casos suspeitos de SCZ no



Brasil, dos quais 1.828 foram confirmados. A Região Nordeste concentra 75,5% dos casos, refletindo a vulnerabilidade social dessas famílias, que em sua maioria não possuem recursos para custear os tratamentos e cuidados que seus filhos necessitam.

Diante da gravidade da condição e da necessidade de suporte vitalício, propõe-se que cada criança receba uma pensão mensal no valor do teto do INSS, que, a partir de janeiro de 2025, é de R\$ 8.157,41. Fazendo um cálculo estimado para as 1.828 crianças confirmadas com SCZ, o impacto financeiro anual para o governo seria de aproximadamente R\$ 178.940.945,76. Ainda que o número real de beneficiários possa ser menor devido aos óbitos registrados, de acordo com os dados do Ministério da Saúde, entre 2015 e 2023, 261 crianças diagnosticadas com SCZ foram a óbito, representando 14,3% dos casos confirmados. No entanto, a base de cálculo utilizada busca estimar o possível impacto financeiro considerando o número total de casos apresentados, sem levar em conta essa redução, a fim de demonstrar a viabilidade da proposta. Mais do que uma questão orçamentária, trata-se de uma obrigação moral e um ato de reparação do Estado, que falhou em prevenir e conter essa epidemia, deixando milhares de famílias desamparadas.

Além da condição neurológica grave, as crianças com SCZ enfrentam inúmeras barreiras que limitam seu acesso a uma vida digna e agravam ainda mais a sobrecarga das famílias. Essas barreiras incluem a falta de cadeiras de rodas adaptadas, essenciais para garantir conforto e mobilidade; o déficit de médicos especializados e cirurgias essenciais, com acesso precário a neurologistas, ortopedistas pediátricos, fisioterapeutas e especialistas em reabilitação, além de cirurgias ortopédicas corretivas que não são realizadas em tempo hábil pelo SUS; a falta de alimentação adequada pelo SUS, já que muitas crianças necessitam de alimentação especial devido a dificuldades severas para engolir, mas o fornecimento desses alimentos pelo SUS é irregular e insuficiente; e a restrição da liberdade das famílias, pois a ausência de políticas públicas eficazes para suporte domiciliar significa que um dos pais, geralmente a mãe, precisa abandonar sua carreira e vida social para se dedicar integralmente aos cuidados da criança, que não fala, não anda e não possui autonomia.



A negligência do Estado na resposta à epidemia do Zika vírus resultou em uma geração de crianças que crescem sem acesso a direitos básicos, deixando suas famílias em uma situação de extrema vulnerabilidade financeira e emocional. O investimento na pensão mensal vitalícia para essas crianças não é apenas viável do ponto de vista fiscal, mas é uma questão de justiça social. O custo anual estimado de R\$ 178,94 milhões representa um percentual mínimo dentro do orçamento da Seguridade Social, mas faz uma diferença incalculável para essas famílias, garantindo o mínimo de dignidade e segurança financeira.

Diante da urgência e da necessidade de justiça para essas famílias, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação desta medida, garantindo um amparo digno e adequado às crianças afetadas pela Síndrome Congênita do Vírus Zika e suas famílias.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Senador Alessandro Vieira**  
(MDB - SE)





MPV 1287  
00028

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA N.º CMMPV 1287/2025

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
**(à MPV 1287/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 2º; e suprima-se o art. 7º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 2º** O apoio financeiro de que trata esta Medida Provisória consistirá no pagamento de parcela única, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no exercício de 2025 bem como de pensão especial, mensal e vitalícia no valor equivalente a 04 (quatro) salários mínimos vigentes na data do pagamento.

**§ 1º** A pensão especial, mensal e vitalícia de que trata o caput deste artigo é personalíssima e não se transmite aos herdeiros da pessoa beneficiária.

**§ 2º** O direito previsto neste artigo será concedido a partir da data de protocolização do requerimento junto à Agência da Previdência Social.

**§ 3º** Sobre o direito previsto no caput deste artigo não incidirá o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.”

**“Art. 7º** (Suprimir)”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa alterar o caput do Art. 2º, acrescentando-lhes três parágrafos, para prevê que o pagamento de uma parcela no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) seja referente **ao exercício de 2025 bem como uma pensão especial, mensal e vitalícia no valor equivalente a 04 (quatro) salários mínimos vigentes na data do pagamento.**

A Medida Provisória nº 1287 foi publicada com o objetivo de fazer uma espécie de “compensação” pelo veto total ao Projeto de Lei nº 6064/2023,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250109522100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogéria Santos



aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O texto do citado Projeto de Lei previa a concessão de indenização por dano moral, no valor de R\$ 50.000,00, bem como uma pensão especial personalíssima, equivalente ao limite máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), destinadas a pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo Zika Vírus.

Aqui, não se pode olvidar que já houve o reconhecimento da responsabilidade objetiva do Estado brasileiro por sua omissão na epidemia de Zika vírus, iniciada em 2015, de forma que é necessário e justo indenizar e pagar uma pensão especial vitalícia digna às crianças que tiveram seu desenvolvimento neuropsicomotor prejudicado de forma grave. O valor dessa pensão deve ser suficiente para custear enormes gastos com diversos remédios, anti-convulsivantes, órteses, consultas médicas em diversas especialidades, cirurgias ortopédicas, terapias de reabilitação como fisioterapia motora, fisioterapia respiratória, fonoaudiologia e terapia ocupacional, aquisições de cadeiras de rodas e suas adaptações, cadeiras de banho, parapodius para extensão das pernas e coluna, óculos e outros tratamentos cabíveis e necessários ao longo de toda vida da criança vítima da mazela da saúde pública no Brasil.

Assim, todas as crianças com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo Zika Vírus, que hoje, infelizmente, somam, aproximadamente, 1.585 crianças, independente da renda familiar, fazem jus a receberem, além do previsto “apoio financeiro”, também um pensionamento especial, mensal e vitalício no valor equivalente a 04 (quatro) salários mínimos vigentes, com finalidade de amenizar a dor e as graves consequência que enfrentam diariamente em razão das sequelas decorrentes da omissão estatal no combate ao vírus Zika. Nosso propósito é garantir que todas as crianças vivas afetadas pela síndrome congênita decorrente do vírus Zika tenham os mesmos direitos, com acesso digno à indenização devida, condizente com a gravidade da situação e com os danos causados pela negligência estatal, sem que haja incidência de Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, como forma de preservar o valor real do “apoio financeiro”. Por fim, neste ponto, friso que a pensão mensal e vitalícia aqui proposta é também personalíssima, devendo ser paga até o falecimento da criança vítima do Zika



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250109522100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogéria Santos



\*CD250109522100\*  
ExEdit



Vírus, sem ser transmitida aos herdeiros da pessoa beneficiária, sendo vedada sua cumulação com outros rendimentos e indenizações.

Por tais razões, apresentamos esta Emenda, alterando o caput do Art. 2º, acrescentando-lhes três parágrafos, e suprimindo totalmente o Art. 7º, ambos do texto original da Medida Provisória.

Sala das Sessões, em \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**ROGÉRIA SANTOS**

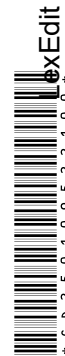
Deputada Federal

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Rogéria Santos**  
**(REPUBLICANOS - BA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250109522100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogéria Santos



\*CD250109522100\* LexEdit



**MPV 1287  
00029**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)****EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se à Medida Provisória 1287/2025 o seguinte artigo, onde couber:

“Art. A pessoa com deficiência decorrente de síndrome congênita causada pela infecção da genitora pelo vírus Zika durante a gestação terá prioridade no acesso a programas sociais, benefícios assistenciais, tratamentos médicos especializados e serviços públicos.

.....  
(NR)”.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.287, de 8 de janeiro de 2025, institui apoio financeiro de R\$ 60.000,00, em parcela única, para pessoas nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024, com deficiência decorrente de síndrome congênita causada pela infecção da genitora pelo vírus Zika durante a gestação.

Muitas famílias enfrentam dificuldades para obter atendimento adequado devido a filas e burocracia nos serviços públicos. Essa emenda garantirá que os beneficiários tenham atendimento prioritário em unidades de saúde, serviços de reabilitação, programas habitacionais, transporte adaptado e educação inclusiva, reduzindo barreiras ao acesso a direitos fundamentais.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253745938400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Morais



Sala das Sessões, em fevereiro de 2025.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Flávia Moraes**  
(PDT - GO)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253745938400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes



\*CD253745938400\* LexEdit



**MPV 1287  
00030**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)**

Suprima-se o parágrafo único do art. 6º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.287, de 8 de janeiro de 2025, institui apoio financeiro de R\$ 60.000,00, em parcela única, para pessoas nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024, com deficiência decorrente de síndrome congênita causada pela infecção da genitora pelo vírus Zika durante a gestação.

O texto estabelece que as despesas decorrentes do apoio financeiro de que trata esta Medida Provisória correrão à conta do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União. Contudo, seu Parágrafo único dispõe que a concessão do apoio financeiro ficará sujeita à disponibilidade orçamentária e financeira.

Ora, condicionar a efetividade da proposta (que já tem sua fonte de custeio estabelecida e garantida) à disponibilidade orçamentária e financeira gera insegurança jurídica para as famílias e criar óbices ao pagamento às crianças com síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.

A condicionalidade de disponibilidade orçamentária e financeira possibilita que o Poder Executivo alegue falta de recursos para indenizar as crianças que possuem esse direito. Por isso, apresentamos emenda que garanta a todas as crianças afetadas pela síndrome congênita decorrente do vírus Zika acesso efetiva à indenização devida.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250453610300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes

\*CD250453610300\*  
ExEdit

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Flávia Moraes**  
**(PDT - GO)**

LexEdit  
\*CD250453610300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250453610300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes



**MPV 1287  
00031**

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA N.º CMMPV 1287/2025

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)**

Dê-se ao art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 3º A percepção do direito de que trata esta Medida Provisória dependerá da constatação da deficiência congênita relacionada à infecção pelo Zika Vírus, mediante apresentação de laudo de junta médica, pública ou privada, responsável pelo acompanhamento da pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika:**

**I – (Suprimir)**

**II – (Suprimir)”**

**JUSTIFICAÇÃO**

No texto originário da Medida Provisória, para comprovar o direito à indenização, é obrigatória a constatação da relação entre a síndrome congênita e a contaminação da genitora pelo vírus Zika durante a gestação. Todavia, no início da epidemia do vírus Zika, que causou deficiência permanente e síndrome congênita em milhares de crianças pelo Brasil, ainda não era possível definir a causa. Não havia obrigatoriedade de exames durante o pré-natal para detecção de infecção por Zika e, em muitos Estados, durante muito tempo, esses exames não foram realizados por falta de reagentes. Também não se pode esquecer que a maioria das gestantes contraiu o vírus Zika no primeiro trimestre da gestação, tendo seus bebês apresentado má formação cerebral no fim da gestação ou mesmo após o nascimento, impossibilitando assim a detecção do vírus no organismo da mãe, devido ao decurso do tempo entre a infecção e a coleta de material, quando possível. Ao longo destes quase 10 anos, a experiência médica mostrou que é



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257678098200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogéria Santos



\*CD257678098200\*  
ExEdit



possível confirmar a relação entre a deficiência da criança e o Zika vírus através de avaliação clínica e exame de imagem, uma vez que as crianças com síndrome congénita associada à infecção pelo vírus Zika têm características muito próprias de calcificações cerebrais e sequelas muito parecidas.

Diante do exposto, apresentamos esta Emenda ao Art. 3º do texto original da Medida Provisória, alterando o seu caput e suprimindo seus incisos.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Rogéria Santos**  
**(REPUBLICANOS - BA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257678098200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogéria Santos



MPV 1287  
00032

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Suprima-se o art. 4º; e dê-se nova redação ao art. 5º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 4º (Suprimir)”**

**“Art. 5º O apoio financeiro de que trata esta Medida Provisória, ressalvado o direito de opção, não é acumulável com rendimento ou indenização que, a qualquer título, venha a ser pago pela União a seus beneficiários, salvo a indenização por dano moral concedida por lei específica.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa suprimir o art. 4º uma vez que o apoio financeiro de que trata esta Medida Provisória, ressalvado o direito de opção, não será cumulável rendimento ou indenização que, a qualquer título, venha a ser pago pela União a seus beneficiários, salvo a indenização por dano moral concedida por lei específica.

Diante do exposto, apresentamos esta Emenda com fins de supressão do Art. 4º, e alteração do Art. 5º, todos do texto original da Medida Provisória.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252553848000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogéria Santos

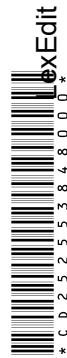
\*CD252553848000\*  
ExEdit

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Rogéria Santos**  
**(REPUBLICANOS - BA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25253848000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogéria Santos



**MPV 1287  
00033**

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA N.º CMMPV 1287/2025.

**EMENDA N.º - CMMPV 1287/2025**  
**(à MPV 1287/2025)**

Suprima-se o parágrafo único do art. 6º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa suprimir o paragrafo único do art. 6º da Medida Provisória. Deve ser considerando que o direito reconhecido na Medida Provisória tem caráter indenizatório e vitalício, devendo perdurar enquanto a criança vítima estiver viva, de forma que não pode ter sua efetividade condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, já tendo, inclusive, sua fonte de custeio perfeitamente determinada, qual seja, o Programa Orçamentário de Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União.

Aqui, chama-se atenção de que, desde a época da epidemia do Zika Vírus (2015), onde se teve cerca de 5.000 mil notificações de nascimentos de crianças com sequelas graves relacionadas ao referido vírus, em razão da baixa expectativa de vida destas vítimas e das péssimas condições da saúde pública no Brasil, mais de 3.500 crianças já foram a óbito, de forma que, atualmente, contamos com aproximadamente 1.585 crianças vivas.

Assim, o impacto orçamentário já é conhecido e não pode ser considerado “grande”, devendo ser contabilizado, de logo, na despesa pública de 2025.

Por fim, o condicionamento à disponibilidade orçamentária gera insegurança jurídica nas famílias, tendo em vista que, a qualquer momento, o

ExEdit  
\*CD254797588500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254797588500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogéria Santos



Poder Executivo pode alegar falta de recursos e deixar de beneficiar a todos que tenham esse direito.

Destarte, apresentamos esta Emenda com finalidade de suprimir o Parágrafo Único do Art. 6º, do texto original da Medida Provisória.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Rogéria Santos**  
**(REPUBLICANOS - BA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254797588500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogéria Santos



\*CD254797588500\* LexEdit



MPV 1287  
00034

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Acrescente-se art. 2º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 2º-1.** Fica instituída pensão especial, mensal e vitalícia, no valor de três salários mínimos, às vítimas do Zika Vírus com Microcefalia ou com Síndrome de Guillain-Barré.

§ 1º As pessoas beneficiárias desta pensão terão direito ao recebimento de valores retroativos, contados a partir da data de nascimento das respectivas vítimas que tratam este caput.

§ 2º A pensão de que trata o caput deste artigo é personalíssima e não se transmite aos herdeiros da beneficiária.

§ 3º O direito previsto neste artigo será concedido a partir da efetuação do requerimento junto à Agência da Previdência Social.

§ 4º O valor mensal da pensão será atualizado pelos mesmos índices e critérios estabelecidos para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A modificação proposta nesta emenda visa garantir que as vítimas da Síndrome Congênita do Zika (SCZ) e suas famílias recebam tanto uma reparação financeira em parcela única quanto uma pensão especial mensal, vitalícia e intransferível no valor de três salários mínimos. Essa abordagem combina o caráter **reparatório** e **compensatório** da indenização inicial com a

\*CD253012651600\*  
LexEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253012651600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



**previsibilidade e estabilidade** da pensão contínua, assegurando um suporte adequado às necessidades dessas famílias ao longo da vida.

A indenização em **parcela única** reconhece a responsabilidade do Estado pela epidemia de Zika e permite que as famílias enfrentem despesas imediatas decorrentes do diagnóstico, como tratamentos emergenciais, adequações domiciliares e aquisição de equipamentos essenciais.

No entanto, os desafios das pessoas afetadas pela SCZ não se encerram com essa compensação. As condições neurológicas e motoras associadas à síndrome demandam acompanhamento contínuo, com terapias, medicamentos e suporte especializado ao longo da vida. Para garantir esse cuidado de forma eficiente e digna, é fundamental que a **pensão mensal vitalícia** complemente a indenização inicial, assegurando que as famílias tenham um suporte financeiro previsível e permanente.

A inclusão de um pagamento retroativo visa corrigir a ausência de amparo financeiro adequado às famílias que, desde o nascimento de seus filhos com SCZ, tiveram que arcar sozinhas com custos elevados de assistência médica e suporte especializado.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Talíria Petrone**  
(PSOL - RJ)  
**Líder da Federação PSOL/REDE**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253012651600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



\*CD253012651600\* LexEdit



**MPV 1287  
00035**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)**

Suprima-se o inciso I do *caput* do art. 3º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A exigência de comprovação da contaminação da genitora pelo vírus Zika durante a gestação impõe um critério restritivo incompatível com a realidade da epidemia. Durante o surto de Zika, não havia disponibilidade ampla de exames específicos para detecção do vírus na mãe, o que impede muitas famílias de apresentarem essa comprovação.

O critério adequado para a concessão do benefício deve ser a constatação da síndrome congênita associada ao Zika por meio de laudo médico.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Talíria Petrone  
(PSOL - RJ)  
Líder da Federação PSOL/REDE**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259232047500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



\*CD259232047500\*  
LexEdit





MPV 1287  
00036

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Substitua-se na Medida Provisória a expressão “apoio financeiro” por “reparação financeira”.

**JUSTIFICAÇÃO**

A substituição do termo "apoio financeiro" por "reparação financeira" se justifica pela necessidade de reconhecer que o Estado tem responsabilidade na proliferação do vírus Zika e na consequente epidemia da síndrome congênita associada a essa infecção.

Conforme já estabelecido em precedentes legislativos, como a Lei nº 7.070/1982 (indenizações para vítimas da talidomida) e a Lei nº 9.425/1996 (indenizações para vítimas do Césio-137), o pagamento realizado pelo Estado em casos de epidemias ou desastres sanitários decorrentes de falhas estruturais deve ser tratado como uma reparação e não como mera assistência social.

O surto de Zika evidenciou falhas no combate ao vetor transmissor, o *Aedes aegypti*, que já era conhecido por sua relação com epidemias de dengue. Assim, ao invés de tratar a compensação financeira como um benefício assistencialista, é fundamental caracterizá-la corretamente como uma forma de reparação por omissão estatal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254904120500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Talíria Petrone**  
**(PSOL - RJ)**  
**Líder da Federação PSOL/REDE**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254904120500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



\*CD254904120500\* LexEdit



**MPV 1287  
00037**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)**

Suprima-se o art. 7º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A limitação do pagamento ao exercício de 2025 contraria a lógica de um benefício destinado a reparar danos permanentes e contínuos às pessoas afetadas pela SCZ. O modelo proposto pela MPV deve assegurar um direito permanente.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Talíria Petrone  
(PSOL - RJ)  
Líder da Federação PSOL/REDE**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253472423100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



\* CD 253472423100 \*



**MPV 1287  
00038**

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Suprima-se o inciso I do *caput* do art. 3º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

É importante considerar que no início da Epidemia do Vírus zika que causou deficiência Congênita em milhares de crianças pelo Brasil, ainda não era possível definir a causa. Não haviam exames obrigatórios durante o Pré- Natal para infecção pelo vírus Zika, e muitos Estados Brasileiros durante um certo período não realizavam esses exames por falta de reagentes.

Também é importante ressaltar que as gestantes em sua grande maioria, contraíram zika no primeiro trimestre da gestação e seus bebês apresentavam má formação cerebral no fim dela, e muitos outros só eram diagnosticados após o nascimento, impossibilitando, mesmo se houvessem exames disponíveis, a detecção do Vírus no organismo da mãe devido o período entre a infecção e a coleta de material. Dito isto, ainda assim é possível confirmar a relação entre a deficiência da criança e o Zika Vírus, devido avaliação clínica e por exames de imagens, visto que as crianças afetadas pelo Vírus zika tem características muito próprias de calcificações



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258392261700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eriberto Medeiros



\*CD258392261700\*  
LexEdit



cerebrais que só ocorrem nas infecções pelo Zika, dentre outras anomalias

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Eriberto Medeiros**  
**(PSB - PE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258392261700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eriberto Medeiros



\*CD258392261700\* LexEdit



MPV 1287  
00039

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** O apoio financeiro de que trata esta Medida Provisória consistirá no pagamento de parcela única, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), acrescida de pensão especial, mensal e vitalícia, no valor de R\$ 4.554,00 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais), atualizado pelos mesmos índices e critérios estabelecidos para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

**Parágrafo único.** O titular da pensão especial fará jus ao abono anual, calculado, no que couber, da mesma forma que a gratificação natalina dos trabalhadores, e terá como base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro de cada ano.”

## JUSTIFICAÇÃO

O pagamento de uma parcela única no valor de R\$ 60.000,00, conforme previsto no texto original da Medida Provisória nº 1.287, de 8 de janeiro de 2025, representa um suporte financeiro inicial relevante, todavia, não se mostra suficiente para atender às necessidades permanentes das crianças acometidas por essa condição. Nesse sentido, a presente Emenda tem por objetivo aprimorar o apoio financeiro previsto, assegurando maior proteção social às crianças com deficiência decorrente da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.

A deficiência resultante da síndrome congênita associada ao vírus Zika demanda cuidados contínuos e especializados, incluindo tratamentos médicos, terapias multidisciplinares, aquisição de medicamentos, adaptação do



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250466570100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Benes Leocádio



ambiente doméstico e acompanhamento educacional especializado. E, além dos desafios financeiros, é preciso destacar que a condição imposta pela síndrome congênita associada ao vírus Zika impacta não apenas a criança, mas toda a dinâmica familiar. O aumento da demanda por atenção integral sobrecarrega as famílias, em especial as mães, que frequentemente assumem, sozinhas, a responsabilidade pelos cuidados diários. O suporte financeiro contínuo, portanto, não é apenas uma medida de assistência, mas também um reconhecimento da sobrecarga enfrentada por essas famílias e um instrumento para assegurar o direito à dignidade e ao desenvolvimento pleno das crianças afetadas.

Deste modo, propõe-se a inclusão de uma pensão especial, mensal e vitalícia, de valor equivalente a três salários mínimos, assegurando renda contínua para a manutenção das condições dignas de vida dessas crianças e de suas famílias. A pensão garantirá maior previsibilidade e estabilidade financeira, reduzindo a vulnerabilidade socioeconômica desses lares, especialmente considerando que muitos responsáveis dedicam-se integralmente aos cuidados da criança, dificultando sua inserção no mercado de trabalho.

Além disso, a atualização da pensão pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) garante a preservação do poder de compra do benefício ao longo do tempo. O acréscimo do abono anual, nos mesmos moldes da gratificação natalina dos trabalhadores, reforça a equidade na concessão do benefício e permite que as famílias contem com um suporte adicional no fim do ano, período em que as despesas com saúde e adaptação do ambiente doméstico podem ser mais onerosas.

Cabe ressaltar que o Projeto de Lei nº 6.064, de 2023, aprovado em ambas as Casas Legislativas e vetado pelo Presidente da República por razões orçamentárias, previa a concessão de pensão mensal no valor equivalente ao maior salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Assim, a presente proposta de concessão da pensão em valor mais modesto, equivalente a três salários mínimos, permite adequar a intenção Parlamentar às disponibilidades orçamentárias do Poder Executivo.

\*CD250466570100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250466570100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Benes Leocádio



Pelo exposto, a presente Emenda reforça o compromisso do Estado com a proteção social das crianças afetadas pela síndrome congênita do vírus Zika, assegurando-lhes melhores condições de desenvolvimento e qualidade de vida.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Benes Leocádio**  
**(UNIÃO - RN)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250466570100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Benes Leocádio





**MPV 1287**  
**00040**

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
**(à MPV 1287/2025)**

Dê-se ao inciso II do *caput* do art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 3º .....**

**.....**

**II – da deficiência Congênita relacionada à infecção pelo vírus Zika.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

É importante ressaltar que as gestantes em sua grande maioria, contraíram zika no primeiro trimestre da gestação e seus bebês apresentavam má formação cerebral no fim dela, e muitos outros só eram diagnosticados após o nascimento, impossibilitando, mesmo se houvessem exames disponíveis, a detecção do Vírus no organismo da mãe devido o período entre a infecção e a coleta de material. Dito isto, ainda assim é possível confirmar a relação entre a deficiência da criança e o Zika Vírus, devido avaliação clínica e por exames de imagens, visto que as crianças afetadas pelo Vírus zika tem características muito próprias de calcificações cerebrais que só ocorrem nas infecções pelo Zika, dentre outras anomalias.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252097093700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eriberto Medeiros



\*CD252097093700\* LexEdit



**MPV 1287  
00041**

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)**

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 2º O apoio financeiro que consiste essa Medida Provisória consistirá no pagamento de parcela única no valor de 100.000,00 ( Cem mil reais)”**

**JUSTIFICAÇÃO**

É imensamente meritória a iniciativa do governo em disponibilizar um apoio financeiro as famílias afetadas pelo Vírus Zika, e mesmo sabendo que valor nenhum paga a vida e nem desfaz as sequelas causadas em seus filhos, consideramos razoável um apoio financeiro, para não chamar de Indenização, no valor de 100.000, 00 ( Cem mil reais) referente a 10.000,00 ( dez mil reais) para cada um dos últimos 10 anos em que essas crianças e famílias foram negligenciadas e esquecidas pelos governos. Valor esse que ainda julgamos insuficiente para a quantidade de demandas, mas que trás um alento a cada uma dessas famílias.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254096984000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eriberto Medeiros



MPV 1287  
00042

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Suprimam-se o inciso I do *caput* do art. 3º e o parágrafo único do art. 6º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente Emenda tem por objetivo garantir maior efetividade e segurança jurídica na concessão do apoio financeiro instituído pela Medida Provisória nº 1.287, de 8 de janeiro de 2025, eliminando requisitos que possam dificultar o acesso ao benefício, ou limitar sua aplicação prática.

A supressão do inciso I do *caput* do art. 3º, que exige a comprovação da relação entre a síndrome congênita e a contaminação da genitora pelo vírus Zika durante a gestação, visa evitar barreiras burocráticas excessivas para os beneficiários. A complexidade desse tipo de comprovação pode inviabilizar o acesso ao direito, uma vez que muitas mães podem não ter recebido diagnóstico confirmado de infecção pelo vírus Zika à época da gestação, seja pela ausência de testes disponíveis ou pela limitação dos registros médicos.

Tal exigência pode gerar desigualdade de acesso ao benefício, penalizando injustamente aqueles que mais necessitam da proteção estatal. Assim, a comprovação da deficiência decorrente da síndrome congênita deve ser o critério determinante para a concessão do apoio financeiro e pode ser implementado a partir de avaliação clínica, perante junta médica ou mediante a apresentação de exames de imagem, sem necessidade de vinculação direta com a comprovação da infecção materna ao tempo da gestação.

\*CD258736818100\*  
ExEdit

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258736818100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Benes Leocádio



Já a supressão do parágrafo único do art. 6º, que subordina a concessão do apoio financeiro à disponibilidade orçamentária e financeira, tem o objetivo de assegurar o caráter obrigatório da prestação, garantindo previsibilidade e segurança jurídica às famílias beneficiárias. A manutenção desse parágrafo gera incerteza sobre a efetiva execução do benefício, podendo resultar na limitação ou suspensão dos pagamentos caso o orçamento disponível seja insuficiente. O direito ao apoio financeiro deve ser tratado como uma obrigação estatal vinculada, e não como uma despesa discricionária sujeita a contingenciamentos.

Pelo exposto, a presente Emenda reforça a garantia de acesso ao benefício, eliminando entraves burocráticos e assegurando que a proteção social alcance, de forma ampla e eficaz, todas as crianças afetadas pela síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado Benes Leocádio**  
**(UNIÃO - RN)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258736818100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Benes Leocádio



\*CD258736818100\* LexEdit



MPV 1287  
00043EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)

Acrescente-se art. 1º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 1º-1.** Será concedida pensão vitalícia e mensal, no valor de três salários mínimos, as crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2024. & A pensão especial de que trata o *caput* deste artigo, tem caráter personalíssimo, sendo intransferível, e é devida a partir da data da entrada do Requerimento no Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A MPV 1287/25 alerta para uma situação de extrema necessidade, já que se refere ao auxílio a crianças nascidas com múltiplas deficiências como resultado do Zika Vírus.

A ocorrência interfere em uma falha do Estado em proteger suas crianças e famílias do alcance do Vírus, bem como em prover políticas públicas que possam ir de encontro a eliminação dos focos e novas ocorrências.

É sabido ainda, que os danos causados, acarretarão em ônus diversos com os quais as famílias deverão lidar ao longo da vida e, portanto, necessitam estar asseguradas de forma a não serem expostas a dificuldades inerentes à ocorrência da deficiência.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256404962400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eriberto Medeiros



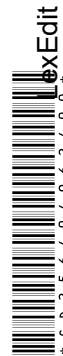
A lei 13985/20 que trata de Pensão vitalícia já existente, possui vínculo com o BPC, impossibilitando que todas as famílias afetadas pelo Vírus zika, tenham a reparação que lhes é de direito. Essa condicionalidade vinculada a renda familiar, excluiu da pensão existente, centenas de famílias que possuem as mesmas necessidades em relação às demandas de seus filhos.

A presente emenda visa propor a universalidade de acesso ao benefício, e visa garantir que todas as crianças afetadas pelo Vírus tenham os mesmo direitos.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256404962400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eriberto Medeiros



\* CD 256404962400 \* LexEdit



**MPV 1287**  
**00044**

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
**(à MPV 1287/2025)**

Acrescente-se art. 1º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 1º-1.** A pensão especial gerará direito ao abono anual e a pensão por morte ao responsável legal pelo período de 24 meses, no caso de comprovada dedicação exclusiva a criança com a Síndrome Congênita do Vírus Zika.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

Considerando que, na maioria das famílias afetadas, um dos familiares, o responsável legal pela criança, em geral as genitoras, se ausentam do mercado de trabalho para se dedicar exclusivamente aos cuidados da criança, propomos que essa pensão se estenda às/ aos cuidadoras/es quando comprovada a dedicação exclusiva após o falecimento da criança pelo período de 24 meses, para que a mesma possa se reestabelecer e voltar ao mercado de trabalho.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259295697100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eriberto Medeiros



\*CD259295697100\*  
LexEdit



**MPV 1287  
00045****EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)**

Suprima-se o parágrafo único do art. 6º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

Considerando que o apoio financeiro tem caráter indenizatório, não há como condicionar a efetividade da Medida Provisória a disponibilidade orçamentária e financeira, visto que a mesma apresentou fonte de custeio e, sabendo-se a quantidade de famílias que teriam direito a esse apoio devido levantamentos feitos pelo próprio ministério da saúde, sabe-se o exato valor orçamentário que precisa ser disponibilizado.

Esse parágrafo gera insegurança jurídica nas famílias, visto que, a qualquer momento, o poder executivo pode alegar falta de recursos para beneficiar a todos que tenham esse direito.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251731221600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eriberto Medeiros





MPV 1287  
00046

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Dê-se nova redação à ementa e aos arts. 1º e 6º; acrescente-se art. 2º-1; e suprima-se o art. 7º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Institui apoio financeiro e pensão especial permanente à pessoa com deficiência decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.”

“**Art. 1º** Ficam instituídos o apoio financeiro e a pensão especial permanente à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita causada pela infecção da genitora pelo vírus Zika.”

“**Art. 2º-1.** Será concedida a pensão especial, mensal e permanente, destinada à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, de valor equivalente a quatro salários mínimos de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).”

§ 2º A comprovação do direito ao benefício de que trata o caput deste artigo dar-se-á pela apresentação de laudo de junta médica, pública ou privada, responsável pelo acompanhamento da pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.

§ 3º A pensão especial de que trata o caput deste artigo poderá ser acumulada com:

I – o apoio financeiro previsto no caput do artigo 1º;

II – benefício de prestação continuada, de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 4º Na hipótese de vedação de acumulação da pensão especial com rendimento ou indenização que, a qualquer título, venham a ser pagos pela União a seus beneficiários, será permitida a opção pelo benefício mais vantajoso.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253391005100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden

ExEdit  
\*CD253391005100\*



**§ 5º** Será devido abono anual ao titular da pensão especial, calculado, no que couber, da mesma forma que a gratificação natalina dos trabalhadores, e terá como base o valor da renda mensal do benefício do mês de dezembro de cada ano.”

“**Art. 6º** As despesas decorrentes do apoio financeiro e da pensão especial de que trata esta Medida Provisória correrão à conta do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União.

**Parágrafo único.** (Suprimir)”

“**Art. 7º** (Suprimir)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1287 foi publicada com o intuito de minimizar os efeitos do veto total imposto ao Projeto de Lei nº 6064/2023, que recebeu aprovação unânime na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O projeto vetado estabelecia a concessão de uma indenização por dano moral no valor de R\$ 50.000,00, além de uma pensão especial permanente, correspondente ao teto máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para as pessoas afetadas pela microcefalia ou síndrome de Guillain-Barré em decorrência da infecção pelo vírus Zika.

Considerando a responsabilidade objetiva do Estado Brasileiro pela falha em implementar políticas públicas eficazes para a erradicação do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor do vírus Zika, que remonta a 2015, é imprescindível que o governo forneça uma compensação justa e necessária às crianças cujos desenvolvimentos neuropsicomotor foram severamente prejudicados. A proposta de emenda visa, portanto, garantir uma pensão especial permanente equivalente a quatro salários mínimos, com o objetivo de assegurar que o benefício seja suficiente para cobrir os elevados custos com tratamentos médicos, incluindo medicamentos, anti-convulsivantes, órteses, consultas em várias especialidades, cirurgias ortopédicas, terapias de reabilitação, como fisioterapia



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253391005100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



motora e respiratória, fonoaudiologia, terapia ocupacional, além de aquisições de equipamentos como cadeiras de rodas adaptadas, cadeiras de banho, entre outros cuidados necessários ao longo da vida das crianças afetadas por essa tragédia da saúde pública.

Dessa forma, todas as crianças com deficiência permanente causada por síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, atualmente estimadas em cerca de 1.585, têm direito, independentemente da situação socioeconômica de suas famílias, a um pensionamento especial mensal e vitalício no valor correspondente a quatro salários mínimos, com o objetivo de amenizar o sofrimento e as consequências graves que enfrentam diariamente devido às sequelas da omissão do Estado no combate ao vírus Zika. O pensionamento visa garantir que todas as crianças afetadas pela síndrome congênita decorrente do vírus Zika tenham os mesmos direitos, com acesso a uma indenização justa e compatível com a gravidade das sequelas e com os danos causados pela negligência estatal.

As mudanças propostas buscam assegurar um suporte financeiro contínuo e adequado para as famílias impactadas, ao mesmo tempo em que reconhecem e compensam o imenso impacto sofrido. A nova redação e inclusão de novos artigos na Medida Provisória nº 1287/2025 têm como objetivo proporcionar um alívio significativo e justo para as famílias, refletindo o compromisso do Estado em reparar os danos causados pela sua falha durante a epidemia de Zika.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Capitão Alden**  
**(PL - BA)**  
**Deputado Federal**

LexEdit  
\*CD253391005100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253391005100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden



MPV 1287  
00047

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Dê-se nova redação ao art. 1º; e suprima-se o art. 7º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 1º** Fica instituído apoio financeiro à pessoa nascida com deficiência decorrente de síndrome congênita causada pela infecção da genitora pelo vírus Zika durante a gestação.”

“**Art. 7º** (Suprimir)”

**JUSTIFICAÇÃO**

As alterações propostas visam beneficiar todas as crianças nascidas com a síndrome congênita causada pela infecção do Zika vírus, independentemente de terem nascido entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024. Essa proposição se justifica pelo fato de que a infecção pelo Zika vírus começou a se intensificar em 2015. No entanto, estudos indicam que a microcefalia já era uma condição endêmica antes desse período, ainda que, à época, o Zika vírus não fosse reconhecido como sua causa.

Diante desse cenário, é amplamente sabido que muitas famílias e crianças necessitam de apoio financeiro para custear tratamentos, aquisição de medicamentos e acompanhamento médico. Para aquelas em situação de vulnerabilidade, esse desafio se agrava ainda mais, sobretudo devido à necessidade de dedicação integral ao cuidado das crianças afetadas pela síndrome congênita.

A rotina das mães de crianças com essa condição inclui desafios diários, como a realização de sessões de fisioterapia e reabilitação, além da constante necessidade de monitoramento da saúde dos filhos. Em muitos casos, um dos impactos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256400336100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



mais severos para essas famílias é a perda do emprego dos responsáveis, pois as demandas contínuas de cuidado tornam inviável a manutenção de vínculos empregatícios. De acordo com pesquisas, 72% das famílias que possuem crianças com a síndrome enfrentam dificuldades para cobrir despesas básicas.

A remoção da limitação temporal para a concessão desse apoio financeiro pode beneficiar inúmeras famílias que atualmente não estão contempladas, mas que necessitam urgentemente desse auxílio. O desenvolvimento de uma criança com a síndrome congênita frequentemente exige adaptações e recursos adicionais.

Essa proposição também se assegura na Constituição Federal de 1988:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A manutenção desse critério de tempo pode resultar em desigualdade de acesso ao suporte essencial para o desenvolvimento dessas crianças, silenciando a realidade das famílias que necessitam desse auxílio, independentemente do ano de nascimento de seus filhos.

Portanto, a remoção da limitação temporal para a concessão do apoio financeiro representa não apenas uma medida de justiça social, mas também um compromisso com os direitos humanos e com a dignidade das crianças afetadas pela síndrome congênita do Zika vírus.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256400336100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256400336100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. David Soares



\*CD256400336100\* LexEdit



MPV 1287  
00048

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Acrescente-se art. 2º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 2º-1.** Fica instituída pensão especial, mensal e vitalícia, no valor de três salários mínimos, às vítimas do Zika Vírus com Microcefalia ou com Síndrome de Guillain-Barré.

§ 1º As pessoas beneficiárias desta pensão terão direito ao recebimento de valores retroativos, contados a partir da data de nascimento das respectivas vítimas que tratam este caput.

§ 2º A pensão de que trata o caput deste artigo é personalíssima e não se transmite aos herdeiros da beneficiária.

§ 3º O direito previsto neste artigo será concedido a partir da efetuação do requerimento junto à Agência da Previdência Social.

§ 4º O valor mensal da pensão será atualizado pelos mesmos índices e critérios estabelecidos para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A modificação proposta nesta emenda visa garantir que as vítimas da Síndrome Congênita do Zika (SCZ) e suas famílias recebam tanto uma reparação financeira em parcela única quanto uma pensão especial mensal, vitalícia e intransferível no valor de três salários mínimos. Essa abordagem combina o caráter **reparatório** e **compensatório** da indenização inicial com a

\*CD259200492300\*  
LexEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259200492300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



**previsibilidade e estabilidade** da pensão contínua, assegurando um suporte adequado às necessidades dessas famílias ao longo da vida.

A indenização em **parcela única** reconhece a responsabilidade do Estado pela epidemia de Zika e permite que as famílias enfrentem despesas imediatas decorrentes do diagnóstico, como tratamentos emergenciais, adequações domiciliares e aquisição de equipamentos essenciais.

No entanto, os desafios das pessoas afetadas pela SCZ não se encerram com essa compensação. As condições neurológicas e motoras associadas à síndrome demandam acompanhamento contínuo, com terapias, medicamentos e suporte especializado ao longo da vida. Para garantir esse cuidado de forma eficiente e digna, é fundamental que a **pensão mensal vitalícia** complemente a indenização inicial, assegurando que as famílias tenham um suporte financeiro previsível e permanente.

A inclusão de um pagamento retroativo visa corrigir a ausência de amparo financeiro adequado às famílias que, desde o nascimento de seus filhos com SCZ, tiveram que arcar sozinhas com custos elevados de assistência médica e suporte especializado.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Talíria Petrone**  
(PSOL - RJ)  
**Líder da Federação PSOL/REDE**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259200492300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



\*CD259200492300\* LexEdit





**MPV 1287  
00049**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)**

Suprima-se o art. 7º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A limitação do pagamento ao exercício de 2025 contraria a lógica de um benefício destinado a reparar danos permanentes e contínuos às pessoas afetadas pela SCZ. O modelo proposto pela MPV deve assegurar um direito permanente.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Talíria Petrone  
(PSOL - RJ)  
Líder da Federação PSOL/REDE**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252516579600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



**MPV 1287  
00050**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)**

Substitua-se na Medida Provisória a expressão “apoio financeiro” por “reparação financeira”.

**JUSTIFICAÇÃO**

A substituição do termo "apoio financeiro" por "reparação financeira" se justifica pela necessidade de reconhecer que o Estado tem responsabilidade na proliferação do vírus Zika e na consequente epidemia da síndrome congênita associada a essa infecção.

Conforme já estabelecido em precedentes legislativos, como a Lei nº 7.070/1982 (indenizações para vítimas da talidomida) e a Lei nº 9.425/1996 (indenizações para vítimas do Césio-137), o pagamento realizado pelo Estado em casos de epidemias ou desastres sanitários decorrentes de falhas estruturais deve ser tratado como uma reparação e não como mera assistência social.

O surto de Zika evidenciou falhas no combate ao vetor transmissor, o *Aedes aegypti*, que já era conhecido por sua relação com epidemias de dengue. Assim, ao invés de tratar a compensação financeira como um benefício assistencialista, é fundamental caracterizá-la corretamente como uma forma de reparação por omissão estatal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251970723300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Talíria Petrone**  
**(PSOL - RJ)**  
**Líder da Federação PSOL/REDE**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251970723300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



\*CD251970723300\* LexEdit



**MPV 1287  
00051**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)**

Suprima-se o inciso I do *caput* do art. 3º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A exigência de comprovação da contaminação da genitora pelo vírus Zika durante a gestação impõe um critério restritivo incompatível com a realidade da epidemia. Durante o surto de Zika, não havia disponibilidade ampla de exames específicos para detecção do vírus na mãe, o que impede muitas famílias de apresentarem essa comprovação.

O critério adequado para a concessão do benefício deve ser a constatação da síndrome congênita associada ao Zika por meio de laudo médico.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Talíria Petrone  
(PSOL - RJ)  
Líder da Federação PSOL/REDE**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251097613100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



\*CD251097613100\* LexEdit



**MPV 1287  
00052****CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL**  
Liderança da Federação PSOL-REDE**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1287, DE 2025**

**Institui apoio financeiro à pessoa  
com deficiência decorrente de  
síndrome congênita associada à  
infecção pelo vírus Zika.**

**EMENDA MODIFICATIVA Nº**

Substitua-se na Medida Provisória a expressão “apoio financeiro” por “reparação financeira”.

**JUSTIFICAÇÃO**

A substituição do termo "apoio financeiro" por "reparação financeira" se justifica pela necessidade de reconhecer que o Estado tem responsabilidade na proliferação do vírus Zika e na consequente epidemia da síndrome congênita associada a essa infecção.

Conforme já estabelecido em precedentes legislativos, como a Lei nº 7.070/1982 (indenizações para vítimas da talidomida) e a Lei nº 9.425/1996 (indenizações para vítimas do Césio-137), o pagamento realizado pelo Estado em casos de epidemias ou desastres sanitários decorrentes de falhas estruturais deve ser tratado como uma reparação e não como mera assistência social.

O surto de Zika evidenciou falhas no combate ao vetor transmissor, o *Aedes aegypti*, que já era conhecido por sua relação com epidemias de dengue. Assim, ao invés de tratar a compensação financeira como um benefício assistencialista, é fundamental

\* 0 2 5 7 8 3 6 3 7 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257836374000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone

caracterizá-la corretamente como uma forma de reparação por omissão estatal.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2025

**Deputada TALÍRIA PETRONE**

**Líder da Federação PSOL/REDE**

\* 0 2 5 7 8 3 6 3 7 4 0 0 0 \*

2



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257836374000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



**MPV 1287  
00053****CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL**  
Liderança da Federação PSOL-REDE**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1287, DE 2025**

**Institui apoio financeiro à pessoa  
com deficiência decorrente de  
síndrome congênita associada à  
infecção pelo vírus Zika.**

**EMENDA ADITIVA Nº**

A Medida Provisória nº 1.287 de 08 de janeiro de 2025  
passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 2º e os respectivos §§ 1º,  
2º, 3º e 4º:

Art. 2º Fica instituída pensão especial, mensal e vitalícia,  
no valor de três salários mínimos, às vítimas do Zika Vírus  
com Microcefalia ou com Síndrome de Guillain-Barré.

§ 1º As pessoas beneficiárias desta pensão terão direito ao  
recebimento de valores retroativos, contados a partir da  
data de nascimento das respectivas vítimas que tratam  
este caput.

§ 2º A pensão de que trata o caput deste artigo é  
personalíssima e não se transmite aos herdeiros da  
beneficiária.

§ 3º O direito previsto neste artigo será concedido a partir  
da efetuação do requerimento junto à Agência da  
Previdência Social.

§ 4º O valor mensal da pensão será atualizado pelos  
mesmos índices e critérios estabelecidos para os  
benefícios do Regime Geral da Previdência Social.



1

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254405182700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



## JUSTIFICAÇÃO

A modificação proposta nesta emenda visa garantir que as vítimas da Síndrome Congênita do Zika (SCZ) e suas famílias recebam tanto uma reparação financeira em parcela única quanto uma pensão especial mensal, vitalícia e intransferível no valor de três salários mínimos. Essa abordagem combina o caráter **reparatório** e **compensatório** da indenização inicial com a **previsibilidade e estabilidade** da pensão contínua, assegurando um suporte adequado às necessidades dessas famílias ao longo da vida.

A indenização em **parcela única** reconhece a responsabilidade do Estado pela epidemia de Zika e permite que as famílias enfrentem despesas imediatas decorrentes do diagnóstico, como tratamentos emergenciais, adequações domiciliares e aquisição de equipamentos essenciais.

No entanto, os desafios das pessoas afetadas pela SCZ não se encerram com essa compensação. As condições neurológicas e motoras associadas à síndrome demandam acompanhamento contínuo, com terapias, medicamentos e suporte especializado ao longo da vida. Para garantir esse cuidado de forma eficiente e digna, é fundamental que a **pensão mensal vitalícia** complemente a indenização inicial, assegurando que as famílias tenham um suporte financeiro previsível e permanente.

A inclusão de um pagamento retroativo visa corrigir a ausência de amparo financeiro adequado às famílias que, desde o nascimento de seus filhos com SCZ, tiveram que arcar sozinhas com custos elevados de assistência médica e suporte especializado.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2025

**Deputada TALÍRIA PETRONE**

**Líder da Federação PSOL/REDE**

\* 0 0 2 5 4 0 5 1 8 2 7 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254405182700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone





**MPV 1287  
00054****CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL**  
Liderança da Federação PSOL-REDE**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1287, DE 2025**

**Institui apoio financeiro à pessoa  
com deficiência decorrente de  
síndrome congênita associada à  
infecção pelo vírus Zika.**

**EMENDA SUPRESSIVA Nº**

Suprima-se o inciso I do artigo 3º da Medida Provisória nº 1287 de 8 de janeiro de 2025.

**JUSTIFICAÇÃO**

A exigência de comprovação da contaminação da genitora pelo vírus Zika durante a gestação impõe um critério restritivo incompatível com a realidade da epidemia. Durante o surto de Zika, não havia disponibilidade ampla de exames específicos para detecção do vírus na mãe, o que impede muitas famílias de apresentarem essa comprovação.

O critério adequado para a concessão do benefício deve ser a constatação da síndrome congênita associada ao Zika por meio de laudo médico.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254047863000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



**Deputada TALÍRIA PETRONE**  
**Líder da Federação PSOL/REDE**

\* C D 2 5 4 0 4 7 8 6 3 0 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254047863000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone

2



**MPV 1287  
00055****CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL**  
Liderança da Federação PSOL-REDE**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1287, DE 2025**

**Institui apoio financeiro à pessoa  
com deficiência decorrente de  
síndrome congênita associada à  
infecção pelo vírus Zika.**

**EMENDA SUPRESSIVA Nº**

Suprima-se o artigo 7º da Medida Provisória nº 1287 de 8 de janeiro de 2025.

**JUSTIFICAÇÃO**

A limitação do pagamento ao exercício de 2025 contraria a lógica de um benefício destinado a reparar danos permanentes e contínuos às pessoas afetadas pela SCZ. O modelo proposto pela MPV deve assegurar um direito permanente.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2025

**Deputada TALÍRIA PETRONE****Líder da Federação PSOL/REDE**

1

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252052826100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone





Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252052826100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



MPV 1287  
00056

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Será concedida pensão vitalícia e mensal, no valor de três salários mínimos, às crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2024.

**Parágrafo único.** A pensão especial de que trata o caput deste artigo, tem caráter personalíssimo, sendo intransferível, e é devida a partir da data da entrada do Requerimento no Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.287/2025 evidencia uma situação de extrema urgência, ao tratar do auxílio a crianças nascidas com múltiplas deficiências em decorrência da infecção pelo Zika Vírus. A ocorrência desses casos revela, de forma contundente, uma falha do Estado em proteger adequadamente suas crianças e famílias da disseminação do vírus, bem como em implementar políticas públicas eficazes para a eliminação de focos do mosquito transmissor e a prevenção de novas ocorrências.

\*CD250959178500\*  
LexEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250959178500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



É amplamente reconhecido que os danos causados pelo Zika Vírus geram impactos profundos e duradouros, impondo às famílias um ônus significativo ao longo da vida. Diante disso, é imperativo que essas famílias estejam plenamente amparadas, de modo a não serem expostas a dificuldades adicionais inerentes às necessidades decorrentes das deficiências de suas crianças.

A Lei nº 13.985/2020, que institui a pensão vitalícia para as vítimas do Zika Vírus, embora represente um avanço, apresenta uma limitação significativa ao vincular o benefício ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Essa condicionalidade, atrelada à renda familiar, exclui centenas de famílias que, apesar de não se enquadrarem nos critérios de renda do BPC, enfrentam desafios idênticos em relação aos cuidados e demandas de seus filhos com deficiência. Tal restrição acaba por negar a reparação devida a essas famílias, contrariando o princípio da equidade.

Diante desse cenário, a presente emenda propõe a universalização do acesso ao benefício, assegurando que todas as crianças afetadas pelo Zika Vírus, independentemente da condição socioeconômica de suas famílias, tenham os mesmos direitos e proteção. A medida visa corrigir uma lacuna existente na legislação atual, garantindo que nenhuma família seja deixada para trás em virtude de critérios restritivos que não refletem a realidade das necessidades impostas pela condição de saúde dessas crianças.

Pelo exposto, solicitamos apoio dos pares para a aprovação desta emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250959178500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



\*CD250959178500\* LexEdit



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
**(PSOL - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250959178500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



MPV 1287  
00057

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A pensão especial gerará direito ao abono anual e à pensão por morte para o responsável legal pelo período de 24 meses, no caso de comprovada dedicação exclusiva à criança com a Síndrome Congênita do Vírus Zika.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Considerando que, na maioria das famílias afetadas pelo Zika Vírus, um dos responsáveis legais pela criança – em geral, as genitoras – precisa se afastar do mercado de trabalho para dedicar-se integralmente aos cuidados demandados pela condição de saúde da criança, propõe-se que o benefício da pensão seja estendido às/aos cuidadoras/es em caso de falecimento da criança. A extensão do benefício, por um período de 24 meses, visa assegurar que o/a cuidador/a tenha condições de reorganizar sua vida, reestabelecer-se emocional e financeiramente, e retornar ao mercado de trabalho de forma digna e gradual.

Essa medida justifica-se pela reconhecida dedicação exclusiva exigida dos cuidadores, que muitas vezes abandonam suas carreiras e fontes de renda para atender às necessidades complexas e

\*CD259709438700\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259709438700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim





contínuas das crianças afetadas. Com o falecimento da criança, além do impacto emocional devastador, o/a cuidador/a enfrenta a difícil tarefa de reintegrar-se à vida profissional, frequentemente após anos de afastamento. A garantia do benefício por 24 meses após o óbito representa, portanto, um apoio essencial para que essas pessoas possam reconstruir suas vidas sem desamparo financeiro.

A presente emenda busca, assim, corrigir uma lacuna na legislação vigente, assegurando que os cuidadores – que dedicaram anos de suas vidas ao cuidado integral das crianças – não sejam deixados em situação de vulnerabilidade após o falecimento daqueles a quem consagraram seus esforços. Trata-se de uma medida de justiça e reconhecimento do papel fundamental desempenhado por essas famílias.

Pelo exposto, solicitamos apoio dos pares para a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
**(PSOL - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259709438700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



\*CD259709438700\* LexEdit



**MPV 1287  
00058**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Suprima-se o parágrafo único do art. 6º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda tem como objetivo suprimir o parágrafo único do art. 6º, que condiciona a concessão do apoio financeiro à disponibilidade orçamentária e financeira.

Considerando que o apoio financeiro tem caráter indenizatório, não há como condicionar a efetividade do benefício à disponibilidade orçamentária e financeira, visto que a Medida Provisória já apresenta fonte de custeio. Ademais, os levantamentos realizados pelo Ministério da Saúde permitem o dimensionamento da quantidade precisa de famílias que teriam acesso ao apoio financeiro, possibilitando o cálculo de do valor exato a ser disponibilizado no orçamento da União.

Pelo exposto, solicitamos apoio dos pares para a aprovação desta emenda.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259630711000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim

\*CD259630711000\*  
LexEdit

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
**(PSOL - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259630711000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



\*CD259630711000\* LexEdit



MPV 1287  
00059

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** O apoio financeiro de que trata esta Medida Provisória consistirá no pagamento de parcela única, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).”

**JUSTIFICAÇÃO**

Reconhece-se como altamente meritória a iniciativa do governo em disponibilizar um apoio financeiro às famílias afetadas pelo Zika Vírus. No entanto, é importante ressaltar que nenhum valor monetário é capaz de compensar plenamente as perdas irreparáveis ou reverter as sequelas graves que o vírus causou em suas crianças. Diante desse cenário, propõe-se a concessão de um apoio financeiro – que não se confunde com indenização – no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correspondente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um dos últimos 10 anos em que essas famílias e crianças foram negligenciadas e esquecidas pelos sucessivos governos.

Embora o valor proposto seja considerado insuficiente para cobrir todas as demandas e necessidades decorrentes da condição de saúde dessas crianças, ele representa um alento significativo para as famílias, que há anos enfrentam desafios físicos, emocionais e

\*CD250381443900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250381443900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



financeiros sem o devido amparo do Estado. A medida visa, portanto, corrigir parcialmente uma dívida histórica e garantir que essas famílias recebam um apoio concreto, ainda que simbólico, em reconhecimento às suas lutas e ao abandono a que foram submetidas.

A presente emenda busca, assim, assegurar que o governo federal cumpra seu papel de proteger e reparar aqueles que foram diretamente impactados pela epidemia do Zika Vírus, reforçando o compromisso com a dignidade e a justiça social.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
**(PSOL - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250381443900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



\*CD250381443900\* LexEdit



MPV 1287  
00060

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025  
(à MPV 1287/2025)

Dê-se ao inciso II do *caput* do art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 3º .....

.....

II – da deficiência Congênita relacionada à infecção pelo vírus Zika.”

## JUSTIFICAÇÃO

É importante ressaltar que a maioria das gestantes contraiu o Zika Vírus durante o primeiro trimestre da gravidez, período crítico para o desenvolvimento fetal. Muitas dessas gestações resultaram em bebês com má formação cerebral detectada ainda no final da gestação, enquanto outros casos só foram diagnosticados após o nascimento. Essa realidade demonstra que, mesmo que houvesse exames disponíveis, a detecção do vírus no organismo da mãe seria dificultada pelo longo intervalo entre a infecção e a coleta de material para análise.

No entanto, é plenamente possível confirmar a relação entre as deficiências apresentadas pelas crianças e a infecção pelo Zika Vírus por meio de avaliação clínica e exames de imagem. As crianças afetadas pelo vírus apresentam características únicas,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254287044200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



como calcificações cerebrais específicas e outras anomalias que são exclusivamente associadas à infecção pelo Zika. Esses marcadores clínicos e radiológicos permitem estabelecer, com segurança, o nexo causal entre a deficiência e a infecção viral.

Diante disso, a presente emenda busca garantir que as famílias dessas crianças tenham acesso aos benefícios e apoios necessários, independentemente da dificuldade de comprovação laboratorial do vírus no organismo materno. A medida visa reconhecer, de forma justa e científica, o impacto devastador do Zika Vírus e assegurar que nenhuma família seja excluída do amparo estatal devido a limitações técnicas ou burocráticas.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
**(PSOL - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254287044200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



\*CD254287044200\* LexEdit



MPV 1287  
00061

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1287/2025**  
(à MPV 1287/2025)

Suprima-se o inciso I do *caput* do art. 3º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

É fundamental considerar que, no início da epidemia do Zika Vírus, que resultou em deficiências congênitas em milhares de crianças em todo o Brasil, ainda não era possível definir com precisão a causa dessas anomalias. Naquele período, não existiam exames obrigatórios durante o pré-natal para detectar a infecção pelo Zika Vírus, e muitos estados brasileiros, por um determinado tempo, não realizavam esses exames devido à falta de reagentes e à insuficiência de infraestrutura para diagnósticos adequados.

Além disso, é importante ressaltar que a maioria das gestantes contraiu o Zika Vírus durante o primeiro trimestre da gravidez, fase crítica para o desenvolvimento fetal. Muitas dessas gestações resultaram em bebês com má formação cerebral detectada no final da gestação, enquanto outros casos só foram diagnosticados após o nascimento. Essa realidade demonstra que, mesmo que houvesse exames disponíveis, a detecção do vírus no organismo materno seria dificultada pelo longo intervalo entre a infecção e a coleta de material para análise.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259932382000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim





No entanto, é plenamente possível confirmar a relação entre as deficiências apresentadas pelas crianças e a infecção pelo Zika Vírus por meio de avaliação clínica e exames de imagem. As crianças afetadas pelo vírus apresentam características únicas, como calcificações cerebrais específicas e outras anomalias que são exclusivamente associadas à infecção pelo Zika. Esses marcadores clínicos e radiológicos permitem estabelecer, com segurança, o nexo causal entre a deficiência e a infecção viral.

Diante desse contexto, a presente emenda busca garantir que todas as famílias com crianças afetadas pelo Zika Vírus tenham acesso aos benefícios e apoios necessários, independentemente da confirmação laboratorial do vírus no organismo materno. A medida visa reconhecer, de forma justa e fundamentada em evidências científicas, o impacto devastador da epidemia do Zika Vírus e assegurar que nenhuma família seja excluída do amparo estatal devido a limitações técnicas ou burocráticas.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputada Sâmia Bomfim**  
**(PSOL - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259932382000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim



\*CD259932382000\* LexEdit





# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1288, de 2025**, que *"Dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio de arranjo de Pagamentos Instantâneos - Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)	001; 002
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	003; 031; 032; 034; 035
Deputado Federal Mendonça Filho (UNIÃO/PE)	004
Deputada Federal Julia Zanatta (PL/SC)	005
Deputado Federal Duarte Jr. (PSB/MA)	006
Deputada Federal Dani Cunha (UNIÃO/RJ)	007; 008; 009; 010; 011
Deputado Federal Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)	012; 013; 014; 015
Deputado Federal Gilson Marques (NOVO/SC)	016; 017; 018; 019; 020; 021
Deputada Federal Carla Dickson (UNIÃO/RN)	022
Deputado Federal Alberto Fraga (PL/DF)	023; 024
Deputado Federal Carlos Jordy (PL/RJ)	025; 026
Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	027
Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)	028; 029
Deputado Federal Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)	030
Deputado Federal Luiz Carlos Haulý (PODEMOS/PR)	033
Senador Magno Malta (PL/ES)	036; 037; 038
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)	039; 040

TOTAL DE EMENDAS: 40



[Página da matéria](#)



**MPV 1288**  
**00001**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Suprima-se o § 2º do art. 2º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

O §2º do Art. 2º da Medida Provisória 1288/2025 impõe aos fornecedores de produtos e serviços a obrigação de informar os consumidores, de forma "clara e inequívoca", sobre a vedação de cobrança de preço superior, valor ou encargo adicional para pagamentos realizados por meio de Pix à vista. Embora a intenção seja garantir transparência nas relações de consumo, o texto legal não especifica o que seria considerado uma comunicação "clara e inequívoca", gerando insegurança jurídica para os fornecedores quanto ao cumprimento dessa exigência.

Essa indefinição pode levar a interpretações subjetivas por parte de órgãos fiscalizadores e judiciais, expondo fornecedores a sanções baseadas em critérios pouco objetivos. A supressão do §2º visa eliminar potenciais incertezas e evitar a criação de obrigações acessórias desnecessárias, assegurando equilíbrio entre a proteção do consumidor e a segurança jurídica para os fornecedores.

Sala da comissão, 20 de janeiro de 2025.

**Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança**  
**(PL - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255201571700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra



LexEdit  
\*CD255201571700\*



**MPV 1288  
00002**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025  
(à MPV 1288/2025)**

Suprima-se o art. 2º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

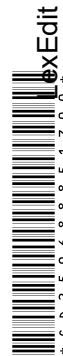
O Art. 2º da MPV 1288/2025 estabelece a proibição de que fornecedores cobrem valores adicionais para pagamentos realizados por meio de Pix à vista, considerando tal prática abusiva e sujeitando-os às penalidades do Código de Defesa do Consumidor. Essa imposição interfere diretamente no livre mercado e na autonomia dos fornecedores de precificar seus produtos e serviços com base nos custos operacionais e nas condições de pagamento. Transformar essa liberdade comercial em prática abusiva é uma medida desproporcional que desconsidera a dinâmica do mercado e cria uma barreira regulatória desnecessária.

Além disso, a medida busca solucionar um problema quase inexistente. Essa regulamentação acaba se configurando como um "espantalho" levantado pelo governo, desviando a atenção de questões mais relevantes e prejudicando a liberdade econômica. A supressão do art. 2º, evitará a criação de mais um entrave para empreendedores, preservando o princípio de liberdade de preços e incentivando um ambiente competitivo.

Sala da comissão, 20 de janeiro de 2025.

**Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança  
(PL - SP)**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259688851700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra



**MPV 1288  
00003**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Inclua-se, o seguinte artigo 5º na MPV nº 1.288, de 2025, renumerando-se o atual 5º para o art. 6º:

“Art. 5º Para fins de que trata esta lei, é vedada a disponibilização de dados financeiros e fiscais dos contribuintes por meio de normas regulamentares abertas e sistêmicas que possam comprometer o direito constitucional ao sigilo bancário e fiscal, conforme disposto no art. 5º, incisos X, XII e LXXIX da Constituição Federal.

§ 1º. A regulamentação desta Lei deverá obedecer estritamente ao comando legal, observando critérios claros e transparentes quanto à transmissão, armazenamento e manutenção do sigilo das informações financeiras e fiscais, garantindo a segurança jurídica e a proteção dos direitos fundamentais dos contribuintes.

§ 2º. A autoridade administrativa responsável deverá adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a confidencialidade, a integridade e a proteção contra acessos não autorizados ou usos indevidos dos dados financeiros e fiscais.



§ 3º. O descumprimento do disposto neste artigo ensejará a responsabilização administrativa, civil e penal da autoridade responsável, nos termos da legislação vigente.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo reforçar as garantias constitucionais relacionadas ao sigilo bancário (art. 5º, incisos X e XII) e à proteção de dados pessoais (art. 5º, inciso LXXIX), bem como prevenir cenários de insegurança jurídica e fragilidade à privacidade dos contribuintes.

A revogação da Instrução Normativa RFB nº 2.219, de 2024, não pode apagar as graves falhas e insegurança jurídica que a norma representou enquanto esteve em vigor. Seus artigos 12 e 13 introduziram comandos normativos abertos, como a expressão “demais informações cadastrais”, que permitiam interpretações amplas e resultaram em um cenário de insegurança jurídica e risco à proteção de dados pessoais, garantida pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ainda, potencializando os problemas para os brasileiros, permitia um acesso sistêmico a coleta e utilização de dados financeiros de forma ampla e indiscriminada.

Embora a norma tenha sido revogada, é imprescindível que a Medida Provisória nº 1.288, de 2025, contenha dispositivos que impeçam a repetição de situações semelhantes no futuro. A vedação a normas regulamentares abertas e sistêmicas assegura que os direitos fundamentais dos contribuintes sejam respeitados, promovendo segurança jurídica e fortalecendo a proteção ao sigilo bancário e fiscal.

O § 2º introduz medidas específicas para a gestão segura dos dados, exigindo confidencialidade, integridade. O § 3º reforça a necessidade de



responsabilização das autoridades responsáveis, caso as obrigações previstas não sejam cumpridas.

A proposta está alinhada aos princípios constitucionais da legalidade, segurança jurídica e proteção à privacidade, bem como às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), representando um marco normativo para fortalecer a confiança no sistema tributário nacional e a proteção dos contribuintes.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 20 de janeiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



MPV 1288  
00004

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 4º-1.** As entidades obrigadas a prestar informações sobre operações financeiras, conforme ato do Poder Executivo, estarão dispensadas dessa obrigação caso o montante global movimentado ou o saldo, em cada mês e por tipo de operação, seja inferior a:

**I – R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), no caso de pessoas físicas; e

**II – R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), no caso de pessoas jurídicas.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente reenumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Instrução Normativa RFB nº 2219/2024, que tratava da obrigatoriedade de prestação de informações relativas a operações financeiras, foi revogada pela Instrução Normativa RFB nº 2247/2025.

Com a revogação da IN RFB nº 2219/2024, as entidades voltam a ser obrigadas a prestar informações sobre operações financeiras listadas em ato do Poder Executivo em montantes inferiores ao que previa a IN revogada (represtinação da IN RFB nº 1.571, de 2015, ou seja, voltou a obrigatoriedade de prestar as informações para movimentações acima de R\$ 2.000 (ao invés de R\$ 5.000, no caso de pessoas físicas) e de R\$ 6.000 (ao invés de R\$ 15.000, no caso de pessoas jurídicas).

\*CD259026794100\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259026794100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho





A presente emenda propõe que os valores sejam atualizados, conforme já previa a IN revogada. Essa regra visa simplificar a obrigação de reporte para operações de menor valor, reduzindo a carga burocrática sobre as entidades obrigadas, como instituições financeiras, corretoras, seguradoras, entre outras. No entanto, é importante destacar que essa dispensa não se aplica a operações que, por sua natureza, possam indicar indícios de **lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo** ou outros crimes financeiros, independentemente do valor envolvido.

Pelo exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da comissão, 30 de janeiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259026794100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mendonça Filho



MPV 1288  
00005

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Acrescente-se § 5º ao art. 2º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

§ 5º Nenhum fornecedor de produtos ou serviços, seja ele pessoa física ou jurídica, será obrigado a cadastrar uma chave PIX, vinculada ao seu CPF, CNPJ ou contas bancárias, nem qualquer outro mecanismo de pagamento. Neste caso, fica desobrigado do cumprimento das disposições desta Medida Provisória e imune à aplicação de penalidades previstas, desde que comprovada a inexistência de chave PIX cadastrada em seu nome.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória Nº 1.288, de 16 de janeiro de 2025, foi editada com a finalidade de garantir que os pagamentos instantâneos – PIX – sejam tratados como equivalentes ao pagamento em dinheiro, assegurando que não haja sigilo violado, nem incidência de encargos adicionais ou diferenciação de preços para este tipo de pagamento. Contudo, para que um pagamento via PIX seja realizado, é necessário que o fornecedor, seja ele pessoa física ou jurídica, possua uma conta bancária e tenha, voluntariamente, cadastrado uma chave PIX.

A Constituição Federal, em seu Art. 5º, inciso II, garante que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Além disso, a Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), em seus Arts. 3º, inciso IV, e 4º, inciso I, assegura a liberdade de iniciativa econômica, garantindo



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254383906300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julia Zanatta

\*CD254383906300\*  
ExEdit

que os agentes do mercado possam escolher os modelos e métodos de pagamento que desejam adotar em suas operações comerciais.

A obrigatoriedade de cadastramento de chaves PIX, ou a aplicação de penalidades em razão de sua ausência, desconsidera a possibilidade de fornecedores optarem por não aderir a este mecanismo de pagamento. Tal imposição viola a liberdade de escolha e contraria o espírito de uma legislação que visa fortalecer um ambiente de negócios inovador e desburocratizado.

Garantir que fornecedores possam optar por diferentes meios de pagamento promove um ambiente de mercado competitivo, respeitando o princípio da livre concorrência. A variedade de opções atende às particularidades de cada agente econômico e assegura que a inovação tecnológica não seja utilizada para restringir a autonomia dos empreendedores.

A inclusão do parágrafo proposto é uma medida necessária para assegurar o equilíbrio entre inovação e liberdade comercial, garantindo que os fornecedores que optem por não utilizar o PIX não sejam penalizados. Além disso, reforça o direito do empreendedor de gerenciar integralmente o seu negócio, incluindo a decisão sobre quais mecanismos de pagamento utilizar.

Desta forma, confiando nos argumentos apresentados, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a discussão e aprovação desta proposta de emenda.

Sala das Sessões,.....

Sala da comissão, 29 de janeiro de 2025.

**Deputada Julia Zanatta**  
**(PL - SC)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254383906300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julia Zanatta





conhecimento de seus direitos e possam identificar práticas abusivas de forma mais eficaz.

Com esta emenda, reafirmamos nosso compromisso com a proteção dos direitos dos consumidores e a promoção de relações de consumo equilibradas. A obrigatoriedade de afixar cartazes com a mensagem "*É ILEGAL COBRAR TAXA NO PIX!*" em locais visíveis nos estabelecimentos é uma medida simples, porém essencial, para garantir o cumprimento das normas e fortalecer a confiança no Pix como um sistema acessível e democrático.

Assim, para assegurar o respeito aos princípios constitucionais e a efetiva proteção dos direitos dos consumidores, propõe-se a implementação desta medida, visando prevenir vulnerabilidades jurídicas e práticas prejudiciais aos cidadãos e à confiança no sistema de pagamentos. A proposta busca, portanto, reforçar a transparência, garantir a aplicação justa e eficiente das normas e assegurar a integridade das relações de consumo, prevenindo abusos que possam comprometer a sociedade.

Sala da comissão, 17 de janeiro de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256488329400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD256488329400\* LexEdit



MPV 1288  
00007

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Dê-se ao § 4º do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

§ 4º Para fins de interpretação da legislação em vigor, o pagamento realizado do por meio de Pix à vista equipara-se ao pagamento em espécie.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta do governo nesta Medida Provisória foi de equiparar o Pix a qualquer pagamento em espécie, mas ao colocar apenas a menção à Lei 13.455, de 26 de junho de 2017, limitou o entendimento, vinculando a uma lei sobre migração e visitantes, como se quisesse apenas estender a interpretação a uma pequena classe.

A fim de deixar clara a intenção da equiparação para todos os brasileiros, alardeada pelo governo, estamos propondo a referida emenda, que visa única e exclusivamente preservar o espírito da propaganda do Poder Executivo sobre o tema.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputada Dani Cunha**  
(UNIÃO - RJ)  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257062043900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha



MPV 1288  
00008

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Dê-se ao art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 3º** Não incide tributo, seja imposto, taxa ou contribuição, além de qualquer tarifa ou custo bancário, no uso do Pix, sendo vedada qualquer cobrança a qualquer título.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O governo propõe na Medida Provisória inexistência de cobrança de tributos sobre o Pix para combater as notícias que entende serem falsas. Ocorre que ao não proibir a cobrança de tarifas e custos bancários, o governo acaba permitindo que impostos indiretos sejam cobrados do Pix, pois, sem nenhuma justificativa, as instituições financeiras podem cobrar tarifas para remunerar custos inexistentes no Pix, que comporão as receitas dos bancos, gerando Imposto de Renda e CSLL sobre essa cobrança, que podem chegar a 45% da tarifa cobrada.

Em resumo quando uma instituição financeira cobra R\$8,50 por Pix enviado de correntista, o governo fica com quase R\$4,00 do valor dessa tarifa, sendo sim, uma taxaação indireta do Pix, negada pelo Poder Executivo.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputada Dani Cunha**  
(UNIÃO - RJ)  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255015077800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha



MPV 1288  
00009

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Acrescente-se parágrafo único ao art. 4º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 4º .....**

**Parágrafo único.** Fica vedado a quebra de sigilo de operações de pagamento ou recebimento por Pix à vista, salvo em decisão judicial, em processo individualizado, por motivações idôneas, aceitas pelo juízo competente em instrução de inquéritos ou processos em andamento.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Essa emenda acaba definitivamente com a especulação de que a Receita Federal poderia usar os dados de pagamentos de Pix para promover autuações fiscais, quebrando administrativamente os sigilos bancários dos contribuintes, visando a obtenção de informações para instruir a lavratura de autos de infração por arbitramento de base de cálculo.

Se o governo realmente não tem a intenção de taxar o pix, o apoio a presente medida mostrará que está falando a verdade.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputada Dani Cunha**  
**(UNIÃO - RJ)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255368395400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha





MPV 1288  
00010

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Acrescente-se parágrafo único ao art. 4º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º** .....

**Parágrafo único.** “ A lei 5.172 de 25 de outubro de 1.966, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 44 A - É vedado o arbitramento da base de cálculo do montante do imposto, baseado nos recebimentos ou pagamentos realizados por meio de arranjo de pagamentos instantâneos- Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil, ou por outros meios equiparados ao Pix, na forma da legislação em vigor.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Essa emenda é extremamente relevante, servirá para afastar definitivamente o fantasma de possível taxação do Pix pelo governo.

A explicação é bem simples. O governo ao solicitar a obrigatoriedade de informações de pix acima de R\$ 5.000,00, pela recente instrução da Receita Federal, quebrando o sigilo dos contribuintes, visava única e exclusivamente, arbitrar, com base no art. 44 do Código Tributário Nacional, a base de cálculo do montante de impostos dos trabalhadores informais, que vendem picolé na praia, ou são ambulantes, costureiras, titulares de MEIs, enfim toda a classe de trabalhadores que não está no sistema formal de trabalho e emprego.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251028902900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha

\*CD251028902900\*  
LexEdit

O número de R\$ 5.000,00 mostra uma incrível coincidência com o número que o governo anunciou que vai propor para isenção do Imposto de Renda dos trabalhadores formais, com carteira assinada.

Como os trabalhadores formais que ganham acima de R\$ 5.000,00, terão a cobrança automática, na forma de desconto, a Receita Federal, resolveu arbitrar, para quem tem recebimentos de Pix acima de R\$ 5.000,00, ou tenha gastos em cartões de crédito acima desse montante, que isso caracteriza rendimento tributável, autuando todos os contribuintes que não declararem esses recebimentos de pix ou gastos em cartão de crédito.

É disso que tratava a Instrução Normativa baixada pela Receita Federal, visando taxar os que recebem via pix como se receita tributável fosse, ignorando que a atividade de um trabalhador informal não implica que todo recebimento é lucro da sua atividade.

Da forma que a Receita trata o tema, um motorista de táxi ou de aplicativo irá pagar imposto sobre o preço final da corrida recebida, ou sobre a gasolina que gastou, através do cartão de crédito.

Para acabar de vez com essa possibilidade, propomos a presente emenda que, alterando o Código Tributário Nacional, impede que a Receita arbitre a base de cálculo.

Com essa emenda aprovada, a Receita, para autuar um motorista de aplicativo, terá que efetuar uma fiscalização, levantar as receitas e custos da operação, tributando o lucro - a receita real obtida com o motorista de aplicativo, caso ela ultrapasse os R\$ 5.000,00. Bem diferente de simplesmente lançar um imposto sobre os recebimentos totais, como se fosse receita líquida da atividade informal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251028902900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha



\*CD251028902900\* LexEdit



Por tudo isso, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputada Dani Cunha**  
**(UNIÃO - RJ)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251028902900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha



\*CD251028902900\* LexEdit



MPV 1288  
00011

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** Será vedada a edição de qualquer ato pela Secretaria Especial da Receita Federal, que vise estabelecer regulamentação sobre normas transformadas em instrumentos legais pelo Congresso Nacional, que não configurem a mera reprodução do texto de lei, sem qualquer alteração ou norma própria de natureza interpretativa.

§ 1º A edição de qualquer ato em desacordo com o texto legal, assim como a emissão de auto de infração baseado no respectivo ato, implicará em nulidade, bem como a responsabilização civil e criminal do servidor responsável pela edição daquele ato, assim como do servidor responsável pela edição do consequente auto de infração.

§ 2º Fica revogado o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria ME 284 de 27 de julho de 2.020, bem como todos os atos praticados, com base no referido dispositivo revogado.

§ 3º Na hipótese em que a exigência de crédito tributário seja derrubada pelo contribuinte, em função de norma da Secretaria da Receita Federal em desacordo com a legislação vigente, será assegurado ao contribuinte os honorários de sucumbência, pagos pela União, estabelecidos por vitória em demanda administrativa ou judicial, limitados a 10% do valor do crédito tributário exigido em auto de infração, cabendo direito de regresso contra os servidores responsáveis.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259711892400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha



## JUSTIFICAÇÃO

É uma característica da atuação da Receita Federal a insubordinação às legislações aprovadas pelo Congresso Nacional, assim como a edição de atos, que a pretexto de buscarem a mera regulamentação da legislação, na verdade pretendem alterar as normas aprovadas pelo Poder Legislativo, sempre em desfavor do contribuinte.

Além disso, as normas editadas pela Receita Federal servem de instrumento para a lavratura de autos de infração, cuja consequência é entupir o CARF e o Poder Judiciário de contestações às respectivas normas.

Os contribuintes autuados são obrigados a constituir advogados, o que implica em algo dispendioso. Da mesma forma, determinadas empresas são obrigadas a efetuar provisões em seus balanços, sobre contendas desprovidas de amparo na legislação.

A proposta também estabelece honorários de sucumbência para o contribuinte em virtude da edição de auto de infração em desacordo com a legislação vigente, no intuito de permitir o pagamento das despesas com os advogados contratados pelo mesmo, para a defesa contra as ilegalidades de tentativa de cobranças do Fisco.

Por tudo isso, peço apoio aos meus pares na aprovação dessa emenda.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputada Dani Cunha**  
**(UNIÃO - RJ)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259711892400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dani Cunha



\*CD259711892400\*  
LexEdit



MPV 1288  
00012

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

**“Art.** O Banco Central do Brasil publicará, a cada semestre, relatório de auditoria referente à segurança, proteção de dados e sigilo bancário no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), contendo, no mínimo:

**I** – estatísticas sobre o número de requisições de acesso a informações financeiras efetuadas por órgãos públicos, discriminadas por espécie de solicitação;

**II** – medidas de salvaguarda implementadas para prevenir acessos indevidos;

**III** – ações de melhoria contínua adotadas para garantir a privacidade e a proteção de dados pessoais dos usuários do Pix. **Parágrafo único.**

**Parágrafo único.** Os relatórios de que trata este artigo deverão ser amplamente divulgados, respeitados os limites impostos pelo sigilo bancário e pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).”

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda busca fortalecer a privacidade e a segurança dos dados bancários no Sistema de Pagamentos Instantâneos, garantindo transparência no acesso a informações sensíveis. A exigência de relatórios semestrais de auditoria pelo Banco Central permitirá que a sociedade acompanhe como o Pix é gerido, prevenindo abusos e protegendo os usuários.

A publicidade desses relatórios incentivará boas práticas, reforçando a proteção de dados e a governança do sistema. Com isso, assegura-se que o Pix



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251178426800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí



continue promovendo inclusão financeira sem comprometer a privacidade dos cidadãos ou gerar insegurança jurídica.

A medida respeita os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência, garantindo que a administração pública atue com transparência e responsabilidade. Convidamos os nobres pares a apoiar essa proposta, essencial para proteger a privacidade dos usuários e fortalecer a confiança no sistema financeiro.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251178426800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí



\*CD251178426800\* LexEdit



MPV 1288  
00013

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Dê-se ao § 4º do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

§ 4º Para fins de aplicação do disposto na Lei nº 13.455, de 26 de junho de 2017, o pagamento realizado por meio de Pix à vista equipara-se ao pagamento em espécie, sendo facultativo a sua aceitação como forma de pagamento em estabelecimentos privados.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A medida que torna facultativa a aceitação do Pix como forma de pagamento em estabelecimentos privados fundamenta-se no princípio da liberdade de iniciativa econômica, previsto no art. 170, II, da Constituição Federal, que assegura aos empresários a autonomia para gerir seus negócios conforme suas estratégias e capacidades. Além disso, o princípio da subsidiariedade sugere que o Estado não deve intervir excessivamente na esfera privada, respeitando a livre concorrência e a diversidade de modelos de negócios. A imposição de métodos de pagamento específicos poderia violar esses princípios, especialmente para micro e pequenas empresas, que podem não dispor de recursos para integrar novas tecnologias. Assim, a facultatividade do Pix como meio de pagamento preserva a autonomia da vontade e a livre concorrência, garantindo que a adoção ocorra de

\*CD251764498600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251764498600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí





forma gradual e voluntária, em consonância com as demandas do mercado e as capacidades dos agentes econômicos.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251764498600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí



MPV 1288  
00014

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Dê-se ao art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 3º** Não incide tributo, seja imposto, taxa ou contribuição, em qualquer valor movimentado pelo Pix, transferência bancária ou pagamento em espécie. Não incide tributo, seja imposto, taxa ou contribuição, no uso do Pix.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda apresentada veda a incidência de tributos sobre valores movimentados por meio do Pix, transferências bancárias ou pagamentos em espécie. Tal medida é necessária para garantir a justiça tributária, a eficiência econômica e a modernização do sistema financeiro. fundamental.

Primeiramente, essas transações representam circulação de valores, não geração de riqueza ou acréscimo patrimonial, que são os verdadeiros fatos geradores de tributos como imposto de renda ou contribuição sobre receitas. Tributar essas operações significaria impor uma carga adicional sobre recursos já tributados, configurando bitributação e ferindo o princípio da capacidade contributiva.

Além disso, a isenção de tributos sobre transferências eletrônicas, como o Pix, estimula a inclusão financeira e o uso de meios de pagamento modernos, que são acessíveis, rápidos e seguros. Esses sistemas digitais são cruciais para integrar pequenos empreendedores e cidadãos de baixa renda ao mercado formal, promovendo maior circulação econômica e desenvolvimento social. Uma tributação sobre essas movimentações representaria um



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256486554300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri



incentivando a informalidade o retorno a transações em espécie e dificultando a transparência fiscal.

Por todo o exposto, solicito o apoio dos demais parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputado Kim Kataguiri**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256486554300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiri



MPV 1288  
00015

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Acrescente-se § 5º ao art. 2º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

**§ 5º O acesso a dados bancários e a informações financeiras relacionadas ao Pix, por parte de órgãos de fiscalização e controle, somente poderá ocorrer nas hipóteses de investigação ou procedimento administrativo em que houver indícios concretos de ilícito penal, fiscal ou cível, nos termos da legislação em vigor, mediante ordem judicial, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. ”**

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda reforça a proteção ao sigilo bancário e à privacidade, exigindo ordem judicial para a quebra de sigilo financeiro e o acesso a dados do Pix, da forma que a Constituição Federal estabelece em seu artigo 5º. Garantindo que a quebra do sigilo ocorra apenas em investigações com indícios concretos de ilícito.

Sem essa exigência, há risco de monitoramento excessivo, violação de direitos e impacto negativo na economia, especialmente para pequenos empreendedores. O respeito ao contraditório e à ampla defesa impede abusos e assegura que apenas casos suspeitos sejam investigados.

A proposta segue os princípios constitucionais de legalidade, moralidade e eficiência, garantindo transparência na atuação dos órgãos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257199388600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí

\*CD257199388600\*  
LexEdit

fiscalizadores. Além disso, alinha-se à MP nº 1.288/2025, protegendo usuários do Pix sem comprometer o combate a crimes financeiros.

Convidamos os nobres pares a apoiar essa medida essencial para preservar direitos fundamentais e fortalecer a segurança jurídica no sistema financeiro.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257199388600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí



\*CD257199388600\* LexEdit



MPV 1288  
00016

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Dê-se ao art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 3º Não incide tributo, seja imposto, taxa ou contribuição, no uso do Pix e nem nos rendimentos de pessoas físicas ou jurídicas cuja receita líquida anual, descontados de todos os débitos relacionados à respectiva atividade produtiva, seja igual ou inferior aos limites de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI) previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.**

**§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo não gera qualquer obrigação acessória aos contribuintes.**

**§ 2º A apuração da receita líquida anual deverá ser realizada exclusivamente pelo fisco, utilizando os dados que já tenha à disposição, considerando os custos de produção variáveis para cada atividade econômica.**

**§ 3º Somente caso subsista fundada suspeita de irregularidade o fisco deverá instaurar processo administrativo próprio em que disponibilizará amplo e facilitado meio para o contribuinte fazer prova em seu favor, sendo suficiente para tal comprovantes de pagamento e transações que demonstrem os débitos relacionados à atividade produtiva, vedada a exigência de documentos fiscais considerando o pequeno porte da atividade e o princípio da boa-fé objetiva.**

**§ 4º Se ao final da fiscalização simplificada disposta nos parágrafos anteriores o fisco considerar que o contribuinte extrapolou os limites de receita líquida anual contidos no caput, o contribuinte não reincidente fica isento de quaisquer multas ou sanções tributária,**

ExEdit  
\* 0 2 5 4 4 0 6 2 5 8 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254406255800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



tendo direito ao desenquadramento do porte, considerando o princípio da preservação da atividade econômica.”

## JUSTIFICAÇÃO

O texto proposto pelo governo prevê apenas que não incide tributo no **uso** do Pix, mas não prevê qualquer proteção sobre os **valores** movimentados por Pix. Pequenos comerciantes e informais movimentam quantias que não representam suas receitas líquidas. Por exemplo, um vendedor de cachorro-quente pode movimentar R\$10 mil por mês, mas possui despesas com a compra de insumos, contratação de auxiliares, aluguel de equipamento, dentre outras. A presente emenda garante que ele não será tributado pelo o que não recebeu, ou seja, que os débitos relacionados a sua atividade produtiva devem ser descontados para fins fiscais.

Na prática, a proposta da emenda é prever um regime de lucro real simplificado para pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte que recebam pelo Pix, tranquilizando aqueles que geram movimentações que não condizem com suas receitas líquidas devido às suas despesas.

A própria Receita Federal se manifestou nesta semana no sentido de já adotar esta prática durante sua fiscalização:

“A Receita já monitora receitas e despesas de quem atua de forma autônoma, considerando custos de produção como compra de matéria-prima e outras despesas relacionadas”, afirmou. Segundo ele, o uso do Pix para compras de materiais, como no caso de pedreiros e outros profissionais, já é amplamente reconhecido e os dados dessas transações são cruzados com notas fiscais e outras fontes de informação”

Assim, a presente emenda vem no sentido de dar segurança jurídica a uma atuação já efetuada pela Receita Federal, visto que a normativa atual prevê apenas faixas de isenção sobre o faturamento global, sem qualquer consideração pelas despesas relacionadas à atividade produtiva do contribuinte.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254406255800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



\* CD 254406255800 \*  
ExEdit



O limite de isenção sobre receitas líquidas assegura que apenas aqueles que possuem capacidade contributiva acima desse patamar sejam eventualmente tributados, preservando a justiça fiscal e evitando a penalização de empreendedores de menor porte.

Por fim, ao proteger pequenos negócios e empreendedores do impacto tributário injusto, a presente emenda também contribui para a segurança jurídica e o fortalecimento do setor produtivo de base, fundamental para o crescimento econômico e social do Brasil.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputado Gilson Marques**  
**(NOVO - SC)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254406255800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



\*CD254406255800\* LexEdit





MPV 1288  
00017

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Dê-se ao art. 5º da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 5º As instituições financeiras conservarão o sigilo das operações ativas e passivas e dos serviços prestados por meio de arranjo de Pagamentos instantâneos - Pix, sendo vedada a transferência automática de dados bancários para qualquer órgão ou entidade pública, exceto mediante autorização judicial.**

**§ 1º O sigilo bancário poderá ser afastado exclusivamente mediante decisão judicial fundamentada, observando-se os seguintes critérios:**

- I – existência de indícios concretos de irregularidades ou ilícitos;**
- II – respeito ao devido processo legal, com ampla defesa e contraditório;**
- III – fundamentação clara e específica da necessidade de acesso aos dados.**

**§ 2º A decisão judicial deverá indicar expressamente o escopo e o período da quebra do sigilo, vedando-se autorizações genéricas ou ilimitadas.**

**§ 3º A autoridade que requerer a quebra de sigilo bancário responderá administrativa, civil e penalmente pelo uso indevido das informações obtidas.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

O sigilo bancário é uma extensão do direito à privacidade, garantido pelo artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal. O acesso irrestrito a dados



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254557242000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



bancários por órgãos administrativos, sem supervisão judicial, pode representar uma grave violação desse direito fundamental.

O artigo 5º, inciso XII, da Constituição Federal, assegura a inviolabilidade das comunicações, estabelecendo que a quebra de sigilo bancário só pode ocorrer mediante autorização judicial. Esse mecanismo protege o direito à intimidade e previne abusos por parte do poder público. A "reserva de jurisdição" desempenha um papel essencial, impedindo que instituições administrativas assumam atribuições que demandam análise jurídica criteriosa e fundamentada.

A flexibilização indiscriminada do sigilo bancário representa um risco de invasão arbitrária do Estado na esfera privada dos cidadãos. Tal prática viola o equilíbrio constitucional entre segurança pública e liberdade individual, desconsiderando que o sigilo bancário integra a proteção à vida privada e à intimidade.

Quebras de sigilo devem ser autorizadas somente diante de indícios concretos de irregularidades ou ilícitos, evitando investigações genéricas ou baseadas em meras presunções. Essa exigência reforça o princípio da presunção de inocência e limita o alcance da atuação estatal a casos devidamente fundamentados.

O modelo atual, que permite a transferência automática de dados financeiros para órgãos administrativos, pode resultar em abusos e no uso indevido de informações. Ao condicionar a quebra de sigilo a uma decisão judicial, garante-se maior transparência e responsabilidade (accountability) no uso dessas informações, assegurando que a medida seja proporcional e justificada.

A obrigatoriedade de autorização judicial não apenas reforça o controle sobre o acesso a informações sensíveis, mas também assegura o devido processo legal. Esse requisito promove o equilíbrio entre a necessidade de investigação e a proteção dos direitos individuais, sendo indispensável em um Estado Democrático de Direito.

O repasse automático de dados bancários a órgãos fiscais é questionável do ponto de vista constitucional, pois pode violar a autonomia individual. O Supremo Tribunal Federal já reconheceu que, embora o sigilo



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254557242000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



bancário não seja absoluto, sua quebra deve ser criteriosa, fundamentada em justificativas concretas e submetida à análise judicial.

Ademais, garantir o sigilo das contas bancárias, salvo decisão judicial, fortalece a confiança dos cidadãos no sistema financeiro, especialmente em um cenário de crescente digitalização das operações financeiras. Isso evita que o Estado extrapole seus poderes, preservando a privacidade dos contribuintes.

Embora a Receita Federal tenha acesso limitado a determinadas informações financeiras para fins fiscais, isso não equivale a uma quebra generalizada do sigilo bancário. Tais informações devem ser tratadas com rigoroso sigilo fiscal e utilizadas estritamente para a finalidade específica para a qual foram coletadas, evitando excessos

Sala da comissão, 20 de janeiro de 2025.

**Deputado Gilson Marques**  
**(NOVO - SC)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254557242000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



\* CD 254557242000 \* LexEdit



MPV 1288  
00018

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 4º Compete ao Banco Central do Brasil normatizar e implementar medidas que garantam a preservação da infraestrutura digital pública, sua disponibilidade isonômica e não discriminatória, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e a proteção aos dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, garantindo-se a impossibilidade de identificação dos usuários, observadas as exceções legais.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

A atual redação do artigo 4º atribui ao Banco Central do Brasil a competência de normatizar e implementar medidas relacionadas à privacidade das informações financeiras no âmbito do Pix e do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI). No entanto, essa atribuição é incompatível com o regime constitucional de proteção da privacidade e do sigilo bancário, além de extrapolar as competências legais conferidas ao Banco Central.

O sigilo bancário é uma extensão do direito fundamental à privacidade, assegurado pelo artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal. Esse princípio visa proteger a intimidade dos cidadãos e garantir a inviolabilidade de suas informações financeiras, prevenindo interferências indevidas do Estado ou de terceiros. A legislação vigente, especialmente a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, regulamenta as condições para a quebra desse sigilo,

\*CD250536830500\*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250536830500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



determinando que tal medida somente pode ocorrer mediante autorização judicial ou nas situações excepcionais previstas na norma.

Ademais, o artigo 5º, inciso XII, da Constituição Federal, garante a inviolabilidade das comunicações, incluindo-se a proteção de dados bancários. Essa disposição estabelece um mecanismo de reserva de jurisdição, no qual a quebra de sigilo bancário somente pode ocorrer por decisão judicial, evitando abusos por parte de órgãos administrativos. O reconhecimento desse princípio busca impedir que autoridades administrativas possam acessar informações bancárias sem a devida supervisão judicial, prevenindo riscos de abuso de poder e violações à liberdade individual.

Conferir ao Banco Central o poder de normatizar sobre a matéria, representa uma grave ameaça à segurança jurídica e à proteção da privacidade, que são asseguradas na Constituição e disciplinadas em Lei Complementar. A regulamentação da privacidade e do sigilo bancário é uma prerrogativa do Poder Legislativo, que deve assegurar que qualquer modificação nesse campo respeite o devido processo legislativo e os princípios constitucionais.

O Banco Central do Brasil é uma autarquia federal de natureza técnico-administrativa, cujas competências estão claramente definidas na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Seu papel fundamental é a formulação e execução da política monetária, cambial e creditícia, além da supervisão do sistema financeiro nacional. A regulação dessa matéria cabe exclusivamente ao Congresso Nacional, respeitando o devido processo legislativo e os limites constitucionais.

Diante disso, a retirada da competência do Banco Central para normatizar e implementar medidas relativas à privacidade das informações financeiras é necessária para manter a coerência com o arcabouço constitucional vigente. O sigilo bancário deve continuar sendo protegido dentro do escopo da Lei Complementar nº 105/2001 e da Constituição Federal, com estrita observância do princípio da reserva de jurisdição e a salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos.

\*CD250536830500\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250536830500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



Sala da comissão, 20 de janeiro de 2025.

**Deputado Gilson Marques**  
**(NOVO - SC)**  
**DEPUTADO FEDERAL**

LexEdit  
\*CD250536830500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250536830500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



MPV 1288  
00019

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Acrescentem-se §§ 5º e 6º ao art. 2º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 2º .....**

**.....**

**§ 5º Nenhum fornecedor de produtos ou serviços, em estabelecimentos físicos ou virtuais, será obrigado a utilizar o PIX como forma de pagamento pela venda de bens ou pela prestação de serviço.**

**§ 6º A decisão sobre a aceitação do PIX como meio de pagamento será de livre escolha do fornecedor, sem que tal recusa implique qualquer penalidade ou sanção por parte de órgãos públicos ou entidades privadas.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

Nos últimos anos, o PIX consolidou-se como um dos principais meios de pagamento no Brasil, oferecendo rapidez e praticidade tanto para consumidores quanto para empresários. No entanto, sua crescente adoção tem levantado questionamentos sobre a obrigatoriedade de sua aceitação por estabelecimentos comerciais, sejam físicos ou virtuais.

O princípio da liberdade econômica garante que fornecedores de bens e serviços tenham autonomia para definir quais meios de pagamento serão aceitos em suas operações. Nesse sentido, nenhum fornecedor, seja pessoa física ou jurídica, pode ser obrigado a aceitar o PIX como forma de pagamento.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259278335600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



Diferentemente de meios tradicionais, como o dinheiro em espécie, cuja aceitação é obrigatória por determinação legal (art. 39, IX, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, e art. 43 da Lei 3.688/41, Lei das Contravenções Penais), o PIX não está sujeito a essa exigência. Dessa forma, cabe a cada comerciante ou prestador de serviço avaliar a conveniência e viabilidade de adotá-lo em seu negócio.

Há diversas razões legítimas para que um fornecedor opte por não oferecer o PIX como meio de pagamento, seja pela dificuldades no controle financeiro, algumas empresas podem enfrentar desafios na gestão de recebimentos instantâneos e na conciliação contábil, por questões de segurança, há relatos frequentes de fraudes e golpes envolvendo o PIX, o que pode gerar receio em determinados setores, ou pela estratégia comercial, onde empresas podem optar exclusivamente pelo recebimento em espécie, por cartões, boletos bancários ou outras formas digitais, conforme sua política financeira e operacional.

O PIX trouxe inovação ao sistema financeiro brasileiro, mas sua aceitação deve continuar sendo uma opção e não uma obrigação para os fornecedores. A imposição de qualquer meio de pagamento deve respeitar a liberdade empresarial e considerar as peculiaridades de cada setor. Dessa forma, comerciantes e prestadores de serviços devem ter total autonomia para decidir se aceitam ou não essa modalidade, garantindo equilíbrio e respeito às diferentes estratégias de negócio.

Sala da comissão, 20 de janeiro de 2025.

**Deputado Gilson Marques**  
**(NOVO - SC)**  
**DEPUTADO FEDERAL**

LexEdit  
\*CD259278335600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259278335600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques





**MPV 1288  
00020**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025  
(à MPV 1288/2025)**

Suprima-se o § 2º do art. 2º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente dispositivo legal impõe aos fornecedores de produtos e serviços a obrigação de informar os consumidores sobre a vedação de cobrança de valores diferenciados para pagamentos via PIX à vista, exigindo a exposição dessa informação de forma clara e inequívoca nos estabelecimentos físicos e virtuais. No entanto, essa exigência fere a liberdade econômica, gera ônus desnecessário ao setor empresarial e aumenta a burocracia, sem oferecer benefícios concretos para consumidores ou para a regulação do mercado.

A liberdade econômica é um dos pilares fundamentais da economia de mercado e está consagrada na Constituição Federal (art. 170) e reforçada pela Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019). A imposição de mais uma obrigação aos comerciantes restringe sua autonomia e cria mais um entrave burocrático, contrariando o princípio de mínima intervenção estatal nos negócios privados.

A decisão sobre como comunicar preços e formas de pagamento deve ser do fornecedor, e não uma imposição regulatória. O mercado já se autorregula de forma eficiente, uma vez que comerciantes que adotam práticas transparentes naturalmente conquistam a confiança e preferência dos consumidores.

A obrigatoriedade de fixação de placas, avisos ou notificações explícitas sobre a aceitação do PIX adiciona mais um fardo burocrático aos fornecedores, que já precisam cumprir diversas exigências regulatórias, tais como:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258660190000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



- Exposição obrigatória do Código de Defesa do Consumidor (CDC);
- Informações sobre formas de pagamento aceitas;
- Avisos sobre proibição da venda de bebidas alcoólicas para menores;
- Informações sobre política de trocas e devoluções;
- Regras sanitárias, de acessibilidade e fiscais.

Para pequenos e médios comerciantes, essa multiplicação de obrigações representa um impacto significativo, dificultando a operação eficiente de seus negócios e desviando recursos que poderiam ser investidos na melhoria dos serviços prestados.

O princípio da proteção ao consumidor e da transparência já está previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que veda práticas abusivas e garante informações claras sobre preços e condições de pagamento. Isso significa que a imposição dessa norma não cria uma proteção nova, mas apenas repete obrigações já existentes, reforçando uma burocracia desnecessária.

Além disso, o próprio mecanismo de concorrência já incentiva a transparência: fornecedores que não informam adequadamente os consumidores ou que aplicam cobranças indevidas naturalmente perdem mercado para concorrentes mais eficientes e alinhados às expectativas dos clientes.

A imposição dessa norma não protege efetivamente o consumidor, mas apenas sobrecarrega os fornecedores com mais uma exigência burocrática, que não traz benefícios reais à relação entre consumidores e prestadores de serviço.

Dessa forma, recomenda-se a rejeição ou revisão desse dispositivo, de modo a preservar a liberdade econômica, reduzir a intervenção estatal desnecessária e fomentar um ambiente de negócios mais livre, eficiente e menos burocrático no país.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258660190000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



Sala da comissão, 20 de janeiro de 2025.

**Deputado Gilson Marques**  
**(NOVO - SC)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258660190000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



\*CD258660190000\* LexEdit



**MPV 1288  
00021**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025  
(à MPV 1288/2025)**

Suprima-se o § 4º do art. 2º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe a supressão do parágrafo que equipara o pagamento via Pix ao pagamento em papel moeda para os fins da Lei nº 13.455, de 26 de junho de 2017. A Lei nº 13.455/2017 reconhece a possibilidade de diferenciação de preços conforme a forma de pagamento, com o objetivo de preservar a livre concorrência e a autonomia dos negócios. Nesse sentido, a inclusão do Pix no rol de meios equiparados ao papel moeda pode desconsiderar as particularidades e especificidades de diferentes atividades econômicas e modelos de negócio.

O Pix, apesar de suas vantagens como a instantaneidade e a gratuidade para pessoas físicas, impõe custos e obrigações específicas para empresas, como a necessidade de adequação tecnológica, tarifas bancárias para contas comerciais e a gestão de novos riscos, incluindo a possibilidade de fraudes eletrônicas. Esses fatores podem diferir substancialmente das características e custos associados ao uso de papel moeda.

Além disso, a imposição de tratamento igualitário entre o Pix e o papel moeda interfere na livre escolha do meio de pagamento mais adequado para cada negócio, podendo impactar negativamente setores que, por suas especificidades, enfrentam desafios maiores para aderir ou operar com o Pix de forma eficiente e segura. Garantir aos comerciantes e prestadores de serviço a autonomia para decidir sobre as condições e preços aplicáveis a cada forma de pagamento é



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259356451300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



essencial para a manutenção de um ambiente de negócios equilibrado, flexível e em conformidade com as realidades do mercado.

Portanto, ao suprimir o referido parágrafo, busca-se respeitar as diferenças operacionais e econômicas entre os diversos setores, além de preservar a liberdade de escolha e a autonomia das partes para ajustar suas operações de pagamento de acordo com suas características e necessidades. Tal medida é fundamental para assegurar que os benefícios trazidos pela inovação tecnológica convivam com a realidade prática e econômica de cada modelo de negócio, em harmonia com os princípios da livre iniciativa e da concorrência leal.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputado Gilson Marques**  
**(NOVO - SC)**  
**deputado federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259356451300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques



\*CD259356451300\* LexEdit



**MPV 1288  
00022****EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Suprima-se o § 4º do art. 2º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A manutenção do dispositivo que equipara o Pix ao dinheiro em espécie apresenta implicações regulatórias e práticas que justificam sua supressão.

Primeiramente, essa equiparação pode atrair a incidência da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1571/2015, que obriga as instituições financeiras a informar ao Fisco transações de movimentação financeira acima de determinados valores. Apesar de o objetivo original da norma ser voltado ao monitoramento de movimentações bancárias, a extensão de seus efeitos ao Pix — equiparado ao dinheiro físico — poderia aumentar a carga regulatória sobre comerciantes e consumidores, impactando o ambiente de negócios.

Adicionalmente, ao equiparar o Pix ao dinheiro em espécie, o §4º pode levar à interpretação de que todos os comerciantes seriam obrigados a aceitar o Pix como forma de pagamento, independentemente de infraestrutura ou viabilidade operacional. Isso cria uma situação de potencial desequilíbrio, visto que nem todas as empresas, especialmente pequenas e microempresas, possuem condições adequadas para operar exclusivamente em ambiente digital.

ExEdit  
\* C D 2 5 8 5 0 8 4 6 5 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258508465200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carla Dickson



Por fim, essa equiparação pode gerar dúvidas jurídicas e operacionais quanto à aplicação de normas financeiras, criando um cenário de insegurança regulatória.

Assim, a supressão do § 4º busca evitar interpretações equivocadas proteger o equilíbrio das relações comerciais, garantindo que o Pix continue uma opção voluntária e eficaz, sem que sua natureza seja confundida com a do dinheiro em espécie.

Sala da comissão, 3 de fevereiro de 2025.

**Deputada Carla Dickson**  
**(UNIÃO - RN)**  
**DEPUTADA FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258508465200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carla Dickson



MPV 1288  
00023

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** A Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 7º-A.** Para fins de atendimento da segurança dos usuários finais, as instituições de pagamentos, sob coordenação do Banco Central do Brasil, deverão compartilhar entre si dados sobre fraudes nos arranjos de pagamentos de compensação instantânea, especialmente no Pix e no boleto, integrar estrutura permanente de observação e controle de fraudes e contribuir para o desenvolvimento de mecanismos e ferramentas para prevenção da atuação criminosa e para recuperação de valores desviados indevidamente, incluindo canal de comunicação diuturno com os órgãos policiais competentes.

§ 1º Caberá ao Banco Central do Brasil fiscalizar e auditar as atividades previstas no caput e elaborar relatório periódico ostensivo sobre os tipos de fraudes identificadas, constando números de ocorrências e de valores consolidados, e as medidas adotadas para prevenção e recuperação dos valores pelas instituições de pagamento.

§ 2º Deverão ser realizadas campanhas, para difusão nos meios de comunicação em geral e nos canais específicos das instituições de pagamento, de alerta e de orientação aos usuários finais acerca dos tipos de fraude, os modos de prevenção e as



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251392733900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga





medidas a serem adotadas, caso esses sejam vítimas de ações criminosas.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

O arranjo de pagamento instantâneo PIX tornou-se, rapidamente uma instituição nacional e motivo de orgulho para os brasileiros. Nessa linha, o Banco Central, que desenvolveu a ferramenta, anunciou, em 8 de abril de 2024, o registro de 200 milhões de transações em 5 de maio de 2024, um recorde. Ou seja, o PIX, pela praticidade, pela gratuidade e pela rapidez, tornou-se uma unanimidade. Essa facilidade, embora com todas as medidas de segurança adotadas, e sendo um meio de pagamento instantâneo, não está imune às fraudes mais diversas, especialmente ante a capacidade inovadora de criminosos.

As fraudes ou golpes no PIX são os mais diversos, sendo que várias instituições bancárias, além de oferecerem seguro para transações via PIX, nem sempre tão acessíveis para a maioria dos brasileiros, alertam sobre a situação, como pode ser observado, a título de exemplo didático, nesta página: <https://blog.pagseguro.uol.com.br/golpe-do-pix/>.

O maior problema nas fraudes envolvendo o PIX é que o criminoso, normalmente agindo em organização criminosa, rapidamente pulveriza os valores, tornando praticamente impossível sua recuperação após curto espaço temporal. Nesse sentido, há que se desenvolver, além do oferecimento do seguro, mecanismos mais efetivos para a prevenção da atividade criminosa e, de modo mais relevante, a recuperação dos valores em determinado prazo, ainda que breve.

Nessa linha, é elucidativa a simples leitura do **relatório final da CPI - Golpes com Pix e Clonagem de Cartões da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, “constituída com a finalidade de investigar os golpes envolvendo subtração de valores por meio de fraudes através de transferências eletrônicas (principalmente via Pix) e clonagem de cartões



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251392733900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga

ExEdit  
\*CD251392733900\*



de débito e crédito, tanto pela questão da defesa do consumidor quanto pela segurança pública, posto que tais fraudes podem servir para financiar o crime organizado”, disponível em [file:///C:/Users/P\\_125881/Downloads/com10015\(2\).pdf](file:///C:/Users/P_125881/Downloads/com10015(2).pdf).

Assim, ante esta complexidade que deve ser enfrentada, apresento este projeto de lei para que as instituições de pagamento, sob coordenação do Banco Central, compartilhem entre si dados sobre fraudes nos arranjos de pagamentos instantâneos, especialmente no denominado PIX, ademais de integrarem estrutura permanente de observação e controle de fraudes e desenvolverem mecanismos e ferramentas para prevenção da atuação criminosa e recuperação de valores eventualmente desviados ilicitamente.

Ademais, proponho que caberá ao Banco Central a elaboração de relatório periódico sobre os tipos de fraudes identificadas e medidas adotadas para prevenção e recuperação dos valores, bem como detalhamento do número de ocorrências e os valores totais registrados pelas instituições de pagamento. E, adicionalmente, deverão ser promovidas campanhas de alerta e de orientação aos usuários finais acerca dos tipos de fraude, os modos de prevenção e medidas a serem adotadas, caso sejam vítimas de fraude.

Enfim, valorizando o papel do Banco Central, como medida de prevenção da atividade criminosa que se vale exatamente das vantagens do PIX – seu caráter simples, gratuito e instantâneo – para sua atividade ilícita, e para a proteção do patrimônio dos brasileiros é que apresento esta emenda e conclamo aos meus pares o debate, o aperfeiçoamento e, ao final, sua aprovação.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
(PL - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251392733900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



MPV 1288  
00024

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Acrescente-se art. 4º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 39-A.** No caso do inciso IX do artigo anterior, os fornecedores de produtos ou serviços são obrigados a devolver, de forma integral e em moeda corrente, o troco ou saldo ao consumidor.

**Parágrafo único.** Na falta de cédulas ou moedas para devolução do troco exato, o fornecedor do produto ou serviço deverá arredondar o valor em benefício do consumidor, ou devolver o troco ou saldo imediatamente por meio de arranjo eletrônico Pix, se assim consentido, sendo vedada a substituição por produtos não desejados ou para acúmulo de saldo para uso futuro.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda objetiva alterar o Código do Consumidor (CDC) para uniformizar nacionalmente a denominada “lei do troco”. É certo que os estados e o Distrito Federal, a teor do art. 24, V e VIII, da Constituição, podem legislar concorrentemente com a União sobre o tema do consumo. Nessa linha,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252982617700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



vários estados legislaram sobre a questão do troco no caso de pagamento imediato; contudo, algumas unidades federativas não o fizeram.

Assim, procuramos propor uma norma geral nacionalizada, sem ferir a competência estadual, propondo texto legal sobre essa questão. Com efeito, o tema do troco não é banal como muitas vezes se alega, pois se trata de direito do consumidor; ademais, por vezes é até mesmo motivo de desavenças que podem chegar às vias de fato.

Enfim, pela leitura do texto verifica-se que se propõe uma solução razoável, de acordo com a sociedade atual, para assegurar esse direito do consumidor. Do ponto de vista do empresário, evita-se eventual penalidade para o vendedor de produtos ou prestador de serviços, pela segurança jurídica que proporciona; ademais, se previne que o consumidor se aborreça com o atendimento, o que pode gerar prejuízos aos fornecedores de bens e serviços.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.

**Deputado Alberto Fraga**  
(PL - DF)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252982617700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alberto Fraga



MPV 1288  
00025

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 1º** Esta Medida Provisória dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio de arranjo de Pagamentos instantâneos – Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil, sendo vedado à Secretaria da Receita Federal do Brasil acessar dados sensíveis e sigilosos dos sujeitos envolvidos nas transações via Pix sem prévia decisão judicial.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta de emenda visa aprimorar o texto original ao introduzir uma salvaguarda específica que protege os dados sensíveis e sigilosos dos usuários do sistema de Pagamentos Instantâneos (Pix). A inclusão do trecho que veda à Secretaria da Receita Federal do Brasil o acesso a esses dados sem prévia decisão judicial é fundamental para garantir a privacidade e a segurança dos cidadãos, alinhando-se aos princípios constitucionais de proteção à intimidade e à vida privada (artigo 5º, X, da Constituição Federal).

A medida é necessária para evitar possíveis abusos ou violações de direitos fundamentais, especialmente em um contexto em que o uso do Pix tem se expandido significativamente, tornando-se uma ferramenta essencial para transações financeiras no país. Ao exigir uma decisão judicial prévia para o acesso a dados sensíveis, a emenda reforça o equilíbrio entre a necessidade de fiscalização e o respeito aos direitos individuais, assegurando que eventuais

ExEdit  
\*CD253187928600\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253187928600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



intromissões na privacidade dos cidadãos sejam devidamente fundamentadas e autorizadas pelo Poder Judiciário.

Além disso, a alteração proposta não apenas mantém os objetivos originais da Medida Provisória — como a garantia da efetividade do sigilo e a proibição de cobranças adicionais —, mas também fortalece a confiança dos usuários no sistema Pix, ao demonstrar um compromisso claro com a proteção de seus dados pessoais e financeiros. Dessa forma, a emenda contribui para a consolidação de um ambiente digital seguro e transparente, em conformidade com as melhores práticas de governança e proteção de dados.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253187928600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



MPV 1288  
00026

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025  
(à MPV 1288/2025)

Dê-se ao art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 3º** É vedada a incidência de qualquer espécie de tributo no uso do Pix pelas pessoas físicas e jurídicas.”

## JUSTIFICAÇÃO

A proposta de emenda visa aprimorar a redação original do texto, conferindo maior clareza e abrangência ao disposto sobre a vedação de tributação no uso do sistema de Pagamentos Instantâneos (Pix). O texto original limitava-se a mencionar a não incidência de "tributo, imposto, taxa ou contribuição", o que, embora relevante, não contemplava de forma expressa todas as espécies tributárias reconhecidas pela teoria pentapartite, amplamente adotada no ordenamento jurídico brasileiro.

A teoria pentapartite, consolidada pela doutrina e jurisprudência, especialmente a partir de precedentes como o **RE nº 146.733-9/SP**, reconhece cinco espécies tributárias: **impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições especiais e empréstimos compulsórios**. A redação proposta, ao utilizar a expressão "qualquer espécie de tributo", abrange todas essas modalidades de forma inequívoca, evitando interpretações restritivas que poderiam deixar lacunas na proteção dos usuários do Pix contra a tributação.

Além disso, a nova redação reforça o princípio da segurança jurídica, ao deixar claro que nenhuma forma de tributo, sob qualquer denominação ou natureza, poderá incidir sobre o uso do Pix por pessoas físicas e jurídicas. Isso é



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250062652000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



essencial para garantir a efetividade da medida, bem como para alinhar o texto à realidade jurídica e às práticas tributárias vigentes no país.

A alteração proposta também reflete um compromisso com a simplificação e a transparência, ao evitar a enumeração excessiva de termos técnicos, sem prejuízo da abrangência necessária. Dessa forma, a emenda assegura que a vedação tributária seja compreendida de maneira ampla e literal, em conformidade com a teoria pentapartite e com os princípios constitucionais que regem o sistema tributário nacional.

Sala da comissão, 4 de fevereiro de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250062652000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy





**MPV 1288**  
**00027**

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Acrescente-se § 5º ao art. 2º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

§ 5º É obrigatória a aceitação de pagamento por meio de Pix por quaisquer bens ou serviços fornecidos por órgãos ou instituições do Governo Federal.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.288, de 2025, equipara o pagamento via Pix ao pagamento em espécie. Todavia, consideramos oportuno estabelecer de forma explícita a obrigação de que todos os órgãos e instituições federais, que cobram por serviços, ingressos ou taxas aceitem pagamentos via PIX. Recentemente, recebemos notícia de que equipamentos públicos, como o Jardim Botânico e o Museu Imperial no Rio de Janeiro, que aceitam apenas pagamentos em dinheiro, excluem opções modernas e amplamente utilizadas, como o PIX e o cartão de débito ou crédito. Essa limitação não condiz com a modernização sugerida pela MP e cria barreiras desnecessárias ao acesso da população aos serviços e espaços públicos. Dessa forma, apresentamos esta emenda à MPV em tela, a fim de que a lei obrigue a aceitação do PIX como meio de pagamento por órgãos e equipamentos públicos do Governo Federal.

Sala da comissão, 27 de janeiro de 2025.



**MPV 1288  
00028****EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Acrescente-se art. 3º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 3º-1.** Fica o Sistema de Pagamentos Instantâneos (PIX), regulamentado pelo Banco Central do Brasil, declarado Patrimônio Nacional, em reconhecimento à sua relevância para a transformação digital, a inclusão financeira e a eficiência do sistema financeiro brasileiro.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda declara o Sistema de Pagamentos Instantâneos (PIX) como Patrimônio Nacional.

O Pix, sistema de pagamentos instantâneos implementado no Brasil em 2020, representa um marco na história financeira do país. Sua concepção inovadora e abrangência o consolidaram como um elemento transformador na interação dos brasileiros com o dinheiro, impactando positivamente a economia e a sociedade.

O Pix transcende a mera funcionalidade de um sistema de pagamentos, alçando-se à condição de símbolo de progresso tecnológico e modernização. Sua interface intuitiva e disponibilidade ininterrupta democratizam o acesso a serviços financeiros, empoderando milhões



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256677138900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



\*CD256677138900\*  
LexEdit



de brasileiros na gestão de suas finanças, independentemente de sua localização ou condição social.

O impacto do Pix na economia brasileira é substancial. Sua agilidade e custo reduzido fomentam o comércio, especialmente entre empreendedores de pequeno porte, que agora desfrutam da praticidade de receber pagamentos de forma imediata e segura, sem o ônus de taxas elevadas. Adicionalmente, o Pix contribui para a inclusão financeira de expressivos segmentos da população, antes excluídos do sistema bancário, impulsionando a atividade econômica e a geração de novas oportunidades de negócios.

O Pix está intrinsecamente ligado à cultura brasileira contemporânea. Sua praticidade o popularizou, sendo adotado para uma vasta gama de transações, desde o pagamento de pequenas despesas cotidianas até a realização de transferências de grande valor. O reconhecimento do Pix como Patrimônio Nacional do Brasil representa um tributo à sua importância para a história, cultura e tecnologia do país. É um reconhecimento da capacidade inventiva e inovadora dos brasileiros, além de salvaguardar esse sistema que transformou a vida de milhões de cidadãos.

Sua praticidade, segurança e impacto social o alçam à condição de elemento essencial da sociedade brasileira. O reconhecimento do Pix como Patrimônio Nacional é um passo crucial para assegurar que esse sistema continue a beneficiar as gerações, perpetuando seu legado de progresso e inclusão.

Declarar o PIX como Patrimônio Nacional significa reconhecer sua importância fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, e assegura que ele continue sendo um bem público a serviço de toda a população brasileira. Além disso, essa medida



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256677138900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



\*CD256677138900\*  
ExEdit



reforça o compromisso do Estado com a inovação e a modernização do sistema financeiro, reconhecendo o seu papel crucial na promoção da inclusão financeira e no desenvolvimento econômico do país.

Sala da comissão, 31 de janeiro de 2025.

**Deputado Aureo Ribeiro**  
**(SOLIDARIEDADE - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256677138900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



\*CD256677138900\* LexEdit



**MPV 1288**  
**00029**

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Acrescente-se, antes do art. 4º da Medida Provisória, o seguinte Capítulo Único:

**“CAPÍTULO ÚNICO**

**DO MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS**

**Art. 3º-1.** Fica instituído o Mecanismo de Resolução de Disputas (MRD) para transações realizadas por meio do Sistema de Pagamentos Instantâneos (PIX), a fim de garantir a devolução de valores e a resolução de questões decorrentes de erros ou fraudes nas transferências realizadas.

**Art. 3º-2.** O Mecanismo de Resolução de Disputas será de responsabilidade dos prestadores de serviços de pagamento, que deverão disponibilizar canais específicos para a abertura de disputas por parte dos usuários.

**Art. 3º-3.** Em casos de erro ou fraude, o usuário poderá contestar a transação por meio do MRD diretamente com a instituição responsável pela transação, informando a natureza do problema ocorrido.

**Art. 3º-4.** A instituição financeira deverá analisar a contestação e, se necessário, iniciar investigação sobre o ocorrido, podendo solicitar documentos ou informações adicionais ao usuário para fundamentar sua decisão.

**Art. 3º-5.** Caso a disputa envolva fraude ou erro evidente de transação, a instituição deverá tomar medidas imediatas para a devolução do valor ao usuário prejudicado, independente da resolução final da disputa.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254076322500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



\* CD 254076322500 \*  
LexEdit



**Art. 3º-6.** O Banco Central do Brasil será responsável por regulamentar as condições operacionais do Mecanismo de Resolução de Disputas, estabelecendo normas sobre os procedimentos e requisitos mínimos de segurança para as instituições financeiras e seus usuários, de forma a garantir a eficácia do sistema e a proteção do consumidor.

**Art. 3º-7.** Em casos onde as partes não chegarem a um acordo, o usuário poderá encaminhar a disputa para análise junto ao Banco Central do Brasil ou outra autoridade competente, que atuará como instância de mediação.”

### JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda acrescenta um Capítulo à MPV 1.288/2025 para instituir o Mecanismo de Resolução de Disputas (MRD) para transações realizadas via PIX. O MRD visa garantir a devolução de valores e a resolução de conflitos em casos de erros ou fraudes, assegurando maior segurança e proteção ao consumidor.

A proposta se baseia no Mecanismo Especial de Devolução (MED) já existente no Pix, que permite aos usuários contestar transações e solicitar devoluções em casos de fraudes, golpes ou falhas operacionais. O MRD proposto amplia o escopo do MED, incluindo também a resolução de disputas por erro nas transações.

É fundamental que o MRD seja incorporado à legislação, e não apenas regulamentado por normas infralegais, para que sua aplicação seja obrigatória e para que os direitos dos usuários do PIX sejam efetivamente protegidos. A inclusão do MRD em uma lei garante maior segurança jurídica e reforça o compromisso do Estado com a

ExEdit  
\* C D 2 5 4 0 7 6 3 2 2 5 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254076322500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



proteção dos cidadãos em suas relações financeiras, especialmente em um contexto de crescente digitalização dos meios de pagamento.

Com o MRD, os usuários terão um canal específico para registrar suas reclamações e buscar a resolução de conflitos de forma mais ágil e eficiente, contribuindo para o aumento da confiança e da segurança nas transações realizadas via PIX. A regulamentação do MRD pelo Banco Central do Brasil garantirá a padronização dos procedimentos e a proteção dos direitos dos usuários.

Sala da comissão, 31 de janeiro de 2025.

**Deputado Aureo Ribeiro**  
**(SOLIDARIEDADE - RJ)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254076322500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro



\*CD254076322500\* LexEdit



MPV 1288  
00030

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Acrescente-se § 5º ao art. 2º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

§ 5º Visando o combate ao cometimento de fraudes, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro e do Sistema de Pagamentos Instantâneos, as instituições participantes devem estabelecer medidas de segurança e limites de transações compatíveis com o perfil de seus clientes.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Inobstante os importantes avanços trazidos pela implantação do PIX, temos acompanhado por meio da imprensa a publicação de dados que demonstram o aumento do número de fraudes e golpes contra consumidores de diversas faixas etárias.

Reportagem da Revista Veja aponta prejuízos mensais de R\$ 300 milhões com fraudes realizadas por meio do Pix. Esse custo prejudica toda a sociedade brasileira e beneficia apenas ao crime organizado, financiando suas ações.

De acordo com matéria da Folha de São Paulo, pesquisa Data Folha indica que no estado de São Paulo, 30% acham o PIX nada seguro, enquanto 47% consideram essa forma de pagamento um pouco segura.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258620767900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho





Nesse cenário, é preciso oferecer medidas de segurança adicionais. Atualmente é vedado às instituições aplicarem às movimentações de PIX de seus clientes o que já é amplamente adotado em diversas outras modalidades de movimentações: a aplicação de valores transacionais de acordo com o perfil de cada cliente. Isso impediria, por exemplo, uma dona de casa sofrer golpes de até R\$ 60.000,00 (limite do PIX para pessoas físicas) quando sua receita sequer se aproxima desses valores. O mesmo vale para micro empresas e MEI's cujo limite imposto pelo Banco Central é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Os consumidores menos familiarizados com tecnologias, em sua maioria, não comandam essas mudanças de limites deixando-os à margem de serem vítimas de criminosos.

Esperamos contar com o apoio dos nobres pares em torno da presente emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Vinicius Carvalho**  
**(REPUBLICANOS - SP)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258620767900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho



\*CD258620767900\* LexEdit



**MPV 1288  
00031**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025  
(à MPV 1288/2025)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte art. 3º-A à Medida Provisória nº 1.288, de 2024:

Art. 3º-A. Fica vedada a abertura de procedimentos de fiscalização ou de investigação, inclusive diligências, com base somente em dados de pagamentos realizados por meio de arranjo de Pagamentos instantâneos – Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Os lançamentos fiscais e os créditos tributários decorrentes de procedimentos referidos no *caput* são materialmente nulos de pleno direito, nos termos do art. 149 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.

.....”(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.288, de 2024, e visa reforçar a garantia da efetividade do sigilo e da não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados à vista por meio de arranjo de pagamentos instantâneos (Pix), instituído pelo Banco Central do Brasil (BCB).

A medida provisória esclarece ainda que não poderá incidir imposto, taxa ou contribuição no uso do arranjo de pagamentos Pix, garantindo por via legal que os consumidores continuem a não ser tributados.

Entretanto, isso não é suficiente para proteger os usuários do Pix da sanha arrecadatória do governo, principalmente sobre os mais carentes, sobre os



que trabalham na informalidade e sobre as micro e pequenas empresas, como ficou bem evidente com a edição da Instrução Normativa RFB nº 2219, de 17 de setembro de 2024, flagrantemente ilegal.

Assim, proponho emenda vedando a abertura de procedimentos de fiscalização ou de investigação, inclusive diligências, com base somente em dados de pagamentos realizados por meio de arranjo de Pagamentos instantâneos – Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil.

Ademais, os lançamentos fiscais e os créditos tributários decorrentes desses procedimentos serão materialmente nulos de pleno direito, nos termos de dispositivo do Código Tributário Nacional.

A emenda proposta tem o objetivo de assegurar que o Pix, enquanto meio de pagamento amplamente adotado no Brasil, continue a ser um instrumento seguro e acessível para toda a população, especialmente para os mais vulneráveis, trabalhadores informais e micro e pequenos empresários.

Ao vedar a abertura de procedimentos fiscais baseados exclusivamente em transações realizadas por meio desse arranjo de pagamento, estamos protegendo os direitos fundamentais dos cidadãos contra excessos na fiscalização tributária, evitando um cenário de insegurança jurídica e possíveis abusos arrecadatários.

A previsão de nulidade garante que contribuintes não sejam penalizados injustamente, fortalecendo o princípio da segurança jurídica, essencial para a manutenção de um ambiente econômico estável e confiável. O artigo 149 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966) já prevê hipóteses de nulidade, e essa emenda apenas reforça a aplicação desse dispositivo em um contexto específico que pode levar a abusos.

Sem a vedação explícita ao uso desses dados como único elemento para investigações fiscais, abre-se uma brecha para a criação de um verdadeiro "Big Brother Tributário", onde qualquer movimentação financeira de pequeno porte pode ser usada como pretexto para fiscalizações invasivas. A emenda atua como um escudo contra esse tipo de prática autoritária.



O Pix tem sido um fator determinante para a inclusão financeira no Brasil, permitindo que milhões de brasileiros realizem transações sem custos e de forma instantânea. Se houver o risco de que essas transações possam ser usadas arbitrariamente como base para fiscalizações, muitas pessoas poderão voltar a utilizar dinheiro em espécie ou buscar meios alternativos menos eficientes e menos seguros, prejudicando o avanço da digitalização financeira.

O objetivo não é impedir o combate à sonegação fiscal, mas sim garantir que qualquer procedimento investigativo tenha fundamentos concretos e vá além do simples fato de um contribuinte utilizar um meio de pagamento legítimo e incentivado pelo próprio governo.

Ante o exposto, de forma a proteger os trabalhadores e empreendedores informais e as micro e pequenas empresas dos ataques fiscais do governo, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1288  
00032**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Suprima-se o parágrafo 4º do art. 2º da Medida Provisória nº 1.288, de 2024.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória (MP) nº 1.288, de 2024, e visa reforçar a garantia da efetividade do sigilo e da não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados à vista por meio de arranjo de pagamentos instantâneos (Pix), instituído pelo Banco Central do Brasil (BCB).

O parágrafo 4º do art. 2º da MP nº 1.288, de 2024, estabelece que o pagamento realizado por meio de Pix à vista equipara-se ao pagamento em espécie, para fins de aplicação do disposto na Lei nº 13.455, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado.

Tal equiparação pode inviabilizar que os fornecedores de produtos ou serviços ofereçam descontos ao pagamento em espécie que não se aplicam ao Pix, o que é perfeitamente legítimo, dado o menor risco de estorno. O Pix, embora seja um meio eletrônico de pagamento instantâneo, ainda está sujeito a custos indiretos e obrigações regulatórias que podem não existir na transação em espécie.

Ademais, pode-se interpretar que ao Pix equipara-se a incidência da Instrução Normativa RFB nº 1571, de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações financeiras de interesse da Receita Federal do Brasil (RFB). Ela disciplina o envio dessas informações por meio



da e-Financeira, um conjunto de arquivos digitais que inclui dados de cadastro, abertura, fechamento de contas e operações financeiras.

Entre as informações prestadas estão: saldos e movimentações financeiras de contas bancárias, aplicações financeiras, previdência complementar e seguros de pessoas; movimentações mensais superiores a R\$ 2.000,00 (pessoas físicas) e R\$ 6.000,00 (pessoas jurídicas); transferências internacionais e operações de câmbio e informações sobre fundos de investimento, títulos mobiliários e operações de consórcio.

Trata-se de uma estratégia de, por via indireta, obter os mesmos efeitos da Instrução Normativa RFB nº 2219, de 17 de setembro de 2024, flagrantemente ilegal, que o governo revogou por pressão popular.

Visando evitar esses problemas, proponho emenda para suprimir o parágrafo 4º do art. 2º da Medida Provisória nº 1.288, de 2024.

A supressão do citado § 4º impede que esse mecanismo seja utilizado para reintroduzir obrigações fiscais excessivas sob a justificativa de mera equiparação de meios de pagamento.

A introdução de conceitos que ampliam obrigações fiscais e regulatórias sem debate prévio e sem amparo claro na legislação tributária gera insegurança jurídica. O entendimento de que o Pix se equipara ao pagamento em espécie pode ser explorado para futuras regulações que comprometam sua natureza instantânea e simplificada, contrariando os princípios que nortearam sua criação.

Ao suprimir o § 4º do art. 2º da MP nº 1.288, de 2024, garante-se que a legislação não abra margem para interpretações que imponham novos encargos ou limitações ao uso do Pix, preservando sua eficácia e confiabilidade como meio de pagamento.

Ante o exposto, como medida essencial para impedir distorções no mercado e garantir que o Pix continue sendo uma ferramenta eficiente, acessível e livre de excessos regulatórios, e de forma a proteger os trabalhadores e



empreendedores informais e as micro e pequenas empresas dos ataques fiscais do governo, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1288  
00033**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025  
(à MPV 1288/2025)**

segue Emenda em anexo

**JUSTIFICAÇÃO**

segue Justificação em anexo

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Luiz Carlos Hauly  
(PODEMOS - PR)  
deputado federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254347520900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauly



\*CD254347520900\* LexEdit







CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Dê-se ao *caput* do art. 2º, aos §§ 2º e 4º do art. 2º e ao art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** Constitui prática abusiva, para os efeitos do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a exigência, pelo fornecedor de produtos ou serviços, em estabelecimentos físicos ou virtuais, de preço superior, valor ou encargo adicional em razão da realização de pagamentos à vista **realizados por meio do Arranjo de Pagamentos Instantâneos – PIX e Arranjos de Pagamento Abertos, nas modalidades de depósito e pré-pago.**

.....  
§ 2º Os fornecedores de produtos ou serviços, em estabelecimentos físicos ou virtuais, deverão informar os consumidores, de forma clara e inequívoca, sobre a vedação de cobrança de preço superior, valor ou encargo adicional para pagamentos à vista **realizados por meio do Arranjo de Pagamentos Instantâneos – PIX e Arranjos de Pagamento Abertos, nas modalidades de depósito e pré-pago.**

.....  
§ 4º Para fins de aplicação do disposto na Lei nº 13.455, de 26 de junho de 2017, o pagamento à vista realizado **por meio do Arranjo de Pagamentos Instantâneos – PIX e Arranjos de Pagamento Abertos, nas modalidades de depósito e pré-pago**, equipara-se ao pagamento em espécie.”

“**Art. 3º** Não incide tributo, seja imposto, taxa ou contribuição, no uso do **Arranjo de Pagamentos Instantâneos – PIX e demais Arranjos de Pagamento Abertos.**”



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254347520900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy



## JUSTIFICAÇÃO

O art. 2º da Medida Provisória, ao vedar a variação de preço em transações realizadas por meio do PIX ignora que, em situações específicas, podem se tratar de um serviço sujeito à tarifa e, consequentemente custos para o recebedor.

Neste sentido, a Resolução BCB nº 1 de 2020, que institui e regula o arranjo de pagamentos PIX, traz a previsão da possibilidade de cobrança de tarifas em situações específicas como, por exemplo, transações entre pessoas jurídicas.

Acrescente-se que a Lei nº 13455/2017, que trata da possibilidade de diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em geral, autoriza expressamente a diferenciação de preços em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, considerando que diferentes meios de pagamento geram diferentes custos para seus usuários.

Note-se que a referida Lei Federal, adequadamente, não fez qualquer limitação quanto ao meio de pagamento adotado como critério para eventual e indevida discriminação na formação de preços, de forma a ratificar a impropriedade perpetrada pela Medida Provisória ao qualificar como prática abusiva no âmbito do direito do consumidor apenas as diferenciações estabelecidas em relação ao Pix.

Neste sentido, o texto do Artigo 2º. da Medida Provisória revoga parcialmente e indiretamente o texto da Lei 13455/2017, em benefício exclusivo de um único arranjo de pagamento, mesmo que este possa gerar custos adicionais aos usuários em hipóteses específicas.

Vale ressaltar que a Constituição Federal estabelece princípios norteadores para a intervenção do Estado no domínio econômico. Nos termos do art. 170 e 173 da Constituição Federal, cabe ao Estado a exploração direta de atividade econômica somente quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo. No exercício de referidas atividades, o Estado deve observar os princípios postos no art.170 da CF, dentre eles, a defesa da concorrência. Dessa maneira, a redação proposta pela Medida Provisória é contrária ao próprio texto constitucional, o que a macula em sua origem.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254347520900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy



Foi recém aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, convertido na Lei Complementar nº 214/2025, que, entre outras matérias, regula o funcionamento do recolhimento na liquidação financeiro, chamado de Split Payment.

A Lei Complementar nº 214/2025 define, conforme art. 31, a aplicação do Split Payment igualmente a todos os prestadores de serviços de pagamento eletrônico, sejam participantes de arranjos de pagamento abertos, fechados, públicos ou privados, inclusive aqueles que não se sujeitem à regulação do Banco Central do Brasil. Além disso, o § 1º do Art. 35 da Lei Complementar nº. 214/2025 determina que o “split payment deverá entrar em funcionamento de forma simultânea, nas operações com adquirentes que não são contribuintes do IBS e da CBS no regime regular, para os principais instrumentos de pagamento

eletrônico utilizados nessas operações”.

Tais inclusões visam, justamente, adicionar ao bojo do Split Payment princípios concorrenciais e comerciais já consolidados no ordenamento pátrio, com o intuito de preservar a isonomia e trazer eficiência na aplicação da legislação tributária para que esta produza os efeitos desejados.

Ao criar uma hipótese expressa de não incidência tributária exclusivamente sobre apenas um dos arranjos de pagamento atuantes no país (“Art. 3º Não incide tributo, seja imposto, taxa ou contribuição, no uso do Pix”), cria-se um cenário de severa assimetria concorrencial.

Além disso, entre as consequências da criação dessa inédita assimetria, é necessário realizar estudo com uma projeção dos níveis de evasão fiscal em diferentes cenários de implementação do Split Payment.

Diante do “incentivo” artificial criado ao PIX, inclusive para fugir da tributação que recai sobre os demais meios, será natural o efeito de uma grande migração dos meios de pagamento utilizados atualmente para o PIX.

Paralelamente, considerando a revogação da IN RFB nº 2219/2024 que aperfeiçoava os instrumentos de fiscalização da Receita Federal do Brasil sobre as transações realizadas pelos meios de pagamento eletrônicos, incluindo o PIX, espera-se que tal migração resulte na subnotificação de valores pelo contribuinte



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254347520900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy



\*CD254347520900\*  
ExEdit



e, conseqüentemente, no aumento de impostos não declarados e redução na arrecadação.

Ainda que se alegue que o texto do art. 3º. da Medida Provisória possua natureza meramente informativa para trazer tranquilidade à sociedade diante do cenário que ensejou a sua edição e que não se pretendeu criar uma hipótese de não incidência tributária sobre as operações realizadas por meio do PIX, temos um cenário onde o texto do Art. 3º permite diversas interpretações e o esclarecimento se mostra necessário para que o cenário de diversas interpretações possíveis não tragam um ambiente de disfunção concorrencial e de efeitos nocivos à própria arrecadação.

Assim, faz-se imprescindível o ajuste do texto normativo, de forma que os esclarecimentos e/ou garantias estabelecidas em benefício do uso do Pix sejam estendidas a todos os meios de pagamento, afastando-se, assim, as assimetrias que, tal como postas, prejudicam sobremaneira o ambiente concorrencial no setor de pagamentos e a própria arrecadação.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Deputado Luiz Carlos Hauly**  
**(PODEMOS - PR)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254347520900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauly



**MPV 1288  
00034**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025  
(à MPV 1288/2025)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte art. 3º-A à Medida Provisória nº 1.288, de 2024:

“Art. 3º-A. É livre o cadastramento e a utilização de chaves PIX, não podendo o fornecedor, pessoa natural ou jurídica, de produtos ou serviços ser obrigado a adotar esse meio de pagamento.

Parágrafo único. Ao fornecedor que não adota o PIX como meio de pagamento, não se aplica o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 2º desta Lei.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.288, de 2024, visa reforçar a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre pagamentos à vista realizados por meio do Pix.

O § 2º do art. 2º da citada MP estabelece que os fornecedores de produtos ou serviços, em estabelecimentos físicos ou virtuais, deverão informar os consumidores, de forma clara e inequívoca, sobre a vedação de cobrança de preço superior, valor ou encargo adicional para pagamentos por meio de Pix à vista.

Já o § 4º do art. 2º da mesma MP determina que, para fins de aplicação do disposto na Lei nº 13.455, de 26 de junho de 2017, o pagamento realizado por meio de Pix à vista equipara-se ao pagamento em espécie.

Percebe-se que, ao estabelecer regras específicas sobre a equiparação desse meio de pagamento ao pagamento em espécie e a obrigatoriedade de informar os consumidores sobre a vedação de cobranças adicionais, a MP pode



implicar em uma exigência implícita para que todos os fornecedores adotem o Pix como forma de pagamento.

A Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), conquista do Governo Bolsonaro, garante, em seus dispositivos, a livre iniciativa e a autonomia dos agentes econômicos na definição dos modelos e métodos de pagamento que melhor atendam às suas necessidades.

Ademais, a Constituição Federal de 1988 estabelece que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" (art. 5º, II) e, como princípio geral da atividade econômica, a livre concorrência, ao determinar como fundamento da ordem econômica a livre iniciativa.

A obrigatoriedade de adesão ao Pix desconsidera a liberdade do fornecedor de bens e serviços de optar pelos meios de pagamento mais adequados ao seu modelo de negócio.

Essa imposição viola a autonomia empresarial e pode ser especialmente prejudicial para micro e pequenas empresas, que podem não dispor da estrutura necessária para a integração desse meio de pagamento. Além disso, a exigência de que todos os fornecedores informem os consumidores sobre a vedação de cobrança diferenciada para pagamentos via Pix pressupõe que todos devem aceitar esse meio de pagamento, o que restringe sua liberdade de escolha.

Assim, proponho emenda estabelecendo que seja livre o cadastramento e a utilização de chaves PIX, não podendo o fornecedor, pessoa natural ou jurídica, de produtos ou serviços ser obrigado a adotar esse meio de pagamento. Ademais, ao fornecedor que não adota o PIX como meio de pagamento, não pode ser aplicado os parágrafos do art. 2º já mencionados.

A emenda proposta busca assegurar que o cadastramento e a utilização de chaves Pix sejam facultativos, garantindo que nenhum fornecedor seja compelido a adotar esse meio de pagamento. Além disso, propõe-se que aqueles que optarem por não utilizar o Pix não sejam submetidos às obrigações previstas nos §§ 2º e 4º do art. 2º da MP, uma vez que tais regras somente fazem sentido para aqueles que já aceitam esse meio de pagamento.



A liberdade de mercado e a livre concorrência são princípios fundamentais para um ambiente econômico dinâmico e inovador. Fornecedores devem ter autonomia para definir quais meios de pagamento serão aceitos, sem que isso implique em penalidades ou restrições. A imposição de um meio de pagamento específico representa uma ingerência indevida na gestão dos negócios e pode criar distorções no mercado, prejudicando especialmente pequenos empreendedores.

Portanto, a emenda proposta reforça a segurança jurídica e protege o direito de escolha dos meios de pagamento, promovendo um ambiente de negócios mais equilibrado e alinhado aos princípios constitucionais e legais que garantem a livre iniciativa. Ante o exposto, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1288  
00035**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025  
(à MPV 1288/2025)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte art. 3º-A à Medida Provisória nº 1.288, de 2024:

“Art. 3º-A. Não incidirá qualquer tarifa, encargo ou custo bancário, independentemente da denominação utilizada, sobre o uso do PIX.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 1.288, de 2024, reforça a garantia da não incidência de tributos sobre transações realizadas por meio do Pix, protegendo consumidores contra eventuais cobranças fiscais que poderiam onerar esse meio de pagamento.

No entanto, essa proteção, embora muito relevante, não é suficiente para desonerar totalmente o uso do Pix, uma vez que ainda há a possibilidade de incidência de tarifas, encargos ou outros custos bancários que podem comprometer a acessibilidade e a efetividade desse sistema de pagamento.

O Pix tornou-se um dos principais instrumentos de inclusão financeira no Brasil, sendo amplamente utilizado por, entre outros, pessoas naturais, microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte e entidades sem fins lucrativos.

Para esses segmentos, a gratuidade e a acessibilidade são essenciais para garantir a competitividade no mercado e estimular a formalização de negócios. Qualquer encargo adicional poderia desestimular o uso do Pix, obrigando





pequenos empreendedores a recorrerem a meios de pagamento mais onerosos, como maquininhas de cartão, que possuem altas taxas de transação.

A cobrança de tarifas sobre operações via Pix também pode criar uma distorção no ambiente econômico, dificultando o acesso a um sistema de pagamentos eficiente e seguro.

Enquanto grandes empresas possuem maior capacidade para negociar condições mais vantajosas com instituições financeiras, pequenos negócios, empreendedores individuais e entidades sem fins lucrativos podem ser desproporcionalmente impactados pela incidência de custos bancários, reduzindo suas margens de lucro ou de superávit, bem como sua competitividade.

A emenda proposta visa garantir que o uso do Pix continue sendo um meio de pagamento gratuito e acessível, sem a incidência de qualquer tarifa, encargo ou custo bancário, independentemente da denominação utilizada.

Essa medida é fundamental para preservar o caráter democrático e inclusivo do Pix, assegurando que todos os agentes econômicos, independentemente do porte, possam se beneficiar desse sistema sem custos adicionais que inviabilizem sua utilização.

Além disso, ao impedir a cobrança de tarifas bancárias sobre operações via Pix, a emenda fortalece a economia digital e incentiva a modernização dos meios de pagamento no Brasil, sem onerar os consumidores e pequenos empreendedores.

A desoneração do Pix para pessoas naturais, MEIs, microempresas e empresas de pequeno porte e entidades sem fins lucrativos é, portanto, um passo essencial para garantir um ambiente econômico mais justo e competitivo, promovendo o desenvolvimento de negócios sustentáveis e impulsionando a inclusão financeira no país.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.



Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



**MPV 1288  
00036**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Acrescente-se art. 4º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-1.** O Banco Central do Brasil deverá estabelecer diretrizes específicas para garantir a implementação e o cumprimento das disposições desta Medida Provisória, incluindo mecanismos de fiscalização contínua e penalidades para instituições financeiras e de pagamento que descumprirem as normativas de segurança, transparência e acessibilidade do Pix.

§ 1º O descumprimento das disposições desta Medida Provisória por instituições financeiras e empresas de pagamento sujeita os infratores a sanções administrativas, incluindo advertências, multas proporcionais ao faturamento, suspensão de serviços e, em casos graves, revogação de autorizações de funcionamento concedidas pelo Banco Central.

§ 2º O Banco Central do Brasil deverá regulamentar, no prazo máximo de 180 dias a contar da publicação desta Medida Provisória, mecanismos de rastreamento e reversão ágil de transações fraudulentas realizadas por meio do Pix, garantindo maior proteção aos usuários.

§ 3º As instituições financeiras deverão garantir a disponibilidade contínua do Pix e adotar protocolos de contingência para minimizar impactos decorrentes de falhas técnicas, indisponibilidade do sistema ou tentativas de ataques cibernéticos.

§ 4º O Banco Central do Brasil, em colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e órgãos de defesa do consumidor, deverá estabelecer uma central nacional para denúncias de fraudes e irregularidades envolvendo o Pix, com a obrigação de resposta e resolução em prazo razoável.”



Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A inclusão deste artigo na MPV 1.288/2025 tem como objetivo fortalecer a efetividade das medidas já propostas, garantindo que o Pix continue sendo um meio de pagamento seguro, acessível e bem regulado. Com a inclusão desse artigo, a governança e a fiscalização do sistema serão reforçadas, ajudando a prevenir irregularidades e ampliando a proteção dos usuários. No entanto, para que essa mudança tenha um impacto real, é essencial que as autoridades competentes adotem medidas complementares, de modo a garantir o cumprimento das normas e a aplicação de penalidades.

A previsão de multas e sanções para instituições financeiras que descumprirem as diretrizes de segurança, acessibilidade e transparência fortalece o papel regulador do Banco Central e coíbe práticas abusivas. Penalidades proporcionais ao faturamento das empresas podem ser uma forma eficaz de assegurar que as regras sejam respeitadas.

Outro ponto crucial é a reversão de fraudes e a rastreabilidade das transações. Com o crescimento do Pix, houve também um aumento significativo no número de fraudes. Por isso, é importante que o Banco Central estabeleça um prazo para regulamentar mecanismos que permitam rastrear e reverter transações fraudulentas. Isso não só ajudará a recuperar valores perdidos, mas também aumentará a confiança dos usuários no sistema.

Além disso, é essencial garantir a disponibilidade contínua do Pix. Falhas técnicas, ataques cibernéticos ou indisponibilidades do sistema podem causar prejuízos tanto para os consumidores quanto para o comércio. Por isso, o artigo propõe que as instituições financeiras tenham protocolos de contingência obrigatórios, assegurando que o Pix funcione de maneira ininterrupta e confiável.

Por fim, a criação de um canal nacional de denúncias é uma medida importante para fortalecer a segurança do sistema. A colaboração entre o Banco



Central, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e órgãos de defesa do consumidor pode resultar em um mecanismo robusto para receber e investigar denúncias de golpes e irregularidades. Um canal centralizado, com prazos claros para resposta e resolução, aumentará a transparência e a eficiência na fiscalização do Pix.

Em conclusão, a introdução do art. 5º fortalece a estrutura regulatória do Pix, garantindo sua estabilidade a longo prazo. Com um sistema mais fiscalizado, mecanismos de rastreamento de fraudes, garantia de continuidade do serviço e maior proteção ao usuário, o Pix se consolida como um meio de pagamento confiável, seguro e acessível para toda a sociedade brasileira. A regulamentação detalhada proposta evitará práticas abusivas e promoverá um ambiente econômico digital mais seguro e eficiente.

Por essas razões, peço o apoio dos nobres pares para o acolhimento desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Magno Malta**  
(PL - ES)



**MPV 1288  
00037**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 4º** Compete ao Banco Central do Brasil normatizar, fiscalizar e implementar medidas que garantam:

**I** – a preservação da infraestrutura digital pública, assegurando sua estabilidade, segurança cibernética e disponibilidade isonômica e não discriminatória, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013;

**II** – a privacidade, proteção e sigilo das informações financeiras processadas no âmbito do Pix e do Sistema de Pagamentos Instantâneos - SPI, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

**III** – a implementação de mecanismos avançados de detecção e prevenção a fraudes financeiras e ataques cibernéticos, em parceria com instituições financeiras e órgãos de segurança pública;

**IV** – a adoção de práticas regulatórias que impeçam a exclusão digital e garantam a acessibilidade do Pix a toda a população, incluindo medidas que facilitem a inclusão de idosos e grupos vulneráveis;

**V** – a transparência na governança do sistema Pix, garantindo a publicação de relatórios periódicos sobre sua segurança, desempenho e acessibilidade.

**Parágrafo único.** O Banco Central do Brasil deverá estabelecer protocolos obrigatórios de segurança digital e combate a fraudes, devendo criar canais de comunicação diretos para que usuários possam relatar tentativas de golpe, com rápida resposta e atuação das instituições financeiras responsáveis.”



## JUSTIFICAÇÃO

A proposta de alteração do artigo 4º da MPV 1.288/2025 busca fortalecer o papel do Banco Central do Brasil na regulamentação, fiscalização e implementação de medidas que garantam a segurança e a confiabilidade do Pix.

Com o crescimento exponencial desse meio de pagamento, é fundamental reforçar sua governança, prevenir fraudes e garantir que ele seja acessível a toda a população. A nova redação do artigo está alinhada com diversas normas que regulam a segurança, a privacidade e a inclusão no setor financeiro digital, como a Lei nº 12.865/2013, que estabelece diretrizes sobre arranjos de pagamento e a atuação das instituições financeiras; a Lei Complementar nº 105/2001, que protege o sigilo das operações financeiras; a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), que assegura a proteção de dados pessoais; e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que garante direitos fundamentais aos usuários da internet, incluindo a privacidade em transações digitais.

No entanto, para que a alteração proposta tenha efeito prático, é essencial que as autoridades competentes adotem medidas complementares. Em primeiro lugar, é importante ampliar a segurança cibernética, com o desenvolvimento de mecanismos avançados para prevenir fraudes e ataques cibernéticos, como a implementação de tecnologias antifraude baseadas em inteligência artificial, capazes de detectar comportamentos suspeitos em tempo real.

Além disso, é fundamental promover maior fiscalização e transparência, com a publicação de relatórios periódicos sobre a segurança do sistema Pix e a criação de auditorias independentes para avaliar a eficácia das normas de proteção.

Outro ponto crucial é a inclusão digital e a acessibilidade. É necessário adotar práticas que ampliem o acesso ao Pix para idosos e grupos vulneráveis, promovendo educação financeira digital e oferecendo suporte adaptado às necessidades desses usuários.

Também é importante regulamentar práticas para evitar que bancos e fintechs restrinjam indevidamente o uso do Pix. No combate a fraudes e golpes



financeiros, sugere-se a criação de um canal centralizado de denúncias, com resposta rápida e coordenação entre instituições financeiras e órgãos de segurança pública, além da criação de um fundo de ressarcimento para vítimas de fraudes comprovadas, financiado por um percentual mínimo das transações bancárias.

Em conclusão, a reformulação do artigo 4º da MPV 1.288/2025 fortalece a regulamentação do Pix, garantindo um ambiente digital mais seguro, acessível e confiável para todos os usuários. Ao ampliar a responsabilidade do Banco Central e implementar mecanismos de segurança mais robustos, a proposta assegura a continuidade do Pix como um dos principais meios de pagamento no Brasil, prevenindo abusos, fraudes e exclusões digitais. Por essas razões, peço o apoio dos nobres pares para o acolhimento desta emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Magno Malta**  
(PL - ES)





**MPV 1288  
00038**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 1º** Esta Medida Provisória dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade, segurança e confiabilidade da modalidade de pagamento Pix, assegurando a proteção dos dados financeiros dos usuários, prevenindo fraudes e estabelecendo diretrizes para a sua utilização de forma ampla, segura e eficiente, sem a incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio desse arranjo de Pagamentos Instantâneos, instituído pelo Banco Central do Brasil.

**Parágrafo único.** O Banco Central do Brasil deverá promover a regulamentação necessária para a efetiva implementação das disposições desta Medida Provisória, garantindo a adoção de mecanismos de segurança, rastreabilidade e prevenção a fraudes na utilização do Pix.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta de alteração do artigo 1º da MPV nº 1.288 de 2025 surge da necessidade de fortalecer a segurança, a confiabilidade e a proteção dos dados financeiros dos usuários do Pix. Embora o texto original já trate da proibição de cobranças adicionais sobre pagamentos realizados via Pix, é fundamental expandir as diretrizes para garantir uma abordagem mais robusta em relação à segurança digital e à proteção das transações financeiras.

O Pix se tornou uma ferramenta essencial no dia a dia dos brasileiros, e, com seu crescimento, aumentaram também os desafios relacionados a fraudes e



à proteção de dados. Por isso, é preciso atualizar a norma para que ela acompanhe essas demandas.

Essa proposta está alinhada com diversas legislações já existentes, que tratam da proteção de dados, da segurança bancária e dos direitos do consumidor. A Lei Complementar nº 105/2001, por exemplo, garante o sigilo das operações financeiras, protegendo os dados bancários dos usuários e definindo as condições para que autoridades possam acessá-los.

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) também é fundamental, pois regula o tratamento de dados pessoais, incluindo os utilizados em transações financeiras, assegurando que essas informações sejam processadas de forma segura e transparente.

Além disso, a Lei nº 12.865/2013, que regula os arranjos de pagamento e as instituições financeiras, e o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que protege os consumidores de práticas abusivas, são bases importantes para a proposta.

No entanto, para que a alteração do artigo 1º tenha efeito prático, é essencial que o Banco Central, em conjunto com as instituições financeiras, adote medidas adicionais que aprimorem a segurança e a confiabilidade do Pix. Entre essas medidas, destacam-se: a criação de um sistema de monitoramento automatizado, utilizando tecnologias como aprendizado de máquina para detectar padrões suspeitos de transações e prevenir fraudes em tempo real; o aprimoramento dos mecanismos de rastreabilidade, permitindo maior transparência e controle sobre as movimentações financeiras sem comprometer a privacidade dos usuários; e a exigência de dupla autenticação para transações de alto valor, com o uso de reconhecimento facial ou biometria digital.

Outras ações importantes incluem a obrigatoriedade de seguros bancários que cubram fraudes via Pix, garantindo que os usuários sejam ressarcidos em casos de golpes; campanhas de educação financeira para conscientizar a população sobre segurança digital e boas práticas no uso do Pix; e a integração entre autoridades financeiras e órgãos de segurança pública, facilitando o compartilhamento de informações para combater crimes financeiros.



Além disso, é fundamental estabelecer prazos diferenciados para a reversão de transações fraudulentas, assegurando que os valores sejam devolvidos rapidamente em casos comprovados de fraude.

Em resumo, a modificação do artigo 1º da MPV 1.288/2025, aliada à implementação dessas medidas adicionais, garantirá maior proteção aos usuários do Pix. A incorporação de mecanismos preventivos e responsivos contra fraudes tornará o sistema ainda mais confiável, promovendo a segurança digital e a eficiência nas transações eletrônicas no Brasil.

Por essas razões, peço o apoio dos nobres pares para o acolhimento desta emenda, que visa fortalecer o Pix como uma ferramenta segura, acessível e eficiente para todos os brasileiros.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.

**Senador Magno Malta**  
(PL - ES)



**MPV 1288  
00039**

**EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
**(à MPV 1288/2025)**

Dê-se ao art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 3º** Fica expressamente vedada a incidência de tributos, sejam impostos, taxas ou contribuições, sobre a utilização do Pix para transações financeiras entre pessoas físicas e jurídicas, independentemente da finalidade, salvo mediante lei complementar específica que justifique a necessidade de tributação exclusivamente para a preservação da segurança e estabilidade do sistema, desde que não resulte em qualquer encargo ao usuário final.

**Parágrafo único.** Qualquer proposta de tributação incidente sobre operações via Pix deverá obrigatoriamente ser instituída por lei complementar, previamente submetida a amplo debate público e aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional, observando rigorosamente o princípio da capacidade contributiva e o impacto sobre a inclusão financeira, vedando-se qualquer cobrança que onere o consumidor ou dificulte o acesso ao sistema de pagamentos eletrônicos.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A modificação do artigo 3º da MPV 1.288/2025 visa garantir que o Pix continue sendo um meio de pagamento acessível e livre de tributações indevidas que possam comprometer sua popularidade e eficácia.

A nova redação reforça a proibição da incidência de impostos, taxas ou contribuições, ao mesmo tempo que estabelece regras claras para que qualquer tentativa de tributar essa modalidade de pagamento seja altamente regulamentada e submetida a amplo debate legislativo.

Sobre a questão, vale destacar as seguintes legislações e princípios já existentes, dentre eles:



**Constituição Federal (Art. 150, Inciso I e IV):** Estabelece a proibição da instituição de tributos que configurem confisco e impede a criação de impostos sem previsão legal específica.

**Lei Complementar nº 95/1998:** estabelece normas para a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, regulamentando o disposto no artigo 59, parágrafo único, da Constituição Federal.

No âmbito do direito tributário, a criação de tributos deve observar o princípio da legalidade previsto no artigo 150, inciso I, da Constituição, sendo necessária lei complementar apenas nos casos expressamente previstos, como nos impostos residuais (art. 154, I) e nos empréstimos compulsórios (art. 148).

**Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966):** Define os princípios da tributação, incluindo a legalidade tributária e a capacidade contributiva, evitando distorções que possam onerar desproporcionalmente os usuários do Pix.

**Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD):** Garante a privacidade e proteção dos dados financeiros dos usuários, evitando que informações sobre suas transações sejam utilizadas para fins tributários indevidos.

**Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006):** Estabelece tratamento diferenciado para pequenos empreendedores, impedindo que novas taxas sobre meios de pagamento eletrônico prejudiquem a atividade econômica dessas empresas.

Todavia, espera-se que ao lado da alteração legal sugerida, haja outras propostas de aprimoramento e proteção contra tributação indevida, tais como:

(i) **Exigência de Lei Complementar para Qualquer Tributação:** A nova redação do artigo 3º estabelece que qualquer tentativa de tributar o Pix deve ser feita exclusivamente por meio de lei complementar, garantindo um processo legislativo mais rigoroso e que exija amplo debate e aprovação por maioria absoluta do Congresso Nacional.

(ii) **Garantia da Inclusão Financeira:** Tributar o Pix poderia desestimular seu uso entre as populações de baixa renda e pequenas empresas.



Dessa forma, a proibição expressa de qualquer tributo que onere o usuário final garante a manutenção da acessibilidade da ferramenta.

(iii) Proteção Contra Tributação Indireta: A inclusão da vedação a encargos ocultos evita que instituições financeiras e órgãos reguladores criem taxas administrativas disfarçadas de custos operacionais.

(iv) Debate Público Obrigatório: Qualquer proposta de tributação deverá ser precedida de amplo debate público, permitindo que consumidores, comerciantes e especialistas possam discutir os impactos antes da aprovação de novas medidas.

(v) Vigilância Permanente pelo Banco Central: Recomenda-se que o Banco Central do Brasil, como regulador do sistema de pagamentos, crie mecanismos de monitoramento e relatoria periódica sobre possíveis tentativas de tributar o Pix, assegurando transparência e fiscalização sobre o tema.

(vi) Análise de Impacto Econômico Antes de Qualquer Tributação: Antes da criação de qualquer tributo, o governo deve apresentar um estudo detalhado sobre os impactos da medida na economia digital, no comércio e na inclusão financeira da população.

**Conclusão:** A alteração do artigo 3º da MPV 1.288/2025 é essencial para preservar a gratuidade do Pix e proteger milhões de brasileiros contra tentativas de oneração indevida deste meio de pagamento.

Ao reforçar a exigência de lei complementar e submeter qualquer proposta de tributação a um processo rigoroso e transparente, evita-se que o Pix perca sua função social e econômica, garantindo que continue sendo uma ferramenta inclusiva e eficiente no mercado financeiro brasileiro, razões pelas quais peço o apoio de meus nobres pares para o acolhimento da presente Emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



**MPV 1288  
00040****EMENDA Nº - CMMPV 1288/2025**  
(à MPV 1288/2025)

Dê-se ao art. 4º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 4º** Compete ao Banco Central do Brasil normatizar, fiscalizar e implementar medidas que garantam:

**I** – A preservação da infraestrutura digital pública, assegurando sua estabilidade, segurança cibernética e disponibilidade isonômica e não discriminatória, conforme disposto na Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013;

**II** – A privacidade, proteção e sigilo das informações financeiras processadas no âmbito do Pix e do Sistema de Pagamentos Instantâneos – SPI, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

**III** – A implementação de mecanismos avançados de detecção e prevenção a fraudes financeiras e ataques cibernéticos, em parceria com instituições financeiras e órgãos de segurança pública;

**IV** – A adoção de práticas regulatórias que impeçam a exclusão digital e garantam a acessibilidade do Pix a toda a população, incluindo medidas que facilitem a inclusão de idosos e grupos vulneráveis;

**V** – A transparência na governança do sistema Pix, garantindo a publicação de relatórios periódicos sobre sua segurança, desempenho e acessibilidade.

**Parágrafo único.** O Banco Central do Brasil deverá estabelecer protocolos obrigatórios de segurança digital e combate a fraudes, devendo criar canais de comunicação diretos para que usuários possam relatar tentativas de golpe, com rápida resposta e atuação das instituições financeiras responsáveis.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A modificação do artigo 4º da MPV 1.288/2025 tem como objetivo assegurar que o Banco Central do Brasil exerça um papel ainda mais ativo na regulamentação, fiscalização e implementação de medidas que garantam



a segurança e confiabilidade do Pix. Com o crescimento exponencial do uso desse meio de pagamento, torna-se essencial fortalecer sua governança, prevenir fraudes e garantir a acessibilidade para toda a população.

A nova proposta de redação A proposta de alteração do artigo 4º está em consonância com diversas normas que regulam a segurança, privacidade e inclusão no setor financeiro digital, incluindo as seguintes legislações:

**Lei nº 12.865/2013:** Estabelece diretrizes sobre arranjos de pagamento e a atuação das instituições de pagamento no Brasil, garantindo a isonomia e a segurança da infraestrutura financeira digital.

**Lei Complementar nº 105/2001:** Dispõe sobre o sigilo das operações financeiras e protege os dados dos usuários em transações bancárias e eletrônicas.

**Lei nº 13.709/2018 (LGPD):** Define regras para a proteção de dados pessoais, assegurando que informações dos usuários do Pix sejam tratadas com segurança e transparência.

**Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014):** Garante direitos fundamentais aos usuários da internet, incluindo a proteção de seus dados e a privacidade em transações digitais.

Todavia, para que a alteração legal sugerida surta efeito, espera-se das autarquias e demais autoridades competentes, no âmbito de suas prerrogativas, que outras medidas sejam adotadas a exemplo das que se seguem:

1) **Ampliação da Segurança Cibernética:** Interessante que o Banco Central desenvolva mecanismos avançados para prevenir fraudes e ataques cibernéticos, garantindo a integridade das transações. o Implementação obrigatória de tecnologia antifraude baseada em inteligência artificial para detectar comportamentos suspeitos em tempo real.

2) **Maior Fiscalização e Transparência:** o Publicação de relatórios periódicos sobre a segurança do sistema Pix e a eficiência das medidas implementadas. A Criação de uma auditoria independente para avaliar a eficácia das normas de proteção e segurança do Pix.





3) **Inclusão Digital e Acessibilidade:** o Adoção de práticas que ampliem o acesso ao Pix para idosos e grupos vulneráveis, promovendo educação financeira digital e mecanismos de suporte adaptados às necessidades desses usuários. o Regulamentação de práticas para evitar que bancos e fintechs dificultem ou restrinjam indevidamente o uso do Pix.

4) **Combate a Fraudes e Golpes Financeiros:** o Estabelecimento de um canal centralizado de denúncias para fraudes relacionadas ao Pix, com resposta rápida e coordenação entre instituições financeiras e órgãos de segurança pública.

5) **Criação de um fundo de ressarcimento** para vítimas de fraudes comprovadas, financiado por um percentual mínimo das transações bancárias.

**Conclusão:** A reformulação do artigo 4º da MPV 1.288/2025 fortalece a regulamentação do Pix, garantindo um ambiente digital mais seguro, acessível e confiável para todos os usuários. A ampliação da responsabilidade do Banco Central, aliada a mecanismos de segurança mais robustos e maior transparência, assegura a continuidade do Pix como um dos principais meios de pagamento no Brasil, prevenindo abusos, fraudes e exclusões digitais, razões pelas quais peço o apoio de meus nobres pares para o acolhimento da presente Emenda.

Sala da comissão, 10 de fevereiro de 2025.



# Término de Prazo



Em **9/2/2025** esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal e no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 1.238, de 2024**, cuja vigência encerrou-se em **31/10/2024**, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Ao Arquivo.



# ATAS DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL





Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

OFÍCIO Nº 9/2025/NAOT/SGM/SF

Brasília, 10 de fevereiro de 2025.

À Senhora  
Patricia Gomes De Carvalho Carneiro  
Diretora de Secretaria  
Secretaria de Atas e Diários - Senado Federal

**Assunto: Publicação de ata de reunião.**

Senhora Diretora,

Solicito a Vossa Senhoria a publicação no Diário do Congresso Nacional da ata da 12ª reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada no dia 2 de dezembro de 2024, às 9h30, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal.

Atenciosamente,

WALMAR DE HOLANDA CAVALCANTI CORRÊA DE ANDRADE  
Gestor do Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos



Senado Federal – Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos – Edifício Principal, Térreo - Telefone: (61) 3303-5258/5714  
CEP 70165-900 – Brasília-DF – [naot@senado.leg.br](mailto:naot@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E182E07F006892F0.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 975B1F280068EFAB.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

*Aprovada na 2ª reunião  
(ordinária) de 2025.  
realizada em 10 de  
fevereiro de 2025.  
Publique-se.*

**ATA DA 12ª REUNIÃO DE 2024**

**DIA 2 DE DEZEMBRO, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 09:30H, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA  
SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Ata Circunstanciada da 12ª reunião extraordinária de 2024 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 2 de dezembro de 2024, segunda-feira, às 09h30 no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Conselheiro Miguel Matos, destinada à Audiência Pública sobre TV 3.0 e DTV+: o sistema de TV aberta orientado a aplicativos, com a participação presencial dos seguintes convidados: Sr. Sergio Santoro, Coordenador do Módulo de Mercado do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (Fórum SBTVD); Sra. Ana Eliza Faria, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Migração do SET e participante do Fórum SBTVD; Sr. Marcelo Moreno, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Codificação de Aplicações do Fórum SBTVD e com a participação de forma remota do Sr. Paulo Alcoforado, Diretor da Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: RAFAEL SORIANO, representante das empresas de imprensa escrita; VALDEREZ DONZELLI, engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social; MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas; JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA, representante da categoria profissional dos radialistas; PATRÍCIA BLANCO, representantes da sociedade civil e os Srs. Conselheiros Suplentes: JOÃO CAMILO; representante das empresas de televisão e LUIZ ANTONIO GERACE, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo. Foi realizada a Reunião Extraordinária com a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai acompanhada para publicação com a lista de presença e demais documentos.





CONGRESSO NACIONAL - Conselho de Comunicação Social  
LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 12ª Reunião do CCS  
Data: 02 de dezembro de 2024 (segunda-feira), às 09h30  
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	
Flavio Lara Resende	1. Guliver Augusto Leão
Representante das empresas de televisão (inciso II)	
Samir Nobre	1. João Camilo Júnior
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	
Rafael Soriano	1. Júlio César Vinha
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Valderez de Almeida Donzelli	1. Olímpio José Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	
Maria José Braga	1. Elisabeth Villela da Costa
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	
José Antônio de Jesus da Silva	1. Edwilson da Silva
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	
Ana Flávia Cabral	1. Débora Duboc
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	
Sonia Santana	1. Luiz Antonio Gerace
Representante da sociedade civil (inciso IX)	
Miguel Matos	1. Marcus Bennett
Patricia Blanco	2. Renato Godoy de Toledo
Davi Emerich	3. Bia Barbosa
Angela Cignachi	4. Daniel José Queiroz Ferreira
Fabio Andrade	5. Camila Leite



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR**  
**REUNIÃO**  
**02/12/2024 - 12ª - Conselho de Comunicação Social**

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Havendo número legal, nos termos do art. 6º da Lei 8.389, de 1991, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, de 2024, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que, conforme pauta anteriormente enviada, destina-se à audiência pública sobre a TV 3.0 e DTV+, o sistema de TV aberto orientado a aplicativos.

O objetivo desta segunda audiência pública é abordar o impacto da tecnologia da TV 3.0, tanto no conteúdo quanto nas novas oportunidades que essa inovação oferece. Além disso, após as exposições, faremos uma demonstração prática de como funcionará a nova tecnologia.

Para debater o assunto, participam desta audiência pública como expositores: o Sr. Sergio Santoro, Coordenador do Módulo de Mercado do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (Fórum SBTVD); Sra. Ana Eliza Faria, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Migração da SET e participante do Fórum SBTVD; Sr. Marcelo Moreno, Coordenador do Grupo de Trabalho de Codificação de Aplicações do Fórum SBTVD; Sr. Paulo Alcoforado, Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Cada expositor terá 15 minutos para a sua fala inicial. Após o encerramento das exposições haverá demonstração da TV 3.0 e a palavra será concedida aos Conselheiros por ordem de inscrição.

Informo que esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Para isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania), e do Alô Senado, pelo telefone 0800 0612211.

Feitos esses devidos esclarecimentos, vamos dar início às exposições.

Com a palavra, por 15 minutos, o Sr. Sergio Santoro, Coordenador do Módulo de Mercado do Fórum do SBTVD.

**O SR. SERGIO SANTORO** - Olá, muito bom dia a todos.

É um prazer estar aqui e a gente vai procurar esclarecer um pouco melhor esse tema.

Para tanto, eu gostaria de começar com um vídeo que vai trazer, de maneira bastante interessante, como essa TV do futuro deverá se comportar.

Por gentileza, eu peço para que haja a passagem do vídeo.

*(Procede-se à exibição de vídeo.)*

**O SR. SERGIO SANTORO** - Bom, esse é um vídeo que a gente apresentou na última Set Expo, em São Paulo, em agosto, marcando a apresentação da marca comercial da TV 3.0, que passa a se chamar DTV+.

E eu gostaria agora de rodar uma apresentação, falando um pouco dos aspectos de mercado da TV aberta.

Aspectos de mercado.

A gente tem trabalhado e preparou um trabalho que foi encaminhado ao Ministério das Comunicações com parte dessas informações. E a gente encontrou uma pesquisa de 2020, feita pela Deloitte, a pedido do Conselho Executivo das Normas-

1/22





Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Padrão (Cenp), a qual constata que o mercado publicitário gerou, em 2020, R\$49 bilhões, que resultou um PIB de R\$418 bilhões na época; ou seja, cada R\$1 investido em publicidade gera R\$8,54 de PIB, em todas as plataformas possíveis.

No caso da TV, especificamente, em 2020 a TV aberta detinha 55% de participação dos investimentos em publicidade, um decréscimo de 13% comparado a 2015. E aí a gente consegue ver que, em 2015, a gente tinha 68% de participação.

Outra coisa interessante é que, se a gente pegar essa participação de 55% e fizer uma regra de três, a gente consegue chegar a uma inferência de que cada R\$1 investido em TV aberta resulta em R\$4,7 em aumento estimado do PIB, ou cerca de R\$230,4 bilhões em 2020.

O impacto da publicidade nos empregos.

O mesmo estudo aponta que as atividades de TV aberta, com 50.132 empregos diretos, representam 25,5% do total de 196.310 empregos diretos apurados àquela época. A fonte é a Rais, de 2018.

Uma outra questão que aparece muito frequentemente é se a TV aberta vai morrer. E aqui a gente tem também algumas considerações relativas a esse meio.

Se a gente pegar o *share* de audiência - isso somado em 2023 -, a gente pode ver que aquelas barras verdes são a audiência da TV aberta, que, durante o ano de 2023, girou em torno de 70% a 75%, considerando a medição de audiência efetuada nas televisões e nas televisões conectadas.

A TV paga, que é a barra azul, tem cerca de 10% da audiência no país. Se a gente somar as duas, a gente percebe que, em termos de *share* de audiência, a gente tem cerca de 85%, aproximadamente, da TV linear. Bom, mas isso é 2023. E agora, neste ano?

Pegando a mesma medição, a gente percebe que são 81% em outubro de 2024, considerando TV e CTV; comparado ao vídeo *online*, nós temos cerca de 81%, com a televisão aberta com 71,6% do *share* de audiência nacional. Essa medição é feita pela Kantar Ibope Media e está disponível a qualquer um através de um acesso à internet.

Bom, e nos Estados Unidos - apenas para a gente conseguir fazer um tipo de comparação -, esse fenômeno se observa também? A gente pega a medição de audiência nos Estados Unidos de 2023, de fevereiro de 2023 a fevereiro de 2024, e a situação lá é um pouco diferente.

A TV aberta, representada pelas barras laranja, representa cerca de 20% a 25% do *share* de audiência lá. Mas o cabo lá é muito forte, com cerca de 30%, aproximadamente, durante todo o ano. Então, a TV linear nos Estados Unidos praticamente tem metade do *share* de audiência. Então, é muito representativo, não só aqui no Brasil, como lá também. Obviamente, a parte de *streaming* nos Estados Unidos tem um caráter de penetração maior, em torno de outros 30%, 35%, aproximadamente.

Bom, mostrando tudo isso, por que o novo padrão de TV aberta? A Cenp, que é o Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário, faz levantamentos a respeito do faturamento dos meios. E, se a gente pegar o gráfico da internet com a televisão aberta desde 2017, a gente percebe que houve uma queda durante os anos da pandemia, mas que, atualmente, os dois faturamentos dos dois meios estão ficando muito próximos.

E, num levantamento feito de janeiro a junho de 2024, a gente percebe que a TV aberta tem cerca de US\$400 milhões no Brasil, enquanto a internet tem cerca de... Perdão, a TV aberta tem 800, e a internet, 780.

E aí, quando a gente verifica qual é o meio dentro da internet que mais fatura, justamente são as páginas, os *websites*, que estão faturando mais, e isso faz com que se lance um desafio para a TV aberta.

Bom, comparando os Estados Unidos, a gente vê aqui, do lado esquerdo, o gasto com publicidade, que, em 2024, está estimado em cerca de US\$61,7 bilhões. Mas a curva azul mostra que a participação tem caído, e a curva vermelha mostra aqui a variação desse faturamento e a projeção para os próximos anos.

Do lado direito, a gente tem o digital, o gasto em publicidade do digital. Isso mostra que ele está crescente, através das barras e também da linha azul, e tem uma estabilidade em termos de variação anual, em torno de 10%, com projeção aí até 2027.

Bom, isso nos leva a outra pergunta: por que o mercado publicitário tem optado por anunciar na internet ao invés da televisão?

- Maior segmentação e personalização: na internet, os anúncios podem ser direcionados a públicos específicos com base em dados demográficos, interesses, comportamentos de navegação e até localização geográfica. Isso permite que as campanhas sejam mais personalizadas, o que aumenta a relevância dos anúncios para cada consumidor.

- Mensuração precisa de resultados: diferentemente da TV, onde a medição de audiência é menos precisa, o ambiente digital oferece ferramentas robustas para mensurar o impacto dos anúncios em tempo real. As empresas podem monitorar

2/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

cliques, visualizações, interações e conversões de forma direta, o que permite ajustes rápidos nas campanhas para otimizar os resultados.

- Custo-benefício: na internet, as plataformas digitais permitem modelos de pagamento baseados em desempenho, como custo por clique ou custo por mil impressões, que podem ser mais econômicos do que os elevados custos de anúncios em horários nobres para TV, principalmente para pequenas empresas.

- Crescimento do consumo de conteúdo *online*. O consumo de conteúdo em plataformas digitais, como redes sociais, YouTube e serviços de *streaming* tem aumentado, especialmente entre o público mais jovem, e, com a migração do consumo de mídia para essas plataformas, os anunciantes estão seguindo esse público.

- Interatividade. Anúncios digitais oferecem uma experiência interativa que a TV tradicional no momento não pode proporcionar. O usuário pode clicar em um anúncio, visitar um *site*, interagir com vídeos, responder pesquisas e até fazer compras diretamente a partir de um anúncio *online*.

- Flexibilidade e agilidade. Anunciar na internet permite que campanhas sejam criadas, ajustadas ou retiradas do ar rapidamente. A TV tradicional exige prazos maiores e é menos flexível quando se trata de alterar ou ajustar campanhas no ar.

Bom, pelas razões expostas, o atual padrão de TV não consegue competir, é necessário um novo. E quem desenvolve o padrão? O Fórum SBTVD, que foi criado pelo Decreto 5.820, de 2006, que é composto por representantes dos setores de radiodifusão, academia, indústrias de transmissão, recepção e *software* e que elaborou as primeiras normas do SBTVD terrestre, em 2007, permitindo o início oficial das transmissões naquele mesmo ano. Desde então, as normas têm sido continuamente revisadas e atualizadas pelo fórum.

E por que TV 3.0? Aqui, a gente tem um eslaide da evolução dos padrões da TV aberta no Brasil e por uma nomenclatura. Desde 1950, nós temos a TV analógica em preto e branco, passando para a analógica colorida, a TV 1.5. Em 2007, com o início da TV digital

*(Soa a campanha.)*

**O SR. SERGIO SANTORO** - ... temos a TV 2.0.

Já estou terminando, Presidente.

E, em 2021, com a TV 2.5, que permitiu mais alguns recursos adicionais, e, agora, a previsão para 2025, com a TV 3.0, com uma série de recursos que os meus colegas vão explicar com mais detalhes daqui a pouco.

E aqui também a gente faz um comparativo das gerações de tecnologia no Brasil, comparando as gerações de aparelhos celulares de 1990, com voz, até hoje, no 5G, em 2022, e, a partir de 2022, a gente tem que trocar o celular a cada tempo para poder conseguir terminar, ficar atualizado com a tecnologia.

No caso da TV, isso vai se dar também. A nova tecnologia não permitirá uma retrocompatibilidade, mas a gente está trabalhando para que isso seja uma transição mais suave possível para o telespectador.

E também outro ponto a destacar é a evolução da TV conectada, essa pesquisa da Pnad, na qual, a partir de 2020, a gente observa que o acesso à internet passa a ser feito, preferencialmente, através da televisão conectada, deixando o principal meio, até então, de acesso fixo, vamos chamar assim, que é o PC, em segundo lugar. O acesso, que é a curva azul, através do celular permanece o mais alto possível.

Em linhas gerais, é isto.

Muito obrigado.

Eu passo a palavra ao Presidente e espero que tenha contribuído para esclarecer esses pontos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Muito obrigado. Agradecemos ao Sr. Sergio Santoro.

Passo a palavra, também por 15 minutos, à Sra. Ana Eliza Faria, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Migração do SET e participante do Fórum SBTVD.

**A SRA. ANA ELIZA FARIA** - Obrigada, Presidente.

Bom dia a todos.

Eu retomo aqui a visão e a fala do Sergio sobre a questão da evolução da TV aberta, para destacar que, a partir dessa visão evolutiva, dos exemplos que foram construídos e dos casos de uso que foram levantados no fórum, a gente criou,

3/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

então, esse ambiente onde o usuário consegue ter uma experiência fluida, consegue fazer e ter, de fato, a integração entre o *broadcast* e o *broadband*.

Então, a partir de agora, vou falar um pouco mais sobre essa cronologia de desenvolvimento da TV 3.0 que aconteceu dentro do fórum.

Embora o fórum já estivesse trabalhando nesses temas, levantando casos de uso e fazendo testes desde 2020, a gente teve um marco superimportante, que foi o Decreto nº 11.484, de abril do ano passado, onde se constituiu a política pública relacionada à TV 3.0.

Então, ali foram estabelecidas, não apenas as características a serem construídas para o sistema de TV 3.0, mas também alguns prazos para que esse trabalho fosse concluído. E ele foi.

Esse diagrama é um mapa das tecnologias. Ele mostra, como todas as tecnologias que estão consideradas na TV 3.0 se organizam dentro do sistema. E destaco ali toda a parte de codificação de aplicações, que tem uma série de patentes de propriedade intelectual nacional que sustentam toda a experiência da TV 3.0.

Todo esse trabalho foi feito dentro do fórum, com apoio e financiamento do Ministério das Comunicações, e está 100% concluído neste momento.

Ele foi completado, toda a parte de tecnologias, em agosto deste ano e, mais do que isso, toda a documentação referente a essas tecnologias foi finalizada e formalmente entregue, sabendo que a data é novembro, faz uma semana que isso aconteceu, de forma a permitir que a gente tenha, ainda em 2025, no início de 2025, o projeto formal de padronização desses documentos pela ABNT, a publicação na forma de uma norma brasileira de TV digital.

Mas o cerne da TV 3.0 é a construção dessa experiência.

Eu queria chamar a atenção aqui para alguns elementos importantíssimos que vêm sendo discutidos nesse âmbito. Essa TV 3.0 está direcionada para esse conjunto de residências, casas, que têm antena de recepção do sinal aberto e gratuito.

Obviamente - e a gente tem visto a expansão gradual da conectividade da banda larga -, se a pessoa, além da TV aberta, tem uma conexão de internet, hoje ela desfruta, de um lado, da TV aberta, e de outro, do ambiente de *streaming*.

A proposta de valor da TV 3.0 está na convergência desses ambientes, na criação de uma experiência unificada, em que seja fácil de você, ao adquirir um novo aparelho de TV, se conectar a esse ambiente e usufruir dessa integração.

Quem compra uma televisão hoje se depara mais ou menos com isso. Isso aqui são alguns exemplos. Obviamente, a gente tem uma série de outros fabricantes que operam, que têm produtos aqui no Brasil, e aí é bastante desafiador descobrir onde está a TV aberta. Embora sejamos uma oferta aberta, livre, gratuita, para o telespectador, estamos escondidos nesse ambiente que se tornou um ambiente de disputa de espaço dos aplicativos de *streaming*.

Então, eu vou mostrar aqui um exemplo do que está sendo proposto, de fato, para a TV 3.0, a partir dessa interface.

O primeiro ponto é a construção de uma identidade para a TV 3.0. Esse logo foi apresentado aqui, logo no vídeo de início, do Sergio - um logo que seja facilmente reconhecido, que esteja sempre visível na tela inicial da TV e que seja uma porta de entrada, para facilitar ao telespectador que entenda e que reconheça esse ambiente.

Um segundo aspecto muito importante para esse ambiente que está sendo construído, por ser um ambiente de navegação novo, é que seja criado, ou que seja mantido, um acesso direto ao ambiente de TV aberta através do controle remoto. Isso é uma ferramenta para facilitar a adaptação do telespectador, que pode não reconhecer a TV aberta nesse ambiente. Então, a importância é que, principalmente durante a transição, sejam mantidos esses mecanismos que facilitem o acesso, a usabilidade por parte do telespectador através desse botão de acesso direto.

Vejam: a grande transformação da experiência da TV 3.0 é esse ambiente, que está aqui ilustrado, do catálogo de aplicativos da TV aberta. Então, o botão de acesso direto deveria levar a esse ambiente e facilitar, porque a gente não mais está acessando esses conteúdos através dos canais, mas sim através dos aplicativos. Isso é um pouco da demonstração que a gente vai ver daqui a pouco, mas eu queria destacar que a construção desse ambiente deve ter foco na usabilidade, para permitir, de fato, que essa navegação aconteça de uma forma simplificada.

Aqui tem alguns exemplos. Essa é uma tela meramente ilustrativa, que mostra um pouco da distribuição dos canais, de como seria.

Esse primeiro aplicativo, o gov.br, é uma coisa nova da TV, que vem sendo discutida com as emissoras do campo público, para aqui criar um ambiente que seja sempre visível também, na primeira tela, e que possa dispor ali - primeiro, aqui embaixo - de todos os canais das emissoras públicas e também tenha um *layer* de prestação de serviços. Isso aqui é uma tela conceitual. Esse aplicativo não está desenvolvido, mas é algo que está sendo discutido para que seja... para que a plataforma de serviços englobe também os aplicativos de TV 3.0. Na verdade, é para que haja um casamento, para que a TV 3.0 englobe também uma plataforma de prestação de serviços.

4/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Acho que é importante, a partir desse diagnóstico, a partir desse cenário que a gente tem no momento, que a gente construa o que vai acontecer daqui para frente. A gente está aqui no final do ano já planejando próximos passos.

Essa construção vai precisar, agora, de um processo de maturação de tecnologia, de transferência de todos esses conceitos, de tudo o que foi discutido, de fato, para a indústria. A gente precisa dos produtos-piloto, a gente precisa concretizar todo esse trabalho.

Então, estamos trabalhando num processo de criar uma estação-piloto, essa é uma estação compartilhada. Na verdade, são duas: uma aqui em Brasília, para o ano de 2026, e uma em São Paulo, para ser inaugurada em meados de 2025, de forma que todos os *stakeholders* possam usar ali o ambiente para o desenvolvimento dos seus produtos e que essa infraestrutura seja já um piloto que será revertido para a TV pública. Então, essa já é uma infraestrutura que permanecerá - não é um dinheiro que está sendo investido para permitir a maturação e o desenvolvimento de produtos -, que ficará, de forma a ser um legado do projeto, e que cria já condições para que as estações públicas operem, tanto em São Paulo quanto no Rio, a partir desses desenvolvimentos.

Essa é a minha fala hoje. Eu fico aqui aberta e à disposição para perguntas.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Muito obrigado. Agradeço à Sra. Ana Eliza Faria.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Moreno, Coordenador do Grupo de Trabalho de Codificação de Aplicações do Fórum SBTVD.

**O SR. MARCELO MORENO** - Obrigado, Presidente.

Bom dia a todas e todos.

É um prazer estar aqui para apresentar um pouco do trabalho que foi concluído recentemente - é só uma das fases. Lembro os que, nesse cronograma que a Ana Eliza acabou de mostrar, a gente completou uma fase que a gente chama de Fase 3. Foi realmente um trabalho árduo que a gente vem fazendo desde 2020 dentro do Fórum SBTVD, mas com uma participação muito grande de vários pesquisadores.

Vou mostrar um pouco desses detalhes aqui e vou pedir para que a nossa apresentação seja compartilhada.

Eu quero tocar em quatro pontos principais nessa nossa jornada de ouvir quais eram as demandas da radiodifusão, de entender também um pouco da comunicação pública e de como, realmente, chegar a uma solução que se endereçasse tanto à radiodifusão comercial como à radiodifusão pública.

Os quatro pontos são... Há essa questão - que a Ana Eliza mostrou rapidamente - da convergência IP, de como isso é importante para a gente ter uma integração mais eficiente e mais síncrona entre o *broadcast* e o *broadband*, entre a radiodifusão e a internet. Há essa questão da plataforma de TV orientada a aplicativos - o porquê disso, qual foi a motivação. Não é só um alinhamento a esse mundo *smart* que a gente tem hoje nos telefones e nas TVs, é uma demanda realmente fundamental para a gente ter o próximo ponto, que é o da personalização. Sem essa orientação a aplicativos, seria muito difícil a gente ter essa personalização. E, por fim, com tanta personalização, a gente tem a questão da privacidade, que a gente também teve que levar em conta.

Foi apontado, rapidamente, na nossa pesquisa, que a privacidade realmente precisava ter um papel de protagonismo, dada a quantidade de dados que seria possível agora serem compartilhados, os hábitos de consumo e até dados pessoais também dos telespectadores. Então, é um pouco sobre isso.

Rapidamente, então, essa TV 3.0 é financiada com os trabalhos de teste, pesquisa e desenvolvimento financiados pelo MCom. Essa Fase 3, que eu mencionei, é a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que faz toda a gestão do projeto.

A gente fechou essa etapa em setembro, essa Fase 3. E a ideia, realmente, é de ser uma especificação de uma TV aberta, disruptiva, muito mais integrada com a internet e que se adequasse a esses novos modos de consumo do conteúdo dos telespectadores, visto realmente a penetração do *streaming* principalmente - muitos serviços de TV e essa possibilidade, com essa convergência IP e com as novas tecnologias, de ter algo realmente mais imersivo e mais personalizado.

Essa é a turminha que participou, turminha de 80, 90 pesquisadores. Só em codificação de aplicações, que é algo que a gente vai tocar um pouco mais a fundo, são 40 pesquisadores. Todas as universidades estão listadas aí, não vou falar uma por uma, mas dá realmente muito orgulho de a gente ter conseguido recapturar esses grupos de pesquisa, que, por muito tempo, não tiveram tanto apoio nessa continuidade de uma evolução para um sistema de TV digital aberta, que é tão importante até como política pública, acesso à informação, etc.

5/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Bom, essa Fase 3, então, como também a Ana Eliza já mostrou, definiu toda uma pilha de tecnologias, e eu vou me concentrar em apenas dois desses componentes tecnológicos, que são a camada de transporte e a codificação de aplicações, é claro.

A camada de transporte veio como uma tecnologia proposta, vinda do ATSC 3.0, dos Estados Unidos - lembrando que, em fases anteriores, houve toda uma análise de propostas em resposta a uma chamada internacional de tecnologias que pudessem endereçar esses novos requisitos da TV 3.0 -, e ela é muito responsável - a camada de transporte - por essa integração fina, profunda com a internet. E, depois, a gente passa para a codificação de aplicações.

Então, como é que essa convergência IP? Hoje, na TV digital atual, o que você tem realmente é a possibilidade da entrega pelo ar, por radiodifusão, e ainda tem aplicativos, participação, que se integrem na internet, mas com tecnologias diferentes e com essa característica específica da radiodifusão de ser um modelo *broadcast*, um transmite para todos naquela região de cobertura, e de ser unidirecional, todos recebem exatamente a mesma programação e, se a gente quiser fazer alguma personalização, precisa, de fato, do acesso à internet. Mas são tecnologias diferentes. E a internet, a gente sabe, funciona muito bem nesse modelo um para um, que a gente chama de *unicast*, e tem a possibilidade tanto de receber dados como de enviar; então, a ideia bidirecional.

Com tecnologias diferentes, a gente conseguiria integrar? Consegue. A gente tem, hoje, a TV 2.5/DTV Play, com várias tecnologias que permitem trazer conteúdos da internet, mas que não dá para ter o sincronismo e a diversidade de novos casos de uso que a gente estava buscando. Então, por isso, a gente tinha que convergir, de alguma forma, para o protocolo IP, o protocolo internet, e isso é o que esse modelo da camada de transporte, chamada Route/Dash, fez.

E não é só o IP que está convergindo; é também a forma de entregar o *streaming*. É exatamente o mesmo protocolo, que a gente usa na internet atual como aplicação web, aplicação *streaming*, que é o Dash, que a gente está usando agora para a TV 3.0, a entrega pelo ar. Isso significa o quê? Que a gente consegue sincronizar os fluxos, a gente consegue personalizar parte da programação ou uma programação inteira. E quem vai habilitar, de fato, essa personalização, essa possibilidade das interações e escolhas dos telespectadores é, realmente, essa camada de aplicativos que ganhou realmente um papel de protagonismo aqui na TV3.0.

Essa TV orientada a aplicativos representa realmente uma mudança de paradigma: em vez de selecionar um radiodifusor por meio do número do seu canal, agora vai ser uma seleção de um ícone que leva a um aplicativo inicial para assistir o conteúdo linear daquele radiodifusor. Dali em diante, o radiodifusor pode entregar experiências personalizadas.

E por que esse ponto de entrada para esse consumo de conteúdo passa a ser esse aplicativo? É porque quando você está num ambiente de aplicativos, você pode habilitar - desde o início de toda a jornada, de toda a experiência do telespectador - um perfil que facilite a personalização da experiência para esse telespectador. E, é claro, isso acende logo o alerta sobre a privacidade, sobre como é que fica quanto a isso, com essa ideia de ter perfis e ainda de os radiodifusores poderem utilizar dados desse perfil. Claro, a gente tem que pensar em todos esses novos casos de uso que essa experiência personalizada pode oferecer, tanto no âmbito público - acho que foi claro naquela tela ali do gov.br, o que a gente pode fazer quando a gente tem um perfil ali, desde o início, habilitado - como também toda a experiência de entretenimento e acesso a informação ser personalizada também. Então, a gente tem realmente uma gama de serviços muito grande que pode ser oferecida. A gente evoluiu essa especificação que antes era restrita uma interatividade dos aplicativos que as emissoras enviavam para ser toda uma especificação de uma plataforma que reúne catálogo de aplicativos, que reúne a agregação do conteúdo por meio de um guia de programação, por meio de um guia de conteúdo sob demanda. A gente teve que evoluir a especificação para ser realmente uma plataforma toda orientada a aplicativos. Então, a gente acabou incluindo essas componentes de interfaces gráficas.

Aqui eu vou trazer alguns exemplos, muito rapidamente, porque todos eles vão estar na demonstração, vou usar o meu tempo mais para a gente discutir alguns outros aspectos.

Aqui é a tela de perfil, podendo ou não o telespectador preencher, conforme a sua liberdade. Esse perfil do telespectador do DTV+ é armazenado localmente. Aqui é uma tela - também vou mostrar - de uma varredura de quais são os radiodifusores presentes naquela área de cobertura para a instalação de cada um dos aplicativos iniciais que dão acesso ao conteúdo linear desses radiodifusores. A gente tem a demonstração aqui também funcionando. Essa é a tela *home* fictícia de uma *smart TV* que já traz o DTV+ bem identificado para acesso à TV aberta e ainda tem opções de poder ter trilhos de recomendações dos aplicativos de emissoras de TV aberta mais utilizados ou de preferência, favoritos do telespectador. Essa é uma tela de catálogo. Vejam que a gente não está padronizando exatamente como é o catálogo. A Ana Eliza mostrou, agora mesmo, uma outra tela um pouco diferente. É porque, realmente, os implementadores vão ter uma liberdade para criar os seus produtos, mas o que tem é um conjunto de requisitos e aqui só aparecem realmente aplicativos de TV aberta, não aparece qualquer outro tipo de aplicativo.

6/22





Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Aqui seria um aplicativo inicial para dar acesso ao conteúdo linear. Tudo isso eu vou mostrar com mais detalhes na demonstração. Esse é o guia de programação e esse é o guia de conteúdo sob demanda, tudo agregando. A gente tem essa capacidade agora de agregar tudo o que a gente chama de metadados, tudo o que os radiodifusores estão anunciando como conteúdos disponíveis a gente pode agregar nessa plataforma que é o DTV+, com uma experiência de integrado o *mobile*. Acho que vai funcionar aqui na demonstração também. A gente preparou tudo para a experiência de você poder optar por ver certo conteúdo na TV, comandando pelo celular, ou ainda receber diretamente o celular, já que é tudo IP. Também é possível e a gente vai mostrar um pouco disso aqui também, mas eu vou pular um pouco para a personalização, até porque a gente viu muito da visão de mercado e da radiodifusão comercial, e eu quero adaptar um pouco também para a gente poder vislumbrar um pouco do que a radiodifusão pública também vai poder fazer.

Então, sobre essa questão dos perfis de telespectadores, para a gente poder coletar ali dados, a geolocalização também é possível de ser feita a partir desses receptores do DTV+. E essa entrega, então, de conteúdo personalizado baseado nesses dados pessoais e de preferências dos telespectadores habilita essa inserção dinâmica de propaganda, de anúncios, as recomendações, a programação personalizada.

Mas como isso fica na radiodifusão pública? Vejam que, para você fazer a adaptação de substituir uma propaganda que vem pelo ar por outra que vem pela internet, você precisa de todo um sincronismo, e é aí que essa nova tecnologia de transporte está agindo por um sincronismo muito mais fino.

Tipicamente, na transmissão por radiodifusão, você tem um programa, um filme, por exemplo, passando, e depois começa um intervalo comercial. E agora é possível anunciar ali uma oportunidade de inserção de uma propaganda que substituirá aquela que está vindo pela radiodifusão por uma, então, que está vindo pela internet. Claro que, não havendo adaptação, poderia continuar com a propaganda que está vindo por radiodifusão.

Agora, como é que isso se encaixa na TV pública? A gente sabe como a gente pode criar políticas públicas mais direcionadas, como a gente pode levar a informação e o acesso a serviços, dependendo das características da região, das análises feitas pelo poder público em cima das demandas específicas de subgrupos e de comunidades.

Então, aqui é um exemplo de, durante a propaganda de uma TV pública, ou até da TV comercial, ter a campanha de vacinação para uma região A da cidade, porque ali se sabe que tem uma carência de comparecimento para a vacinação, enquanto, em uma outra região, uma campanha de amamentação poderia ser passada; ou isso, ainda, não ser uma adaptação dependente da região, mas ser uma adaptação dependente da própria pessoa, do próprio telespectador, do próprio cidadão.

Aqui é uma grade personalizada, pensando em esportes. A gente viu como é que em uma Olimpíada é difícil a gente rastrear tudo que está acontecendo, mas a gente quer ver aquilo que a gente prefere, então, tem uma programação própria: você tem uma programação padrão que a emissora está mandando pelo ar, a *over-the-air*, e você pode ter a alternativa de - dependendo das suas preferências, de quais as suas modalidades esportivas favoritas - já ter uma grade toda personalizada.

Como é que isso também pode ser explorado na TV pública? Infelizmente, esse eslaide não apareceu por algum motivo, porque eu tenho aqui exatamente uma...

O próximo.

É, que pena. Esse é um conjunto de caixinhas em que a gente mostra como, no âmbito da TV Câmara, por exemplo, a gente pode criar toda uma trilha de Comissões, de audiências, dependentes do quê? De qual é a preferência do cidadão de acompanhar uma certa pauta do Legislativo. É uma pena, depois a gente tenta mostrar.

E sobre privacidade? Com tantos dados sendo compartilhados, como é que fica a privacidade? Eu acho que é um tópico quente, a gente tem que discutir e a gente trouxe isso para dentro da especificação do sistema, não é algo que cada radiodifusor vai implementar dentro do seu aplicativo; não, já faz parte do sistema, e o radiodifusor que quiser utilizar dados de perfil vai ter que usar os mecanismos que o próprio sistema entrega.

Então, é o ambiente de dados, de personalização...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCELO MORENO** - ... abrangendo, desde hábitos de visualização, até preferências baseadas na localização. Os radiodifusores coletam esses dados para fazer as recomendações, para fazer publicidade direcionada, para fazer a comunicação pública personalizada, e a gente tem cada vez mais dados sendo compartilhados. Então, a ideia é que os radiodifusores que quiserem se engajar nesse tipo de uso de dados pessoais, para ter acesso a esses perfis, vão ter que anunciar um conjunto de metadados para dizer: "Eu quero fazer uso para esses propósitos", tudo seguindo muito o que a LGPD traz como regras.

7/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A gente já se aproveitou de um padrão ISO que já é compatível com a GDPR, que a gente sabe que é ainda mais restritiva, para fazer a descrição. Isso é inédito em TV aberta, não existe esse anúncio de privacidade, de regra de privacidade que os radiodifusores vão poder fazer. Isso não existe em outro sistema.

Então, o radiodifusor envia periodicamente essa solicitação de um registro de privacidade, quando ele quer realmente fazer uso de dados pessoais, e uma cópia dos termos de privacidade. Quando o telespectador faz a seleção do aplicativo desse radiodifusor, que eu estou chamando de Radiodifusor 1, vai ser exibida uma interface de privacidade para que ele configure, de acordo com as regras que o radiodifusor colocou naquela solicitação de registro. Então, o telespectador faz as suas escolhas - muito parecido com o que a gente já vê na *web*, podendo ser personalizado -, só que a gente vai ter evidências. A gente vai coletar evidências, em um registro de privacidade, segundo as escolhas do telespectador, que vai ser entregue ao Radiodifusor 1, e, dentro do receptor, vai ser salvo um recibo de privacidade com esses mesmos dados. Então, a gente gera essas evidências. Aqui, a carinha dessa interface de privacidade é um exemplo para essa seleção. Enquanto está assistindo ao conteúdo daquele radiodifusor, nenhum dado ainda está sendo compartilhado. Ele faz as suas escolhas e daí segue em frente com todas as possibilidades de personalização, conforme permitido pelo telespectador.

Então, em resumo, essa TV 3.0 tem essa convergência IP, tem essa forte integração com o *broadband*, é uma plataforma orientada a aplicativos, tem toda essa personalização, mas essa personalização está realmente restrita ao controle de privacidade que as pessoas têm que poder ter sobre os seus dados.

É isso. Obrigado, Presidente. Obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Agradeço ao Sr. Marcelo Moreno e passo a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Paulo Alcoforado, Diretor da Ancine, que vai falar conosco.

**O SR. PAULO ALCOFORADO** (*Por videoconferência.*) - Bom dia, Presidente, bom dia, demais Conselheiros e colegas do SBTVD. Agradeço pelas informações.

Eu venho aqui oferecer uma abordagem na perspectiva dos negócios relacionados ao conteúdo, uma outra abordagem ao mesmo serviço de TV 3.0, de quais são os impactos da chegada de um serviço que propõe uma interface robusta entre a radiodifusão e a internet para serviços audiovisuais.

A gente se encontra agora em um momento bastante complexo para o ambiente econômico do audiovisual. Vou trazer alguns elementos, de forma bem ligeira e superficial, mas só para fins de citação, para que a gente entenda essa complexidade, para aproveitar o tempo aqui.

Nós estamos lidando com um ambiente com publicidade dirigida por plataformas estrangeiras que organizam negócios em escala global, com capital muito alavancado, de modo que esses serviços chegam a cada país já de forma praticamente amortizada. Essa publicidade dirigida é decorrente do acesso a dados do usuário. É uma tecnologia, uma metodologia de acesso intensivo a dados do usuário - esse é o principal negócio, é o princípio organizador da atividade -, o que, por sua vez, gera outros negócios: os negócios do varejo, os negócios relacionados à publicidade, os negócios relacionados ao audiovisual e outros negócios. São negócios a que nós estamos assistindo, testemunhando a transformação profunda do varejo, a transformação profunda da questão da publicidade quando a gente vê a migração de pelo menos metade da receita publicitária da televisão para esses serviços, essas plataformas e não é diferente com o audiovisual, que está passando por transformações profundas também.

Esse também é um ambiente da reforma tributária e que precisa corrigir algumas injustiças, por assim dizer, como, por exemplo, a ausência de isonomia tributária para mesmos serviços relacionados a canais lineares com tributações distintas. Por exemplo, o mesmo serviço de canal linear no segmento de ETB paga chega a ser tributado em três ou quatro vezes mais do que o mesmo serviço nas plataformas de VOD.

Então, isso é algo que gera, como eu estava dizendo, uma injustiça em relação à igualdade de competição e que precisa ser corrigido urgentemente para equilíbrio desse ambiente.

Outro aspecto muito novo e que tem uma relação muito próxima com a televisão 3.0, se não direta, são os fabricantes de *hardware*, os fabricantes de dispositivos da TV conectada. Eles entraram no negócio do conteúdo e a forma como eles entraram no negócio do conteúdo foi criando uma nova interface, uma primeira tela, em que eles oferecem conteúdos, muitos deles canais lineares, mas também catálogos e conteúdos avulsos.

Mas vamos falar dos canais lineares. Essa primeira tela, de alguma forma, não dá espaço para os canais da TV aberta, os canais da radiodifusão. Então, de alguma forma, isso se torna, para quem compra uma *smart TV*, por exemplo, um desafio encontrar os canais da TV aberta. Não seria por outra razão que os dois PLs que hoje tramitam no Congresso Nacional para a regulação do *streaming* de vídeo, do vídeo sob demanda equiparam os serviços *Fast* aos serviços de *streaming* de vídeo para tentarem corrigir essas distorções. E obviamente que esse é um aspecto ligado diretamente à televisão 3.0,

8/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

já que a gente está falando de consumo de conteúdos por aplicativo, sejam esses conteúdos obras avulsas, catálogos ou canais lineares.

Há um outro aspecto também muito importante do que nós estamos observando hoje no ambiente econômico do audiovisual que são plataformas disputando transmissões ao vivo de eventos esportivos também. Nós já vemos isso em alguma medida hoje, mas, a partir de 2025, grandes plataformas já vão começar a transmitir ao vivo jogos dos principais campeonatos de futebol no país.

Nós já tínhamos visto isso relacionado a eventos internacionais, como Olimpíada, Copa do Mundo, mas agora nós estamos vendo em relação aos campeonatos nacionais. Nós sabemos da importância econômica da transmissão desses eventos para as emissoras de TV aberta, em particular, mas também para os canais de TV pagos. E tudo isso convive com o cenário em que a distribuição da infraestrutura de banda larga é desigual no país, e obviamente que traz para todo esse processo, imagino... Talvez meus companheiros do SBTVD possam me ajudar a compreender melhor qual o papel das operadoras de telecom em relação às funcionalidades de internet na TV 3.0 em localidades que não tenham infraestrutura de banda larga.

Todo esse cenário é o cenário que a TV 3.0 encontra, quando é implantada, e nele há outros aspectos, mas eu queria destacar este: ele resulta em uma questão, num problema de competitividade. Não estou falando em relação à infraestrutura, eu estou falando de aspectos relacionados aos negócios de conteúdos. A dimensão regulatória da Ancine é o mercado de licenças sobre conteúdos audiovisuais. Então, me restrinjo aqui, me circunscrevo ao conteúdo, à dimensão do conteúdo.

Esse problema de competitividade de que eu falo está relacionado historicamente à própria regulação da TV aberta, que se centrou mais com a composição do capital das empresas de infraestrutura. O mercado de licenças sobre conteúdos nunca mereceu tratamento regulatório, ou mesmo concorrencial satisfatório, e o combate à concentração e ampliação da diversidade não se materializaram no ambiente brasileiro, a exemplo do que seria na Europa e Estados Unidos.

Além desse aspecto histórico da regulação da TV aberta, nós temos aí o negócio a que eu já me referi, o negócio de acesso aos dados do usuário. É ótimo que a tecnologia permita... E o Marcelo Moreno acabou de nos mostrar uma espécie de protocolo em relação a cada emissora, cada canal, que vai ter que demonstrar para declarar o que fará com os dados do usuário para poder acessar, mas, salvo engano, salvo que nós não tenhamos percebido por aqui, não existe ainda um grande domínio dessa tecnologia, ou de uma metodologia de processamento, interpretação e síntese de novos negócios a partir do processamento de dados dos usuários.

De alguma forma, as emissoras de televisão vão entrar, com o serviço 3.0, em um novo negócio. Elas vão ser colocadas diante de um novo desafio, que é, a partir dessas informações, realizar a publicidade dirigida e, assim, mitigar um pouco da diferença que está acontecendo no campo dos negócios sobre conteúdos da publicidade dirigida; ela tentar recuperar um pouco do que perdeu em relação a essa publicidade dirigida.

Há, também, um outro aspecto relacionado à competitividade, que a gente observa aqui com muito interesse, que são as parcerias, que as parcerias são sempre bem-vindas, mas entre competidores no campo digital relacionado aos negócios do conteúdo, quando nós observamos, entre emissoras de TV aberta e plataformas estrangeiras, a exemplo do que a gente vê, só para citar dois exemplos, as parcerias já anunciadas do Google com a Bandeirantes para a estruturação de um negócio de jornalismo; e do Google com a Globo para hospedagem dos negócios relacionados a *streaming* de vídeo.

Então, é algo que gera uma curiosidade em relação a... São competidores no mesmo ambiente econômico dos conteúdos audiovisuais, como essas parcerias poderão preservar essa competitividade e fortalecer os agentes econômicos brasileiros em meio aos negócios do conteúdo.

Há, também, uma profunda mudança de hábito de consumo de conteúdo a partir de aplicativos, que já foi muito bem explicada aqui. E, diante disso - estou vendo que está chegando, aproximando-se o momento final da minha fala, do meu tempo - chego a algumas conclusões que eu queria compartilhar com vocês e que depois podemos aprofundar.

A TV brasileira chega, neste momento muito importante, em posição de desvantagem competitiva.

A oportunidade de recuperação de parte dessa receita, como eu disse aqui, a partir da publicidade dirigida, depende do desenvolvimento de uma nova valência de análise de dados e de geração de novos negócios. Tudo isso, toda essa oportunidade, gera também um risco de aprofundamento da participação econômica das plataformas estrangeiras, de ganharem mais espaço. Obviamente que, na perspectiva da regulação econômica aqui, que é o território da agência, a nossa função é zelar por um equilíbrio e tentar, a partir dos esforços de regulamentação de leis aprovadas pelo Congresso Nacional, criar regras de convivência entre agentes econômicos estrangeiros, brasileiros e de distintos portes.

Então, estou aqui chamando a atenção que essa oportunidade tem um risco, gera um risco, de aprofundamento da participação econômica e de ampliação da participação econômica das plataformas estrangeiras, que já é muito significativo hoje e implica, o foco, na disputa da disposição de conteúdos brasileiros na primeira tela da TV 3.0, como

9/22





Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

já foi aqui demonstrado, e também no controle remoto. Acho inclusive, e aqui vai uma sugestão, que essa dimensão da regulação do conteúdo, poderia dar contribuições que, salvo engano, teriam implicações inclusive na modelagem dessa interface, dessa primeira tela, para que cumpram esses objetivos regulatórios relacionados aos conteúdos.

Então, vou concluindo aqui para dizer que a formulação da TV 3.0, essa é uma proposição, uma reflexão que eu proponho, possa incluir a dimensão da regulação do conteúdo também.

Agradeço e coloco-me à disposição para aprofundar esses assuntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Obrigado.

Agradeço ao Diretor Paulo Alcoforado.

E informo que será realizada agora a demonstração da nova tecnologia, que será conduzida pelo Sr. Marcelo Moreno.

Ao longo da demonstração, vamos abrir as inscrições para o uso da palavra pelos Conselheiros.

Cada Conselheiro poderá fazer uso da palavra, uma só vez, por até cinco minutos, nos termos do art. 36, inciso I, do Regimento Interno do Conselho.

**O SR. MARCELO MORENO** - Alô. Vocês me ouvem?

Sim.

Deixe-me só fazer um teste inicial aqui.

Perfeito.

Também está funcionando...

O.k. Eu trouxe uma conexão de internet, aqui, 4G para a gente, até, ver as coisas acontecendo de uma forma *online* também.

Alguns conteúdos não vão chegar muito rápido, é um aparelhinho que está ali embaixo, com a conexão, mas espero que a coisa sirva bem.

Bom, a gente viu o que a gente chama de tela *home* de uma Smart TV, e como agora a TV aberta, na TV 3.0, vai ser identificada com o DTV+, e esse acesso a catálogo de aplicativos, especificamente de TV aberta, esses aplicativos iniciais.

Na demonstração que eu tenho aqui, para a gente ver a coisa já funcionando com a prototipação que foi feita durante o projeto da TV 3.0, a gente já tentou trazer a possibilidade de que, mesmo que uma emissora não tenha transmissão pelo ar numa certa cidade, mas já tenha uma outorga - o transmissor está com defeito; o sinal está chegando com interferência -, esses aplicativos não só estão dando esse acesso à personalização, mas também estão escondendo as possibilidades de entrega do mesmo conteúdo, seja pela radiodifusão, seja pela internet, atrás do mesmo tipo de acesso.

Então, esses três radiodifusores foram radiodifusores que eu encontrei os seus *streams online*, livres, sem precisar de *login*; são radiodifusores públicos. E eu trouxe aqui exemplos de que o mesmo aplicativo que serve para acessar a TV linear pelo ar, serve para acessar a TV linear pela internet.

Então, eu vou acessar a TV Câmara aqui, e essa é a programação ao vivo da TV Câmara. Daqui a pouco, é um aplicativo inicial que dá acesso ao conteúdo linear, mas, em vez de trazer o linear TV 3.0 pela radiodifusão, pelo ar, está trazendo pela internet. São 10h30 e está ao vivo ali, na Casa ao lado aqui.

E uma coisa interessante dessa orientação a aplicativos é que ela não deixou para trás aquele hábito de consumo da TV aberta, que é o zapeamento. Zapear é trocar rapidamente de canais. É uma experiência que o *streaming* abandonou; não existe isso no *streaming* de você trocar rápido.

Então, aqui a gente mostra que vai ser possível. Vamos ver se o sinal aqui da TV Brasil pela internet vai estar bom. Opa, parece que vai aparecer daqui a pouco. Eu consegui trocar rapidamente da TV Câmara para a TV Brasil. Está um pouquinho agarrado pelo meu acesso... Começou agora. Também é o *stream* linear atual, ao vivo, aqui da TV Brasil.

Então, essa experiência do zapeamento ela continuou. Não é porque a TV é orientada por aplicativos que não tem o zapeamento. Isso é uma coisa interessante de se ver.

Aqui, eu vou voltar para a TV Câmara, cuja nossa recepção pela internet está mais eficiente aqui.

Também trouxemos o Canal Saúde, que é um canal que é distribuído por meio da RNP, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, também com sua programação linear.

Então, já para mostrar aqui, essa mesma experiência de selecionar os aplicativos para o acesso linear daquilo que vem pelo ar está disponível como alternativa para acesso direto, caso o sinal não esteja presente, por meio da internet.

Essa é a nossa primeira demonstração aqui, em tempo real, da coisa acontecendo.

Vou voltar aqui para o catálogo; são poucos que a gente tem aqui.

10/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Agora, tem uma outra experiência aqui de demonstração que permite a gente ver de uma forma mais abrangente um pouco dessa jornada de orientação a aplicativos.

Eu vou até voltar mais um pouquinho, porque a gente tem uma... Deixe-me ver se com o *back* aqui... Não, com o *back* eu não vou conseguir. Então, vou trazer de volta aqui para a parte inicial da demonstração, para vocês verem que a gente desenhou uma jornada desde o início. A gente fez todo um trabalho de *design thinking* durante a pesquisa para que a gente pudesse chegar aqui.

Então, veja que a gente já tem uma configuração, um processo. É como se estivesse tirando a TV pela primeira vez da caixa, tendo uma configuração. Tem uma configuração de idioma, que já é uma parte de um dado pessoal - qual é o idioma de preferência daquela pessoa - e isso poder ser oferecido...

Deixe-me pegar o controle aqui; deixe-me ver se este controle está o.k. Pronto.

Parte também dessa configuração inicial pode ser a criação de um perfil - ou não: o telespectador tem toda a liberdade para continuar toda a experiência dele sem dados de perfil.

Eu vou criar um perfil aqui. Eu vejo que vem já uma lista ali, um formulário de alguns dados - coisa um pouco complicada de a gente fazer com controle remoto. Meu controle remoto é meio especial, porque ele tem um teclado completo atrás. A gente não observa esse tipo de experiência nos controles remotos atuais, mas é algo que pode ser preenchido por meio de um *smartphone* em conectividade, a gente também prevê essa interação por meio de um *smartphone*. Eu vou preencher uns dados aqui. Vejam que o nome do perfil não precisa ser o nome da pessoa, mas eu vou colocar... Posso colocar o nome do Presidente aqui? Miguel, eu posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos. *Fora do microfone.*) - Eu vou ser o primeiro inscrito! (*Risos.*)

**O SR. MARCELO MORENO** (*Fora do microfone.*) - Vou colocar aqui: Miguel Matos.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos. *Fora do microfone.*) - Aí, quando eu for me cadastrar, vai aparecer: "Você já está..." (*Risos.*)

**O SR. MARCELO MORENO** - Não, mas uma coisa interessante, aqui, é que esses perfis são armazenados localmente. Como é uma TV aberta, em que cada radiodifusor cuida do seu conteúdo, a gente não conta com um local central para armazenar esses perfis, para armazenar dados de telespectadores; está tudo armazenado localmente. Cada radiodifusor, quando quiser ter acesso a esses dados locais, é que vai ter que pedir aquela permissão que a gente mostrou na apresentação.

Aqui, o CEP: é muito interessante a gente colocá-lo, porque ele serve para a questão de geolocalização - e, no Brasil, o CEP é muito eficiente para isso, diferentemente de outros países, porque localiza ruas e até prédios, dependendo - e é muito interessante também para alerta de emergência - que foi uma coisa que a gente pouco pôde citar aqui, pelo tempo que a gente teve, mas o alerta de emergência é uma outra tecnologia importantíssima que está incluída na TV 3.0.

Bom, aí vem idioma, etc., a parte toda de acessibilidade... Eu vou pular isso, para a gente não se estender muito, tá?

Aí, o receptor, nesse processo de configuração, passa por uma etapa, agora, de identificar quais são os radiodifusores presentes naquele local onde ele está instalado. Aqui, eu vou iniciar uma busca - ela é fictícia, ela é para efeito de demonstração - em que, em vez daquele processo de varredura de canais que a gente está acostumado a ver, a gente vê um processo de instalação de aplicativo inicial para cada sinal de emissora identificado nessa área de cobertura onde o receptor está, inclusive os de multiprogramação. Então, por exemplo, em vez do que é típico em algumas cidades, que é ter radiodifusores públicos, como TV Câmara, TV Senado e o Legislativo local, compartilhando o mesmo canal, cada um vai ter o seu aplicativo individual, inicial para o início do consumo do conteúdo. A multiprogramação também está endereçada da mesma forma como na TV atual.

"Mas aí, então, cada radiodifusor vai ter que desenvolver um aplicativo?" Não. Esses aplicativos iniciais são instalados automaticamente a partir de um conjunto de dados muito restrito, de só fornecer... Cada radiodifusor só tem que fornecer o logotipo, o nome do radiodifusor, alguma preferência de cor para o aplicativo, porque, na verdade, esses aplicativos iniciais são iguais para todos os radiodifusores - são iguais - e eles são instalados automaticamente pela implementação da DTV+, pelo receptor, a partir de uma espécie de modelo, um *template*, e vai instalando para cada um dos radiodifusores que ele identificou na varredura. Mas isso também permite o quê? A sinalização por carona. Então, tem certos radiodifusores que podem anunciar esses dados de um aplicativo que dão acesso ao conteúdo linear por internet, por exemplo, de outros emissores que, por exemplo, nem tinham sido detectados na varredura, mas que teriam direito de ter a transmissão naquele local por causa de uma concessão.



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E veja que uma característica interessante é que a gente tem a identificação dos transmissores. Na TV 3.0, a gente consegue saber qual é a cidade, não só pelo CEP, a gente consegue saber qual é a cidade, mesmo que o CEP não tenha sido informado, em que esse sinal foi recebido, em que esse receptor está instalado.

Então, vou fechar essa busca aqui. Deixe-me ver se eu chego lá. Vou fechar essa busca, e aí a gente tem acesso. Terminou todo o processo de configuração, tenho acesso, então, à *home*, essa tela inicial típica de *smart* TVs. E aí, como a gente já falou, a identificação do DTV+ como sendo um ponto de acesso, essa dificuldade de cada fabricante dar um nome diferente para o que é a TV aberta nas *smart* TVs, ter um posicionamento completamente diferente. Acabou que a pesquisa ajudou muito a identificar essa demanda de "olha, a gente precisa identificar a radiodifusão aberta de uma forma única", e a gente tem uma oportunidade de harmonizar, já que vai ser orientado a aplicativos, harmonizar com aquilo que a *smart* TV se baseia, que são esses aplicativos de *streaming*.

Então, o acesso se dá pelo DTV+ ou por um botão específico do controle remoto e também por aquela lista de entradas, os *inputs*. Tem lá um *input* TV, e vai continuar tendo o *input* DTV+ também. E para onde vai levar esse *input*, esse logo? Vai levar para o catálogo dos aplicativos que foram instalados no processo de varredura. Só emissoras. Trata-se apenas de aplicativos iniciais das emissoras de TV aberta. Não tem uma confusão com o Fast, com os canais baseados em propaganda por meio de *streaming*, nem outros tipos de aplicativos.

Então, nesse exemplo, a gente traz de novo, só que agora está tudo *offline*, a gente traz esse exemplo desse aplicativo inicial. Trazendo o *streaming* pelo ar ou pela internet, fica tudo muito transparente para o telespectador, de onde vem o conteúdo. Mas a certeza que ele tem é que esse conteúdo vem de um radiodifusor, que tem esse direito de aparecer nesse catálogo. O "zapeamento" continua funcionando, ou seja, eu posso trocar livremente aqui entre os aplicativos da TV aberta. Só que as emissoras não precisam se restringir essa experiência simples inicial de acesso ao conteúdo linear. Então, elas podem, por exemplo... Eu vou trazer o exemplo da TV Brasil.

Deixe-me ver se ele vai só maximizar.

Aqui é um exemplo de um aplicativo adicional que a emissora enviou. Então, a TV Brasil...

Deixe-me voltar aqui. Só um minutinho. (Pausa.)

Não quis voltar. Só um minuto. (Pausa.)

Quero mostrar aquele aplicativo que traz recomendações. A emissora optou por enviar um aplicativo secundário, como a gente chama. (Pausa.)

Eu não estou conseguindo trazer para uma tela menor.

Ah, já sei o que é. É que nessa demonstração é outra tecla. São duas demonstrações diferentes. Agora, vou conseguir aqui.

Então, esse é um aplicativo inicial, que foi instalado automaticamente, e este aqui é um aplicativo que a emissora pode enviar para trazer mais recomendações a essa experiência personalizada. Então, nesse exemplo aqui, a TV Brasil está enviando, baseada nos dados do nosso telespectador - Presidente Miguel -, algumas recomendações, de acordo com o seu perfil de consumo. E todas elas tratam do quê? De mudar essa experiência linear aqui para uma experiência agora VOD (vídeo sob demanda), pela internet. Então, vou escolher aqui o Tem Criança na Cozinha e começa o *streaming* pela internet desse outro conteúdo, não é? O.k. Então, esta é a experiência: poder enviar outros aplicativos que dão essa experiência personalizada.

Só que aí tem mais, não é? São essas opções de conteúdos que as emissoras estão enviando linear, VOD, por meio dos seus aplicativos. Mas, como a gente está recebendo isso, nessa plataforma que está especificada em norma, que é o DTV +, a gente está conseguindo reunir um conjunto de metadados que permite a gente criar guias de programação que dão acesso a esses conteúdos, não só aos lineares, como também aos sob demanda.

Então, aqui é um exemplo de guia mais simples, em que a gente vê a programação atual de cada um dos radiodifusores. Vou descer aqui ó, e tem outros. Vemos a programação atual, qual foi a anterior, qual foi a próxima. Como os radiodifusores anunciaram que, para cada um desses conteúdos, alguns deles estão disponíveis para serem assistidos fora da grade, você não precisa esperar as 11 horas para começar a ver o Tem Criança na Cozinha. Você pode simplesmente... Já são 11? Não, não são. Você pode antecipar na grade, ou seja, você quebra a linearidade do fluxo da radiodifusão. Já que esse conteúdo não é um conteúdo produzido ao vivo, é um conteúdo que já está disponível na internet, você poder trazer pelo próprio guia esse conteúdo. Então, eu posso ver tanto aquilo que está agora no ar, que é o Show da Luna!, como eu posso voltar no guia e "Não, eu quero ver o próximo, que é o Tem Criança na Cozinha", e aí, posso assistir agora, então, essa mesma experiência que a gente viu. Nesse caso, a TV Brasil tinha feito um aplicativo para acessar esse conteúdo. Esse mesmo conteúdo, como foi anunciado, também está disponível pela própria plataforma, sem a necessidade de um

12/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

aplicativo específico para indexar esse conteúdo. É claro que a experiência continua. Aquele guia completo, alinhado no tempo, está aí disponível, e a gente pode, então, pegando aqui ver o conteúdo atual, etc.

Bom, nesse radiodifusor aqui, por exemplo, a gente tem também um aplicativo secundário, que está muito parecido. A gente usou a mesma base e está muito parecido, mas são outras recomendações já para esse radiodifusor aqui, tá?

Deixe-me voltar aqui. Então é isso.

Bom, então, a gente viu que tem...

Veja que não é porque vem um aplicativo de recomendações que o Zap para de funcionar. Não, não existe esse enclausuramento que um aplicativo parece oferecer. Não, o zapeamento continua funcionando. Além desse guia de TV aberta que mostra, então, aliado no tempo, como é a grade, a gente tem também a indexação dos conteúdos, todos sob demanda. Então, aquela experiência VOD, a que todo mundo está acostumado no *streaming*. O DTV+, como plataforma agregadora, está reunindo os metadados necessários para dar acesso para cada emissora que está no catálogo, lembrando que esse catálogo é todo personalizado. A ordem que as emissoras aparecem o telespectador pode escolher e isso fica gravado no seu perfil.

Então, aqui eu posso escolher qualquer conteúdo VOD disponível. Eu vou aqui no Sem Censura, por exemplo. Já estava disponível esse aqui e eu consigo assistir. Por meio também desse guia que a gente chama de "guia de conteúdo eletrônico" em vez de "guia de programação", faz-se esse acesso ao conteúdo VOD.

Por último, a última funcionalidade que eu gostaria de mostrar...

Vou voltar ao guia para não ficar muito bagunçado. Na verdade, é no catálogo que eu quero voltar.

Aqui, porque eu estou com esse meu... Deixe-me ver se estou conectado ainda... Passou um tempinho já. *(Pausa.)*

Estou conectado ainda.

Então, vejam que eu posso ter uma experiência conectada. Eu não sei como é que eu vou poder mostrar aqui de uma forma melhor, devido à posição da câmera... Vai se usar essa aqui, não é?

Aqui eu tenho... Todos os aplicativos que estão listados ali estão listados aqui também, porque esse telefone tem um aplicativo DTV+. É um protótipo, uma ideia de um aplicativo, também agregador, que possa trazer essa experiência de segunda tela já padronizada. Eu posso selecionar qualquer um desses radiodifusores.

Então, vamos supor: TV Brasil novamente. O aplicativo me pergunta se eu quero assistir essa programação da TV Brasil na TV a que eu estou conectado. Como tudo é IP, eu poderia receber diretamente no telefone, mesmo ele não tendo uma recepção direta da TV 3.0.

Então, eu vou pedir primeiro na TV. Vejam que, quando eu coloquei que eu quero ver na TV, começa a programação ali daquilo que vem pelo linear da TV Brasil. Eu poderia escolher outra.

Quero assistir também na TV. Então, ele vai trocando da mesma forma como se fosse no controle remoto.

Agora, eu posso também escolher uma outra programação que eu quero receber diretamente no meu celular. Eu posso continuar vendo esse conteúdo na TV, na tela principal, mas aqui eu já tenho o conteúdo sendo trazido para o celular.

Nossa, está um reflexo grande aqui.

Então, são essas experiências que são típicas do *streaming*, de VOD, de indexação do conteúdo, mais essa questão da segunda tela que a gente está pensando. A DTV+ está trazendo novas possibilidades para os radiodifusores poderem explorar.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Eu que agradeço.

Vai ter um curso específico para isso. *(Risos.)*

Eu até vou fazer breves colocações e passar logo a palavra para os Conselheiros, que devem estar muito curiosos, mas eu tenho alguns questionamentos, porque normalmente a gente faz o seguinte, a gente ouve os questionamentos e depois devolvo a palavra no final, porque aí a gente junta tudo e depois até são questionamentos que todos podem responder.

Primeiro, quando isso vai começar? Qual é o prazo disso? Depois, se as televisões precisam ser adaptadas. Há um certo temor de que a gente vá excluir as pessoas mais velhas e menos treinadas nesses mecanismos. Eles são difíceis, não são fáceis. Quem não nasceu nessa geração... Eu entendo que nós vamos tentar colocar os jovens que não assistem TV aberta a começar, provavelmente, a assistir, porque esses mecanismos vão facilitar. Agora, nós vamos excluir as pessoas mais

13/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

velhas - eu acho -, porque tudo aí já me pareceu difícil. Mexer no controle remoto já é difícil, e, com tantas possibilidades e tantas alternativas, não vai ser uma coisa muito simples.

A minha outra preocupação é que, a partir do momento em que as pessoas vão entregar os seus dados... Elas entregam, e eu não vejo tanta preocupação com isso, mas o fato é que, sobretudo as pessoas mais velhas, nós sabemos, são facilmente exploradas, vamos dizer assim - não é bem exploradas, mas vulneráveis -, e nós vamos criar bolhas. As próprias bolhas que a gente tem na internet, nós vamos começar a ter na televisão agora - bolhas de conteúdo, de informação -, porque mal sabem elas que estão recebendo aquilo porque está dentro da característica delas, e elas vão enfrentando...

É mais ou menos o que acontece nas redes sociais, em que, muitas vezes, nós mesmos somos vítimas disso sem perceber. Precisamos o tempo inteiro estar vigilantes: "Por que eu estou recebendo tanta coisa assim? É porque, na verdade, eu estou gostando de ver e estão me entregando". Mas a gente tem que se preocupar, porque senão a gente fica só com esse tipo de conteúdo.

Então, tem várias preocupações com essa coisa.

Abro a palavra agora...

Conselheira Patrícia?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Então vamos.

O João Camilo, que na verdade é o que fez...

Acho que se a gente fizer assim... É melhor a gente tentar...

Depois a gente acaba fazendo um consenso de perguntas, porque senão elas ficam até repetitivas, e as explicações também.

E o Conselheiro João Camilo foi quem nos sugeriu também a realização desta audiência.

Passo a palavra a ele.

**O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR** - Quem sugeriu foi a Conselheira Valdez. Eu dou todo o mérito para ela. Eu só endosseiei, porque eu acho que é um tema muito importante.

Eu começo dando bom dia a todos e agradecendo as quatro explanações. Foram excelentes.

Fiquei mais feliz ainda com as indagações do Presidente, porque realmente são as indagações que a população deve se fazer quando tem acesso ou quando sabe de um serviço novo, porque é um serviço disruptivo, um serviço que está mudando a cultura, mas extremamente necessário.

Eu queria coletar algumas coisas que foram faladas e aproveitar para poder fazer esse reforço.

Desculpe, gente. Apesar de ser brasileiro raiz, minha garganta ainda não resiste às mudanças de clima. Então, choveu esse final de semana, já mudou tudo.

A primeira coisa que eu queria comentar é sobre a importância desse serviço, que é o serviço de radiodifusão, que tem um capítulo específico, um capítulo de comunicação social, porque nós prestamos um serviço essencial para a população, desde acesso à informação, entretenimento, como também em questões voltadas para a democracia.

Aliás, o horário eleitoral gratuito e a propaganda partidária passam no rádio e na televisão. Então, são serviços essenciais para a constituição da democracia. E por isso a gente destaca muito um dos pontos que foi falado aqui, que a gente tem chamado de proeminência do serviço de televisão, porque exatamente para evitar o problema que o Presidente Miguel citou sobre como as pessoas vão ter essa dinâmica de acessar o serviço de radiodifusão, nós precisamos que o controle remoto, como bem mostrou a Ana, tenha ali um botãozinho específico para que a pessoa possa ter acesso à TV aberta, livre, gratuita, como nós conhecemos. Ele precisa ser facilitado para que a minha tia, para que a nossa mãe, para que ali o nosso vó possa, de alguma forma, pegar aquele controle e acessar a programação que quer acessar, de forma simples e de forma facilitada. Então a proeminência da TV seria para isso.

Também seria para a gente evitar aquilo que o Diretor da Ancine citou a respeito da questão dos canais Fast. Hoje, quando você compra uma TV ou quando você liga a sua TV velha, que de alguma forma já tem ali alguns canais Fast, você tem uma confusão de aplicações, você tem uma confusão de canais, para poder chegar até aquele que você quer, que é a questão dos canais que você está acostumado a assistir. Então ele muito bem citou os dois projetos de lei que estão regulamentando a questão do *streaming*, que estão falando exatamente a respeito da proeminência da programação, para que exatamente a população mais vulnerável, a população menos letrada digitalmente consiga ter acesso à programação da TV, que é o que a pessoa realmente está querendo assistir quando ela liga a televisão e pega o seu controle.

14/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então a gente tem trabalhado muito nessa questão da proeminência e as apresentações ficaram ótimas nesse sentido, para que facilite o máximo possível, para que aquele consumidor que não tem o costume com o novo serviço consiga acessar aquilo que realmente pegou para acessar.

A segunda coisa que eu queria destacar e eu acho que é muito importante e também veio muito nas falas é a questão das TVs públicas, do serviço público de radiodifusão. O que nós estamos dando para a radiodifusão, tanto pública quanto comercial? Nós estamos dando um novo fôlego, uma nova possibilidade de estar nesse mercado tão competitivo, tão conturbado, tão cheio de *players* e de oferecimento de serviços, o que é saudável, o que é muito bom, mas, de alguma forma, a gente precisa manter aquele serviço que já tem uma natureza extremamente social, que é a natureza da radiodifusão, seja ela pública, seja ela privada, com destaque inclusive para prestações de serviços. Muito embora o Prof. Marcelo tenha colocado que ainda é bem embrionário, ainda está num momento de adaptação, de produção...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR** - ... existe essa dinâmica importante de utilizar esse serviço tão forte, que é a questão da radiodifusão, para tocar em situações como alerta de enchentes, alerta de desastres, campanhas de vacinação, campanhas de saúde, existem projetos até, por exemplo, para fazer matrículas das crianças por meio do serviço de radiodifusão, dentro dessa dinâmica de TV 3.0. Então, assim, eu quero destacar a importância desse serviço, que vai ser cada vez mais social, Presidente Miguel, e cada vez mais acessível em relação a outras dinâmicas, não só a entretenimento, à informação de qualidade e gratuita, mas também a serviços de que a população precisa, sejam eles voltados para a questão educacional, questão de saúde. Então eu queria destacar muito esse novo movimento da TV 3.0, trazendo serviços de qualidade e serviços sociais para a população. Acho que o grande protagonista da TV 3.0 não é a programação nem o serviço de radiodifusão, vai ser a população, vai ser o cidadão.

É isso. Muito obrigado e parabéns pelas explicações de vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Obrigado, Conselheiro.

Conselheira Valderez, desculpe; a sua concordância com a audiência pública foi tão enfática que eu me confundi aqui. *(Risos.)*

**A SRA. VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI** - Bom, primeiro, eu agradeço ao Sergio, Ana Eliza, Prof. Moreno, Paulo. Acho que as explicações foram muito boas, muito esclarecedoras.

Um ponto que a gente tem que deixar sempre aberto é que a TV aberta é uma televisão que a gente recebe pelo ar. Então, existe muita confusão. Será que a TV 3.0 vai ser o quê, vai mudar esse conceito? Não, ela não muda. Ela fica com esse conceito, e a tecnologia permite que a gente consiga fazer operações e interações com isso.

O Conselheiro João falou bem também, colocou bem todas as preocupações, a preocupação dos acessos mais fáceis para a população. E aí você tem tanto a população infantil como a população mais velha.

O ponto que eu acho bem importante também na TV 3.0 é o ponto da segmentação. Talvez, se vocês puderem falar alguma coisa mais da segmentação... Eu acho que é interessante a segmentação de programação, tanto na parte do comercial das emissoras, como na parte também mais aí voltada à TV pública de conteúdos diferenciados.

Então, obrigada a todos e parabéns pelas apresentações.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Obrigado, Conselheira.

Conselheira Maria José.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Bom dia a todos e todas que estão aqui presentes, e aos que estão nos ouvindo, ou assistindo remotamente. Obrigada aos nossos convidados e à nossa convidada.

Na verdade, eu estou aqui pensando por onde começar, porque são tantas as questões, e nós só temos cinco minutos, que eu sempre fico tentando economizar ao máximo as minhas observações.

Como nós já tivemos três falas, eu começo concordando em parte com as falas, e principalmente com a fala do nosso Presidente, o Conselheiro Miguel Matos. Por quê? Porque nós já tivemos, no Brasil, um amplo debate sobre a transformação da TV e os benefícios que essa transformação da TV trariam para o país e para toda a população, quando nós discutimos a implementação da TV digital. E, tirando a qualidade da imagem e do som, todas as expectativas da implantação da TV digital foram frustradas - frustradas!

Agora, a gente vê essa magnífica explicação de vocês colocando todas as possibilidades abertas com a TV 3.0, mas são possibilidades; e a gente espera que elas se tornem realidade, e que se tornem realidade observando dois pontos. A sustentabilidade financeira do negócio; e o tempo todo, principalmente na explicação do Sr. Sergio, vem a questão do

15/22





Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

negócio, da publicidade, de como a TV se sustenta e de como ela gera riquezas. Então, a gente tem que ter a preocupação com a sustentabilidade, mas a gente tem que ter a preocupação também com o serviço oferecido para a população - e isso é que é o essencial. A sustentabilidade é necessária, mas para que haja o serviço. Então, o serviço é que é o essencial.

E aí a gente tem... O meu receio, na verdade, é que ocorra com a TV aberta mais ou menos o que ocorreu no jornalismo, com os muitos veículos de jornalismo impresso: foram atrás das tecnologias e, principalmente, das possibilidades colocadas pela internet, pelas redes sociais, etc. e, na verdade, o resultado pode ser até mesmo considerado contrário, porque o que fez foi reforçar essas chamadas mídias sociais, que acabaram funcionando, de fato, como mídias sociais e não como redes, enfraquecendo esses veículos de comunicação tradicionais.

Então, o Sr. Paulo, da Ancine, colocou esta preocupação de que haja um fortalecimento das plataformas de *streaming*, em vez de um fortalecimento com diversificação da TV aberta.

O Presidente Miguel reforçou a questão da criação de bolhas. Isso, gente, é uma preocupação que tem que estar presente, não pode ser só do ponto de vista da sociologia e da antropologia. As bolhas estão criando problemas sociais perversos que precisam de ser enfrentados, e a gente tem que estar atento para essas questões, principalmente...

(Soa a campainha.)

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - ... quando nós tratarmos de regulação.

Hoje a gente não tratou de regulação, mas acho que a gente tem que pensar para um futuro - e, vamos dizer assim, é o futuro imediato, já que nós estamos na iminência da implantação da TV 3.0 - na regulação, justamente para que essa TV seja, sim, aberta, ela seja gratuita, ela seja inclusiva, e ela não seja "bolhista" - vou usar esse neologismo aqui -, e ela não sirva - esse aviso sempre me interrompe, gente -, para mais segmentação da sociedade, porque uma das grandes características da TV aberta, e que é fundamental, é o debate público, que tem que ser amplo.

Você não pode garantir debate público com alta segmentação. Você pode garantir publicidade com alta segmentação, mas debate público, não. E nós estamos vendo isto na nossa democracia cotidianamente: as pessoas fechadas nos seus círculos sem absolutamente se abrirem para o debate público, para o debate de ideias e de posições.

Então, é isso.

O tempo acabou.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Obrigado, Conselheira Maria José.

Conselheiro José Antônio, vou só chamar a Conselheira Débora Duboc, que pediu a palavra. Vou passar a palavra para ela. Ela está *online*. Nós já estamos acostumados a vê-la na telinha. Então, não vai ser...

**A SRA. DÉBORA DUBOC** (Por videoconferência.) - É complexo, não é?

A minha colocação vai muito dentro do que o Presidente colocou, Maria José, que é uma preocupação, porque eu sinto que tudo isso está ligado também à regulamentação da internet. Ele é um território comum a tudo o que a gente, acho, vem discutindo aqui no Conselho, inclusive a questão da regulamentação do VOD e tudo o mais. Eu sinto... Como que a gente pode trazer esse lugar para garantir esse acesso público mesmo, esse acesso que a Conselheira Maria José trouxe agora.

O Eugênio Bucci coloca muito isto: o algoritmo sabe tudo da gente, e a gente não sabe nada do algoritmo. Então a sensação, vendo, é que... É lógico que é um território maravilhoso, que poderia estar contribuindo para a soberania e para a democracia, mas a sensação que dá é que a gente não tem instrumentos mesmo - ainda -, para fazer com que a regulação da TV 3.0, que a regulação de outros territórios consiga não ser contraditório e consiga realmente trazer esse lugar, em que essas bolhas não se pluralizem mais ainda. É mais ou menos por aí.

Eu gostaria de ouvir as pessoas que foram tão generosas aí nos trazerem esse panorama tão complexo.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Obrigado, Conselheira.

Passo a palavra ao Conselheiro José Antônio.

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA** - Bom dia a todos e todas.

Primeiro, eu quero parabenizar o Conselho por realizar esses debates de grande importância para a sociedade brasileira; e, segundo, quero aqui dizer que, em cada debate que se faz aqui, os trabalhadores se levantam, porque tem a preocupação dos avanços tecnológicos e a transformação na sua profissão. É claro que é um mundo lindo, é um paraíso você ver a transformação chegando e você se encaixando nessa transformação.

16/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O Presidente traz uma reflexão dos velhinhos, porque esta é uma preocupação mesmo: "Como que minha avó, meu pai e minha mãe vão mexer no controle?" Mas tem uma preocupação maior, que é: como e qual será o impacto econômico dessa nova tecnologia? Qual será o impacto na nossa profissão? Eu sou radialista há 36 anos e, cada vez que eu ouço e vejo uma tecnologia, eu já estou dizendo assim: Olha, a minha função está indo embora. E é verdade, está indo mesmo!

Quando mudou do analógico para o digital, eu tinha a preocupação de aprender o novo, e hoje eu vejo que o novo me tirou do mercado. Eu sou técnico em transmissão. E hoje já se fala transmissão pela internet. Então, assim, qual é o impacto? Qual é, de fato, o valor que os trabalhadores vão pagar e que a sociedade vai pagar? A gente precisa trazer essa reflexão para que a gente diga: "O mundo está se transformando, nós estamos pagando cada vez mais seja com o emprego, seja com o financiamento das grandes corporações, das grandes estruturas", porque é isso que a gente vê. É bonito, óbvio, que você está entrando no novo... Para a juventude isso é um paraíso! Para a juventude é um paraíso, porque a juventude já deixou de assistir TV aberta há anos, já deixou de assistir a TV aberta! Quem assiste a TV aberta são os nossos pais, os nossos avós e a gente que já está em uma idadezinha dos 50 para lá, nós assistimos, mas quem tem trinta para baixo não assiste mais. O negócio é Netflix. Então, para a gente fazer uma reflexão para ver para onde nós estamos indo e o que é possível para trazer os nossos avós e os nossos pais para a nova tecnologia.

E, mais uma vez, quero parabenizar os expositores, porque eu saio daqui aprendendo cada vez mais. Isso para mim é uma lição. E olha que eu trabalho diariamente dentro de uma televisão e não sei nem para onde vai isso, porque a gente não toma conhecimento. Quando a gente toma conhecimento, é que você tem que fazer. Aí você fala assim: "Meu Deus, como eu vou fazer?", mas você tem que fazer. E aí você vai se adaptando mesmo para fazer a coisa acontecer dentro da televisão e dentro da rádio também, porque isso vai impactando na radiodifusão brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Passo a palavra, agora, ao Conselheiro Rafael.

**O SR. RAFAEL SORIANO** - Bom dia, bom dia a todos.

Eu queria agradecer aos expositores que estiveram aqui com a gente e parabenizar todo o time do fórum do SBTVD que, como a Ana Eliza falou, concluíram agora em novembro. Eu imagino o trabalho que não foi, a gente viu lá todos os pesquisadores, então, eu sei que foi um trabalho árduo e acho que a gente tem que parabenizar isso.

E, além das dúvidas que o Presidente trouxe, que também são minhas, de quando isso vai funcionar de fato e se as TVs têm que ser trocadas, eu tenho uma dúvida adicional. Eu entendi que a gente conseguirá assistir TV no celular por IP, mas a minha dúvida é, da mesma forma como o Conselheiro João Camilo falou muito bem sobre a importância da proeminência no aparelho de televisão, se a gente vai ter o sinal de radiodifusão de alguma forma recebido no celular, porque eu penso que, talvez, assistir por IP pode consumir dados e a gente sabe que o consumo de dados na população é sempre uma questão também. Então, eu não sei se de alguma forma vai ser possível que a radiodifusão chegue ao celular, porque a gente sabe que hoje as pessoas assistem TV de qualquer lugar, do ônibus, de onde estiver. Então, é a pergunta que eu tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Perfeito.

Passo a palavra à Conselheira Patricia Blanco.

**A SRA. PATRICIA BLANCO** - Obrigada a todos pelas brilhantes apresentações. Realmente, saio daqui já sabendo um pouco mais. Outro dia me perguntaram o que era TV 3.0, eu fiz um *somebody love* e não pude responder, porque eu falei: "Calma que eu vou aprender".

Mas a minha pergunta vai na questão do que o Conselheiro Rafael acabou de colocar, sobre essa questão da experiência mesmo total de quando isso vier à tona, quando isso for uma realidade, de que vai precisar do sinal aberto da antena e da conexão de internet. E como que essa conexão, sabendo das dificuldades de pacotes de dados, de custo e também de cobertura no Brasil, como que isso pode melhorar ou atrapalhar a experiência com a televisão 3.0? Era isso.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Encerrando aqui a participação dos Conselheiros, eu queria também falar, mais uma vez, assim, que eu estava, até no começo, um pouco preocupado da minha ignorância em relação aos assuntos, mas pelo visto estamos todos meio ignorantes em relação aos assuntos. E aí vem uma preocupação muito grande, porque, se é um assunto tão importante, eu acho que não está sendo tão debatido. Nós que lidamos com comunicação não estamos sabendo direito; então, não é um assunto que está sendo tão debatido. Eu entendo que as questões, muitas delas, nesse começo, são técnicas, mas eu acho que, talvez, deveria estar andando meio *pari passu* a questão técnica com a discussão de regulação, até porque muitas das regulações são questões técnicas. Enfim, é só uma ponderação que eu estou colocando aqui.

17/22





Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Depois, eu também vejo, pelas perguntas que chegaram pela e-Cidadania, que há essa discussão também, muitas pessoas não entendem. Primeiro, há uma confusão. Pelo que eu entendi, a TV 3.0... o novo nome é DTV+, acho que é isso, é a TV Digital+. Acho que houve uma troca de nomes, mas as próprias pessoas perguntam qual a diferença entre um e outro. Enfim, essa é uma pergunta que se tem que encerrar até, para a gente poder elucidar já.

A Yzadora, do Rio Grande do Sul, faz uma pergunta; o Leonardo, de São Paulo, pergunta também quando será o início, se vai ter que trocar aparelho; o João, de Santa Catarina, pergunta qual é essa integração, se afetará a experiência dos usuários e quais os desafios técnicos; o Rodrigo, do Ceará, pergunta sobre a regulamentação e aí faz uma ponderação até sobre se vai ter, por exemplo, no caso, publicidade infantil; o Vitor, de São Paulo, pergunta, nesse novo modelo, como será garantida a acessibilidade e a inclusão digital de todos; o Rodrigo, do Distrito Federal, pergunta que garantias podem ser fornecidas aos usuários para assegurar que seus dados estão seguros; o Milton, de São Paulo, pergunta quais são os benefícios concretos para o povo brasileiro. Entre os comentários, a Ana, de Minas Gerais, faz um também.

Enfim, vou passar a palavra, agora, aos expositores pelo mesmo tempo de cinco minutos. Claro que foram tantas colocações aqui que, às vezes, cinco minutos não vão dar. Então, vamos tentar fazer, mas, se ultrapassar, não tem problema. E já com as considerações finais.

Vou seguir a mesma ordem e passo a palavra ao Sr. Sergio Santoro.

**O SR. SERGIO SANTORO** - Obrigado, Presidente.

Bom, são muitas questões, eu vou tentar aqui, de alguma maneira, fazer algum resumo disso tudo. Foi mencionado aqui que a gente fez uma apresentação muito voltada à questão de sustentabilidade da radiodifusão. Isso é uma realidade, parodiando o nome daquele filme, é um *Perigo Real e Imediato*, ou seja, a forma como a TV, o DTV+, está sendo apresentada é uma maneira para que a radiodifusão não pereça. Como a tendência, cada vez mais, é o acesso ao *broadband*, através de conteúdos disponibilizados por várias plataformas, a radiodifusão está perdendo a relevância que tinha. Então, a maneira como isso foi projetado garante ao radiodifusor, às empresas de radiodifusão, pelo menos ter uma maior equalização sob o ponto de vista da sobrevivência, da sustentabilidade.

Obviamente, todas as outras questões que foram levantadas aqui, como a questão de proteção, o fórum tem tratado, com maestria, através do Prof. Moreno, que coordena uma equipe fantástica. A gente, no modo de mercado, também tem essa preocupação no sentido de garantir a usabilidade da melhor maneira possível. Recentemente, fizemos um trabalho interno lá, encaminhamos um módulo técnico, as questões de usabilidade, justamente pensando nessa situação de pessoas que são iletradas digitalmente - vamos chamar dessa maneira -, de forma a facilitar. Por isso a solicitação da inclusão de um ícone que seja comum em todos os receptores de televisão, como o DTV+, e a inclusão de um botão no controle remoto, de forma a facilitar esse acesso, porque, mesmo a gente que trabalha no meio há vários anos... Eu confesso que tive dificuldade de conseguir fazer a sintonia da TV aberta na minha casa - e eu comprei um aparelho há cerca de dois anos. Então, essa dificuldade é constatada por todos que trabalham no ramo, e isso é uma proposta de maneira a facilitar. Obviamente, tudo o que é novo demora um tempo para que as pessoas se acostumem, mas a gente tem procurado orientar o nosso projeto levando em consideração todas essas nuances.

Com relação à questão de bolhas, uma coisa que eu gostaria de ressaltar é que a radiodifusão sempre teve uma curadoria responsável, porque ela é altamente regulamentada. Em contrapartida, não é o que a gente encontra nas plataformas digitais de maneira comum. Toda plataforma digital não tem qualquer tipo de regulamentação. Nós temos uma assimetria nesse sentido, que precisa ser olhada.

A ideia aqui, com o acesso facilitado às emissoras de televisão através dos ícones, é efetivamente trazer uma modernização, mas manter o espírito da radiodifusão pública, como foi mencionado, de maneira que a gente consiga ter as discussões relativas aos destinos do país da forma mais democrática possível. Então, isso não será perdido nessa nova configuração. Simplesmente o que a gente vai ter é uma nova forma de acesso. A radiodifusão não deixará de ser o que é hoje; ela será aperfeiçoada. A visão que a gente traz para esse novo projeto é de sustentabilidade e inclusão, porque as características da radiodifusão não serão perdidas, as da gratuidade e do acesso a qualquer cidadão brasileiro.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. SERGIO SANTORO** - Dito isso, eu acho que endereço parte das questões, e passo a palavra de novo ao Presidente e aos colegas para poderem detalhar um pouco melhor.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Obrigado *(Fora do microfone.)*, Sr. Sergio.

18/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Só para deixar... Só para recolocar nossas críticas aqui: nossos comentários são sempre tentando melhorar e tentando evoluir. Aliás, esta é a função do Conselho de Comunicação Social: é auxiliar o Congresso - e a sociedade também, de alguma maneira, porque, se nós estamos auxiliando os representantes do povo, nós estamos também auxiliando o povo - nesses debates, nas questões relativas à comunicação. Então, são sempre colocações tentando evoluir.

Passo a palavra à Sra. Ana Eliza Faria.

**A SRA. ANA ELIZA FARIA** - Muito obrigada, Presidente.

Obrigada pela colocação e pelas perguntas dos Conselheiros.

Eu vou tentar, inicialmente, aqui na minha fala, responder algumas coisas de forma bem objetiva.

TV 3.0 e DTV+. TV 3.0 é como começou o projeto, é o nome interno de desenvolvimento de tecnologia e é como é citado no Decreto Presidencial 11.484; e DTV+ é a marca que está sendo desenvolvida. Então, eles são a mesma coisa. A partir de agora, a gente vai desenvolver essa marca e vai comunicar ao telespectador e ao público a marca DTV+, que vai representar a evolução da TV aberta.

TV no celular. A TV no celular é realmente um grande desafio, não há uma questão tecnológica aqui associada a esse tema. As tecnologias que foram desenvolvidas se adaptam ao uso e à recepção do celular, mas ele faz parte de um dos desafios que foram frustrados na primeira geração. Então, a gente sabe que a gente precisa endereçar isso numa forma de ecossistema. O ambiente de *smartphone* é ainda muito mais fechado e difícil do que o das TVs conectadas, então há a necessidade, na verdade, de ampliar o debate. A preocupação de consumo de dados existe, daí a necessidade de a gente criar, de fato, a comunicação social, o desenvolvimento dessa TV no celular de uma forma mais ampla que permita o acesso amplo, livre, gratuito, universal para o telespectador.

Uma questão que também foi perguntada aqui é em relação à disponibilidade de banda larga. Estamos falando de TV aberta, então o indivíduo que vai receber TV 3.0 e não tem conectividade, não tem banda larga assiste aos canais abertos que estão no ar, ele continua tendo os seus canais lineares disponíveis. Então, caiu a minha internet, eu fiquei sem TV? De jeito nenhum, os seus canais abertos estão disponíveis. Obviamente, a gente está falando também de uma experiência enriquecida. Os conteúdos que estiverem disponibilizados pela internet, pela banda larga, naquele momento ou para aquela residência, não estarão disponíveis. Mas, mais do que isso, eu queria, na minha colocação final e na minha fala, parabenizar aqui o Conselho e encorajá-los a ampliar este debate. Isso aqui tem que ser, de fato, um embrião e não um processo final. A gente conseguiu aqui trazer alguns conceitos que tocam um primeiro nível de debate em relação a essa evolução da TV aberta.

Como a gente está falando do ponto de vista evolutivo, a TV 3.0, de fato, significa novos televisores na casa das pessoas, podem ser novos receptores. Muitas das famílias já têm telas com alta resolução, telas Ultra HD. Então, comprando uma caixinha - então, não é o investimento integral no televisor -, você torna o seu ambiente, a sua casa capaz de degustar e de ter todos os benefícios da TV 3.0. Para as emissoras, isso significa também uma nova rede. Então, há um investimento tanto do lado das emissoras quanto do lado dos receptores.

Acho que o ponto aqui... Os Conselheiros foram muito felizes nas suas colocações, porque perceberam, a partir deste debate, que temos um ponto de vista do indivíduo e um ponto de vista da sociedade, quando se trata do tema de TV 3.0.

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. ANA ELIZA FARIA** - Do ponto de vista do indivíduo, o Conselho aqui está absolutamente correto sobre a necessidade de priorizar a usabilidade, o acesso. Então, a preocupação em ser abrangente e trazer todos para o ambiente é absolutamente legítima.

Eu destaco que, na fala do Conselheiro João Camilo, que destacou o tema da proeminência, eu acho que faltou um elemento aqui que eu queria complementar. Temos o elemento do controle remoto, importantíssimo; temos o elemento de fazer a marca, a identificação da TV 3.0, realmente, ser conhecida por todos; e temos um elemento que é inferior a tudo isso, que é a questão... Quando você tira a sua televisão nova da caixa, o seu receptor da caixa, ele já tem que ter uma antena conectada a ele, uma antena simples, uma antena *plug-in*. Ele tem que funcionar como se fosse um *tablet*, como se fosse um celular, porque sem essa antena... E a antena que existe hoje na casa dele não funciona, por isso que a gente está falando de colocar uma nova antena. Essa nova antena é parte do sistema de recepção, porque, sem isso, não achamos os canais abertos. E, de novo: você não tem acesso à TV aberta não porque ela não esteja disponível na sua cidade, ou ela não esteja acessível na sua residência, mas porque a gente não cuidou de capacitar aquela residência com tudo o que ela precisa para receber a TV aberta. Então, acho que são três desses elementos de proeminência que precisam ser tratados e deixo aqui esse alerta ao Conselho em relação ao botão, à antena e à identificação na faixa.

19/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Em relação à sociedade, eu acho que o Sergio já foi bastante completo na sua resposta. O meu adendo é que a gente está, sim, falando... Embora a gente fale de um novo serviço, é comunicação aberta, é comunicação social, é uma expansão, é uma evolução da TV aberta. Esses atributos, essa preocupação com a informação, a preocupação com a democracia, o cuidado com o conteúdo, a responsabilidade do conteúdo, o combate às *fake news*, para ser um local de convergência e de democracia, continuam, são ampliados. Daí a importância de a gente, no processo de regulação, de ampliação deste debate, entender que aqui a gente não está buscando a criação de novas bolhas; pelo contrário, a gente está querendo fortalecer a TV aberta para que ela continue sendo esse espaço. Mais do que isso, neste momento, o campo público chega a esse debate de uma forma muito mais organizada, e eu acho que sai fortalecido, porque, desde o primeiro momento, a gente está criando esse espaço para que todos participem e para que o DTV seja, de fato, esse ambiente democrático, esse ambiente de encontro. Então, de novo, a minha consideração final é um agradecimento e, mais do que isso, um encorajamento para que este Conselho dê espaço na pauta a esse tema e o amplie.

A gente falou que faltava falar quando. Eu disse rapidamente na minha fala que temos aqui de um ano e meio a dois anos para concluir esse processo de desenvolvimento de produtos. Esse um ano e meio a dois anos para concluir o desenvolvimento de produtos é para fazer um processo diferente do que foi feito anteriormente, por isso é que estamos com essa estação-piloto no ar, que é para que, como destacou a Conselheira Maria José, seja possível o desenvolvimento de produtos e o desenvolvimento de negócios. Então, vamos ter de um ano e meio a dois anos de maturação para o efetivo lançamento comercial da TV 3.0. E esse é o prazo para que este Conselho esteja, de fato, atento e participante no debate. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Muito obrigado. Muita coisa foi esclarecida aí, e outras tantas preocupações surgiram.

Eu vou passar a palavra ao Diretor da Ancine, Paulo Alcoforado, para depois deixar o Sr. Marcelo Moreno finalizar aqui com a gente.

**O SR. PAULO ALCOFORADO** (*Por videoconferência.*) - Presidente Miguel Matos, eu agradeço o convite, renovo os agradecimentos. Eu também estímulo que este debate possa continuar. Acho que talvez, numa próxima vez, a gente possa relacionar o debate da comunicação social à questão do conteúdo, porque eu acho que traz uma informação complementar que pode ser útil à reflexão deste Conselho.

Eu queria - se não ficou claro - dizer que eu sou absolutamente... Tenho consciência de que a TV 3.0, a DTV+, vem para agregar, vem para enriquecer todo o processo, só que duas coisas estão associadas a isso. A primeira é que, a partir do momento que ela vem com essas características, com essas possibilidades, novos desafios são lançados. Esses desafios se dão dentro de um ambiente econômico que convive com outros processos. A Conselheira Débora Duboc está certíssima quando ela faz referência à relação com a regulação da internet, porque todos esses aspectos outros que eu trouxe, que conformam esse ambiente econômico do audiovisual na perspectiva do conteúdo, veem, nas oportunidades, possibilidades de ampliação desses mercados e desses negócios.

A TV 3.0, nesse sentido, se oferece como uma plataforma muito potente, considerando a relevância da radiodifusão, a sua capilaridade em todas as regiões do país; então, ela se coloca como uma oportunidade de ampliação de negócios, que se dão mesmo fora do ambiente da televisão aberta e que veem uma oportunidade para entrar. Nesse sentido, acho que tem uma possibilidade de enriquecimento do debate ao trazer todo esse conjunto de questões que eu trouxe relacionadas aos negócios do conteúdo.

Então, queria trazer essa contribuição final e dizer que estou à disposição de vocês para quaisquer outras participações ou esclarecimentos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Perfeito, muito obrigado.

Passo a palavra, então, para finalizar esta nossa apresentação, ao Sr. Marcelo Moreno.

**O SR. MARCELO MORENO** - Obrigado, Presidente.

Dá vontade de colaborar, contribuir um pouquinho com cada ponto que foi levantado. Eu vou ter que escolher alguns e depois a gente pode dar continuidade, em outra oportunidade ou aqui mesmo.

Eu queria começar falando sobre a questão da vulnerabilidade, daqueles mais vulneráveis, que não têm o letramento digital necessário para entender o que é essa TV toda orientada a aplicativos. Quando a gente começou a atacar o problema de como fazer uma TV que pudesse ser personalizada, veio logo essa possibilidade dos aplicativos, e a gente seguiu um procedimento que a gente chama de *design thinking* - eu cheguei a citar isso -, em que a equipe toda... E isso teve todo um apoio muito importante da RNP, com a própria equipe de *design thinking* que eles têm, para a gente começar a exercitar

20/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

as possibilidades desse uso da TV 3.0, com a mente de outras pessoas, e não com aqueles que estão desenvolvendo, porque, para a gente que está ali na tecnologia todo dia é muito fácil. Então, no processo de *design thinking*, já teve um pensamento de pegar quatro personas, como a gente chama, que são mais vulneráveis. E aí a gente escolheu exatamente o idoso, o jovem com deficiência, a criança e teve mais uma, que era com deficiência visual. Então, a gente pegou essas personas para identificar quais seriam as maiores dificuldades; e isso já lá no início do processo de pensar essa orientação a aplicativos. Só que não bastava isso, porque era a gente tentando assumir algo que nós não somos. Por mais que a gente tenha todo o entendimento das dificuldades, não é a gente que está passando isso no dia a dia.

Então, a gente foi para uma segunda etapa depois desse *design thinking*. Nós fomos em busca das pessoas reais e montamos grupos focais, com pessoas reais, que não eram especialistas em tecnologias, para ver quais eram as dificuldades. Então, a gente foi coletando um conjunto de insumos, para fazer com que realmente o sistema pudesse responder como esperado para toda a população.

E ainda fizemos um terceiro passo, que era uma pesquisa de opinião. E aí eu gostaria de compartilhar mais alguns eslaides. Essa pesquisa de opinião foi feita em São Luís, no Maranhão, e em cidades adjacentes, em comunidades adjacentes, em que a gente levou a prototipação que a gente fez, para o pessoal analisar: "E aí, quais são as dificuldades?" e tal. Então, a gente vê que, nessa amostra de 385 pessoas, elas gostaram dessa ideia de ter uma TV customizável, pelo menos metade já estava satisfeita, um quarto muito satisfeita, outros falaram que eram indiferentes. Mas o ponto que eu queria trazer era principalmente sobre a questão de não ter mais número de canais, que era um risco, ali na época da pesquisa, e de confiar só no ícone do aplicativo. E 92% das pessoas disseram que estavam confortáveis em selecionar um ícone de um aplicativo para achar o seu radiodifusor; principalmente, por quê? Porque, dando um passo atrás, como o Sergio falou, nas *smart TVs* atuais está muito difícil achar a programação da TV aberta. Quando elas viram: "Opa, tem um jeito, um ícone fácil, visual, e que eu posso chegar lá com recursos de acessibilidade que possam, por exemplo, ditar como eu chego lá", que a coisa poderia ficar mais fácil, e realmente ficou.

Agora, tem a questão do letramento, não só para quem tem deficiência, mas também para quem não tem acesso às tecnologias. E aí a gente pegou um corte aqui de 44 daquelas 380, de famílias de baixa renda, para saber quais foram as dificuldades delas. Muda um pouco. Estão vendo? Nove por cento não conseguiram identificar corretamente e tiveram alguma dificuldade para identificar o radiodifusor a partir só dos ícones, 9% desses 44, ou seja, não é uma solução imediata, mas que, com alguma educação sobre como utilizar, realmente com uma campanha de como utilizar, eu acho que vai ser muito eficiente, pelos resultados; nenhum tipo de explicação tinha sido dada para essa pesquisa aqui. As pessoas simplesmente olharam as telas e conseguiram entender. Foi isso que deixou a gente muito seguro - e isso a gente fez no ano passado - para seguir em frente com toda essa especificação. Achei importante trazer isso e não tinha colocado antes - pode tirar, por favor; obrigado -, não tinha espaço para falar um pouco sobre isso antes. Isso realmente a gente conseguiu também atingir, porque a nossa equipe é multidisciplinar, não é só engenheiro e pessoal da computação que está trabalhando, a gente tem todo o pessoal de comunicação social junto com a gente, são grupos de pesquisa conjuntos, e pôde-se chegar realmente a esse resultado. Bom, quase que toda a minha fala foi sobre isso, sobre as vulnerabilidades. Essa preocupação realmente, para um pesquisador público como eu, vem à tona. A questão da proeminência, eu acho que também está muito relacionada a isso.

A questão da publicidade desses dados, como eles geram novos modelos de negócios, essas evidências que a gente coleta no momento em que o telespectador faz as suas escolhas sobre privacidade, naquele esquema que eu mostrei, registram também - porque o telespectador vai ter acesso a quais são os parceiros dos radiodifusores que vão estar envolvidos no processamento dos dados, como a LGPD exige. Então, naquela estrutura de dados em que o radiodifusor vai engajar em usar dados pessoais, ele tem que declarar quais parceiros vão participar e como, quais são os propósitos.

Não foi nada complicado incluir isso, porque já estava em uma norma ISO - a 27560 -, que é para IoT (Internet das Coisas), já tinha uma estrutura de dados em conformidade com o GDPR. Trazer isso para a TV aberta foi muito natural para a gente, apesar de a gente realmente não ter o precedente disso, e muita coisa tem que ser testada. Essa interface é complicada. Na *web*, ela já é chata de a gente fazer configuração, ver todas as opções. "Ah, eu quero configurar tudo". Aí vem aquela lista com dez opções, com não sei quantos usos... Não é fácil! Não temos ainda todas as respostas. Por isso é interessante a gente ter este debate e achar junto respostas que possam realmente chegar à proteção máxima desses dados, para as pessoas estarem cientes de como esses dados estão sendo usados e por quem.

A questão da sustentabilidade e também de como as expectativas foram frustradas. A Conselheira Maria José falou muito sobre isso.

(Soa a campanha.)

21/22



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

**O SR. MARCELO MORENO** - Eu estou nessa parte, nessa pesquisa de TV Digital desde o início. Desde 2005, a gente trabalha com isso. Toda a parte de interatividade a gente não viu vingar e era uma grande promessa. Era uma grande promessa, até porque, se a gente olhar bem, o próprio radiodifusor e o mercado precisaram investir tanto em gerar conteúdos em alta definição, com qualidade de áudio, preparar cenário, equipamento... É tanta coisa que a gente até entendeu inicialmente por que a interatividade ficou um pouco de lado. Mas, vamos dizer, depois de 2007, com cinco anos de implantação, em 2012, por exemplo, já era época de a gente ter uma interatividade interessante. Mas o que a gente viu? Que nós mesmos, como pesquisadores, na hora de desenvolver os aplicativos e colocar em uma TV, tínhamos dificuldades para eles funcionarem.

Então, a gente tem uma questão para ser resolvida muito bem para o DTV+ que é como certificar aplicativos, para dizer: "Este aplicativo está correto, ele pode ser enviado pelo ar, pode ser enviado pela internet". Também deve-se certificar o receptor. A implementação do DTV+, no receptor, tem que estar com a qualidade tal que a gente tenha certeza de que o aplicativo rode bem, não dê *bug*. Imagine uma TV que dá tela azul, que reinicia... Não pode ficar reiniciando... Então, isso também é uma coisa que a gente tem que debater muito, essa questão da certificação. Isso envolve diretamente a questão da frustração de como não ver realmente a coisa sendo mais usada.

Olha, testes tiveram vários, tanto da comunicação pública... A gente viu o Brasil 4D, alguns esforços do Legislativo sobre como trazer as pautas e a participação popular para dentro dos aplicativos, e funcionava de forma heterogênea entre os receptores ou simplesmente nem funcionava, às vezes. Então, temos esse debate para levar adiante. Estou muito feliz de estar podendo falar sobre isso aqui, quero agradecer demais ao Conselho pelo convite e fico à disposição para mais perguntas e próximas participações.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Hoje foi bem esclarecedor, foi um dia bem interessante.

Estamos aqui cumprindo a nossa missão e percebo que vocês também, com o que a gente ouve e a forma como vocês dizem, há um comprometimento público muito grande. Acho que durante esses próximos meses a gente pode ajudar, evoluir e aumentar essa discussão, aumentar esse debate.

Agradecendo uma última vez aos expositores, declaro encerrada a audiência pública.

Lembro aos membros do Conselho que a partir das 14h retornaremos a esta sala para a 13ª Reunião, Ordinária.

Está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)*





Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

OFÍCIO Nº 10/2025/NAOT/SGM/SF

Brasília, 10 de fevereiro de 2025.

À Senhora  
Patricia Gomes De Carvalho Carneiro  
Diretora de Secretaria  
Secretaria de Atas e Diários - Senado Federal

**Assunto: Publicação de ata de reunião.**

Senhora Diretora,

Solicito a Vossa Senhoria a publicação no Diário do Congresso Nacional da ata da 13ª reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada no dia 2 de dezembro de 2024, às 14h, no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal.

Atenciosamente,

WALMAR DE HOLANDA CAVALCANTI CORRÊA DE ANDRADE  
Gestor do Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos



Senado Federal – Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos – Edifício Principal, Térreo - Telefone: (61) 3303-5258/5714  
CEP 70165-900 – Brasília-DF – naot@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 741B0E38006892F2.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 975B1F280068EFAB.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.





*Aprovada na 2ª reunião  
ordinária de 2025,  
realizada em 10 de  
fevereiro de 2025.  
Publique-se.*

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**ATA DA 13ª REUNIÃO DE 2024**

**DIA 2 DE DEZEMBRO, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR  
ALEXANDRE COSTA.**

Ata Circunstanciada da 13ª reunião ordinária de 2024 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 2 de dezembro de 2024, segunda-feira, às 14h no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Conselheiro Miguel Matos, destinada a I – Leitura do Expediente; II – Ordem do Dia, ITEM 1 - Relatório da proposta de reformulação do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Valderéz Donzelli, Maria José Braga e Davi Emerich; item 2 – Proposta de realização de audiência pública sobre a regulação do VoD (vídeo on demand), da Conselheira Sonia Santana. ITEM III – Encerramento dos trabalhos do Conselho no ano de 2024. III – Relatório de Andamento das Comissões Temáticas; IV – Comunicações dos Conselheiros, V – Participação da Sociedade Civil. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: FLAVIO LARA RESENDE, representante das empresas de rádio; RAFAEL SORIANO, representante das empresas de imprensa escrita; VALDEREZ DONZELLI, engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social; MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas; JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA, representante da categoria profissional dos radialistas; PATRÍCIA BLANCO, DAVI EMERICH, ANGELA CIGNACHI e FÁBIO ANDRADE, representantes da sociedade civil e os Srs. Conselheiros Suplentes: JOÃO CAMILO JÚNIOR, representante das empresas de televisão; JÚLIO CÉSAR VINHA, representante das empresas de imprensa escrita; LUIZ ANTONIO GERACE, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo e MARCUS BENNETT, representante da sociedade civil. Foi realizada a Reunião Ordinária e o Item 1 foi aprovado, com alterações, com deliberação da redação final marcada para a próxima reunião; o item 2 foi aprovado realização de audiência pública; e no item 3 foi realizada o encerramento dos trabalhos do CCS no ano de 2024, com breve relatório das atividades realizadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai acompanhada para publicação com a lista de presença e demais documentos.





CONGRESSO NACIONAL - Conselho de Comunicação Social  
LISTA DE PRESEÇA

Reunião: 13ª Reunião do CCS  
Data: 02 de dezembro de 2024 (segunda-feira), às 14h  
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	
Flavio Lara Resende	1. Guliver Augusto Leão
Representante das empresas de televisão (inciso II)	
Samir Nobre	1. João Camilo Júnior
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	
Rafael Soriano	1. Júlio César Vinha
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Valderez de Almeida Donzelli	1. Olímpio José Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	
Maria José Braga	1. Elisabeth Villela da Costa
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	
José Antônio de Jesus da Silva	1. Edwilson da Silva
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	
Ana Flávia Cabral	1. Débora Duboc
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	
Sonia Santana	1. Luiz Antonio Gerace
Representante da sociedade civil (inciso IX)	
Miguel Matos	1. Marcus Bennett
Patricia Blanco	2. Renato Godoy de Toledo
Davi Emerich	3. Bia Barbosa
Angela Cignachi	4. Daniel José Queiroz Ferreira
Fabio Andrade	5. Camila Leite







**Congresso Nacional**  
**Conselho de Comunicação Social**

**LISTA DE VOTAÇÃO**

**Item:** Recomendação nº 3/2024  
**Reunião:** 13ª reunião ordinária de 2024  
**Data:** 2 de dezembro de 2024

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
Flavio Lara Resende		Guliver Augusto Leão	
Samir Nobre Maia		João Camilo Júnior	
Rafael Menin Soriano		Júlio César Vinha	
Valderez de Almeida Donzelli		Olimpio José Franco	
Maria José Braga		Elisabeth Villela da Costa	
José Antonio de Jesus da Silva		Edwilson da Silva	
Ana Flávia Cabral Souza Leite		Débora Duboc Garcia	
Sonia Santana		Luiz Antonio Gerace	
Miguel Matos		Marcus Vinícius Bennett Ferreira	
Patrícia Blanco		Renato Godoy de Toledo	
Davi Emerich		Bia Barbosa	
Ângela Cignachi		Daniel José Queiroz Ferreira	
Fabio Andrade		Camil Leite Contri	

Presidente





Congresso Nacional  
Conselho de Comunicação Social

---

## RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO DE 2024

---

### APRESENTAÇÃO:

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, nos termos do art. 224 da Constituição Federal, realizou, no ano de 2024, onze reuniões ordinárias, um Seminário e oito audiências públicas; emitiu quatro notas públicas, aprovou três recomendações ao Congresso Nacional e participou como orador de uma sessão de debates temáticos no Senado Federal.

### REUNIÕES ORDINÁRIAS:

Em 2024 foram realizadas 11 (onze) reuniões ordinárias, incluindo um Seminário de grande porte.

### SEMINÁRIO:

No dia 8 de abril de 2024, das 10h às 17h, foi realizado o Seminário sobre Educação Midiática no auditório Antônio Carlos Magalhães no Senado Federal. O Seminário contou com a participação do Senador Izalci Lucas e mais 12 convidados especialistas sobre o tema, dentre eles representantes da Secretaria de Políticas Digitais da Presidência da República, do Ministério da Educação e da Unesco.

O Seminário foi composto por três painéis, com os seguintes temas: o que é Educação Midiática e sua importância: cenário e políticas públicas; Educação Midiática na prática: exemplos e impactos; e Educação Midiática no combate à desinformação e na valorização do jornalismo e da liberdade de expressão.





Congresso Nacional  
Conselho de Comunicação Social

**AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:**

No ano de 2024 foram realizadas 8 (oito) audiências públicas, que contaram com a presença de diversos especialistas sobre os assuntos seguintes, com as respectivas datas de ocorrência:

- Remuneração do conteúdo jornalístico pelas plataformas digitais, em 04/03/2024;
- Regulação dos Serviços de Streaming, em 06/05/2024;
- Impactos da Inteligência Artificial na Comunicação Social, em 03/06/2024;
- Saúde dos profissionais de comunicação, em 1º/07/2024;
- Regulação das redes sociais e inteligência artificial no processo eleitoral, em 05/08/2024;
- Regulamentação das plataformas de streaming, em 04/11/2024;
- Situação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 04/11/2024;
- TV 3.0 e DTV+: o sistema de TV aberta orientado a aplicativos, em 02/12/2024.

A audiência pública sobre os impactos da inteligência artificial na comunicação social, ocorrida em 03/06/2024, contou com a participação do Senador Eduardo Gomes, presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital do Senado Federal.

A audiência pública sobre regulamentação das plataformas de streaming, ocorrida em 04/11/2024, contou com a participação da Deputada Jandira Feghali, relatora na Comissão de Cultura do Projeto de Lei nº 2.331/2022, que dispõe sobre a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao mercado brasileiro e cria nova modalidade de Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine).





Congresso Nacional  
Conselho de Comunicação Social

**ELEIÇÃO COMPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CCS:**

No dia 28 de maio de 2024 foi realizada pelo Congresso Nacional, mediante eleição complementar, a recomposição do quadro de Conselheiros do Conselho de Comunicação Social, que estava com sete cargos vagos, tornando completa a sua composição.

A composição passou a ser a seguinte, mantendo-se como Presidente o Conselheiro Miguel Matos e como Vice-Presidente a Conselheira Patrícia Blanco, ambos representantes da Sociedade Civil:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Flavio Lara Resende	Guliver Augusto Leão
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Samir Nobre Maia <sup>i</sup>	João Camilo Júnior <sup>ii</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Rafael Menin Soriano <sup>iii</sup>	Júlio César Vinha <sup>iv</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Valderez de Almeida Donzelli	Olimpio José Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Maria José Braga	Elisabeth Villela da Costa
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Antônio de Jesus da Silva	Edwilson da Silva
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Ana Flávia Cabral Souza Leite <sup>v</sup>	Débora Duboc Garcia <sup>vi</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Sonia Santana	Luiz Antonio Gerace
Representantes da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Matos	Marcus Vinícius Bennett Ferreira <sup>vii</sup>
	Patrícia Blanco	Renato Godoy de Toledo
	Davi Emerich	Bia Barbosa
	Ângela Cignachi <sup>viii</sup>	Daniel José Queiroz Ferreira
	Fabio Andrade	Camila Leite Contr <sup>ix</sup>

(Atualizada em 29.05.2024)

- 1 Eleito na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia do Conselheiro João Camilo Júnior.
- 2 Eleito na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia da Conselheira Juliana Noronha.
- 3 Eleito na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia do Conselheiro Ricardo Bulhões Pedreira.
- 4 Eleito na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia da Conselheira Juliana Toscano Machado.
- 5 Eleita na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia da Conselheira Zezé Motta.
- 6 Eleita na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude do falecimento do Conselheiro Fábio Mateus.
- 7 Eleito na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia da Conselheira Ângela Cignachi.
- 8 Eleita na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia do Conselheiro Luis Roberto Antonik.
- 9 Eleita na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia do Conselheiro Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães.





Congresso Nacional  
Conselho de Comunicação Social

**PARTICIPAÇÃO EM SESSÃO DE DEBATES TEMÁTICOS:**

No dia 10 de junho de 2024, a convite do Senador Eduardo Gomes, o Presidente do Conselho de Comunicação Social teve a oportunidade de falar, como primeiro orador, da sessão de debates temáticos do Senado Federal sobre o Projeto de Lei nº 2.338/2023, que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial no Brasil.

**NOTAS PÚBLICAS:**

No ano de 2024 foram divulgadas quatro notas públicas pelo Conselho de Comunicação Social, com as seguintes temáticas:

- em solidariedade ao povo gaúcho, por conta das enchentes no Rio Grande do Sul;
- em defesa da esfera pública digital diante de alterações promovidas pela adoção de sistemas de inteligência artificial generativa no design de plataformas digitais;
- em comemoração pela aprovação do Projeto de Lei que cria a Semana Estadual de Educação Midiática pela Assembleia Legislativa de São Paulo; e
- em defesa da liberdade de expressão, do estado de Direito e da soberania nacional após a repercussão da decisão do STF de suspender as atividades da plataforma X no Brasil.

**RECOMENDAÇÕES AO CONGRESSO NACIONAL:**

No ano de 2024 foram aprovadas três recomendações ao Congresso Nacional pelo Conselho de Comunicação Social.

A primeira Recomendação trata de princípios, diretrizes e parâmetros a serem observados nas proposições, discussões e votações de projetos de leis que tenham como finalidade dispor sobre a sustentabilidade do Jornalismo.

A segunda Recomendação sugere a deliberação de um projeto de lei para alterar a composição do Conselho de Comunicação Social e disciplinar o procedimento de eleição dos seus membros.





Congresso Nacional  
Conselho de Comunicação Social

A terceira Recomendação sugere alterações no Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

**NOVA COMPOSIÇÃO:**

Por fim, já em linha da segunda Recomendação aprovada em 2024 e no intuito de não haver intervalo entre este e o próximo mandato do Conselho, foi feito um chamamento público para recebimento de sugestões de nomes para a próxima eleição do Conselho de Comunicação Social. Foram recebidos 38 nomes indicados pelas entidades representativas das categorias que compõem o CCS.

Esses nomes foram lidos na última reunião de 2024, publicados na página do Conselho e enviados à Mesa do Congresso Nacional.



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR**  
**REUNIÃO**  
**02/12/2024 - 13ª - Conselho de Comunicação Social**

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Boa tarde a todos.

Havendo número legal, nos termos do art. 6º da Lei 8.389, de 1991, declaro aberta a 13ª Reunião, Ordinária, de 2024, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que, conforme pauta anteriormente enviada, destina-se à:

I. Leitura do expediente.

II. Ordem do Dia:

- Item 1: Relatório da proposta de reformulação do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Valderéz Donzelli, Maria José Braga e Davi Emerich;

- Item 2: Proposta de realização de audiência pública sobre regulação do VOD (*video on demand*), da Conselheira Sonia Santana, que não está aqui;

- Item 3: Encerramento dos trabalhos do Conselho no ano de 2024.

III. Relatório de andamento das Comissões Temáticas.

IV. Comunicações dos Conselheiros.

V. Participação da sociedade civil.

Em 8 de novembro, a Conselheira Sonia Santana informou que não poderia comparecer a esta reunião por estar em compromisso no exterior. Para o seu lugar foi convocado o Conselheiro Luiz Antonio Gerace, que muito nos honra aqui, representante suplente da categoria de profissionais de cinema e vídeo.

A Conselheira Ana Flávia Cabral informou que participará de forma remota, já que está impedida de viajar por questões de saúde.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

Para isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania), e do Alô Senado, pelo telefone 0800 0612211.

Comunico às Sras. Conselheiras e aos Srs. Conselheiros que temos sobre a mesa da Presidência, para apreciação, as atas da 10ª e 11ª Reuniões de 2024, enviadas com antecedência por *e-mail*.

Não havendo objeção, proponho a dispensa da leitura e discussão das atas.

As Sras. Conselheiras e os Srs. Conselheiros que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Informo que, em 18 de novembro, recebemos ofício da Gerente de Políticas Públicas do YouTube no Brasil, Sra. Alana Rizzo, com as informações complementares solicitadas na audiência pública sobre a regulação das plataformas de *streaming*, realizada por este Conselho no mês de novembro. O ofício foi encaminhado a todos por *e-mail*.

Por conta da eleição da Mesa do Senado Federal na data provável de 3 de fevereiro, primeira segunda-feira do mês, informo que será adiada para o dia 10 de fevereiro a primeira reunião de 2025 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

1/24





Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Informo que, conforme decidido na última reunião, foram enviados ofícios ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, ao Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital do Senado Federal, Senador Eduardo Gomes, e ao Presidente da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados, Deputado Silas Câmara, encaminhando a Recomendação CCS 2/2024, que recomenda ao Congresso Nacional a deliberação de um projeto de lei para alterar a composição do Conselho de Comunicação Social e disciplinar o procedimento de eleição de seus membros.

Item 4.

Conforme comunicado na reunião de novembro, foram enviados ofícios e publicado o chamamento público pedindo às entidades representativas sugestões de nomes para a eleição da sétima composição do Conselho de Comunicação Social, a ser realizada em data oportuna, pela Mesa do Congresso Nacional, em sessão conjunta de Senadores e Deputados.

Até o momento, foram recebidas 37 sugestões para todas as vagas, que serão lidas para constarem da ata da reunião a ser publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Representação das empresas de rádio: Flávio Lara Resende, sugerido para a vaga de titular pela Abert, Abratel, ANJ e Aner; Guliver Augusto Leão, sugerido para a vaga de suplente pela Abert, Abratel, ANJ e Aner.

Representação das empresas de televisão: Sr. João Camilo Júnior, sugerido para a vaga de suplente por Abert, Abratel, ANJ e Aner; Samir Nobre Maia, sugerido para a vaga de titular por Abert, Abratel, ANJ e Aner.

Representação das empresas de imprensa escrita: Júlio César Vinha, sugerido para a vaga de suplente por Abert, Abratel, ANJ e Aner; Rafael Menin Soriano, sugerido para a vaga de titular pela Abert, Abratel, ANJ e Aner.

Representação dos engenheiros com notório conhecimento na área de comunicação social: Olimpio José Franco, sugerido para a vaga de suplente pela Sociedade Brasileira de Engenharia e Televisão; Valderez Donzelli, sugerida para vaga de titular pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão.

Representação da categoria profissional dos jornalistas: Paulo Zocchi, sugerido para vaga de suplente pela Fenaj; Samira de Castro, sugerida para vaga de titular pela Fenaj.

Representação da categoria profissional dos radialistas: Fernando Cabral, sugerido para vaga de titular pela Fitert; Ricardo Ortiz, sugerido para vaga de suplente pela Fitert.

Representação da categoria profissional dos artistas: Ana Flávia Cabral, sugerida pela Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira; Débora Duboc, sugerida pela Associação Paulista de Críticos de Arte.

Representação das categorias profissionais de cinema e vídeo: Caio Cesar Loures, sugerido para vaga de titular pelo Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual; Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva, sugerido para vaga de titular pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal; Sonia Teresa Santana, sugerida para vaga de suplente pelo Sindcine e pelo Stic.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim, o seu nome e o nome dela, o Sindcine indicou.

Representação da sociedade civil: Ana Mielke, sugerida pelo Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social e pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; Angela Cignachi, sugerida pelo Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral; Camila Leite Contri, sugerida pelo Instituto de Defesa de Consumidores; Carla Egydio, sugerida pela Associação de Jornalismo Digital, pelo Idec e pela Coalizão em Defesa do Jornalismo; Dalton Pastore, sugerido pelo Conselho Nacional Autorregulamentação Publicitária; Daniel Queiroz, sugerido pela Federação Nacional das Agências de Propaganda; Elisabeth Villela da Costa, sugerida pelo FNDC; Emanuella Ribeiro Halfeld Maciel, sugerida pelo Instituto Alana; Gésio Passos, sugerido pelo Intervozes; Guilherme Duarte, sugerido pelos Repórteres Sem Fronteiras e pela Coalizão em Defesa do Jornalismo; Hélio Doyle, sugerido pela Associação Brasileira de Imprensa; Katia Brembatti, sugerida pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e pela Coalizão em Defesa do Jornalismo; Laurindo Leal Filho, sugerido pela ABI; Marília Rocha, sugerida pela Coalizão Direitos na Rede e pelo Idec; Melissa Vogel, sugerida pelo Conar; Patrícia Blanco, sugerida pelo Instituto Palavra Aberta, pelo Conar e pela Coalizão em Defesa do Jornalismo - e por esta Presidência também; Ramênia Vieira, sugerida pelo Intervozes e pela Coalizão em Defesa do Jornalismo; Rita Freire, sugerida pela Coalizão Direitos na Rede e pelo Idec; Salomão de Castro, sugerido pela ABI; Sergio Pompilio, sugerido pelo Conar; e, por fim, Zilda Martins Barbosa, sugerida pela ABI.

Todos os nomes estão publicados na página do Conselho, no *site* do Senado Federal, e serão encaminhados via ofício à Mesa do Congresso Nacional.

2/24





Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Caso alguma entidade representativa queira sugerir outros nomes, é possível fazê-lo mediante envio à Mesa do Congresso Nacional nos termos do art. 4º, §2º, da Lei nº 8.389, de 1991.

O mandato atual, a composição, vai até 1º de maio de 2025, restando-nos, portanto, três reuniões ordinárias, em fevereiro, março e abril de 2025.

Consulto se algum Conselheiro gostaria de se manifestar sobre esses assuntos no período do expediente, antes de passarmos para a ordem do dia. *(Pausa.)*

Passo à ordem do dia.

Relatório da proposta de reformulação do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Valderéz Donzelli, Maria José Braga e Davi Emerich.

Passo a palavra para a comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Valderéz Donzelli, Maria José Braga e Davi Emerich, para apresentar o relatório da proposta de reformulação do Regimento Interno do Conselho de Comunicação do Congresso, enviada com antecedência por *e-mail*.

Lembro que compõem ainda a comissão de relatoria, como suplente, a Conselheira Bia Barbosa e o Conselheiro Marcus Bennett.

Com a palavra, a Conselheira Maria José Braga.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Obrigada, Presidente.

E agora, Presidenta em exercício, a primeira coisa é realmente lembrar que o Conselheiro Marcus passou a integrar a comissão de relatoria, dando as contribuições dele.

Dito isso, passamos ao relatório.

O que a gente propôs foi um cotejamento do atual Regimento, item por item, fazendo alterações ou sugestões de alterações nos artigos que nós considerávamos que necessitavam de alterações, ou, em alguns casos, a gente sugeriu alterações para suscitar o debate aqui no Conselho e achar a melhor, vamos dizer assim, formulação para o nosso Regimento Interno. Eu cito como exemplo de que foi sugerida uma modificação mais para suscitar o debate a própria questão do tempo de fala dos Conselheiros e do tempo de fala dos nossos convidados quando nós temos audiências públicas, em que a gente propôs a inclusão de um capítulo sobre audiências públicas e propôs também a questão do nosso tempo de fala, mais, volto a dizer, para suscitar o debate aqui sobre qual é a melhor solução para a gente ter debates produtivos, não engessados, mas, obviamente, garantindo a fala dos convidados e dos Conselheiros.

Presidente, eu não sei qual é a metodologia que a gente adota: se é a leitura de item por item ou a leitura do que tem de propostas de modificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Acho que pode ser das propostas de modificação.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Tá.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Fica bom, porque, na verdade, também já foi encaminhado.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Então, nós temos que ir adiantando o nosso expediente. Acho que é só para que a gente dê publicidade a todas essas alterações.

Na verdade, nós precisamos ter em mente que isso está sendo enviado para a Mesa. São dois momentos distintos: o projeto de lei seria aprovado pelo Congresso, mas isso é aprovado pela Mesa do Senado. Então, na verdade, nós já estamos até sugerindo as alterações.

Não obstante, depois de haver uma modificação no projeto de lei eventualmente e uma aprovação do projeto de lei, a gente depois até tem que eventualmente rever, diante do que acontecer, sobretudo porque vocês aqui... Eu percebo que os conselhos de relatoria fizeram já no padrão do nosso projeto de lei. Ou seja, se houver alguma modificação lá, nós teremos que modificar aqui. Mas, perfeitamente.

Com a palavra irrestritamente, pelo tempo necessário.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Bom, então, vamos passar ao que há de sugestões de alterações, começando pelo art. 2º, em que a gente fez um pequeno acréscimo, colocando a periodicidade das reuniões - havia essa omissão: "O Conselho de Comunicação Social reunir-se-á mensalmente nas dependências do Palácio do Congresso Nacional". Então, há o acréscimo da periodicidade das nossas reuniões.

3/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

No art. 3º, a gente propõe a exclusão do inciso XII e do inciso XIV, com modificação, e propõe a modificação do inciso XIII.

Por que a exclusão do inciso XII? Bom, a gente acha que não se devem citar leis específicas que devem ser tratadas pelo Conselho. Essas leis se modificam. Por exemplo, a Lei do Cabo já foi modificada, já deixou de existir e está citada no Regimento. Então, a exclusão é para que não se perca atualidade a cada modificação das leis relacionadas à comunicação social.

No inciso XIII, a gente propõe a modificação, retirando "legislação complementar quanto aos dispositivos constitucionais que se referem à comunicação social". Simplificando: o Conselho tem como obrigação tratar de questões relacionadas à legislação da comunicação social.

Do mesmo jeito, o inciso XIV.

E a gente propõe a inclusão de um inciso XV: "legislação referente às redes sociais, serviços de mensageria e demais aplicações que utilizem a internet", genericamente, para que a gente não perca a atualidade. Nós estamos falando das atribuições do Conselho de realizar estudos, emitir pareceres etc. sobre essas questões todas.

No art. 15, que a gente... Não se trata do art. 15, mas ainda nesse art. 3º... Não se trata do inciso XV, mas do art. 3º. O §1º é mantido; o §2º, mantido; o §3º, o §4º... E no §4º a gente propôs a inclusão de que "o Conselho poderá realizar audiências públicas e/ou seminários temáticos". E propusemos a inclusão, ou melhor, a modificação de um outro artigo referente a essas audiências públicas e/ou seminários, dizendo que o Conselho poderá convidar autoridades do Poder Executivo, especialistas com notório saber e representantes de entidades para participação em reunião ordinária, condicionada à aprovação prévia do plenário.

A gente está sugerindo a criação de um novo capítulo, das audiências públicas, e isso aparece aqui, porque esse artigo anterior se referia às audiências públicas e a gente está dizendo para se referir às reuniões ordinárias. E a participação nas audiências públicas vai lá para frente, para o capítulo das audiências públicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Eu posso fazer só um comentário?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - É claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Nós vamos comentar item por item talvez, não é? Se quisermos comentar?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Na prática eu diria que, condicionando à aprovação prévia do pleno, a gente engessa o Conselho, porque no meio do caminho acontecem coisas que... É igual ao que nós estamos fazendo aqui: nós recebemos as sugestões, as sugestões são feitas de acordo com as possibilidades, e aí nós vamos fazendo. Por exemplo, em geral, todas as vezes, a gente acatou quase todos os convidados que a gente pôde, porque tem um número limite e tal. Então, é mais uma decisão meio administrativa, eu acho, estou dizendo isso francamente, do que... Para poder agilizar. Se a gente obriga a que tenha uma aprovação prévia do pleno, a gente vai fazer sempre andar para trás. A gente vai ter que sempre fazer para daqui a duas sessões, porque é assim: vamos supor... É igual a agora: nós vamos fazer uma audiência pública no próximo mês, e nós não temos os nomes fechados; os nomes vão ser apresentados. Se eu tivesse que esperar, a gente não iria fazer a próxima audiência pública.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Presidente, assim, é uma questão de entendimento, porque, para mim, a aprovação prévia do pleno não significa em reunião plenária.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Mas aí vai ser sempre uma aprovação por maioria. Então, nós vamos ter que... Bom, eu acho difícil essa parte aqui. Estou dizendo isso pela prática. Eu não vou estar aqui. Então, assim, não tem problema.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Eu sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Eu só não vou estar aqui. Então, não sou eu que vai passar por isso. Se a maioria achar que isso é o.k., o.k., não tenho problema nenhum com isso.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Acho que talvez aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Só estou querendo ser prático.

No dia a dia, a gente tenta atender. Eu, por exemplo, falo que toda vez recebo, e não é... E tenho certeza de que os próximos que vão me suceder na cadeira também pensarão da mesma maneira. Eu tento atender um representante dos... Um representante... Há sempre uma tentativa. Aí, depois, sempre tem um questionamento: vem de onde?; como é que é?; vamos fazer, tal... Então, sempre tem uma discussão e a assessoria nos ajuda com isso, dizendo: "Olha, essa pessoa

4/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

é muito boa, fala muito sobre isso"; "sobre esse assunto, tem muito interesse", "é a que encaixa melhor", e tal. Então, sempre tem uma tentativa de se acomodarem todos os interesses. Nem sempre é possível, é claro, sobretudo em temas em que, às vezes, tem muitas pessoas indicadas, e aí não teria mesmo. Mas, enfim, vamos lá.

**A SRA. PATRICIA BLANCO** - Acho que, talvez, para dar agilidade, o que seria interessante é: "Com a sugestão do pleno e aprovação conforme indicação do pleno", alguma coisa que fique com essa possibilidade de... Por exemplo, chegam dez nomes. Desses dez nomes, qual a prioridade, qual a ordem de importância deles? Porque, muitas vezes, dos indicados, muitos não podem, muitos acabam não participando. Então você tem que ter uma agilidade, de fato, de...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Não, isso é constantemente.

**A SRA. PATRICIA BLANCO** - ... buscar outros, sem a necessidade de consultar antes. Se tem uma lista de indicações, talvez, na lista de indicação, ter essa ordem de preferência não sei se é uma coisa que seja...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PATRICIA BLANCO** - Não entendi, desculpa.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PATRICIA BLANCO** - É, aí fica mais aberto.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Seguimos?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Seguimos.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Uma inclusão: "Os convidados para audiência pública serão definidos pelo Plenário do Conselho de Comunicação Social", lembrando que aqui atrás a gente estava falando de convites para as reuniões ordinárias. "Parágrafo único. Serão convidados e habilitados a se manifestar os convidados que guardem pertinência temática entre o assunto pautado e seus objetivos institucionais." Isso já está lá.

A gente propôs a exclusão do §3º e seus incisos e do §4º, que detalha os convidados e as manifestações. Precisa ler os de que a gente está propondo a supressão?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Uma coisa, por exemplo: o convidado teria que apresentar um resumo da tese que pretende defender, indicando precisamente sua colaboração com o objeto a ser deliberado. Isso é um preciosismo, que, vamos dizer assim, a meu ver, faria declinar muita gente de aceitar um convite, até pelas questões de tempo e de prazo. Então, propomos a supressão desse detalhamento.

Aí a gente pula para a sugestão de modificação no art. 7º. E isso nós já debatemos amplamente, que a modificação proposta aqui é a modificação já aprovada na nossa sugestão de alteração da lei que cria o Conselho. O.k.?

O próximo com sugestão de modificação é o art. 15, em que a gente pede que o membro do Conselho de Comunicação Social que não puder comunicar o fato da sua ausência, que não puder comparecer, comunique o fato com sete dias de antecedência. Estava... Acho que eram três, não é, Walmar?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Só uma questão antes, anterior: houve uma supressão aqui, uma exclusão de uma questão importante, que eu acho que a gente deve debater, que é: "A duração do mandato dos membros será de dois anos, permitida uma recondução". Foi excluída essa permissão. É reeleição infinita? É isso?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não. Eu me esqueci de marcar isso de vermelho, mas esse é um dos pontos que nós colocamos aqui para suscitar o debate. É claro que ninguém quer que os Conselheiros sejam eleitos *ad infinitum* e tenham uma cadeira vitalícia no Conselho, mas, como o mandato é de dois anos, a questão é a gente realmente fazer o debate e ver o que é melhor: se é permitir uma única recondução ou até duas reconduções, para que haja um tempo de maturação da atuação dos Conselheiros dentro do próprio Conselho. É uma proposta de debate mesmo. E aí vou externar a minha opinião. Eu acho que dois anos é realmente um mandato muito curto. Muitas vezes, na hora em que o Conselheiro ou a Conselheira estão começando a se inteirar dos muitos assuntos da comunicação e da própria dinâmica do Conselho, o mandato se finda. Então, eu coloquei a exclusão, mas a minha sugestão é a de que a gente permitisse até duas reconduções.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Nós estamos com uma dúvida aqui: se no projeto da lei a gente falou sobre esse tema.

5/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não tem esse tema no...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Tem.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Tem?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Tem.

Só para a gente não fazer... Na verdade, precisaria ser esclarecido um pouco melhor até na lei, porque na lei é vago. Diz que o mandato é de dois anos, permitida uma recondução. A rigor, ao pé da letra, seria uma recondução só. Se é titular ou suplente, seria só uma recondução. Pode conduzir de titular para suplente, de suplente para titular, mas uma vez só. É o que está aqui. Não está definido aqui: uma vez...

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - E nós mantivemos no anteprojeto.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Está no anteprojeto?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Está, que já foi encaminhado, inclusive, para a Mesa. Então, acho que a gente pode retirar esse...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - É questão vencida. Já está no anteprojeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Ele já está. Acho que a gente deveria até esclarecer um pouco melhor no anteprojeto, mas talvez...

A lei nem sempre é clara. Estão aí os advogados a nos dizerem isso. Se a lei é clara, não cabe interpretação.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Se fosse clara, nem precisava de advogado.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Exato.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Bom, então, questão vencida. Realmente eu não me atentei que já estava no projeto de lei. Então, manteremos os mandatos de dois anos, permitida uma recondução.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Deixe-me só fazer uma interrupção. Peço perdão.

Esse modelo do Senado é que seria muito interessante: você trocar. Permitindo a reeleição uma vez só, poder trocar uma parte do Conselho no mandato, porque você mantém o Conselho hígido. Você troca uma parte do Conselho e mantém o Conselho por mais dois anos. Então, seria de quatro anos o mandato, trocando no meio uma metade do Conselho. Ia ficar mais interessante até.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Seriam quatro anos de mandato com renovação da metade a cada dois anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Seria uma maneira de manter uma certa continuidade, mas tudo bem.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Bom, então voltamos ao art. 15, propondo que a comunicação de ausência seja feita com sete dias úteis de antecedência para possibilitar a convocação e a garantia de participação do suplente.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Perfeito.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - O §3º do art. 15... A gente também ficou em dúvida e está na observação se exclui ou se transfere de local, coloca lá na frente, nas tramitações, que é: "Serão devolvidas ao Presidente do Conselho de Comunicação Social, para redistribuição, as matérias em poder do conselheiro que, por razão justificada, não tiverem sido relatadas". Isso poderia ir para o capítulo dos estudos, pareceres e recomendações, e não aqui nesse capítulo das vagas, licenças e suplências.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Está certo.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Certo?

A próxima alteração proposta é no parágrafo único do art. 24. Nós mantivemos todo o capítulo da eleição da Presidência com um acréscimo. Então, no parágrafo único: "A reunião para eleição do Presidente e do Vice-Presidente será subsequente à posse dos conselheiros e presidida pelo Presidente do Congresso Nacional". Antes, não tinha "será subsequente à posse dos conselheiros". Estava apenas que a reunião para a eleição seria presidida pelo Presidente do Congresso.



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - E a reunião é presidida pelo Presidente do Congresso? Não, não é? É substituída sempre pelo ex-Presidente, não é?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Ou pelo decano.

Está na lei também? *(Pausa.)*

É... Presidida... Acho que a gente já podia tirar isso aqui, porque, na prática, não vai acontecer nunca isso. Eu digo assim, colocar que "será subsequente à posse, presidida pelo conselheiro mais antigo", porque é só uma presidência.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É um ato meramente administrativo e a presidência também é só para fins da regularidade. Eu digo, tirar Presidente do Congresso Nacional, porque isso não é verdade.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Mas aí a gente coloca "pelo conselheiro eleito com maior idade"?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É. Exatamente. Acho que fica bom, porque é o que acontece na prática, na verdade. Nós estamos também deixando o que é a prática, não é?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Eleito, não. Empossado.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É, empossado.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Conselheiro empossado de maior idade.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É isso, porque pode ser que o de maior idade não tenha tomado posse naquele dia. *(Pausa.)*

Maior idade entre os representantes da sociedade civil, ele está me dizendo aqui.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Do conselheiro empossado entre os representantes da sociedade civil. O.k.

E eu também coloquei uma dúvida aí para a nossa equipe técnica: se isso seria um parágrafo único ou um novo artigo. Acho que podemos deixar como parágrafo único, mas essa é uma dúvida.

A próxima sugestão de modificação é no art. 29, que diz que: "O Conselho de Comunicação Social não se pronunciará sobre situações que estejam sob apreciação do Poder Judiciário". A proposta é de exclusão, mas tem divergência na comissão de relatoria. Como o próprio Conselheiro Marcus expressou, tem fundamento a preocupação do Legislador ao prever que o Conselho não se pronunciará sobre situações que estejam sob apreciação do Poder Judiciário. Então, para o nosso debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Alguém gostaria de se manifestar?

Conselheiro Marcus?

**O SR. MARCUS BENNETT** - Bom, boa tarde!

Só para explicar. Na verdade, a preocupação é que, quando, geralmente, se coloca essa vedação em vários conselhos, em órgãos, tribunais e outros demais, a ideia é que não se faça, com esse debate, uma tentativa de influenciar, de pressionar o Poder Judiciário, seja o órgão julgador, seja um juiz singular mesmo, em determinada causa ou determinado assunto. Eu fiz essa observação porque é algo que, imagino, foi a ideia do Legislador quando... Na primeira redação do texto, era mais para você não criar um certo constrangimento, uma certa pressão desnecessária em relação a esse tipo de discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Vamos deixar só com a rede social essa pressão. *(Risos.)*

Não, é porque o que acontece, na verdade, é que acaba que ficou uma questão até meio anacrônica, porque, hoje, mudou tudo, mudou a forma de comunicação, mudaram as formas... Eu sinto muito que, aqui, várias vezes, a gente está debatendo... Por exemplo, o Supremo Tribunal Federal está decidindo, nesta semana, praticamente uma regulação das redes. Então, quer dizer que a gente não pode discutir isso a rigor. Acaba sendo...

Então, assim, o Supremo Tribunal Federal ou o Judiciário acabou aumentando muito o espectro de discussões. O que eu acho que nós não poderíamos... Por exemplo, há uma discussão, vamos supor, sobre uma indenização porque alguém fez tal coisa no jornal, sei lá. E, aí, trazer isso para discutir aqui, debater, não tem lógica. Acho que essa também é uma preocupação. Talvez se se refinasse essa redação... Mas, de fato, é uma redação anacrônica. A gente podia...

**O SR. DAVI EMERICH** *(Fora do microfone.)* - Como está na lei? O que a lei propõe? Isso está na lei?

7/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

**A SRA. PATRICIA BLANCO** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Não está na lei.

**A SRA. PATRICIA BLANCO** - Só no Regimento. Disso eu tenho certeza.

**O SR. DAVI EMERICH** (*Fora do microfone.*) - Eu sou pela retirada também. Deixa em aberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Podemos deixar em aberto. Eu também acho. Eu acho que é o bom senso que vai mandar e nós vamos conseguir...

A Conselheira Ana Flávia gostaria de se manifestar?

Ela está *online*?

**A SRA. ANA FLÁVIA CABRAL** (*Por videoconferência.*) - Boa tarde, Presidente; boa tarde, Conselheiros.

Foi mais por uma questão de experiência própria. No artigo sobre comunicar a ausência do conselheiro com sete dias de antecedência - eu não estou aí, não estive na outra, no nosso outro encontro, porque eu sofri um acidente e quebrei o pé, mas isso foi fora desse tempo -, só uma sugestão: a gente poderia colocar, eventualmente, "salvo caso fortuito ou de força maior", alguma coisa nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Está ótimo.

Esperamos que a recuperação seja rápida.

**A SRA. ANA FLÁVIA CABRAL** (*Por videoconferência.*) - Obrigada. (*Pausa.*)

Sétimo? Não sei se é o art. 7º...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É o art. 15, na verdade.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - É o décimo quinto.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Conselheiro... Presidente, se me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Eu acho que situações excepcionais são situações excepcionais, e o que diz respeito à saúde foge absolutamente do controle.

Essa previsão, eu creio, é razoável para a gente não só permitir a convocação do suplente - não em casos extraordinários, porque aí o suplente não vai ser convocado, não há tempo hábil para isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - ... mas é para que seja, no trabalho de rotina, garantida uma certa antecedência, e sete dias úteis é um prazo razoável, para que, inclusive, a Secretaria possa não só fazer a convocação...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim, providenciar todas as...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - ... providenciar passagens, etc., etc., todo o trâmite que há para garantir a participação do suplente.

Mas, obviamente, Conselheira, também desejando pronta recuperação, situações excepcionais, especialmente as ligadas à saúde, são situações excepcionais e são perfeitamente, vamos dizer, mais do que compreensíveis e despertam a nossa solidariedade.

**A SRA. ANA FLÁVIA CABRAL** (*Por videoconferência.*) - Obrigada, mas é mais no sentido de realmente viabilizar a participação do suplente, independentemente dos sete dias, porque a gente conseguiu - eu conversei com ela e falei: "Débora, eu sofri um acidente, você não gostaria de estar?" -, a gente conseguiu organizar. É mais para não impedir que o suplente possa estar, independentemente dos sete dias, porque, em menos dias, a gente conseguiu viabilizar. Então, é mais nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Perfeito. Mas também não há pena para o não aviso fora desse prazo, então acho que vai dar certo.





Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Do jeito que está, também não há uma pena para isso e, ao mesmo tempo, vai ser... É mais um lembrete aqui, pelo que eu estou entendendo. É mais uma recomendação de que seja feito com sete dias de antecedência. A pessoa que já sabe que vai se ausentar deve fazer a gentileza de avisar com sete dias de antecedência. Claro que não é o seu caso.

Em qual nós estamos agora?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - No 29, em que está proposta a exclusão.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Acho que nós vencemos esse. Nós acabamos de jogá-lo para fora do...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Que bom!

Aí, agora, no art. 31, tem uma pequena modificação da relatoria: "Para cada matéria que lhe for distribuída nos termos do art. 3º deste Regimento, o Conselho elegerá relator individual ou comissão de relatoria, com 3 (três) membros titulares, sendo 1 (um) [representante] de cada segmento representado no Conselho".

A gente está incluindo que pode eleger o relator individual. É isso, Walmar? *(Pausa.)*

É uma pequena inclusão no art. 31 da relatoria. Eu não tenho o Regimento anterior aqui. *(Pausa.)*

Ah, é uma pequena modificação. O atual Regimento fala que o Conselho decidirá se deve ser eleito relator ou constituída comissão de relatoria. A Comissão propôs, simplificando, que o Conselho elegerá relator individual ou comissão de relatoria. Ou seja, é claro que é a critério do próprio Conselho.

**O SR. DAVI EMERICH** *(Fora do microfone.)* - E tira o "poderá".

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - É, tira o "poderá". Afirmativo.

Proponho a exclusão do §1º, do §2º e do §3º. Com essas exclusões, na verdade, a gente tira um pouquinho o poder do Presidente e coloca lá o poder do pleno, que é para eleger ou relator individual ou comissão de relatoria, conforme achar pertinente.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

É por uma questão, eu acho, muitas vezes, de dar dinâmica para o trabalho, mas é claro que existem questões que são mais chamativas e que a relatoria... Acaba chamando atenção o fato de o Presidente ter a opção de escolher, mas, no dia a dia, 99% das coisas são ordinárias, não têm tanta... E os Presidentes, em geral, muitas vezes, acabam dividindo os interesses com as pessoas que têm interesse nos assuntos, nos temas, como a gente acaba acompanhando aí. Mas tudo bem, se é para... É uma sugestão para a mesa. A mesa é que vai depois debater.

Eu, defendendo a Presidência, acho que o Presidente deveria continuar podendo designar, mas vamos em frente. Não quero também ser o impeditivo aqui.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Eu sempre penso que as decisões do pleno são mais participativas, portanto, com maior chance de sucesso do que a designação. A formação de comissões de relatoria aqui tem sido voluntária, sempre voluntária...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - ... e, obviamente, com os relatores também se voluntariando, não é? Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É verdade.

Vamos em frente.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Se o pleno designar e a comissão de relatoria... Aqui, na verdade, eu acho que tira um pouco a dinâmica interna da comissão de relatoria, que pode fazer o trabalho com mais de um relator, pode, se for um trabalho extenso, dividir por partes, etc., etc., e que não precisamos tratar desse tipo de detalhe no Regimento Interno; a comissão de relatoria se entende.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Tinha também o fato de que o próprio decano nosso pontuou, hoje, no nosso grupo de WhatsApp, que havia uma certa outra dinâmica nos trabalhos do Conselho, que nós tínhamos certas demandas por parte dos Parlamentares. Talvez as próprias Comissões de Comunicação que foram criadas nas Casas tenham esfriado um pouco essa demanda, e aí não há mais tanto essa questão de indicação de relatoria, porque, também, nós não estamos relatando projetos aqui, ultimamente, porque nós não estamos sendo demandados. Isso tudo é um movimento que a gente tem que acompanhar e tentar entender para continuar colaborando, mas tudo bem.

9/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Conselheiro Marcus.

**O SR. MARCUS BENNETT** - Só para pontuar que tem algumas formalidades que eu entendo que devem ser mantidas, assim como a Presidência; o Presidente tem que ter uma preferência de alguma coisa. E eu imagino que também a questão de deixar aqui não só a critério da Presidência escolher o relator, é pela ordem, pela ordem das coisas, pela dinâmica, porque, como se reúne uma vez por mês, você esperar reunir para distribuir a relatoria... Eu acho que a ideia, quando foi criado aqui o texto, é que ele possibilite que o Presidente, de ofício, autorize o secretário da Comissão a distribuir a relatoria do que for, do assunto ou do projeto, independente da reunião. Eu acho que ficaria muito engessado, e eu entendo que tem certas demandas aí que são caras à Presidência que, assim, exige do cargo isso, essa prevalência, vamos dizer assim, das vontades.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Inclusive tem até no §3º essa colocação de que o Presidente pode designar um relator, para matéria em regime de urgência, respeitada a decisão posterior do Plenário.

**O SR. DAVI EMERICH** - Oh, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Oi.

**O SR. DAVI EMERICH** - Eu acho que tem um conceito por trás dessa questão aí. Por que o Presidente é quem indica o Relator? Isso está ligado à uma questão política. Quando você vai eleger o Presidente de uma Comissão, ali tem uma correlação de forças...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**O SR. DAVI EMERICH** - No Congresso, é mais fácil ver isso, ou seja, ali tem uma maioria consolidada na indicação daquele Presidente. Então, aquela Comissão não pode, em princípio, ser surpreendida por outras maiorias que ultrapassem uma maioria que foi formada na composição da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**O SR. DAVI EMERICH** - Então, aqui no Conselho, é a mesma ordem, ou seja, quando você elege um Presidente aqui, ele expressa uma determinada maioria naquele Conselho. E quem vai zelar por essa maioria do Conselho, do ponto de vista conceitual, político, ideológico e de alinhamento, vamos dizer assim, é o Presidente, ou seja, a indicação de relatorias não vai obedecer a maiorias eventuais de um Plenário, que pode ter mais dois ou menos dois; o Presidente é que vai expressar uma maioria que for formada na sua indicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**O SR. DAVI EMERICH** - Então, o que está por trás de o Presidente indicar o relator é isso. O que nós temos que decidir é o seguinte: se vamos manter esse princípio, que se alinha com o Congresso, ou não.

Eu acho que a ideia de o Presidente indicar o relator não está errada, dentro dessa visão, mas também, concebendo que o Conselho é um grupo pequeno e que não tem essa divisão tão grande, até porque ele já tem a sua representação definida, a gente não perderia muito, mas tem um conceito por trás disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**O SR. DAVI EMERICH** - Então, eu acho que, se a gente quiser se alinhar com o Senado, mantém a prerrogativa do Presidente; se a gente achar que dá para desalinhar, também não vejo problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Podemos votar então.

Quem gostaria que...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não, eu acho que não precisamos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É simples, é só votar numa questão, num ponto só.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não, é porque, assim, eu acho que o texto, o próprio texto do atual Regimento é um pouco contraditório nessa questão. O atual Regimento fala: "Para cada matéria que lhe for distribuída nos termos do art. 3º". O Conselho decidirá - o Conselho decidirá - se deve ser eleito relator ou constituída comissão de relatoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Certo.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Aí o parágrafo seguinte: "O Conselho elegerá o relator individual ou os conselheiros que integram a comissão de relatoria."

10/24





Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Então, no caso de ser comissão de relatoria...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - E o relator individual.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Não, o relator individual da comissão de relatoria. É o relator individual da comissão de relatoria.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É, é o relatório individual da Comissão de Relatoria.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não, é porque está dito no anterior que "o Conselho deve eleger relator", porque aí é um relator individual...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Ou constituída uma comissão...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - ... ou constituída a comissão de relatoria."

É um ou outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - E no parágrafo seguinte está: "§1º O Conselho elegerá o relator individual ou os conselheiros que integram a comissão de relatoria."

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - E aí, no seguinte: "§2º Em casos excepcionais, poderão ser indicados 2 (dois) relatores, que, em conjunto, deverão firmar o relatório."

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É, no fundo já está dizendo que o Presidente...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Já está dito, entendeu?

E aí o 3º:

*§3º Poderá o Presidente do Conselho de Comunicação Social designar relator ou comissão de relatoria, respeitada decisão posterior do Plenário, para matérias em regime de urgência.*

Então, já está dito que quem elege é o Conselho, está certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Está certo.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - O que a gente propôs foi simplesmente limpar o texto, tirar tudo isso e dizer que o Conselho elegerá - não é poderá eleger -, que o Conselho decidirá se elege Relator individual ou Comissão de Relatoria, pronto!

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Está certo.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não precisa de todas essas coisas.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Não, é o seguinte, vou lhe dizer: a confusão está em que eu não tinha visto o Regimento. Estou olhando aqui o texto que vocês fizeram e vocês colocaram dois parágrafos primeiros...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Aham...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - E o §1º diz: "O Presidente designará..." Eu achava que eu tinha mais poder do que eu tenho, na verdade.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - É...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Eu iria manter este texto do jeito que está. O texto está arrumadinho, mas... Eu acho que esse texto não é problema nenhum aqui dentro, mas...

Também não precisa ter todos esses detalhes.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - A ideia foi simplificar os detalhes, para que as Comissões possam trabalhar e o Conselho possa trabalhar sem impedimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Está ótimo. Eu acho que desse jeito ficou ótimo.

11/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

É porque tinha dois parágrafos primeiros aqui no texto. Tem uma confusãozinha aqui. Na verdade, acho que vocês devem ter sugerido isso...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Aham...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - ... entre vocês e é por isso que ficou...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Isso. *(Pausa.)*

Aí eu acho que a gente pode manter o §3º, que vira o único:

*§3º Poderá o Presidente do Conselho de Comunicação Social designar relator ou comissão de relatoria, respeitada decisão posterior do Plenário, para matérias em regime de urgência.*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Ele não fica o único porque tem o §4º e o 5º, não é?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Ah, desculpa!

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Ele vira o primeiro...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Ele vira o 1º, o 2º e o 3º.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Isso. *(Pausa.)*

Sigamos?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É o 33.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Bom, no art. 34, §1º, é uma alteração de redação mesmo, gente, para não repetir a palavra "conselho" só. Não muda absolutamente nada:

*Art. 34.....*

*§1º Havendo acréscimos ou alterações em pontos específicos, o Conselho designará um de seus membros [...]*

E no atual regimento está: " [...] o Conselho designará um dos membros do Conselho [...]"

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Tá.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Então, é só uma alteração de redação, pura e simplesmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Do 33 também foi retirado o "sempre que possível", não é?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - O 33: sugestão de retirada do "sempre que possível, por meio eletrônico", porque por meio eletrônico é mais fácil do que por outros meios, não é? Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Não, "a tempo".

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - É "a tempo". É. É uma expressão, não é? Parece que...

Aí eu acho que não precisamos de manter "sempre que possível, por meio eletrônico", porque na verdade, o meio eletrônico é mais fácil de ser viabilizado do que o meio físico.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Claro.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Aí a gente pula para o Capítulo 2: "Dos Estudos, Pareceres e Recomendações". Ah, não, desculpa. estou virando a folha errada. A gente pula para o art. 36. Não é defesa em causa própria...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - O 34 tinha duas alteraçãoezinhas, mas está muito claro, não é? O §2º, "juntamente com as declarações de voto e voto em separado", só ficou "juntamente com os votos em separado", porque o "sim" só não é declaração de voto...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não é declaração de voto.

12/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - "Independentemente dessas declarações dos votos, serão encaminhados", aí tira, não é? "Independentemente dos votos, serão encaminhados ao Presidente do Congresso", certo?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Também, ainda nesse mesmo parágrafo, diz que, "independentemente dos votos, serão encaminhados ao Presidente do Congresso Nacional todos os documentos apresentados pelos Conselheiros que tenham relação com a matéria votada, sendo esses documentos considerados contribuição ao debate democrático." Aí não precisa, "que se deverá ter o Congresso Nacional". Não precisamos dizer, ensinar nada para o Congresso.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - "Debate democrático", pronto.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É.

O 36 agora, não é?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - O 36. Miguel, não é legislação em causa própria e é para a gente debater mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - "Os membros do Conselho poderão fazer uso da palavra." Aqui não fala onde. Eu estou entendendo que é nas reuniões ordinárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não é? "Na discussão de qualquer matéria, em intervenções de até cinco minutos", tirando a restrição "de uma só vez", até porque, nas nossas reuniões ordinárias, a gente não usa o critério de estipular que a intervenção seja uma única vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Certo.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - E aí, para compensar, ou para esclarecer essa questão, tem o 38: "A palavra será dada na ordem em que for pedida, sendo concedida por mais de uma vez somente após todos os Conselheiros que a solicitarem terem se pronunciado pela primeira vez".

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Está ótimo.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Ou seja, não tem manipulação de fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Eu acho que isso não precisa, a gente não precisa se preocupar com isso, porque funciona muito bem.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - E aqui eu estou entendendo que é nas reuniões ordinárias, já que não tem citação do local.

Aí a gente passa para o título "Das Reuniões", capítulo "Da Natureza das Reuniões".

"As reuniões do Conselho de Comunicação Social serão ordinárias ou extraordinárias, realizadas preferencialmente em caráter presencial e permitida a participação remota."

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Ótimo.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Artigo... Tem que renumerar tudo, não é? "As reuniões ordinárias realizar-se-ão na primeira segunda-feira de cada mês." Aí está "às 14h" atualmente", e nós estamos propondo: "em horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas".

Também acho que é uma forma de desengessar. Não tem nem por que a gente não poder fazer uma reunião de manhã.

**O SR. DAVI EMERICH** (*Fora do microfone.*) - Pode ser uma reunião longa. Podemos ter uma reunião longa.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Podemos ter uma reunião longa.

*§1º O Plenário do Conselho estabelecerá o horário do início de cada reunião ordinária na reunião imediatamente anterior.*

Por conta da modificação do horário, propondo a exclusão do §3º, que colocava: "O Presidente [...] poderá antecipar o início da reunião para as 11 horas e 30 minutos".

No capítulo...



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

**O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR** - Posso só fazer um questionamento?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Pode.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Sim. Claro!

**O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR** - Lembro que nós tínhamos questionado a respeito do poder de voto do titular estando de forma remota. Então, aqui está falando a respeito do caráter presencial, sendo permitida a participação remota. Aí, nesse caso aqui, o titular, participando remotamente, teria direito ao voto?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Exatamente.

**O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR** - É isso que está sendo ajustado aqui?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É isso. A participação pode ser presencial ou remota. A participação é integral...

**O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR** - Entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - ... com direito a voto.

**O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - A não ser que haja alguma vedação em algum lugar sobre isso. Acho que não.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Então, fica claro que...

**O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR** - Hoje tem, porque não tem a previsibilidade. Não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Sim.

**O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR** - Hoje não tem previsibilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Hoje a reunião é presencial.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Pulando para o art. 43, uma pequena proposta de exclusão.

*Art. 43. Qualquer membro do Conselho de Comunicação Social terá direito a fazer constar, em ata, sua posição sobre qualquer tema, para o que poderá apresentar texto escrito durante a reunião, ou deixar consignada sua posição.*

Aí estou tirando: "[...] com um posterior envio de texto", já que a gente tem em ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Está ótimo!

**O SR. DAVI EMERICH** (*Fora do microfone.*) - Por que texto escrito durante a reunião? Ele já não pode trazer um texto escrito anteriormente?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - É, pode apresentar durante a reunião.

**O SR. DAVI EMERICH** (*Fora do microfone.*) - Está certo.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - No capítulo do uso... Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Ainda continua no capítulo das atas, não é?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - No capítulo 45, também propondo uma pequena exclusão.

*Art. 45. O conselheiro poderá fazer constar da ata qualquer documento, desde que apresentado em meio eletrônico.*

E aí tem: "[...] com um tamanho não superior a (5) cinco páginas do Diário do Senado Federal". Eu não vejo sentido em fazer a restrição.

**O SR. DAVI EMERICH** (*Fora do microfone.*) - Aqui o problema, Maria José, é, se uma pessoa apresenta um documento com 2TB, por exemplo - entendeu? - isso vai ter problema, porque vai para a memória do Senado, vai estar lá na página.

14/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu não sei se não está abrindo demais aqui tirando. Entendeu? Cinco páginas do *Diário do Senado Federal*, está errado também... mas também deixar livre.

**O SR. MARCUS BENNETT** (*Fora do microfone.*) - É só limitação. Tem várias coisas que são só para limitar para não...

**O SR. DAVI EMERICH** (*Fora do microfone.*) - Porque você tem pouco espaço. (*Pausa.*)

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Mas é em meio eletrônico.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É.

**O SR. DAVI EMERICH** (*Fora do microfone.*) - Mas em meio eletrônico também tem que ter algum limite. Vamos supor que um Conselheiro apresente um texto com 5TB.

**O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR** (*Fora do microfone.*) - Mas é exagerado.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - De texto? Mai aí é uma biblioteca inteira.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É, a nossa assessoria está nos informando que inclusive é o mesmo texto do Regimento do Senado até e que, claro, tinha sentido quando eram páginas.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Papel mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim, mas a preocupação do Conselheiro Davi também é pertinente, veja, tem que haver um limite nas coisas. Então assim, eu não sei dizer qual seria o limite técnico para isso. A pessoa também...

**O SR. DAVI EMERICH** - ... de acordo com os padrões do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Pode ser. É isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - A gente... Até tem um erro aqui, que é no *Diário do Senado* e o certo era o *Diário do Congresso*. O Regimento já tem um equívoco aqui.

Acho que podemos deixar dessa forma, de acordo com, dentro dos parâmetros do Congresso Nacional.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Então, o.k.

Em razão dessa modificação, pode-se suprimir o parágrafo único: "Caso o tamanho supere o disposto no *caput*, o inteiro teor do documento deverá estar disponível na página do Conselho na internet".

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Não, acho que podemos manter "Caso o tamanho supere o disposto no *caput*", que são os parâmetros do Congresso Nacional.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - As nossas atas são publicadas no *Diário do Congresso*? Todas? Então, cabe, O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Não, acho que...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - O.k., mantido.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Porque aí nós publicamos, se estiver fora do curso, nós deixamos na página do Conselho.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - O.k.

No art. 46, um pequeno acréscimo: "É facultado ao Presidente, *ad referendum* do Pleno do Conselho, fazer suprimir da ata referências conjunturais destituídas de interesse histórico".

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Tirando o poder do Presidente, novamente. É, veja, se é um golpe, já vamos dar nome ao que deve ser dado, não é?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Estou assistindo a um golpe, aos poucos, se está legalizando o golpe.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Presidente, eu vou justificar.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Café frio, café está quente até, eu devo ser honesto com a nossa assessoria.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Eu vou justificar, porque essa proposta de incluir aí não é em razão do poder do Presidente, mas em razão da amplitude do que sejam referências conjunturais destituídas de interesse histórico.

15/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É porque nós elegemos o Presidente para esses momentos, para ele saber o que é referência.

**O SR. DAVI EMERICH** - Já aconteceu alguma vez?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não, nunca aconteceu, mas realmente, gente, o que são referências conjunturais destituídas de interesse histórico?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Eu vou lhe dizer. É isso. Se acontecer um palavrão ou uma questão qualquer, nós vamos ficar discutindo aqui se nós vamos retirar o palavrão ou não e nós vamos gerar uma nova ata sobre a discussão da retirada da ata de algum termo que seja inapropriado, vamos dizer assim.

Basicamente é isso. Se nós formos discutir isso, aí vai ter que constar na próxima ata. E nós vamos discutir na próxima ata se nós vamos retirar da próxima ata... E aí vai ser um círculo vicioso sem fim, *(Risos.)*

porque a ata nossa tem que ser fidedigna ao que foi discutido.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim. É lógico. Discute-se depois essa coisa, mas acho que...

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sobretudo porque a ata já chega pronta aqui. E nenhum Presidente vai querer tirar uma discussão, porque ela aconteceu e porque ela vai estar pública. Hoje, com os meios de comunicação, já vai estar na TV Senado, estar em tudo quanto é lugar. Não é bem essa preocupação.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Mas a gente não poderia pensar, então, em outra redação para "referências conjunturais destituídas de interesse histórico"?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Eu acho que foi bem pensada até.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Porque isso não significa "termos", isso não significa "ofensas".

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Eu sei.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - São "referências conjunturais destituídas de interesse histórico". Se tem interesse histórico ou não, depende do ponto de vista das pessoas...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Claro.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - ... dos conselheiros, dos Presidentes. Entendeu?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É. Às vezes, são questões que nós estamos falando aqui... "Ah, ofensas", mas às vezes não é uma ofensa. Uma pessoa pode considerar: "Não, mas isso não é uma ofensa, isso é uma...".

Então, tem vários tipos de questões que as pessoas podem falar, fazer comentários aqui que são totalmente preconceituosos e de que não são geradas ofensas, mas eles são comentários que a gente deve...

**O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR** *(Fora do microfone.)* - Eu posso fazer um comentário que seja até legítimo e despedido de ofensas, mas que, de alguma forma, naquele contexto, pode criar um problema...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim, exato.

**O SR. JOÃO CAMILO JÚNIOR** *(Fora do microfone.)* - ... pode criar um imbróglio. Então, não tem sentido isso estar no ...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É. Isso, na prática... Foi como o Conselheiro Davi ponderou: é só uma válvula de escape. Não é o Presidente querendo descer o seu braço forte sobre a...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - A gente tem que pensar que a gente não faz as coisas para a gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É lógico.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - A gente faz as coisas para todos e todas.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É lógico.

16/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Recebo, como um elogio, que a minha Presidência está...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Claro. Pode se sentir elogiado, Presidente. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Eu estou brincando.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Nós temos aqui um conselho que tem trabalhado, eu diria, com uma harmonia bastante grande e que tem proporcionado aqui bons debates...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Exato.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - ... sem nenhum tipo de problema, sem nenhum tipo de constrangimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Claro.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Só que a gente tem que pensar que é para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Claro.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - A gente pode... Sei lá...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Mas acho que não vai acontecer.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Tomara.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sobre tudo, porque, na próxima sessão, poderia trazer o tema e falar: "Não concordo com essa supressão, houve...". Aí o tema volta para a discussão.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - O.k. Convencida. Então, mantido o artigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Encerramos a discussão.

A proposta que nós temos é para que, de acordo com tudo que nós discutimos aqui, a gente aprove o mérito e que, na próxima sessão, nós possamos votar o texto final - certo? -, que vai ser reorganizado, de acordo com o que nós falamos aqui.

Os que concordam se mantenham...

Houve algum problema?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não, Presidente, é só que, na verdade, ficou uma pendência.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Vamos lá.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Seria a gente realocar o capítulo das audiências públicas, que eu estou sugerindo que seja logo após o capítulo das reuniões...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Reuniões...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - É, ele está descrito no final da segunda página e na terceira página, e eu estou sugerindo que ele vá lá para... Nós tratamos das reuniões e, depois, das audiências públicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Acho que sim, sobretudo porque a dinâmica que nós estamos na prática fazendo aqui tem esse mesmo critério, não é?

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Tá.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Quer dizer, no dia a dia, é isso que está acontecendo.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Isso.

E, em relação ao §3º do art. 15, a Comissão sugeriu que fosse ou excluído ou transferido. E aí foi transferido para o Capítulo II: Dos estudos pareceres e recomendações.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Está ótimo.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - O.k.?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - O.k., perfeito.

Acho que ele fica mais claro, mais limpo e fica adequado à proposta que nós fizemos da alteração legislativa. Se porventura houver uma alteração na alteração legislativa, nós vamos ganhar muita agilidade porque a gente já pode só fazer pequenas mudanças, votar e já mandar para a Mesa um novo Regimento.

17/24





Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Mas a Mesa do Senado já fica de antemão com um texto adequado ao nosso projeto de lei - nossa recomendação. *(Pausa.)*

Certo.

Então, pergunto se algum Conselheiro gostaria, mais uma vez, de se manifestar antes de passarmos à votação. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira...

Opa, perdão! Sim, Conselheiro.

**O SR. LUIZ ANTONIO GERACE** - Eu estou falando ainda a respeito da recondução, de uma única recondução. Vamos supor, hipoteticamente, que uma Conselheira ou um Conselheiro titular seja bastante atuante e assíduo. Aquele suplente, em dois mandatos, não participou de nenhuma reunião e não poderá futuramente? Ou duas titularidades é que são o impeditivo?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Esta é a questão: no projeto de lei, consta dessa forma. E, na verdade, quem manda nisso aí é a lei. Isso que consta no Regimento até não tem muito sentido porque isso é uma questão legal da composição do Conselho. Então, na verdade, essa discussão a gente até não travou como deveria, talvez, no anteprojeto de lei, mas o Congresso vai com certeza tratar disso.

**O SR. FABIO ANDRADE** *(Fora do microfone.)* - Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**O SR. FABIO ANDRADE** - Eu tenho uma dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Claro.

**O SR. FABIO ANDRADE** - Eu só queria checar: se nós mesmos votássemos que nós mesmos podemos ser reconduzidos, não ficaríamos meio que legislando em causa própria? Será que a gente não podia criar uma regra - não sei se todos concordam - de que essas duas reconduções seriam a partir da nossa saída? Para não ficar a gente legislando para nós mesmos sermos reconduzidos?

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Mas já está na lei.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** *(Fora do microfone.)* - Isso não mudou.

**O SR. FABIO ANDRADE** - Na lei está uma; a gente está aumentando para duas.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Não, não...

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** *(Fora do microfone.)* - Não, não mudou.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Não, a gente não alterou.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Não... É assim: está na lei "permitida uma recondução", certo? Nós não estamos modificando nada. No projeto de lei que nós enviamos para o Presidente do Congresso, nós também não alteramos esse ponto, que talvez a gente devesse ter alterado, devesse ter mexido um pouco. E o que acontece é que, no Regimento, é praticamente inútil essa possibilidade aqui, porque o Regimento não trata, não pode tratar dessas escolhas.

**O SR. FABIO ANDRADE** - Entendi, entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Então, assim, na verdade, não trata nada, a gente nem... E a gente está repetindo o que está lá.

**O SR. FABIO ANDRADE** *(Fora do microfone.)* - Tá, entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Então na hora em que houver uma alteração lá, se houver, como provavelmente vai existir, aí a gente altera aqui e já manda, já encaminha de novo para o Congresso, para a Mesa do Senado.

**O SR. FABIO ANDRADE** *(Fora do microfone.)* - Obrigado.

**O SR. DAVI EMERICH** - Presidente.

18/24





Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**O SR. DAVI EMERICH** - Eu não estou querendo reabrir nenhuma discussão e eu fiz esta avaliação um pouco em função da nossa audiência pública de hoje, que eu assisti totalmente. Talvez tenha sido a melhor audiência pública que a gente já tenha realizado, pelo volume de informação que nos trouxe.

E aí, eu fiquei refletindo lá em casa como o Conselho mudou na sua trajetória. Eu me lembro de que nos mandatos anteriores, a gente ficava querendo, e a Secretaria disponibilizava todos os projetos sobre comunicação social. Eram mais de mil que tramitavam. E a gente ficava correndo contra o tempo, querendo fazer emendas a todos eles, fazendo até certos absurdos, dar parecer sobre 30, 40 projetos ao mesmo tempo, que era uma coisa inócua, não é?

Então me parece que aos poucos, o Conselho está deixando de ter essa responsabilidade, não deixando de ter, é uma das competências, de ficar emendando os projetos e votando a favor ou contra projeto, e as audiências públicas estão ocupando cada vez mais um espaço, em que a gente vai formando um conjunto de informações, que seriam muito mais importante para os Parlamentares do que a gente decidindo em torno desse ou daquele projeto a favor ou contra.

Eu acho que doravante, o Conselho vai perder esse papel de ser a favor ou contra esse ou aquele projeto. A gente vai, cada vez mais, exarar relatórios.

Agora, uma coisa que me surpreendeu muito hoje, e eu estou entre as pessoas que ficaram surpresas na hora, é como a gente está comendo mosca em discussões fundamentais que são realizadas no Congresso Nacional, em relação às nossas competências. É um volume de coisas que passa... Porque o Conselho, de alguma forma, também é segmentado. Tem representante dos trabalhadores, representante dos empresários, representante das entidades da sociedade civil. Mas o Conselho não é holístico, nós não conseguimos ter uma visão grande e ao mesmo tempo sistêmica do que está acontecendo no Congresso Nacional e na sociedade brasileira.

Nós pegamos a nossa área e tal, mas quando você vai fazer essa conexão, nós somos surpreendidos, como fomos hoje, surpreendidos por um assunto que todo mundo sabia que estava tramitando. Nosso amigo aqui talvez estivesse mais perto dessa discussão, mas de modo geral, a gente não estava.

Então eu fiquei a imaginar se não seria o caso, e esse papel não seria da Secretaria, porque a Secretaria presta assessoria processual, se não seria o caso de a gente imaginar a criação de uma espécie de observatório. E quando eu falo observatório, pode ser uma pessoa só, que, à parte da atuação dos Conselheiros, essa pessoa ficasse exclusivamente acompanhando todos os assuntos que, todo mês, uma semana antes, dez dias antes da nossa reunião, tivesse um relatório do que está sendo discutido no Brasil, as coisas mais relevantes, mais importantes, como se fosse um documento de alerta, olha, esta coisa aqui está pegando, tal, tal, tal. E trouxesse essa visão mais holística para dentro do Conselho.

Não pode ser um Conselheiro, porque o Conselheiro não ganha, ele não é remunerado; portanto, ele não pode se dedicar a isso, ele tem as funções dele no conjunto da sociedade. Não pode ser a Secretaria, porque o papel da Secretaria é ajudar o trabalho do Conselho. Então teria de ser uma pessoa que estivesse junto ao Conselho, fazendo isso profissionalmente.

Para pagar, abrir uma vaga para o Senado pagar esse Conselheiro, esse observador, eu acho que seria muito difícil. E nós não temos nenhum Consultor, da Câmara ou do Senado, que fique exclusivamente para nos acompanhar, o que seria uma solução. Mas, talvez - eu não sei se no Regimento ou fora do Regimento, ou até numa negociação com o Presidente -, que a gente começasse a trabalhar com a ideia de, talvez, requisitar um funcionário ou um servidor, ou da Câmara, ou do Senado, que já são pagos para isso, ou do Tribunal de Contas da União, que pode ser um analista, pode ser um consultor, que ficasse exclusivamente para fazer esse trabalho para nós aqui dentro do Conselho.

Então, eu estou sugerindo a gente analisar isso. Eu nem proponho pôr no Regimento, porque eu pensei nisso hoje, mas que, antes que terminasse o nosso mandato, a gente pudesse estudar isso melhor e, talvez, até procurar o Presidente, dizendo que, nesse novo cenário que apareceu, principalmente nesses dois últimos anos, nós estamos precisando de uma ferramenta desse tipo. Eu acho que nos ajudaria muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Perfeito!

Bom, só para encerrarmos aqui a votação do nosso Regimento.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Sras. Conselheiras e os Srs. Conselheiros que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Iremos trazer o texto, agora, para aprovar na próxima sessão.

O relatório passa a constituir a Recomendação nº 3, de 2024.

19/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Proposta de realização de audiência pública.

A Conselheira Sonia Santana, com o apoio da Conselheira Débora Duboc, apresenta proposta de realização de uma audiência pública, em fevereiro de 2025, para discutir a regulação do VOD no Brasil, dando seguimento às audiências que já realizamos em maio e novembro deste ano.

Em discussão a proposta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Conselheiras e os Conselheiros que concordem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa.)*

Só um minutinho. *(Pausa.)*

Antes da conclusão da Ordem do Dia, eu gostaria de fazer um breve relato sobre os trabalhos realizados pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional em 2024.

Neste ano, realizamos 11 reuniões ordinárias, oito audiências públicas e um grande seminário sobre educação midiática no auditório do Interlegis, com a participação do Senador Izalci Lucas e de representantes da Secretaria de Políticas Digitais da Presidência da República, do Ministério da Educação e da Unesco, entre outras autoridades.

Nas audiências públicas, tratamos de temas como remuneração do conteúdo jornalístico pelas plataformas digitais, regulamentação dos serviços de *streaming*, saúde dos profissionais de comunicação, situação da Empresa Brasil de Comunicação, regulação das redes sociais e inteligência artificial no processo eleitoral, TV 3.0 e impactos da inteligência artificial na comunicação social, esta com a participação do Senador Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital do Senado Federal.

A convite do Senador Eduardo Gomes, tivemos a oportunidade de falar, como primeiro orador, na Sessão de Debate Temáticos do Senado Federal sobre o Projeto de Lei nº 2.338/2023, que dispõe sobre o uso da inteligência artificial no Brasil.

Divulgamos notas públicas em solidariedade ao povo gaúcho, por conta das enchentes do Rio Grande do Sul; em defesa da esfera pública digital diante de alterações promovidas pela adoção de sistemas de inteligência artificial generativa no *design* de plataformas digitais; em comemoração pela aprovação do projeto de lei que cria a Semana Estadual de Educação Midiática, pela Assembleia Legislativa de São Paulo; e em defesa da liberdade de expressão, do Estado de direito e da soberania nacional, após a repercussão da decisão do STF de suspender as atividades da Plataforma X no Brasil.

Também conseguimos que fosse realizada pelo Congresso Nacional, mediante eleição complementar, a recomposição do quadro de Conselheiros do Conselho de Comunicação Social, que estava com sete cargos vagos, tornando completa a sua composição.

Aprovamos, ainda, duas recomendações ao Congresso Nacional: a primeira recomendação trata de princípios, diretrizes e parâmetros a serem observados nas proposições, discussões e votações de projetos de lei que tenham como finalidade dispor sobre a sustentabilidade do jornalismo; e a segunda recomendação sugere a deliberação de um projeto de lei para alterar a composição do Conselho de Comunicação Social e disciplinar o procedimento de eleição de seus membros.

Por fim, já em linha com essa segunda recomendação e no intuito de não haver intervalo entre este e o próximo mandato do Conselho, iniciamos com um chamamento público o processo de recebimento de sugestões de nomes para a próxima eleição do Conselho, já tendo recebido das entidades representativas mais de 35 nomes, que foram lidos nesta reunião e publicados na página do Conselho para envio à Mesa do Congresso Nacional.

Ficaram pendentes para as reuniões de 2025: o relatório sobre a reformulação do Regimento Interno do Conselho e sobre os Projetos de Lei nºs 2.630, de 2020 (Lei de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet); 2.370, de 2019 (Direitos Autorais); e, por fim, 2.338, de 2023 (Inteligência Artificial).

Esperando ter cumprido a disposição constitucional de auxiliar o Congresso Nacional nas matérias relativas à comunicação social, determino à Secretaria do Conselho o envio deste relatório a todos os Conselheiros e Conselheiras e a sua publicação na ata da reunião, a ser veiculada no *Diário do Congresso Nacional*.

Está encerrada a Ordem do Dia da presente reunião.

Consulto os membros das Comissões Temáticas de Publicidade e Propaganda e de Liberdade de Expressão e de Imprensa sobre se gostariam de se manifestar sobre o andamento dos trabalhos dos Colegiados. *(Pausa.)*

Passamos agora à fase de comunicação dos Conselheiros, de acordo com o art. 39, §6º e inciso IV, do Regimento Interno.

20/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Pergunto se algum Conselheiro gostaria de fazer uso da palavra para comunicações diversas e sugestões de pauta para a próxima reunião.

**O SR. FABIO ANDRADE** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Conselheiro Fabio.

**O SR. FABIO ANDRADE** - Quero só saudá-lo pela gestão do Conselho no ano de 2024 e saudar todos os companheiros, todos os colegas. Realmente nós trabalhamos bastante, atendemos todas as determinações e fizemos o máximo que cada um pôde fazer aqui, eu tenho certeza disso.

Não querendo comparar com o passado, mas eu acho que ficou claro para todos os Parlamentares que o Conselho teve um ano dinâmico. Eu queria cumprimentá-lo por isso, desejar a todos um feliz 2025 e que a gente consiga implantar o que a gente tem encaminhado aqui para que 2025 seja ainda mais frutífero para todos nós, para o Conselho e para o Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Muito obrigado, Conselheiro.

De fato, o fim do ano e esta audiência pública que nós realizamos hoje mostraram isso. Foi até muito interessante, porque ela nos pegou de calças curtas, como disse o Conselheiro Davi, porque pouco sabíamos sobre um tema tão abrangente e que vai impactar tanto a sociedade brasileira.

Conselheiro Marcus?

**O SR. MARCUS BENNETT** - Bom, quero só também me juntar à ignorância hoje, por conta da... O tema foi muito importante da audiência de hoje de manhã, e eu também a achei muito rica. Eu a acompanhei integralmente. Enfim, foi possível não só entender um pouco o conceito do que é a TV 3.0, sobre as simulações que foram feitas, as pesquisas... Enfim, queria deixar registrado que foi muito importante e agradecer à Conselheira Valdez, que requereu essa audiência. E fica a sugestão já, até para as próximas, ainda neste mandato aqui, para que a gente possa talvez discutir esse tema novamente.

E, aproveitando que o senhor fez aí um histórico deste ano do Conselho, embora eu não estivesse aqui ainda, eu menciono o seminário que foi feito lá no Interlegis no começo do ano. Eu o acompanhei como ouvinte, pela internet, e achei muito valioso também. Eu acho que talvez se possa pensar, já para o começo do ano, já em fevereiro ou em março, um outro evento como aquele, com pessoas tão relevantes como as que o senhor conseguiu chamar, conseguiu trazer para cá, para a Casa, para debater aqueles temas.

Então, gostaria de agradecer a oportunidade e já sugerir... Tanto esta audiência de hoje, que também, reforçando o que o Davi falou, para mim foi muito esclarecedora... Eu já havia perguntado para várias pessoas, inclusive para a própria Valdez, porque ocorreu um evento sobre isso lá em São Paulo no mês passado ou retrasado...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. MARCUS BENNETT** - Foi em agosto, não é? E aí eu perguntei para ela sobre o que era aquilo tudo, porque eu estava vendo e não estava entendendo o que era. Mais ou menos, ela explicou um pouco, e eu acho que agora se esclareceu bastante. Então, acho que é muito importante a gente manter o nível dessas audiências. Hoje se mostrou o papel relevantíssimo que tem este Conselho aqui, e eu espero que a gente continue nesse nível.

Quero agradecer a sua gestão e, reforçando, já sugerir que a gente dê continuidade a esse seminário no próximo ano, já no início do ano, antes de finalizar o mandato.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Muito obrigado, Conselheiro.

Conselheiro Flavio.

**O SR. FLAVIO LARA RESENDE** - Presidente, eu queria primeiro justificar a minha ausência hoje na audiência pública pela manhã. O assunto foi extremamente importante, e depois eu acabei almoçando com as pessoas que vieram fazer a apresentação aqui na sede da Abratel. E quero dizer o seguinte: se, em algum momento, pudermos fazer uma nova audiência sobre isso, seria muito importante, porque, como hoje nós falávamos lá nesse almoço, fora do eixo Rio-São Paulo e um pouco Brasília, as pessoas não estão tendo a noção exata do que é a TV 3.0 e da importância da TV 3.0 para a manutenção da televisão aberta, feita para brasileiros de forma absolutamente gratuita.

É interessante isso porque, na semana passada, eu estive em João Pessoa, na Paraíba, e em Recife, em Pernambuco, onde estava acontecendo o Fala Norte Nordeste, e o Raymundo, Diretor de Tecnologia da Globo, fez uma apresentação para o público que estava lá - tinha mais de 600 pessoas inscritas no Norte e no Nordeste - sobre a TV 3.0. É impressionante

21/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

como, no próprio meio da radiodifusão, as pessoas têm desconhecimento do que é a TV 3.0 e dessa importância, que é o que leva definitivamente a TV aberta para o ambiente digital, para o ambiente das plataformas..

Era isso. E queria parabenizá-lo pela sua condução equilibrada como Presidente do Conselho. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Obrigado, Conselheiro.

Acho que a gente podia já tentar agendar para março uma outra reunião sobre isso, porque o tema é realmente... as pessoas não estão sabendo. Por exemplo, hoje foi colocada aqui uma questão importante, que é o fomento para que as pessoas possam depois adquirir esses equipamentos. Ou seja, nós precisamos ajudar as pessoas a colocar... Nós podemos até discutir, além da regulação de alguns pontos que devem ser regulados, essa questão econômica, porque ela acaba sendo impactante para a comunicação social. Como é que vai ser feito esse fomento? Porque as pessoas tiveram que comprar aparelhos para a televisão digital, que já faz muitos anos, mas elas pensam que foi ontem. Na hora em que nós apresentarmos para ela uma nova conta, ela vai falar: "Mas de novo?". E não é, na verdade, um *kit* de primeiros socorros dos carros. É, na verdade, uma coisa que funciona. A gente precisa ajudá-los a adquirir esses equipamentos, não é?

**O SR. FLAVIO LARA RESENDE** - Há uma coisa interessante: as pessoas se esquecem do tempo em que compram a televisão e com quanto tempo ficam com ela, e as pessoas trocam de celular com uma rapidez impressionante. E o que será a televisão 3.0? É exatamente um celular com 90 polegadas ou com 70.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - E a televisão é mais barata que o celular.

**O SR. FLAVIO LARA RESENDE** - E a televisão é mais barata que o celular. *(Risos.)*

**O SR. DAVI EMERICH** *(Fora do microfone.)* - O celular é de dois anos, e essa TV, mais complexa, vai ser trocada também em dois anos. Isso que você está dizendo é uma coisa importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - É, nós precisamos pensar nisso, numa maneira de haver um financiamento público mesmo, porque nós estamos falando de uma comunicação que é pública sobretudo.

**O SR. MARCUS BENNETT** - E, só para reforçar, talvez nem aqui dentro mesmo do Congresso os próprios Parlamentares estejam cientes do impacto que vai ser dessas...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Mas, se nós que cuidamos disso e vivemos disso não sabemos, eles não vão saber também.

**O SR. MARCUS BENNETT** - Por isso que eu achei muito importante, muito interessante mesmo ver em que pé já estão as pesquisas que já foram feitas, enfim, a relação do próprio Governo, do pessoal do ministério, da Ancine e tudo. Acho importantíssimo. Acho que a gente devia pensar em, mais para frente, aprofundar esse tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim, acho ótimo.

**A SRA. VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI** *(Fora do microfone.)* - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim, claro, Conselheira Valderez.

**A SRA. VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI** - Só lembro aqui que, sobre a TV 3.0, a gente teve a primeira audiência o ano passado, em dezembro...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**A SRA. VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI** - ... onde o Raymundo Barros - eu estou com a voz meio assim -, pelo fórum, explicou todo o processo e tivemos o Tawfic, pelo ministério, falando da regulamentação. Nesse ano que passou, então, a gente teve toda essa evolução.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Uma evolução muito grande.

**A SRA. VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI** - ... com as normas, tudo isso, com as normas já concluídas, normas ABNT já concluídas, com algumas coisas também no ministério já evoluídas também. Eu acho que é importante a gente manter, por um período um pouco menor, esse diálogo aqui. Talvez a gente possa... Em março eu estou achando muito perto. Minha proposta seria para maio ou junho, após a NEB.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Aí nós vamos tratar com o novo Presidente ou nova Presidente.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI** - Não, então em março.

22/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Em março, para a gente garantir a nossa... É porque o tema é um tema...

**A SRA. VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI** - Março ou abril, mas abril junta com...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Em abril, nós temos a última, e aí eu vou fazer...

**A SRA. VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI** - Março.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - ... um pedido de uma audiência.

**A SRA. VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI** - Tá.

Seria legal, de repente, fazer um evento maior, então, sobre isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**A SRA. VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI** - ... e convidar pessoas para virem, não é? Acho que seria interessante.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Pode ser.

**A SRA. VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI** - Tá.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Conselheira Maria José.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Bom, eu também me somo aos agradecimentos ao Presidente pela condução dos trabalhos e ao agradecimento aos Conselheiros e Conselheiras, porque eu acho que nós conseguimos estabelecer uma dinâmica que deu resultados. Essa dinâmica de fazer as audiências públicas e de, fora das audiências públicas, termos convidados para que a gente, de fato, estivesse colocando em evidência nacional... Eu sempre repito isto: o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional é o único órgão institucional que debate a comunicação neste país. Então, isso tem uma relevância muitíssimo considerável.

E nós estivemos pautando os debates centrais da comunicação. Não demos conta do varejo, dos projetos que estão pululando aí no Congresso Nacional, mas pautamos os debates centrais. Alguns a gente vai ter a oportunidade de continuar no próximo ano, como é a própria questão da TV 3.0; em outros, provavelmente, nós vamos ser atropelados pelo tempo, que é a questão da...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Inteligência artificial.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - ... inteligência artificial, que, pelo que está desenhado...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Deve ser aprovada nesta semana.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - ... o Presidente do Senado faz questão de agilizar a votação, e isso deve ser votado nesta semana, mas, mesmo com a questão temporal, nós fizemos aqui o debate, nós apontamos problemas, nós chamamos a atenção dos Parlamentares e da sociedade brasileira sobre as questões tão impactantes da inteligência artificial e da necessidade da regulação da utilização dessa inteligência artificial, tendo o ser humano como foco. Então, acho que, mesmo não dando conta de entrar no detalhe, nós chamamos essa atenção e conseguimos fazer os bons debates.

Acho que nós temos que, para o futuro - e isso tem sido colocado aqui no Conselho há muito tempo -, conseguir mais visibilidade para o Conselho de Comunicação Social, principalmente junto aos próprios Parlamentares, que são o público que nós deveríamos estar auxiliando, mas a gente entende a dinâmica do Congresso e a gente também entende que o Conselho, apesar de já estar completando 30 anos de instalação, teve interstícios e tem, sim, um processo de amadurecimento.

Eu creio que, nesses dois anos que ainda não se encerraram - vão se encerrar só em maio...

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Sim.

**A SRA. MARIA JOSÉ BRAGA** - Não quero fazer aqui discurso de despedida, mas de encerramento do ano mesmo, dizendo que conseguimos ter um ano bastante produtivo e vamos continuar o próximo ano também fazendo um trabalho produtivo.

Há Conselheiros e Conselheiras que não estarão no próximo ano, a partir de maio, mas, com certeza, virão outros que vão continuar colocando o Conselho de Comunicação Social como este elemento constituidor do debate da comunicação no Brasil.

É isso.

23/24



Reunião de: 02/12/2024

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Conselheiro José Antônio.

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE JESUS DA SILVA** - Presidente, na realidade eu pedi a palavra apenas para parabenizar pelo trabalho. Acho que foi um trabalho que, na minha visão, foi bem conduzido pelo senhor, como todos já falaram aqui, que não fez distinção da luta dos trabalhadores, da dificuldade dos trabalhadores. Toda pauta que a gente propôs aqui, o senhor acatou, junto com os Conselheiros. Quero agradecer aos Conselheiros com que, durante esse tempo, estivemos juntos.

E quero fazer um agradecimento especial aos trabalhadores da Saop, que têm nos assistido muito bem, e um agradecimento especial ao Dr. Walmar, porque, sempre que eu precisei, ele sempre me acolheu. E, obviamente, quero fazer um agradecimento aos nossos técnicos que trabalham aqui para poder conduzir as nossas qualidades de áudio.

Então, encerrando o ano e com grande desafio pela frente, os novos Conselheiros indicados pela federação para o próximo mandato com certeza virão com mais conhecimento do que quando eu vim. Eu vim para cá sem saber o que fazer nem como fazer, e, aos poucos, a gente foi aprimorando, já que deveria um passar para o outro o seu conhecimento, e aqui junto a gente ir transformando. Mas, com certeza, os novos que virão terão todas as pautas que a gente discutiu, de que a gente fez as demandas e as atas, tudo encaminhado para eles, exatamente para virem um pouco melhor, mais qualificados, sabendo como funciona um pouquinho a Casa, e, com certeza, trarão novas demandas ao Conselho aqui para tratar da situação dos trabalhadores.

Então, nosso agradecimento e um 2025 cheio de paz e de luz para todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Miguel Matos) - Obrigado, Conselheiro.

Nós dispparamos o processo de reformação dos novos, do novo mandato, e aí parece que o nosso mandato já se encerrou, mas nós estamos aqui até o dia 1º de maio do ano que vem.

Bom, atendidas as finalidades da pauta, declaro encerrados os trabalhos da 13ª Reunião de 2024 do Conselho Nacional de Comunicação Social, já convocando a 1ª Reunião de 2025 para o dia 10 de fevereiro, às 9h30.

Desejo a todos uma excelente passagem de ano e declaro encerrada a reunião.

*(Iniciada às 14 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.)*



COMPOSIÇÃO  
COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
(Resolução nº 1, de 2006-CN)

**Finalidade:** Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

**Número de membros:** 11 Senadores e 31 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Julio Arcoverde (PP-PI)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

**2º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Dr. Victor Linhalis (PODEMOS-ES)

**Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual:** Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

**3º VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

**Designação:** 17/04/2024  
**Instalação:** 24/04/2024

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Confúcio Moura - MDB/RO (1)	1. Giordano - MDB/SP (3)
Jayme Campos - UNIÃO/MT (52)	2. Fernando Farias - MDB/AL (90)
Rodrigo Cunha (5)	3. Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (6)
Leila Barros - PDT/DF (76)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Angelo Coronel - PSD/BA (7)	1. Nelsinho Trad - PSD/MS (8)
Sérgio Petecão - PSD/AC (9)	2. Zenaide Maia - PSD/RN (11)
Fabiano Contarato - PT/ES (10)	3. Rogério Carvalho - PT/SE (12)
Jorge Kajuru - PSB/GO (13)	4. Teresa Leitão - PT/PE (14)
Marcos Rogério - PL/RO (4)	1. Jaime Bagattoli - PL/RO (60)
Astronauta Marcos Pontes - PL/SP (59)	2. Jorge Seif - PL/SC (89)
Ciro Nogueira - PP/PI (53)	1. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (54)

Câmara dos Deputados





TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD</b>	
Dal Barreto - UNIÃO/BA (2)	1. Juninho do Pneu - UNIÃO/RJ (18)
Fernanda Pessoa - UNIÃO/CE (15)	2. Leur Lomanto Júnior - UNIÃO/BA (19)
Murillo Gouvea - UNIÃO/RJ (16)	3. Moses Rodrigues - UNIÃO/CE (20)
Rodrigo de Castro - UNIÃO/MG (17,65)	4. VAGO (21,66,67)
Lula da Fonte - PP/PE (28,74)	5. Mário Negromonte Jr. - PP/BA (31)
Julio Arcoverde - PP/PI (29)	6. Claudio Cajado - PP/BA (32,58,75)
AJ Albuquerque - PP/CE (30,57)	7. Da Vitoria - PP/ES (33)
Leo Prates - PDT/BA (24)	8. Idilvan Alencar - PSDB/PR (25)
Beto Richa - PSDB/PR (26)	9. Dagoberto Nogueira - PSDB/MS (27)
Luis Tibé - AVANTE/MG (22)	10. Waldemar Oliveira - AVANTE/PE (23)
<b>Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE</b>	
José Priante - MDB/PA (77)	1. Cobalchini - MDB/SC (80)
Márcio Biolchi - MDB/RS (78)	2. Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG (81)
Yury do Paredão - MDB/CE (79)	3. Ricardo Maia - MDB/BA (82)
Luiz Nishimori - PSD/PR (34)	4. Zé Haroldo Cathedral - PSD/RR (36)
Laura Carneiro - PSD/RJ (35)	5. Átila Lins - PSD/AM (37)
Adail Filho - REPUBLICANOS/AM (61)	6. Murilo Galdino - REPUBLICANOS/PB (63,88)
Julio Cesar Ribeiro - REPUBLICANOS/DF (62,87)	7. Jadyel Alencar - REPUBLICANOS/PI (64)
Dr. Victor Linhalis - PODEMOS/ES (38)	8. Sargento Portugal - PODEMOS/RJ (39)
<b>PL</b>	
Domingos Sávio - MG (44)	1. Tadeu Oliveira - GO (45,55,92)
Daniel Agrobom - GO (40)	2. Vinicius Gurgel - AP (46)
Filipe Barros - PR (41)	3. Filipe Martins - TO (47)
Zé Vitor - MG (42)	4. Roberto Monteiro Pai - RJ (48)
Fernando Rodolfo - PE (43)	5. Rosângela Reis - MG (49)
Cabo Gilberto Silva - PB (55)	6. Detinha - MA (91)
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Zeca Dirceu - PT/PR (68)	1. Waldenor Pereira - PT/BA (72)
Paulão - PT/AL (69)	2. Clodoaldo Magalhães - PV/PE (73)
Florentino Neto - PT/PI (70)	3. Reginaldo Lopes - PT/MG (83)
Orlando Silva - PCdoB/SP (71)	4. José Airton Félix Cirilo - PT/CE (84)
Merlong Solano - PT/PI (86)	5. Nilto Tatto - PT/SP (85)
<b>PSB</b>	
Jonas Donizette - SP (51)	1. Heitor Schuch - RS (50)
<b>PSOL, REDE</b>	
Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP (56)	1. VAGO

**Notas:**

1. 17/04/2024: Designado como titular o Senador Confúcio Moura, conforme Ofício nº 18/2024 da Liderança do MDB - SF.

2. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Dal Barreto, conforme Ofício nº 2/2024 da Liderança do União Brasil - CD.

3. 17/04/2024: Designado como Suplente o Senador Giordano, conforme Ofício nº 18/2024 da Liderança do MDB - SF.

4. 17/04/2024: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 13/2024 da Liderança do PL - SF.

5. 17/04/2024: Designado como titular o Senador Rodrigo Cunha, conforme Ofício nº 58/2024 da Liderança do PODEMOS - SF.

6. 17/04/2024: Designado como suplente o Senador Zequinha Marinho, conforme Ofício nº 58/2024 da Liderança do PODEMOS - SF.

7. 17/04/2024: Designado como titular o Senador Angelo Coronel, conforme Ofício nº 5/2024 da Liderança do PSD- SF.

8. 17/04/2024: Designado como suplente o Senador Nelsinho Trad, conforme Ofício nº 5/2024 da Liderança do PSD- SF.

9. 17/04/2024: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão, conforme Ofício nº 5/2024 da Liderança do PSD- SF.

10. 17/04/2024: Designado como titular o Senador Fabiano Contarato, conforme Ofício nº 14/2024 da Liderança do Bloco Resistência Democrática no SF.





11. 17/04/2024: Designado como suplente a Senadora Zenaide Maia, conforme Ofício nº 5/2024 da Liderança do PSD- SF.
12. 17/04/2024: Designado como suplente o Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 14/2024, da Liderança do Bloco Resistência Democrática no SF.
13. 17/04/2024: Designado como titular o Senador Jorge Kajuru, conforme Ofício nº 14/2024, da Liderança do Bloco Resistência Democrática no SF.
14. 17/04/2024: Designado como suplente a Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 14/2024, da Liderança do Bloco Resistência Democrática no SF.
15. 17/04/2024: Designado como titular a Deputada Fernanda Pessoa, conforme Ofício nº 2/2024 da Liderança do União Brasil - CD.
16. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Murillo Gouvêa, conforme Ofício nº 2/2024 da Liderança do União Brasil - CD.
17. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Paulinho Freire, conforme Ofício nº 2/2024 da Liderança do União Brasil - CD.
18. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Juninho do Pneu, conforme Ofício nº 2/2024 da Liderança do União Brasil - CD.
19. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Leur Lomanto Jr., conforme Ofício nº 2/2024 da Liderança do União Brasil - CD.
20. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Moses Rodrigues, conforme Ofício nº 2/2024 da Liderança do União Brasil - CD.
21. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Rodrigo de Castro, conforme Ofício nº 2/2024 da Liderança do União Brasil - CD.
22. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Luiz Tibé, conforme Ofício nº 4/2024 da Liderança do AVANTE - CD.
23. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Waldemar Oliveira, conforme Ofício nº 4/2024 da Liderança do União Brasil - CD.
24. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Leo Prates, conforme Ofício nº 30/2024 da Liderança do PDT - CD.
25. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Idilvan Alencar, conforme Ofício nº 30/2024 da Liderança do PDT - CD.
26. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Beto Richa, conforme Ofício nº 74/2024 da Liderança da Fed. PSDB/CIDADANIA - CD.
27. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Dagoberto Nogueira, conforme Ofício nº 74/2024 da Liderança da Fed. PSDB/CIDADANIA - CD.
28. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Claudio Cajado, conforme Ofício nº 54/2024 da Liderança do PP - CD.
29. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Julio Arcoverde, conforme Ofício nº 54/2024 da Liderança do PP - CD.
30. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Lula da Fonte, conforme Ofício nº 54/2024 da Liderança do PP - CD.
31. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Mário Negromonte Jr., conforme Ofício nº 54/2024 da Liderança do PP - CD.
32. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Aj Albuquerque, conforme Ofício nº 54/2024 da Liderança do PP - CD.
33. 17/04/2024: Designada como suplente a Deputada Da Vitoria, conforme Ofício nº 54/2024 da Liderança do PP - CD.
34. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Luiz Nishimori, conforme Ofício nº 34/2024 da Liderança do PSD - CD.
35. 17/04/2024: Designada como titular a Deputada Laura Carneiro, conforme Ofício nº 34/2024 da Liderança do PSD - CD.
36. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Zé Haroldo Cathedral, conforme Ofício nº 34/2024 da Liderança do PSD - CD.
37. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Átila Lins, conforme Ofício nº 34/2024 da Liderança do PSD - CD.
38. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Dr. Victor Linhalis, conforme Ofício nº 31/2024 da Liderança do PODEMOS - CD.
39. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Sargento Portugal, conforme Ofício nº 31/2024 da Liderança do PODEMOS - CD.
40. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Daniel Agrobom, conforme Ofício nº 195/2024 da Liderança do PL - CD.
41. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, conforme Ofício nº 195/2024 da Liderança do PL - CD.
42. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Zé Vitor, conforme Ofício nº 195/2024 da Liderança do PL - CD.
43. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Fernando Rodolfo, conforme Ofício nº 195/2024 da Liderança do PL - CD.
44. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Domingos Sávio, conforme Ofício nº 195/2024 da Liderança do PL - CD.
45. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Cabo Gilberto Silva, conforme Ofício nº 195/2024 da Liderança do PL - CD.
46. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Vinicius Gurgel, conforme Ofício nº 195/2024 da Liderança do PL - CD.
47. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Filipe Martins, conforme Ofício nº 195/2024 da Liderança do PL - CD.
48. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Roberto Monteiro Pai, conforme Ofício nº 195/2024 da Liderança do PL - CD.
49. 17/04/2024: Designada como suplente a Deputada Rosângela Reis, conforme Ofício nº 195/2024 da Liderança do PL - CD.
50. 17/04/2024: Designado como suplente o Deputado Heitor Schuch, conforme Ofício nº 11/2024 da Liderança do PSB - CD.
51. 17/04/2024: Designado como titular o Deputado Jonas Donizette, conforme Ofício nº 11/2024 da Liderança do PSB - CD.
52. 17/04/2024: Designado como titular o Senador Jayme Campos, conforme Ofício nº 22/2024 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
53. 17/04/2024: Designado como titular o Senador Ciro Nogueira, conforme Ofício nº 11/2024 da Liderança do Bloco Aliança no SF.
54. 17/04/2024: Designado como suplente o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 11/2024 da Liderança do Bloco Aliança no SF.
55. 14/05/2024: Designado, como titular, o Deputado Cabo Gilberto Silva (Ofício nº 245/2024 da Liderança do PL na Câmara dos Deputados). ([DCN de 16/05/2024, p. 375](#))
56. 18/04/2024: Designada como titular a Deputada Professora Luciene Cavalcante, conforme Ofício nº 64/2024 da Federação PSOL-REDE - CD. ([DCN de 25/04/2024, p. 6](#))
57. 18/04/2024: Designado como titular o Deputado AJ Albuquerque, em substituição ao Deputado Lula da Fonte, conforme Ofício nº 58/2024 da Liderança do PP - CD. ([DCN de 25/04/2024, p. 7](#))
58. 18/04/2024: Designado como suplente o Deputado Lula da Fonte, em substituição ao Deputado AJ Albuquerque, conforme Ofício nº 58/2024 da Liderança do PP - CD. ([DCN de 25/04/2024, p. 7](#))
59. 22/04/2024: Designado como titular o Senador Astronauta Marcos Pontes, conforme o Ofício nº 14/2024 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 25/04/2024, p. 8](#))
60. 22/04/2024: Designado como titular o Senador Jaime Bagattoli, conforme o Ofício nº 14/2024 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 25/04/2024, p. 8](#))
61. 23/04/2024: Designado como titular o Deputado Adail Filho, conforme Ofício nº 47/2024 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 25/04/2024, p. 9](#))
62. 23/04/2024: Designado como titular o Deputado Murilo Galdino, conforme Ofício nº 47/2024 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 25/04/2024, p. 9](#))
63. 23/04/2024: Designado como suplente o Deputado Julio Cesar Ribeiro, conforme Ofício nº 47/2024 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 25/04/2024, p. 9](#))
64. 23/04/2024: Designado como suplente o Deputado Jadyel Alencar, conforme Ofício nº 47/2024 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 25/04/2024, p. 9](#))
65. 23/04/2024: Designado como titular o Deputado Rodrigo de Castro, em substituição ao Deputado Paulinho Freire, conforme Ofício nº 110/2024 da Liderança do União Brasil - CD. ([DCN de 23/04/2024, p. 10](#))
66. 23/04/2024: Designado como Suplente o Deputado Paulinho Freire, em substituição ao Deputado Rodrigo de Castro, conforme Ofício nº 110/2024 da Liderança do União Brasil - CD. ([DCN de 23/04/2024, p. 10](#))
67. 28/01/25: Vago em razão da renúncia do titular, conforme Ofício nº 3/2025/SGM/P da CD.
68. 24/04/2024: Designado como titular o Deputado Zeca Dirceu, conforme Ofício nº 118/2024 Liderança da Federação Brasil da Esperança -CD. ([DCN de 25/04/2024, p. 11](#))
69. 24/04/2024: Designado como titular o Deputado Paulão, conforme Ofício nº 118/2024 Liderança da Federação Brasil da Esperança -CD. ([DCN de 25/04/2024, p. 11](#))



70. 24/04/2024: Designado como titular o Deputado Florentino Neto, conforme Ofício nº 118/2024 Liderança da Federação Brasil da Esperança -CD. ([DCN de 25/04/2024, p. 11](#))
71. 24/04/2024: Designado como titular o Deputado Orlando Silva, conforme Ofício nº 118/2024 Liderança da Federação Brasil da Esperança -CD. ([DCN de 25/04/2024, p. 11](#))
72. 24/04/2024: Designado como suplente o Deputado Merlong Solano, conforme Ofício nº 118/2024 Liderança da Federação Brasil da Esperança -CD. ([DCN de 25/04/2024, p. 11](#))
73. 24/04/2024: Designado como suplente o Deputado Clodoaldo Magalhães, conforme Ofício nº 118/2024 Liderança da Federação Brasil da Esperança -CD. ([DCN de 25/04/2024, p. 11](#))
74. 24/04/2024: Designado como titular o Deputado Lula da Fonte, em substituição ao Deputado Claudio Cajado (Ofício nº 60/2024 da Liderança do PP - CD). ([DCN de 25/04/2024, p. 12](#))
75. 24/04/2024: Designado como suplente o Deputado Claudio Cajado, em substituição ao Deputado Lula da Fonte (Ofício nº 60/2024 da Liderança do PP - CD). ([DCN de 25/04/2024, p. 12](#))
76. 06/05/2024: Designada como titular a Senadora Leila Barros, em vaga compartilhada entre o PDT e o PSDB, conforme Ofício nº 78/2024 da Liderança do PDT-SF, ratificado pelo Ofício nº 10/2024 da Liderança do PSDB-SF. ([DCN de 09/05/2024, p. 115](#))
77. 10/05/2024: Designado, como titular, o Deputado José Priante (Ofício nº 22/2024 da Liderança do MDB na Câmara dos Deputados). ([DCN de 16/05/2024, p. 371](#))
78. 10/05/2024: Designado, como titular, o Deputado Márcio Biolchi (Ofício nº 22/2024 da Liderança do MDB na Câmara dos Deputados). ([DCN de 16/05/2024, p. 371](#))
79. 10/05/2024: Designado, como titular, o Deputado Yury do Paredão (Ofício nº 22/2024 da Liderança do MDB na Câmara dos Deputados). ([DCN de 16/05/2024, p. 371](#))
80. 10/05/2024: Designado, como suplente, o Deputado Cobalchini (Ofício nº 22/2024 da Liderança do MDB na Câmara dos Deputados). ([DCN de 16/05/2024, p. 371](#))
81. 10/05/2024: Designado, como suplente, o Deputado Hercílio Coelho Diniz (Ofício nº 22/2024 da Liderança do MDB na Câmara dos Deputados). ([DCN de 16/05/2024, p. 371](#))
82. 10/05/2024: Designado, como suplente, o Deputado Ricardo Maia (Ofício nº 22/2024 da Liderança do MDB na Câmara dos Deputados). ([DCN de 16/05/2024, p. 371](#))
83. 14/05/2024: Designado, como suplente, o Deputado Reginaldo Lopes (Ofício nº 155/2024 da Liderança da Federação Brasil da Esperança). ([DCN de 16/05/2024, p. 374](#))
84. 14/05/2024: Designado, como suplente, o Deputado José Airton Félix Cirilo (Ofício nº 155/2024 da Liderança da Federação Brasil da Esperança). ([DCN de 16/05/2024, p. 374](#))
85. 14/05/2024: Designado, como suplente, o Deputado Nilto Tatto (Ofício nº 155/2024 da Liderança da Federação Brasil da Esperança). ([DCN de 16/05/2024, p. 374](#))
86. 14/05/2024: Designado, como titular, o Deputado Merlong Solano (Ofício nº 155/2024 da Liderança da Federação Brasil da Esperança). ([DCN de 16/05/2024, p. 374](#))
87. 14/05/2024: Designado, como titular, o Deputado Julio Cesar Ribeiro, em substituição ao Deputado Murilo Gaudino (Ofício nº 63/2024 da Liderança do Republicanos na Câmara dos Deputados). ([DCN de 16/05/2024, p. 376](#))
88. 14/05/2024: Designado, como suplente, o Deputado Murilo Galdino, em substituição ao Deputado Julio Cesar Ribeiro (Ofício nº 63/2024 da Liderança do Republicanos na Câmara dos Deputados). ([DCN de 16/05/2024, p. 376](#))
89. 04/06/2024: Designado como suplente o Senador Jorge Seif, conforme Ofício nº 22/2024 da Liderança do PL-SF. ([DCN de 06/06/2024, p. 47](#))
90. 05/06/2024: Designado como suplente o Senador Fernando Farias, conforme Ofício nº 52/2024 da Liderança do Bloco Democracia - SF. ([DCN de 06/06/2024, p. 52](#))
91. 11/12/2024: Designada como suplente a Deputada Detinha, conforme Ofício nº 506/2024 da Liderança do PL - CD. ([DCN de 12/12/2024, p. 10](#))
92. 11/12/2024: Designado como suplente o Deputado Tadeu Oliveira, conforme Ofício 501/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 12/12/2024, p. 9](#))

**Secretário:** Walbinson Tavares de Araújo

**Telefone(s):** 3216-6893

**E-mail:** cmo.decom@camara.leg.br

**Local:** Anexo II (Anexo Luís Magalhães) - Ala C Sala 12 - Térreo - Câmara dos Deputados



CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

**COORDENADOR:** Deputado Cobalchini (MDB-SC) <sup>(9)</sup>

**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PODEMOS	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS / PA)
PSD	Senador Angelo Coronel (PSD / BA)
PL	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS / RS)

**Câmara dos Deputados**

Bloco / Partido	Membros
PL	Deputado Fernando Rodolfo (PL)
PL	VAGO
AVANTE	Deputado Luis Tibé (AVANTE)
MDB	Deputado Cobalchini (MDB)
PSD	Deputado Zé Haroldo Cathedral (PSD)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)

**Notas:**

- Designado como Coordenador e membro do Comitê o Deputado Cobalchini, conforme Of. 113/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 122](#))
- Designado como membro do Comitê o Deputado Zé Haroldo Cathedral, conforme Of. 118/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 127](#))
- Designado como membro do Comitê o Deputado Fernando Rodolfo, conforme Of. 114/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 123](#))
- Designado como membro do Comitê o Deputado Orlando Silva, conforme Of. 117/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 126](#))
- Designado como membro do Comitê o Senador Zequinha Marinho, conforme Of. 120/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 129](#))
- Designado como membro do Comitê o Senador Angelo Coronel, conforme Of. 119/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 128](#))
- Designado como membro do Comitê o Senador Hamilton Mourão, conforme Of. 121/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 130](#))
- Designado como membro do Comitê o Deputado Luis Tibé, conforme Of. 116/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 125](#))
- 28/11/2024: Designado como coordenador o Deputado Cobalchini, conforme o Ofício nº 113/2024 da Presidência da CMO. ([DSF de 26/02/2015, p. 628](#); [DCN de 05/12/2024, p. 122](#))

Comitê de Avaliação da Receita - CAR

**COORDENADOR:** Deputado Domingos Sávio (PL-MG) <sup>(11)</sup>

**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senadora Leila Barros (PDT / DF)
PSB	Senador Jorge Kajuru (PSB / GO)
PL	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL / SP)

**Câmara dos Deputados**

Bloco / Partido	Membros
UNIÃO	Deputado Murillo Gouvea (UNIÃO)
PP	Deputado Claudio Cajado (PP)
MDB	Deputado Márcio Biolchi (MDB)
PSD	Deputada Laura Carneiro (PSD)
REPUBLICANOS	Deputado Adail Filho (REPUBLICANOS)
PL	Deputado Domingos Sávio (PL)
PSB	Deputado Jonas Donizette (PSB)

**Notas:**

- Designada como membro do Comitê a Senadora Leila Barros, conforme Of. 110/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 119](#))
- Designado como membro do Comitê o Senador Jorge Kajuru, conforme Of. 111/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 120](#))



3. Designado como membro do Comitê o Senador Astronauta Marcos Pontes, conforme Of. 112/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 121)
4. Designado como membro do Comitê o Deputado Murillo Gouvea, conforme Of. 109/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 118)
5. Designado como membro do Comitê o Deputado Claudio Cajado, conforme Of. 104/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 113)
6. Designado como membro do Comitê o Deputado Márcio Biolchi, conforme Of. 108/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 117)
7. Designada como membro do Comitê a Deputada Laura Carneiro, conforme Of. 107/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 116)
8. Designado como membro do Comitê o Deputado Adail Filho, conforme Of. 103/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 112)
9. Designado como Coordenador e membro do Comitê o Deputado Domingos Sávio, conforme Of. 105/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 114)
10. Designado como membro do Comitê o Deputado Jonas Donizette, conforme Of. 106/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 115)
11. 28/11/2024: Designado como coordenador o Deputado Domingos Sávio, conforme o Ofício nº 105 da Presidência da CMO. (DSF de 26/02/2015, p. 630; DCN de 05/12/2024, p. 114)

Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e  
Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

**COORDENADOR:** Deputado Lula da Fonte (PP-PE) <sup>(11)</sup>

**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
<b>MDB</b>	Senador Giordano (MDB / SP)
<b>PL</b>	Senador Marcos Rogério (PL / RO)
<b>PP</b>	Senador Ciro Nogueira (PP / PI)

**Câmara dos Deputados**

Bloco / Partido	Membros
<b>PP</b>	Deputado AJ Albuquerque (PP)
<b>PP</b>	Deputado Lula da Fonte (PP)
<b>UNIÃO</b>	Deputado Juninho do Pneu (UNIÃO)
<b>PSDB</b>	Deputado Beto Richa (PSDB)
<b>REPUBLICANOS</b>	Deputado Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS)
<b>PL</b>	Deputada Rosângela Reis (PL)
<b>PT</b>	Deputado Florentino Neto (PT)

**Notas:**

1. Designado como membro do Comitê o Senador Giordano, conforme Of. 100/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 109)
2. Designado como membro do Comitê o Senador Marcos Rogério, conforme Of. 102/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 111)
3. Designado como membro do Comitê o Senador Ciro Nogueira, conforme Of. 101/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 110)
4. Designado como membro do Comitê o Deputado Juninho do Pneu, conforme Of. 96/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 105)
5. Designado como membro do Comitê o Deputado AJ Albuquerque, conforme Of. 93/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 102)
6. Designado como Coordenador e membro do Comitê o Deputado Lula da Fonte, conforme Of. 97/2024/CMO e Of. 123/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 106)
7. Designado como membro do Comitê o Deputado Beto Richa, conforme Of. 94/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 103)
8. Designado como membro do Comitê o Deputado Julio Cesar Ribeiro, conforme Of. 95/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 104)
9. Designada como membro do Comitê a Deputada Rosângela Reis, conforme Of. 98/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 107)
10. Designado como membro do Comitê o Deputado Florentino Neto, conforme Of. 99/2024/CMO. (DCN de 05/12/2024, p. 108)
11. 28/11/2024: Designado como coordenador o Deputado Lula da Fonte, conforme Ofício nº 123/2024 da Presidência da CMO. (DSF de 26/02/2015, p. 630; DCN de 05/12/2024, p. 131)

Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

**COORDENADOR:** Deputado Rodrigo Cunha (-) <sup>(11)</sup>

**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
<b>PODEMOS</b>	Senador Rodrigo Cunha
<b>PT</b>	Senador Fabiano Contarato (PT / ES)
<b>PSD</b>	Senador Nelsinho Trad (PSD / MS)

**Câmara dos Deputados**



Bloco / Partido	Membros
UNIÃO	Deputada Fernanda Pessoa (UNIÃO)
PDT	Deputado Leo Prates (PDT)
MDB	Deputado José Priante (MDB)
PODEMOS	Deputado Sargento Portugal (PODEMOS)
PL	Deputado Cabo Gilberto Silva (PL)
PT	Deputado Waldenor Pereira (PT)
PSOL	Deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL)

Notas:

- Designado como membro do Comitê o Senador Nelsinho Trad, conforme Of. 90/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 99](#))
- Designado como membro do Comitê o Senador Fabiano Contarato, conforme Of. 91/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 100](#))
- Designado como Coordenador e membro do Comitê o Senador Rodrigo Cunha, conforme Of. 92/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 101](#))
- Designado como membro do Comitê o Deputado Cabo Gilberto Silva, conforme Of. 83/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 92](#))
- Designado como membro do Comitê o Deputado Waldenor Pereira, conforme Of. 89/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 98](#))
- Designada como membro do Comitê a Deputada Fernanda Pessoa, conforme Of. 84/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 93](#))
- Designado como membro do Comitê o Deputado José Priante, conforme Of. 85/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 94](#))
- Designado como membro do Comitê o Deputado Leo Prates, conforme Of. 86/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 95](#))
- Designado como membro do Comitê o Deputado Sargento Portugal, conforme Of. 88/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 97](#))
- Designada como membro do Comitê a Deputada Professora Luciene Cavalcante, conforme Of. 87/2024/CMO. ([DCN de 05/12/2024, p. 96](#))
- 28/11/2024: Designado como coordenador o Senador Rodrigo Cunha, conforme Ofício nº 92/2024 da Presidência da CMO. ([DSF de 26/02/2015, p. 632](#); [DCN de 05/12/2024, p. 101](#))



## Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**SENADO FEDERAL**

**Secretário:** Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

**Telefone(s):** 3303-4256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



## Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal  
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

**Designação:** 02/06/2023

**Instalação:** 28/06/2023

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

### Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário:** Ricardo Moreira Maia

**Telefone(s):** 33034256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



**Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas**

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 21/09/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário:** Paula de Araújo Pinto Teixeira**Telefone(s):** 6133034256**E-mail:** cocm@senado.leg.br



**Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher**

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Finalidade:** Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 30/08/2023**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário:** Gigliola Ansiliero**Telefone(s):** 61 3303-3504**E-mail:** cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos  
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Finalidade:** A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

**Número de membros:** 3 Senadores e 5 Deputados

**Designação:** 05/06/2019

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário:** Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

**Telefone(s):** 3303-4256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



### Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

**Finalidade:** Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

#### Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário:** Tiago Torres de Lima Brum

**Telefone(s):** 3303-4256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

CMMPV 1239/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1239, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1239, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (21,43)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	



TITULARES	SUPLENTE
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA <sup>(22)</sup>	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ <sup>(23)</sup>	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
<b>Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE</b>	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(27,39)</sup>	1. VAGO <sup>(29,41)</sup>
VAGO <sup>(28,40)</sup>	2. VAGO <sup>(30,42)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Alice Portugal - PCdoB/BA <sup>(33)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(32)</sup>	2. Merlong Solano - PT/PI <sup>(34)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Fernanda Melchionna - PSOL/RS <sup>(36)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Tabata Amaral - SP <sup>(38)</sup>

**Notas:**

- 11/07/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designada a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/07/2024: Designada a Deputada Tabata Amaral, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 05/08/2024: Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a Comissão (Ofício nº 359/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 08/08/2024, p. 20](#))
- 05/08/2024: Deputado Giovani Cherini deixa de compor a Comissão (Ofício nº 359/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 08/08/2024, p. 20](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



41. 05/08/2024: Deputada Julia Zanatta deixa de compor a Comissão (Ofício nº 359/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 08/08/2024, p. 20](#))
42. 05/08/2024: Deputado Coronel Meira deixa de compor a Comissão (Ofício nº 359/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 08/08/2024, p. 20](#))
43. 15/07/2024: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício nº 38/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF). ([DCN de 18/07/2024, p. 11](#))



CMMPV 1240/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1240, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1240, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (20,44)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (21,43)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
VAGO (27,39)	1. VAGO (29,41)
VAGO (28,40)	2. VAGO (30,42)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (31)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (33)
Erika Kokay - PT/DF (32)	2. Merlong Solano - PT/PI (34)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (35)	1. Fernanda Melchionna - PSOL/RS (36)
PSB	
Gervásio Maia - PB (37)	1. Tabata Amaral - SP (38)

Notas:

1. 12/07/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 12/07/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 12/07/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 12/07/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 12/07/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 12/07/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 12/07/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 12/07/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 12/07/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 12/07/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 12/07/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 12/07/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 12/07/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 12/07/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 12/07/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 12/07/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 12/07/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 12/07/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 12/07/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 12/07/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 12/07/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 12/07/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 12/07/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 12/07/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 12/07/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 12/07/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 12/07/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 12/07/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 12/07/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 12/07/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 12/07/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 12/07/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 12/07/2024: Designada a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 12/07/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 12/07/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 12/07/2024: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 12/07/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 12/07/2024: Designada a Deputada Tabata Amaral, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 05/08/2024: Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a Comissão (Ofício nº 360/2024 da Liderança do PL - CD) ([DCN de 08/08/2024, p. 21](#))
40. 05/08/2024: Deputado Giovani Cherini deixa de compor a Comissão (Ofício nº 360/2024 da Liderança do PL - CD) ([DCN de 08/08/2024, p. 21](#))
41. 05/08/2024: Deputada Julia Zanatta deixa de compor a Comissão (Ofício nº 360/2024 da Liderança do PL - CD) ([DCN de 08/08/2024, p. 21](#))
42. 05/08/2024: Deputado Coronel Meira deixa de compor a Comissão (Ofício nº 360/2024 da Liderança do PL - CD)
43. 15/07/2024: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício nº 38/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF). ([DCN de 18/07/2024, p. 11](#))





44. 15/07/2024: Designado como titular o Senador Hamilton Mourão, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício nº 38/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF). ([DCN de 18/07/2024, p. 11](#))



CMMPV 1242/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1242, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1242, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (20,40)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (21,39)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
<b>Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE</b>	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(27,42)</sup>	1. VAGO <sup>(29,43)</sup>
Giovani Cherini - RS <sup>(28)</sup>	2. VAGO <sup>(30,41)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Alice Portugal - PCdoB/BA <sup>(33)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(32)</sup>	2. Merlong Solano - PT/PI <sup>(34)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Fernanda Melchionna - PSOL/RS <sup>(36)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Tabata Amaral - SP <sup>(38)</sup>

**Notas:**

- 16/07/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designada a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designada a Deputada Tabata Amaral, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/07/2024: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício nº 39/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF). ([DCN de 18/07/2024, p. 22](#))
- 16/07/2024: Designado como titular o Senador Hamilton Mourão, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício nº 39/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF). ([DCN de 18/07/2024, p. 22](#))
- 05/08/2024: Deputado Coronel Meira deixa de compor a Comissão (Ofício nº 361/2024 da Liderança do PL - CD) ([DCN de 08/08/2024, p. 22](#))
- 05/08/2024: Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a Comissão (Ofício nº 361/2024 da Liderança do PL - CD) ([DCN de 08/08/2024, p. 22](#))
- 05/08/2024: Deputada Julia Zanatta deixa de compor a Comissão (Ofício nº 361/2024 da Liderança do PL - CD) ([DCN de 08/08/2024, p. 22](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



CMMPV 1247/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1247, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1247, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Luis Carlos Heinze - PP/RS (19,42)	1. VAGO
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (20)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
<b>Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE</b>	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
Bosco Costa <sup>(27,39,43)</sup>	1. VAGO <sup>(29,40)</sup>
Giovani Cherini - RS <sup>(28)</sup>	2. VAGO <sup>(30,41)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Alice Portugal - PCdoB/BA <sup>(33)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(32)</sup>	2. Merlong Solano - PT/PI <sup>(34)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Fernanda Melchionna - PSOL/RS <sup>(36)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Tabata Amaral - SP <sup>(38)</sup>

**Notas:**

- 02/08/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado como titular o Senador Hamilton Mourão, conforme nº 43/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 02/08/2024: Designada como suplente a Senadora Damare Alves, conforme nº 43/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 02/08/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designada a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 02/08/2024: Designada a Deputada Tabata Amaral, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 05/08/2024: Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a Comissão (Ofício nº 363/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 08/08/2024, p. 24](#))
- 05/08/2024: Deputada Julia Zanatta deixa de compor a Comissão (Ofício nº 363/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 08/08/2024, p. 24](#))
- 05/08/2024: Deputado Coronel Meira deixa de compor a Comissão (Ofício nº 363/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 08/08/2024, p. 24](#))
- 07/08/2024: Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício nº 46/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF). ([DCN de 08/08/2024, p. 27](#))
- 08/08/2024: Designado como titular o Deputado Bosco Costa, conforme Ofício nº 364/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 15/08/2024, p. 38](#))



CMMPV 1249/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1249, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1249, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Laércio Oliveira - PP/SE (19,40)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (21,39)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
VAGO (27,41)	1. VAGO (29,43)
VAGO (28,42)	2. VAGO (30,44)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (31)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (33)
Erika Kokay - PT/DF (32)	2. Merlong Solano - PT/PI (34)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (35)	1. Fernanda Melchionna - PSOL/RS (36)
PSB	
Gervásio Maia - PB (37)	1. Tabata Amaral - SP (38)

Notas:

1. 07/08/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 07/08/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 07/08/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 07/08/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 07/08/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 07/08/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 07/08/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 07/08/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 07/08/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 07/08/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 07/08/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 07/08/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 07/08/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 07/08/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 07/08/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 07/08/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 07/08/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 07/08/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 07/08/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 07/08/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 07/08/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 07/08/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 07/08/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 07/08/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 07/08/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 07/08/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 07/08/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 07/08/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 07/08/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 07/08/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 07/08/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 07/08/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 07/08/2024: Designada a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 07/08/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 07/08/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 07/08/2024: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 07/08/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 07/08/2024: Designada a Deputada Tabata Amaral, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 07/08/2024: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício nº 45/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF). ([DCN de 08/08/2024, p. 26](#))
40. 07/08/2024: Designado como titular o Senador Laércio Oliveira, em substituição à Senadora Tereza Cristina (Ofício nº 47/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF). ([DCN de 08/08/2024, p. 28](#))
41. 13/08/2024: O Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a comissão (Ofício nº 367/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 15/08/2024, p. 39](#))
42. 13/08/2024: O Deputado Giovani Cherini deixa de compor a comissão (Ofício nº 367/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 15/08/2024, p. 39](#))
43. 13/08/2024: A Deputada Julia Zanatta deixa de compor a comissão (Ofício nº 367/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 15/08/2024, p. 39](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



44. 13/08/2024: O Deputado Coronel Meira deixa de compor a comissão (Ofício nº 367/2024 da Liderança do PL -CD). ([PCN de 15/08/2024, p. 39](#))





CMMPV 1250/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1250, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1250, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Luis Carlos Heinze - PP/RS (19)	1. Esperidião Amin - PP/SC (21)
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (20)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (22)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (23)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (24)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (25)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (26)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (27)	3. VAGO
PL	
VAGO (28,40)	1. VAGO (30,41)
Giovani Cherini - RS (29)	2. VAGO (31,42)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (32)	1. Alice Portugal - PCdoB/BA (34)
Erika Kokay - PT/DF (33)	2. Merlong Solano - PT/PI (35)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (36)	1. Fernanda Melchionna - PSOL/RS (37)
PSB	
Gervásio Maia - PB (38)	1. Tabata Amaral - SP (39)

Notas:

1. 09/08/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 09/08/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 09/08/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 09/08/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 09/08/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 09/08/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 09/08/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 09/08/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 09/08/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 09/08/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 09/08/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 09/08/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 09/08/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 09/08/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 09/08/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 09/08/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 09/08/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 09/08/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 09/08/2024: Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze, conforme Ofício nº 48/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
20. 09/08/2024: Designado como titular o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 48/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
21. 09/08/2024: Designado como suplente o Senador Esperidião Amin, conforme Ofício nº 48/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
22. 09/08/2024: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 48/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
23. 09/08/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 09/08/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 09/08/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 09/08/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 09/08/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 09/08/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 09/08/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 09/08/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 09/08/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 09/08/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 09/08/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 09/08/2024: Designada a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 09/08/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 09/08/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 09/08/2024: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 09/08/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 09/08/2024: Designada a Deputada Tabata Amaral, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
40. 13/08/2024: O Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a comissão (Ofício nº 368/2024 da Liderança do PL -CD). (DCN de 15/08/2024, p. 40)
41. 13/08/2024: A Deputada Julia Zanatta deixa de compor a comissão (Ofício nº 368/2024 da Liderança do PL -CD). (DCN de 15/08/2024, p. 40)
42. 13/08/2024: O Deputado Coronel Meira deixa de compor a comissão (Ofício nº 368/2024 da Liderança do PL -CD). (DCN de 15/08/2024, p. 40)



CMMPV 1251/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1251, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1251, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

**Designação:** 12/08/2024

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )</b>	
Otto Alencar - PSD/BA <sup>(1)</sup>	1. Lucas Barreto - PSD/AP <sup>(5)</sup>
Omar Aziz - PSD/AM <sup>(2)</sup>	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA <sup>(3)</sup>	3. Teresa Leitão - PT/PE <sup>(6)</sup>
Jorge Kajuru - PSB/GO <sup>(4)</sup>	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )</b>	
Eduardo Braga - MDB/AM <sup>(7)</sup>	1. Confúcio Moura - MDB/RO <sup>(10)</sup>
Marcelo Castro - MDB/PI <sup>(8)</sup>	2. Giordano - MDB/SP <sup>(11)</sup>
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO <sup>(9)</sup>	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP <sup>(12)</sup>
Carlos Portinho - PL/RJ <sup>(13)</sup>	1. Izalci Lucas - PL/DF <sup>(15)</sup>
Jorge Seif - PL/SC <sup>(14)</sup>	2. Jaime Bagattoli - PL/RO <sup>(16)</sup>
Rodrigo Cunha <sup>(17)</sup>	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN <sup>(18)</sup>
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Castellar Neto <sup>(19)</sup>	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR <sup>(20)</sup>	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS <sup>(21)</sup>

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD</b>	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA <sup>(22)</sup>	1. VAGO
VAGO	2. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
Doutor Luizinho - PP/RJ <sup>(23)</sup>	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
PL	
Luiz Lima - RJ <sup>(27)</sup>	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(28)</sup>	1. Alice Portugal - PCdoB/BA <sup>(30)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(29)</sup>	2. Merlong Solano - PT/PI <sup>(31)</sup>
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(32)</sup>	1. Fernanda Melchionna - PSOL/RS <sup>(33)</sup>
PSB	
Gervásio Maia - PB <sup>(35)</sup>	1. Tabata Amaral - SP <sup>(34)</sup>

- Notas:**
- 12/08/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado como titular o Senador Castellar Neto, conforme Ofício nº 49/2024 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF.
  - 12/08/2024: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 49/2024 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF.
  - 12/08/2024: Designado como suplente o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 49/2024 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF.
  - 12/08/2024: Designado o Senador Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado como titular o Deputado Luiz Lima, conforme o Ofício nº 365/2024 da Liderança do PL - CD.
  - 12/08/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designada a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designada a Deputada Tabata Amaral, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 12/08/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.



CMMPV 1255/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1255, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1255, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
<b>Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE</b>	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(27,39)</sup>	1. VAGO <sup>(29,41)</sup>
VAGO <sup>(28,40)</sup>	2. VAGO <sup>(30,42)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Merlong Solano - PT/PI <sup>(33)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(32)</sup>	2. Helder Salomão - PT/ES <sup>(34)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Célia Xakriabá - PSOL/MG <sup>(36)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Duarte Jr. - MA <sup>(38)</sup>

**Notas:**

- 29/08/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 53/2024 da Liderança do Bloco Aliança ? SF.
- 29/08/2024: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 53/2024 da Liderança do Bloco Aliança ? SF.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designada a Deputada Célia Xakriabá, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 29/08/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 09/09/2024: O Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a comissão. (Ofício nº 385/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 12/09/2024, p. 9](#))
- 09/09/2024: O Deputado Giovani Cherini deixa de compor a comissão. (Ofício nº 385/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 12/09/2024, p. 9](#))
- 09/09/2024: A Deputada Julia Zanatta deixa de compor a comissão. (Ofício nº 385/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 12/09/2024, p. 9](#))
- 09/09/2024: O Deputado Coronel Meira deixa de compor a comissão. (Ofício nº 385/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 12/09/2024, p. 9](#))



CMMPV 1259/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1259, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1259, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (16)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (4)
Omar Aziz - PSD/AM (1)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (2)	3. Teresa Leitão - PT/PE (5)
Jorge Kajuru - PSB/GO (3)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (6)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (9)
Marcelo Castro - MDB/PI (7)	2. Giordano - MDB/SP (10)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (8)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (11)
Carlos Portinho - PL/RJ (12)	1. Izalci Lucas - PL/DF (14)
Jorge Seif - PL/SC (13)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (15)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
<b>Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE</b>	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(27,39)</sup>	1. VAGO <sup>(29,41)</sup>
VAGO <sup>(28,40)</sup>	2. VAGO <sup>(30,42)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Merlong Solano - PT/PI <sup>(33)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(32)</sup>	2. Helder Salomão - PT/ES <sup>(34)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP <sup>(36)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Duarte Jr. - MA <sup>(38)</sup>

**Notas:**

- 24/09/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 54/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 24/09/2024: Designado como suplente o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 54/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/09/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 25/09/2024: Desligado da comissão o Deputado Altineu Côrtes, conforme Ofício nº 399/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 26/09/2024, p. 27](#))
- 25/09/2024: Desligado da comissão o Deputado Giovani Cherini, conforme Ofício nº 399/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 26/09/2024, p. 27](#))
- 25/09/2024: Desligada da comissão a Deputada Julia Zanatta, conforme Ofício nº 399/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 26/09/2024, p. 27](#))
- 25/09/2024: Desligado da comissão o Deputado Coronel Meira, conforme Ofício nº 399/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 26/09/2024, p. 27](#))



CMMPV 1261/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1261, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1261, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
VAGO (27,39)	1. VAGO (29,41)
VAGO (28,40)	2. VAGO (30,42)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (31)	1. Merlong Solano - PT/PI (33)
Erika Kokay - PT/DF (32)	2. Helder Salomão - PT/ES (34)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (35)	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP (36)
PSB	
Gervásio Maia - PB (37)	1. Duarte Jr. - MA (38)

Notas:

1. 04/10/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 04/10/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 04/10/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 04/10/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 04/10/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 04/10/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 04/10/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 04/10/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 04/10/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 04/10/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 04/10/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 04/10/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 04/10/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 04/10/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 04/10/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 04/10/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 04/10/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 04/10/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 04/10/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 04/10/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 04/10/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 04/10/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 04/10/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 04/10/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 04/10/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 04/10/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 04/10/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 04/10/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 04/10/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 04/10/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 04/10/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 04/10/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 04/10/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 04/10/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 04/10/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 04/10/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 04/10/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 04/10/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 07/10/2024: Desligado da comissão o Deputado Altineu Côrtes, conforme Ofício nº 402/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 10/10/2024, p. 16](#))
40. 07/10/2024: Desligado da comissão o Deputado Giovani Cherini, conforme Ofício nº 402/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 10/10/2024, p. 16](#))
41. 07/10/2024: Desligada da comissão a Deputada Julia Zanatta, conforme Ofício nº 402/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 10/10/2024, p. 16](#))
42. 07/10/2024: Desligado da comissão o Deputado Coronel Meira, conforme Ofício nº 402/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 10/10/2024, p. 16](#))



CMMPV 1262/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1262, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1262, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (21,43)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTEs
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
PL	
VAGO <sup>(27,39)</sup>	1. VAGO <sup>(29,41)</sup>
VAGO <sup>(28,40)</sup>	2. VAGO <sup>(30,42)</sup>
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Merlong Solano - PT/PI <sup>(33)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(32)</sup>	2. Helder Salomão - PT/ES <sup>(34)</sup>
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP <sup>(36)</sup>
PSB	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Duarte Jr. - MA <sup>(38)</sup>

Notas:

1. 07/10/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 07/10/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 07/10/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 07/10/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 07/10/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 07/10/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 07/10/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 07/10/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 07/10/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 07/10/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 07/10/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 07/10/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 07/10/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 07/10/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 07/10/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 07/10/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 07/10/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 07/10/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 07/10/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 07/10/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 07/10/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 07/10/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 07/10/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 07/10/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 07/10/2024: Designado o Deputado Antônio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 07/10/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 07/10/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 07/10/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 07/10/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 07/10/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 07/10/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 07/10/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 07/10/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 07/10/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 07/10/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 07/10/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 07/10/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 07/10/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 08/10/2024: Desligado da comissão o Deputado Altineu Côrtes, conforme Ofício nº 403/2024 da Liderança do PL-CD. [\(DCN de 10/10/2024, p. 17\)](#)
40. 08/10/2024: Desligado da comissão o Deputado Giovani Cherini, conforme Ofício nº 403/2024 da Liderança do PL-CD. [\(DCN de 10/10/2024, p. 17\)](#)
41. 08/10/2024: Desligada da comissão a Deputada Julia Zanatta, conforme Ofício nº 403/2024 da Liderança do PL-CD. [\(DCN de 10/10/2024, p. 17\)](#)
42. 08/10/2024: Desligado da comissão o Deputado Coronel Meira, conforme Ofício nº 403/2024 da Liderança do PL-CD. [\(DCN de 10/10/2024, p. 17\)](#)
43. 08/10/2024: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício nº 56/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF). [\(DCN de 10/10/2024, p. 18\)](#)



CMMPV 1263/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1263, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1263, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Zenaide Maia - PSD/RN (1,48)	1. VAGO (5,42)
VAGO (2,39)	2. VAGO
VAGO (3,40)	3. VAGO (6,43)
VAGO (4,41)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (17)	1. Rodrigo Cunha - PP/MS (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
VAGO (27,44)	1. VAGO (33,46)
VAGO (28,45)	2. VAGO (30,47)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (31)	1. Merlong Solano - PT/PI (29)
Erika Kokay - PT/DF (32)	2. Helder Salomão - PT/ES (34)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (35)	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP (36)
PSB	
Gervásio Maia - PB (37)	1. Duarte Jr. - MA (38)

Notas:

1. 10/10/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 10/10/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 10/10/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 10/10/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 10/10/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 10/10/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 10/10/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 10/10/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 10/10/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 10/10/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 10/10/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 10/10/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 10/10/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 10/10/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 10/10/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 10/10/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 10/10/2024: Designado como titular o Senador Zequinha Marinho, conforme Ofício nº 105/2024 da Liderança do Podemos ? SF.
18. 10/10/2024: Designado como suplente o Senador Rodrigo Cunha, conforme Ofício nº 105/2024 da Liderança do Podemos ? SF.
19. 10/10/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 10/10/2024: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 56/2024 da Liderança do Bloco Aliança ? SF.
21. 10/10/2024: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 56/2024 da Liderança do Bloco Aliança ? SF.
22. 10/10/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 10/10/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 10/10/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 10/10/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 10/10/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 10/10/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 10/10/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 10/10/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 10/10/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 10/10/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 10/10/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 10/10/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 10/10/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 10/10/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 10/10/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 10/10/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 10/10/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 16/10/2024: O Senador Omar Aziz, deixa de compor a comissão. (Ofício nº 67/2024 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF). ([DCN de 17/10/2024, p. 16](#))
40. 16/10/2024: O Senador Beto Faro, deixa de compor a comissão. (Ofício nº 67/2024 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF). ([DCN de 17/10/2024, p. 16](#))
41. 16/10/2024: O Senador Jorge Kajuru, deixa de compor a comissão. (Ofício nº 67/2024 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF). ([DCN de 17/10/2024, p. 16](#))



42. 16/10/2024: O Senador Lucas Barreto, deixa de compor a comissão. (Ofício nº 67/2024 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF). ([DCN de 17/10/2024, p. 16](#))
43. 16/10/2024: A Senadora Teresa Leitão, deixa de compor a comissão. (Ofício nº 67/2024 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF). ([DCN de 17/10/2024, p. 16](#))
44. 14/10/2024: O Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a comissão (Ofício nº 415/2024 da Liderança do PL -CD).
45. 14/10/2024: O Deputado Giovani Cherini deixa de compor a comissão (Ofício nº 415/2024 da Liderança do PL -CD).
46. 14/10/2024: A Deputada Julia Zanatta deixa de compor a comissão (Ofício nº 415/2024 da Liderança do PL -CD).
47. 14/10/2024: O Deputado Coronel Meira deixa de compor a comissão (Ofício nº 415/2024 da Liderança do PL -CD).
48. 16/10/2024: Designada como titular a Senadora Zenaide Maia, em substituição ao Senador Otto Alencar. (Ofício nº 67/2024 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF). ([DCN de 17/10/2024, p. 16](#))



CMMPV 1266/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1266, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1266, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (20)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO





TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
<b>Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE</b>	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(27,42)</sup>	1. VAGO <sup>(29,40)</sup>
VAGO <sup>(28,39)</sup>	2. VAGO <sup>(30,41)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Merlong Solano - PT/PI <sup>(33)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(32)</sup>	2. Helder Salomão - PT/ES <sup>(34)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP <sup>(36)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Duarte Jr. - MA <sup>(38)</sup>

**Notas:**

- 17/10/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 58/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 24/10/2024, p. 29](#))
- 17/10/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 58/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 24/10/2024, p. 29](#))
- 17/10/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/10/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/10/2024: O Deputado Giovani Cherini, deixa de compor a comissão (Ofício nº 426/2024 da Liderança do PL-CD). ([DCN de 24/10/2024, p. 38](#))
- 22/10/2024: A Deputada Julia Zanatta, deixa de compor a comissão (Ofício nº 426/2024 da Liderança do PL-CD). ([DCN de 24/10/2024, p. 38](#))
- 22/10/2024: O Deputado Coronel Meira, deixa de compor a comissão (Ofício nº 426/2024 da Liderança do PL-CD). ([DCN de 24/10/2024, p. 38](#))
- 22/10/2024: O Deputado Altineu Côrtes, deixa de compor a comissão (Ofício nº 426/2024 da Liderança do PL-CD).



CMMPV 1267/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1267, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1267, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Sergio Moro - UNIÃO/PR (9,43)	3. Alan Rick - UNIÃO/AC (12,44)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Laércio Oliveira - PP/SE (19)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
VAGO (27,39)	1. VAGO (29,40)
VAGO (28,42)	2. VAGO (30,41)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (31)	1. Merlong Solano - PT/PI (33)
Erika Kokay - PT/DF (32)	2. Helder Salomão - PT/ES (34)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (35)	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP (36)
PSB	
Gervásio Maia - PB (37)	1. Duarte Gonçalves Jr - PSD/BA (38)

Notas:

1. 23/10/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 23/10/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 23/10/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 23/10/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 23/10/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 23/10/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 23/10/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 23/10/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 23/10/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 23/10/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 23/10/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 23/10/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 23/10/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 23/10/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 23/10/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 23/10/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 23/10/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 23/10/2024: Designado o Senador Styvensom Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 23/10/2024: Designado o Senador Laércio Oliveira, conforme Ofício nº 61/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 24/10/2024, p. 34](#))
20. 23/10/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 61/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 24/10/2024, p. 34](#))
21. 23/10/2024: Designada a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 61/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 24/10/2024, p. 34](#))
22. 23/10/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 23/10/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 23/10/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 23/10/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 23/10/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 23/10/2024: Designado o Deputado Altineu Cortês, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 23/10/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 23/10/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 23/10/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 23/10/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 23/10/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 23/10/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 23/10/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 23/10/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 23/10/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 23/10/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 23/10/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 18/11/2024: O Deputado Altineu Côrtes, deixa de compor a comissão (Ofício nº 458/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 12](#))
40. 18/11/2024: A Deputada Julia Zanatta, deixa de compor a comissão (Ofício nº 458/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 12](#))
41. 18/11/2024: O Deputado Coronel Meira, deixa de compor a comissão (Ofício nº 458/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 12](#))
42. 18/11/2024: O Deputado Giovani Cherini, deixa de compor a comissão (Ofício nº 458/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 12](#))
43. 24/10/2024: Designado como titular o Senador Sergio Moro, em substituição ao Senador Efraim Filho (Ofício nº 106/2024 da Liderança Bloco da Democracia - SF). ([DCN de 24/10/2024, p. 40](#))



44. 24/10/2024: Designado como Suplente o Senador Alan Rick, em substituição a Senadora Professora Dorinha Seabra (Ofício nº 106/2024 da Liderança Bloco da Democracia - SF). ([DCN de 24/10/2024, p. 40](#))



CMMPV 1271/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1271, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1271, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (17)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (21)
Omar Aziz - PSD/AM (18)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (19)	3. Teresa Leitão - PT/PE (22)
Jorge Kajuru - PSB/GO (20)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (23)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (26)
Marcelo Castro - MDB/PI (24)	2. Giordano - MDB/SP (28)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (25)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (27)
Carlos Portinho - PL/RJ (29)	1. Izalci Lucas - PL/DF (31)
Jorge Seif - PL/SC (30)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (32)
Rodrigo Cunha (33)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (34)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
VAGO (35)	1. VAGO (37)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (36)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (38)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (1)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (2)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
<b>Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE</b>	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(3)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(4)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(5)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(6,39)</sup>	1. VAGO <sup>(8,41)</sup>
VAGO <sup>(7,40)</sup>	2. VAGO <sup>(9,42)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(10)</sup>	1. Merlong Solano - PT/PI
Erika Kokay - PT/DF <sup>(11)</sup>	2. Helder Salomão - PT/ES <sup>(12)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(13)</sup>	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP <sup>(14)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(15)</sup>	1. Duarte Jr. - MA <sup>(16)</sup>

**Notas:**

- 30/10/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 30/10/2024: Vago por indicação do Ofício nº 62/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 30/10/2024: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 62/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 30/10/2024: Vago por indicação do Ofício nº 62/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 30/10/2024: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 62/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 18/11/2024: O Deputado Altineu Côrtes, deixa de compor a comissão (Ofício nº 459/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 13](#))
- 18/11/2024: O Deputado Giovani Cherini, deixa de compor a comissão (Ofício nº 459/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 13](#))
- 18/11/2024: A Deputada Julia Zanatta, deixa de compor a comissão (Ofício nº 459/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 13](#))
- 18/11/2024: O Deputado Coronel Meira, deixa de compor a comissão (Ofício nº 459/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 13](#))



CMMPV 1272/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1272, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1272, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (18)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (22)
Omar Aziz - PSD/AM (19)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (20)	3. Teresa Leitão - PT/PE (23)
Jorge Kajuru - PSB/GO (21)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (24)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (27)
Marcelo Castro - MDB/PI (25)	2. Giordano - MDB/SP (28)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (26)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (29)
Carlos Portinho - PL/RJ (30)	1. Izalci Lucas - PL/DF (32)
Jorge Seif - PL/SC (31)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (33)
Rodrigo Cunha (34)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (35)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Luis Carlos Heinze - PP/RS (36)	1. VAGO (38)
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (37)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (39)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (16)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (17)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (13)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (14)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (15)	3. VAGO
PL	
VAGO (9,40)	1. VAGO (11,41)
Giovani Cherini - RS (10)	2. VAGO (12,42)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (6)	1. Merlong Solano - PT/PI (7)
Erika Kokay - PT/DF (5)	2. Helder Salomão - PT/ES (8)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (3)	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP (4)
PSB	
Gervásio Maia - PB (2)	1. Duarte Jr. - MA (1)

- Notas:**
- 30/10/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
  - 30/10/2024: Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze, conforme Ofício nº 62/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
  - 30/10/2024: Designado como titular o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 62/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
  - 30/10/2024: Vago por indicação do Ofício nº 62/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
  - 30/10/2024: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 62/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
  - 18/11/2024: O Deputado Altineu Côrtes, deixa de compor a comissão (Ofício nº 460/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 14](#))
  - 18/11/2024: A Deputada Julia Zanatta, deixa de compor a comissão (Ofício nº 460/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 14](#))
  - 18/11/2024: O Deputado Coronel Meira, deixa de compor a comissão (Ofício nº 460/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 14](#))





CMMPV 1273/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1273, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1273, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Omar Aziz - PSD/AM (1)	1. VAGO
Lucas Barreto - PSD/AP (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (5)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. Flávio Arns - PSB/PR (6)
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (9)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Damarens Alves - REPUBLICANOS/DF (20,39)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
VAGO (27,40)	1. VAGO (29,42)
VAGO (28,41)	2. VAGO (30,43)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (31)	1. Merlong Solano - PT/PI (33)
Erika Kokay - PT/DF (32)	2. Helder Salomão - PT/ES (34)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (35)	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP (36)
PSB	
Gervásio Maia - PB (37)	1. Duarte Jr. - MA (38)

Notas:

1. 19/11/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 19/11/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 19/11/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 19/11/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 19/11/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 19/11/2024: Designado o Senador Flávio Arns, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 19/11/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 19/11/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 19/11/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 19/11/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 19/11/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 19/11/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 19/11/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 19/11/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 19/11/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 19/11/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 19/11/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 19/11/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 19/11/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 19/11/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 19/11/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 19/11/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 19/11/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 19/11/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 19/11/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 19/11/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 19/11/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 19/11/2024: Designado o Deputado Bibi Nunes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 19/11/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 19/11/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 19/11/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 19/11/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 19/11/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 19/11/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 19/11/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 19/11/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 19/11/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 19/11/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 19/11/2024: Designada a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 65/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 21/11/2024, p. 15](#))
40. 21/11/2024: O Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a comissão (Ofício nº 464/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 16](#))
41. 21/11/2024: O Deputado Bibi Nunes deixa de compor a comissão (Ofício nº 464/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 16](#))
42. 21/11/2024: A Deputada Julia Zanatta deixa de compor a comissão (Ofício nº 464/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 16](#))
43. 21/11/2024: O Deputado Coronel Meira deixa de compor a comissão (Ofício nº 464/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 16](#))



CMMPV 1274/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1274, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1274, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Omar Aziz - PSD/AM (1)	1. VAGO
Lucas Barreto - PSD/AP (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (5)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. Flávio Arns - PSB/PR (6)
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (9)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Dameres Alves - REPUBLICANOS/DF (20)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
VAGO (27,40)	1. VAGO (29,42)
VAGO (28,41)	2. VAGO (30,39)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (31)	1. Merlong Solano - PT/PI (33)
Erika Kokay - PT/DF (32)	2. Helder Salomão - PT/ES (34)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (35)	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP (36)
PSB	
Gervásio Maia - PB (37)	1. Duarte Jr. - MA (38)

Notas:

1. 26/11/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 26/11/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 26/11/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 26/11/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 26/11/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 26/11/2024: Designado o Senador Flávio Arns, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 26/11/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 26/11/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 26/11/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 26/11/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 26/11/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 26/11/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 26/11/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 26/11/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 26/11/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 26/11/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 26/11/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 26/11/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 26/11/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 26/11/2024: Designada como titular a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 66/2024 Liderança do Bloco Aliança - SF. (DCN de 28/11/2024, p. 13)
21. 26/11/2024: Designado como suplente o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 66/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. (DCN de 28/11/2024, p. 13)
22. 26/11/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 26/11/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 26/11/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 26/11/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 26/11/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 26/11/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 26/11/2024: Designado o Deputado Bibó Nunes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 26/11/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 26/11/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 26/11/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 26/11/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 26/11/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 26/11/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 26/11/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 26/11/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 26/11/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 26/11/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 27/11/2024: O Deputado Coronel Meira deixa de compor a comissão (Ofício nº 476/2024 da Liderança do PL - CD). (DCN de 28/11/2024, p. 21)
40. 27/11/2024: O Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a comissão (Ofício nº 476/2024 da Liderança do PL - CD). (DCN de 28/11/2024, p. 21)
41. 27/11/2024: O Deputado Bibó Nunes deixa de compor a comissão (Ofício nº 476/2024 da Liderança do PL - CD). (DCN de 28/11/2024, p. 21)
42. 27/11/2024: A Deputada Julia Zanatta deixa de compor a comissão (Ofício nº 476/2024 da Liderança do PL - CD). (DCN de 28/11/2024, p. 21)



CMMPV 1276/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1276, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1276, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Omar Aziz - PSD/AM (1)	1. VAGO
Lucas Barreto - PSD/AP (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (5)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. Flávio Arns - PSB/PR (6)
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (9)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
VAGO (27)	1. VAGO (29,40)
VAGO (28,39)	2. VAGO (30,41)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (31)	1. Merlong Solano - PT/PI (33)
Erika Kokay - PT/DF (32)	2. Helder Salomão - PT/ES (34)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (35)	1. Pastor Henrique Vieira - PSOL/RJ (36)
PSB	
Gervásio Maia - PB (37)	1. Duarte Jr. - MA (38)

Notas:

1. 27/11/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 27/11/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 27/11/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 27/11/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 27/11/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 27/11/2024: Designado o Senador Flávio Arns, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 27/11/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 27/11/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 27/11/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 27/11/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 27/11/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 27/11/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 27/11/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 27/11/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 27/11/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 27/11/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 27/11/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 27/11/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 27/11/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 27/11/2024: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 66/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 28/11/2024, p. 19](#))
21. 27/11/2024: Designado como suplente o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 66/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 28/11/2024, p. 19](#))
22. 27/11/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 27/11/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 27/11/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 27/11/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 27/11/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 27/11/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 27/11/2024: Designado o Deputado Bibó Nunes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 27/11/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 27/11/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 27/11/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 27/11/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 27/11/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 27/11/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 27/11/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 27/11/2024: Designado o Deputado Pastor Henrique Vieira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 27/11/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 27/11/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 29/11/2024: O Deputado Bibó Nunes deixa de compor a comissão (Ofício nº 487/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 90](#))
40. 29/11/2024: A Deputada Julia Zanatta deixa de compor a comissão (Ofício nº 487/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 90](#))
41. 29/11/2024: O Deputado Coronel Meira deixa de compor a comissão (Ofício nº 487/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 90](#))



CMMPV 1277/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1277, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1277, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Omar Aziz - PSD/AM (1)	1. VAGO
Lucas Barreto - PSD/AP (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (15)
Jorge Kajuru - PSB/GO	4. Flávio Arns - PSB/PR (4)
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (5)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (8)
Marcelo Castro - MDB/PI (6)	2. Giordano - MDB/SP (9)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (7)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (10)
Carlos Portinho - PL/RJ (11)	1. Izalci Lucas - PL/DF (13)
Jorge Seif - PL/SC (12)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (14)
Rodrigo Cunha (16)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (17)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (18)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (19)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (20)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (21)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (22)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
Adolfo Viana - PSDB/BA (23)	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
VAGO (27,39)	1. VAGO (29,41)
VAGO (28,40)	2. VAGO (30,42)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (31)	1. Patrus Ananias - PT/MG (33)
Arlindo Chinaglia - PT/SP (32)	2. Alice Portugal - PCdoB/BA (34)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (35)	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ (36)
PSB	
Gervásio Maia - PB (37)	1. Heitor Schuch - RS (38)

- Notas:**
1. 03/12/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 03/12/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 03/12/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 03/12/2024: Designado o Senador Flávio Arns, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 03/12/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 03/12/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 03/12/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 03/12/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 03/12/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 03/12/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 03/12/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 03/12/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 03/12/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 03/12/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 03/12/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 03/12/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 03/12/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 03/12/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 03/12/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 67/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 05/12/2024, p. 14](#))
20. 06/06/2024: Designada a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 67/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 05/12/2024, p. 14](#))
21. 03/12/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 03/12/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 03/12/2024: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 03/12/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 03/12/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 03/12/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 03/12/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 03/12/2024: Designado o Deputado Bibó Nunes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 03/12/2024: Designado o Deputado Alberto Fraga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 03/12/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 03/12/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 03/12/2024: Designado o Deputado Arlindo Chinaglia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 03/12/2024: Designado o Deputado Patrus Ananias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 03/12/2024: Designada a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 03/12/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 03/12/2024: Designado o Deputado Tarcísio Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 03/12/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 03/12/2024: Designado o Deputado Heitor Schuch, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 04/12/2024: O Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a comissão (Ofício nº 492/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 91](#))
40. 04/12/2024: O Deputado Bibó Nunes deixa de compor a comissão (Ofício nº 492/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 91](#))
41. 04/12/2024: O Deputado Alberto Fraga deixa de compor a comissão (Ofício nº 492/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 91](#))
42. 04/12/2024: O Deputado Giovani Cherini deixa de compor a comissão (Ofício nº 492/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 91](#))





CMMPV 1278/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1278, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1278, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PT, PSD )	
Omar Aziz - PSD/AM (1)	1. VAGO
Lucas Barreto - PSD/AP (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (5)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. Flávio Arns - PSB/PR (6)
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, UNIÃO )	
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (9)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (20)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
Adolfo Viana - PSDB/BA <sup>(24)</sup>	4. VAGO
<b>Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE</b>	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(25)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(39)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(27,40)</sup>	1. VAGO <sup>(29,42)</sup>
VAGO <sup>(28,41)</sup>	2. VAGO <sup>(30,43)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Patrus Ananias - PT/MG <sup>(33)</sup>
Arlindo Chinaglia - PT/SP <sup>(32)</sup>	2. Alice Portugal - PCdoB/BA <sup>(34)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Chico Alencar - PSOL/RJ <sup>(36)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Heitor Schuch - RS <sup>(38)</sup>

**Notas:**

- 16/12/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Flávio Arns, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 68/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF ([DCN de 19/12/2024, p. 1033](#))
- 16/12/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 68/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF ([DCN de 19/12/2024, p. 1033](#))
- 16/12/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Bibó Nunes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Alberto Fraga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Arlindo Chinaglia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Patrus Ananias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designada a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Chico Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Heitor Schuch, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 16/12/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 17/12/2024: O Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a comissão (Ofício nº 512/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 19/12/2024, p. 1034](#))
- 17/12/2024: O Deputado Bibó Nunes deixa de compor a comissão (Ofício nº 512/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 19/12/2024, p. 1034](#))
- 17/12/2024: O Deputado Alberto Fraga deixa de compor a comissão (Ofício nº 512/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 19/12/2024, p. 1034](#))
- 17/12/2024: O Deputado Giovani Cherini deixa de compor a comissão (Ofício nº 512/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 19/12/2024, p. 1034](#))



## COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS



**COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO**

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)**  
PRESIDENTE

**Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)**  
1º VICE-PRESIDENTE

**Senador Humberto Costa (PT-PE)**  
2º VICE-PRESIDENTE

**Deputado Carlos Veras (PT-PE)**  
1º SECRETÁRIO

**Senador Confúcio Moura (MDB-RO)**  
2º SECRETÁRIO

**Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)**  
3º SECRETÁRIO

**Senador Laércio Oliveira (PP-SE)**  
4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p><b>Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)</b> PRESIDENTE</p> <p><b>Senador Eduardo Gomes (PL-TO)</b> 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p><b>Senador Humberto Costa (PT-PE)</b> 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p><b>Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB)</b> 1ª SECRETÁRIA</p> <p><b>Senador Confúcio Moura (MDB-RO)</b> 2º SECRETÁRIO</p> <p><b>Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)</b> 3ª SECRETÁRIA</p> <p><b>Senador Laércio Oliveira (PP-SE)</b> 4º SECRETÁRIO</p> <p><b>SUPLENTES DE SECRETÁRIO</b></p> <p>1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)</p> <p>2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)</p> <p>3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)</p> <p>4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)</p>	<p><b>Deputado(a) Hugo Motta (REPUBLIC-PB)</b> Presidente</p> <p><b>Deputado(a) Altineu Côrtes (PL-RJ)</b> 1º Vice-Presidente</p> <p><b>Deputado(a) Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)</b> 2º Vice-Presidente</p> <p><b>Deputado(a) Carlos Veras (PT-PE)</b> 1º Secretário</p> <p><b>Deputado(a) Lula da Fonte (PP-PE)</b> 2º Secretário</p> <p><b>Deputado(a) Delegada Katarina (PSD-SE)</b> 3º Secretário</p> <p><b>Deputado(a) Sergio Souza (MDB-PR)</b> 4º Secretário</p> <p><b>SUPLENTES DE SECRETÁRIO</b></p> <p>1º - Deputado(a) Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)</p> <p>2º - Deputado(a) Paulo Folletto (PSB-ES)</p> <p>3º - Deputado(a) Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)</p> <p>4º - Deputado(a) Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)</p>



CONSELHOS e ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE)

**2º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

**VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL:** Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

**Designação:** 11/07/2023

**Instalação:** 13/09/2023

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia	
Renan Calheiros - MDB/AL (2)	1. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (3)
Alan Rick - UNIÃO/AC (4)	2. Efraim Filho - UNIÃO/PB (5,92,93)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (6)	3. Leila Barros - PDT/DF (7)
VAGO	4. Alessandro Vieira - MDB/SE (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	
Sérgio Petecão - PSD/AC (9)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (12)
Nelsinho Trad - PSD/MS (10)	2. Angelo Coronel - PSD/BA (13,18)
Humberto Costa - PT/PE (11)	3. Fabiano Contarato - PT/ES (14)
Chico Rodrigues - PSB/RR (19)	4. Irajá - PSD/TO (20)
Bloco Parlamentar Aliança	
Tereza Cristina - PP/MS (15)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (16)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTEs
<b>PL</b>	
Giovani Cherini - RS <sup>(21)</sup>	1. Adilson Barroso - SP <sup>(26,71,89)</sup>
Pastor Eurico - PE <sup>(22)</sup>	2. Bibó Nunes - RS <sup>(27)</sup>
Roberto Monteiro Pai - RJ <sup>(23)</sup>	3. Domingos Sávio - MG <sup>(28)</sup>
Rosana Valle - SP <sup>(24)</sup>	4. Dr. Jaziel - CE <sup>(29)</sup>
Vermelho - PR <sup>(25)</sup>	5. Eros Biondini - MG <sup>(30)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Arlindo Chinaglia - PT/SP <sup>(31)</sup>	1. Vander Loubet - PT/MS <sup>(35,77)</sup>
Odair Cunha - PT/MG <sup>(32,78,81)</sup>	2. Jandira Feghali - PCdoB/RJ <sup>(36)</sup>
Paulão - PT/AL <sup>(33)</sup>	3. Bohn Gass - PT/RS <sup>(37,90)</sup>
Renildo Calheiros - PCdoB/PE <sup>(34)</sup>	4. Zeca Dirceu - PT/PR <sup>(38,79,80)</sup>
<b>UNIÃO</b>	
Damião Feliciano - PB <sup>(39)</sup>	1. David Soares - SP <sup>(42)</sup>
Padovani - PR <sup>(40)</sup>	2. Rodrigo Valadares - SE <sup>(43,88)</sup>
Yandra Moura - SE <sup>(41)</sup>	3. Marangoni - SP <sup>(76)</sup>
<b>PP</b>	
Pedro Lupion - PR <sup>(44,87)</sup>	1. Afonso Hamm - RS <sup>(47)</sup>
Covatti Filho - RS <sup>(45)</sup>	2. Bebeto - RJ <sup>(48)</sup>
Marx Beltrão - AL <sup>(46)</sup>	3. Dilceu Sperafico - PR <sup>(49)</sup>
<b>MDB</b>	
Gutemberg Reis - RJ <sup>(50)</sup>	1. Hercílio Coelho Diniz - MG <sup>(75)</sup>
Sergio Souza - PR <sup>(51)</sup>	2. Alceu Moreira - RS <sup>(83)</sup>
<b>PSD</b>	
Danrlei de Deus Hinterholz - RS <sup>(73,74,94)</sup>	1. VAGO <sup>(53,72)</sup>
Paulo Litro - PR <sup>(52)</sup>	2. Ismael - SC <sup>(54)</sup>
<b>REPUBLICANOS</b>	
Ronaldo Nogueira - RS <sup>(55,84)</sup>	1. Marcos Pereira - SP <sup>(57)</sup>
Celso Russomanno - SP <sup>(56)</sup>	2. Marcel van Hattem - NOVO/RS <sup>(58,85,86,95)</sup>
<b>PODEMOS</b>	
Renata Abreu - SP <sup>(59)</sup>	1. Igor Timo - PSD/MG <sup>(60)</sup>
<b>CIDADANIA, PSDB</b>	
Beto Richa - PSDB/PR <sup>(61)</sup>	1. Adolfo Viana - PSDB/BA <sup>(62)</sup>
<b>PDT</b>	
Afonso Motta - RS <sup>(63)</sup>	1. Pompeo de Mattos - RS <sup>(64)</sup>
<b>PSB</b>	
Heitor Schuch - RS <sup>(65)</sup>	1. Felipe Carreras - PE <sup>(66)</sup>
<b>AVANTE</b>	
Greyce Elias - MG <sup>(67,91)</sup>	1. Fred Costa - PRD/MG <sup>(68)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(69)</sup>	1. Pastor Henrique Vieira - PSOL/RJ <sup>(70)</sup>

**Notas:**

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



1. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Wellington Fagundes, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 125/2023 do Bloco Vanguarda.
2. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Renan Calheiros, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 51/2023-MDB.
3. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 51/2023-MDB.
4. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Alan Rick, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 69/2023 do Bloco Democracia.
5. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Efraim Filho, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 69/2023 do Bloco Democracia.
6. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Carlos Viana conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 65/2023 do Bloco Democracia.
7. 11/07/2023: Designada como titular a Senadora Leila Barros, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 99/2023 do Bloco Democracia.
8. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Alessandro Vieira, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 75/2023 do Bloco Democracia.
9. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
10. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
11. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Humberto Costa, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
12. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Lucas Barreto, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
13. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Otto Alencar, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
14. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Fabiano Contarato, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
15. 11/07/2023: Designada como titular a Senadora Tereza Cristina, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 28/2023 do Bloco Aliança.
16. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 28/2023 do Bloco Aliança.
17. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 125/2023 do Bloco Vanguarda.
18. 23/08/2023: Designado o Senador Angelo Coronel, em substituição ao Senador Otto Alencar, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 89/2023 do Bloco Resistência Democrática.
19. 23/08/2023: Designado o Senador Chico Rodrigues, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 89/2023 do Bloco Resistência Democrática.
20. 23/08/2023: Designado o Senador Irajá, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 89/2023 do Bloco Resistência Democrática.
21. 23/08/2023: Designado o Deputado Giovani Cherini, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
22. 23/08/2023: Designado o Deputado Pastor Eurico, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
23. 23/08/2023: Designado o Deputado Roberto Moteiro Pai, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
24. 23/08/2023: Designada a Deputada Rosana Valle, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
25. 23/08/2023: Designado o Deputado Vermelho, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
26. 23/08/2023: Designado o Deputado Adilson Barroso, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
27. 23/08/2023: Designado o Deputado Bibó Nunes, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
28. 23/08/2023: Designado o Deputado Domingos Sávio, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
29. 23/08/2023: Designado o Deputado Dr. Jaziel, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
30. 23/08/2023: Designado o Deputado Eros Biondini, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
31. 23/08/2023: Designado o Deputado Arlindo Chinaglia, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
32. 23/08/2023: Designado o Deputado Odair Cunha, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
33. 23/08/2023: Designado o Deputado Paulão, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
34. 23/08/2023: Designado o Deputado Renildo Calheiros, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
35. 23/08/2023: Designada a Deputada Camila Jara, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
36. 23/08/2023: Designada a Deputada Jandira Feghali, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
37. 23/08/2023: Designado o Deputado Washington Quaquá, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
38. 23/08/2023: Designado o Deputado Zeca Dirceu, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
39. 23/08/2023: Designado o Deputado Damião Feliciano, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
40. 23/08/2023: Designado o Deputado Padovani, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
41. 23/08/2023: Designada Deputada Yandra Moura, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
42. 23/08/2023: Designado o Deputado David Soares, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
43. 23/08/2023: Designado o Deputado Eduardo Velloso, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
44. 23/08/2023: Designado o Deputado Átila Lira, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
45. 23/08/2023: Designado o Deputado Covatti Filho, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
46. 23/08/2023: Designado o Deputado Marx Beltrão, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
47. 23/08/2023: Designado o Deputado Afonso Hamm, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
48. 23/08/2023: Designado o Deputado Bebeto, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.





49. 23/08/2023: Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
50. 23/08/2023: Designado o Deputado Gutemberg Reis, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
51. 23/08/2023: Designado o Deputado Sergio Souza, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
52. 23/08/2023: Designado o Deputado Paulo Litro, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
53. 23/08/2023: Designado o Deputado Darci Matos, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
54. 23/08/2023: Designado o Deputado Ismael, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
55. 23/08/2023: Designado o Deputado Carlos Gomes, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
56. 23/08/2023: Designado o Deputado Celso Russomanno, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
57. 23/08/2023: Designado o Deputado Marcos Pereira, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
58. 23/08/2023: Designado o Deputado Wilson Santiago, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
59. 23/08/2023: Designada a Deputada Renata Abreu, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
60. 23/08/2023: Designado o Deputado Igor Timo, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
61. 23/08/2023: Designado o Deputado Beto Richa, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
62. 23/08/2023: Designado o Deputado Adolfo Viana, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
63. 23/08/2023: Designado o Deputado Afonso Motta, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
64. 23/08/2023: Designado o Deputado Pompeu de Matos, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
65. 23/08/2023: Designado o Deputado Heitor Schuch, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
66. 23/08/2023: Designado o Deputado Felipe Carreras, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
67. 23/08/2023: Designado o Deputado Luis Tibé, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
68. 23/08/2023: Designado o Deputado Fred Costa, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
69. 23/08/2023: Designado o Deputado Erika Hilton, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
70. 23/08/2023: Designado o Deputado Pastor Henrique Vieira, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
71. 12/03/2024: O Deputado Adilson Barroso deixa de compor a comissão em virtude do retorno do titular do cargo.
72. 06/06/2024: Desligado o Deputado Darci de Matos, em virtude de seu afastamento do exercício.
73. 23/08/2023: Designado o Deputado Luciano Azevedo, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
74. 23/10/2023 - Desligado o Deputado Luciano Azevedo, em virtude de seu afastamento do exercício.
75. 29/08/2023: Designado como suplente o Deputado Hercílio Coelho Diniz, conforme Ofício 350 da Liderança do MDB.
76. 30/08/2023: Designado como suplente o Deputado Marangoni, conforme Ofício nº 94 da Liderança do UNIÃO.
77. 05/09/2023: Designado como suplente o Deputado Vander Loubet, em substituição à Deputada Camila Jara, conforme Ofício 468/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
78. 11/09/2023: Designado, como titular, o Deputado Ruy Falcão, em substituição ao Deputado Odair Cunha (Ofício nº 475 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
79. 11/09/2023: Designado, como suplente, o Deputado Odair Cunha, em substituição ao Deputado Zeca Dirceu (Ofício nº 475 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
80. 13/09/2023: Designado, como suplente, o Deputado Zeca Dirceu, em substituição ao Deputado Odair Cunha (Ofício nº 479 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
81. 13/09/2023: Designado, como titular, o Deputado Odair Cunha, em substituição ao Deputado Ruy Falcão (Ofício nº 479 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
82. 15/09/2023: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, conforme Ofício 144/2023 do Bloco Vanguarda.
83. 28/09/2023: Designado o Deputado Alceu Moreira, como membro suplente. (Ofício 380/2023 da Liderança do MDB na Câmara dos Deputados)
84. 06/03/2024: Designado, como membro titular, o Deputado Ronaldo Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Gomes (Ofício nº 4 de 2024 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS).
85. 06/03/2024: Designado, como membro suplente, o Deputado Raniery Paulino, em substituição ao Deputado Wilson Santiago (Ofício nº 4 de 2024 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS).
86. 09/05/2024: Desligado o Deputado Raniery Paulino, em virtude de seu afastamento do exercício.
87. 08/03/2024: Designado como titular o Deputado Pedro Lupion, em substituição ao Deputado Átila Lira (Ofício nº 17/2024 da Liderança do PP-CD).
88. 14/03/2024: Designado como suplente o Deputado Rodrigo Valadares, em substituição ao Deputado Eduardo Velloso (Ofício nº 1/2024 da Liderança do União Brasil-CD).
89. 22/03/2024: Designado o Deputado Adilson Barroso, conforme Ofício nº 143/2024 da Liderança do PL-CD.
90. 17/04/2024: Designado o Deputado Bohn Gass, como suplente, em substituição ao Deputado Washington Quaquá. (Ofício 114/2024 da Liderança Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados)



91. 03/05/2024: Designada a Deputada Greyce Elias, como titular, em substituição ao Deputado Luís Tibé (ofício nº 7/2024 da Liderança do AVANTE na Câmara dos Deputados).
92. 16/07/2024: Designado como suplente o Senador André Amaral, em substituição ao Senador Efraim Filho (Ofício nº 774/2024 da Liderança do União Brasil - CD).
93. 04/11/2024: Designado como suplente o Senador Efraim Filho, em substituição ao Senador André Amaral (Ofício nº 26/2024 da Liderança do Bloco Democracia - SF).
94. 18/11/2024: Designado o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, conforme Ofício nº 164/2024 da liderança do PSD - CD.
95. 05/12/2024: Designado como suplente o Deputado Marcel van Hattem, nos termos do Ofício nº 79/2024 da Liderança do Republicanos - CD.

Telefone(s): 3216-6871  
cpcms.decom@camara.leg.br



**Conselho da Ordem do Congresso Nacional****Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS****MESA DO SENADO FEDERAL****Atualização:** 19/02/2019

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

npfg@senado.leg.br



**Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro****Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto  
dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001****COMPOSIÇÃO****Número de membros: titulares****CÂMARA DOS DEPUTADOS****SENADO FEDERAL****Atualização: 31/01/2015**

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

npfg@senado.leg.br



## Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,  
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

## COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

**PRESIDENTE:** Miguel Matos  
**VICE-PRESIDENTE:** Patricia Blanco

Eleição Geral: 05/06/2002  
Eleição Geral: 22/12/2004  
Eleição Geral: 17/07/2012  
Eleição Geral: 08/07/2015  
Eleição Geral: 03/03/2020

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Flavio Lara Resende	Guliver Augusto Leão
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Samir Nobre	João Camilo Júnior
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Rafael Soriano	Júlio César Vinha
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Valderez de Almeida Donzelli	Olimpio José Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Maria José Braga	Elisabeth Villela da Costa
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Antônio de Jesus da Silva	Edwilson da Silva
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Ana Flávia Cabral	Débora Duboc
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Sonia Santana	Luiz Antonio Gerace
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Matos	Marcus Bennett
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Patricia Blanco	Renato Godoy de Toledo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Davi Emerich	Bia Barbosa
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Angela Cignachi	Daniel José Queiroz Ferreira



LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fabio Andrade	Camila Leite

Atualização: 09/03/2020

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos  
Telefone(s): 3303-5258  
ccscn@senado.leg.br



**Conselho do Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude****COMPOSIÇÃO****Número de membros:** titulares**CÂMARA DOS DEPUTADOS****SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

npfg@senado.leg.br



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

<p><b>Líder do Governo</b></p> <p>Senador Randolfe Rodrigues - PT / AP</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Deputado Bohn Gass - PT / RS</p> <p>Deputado Carlos Zarattini - PT / SP</p> <p>Deputado Daniel Almeida - PCdoB / BA</p> <p>Deputado Dorinaldo Malafaia - PDT / AP</p> <p>Deputado Jonas Donizette - PSB / SP</p> <p>Deputado Lindbergh Farias - PT / RJ</p> <p>Deputado Reginaldo Lopes - PT / MG</p> <p>Deputado Hildo Rocha - MDB / MA</p> <p>Deputado Otto Alencar Filho - PSD / BA</p> <p>Deputada Laura Carneiro - PSD / RJ</p> <p>Senador Jaques Wagner - PT / BA</p> <p>Senadora Leila Barros - PDT / DF</p> <p>Senadora Zenaide Maia - PSD / RN</p> <p>Senador Omar Aziz - PSD / AM</p> <p>Deputada Professora Luciene Cavalcante - PSOL / SP</p> <p>Deputada Daniela do Waguinho - UNIÃO / RJ</p>	<p><b>Líder da Maioria</b></p> <p>Deputado Aguinaldo Ribeiro - PP / PB</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Senadora Daniella Ribeiro - PSD / PB</p>	<p><b>Líder da Minoria</b></p> <p>Senador Flávio Bolsonaro - PL / RJ</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Senador Eduardo Gomes - PL / TO</p> <p>Senadora Tereza Cristina - PP / MS</p> <p>Deputado Delegado Paulo Bilynskyj - PL / SP</p> <p>Senador Magno Malta - PL / ES</p> <p>Senador Eduardo Girão - NOVO / CE</p> <p>Senadora Damares Alves - REPUBLICANOS / DF</p> <p>Deputada Bia Kicis - PL / DF</p> <p>Deputado Luiz Lima - PL / RJ</p> <p>Deputado Gilson Marques - NOVO / SC</p> <p>Deputado Marcel van Hattem - NOVO / RS</p> <p>Deputado José Medeiros - PL / MT</p> <p>Deputado Alberto Fraga - PL / DF</p> <p>Deputado Delegado Ramagem - PL / RJ</p> <p>Deputado Ricardo Salles - NOVO / SP</p> <p>Deputado Filipe Barros - PL / PR</p> <p>Deputada Roberta Roma - PL / BA</p> <p>Deputada Sílvia Cristina - PP / RO</p>
---	---	---





Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

